



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2235

Quarta-feira - 19 de Abril de 2017

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Abdon Batista	3	Garopaba.....	180	Novo Horizonte	406
Agronômica	4	Garuva	184	Orleans	407
Água Doce.....	6	Gaspar	187	Otacílio Costa.....	429
Alto Bela Vista.....	13	Governador Celso Ramos	190	Ouro	430
Anchieta	14	Grão Pará	192	Palhoça	431
Antônio Carlos	15	Guaraciaba	193	Palma Sola.....	445
Apiuna.....	18	Guaramirim.....	195	Paraíso	469
Arabutã	20	Herval d'Oeste	196	Paulo Lopes	471
Arroio Trinta.....	21	Ibiam	198	Penha.....	472
Atalanta.....	22	Ilhota	230	Peritiba.....	490
Balneário Piçarras.....	23	Imbituba	231	Petrolândia	500
Balneário Rincão	24	Indaial.....	235	Piratuba.....	501
Barra Velha.....	25	Iomerê	243	Planalto Alegre.....	502
Benedito Novo	28	Ipuacú.....	247	Pomerode.....	504
Biguaçu	29	Ipumirim	248	Ponte Serrada	506
Blumenau	43	Irineópolis	253	Porto Belo.....	508
Bom Jesus do Oeste	48	Itá	261	Porto União.....	510
Bom Retiro	56	Itaiópolis	264	Presidente Nereu.....	539
Botuvera.....	61	Itapema	265	Princesa	543
Braço do Trombudo	62	Itapiranga.....	267	Rio dos Cedros.....	554
Brunópolis	63	Itapoá	273	Rio do Sul.....	549
Brusque.....	64	Ituporanga	276	Romelândia.....	566
Caçador.....	80	Jaborá	277	Santa Cecília	570
Camboriú.....	104	Jacinto Machado	278	Santa Rosa de Lima.....	571
Campo Alegre	105	Jaraguá do Sul	279	Santa Rosa do Sul	572
Campo Erê.....	106	Joaçaba	293	Santa Terezinha do Progresso	574
Campos Novos.....	110	José Boiteux	303	São Bento do Sul.....	575
Canelinha	111	Lacerdópolis.....	304	São Bonifácio.....	578
Canoinhas.....	112	Lages	313	São Carlos	579
Capinzal	113	Laguna	339	São Domingos.....	580
Catanduvas.....	119	Lajeado Grande.....	340	São João Batista.....	581
Caxambu do Sul.....	120	Lebon Regis	341	São João do Sul	599
Chapadão do Lageado	121	Leoberto Leal.....	342	São Joaquim	600
Cocal do Sul.....	123	Lindóia do Sul	345	São José.....	603
Concórdia	131	Lontras.....	346	São José do Cedro.....	606
Cordilheira Alta	133	Luzerna	347	São Lourenço do Oeste.....	607
Coronel Freitas.....	134	Mafrá	352	São Miguel do Oeste.....	610
Correia Pinto.....	156	Maracajá	354	Schroeder.....	651
Cunhaporã.....	157	Maravilha.....	356	Seara	662
Curitibanos	158	Marema	359	Serra Alta	673
Descanso.....	161	Massaranduba.....	362	Sul Brasil	675
Dionísio Cerqueira	162	Meleiro	379	Tijucas	677
Doutor Pedrinho.....	164	Modelo	380	Timbé do Sul	679
Eral Velho	166	Mondaí.....	386	Timbó	680
Faxinal dos Guedes.....	167	Monte Carlo	388	Treze Tílias	684
Flor do Sertão	168	Morro da Fumaça	389	Trombudo Central.....	685
Formosa do Sul	169	Navegantes.....	395	Tunápolis.....	686
Forquilha.....	170	Nova Itaberaba	401	União do Oeste	688
Fraiburgo.....	177	Nova Trento	403	Urupema	691

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2235

Quarta-feira - 19 de Abril de 2017

Florianópolis/SC

Sumário

Urussanga	695	Vitor Meireles.....	698	Xaxim.....	705
Vargeão.....	696	Xanxerê.....	699		
Videira.....	697	Xavantina	704		

Associações

AMUREL	708	GRANFPOLIS.....	708
--------------	-----	-----------------	-----

Consórcios

AGIR	709	CIS/AMMVI	716	CITMAR.....	717
CIGA	709	CIS/AMURC	716	Consórcio Catarina	717
CIS Nordeste	714	CIS/AMUREL	717		

Editais de Notificação

Agronômica	718
Alfredo Wagner	720
Anita Garibaldi	779
Anitápolis.....	784
Apiuna.....	805
Cunhataí.....	840
Descanso.....	841
Jaborá.....	859
Monte Castelo	878
Morro Grande.....	884
Pinhalzinho	892
Piratuba.....	894
São Bonifácio	907
São João Batista.....	918

Abdon Batista

PREFEITURA

RESULTADO DE PROCESSO DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 07/2017

RESULTADO DE PROCESSO DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 07/2017

A prefeitura Municipal de Abdon Batista/SC, torna público o resultado do processo cujo objeto: SERVIÇOS DE DIVULGAÇÃO DA FESTA DOS 28 ANOS DE EMANCIPAÇÃO POLITICO ADMINISTRATIVO DO MUNICIPIO, que dispensa essa licitação com base no artigo 24, inciso II da lei 8.666/93

EMPRESA : HELTON JAX CORDEIRO DOS SANTOS

VALOR TOTAL: 7.400,00 (SETE MIL E QUATROCENTOS REAIS)

Abdon Batista, SC, 12 de abril de 2017

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

Agronômica

PREFEITURA

035/2017

DECRETO 035/2017 DE 17 DE ABRIL DE 2017.

"DECLARA COMO BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS"

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal de Agronômica, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o inciso VI, do Art. 79, da Lei Orgânica Municipal, e,

CONSIDERANDO:

- Que o poder discricionário e regulamentador inerente ao Poder Executivo Municipal, permite-lhe editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre funcionamento interno/externo, da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, moralidade, publicidade e eficiência na administração pública,
- Que o estado em que se encontram os bens abaixo relacionados, todos bens do ativo imobilizado municipal, face depreciação por intensa utilização, ainda, desatualização mecânica e funcional, quando comparados a novos equipamentos atualmente oferecidos no mercado,
- Que desvantajosa à opção para com o trato do meio circulante do tesoureiro municipal, qualquer investimento em melhoria e reforma destes equipamentos, que em suma se traduzirá em mera tentativa de recuperação dos itens, já que não corresponderá a resultados satisfatórios,
- Que o produto da alienação que se pretende submeter os itens do ativo imobilizado do município, traduzir-se-á em disponível e a ser integralizado no processo de aquisição de novos equipamentos.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam declarados como inservíveis, os bens móveis conforme a lista anexa, todos incorporados ao Ativo Imobilizado Municipal.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 17 DE ABRIL DE 2017.

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na presente data

FRANCISCO ALEXANDRE NETO

Diretor de Administração e Finanças

ANEXO AO DECRETO 035/2017 DE 17 DE ABRIL DE 2017.

UNID.	DESCRIÇÃO
16	barrotes de 2,20 x 15 x 10 de uma casa de aproximadamente com 30 anos de uso
26	travessas de 4,60 x 12 x 8 (com emendas) de uma casa com aproximadamente 30 anos de uso
14	travessas com mão francesa 3,70 x 8 x 12 de uma casa com aproximadamente 30 anos de uso
13	Pé direito de 2,40 x 16 x 8 de uma casa com aproximadamente 30 anos de uso
13	barrotes de 2,00 x 15 x 8 de uma casa de aproximadamente com 30 anos de uso
3	caibros 5,30 x 10 x 10 de uma casa com aproximadamente 30 anos de uso
2500	telhas do tipo francesa de uma casa com aproximadamente 30anos de uso
48	metros quadrados de um assoalho de uma casa com aproximadamente 30 anos de uso
48	metros quadrados de forro de uma casa com aproximadamente 30 anos de uso
6	portas de madeira bruta de 90 x 1,90 de uma casa com aproximadamente 30 anos de uso
82	taubas de frontal 2,85 x 2,50 de 18 centímetros à 30 centimentros de largura
135	taubas de frontal 1,40 x 2,50 e 20 centimentros de largura de uma casa com aproximadamente 30 anos de uso
35	calhões de uma casa com aproximadamente 30 anos de uso
6	janelas duplas com vidro de uma casa com aproximadamente 30 anos de uso

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS 1/2017 CVA

CÂMARA DE VEREADORES DE AGRONOMIA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 1/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2017

Processo Nº 02/2017, Ata de Registro de Preços do Pregão Presencial nº 1/2017; Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS E EDITORIAIS PARA CONFECÇÃO DE INFORMATIVO BIMESTRAL DOS ATOS E NOTÍCIAS DA CÂMARA DE VEREADORES DE AGRONOMIA, em conformidade com as especificações deste Edital e de seus Anexos; Aos 18 dias do mês de abril do ano de 2017, a CÂMARA DE VEREADORES DE AGRONOMIA, Resolve registrar os preços da Detentora da Ata a empresa EDITORA DIÁRIO DO ALTO VALE LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.830.290/0001-65; Vigência de 12 (doze) meses. Data de Assinatura: 18/04/2017. Preços registrados:

Item	Quant.	Unidade	Especificação	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$
01	4	EXEMPLAR	Serviços gráficos e editoriais para confecção de informativo bimestral dos atos e notícias da Câmara de Vereadores de Agronomia, impresso colorido em papel jornal, tabloide A3, sendo 1.500 exemplares com 8 páginas.	1.490,00	5.960,00
02	3	EXEMPLAR	Serviços gráficos e editoriais para confecção de informativo bimestral dos atos e notícias da Câmara de Vereadores de Agronomia, impresso colorido em papel jornal, tabloide A3, sendo 1.500 exemplares com 4 páginas.	1.340,00	4.020,00
Total R\$					9.980,00

IVO TESTONI

Presidente da Câmara

EMPRESA:

Claudinei Roberton da Silva

EDITORA DIÁRIO DO ALTO VALE LTDA EPP

PREGÃO 22/2017 - MANUTENÇÃO EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONOMIA – SC

PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2017

EXCLUSIVA MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL.

Objeto: Contratação de empresa especializada em serviço de assistência técnica em equipamentos de informática para o Gabinete do Prefeito e em todos os Departamentos da Prefeitura Municipal de Agronomia.

Abertura dos envelopes: 03/05/2017 as 08:30h.

Local: Rua Sete de Setembro, 215, Setor de Licitações.

Local para a obtenção do edital: na Prefeitura Municipal ou por e-mail: licitacao@agronomica.sc.gov.br, ou no site: www.agronomica.sc.gov.br.

Maiores informações: (47) 3542 0166

Agronomia, em 11 de abril de 2017.

CESAR LUIZ CUNHA - Prefeito Municipal

RESULTADO DO PREGÃO 2/2017 CVA

CÂMARA DE VEREADORES DE AGRONOMIA

RESULTADO DA LICITAÇÃO Nº 4/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2017

O Pregoeiro da CÂMARA DE VEREADORES DE AGRONOMIA torna público resultado do julgamento do Pregão Presencial nº 2/2017, que tinha por objeto a Contratação de empresa especializada para o fornecimento de soluções de tecnologia da informação para gestão pública, na qual a empresa BETHA SISTEMAS LTDA. ofertou o menor valor, na qual foi declarada vencedora com o valor total de R\$ 25.390,00 (vinte e cinco mil trezentos e noventa reais).

Agronomia, 18 de abril de 2017.

Nilto José Américo

Pregoeiro

Água Doce

PREFEITURA

CONTRATO Nº 42/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 42/2017 DE 18/04/2017

Contrato de prestação de serviços que celebram a Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM e o MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, através do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, para a realização de ASSESSORIA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAIS PARA O FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA– FIA, nas dependências da PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE.

1. OBJETO:

Assessoria na elaboração de editais para projetos a serem contemplados com recursos do Fundo da Infância e Adolescência – FIA do município de Água Doce, conforme programação:

Programação

1º Encontro

08h30 às 12h

Onde utilizar

Como organizar o edital

13h30 às 17h30

Onde utilizar

Como organizar o edital

2º Encontro

08h30 às 12h

Plano de ação e de aplicação

13h30 às 17h30

Plano de ação e de aplicação

2. PÚBLICO ALVO

Exclusivo para conselheiros municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, contadora e trabalhadores do SUAS, no máximo de 30 participantes.

3. DATA DA REALIZAÇÃO/CARGA HORÁRIA

Período de realização: 18 e 19 de maio de 2017

Carga horária: 20h/a

4. OBRIGAÇÕES DA EGEM

Organização da assessoria, englobando o contato e a confirmação dos palestrantes/assessores, o acompanhamento e suporte operacional durante todo o curso, preparação do material didático e a confecção dos certificados aos participantes, mediante recebimento da listagem dos participantes.

5. OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE

I – Designação de pessoa para o acompanhamento e suporte ao assessor e aos participantes durante a realização da assessoria; Recepção e credenciamento dos participantes;

II – Encaminhar para a EGEM listagem com o nome e município do participante para geração dos certificados;

III - Registro fotográfico para os arquivos da EGEM;

IV - Fornecimento de equipamento de vídeo e sonorização do ambiente, que possibilite o claro entendimento de todos os participantes.

V – Fornecimento de coffee break

6. DO VALOR

O valor total deste contrato é de R\$ R\$ 7.000,00 (Sete mil reais). No valor acima já se encontram incluídos todos os custos para a perfeita execução do contrato, tais como mão-de-obra, despesas administrativas, incidências fiscais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias.

7. FORMA DE PAGAMENTO

Mediante encaminhamento de nota fiscal emitida na data de encerramento deste objeto pela EGEM, a ser quitada pela PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE em parcela única em até 05 dias após a data da emissão da nota fiscal via depósito bancário no Banco do Brasil, Agência 5255-8, Conta Corrente 890742-0.

Dotação Orçamentária:

12 – FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

01 – FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

2.039 – Manutenção do Fundo dos Direitos de Infância e Adolescência

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0006/107 – Aplicações Diretas

Observação: A EGEM é uma associação privada sem fins lucrativos, considerada entidade imune e dispensa retenções de impostos federais, conforme CF/1988, art 150, VI, "C". E, por estarem juntos e contratados, assinam as partes o presente instrumento, para todos os fins e efeitos de direito.

Água Doce, SC, 18 de abril de 2017

ANTONIO JOSÉ BISSANI	ALEXANDRE ALVES
Prefeito do Município de Água Doce	Diretor Geral – EGEM
Contratante	Contratada

TESTEMUNHAS:

CRISTIANO SAVARIS DA SILVA	GLÁUCIA REGINA VARASCHIN
CPF 005.614.419-95	CPF 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica
MARIA HELENA LUCIETTI
OAB/SC 38261

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 52/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 52/2016

Termo Aditivo Ao Contrato de Prestação de Serviços n. 52/2016, que entre si celebram de um lado o MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, pessoa jurídica de direito público, com sede à Praça João Macagnan, CNPJ sob o nº 82.939.398/0001-90, Inscrição Estadual Isenta, na cidade de Água Doce, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ANTONIO JOSÉ BISSANI, e de outro lado a Empresa BETHA SISTEMAS LTDA, já devidamente qualificado no Contrato n. 48/2013 de 13.05.2013, neste ato representada por ERNESTO MUNIZ DE SOUZA JUNIOR, decidem de comum acordo aditar o predito Contrato, o que o fazem da seguinte forma:

Cláusula Aditiva Primeira: Fica prorrogado o prazo do contrato até 13/05/2017.

Cláusula Aditiva Segunda: As demais cláusulas do Contrato ora aditado permanecem inalteradas.

E por assim estarem certos e ajustados fazem o presente Termo Aditivo em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo arroladas.

Água Doce, 13 de abril de 2017
ANTONIO JOSÉ BISSANI
Prefeito Municipal de Água Doce
Contratante

ERNESTO MUNIZ DE SOUZA JUNIOR
Betha Sistemas Ltda.
Contratada

TESTEMUNHAS:

Cristiano Savaris da Silva Gláucia Regina Varaschin
CPF: 005.614.419-95 CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica
MARIA HELENA LUCIETTI
OAB/SC 38261

RATIFICAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 28/2017 - DISPENSA Nº. 3/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
PROCESSO LICITATÓRIO 28/2017
DISPENSA DE LICITAÇÃO 3/2017

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento o PROCESSO LICITATÓRIO nº 28/2017, "DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 3/2017", destinado a contratação de assessoria para elaboração de editais para projetos a serem contemplados com recursos do Fundo para Infância e Adolescência - FIA. Processo julgado em consonância com art. 24 Lei Federal n.º 8.666, de 31 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie.

Água Doce, SC, 17 de abril de 2017
ANTONIO JOSÉ BISSANI
Prefeito Municipal

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº101/2016

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 101/2016

Termo Aditivo Ao Contrato de Obras e Serviços de Engenharia n. 101/2016, para execução de remanescente de obra de Construção de Escola com 6 Salas no Assentamento 9 de Novembro – Interior do Município de Água Doce - PROJETO ESPAÇO EDUCATIVO URBANO II do FNDE, que entre si celebram de um lado o Município de Água Doce, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Praça João Macagnan, n. 322, Centro, Água Doce - SC, inscrito no CNPJ sob n. 82.939.398/0001-90, neste ato representado pelo seu Prefeito Sr. Antonio José Bissani, brasileiro, casado, portador do CPF n. 032.667.619-87, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa ANDRESSA DE OLIVEIRA ME, estabelecida na Rua Saul Brandalise, 1300 – Sala 01, na cidade de Videira – SC, CNPJ n. 17.300.869/0001-54, neste ato representado por sua Sócia, Senhora Andressa de Oliveira, brasileira, portador do CPF n. 054.059.089-40 doravante denominada CONTRATADA, decidem de comum acordo aditar o predito Contrato, o que o fazem da seguinte forma:

Cláusula Aditiva Primeira: Fica prorrogado o prazo do referido contrato até 31/05/2017.

Cláusula Aditiva Segunda: As demais cláusulas do Contrato ora aditado permanecem inalteradas.

E por assim estarem certos e ajustados fazem o presente Termo Aditivo em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo arroladas.

Água Doce, 05 de abril de 2017
ANTONIO JOSÉ BISSANI ANDRESSA DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal Andressa de Oliveira ME
Contratante Contratada

TESTEMUNHAS:

Cristiano Savaris da Silva Gláucia Regina Varaschin
CPF: 005.614.419-95 CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica
MARIA HELENA LUCIETTI
OAB/SC 38261

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº60/2015

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 60/2015

Termo Aditivo Ao Contrato de Obras e Serviços de Engenharia n. 60/2015, para construção de garagem de máquinas para a Prefeitura Municipal de Água Doce, com recursos do BADESC, que entre si celebram de um lado o Município de Água Doce, pessoa jurídica de direito público, com sede à Praça João Macagnan, CNPJ sob o nº 82.939.398/0001-90, na cidade de Água Doce, neste ato, representado pelo seu Prefeito Sr. ANTONIO JOSÉ BISSANI, e de outro lado a empresa GR INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA ME estabelecida na Rua Adão Knakiewicz, 02 – Sala 01 Bairro Francisca Cremolini – Nova Erechim – SC, CNPJ n. 16.951.247/0001-23, neste ato representado por seu Sócio Administrador, Senhor JHAM MICHEL GOSH, brasileiro, solteiro, portador do CPF n. 084.988.319-97, decidem de comum acordo aditar o predito Contrato, o que o fazem da seguinte forma:

Cláusula Aditiva Primeira: Fica suprimido do contrato o valor de R\$ 20.589,18 (vinte mil quinhentos e oitenta e nove reais e dezoito centavos), conforme laudo técnico de engenharia em anexo.

Cláusula Aditiva Terceira: As demais cláusulas do Contrato ora aditado permanecem inalteradas.

E por assim estarem certos e ajustados fazem o presente Termo Aditivo em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo arroladas.

Água Doce, 18 de abril de 2017

ANTONIO JOSÉ BISSANI	JHAM MICHEL GOSCH
Prefeito Municipal	GR Indústria e Comércio Ltda ME
Contratante	Contratada

TESTEMUNHAS:

Cristiano Savaris da Silva	Gláucia Regina Varaschin
CPF: 005.614.419-95	CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica
MARIA HELENA LUCIETTI
OAB/SC 38261

BALANCETE FINANCEIRO 03/2017 FMA

Betha Sistemas
Exercício de 2017
Período: Março
Página: 1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNIC. DE ASSISTENCIA DE AGUA DOCE
Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	92.032,39	ORÇAMENTÁRIAS	68.698,44
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	33.475,90	DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	68.698,44
RECEITA PATRIMONIAL	21.511,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	68.698,44
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	7.116,00		
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	29.929,49		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	137.468,27	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	135.051,70
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	71,39	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	45,19
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	68.698,44	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	68.698,44
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	68.698,44	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	66.308,07
SALDOS ANTERIORES	2.186.147,50	SALDOS ATUAIS	2.211.898,02
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	2.186.147,50	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	2.211.898,02
TOTAL	2.415.648,16	TOTAL	2.415.648,16

AGUA DOCE, 31/03/2017

JOSELI A.M.R.TRENTO
Presidente do SIMA

NEUSA M. C. S. BISSANI
CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

BALANCETE FINANCEIRO 03/2017 FMAS

Betha Sistemas
Exercício de 2017
Período: Março
Página: 1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL DE AGUA DOCE
Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	2.993,52	ORÇAMENTÁRIAS	16.872,04
RECEITA PATRIMONIAL	1.198,72	DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	16.872,04
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.794,80	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.351,18
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.112,86
		INVESTIMENTOS	1.408,00
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	33.041,43	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	30.701,87
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	1.535,76	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	1.475,76
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	17.005,66	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	14.633,63
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	14.500,01	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	14.592,48
SALDOS ANTERIORES	196.841,50	SALDOS ATUAIS	185.302,54
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	175.558,21	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	169.398,14
BANCO C/ MOVIMENTO	21.283,29	BANCO C/ MOVIMENTO	15.904,40
TOTAL	232.876,45	TOTAL	232.876,45

AGUA DOCE, 31/03/2017

MARLI ROSA SPAGNOL GUERREIRO
SECRETÁRIO MUN.SAÚDE E PROMOÇÃO :

NEUSA M. C. S. BISSANI
CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

BALANCETE FINANCEIRO 03/2017 FMS

Betha Sistemas
Exercício de 2017
Período: Março
Página: 1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE AGUA DOCE
Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	225.440,21	ORÇAMENTÁRIAS	500.933,69
RECEITA TRIBUTÁRIA	26.435,72	DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	496.040,22
RECEITA PATRIMONIAL	13.930,61	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	279.156,57
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	185.073,88	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	195.812,15
		INVESTIMENTOS	21.071,50
		DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	4.893,47
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.893,47
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	369.547,08		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	369.547,08		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.099.722,69	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.104.108,29
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	63.511,46	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	63.989,01
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	504.865,34	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	533.083,24
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	531.345,89	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	507.036,04
SALDOS ANTERIORES	1.753.476,89	SALDOS ATUAIS	1.843.144,89
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	1.611.586,34	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	1.670.791,66
BANCO C/ MOVIMENTO	141.890,55	BANCO C/ MOVIMENTO	172.353,23
TOTAL	3.448.186,87	TOTAL	3.448.186,87

AGUA DOCE, 31/03/2017

MARLI ROSA SPAGNOL GUERREIRO

SECRETÁRIO MUN.SAÚDE E PROMOÇÃO :

NEUSA M. C. S. BISSANI

CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 001/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ÁGUA DOCE – SC

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 001/2017

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ÁGUA DOCE.

CONTRATADA: MARIA DE FÁTIMA CORDEIRO

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

VALOR MENSAL: R\$ 485,14 (QUATROCENTOS E OITENTA E CINCO REAIS E QUATORZE CENTAVOS)

SIGNATÁRIOS: JAMES FRANCISCO BEAL PELA CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE E MARIA DE FÁTIMA CORDEIRO, PELA CONTRATADA.

VIGÊNCIA: O CONTRATO TERÁ VIGÊNCIA DE 3 (TRÊS) MESES, E 30 (TRINTA) DIAS INICIADO EM 01/02/2017 COM TÉRMINO EM 31/05/2017.

EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 004/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ÁGUA DOCE – SC

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 004/2017

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ÁGUA DOCE.

CONTRATADA: EMPRESA INAUTEC - INFORMÁTICA

OBJETO: PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ATENDIMENTO COM O SETOR TI, RELACIONADOS À REDE INTERNA, MICROCOMPUTADORES, NOTEBOOKS E OUTROS EQUIPAMENTOS RELACIONADOS.

VALOR MENSAL: R\$ 212,00 (DUZENTOS E DOZE REAIS)

SIGNATÁRIOS: JAMES FRANCISCO BEAL PELA CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE E RICARDO CAVALLI JUNIOR, PELA CONTRATADA.

VIGÊNCIA: O CONTRATO TERÁ VIGÊNCIA DE 8 (OITO) MESES, E 30 (TRINTA) DIAS INICIADO EM 01/04/2017 COM TÉRMINO EM 31/12/2017.

Alto Bela Vista

PREFEITURA

PORTARIA Nº 047, DE 17 DE ABRIL DE 2017

CONCEDER FÉRIAS À SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente na forma do art. 76 da Lei Complementar n.º 011, de 10 de janeiro de 2005;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias regulamentares a Servidor Público Municipal em cargo de provimento efetivo, abaixo relacionado.

MAT.	SERVIDORES	PERÍODO AQUISITIVO		PERÍODO DE GOZO	
506	ELMAR HOFFMANN	15/09/2015	29/09/2016	18/04/2017	02/05/2017

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, 17 de Abril de 2017.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

CRISTIANO ALEX AULER

Responsável pelas publicações

PORTARIA Nº 048, DE 18 DE ABRIL DE 2017

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE

Art. 1º Exonerar servidor Público Municipal FRANCIANE CARINA ZIS, ocupante de cargo de provimento efetivo de CONTADOR, matrícula nº 744, lotado na Gerência de Administração e Finanças, a partir da presente data, a pedido do servidor pelo requerimento protocolado sob nº 100 de 18 de Abril de 2017.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista, em 18 de Abril de 2017.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

CRISTIANO ALEX AULER

Responsável pelas publicações

Anchieta

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL N 014/2017 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

AVISO LICITAÇÃO – Pregão Presencial 014/2017

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Item, para Aquisição de Trator de Pneu Agrícola novo, para ser utilizado pela Secretaria de Agricultura, conforme contrato de repasse celebrando entre o Município de Anchieta e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento nº. 1.026.504-50/2015/MAPA/CAIXA. Pago com recursos do Governo Federal e Próprios. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 09:00 horas do dia 05/05/2017. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta – Feira.

Anchieta, 18 de abril de 2017.

IVAN JOSÉ CANCI

Prefeito Municipal

Antônio Carlos

PREFEITURA

114º EDITAL DE CONVOCAÇÃO DOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO 001/2014

114º Edital de Convocação dos aprovados no concurso público 001/2014 - prefeitura municipal de Antônio Carlos

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos/SC, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao prescrito no Art. 37, inciso I e II da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, bem como na Lei municipal nº. 558, de 30 de novembro de 1992 e outras correlatas, CONVOCA os candidatos aprovados no Concurso Público para provimento nos cargos constantes no anexo I do presente, para apresentação no período de 19/04/2017 a 18/05/2017 (de segunda a sexta-feira), das 07:30 às 11:30 horas, e das 13:00 às 17:00 horas na sede da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, localizada na Praça Anchieta, nº 10, bairro Centro, Antônio Carlos/SC, munido dos documentos necessários constantes no Decreto Municipal nº. 099/2014, para fins de tomar posse no cargo em que foi aprovado. O Candidato que não comparecer no prazo estipulado ou deixar de apresentar a documentação exigida, será considerado desistente e ensejará na convocação do próximo aprovado, obedecendo a ordem de classificação.

Antônio Carlos, 18 de abril de 2017.
Geraldo Pauli
Prefeito Municipal

Anexo I

Cargo: AUXILIAR CONTÁBIL FINANCEIRO III

CLAS-SIF.	NOME	INSCRIÇÃO
03º	JULIANE DE OLIVEIRA	1581

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 057/2017

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 057/2017; Modalidade: Pregão Presencial nº 040/2017 (Registro de Preço); Tipo: Menor Preço Por Item; Objeto: A presente licitação tem por objeto a aquisição parcelada de ferramentas, materiais e equipamentos, para uso na oficina mecânica da Secretaria de Obras e Serviços Públicos do Município de Antônio Carlos/SC. Entrega dos envelopes e abertura: Dia 04 de maio de 2017 as 09:00 horas na Sede desta Prefeitura. Obtenção do Edital e informações no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, localizado na Praça Anchieta, nº 10, Centro, Antônio Carlos/SC, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00, pelo fone (48) 3272-8620 ou (48) 3272-8617, pelo e-mail licitacao@antonioscarlos.sc.gov.br.

Antônio Carlos, 18 de abril de 2017.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

PORTARIA N 215/2017

PORTARIA Nº 215/2017
Concede Licença Prêmio a servidor.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTÔNIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 558/92;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, LICENÇA PREMIO, por 60 dias a servidora ELIANE NUNES DE OLIVEIRA FOLGANES, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO I, a partir de 19 de abril de 2017, referente ao período aquisitivo de julho/2011 a julho/2016.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 18 de abril de 2017.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 19 de abril de 2017.

PORTARIA N 216/2017

PORTARIA Nº 216/2017
Exonera servidor efetivo.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTÔNIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Artigo 1º - Exonerar, a pedido, ELAINE APARECIDA PETRY CUNRADI, do cargo efetivo de AUXILIAR CONTABIL FINANCEIRO III, a partir do dia 19 de abril de 2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 18 de abril de 2017.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 19 de abril de 2017.

PORTARIA N 217/2017

PORTARIA Nº 217/2017
Nomeia servidor efetivo.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTÔNIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Edital de Concurso Público nº 001/2016;

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear, ELAINE APARECIDA PETRY CUNRADI, para o cargo efetivo de CONTADOR, a partir do dia 19 de abril de 2017, passando a fazer parte do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 18 de abril de 2017.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 19 de abril de 2017.

PORTARIA N 218/2017

PORTARIA Nº 218/2017

Cessa portaria.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTÔNIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Artigo 1º - Cessar portaria nº 417/2015, publicada no DOM no dia 12 de agosto de 2015, edição nº 1804, pg. 06, a partir do dia 19 de abril de 2017, que designava ELAINE APARECIDA PETRY CUNRADI, como TESOUREIRO.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 18 de abril de 2017.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 19 de abril de 2017.

PORTARIA N 219/2017

PORTARIA Nº 219/2017

Concede Férias a servidor.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTÔNIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 558/92;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, FÉRIAS, por 30 dias, ao servidor GILMAR DO AMARAL GARCIAS, ocupante do cargo efetivo de OPERADOR DE MÁQUINA, de 18 de abril de 2017 a 17 de maio de 2017, referente ao período aquisitivo de 02/02/2016 a 01/02/2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 18 de abril de 2017.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 19 de abril de 2017.

PORTARIA N 220/2017

PORTARIA Nº 220/2017

Exonera servidor Comissionado.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTÔNIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Artigo 1º - Exonerar, ELAINE APARECIDA PETRY CUNRADI, do Cargo Comissionado de DIRETOR DO IPREANCARLOS, a partir de 19 de abril de 2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 18 de abril de 2017.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 19 de abril de 2017.

PORTARIA N 221/2017

PORTARIA Nº 221/2017

Exonera servidor Comissionado.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTÔNIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Artigo 1º - Exonerar, VANESSA KOCH MANNES, do Cargo Comissionado de CONTADOR do IPREANCARLOS, a partir de 19 de abril de 2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 18 de abril de 2017.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 19 de abril de 2017.

PORTARIA N 222/2017

PORTARIA Nº 222/2017

Concede Férias a servidor.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTÔNIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 558/92;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, FÉRIAS, por 30 dias, ao servidor JOSÉ RUBENS MACHADO, ocupante do cargo efetivo de OPERADOR DE MÁQUINA, de 18 de abril de 2017 a 17 de maio de 2017, referente ao período aquisitivo de 02/09/2015 a 01/09/2016.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 18 de abril de 2017.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 19 de abril de 2017.

PORTARIA N 223/2017

PORTARIA Nº 223/2017

Designa servidor para Função de Tesoureiro.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTÔNIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Artigo 1º - Designar, SOLANGE APARECIDA SCHMITZ KREMER, ocupante do cargo Comissionado de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, para exercer a Função de TESOUREIRO, a partir de 19 de abril de 2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revoga-se a Portaria nº 417/2015, de 11 de agosto de 2015.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 18 de abril de 2017.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 19 de abril de 2017.

PORTARIA N 224/2017

PORTARIA Nº 224/2017

Nomeia cargo Comissionado.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTÔNIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear, VANESSA KOCH MANNES, para o Cargo Comissionado de DIRETOR DO IPREANCARLOS, a partir de 19 de abril de 2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 18 de abril de 2017.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 19 de abril de 2017.

PORTARIA N 225/2017

PORTARIA Nº 225/2017

Nomeia cargo Comissionado.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTÔNIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear, ELAINE APARECIDA PETRY CUNRADI, para o Cargo Comissionado de CONTADOR do IPREANCARLOS, a partir de 19 de abril de 2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 18 de abril de 2017.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 19 de abril de 2017.

Apiuna

PREFEITURA

AVISO PP 43/2017

Prefeitura Municipal de Apiúna

Aviso de Licitação Pregão Presencial Registro de Preço nº 43/2017

Objeto: Contratação de empresa especializada para locação de banheiros químicos para uso na 22ª TANGEFEST no Município de Apiúna/SC

Local da Abertura: Prefeitura de Apiúna, Rua Quintino Bocaiúva, 204, 1º andar, sala 05, centro, Apiúna/SC, 89135-000

Data/ Hora autenticação de documentos, credenciamento e protocolo envelopes: 04/05/2017 – Das 13 horas e 30 minutos às 13 horas e 50 minutos

Data/Hora da Abertura: 04/05/2017 – Às 14 horas

Maiores Informações Fone 47 3353 2000, edital completo disponível em www.apiuna.sc.gov.br

Jose Gerson Gonçalves/Prefeito de Apiúna

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 44/2017

Prefeitura Municipal de Apiúna

Aviso de Licitação Pregão Presencial Registro de Preço nº 44/2017

Objeto: Aquisição parcelada de areia, pedra e brita

Local da Abertura: Prefeitura de Apiúna, Rua Quintino Bocaiúva, 204, 1º andar, sala 05, centro, Apiúna/SC, 89135-000

Data/ Hora credenciamento e protocolo envelopes: 03/05/2017 – Das 09 horas às 09 horas e 20 minutos

Data/Hora da Abertura: 03/05/2017 – Às 09 horas e 40 minutos

Maiores Informações Fone 47 3353 2000, edital completo disponível em www.apiuna.sc.gov.br

Jose Gerson Gonçalves/Prefeito de Apiúna

PORTARIA Nº 0199/2017

PORTARIA Nº 0199/2017

De 18 de abril de 2017

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 103, §5º e Art. 187 e seguintes da Lei Complementar nº. 95/2008, de 01/09/2008,

RESOLVE

Art. 1º. – Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, com o objetivo de averiguar, avaliar ou responsabilizar o servidor MARCIO SCHULZ, nomeado em 16 de junho de 2015 no cargo de Operador de Máquina Esteira, por estar dirigindo um caminhão com placa MEJ6030 e ocasionar, a princípio, um dano no veículo, com placa MJO3590, do senhor Vicente Ferreira de Matos, conforme relata o Boletim de Ocorrência da Delegacia de Polícia de Rio do Sul.

Art. 2º. - Designar Comissão Disciplinar para Avaliação de Processo Administrativo Disciplinar, sendo composta por: Presidente, RODRIGO SILVEIRA DOS SANTOS, JUCELIA BERTOLI e MARILEIA REZINI MERINI, como membros e com as gratificações de 30% (trinta por cento) para o presidente e de 20% (vinte por cento) para os demais membros, não podendo ser cumulada com outras gratificações de mesma natureza e que vigorarão enquanto durar este procedimento.

Art. 3º. - Para bem cumprir as suas atribuições, a comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entender pertinentes.

Art. 4º. - A Comissão, ora constituída, terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da data da publicação desta Portaria, para concluir o procedimento administrativo, dando ciência a Administração.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 18 de abril de 2017.

José Gerson Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0200/2017

PORTARIA Nº 0200/2017

De 18 de abril de 2017

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 412/2001 de 19/09/2001,
RESOLVE

NOMEAR os membros do CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO DE APIÚNA, a partir de 18/04/2017 à 17/04/2019, que terá a seguinte composição:

REPRESENTANTES DA ÁREA GOVERNAMENTAL

Representantes do Setor de Promoção Social

Titular: Patricia Petters Schmidt

Suplente: Lais Daniel

Representantes da Secretaria de Saúde

Titular: Raquel Maximiano

Suplente: Osmarina de Souza

Representantes da Secretaria de Educação e Cultura

Titular: Jaison Guilherme Vendramin

Suplente: Fabiola Gonçalves Cunhaque

Representantes da Secretaria do Esporte e Lazer

Titular: Rodrigo Bussi

Suplente: Ernani Moser Filho

Representantes da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

Titular: Lucas Xavier dos Reis

Suplente: Gilmar Formagi

REPRESENTANTES DA ÁREA NÃO GOVERNAMENTAL

Representantes do Grupo de Idosos

Titular: Hilda Carvalho Pinto

Suplente: Lavina dos Santos Foss

Representantes do Idoso do Meio Urbano

Titular: Eurico Lucas da Costa

Suplente: Marta Juraci Cipriani Slomski

Representantes do Idoso do Meio Rural

Titular: Armando Grimm

Suplente: Maria da Rosa

Representantes das Entidades Prestadoras de Serviços

Titular: Lirio Girardi

Suplente: Noemi de Oliveira Gomes Neves

Representantes das Organizações de Assistência Social

Titular: Odete Muniz da Silva

Suplente: Hilda Marcelino da Silva

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 18 de abril de 2017.

José Gerson Gonçalves

Prefeito Municipal

Arabutã

PREFEITURA

PORTARIA 212/2017

PORTARIA Nº 183/2017
CONCEDE PROGRESSÃO POR ESCOLARIDADE AO SERVIDOR E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt, Prefeita de Arabutã, Estado de Santa Catarina,
no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER progressão por escolaridade ao servidor SIDI-
NEI GUBERT inscrito no CPF sob nº. 063.170.569-43, ocupante
do cargo de Provimento Efetivo de Inseminador, no percentual de
15%(quinze por cento) do vencimento da classe em que estiver
enquadrado, na forma estabelecida no artigo 19, § 4º, I, letra "c",
da Lei Complementar nº 158/2014.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra
em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 06 de março de 2017.
LEANI KAPP SCHMITT
Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glauca Pottratz
Responsável pela publicação.

PORTARIA 213/2017

PORTARIA Nº 213/2017
EXONERA A PEDIDO SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Leani Kapp Schmitt, Prefeita de Arabutã, Estado de Santa Catarina,
no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

Considerando requerimento do interessado, protocolado em 30 de
março de 2017;

RESOLVE:

Art.1º EXONERAR, a partir de 24 de abril de 2017, o servidor ADIL-
SON LUIS SPAGNOL, inscrito no CPF sob nº. 073.025.759-24, ocu-
pante do cargo de Provimento Efetivo de Técnico em Esportes.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra
em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 18 de abril de 2017.
LEANI KAPP SCHMITT
Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glauca Pottratz
Responsável pela publicação.

PREGÃO 30/2017

MUNICÍPIO DE ARABUTÃ SC, PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº.
033/2017. PREGÃO PRESENCIAL Nº. 030/2017

Objeto: o Registro de Preços para possível AQUISIÇÃO DE MATE-
RIAS DE CONSTRUÇÃO.

Recebimento das Propostas: até 08h15 do dia 03/05/2017.
Abertura: às 08h30do dia 03/05/2017.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à dis-
posição dos interessados na home page www.arabuta.sc.gov.br,
link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas
no Departamento de Compras deste Município, situado na Avenida
Lauro Muller, 210, Centro, de segunda a sexta em horário de expe-
diente normal, ou pelo fone fax (49) 3448-0048.

Arabutã, SC, 18 de abril de 2017.
EVELÁCIO VALÉRIO LEIDOW
Secretário de Infra-Estrutura e Urbanismo

PREGÃO 31/2017

MUNICÍPIO DE ARABUTÃ SC, PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº.
034/2017. PREGÃO PRESENCIAL Nº. 031/2017

Objeto: Registro de Preços para possível AQUISIÇÃO DE MATERIAL
ESPORTIVO.

Recebimento das Propostas: até 14h15 do dia 03/05/2017.
Abertura: às 14h30do dia 03/05/2017.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à dis-
posição dos interessados na home page www.arabuta.sc.gov.br,
link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas
no Departamento de Compras deste Município, situado na Avenida
Lauro Muller, 210, Centro, de segunda a sexta em horário de expe-
diente normal, ou pelo fone fax (49) 3448-0048.

Arabutã, SC, 18 de abril de 2017.
MÁRCIO LEANDRO LÜCKEMEIER
Diretor de Esportes

Arroio Trinta

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0015/2017 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA IMPLANTAÇÃO, CAPACITAÇÃO E FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO TEMPORÁRIO DE SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Pregão Presencial nº 0015/2017 - PR

Tipo: Menor Preço Global.

Objeto: contratação de empresa especializada para implantação, capacitação e fornecimento de LICENÇA de Uso TEMPORÁRIO de sistemas de Gestão Pública, com acesso simultâneo para usuários da Administração Municipal DIRETA E INDIRETA, QUE ATENDA AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, OS QUANTITATIVOS E SERVIÇOS TÉCNICOS CORRELATOS.

Regimento: Lei Complementar 123/2006, Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Entrega dos Envelopes: Até às 09h:00 do dia 05/05/2017.

Abertura dos Envelopes: Às 09h:30m do dia 05/05/2017.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura através dos e-mails: licitacoes@arroiotrinta.sc.gov.br, compras@arroiotrinta.sc.gov.br ou através do Site: www.arroiotrinta.sc.gov.br.

Informações e esclarecimentos no endereço: Rua XV de Novembro, 26, Centro, de segunda a sexta feira, no horário normal de Expediente ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta - SC, 18 de abril de 2017.

CLAUDIO SPRICIGO

Prefeito Municipal

Atalanta

PREFEITURA

DECRETO Nº 014/2017

D E C R E T O Nº 014/2017

"Estabelece Horário Facultativo para Servidores e Empregados nas Repartições Públicas Municipais e dá Outras Providências."

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica estabelecido horário facultativo de expediente aos servidores e empregados nas repartições públicas municipais, no período vespertino da quinta feira do dia 13 de abril de 2017.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta, (SC), 10 de abril de 2017.

JUAREZ MIGUEL RODERMEL

Prefeito Municipal

Balneário Piçarras

PREFEITURA

ATA PREGÃO 14/2017 - PMBP

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 024/2017 - PMBP

PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2017 – PMBP

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Este instrumento tem por objeto o Registro de Preço para FORNECIMENTO DE MATERIAL E PEÇAS DE DESGASTE PARA A FROTA DE MAQUINÁRIOS E CAMINHÕES DA SECRETARIA de Obras, Serviços Urbanos e Rurais, FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL - FUNSAN E FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL, não obrigando o ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com o Art. 7º do Decreto Municipal nº 029/2005, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições. A presente Ata terá validade de 01(um) ano, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada na forma da Lei, vigorando até o dia 28 de março de 2018.

TRATOR PECAS COMERCIO DE PECAS PARA TRATOR LTDA - Total do Fornecedor: R\$129.254,00

ENGEPEÇAS EQUIPAMENTOS LTDA - Total do Fornecedor: R\$468,00

RECH IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA S/A - Total do Fornecedor: R\$23.750,00

JÚLIO SILVESTRI FILHO ME - Total do Fornecedor: R\$83.972,96

Balneário Piçarras(SC), 28 de março de 2017.

Leonel José Martins – Prefeito Municipal

PORTARIA 146/2017

PORTARIA N.º 146/2017

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito do Municipal de Balneário Piçarras/SC, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso VII e IX, da Lei Orgânica Municipal, de acordo com os artigos 100 a 103, da Lei Complementar nº. 079/2004 de 26/11/2004 e considerando o requerimento, RESOLVE, deferir o pedido de LICENÇA PRÊMIO, formulado pelo Servidor Sr. MARCO ANTÔNIO SANTANA, brasileiro, maior, casado, inscrito no CPF nº 618.542.989-68, C.I nº 4R.1.991.693 SSP/SC, matrícula nº 137, ocupante do cargo efetivo de Assistente Técnico II com carga horária 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento, Econômico Sustentável, correspondente ao decênio 26/11/2004 A 26/11/2014, com o prazo de (90) noventa dias consecutivos pelo período de 02/05/2017 a 30/07/2017.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE e
CUMPRA-SE

Balneárias Piçarras (SC), 04 de abril de 2017.

Leonel José Martins

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda,
Publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

Balneário Rincão

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 015/SAMAE/2017.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO - SAMAE

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 015/SAMAE/2017.

Tipo: MENOR PREÇO POR LOTE.

Data e horário da sessão de abertura: 05/05/2017 às 14h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneario Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, SN, Centro, do Município de Balneario Rincão - SC.

Objeto: Contratação de empresa do ramo pertinente para aquisição de materiais e equipamentos de análises laboratoriais e insumo de produção da estação de tratamento de água do SAMAE Balneário Rincão - SC durante o ano de 2017.

Fone/Fax: (48) 3468-7218/ e-mail: licitacao.rincao@hotmail.com

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras Materiais e Patrimônio do Município de Balneário Rincão, na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC, no horário das 13:00 as 19:00 horas, ou pelos telefones (***48) 3468-7218, ou através do endereço eletrônico licitacao.rincao@hotmail.com.

Balneário Rincão – SC, 18 de Abril de 2017.

Pregoeira

Gisele Ferreira

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 016/SAMAE/2017.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO - SAMAE

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 016/SAMAE/2017.

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM.

Data e horário da sessão de abertura: 09/05/2017 às 14h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneario Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, SN, Centro, do Município de Balneario Rincão - SC.

Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente, para a locação de Banheiros Químicos para atender as necessidades do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Balneário Rincão durante o ano de 2017.

Fone/Fax: (48) 3468-7218/ e-mail: licitacao.rincao@hotmail.com

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras Materiais e Patrimônio do Município de Balneário Rincão, na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC, no horário das 13:00 as 19:00 horas, ou pelos telefones (***48) 3468-7218, ou através do endereço eletrônico licitacao.rincao@hotmail.com.

Balneário Rincão – SC, 18 de Abril de 2017.

Pregoeira

Gisele Ferreira

Barra Velha

PREFEITURA

LEI COMPLEMENTAR Nº 208 – DE 10 DE ABRIL DE 2017

LEI COMPLEMENTAR Nº 208 – DE 10 DE ABRIL DE 2017
"ATUALIZA AS TABELAS DOS ANEXOS I e II DA LEI COMPLEMENTAR 122, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2011".

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em atendimento ao Projeto de Lei de Iniciativa do Poder Legislativo Municipal, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. Ficam atualizadas as tabelas constantes dos anexos I e II da Lei Complementar nº 122/2011, de acordo com as alterações aprovadas pela Lei Complementar nº 206/2017 e pelas Leis Ordinárias nº 1.574/2017 e 1.526/2016, conforme anexos I e II desta Lei Complementar.

Art. 2º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Barra Velha, 10 de abril de 2017.
VALTER MARINO ZIMMERMANN
Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 208/2017

Barra Velha, 10 de abril de 2017.
VALTER MARINO ZIMMERMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1.178, 18 DE ABRIL DE 2017

PORTARIA Nº 1.178, 18 DE ABRIL DE 2017
"Nomeia candidato aprovado no Concurso Público"

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com base no disposto do inciso VII do artigo 71 e inciso II, do artigo 18, ambos da Lei Orgânica Municipal com conformidade nos artigos 10, 13 e 16, da Lei Complementar Municipal nº 125/2011, tendo em vista o resultado do concurso público realizado através do Edital nº 002/2015, homologado pelo Decreto nº 1088 de 07/03/2016 e Decreto 1089 de 14/03/2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a candidata CAROLINE TAISE OLIVEIRA BOEBEL, para o cargo efetivo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, Nível III- 1, do Anexo I, da Lei Complementar nº 125/2011, lotada na Secretaria Municipal da Educação e Cultura, com exercício no CEI Profª. Hilda Batista da Silva, carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2ºO candidato deverá tomar posse do cargo no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente, prorrogável por mais 30 (trinta) dias.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Barra Velha, 18 de abril de 2017.
VALTER MARINO ZIMMERMANN
Prefeito

PORTARIA Nº 1.179, 18 DE ABRIL DE 2017

PORTARIA Nº 1.179, 18 DE ABRIL DE 2017
"Nomeia candidato aprovado no Concurso Público"

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com base no disposto do inciso VII do artigo 71 e inciso II, do artigo 18, ambos da Lei Orgânica Municipal com conformidade nos artigos 10, 13 e 16, da Lei Complementar Municipal nº 125/2011, tendo em vista o resultado do concurso público realizado através do Edital nº 002/2015, homologado pelo Decreto nº 1088 de 07/03/2016 e Decreto 1089 de 14/03/2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a candidata JOICE HELIDE XAVIER DE MATOS, para o cargo efetivo de PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA, Nível II- 1, do Anexo I, da Lei Complementar nº 125/2011, lotada na Secretaria Municipal da Educação e Cultura, com exercício na EBM Profª Antônia Gasino de Freitas, carga horária de 20 horas semanais.

Art. 2º A candidata deverá tomar posse do cargo no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente, prorrogável por mais 30 (trinta) dias.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Barra Velha, 18 de abril de 2017.
VALTER MARINO ZIMMERMANN
Prefeito

PORTARIA Nº 1.180, 18 DE ABRIL DE 2017

PORTARIA Nº 1.180, 18 DE ABRIL DE 2017
"Nomeia candidato aprovado no Concurso Público"

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com base no disposto do inciso VII do artigo 71 e inciso II, do artigo 18, ambos da Lei Orgânica Municipal com conformidade nos artigos 10, 13 e 16, da Lei Complementar Municipal nº 125/2011, tendo em vista o resultado do concurso público realizado através do Edital nº 001/2012, homologado pela Portaria nº 192/2013 de 31/01/2013.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o candidato DANIEL AUGUSTO VASEL para o cargo efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, Nível II- 1, do Anexo V da Lei Complementar nº 125/2011, lotadona Secretaria Municipal da Educação e Cultura e Desporto, com exercíciono CEI Profª Daniele Ramon Eschholz Schuch, carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2ºO candidato deverá tomar posse do cargo no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente, prorrogável por mais 30 (trinta) dias.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Barra Velha, 18 de abril de 2017.
VALTER MARINO ZIMMERMANN
Prefeito

PORTARIA Nº 1.181, 18 DE ABRIL DE 2017

PORTARIA Nº 1.181, 18 DE ABRIL DE 2017

"Nomeia candidato aprovado no Concurso Público"

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com base no disposto do inciso VII do artigo 71 e inciso II, do artigo 18, ambos da Lei Orgânica Municipal com conformidade nos artigos 10, 13 e 16, da Lei Complementar Municipal nº 125/2011, tendo em vista o resultado do concurso público realizado através do Edital nº 001/2012, homologado pela Portaria nº 192/2013 de 31/01/2013.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a candidata MARIA ANTONIA DE SOUSA OLIVEIRA para o cargo efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, Nível II- 1, do Anexo V da Lei Complementar nº 125/2011, lotada na Secretaria Municipal da Educação e Cultura e Desporto, com exercício na ERM Prefeito Bernardo Aguiar, carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º A candidata deverá tomar posse do cargo no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente, prorrogável por mais 30 (trinta) dias.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Barra Velha, 18 de abril de 2017.
VALTER MARINO ZIMMERMANN
Prefeito

CÂMARA MUNICIPAL

4º EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

4º EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO – 001/2015
Comprovação de Requisitos e Exames Médicos

A CÂMARA DE VEREADORES DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, de acordo com o Edital nº 001/2015, e considerando a homologação do resultado final da prova objetiva e títulos, por meio do Decreto nº 17/2016, de 08 de março de 2016, torna público, para conhecimento dos interessados, após a verificação de regularidade pela Comissão de Concurso Público, a 1ª convocação para comprovação dos requisitos e Exames Médicos do Concurso Público, conforme o Edital nº. 001/2015, para os seguintes cargos:

CÂMARA DE VEREADORES

Nível Ensino Médio

Motorista

Nível Alfabetizado

Servente

1 DA HABILITAÇÃO

1.1 Se submeterão à Comprovação de Requisitos, os candidatos relacionados no Item 7.1, que deverão apresentar os seguintes documentos:

- a) Cópia autenticada em cartório da Carteira de Identidade;
- b) Cópia autenticada em cartório do Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição, se à época já possuía 18 (dezoito anos) ou Cópia Autenticada do Título de Eleitor, acompanhada de Certidão de Quitação Eleitoral, emitida pelo Tribunal Superior Eleitoral – TSE;
- c) Cópia do Cadastro de Pessoa Física ou Comprovante de Inscrição no CPF, emitido pela Receita Federal do Brasil;
- d) Cópia autenticada em cartório do Certificado de Reservista, ou documento equivalente, ou ainda dispensa de incorporação (se do sexo masculino);
- e) Cópia autenticada em cartório ou original da Certidão de Nascimento ou Casamento atualizada (conforme o caso), com menos de 90 (noventa) dias;
- f) Cópia do Cartão de Cadastramento do PIS/PASEP (se tiver);
- g) Exibição da Carteira de Trabalho e Previdência Social;
- h) Duas fotografias tamanho 3x4 recente, colorida;

i) Fotocópia autenticada em cartório dos documentos que comprovem a escolaridade exigida para o cargo/categoria profissional/especialidade, conforme discriminado no Edital do Concurso Público 001/2015 (disponível em www.iobv.org.br), e respectivo registro no conselho de classe, quando exigido;

j) Exibição do original de Diploma ou Certificado de Conclusão do curso correspondente à escolaridade exigida, bem como documentos comprobatórios da experiência profissional, conforme o caso, de acordo com o especificado no Edital do Concurso Público 001/2015 (disponível em www.iobv.org.br);

k) Declaração de horário de trabalho, se possuir outro vínculo empregatício, para demonstração de compatibilidade com o horário disponível e de interesse do Órgão Público;

l) Certidões de antecedentes criminais, da justiça comum estadual e da justiça federal, da circunscrição onde reside o candidato e da circunscrição do Estado de Santa Catarina (caso o candidato não resida em Santa Catarina);

m) declaração de não acumulação de cargos públicos, inclusive função, cargo ou emprego em autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios ou de acumulação lícita, nos termos do inciso XVII, art. 37 da CRFB/88.

n) Para os cargos de motorista, cópia autenticada da Carteira Nacional de Habilitação, comprobatória da categoria de habilitação exigida no Edital do Concurso Público 001/2015 (disponível em www.iobv.org.br);

1.2 A Comprovação de Requisitos tem caráter eliminatório, devendo os candidatos apresentarem todos os documentos acima relacionados na data e local determinados no presente Edital, sob pena de eliminação.

2 DOS EXAMES MÉDICOS

2.1 Todos os candidatos devem apresentar, junto ao Exame-médico Pré-Admissional, emitido por Médico do Trabalho, com a informação de "apto", os seguintes exames:

- hemograma completo,
- contagem de plaquetas,
- parcial de urina,
- creatinina,
- uréia,
- sorologia para lues,

- glicemia de jejum,
- exame radiológico do tórax 2 posições – P + PA,
- esquema anti-tetânico em dia ou iniciado na ocasião;
- vacina anti-rubéola.

2.1.1 Para candidatas do sexo feminino deverá ser acrescido Exame Ginecológico (realizado no prazo máximo de 12 meses) ou comprovante em andamento (coleta e resultado).

2.1.2 Para candidatos do sexo masculino, com mais de 40 (quarenta) anos, deverá ser acrescido o Preventivo Prostático (realizado no prazo máximo de 12 meses).

2.2 Para candidatos, de ambos os sexos, com mais de 35 anos, deverá ser acrescidos eletrocardiograma com laudo médico (com prazo máximo de 30 dias).

2.3 Para candidatos, de ambos os sexos, com mais de 40 anos, deverá ser acrescidos Colesterol Total e Triglicerídeos (com prazo máximo de 30 dias).

2.4 Não serão aceitos resultados de exames emitidos pela internet sem assinatura digitalizada, fotocopiados ou por fax. Na inspeção médica poderão ser exigidos exames e testes complementares considerados necessários para sua conclusão.

Deverão os candidatos, ainda, apresentar:

3. Declaração de bens, com indicação das fontes de renda ou cópia da Declaração do IRRF, relativa ao último exercício (2016);

4. Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável, nos termos do ANEXO VI, inciso II, item 7, da Instrução Normativa nº TC-11/2011;

5. Após receber a convocação o candidato terá o prazo de 02 (dois) dias para manifestar seu interesse na vaga e/ou requerer, junto ao setor de protocolo da Câmara, prazo de até 30 (trinta) dias para apresentar a documentação exigida nos itens 1, 2, 3 e 4 deste Edital.

6. DO LOCAL DE APRESENTAÇÃO

Os candidatos relacionados no item 7.1, deverão se apresentar no horário das 14h às 18h, no Protocolo da Câmara de Vereadores, sito a Rua Pedro Alcântara de Freitas, 125, Centro, Barra Velha – SC, munido de todos os documentos relacionados nos itens 1, 2, 3 e 4 conforme a programação abaixo estabelecida:

7. DOS CANDIDATOS CONVOCADOS

7.1 Fica convocado para a Comprovação de Requisitos acima elencados, o candidato a seguir relacionado:

CÂMARA DE VEREADORES DE BARRA VELHA

Nível Ensino Médio

Motorista

1º Maycon Douglas Guimaraes

Nível Fundamental

3º Michelly Rodrigues Coelho

8. DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1 Os candidatos convocados para esta fase deverão comparecer no local indicado munidos de todos os documentos listados nos itens 1, 2, 3 e 4. Não serão recebidos os documentos de forma parcial dentro do prazo de convocação deste Edital.

8.2 O Resultado Preliminar, desta fase do Concurso Público, será publicado no site www.camarabarravelha.sc.gov.br e DOM – Diário Oficial dos Municípios – www.diariomunicipal.sc.gov.br.

8.3. Caberá recurso do Resultado Preliminar, no prazo de 02 (dois) dias úteis após a publicação do resultado, mencionado no subitem anterior.

8.4. Permanecem inalteradas as demais disposições estabelecidas no Edital nº. 001/2015, que normatiza o Concurso Público da Câmara de Vereadores de Barra Velha/SC.

8.5 Todos os casos omissos ou duvidosos que não tenham sido expressamente previstos no presente Edital e legislação vigente serão resolvidos pela Comissão de Concurso Público constituída para este fim.

8.6 A presente convocação poderá ser atendida, por procurador munido de Procuração Pública, específica para o seguinte ato: – apresentar documentos que comprovem os requisitos exigidos pela Câmara de Barra Velha no Concurso Público previsto no Edital 001/2015, com poderes específicos para tomar ciência da eliminação do concurso público.

8.7 Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Barra Velha, 18 de abril de 2017.

ALEX SANDRO CORREIA DOS SANTOS - Presidente

CHARLES SAINT-CLAIR HEIL – Advogado
OAB/SC: 12629

EXTRATO CONTRATUAL - CONTRATO Nº 008/2017.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº008/2017

CONTRATADO: JOICE MIRIAM MARTINS PRUSSEK – LAVAÇÃO DO GOIANO

CNPJ: 18.002.729/0001-62

DATA DE ASSINATURA: 06 de março de 2017.

VALOR: valor global R\$ 855,00 (Oitocentos e cinquenta e cinco reais).

RECURSOS: 2.001.3.3.90.00.00.00.00 (5)

OBJETO: O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços de lavagem do veículo oficial da CONTRATANTE (KIA SPORTAGE EX2, placas MHM1499), ressaltando-se que a higienização se dará de forma completa, ou seja, exterior e interior.

Charles Saint-Clair Heil - Advogado

Alex Sandro Correia dos Santos – Presidente da Câmara de Vereadores

Benedito Novo

PREFEITURA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2017

PUBLICAÇÕES LEGAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2017

PREGÃO PRESENCIAL nº 23/2017.

ÓRGÃO GESTOR: Município de Benedito Novo/SC

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA DESARMADA PARA ATUAR EM DIVERSOS EVENTOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES.

a) EMPRESA FORNECEDORA E VALOR REGISTRADO: JOVIL SEGURANCA PRIVADA EIRELI ME (Item: 1), totalizando a quantia de R\$ 30.960,00 (trinta mil e novecentos e sessenta reais)

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: 27 de março de 2017 a 27 de março de 2018.

Benedito Novo (SC), 27 de março de 2017.

JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito

EXTRATO DO SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO 40/2016

PUBLICAÇÕES LEGAIS

EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

EXTRATO DO SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO Nº 40/2016

Referente: Processo Licitatório nº 70/2015

Contratada: CONSTRUÇÃO CIVIL MG LTDA

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPIPEDO DA RUA SANTA ROSA, NESTE MUNICÍPIO, (COMPREENDENDO MATERIAL E MÃO DE OBRA), NO ÂMBITO DO CONVÊNIO Nº 2015TR001459 - FUNDAM, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTOS, CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO E PROJETOS.

Finalidade do Aditivo: PRORROGA VIGÊNCIA DO CONTRATO

Vigência: 16/03/2017 a 12/09/2017

Data Assinatura: 14/03/2017

JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito Municipal

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 13/2017

PUBLICAÇÕES LEGAIS

EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 13/2017

Contratada: WALTRAM KLITZKE

Objeto: LOCAÇÃO DE UMA RESIDÊNCIA EM ALVENARIA, COM 60M², LOCALIZADA NA RUA WALDEMAR GESSNER, Nº 180, CENTRO, MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO, COMPOSTA POR COZINHA E SALA, DOIS QUARTOS, UM BANHEIRO, UMA LAVAÇÃO E UMA GARAGEM, PARA ABRIGAMENTO DE PESSOA COM VÍNCULOS FAMILIARES ROMPIDOS.

Finalidade do Aditivo: PRORROGA VIGÊNCIA DO CONTRATO

Vigência: 01/04/2017 a 31/12/2017

Data Assinatura: 28/03/2017

JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito Municipal

Biguaçu

PREFEITURA

AVISO DE REPUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 24/2016 DO PP 127/2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

Aviso de Republicação da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 24/2016 DO PP 127/2016.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACAS DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO, PARA USO NAS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO. E AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA DEMARCAÇÃO VIÁRIA E DE SINALIZAÇÃO AUXILIAR A SEREM UTILIZADOS NAS VIAS DO MUNICÍPIO.

LOTE 01 - EMPRESA: SINASC SINALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS LTDA. VALOR TOTAL: R\$69.500,00

VIGÊNCIA: 06/10/2016 A 05/10/2017.

A ÍNTEGRA DA ATA SE ENCONTRA NO SITE DA PREFEITURA DE BIGUAÇU, www.bigua.atende.net

Biguaçu, 16 de abril de 2017.

RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE REPUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 1/2017 DO PP 161/2016 - PPMB.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

EXTRATO DE REPUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 1/2017 DO PP 161/2016.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

EMPRESA: AMA COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA.

VALOR TOTAL: R\$ 88.982,50

VIGÊNCIA: 06/01/2017 A 05/01/2018.

A ÍNTEGRA DA ATA SE ENCONTRA NO SITE DA PREFEITURA DE BIGUAÇU, www.bigua.atende.net

Biguaçu, 09 de abril de 2017.

RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 1563/2017

PORTARIA nº 1563 de 120 de abril de 2017

ERRATA:

Na portaria 546/2017, de nomeação do(a) servidor(a) Agueinei Vilmar Cardoso, ocorreu um equívoco quanto ao cargo.

Portaria 546/2017 de 23 de fevereiro de 2017:

Art. 1º Nomear, Agueinei Vilmar Cardoso, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão Gerente de Cultura, nível CC-04 na Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer a contar de 03/02/2017.

Passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º Nomear, Agueinei Vilmar Cardoso, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão Gerente de Lazer, nível CC-04 na Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer a contar de 03/02/2017.

Biguaçu, 12 de abril de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1564/2017

PORTARIA nº 1564 de 12 de abril de 2017

Nomeia o(a) servidor(a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 29 de 29 de fevereiro de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, FERNANDO DIAS LEAL, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão CHEFE DE SETOR INFECTOLOGISTA, nível CC-05 na Secretaria Municipal da Saúde a contar de 03/04/2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 03/04/2017.

Biguaçu, 12 de abril de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1565/2017

PORTARIA nº 1565 de 12 de abril de 2017

Nomeia servidor(a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 29 de 29 de fevereiro de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, ANA CARLA FLOR, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão COORDENADOR DA CASA DO POVO DE CACHOEIRAS, nível CC-04 na Secretaria Municipal da Receita a contar de 03/04/2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 03/04/2017.

Biguaçu, 12 de abril de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1567/2017

PORTARIA nº 1567 de 12 de abril de 2017

Nomeia servidor(a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 29 de 29 de fevereiro de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, ALEXANDRA KLINGSTRON, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão GERENTE DE IMPRENSA, nível CC-04 na Secretaria Municipal do Governo a contar de 18/04/2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 18/04/2017.

Biguaçu, 12 de abril de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1568/2017

PORTARIA nº 1568 de 12 de abril de 2017

Torna sem efeito portaria de nomeação de servidor efetivo para exercer Função de Confiança, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 773/2017, do(a) servidor(a) João Batista Soares, a qual o(a) nomeia para exercer a Função de Gerente de Controle e Avaliação, na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/04/2017.

Biguaçu, 12 de abril de 2017.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1569/2017

PORTARIA nº 1569 de 12 de abril de 2017

Nomeia servidor para exercer Função de Confiança, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 113/2017, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 85 de 21 de junho de 2013 e 131 de 08 de agosto de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o(a) servidor(a) JOÃO BATISTA SOARES, detentor(a) do cargo de provimento efetivo de motorista geral inscrito(a) na matrícula funcional nº 155-1, para exercer a Função de Confiança de Diretor de Planejamento Intersetorial, Gestão e Tecnologias em Saúde, nos termos do art. 29, caput da Lei Complementar nº 113/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/04/2017.

Biguaçu, 12 de abril de 2017.

Daniel César da Luz

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1570/2017

PORTARIA nº 1570 de 12 de abril de 2017

ERRATA:

Na portaria 3160/2016, de prorrogação da servidora Janaina de Jesus Moreira ocorreu um equívoco quanto ao prazo.

Portaria 3160 de 21 de dezembro de 2016:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JANAINA DE JESUS MOREIRA, para desempenhar as funções do cargo não provido de ATENDENTE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 01/01/2017 a 31/01/2017.

Passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JANAINA DE JESUS MOREIRA, para desempenhar as funções do cargo não provido de ATENDENTE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 01/01/2017 a 28/02/2017.

Biguaçu, 12 de abril de 2017.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1571/2017

PORTARIA nº 1571 de 12 de abril de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JANAINA DE JESUS MOREIRA para desempenhar as funções do cargo não provido de ATENDENTE DA CRIANÇA E ADOLESCENTE do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Assistência Social, e jornada de 30hs semanais, no período de 01/03/2017 a 31/12/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/03/2017.

Biguaçu, 12 de abril de 2017.

Dircilene Carmelita Maria da Luz

Secretária Municipal de Assistência Social

PORTARIA Nº 1572/2017

PORTARIA nº 1572 de 12 de abril de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JONATAS TRINDADE GUEDES, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DE EMERGÊNCIA do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada semanal conforme escala de plantão, no período de 01/03/2017 a 31/05/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/03/2017.

Biguaçu, 12 de abril de 2017.

Heron Felício Pereira

Secretário Municipal da Saúde

PORTARIA Nº 1573/2017

PORTARIA nº 1573 de 12 de abril de 2017

ERRATA:

Na portaria 2223/2016, de nomeação do(a) servidor(a) Julia Espindola dos santos ocorreu um equívoco quanto ao prazo.

Portaria nº 2223/2016 de 26 de agosto de 2016:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) JULIA ESPINDOLA DOS SANTOS de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidades de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, com jornada semanal conforme escala de plantão, na Secretaria Municipal da Saúde a partir de 15/08/2016 a 31/12/2016.

Passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) JULIA ESPINDOLA DOS SANTOS de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidades de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, com jornada semanal conforme escala de plantão, na Secretaria Municipal da Saúde a partir de 15/08/2016 a 28/02/2017.

Biguaçu, 12 de abril de 2017.

Heron Felício Ferreira

Secretário Municipal da Saúde

PORTARIA Nº 1574/2017

PORTARIA nº 1574 de 12 de abril de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JULIA ESPINDOLA DOS SANTOS, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DE EMERGÊNCIA do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada semanal conforme escala de plantão, no período de 01/03/2017 a 31/05/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/03/2017.

Biguaçu, 12 de abril de 2017.

Heron Felício Pereira

Secretário Municipal da Saúde

PORTARIA Nº 1575/2017

PORTARIA nº 1575 de 12 de abril de 2017

ERRATA:

Na portaria 2125/2016, de prorrogação do(a) servidor(a) José Leandro Martins um equívoco quanto ao prazo.

Portaria nº 2125/2016 de 22 de agosto de 2016:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JOSE LEANDRO MARTINS, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada semanal conforme escala de plantão, no período de 01/08/2016 a 31/12/2016.

Passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JOSE LEANDRO MARTINS, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada semanal conforme escala de plantão, no período de 01/08/2016 a 28/02/2017.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.

Heron Felício Ferreira

Secretário Municipal da Saúde

PORTARIA Nº 1576/2017

PORTARIA nº 1576 de 12 de abril de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JOSE LEANDRO MARTINS, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DE EMERGÊNCIA do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada semanal conforme escala de plantão, no período de 01/03/2017 a 31/05/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/03/2017.

Biguaçu, 12 de abril de 2017.
Heron Felício Pereira
Secretário Municipal da Saúde

PORTARIA Nº 1577/2017

PORTARIA nº 1577/2017 de 12 de abril de 2017

Tornar sem efeito o ato de prorrogação, dos servidores detentores de cargo de provimento temporário, da Secretaria Municipal de Saúde e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 058/2017, do(a) servidor(a) JEAN PATRICK ROUSSENQ KLEHN, a qual o(a) prorroga o prazo para exercer a cargo de MOTORISTA II, na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/01/2017.

Biguaçu, 12 de abril de 2017.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1578/2017

PORTARIA nº 1578 de 12 de abril de 2017

ERRATA:

Na portaria 2219/2016, de nomeação do(a) servidor(a) Jean Patrick Roussenq Klehn ocorreu um equívoco quanto ao prazo.

Portaria nº 2219/2016 de 26 de agosto de 2016:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) JEAN PATRICK ROUSSENQ KLEHN de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidades de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de MOTORISTA I, com jornada de 40hs semanais, na Secretaria Municipal da Saúde a partir de 22/07/2016 a 31/12/2016.

Passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) JEAN PATRICK ROUSSENQ KLEHN de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidades de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de MOTORISTA I, com jornada de 40hs semanais, na Secretaria Municipal da Saúde a partir de 22/07/2016 a 28/02/2017.

Biguaçu, 12 de abril de 2017.
Heron Felício Ferreira
Secretário Municipal da Saúde

PORTARIA Nº 1579/2017

PORTARIA nº 1579 de 12 de abril de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.
RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JEAN PATRICK ROUSSENQ KLEHN, para desempenhar as funções do cargo não provido de MOTORISTA II do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 40hs semanais, no período de 01/03/2017 a 31/03/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/03/2017.

Biguaçu, 12 de abril de 2017.
Heron Felício Ferreira
Secretário Municipal da Saúde

PORTARIA Nº 1580/2017

PORTARIA nº 1580 de 12 de abril de 2017

ERRATA:

Na portaria 2227/2016, de nomeação do(a) servidor(a) João Gabriel Barboza Rios ocorreu um equívoco quanto ao prazo.

Portaria nº 2227/2016 de 26 de agosto de 2016:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) JOAO GABRIEL BARBOZA RIOS de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidades de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de MEDICO DE EMERGÊNCIA, com jornada semanal conforme escala de plantão, na Secretaria Municipal da Saúde a partir de 01/08/2016 a 31/12/2016.

Passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) JOAO GABRIEL BARBOZA RIOS de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidades de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de MEDICO DE EMERGÊNCIA, com jornada semanal conforme escala de plantão, na Secretaria Municipal da Saúde a partir de 01/08/2016 a 28/02/2017.

Biguaçu, 12 de abril de 2017.
Heron Felício Ferreira
Secretário Municipal da Saúde

PORTARIA Nº 1581/2017

PORTARIA nº 1581 de 12 de abril de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JOÃO GABRIEL BARBOZA RIOS, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DE EMERGÊNCIA do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada semanal conforme escala de plantão, no período de 01/03/2017 a 31/05/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/03/2017.

Biguaçu, 12 de abril de 2017.

Heron Felício Pereira

Secretário Municipal da Saúde

PORTARIA Nº 1582/2017

PORTARIA nº 1582 de 12 de abril de 2017

ERRATA:

Na portaria 1582/2016, de nomeação do(a) servidor(a) Julia Andreza Seabra ocorreu um equívoco quanto ao prazo.

Portaria nº 1582/2016 de 15 de janeiro de 2016:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) JULIA ANDREZA SEABRA de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidades de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de ENFERMEIRO I, com jornada de 30 horas, na Secretaria Municipal da Saúde a partir de 01/02/2016 a 01/02/2017.

Passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) JULIA ANDREZA SEABRA de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidades de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de ENFERMEIRO I, com jornada de 30 horas, na Secretaria Municipal da Saúde a partir de 01/02/2016 a 31/01/2018.

Biguaçu, 12 de abril de 2017.

Heron Felício Ferreira

Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 1583/2017

PORTARIA nº 1583/2017

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER, Licença Maternidade à servidora, GISELIA EVANILDE GRAPE SAGAS, ocupante do cargo de provimento temporário de PROFESSOR II – 40HS EDUCAÇÃO INFANTIL lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, do Quadro de Pessoal desta Municipalidade, a partir de 17/04/2017 a 14/08/2017.

CONCEDER, Estabilidade Provisória conforme Art 7º, XVIII, da CF art. 10, II, "B", do ADCT do STF a partir de 15/08/2017 a 13/09/2017.

Biguaçu, 12 de abril de 2017.

Daniel César da Luz

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1584/2017

PORTARIA nº 1584 de 12 de abril de 2017

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) LUIZ HENRIQUE DIAS ALVES FILHO, detentor do cargo de provimento temporário de MÉDICO ESPECIALISTA V - DERMATOLOGISTA, com jornada semanal conforme escala de plantão, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 24/03/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 24/03/2017.

Biguaçu, 12 de abril de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1585/2017

PORTARIA nº 1585 de 12 de abril de 2017

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) MARIA DE FÁTIMA ALVES MARTINS detentor do cargo de provimento temporário de PROFESSOR II – EDUCAÇÃO INFANTIL, com jornada de 40hs semanais, na Secretaria Municipal da Educação, a partir de 07/04/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 07/04/2017.

Biguaçu, 12 de abril de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1586/2017

PORTARIA nº 1586 de 12 de abril de 2017

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) EVANILDO DA SILVA, detentor do cargo de provimento temporário de TÉCNICO EM EDUCAÇÃO, com jornada de 20hs semanal, na Secretaria Municipal da Educação, a partir de 13/04/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 13/04/2017.

Biguaçu, 12 de abril de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1587/2017

PORTARIA nº 1587 de 12 de abril de 2017

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) SANDRO CARDOSO detentor do cargo de provimento temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30hs semanais, na Secretaria Municipal da Educação, a partir de 01/04/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/04/2017.

Biguaçu, 12 de abril de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1588/2017

PORTARIA nº 1588 de 12 de abril de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JOSE DALVO BORBA, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II – EDUCAÇÃO INFANTIL, do Quadro de Pessoal da Administração

Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 02/04/2017 a 02/06/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/04/2017.

Biguaçu, 12 de abril de 2017.

KATIA ROUSSENQ BICHELS

Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1589/2017

PORTARIA nº 1589 de 12 de abril de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), CARMEN LUCIA SOARES DOS SANTOS, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II – EDUCAÇÃO INFANTIL, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 02/04/2017 a 02/06/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/04/2017.

Biguaçu, 12 de abril de 2017.

KATIA ROUSSENQ BICHELS

Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1590/2017

PORTARIA nº 1590 de 12 de abril de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JHENIFER DE ANDRADE MACHADO, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II – EDUCAÇÃO INFANTIL, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 02/04/2017 a 02/06/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/04/2017.

Biguaçu, 12 de abril de 2017.
KATIA ROUSSENQ BICHELS
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1591/2017

PORTARIA nº 1591 de 12 de abril de 2017

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ABDEL AZZIZ MOUSSA HASSAN DAOUD, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR III - PORTUGUÊS, com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 03/04/2017 a 02/06/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/04/2017.

Biguaçu, 12 de abril de 2017.
KATIA ROUSSENQ BICHELS
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1592/2017

PORTARIA nº 1592 de 12 de abril de 2017

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) VINICIUS MAURICIO SACRAMENTO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR III - MATEMÁTICA, com jornada de 10 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 20/03/2017 a 20/12/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 20/03/2017.

Biguaçu, 12 de abril de 2017.
KATIA ROUSSENQ BICHELS
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1593/2017

PORTARIA nº 1593 de 12 de abril de 2017

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro

de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) SILVANA DE CASSIA MENDES OLIVEIRA PRAZERES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR III - INGLÊS, com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01/04/2017 a 20/12/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/04/2017.

Biguaçu, 12 de abril de 2017.
KATIA ROUSSENQ BICHELS
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1594/2017

PORTARIA nº 1594 de 12 de abril de 2017

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ELISOLETE DA SILVA PADILHA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II – ENSINO FUNDAMENTAL com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 15/03/2017 a 20/12/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 15/03/2017.

Biguaçu, 12 de abril de 2017.
KATIA ROUSSENQ BICHELS
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1595/2017

PORTARIA nº 1595 de 12 de abril de 2017

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) DULCE ERICA KLOCH FLORES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR III – EJA com jornada de 10 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 27/03/2017 a 20/12/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 27/03/2017.

Biguaçu, 12 de abril de 2017.
KATIA ROUSSENQ Bichels
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1596/2017

PORTARIA nº 1596 de 12 de abril de 2017

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MARINAITE MAIRTE DE SOUTO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV - MERENDEIRA com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 22/02/2017 a 20/06/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 22/02/2017.

Biguaçu, 12 de abril de 2017.
KATIA ROUSSENQ Bichels
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1597/2017

PORTARIA nº 1597 de 12 de abril de 2017

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) EVELISE FURTADO KOERICH, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO EM EDUCAÇÃO com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 06/03/2017 a 30/07/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 06/03/2017.

Biguaçu, 12 de abril de 2017.
KATIA ROUSSENQ Bichels
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1598/2017

PORTARIA nº 1598 de 12 de abril de 2017

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas

atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MARIAH CRISPIM CRUZ, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II – EDUCAÇÃO INFANTIL com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 21/03/2017 a 21/05/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 21/03/2017.

Biguaçu, 12 de abril de 2017.
KATIA ROUSSENQ Bichels
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1599/2017

PORTARIA nº 1599 de 12 de abril de 2017

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ESTHER DA ROSA DE OLIVEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II – EDUCAÇÃO INFANTIL com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 28/03/2017 a 25/05/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 28/03/2017.

Biguaçu, 12 de abril de 2017.
KATIA ROUSSENQ Bichels
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1600/2017

PORTARIA nº 1600 de 12 de abril de 2017

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ARLI JOSE SAGAS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II – EDUCAÇÃO INFANTIL com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 03/04/2017 a 02/06/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/04/2017.

Biguaçu, 12 de abril de 2017.
KATIA ROUSSENQ Bichels
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1601/2017

PORTARIA nº 1601 de 12 de abril de 2017

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) NATAN AZEVEDO DOS SANTOS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SALA com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 22/02/2017 a 02/06/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 22/02/2017.

Biguaçu, 12 de abril de 2017.
KATIA ROUSSENQ Bichels
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1602/2017

PORTARIA nº 1602 de 12 de abril de 2017

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ELIANE MARIA ROQUE, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SALA com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 16/03/2017 a 16/05/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 16/03/2017.

Biguaçu, 12 de abril de 2017.
KATIA ROUSSENQ Bichels
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1603/2017

PORTARIA nº 1603 de 12 de abril de 2017

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro

de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) SUSAMAR DOS SANTOS CAVALLHEIRO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SALA com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 03/04/2017 a 02/06/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/04/2017.

Biguaçu, 12 de abril de 2017.
KATIA ROUSSENQ Bichels
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1604/2017

PORTARIA nº 1604 de 12 de abril de 2017

ERRATA:

Na portaria 3049/2016, de nomeação do(a) servidor(a) Jonatas Trindade Guedes ocorreu um equívoco quanto ao prazo.

Portaria nº 3049/2016 de 12 de dezembro de 2016:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) JONATAS TRINDADE GUEDES de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidades de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de MEDICO DE EMERGÊNCIA, com jornada semanal conforme escala de plantão, na Secretaria Municipal da Saúde a partir de 03/12/2016 a 31/01/2017.

Passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) JONATAS TRINDADE GUEDES de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidades de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de MEDICO DE EMERGÊNCIA, com jornada semanal conforme escala de plantão, na Secretaria Municipal da Saúde a partir de 03/12/2016 a 28/02/2017.

Biguaçu, 12 de abril de 2017.
Heron Felício Ferreira
Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 1605/2017

PORTARIA nº 1605 de 17 de abril de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), NYA DOS SANTOS LHULLIER, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 30hs semanal, no período de 01/04/2017 a 30/04/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/04/2017.

Biguaçu, 17 de abril de 2017.
Heron Felício Ferreira
Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 1606/2017

PORTARIA nº 1606 de 17 de abril de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), STEFHANY SOARES MULLER, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 30hs semanal, no período de 01/04/2017 a 30/04/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/04/2017.

Biguaçu, 17 de abril de 2017.
Heron Felício Ferreira
Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 1607/2017

PORTARIA nº 1607 de 17 de abril de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JACQUELINE GOIS DE JESUS, para desempenhar as funções do cargo não provido de ENFERMEIRO I, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 30hs semanal, no período de 01/04/2017 a 30/04/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/04/2017.

Biguaçu, 17 de abril de 2017.
Heron Felício Ferreira
Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 1608/2017

PORTARIA nº 1608 de 17 de abril de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JOSEANE JOHANSON PAVANATTI, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 30hs semanal, no período de 01/04/2017 a 30/04/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/04/2017.

Biguaçu, 17 de abril de 2017.
Heron Felício Ferreira
Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 1609/2017

PORTARIA nº 1609 de 17 de abril de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MARI SELMA MACHADO PEREIRA COELHO, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 30hs semanal, no período de 01/04/2017 a 30/04/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/04/2017.

Biguaçu, 17 de abril de 2017.
Heron Felício Ferreira
Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 1610/2017

PORTARIA nº 1610 de 17 de abril de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições,

que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), CAMILA TRATZ, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 30hs semanal, no período de 01/04/2017 a 30/04/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/04/2017.

Biguaçu, 17 de abril de 2017.

Heron Felício Ferreira

Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 1611/2017

PORTARIA nº 1611 de 17 de abril de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), TATIANI DELFIS DA CRUZ DA MAIA, para desempenhar as funções do cargo não provido de ENFERMEIRO I, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 30hs semanal, no período de 01/04/2017 a 30/04/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/04/2017.

Biguaçu, 17 de abril de 2017.

Heron Felício Ferreira

Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 1612/2017

PORTARIA nº 1612 de 17 de abril de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), LARIANI ROZA ALVES, para desempenhar as funções do cargo não provido de ENFERMEIRO I, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada

de 30hs semanal, no período de 01/04/2017 a 30/04/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/04/2017.

Biguaçu, 17 de abril de 2017.

Heron Felício Ferreira

Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 1613/2017

PORTARIA nº 1613 de 17 de abril de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), BRUNA SILVEIRA DE SOUZA, para desempenhar as funções do cargo não provido de ENFERMEIRO I, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 30hs semanal, no período de 01/04/2017 a 30/04/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/04/2017.

Biguaçu, 17 de abril de 2017.

Heron Felício Ferreira

Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 1614/2017

PORTARIA nº 1614 de 17 de abril de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JUCELINA MARIA DE OLIVEIRA, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 30hs semanal, no período de 01/04/2017 a 30/04/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/04/2017.

Biguaçu, 17 de abril de 2017.

Heron Felício Ferreira

Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 1615/2017

PORTARIA nº 1615 de 17 de abril de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), VALDECI MARIA MARTINS, para desempenhar as funções do cargo não provido de ENFERMEIRO I do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 30hs semanal, no período de 01/04/2017 a 30/04/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/04/2017.

Biguaçu, 17 de abril de 2017.

Heron Felício Ferreira

Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 1616/2017

PORTARIA nº 1616 de 17 de abril de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ANETE VANDA FORTE, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 30hs semanal, no período de 01/04/2017 a 30/04/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/04/2017.

Biguaçu, 17 de abril de 2017.

Heron Felício Ferreira

Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 1617/2017

PORTARIA nº 1617 de 17 de abril de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MARILENE MARTINS LEITE, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 30hs semanal, no período de 01/04/2017 a 30/04/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/04/2017.

Biguaçu, 17 de abril de 2017.

Heron Felício Ferreira

Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 1618/2017

PORTARIA nº 1618 de 17 de abril de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ANDRÉ LUCHTEMBERG, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 30hs semanal, no período de 01/04/2017 a 30/04/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/04/2017.

Biguaçu, 17 de abril de 2017.

Heron Felício Ferreira

Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 1619/2017

PORTARIA nº 1619 de 17 de abril de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), CAROLINE ROHENKOHL, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO ESPECIALISTA III - ORTOPEDISTA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada semanal conforme escala de

plantão, no período de 01/04/2017 a 30/04/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/04/2017.

Biguaçu, 17 de abril de 2017.

Heron Felício Ferreira

Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 1620/2017

PORTARIA nº 1620 de 17 de abril de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), LUANA COMICHOLLI LINO, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 30hs semanal, no período de 01/04/2017 a 30/04/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/04/2017.

Biguaçu, 17 de abril de 2017.

Heron Felício Ferreira

Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 1621/2017

PORTARIA nº 1621 de 17 de abril de 2017

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) NATHAN AQUINO DE LIZ, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, com jornada semanal conforme escala de plantão, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 14/04/2017 a 31/05/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 14/04/2017.

Biguaçu, 17 de abril de 2017.

Heron Felício Ferreira

Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 1622/2017

PORTARIA nº 1622/2017

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER, Licença Maternidade à servidora, RUBIA FRANCISCA ROYER DA SILVA CORREA, ocupante do cargo de provimento temporário de PROFESSOR II – 30HS EDUCAÇÃO INFANTIL lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, do Quadro de Pessoal desta Municipalidade, a partir de 12/04/2017 a 09/08/2017.

CONCEDER, Estabilidade Provisória conforme Art 7º, XVIII, da CF art. 10,II,"B", do ADCT do STF a partir de 10/08/2017 a 08/09/2017.

Biguaçu, 17 de abril de 2017.

Daniel César da Luz

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1623/2017

PORTARIA Nº 1623 de 18 de abril de 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso X, da Lei Orgânica Municipal, de 06 de setembro de 2010 (promulgação de novo texto) e nos termos da Lei Municipal nº. 2791/2009,

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, EDERSON DA SILVEIRA VIDAL, brasileiro (a), para exercer o cargo de provimento efetivo de MOTORISTA III (CATEGORIA D – ONIBUS, UTILITÁRIOS E AMBULÂNCIA), com jornada de 40 horas semanal, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Biguaçu.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 18 de abril de 2017.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1624/2017

PORTARIA Nº 1624 de 18 de abril de 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso X, da Lei Orgânica Municipal, de 06 de setembro de 2010 (promulgação de novo texto) e nos termos da Lei Municipal nº. 2791/2009,

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, FRANCIELE SCHAEFFER, brasileiro (a), para exercer o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR III – INGLÊS com jornada de 40 horas semanal, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Biguaçu.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 18 de abril de 2017.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PP 94/2017 - PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 94/2017

OBJETO: AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE LETREIRO E TOTEN PARA O MERCADO PÚBLICO DE BIGUAÇU FRANCISCO WOLLINGER
RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 15:45 horas, do dia 03 de maio, 2017, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 16:00 horas, do dia 03 de maio, 2017, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.atende.net

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8019 e 3279-8022.

Biguaçu, 18 de abril de 2017.

RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

PP73-2017-PMB-1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 73/2017 PMB

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de dedetização e desratização para uso das Secretarias de Desenvolvimento Econômico e Inovação Tecnológica, Secretaria de Saúde, Policlínica Municipal, Unidade de Pronto Atendimento, Vigilâncias em Saúde, Centro de Castração e o Centro de especialidades odontológicas.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 10:15 horas, do dia 8 maio de 2017, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 10:30 horas, do dia 8 maio de 2017, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.atende.net

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8019 e 3279-8022.

Biguaçu, 18 de abril de 2017.

RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

PP92/2017-PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 92/2017- REGISTRO DE PREÇOS-PMB.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE ALMOÇOS (MARMITAS) PARA OS FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, DESENVOLVIMENTO URBANO E TRANSPORTES E SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PESCA E AQUICULTURA.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:45 horas, do dia 08 de maio, 2017, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 08 de maio, 2017, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.atende.net

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8019 e 3279-8022.

Biguaçu, 18 de abril de 2017.

RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

PPRP 13/2017 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 13/2017 – REGISTRO DE PREÇO - FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES PARA A UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS E PARA O CORPO DE BOMBEIROS.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 09:45 horas, do dia 04 de maio, 2017, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 10:00 horas, do dia 04 de maio, 2017, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura - [bigua.atende.net](http://www.bigua.atende.net)

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8019 e 3279-8022.

Biguaçu, 18 de abril de 2017.

RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

Blumenau

PREFEITURA

DECRETO Nº 11.254/2017

DECRETO Nº 11.254, DE 10 DE ABRIL DE 2017.

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, V, da Lei Municipal nº 8.359, de 06 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no orçamento do Município, no valor de 199.400,00 (cento e noventa e nove mil e quatrocentos reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

0903 – Diretoria de Educação Básica

Atividade 09.03.12.361.0004.2041 – Man. Atividades do Ensino Fundamental

Modalidade 3.3.90 (188) Aplicações Diretas R\$ 99.400,00

Fonte de Recursos 0101.00000

Atividade 09.03.12.365.0004.2340 – Man. Des. Ensino Educ. Básica – Pré-Escola

Modalidade 3.3.90 (239) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Fonte de Recursos 0101.00000

Art. 2º Os créditos adicionais suplementares abertos no artigo 1º deste Decreto correrão por conta da redução das seguintes dotações orçamentárias:

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

0903 – Diretoria de Educação Básica

Atividade 09.03.12.361.0004.2041 – Man. Atividades do Ensino Fundamental

Modalidade 4.4.90 (191) Aplicações Diretas R\$ 99.400,00

Fonte de Recursos 0101.00000

Atividade 09.03.12.365.0004.2340 – Man. Des. Ensino Educ. Básica – Pré-Escola

Modalidade 4.4.90 (242) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Fonte de Recursos 0101.00000

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 10 de abril de 2017.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 11.255/2017

DECRETO Nº 11.255, DE 11 DE ABRIL DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, I, §1º, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, IV, "c", da Lei Municipal nº 8.359, de 06 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar por conta do superávit financeiro do exercício anterior, no valor de R\$ 103.181,90 (cento e três mil, cento e oitenta e um reais e noventa centavos), na seguinte dotação orçamentária:

11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

1102 – Diretoria de Obras Conveniadas

Projeto 11.02.15.451.0006.1168 Obras Cont. Encostas Áreas de Risco Et. 01,02,03

Modalidade 4.4.90 (747) Aplicações Diretas R\$ 103.181,90

Fonte de Recursos 0334.00000

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 11 de Abril de 2017.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 11.256/2017

DECRETO Nº 11.256, DE 12 DE ABRIL DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, V, da Lei Municipal nº 8.359, de 06 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento do Município, no valor de 3.000,00 (três mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO

1304 – Diretoria de Fiscalização

Atividade 13.04.15.125.0005.2261 – Manutenção das Atividades de Fiscalização

Modalidade 3.3.90 (551) Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo 1º deste Decreto correrá por conta da redução da seguinte dotação orçamentária:

13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO

1304 – Diretoria de Fiscalização

Atividade 13.04.15.125.0005.2261 – Manutenção das Atividades de Fiscalização

Modalidade 4.4.90 (552) Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de abril de 2017.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 11.261/2017

DECRETO Nº 11.261, DE 17 DE ABRIL DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 3º da Lei Municipal nº 8.400, de 12 de abril de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional especial no orçamento do Município, por conta do superávit financeiro do exercício anterior, no valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

20 – SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO

2004 – Fundo Municipal de Habitação

Atividade 20.04.16.482.0005.2354 – Apoio Fin. p/ Loc. Unid. Hab. à Famílias

Modalidade 3.3.90 () Aplicações Diretas R\$ 400.000,00

Fonte de Recursos 0606.00000

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 17 de abril de 2017.

NAPOLÉÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 11.262/2017

DECRETO Nº 11.262, DE 17 DE ABRIL DE 2017.

REVOGA O DECRETO Nº 11.244, DE 03 DE ABRIL DE 2017.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, I, "c", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

REVOGAR

o Decreto nº 11.244, de 03 de abril de 2017, que abriu crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Município, no valor de R\$ 21.272,54 (vinte e um mil, duzentos e setenta e dois reais e cinquenta e quatro centavos), dotação 743, ação 1148 – Elab/PR/Exec. Obras Pav. Sup. Qual. Rua Ewaldo Jansen – Pac Pav da Secretaria Municipal de Obras.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 17 de abril de 2017.

NAPOLÉÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 11.263/2017

DECRETO Nº 11.263, DE 18 DE ABRIL DE 2017.

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, I, §1º, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, IV, "c", da Lei Municipal nº 8.359, de 06 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares por conta do superávit financeiro do exercício anterior, no valor de R\$ 31.677,24 (trinta e um mil, seiscentos e setenta e sete reais e vinte e quatro centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

0903 – Diretoria de Educação Básica

Atividade 09.03.12.365.0004.2044 – Manut. Ativ. Educação Infantil/Outros

Modalidade 3.3.90 (723) Aplicações Diretas R\$ 15.477,24

Modalidade 4.4.90 (749) Aplicações Diretas R\$ 16.200,00

Fonte de Recursos 0337.00000

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 18 de abril de 2017.

NAPOLÉÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 11.264/2017

DECRETO Nº 11.264, DE 18 DE ABRIL DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, V, da Lei Municipal nº 8.359, de 06 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento do Município, no valor de R\$ 77.800,00 (setenta e sete mil e oitocentos reais), na seguinte dotação orçamentária:

16 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO

1602 – Diretoria de Planejamento e Promoção

Atividade 16.02.23.695.0008.2280 – Manut. Ativ. de Planejamento e Promoção

Modalidade 4.4.90 (698) Aplicações Diretas R\$ 77.800,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo 1º deste Decreto correrá por conta da redução da seguinte dotação orçamentária:

16 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO

1602 – Diretoria de Planejamento e Promoção

Atividade 16.02.23.695.0008.2280 – Manut. Ativ. de Planejamento e Promoção

Modalidade 3.3.90 (695) Aplicações Diretas R\$ 77.800,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 18 de abril de 2017.

NAPOLÉÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20.726/2017

PORTARIA Nº 20.726, DE 13 DE ABRIL DE 2017.

DISPÕE SOBRE A REVERSÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ISABEL CRISTINA DE SOUZA CUNHA AO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE PROFESSOR.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/90, e de conformidade com o art. 32 da LC nº 660, de 28/11/07 e de acordo com o expediente emitido pelo Serviço de Saúde Ocupacional do Servidor Público – SESOSP, constante do Processo Administrativo nº 2017/02/0073, resolve:

REVERTER

a servidora pública municipal ISABEL CRISTINA DE SOUZA CUNHA, matrícula nº 15089-4, readaptada por meio da Portaria nº 10.639/2006, ao cargo de provimento efetivo de Professor, do Quadro Especial de Pessoal do Magistério, do Grupo Ocupacional Especialista (GE), Faixa de Vencimento I, Padrão de Vencimento M, com jornada semanal de trabalho de 40 horas, lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, sem prejuízo da remuneração, a contar de 01 de abril de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 13 de abril de 2017.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20.727/2017

PORTARIA Nº 20.727, DE 13 DE ABRIL DE 2017.
DISPÕE SOBRE A REVERSÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL RUTE TERESINHA BERNARDES AO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE EDUCADOR.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/90, e de conformidade com o art. 32 da LC nº 660, de 28/11/07 e de acordo com o expediente emitido pelo Serviço de Saúde Ocupacional do Servidor Público – SESOSP, constante do Processo Administrativo nº 2017/17/0082, resolve:

REVERTER

a servidora pública municipal RUTE TERESINHA BERNARDES, matrícula nº 13958-0, readaptada por meio da Portaria nº 10.676/2006, ao cargo de provimento efetivo de Educador, do Quadro Especial de Pessoal do Magistério, do Grupo Ocupacional Especialista (GE), Faixa de Vencimento I, Padrão de Vencimento G, com jornada semanal de trabalho de 40 horas, lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, sem prejuízo da remuneração, a contar de 01 de abril de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 13 de abril de 2017.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20.728/2017

PORTARIA Nº 20.728, DE 17 DE ABRIL DE 2017.
DECLARA VAGO O CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, OCUPADO POR CARMEN BREX, EM VIRTUDE DE POSSE EM OUTRO CARGO INACUMULÁVEL.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o inciso V, do art. 44, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, resolve:

DECLARAR VAGO,
a contar de 04 de abril de 2017,
o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, ocupado pela servidora pública municipal CARMEN BREX, lotada na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde - SEMUS, em

virtude de sua posse no cargo de Técnico em Enfermagem, nomeada pela Portaria nº 20.634, de 10 de fevereiro de 2017, de acordo com Processo Administrativo nº 2017/04/002434.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 17 de abril de 2017.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

EXTRATO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 015/2013

EXTRATO – 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 015/13

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU
E A EMPRESA RISOTOLÂNDIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.

OBJETO: SERVIÇOS DE PREPARO MÉDIO DE LANCHES MATUTINOS, ALMOÇOS E LANCHES VESPERTINOS.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº. 06-006/2013.

PREÇO: Reajusta o valor pago por refeição para R\$ 4,74 (quatro reais e setenta e quatro centavos), totalizando o valor estimado do contrato em R\$ 237.000,00 (duzentos e trinta e sete mil reais), referente à quantidade de refeições servidas (5.000 refeições mensais).

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 11 de março de 2017 até 10 de março de 2018.

DATA: 03 de abril de 2017.

EXTRATO CONTRATO Nº 020/2017

EXTRATO – CONTRATO Nº 020/2017

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU
E A EMPRESA MINISTER SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de segurança desarmada, com previsão de 1.000 horas trabalhadas para o evento OSTERDORF/2017, conforme especificações constantes no edital - PROEB.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 012/2017.

PREÇO: R\$ 32.290,00 (trinta e dois mil duzentos e noventa reais).

PRAZO: vigência deste contrato é até o dia 30 de maio de 2017, contado de sua assinatura.

DATA: 16 de março de 2017.

EXTRATO CONTRATO Nº 024/2017

EXTRATO – CONTRATO Nº 024/2017

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU
E A EMPRESA GRAHL PARTICIPAÇÕES LTDA.

OBJETO: Locação de um imóvel situado na Rua Rudolf Roedel, nº 147, Bairro Salto Weisbach, sendo o espaço com área de 1.100 m², contendo um prédio de alvenaria com área de 526,35m², destinado ao funcionamento do Abrigo Municipal de Blumenau – AMBLU, pelo período de 12 (doze) meses, conforme consta no pedido de

compras anexo ao processo – FMAS.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº 08-31/17.

PREÇO: R\$ 4.722,89 (quatro mil, setecentos e vinte e dois reais e oitenta e nove centavos) mensais, totalizando o valor contratual em R\$ 56.674,68 (cinquenta e seis mil seiscentos e setenta e quatro reais e sessenta e oito centavos).

PRAZO: vigência a partir do dia 20 de março de 2017 até 19 de março de 2018.

DATA: 27 de março de 2017.

EXTRATO CONTRATO Nº 027/2017

EXTRATO – CONTRATO Nº 027/2017

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A ENGENHARIA DE SANTA CATARINA - FEESC.

OBJETO: Prestação de serviços de suporte técnico e manutenção adaptativa e evolutiva do software denominado Sistema de Administração Tributária Urbana – SIATU – Módulo PROCON.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade nº 09-013/2017.

PREÇO: R\$ 22.811,40 (vinte e dois mil oitocentos e onze reais e quarenta centavos).

PRAZO: vigência a partir do dia 01 (um) de abril até 31 (trinta e um) de dezembro de 2017, podendo ser prorrogado caso haja necessidade.

DATA: 30 de março de 2017.

EXTRATO CONTRATO Nº 029/2017

EXTRATO – CONTRATO Nº 029/2017

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A EMPRESA RAMOS TERRA-PLANAGEM LTDA.

OBJETO: Execução de serviços de terraplenagem, drenagem, pavimentação asfáltica e sinalização viária, na Rua Frederico Bohringer, Bairro Itoupavazinha localizada no Município de Blumenau/SC, conforme especificações constantes no edital Concorrência nº 030/16 e anexos. Recursos provenientes do Programa de Financiamento da Contrapartida do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV/ Banco do Brasil/BNDES – (LOTE 01) - SEINFRA.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº 03-030/16.

PREÇO: R\$ 1.104.995,56 (um milhão, cento e quatro mil, novecentos e noventa e cinco reais e cinquenta e seis centavos).

PRAZO: 11 (onze) meses, a contar da assinatura do instrumento contratual.

DATA: 03 de abril de 2017.

EXTRATO CONTRATO Nº 030/2017

EXTRATO – CONTRATO Nº 030/2017

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A EMPRESA PACOPEDRA PAVIMENTADORA E COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA.

OBJETO: Execução de serviços de terraplenagem, drenagem, pavimentação asfáltica e sinalização viária, na Rua Godofredo Rangel, Bairro Fidélis, localizada no Município de Blumenau/SC, conforme especificações constantes no Edital Concorrência nº 030/16 e anexos. Recursos provenientes do Programa de Financiamento da Contrapartida do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV/ Banco do Brasil/BNDES – (LOTE 02) - SEINFRA.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência 03-030/16.

PREÇO: R\$ 84.018,56 (oitenta e quatro mil dezoito reais e cinquenta e seis centavos).

PRAZO: 04 (quatro) meses, a contar da assinatura do instrumento contratual.

DATA: 03 de abril de 2017.

EXTRATO CONTRATO Nº 031/2017

EXTRATO – CONTRATO Nº 031/2017

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A EMPRESA CLINILAVES LAVANDERIA INDUSTRIAL EIRELI.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de lavagem de roupas de uso hospitalar na Policlínica de Referências e Especialidades "Poeta Lindolf Bell" de Blumenau - SEMUS.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº 08-27/2017.

PREÇO: R\$ 38.995,20 (trinta e oito mil, novecentos e noventa e cinco reais e vinte centavos), sendo R\$ 40,62 (quarenta reais e sessenta e dois centavos) o valor por quilo de roupa.

PRAZO: 06 (seis) meses ou até que se homologue a nova licitação, contado de 01 de abril de 2017.

DATA: 03 de abril de 2017.

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 082/2016

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 082/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A EMPRESA SC ENGENHARIA E GEOTECNOLOGIA LTDA.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE ENGENHARIA NA ELABORAÇÃO E APROVAÇÃO DE PROJETOS PARA FINS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA.

FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 02-026/2015.

PRAZO: Prorroga por mais 150 (cento e cinquenta) dias, ou seja, de 28 de novembro de 2016 até 26 de abril de 2017.

DATA: 16 de dezembro de 2016.

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 145/2016

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 145/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A EMPRESA HEWLETT – PACKARD BRASIL LTDA.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA RENOVAÇÃO E GARANTIA DE SERVIÇOS DE SUPORTE DE HARDWARE E SOFTWARE (PRODUTO HP – BLADESYSTEM C7000 ENCLOSURE & COMPONENTES).

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade nº 39/2016.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 02 de junho de 2017 até 1º de junho de 2018.

PREÇO: Renova o valor pago à contratada que se mantém em R\$ 29.921,08 (vinte e nove mil, novecentos e vinte e um reais e oito centavos) divididos em 12 (doze) parcelas mensais e consecutivas.

DATA: 13 de março de 2017.

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 176/2016

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 176/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A EMPRESA HEWLETT – PACKARD BRASIL LTDA.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA RENOVAÇÃO E GARANTIA DE SERVIÇOS DE SUPORTE DE HARDWARE E SOFTWARE (PRODUTO HP EVA 4400 E SEUS COMPONENTES).

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade nº 45/2016.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 23 de junho de 2017 até 22 de junho de 2018.

PREÇO: Renova o valor da locação que se mantém em R\$ 44.594,25 (quarenta e quatro mil, quinhentos e noventa e quatro reais e vinte e cinco centavos) dividido em 12 (doze) parcelas mensais e consecutivas.

DATA: 13 de março de 2017.

EXTRATO Nº 062/2017 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 062/2017

Inexigibilidade de Licitação nº. 083/2017

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, dispensou o procedimento em epígrafe com fundamento no Artigo 25, II, da Lei Federal nº. 8.666/93 e demais alterações, para o Locação de espaços físicos para ensino/aprendizagem do diagnóstico e tratamentos de patologias nas áreas clínicas e cirúrgicas em pacientes adultos, por parte dos alunos e professoras da FURB. Contratado: HOSPITAL SANTA CATARINA (CNPJ 01.880.344/0001-03). Forma de Pagamento: Dia

15 de cada mês. Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa: R\$ 17.000,00 (dezesete mil reais) mensais, totalizando no final de 48 meses R\$ 816.000,00 (oitocentos e dezesseis mil reais)/01.09.12.364.0076.2014 (Centro de Ciências da Saúde)/03.3.90.39.00(Outros serviços de terceiros–pessoa Jurídica)/3.3.90.39.65(Serviços de Apoio ao Ensino). Blumenau, 11 de abril de 2017.

Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado
Reitor da FURB

EXTRATO Nº 065/2017 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 065/2017

Dispensa de Licitação nº. 128/2017

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, dispensou o procedimento em epígrafe com fundamento no Artigo 24, IV, da Lei Federal nº. 8.666/93 e demais alterações, para a Contratação de Serviço de Acesso, Suporte e Manutenção de Software para Envio de DIME a SEFAZ/SC. Forma de Pagamento: À Vista, através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e). Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa/Rubrica: R\$ 985,00 (novecentos e oitenta e cinco reais)/ 01.09.12.364.0076.2009 (Pró Reitoria de Administração)/ 3.3.90.39/(Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica)/3.3.90.39.11(Locação de Software). Blumenau, 18 de abril de 2017.

Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado
Reitor da FURB

EXTRATO Nº 066/2017 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 066/2017

Dispensa de Licitação nº. 044/2017

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, dispensou o procedimento em epígrafe com fundamento no Artigo 24, IV, da Lei Federal nº. 8.666/93 e demais alterações, para a compra de componentes eletrônicos diversos para o Projeto P&D-5697-2110/2011 proveniente do contrato para desenvolvimento de Projeto de Pesquisa firmado entre a CELESC E A FURB.. Forma de Pagamento: O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega do material, desde que siga acompanhada da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósito bancário (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boleto bancário (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e). Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa/Rubrica: R\$ 66.766,42 (sessenta e seis mil, setecentos e sessenta e seis reais e quarenta e dois centavos)/ 01.30.12.364.0076.2030 (Projetos Especiais)/ 3.3.90.30/(Material de Consumo)/ 3.3.90.39.26(Material Elétrico e Eletrônico). Blumenau, 18 de abril de 2017.

Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado
Reitor da FURB

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 001/2017 PROCESSO Nº 677/2017

REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO, BRITAS E MEIO FIO PARA UTILIZAÇÃO EM DIVERSOS SETORES.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2017 – REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2017

PROCESSO Nº 677/2017

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

ATA Nº 001/2017

As 8:30 horas do dia 18 de abril de 2017, nas dependências da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Oeste, reuniu-se o Pregoeiro e equipe de apoio designados pelo Decreto nº 4984/2017 de 02 de janeiro de 2017 do Senhor Prefeito Municipal Ronaldo Luiz Senger, tendo como Pregoeiro o Senhor Jeferson Persch, para proceder o credenciamento, recebimento, abertura e julgamento das propostas e documentações, da licitação que tem por objeto abaixo especificado sendo regida pelo tipo de Menor Preço Unitário:

O Pregoeiro em conformidade nos termos das Leis n.º 8.666/93, 10.520/2002 e das demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação das propostas apresentadas no Pregão de Registro de Preços nº 014/2017, Ata de julgamento de Preços, publicada no Diário Oficial do Município e homologado pelo Sr. Prefeito Municipal Ronaldo Luiz Senger, do processo acima referenciado, RESOLVE registrar os preços para a AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO, BRITAS E MEIO FIO PARA UTILIZAÇÃO EM DIVERSOS SETORES, conforme consta no ANEXO I, o qual passa a fazer parte desta, tendo sido os referidos preços oferecidos pela empresa PBKA CONSTRUTORA LTDA ME, com sede na Rua Rodolfo Wacholz s/n, centro, Município de Tigrinhos, inscrita no CGC/MF sob o nº. 10.648.042/0001-97, neste ato representada por seu representante legal Senhor Paulo Gabriel Kutzepa, portador do CPF nº 693.017.359-20 e RG 2.434.152, para possível aquisição do objeto referente ao Pregão Presencial supracitado acima numerado, como segue:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

A presente ata tem por objeto registro de preços para possível AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO, BRITAS E MEIO FIO PARA UTILIZAÇÃO EM DIVERSOS SETORES, constantes do Anexo I.

CLÁUSULA II - DA E DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

- 1). A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.
- 2). Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.
- 3). Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.
- 4). Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela Comissão de Licitação para a devida alteração do valor registrado em Ata.
- 5). Durante o prazo desta Ata de Registro de Preço, Comissão de Licitação não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA III - DAS PENALIDADES

- 1). Com fulcro no artigo 7º da Lei 10.520/2002 e artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, a Administração poderá garantir a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes penalidades, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - a) advertência;
 - b) multa, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da comunicação oficial, nas seguintes hipóteses:
 - 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso injustificado e por descumprimento das obrigações estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato;
 - 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total e 5% (cinco por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução parcial do objeto contratado.
 - c) impedimento de licitar e contratar com o Município de Bom Jesus do Oeste e o descredenciamento do SICAF, pelo prazo de até 3 (três) anos, do licitante que não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;
 - d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 2). O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, poderá ser descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração à adjudicatária, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou cobrado judicialmente.
- 3). As sanções previstas nas alíneas "a", "c", "d" do subitem 1)., poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa da alínea "b".
- 4). As penalidades previstas neste capítulo obedecerão ao procedimento administrativo previsto na Lei 8.666/93.
- 5). Os recursos, quando da aplicação das penalidades previstas nas alíneas "a" e "b" do item 1)., Poderão ser interpostos no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata.
- 6). No caso das penalidades previstas no item 1)., alínea "c" e "d", caberá pedido de reconsideração ao Senhor Prefeito Municipal Ronaldo Luiz Senger, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

CLÁUSULA IV - DA UTILIZAÇÃO DA ATA E DOS PREÇOS

- 1). A presente Ata de Registro de Preço poderá ser usada por órgãos usuários, desde que autorizados pela Comissão de Licitações.
- 2). O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o especificado em Anexo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 014/2017.
- 3). Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Presencial nº 677/2017, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.
- 4). A cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada, no Pregão nº 014/2017, pela empresa detentora da presente Ata, as quais também a integram.

CLÁUSULA V - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

- 1). O objeto da licitação será entregue, nas descrições solicitadas nos termos do presente Edital, de acordo com as solicitações emitidas pela Secretário responsável pela pasta.

CLÁUSULA VI - DO RECEBIMENTO

- 1). Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos produtos/serviços com as devidas especificações;
- 2). Definitivamente, no prazo máximo de 05 dias corridos, a contar do recebimento provisório para verificação da qualidade e quantidade e consequente aceitação.

CLÁUSULA VII - DO PAGAMENTO

- 1). O pagamento será efetuado a favor da licitante vencedora até o 10º (décimo) dia útil após o previsto no item "11", da cláusula 11.1 do Edital de Licitação 677/2017, mediante apresentação da respectiva nota fiscal devidamente atestada pelo setor competente.
- 2). A respectiva nota fiscal eletrônica deverá estar devidamente discriminada, em nome do Município de Bom Jesus do Oeste SC, CNPJ nº01.594.009/0001-30, Avenida Nossa Senhora de Fatima nº 120 e remetida via e-mail para compras@bomjesusdoeste.sc.gov.br juntamente com o arquivo .xml da respectiva nota e/ou entregue em forma física no endereço constante acima.
- 3). Qualquer atraso ocorrido na apresentação da nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento por parte da CONTRATADA, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do CONTRATANTE;
- 4). Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

CLÁUSULA VIII - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DAS ORDENS DE FORNECIMENTO

- 1). As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, conforme a necessidade, da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Oeste pelo setor responsável pelas compras do município.
- 2). A emissão das ordens de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão igualmente autorizados pelo setor de compras e licitações do município.

CLÁUSULA IX - DA GARANTIA

- 1). A garantia dos materiais cotados é de no mínimo 90 dias a partir do recebimento definitivo dos bens, se maior deverá declarar na proposta;

CLÁUSULA X - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 1). Fornecer os Serviços/ Pneus recapados, objeto desta contratação, com observância dos demais encargos e responsabilidades cabíveis;
- 2). Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente a todas as reclamações;
- 3). Substituir ou recuperar o material que, após a entrega e aceite, dentro do prazo de garantia, apresente defeitos de fabricação, no prazo máximo de até 3 dias corridos, a partir da ciência da rejeição.
- 4). Manter, durante toda a vigência desta ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA XI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 1). Integram esta Ata, o Edital do Pregão nº 014/2017 e seus anexos, a propostas da empresa: PBKA CONSTRUTORA LTDA ME, com sede na Rua Rodolfo Wacholz s/n, centro, Município de Tigrinhos, inscrita no CGC/MF sob o nº. 10.648.042/0001-97, neste ato representada por seu representante legal Senhor Paulo Gabriel Kutzepa, portador do CPF nº 693.017.359-20 e RG 2.434.
- 2). Fica eleito a comarca de Modelo -SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.
- 3). Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 8.666/93, 10.520/2002, e demais normas aplicáveis.

Bom Jesus do Oeste/SC 18 de abril de 2017.

Jeferson Persch
Pregoeiro

Paulo Gabriel Kutzepa
CNPJ: 10.648.042/0001-97

Testemunhas:

Jandrei Luiz Brutscher
CPF: 064.256.349-79

Fábio Gerhardt
CPF: 021.397.119-47

Cesar Luiz Majolo
OAB/SC 32.022

ANEXO 1
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2017 – REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2017
PROCESSO Nº 677/2017
EMPRESA VENCEDORA:
PBKA CONSTRUTORA LTDA ME, com sede na Rua Rodolfo Wacholz s/n, centro, Município de Tigrinhos, inscrita no CGC/MF sob o nº. 10.648.042/0001-97, neste ato representada por seu representante legal Senhor Paulo Gabriel Kutzepa, portador do CPF nº 693.017.359-20 e RG 2.434.152.

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	Valor Unitário
7	60	Ton	Brita nº 01 - tonelada	35,00
8	20	Ton	Brita nº 02 - tonelada	30,00
9	200	Ton	Brita tipo Pedrisco – Tonelada	30,00

OBSERVAÇÕES:

• OS PRODUTOS DEVERÃO SER COTADOS CONSIDERANDO A ENTREGA JUNTO AO MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE, CONFORME SOLICITAÇÃO.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 002/2017 PROCESSO Nº 677/2017 REGISTRO DE PREÇO 014/2017

REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO, BRITAS E MEIO FIO PARA UTILIZAÇÃO EM DIVERSOS SETORES.
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2017 – REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2017
PROCESSO Nº 677/2017
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES
ATA Nº 002/2017

As 8:30 horas do dia 18 de abril de 2017, nas dependências da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Oeste, reuniu-se o Pregoeiro e equipe de apoio designados pelo Decreto nº 4984/2017 de 02 de janeiro de 2017 do Senhor Prefeito Municipal Ronaldo Luiz Senger, tendo como Pregoeiro o Senhor Jeferson Persch, para proceder o credenciamento, recebimento, abertura e julgamento das propostas e documentações, da licitação que tem por objeto abaixo especificado sendo regida pelo tipo de Menor Preço Unitário:

O Pregoeiro em conformidade nos termos das Leis n.º 8.666/93, 10.520/2002 e das demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação das propostas apresentadas no Pregão de Registro de Preços nº 014/2017, Ata de julgamento de Preços, publicada no Diário Oficial do Município e homologado pelo Sr. Prefeito Municipal Ronaldo Luiz Senger, do processo acima referenciado, RESOLVE registrar os preços para a AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO, BRITAS E MEIO FIO PARA UTILIZAÇÃO EM DIVERSOS SETORES, conforme consta no ANEXO I, o qual passa a fazer parte desta, tendo sido os referidos preços oferecidos pela empresa GLOBAL IND. E COM DE ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI EPP, com sede na Rua Carolina 147, centro, Município de Bom Jesus Do Oeste, inscrita no CGC/MF sob o nº. 08.902.971/0001-39, neste ato representada por seu representante legal Senhor Elton Henrique da Silva, portador do CPF nº 548.276.630-68 e RG 2.546.301, para possível aquisição do objeto referente ao Pregão Presencial supracitado acima numerado, como segue:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

A presente ata tem por objeto registro de preços para possível AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO, BRITAS E MEIO FIO PARA UTILIZAÇÃO EM DIVERSOS SETORES, constantes do Anexo I.

CLÁUSULA II - DA E DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

- 1). A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.
- 2). Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.
- 3). Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.
- 4). Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela Comissão de Licitação para a devida alteração do valor registrado em Ata.
- 5). Durante o prazo desta Ata de Registro de Preço, Comissão de Licitação não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA III - DAS PENALIDADES

- 1). Com fulcro no artigo 7º da Lei 10.520/2002 e artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, a Administração poderá garantir a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes penalidades, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - a) advertência;
 - b) multa, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da comunicação oficial, nas seguintes hipóteses:
 - 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso injustificado e por descumprimento das obrigações estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato;
 - 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total e 5% (cinco por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução parcial do objeto contratado.

- c) impedimento de licitar e contratar com o Município de Bom Jesus do Oeste e o descredenciamento do SICAF, pelo prazo de até 3 (três) anos, do licitante que não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 2). O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, poderá ser descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração à adjudicatária, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou cobrado judicialmente.
- 3). As sanções previstas nas alíneas "a", "c", "d" do subitem 1)., poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa da alínea "b".
- 4). As penalidades previstas neste capítulo obedecerão ao procedimento administrativo previsto na Lei 8.666/93.
- 5). Os recursos, quando da aplicação das penalidades previstas nas alíneas "a" e "b" do item 1)., Poderão ser interpostos no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata.
- 6). No caso das penalidades previstas no item 1)., alínea "c" e "d", caberá pedido de reconsideração ao Senhor Prefeito Municipal Ronaldo Luiz Senger, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

CLÁUSULA IV - DA UTILIZAÇÃO DA ATA E DOS PREÇOS

- 1). A presente Ata de Registro de Preço poderá ser usada por órgãos usuários, desde que autorizados pela Comissão de Licitações.
- 2). O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o especificado em Anexo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 014/2017.
- 3). Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Presencial nº 677/2017, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.
- 4). A cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada, no Pregão nº 014/2017, pela empresa detentora da presente Ata, as quais também a integram.

CLÁUSULA V - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

- 1). O objeto da licitação será entregue, nas descrições solicitadas nos termos do presente Edital, de acordo com as solicitações emitidas pela Secretário responsável pela pasta.

CLÁUSULA VI - DO RECEBIMENTO

- 1). Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos produtos/serviços com as devidas especificações;
- 2). Definitivamente, no prazo máximo de 05 dias corridos, a contar do recebimento provisório para verificação da qualidade e quantidade e consequente aceitação.

CLÁUSULA VII - DO PAGAMENTO

- 1). O pagamento será efetuado a favor da licitante vencedora até o 10º (décimo) dia útil após o previsto no item "11", da cláusula 11.1 do Edital de Licitação 677/2017, mediante apresentação da respectiva nota fiscal devidamente atestada pelo setor competente.
- 2). A respectiva nota fiscal eletrônica deverá estar devidamente discriminada, em nome do Município de Bom Jesus do Oeste SC, CNPJ nº01.594.009/0001-30, Avenida Nossa Senhora de Fatima nº 120 e remetida via e-mail para compras@bomjesusdoeste.sc.gov.br juntamente com o arquivo .xml da respectiva nota e/ou entregue em forma física no endereço constante acima.
- 3). Qualquer atraso ocorrido na apresentação da nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento por parte da CONTRATADA, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do CONTRATANTE;
- 4). Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

CLÁUSULA VIII - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DAS ORDENS DE FORNECIMENTO

- 1). As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, conforme a necessidade, da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Oeste pelo setor responsável pelas compras do município.
- 2). A emissão das ordens de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão igualmente autorizados pelo setor de compras e licitações do município.

CLÁUSULA IX - DA GARANTIA

- 1). A garantia dos materiais cotados é de no mínimo 90 dias a partir do recebimento definitivo dos bens, se maior deverá declarar na proposta;

CLÁUSULA X - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 1). Fornecer os Serviços/ Pneus recapados, objeto desta contratação, com observância dos demais encargos e responsabilidades cabíveis;
- 2). Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente a todas as reclamações;
- 3). Substituir ou recuperar o material que, após a entrega e aceite, dentro do prazo de garantia, apresente defeitos de fabricação, no prazo máximo de até 3 dias corridos, a partir da ciência da rejeição.
- 4). Manter, durante toda a vigência desta ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA XI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 1). Integram esta Ata, o Edital do Pregão nº 014/2017 e seus anexos, a propostas da empresa:
GLOBAL IND. E COM DE ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI EPP, com sede na Rua Carolina 147, centro, Município de Bom Jesus Do Oeste, inscrita no CGC/MF sob o nº. 08.902.971/0001-39, neste ato representada por seu representante legal Senhor Elton Henrique da Silva, portador do CPF nº 548.276.630-68 e RG 2.546.301.
- 2). Fica eleito a comarca de Modelo -SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.
- 3). Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 8.666/93, 10.520/2002, e demais normas aplicáveis.

Bom Jesus do Oeste/SC 18 de abril de 2017.

Jeferson Persch
Pregoeiro

Elton Henrique da Silva
CNPJ: 08.902.971/0001-39

Testemunhas:

Jandrei Luiz Brutscher
CPF: 064.256.349-79

Fábio Gerhardt
CPF: 021.397.119-47

Cesar Luiz Majolo
OAB/SC 32.022

ANEXO 1
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2017 – REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2017
PROCESSO Nº 677/2017
EMPRESA VENCEDORA:

GLOBAL IND. E COM DE ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI EPP, com sede na Rua Carolina 147, centro, Município de Bom Jesus Do Oeste, inscrita no CGC/MF sob o nº. 08.902.971/0001-39, neste ato representada por seu representante legal Senhor Elton Henrique da Silva, portador do CPF nº 548.276.630-68 e RG 2.546.301

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	Valor Unitário
1	120	und	Tubos de Concreto 30 cm	25,70
2	200	und	Tubos de Concreto 40 cm	36,00
3	100	und	Tubos de concreto 50 cm	44,50
4	300	und	Tubo de concreto 60 cm.	60,00
5	250	und	Tubos de concreto 80 cm	118,00
6	150	und	Tubos de Concreto 1,00 metro com ferragem - AC1	203,00
10	3.000	Mts (linear)	Meio fio de Concreto com dimensões 0,80 cm comprimento x 0,30 cm altura x 0,10 cm espessura - cotação em metro linear	15,00

OBSERVAÇÕES:

• OS PRODUTOS DEVERÃO SER COTADOS CONSIDERANDO A ENTREGA JUNTO AO MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE, CONFORME SOLICITAÇÃO.

DECRETO Nº 5032/2017

DECRETO Nº 5032/17 DE 12 DE ABRIL DE 2017.

ABRE CREDITO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO LUIZ SENGER, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal, Leis Municipal nº 1.029/16 de 11.11.2016 (LDO) e 1.033/16 de 16.11.2016 (LOA).

DECRETA:

Art. 1º - Abre Credito Suplementar nos projetos abaixo, elementos respectivos, cria desdobramento de fonte de recursos dentro da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos no valor de R\$ 203.022,05 (Duzentos e três mil, vinte e dois reais e cinco centavos).

Órgão: 08 – Secretária Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Unidade Orçamentária: 08.01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos.

Proj/Ativ.: 1545200442.032 – Manutenção dos Serviços de Limpeza Pública.

Elemento: 3390 – Aplicações Diretas. (1813).

Valor R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais).

Fonte de Recursos: 03.00 – Superávit Financeiro do Exercício Anterior.

Órgão: 08 – Secretária Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Unidade Orçamentária: 08.01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos.

Proj/Ativ.: 1545100331,031 – Implantação e Pavimentação de Passeios de vias Urbanas.

Elemento: 4490 – Aplicações Diretas. (1814)

Valor R\$ 90.003,35 (Noventa mil, três reais e trinta e cinco centavos).

Elemento: 4493 – Aplicações Diretas. (1815)

Valor R\$ 98.018,70 (Noventa e oito mil, dezoito reais e setenta centavos).

Fonte: 03.34 – Transferências de Convênio Estado.

Detalhamento da Fonte: 1023 – Pavimentação Asfáltica.

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito suplementar de que trata o artigo 1º do presente Decreto, serão utilizados recursos extraídos do

superávit financeiro do exercício de 2016, demonstrado no Balanço Patrimonial, conforme anexo 14 em anexo.

Art. 3º - As despesas decorrentes do presente decreto correm p/conta do orçamento municipal

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, aos 12 de abril de 2017.

RONALDO LUIZ SENER

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 5033/2017 DE 12 DE ABRIL DE 2017.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

Decreto nº 5033/2017 de 12 de abril de 2017.

Homologa e Adjudica Julgamento proferido pela Comissão de Licitação, do Processo Licitatório nº 0410/2017, dando outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE, SC, no uso de suas atribuições que lhe confere a lei nº: 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94;

DECRETA: Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Comissão de Licitação, nomeada pelo Decreto nº 4983/2017 de 02 de Janeiro de 2017, sob o Processo de Licitação nº 410/2017, que tem por objeto Concessão de Maquinas e Equipamentos na Área Têxtil para empresas interessadas.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionadas, tudo conforme o constante no Mapa Comparativo de Preços (na Deliberação), na sua exata ordem de classificação.

Item	Nome do Fornecedor	Descrição do Produto	Quant.
1	Leal Industria e Comercio de Confeccões Ltda EPP	Máquina de Costura Reta Industrial Eletrônica de Ponto Fixo, Motor Eletrônico Direct Drive, Potencia mínima 550W, Voltagem: 220V, Velocidade mínima 5.000 ppm, Sistema de corte semi-rotativo (oscilante), Comprimento do ponto: 5 mm, Número de agulhas: 1, Tipo de Agulha: DBx1, Lançadeira padrão japonesa, Altura do calcador: 6/13 mm iluminação e iluminação embutida por led	5,00
2	Leal Industria e Comercio de Confeccões Ltda EPP	Maquina Interloque (Interlock) com Motor Eletrônico Direct Drive, Potência mínima 500W, Voltagem: 220V, Velocidade: 7500ppm, 5 Fios, Bitola média e larga, Sistema de levantamento do calcador e Lubrificação Automática. equipada com: Luminária LED, Pannel Operacional, Reservatório de silicone superior e inferior, Sistema de transporte simples por dentes impulsores, com diferencial, Sistema de ajuste de comprimento do ponto e diferencial de fácil manuseio e protetor de olhos e dedos	2,00
3	Leal Industria e Comercio de Confeccões Ltda EPP	Maquina Overloque (Overlock) com Motor Eletrônico Direct Drive, Potência: 500W, Voltagem: 220V, Velocidade: 7500ppm e 4 Fios, Com ponto conjugado, Sistema de levantamento do calcador e Lubrificação Automática. Equipada com: Luminária LED, Pannel Operacional, Reservatório de silicone superior e inferior, Sistema de transporte simples por dentes impulsores, com diferencial, Sistema de ajuste de comprimento do ponto e diferencial de fácil manuseio e protetor de olhos e dedos	1,00
4	Leal Industria e Comercio de Confeccões Ltda EPP	Maquina Galoneira Plana com Motor Direct-Drive diretamente acoplado ao eixo da máquina, Posicionador de agulha em cima/embaixo, Base plana Fechada, Trançador superior (removível) e inferior, 3 agulhas, 5 fios. Distância entre primeira e última agulha de 6.4mm (1/4"), Comprimento do Ponto de 1,2 a 4mm, Lubrificação automática por bomba de óleo, Velocidade de costura mínima de até 6000 ppm, ajustável pela caixa de controle e Visor do nível do óleo. Equipada com: Luminária LED e protetor de olhos e dedos	1,00
5	Leal Industria e Comercio de Confeccões Ltda EPP	Maquina Galoneira cilíndrica, eletrônica com motor Direct-Drive, com: sistema de refilador de tecidos, Posicionador de agulha em cima/embaixo, Corte das linhas superiores e inferiores, Levantamento do calcador pelo mesmo pedal de costura (pisando para trás), Base Cilíndrica com refilador esquerdo, Trançador superior (removível) e inferior, 3 agulhas, 5 fios. Distância entre primeira e última agulha de 6.4mm (1/4"), Comprimento do Ponto de 1,2 a 4mm, Lubrificação automática por bomba de óleo, Velocidade de costura de até 6000 ppm, ajustável pela caixa de controle e Visor do nível do óleo. Equipada com: Luminária LED e protetor de olhos e dedos	1,00
6	Leal Industria e Comercio de Confeccões Ltda EPP	Maquina de Costura Pespontadeira Eletrônica com direct drive Barra Alternada de 2 agulhas, transporte duplo (Agulha/Dente) com lubrificação semi automática e lançadeira grande. Soneloido do Levantamento do calcador, corte de linha automático, posicionador de agulhas automático, retrocesso automático, botão ponto á ponto	1,00
7	Leal Industria e Comercio de Confeccões Ltda EPP	Maquina Fechadeira de Braço 3 agulhas, Ponto Corrente, com 2 catracas de Ferro, lubrificação automática e sistema de transporte rolamentado. Velocidade da costura: 4000 rpm, tamanho do ponto 3,0 á 4,2mm, tipo de agulha: TVX5, Bitola 3 agulhas: 6,4 mm, Largura do rolete puxador no minimo 14,9 mm	1,00

8	Leal Industria e Comercio de Confeções Ltda EPP	Máquina Elastiqueira 12 Agulhas com base cilíndrica de inox, ponto corrente, com catraca dupla e 12 agulhas, sistema de lubrificação automática. Acionamento convencional por motor de corrente contínua, com sistema de embreagem, bivolt 110/220V através de chave seletora, potencia mínima de 550W, com frequência de 60Hz e velocidade de 3.450RPM, plug de conexão universal tipo, forca, neutro e terra	1,00
9	Leal Industria e Comercio de Confeções Ltda EPP	Maquina Travete Eletrônico(a) com direct drive rotação mínima de 3200 rpm área de costura mínima de 40 x 30mm, painel de operação digital simples para programação, botão de parada de emergência para operações de mini bordado	1,00
10	Leal Industria e Comercio de Confeções Ltda EPP	Maquina Caseadeira Reta Eletrônica com velocidade minima de 3.600 ppm, 10 padrões pré-programados e botão de parada de emergência com painel touch screen. Com uma agulha, corte automático de linha e motor direct drive	1,00
11	Leal Industria e Comercio de Confeções Ltda EPP	Mini caldeira a vapor com capacidade mínima de 4,0 litros acompanha um ferro industrial com resistência e protetor de calor. Potencia mínima de 2250W e Potencia do ferro mínima de 800 W. Voltagem 220 V w Pressão mínima de 3,5 bar	1,00
12	Leal Industria e Comercio de Confeções Ltda EPP	Cadeira Ergonômica, base a gás, assento e encosto executivo em espuma injetada revestida em tecido, mecanismo de 03 alavancas para regulagem independente de ângulo do assento, ângulo do encosto e altura, com sapatas fixas. Especificações conforme a NR17. Peso Real Suportado mínimo de 110 kg, com estrutura reclinável e giratória	16,00

dois centavos

0,02

Art. 3º. Pelo presente, fica intimado os participantes da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste – SC, aos 12/04/17.

RONALDO LUIZ SENER

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 5034/2017 DE 18 DE ABRIL DE 2017.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

Decreto nº 5034/2017 de 18 de abril de 2017.

Homologa e Adjudica Julgamento proferido pela Comissão de Licitação, do Processo Licitatório nº 0677/2017 , dando outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE, SC, no uso de suas atribuições que lhe confere as leis nº: 10.520/02, 8.666/93 e suas atualizações;

DECRETA: Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Comissão de Licitação, nomeada pelo Decreto nº 4984/2017 de 02 de Janeiro de 2.017, sob o Processo de Licitação nº 0677/2017, que tem por objeto Eventual Aquisição de Tubos de Concreto, Britas e Meio Fios para utilização nas atividades diárias nos diversos departamentos.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionadas, tudo conforme o constante no Mapa Comparativo de Preços (na Deliberação), na sua exata ordem de classificação.

Item	Nome do Fornecedor	Descrição do Produto	Quant.	Valor (R\$)
1	Global Industria & Comercio de Artefatos de Cimento Ltda	Tubos de Concreto 30 cm	120,00	3.084,00
2	Global Industria & Comercio de Artefatos de Cimento Ltda	Tubos de Concreto 40 cm	200,00	7.200,00
3	Global Industria & Comercio de Artefatos de Cimento Ltda	Tubos de concreto 50 cm	100,00	4.450,00
4	Global Industria & Comercio de Artefatos de Cimento Ltda	Tubo de concreto 60 cm.	300,00	18.000,00
5	Global Industria & Comercio de Artefatos de Cimento Ltda	Tubos de concreto 80 cm	250,00	29.500,00
6	Global Industria & Comercio de Artefatos de Cimento Ltda	Tubos de Concreto 1,00 metro com ferragem - AC1	150,00	30.450,00
10	Global Industria & Comercio de Artefatos de Cimento Ltda	Meio fio de Concreto com dimensões 0,80 cm comprimento x 0,30 cm altura x 0,10 cm espessura - cotação em metro linear	3.000,00	45.000,00

7	PBKA Construtora Ltda ME	Brita nº 01 - tonelada	60,00	2.100,00
8	PBKA Construtora Ltda ME	Brita nº 02 - tonelada	20,00	600,00
9	PBKA Construtora Ltda ME	Brita tipo Pedrisco - Tonelada	200,00	6.000,00
cento e trinta e sete mil seiscientos e oitenta e quatro reais			137.684,00	
oito mil e setecentos reais			8.700,00	

Art. 3º. Pelo presente, fica intimado os participantes da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste – SC, aos 18/04/17.

Ronaldo Luiz Senger
Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO Nº 001/2017

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS) DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE

RESOLUÇÃO Nº 001/2017

Dispõe sobre a apreciação, Deliberação e aprovação do Plano de Ação e Aplicação na Reprogramação de saldo para cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Básica, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) de Bom Jesus do Oeste.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em reunião Plenária Ordinária, realizada dia 12 de Abril de 2017, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social- LOAS e pela Lei Municipal nº 030 de 20 de março de 1997, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Bom Jesus do Oeste – CMAS, e: CONSIDERANDO o inciso X do artigo 121 da NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípuas dos Conselhos de Assistência Social de aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito de competência, respeitados os parâmetros adotados na LOAS

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano de Ação e Aplicação dos Recursos repassados pelo FEAS na reprogramação de saldo referente ao ano de Dois Mil e Dezesseis (2016) para o cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Básica, por meio de recursos financeiros alocados no FMAS para o exercício de 2017 no valor total de R\$ 33.503,81 (Trinta e Três Mil, Quinhentos e Três Reais com Oitenta e Um centavos) para ser utilizado 50% (Cinquenta por cento) em custeio e 50% (Cinquenta por cento) para investimento.

Art. 2º Os recursos serão destinados aos serviços ofertados pelo município e elencados no Plano de Trabalho, no âmbito da Proteção Social Básica, de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS Nº 109/2009).

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Bom Jesus do Oeste, 17 de Abril de 2017.

Claísa Roessler Bohrer
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Bom Retiro

PREFEITURA

432.04.17 - P. EXON. LILIANI K. WIGGERS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 432/17 de 17.04.17

Exonera Servidora a Pedido

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 169, § 3, II da Constituição Federal:

RESOLVE:

Conceder Exoneração a servidora Liliani Kull Wiggers, do Cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 – Nível 22, do Quadro de Pessoal do Município, Nomeada através da Portaria n.º 227/17 de 01.03.17, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia 17 de abril de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
17 de abril de 2017.

VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

433.04.17 - P. CESSA EF. ANGELA M. OLIVEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 433/17 de 18.04.17

Cessa Efeitos da Portaria N.º 386/17 de 03.04.17

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Cessar os efeitos da Portaria n.º 386/17 de 03.04.17, que concedeu uma gratificação mensal, correspondente a 30 % (trinta por cento) do vencimento do cargo a funcionária Ângela Maria de Oliveira, ocupante do cargo de Professor I - 3 – Padrão I – Nível 22, do quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti, para além das suas funções Chefiar o Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti, a partir do dia 18 de abril de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
18 de abril de 2017.

VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

434.04.17 - P. LIC. TRAT. SAÚDE ANDREIA C. O. DEUCHER

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 434/17 de 18.04.17

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 17 de abril de 2017, a funcionária Andreia Cristina de Oliveira Deucher, ocupante do cargo de Professor I - 3 – Nível 22, 30 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
18 de abril de 2017.

VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

435.04.17 - P. LIC. TRAT. SAÚDE ANA C. B. MORETTI

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 435/17 de 18.04.17

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 18 de abril de 2017, a funcionária Ana Claudia Bruder Moretti, ocupante do cargo de Professor I - 3 – Nível 22, 30 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Creche Irmã Paula.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
18 de abril de 2017.

VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

436.04.17 - P. LIC. TRAT. SAÚDE IZABEL AP. T. SERAFIM

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 436/17 de 18.04.17

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar exames no dia 12 de abril de 2017, a funcionária Izabel Aparecida Trento Serafim, ocupante do cargo de Professor I - 3 – Nível 22, 30 horas semanais, do quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
18 de abril de 2017.

VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

437.04.17 - P. FÉRIAS NELSON A. DUTRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 437/17 de 18.04.17

Concede Férias Regulamentares

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2016 (Dois Mil e Dezesesseis) a 2017 (Dois Mil e Dezesete) ao funcionário Nelson Aristiliano Dutra, Ocupante do cargo de Carpinteiro, Padrão I – Nível 4, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, a serem usufruídas da seguinte maneira: 10 (dez) dias convertidos em pecúnia do dia 18 de abril de 2017 à 26 de abril de 2017, conforme requerimento n.º 036/2017 de 18 de abril de 2017, e os 20 (vinte) dias restantes para gozá-las a contar do dia 27 de abril com término no dia 16 de maio de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
18 de abril de 2017.

VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

CHAMADA PUBLICA 05. 2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA e ESPORTE

CNPJ 82.777.343/0001-21 – www.bomretiro.sc.gov.br – educacao@bomretiro.sc.gov.br

Av. 24 de outubro, 145 – Centro – Bom Retiro – SC – 88680-000 – Fone (49) 3277-0431/Fax (49) 3277-0155

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 05/2017

O Prefeito do Município de Bom Retiro, Santa Catarina, Vilmar José Neckel, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, juntamente com a Responsável pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, senhora Marilene dos Santos Neckel, em obediência aos Princípios Constitucionais da Impessoalidade, Publicidade e Eficiência Administrativa, bem como pela existência temporária de uma vaga para o cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, uma vez que, mesmo após a chamada de todos os profissionais classificados no Processo Seletivo 03/2016 já realizado no final do ano passado, não foram supridas as necessidades do Município, tornam público, pelo presente Edital, as normas para CHAMADA PÚBLICA, nos itens a seguir:

1. DAS VAGAS:
Educação Infantil

Local	Nº de vagas	Carga horária	Período de atuação
Creche Municipal Patrícia Deucher	01	30 horas	25/04/2017 à 16/08/2017
Escola do Campo Barbaquá	01	20 horas	25/04/2017 à 20/12/2017

2. Pelo presente edital, ficam convocados os interessados em assumir a vaga temporária existente de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, a comparecerem junto à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, na Avenida 24 de Outubro, nº 145, Centro, Bom Retiro/SC, no dia 24/04/2017 das 9h às 11h, munidos da documentação exigida nos itens que seguem, a fim de participarem da prova de títulos, prova de tempo de serviço e prova de horas de curso, devendo para tanto cumprirem as normas abaixo descritas.

3. Considerando que não há tempo hábil para aplicação de provas objetivas, serão classificados os candidatos inscritos pela avaliação de títulos, tempo de serviço e horas de curso no magistério, nos seguintes termos:

3.1. DA PROVA DE TÍTULOS:

3.1.1. A Prova de Títulos Acadêmicos é constituída pela análise e pontuação de documentos apresentados pelos candidatos comprovando a conclusão, ou estar cursando curso de graduação ou pós-graduação, que serão avaliados de acordo com a tabela abaixo:

DISCIPLINAS ESPECÍFICAS	PONTUAÇÃO
Pós-Graduação na área da Educação + Diploma de conclusão de Graduação em Curso Pedagogia Educação Infantil, Licenciatura plena em Pedagogia ou Curso Normal Superior com Habilitação em Educação Infantil	1,50 pontos
Diploma de conclusão de Graduação em Curso Pedagogia ou Curso Normal Superior com habilitação em Educação Infantil	1,30 pontos
Diploma de conclusão de Graduação em Curso Pedagogia ou Curso Normal Superior	1,20 pontos
Diploma de Habilitação para Magistério (Ensino Médio) e Atestado de Frequência Cursando Licenciatura Específica a partir da 5ª fase	1,00 pontos
Atestado de Frequência em Curso de Licenciatura Específica na Educação a partir da 5ª fase	0,70 pontos
Diploma de Habilitação Magistério	0,30 pontos
Atestado de Frequência Cursando Licenciatura Específica até a 5ª fase	0,20 pontos

3.1.2. O título deve ser apresentado original e cópia, ou cópia autenticada e ser regularmente emitido por estabelecimento de ensino, reconhecido pelo MEC ou por órgãos públicos dos governos federal, estadual ou municipal.

3.1.3. Os títulos de cursos de pós-graduação não serão avaliados cumulativamente, sendo computado, caso o candidato entregue mais de um diploma ou certificado, o de maior valor acadêmico.

3.2 DA PROVA DE TEMPO DE SERVIÇO

3.2.1. A Prova de tempo de serviço é constituída pela análise e pontuação de documentos apresentados pelos candidatos comprobatórios do tempo de serviço no Magistério no ensino público ou particular, que serão avaliados de acordo com a tabela abaixo:

TEMPO DE SERVIÇO NO MAGISTÉRIO	PONTUAÇÃO
Comprovação de tempo de serviço no Magistério em escola da rede pública ou particular com a duração mínima de 1 ano.	0,10
Comprovação de tempo de serviço no Magistério em escola da rede pública ou particular com a duração de 1 ano e 1 dia a 2 anos.	0,20
Comprovação de tempo de serviço no Magistério em escola da rede pública ou particular com a duração de 2 anos e 1 dia a 3 anos.	0,30
Comprovação de tempo de serviço no Magistério em escola da rede pública ou particular com a duração de 3 anos e 1 dia a 4 anos.	0,40
Comprovação de tempo de serviço no Magistério em escola da rede pública ou particular com a duração de 4 anos e 1 dia a 5 anos.	0,50
Comprovação de tempo de serviço no Magistério em escola da rede pública ou particular com a duração de 5 anos e 1 dia a 6 anos.	0,60
Comprovação de tempo de serviço no Magistério em escola da rede pública ou particular com a duração de 6 anos e 1 dia a 7 anos.	0,70
Comprovação de tempo de serviço no Magistério em escola da rede pública ou particular com a duração de 7 anos e 1 dia a 8 anos.	0,80
Comprovação de tempo de serviço no Magistério em escola da rede pública ou particular com a duração de 8 anos e 1 dia a 9 anos.	0,90
Comprovação de tempo de serviço no Magistério em escola da rede pública ou particular com duração superior a 9 anos e 1 dia.	1,00

3.2.2. Poderão ser apresentados para comprovação do tempo de serviço:

a. Certidão e/ou atestado de tempo de serviço emitida por órgão público dos poderes Municipal, Estadual ou Federal, em que conste a identificação do servidor e ter o beneficiário exercido o Magistério pelo tempo especificado em ANOS, MESES E DIAS; e/ou

b. Declaração e/ou atestado emitido pela Direção e ou Setor de Recursos Humanos de estabelecimento de ensino particular, constando a identificação do candidato e o tempo de serviço em ANOS, MESES E DIAS.

3.2.3. Não serão pontuados os documentos que não atenderem estritamente o disposto nos itens 3.1, 3.2.1 e 3.3.1, não entregues no prazo e locais determinados, borrados, rasurados, riscados, incompletos ou cujo inteiro teor não seja facilmente legível ou ainda não entregues pelo próprio candidato.

3.3 DA PROVA DE HORAS DE APERFEIÇOAMENTO

3.3.1. A pontuação decorrente da contagem de cursos de aperfeiçoamento obedecerá aos critérios constantes da tabela abaixo.

NÚMERO DE HORAS	PONTUAÇÃO
81 A 120 HORAS	0,50
41 A 80 HORAS	0,30
40 HORAS	0,10

3.3.2. Frequência em Cursos de Formação Continuada: somente serão aceitos Certificados de Cursos de Aperfeiçoamento que estejam devidamente registrados no órgão competente, relativo ao ano de 2015 a 2017. A carga horária dos Cursos a ser computada não excederá a 120 horas.

3.4. A nota da prova de títulos acadêmicos, tempo de serviço e horas de curso será o somatório dos pontos obtidos na prova de títulos acadêmicos + na prova de tempo de serviço + horas de cursos.

3.5. A nota final das provas será a soma final da pontuação obtida na prova de títulos acadêmicos + pontuação da prova de tempo de serviço + horas de cursos obtendo assim a nota final.

3.6. Os candidatos serão classificados em ordem decrescente de acordo com a nota final obtida.

3.7. Ocorrendo empate na pontuação obtida na nota final, terá preferência, para fins de desempate, o candidato que, sucessivamente:

a. tiver maior idade;

b. tiver maior número de filhos.

3.8. Os candidatos deverão comparecer na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte no dia 24/04/2017, das 9h às 11h, munidos da seguinte documentação para efetivação de sua inscrição:

a. Carteira de identidade (cópia);

b. CPF (cópia);

c. Título de Eleitor (cópia);

d. Comprovante de habilitação mediante apresentação de certificado/ Comprovante de Frequência ou histórico escolar, expedidos por órgãos competentes (original e cópia ou cópia autenticada);

e. Documento comprobatório de participação em programas de formação continuada, aperfeiçoamento e atualização, expedidos e registrados por órgão competente, realizados em 2015 a 2017 (original e cópia ou cópia autenticada).

f. Atestado de tempo de serviço no magistério expresso por períodos de contratação, em ANOS, MESES E DIAS, expedido por órgão competente, (considerados até 20/04/2017) (original ou cópia autenticada);

4. DA ESCOLHA DE VAGA

4.1. A escolha da vaga ocorrerá no dia 25/04/2017, às 09h30min, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

5. DA CONTRATAÇÃO

5.1. A contratação do candidato aprovado obedecerá, rigorosamente, a ordem de classificação final.

5.2. O candidato deverá comparecer no dia 25/04/2017 no Departamento de Pessoal na Secretaria Administração e Fazenda, munidos da seguinte documentação:

- a. Cédula de Identidade - RG (cópia).
- b. Certidão de nascimento "se solteiro" ou Certidão de casamento (cópia).
- c. CPF (cópia).
- d. Título de Eleitor (cópia).
- e. Comprovante da última votação (cópia).
- f. PIS ou PASEP (cópia).
- g. Comprovante de nível de escolaridade e demais habilitações exigidas para o cargo.
- h. Comprovante de quitação militar-Certificado de Reservista "se do sexo masculino" (cópia).
- i. Atestado médico oficial admissional de boa saúde física e mental.
- j. Preencher, no ato da entrega dos documentos acima, as seguintes declarações fornecidas pelo Departamento de Recursos Humanos: Declaração Negativa de Acumulação de Cargo Público e/ou Declaração de Acumulação para Cargo de Professor.
- k. Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (cópia).
- l. Carteira de Vacinação dos filhos menores de 14 anos (cópia).
- m. Atestado de frequência escolar dos filhos acima de 7 anos.
- n. Uma fotografia colorida 3x4 atual.

5.3 Os documentos solicitados nos incisos "k", "l", e "m" do item anterior (5.2) são necessários somente para, se for o caso, cadastramento do salário-família, não sendo obrigatórios para a contratação.

5.4. Toda a documentação deverá ser entregue de forma reunida, não sendo aceito protocolo de parte dos documentos. O comparecimento dos candidatos sem as documentações legalmente exigidas neste edital e fora do prazo previsto ou o não comparecimento até a data prevista, implicará na desclassificação automática do candidato ora convocado, passando-se a convocação dos demais sucessivamente, sempre respeitando a ordem de classificação.

Bom Retiro (SC), 18 de abril de 2017.

Vilmar José Neckel		Marilene dos Santos Neckel
Prefeito Municipal		Responsável Sec. de Educação Cult. e Esporte

Anexo 1

MUNICÍPIO DE BOM RETIRO		Nº DE INSCRIÇÃO	
CHAMADA PÚBLICA EDUCAÇÃO Nº 05/2017			
CARGO:			
NOME DO (A) CANDIDATO(A):			
NOME DO PAI:			
NOME DA MÃE:			
DATA DE NASCIMENTO: ____/____/____ SEXO: () MASC () FEM			
NATURAL DE:			UF:
ESTADO CIVIL:		Nº DE FILHOS:	FONE:
END. RESIDENCIAL:			
BAIRRO:		CIDADE:	UF:
RG.:		DATA DE EMISSÃO:	
CPF:			
TÍTULO ELEITORAL:		ZONA:	SEÇÃO:
DEFICIENTE:	() SIM () NÃO	TIPO DE DEFICIÊNCIA:	
E-mail:			
Declaro que as informações acima prestadas são verdadeiras, e assumo total responsabilidade pelo preenchimento desta ficha, bem como, pelos dados declarados nesta ficha de inscrição, conforme cópia dos documentos anexa, declarando explicitamente conhecer e aceitar as normas e regulamento estabelecidos no Edital de Processo Simplificado de Seleção Nº 03/2016 e todas as disposições nele contidas.			
HABILITAÇÃO			PONTUAÇÃO
TEMPO DE SERVIÇO PÚBLICOS NA REFERIDA ÁREA			PONTUAÇÃO
CURSOS DE FORMAÇÃO CONTINUADA (2015 a 2017)			PONTUAÇÃO
TOTAL GERAL (habilitação + tempo de serviço + horas de curso)			à

Bom Retiro, ____/____/____.

Assinatura do(a) Candidato(a)	Assinatura do Recebedor Responsável
-------------------------------	-------------------------------------

CLASSIFICAÇÃO CHAMADA PÚBLICA ED INFANTIL 04.17

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA e ESPORTE

CNPJ 82.777.343/0001-21 – www.bomretiro.sc.gov.br – educacao@bomretiro.sc.gov.br

Av. 24 de outubro, 145 – Centro – Bom Retiro – SC – 88680-000 – Fone (49) 3277-0431/Fax (49) 3277-0155

CLASSIFICAÇÃO CHAMADA PÚBLICA Nº 04/2017

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Classif.	Inscr.	Nome	DN	Formação	Tempo de Serviço	Curso	Nota Final
1.	01	Sabrina Marian Schutz	03/07/94	0,70	0,0	0,50	1,20
2.	02	Liliani Kull Wiggers	02/02/85	0,20	0,0	0,50	0,70

Bom Retiro (SC), 17 de abril de 2017.

Vilmar José Neckel	Marilene dos Santos Neckel
Prefeito Municipal	Responsável Sec. de Educação Cult. e Esporte

EXTRATO TA CONTRATO 12/2016 EXTRATO CONTRATO 110/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO/SC

AVISO DE PUBLICAÇÃO

Extrato Terceiro Termo Aditivo do Contrato 12/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Contratada: Serra Sul Engenharia E Construções Ltda. EPP

Objeto: Contratação de empresa incluindo material e mão de obra para conclusão de edificação de uma escola de um pavimento com seis salas de aula, projeto piloto do FNDE -PROJETO ESPAÇO EDUCATIVO URBANO II. Fica alterada a Cláusula Segunda (Da Vigência) prorrogando-se o termo final de vigência do contrato para 20 de setembro de 2017, conforme faculta a legislação vigente.

Extrato Contrato 110/2017 Inexigibilidade Chamamento Público 02/2017 Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Contratado: Associação Bonretirenses Acadêmica - ABRA

Objeto: Promover o acesso e transporte dos associados desta entidade para as Instituições de Ensino Superiores e Técnicos Profissionalizantes no município de Lages/SC.

Valor Total: R\$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais)

Bom Retiro, 19 de abril de 2017.

Vilmar José Neckel

Prefeito

MINUTA EDITAL PP 06/2017 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BOM RETIRO

MINUTA EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2017 (FMS)

O Município de Bom Retiro através do Fundo Municipal de Saúde torna público Edital Pregão Presencial 06/2017 para Aquisição de equipamentos e materiais permanentes para equipar a unidade sanitária central de saúde de Bom Retiro . Os interessados deverão apresentar documentos e propostas em envelopes fechados na Prefeitura Municipal de Bom Retiro à Av. Major Generoso, 19, Centro, até dia 03/05/17 as 09h30min. Maiores informações podem ser obtidas na Prefeitura de Bom Retiro Fone/Fax: (049) 32770183, das 09:00/12:00 das 13:30/17:00. Edital disponível no website oficial: www.bomretiro.sc.gov.br. Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

Bom Retiro, 19 de abril de 2017.

Vilmar José Neckel

Prefeito Municipal

Botuvera

PREFEITURA

PL21/2017-PP17/2017-SRP-FRALDAS DESCARTÁVEIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 21/2017-PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2017 - SRP

O MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ torna público que se encontra aberto Processo Licitatório para aquisição parcelada de FRALDAS DESCARTÁVEIS DIVERSAS. Recebimento da documentação e propostas: 04/05/2017, Até as 14:30 Horas. Abertura da sessão na mesma data e horário. Local, Sala de Licitações da Prefeitura, sito a Rua João Morelli, 66, Centro, Botuverá/SC. Edital e informações no setor de Licitações no mesmo endereço, Fone/Fax (47) 3359-1170 e e-mail licitacao@botuvera.sc.gov.br, e site www.botuvera.sc.gov.br.

Botuverá-SC, 18 de Abril de 2017.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA

PORTARIA 058/2017

PORTARIA Nº 058/2017

DESIGNA SERVIDOR.

Nildo Melmestet, Prefeito Municipal do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, etc...
RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor Jean Carlos Correa da Costa Scharf, para responder pelo Setor de Compras efetuando e assinando Autorizações de Fornecimento, a partir de 10.04.2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos a 10.04.2017.

Braço do Trombudo, em 17 de abril de 2017.

Nildo Melmestet

Prefeito Municipal

Brunópolis

PREFEITURA

DECRETO Nº 25/2017

DECRETO Nº 25 DE 17 DE ABRIL DE 2017.

DEFLAGRA PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA APURAR DIAS DE TRABALHO DA SERVIDORA JANICE PADILHA.

ADEMIL ANTONIO DA ROSA, Prefeito Municipal de Brunópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 100, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Brunópolis;

Considerando que há uma declaração da Secretaria de Educação relatando que a Servidora Janice Padilha, trabalhou da data de 13 de fevereiro a 6 de março de 2017; e

Considerando uma comunicação interna da Secretaria de Educação em 10 de fevereiro e assinada pela Janice Padilha; e

Considerando que a mesma requer o pagamento destes dias trabalhados; e

Considerando que somente em 6 de março de 2017 é que a mesma foi registrada no Sistema da folha do Município;

RESOLVE

Art. 1º. Fica instaurado processo administrativo para apuração de dias trabalhados pela SERVIDORA JANICE PADILHA.

Art. 2º. Nomeio os Servidores a seguir relacionados para compor a comissão do processo administrativo: a) Presidente: LUCIANE FLEMING
b) Secretária: JANE FERREIRA; Membro: ADEJAIME KERN.

Art. 3º. Determino a Comissão que observe em sua plenitude o direito do contraditório e ampla defesa, devendo a servidora ser notificado de todos os termos deste procedimento, com vistas dos autos, fornecimento de cópias sem custos, e o direito de produção de todos os meios de provas permitidos em direito, apresentando defesa no prazo de 03 (três) dias.

Art.4º. Tendo em vista a urgência desta apuração, fixo o prazo de 05 dias para conclusão dos trabalhos da comissão, sendo o procedimento necessário para apurar a veracidade da alegada a fim de evitar quaisquer prejuízos tanto ao Município quanto a Servidora.

Art.5º. A comissão deverá apresentar no prazo estabelecido no art.4º, relatório circunstanciado sobre os fatos relatados e investigados, bem como, parecer conclusivo ao Prefeito Municipal.

Art.6º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação revogando as disposições em contrário.

Brunópolis, 17 de abril de 2017.

Ademil Antonio da Rosa

Prefeito Municipal

Maria Gorete do Nascimento

Secretária de Administração Planejamento e Fazenda.

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios.

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BRUNÓPOLIS

Processo Licitatório nº 01/2017 - Edital de Pregão Presencial nº 01/2017

Objeto: fornecimento de licença de uso de sistemas de gestão pública, com acesso simultâneo de usuários. Data e horário: o recebimento dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será até às 14h00min do dia 09/05/2017, sendo que a abertura e julgamento do processo licitatório será no mesmo dia, a partir das 14h30min. Local: Câmara Municipal de Vereadores de Brunópolis, situada na Rua Selmo Heck, nº 750, Centro, Brunópolis/SC, CEP 89634-000 mesmo local onde pode ser lido e obtido o Edital na íntegra, das 08h30min às 12h00min e das 13h30min às 16h30min. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3556-0054, e-mail campolis@hotmail.com ou no endereço citado.

Alexandre Audálio Unzanaro – Presidente da Câmara de Vereadores

Brusque

PREFEITURA

DECRETO Nº 7946-2017

DECRETO Nº. 7.946, DE 10 DE ABRIL DE 2017.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL”

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o art. 23º da Lei nº 4.038 de 16.12.16, a Lei nº 4.023 de 28.09.16, o inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar e especial no Orçamento Fiscal em vigência do Município, no valor de R\$ 767.000,00 (setecentos e sessenta e sete mil reais), para atender a programação abaixo especificada:

09.00 Secretaria Municipal de Educação
09.001 Secretaria Municipal de Educação
0012.0365.0020.2020 Manutenção da Educação Infantil
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.3.36.00 Salário Educação
VALOR R\$ 150.000,00
0012.0361.0025.2019 Manutenção Desenvolv. Ensino Fund. Valor. Magistério
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.36.00 Salário Educação
VALOR R\$ 150.000,00
0012.0365.0335.2021 Manutenção de Creches
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.36.00 Salário Educação
VALOR R\$ 150.000,00
13.00 Secretaria de Orçamento e Gestão
13.001 Secretaria de Orçamento e Gestão
0015.0451.0125.2036 Manutenção e Melhorias do Sistema Viário
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.3.64.55 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 57.000,00
0.1.39.44 Fundo Especial do Petróleo
VALOR R\$ 160.000,00
4.4.90.00 Aplicações Diretas – Investimentos
0.3.64.55 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 100.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - Anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

09.00 Secretaria Municipal de Educação
09.001 Secretaria Municipal de Educação
0012.0361.0025.2019 Manutenção Desenvolv. Ensino Fund. Valor. Magistério
4.4.90.00 Aplicações Diretas – Investimentos
0.1.36.00 Salário Educação
VALOR R\$ 150.000,00
0012.0365.0335.2021 Manutenção de Creches
4.4.90.00 Aplicações Diretas – Investimentos
0.1.36.00 Salário Educação
VALOR R\$ 150.000,00

II - Superavit financeiro do exercício anterior, conforme disposto no § 1º, I do art. 43 da Lei nº. 4.320/64, apurado na fonte de recurso abaixo:

21.493-0	B.Brasil Sal. Educação	0.1.36.00	392.212,23
		0.3.36.00	39.283,16
TOTAL GERAL			431.495,39

Valores Comprometidos	Fonte de Recursos	Valor R\$
Empenhos à Pagar	0.1.36.00/0.3.36.00	59.904,90
DDO à Pagar	0.1.36.00/0.3.36.00	1.272,49

Restos à Pagar	0.1.36.00/0.3.36.00	0,00
TOTAL	0.1.36.00/0.3.36.00	61.177,39

Saldo	Fonte de Recursos	Valor R\$
Superavit Financeiro	0.3.36.00	370.318,00
Valor Utilizado Decreto 7943/2017	0.3.36.00	200.000,00
Valor a Utilizar	0.3.36.00	170.318,00

71.545-X	B. Brasil - Revitalização da Rua Nova Trento	0.1.64.55	41.292,59
71.523-9	B. Brasil - Con. Ponte Rio Branco	0.1.64.55 0.3.64.55	3.115,23 180.738,51
74.859-5	B. Brasil - Pav. Asfáltica e Dren. Pluvial Rua Bucão Viana	0.1.64.55	1.088.903,80
TOTAL GERAL			1.314.050,13

Valores Comprometidos	Fonte de Recursos	Valor R\$
Empenhos à Pagar	0.1.64.55/0.3.64.55	28.939,06
DDO à Pagar	0.1.64.55/0.3.64.55	0,00
Restos à Pagar	0.1.64.55/0.3.64.55	0,00
TOTAL	0.1.64.55/0.3.64.55	0,00

Saldo	Fonte de Recursos	Valor R\$
Superávit Financeiro	0.3.64.55	1.285.111,07
Valor a Utilizar	0.3.64.55	1.285.111,07

III – Excesso de arrecadação do exercício corrente na seguinte receita/vínculo:

0.1.39.44	Fundo Especial do Petróleo
Valor Orçado	397.500,00
Valor arrecadado até a data de 31/03/2017.	558.080,06
Excesso de arrecadação até a data de 31/03/2017.	160.580,06
Valor a Utilizar	160.580,06

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 10/042017, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 10 de abril de 2017
 JONAS OSCAR PAEGLE EDSON RISTOW
 Prefeito Municipal Procurador Geral do Município

EDENA BEATRIS CENSI
 Secretária da Fazenda

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
 Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 7950-2017

DECRETO Nº. 7.950, DE 18 DE ABRIL DE 2017.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL”

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o art. 23º da Lei nº 4.038 de 16.12.16, a Lei nº 4.023 de 28.09.16, o inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar e especial no Orçamento Fiscal em vigência do Município, no valor de R\$ 66.707,20 (sessenta e seis mil, setecentos e sete reais e vinte centavos), para atender a programação abaixo especificada:

19.00 Secretaria de Orçamento e Gestão
 19.001 Secretaria de Orçamento e Gestão
 0004.0122.0005.2013 Manutenção da Administração Geral
 3.3.93.00 Aplicações Diretas Dec. Oper. Entre Órgãos com Consórcio Público – Outras Despesas Correntes
 0.1.00.00 Salário Educação
 VALOR R\$ 66.707,20

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - Anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

19.00 Secretaria de Orçamento e Gestão
 19.001 Secretaria de Orçamento e Gestão
 0004.0122.0005.2013 Manutenção da Administração Geral
 3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
 0.1.00.00 Salário Educação
 VALOR R\$ 66.707,20

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 10/04/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 18 de abril de 2017
 JONAS OSCAR PAEGLE EDSON RISTOW
 Prefeito Municipal Procurador Geral do Município

EDENA BEATRIS CENSI
 Secretaria da Fazenda

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
 Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 7949-2017

DECRETO Nº. 7.949, DE 13 DE ABRIL DE 2017.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL”

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o art. 23º da Lei nº 4.038 de 16.12.16, a Lei nº 4.023 de 28.09.16, o inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar e especial no Orçamento Fiscal, em vigência do Município, no Fundo Municipal de Assistência Social, no valor de R\$ 57.664,84 (Cinquenta e Sete Mil Seiscentos e Sessenta e Quatro Reais e Oitenta e Quatro Centavos), para atender a programação abaixo especificada:

30.00 Fundo Municipal de Assistência Social
 30.001 Fundo Municipal de Assistência Social
 008.0244.0255.2327 Proteção Social Especial – Média Complexidade
 3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
 0.3.35.2302 FEAS – Média/Custeio
 VALOR R\$ 1.473,31
 0.3.35.2301 FEAS – Média/Investimento
 VALOR R\$ 10,42
 0.3.35.23 FEAS – Média/Investimento
 VALOR R\$ 4.020,00
 008.0244.0255.2328 Proteção Social Especial – Alta Complexidade
 3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
 0.3.35.2102 FEAS – Alta/Custeio
 VALOR R\$ 645,43
 0.3.35.2101 FEAS – Alta/Investimento
 VALOR R\$ 45.606,24
 008.0244.0255.2329 Proteção Social Básica
 3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
 0.3.35.2402 FEAS – Básica/Custeio
 VALOR R\$ 5.909,44

I - Superávit financeiro do exercício anterior, conforme disposto no § 1º, I do art. 43 da Lei nº. 4.320/64, apurado na fonte de recurso abaixo:

63980-X	B.B. F.M.A.S. - Média/Custeio – c/c 63980-X	0.1.35.2302	116,19
		0.3.35.2302	1.473,31
		0.3.35.23	4.020,00
TOTAL GERAL			5.609,50

Valores Comprometidos	Fonte de Recursos	Valor R\$
Empenhos à Pagar	0.1.35.2302/0.3.35.2302/0.3.35.23	0,00
DDO à Pagar	0.1.35.2301/0.3.35.2302/0.3.35.23	0,00
Restos à Pagar	0.1.35.2301/0.3.35.2302/0.3.35.23	0,00
TOTAL	0.1.35.2301/0.3.35.2302/0.3.35.23	0,00

Saldo	Fonte de Recursos	Valor R\$
Superávit Financeiro	0.3.35.2302 0.3.35.23	1.473,31 4.020,00
Valor a Utilizar	0.3.35.2302 0.3.35.23	1.473,31 4.020,00

64204-5	B.B. F.M.A.S. - Média/Invest – c/c 64204-5	0.1.35.2301 0.3.35.2301 0.3.00.00	0,19 10,42 3,37
TOTAL GERAL			13,98

Valores Comprometidos	Fonte de Recursos	Valor R\$
Empenhos à Pagar	0.1.35.2301/0.3.35.2301	0,00
DDO à Pagar	0.1.35.2301/0.3.35.2301	0,00
Restos à Pagar	0.1.35.2301/0.3.35.2301	0,00
TOTAL	0.1.35.2301/0.3.35.2301	0,00

Saldo	Fonte de Recursos	Valor R\$
Superávit Financeiro	0.3.35.2301	10,42
Valor a Utilizar	0.3.35.2301	10,42

57681-6	B.B. F.M.A.S. - Alta/Custeio – c/c 57681-6	0.1.35.2102 0.3.35.2102 0.3.35.21	15,32 645,43 120,00
TOTAL GERAL			780,75

Valores Comprometidos	Fonte de Recursos	Valor R\$
Empenhos à Pagar	0.1.35.2102/0.3.35.2102/0.3.35.21	0,00
DDO à Pagar	0.1.35.2102/0.3.35.2102/0.3.35.21	0,00
Restos à Pagar	0.1.35.2102/0.3.35.2102/0.3.35.21	120,00
TOTAL	0.1.35.2102/0.3.35.2102/0.3.35.21	120,00

Saldo	Fonte de Recursos	Valor R\$
Superávit Financeiro	0.3.35.2102	645,43
Valor a Utilizar	0.3.35.2102	645,43

60327-9	B.B. F.M.A.S. - Alta/Invest – c/c 60327-9	0.1.35.2101 0.3.35.2101	913,07 45.606,24
TOTAL GERAL			46.519,31

Valores Comprometidos	Fonte de Recursos	Valor R\$
Empenhos à Pagar	0.1.35.2101/0.3.35.2101	0,00
DDO à Pagar	0.1.35.2101/0.3.35.2101	0,00
Restos à Pagar	0.1.35.2101/0.3.35.2101	0,00
TOTAL	0.1.35.2101/0.3.35.2101	0,00

Saldo	Fonte de Recursos	Valor R\$
Superávit Financeiro	0.3.35.2101	45.606,24
Valor a Utilizar	0.3.35.2101	45.606,24

67476-1	B.B. F.M.A.S. - Básica/Custeio – c/c 67476-1	0.1.35.2402 0.3.35.2402	4.401,82 5.909,44
TOTAL GERAL			10.311,26

Valores Comprometidos	Fonte de Recursos	Valor R\$
Empenhos à Pagar	0.1.35.2402/0.3.35.2402	0,00
DDO à Pagar	0.1.35.2402/0.3.35.2402	0,00
Restos à Pagar	0.1.35.2402/0.3.35.2402	0,00
TOTAL	0.1.35.2402/0.3.35.2402	0,00

Saldo	Fonte de Recursos	Valor R\$
Superávit Financeiro	0.3.35.2402	5.909,44
Valor a Utilizar	0.3.35.2402	5.909,44

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 13/04/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 13 de Abril de 2017.

JONAS OSCAR PAEGLE

EDSON RISTOW

Prefeito Municipal

Procurador Geral do Município

EDENA BEATRIS CENSI

Secretário de Orçamento e Gestão

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4054-2017

LEI N.º 4.054, DE 10 DE ABRIL DE 2017.

Dispõe sobre a autorização de parcelamento de débitos consolidados junto ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP, autorização de parcelamento de débitos consolidados junto ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar o parcelamento de débitos consolidados, conforme abaixo:

I - Junto ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP, referente ao período de apuração de 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012, no valor de até: R\$ 1.989.866,60 (hum milhão, novecentos e oitenta e nove mil, oitocentos e sessenta e seis reais e sessenta centavos) mais juros de mora;

II - Junto ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, referente ao período de 01 de janeiro de 2012 até 31 de dezembro de 2015, no valor de até R\$ 600.181,68 (seiscentos mil, cento e oitenta e um reais e sessenta e oito centavos) mais juros de mora.

Art. 2º O parcelamento dos débitos consolidados previsto no “caput” do artigo anterior será efetuado mediante normas estabelecidas pela Medida Provisória n.º 766, de 04 de janeiro de 2017, na Instrução Normativa n.º 13.687, de 31 de janeiro de 2017 e na Portaria PGF n.º 152, de 02 de fevereiro de 2017, com um prazo de amortização de até:

I - 120 (cento e vinte) meses com parcelas menores nos 3 primeiros anos (0,5% da dívida em 2017; 0,6% em 2018; 0,7% em 2019 e 0,93% nos 84 meses finais).

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotações constantes no orçamento corrente, e de acordo com cada unidade orçamentária devedora.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 10 de abril de 2017.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito Municipal

EDSON RISTOW

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 1036-2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 1036/2017

A Secretaria Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017, para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
857068	0	GABRIELA BARTH BARBOSA	Secretaria de Saúde	04/04/2017	13/04/2017	10
737720	0	LUCAS GUILHERME RAUBER	Secretaria de Saúde	04/04/2017	13/04/2017	10
9784	0	ROSANA GAMA PEREIRA MARTINS	Secretaria de Saúde	04/04/2017	13/04/2017	10

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 04/04/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 04 de Abril de 2017.
EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ANELISE NAGEL KETZER
Diretora

PORTARIA Nº 1108-2017

Portaria nº 1108/2017

O Secretário de Orçamento e Gestão no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, §1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença-Prêmio, para o servidor ANTONIO PEREIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Serviços Especiais, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, pelo prazo de 90 dias, no período compreendido entre 10/04/2017 a 08/07/2017, referente ao período aquisitivo iniciado em 01/04/2010.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 10/04/2017.

Prefeitura Municipal de Brusque, 10 de Abril de 2017.
EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ANELISE NAGEL KETZER
Diretora

PORTARIA Nº 1109-2017

Portaria nº 1109/2017

O Secretário de Orçamento e Gestão no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, §1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença-Prêmio, para o servidor TERESINHA DE FATIMA PEIXE BASTIANI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Coordenador Pedagógico, lotado na Secretaria Municipal de Educação, pelo prazo de 90 dias, no período compreendido entre 10/04/2017 a 08/07/2017, referente ao período aquisitivo iniciado em 01/02/2005 e 90 dias, no período compreendido entre 09/07/2017 a 06/10/2017, referente ao período aquisitivo iniciado 01/02/2010.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 10/04/2017.

Prefeitura Municipal de Brusque, 10 de Abril de 2017.
EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ANELISE NAGEL KETZER
Diretora

PORTARIA Nº 1110-2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 1110/2017

A Secretaria Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017, para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
13250	0	ALEXANDRE IVAN MAFRA	Secretaria da Fazenda	10/04/2017	09/05/2017	30
6050	0	VALMOR TODT	Secretaria de Obras e Serv. Públicos	10/04/2017	09/05/2017	30
691771	2	VITORINO DA SILVA	Secretaria de Trânsito e Mobilidade	10/04/2017	29/04/2017	20
404519	2	ZULMIRA DE LIMA	Secretaria de Obras e Serv. Públicos	10/04/2017	19/04/2017	10

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 10/04/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 10 de Abril de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ANELISE NAGEL KETZER
Diretora

PORTARIA Nº 1148-2017

Portaria nº 1148/2017

O Secretário de Orçamento e Gestão no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, §1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença-Prêmio, para o servidor GENESIO LANA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Serviços Especiais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, pelo prazo de 90 dias, no período compreendido entre 12/04/2017 a 10/07/2017, referente ao período aquisitivo iniciado em 02/03/2008.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 12/04/2017.

Prefeitura Municipal de Brusque, 12 de Abril de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ANELISE NAGEL KETZER
Diretora

PORTARIA Nº 1149-2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 1149/2017

A Secretaria Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017, para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
458996	4	CARLA CRISTINA BONAMENTE	Secretaria Municipal de Educação	12/04/2017	22/04/2017	11

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 12/04/2017, revogando-se as disposições em

contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de Abril de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI

Secretaria de Orçamento e Gestão

Designada Responsável

ANELISE NAGEL KETZER

Diretora

PORTARIA Nº 1188-2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 1188/2017

A Secretaria Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017, para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Seq contrato	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
1	MARCIO ANDRE SCHIEFFERDECKER	FUNDO MUNICIPAL ASSIST. SOCIAL	17/04/2017	28/04/2017	12
0	RENATO DE SOUZA	SECRETARIA DESENV. ECONOM. TRABA- LHO E RENDA	17/04/2017	06/05/2017	20

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar do dia 17/04/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 17 de Abril de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI

Secretaria de Orçamento e Gestão

Designada Responsável

ANELISE NAGEL KETZER

Diretora

PORTARIA Nº 1211-2017 IBPREV

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 1.211/2017

Concede benefício de Aposentadoria Voluntária a

Ana Maria Costa

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão da Prefeitura Municipal de Brusque e a Diretora do Departamento de Recursos Humanos nomeada pela portaria nº 11847/2017, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e §1º da Lei Orgânica Municipal c/c o Decreto Municipal nº. 7.056/13, e com fundamento no artigos 33, I, c, 62 e 97 da Lei Complementar Municipal nº. 174, de 20/09/11, com redação dada pela Lei Complementar Municipal nº. 178, de 06/12/11, e no artigo 3º da Emenda Constitucional nº. 47/2005.

RESOLVEM:

Art. 1º - Conceder, conforme processo IBPREV nº. 039/2017, benefício de Aposentadoria Voluntária a ANA MARIA COSTA, CPF 516.655.499-04.

Art. 2º - O benefício concedido por esta portaria será pago com recursos do Plano Previdenciário do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13/04/2017, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 18 de abril de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI

Secretária de Orçamento e Gestão

Designada Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

RECURSOS HUMANOS

Diretora

PORTARIA Nº 1226-2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 1226/2017

A Secretaria Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017, para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
7790	1	MARLENE DE SOUZA FURTADO	Secretaria Municipal de Educação	19/04/2017	18/05/2017	30

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 19/04/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 19 de Abril de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI

Secretaria de Orçamento e Gestão

Designada Responsável

ANELISE NAGEL KETZER

Diretora

PORTARIA Nº 1030-2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 1030/2017

A Secretaria Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017, para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
1030370	0	ANA PAULA FUGAZZA BERNARDES	Secretaria de Saúde	03/04/2017	12/04/2017	10
1034928	0	DIRCEU LOPES EZEQUIEL	Secretaria de Saúde	03/04/2017	02/05/2017	30
4295269	1	LENILCE SILVEIRA FERREIRA	Secretaria de Saúde	03/04/2017	22/04/2017	20

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 03/04/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 03 de Abril de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI

Secretaria de Orçamento e Gestão

Designada Responsável

ANELISE NAGEL KETZER

Diretora

PORTARIA Nº 1190-2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 1190/2017

A Secretaria Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017, para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
19291	0	ANDRE LUIS BRITO BECK	Secretaria de Orçamento e Gestão	17/04/2017	05/05/2017	19
837903	1	HELOISA HELENA BISCO FURTADO	Secretaria de Saúde	17/04/2017	26/04/2017	10
940798	0	LIDIA HELENA SCHEIDT	Secretaria da Fazenda	17/04/2017	26/04/2017	10
15512	9	MARIA GORETI LOPES	Secretaria de Saúde	17/04/2017	01/05/2017	15

4055624	1	MARIO SCHWARTZ	Secretaria de Obras e Serv. Públicos	17/04/2017	26/04/2017	10
---------	---	----------------	--------------------------------------	------------	------------	----

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 17/04/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 17 de Abril de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI

Secretaria de Orçamento e Gestão

Designada Responsável

ANELISE NAGEL KETZER

Diretora

PORTARIA Nº 11909-2017

PORTARIA N.º 11.909, DE 10 DE ABRIL DE 2017.

Nomeia servidora.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar n.º 143, de 31 de agosto de 2009 e alterações, Anexo I-E,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Florentina Luiz Bertotti Vicentini para ocupar o cargo de provimento em comissão, Padrão CC-VI, como Chefe Operacional, lotada na Secretaria de Orçamento e Gestão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de abril de 2017.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 10 de abril de 2017.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EDENA BEATRIS CENSI

Respondendo interinamente pela Secretaria de Orçamento e Gestão

PORTARIA Nº 11910-2017

PORTARIA N.º 11.910, DE 10 DE ABRIL DE 2017.

Nomeia servidora.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar n.º 143, de 31 de agosto de 2009 e alterações, Anexo I-E,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Andrea Patrícia Volkmann para ocupar o cargo de provimento em comissão, Padrão CC-III, como Diretora-Geral, lotada na Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 05 de abril de 2017.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 10 de abril de 2017.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

RENATO DE BORBA

Secretário de Obras e Serviços Públicos

PORTARIA Nº 11911-2017

PORTARIA N.º 11.911, DE 10 DE ABRIL DE 2017.

Nomeia servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar n.º 143, de 31 de agosto de 2009 e alterações, Anexo I-E,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Celso Tenório Ferreira para ocupar o cargo de provimento em comissão, Padrão CC-VI, como Chefe Operacional, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de abril de 2017.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 10 de abril de 2017.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

RENATO DE BORBA

Secretário de Obras e Serviços Públicos

PORTARIA Nº 11912-2017

PORTARIA N.º 11.912, DE 10 DE ABRIL DE 2017.

Nomeia servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar n.º 143, de 31 de agosto de 2009 e alterações, Anexo I-E,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Fábio Cesar Fuckner para ocupar o cargo de provimento em comissão, Padrão CC-V, como Coordenador, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de abril de 2017.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 10 de abril de 2017.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

RENATO DE BORBA

Secretário de Obras e Serviços Públicos

PORTARIA Nº 11913-2017

PORTARIA N.º 11.913, DE 10 DE ABRIL DE 2017.

Nomeia servidora.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar n.º 143, de 31 de agosto de 2009 e alterações, Anexo I-E,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Lidiane Suavi para ocupar o cargo de provimento em comissão, Padrão CC-V, como Coordenadora, lotada na Secretaria de Trânsito e Mobilidade.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de abril de 2017.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 10 de abril de 2017.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11914-2017

PORTARIA N. 11.914, DE 12 DE ABRIL DE 2017.

Substitui membro representante de entidade governamental no Conselho Municipal de Cultura – CMC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei n. 3.073/2008 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Substituir membro representante de entidade governamental no Conselho Municipal de Cultura - CMC, nomeado pela Portaria n.º 11.832/2017, conforme segue:

I - (...)

d) 01 (um) representante da Fundação Cultural de Brusque:

(...)

Suplente: Gabrielli da Conceição Bossa

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de março de 2017.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de abril de 2017.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11915-2017

PORTARIA N. 11.915, DE 12 DE ABRIL DE 2017.

Substitui membro representante de entidade não-governamental no Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - COMDEF.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei n. 3666/2013,

RESOLVE:

Art. 1º Substituir membro representante de entidade não-governamental no Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - COMDEF, nomeado pela Portaria n. 10.693/2016, conforme segue:

II - (...)

e) 01 (um) representante da Ordem dos Advogados do Brasil/OAB: (...)

Suplente: Felipe Hort

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de abril de 2017.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de abril de 2017.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11916-2017

PORTARIA N. 11.916, DE 12 DE ABRIL DE 2017.

Substitui membro representante de entidade governamental no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar n. 56/1997,

RESOLVE:

Art. 1º Substituir membro representante de entidade governamental no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, nomeado pela Portaria n.º 11.670/2017, conforme segue:

I - (...)

a) Representante da Secretaria de Assistência Social e Habitação:

(...)

Suplente: Indira Bluning

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de abril de 2017.

Art. 3º Revogam-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de abril de 2017.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11918-2017

PORTARIA n. 11.918, DE 17 DE ABRIL DE 2017.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 111, inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art.1º Nomear no Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Brusque, nos termos da Lei Complementar n. 147/09, o candidato habilitado em concurso público promovido por este município e realizado pela FEPESE/UFSC, mediante o Edital n. 001/2015, de 06 de julho de 2015, homologado em 17 de novembro de 2015, para provimento do cargo efetivo de AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS, conforme abaixo nominado:

MARILENE VENTURA Art. 2º Fixar, nos termos do art. 16 e seguintes da Lei Complementar n. 147/09, o prazo máximo de 30 (trinta) dias para posse do cargo.

Parágrafo único. A presente nomeação tornar-se-á sem efeito se o candidato não tomar posse no prazo fixado no caput deste artigo.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 17/04/17.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 17 de abril de 2017.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito Municipal

EDSON RISTOW

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 11922-2017

PORTARIA N. 11.922, DE 18 DE ABRIL DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com a alínea a do inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o inciso II do art. 43 da Lei Complementar n. 147/2009 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, William Fernandes Molina do cargo de provimento em comissão de Diretor-Geral, Padrão CC-III, lotado na Secretaria da Fazenda.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 18 de abril de 2017.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 18 de abril de 2017.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EDENA BEATRIS CENSI

Secretário da Fazenda

PORTARIA Nº 11923-2017 - SAMAE

PORTARIA N. 11.923, DE 18 DE ABRIL DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com a alínea a do inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar n. 143/2009 e alterações, Anexo V-E, e inciso II do art. 43 da Lei Complementar n. 147/2009 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, Juliano Montibeller do cargo de provimento em comissão, Padrão CC-II, Diretor-Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 18 de abril de 2017.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 18 de abril de 2017.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 122.2017 SAMAE

PORTARIA Nº 122/2017

O Diretor Presidente, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 6.308/2010,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão funcional horizontal para o servidor ADALBERTO JOÃO GARCIA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Especiais, enquadrado no quadro permanente de pessoal do SAMAE de Brusque, no padrão de vencimento 1GO-01C passando para o padrão de vencimento 1GO-01D por cumprir os requisitos legais, conforme disposto nos artigos 24 a 29 da LC 143/2009.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01/04/2017.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Brusque, 17 de abril de 2017.

JULIANO MONTIBELLER

DIRETOR PRESIDENTE

PORTARIA Nº 123.2017 SAMAE

PORTARIA Nº 123/2017

O Diretor Presidente, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 6.308/2010,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão funcional horizontal para o servidor DENISE BRUNS, ocupante do cargo de Agente Administrativo, enquadrado no quadro permanente de pessoal do SAMAE

de Brusque, no padrão de vencimento 3GF-02C passando para o padrão de vencimento 3GF-02D por cumprir os requisitos legais, conforme disposto nos artigos 24 a 29 da LC 143/2009.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01/04/2017.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Brusque, 17 de abril de 2017.

JULIANO MONTIBELLER

DIRETOR PRESIDENTE

PORTARIA Nº 124.2017 SAMAE

PORTARIA Nº 124/2017

O Diretor Presidente, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 6.308/2010,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão funcional horizontal para o servidor FLAVIANO PAZA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Especiais, enquadrado no quadro permanente de pessoal do SAMAE de Brusque, no padrão de vencimento 1GO-01C passando para o padrão de vencimento 1GO-01D por cumprir os requisitos legais, conforme disposto nos artigos 24 a 29 da LC 143/2009.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01/04/2017.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Brusque, 17 de abril de 2017.

JULIANO MONTIBELLER

DIRETOR PRESIDENTE

PORTARIA Nº 125.2017 SAMAE

PORTARIA Nº 125/2017

O Diretor Presidente, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 6.308/2010,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão funcional horizontal para o servidor JOSÉ CARLOS PADOANI, ocupante do cargo de Agente de Serviços Especiais, enquadrado no quadro permanente de pessoal do SAMAE de Brusque, no padrão de vencimento 1GO-01C passando para o padrão de vencimento 1GO-01D por cumprir os requisitos legais, conforme disposto nos artigos 24 a 29 da LC 143/2009.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01/04/2017.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Brusque, 17 de abril de 2017.

JULIANO MONTIBELLER

DIRETOR PRESIDENTE

PORTARIA Nº 126.2017 SAMAE

PORTARIA Nº 126/2017

O Diretor Presidente, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 6.308/2010,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão funcional horizontal para o servidor LUCIANO CAMARGO, ocupante do cargo de Técnico Laboratorista, enquadrado no quadro permanente de pessoal do SAMAE de Brusque, no padrão de vencimento 4GT-01B passando para o padrão de vencimento 4GT-01C por cumprir os requisitos legais, conforme disposto nos artigos 24 a 29 da LC 143/2009.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01/04/2017.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Brusque, 17 de abril de 2017.

JULIANO MONTIBELLER
DIRETOR PRESIDENTE

PORTARIA Nº 127.2017 SAMAE

PORTARIA Nº 127/2017

O Diretor Presidente, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 6.308/2010,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão funcional horizontal para o servidor VALENTIM MOTTA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Especiais, enquadrado no quadro permanente de pessoal do SAMAE de Brusque, no padrão de vencimento 1GO-01C passando para o padrão de vencimento 1GO-01D por cumprir os requisitos legais, conforme disposto nos artigos 24 a 29 da LC 143/2009.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01/04/2017.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Brusque, 17 de abril de 2017.

JULIANO MONTIBELLER
DIRETOR PRESIDENTE

PORTARIA Nº 128.2017 SAMAE

PORTARIA Nº 128/2017

O Diretor Presidente, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 6.308/2010,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão funcional vertical para o servidor FABRICIO GONÇALVES, ocupante do cargo de Motorista, enquadrado no quadro permanente de pessoal do SAMAE de Brusque, no padrão de vencimento 3GO-01B passando para o padrão de vencimento 3GO-02B por cumprir os requisitos legais, conforme disposto nos artigos 24 a 29 da LC 143/2009.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01/04/2017.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Brusque, 17 de abril de 2017.

JULIANO MONTIBELLER
DIRETOR PRESIDENTE

PORTARIA Nº 129.2017 SAMAE

PORTARIA Nº 129/2017

O Diretor Presidente, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 6.308/2010,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão funcional horizontal para o servidor AFRANIO MIGUEL DOS SANTOS JUNIOR, ocupante do cargo de Agente de ETA, enquadrado no quadro permanente de pessoal do SAMAE de Brusque, no padrão de vencimento 4GF-01A passando para o padrão de vencimento 4GF-01B por cumprir os requisitos legais, conforme disposto nos artigos 24 a 29 da LC 143/2009.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01/05/2017.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Brusque, 17 de abril de 2017.

JULIANO MONTIBELLER
DIRETOR PRESIDENTE

PORTARIA Nº 130.2017 SAMAE

PORTARIA Nº 130/2017

O Diretor Presidente, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 6.308/2010,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão funcional horizontal para o servidor ALMIR ROBERTO PAVESI, ocupante do cargo de Agente de Leitura e Inspeção, enquadrado no quadro permanente de pessoal do SAMAE de Brusque, no padrão de vencimento 3GF-02H passando para o padrão de vencimento 3GF-02I por cumprir os requisitos legais, conforme disposto nos artigos 24 a 29 da LC 143/2009.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01/05/2017.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Brusque, 17 de abril de 2017.

JULIANO MONTIBELLER
DIRETOR PRESIDENTE

PORTARIA Nº 131.2017 SAMAE

PORTARIA Nº 131/2017

O Diretor Presidente, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 6.308/2010,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão funcional horizontal para o servidor Antonio Fernando Gonçalves de Oliveira, ocupante do cargo de Eletricista, enquadrado no quadro permanente de pessoal do SAMAE

de Brusque, no padrão de vencimento 3GF-01H passando para o padrão de vencimento 3GF-01I por cumprir os requisitos legais, conforme disposto nos artigos 24 a 29 da LC 143/2009.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01/05/2017.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Brusque, 17 de abril de 2017.

JULIANO MONTIBELLER
DIRETOR PRESIDENTE

PORTARIA Nº 132.2017 SAMAE

PORTARIA Nº 132/2017

O Diretor Presidente, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 6.308/2010,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão funcional horizontal para o servidor EDSON DE ALMEIDA MARQUES, ocupante do cargo de Agente de Obras, enquadrado no quadro permanente de pessoal do SAMAE de Brusque, no padrão de vencimento 3GO-02A passando para o padrão de vencimento 3GO-02B por cumprir os requisitos legais, conforme disposto nos artigos 24 a 29 da LC 143/2009.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01/04/2017.

PORTARIA Nº 857-2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 857/2017

A Secretaria Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017, para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
403059	8	MARA CRISTINA DA CRUZ CASAGRANDE	Secretaria de Saúde	20/03/2017	29/03/2017	10

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 20/03/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 20 de Março de 2017,

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ANELISE NAGEL KETZER
Diretora

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Brusque, 17 de abril de 2017.

JULIANO MONTIBELLER
DIRETOR PRESIDENTE

PORTARIA Nº 133.2017 SAMAE

PORTARIA Nº 133/2017

O Diretor Presidente, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 6.308/2010,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão funcional horizontal para o servidor Juliano Pereira, ocupante do cargo de Mecânico, enquadrado no quadro permanente de pessoal do SAMAE de Brusque, no padrão de vencimento 3GF-02H passando para o padrão de vencimento 3GF-02I por cumprir os requisitos legais, conforme disposto nos artigos 24 a 29 da LC 143/2009.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01/05/2017.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Brusque, 17 de abril de 2017.

JULIANO MONTIBELLER
DIRETOR PRESIDENTE

RESOLUÇÃO Nº 001-2017 CMI

RESOLUÇÃO N.º 001 DE 10 DE MARÇO DE 2017.

Dispõe sobre a criação das comissões permanentes.

O Conselho Municipal do Idoso – CMI, em reunião Ordinária realizada dia 10 de Março de 2017, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal n.º 3.470 de 16 de abril de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º – Criar as Comissões Permanentes, vigentes no regimento interno;

Art. 2º – As comissões deverão emitir pareceres sobre todas as matérias que lhe forem distribuídas;

Art. 3º – Serão instituídas as comissões com seus respectivos integrantes conforme segue:

Comissão Permanente de Normas e Regularização – CPNR:

Rita Suzana Naisser

Flávia Domingues

Danyelle Brem Moraes

Arthur Felipe Baron,

Elias Inácio Kolher

Marina Becker

Comissão Permanente de Informação e Divulgação – CPID:

Iassana Hoffmann

Matilde O. Teixeira Pozzi

Maria Helena C. Schwartz

Nelson Frener

Sandra da Conceição Bossa

Janaína Xudré da Luz Zen

Comissão Permanente de Política do Idoso – CPPI:

Helena Dias

Simone Beatriz Montibeller Schilindwein

Mayra Cadore Gonçalves

Doris Teresinha Battisti Archer

Sandra da Conceição Bossa

Sílvia Kunhen.

SIMONE BEATRIZ MONTIBELLER SCHILINDWEIN,

Presidente do Conselho Municipal

do Idoso - CMI

RESOLUÇÃO Nº 01- 2017 COMDEF

RESOLUÇÃO Nº 01 DE 27 DE MARÇO DE 2017.

Dispõe sobre alteração da Formação de Comissões.

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – COMDEF de Brusque-SC, em reunião ordinária realizada no dia 27 de março de 2017, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal n.º 3666 de 13 de novembro de 2013, com fundamento no inciso I do artigo 3º, nos artigos 7º e 10º e seu Regimento Interno.

RESOLVE:

Art. 1.º – Alterar Comissões conforme previsto em seu Regimento Interno.

Art. 2.º – Serão alteradas as Comissões com seus respectivos integrantes conforme segue:

Comissão de Legislação e Finanças:

Felipe Hort – OAB de Brusque;

Pedro Flor – ADVB;

Sidnei Pavesi – Secretaria de Assistência Social;

Alencar José Wilbert – Fundação Municipal de Esportes;

Comissão de Acessibilidade:

Elizangela Picolotto – IBPLAN;

Acires Martins – Secretaria de Trânsito e Mobilidade;

Jeferson de Oliveira Souza – ADVB;

Helena Dias – Lar Menino Deus;

Valquiria de Amorim – Secretaria de Educação;

Scheila Cristina Carvalho da Fonseca – OAB de Brusque.

Comissão de Educação e Esporte:

Diomira B. Maestri – APVAEB;

Alencar José Wilbert – Fundação Municipal de Esportes;

Valquiria de Amorim – Secretaria de Educação,

Jeferson de Oliveira Souza – ADVB.

Comissão de Saúde:

Lucimara Z. G. Pavesi – Secretaria de Assistência Social e Habitação;

Grasiela Maria Luiza – APAE;

Ana Claudia Machado – Secretaria de Saúde;

Helena Dias – Lar Menino Deus.

Comissão Especial:

Elizangela Picolotto – IBPLAN;

Acires Martins – Secretaria de Trânsito e Mobilidade;

Jeferson de Oliveira Souza – ADVB;

Helena Dias – Lar Menino Deus;

Valquiria de Amorim – Secretaria de Educação;

Scheila Cristina Carvalho da Fonseca – OAB de Brusque.

Sidnei Pavesi – Secretaria de Assistência Social;

Pedro Flor – ADVB;

Alencar José Wilbert – Fundação Municipal de Esportes;

Renato Roda - APAE

Helena Dias

Presidente do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência
COMDEF

Caçador

PREFEITURA

DECRETO Nº 7.078

DECRETO Nº 7.078, de 10 de abril de 2017.

Nomeia Comissão Especial para elaboração do Edital de Chamamento Público e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeadas as pessoas abaixo relacionadas, para, sob a presidência da primeira, comporem a Comissão Especial para elaboração do Edital de Chamamento Público para utilização dos recursos do Fundo Municipal da Infância e Adolescência – FIA 2017:

I – Leda Maria Francio de Almeida;

II – Janaina Menegazzo;

III – Andrea Carla Comel.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 6.387, de 30 de abril de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 10 de abril de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 7.079

DECRETO Nº 7.079, de 10 de abril de 2017.

Aprova unificação de áreas de terrenos urbanos, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município, Lei Federal nº 6.766/79, Lei Estadual nº 6.063/82, Lei Complementar nº 128/2008 – Lei de Parcelamento do Solo Urbano e suas alterações,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovada a unificação de duas áreas de terrenos urbanos, objetos das matrículas nºs 3531 e 3534, do Registro de Imóveis desta Comarca, abaixo descritas, de propriedade de Moacir Scolaro, resultando em 01 (uma) área com as seguintes medidas e confrontações, tudo de conformidade com o mapa e o memorial descritivo, que ficam fazendo parte integrante do presente Decreto:

I – terreno urbano com 477,22m² (quatrocentos e setenta e sete metros e vinte e dois decímetros quadrados), localizado na Rua Augusto Driessen, parte do marco 0=PP, situado na confrontação com a Rua Augusto Driessen; deste, segue, confrontando com a Rua Augusto Driessen com o azimute de 113°40'14" e a distância de 16.60m até o marco 1; deste, segue, confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 26.870 com o azimute de 212°17'14" e a distância de 28.61m até o marco 2; deste, segue, confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 3.534 com o azimute de 293°26'35" e a distância de 17.10m até o marco 5; deste, segue, confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 17.992 com o azimute de 33°14'59" e a distância de 28.76m até o marco 0=PP;

ponto inicial da descrição deste perímetro.

II – terreno urbano com 335,32m² (trezentos e trinta e cinco metros e trinta e dois decímetros quadrados), parte do marco 5=PP, situado na confrontação com o imóvel constante da matrícula nº 3.531; deste, segue, confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 3.531 com o azimute de 113°26'35" e a distância de 17.10m até o marco 2; deste, segue, confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 3.533 com o azimute de 191°38'47" e a distância de 15.48m até o marco 3; deste, segue, confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 3.535 com o azimute de 286°34'21" e a distância de 23.54m até o marco 4; deste, segue, confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 5.224 com o azimute de 33°14'59" e a distância de 18.24m até o marco 5=PP; ponto inicial da descrição deste perímetro.

Art. 2º As áreas acima descritas formam uma área total com 812,54m² (oitocentos e doze metros e cinquenta e quatro decímetros quadrados), parte do marco 0=PP, situado na confrontação com a Rua Augusto Driessen; deste, segue, confrontando com a Rua Augusto Driessen com o azimute de 113°40'14" e a distância de 16.60m até o marco 1; deste, segue, confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 26.870 com o azimute de 212°17'14" e a distância de 28.61m até o marco 2; deste, segue, confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 3.533 com o azimute de 191°38'47" e a distância de 15.48m até o marco 3; deste, segue, confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 3.535 com o azimute de 286°34'21" e a distância de 23.54m até o marco 4; deste, segue, confrontando com os imóveis constantes das matrículas nº 5.224 e nº 17.992 com o azimute de 33°14'59" e a distância de 47.00m até o marco 0=PP; ponto inicial da descrição deste perímetro.

Art. 3º A Prefeitura Municipal de Caçador, através de seus órgãos competentes, não se responsabiliza pela ocorrência de divergências entre as medidas e confrontações resultantes desta unificação.

Art. 4º O Registro da Unificação no Cartório de Registro de Imóveis, desta Comarca, deverá ser feito no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 10 de abril de 2017.

Saulo Sperotto - PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 7.083

DECRETO Nº 7.083, de 12 de abril de 2017.

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2017, em favor do Fundo Municipal de Saúde.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto, no art. 18, inciso IV, da Lei nº 3.337, de 20 de dezembro de 2016, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2017

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2017, em favor do Fundo Municipal de Saúde, na importância de R\$ 48.560,00 (quarenta e oito mil, quinhentos e sessenta reais), conforme segue:

40.01 – Fundo Municipal de Saúde.
10.301.0008.2.185 – Bloco de Média e Alta Complexidade Ambulatorial Hospitalar
3.3.90.00.0.3.67(348) - Aplicações Diretas R\$ 48.560,00

Art. 2º Para atender o disposto no art. 1º serão utilizados recursos do Superávit financeiro do exercício anterior, apurado na fonte de Transferências do SUS do Estado.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 12 de abril de 2017.
Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Osório Elias Timmermann - SECRETÁRIO DA FAZENDA.

DECRETO Nº 7.084

DECRETO Nº 7.084, de 12 de abril de 2017.

Dá nova redação ao caput do art. 1º, do Decreto nº 3.843/2007, que dispõe e regulamenta a concessão de vale-alimentação aos Servidores Públicos Municipais da Administração Direta, Autárquica e Fundacional, instituído pela Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA :

Art. 1º O caput do art. 1º do Decreto nº 3.843, de 21 de setembro de 2007, que dispõe e regulamenta a concessão de vale-alimentação aos Servidores Públicos Municipais da Administração Direta, Autárquica e Fundacional, instituído pela lei complementar nº 056, de 20/12/2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.1º Fica concedido aos servidores públicos municipais ativos da Administração Direta, Autárquica e Fundacional o vale-alimentação, no valor de R\$ 45,00 (quarenta e cinco reais) para os servidores que cumprem carga horária até 20 (vinte) horas semanais e no valor de R\$ 90,00 (noventa reais) para os servidores que cumprem carga horária de 21 (vinte e uma) a 44 (quarenta e quatro) horas semanais, cujo pagamento será realizado juntamente com a remuneração mensal.”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 1º de abril de 2017.

Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 6.374, de 22 de abril de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 12 de abril de 2017.
Saulo Sperotto - PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 7.085

DECRETO Nº 7.085, de 12 de abril de 2017.

Dispõe sobre a revisão do benefício alimentação fornecido aos Servidores Públicos Municipais, instituído pela Lei nº 2.639, de 21/09/2009.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA :

Art. 1º O valor mensal do benefício alimentação de que trata o § 4º, do art. 1º da Lei nº 2.639, de 21 de setembro de 2009, a ser pago aos Servidores Públicos Municipais ativos, que percebem vencimentos de até 1,5 (um e meio) pisos salariais do Município de Caçador, passa a ser de R\$ 110,00 (cento e dez reais), a contar de 1º de abril de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 6.375, de 22 de abril de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 12 de abril de 2017.
Saulo Sperotto - PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 7.086

DECRETO Nº 7.086, de 13 de abril de 2017.

Substitui membros nomeados para compor o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMSEA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Ficam substituídos os membros da entidade abaixo relacionada, nomeados pelo Decreto nº 6.636, de 07 de dezembro de 2015 e suas alterações, para compor o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMSEA, na forma que segue:

ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL:

a)

02 (DOIS) ASSOCIAÇÃO DE CLASSES PROFISSIONAIS E EMPRESARIAIS:

Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Santa Catarina, Subseção de Caçador- OAB:

Titular: Daniel Fossá

Suplente: Geneci dos Santos

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 13 de abril de 2017.
Saulo Sperotto,
PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 7.088

DECRETO Nº 7.088, de 13 de abril de 2017.

Delega poderes a Servidor Público Municipal, para assinar e autenticar documentos referentes a prestação de contas.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Ficam delegados poderes ao Servidor Público Municipal DANIEL PEREIRA RAFAELI FILHO, ocupante do cargo de Professor de Ensino Fundamental II, para assinar documentos referentes a prestações de contas da Secretaria Municipal de Educação e autenticá-los como originais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 13 de abril de 2017.

Saulo Sperotto - PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 7.089

DECRETO Nº 7.089, de 13 de abril de 2017.

Designa Comissão de Monitoramento e Avaliação para parceria no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador e da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados os Servidores Públicos Municipais SANDRA SPAUTZ GRANEMANN, ocupante do cargo de Diretora Geral da Secretaria de Saúde, CARMEM SILVIA BATTISTELLA, ocupante do cargo de Assistente Social, THIAGO MUNIZ DE LIMA, ocupante do cargo de Médico, EZEQUIEL MÁRCIO COLAÇO, ocupante do cargo de Guarda Municipal e EDUARDO KMELIUSKAS, ocupante do cargo de Técnico em Segurança do Trabalho, para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão de Monitoramento e Avaliação de que trata o art. 2º, inciso XI, da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, para a parceria com a Associação de Serviços Sociais Voluntários de Caçador – Bombeiros Voluntários.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 13 de abril de 2017.

Saulo Sperotto,
PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 7.090

DECRETO Nº 7.090, de 13 de abril de 2017.

Nomeia Comissão Especial.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

D ECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Especial para o Processo Licitatório nº 27/2017 – Tomada de Preço nº 02/2017, referente à contratação de empresa habilitada para construção de creche pró-infância tipo-B, sito Rua Eloé Henrique Formighieri, Bairro Nossa Senhora Salete:

I - Emerson Schmidt;

II - Taise Teodozio;

III - Lucas Filipini Chaves.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 13 de abril de 2017.

Saulo Sperotto,
PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 056, DE 11 DE ABRIL DE 2017

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 056, de 11 de abril de 2017.

Convoca aprovada em Concurso Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto nos arts. 37 e 41, da Constituição Federal, combinado com o art. 17, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o disposto no art. 15, inciso I e art. 16, inciso VIII, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONVOCA:

A cidadã classificada conforme Edital de Concurso Público nº 002/2015 para TOMAR POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO, de acordo com o Decreto nº 6.535, de 03 de setembro de 2015 de homologação da Listagem Final de Classificação do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Caçador, Fundação Municipal de Esportes, Fundação Municipal de Cultura e Fundação Municipal do Meio Ambiente, conforme sequência de classificação:

CARGO: ENFERMEIRA

CL.: KAAMA OLIVEIRA GUIMARÃES

a) A cidadã deverá se apresentar junto ao Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Caçador no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação deste Edital, sob pena de não o fazendo perder o direito ao Concurso Público;

b) A posse, o exercício e o estágio probatório dar-se-ão nas condições da legislação e regulamentos específicos;

c) Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 11 de abril de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.801

PORTARIA Nº 27.801, de 24 de março de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do artigo 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no artigo 90, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador e na Lei Complementar nº 222, de 17/08/2011, que dispõe sobre a criação de empregos públicos para execução dos Programas Estratégia Saúde da Família – ESF, Agentes Comunitários de Saúde – EACS, Equipe Saúde Bucal e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, lotados nas diversas Secretarias/Órgãos Municipais, férias regulamentares acrescidas do adicional de férias, especificando código, nome, período de aquisição e período de fruição, conforme segue:

Código	Nome	Período Aquisitivo	Período Gozo
7983	Alcides Correa de Almeida	07/01/2016 a 06/01/2017	03/04/2017 a 22/04/2017
1836	Aldecir Barp	04/06/2006 a 30/01/2008	17/04/2017 a 26/04/2017
1836	Aldecir Barp	31/01/2008 a 30/01/2009	27/04/2017 a 06/05/2017
1836	Aldecir Barp	31/01/2009 a 30/01/2010	07/05/2017 a 16/05/2017
357	Ana Maria Constantini	01/01/2016 a 31/12/2016	24/03/2017 a 22/04/2017
11810	Ana Paula Simioni	14/05/2015 a 13/05/2016	04/04/2017 a 13/04/2017
3382	Anderson José de Oliveira	19/08/2014 a 18/08/2015	27/03/2017 a 25/04/2017
1771	Aurélio Luiz Arrabar	19/04/2014 a 18/04/2015	22/03/2017 a 31/03/2017
1771	Aurélio Luiz Arrabar	19/04/2015 a 18/04/2016	01/04/2017 a 20/04/2017
13620	Cheila Karei Siega	09/02/2015 a 08/02/2016	17/04/2017 a 16/05/2017
11860	Edemir Januário da Costa	21/05/2015 a 21/05/2016	04/04/2017 a 18/04/2017
11076	Edina Aparecida Domingues	14/06/2014 a 13/06/2015	03/04/2017 a 02/05/2017
11855	Elaine de Fátima Voitach	21/05/2014 a 20/05/2015	03/04/2017 a 02/05/2017
11855	Elaine de Fátima Voitach	21/05/2015 a 20/05/2016	03/05/2017 a 01/06/2017
11879	Hortência Teresinha Girardi Ramos	21/05/2015 a 20/05/2016	04/04/2017 a 13/04/2017
11864	Ivone Ribeiro dos Santos Couto	21/05/2015 a 20/05/2016	04/04/2017 a 13/04/2017
11850	Larissa Strapasson Binder	21/05/2014 a 20/05/2015	04/04/2017 a 18/04/2017
11850	Larissa Strapasson Binder	21/05/2015 a 20/05/2016	19/04/2017 a 18/05/2017
10459	Marilena Tibes Kemp	20/01/2016 a 19/01/2017	27/03/2017 a 25/04/2017
10449	Michele Adriana Baseggio	16/01/2015 a 15/01/2016	16/03/2017 a 04/04/2017
632	Miguelangelo Cury	01/01/2015 a 31/12/2015	13/03/2017 a 01/04/2017
632	Miguelangelo Cury	01/01/2016 a 31/12/2016	02/04/2017 a 11/04/2017
11886	Paula Francielly Zitkievicz	23/05/2015 a 22/05/2016	04/04/2017 a 13/04/2017
11808	Rosilei Teresinha Poloni	04/05/2015 a 03/05/2016	03/04/2017 a 12/04/2017
1264	Sebastião Moraes	07/08/2013 a 06/08/2014	31/03/2017 a 19/04/2017
1264	Sebastião Moraes	07/08/2014 a 06/08/2015	20/04/2017 a 29/04/2017
13769	Sulivan Francisco da Silva	02/02/2015 a 01/02/2016	04/04/2017 a 13/04/2017

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 24 de março de 2017.
Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.822

PORTARIA Nº 27.822, de 31 de março de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do artigo 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no artigo 6º, da Lei Complementar nº 222, de 17/08/2011, que dispõe sobre a criação de empregos públicos para execução dos Programas Estratégia Saúde a Família (ESF), Agentes Comunitários de Saúde (EACS), Programa Equipe de Saúde Bucal, e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER às Servidoras Públicas Municipais abaixo relacionadas o pagamento de gratificação de produtividade, no valor de R\$ 100,00 (cem reais) a ser pago no mês de março de 2017, especificando código, nome, cargo e local de atuação, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Local de Atuação
11936	Ionice Aparecida Alves da Cruz	Agente Comunitária de Saúde	Martello
13974	Marisol de Santana Neves	Agente Comunitária de Saúde	Martello

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 31 de março de 2017.
Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.831

PORTARIA Nº 27.831, de 31 de março de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do artigo 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no inc. I, do art. 98, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais lotados na Secretaria Municipal da Educação, ocupantes de cargos efetivos e contratados em caráter temporário, licença para tratamento de saúde conforme atestados médicos apresentados no período de 22 de fevereiro de 2017 a 31 de março de 2017, especificando código, nome do Servidor, cargo, dias de afastamento e período, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Total de Dias	Período
790	Andiara Zeni	Professora de Ensino Fundamental I	15 dias	08/03/2017 a 22/03/2017
1200	Carla Cavalheiro Dalazem	Secretária Escolar	30 dias	01/03/2017 a 30/03/2017
122	Eunice Aparecida Godoy	Secretária Escolar	15 dias	15/03/2017 a 29/03/2017
1063	Glória Ribeiro dos Santos	Professora de Ensino Fundamental II	180 dias	06/03/2017 a 01/09/2017
8429	Juliana Cordeiro	Servente	30 dias	22/02/2017 a 23/03/2017
8429	Juliana Cordeiro	Servente	90 dias	24/03/2017 a 16/06/2017
7775	Luciane Catarina Carneiro	Professora da Educação Infantil	30 dias	05/03/2017 a 03/04/2017
1236	Lucianita Furlanetto	Professora de Ensino Fundamental I	30 dias	02/03/2017 a 31/03/2017
14522	Micheli Castelani	Professora da Educação Infantil	20 dias	21/03/2017 a 09/04/2017
17446	Michelle Kate Ramthun Bonette	Professora de Ensino Fundamental II (inglês)	15 dias	03/03/2017 a 17/03/2017
11913	Monalize Seidel	Auxiliar de Creche e Berçário	15 dias	01/03/2017 a 15/03/2017
7777	Rosana Kormann Martins de Oliveira	Secretária Escolar	Indeterminado até realização de perícia médica	27/02/2017
1019	Sirlei Carlin da Silva	Merendeira Escolar	90 dias	06/03/2017 a 03/06/2017
923	Vanessa Coelho de Souza Maffessoni	Especialista em Assuntos Educacionais	180 dias	08/03/2017 a 02/09/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 31 de março de 2017.
Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.832

PORTARIA Nº 27.832, de 31 de março de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do inc. VIII, do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 113, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER à Servidora Pública Municipal abaixo nominada, em exercício na Secretaria Municipal da Educação, licença por motivo de doença em pessoa da família conforme atestado médico apresentado, especificando código, nome, cargo, familiar, dias de afastamento e período, conforme segue:

Código	Nome da Servidora	Cargo	Familiar	Total de dias	Período
6967	Marilene Padilha Meireles da Silva	Professora do Ensino Fundamental I	Filho	40 dias	02/03/2017 a 10/04/2017

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 31 de março de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.833

PORTARIA Nº 27.833, de 31 de março de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 68 e art. 69, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º. EFETUAR o desconto em folha de pagamento dos servidores abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal da Educação, em razão de faltas justificadas e injustificadas no período de 1º de fevereiro de 2017 a 12 de março de 2017, especificando, código, nome do servidor, local de lotação e quantidade de faltas:

I – FALTAS JUSTIFICADAS:

Código	Servidor (a)	Escola	Faltas
6959	Adriana Moreira Bairro	EMEB Pierina Santin Perret	½ dia
14177	Adrielli Lara de Amorim	CMEI João Maria Fernandes	01 dia
667	Agenir Ariatti	EMEB Vereda dos Trevos	01 dia
14792	Agnaldo Mello Guimarães	EMEB Morada do Sol	01 dia
14215	Alexandra Balbinot	EMEB Padre José Chamot	01 dia
10932	Amanda Roberta Pereira de Camargo Bilibio	EMEB Morada do Sol	04 dias
3296	Ana Mara Soletti Rotta	EMEB Tabajara	02 dias
14188	Ana Proença Negretti	EMEB Henrique Júlio Berger	½ dia
790	Andiara Zeni	EMEB Hilda Granemann de Souza	07 dias e ½
10026	Angeli Salete Marques	CMEI Santa Clara	02 dias
783	Celso Vieiro	EMEB Morada do Sol	01 dia
8953	Cláudia Aparecida de Souza	EMEB Professora Maria Luiza Martins Barbosa	01 dia
2946	Cleci Faganello	EMEB Morada do Sol	½ dia
1230	Cleide Fátima Dariz	EMEB Henrique Júlio Berger	½ dia
10529	Cleide Mara Nurilles Píala	CMEI Pierina Adami	01 dia
17534	Cristiane Aparecida Trindade da Silva	EMEB Alto Bonito	01 dia
4281	Cristiane Iracema de Lima	EMEB Hilda Granemann de Souza	01 dia
5021	Cristiane Santos Lima	EMEB Henrique Júlio Berger	05 dias
8636	Daniele Jociane Fortunato	EMEB Morada do Sol	01 dia
14865	Deisiane Aparecida de Paulo	EMEB Alcides Tombini EMEB Ulysses Guimarães	02 dias
688	Diocléia Alves de Moura	EMEB Henrique Júlio Berger	½ dia
8660	Ecleides de Fátima Bleichuvel	EMEB Henrique Júlio Berger	01 dia
10989	Eliane Alves Pereira	CMEI Sonho Encantado	01 dia
17739	Eliane de Souza Luz dos Santos	CMEI Pierina Adami	04 dias
17467	Eliane Salete Peretti	CMEI João Maria Fernandes	02 dias
2573	Elis Melani Hilgert de Almeida	CMEI Pierina Adami	01 dia
3558	Elisângela Bartel	CMEI Pierina Adami	01 dia
1059	Ema Cristina D'Agostini	EMEB Walsin Nunes Garcia	02 dias
9874	Emanuelle Martins de Souza	CMEI Pierina Adami	02 dias
592	Eva Ida Lenz Balatka	EMEB Alcides Tombini	01 dia
14521	Evelyn Priscila Schulze Procópio	EMEB Morada do Sol	01 dia
14817	Filomena Maiberg da Rosa Belli	EMEB Morada do Sol	02 dias
9147	Flavia Beims Mostiak	EMEB Tabajara	02 dias
4263	Francielle Marin Menzel	EMEB Henrique Júlio Berger	01 dia
14762	Giseli Cristiane Galvão Pereira	EMEB Nossa Senhora da Salete	01 dia
14763	Gracieli Moraes Lopes	CMEI Pierina Adami	01 dia
626	Ivone Aparecida Torean	EMEB Alto Bonito	01 dia
14162	Janaina Girardi Inácio dos Santos	EMEB Irmão Venâncio José	03 dias
3394	Janete Morais	EMEB Henrique Júlio Berger	05 dias
14137	Jeana Zago	EMEB Hilda Granemann de Souza	02 dias
6966	Jociane Regina Scapinelli Zardo	EMEB Walsin Nunes Garcia	01 dia
3306	Joelma Ana Antunes	EMEB Hilda Granemann de Souza	½ dia
17511	Joice Porth	EMEB Padre José Chamot	03 dias
14209	Juceliane Melek	EMEB Hilda Granemann de Souza	01 dia e ½
14891	Jussara Aparecida de Moraes Petrovich	EMEB Alcides Tombini	½ dia
488	Leni da Silva Machado	EMEB Vereda dos Trevos	02 dias
14189	Ligia Maria Weingarthner Godoi	EMEB Pierina Santin Perret	04 dias
1449	Lourdes Fátima de Matos	EMEB Alcides Tombini	01 dia
17451	Luciana Aparecida Weber	EMEB Ulysses Guimarães	08 dias

3310	Márcia Alves Ribeiro	CMEI Pierina Adami	06 dias
2443	Márcia Regina Caregnato Colpin	EMEB Professora Maria Luiza Martins Barbosa	01 dia
3612	Mardiori Boscari	EMEB Hilda Granemann de Souza	½ dia
3615	Maria Aparecida de Souza Borba	EMEB Pierina Santin Perret	01 dia
10185	Maria Elena Pereira Alves	CMEI Sonho Encantado	06 dias
4800	Maria Izolina Ribeiro da Silva	CMEI Santa Clara	½ dia
8308	Maria Luciana Moraes dos Santos	CMEI Pierina Adami	04 dias
17517	Maria Viviane de Quadra	CMEI João Maria Fernandes	01 dia
14187	Mariceli Adriane Krokosz	EMEB Hilda Granemann de Souza	01 dia
9868	Marilda Aparecida de Oliveira	EMEB Vereda dos Trevos	01 dia
6957	Marilde Aparecida Scapin	EMEB Pierina Santin Perret	01 dia e ½
14905	Marisa Berto	CMEI Pierina Adami	05 dias
14186	Marta Aparecida Goes	EMEB Morada do Sol	01 dia
14202	Mayara Maria Ariotti	CMEI Sonho Encantado	03 dias
17520	Mellina Pereira Scalabrin Concer	EMEB Ulysses Guimarães	03 dias
5700	Meriluci Trento	EMEB Henrique Júlio Berger	01 dia
10828	Neivair Xavier de Oliveira Teles de Lima	CMEI Dona Gladis Vargas Roesch	01 dia
14818	Nelci Aparecida dos Santos Crespo	EMEB Padre José Chamot	01 dia
93	Nelson Molinski Moreira Santos	EMEB Henrique Júlio Berger	01 dia
526	Nilva Cendron Czerniak	EMEB Hilda Granemann de Souza	01 dia
3357	Nilza de Souza Carvalho	EMEB Henrique Júlio Berger	02 dias
14899	Nívea Aparecida da Rosa	EMEB Ulysses Guimarães	01 dia
1129	Noeli Sandra Dallacosta	SME	02 dias
14913	Patricia Regina Barbosa Leão	CMEI Dona Gladis Vargas Roesch	01 dia
17525	Reginaldo Klabunde	EMEB Henrique Júlio Berger	½ dia
4279	Revanir Ancutti	EMEB Irmão Venâncio José	03 dias
457	Ricardo Azambuja	EMEB Pierina Santin Perret	02 dias e ½
186	Rosangela Aparecida Balchak	EMEB Henrique Júlio Berger	½ dia
2580	Rosangela Aparecida Ribas de Mello	EMEB Henrique Júlio Berger	05 dias
14902	Rosicleia Alves	EMEB Irmão Venâncio José	01 dia
1514	Ruth Macedo Maciel	EMEB Nossa Senhora da Salete	12 dias
14738	Silvane Lascoski	EMEB Padre José Chamot	04 dias
17491	Silvane Lascoski	EMEB Professora Maria Luiza Martins Barbosa	07 dias
3742	Simone Alves	EMEB Alto Bonito	01 dia
14804	Valéria Cristine Risson	EMEB Hilda Granemann de Souza	½ dia
3359	Valmor Arl	EMEB Morada do Sol	01 dia
923	Vanessa Coelho de Souza Maffessoni	EMEB Tabajara	02 dias
14982	Vanessa Ribeiro de Freitas	EMEB Henrique Júlio Berger	01 dia
5912	Vera Luzia Thomazzi	EMEB Tabajara	01 dia

II – FALTAS INJUSTIFICADAS:

Código	Servidor(a)	Escola	Faltas
1302	José Osni Guaripuna	EMEB Morada do Sol	14 dias e ½
1066	Marcos Adelmo dos Reis	EMEB Morada do Sol EMEB Professora Maria Luiza Martins Barbosa	½ dia 01 dia

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 31 de março de 2017.
Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.834

PORTARIA Nº 27.834, de 31 de março de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, do da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 3º, inciso I, da Lei Municipal nº 2.301, de 19/04/2006, que dispõe sobre o pagamento da prestação de serviço sob o regime de sobreaviso, e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º CONVOCAR os Servidores lotados na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação a fim de comporem ESCALA para prestação de serviço sob o regime de SOBREAVISO durante o mês de abril de 2017, especificando data, dia da semana, período, número de horas

da escala, nomes e cargos dos Servidores:

Data	Dia da semana	Período	Nº Horas	Servidor em Sobreaviso	Cargo
01	Sábado	17h00-17h00	24h	Elizete Farias Rodrigo de Paula	Assistente Social Motorista
02	Domingo	17h00-08h00	15h	Isolete Renon Farias Rodrigo de Paula	Assistente Social Motorista
03	Segunda-feira	19h00-08h00	13h	Neiva Viecei Tarcisio Roberto Cavalcante	Assistente Social Motorista
04	Terça-feira	19h00-08h00	13h	Elizete Farias Rodrigo de Paula	Assistente Social Motorista
05	Quarta-feira	19h00-08h00	13h	Neiva Viecei	Assistente Social
06	Quinta-feira	19h00-08h00	13h	Isolete Renon Farias	Assistente Social
07	Sexta-feira	19h00-17h00	22h	Neiva Viecei Tarcisio Roberto Cavalcante	Assistente Social Motorista
08	Sábado	17h00-17h00	24h	Elizete Farias Rodrigo de Paula	Assistente Social Motorista
09	Domingo	17h00-08h00	15h	Isolete Renon Farias Tarcisio Roberto Cavalcante	Assistente Social Motorista
10	Segunda-feira	19h00-08h00	13h	Neiva Viecei	Assistente Social
11	Terça-feira	19h00-08h00	13h	Elizete Farias	Assistente Social
12	Quarta-feira	19h00-08h00	13h	Neiva Viecei	Assistente Social
13	Quinta-feira	19h00-17h00	22h	Isolete Renon Farias	Assistente Social
14	Sexta-feira	17h00-17h00	24h	Neiva Viecei Rafael Nunes	Assistente Social Motorista
15	Sábado	17h00-17h00	24h	Elizete Farias	Assistente Social
16	Domingo	17h00-08h00	15h	Isolete Renon Farias Rodrigo de Paula	Assistente Social Motorista
17	Segunda-feira	19h00-08h00	13h	Neiva Viecei	Assistente Social
18	Terça-feira	19h00-08h00	13h	Elizete Farias	Assistente Social
19	Quarta-feira	19h00-08h00	13h	Neiva Viecei	Assistente Social
20	Quinta-feira	19h00-17h00	22h	Isolete Renon Farias	Assistente Social
21	Sexta-feira	17h00-17h00	24h	Neiva Viecei Tarcisio Roberto Cavalcante	Assistente Social Motorista
22	Sábado	17h00-17h00	24h	Elizete Farias Tarcisio Roberto Cavalcante	Assistente Social Motorista
23	Domingo	17h00-08h00	15h	Isolete Renon Farias Rafael Nunes	Assistente Social Motorista
24	Segunda-feira	19h00-08h00	13h	Elizete Farias	Assistente Social
25	Terça-feira	19h00-08h00	13h	Isolete Renon Farias	Assistente Social
26	Quarta-feira	19h00-08h00	13h	Elizete Farias	Assistente Social
27	Quinta-feira	19h00-08h00	13h	Isolete Renon Farias	Assistente Social
28	Sexta-feira	19h00-17h00	22h	Elizete Farias Rafael Nunes	Assistente Social Motorista
29	Sábado	17h00-17h00	24h	Isolete Renon Farias Rafael Nunes	Assistente Social Motorista
30	Domingo	17h00-08h00	15h	Elizete Farias Tarcisio Roberto Cavalcante	Assistente Social Motorista

Art. 2º. Para atendimento ao art. 1º desta Portaria, fica previsto a realização de horas de sobreaviso na forma que segue, especificando código, nome, cargo e total de horas da escala:

Código	Nome	Cargo	Total de Horas do Sobreaviso
7785	Elizete Farias	Assistente Social	207h
7670	Isolete Renon Farias	Assistente Social	167h
7848	Neiva Viecei	Assistente Social	148h
14082	Rafael Nunes	Motorista	85h
14088	Rodrigo de Paula	Motorista	91h
14083	Tarcisio Roberto Cavalcante	Motorista	122h

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 31 de março de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.835

PORTARIA Nº 27.835, de 31 de março de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 179, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, em exercício na Secretaria Municipal da Saúde, o pagamento do SERVIÇO HORAS PLANTÕES realizado no mês de março de 2017 junto ao Pronto Atendimento Municipal, especificando código, nome dos servidores e quantidade de horas, conforme segue:

Código	Nome	Nº Horas
14594	Everton Zeni	69h00min
14503	Rafael Stecca Martins	108h00min
14129	Rodrigo Rocha da Silva	99h00min
14052	Youssef Elias Ammar	240h00min

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 31 de março de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.836

PORTARIA Nº 27.836, de 31 de março de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 179, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, lotados e/ou em exercício nas diversas Secretarias Municipais, o pagamento de serviço extraordinário prestado no período de 15 de fevereiro de 2017 a 14 de março de 2017, especificando código, nome, cargo e quantidade de horas:

Código	Nome	Cargo	Nº de Horas
14100	Acir dos Santos	Agente de Serviços e Obras Especiais	40h00min
2651	Adão Juarez Rosa de Oliveira	Auxiliar de Serviços Gerais	40h00min
3521	Airton Rogério Bick	Jardineiro	10h00min
10453	Alan Rocha Liegel	Operador de Estação Aeronáutica	35h00min
14516	Alcir Pires dos Santos	Motorista	60h00min
324	Aldair José de Lima	Operador de Máquinas	36h50min
1836	Aldecir Barp	Motorista de Caminhão	45h23min
7987	Alessandro Gonçalves	Guarda Municipal	12h00min
10464	Alexandre Granemann Lanzini	Auxiliar de Administração	24h00min
14125	Alexandre Zotto	Motorista	40h00min
476	Altair Jorge Machado	Mecânico	09h00min
10947	Altamiro Figueroa	Auxiliar de Serviços e Obras Públicas	50h00min
2647	Altenir Ferreira	Lubrificador	20h00min
2512	Altino Inácio Carneiro	Auxiliar de Serviços Agrícolas e Florestais	48h20min
3382	Anderson José de Oliveira	Eletrecista	40h00min
14092	Anderson Roberto Goes	Pedreiro	40h00min
3282	Angelo Edair Fantin	Operador de Manutenção de Edificações	05h00min
10501	Antonio Carlos Buller	Auxiliar de Serviços Agrícolas e Florestais	40h00min
1003	Antonio Medeiros de Oliveira	Operador de Máquinas Pesadas	40h00min
10451	Antonio Vanderlei Moreira	Auxiliar de Serviços Agrícolas e Florestais	30h00min
1384	Antonio Vanderlei Pires	Auxiliar de Serviços Gerais	35h00min
2634	Argemiro Zotto	Operador de Máquinas Pesadas	40h00min
1794	Camilo Baseggio	Motorista de Caminhão	50h00min
11809	Carlos Antonio Sotel	Mecânico	50h00min
1793	Cícero Brasil Moreira	Motorista de Caminhão	42h00min
10948	Claudinei Rosa de Oliveira	Auxiliar de Serviços e Obras Públicas	40h00min
10297	Cláudio Sônego	Guarda Municipal	12h00min
929	Damião Quintino de Souza	Auxiliar de Serviços Gerais	30h00min
576	Daniel Pires de Camargo	Agente de Serviços Agrícolas e Florestais	33h00min

775	Daniel Rodrigo de Freitas	Marceneiro	50h00min
14598	Diego Alves de Moura	Agente de Serviços e Obras Especiais	40h00min
2503	Dorivak Gonçalves Soares	Auxiliar de Serviços Agrícolas e Florestais	22h00min
1301	Edson Iaroch	Operador de Máquinas Pesadas	50h00min
14102	Edson Luiz Silveira	Operador de Máquinas	30h00min
9497	Elisiane Cardoso da Piedade	Auxiliar de Serviços Gerais	07h48min
14120	Evonei Cassiano Barroso	Agente de Serviços e Obras Especiais	96h00min
7894	Ezequiel Márcio Colaço	Guarda Municipal	12h00min
2504	Ezio Ferreira dos Santos	Auxiliar de Serviços Agrícolas e Florestais	24h00min
1422	Fábio José Cordeiro	Motorista Caminhão	35h00min
1089	Francisco de Assis Machado	Operador de Máquinas Pesadas	50h00min
14055	Gardel Geisel Chinato	Agente de Serviços e Obras Especiais	20h00min
305	Ginesio Alves de Oliveira	Auxiliar de Serviços Gerais	30h00min
8318	Giovani Lipka	Auxiliar de Serviços e Obras Públicas	50h00min
14122	Gustavo Alves da Silva	Agente de Serviços e Obras Especiais	30h00min
9195	Gustavo Pedrotti Boscari	Guarda Municipal	12h00min
1439	Isaac Alves de Mello	Guarda Patrimonial Municipal	20h40min
14707	Ivo Osmar Machado	Auxiliar de Serviços Agrícolas e Florestais	50h00min
14087	Jaisson Augusto Cruz Martins	Operador de Estação Aeronáutica	175h50min
478	Joacir Antunes de Oliveira	Agente de Serviços e Obras Públicas	50h00min
10050	João Antonio dos Santos	Auxiliar de Serviços e Obras Públicas	12h00min
1347	Joao Maria Hornburg	Auxiliar de Serviços Gerais	60h00min
10823	Jocemara Silva	Auxiliar de Serviços Gerais	50h00min
1311	Joel Monteiro	Agente Serviços Agrícolas e Florestais	50h00min
1405	Jorge Luiz Antunes de Oliveira	Operador de Máquinas	40h00min
3417	Jorge Luiz Maia de Lima	Auxiliar de Serviços e Obras Públicas	30h00min
2501	José Adelir Soares	Auxiliar de Serviços Agrícolas e Florestais	10h00min
1302	José Osni Guaripuna	Auxiliar de Biblioteca	112h00min
1444	José Scheffemacher Ribeiro	Guarda Patrimonial Municipal	06h00min
198	José Valdir Peretti	Operador de Máquinas Pesadas	40h00min
881	José Volni Arruda Palhano	Motorista Caminhão	50h00min
674	Joventino Rodrigues dos Passos	Agente de Serviços e Obras Públicas	48h00min
1146	Julio Cesar Moschetta da Silva	Técnico Agrícola	50h00min
3174	Júlio César Petrykowski	Motorista Caminhão	40h00min
912	Laurindo Rodrigues	Motorista	60h00min
963	Luiz Ronaldo Tortatto	Técnico Agrícola	60h00min
581	Manoel Gonçalves Soares Neto	Operador de Máquinas	50h00min
14103	Marcelo Alves da Silva	Operador de Máquinas	40h00min
10104	Marcelo José Alves de Andrade	Guarda Municipal	28h45min
1033	Márcio Ernani Teles de Oliveira	Pintor Letrita	10h00min
10777	Márcio Gonçalves Cordeiro	Auxiliar de Serviços e Obras Públicas	50h00min
1066	Marcos Adelmo dos Reis	Professor do Ensino Fundamental II	08h00min
2522	Marcos Cordeiro	Auxiliar de Serviços Agrícolas e Florestais	50h00min
624	Mardionice Helena Paris	Auxiliar de Secretário	50h00min
11140	Maria Aparecida Matos de Oliveira	Auxiliar de Serviços Gerais	20h00min
3517	Mário da Silva Medeiros	Auxiliar de Serviços e Obras Públicas	50h00min
3767	Nelson Carlin Navroski	Pintor Letrita	10h00min
3436	Nery Daniel Vargas Cardoso	Agente de Serviços Agrícolas e Florestais	30h00min
546	Nery Oliveira Guerin	Motorista de Caminhão	50h00min
9487	Nilso José Godinho	Auxiliar de Serviços Gerais	30h00min
891	Nilton Antonio de Lima	Agente Serviços Agrícolas e Florestais	50h00min
11138	Noeli Gonçalves de Queiros	Auxiliar de Serviços Gerais	13h00min
569	Oracides Pires de Camargo	Agente de Serviços Agrícolas e Florestais	126h00min
780	Oscar Ribeiro Gonçalves	Guarda Patrimonial	06h00min
855	Osvaldir Costa Schaphauser	Motorista de Caminhão	50h00min
1993	Parcival Antonio Pinzigher	Motorista de Caminhão	60h00min
10099	Paulo Voleinik	Auxiliar de Serviços e Obras Públicas	30h00min
14056	Ronaldo Bohrer	Agente de Serviços e Obras Especiais	50h00min
14106	Rubens Jofre Goes	Agente de Serviços e Obras Especiais	50h00min
14104	Rudinei Gregório	Operador de Máquinas	40h00min
9493	Saleta Aparecida Damio	Auxiliar de Serviços Gerais	30h00min
600	Sandro Dallazem	Digitador	24h00min
2648	Seleme Luiz Scolaro	Motorista de Caminhão	50h00min
14101	Sidnei dos Santos	Agente de Serviços e Obras Especiais	40h00min

3416	Valcyr Nedival Vasconcelos	Auxiliar de Serviços e Obras Públicas	18h00min
806	Valdir Alves	Agente de Serviços e Obras Públicas	20h00min
962	Valdir Antonio Teles de Oliveira	Operador de Máquinas	50h00min
627	Valdir Medeiros de Oliveira	Motorista de Caminhão	50h00min
8546	Valdomiro Rodrigues de Oliveira	Auxiliar de Serviços e Obras Públicas	30h00min
1328	Valmir do Prado Geraldo	Auxiliar de Serviços Agrícolas e Florestais	50h00min
609	Valsir Gribinski	Operador de Máquinas	50h00min
14107	Vilmar Antonio Antunes	Agente de Serviços e Obras Especiais	20h00min
2497	Vilmar Goes	Auxiliar de Serviços Agrícolas e Florestais	50h00min
786	Vilmar Moreira dos Santos	Agente de Serviços e Obras Públicas	20h00min
10484	Vinicius Alexandre Soares	Auxiliar de Serviços Agrícolas e Florestais	30h00min
3418	Zenita Aparecida Antunes de Moraes	Auxiliar de Serviços Gerais	04h50min

Art. 2º CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, lotados e/ou em exercício na Secretaria Municipal da Saúde, o pagamento de serviço extraordinário prestado no período de 1º de fevereiro de 2017 a 28 de fevereiro de 2017, especificando código, nome, cargo e quantidade de horas:

Código	Nome	Cargo	Nº de Horas
12772	Adair das Graças Martins Cardoso	Auxiliar de Enfermagem ESF	07h47min
1964	Adelar Geraldo Piran	Motorista de Caminhão	39h33min
14596	Adriana Bento Grobe	Enfermeira	30h58min
14081	Alessandro Luis Ribeiro	Agente de Serviços e Obras Especiais	52h07min
1928	Alex Anderson Moraes dos Santos	Motorista de Caminhão	50h48min
7739	Alice Loreni Gomes de Lafavera	Técnico em Enfermagem	40h00min
1453	Alvaro Santos de Castro	Motorista de Caminhão	37h15min
14079	Andre Leonardo Mazzotti	Motorista	52h27min
4953	Camilo Paganini	Operador de Manutenção de Edificações	14h17min
10775	Candice Valeida Goltz	Enfermeira	18h12min
11813	Cintia Aparecida Carvalho Araujo	Enfermeira ESF	15h52min
831	Clarice Abrão	Atendente de Enfermagem	40h00min
8413	Claudete Maria Bento Corrente	Enfemeira 35h	39h25min
14059	Daniela Susin	Técnico em Enfermagem	23h25min
364	Delma Leticia Dri Ficagna	Auxiliar de Enfermagem	40h00min
12794	Doraci de Jesus Soares	Auxiliar de Enfermagem	40h00min
2027	Edezio Recalcatti	Motorista Caminhão	60h00min
10766	Edina Ferreira Lopes	Auxiliar de Enfermagem	12h18min
14700	Eduardo Barbosa Lopes	Médico	120h00min
14108	Eliane Maria Furtado Alves Carlin Navroski	Auxiliar de Enfermagem	40h00min
7744	Elizandra Diedrich	Técnico em Enfermagem	14h18min
103	Eltes Francisco Sinhorin	Motorista Gabinete	60h00min
3745	Erenilda Americano	Recepcionista	40h00min
14078	Fabiano Midginski	Motorista	60h00min
837	Fátima Aparecida de Castro Michielin	Auxiliar de Enfermagem	18h22min
14606	Franciely Martins Fruhauf	Enfermeira	12h18min
769	Geni Aparecida dos Santos	Auxiliar de Serviços Gerais	36h25min
14077	Henrique Lenardt Junior	Motorista	60h00min
7707	Ivanir Weber	Auxiliar em Saúde Bucal	33h03min
13196	Ivone Weingantner	Auxiliar de Enfermagem ESF	09h17min
7742	Ivonete Zollner Lara	Técnico em Enfermagem	26h15min
14588	Janaina Cristina Salles da Silva	Auxiliar de Enfermagem	40h00min
11890	Jorge Jair de Moura Borges	Enfermeiro ESF	31h10min
970	José Gomes de Mattos	Motorista de Veiculo Leve	60h00min
14691	Josiane Lopes Pasquali	Auxiliar de Enfermagem	21h07min
10787	Juliana Aparecida Cordeiro	Técnico em Enfermagem	40h35min
10457	Katia Cilene Bronner	Auxiliar em Saúde Bucal	06h10min
10831	Katia Possamai	Enfermeira	12h15min
7981	Laurita Aparecida Faustino Aimi	Técnico em Enfermagem	40h00min
11055	Luciana Aparecida Cristaldo	Auxiliar em Saúde Bucal	07h23min
11032	Luiz Antonio Wanciw	Auxiliar de Enfermagem	40h00min
10796	Lurdes dos Santos	Técnico em Enfermagem	06h03min
7824	Maicon Sgarbossa	Enfermeiro	36h58min
7784	Mara Rubia Cordeiro	Auxiliar de Serviços Gerais	35h32min
3852	Márcia de Araújo Mattia	Recepcionista	12h15min
1214	Marcio Bassani	Motorista Caminhão	60h00min

9385	Maria Eva Martins da Silva Soares	Auxiliar de Serviços Gerais	40h00min
9393	Maria Helena Moreira Magalhães	Auxiliar de Serviços Gerais	40h00min
11216	Maria Lourdes Khum Amancio	Auxiliar de Enfermagem	08h25min
10459	Marilena Tibes Kemp	Auxiliar em Saúde Bucal	19h10min
14649	Matheus Lobato Farinon	Médico ESF	90h00min
8331	Monica Michele Witiuk	Técnico em Saúde Bucal	40h00min
2650	Odiney Leite	Motorista de Caminhão	58h30min
7674	Patricia Kirschner	Técnico em Saúde Bucal	24h30min
11886	Paula Francielli Zitkiewicz	Enfermeira ESF	24h10min
14080	Petras dos Santos	Motorista	46h20min
8479	Rejane Serafini	Enfermeira	26h55min
10102	Rosa Meri Coluzzi	Auxiliar de Serviços Gerais	34h07min
110	Rutte Klava Silva	Auxiliar de Enfermagem	40h00min
9699	Salete Noll	Auxiliar de Serviços Gerais	27h05min
1720	Sandro José Neres da Rocha	Motorista de Caminhão	60h00min
3437	Sayonara Galina	Auxiliar de Enfermagem	40h00min
135	Sueli Terezinha Bueno	Agente de Serviços e Obras Públicas	40h00min
13769	Sulivan Francisco da Silva	Médico ESF	84h00min
14128	Thiago Muniz de Lima	Médico	110h00min
10785	Vagner Gonçalves	Técnico em Enfermagem	42h37min
1849	Valdeci Vieira de Alvarenga	Motorista	60h00min
749	Valdecir José Pereira da Silva	Motorista de Caminhão	60h00min
14612	Vanessa Petrykowski	Enfermeira	12h53min
1376	Veroni Salete Dalaqua	Auxiliar de Enfermagem	60h00min
1179	Vilma de Souza Mello Jarschel	Auxiliar de Enfermagem	60h00min
11814	Wania Aline Figura	Enfermeiro ESF	40h30min
10790	Willian Cardoso Ribeiro	Enfermeiro	38h20min
14076	Wilian Gualberto Werle	Motorista	60h00min
12588	Willian Schroder	Enfermeiro ESF	14h32min

Art. 3º CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, lotados e/ou em exercício na Fundação Municipal do Meio Ambiente, o pagamento de serviço extraordinário prestado no período de 15 de fevereiro de 2017 a 14 de março de 2017, especificando código, nome, cargo e quantidade de horas:

Código	Nome	Cargo	Nº de Horas
51	Adair Ferreira da Luz	Auxiliar Serviços Gerais	50h00min
122	Carlos Alberto Machado	Operador de Fábrica de Tubos	20h00min
113	Clóvis Lara Peres	Auxiliar de Serviços e Obras Especiais	10h00min
128	Douglas de Lima	Auxiliar de Serviços e Obras Especiais	50h00min
106	Eliete Braz da Silva Gerhardt	Auxiliar Serviços Gerais	09h00min
130	Eloir Souza dos Santos	Auxiliar de Serviços e Obras Especiais	10h00min
104	Fernanda Alves	Auxiliar Serviços Gerais	24h00min
55	Gilberto Rodrigues Ribeiro	Auxiliar de Serviços Agrícolas e Florestais	25h00min
126	Hemerson Bach Castilho	Auxiliar de Serviços e Obras Especiais	20h00min
102	Janini Terezinha Ribeiro	Auxiliar Serviços Gerais	24h00min
119	Jean Francisco Hahn	Auxiliar de Serviços e Obras Especiais	40h00min
117	Jeverson Alves Lisboa	Auxiliar de Serviços e Obras Especiais	30h00min
115	João Rodrigo de Souza	Auxiliar de Serviços e Obras Especiais	29h00min
124	Juliana Mantovani	Auxiliar Serviços Gerais	18h00min
111	Luan Fernando Varella	Auxiliar de Serviços e Obras Especiais	08h50min
57	Luiz Roberto de Souza	Auxiliar de Serviços e Obras Especiais	21h00min
123	Moacir Cardoso	Auxiliar de Serviços e Obras Especiais	20h00min
114	Monica Galvão Varella	Auxiliar de Serviços e Obras Especiais	03h23min
127	Neiva Teixeira da Rosa	Auxiliar de Serviços e Obras Especiais	40h28min
105	Queila Priscila Ribeiro	Auxiliar Serviços Gerais	24h00min
60	Rosely Aparecida Gribinski	Auxiliar Serviços Gerais	50h00min
61	Solange Vieira da Silva	Auxiliar Serviços Gerais	50h00min

Art. 4º CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, lotados e/ou em exercício na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, o pagamento de serviço extraordinário prestado no período de 15 de fevereiro de 2017 a 14 de março de 2017, especificando código, nome, cargo e quantidade de horas:

Código	Nome	Cargo	Nº de Horas
8612	Elizeni Batista Amaral	Auxiliar de Serviços Gerais	36h00min
14505	Eveline Molin Gheller	Educadora Social	90h00min
14086	Fábio Barbosa de Miranda	Educador Social	119h00min

4081	Fátima Rozana Gomes Damaceno	Auxiliar de Serviços Gerais	105h00min
1517	Iria dos Prazeres de Souza	Auxiliar de Serviços Gerais	36h00min
14095	Jocilene Maisa Guetten	Professora Monitora	162h00min
14115	Lais Suellen Nascimento dos Santos	Educadora Social	78h00min
10129	Marli Aparecida de Lima Aziliero	Auxiliar de Serviços Gerais	157h00min
7746	Santina Piacentini	Auxiliar Serviços Gerais	30h00min

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 31 de março de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.837

PORTARIA Nº 27.837, de 31 de março de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, e mais o previsto no artigo 179, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, lotados e/ou em exercício nas diversas Secretarias Municipais e órgãos da Administração Pública, o pagamento de ADICIONAL NOTURNO prestado no período de 15 de fevereiro de 2017 a 14 de março de 2017, especificando código, nome do servidor, cargo e quantidade de horas, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Nº de horas
1836	Aldecir Barp	Motorista de Caminhão	14h17min
7987	Alessandro Gonçalves	Guarda Municipal	144h00min
1793	Cícero Brasil Moreira	Motorista de Caminhão	19h45min
10297	Cláudio Sônego	Guarda Municipal	144h00min
576	Daniel Pires de Camargo	Agente de Serviços Agrícolas e Florestais	144h00min
10292	Edgar Aimi	Guarda Municipal	144h00min
7991	Eduardo de Bittencourt	Guarda Municipal	144h00min
1276	Geraldo Moraes da Silva	Auxiliar de Serviços Gerais	112h00min
1347	João Maria Hornburg	Auxiliar de Serviços Gerais	144h00min
1444	Jose Scheffemacher Ribeiro	Guarda Patrimonial Municipal	144h00min
1457	José Vilmar Soares de Miranda	Guarda Patrimonial Municipal	144h00min
780	Oscar Ribeiro Gonçalves	Guarda Patrimonial Municipal	144h00min
12603	Sandro Claudinei Kieski	Guarda Municipal	09h00min
10917	Sérgio Borges	Auxiliar de Serviços e Obras Públicas	114h00min
962	Valdir Antonio Teles de Oliveira	Operador de Máquinas	60h00min

Art. 2º. CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, lotados e/ou em exercício na Secretaria Municipal da Saúde, o pagamento de ADICIONAL NOTURNO prestado no período de 1º de fevereiro de 2017 a 28 de fevereiro de 2017, especificando código, nome, cargo e quantidade de horas, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Nº de Horas
12772	Adair das Graças Martins Cardoso	Auxiliar de Enfermagem ESF	02h00min
1964	Adelar Geraldo Piran	Motorista de Caminhão	20h13min
14081	Alessandro Luis Ribeiro	Agente de Serviços e Obras Especiais	00h18min
1928	Alex Anderson Moraes dos Santos	Motorista de Caminhão	03h50min
7739	Alice Loreni Gomes de Lafavera	Técnica em Enfermagem	18h27min
1453	Alvaro Santos de Castro	Motorista de Caminhão	10h13min
14079	Andre Leonardo Mazzotti	Motorista	02h55min
831	Clarice Abrão	Atendente de Enfermagem	110h00min
8413	Claudete Maria Bento Corrente	Enfemeira	18h27min
364	Delma Leticia Dri Ficagna	Auxiliar de Enfermagem	14h22min
12794	Doraci de Jesus Soares	Auxiliar de Enfermagem	01h20min
2027	Edezio Recalcatti	Motorista Caminhão	39h58min
14700	Eduardo Barbosa Lopes	Médico	48h00min
14108	Eliane Maria Furtado Alves Carlin Navroski	Auxiliar de Enfermagem	03h52min
103	Eltes Francisco Sinhorin	Motorista Gabinete	04h27min
14594	Everton Zeni	Médico Plantonista	21h00min

14078	Fabiano Midginski	Motorista	23h25min
14077	Henrique Lenardt Junior	Motorista	28h57min
10949	Iseline Correia de Souza do Valle	Auxiliar de Enfermagem	54h18min
7707	Ivanir Weber	Auxiliar em Saúde Bucal	09h13min
7742	Ivone Zolner Lara	Técnica em Enfermagem	01h10min
14588	Janaina Cristina Salles da Silva	Auxiliar de Enfermagem	07h38min
11890	Jorge Jair de Moura Borges	Enfermeiro ESF	09h13min
970	José Gomes de Mattos	Motorista de Veículo Leve	50h22min
10787	Juliana Aparecida Cordeiro	Técnico em Enfermagem	03h48min
10831	Katia Possamai	Enfermeira	00h47min
11032	Luiz Antonio Wanciw	Auxiliar de Enfermagem	110h77min
10796	Lurdes dos Santos	Técnico em Enfermagem	01h20min
7824	Maicon Sgarbossa	Enfermeiro	18h27min
7784	Mara Rubia Cordeiro	Auxiliar de Serviços Gerais	28h20min
1214	Marcio Bassani	Motorista Caminhão	22h52min
13465	Marilei Dallagnol	Assistente Administrativa	64h33min
14649	Matheus Lobato Farinon	Médico ESF	65h40min
8331	Monica Michele Witiuk	Técnica em Saúde Bucal	27h40min
2650	Odiney Leite	Motorista de Caminhão	20h08min
7674	Patricia Kirschner	Técnica em Saúde Bucal	09h07min
11886	Paula Francielli Zitkiewicz	Enfermeira ESF	09h13min
14080	Petrus dos Santos	Motorista	23h32min
9698	Priscilla Michielin	Farmacêutica	00h45min
14503	Rafael Stecca Martins	Médico Plantonista	72h00min
8479	Rejane Serafini	Enfermeira	91h33min
14129	Rodrigo Rocha da Silva	Médico Plantonista	45h00min
10102	Rosa Meri Coluzzi	Auxiliar de Serviços Gerais	11h43min
10764	Sandra Aparecida Correa	Enfermeira	82h20min
1720	Sandro José Neres da Rocha	Motorista de Caminhão	38h20min
3437	Sayonara Galina	Auxiliar de Enfermagem	04h05min
13769	Sulivan Francisco da Silva	Médico ESF	34h00min
10785	Vagner Gonçalves	Técnico em Enfermagem	100h47min
1849	Valdeci Vieira de Alvarenga	Motorista	25h28min
749	Valdecir José Pereira da Silva	Motorista de Caminhão	41h43min
1376	Veroni Salete Dalaqua	Auxiliar de Enfermagem	02h00min
1179	Vilma de Souza Mello Jarschel	Auxiliar de Enfermagem	42h37min
11814	Wania Aline Figura	Enfermeiro ESF	09h13min
10790	Willian Cardoso Ribeiro	Enfermeiro	18h27min
14076	Willian Gualberto Werle	Motorista	39h30min
12588	Willian Schroder	Enfermeiro ESF	02h28min
14052	Youssef Elias Amar	Médico Plantonista	80h00min

Art. 3º. CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, lotados e/ou em exercício na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, o pagamento de ADICIONAL NOTURNO prestado no período de 15 de fevereiro de 2017 a 14 de março de 2017, especificando código, nome, cargo e quantidade de horas:

Código	Nome	Cargo	Nº de Horas
14505	Eveline Molin Gheller	Educadora Social	56h00min
14086	Fábio Barbosa de Miranda	Educador Social	106h00min
4081	Fátima Rozana Gomes Damaceno	Auxiliar de Serviços Gerais	112h00min
14115	Lais Suellen Nascimento dos Santos	Educadora Social	56h00min
3384	Lucimeri Aparecida Vieira da Silva	Auxiliar de Serviços Gerais	240h00min
10129	Marli Aparecida de Lima Azilero	Auxiliar de Serviços Gerais	86h00min
7746	Santina Piacentini	Auxiliar Serviços Gerais	26h00min

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 31 de março de 2017.
Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.838

PORTARIA Nº 27.838, de 31 de março de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do artigo 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no inciso I, do artigo 3º, da Lei Municipal nº 2.301, de 19/04/2006, que dispõe sobre o pagamento da prestação de serviço sob o regime de sobreaviso e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, lotados na Secretaria Municipal da Saúde, o pagamento da prestação de serviço sob o regime de SOBREAVISO realizado no mês de março de 2017 junto à Vigilância Sanitária e Epidemiológica, especificando código, nome dos Servidores, cargos e quantidade de horas, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Nº Horas
1928	Alex Anderson Moraes dos Santos	Motorista Caminhão	96h00min
10463	Alice Regina Sturmer Blank	Bioquímica	78h00min
3287	Andrea Rui Pistore	Tecnóloga em Alimentos	78h00min
14597	Elisa Regina Kruguer Possenti	Técnica em Enfermagem	208h00min
15	Giovani Ernandes Teles de Oliveira	Agente de Serviços Agrícolas e Florestais	192h00min
6301	Nilo Sérgio Luz Amorin	Engenheiro Civil	78h00min
693	Paula Brustolin Xavier	Enfermeira	85h00min
7828	Pollyana Sibeli Gioppo	Farmacêutica	116h00min
10961	Renata Cristina da Silva Favarão	Assistente Administrativa	180h00min
1065	Waltraud Warken Zardo	Auxiliar de Enfermagem	174h00min

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 31 de março de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.839

PORTARIA Nº 27.839, de 31 de março de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do artigo 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 3º, inciso I, da Lei Municipal nº 2.301, de 19/04/2006, que dispõe sobre o pagamento da prestação de serviço sob o regime de sobreaviso e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, em exercício na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, o pagamento da prestação de serviço sob o regime de SOBREAVISO realizado no mês de março de 2017, especificando código, nome dos Servidores, cargos e quantidade de horas, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Nº Horas
892	Cleony Lopes Barbosa Figur	Assistente Social	126h00min
7785	Elizete Farias	Assistente Social	18700min
7670	Isolete Renon Farias	Assistente Social	117h00min
7848	Neiva Vieceli	Assistente Social	70h00min
14082	Rafael Nunes	Motorista	15h00min
14088	Rodrigo de Paula	Motorista	83h00min
14083	Tarcisio Roberto Cavalcante	Motorista	98h00min

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 31 de março de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.840

PORTARIA Nº 27.840, de 31 de março de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto nas Leis Complementares nº 56, de 20/12/2004; nº 163, de 24/02/2010 e nº 222, de 17/08/2011, e ainda no art. 60, inciso I, da Lei 8.213, de 24/07/1997, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, lotados e/ou em exercício nas diversas Secretarias Municipais e ocupantes de cargos efetivos, licença para tratamento de saúde conforme atestado médico apresentado no período de 1º de março de 2017 a 31 de março de 2017, especificando código, nome dos servidores, cargo, dias de afastamento e período, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Total de Dias	Período
620	Ana Lúcia Abdalla Ricardo	Psicóloga	15 dias	03/03/2017 a 17/03/2017
620	Ana Lúcia Abdalla Ricardo	Psicóloga	15 dias	18/03/2017 a 01/04/2017
14064	Ana Paula Cardoso de Lima	Assistente Administrativo	07 dias	03/03/2017 a 09/03/2017
14054	Ana Paula de Lima	Assistente Administrativo	15 dias	16/03/2017 a 30/03/2017
14054	Ana Paula de Lima	Assistente Administrativo	15 dias	31/03/2017 a 14/04/2017
14099	Carlos Augusto Zago Ferreira de Almeida	Agente de Serviços e Obras Especiais	07 dias	06/03/2017 a 12/03/2017
638	Cecília Maria Stefanos Benetti	Tesoureira	11 dias	20/03/2017 a 30/03/2017
9384	Dinamar Aparecida Gomes	Enfermeira	120 dias	06/03/2017 a 03/07/2017
8612	Elizeni Batista Amaral	Auxiliar de Serviços Gerais	15 dias	07/03/2017 a 21/03/2017
8612	Elizeni Batista Amaral	Auxiliar de Serviços Gerais	25 dias	22/03/2017 a 15/04/2017
13312	Eliziane Grassmann	Assistente Administrativo	15 dias	22/03/2017 a 05/04/2017
716	Fernando Antonio Dal Puppo	Pedreiro	68 dias	06/03/2017 a 12/05/2017
9484	Filomena Lazaris	Auxiliar de Serviços Gerais	60 dias	17/03/2017 a 15/05/2017
11002	Ivanir Lurdes Heckler Andrade	Auxiliar de Serviços Gerais	04 dias	02/03/2017 a 05/03/2017
7742	Ivone Zolner Lara	Técnica em Enfermagem	15 dias	07/03/2017 a 21/03/2017
611	João de Oliveira Prestes	Mecânico	30 dias	06/03/2017 a 04/04/2017
3860	Lucinei Xavier Paes	Assistente Administrativo	15 dias	08/03/2017 a 22/03/2017
3860	Lucinei Xavier Paes	Assistente Administrativo	25 dias	23/03/2017 a 16/04/2017
14053	Maria Elena de Oliveira Eger	Agente de Combate às Endemias	04 dias	24/03/2017 a 27/03/2017
9615	Marilene Lima Fagundes	Auxiliar de Serviços Gerais	120 dias	06/03/2017 a 03/07/2017
4999	Marisa Aparecida Goes	Auxiliar de Serviços Gerais	04 dias	02/03/2017 a 05/03/2017
4999	Marisa Aparecida Goes	Auxiliar de Serviços Gerais	30 dias	06/03/2017 a 04/04/2017
12602	Maurício Bolduan	Guarda Municipal	15 dias	01/03/2017 a 15/03/2017
247	Orlando Nivaldo da Silva	Auxiliar de Serviços Gerais	05 dias	20/03/2017 a 24/03/2017
1293	Rosani de Fátima Sabini	Auxiliar de Serviços Gerais	15 dias	03/03/2017 a 17/03/2017
600	Sandro Dallazem	Digitador	03 dias	01/03/2017 a 03/03/2017
600	Sandro Dallazem	Digitador	05 dias	06/03/2017 a 10/03/2017
600	Sandro Dallazem	Digitador	01 dia	17/03/2017 a 17/03/2017
123	Valdemar de Lima Ribeiro	Mecânico	105 dias	01/03/2017 a 13/06/2017
3265	Valdicleia Aparecida Ferreira	Psicóloga	165 dias	15/03/2017 a 26/08/2017
1535	Vilmar Miguel Dobner	Motorista Utilitário	40 dias	16/03/2017 a 24/04/2017

Art. 2º CONCEDER às Servidoras Públicas Municipais, lotados e/ou em exercício nas diversas Secretarias Municipais e ocupantes de emprego público, licença para tratamento de saúde conforme atestado médico apresentado no período de 1º de março de 2017 a 31 de março de 2017, especificando código, nome das servidoras, cargo, dias de afastamento e período, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Total de Dias	Período
14035	Andreia Schuler da Silva	Agente Comunitária de Saúde - ACS	01 dia	06/03/2017 a 06/03/2017
14035	Andreia Schuler da Silva	Agente Comunitária de Saúde - ACS	01 dia	08/03/2017 a 08/03/2017
14035	Andreia Schuler da Silva	Agente Comunitária de Saúde - ACS	01 dia	17/03/2017 a 17/03/2017
14035	Andreia Schuler da Silva	Agente Comunitária de Saúde - ACS	01 dia	21/03/2017 a 21/03/2017
14035	Andreia Schuler da Silva	Agente Comunitária de Saúde - ACS	01 dia	24/03/2017 a 24/03/2017
13968	Andressa de Assis Schuller	Agente Comunitária de Saúde - ACS	03 dias	07/03/2017 a 09/03/2017
13968	Andressa de Assis Schuller	Agente Comunitária de Saúde - ACS	01 dia	23/03/2017 a 23/03/2017
11937	Dirce Teresinha Mantovani	Agente Comunitária de Saúde - ACS	16 dias	06/03/2017 a 21/03/2017
11937	Dirce Teresinha Mantovani	Agente Comunitária de Saúde - ACS	02 dias	24/03/2017 a 25/03/2017
11937	Dirce Teresinha Mantovani	Agente Comunitária de Saúde - ACS	03 dias	31/03/2017 a 02/04/2017
13970	Ivone Geraldina Almeida	Agente Comunitária de Saúde - ACS	04 dias	14/03/2017 a 17/03/2017
13970	Ivone Geraldina Almeida	Agente Comunitária de Saúde - ACS	01 dia	24/03/2017 a 24/03/2017
11882	Ivone Aparecida Sebem	Agente Comunitária de Saúde - ACS	02 dias	16/03/2017 a 17/03/2017
11882	Ivone Aparecida Sebem	Agente Comunitária de Saúde - ACS	08 dias	20/03/2017 a 27/03/2017
11882	Ivone Aparecida Sebem	Agente Comunitária de Saúde - ACS	01 dia	31/03/2017 a 31/03/2017

11868	Mirian Olizete Almeida Fuks	Agente Comunitária de Saúde – ACS	75 dias	11/03/2017 a 24/05/2017
11951	Silvana Maria Cristaldo	Agente Comunitária de Saúde – ACS	07 dias	10/03/2017 a 16/03/2017
14600	Vanessa Rodrigues Franco Miyakava	Médico – ESF	01 dia	24/03/2017 a 24/03/2017
14600	Vanessa Rodrigues Franco Miyakava	Médico – ESF	03 dias	29/03/2017 a 31/03/2017
14646	Vera Lúcia de Azevedo	Médico – ESF	01 dia	03/03/2017 a 03/03/2017
14646	Vera Lúcia de Azevedo	Médico – ESF	01 dia	06/03/2017 a 06/03/2017
14646	Vera Lúcia de Azevedo	Médico – ESF	01 dia	08/03/2017 a 08/03/2017
14646	Vera Lúcia de Azevedo	Médico – ESF	01 dia	16/03/2017 a 16/03/2017
14646	Vera Lúcia de Azevedo	Médico – ESF	01 dia	28/03/2017 a 28/03/2017

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 31 de março de 2017.
Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.841

PORTARIA Nº 27.841, de 31 de março de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 68 e art. 69, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º EFETUAR o desconto em folha de pagamento dos Servidores abaixo relacionados, em razão de faltas injustificadas no período de 01/02/2017 a 28/02/2017 na Secretaria de Saúde e de 15/02/2017 a 14/03/2017 nas demais Secretarias e órgãos Municipais, especificando código, nome, cargo, local de lotação ou exercício e quantidade de horas, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Local de lotação	Nº de Horas
10464	Alexandre Granemann Lanzini	Auxiliar de Administração	Fazenda	24h00min
1771	Aurélio Luiz Arrabar	Odontólogo	Saúde	09h05min
14033	Bruna Carolini Szymkuv	Agente Comunitária de Saúde	Saúde	16h15min
14602	Camila Reinaldo Rodrigues Fernandes	Auxiliar em Saúde Bucal ESF	Saúde	06h03min
8413	Claudete Maria Bento Corrente	Enfermeira	Saúde	07h00min
11937	Cybelli Aparecida Ribeiro dos Santos	Agente Comunitária de Saúde	Saúde	24h00min
12021	Eliane Gouveia	Agente Comunitária de Saúde	Saúde	20h20min
14032	Elisa Teresinha de Oliveira Paz	Agente Comunitária de Saúde	Saúde	16h28min
9497	Elisiane Cardoso da Piedade	Auxiliar de Serviços Gerais	Administração	07h48min
14120	Evonei Cassiano Barroso	Agente de Serviços e Obras Especiais	Infraestrutura	96h00min
14087	Jaisson Augusto Crus Martins	Operador de Estação Aeronáutica	Gabinete	175h50min
13977	Jéssica Padilha	Agente Comunitária de Saúde	Saúde	55h00min
1302	José Osni Guaripuna	Auxiliar de Biblioteca	Educação	112h00min
10491	José Serrão Cezar	Médico	Saúde	04h00min
13984	Luciane Xavier dos Santos	Agente Comunitária de Saúde	Saúde	32h13min
1140	Luiz Fernando dos Santos	Odontólogo	Saúde	04h00min
7784	Mara Rubia Cordeiro	Auxiliar de Serviços Gerais	Saúde	19h18min
1066	Marcos Adelmo dos Reis	Professor do Ensino Fundamental II	Educação	08h00min
14036	Marisa Correia Antunes Moreira	Agente Comunitária de Saúde	Saúde	08h00min
14131	Pablo Augusto Gehlen	Médico	Saúde	32h00min
7674	Patrícia Kirschner	Técnica em Saúde Bucal	Saúde	06h00min
856	Paulo Cesar Jarschel	Atendente de Enfermagem	Saúde	18h00min
10102	Rosa Meri Coluzzi	Auxiliar de Serviços Gerais	Saúde	11h25min
3266	Roselaine Aparecida Roesener	Psicólogo	Saúde	07h00min
11869	Sandra de Fátima Ribeiro	Agente Comunitária de Saúde	Saúde	08h43min
11968	Silvana Aparecida Santana de Moraes	Agente Comunitária de Saúde	Saúde	16h35min
13585	Susileide Daniele Rodrigues Putti	Odontólogo	Saúde	14h03min

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 31 de março de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.842

PORTARIA Nº 27.842, de 31 de março de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 179, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º EFETUAR o pagamento de serviço extraordinário – HORAS EXTRAS - aos Servidores Públicos Municipais abaixo nominados, especificando código, nome do Servidor, cargo, período aquisitivo, quantidade de horas extras e mês a ser efetuado o pagamento, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Período aquisitivo	Nº de Horas	Mês de pagamento
3382	Anderson José de Oliveira	Eletrecista	15/01/2017 a 14/02/2017	40h	Março/2017
103	Eltes Francisco Sinhorin	Motorista Gabinete do Prefeito	01/01/2017 a 31/01/2017	120h	Março/2017
13196	Ivone Weingantner	Auxiliar de Enfermagem ESF	01/01/2017 a 31/01/2017	6h17min	Março/2017
119	Jean Francisco Hahn	Auxiliar de Serviços e Obras Públicas	15/01/2017 a 14/02/2017	40h	Março/2017
912	Laurindo Rodrigues	Motorista	15/01/2017 a 14/02/2017	40h	Março/2017
12590	Loraine Borghetti Rotta	Auxiliar de Enfermagem ESF	01/01/2017 a 31/01/2017	9h02min	Março/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 31 de março de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.843

PORTARIA Nº 27.843, de 31 de março de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do artigo 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 3º, inciso I, da Lei Municipal nº 2.301, de 19/04/2006, que dispõe sobre o pagamento da prestação de serviço sob o regime de sobreaviso e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ao Servidor Público Municipal, lotado no Gabinete do Prefeito e em exercício no Conselho Tutelar de Caçador, o pagamento da prestação de serviço sob o regime de SOBREAVISO realizado no mês de março de 2017, especificando código, nome, cargo e quantidade de horas, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Nº Horas
2512	Altino Inácio Carneiro	Auxiliar de Serviços Agrícolas e Florestais	200h00min

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 31 de março de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.844

PORTARIA Nº 27.844, de 31 de março de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do artigo 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências,

CONSIDERANDO a republicação do edital de credenciamento para prestação de serviços médicos de obstetrícia, conforme publicação no Diário Oficial dos Municípios,

CONSIDERANDO o caráter essencial de atendimento à saúde da população que não pode ficar desassistida,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR os contratos por tempo determinado dos Servidores Públicos Municipais a seguir relacionados, lotados na Secretaria Municipal da Saúde, especificando código, nome, cargo, carga horária e período da prorrogação, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	C.H.	Período
12860	Oscar Armando Puin Manrique	Médico	20	01/04/2017 a 30/04/2017
13569	Rodrigo Borsatti Neves da Fontoura	Médico	20	01/04/2017 a 30/04/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 31 de março de 2017.
Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.853

PORTARIA Nº 27.853, de 03 de abril de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do artigo 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no artigo 124 e 128, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER licença prêmio às Servidoras Públicas Municipais a seguir relacionadas, especificando código, nome, cargo, local de lotação, período de aquisição e período de fruição, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Local de Lotação	Período de Aquisição	Período de gozo
2574	Alzira Gomes	Servente	Secretaria da Educação	01/04/2011 a 01/04/2016	05/04/2017 a 03/07/2017
3290	Elisabete Aparecida Marini Bortolini	Professora do Ensino Fundamental I	Secretaria da Educação	01/08/2002 a 01/08/2007	07/04/2017 a 06/05/2017
3290	Elisabete Aparecida Marini Bortolini	Professora do Ensino Fundamental I	Secretaria da Educação	01/08/2007 a 01/08/2012	07/05/2017 a 05/07/2017
8612	Elizeni Batista Amaral	Auxiliar de Serviços Gerais	Secretaria de Assistência Social e Habitação	22/07/2008 a 22/07/2013	21/04/2017 a 19/07/2017
4256	Flávia Morona Maffessoni	Odontóloga	Secretaria da Saúde	02/02/2009 a 02/02/2014	10/04/2017 a 09/05/2017
180	Janete Terezinha Coldebella Visloski	Professora do Ensino Fundamental I	Secretaria da Educação	01/09/1995 a 01/09/2000	20/04/2017 a 18/06/2017
180	Janete Terezinha Coldebella Visloski	Professora do Ensino Fundamental I	Secretaria da Educação	01/09/2005 a 01/09/2010	19/06/2017 a 16/09/2017
180	Janete Terezinha Coldebella Visloski	Professora do Ensino Fundamental I	Secretaria da Educação	01/09/2010 a 01/09/2015	20/09/2017 a 18/12/2017

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 03 de abril de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.855

PORTARIA Nº 27.855, de 03 de abril de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do artigo 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no artigo 90, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador e na Lei Complementar nº 222, de 17/08/2011, que dispõe sobre a criação de empregos públicos para execução dos Programas Estratégia Saúde da Família – ESF, Agentes Comunitários de Saúde – EACS, Equipe Saúde Bucal e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, lotados nas diversas Secretarias/Órgãos Municipais, férias regulamentares acrescidas do adicional de férias, especificando código, nome, período de aquisição e período de fruição, conforme segue:

Código	Nome	Período Aquisitivo	Período Gozo
52	Aloir Ferreira de Almeida	17/02/2017 a 16/02/2015	01/04/2017 a 30/04/2017
314	Antonio Valmiro Alves Weber	03/10/2012 a 02/10/2013	17/04/2017 a 16/05/2017
1552	Antonio Voitach	25/10/2012 a 24/10/2013	04/04/2017 a 03/05/2017
12	Gustavo Kucher Furlin	09/05/2015 a 08/05/2016	24/04/2017 a 13/05/2017
1157	Julio Cezar de Assis	01/01/2016 a 31/12/2016	04/04/2017 a 03/05/2017
12845	Laisa Regina Chaves Schmitt dos Santos	01/11/2015 a 31/10/2016	17/04/2017 a 16/05/2017
12577	Mara do Amaral e Silva	01/03/2015 a 29/02/2016	17/04/2017 a 01/05/2017
12577	Mara do Amaral e Silva	01/03/2016 a 28/02/2017	02/05/2017 a 16/05/2017
11812	Márcia de Oliveira Guedes	17/05/2016 a 16/05/2017	10/04/2017 a 29/04/2017
999	Samara Aparecida Roaris	01/01/2016 a 31/12/2016	03/04/2017 a 17/04/2017
6945	Zeli Moraes de Souza	01/01/2016 a 31/12/2016	06/04/2017 a 05/05/2017

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 03 de abril de 2017.
Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.856

PORTARIA Nº 27.856, de 03 de abril de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 120, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO a Portaria nº 25.419, de 24 de março de 2015, que concede 02 (dois) anos Licença Sem Vencimentos para tratar de assuntos particulares ao Servidor Público Municipal Ivo Gilberto Olienik, de 28 de março de 2015 a 28 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. PRORROGAR, a pedido e pelo período de 02 (dois) anos, a licença sem vencimentos para tratar de assuntos particulares do Servidor, especificando código, nome, cargo e local de lotação, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Local de lotação
709	Ivo Gilberto Olienik	Motorista Utilitário	Secretaria Municipal da Administração

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 29 de março de 2017.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 03 de abril de 2017.

Saulo Sperotto - PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.857

PORTARIA Nº 27.857, de 04 de abril de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no artigo 71, §1º, inciso I da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a pedido, o Servidor Público Municipal LEONARDO FELIPE DUARTE, matrícula 10382, ocupante do cargo efetivo de Assistente Administrativo, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, vinculado à Secretaria Municipal da Fazenda e nomeado através da Portaria nº 20.076, de 29 de dezembro de 2010.

Art. 2º Declarar a vacância do cargo acima, nos termos do inciso I do artigo 71 da Lei Complementar Municipal nº 56, de 20 de dezembro de 2004.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 05 de abril de 2017.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 04 de abril de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.858

PORTARIA Nº 27.858, de 05 de abril de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do artigo 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no inciso II, do artigo 11, da Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, a pedido, o contrato em caráter temporário dos Servidores Públicos Municipais abaixo listados, contratados pela Portaria nº 27.744, de 24 de fevereiro de 2017 e lotados na Secretaria Municipal da Educação, especificando código, nome, cargo, carga horária semanal, local de atuação e data da rescisão, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	CH	Local de Atuação	A contar de
14787	Antônio Donizete Horbach	Professor do Ensino Fundamental II	30	EMEB Nossa Senhora Salete- 19h EMEB Irmão Venâncio José (Extensão EEB Dante Mosconi) - 08h	04/04/2017
14773	Camila Cristina Machado	Professora da Educação Infantil	20	EMEB Irmão Venâncio José	01/04/2017
14930	Vânia Borges da Silva Farias	Servente Escolar	44	EMEB Esperança	01/04/2017

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 05 de abril de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.859

PORTARIA Nº 27.859, de 06 de abril de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, do da Lei Orgânica do Município de Caçador, e ainda, o que prevê o artigo art. 114 e art. 29, §6º da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER à Servidora Pública Municipal abaixo nominada, lotada na Secretaria Municipal da Educação, 180 (cento e oitenta) dias de licença maternidade conforme atestado médico apresentado, especificando código, nome, cargo, unidade escolar de lotação e período da licença:

Código	Nome	Cargo	Escola de lotação	Período
17739	Eliane de Souza Luz dos Santos	Especialista em Assuntos Educacionais	CMEI Pierina Adami	29/03/2017 a 24/09/2017

Art. 2º SUSPENDER o estágio probatório da Servidora Pública Municipal Eliane de Souza Luz dos Santos, nomeada pela Portaria nº 27.678, de 01 de fevereiro de 2017, nos termos do §6º do art. 29 da Lei Complementar Municipal nº 56, de 20 de dezembro de 2004.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 06 de abril de 2017.
Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.860

PORTARIA Nº 27.860, de 06 de abril de 2017.

Dispõe sobre nomeação de Servidor Público Municipal aprovado em Concurso Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 17, inciso II e do art. 79, inciso VIII, ambos da Lei Orgânica do Município de Caçador, e ainda, o que prevê o art. 5º e art. 15, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, e dá outras providências, e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR em virtude de classificação em Concurso Público, conforme Edital nº 002/2015 e Decreto nº 6.535, de 03 de setembro de 2015, o cidadão FABIO CASAGRANDE DO NASCIMENTO para ocupar o cargo de Médico do grupo ocupacional superior do Poder Executivo, referência 40, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais e vinculado à Secretaria Municipal da Saúde, com data de nomeação, posse e início do exercício a partir de 07 de abril de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 06 de abril de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.861

PORTARIA Nº 27.861, de 07 de abril de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no artigo 71, §1º, inciso I da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a pedido, a Servidora Pública Municipal NARA TESCCKE, matrícula 7683, ocupante do cargo efetivo de Técnica em Enfermagem, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, vinculada à Secretaria Municipal da Saúde e nomeada através da Portaria nº 17.560, de 31 de julho de 2007.

Art. 2º Declarar a vacância do cargo acima, nos termos do art. 71, inciso I da Lei Complementar Municipal nº 56, de 20 de dezembro de 2004.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 04 de abril de 2017.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 07 de abril de 2017.
Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.865

PORTARIA Nº 27.865, de 10 de abril de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79 inciso V da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 284, de 19 de dezembro de 2014, que dispõe sobre o Modelo de Gestão e a Estrutura Organizacional da Administração Pública Municipal,

RESOLVE

Art. 1º NOMEAR JÉSSICA DE FÁTIMA MENEL para ocupar o cargo de Secretária Executiva de Assessoria, pertencente ao Grupo Ocupacional em Comissão, referência CC-5, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais e vinculada ao Gabinete do Prefeito.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 04 de abril de 2017.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 10 de abril de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.866

PORTARIA Nº 27.866, de 10 de abril de 2017.

Dispõe sobre nomeação de Servidora Pública Municipal aprovada em Concurso Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 17, inciso II e do art. 79, inciso VIII, ambos da Lei Orgânica do Município de Caçador, e ainda, o que prevê o art. 5º e art. 15, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, e dá outras providências, e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR em virtude de classificação em Concurso Público, conforme Edital nº 002/2015 e Decreto nº 6.535, de 03 de setembro de 2015 que homologou o resultado final do concurso, a cidadã NARA TESCKE DE CASTILHO, para ocupar o cargo de Enfermeira do Grupo Ocupacional Superior do Poder Executivo, referência 37, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais e vinculada à Secretaria Municipal da Saúde, com data de nomeação, de posse e início do exercício a contar de 05 de abril de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 10 de abril de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.867

PORTARIA Nº 27.867, de 10 de abril de 2017.

Dispõe sobre nomeação de Servidora Pública Municipal aprovada em Concurso Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 17, inciso II e do art. 79, inciso VIII,

ambos da Lei Orgânica do Município de Caçador, e ainda, o que prevê o art. 5º e art. 15, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, e dá outras providências, e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR em virtude de classificação em Concurso Público, conforme Edital nº 002/2015 e Decreto nº 6.535, de 03 de setembro de 2015 que homologou o resultado final do concurso, a cidadã RAQUEL PELISSARI BARBOSA, para ocupar o cargo de Enfermeira do Grupo Ocupacional Superior do Poder Executivo, referência 37, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais e vinculada à Secretaria Municipal da Saúde, com data de nomeação, de posse e início do exercício a contar de 03 de abril de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 10 de abril de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.868

PORTARIA Nº 27.868, de 11 de abril de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 76, de 22/12/2005, que institui a Fundação Municipal de Esportes - FME,

RESOLVE

Art. 1º NOMEAR ANTONIO DONIZETE HORBACH para ocupar o cargo de Diretor Esportivo de Participação, pertencente ao Grupo Ocupacional Comissão, referência CC-4, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais e vinculado à Fundação Municipal de Esportes.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 03 de abril de 2017.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 11 de abril de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.869

PORTARIA Nº 27.869, de 11 de abril de 2017.

Dispõe sobre nomeação de Servidora Pública Municipal aprovada em Concurso Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 17, inciso II e do art. 79, inciso VIII, ambos da Lei Orgânica do Município de Caçador, e ainda, o que prevê o art. 5º e art. 15, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, e dá outras providências, e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR em virtude de classificação em Concurso Público, conforme Edital nº 002/2015 e Decreto nº 6.535, de 03 de setembro de 2015 que homologou o resultado final do concurso, a cidadã JANE PAULA PELEPE para ocupar o cargo de Assistente Administrativa do Grupo Ocupacional Administrativo do Poder Executivo, referência 14, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais e vinculada à Secretaria Municipal da Fazenda, com data de nomeação, de posse e início do exercício a contar desta data.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 11 de abril de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 27/2017 – TOMADA DE PREÇOS – 02/2017 – PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 27/2017 – Tomada de Preços – 02/2017 – PREFEITURA, TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL, OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA PARA CONSTRUÇÃO DE CRECHE PRÓ-INFÂNCIA TIPO B, SITO RUA ELOE HENRIQUE FORMIGUERI, BAIRRO NOSSA SENHORA SALETE. ENTREGA DOS ENVELOPES: 15/05/2017 às 14h00min. ABERTURA DOS ENVELOPES: 15/05/2017 às 14h10min. Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, no horário de expediente em vigor ou no site www.caçador.sc.gov.br no ícone licitações. Não será fornecida informação por telefone.

Caçador, 18 de abril de 2017.

SAULO SPEROTTO
PREFEITO MUNICIPAL

Camboriú

PREFEITURA

ANULAÇÃO PR 38/17 - PMC

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
ANULAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 038/2017-PMC

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração torna público que resolve anular o Processo Licitatório Nº 044/2017 cujo objeto é: "SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE INTERNET, DISPONIBILIZADO POR FIBRA ÓPTICA E OU VIA RÁDIO, DESTINADO PARA ATENDIMENTO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, UNIDADES DE ENSINO, UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E PAÇO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ. A VELOCIDADE DO LINK FOI ESTIMADA COM BASE NA DEMANDA DO TRÁFEGO DE DADOS COM A INTERNET, CONSIDERANDO-SE INFORMAÇÕES DOWNLOAD E UPLOAD DE CONSUMO ANTERIORES, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXO I."

RESOLVE ANULAR CONFORME ART. 49 CAPUT DA LEI 8.666/1993 E ALTERAÇÕES

Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone 047 3365-9500.

Camboriú SC, 18 de Abril de 2017.
ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
Prefeito Municipal

RESULTADO CC 01/17 - PMC

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
RESULTADO DO SORTEIO PÚBLICO PARA COMPOSIÇÃO DA SUB-COMISSÃO TÉCNICA DA CONCORRENCIA PÚBLICA Nº. 001/2017-PMC

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração torna público que o resultado do sorteio realizado no dia 18 de Abril de 2017, conforme determinado no item 12.3 do edital, informa que os nomes contemplados para a referida composição foram: Felipe Costa, Nicole Cristina Bugnoto e Silvia Mendes"
Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone 047 3365-9500.

Camboriú SC, 18 de Abril de 2017.
ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
PREFEITO MUNICIPAL

PR 046/17 - PMC

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 046/2017-PMC - EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE
OBJETO: AQUISIÇÃO DE TONER PARA UTILIZAÇÃO DA CONTROLADORIA GERAL, OUVIDORIA, DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO E ASSESSORIA AOS CONSELHOS DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.
TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 16:00 horas do dia 04 (Quatro) de Maio de 2017, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú 18 de Abril de 2017.
ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Campo Alegre

PREFEITURA

ADITIVO CONTRATUAL Nº 57/2017

ADITIVO CONTRATUAL Nº 57/2017

TERMO DE PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

Considerando o OFÍCIO Nº 003/2016 recebido do Serviço de Suprimentos deste Município, solicitando e justificando a prorrogação do contrato nº 161/2016 (originado do Processo Licitatório nº 61/2016, modalidade Pregão Eletrônico);

Considerando a Autorização da Autoridade Superior à prorrogação;

PRORROGA-SE o prazo de execução e vigência do Contrato nº 161/2016, com fulcro no §1º, inciso VI, Art. 57 da Lei Federal n. 8.666/93 e alterações, nos seguintes termos:

TERCEIRO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, E DE OUTRO LADO A EMPRESA ASK LTDA – EPP OBJETIVANDO A PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 161/2016.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência e execução do Contrato nº 161/2016 fica prorrogado por 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir de 16 de abril de 2017, sendo o prazo de vigência e execução até o dia 31 de maio de 2017.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Estas alterações se fazem nos moldes da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações. As demais cláusulas e disposições do Contrato 161/2016 permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre - SC, 13 de abril de 2017.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ Secretária Municipal de Administração CONTRATANTE	MURILO BRACHT MALAGUTTI ASK Ltda - EPP CONTRATADA		
---	---	--	--

ADITIVO CONTRATUAL Nº 58/2017

ADITIVO CONTRATUAL Nº 58/2017

TERMO DE PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

Considerando o OFÍCIO Nº 006/2017 recebido do Serviço de Suprimentos deste Município, solicitando e justificando a prorrogação do contrato nº 166/2016 (originado do Processo Licitatório nº 62/2016, modalidade Pregão Eletrônico);

Considerando a Autorização da Autoridade Superior à prorrogação;

PRORROGA-SE o prazo de execução e vigência do Contrato nº 166/2016, com fulcro no §1º, inciso VI, Art. 57 da Lei Federal n. 8.666/93 e alterações, nos seguintes termos:

TERCEIRO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, E DE OUTRO LADO A EMPRESA ASK LTDA – EPP OBJETIVANDO A PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 166/2016.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência e execução do Contrato nº 166/2016 fica prorrogado por 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir de 28 de abril de 2017, sendo o prazo de vigência e execução até o dia 12 de junho de 2017.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Estas alterações se fazem nos moldes da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações. As demais cláusulas e disposições do Contrato 166/2016 permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre - SC, 18 de abril de 2017.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ Secretária Municipal de Administração CONTRATANTE	MURILO BRACHT MALAGUTTI ASK Ltda - EPP CONTRATADA		
---	---	--	--

Campo Erê

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO 41/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ/SC.

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 41/2017.

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ, Estado de Santa Catarina, CNPJ nº 83.026.765/0001-28. CONTRATADA: INVIOSAT OESTE MONITORAMENTO E SEGURANÇA EIRELI, CNPJ 23.567.049/0001-26. OBJETO: contratação de empresa especializada na prestação de serviço de monitoramento de alarme por sistema digital 24:00 horas por dia, a ser realizado nos prédios públicos municipais, FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº 274/2017, Pregão Presencial nº 13/2017. VALOR: R\$ 1.190,00 (um mil cento e noventa reais). VIGÊNCIA: assinatura até 31/12/17, Campo Erê/SC, em 07/04/2017. SIGNATÁRIOS: Odilson Vicente de Lima pela Contratante e Lindomar Rodrigues de Campos pela Contratada.

HOMOLOGAÇÃO PL 572/2017

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 43, VI da Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores;

RESOLVE

I - HOMOLOGAR o PROCESSO LICITATÓRIO nº572/2017, na modalidade Pregão de nº 18/2017 tendo como objeto do presente EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, do TIPO MENOR PREÇO POR ITEM é a EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE FORMA PARCELADA, DE EQUIPAMENTOS, para a manutenção das diversas atividades das Secretarias Municipais.

II - ADJUDICAR o objeto do certame à (s) licitante (s) identificada (s) no quadro a seguir, onde se especificam inclusive as quantidades e os valores, para execução do objeto acima citado:

Nome da Proponente	Lote	Item	Quantidade	Unitário	Total Item
POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA EPP	1	1	15,00	2.030,0000	30.450,0000
POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA EPP	1	2	15,00	1.630,0000	24.450,0000
ATUAL INFORMÁTICA E ASSISTENCIA TÉCNICA ME	1	3	15,00	2.915,0000	43.725,0000
ATUAL INFORMÁTICA E ASSISTENCIA TÉCNICA ME	1	4	10,00	2.500,0000	25.000,0000
ATUAL INFORMÁTICA E ASSISTENCIA TÉCNICA ME	1	5	1,00	2.260,0000	2.260,0000

Total dos Proponentes	
Nome da Proponente	Total
ATUAL INFORMÁTICA E ASSISTENCIA TÉCNICA ME	70.985,00
POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA EPP	54.900,00

III - DETERMINAR que sejam adotadas as medidas cabíveis para contratação da (s) referida (s) licitante (s).

Campo Erê – SC, Segunda-Feira, 17 de abril de 2017.

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÃO PL 577/2017

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 43, VI da Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores;

RESOLVE

I - HOMOLOGAR o PROCESSO LICITATÓRIO nº577/2017, na modalidade Pregão de nº 19/2017 tendo como objeto Registro de Preços, do Tipo menor preço por item, para a Aquisição de forma parcelada de gêneros alimentícios para a Secretaria Municipal de Educação, conforme especificado nesse Edital.

II - ADJUDICAR o objeto do certame à (s) licitante (s) identificada (s) no quadro a seguir, onde se especificam inclusive as quantidades e os valores, para execução do objeto acima citado:

Nome da Proponente	Lote	Item	Quantidade	Unitário	Total Item
Di Domenico & CIA LTDA ME	1	54	100,00	2,7500	275,0000
Di Domenico & CIA LTDA ME	1	79	1.000,00	12,0000	12.000,0000
Di Domenico & CIA LTDA ME	1	80	1.000,00	12,0000	12.000,0000

Di Domenico & CIA LTDA ME	1	91	1.000,00	5,5900	5.590,0000
Di Domenico & CIA LTDA ME	1	92	1.000,00	4,1000	4.100,0000
MINIMERCADO ALVORADA LTDA EPP	1	1	1.500,00	1,7500	2.625,0000
MINIMERCADO ALVORADA LTDA EPP	1	2	115,00	4,0000	460,0000
MINIMERCADO ALVORADA LTDA EPP	1	4	100,00	4,3500	435,0000
MINIMERCADO ALVORADA LTDA EPP	1	5	100,00	3,5000	350,0000
MINIMERCADO ALVORADA LTDA EPP	1	15	1.800,00	2,5000	4.500,0000
MINIMERCADO ALVORADA LTDA EPP	1	17	270,00	8,3500	2.254,5000
MINIMERCADO ALVORADA LTDA EPP	1	19	500,00	2,7500	1.375,0000
MINIMERCADO ALVORADA LTDA EPP	1	25	15,00	8,9000	133,5000
MINIMERCADO ALVORADA LTDA EPP	1	28	180,00	11,7000	2.106,0000
MINIMERCADO ALVORADA LTDA EPP	1	33	100,00	1,3000	130,0000
MINIMERCADO ALVORADA LTDA EPP	1	34	2.000,00	12,3000	24.600,0000
MINIMERCADO ALVORADA LTDA EPP	1	38	600,00	3,2900	1.974,0000
MINIMERCADO ALVORADA LTDA EPP	1	39	500,00	1,8000	900,0000
MINIMERCADO ALVORADA LTDA EPP	1	43	3.500,00	5,7500	20.125,0000
MINIMERCADO ALVORADA LTDA EPP	1	49	10,00	3,9000	39,0000
MINIMERCADO ALVORADA LTDA EPP	1	59	350,00	29,4000	10.290,0000
MINIMERCADO ALVORADA LTDA EPP	1	67	1.800,00	4,8500	8.730,0000
MINIMERCADO ALVORADA LTDA EPP	1	74	2.000,00	4,8900	9.780,0000
MINIMERCADO ALVORADA LTDA EPP	1	77	200,00	7,4000	1.480,0000
MINIMERCADO ALVORADA LTDA EPP	1	81	560,00	4,1500	2.324,0000
MINIMERCADO ALVORADA LTDA EPP	1	93	450,00	9,2500	4.162,5000
MINIMERCADO ALVORADA LTDA EPP	1	95	100,00	4,2900	429,0000
MINIMERCADO ALVORADA LTDA EPP	1	102	180,00	20,0000	3.600,0000
MINIMERCADO ALVORADA LTDA EPP	1	108	800,00	3,9500	3.160,0000
MINIMERCADO ALVORADA LTDA EPP	1	109	100,00	4,9900	499,0000
ANILDA SCHOENINGER ME	1	3	650,00	5,2000	3.380,0000
ANILDA SCHOENINGER ME	1	10	200,00	4,7500	950,0000
ANILDA SCHOENINGER ME	1	16	1.000,00	2,2500	2.250,0000
ANILDA SCHOENINGER ME	1	18	400,00	3,1000	1.240,0000
ANILDA SCHOENINGER ME	1	35	600,00	13,7000	8.220,0000
ANILDA SCHOENINGER ME	1	40	600,00	2,6500	1.590,0000
ANILDA SCHOENINGER ME	1	63	500,00	4,3000	2.150,0000
ANILDA SCHOENINGER ME	1	72	12,00	3,9000	46,8000
ANILDA SCHOENINGER ME	1	75	800,00	4,3500	3.480,0000
ANILDA SCHOENINGER ME	1	78	500,00	5,7000	2.850,0000
ANILDA SCHOENINGER ME	1	86	600,00	4,0000	2.400,0000
ANILDA SCHOENINGER ME	1	89	800,00	5,0000	4.000,0000
ANILDA SCHOENINGER ME	1	94	50,00	6,9000	345,0000
ANILDA SCHOENINGER ME	1	98	300,00	11,0000	3.300,0000
ANILDA SCHOENINGER ME	1	100	24,00	3,0000	72,0000
ANILDA SCHOENINGER ME	1	103	350,00	2,2500	787,5000
SCS Comercio LTDA ME	1	9	350,00	11,3000	3.955,0000
SCS Comercio LTDA ME	1	21	1.200,00	4,9500	5.940,0000
SCS Comercio LTDA ME	1	23	800,00	3,3500	2.680,0000
SCS Comercio LTDA ME	1	37	200,00	14,8500	2.970,0000
SCS Comercio LTDA ME	1	44	200,00	6,4400	1.288,0000
SCS Comercio LTDA ME	1	58	200,00	5,9300	1.186,0000
SCS Comercio LTDA ME	1	69	500,00	2,2400	1.120,0000
SCS Comercio LTDA ME	1	82	550,00	2,2900	1.259,5000
SCS Comercio LTDA ME	1	96	110,00	32,0000	3.520,0000
SCS Comercio LTDA ME	1	104	500,00	3,2100	1.605,0000
SCS Comercio LTDA ME	1	110	200,00	2,8400	568,0000
AP Oeste Distribuidora e Comércio de Alimentos LTDA	1	6	5,00	2,8000	14,0000
AP Oeste Distribuidora e Comércio de Alimentos LTDA	1	14	60,00	5,0000	300,0000
AP Oeste Distribuidora e Comércio de Alimentos LTDA	1	24	900,00	3,3700	3.033,0000
AP Oeste Distribuidora e Comércio de Alimentos LTDA	1	29	250,00	1,5000	375,0000
AP Oeste Distribuidora e Comércio de Alimentos LTDA	1	32	300,00	3,7000	1.110,0000
AP Oeste Distribuidora e Comércio de Alimentos LTDA	1	56	200,00	6,3000	1.260,0000
AP Oeste Distribuidora e Comércio de Alimentos LTDA	1	65	50,00	4,2500	212,5000
AP Oeste Distribuidora e Comércio de Alimentos LTDA	1	66	50,00	5,1700	258,5000
AP Oeste Distribuidora e Comércio de Alimentos LTDA	1	68	1.000,00	2,1800	2.180,0000
AP Oeste Distribuidora e Comércio de Alimentos LTDA	1	83	20,00	5,8800	117,6000

AP Oeste Distribuidora e Comércio de Alimentos LTDA	1	84	20,00	5,8500	117,0000
AP Oeste Distribuidora e Comércio de Alimentos LTDA	1	87	900,00	3,9300	3.537,0000
AP Oeste Distribuidora e Comércio de Alimentos LTDA	1	90	400,00	6,3700	2.548,0000
NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	1	11	140,00	1,9800	277,2000
NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	1	12	1.000,00	12,2500	12.250,0000
NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	1	31	50,00	1,4900	74,5000
NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	1	36	500,00	1,4600	730,0000
NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	1	41	200,00	4,0900	818,0000
NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	1	45	500,00	1,9400	970,0000
NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	1	53	120,00	5,6400	676,8000
NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	1	64	200,00	7,0700	1.414,0000
NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	1	70	300,00	3,9900	1.197,0000
NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	1	73	100,00	3,4500	345,0000
NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	1	105	200,00	1,0900	218,0000
A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA ME	1	7	5,00	19,6000	98,0000
A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA ME	1	8	200,00	4,6900	938,0000
A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA ME	1	13	320,00	3,2500	1.040,0000
A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA ME	1	22	60,00	2,8400	170,4000
A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA ME	1	26	800,00	3,5500	2.840,0000
A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA ME	1	27	120,00	2,2400	268,8000
A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA ME	1	30	50,00	2,2500	112,5000
A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA ME	1	42	400,00	2,9300	1.172,0000
A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA ME	1	46	500,00	2,6000	1.300,0000
A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA ME	1	47	200,00	4,8500	970,0000
A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA ME	1	48	10,00	3,8500	38,5000
A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA ME	1	50	30,00	9,8500	295,5000
A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA ME	1	51	250,00	8,9000	2.225,0000
A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA ME	1	52	50,00	12,9000	645,0000
A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA ME	1	62	30,00	4,9900	149,7000
A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA ME	1	71	20,00	4,0800	81,6000
A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA ME	1	76	150,00	6,3000	945,0000
A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA ME	1	85	5,00	6,0700	30,3500
A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA ME	1	88	200,00	1,3700	274,0000
A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA ME	1	97	250,00	7,1900	1.797,5000
A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA ME	1	99	300,00	16,0000	4.800,0000
A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA ME	1	101	700,00	3,0800	2.156,0000
A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA ME	1	106	1.200,00	2,5000	3.000,0000
A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA ME	1	107	200,00	2,7400	548,0000
CATARINENSE COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA	1	55	1.100,00	4,7500	5.225,0000
CATARINENSE COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA	1	57	200,00	3,2500	650,0000
CATARINENSE COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA	1	60	800,00	1,9500	1.560,0000
CATARINENSE COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA	1	61	800,00	1,1000	880,0000

Total dos Proponentes	
Nome da Proponente	Total
A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA ME	25.895,85
ANILDA SCHOENINGER ME	37.061,30
AP Oeste Distribuidora e Comércio de Alimentos LTDA	15.062,60
CATARINENSE COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA	8.315,00
Di Domenico & CIA LTDA ME	33.965,00
MINIMERCADO ALVORADA LTDA EPP	106.461,50
NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	18.970,50
SCS Comercio LTDA ME	26.091,50

III - DETERMINAR que sejam adotadas as medidas cabíveis para contratação da (s) referida (s) licitante (s).

Campo Erê – SC, Segunda-Feira, 17 de abril de 2017.
ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÃO PL 650/2017**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 43, VI da Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores;

RESOLVE

I - HOMOLOGAR o PROCESSO LICITATÓRIO nº650/2017, na modalidade Pregão de nº 20/2017 tendo como objeto do presente certame a locação de 01 (um) imóvel de caráter residencial, na localidade do CENTRO do município de Campo Erê, com terreno não inferior a 1.000 m², com área edificada não inferior a 300 m² sendo ela não superior ao equivalente a 40% do terreno total, garantindo área de lazer livre suficiente para crianças brincarem, sem riscos, e sem restrições ou obstruções. O imóvel deve conter no mínimo 4 banheiros, e contará com cômodo não inferior a 40m² em que seja possível a instalação de cozinha de alta produção. O imóvel deverá conter ao menos um cômodo, sem divisórias ou restrições, com no mínimo 150m² para que nele seja estabelecido ambiente para recreação. O terreno deverá estar todo cercado, garantindo segurança aos seus respectivos usufrutuários.

II - ADJUDICAR o objeto do certame à (s) licitante (s) identificada (s) no quadro a seguir, onde se especificam inclusive as quantidades e os valores, para execução do objeto acima citado:

Nome da Proponente	Lote	Item	Quantidade	Unitário	Total Item
Michela Daneluz da Silva	1	1	9,00	3.500,0000	31.500,0000

Total dos Proponentes	
Nome da Proponente	Total
Michela Daneluz da Silva	31.500,00

III - DETERMINAR que sejam adotadas as medidas cabíveis para contratação da (s) referida (s) licitante (s).

Campo Erê – SC, Segunda-Feira, 17 de abril de 2017.

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÃO PL 677/2017/FMS**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 43, VI da Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores;

RESOLVE

I - HOMOLOGAR o PROCESSO LICITATÓRIO nº677/2017, na modalidade Pregão de nº 22/2017 tendo como objeto a Aquisição de 1 (Um) Veículo Automotor, conforme descrição constante no Anexo VIII do presente Edital, com a finalidade de realizar atividades do Fundo Municipal de Saúde de Campo Erê/SC.

II - ADJUDICAR o objeto do certame à (s) licitante (s) identificada (s) no quadro a seguir, onde se especificam inclusive as quantidades e os valores, para execução do objeto acima citado:

Nome da Proponente	Lote	Item	Quantidade	Unitário	Total Item
SPERANDIO MOTORS COMERCIO DE VEICULOS LTDA	1	1	1,00	55.000,0000	55.000,0000

Total dos Proponentes	
Nome da Proponente	Total
SPERANDIO MOTORS COMERCIO DE VEICULOS LTDA	55.000,00

III - DETERMINAR que sejam adotadas as medidas cabíveis para contratação da (s) referida (s) licitante (s).

Campo Erê – SC, Segunda-Feira, 17 de abril de 2017.

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

Campos Novos

PREFEITURA

AVISO DE PP Nº28/2017- SISTEMAS.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE COMPRA Nº 49/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº28/2017

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 03 de Maio de 2017 às 09h00min, Pregão Presencial do Tipo Menor Preço Global, tendo como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE APLICATIVOS DE GESTÃO PÚBLICA, COM ACESSO SIMULTÂNEO DE USUÁRIOS. PARA USO NA PREFEITURA MUNICIPAL, FUNDOS E SECRETARIA DA SAÚDE.

O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua Expedicionário João Batista de Almeida, nº 323, no horário das 08h30min às 11h30min e das 13 horas e 30 minutos diariamente.

Campos Novos, 18 de Abril de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

AVISO DE TP03/2017. CONSULTORIA.

AVISO DE LICITAÇÃO.

PROCESSO DE COMPRA Nº 55/2017

TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2017.

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 05 de Maio de 2017 às 15h30min Tomada de Preços do Tipo Menor Preço por Item, tendo como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA EM CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO, COM ÊNFASE NOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO E NO CONTROLE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL.

O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua Expedicionário João Batista de Almeida, nº 323, no horário das 13h30min às 18h30min diariamente.

Campos Novos, 17 de março de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

Canelinha

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 012/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANELINHA

DISPENSA DE LICITAÇÃO 012/FMS/2016

OBJETO: aquisição de materiais odontológicos para atendimento das diretrizes do Programa (BRASIL SORRIDENTE), do município de Canelinha SC.

CONTRATADA: ODONTO VIDA COMÉRCIO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES - ME.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 7.863,00 (Sete mil oitocentos e sessenta e três reais),

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa a licitação, com fundamento no inciso I do artigo 25, da Lei nº. 8.666/93. Canelinha, 10 de abril de 2017.

MOACIR MONTIBELER - Prefeito do Município

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 041/PMC

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA

DISPENSA DE LICITAÇÃO 041/PMC/2016

OBJETO: aquisição de roçadeiras manuais a gasolina para uso na manutenção de vias do Município de Canelinha SC.

CONTRATADA: SERRANA COMERCIAL LTDA.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 3.560,00 (três mil quinhentos e sessenta reais), 17 de abril de 2017. MOACIR MONTIBELER - Prefeito do Município

Canoinhas

PREFEITURA

PUBLICAÇÃO DA ATA DE JULGAMENTO DE DOCUMENTAÇÃO DA TOMADA DE PREÇO Nº PMC 03/2017

ATA DA REUNIÃO RELATIVA AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº PMC 48/2017, MODALIDADE TOMADA DE PREÇO Nº PMC 03/2017, QUE TEM POR OBJETO SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS À PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA BERNARDO OLSEN TRECHO II, COM EXTENSÃO TOTAL DE 270 M, COM O FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA.

Aos 18 (dezoito) dias, do mês de abril do ano de 2017, às 14h15min, no edifício da Prefeitura do Município de Canoinhas, SC, situada na Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, Canoinhas, reuniu-se a Comissão de Licitação, formada pelo Sr. Adilson Fernando Ribeiro, Sra. Karina de Cassia Kohler Wendt e Sr. Diogo Carlos Seidel, nomeados pela Portaria nº 13/2017, sob a Presidência do primeiro, a fim de receber os invólucros de documentação e das propostas relativas ao certame conforme previsto no Edital correspondente. Abertos os trabalhos verificou-se a participação da empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, sem representante presente. Primeiramente foi verificado o protocolo a fim de ser verificado o cumprimento do horário limite. Dando continuidade aos trabalhos foi aberto o envelope contendo a documentação da empresa participante, a qual foi analisada e rubricada pela Comissão de Licitação. Após analisada a documentação, a Comissão declarou INABILITADA a empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, por não apresentar o Registro Cadastral, solicitado no item 6.2.6, e em consulta no sistema interno da Prefeitura constatou-se que o certificado de Registro Cadastral encontra-se vencido desde 08/04/2016. O envelope contendo a proposta da empresa participante foi rubricado pela Comissão e será armazenado pelo prazo de 30 dias, após esse período o mesmo será destruído. A comissão de licitação abre o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação desta, para interposição de possíveis recursos quanto ao julgamento da documentação. E, nada mais havendo a constar, foi lavrada a presente ata, a qual depois de lida e achada conforme, vai assinada pela Comissão de Licitação.

Adilson Fernando Ribeiro
Presidente

Karina de C. Kohler Wendt
Secretário

Diogo Carlos Seidel
Membro

PUBLICAÇÃO DE AVISO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº PMC 04/2017

AVISO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 27/2017
CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º PMC 04/2017

O Presidente da Comissão Permanente de Licitação do Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, comunica que a empresa TANIA MARIA NOVAK MARON EIRELI, CNPJ 23.161.589/0001-05, interpôs recurso administrativo contra a sua inabilitação no referido processo. A íntegra do recurso está disponível no endereço eletrônico: www.pmc.sc.gov.br, no link licitações, na pasta do respectivo processo.

A nova data para abertura de propostas será marcada após o julgamento do recurso e possíveis impugnações.

O recurso poderá ser impugnado pelas participantes no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da publicação deste.

Adilson Fernando Ribeiro
Presidente

Capinzal

PREFEITURA

FMAS CONTRATO 0123/2017 M

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato Nº.: 0123/2017 M		
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL		
Contratada...: RECAUCHUTADORA RODA LTDA		
Valor : 4.740,00 (quatro mil setecentos e quarenta reais)		
Vigência : Início: 18/04/2017 Término: 18/04/2018		
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0042/2017		
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Processo Licitatório....: 0057 / 2017		
Recursos : Dotação:		
Objeto : REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Recapagem de Pneus, destinados à manutenção dos veículos da Secretaria de Infraestrutura; Agricultura e Meio Ambiente; de Educação, Cultura e Esportes; da Saúde e do Fundo De Assistência Social. Com Recursos Federais, Estaduais e Municipais		
Capinzal, 18 de Abril de 2017		
KAMILLE SARTORI BEAL		

FMAS PROCESSO LICITATÓRIO 0002/2017 PREGÃO PRESENCIAL 0002/2017

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0002/2017
Pregão Presencial Nº 0002/2017

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte para usuários atendidos pela política de Assistência Social. Com Recursos Próprios, Estadual e Federal.

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente serem protocolados no Setor de Protocolo até as 09:00 horas, para abertura da Seção às 09:05 horas do dia 03/05/2017.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos - Setor de Licitações, rua Carmello Zócolli, 155 - Centro.

Horário: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

Telefone: (049) 3555-8739, (049) 3555-8716.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

Capinzal, 19 de Abril de 2017.

KAMILLE SARTORI BEAL

Gestora do Fundo de Assistência Social

FMS CONTRATO 0122/2017 M

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRA-TUAL		

Contrato Nº.: 0122/2017 M		
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL		
Contratada...: RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP		
Valor : 10.376,00 (dez mil trezentos e setenta e seis reais)		
Vigência : Início: 18/04/2017 Término: 18/04/2018		
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0042/2017		
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Processo Licitatório....: 0057 / 2017		
Recursos : Dotação:		
Objeto : REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Recapagem de Pneus, destinados à manutenção dos veículos da Secretaria de Infraestrutura; Agricultura e Meio Ambiente; de Educação, Cultura e Esportes; da Saúde e do Fundo De Assistência Social. Com Recursos Federais, Estaduais e Municipais		
Capinzal, 18 de Abril de 2017		

FMS CONTRATO 0123/2017 M

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRA-TUAL		

Contrato Nº.: 0123/2017 M		
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL		
Contratada...: RECAUCHUTADORA RODA LTDA		
Valor : 4.740,00 (quatro mil setecentos e quarenta reais)		
Vigência : Início: 18/04/2017 Término: 18/04/2018		
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0042/2017		
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Processo Licitatório....: 0057 / 2017		
Recursos : Dotação:		
Objeto : REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Recapagem de Pneus, destinados à manutenção dos veículos da Secretaria de Infraestrutura; Agricultura e Meio Ambiente; de Educação, Cultura e Esportes; da Saúde e do Fundo De Assistência Social. Com Recursos Federais, Estaduais e Municipais		
Capinzal, 18 de Abril de 2017		

FMS TERMO ADITIVO 001/2017 C01

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Aditivo Nº : TA 001/2017 C01 - Contrato Nº: 0001/2017
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL
Contratada...: T.O.S. OBRAS E SERVICOS AMBIENTAIS LTDA
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 18/04/2017 Término: 18/07/2017
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2017
Processo Licitatório.....: 0001 / 2017
Recursos : Dotação:
Objeto : O objeto do presente termo aditivo, é a prorrogação da vigência do contrato original findando em 18/07/2017, conforme solicitação, documentos e pareceres técnico e jurídico.
Capinzal, 18 de Abril de 2017

PMC CONTRATO 0113/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL
EXTRATO CONTRA-TUAL

Contrato Nº..: 0113/2017
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL
Contratada...: ANDERSON JOSE PALUDO - ME
Valor : 10.500,00 (dez mil quinhentos reais)
Vigência : Início: 17/04/2017 Término: 17/04/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0045/2017
Processo Licitatório.....: 0060 / 2017
Recursos : Dotação:
Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de materiais para Sinalização de Faixas em Vias Públicas, a serem utilizados em diversos locais do Município. Com Recursos Próprios
Capinzal, 18 de Abril de 2017

PMC CONTRATO 0114/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL
EXTRATO CONTRA-TUAL

Contrato Nº..: 0114/2017
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL
Contratada...: COMERCIAL DGX LTDA - ME
Valor : 480,00 (quatrocentos e oitenta reais)
Vigência : Início: 17/04/2017 Término: 17/04/2018
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0045/2017
Processo Licitatório.....: 0060 / 2017
Recursos : Dotação:
Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de materiais para Sinalização de Faixas em Vias Públicas, a serem utilizados em diversos locais do Município. Com Recursos Próprios
Capinzal, 18 de Abril de 2017

PMC CONTRATO 0115/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL
EXTRATO CONTRA-TUAL

Contrato Nº..: 0115/2017
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL
Contratada...: GP INDUSTRIA E COMERCIO DE PLACAS LTDA - EPP
Valor : 1.920,00 (um mil novecentos e vinte reais)
Vigência : Início: 17/04/2017 Término: 17/04/2018
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0045/2017
Processo Licitatório.....: 0060 / 2017
Recursos : Dotação:
Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de materiais para Sinalização de Faixas em Vias Públicas, a serem utilizados em diversos locais do Município. Com Recursos Próprios
Capinzal, 18 de Abril de 2017

PMC CONTRATO 0116/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL
EXTRATO CONTRA-TUAL

Contrato Nº..: 0116/2017
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL
Contratada...: SINASC SINALIZACAO E CONSTRUCAO DE RODOVIAS LTDA -
Valor : 11.455,00 (onze mil quatrocentos e cinquenta e cinco reais)
Vigência : Início: 17/04/2017 Término: 17/04/2018
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0045/2017
Processo Licitatório.....: 0060 / 2017
Recursos : Dotação:
Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de materiais para Sinalização de Faixas em Vias Públicas, a serem utilizados em diversos locais do Município. Com Recursos Próprios
Capinzal, 18 de Abril de 2017

PMC CONTRATO 0117/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL
EXTRATO CONTRA-TUAL

Contrato Nº..: 0117/2017
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL
Contratada...: VICENTE CELESTINO POLONI - ME
Valor : 8.180,00 (oito mil cento e oitenta reais)
Vigência : Início: 17/04/2017 Término: 17/04/2018
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0045/2017
Processo Licitatório.....: 0060 / 2017
Recursos : Dotação:
Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de materiais para Sinalização de Faixas em Vias Públicas, a serem utilizados em diversos locais do Município. Com Recursos Próprios
Capinzal, 18 de Abril de 2017

PMC CONTRATO 0118/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL
EXTRATO CONTRA-TUAL

Contrato Nº.: 0118/2017
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL
 Contratada....: WILLIAN PABLO LAMPERTI - ME
 Valor : 17.750,00 (dezesete mil setecentos e cinquenta reais)
 Vigência : Início: 17/04/2017 Término: 17/04/2018
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0045/2017
 Processo Licitatório....: 0060 / 2017
 Recursos : Dotação:
 Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de materiais para Sinalização de Faixas em Vias Públicas, a serem utilizados em diversos locais do Município. Com Receosos Próprios
 Capinzal, 18 de Abril de 2017

PMC CONTRATO 0119/2017 M

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL
 EXTRATO CONTRA-TUAL

Contrato Nº.: 0119/2017 M
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL
 Contratada....: BORILLI PNEUS LTDA
 Valor : 72.318,00 (setenta e dois mil trezentos e dezoito reais)
 Vigência : Início: 18/04/2017 Término: 18/04/2018
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0042/2017
 Processo Licitatório....: 0057 / 2017
 Recursos : Dotação:
 Objeto : REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Recapagem de Pneus, destinados à manutenção dos veículos da Secretaria de Infraestrutura; Agricultura e Meio Ambiente; de Educação, Cultura e Esportes; da Saúde e do Fundo De Assistência Social. Com Recursos Federais, Estaduais e Municipais
 Capinzal, 18 de Abril de 2017

PMC CONTRATO 0120/2017 M

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL
 EXTRATO CONTRA-TUAL

Contrato Nº.: 0120/2017 M
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL
 Contratada....: F. VACHILESKI & CIA LTDA
 Valor : 102.824,00 (cento e dois mil oitocentos e vinte e quatro reais)
 Vigência : Início: 18/04/2017 Término: 18/04/2018
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0042/2017
 Processo Licitatório....: 0057 / 2017
 Recursos : Dotação:
 Objeto : REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Recapagem de Pneus, destinados à manutenção dos veículos da Secretaria de Infraestrutura; Agricultura e Meio Ambiente; de Educação, Cultura e Esportes; da Saúde e do Fundo De Assistência Social. Com Recursos Federais, Estaduais e Municipais
 Capinzal, 18 de Abril de 2017

PMC CONTRATO 0121/2017 M

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL
 EXTRATO CONTRA-TUAL

Contrato Nº.: 0121/2017 M
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL
 Contratada....: GRANDO PNEUS LTDA ME
 Valor : 73.788,00 (setenta e três mil setecentos e oitenta e oito reais)
 Vigência : Início: 18/04/2017 Término: 18/04/2018
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0042/2017
 Processo Licitatório....: 0057 / 2017
 Recursos : Dotação:
 Objeto : REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Recapagem de Pneus, destinados à manutenção dos veículos da Secretaria de Infraestrutura; Agricultura e Meio Ambiente; de Educação, Cultura e Esportes; da Saúde e do Fundo De Assistência Social. Com Recursos Federais, Estaduais e Municipais
 Capinzal 18 de Abril de 2017

PMC CONTRATO 0122/2017 M

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL
 EXTRATO CONTRA-TUAL

Contrato Nº.: 0122/2017 M
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL
 Contratada....: RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP
 Valor : 27.760,00 (vinte e sete mil setecentos e sessenta reais)
 Vigência : Início: 18/04/2017 Término: 18/04/2018
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0042/2017
 Processo Licitatório....: 0057 / 2017
 Recursos : Dotação:
 Objeto : REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Recapagem de Pneus, destinados à manutenção dos veículos da Secretaria de Infraestrutura; Agricultura e Meio Ambiente; de Educação, Cultura e Esportes; da Saúde e do Fundo De Assistência Social. Com Recursos Federais, Estaduais e Municipais
 Capinzal, 18 de Abril de 2017

PMC CONTRATO 0123/2017 M

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL
 EXTRATO CONTRA-TUAL

Contrato Nº.: 0123/2017 M
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL
 Contratada....: RECAUCHUTADORA RODA LTDA
 Valor : 112.832,00 (cento e doze mil oitocentos e trinta e dois reais)
 Vigência : Início: 18/04/2017 Término: 18/04/2018
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0042/2017
 Processo Licitatório.....: 0057 / 2017
 Recursos : Dotação:
 Objeto : REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Recapagem de Pneus, destinados à manutenção dos veículos da Secretaria de Infraestrutura; Agricultura e Meio Ambiente; de Educação, Cultura e Esportes; da Saúde e do Fundo De Assistência Social. Com Recursos Federais, Estaduais e Municipais
 Capinzal, 18 de Abril de 2017

PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0068/2017 PREGÃO PRESENCIAL 0052/2017 AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0068/2017
 Pregão Presencial Nº 0052/2017

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de cascalho para manutenção e melhorias dos serviços urbanos e estradas no interior do Município de Capinzal/SC. Com Recursos Próprios

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente serem protocolados no Setor de Protocolo até as 14:00 horas, para abertura da Seção às 14:05 horas do dia 03/05/2017.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item
 INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos - Setor de Licitações, rua Carmello Zócolli, 155 - Centro.
 Horário: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.
 Telefone: (049) 3555-8739, (049) 3555-8716.
 No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

Capinzal, 19 de Abril de 2017.

SANDRO LUIZ TOALDO
 Secretário de Infraestrutura

PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0069/2017 PREGÃO PRESENCIAL 0053/2017 AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0069/2017
 Pregão Presencial Nº 0053/2017

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de materiais de segurança (Equipamentos de Segurança - EPI'S), para utilização em serviço diversos da Secretaria da Saúde. Com Recursos Próprios

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente serem protocolados no Setor de Protocolo até as 16:00 horas, para abertura da Seção às 16:05 horas do dia 03/05/2017.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item
 INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos - Setor de Licitações, rua Carmello Zócolli, 155 - Centro.
 Horário: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.
 Telefone: (049) 3555-8739, (049) 3555-8716.
 No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

Capinzal, 19 de Abril de 2017.

SANDRO LUIZ TOALDO
 Secretário de Infraestrutura

PMC TERMO ADITIVO 001/2017 C02

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Aditivo Nº : TA 001/2017 C02 - Contrato Nº: 0002/2017 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Contratada....: T.O.S. OBRAS E SERVICOS AMBIENTAIS LTDA Valor : 0,00 (zero) Vigência : Início: 18/04/2017 Término: 18/07/2017 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2017 Processo_Licitatório.....: 0002 / 2017 Recursos : Dotação: Objeto : O objeto do presente termo aditivo, é a prorrogação da vigência do contrato original findando em 18/07/2017, conforme solicitação, documentos e pareceres técnico e jurídico.	
Capinzal, 18 de Abril de 2017	

PMC TERMO ADITIVO 002/2017 C217

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Aditivo Nº : TA 002/2017 C217 - Contrato Nº: 0217/2016 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Contratada....: LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME Valor : 0,00 (zero) Vigência : Início: 18/04/2017 Término: 20/07/2017 Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 10/2016 Processo_Licitatório.....: 000105 / 2016 Recursos : Dotação: Objeto : O objeto do presente termo aditivo, é a prorrogação da vigência do contrato original findando em 20/07/2017, conforme solicitação, documentos e pareceres técnico e jurídico	
Capinzal, 18 de Abril de 2017	

CÂMARA MUNICIPAL**PARECER DA CCJ AO PROJETO DE LEI Nº 005/2017**
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

Voto/Parecer - Projeto de Lei nº 005/2017 - Ementa: que autoriza o Município a celebrar convenio com o Estado de Santa Catarina, através da Secretária de Segurança Pública para confecção de cédula de Identidade.

Relator: Vereador Renato Marcelo Markus-PR

1. Relatório: O Projeto de Lei veio a esta Comissão nos termos do artigo 75 e seguintes do Regimento Interno, tendo sido designado este Vereador para atuar na relatoria. O citado Projeto de Lei é de origem do Poder Executivo Municipal, tendo sido protocolado nesta Casa em 20/03/2017, sob o nº 3884 e lido no expediente da Sessão Plenária do dia 21/03/2017, e teve o Parecer favorável pela tramitação pela CCJ.

2. Análise: O Projeto de Lei ora apreciado apresenta-se legal e constitucional, em conformidade com o disposto a Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Lei Complementar Federal nº 95/1998 quanto à técnica redacional. A competência para iniciar o Projeto é do Poder Executivo, pelo qual o Prefeito requer autorização desta Casa Legislativa visando a regularização de construções irregulares e clandestinas.

3. Do Voto do Relator: Pelo exposto, este relator opina favoravelmente pela tramitação do Projeto de Lei nº 005/2017, estando apto o mesmo para a tramitação regimental. Sala das Comissões, em 27 de março de 2017.

Vereador Renato Marcelo Markus
Relator.

4. Do Parecer da Comissão: Os Membros desta CCJ, após análise, acolhem integralmente o voto do Relator, e por unanimidade examina o Parecer favorável ao Projeto de Lei nº 005/2017. Sala das Comissões, em 27 de março de 2017.

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final Vereadores Membros

Renato Marcelo Markus-PR
Presidente e Relator

Alcidir Afonso Coronetti-PMDB

Carlos Adriano Zocoli-PSDB

PARECER DA CCJ AO PROJETO DE LEI Nº 006/2017
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

Voto/Parecer - Projeto de Lei nº 006/2017 - Ementa: altera o art. 2º da Lei nº 3.237/2017, que autoriza o Município a efetuar despesas com a Associação dos Acadêmicos de Capinzal (ACAP).

Relator: Vereador Alcidir Afonso Coronetti

1. Relatório: O Projeto de Lei em tela está em análise nesta Comissão, nos termos do artigo 75 e seguintes do Regimento Interno, tendo sido designado este Vereador para atuar na relatoria. O citado Projeto de Lei é de origem do Poder Executivo Municipal, tendo sido protocolado nesta Casa em 27/03/2017, sob o nº 3900 e lido

no expediente da Sessão Plenária do dia 28/03/2017.

2. Análise: O Projeto de Lei ora apreciado é legal e constitucional, na forma do disposto na Lei Orgânica e Lei Complementar Federal nº 95/1998, esta quanto à técnica redacional. A competência para iniciar o Projeto é do Poder Executivo, o qual pretende alterar o art. 2º da Lei nº 3.237/2017, que autoriza o Município a efetuar despesas com a Associação dos Acadêmicos de Capinzal (ACAP).

3. Do Voto do Relator: Pelo exposto, este relator vota favorável pela tramitação do Projeto de Lei nº 006/2017, estando apto o mesmo para seguimento regimental. Sala das Comissões, em 3 de abril de 2017.

Vereador Alcidir Afonso Coronetti
Relator.

4. Do Parecer da Comissão: Os Membros desta analisam e acolhem na íntegra o voto do Relator, e exaram o Parecer favorável ao Projeto de Lei nº 006/2017, devendo o mesmo ter o seu seguimento regimental. Sala das Comissões, em 3 de abril de 2017.

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final
Vereadores Membros

Renato Marcelo Markus-PR
Presidente

Alcidir Afonso Coronetti-PMDB/Relator

Carlos Adriano Zocoli-PSDB

PARECER DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E OUTROS
AO PROJETO DE LEI Nº 005/2017

COMISSÃO de Agricultura, Serviços Públicos, Obras, Transportes, Desenvolvimento Urbano, Meio Ambiente, Saúde, Assistência Social, Educação, Cultura e Desporto, Comércio e Turismo

Voto/Parecer - Projeto de Lei nº 005/2017 - Ementa: que autoriza o Município a celebrar convênio com o Estado de Santa Catarina, através da Secretária de Segurança Pública para confecção de cédula de Identidade.

Relator: Vereador Renato Marcelo Markus

1. Relatório: O Projeto de Lei veio a esta Comissão nos termos do artigo 75 e seguintes do Regimento Interno para a relatoria deste Vereador. O Projeto de Lei foi encaminhado pelo Prefeito, protocolado nesta Casa em 20/03/2017, sob o nº 3884 e lido no expediente da Sessão Plenária do dia 21/03/2017.

2. Análise: O Projeto de Lei está regular quanto ao seu mérito, portanto, pode tramitar na forma regimental, onde o Poder Executivo requer autorização autoriza o Município a celebrar convênio com o Estado de Santa Catarina, através da Secretária de Segurança Pública para confecção de cédula de Identidade.

3. Do Voto do Relator: Pelo exposto, este relator opina favoravelmente pela tramitação do Projeto de Lei nº 005/2017. Sala das Comissões, em 28 de março de 2017.

Vereador Renato Marcelo Markus
Relator.

4. Do Parecer da Comissão: Os Membros da presente Comissão ao analisarem o PLC, acolhem integralmente o voto do Relator, e exaram o Parecer favorável ao Projeto de Lei nº 005/2017. Sala das Comissões, em 28 de março de 2017.

Comissão de Agricultura, Serviços Públicos (...) Vereadores Membros

Vereador Kelvis Borges-PP
Presidente

Renato Marcelo Markus-PR - Relator

Valmor de Vargas-PPS

PARECER DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO AO PROJETO DE LEI Nº 005/2017

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Voto/Parecer - Projeto de Lei nº 005/2017 - Ementa: que autoriza o Município a celebrar convênio com o Estado de Santa Catarina, através da Secretária de Segurança Pública para confecção de cédula de Identidade.

Relator: Vereador Bruno Michel Fávero

1. Relatório: O Projeto de Lei veio a esta Comissão nos termos do artigo 75 e seguintes do Regimento Interno, tendo sido designado este Vereador para atuar na relatoria. O citado Projeto de Lei é de origem do Poder Executivo Municipal, tendo sido protocolado

nesta Casa em 20/03/2017, sob o nº 3884 e lido no expediente da Sessão Plenária do dia 21/03/2017, e teve o Parecer favorável pela tramitação pela CCJ.

2. Análise: O Projeto de Lei está regular, nada havendo que obste a sua tramitação, sendo competência do Poder Executivo a origem do Projeto, qual requer autorização autoriza o Município a celebrar convênio com o Estado de Santa Catarina, através da Secretária de Segurança Pública para confecção de cédula de Identidade.

3. Do Voto do Relator: Pelo exposto, este relator opina favoravelmente pela tramitação do Projeto de Lei nº 005/2017, estando apto o mesmo para a tramitação regimental. Sala das Comissões, em 28 de março de 2017.

Vereador Bruno Michel Fávero
Relator.

4. Do Parecer da Comissão: Os Membros desta Comissão, após análise, acolhem integralmente o voto do Relator, e por unanimidade exaram o Parecer favorável ao Projeto de Lei nº 005/2017. Sala das Comissões, em 28 de março de 2017.

Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação Vereadores Membros

Lucas Antônio Dorini-PMDB
Presidente

Bruno Michel Fávero-SD - Relator

Rafael Edgar Tonial-PSB

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CAPINZAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº CAO/24/2017

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº CAO/24/2017

CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

CONTRATADO: BETHA SISTEMAS LTDA

CNPJ DO CONTRATADO: 00.456.865/0001-67

OBJETO: LOCAÇÃO MENSAL, MANUTENÇÃO, ATUALIZAÇÕES LEGAIS E CORRETIVAS E SUPORTE TÉCNICO DO SOFTWARE DE RECURSOS HUMANOS.

VALOR MENSAL: R\$ 195,00 (CENTO E NOVENTA E CINCO REAIS) MENSAIS.

DATA DA ASSINATURA: 18/04/2017

VIGÊNCIA: 02/05/2017 A 31/12/2017

Catanduvas

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0047/2017 - PREGÃO Nº 0039/2017 AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0047/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0039/2017

Objeto: Aquisição de material gráfico visando o Desenvolvimento das Secretarias.

Abertura das Propostas: 13h45min, do dia 04 de maio de 2017.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 18 de abril de 2017, no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: www.catanduvas.sc.gov.br e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC, das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-6529.

Catanduvas – SC, 18 de abril de 2017.
Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2.251, DE 31 DE MARÇO DE 2017

DECRETO N.2.251, de 31 de março de 2017.

INSTAURA SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS, Prefeito de Catanduvas (SC), no uso de suas atribuições legais que lhe conferem os incisos II e VIII do artigo 103 da Lei Orgânica, e

CONSIDERANDO, que a nova administração ao assumir em 1º de janeiro de 2017, constatou irregularidade em despesas realizadas no exercício de 2016, algumas não empenhadas e não constante da relação de "restos a pagar", outras empenhadas, liquidadas e pagas;

CONSIDERANDO, que em 28 de novembro de 2016, foi aberta uma licitação, processo n. 92/2016, na modalidade de Tomada de Preço n. 13/2016, com o objetivo de selecionar propostas para a contratação de mão de obra e aquisição de materiais para ampliação da rede de iluminação pública na Rua Ipê e Avenida Coronel Rupp em Catanduvas (SC), mais especificamente ao lado e na frente da ESCOLA ÁGUAS CLARAS, sem que no Parecer Contábil constasse a existência de recursos orçamentários, bem como o nome do servidor responsável pela informação;

CONSIDERANDO, que a proposta vencedora foi da empresa OURO LUZ PRODUTOS E SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA., no valor de R\$ 34.418,78, não empenhada e não constante em "restos a pagar";

CONSIDERANDO, que a obra foi realizada entre o final do exercício de 2016 e início de 2017;

CONSIDERANDO, que a obra visivelmente foi realizada parte na Avenida Coronel Rupp e parte em terrenos pertencente a terceiros,

parte na área non aedificandi (BR282) e parte na faixa de domínio da BR 282, e não na Rua Ipê como consta na licitação;

CONSIDERANDO, que a Assessoria Jurídica emitiu parecer pela

suspensão do pagamento até a realização de competente sindicância investigativa, a fim de apurar a obrigação de o Município liquidar tal débito e a necessidade de instrução preparatória e informativa cujo relatório servirá de base para uma decisão fundamentada da Administração;

CONSIDERANDO, que é dever da administração Pública, apurar fatos que cheguem a seu conhecimento, especialmente aqueles que contenham possíveis indícios de irregularidade e/ou ilegalidade com a finalidade de apurar os fatos e identificar a autoria e possíveis responsabilidades, bem como verificar a existência ou não de prejuízos ao erário;

CONSIDERANDO, ainda, que a Lei 8.429/93 – Lei de Improbidade Administrativa, em seu artigo 10, veda em tese condutas desta natureza,

DECRETA:

Art. 1º Determinar a instauração de Sindicância Investigativa, para apurar possíveis irregularidades na licitação e na realização da obra de iluminação pública resultante do processo licitatório n. 91/2016 (Tomada de Preço 13/2016).

Art. 2º. Fica designada a Comissão Permanente de Inquérito e Processo Administrativo Disciplinar (CPIPAD), devidamente nomeada pelo Decreto nº 2.236/2017 de 21 de fevereiro de 2017, para conduzir os trabalhos.

Art. 3º. Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entender pertinentes.

Art. 4º. A comissão terá um prazo de dez (10) dias a partir da publicação do presente Decreto para o início dos trabalhos, e o prazo de sessenta (60) dias para a sua conclusão, devendo apresentar relatório do apurado.

Art. 5º. Pela participação na Comissão os membros não serão remunerados, mas considerado serviço de relevância para o Município.

Art. 6º. Este Decreto em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Catanduvas (SC), 31 de março de 2017.
DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS
Prefeito

Registrado e Publicado nesta Secretaria em, 31 de março de 2017.

LUCIMARI SPADER
Secretário de Administração e Finanças

Caxambu do Sul

PREFEITURA

CONTRATO Nº 033/2017 PCS

Contratante: MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL.

Contratada: EDGAR ROHRBECK ME.

Contrato nº: 033/2017 PCS.

Objeto: OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA CONSERTAR VEÍCULO BELINA 1.6 PLACAS MBI-6679 PERTENCENTE AO MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL.

Data da Assinatura: 18/04/2017.

Vigência: 17/11/2017.

Valor do Contrato: R\$ 8.002,67 (oito mil e dois reais e sessenta e sete centavos).

PP 017/2017 PCS

MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 017/2017 PCS

Objeto: Registro de preços para possível contratação de empresa objetivando a aquisição de material genético, nitrogênio e materiais de uso veterinário para inseminação artificial em bovinos e sementes de melancia para distribuição aos agricultores do Município de Caxambu do Sul, conforme especificações constantes no anexo "A" deste edital.

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até às 08:30 horas do dia 04/05/2017.

Abertura: dia 04/05/2017, às 09:00 horas.

O Edital e Informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul, localizada na Avenida Presidente Getúlio Vargas, 615, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:30 às 11:30 horas e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo telefone (0**49) 3326-0127.

Caxambu do Sul - SC, em 19 de abril de 2017.

GLAUBER BURTET,

Prefeito Municipal.

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

217.2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIANº 217/2017

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com o Art.47, § 4º da Lei Complementar nº 008 de 23.12.99,

RESOLVE:

Art. 1º Fazer cessar os efeitos da Portaria nº 126/2017 de 22.02.2017, que concede insalubridade ao servidor MARCELO DE SOUZA, ocupante do cargo efetivo de Operador de Equipamentos 40 horas.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 17.04.17.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 18 de abril de 2017.

MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

218.2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 128/2017

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com o art.40, Inciso V e art. 47 da Lei Complementar nº 008 de 23.12.99,

RESOLVE:

Art.1º Conceder adicional de insalubridade em grau médio de 20% (vinte por cento) ao funcionário ADELICIO DA SILVA, ocupante do cargo efetivo de Operador de Equipamentos, na Secretaria Municipal da Saúde, conforme, Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 11.04.2017.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 18 de abril de 2017.

MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

219.2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIANº 219/2017

- CONSIDERANDO que o servidor designado, é lotado na Administração Central, ocupante do cargo de Operador de Equipamentos - 40 horas;

- CONSIDERANDO o que dispõe o art. 9º da Lei Complementar nº. 007/99 e o art.131 da Lei Complementar nº. 008/99.

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, VII e pelo art. 70, II, da Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o local de trabalho do Servidor Público, ROGERIO CAPISTRANO, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Operador de Equipamentos - 40 horas, passando a exercer suas funções junto a Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 18 de abril de 2017.

MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 32/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 322017
PREGÃO PRESENCIAL Nº18/2017

O Município de Chapadão do Lageado torna público aos interessados, que estará reunida no dia 03 de maio de 2017, às 08h30min, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Processo Licitatório que tem por objeto selecionar a proposta mais vantajosa para aquisição de peças e serviços de mão de obra para conserto das máquinas (LOTE 1)-Retroescavadeira New Holland LB90/2010, (LOTE 2)-Retroescavadeira New Holland LB 110/2010, (LOTE 3)-Retroescavadeira JCB 3C/2012, (LOTE 4)-Motoniveladora Caterpillar 120K/2013, (LOTE 5)-Pá Carregadeira Fiat 1500B/1978 e (LOTE 6) Motoniveladora HUBER WARCO 130/M/1979, utilizadas pela Secretaria Municipal da Agricultura e Secretaria Municipal de Obras do Município de Chapadão do Lageado/SC, de acordo com as quantidades e especificações constantes no Anexo II – Termo de Referência. As informações, o edital na íntegra e seus anexos, deverão ser solicitados das 07h30min às 13h30min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: compras@chapadaodolageado.sc.gov.br, endereçado ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes.

Chapadão do Lageado/SC, 19 de abril de 2017.

MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 33/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO N.º 33/2017
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 9/2017

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.
Contratado/Credenciado: IGAM Corporativo Cursos e Assessoria LTDA
Vigência: até 31/12/2017.
Fundamento Legal: artigo 25, II da Lei Federal nº 8.666/93;

Valor: R\$ 5.940,00 (cinco mil novecentos e quarenta reais), que correspondem a R\$ 660,00 (seiscentos e sessenta reais), mensais
Objeto: contratação e Prestação de serviços técnicos especializados de assessoria e consultoria contábil, de gestão e jurídica, através de consultas por escrito, por telefone, internet e pessoalmente, disponibilização de textos técnicos de interesse da administração e remessa de informações técnicas no Município de Chapadão do Lageado.

DATA DA ASSINATURA: 19 de abril de 2017.
MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

ERRATA DA PORTARIA Nº08/2017

ERRATA:

Errata da Portaria nº08/2017 de 05/04/2017.

A publicação feita na Edição nº2227 página nº145 no que se refere a Portaria nº08/2017 passa a ter a seguinte redação:

Onde se lia: A SERVIDORA Lenir Ramos da Cruz Michels ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais de VINTE DIAS, referente ao período aquisitivo de 2015/2016, sendo que serão gozados os vinte dias no período de 18.04.2017 a 07.05.2017.

Passa a ler-se: A SERVIDORA Lenir Ramos da Cruz Michels ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais de TRINTA DIAS COM ABONO PECUNIÁRIO DE DEZ DIAS, referente ao período aquisitivo de 2015/2016, sendo que serão gozados os vinte dias no período de 18.04.2017 a 07.05.2017.

Câmara de Vereadores de Chapadão do Lageado, 18 de abril de 2017.

Alcides Francisco Montibeller
Presidente

Cocal do Sul

PREFEITURA

AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/PMCS/2017 (REGISTRO DE PREÇOS)

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 26/PMCS/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/PMCS/2017 (Registro de Preços)

Objeto: Registro de preços de Material para Pavimentação e Recuperação de Ruas, para uso no Município de Cocal do Sul.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento dos envelopes: Até as 09h00min do dia 04/05/2017.

Abertura: Dia 04/05/2017, às 09h00min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site www.cocaldosul.sc.gov.br, link "Licitações", na pasta do referido processo. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, situada na Av. Dr. Polidoro Santiago, nº 519, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min, pelo telefone (48) 3444-6006 ou pelo e-mail licitacao@cocaldosul.sc.gov.br.

Cocal do Sul, 18 de abril de 2017.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

ERRATA EDITAL 01/17 AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

ERRATA AO EDITAL SIMPLIFICADO N. 01/2017, DE 10 DE ABRIL DE 2017.

SELEÇÃO PARA AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE

Onde se lê:

I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

As atividades de Agente Comunitário de Saúde são destinadas única e exclusivamente para candidatos residentes nas áreas especificadas, respeitando Portaria Ministerial que institui o Programa de Agentes Comunitários de Saúde e a Lei Municipal Nº 2.512, de 14 de dezembro de 2007.

Leia-se:

I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

As atividades de Agente Comunitário de Saúde são destinadas única e exclusivamente para candidatos residentes nas áreas especificadas, respeitando Portaria Ministerial que institui o Programa de Agentes Comunitários de Saúde e a Lei Municipal n. 702, de 10 de março de 2006, com alterações através da Lei Municipal n. 1.220, de 18 de setembro de 2014.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 18 de abril de 2017.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

SINARA MARIA CRIPPA MILANEZ

Secretária de Saúde Pública

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/PMCS/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2017.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.

DETENTORA DA ATA: TRANSPORTES E COMÉRCIO DE PNEUS OENNING LTDA - EPP.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 13/PMCS/2017.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/PMCS/2017.

Objeto: Registro de preços de pneus e Câmeras de Ar, no atendimento a frota do município de Cocal do Sul e Polícia Militar de Cocal do Sul.

Assinatura: 22/03/2017.

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 34.672,00 (trinta e quatro mil e seiscentos e setenta e dois reais).

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: www.cocaldosul.sc.gov.br.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/PMCS/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2017.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.

DETENTORA DA ATA: MEDIC VET LTDA - EPP.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 18/PMCS/2017.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/PMCS/2017.

Objeto: Registro de Preços de sementes, para o programa de desenvolvimento Rural de Cocal do Sul.

Assinatura: 10/04/2017.

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 12.150,00 (doze mil e cento e cinquenta reais).

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: www.cocaldosul.sc.gov.br.

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 08/PMCS/2017

CONTRATO Nº: 79/2014.

ADITIVO Nº: 08/2017.

TIPO DE ADITIVO: NONO T.A. – PRORROGAÇÃO.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.

CONTRATADA: VIGILÂNCIA RADAR LTDA.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 60/PMCS/2014.

PREGÃO PRESENCIAL: 30/PMCS/2014.

Objeto do contrato: Serviços de vigilância eletrônica nos imóveis municipais.

Objeto do Aditivo: O presente termo aditivo tem como objeto a prorrogação da vigência do contrato firmado entre as partes em 26/06/2014.

Assinatura: 23/03/2017.

Vigência: Início: 01/04/2014 Término: 31/05/2017.

Valor: R\$ 4.791,60 (quatro mil setecentos e noventa e um reais e sessenta centavos).

CÂMARA MUNICIPAL**CONTROLE INTERNO 03/2017****CÂMARA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL****CONTROLE INTERNO MÊS MARÇO DE 2017.**

Relatório de Controle Interno da análise circunstanciada dos dados informados no mês em epígrafe, relativo a movimentação orçamentária e financeira, da Câmara Municipal de Cocal do Sul, conforme determina o § 3º art. 2º da Resolução nº TC-11/2004, que alterou o art. 5º da Resolução TC 16/94.

DETALHAMENTO DAS TRANSFERENCIAS RECEBIDAS

<u>Títulos</u>	Orçado	Arrecadada		Percentual
		No Mês	Até o Mês	
Transf.Recebida	1.785.000,00	148.750,00	446.250,00	25,00%

Em nossa análise, foi constatado que o Executivo Municipal enviou ao Legislativo Municipal as transferências financeiras devidas dentro do prazo.

DETALHAMENTO DA DESPESA FIXADA POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

Títulos	Orçado	Realizada		Percentual
		No Mês	Até o Mês	
CÂMARA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL	1.785.000,00	96.610,05 - 293.623,67		16,45 %
CÂMARA DE VEREADORES	1.785.000,00	96.610,05 - 293.623,67		16,45 %
TOTAL DA ENTIDADE	1.785.000,00	96.610,05 - 293.623,67		16,45 %

A despesa Orçamentária liquidada até o mês importou o valor de R\$ 293.623,67 (Duzentos e noventa e três mil, seiscentos e vinte e três reais e sessenta e sete centavos), Correspondendo a 16,45 % do orçamento da Camara Municipal.

E em nossa análise, e por amostragem, não constatamos quaisquer irregularidades sobre as despesas empenhadas até o mês.

TOTAL DA REMUNERAÇÃO DO VEREADOR

MÊS	REMUNERAÇÃO DOS VEREADORES	REMUNERAÇÃO DOS DEPUTADOS ESTADUAIS	%
Janeiro	5.567,26	20.042,35	27,77
Fevereiro	5.567,26	20.042,35	27,77
Março	5.567,26	20.042,35	27,77
Abril			
Maio			
Junho			
Julho			
Agosto			
Setembro			
Outubro			
Novembro			
Dezembro			

A Remuneração dos Vereadores não ultrapassou o limite de 30% referente ao numero de seus habitantes sobre a remuneração dos Deputados Estaduais ficando assim em acordo com o Art. 29, inciso V alínea b da CF/88.

b)= Em Município de 10.001 a 50.000 habitantes, os Subsídios maximo dos Vereadores corresponderá a 30% dos Subsídios dos Deputados Estaduais.

Limite máximo de 6% da Receita Corrente Líquida para gastos com pessoal do Poder Legislativo Municipal – Câmara Municipal – conforme especifica o Art. 20, II, 'a' da Lei Complementar 101/2000.

Componentes	Valor (R\$)	%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA	48.158.565,95	100,00
LIMITE MAXIMO DE 6% DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA	2.889.513,96	6,00
TOTAL DAS DESPESAS COM PESSOAL DO PODER LEGISLATIVO	1.075.975,69	2,23
TOTAL DAS DESPESAS PARA EFEITO DE CALCULO DAS DESPESAS COM PESSOAL DO PODER LEGISLATIVO	1.075.975,69	2,23
VALOR ABAIXO DO LIMITE	1.813.538,27	3,77

O Demonstrativo do **Poder Legislativo Municipal** identifica que foi aplicado 2,25% do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal estando assim em cumprimento com as normas estabelecidas no Art. 20, III 'a' da Lei complementar 101/2000.

a) – 6% para o Legislativo, incluindo o Tribunal de contas do Município, quando houver.

DEMONSTRATIVO DAS SUPLEMENTAÇÕES REALIZADAS

	No Mês	Até o Mês
Pela Reserva de Contingência	0,00	0,00
Pela Reserva Legal	0,00	0,00
Pelo Excesso de Arrecadação	0,00	0,00
Por Anulação de Dotações Orçamentárias	0,00	0,00
Por Outros Casos	0,00	0,00
Outros Casos	0,00	0,00

O Demonstrativo da Dívida Fundada Interna teve no mês, teve a seguinte movimentação

Saldo do Mês Anterior	0,00
Nova Formação da Dívida no Mês	0,00
Amortização Verificada no Mês	0,00
Saldo Para o Mês Seguinte	0,00
Total Geral	0,00

O Balanço Financeiro Apresenta a seguinte movimentação até o mês

RECEITA ORÇAMENTARIA (I)	0,00	DESPESA ORÇAMENTARIA (VII)	1.171.718,96
Ordinaria	0,00	Ordinaria	1.171.718,96
Vinculada	0,00		
TRANSFERENCIA FINANCEIRA RECEBIDA (II)	446.250,00	TRANSF. FINANC.CONCEDIDA (VIII)	0,00
Transferencias Financeiras Recebidas	446.250,00	Transf.Financeiras Concedidas	0,00
RECEBIMENTOS EXTRAORDINARIOS (IV)	919.061,46	PAGAMENTO EXTRAORDINARIO (X)	0,00
Inscrição de Restos a Pagar não Processados	878.095,29	Demais Obrigações a Curto Prazo	30.503,52
Inscrição de Restos a Pagar Processados	2.838,52		
Demais Obrigações a Curto Prazo	38.127,65		
		SALDO ESPECIE EXERC.SEGUINTE(XI)	163.088,98
		Aplicação financeira Mercado Aberto	163.088,98
		Banco C/ Corrente	0,00
TOTAL (VI) = (I+II+III+IV+V)	1.365.311,46	TOTAL (XII) = (VII=+VIII+IX+XI)	1.365.311,46

O Balanço Patrimonial ate o mês teve a seguinte movimentação

ATIVO	EXERCICIO ATUAL	PASSIVO	EXERCICIO ATUAL
ATIVO CIRCULANTE	164.339,64	PASSIVO CIRCULANTE	60.158,76
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	163.088,98	Obrig.Trab.Prev.e Essist a Pagar	50.903,56
.Demais Credito e Valores a Curto Prazo	0,00	Fornecedores e Contas a Pagar CP	1.631,07
Variação Patrim. Dimin.Pagas Antecipad	1.250,66	Demais Obrigações a curto prazo	7.624,13
ATIVO NÃO CIRCULANTE	136.492,25	TOTAL DO PASSIVO	60.158,76
Imobilizado	136.492,25		
		PATRIMONIO LIQUIDO	Exerc.Atual
		Patrimonio Social e Capital Social	127.809,37
		Resultados Acumulados	112.863,76
		* Resultado do Exercício	137.791,01
		Resultado de exerc.anteriores	-24.927,25
		TOTAL PATRIMONIO LIQUIDO	240.673,13
TOTAL	300.831,89	TOTAL	300.831,89
ATIVO FINANCEIRO	EXERCICIO ATUAL	PASSIVO FINANCEIRO	EXERCICIO ATUAL
Ativo	163.088,98	PASSIVO PATRIMONIO LIQUIDO	10.462,65
Ativo Circulante	163.088,98	Passivo Circulante	10.462,65
Caixa e Equivalentes de Caixa	163.088,98	Obrig.Trab.Prev.Assist. AP CP	1.207,45
		Fornec.e Contas a Pagar a CP	1.631,07
		Demais Obrig. a Curto Prazo	7.624,13
TOTAL DO ATIVO FINANCEIRO	163.088,98	Creditos Empenhado a Liquidar	878.095,29
		TOTAL PASSIVO FINANCEIRO	888.557,94
ATIVO PERMANENTE	EXERCICIO ATUAL	PASSIVO PERMANENTE	EXERCICIO ATUAL
Ativo	137.742,91	Passivo e Patrimonio Liquido	49.696,11
Ativo Circulante	1.250,66	Passivo Circulante	49.696,11
Demais créditos e valores a curto prazo	0,00	Obrig.Trab.Prev.Assit. pagar CP	49.696,11
Var.Patr.Dimin.Pagas Antecipadamente	1.250,66		
ATIVO NÃO CIRCULANTE	136.492,25		
IMOBILIZADO	136.492,25	TOTAL PASSIVO PERMANENTE	49.696,11
TOTAL DO ATIVO PERMANENTE	137.742,91		
SALDO PATRIMONIAL			-637.422,16
COMPENSAÇÕES			
SALDOS DOS ATOS POTENCIAS ATIVOS	EXERCICIO ATUAL	SALDOS ATOS POT. PASSIVOS	EXERCICIO ATUAL
		Execução de Obrig.Contratuais	0,00
TOTAL	0,00	TOTAL	0,00
DEMONSTRATIVO DO SUPERAVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL			
DESTINAÇÃO DE RECURSOS		SUPERAVIT/DÍFICIT FINANCEIRO	
Ordinario			-725.468,96
TOTAL			-725.468,96

DEMONSTRATIVO DAS DIARIAS CONCEDIDAS

EMPENHO/DATA	SERVIDORES / AGENTES POLITICOS	ROTEIRO DA VIAGEM	PRESTAÇÃO DE CONTAS
28 – 15/02/2017	ERIK PEREIRA ZEFERINO VEREADOR	NA CONCESSÃO DE 01 DIARIA A FPOLIS PERIODO DE 22/02/2017 A 22/02/2017 PARA PARTICIPAR DE UMA AUDIENCIA COM O DEPUTADO ESTADUAL CESAR VALDUGA PARA TRATAR ASSUNTOS SOBRE AQUISIÇÃO DE UMA AMBULANCIA, CONSTRUÇÃO DE UM COMPLEXO ESPORTIVO E SOBRE MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS.	OK 01/03/2017
34 – 02/03/2017	LUIZ HENRIQUE DE BITTENCOURT VEREADOR PRESIDENTE	NA CONCESSÃO DE 01 DIARIA A FPOLIS PERIODO DE 02/03/2017 A 02/03/2017 NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA EM AUDIENCIA COM OS DEPUTADOS JOÃO AMIM E JOSÉ MILTOM SCHERFER TRATANDO ASSUNTOS SOBRE LIBERAÇÃO DE EMENDAS PARLAMENTARES PARA VIABILIZAR PROJETOS SOCIAIS NO MUNICIPIO.	OK 09/03/2017
37 – 13/03/2017	LUIZ HENRIQUE DE BITTENCOURT VEREADOR PRESIDENTE	NA CONCESSÃO DE 01 DIARIA A FPOLIS PERIODO DE 13/03/2017 A 13/03/2017 ACOMPANHADO DO VEREADOR MOISES DOS SANTOS E DA VEREDORA GIOVANA GALATO SANTA ROSA PARA UMA AUDIENCIA COM O SECRETARIO DE ESTADO DA ASSISTENCIA SOCIAL TRABALHO E HABITAÇÃO PARA TRATAR ASSUNTOS RELACIONADO A ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO NO MUNICIPIO.	OK 15/03/2017
38 – 13/03/2017	MOISES DOS SANTOS VEREADOR	NA CONCESSÃO DE 01 DIARIA A FPOLIS PERIODO DE 13/03/2017 A 13/03/2017 ACOMPANHADO DO VEREADOR LUIZ HENRIQUE BITEENCOURT E DA VEREDORA GIOVANA GALATO SANTA ROSA PARA UMA AUDIENCIA COM O SECRETARIO DE ESTADO DA ASSISTENCIA SOCIAL TRABALHO E HABITAÇÃO PARA TRATAR ASSUNTOS RELACIONADO A ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO NO MUNICIPIO.	OK 15/03/2017
39 – 13/03/2017	GIOVANA GALATO SANTA ROSA	NA CONCESSÃO DE 01 DIARIA A FPOLIS PERIODO DE 13/03/2017 A 13/03/2017 ACOMPANHADO DO VEREADOR LUIZ HENRIQUE DE BITTENCOURT MOISES DOS SANTOS PARA UMA AUDIENCIA COM O SECRETARIO DE ESTADO DA ASSISTENCIA SOCIAL TRABALHO E HABITAÇÃO PARA TRATAR ASSUNTOS RELACIONADO A ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO NO MUNICIPIO.	OK 15/03/2017
42 – 16/03/2017	MARCEL FREITAS	NA CONCESSÃO DE 01 DIARIA A FPOLIS PERIODO DE 15/03/2017 A 16/03/2017 PARTICIPAR DE UMA AUDIENCIA COM O DEPUTADO ESTADU AL DOIA PARA TRATAR ASSUNTOS RELACIONADOS A SINALIZAÇÃO DE T RANSITO E COM O SEC.DE SAUDE VICENTE CAROPRESO PARA TRATAR A SUNTOS SOBRE VEICULOS PARA AREA DA SAUDE DO MUNICIPIO DE COCAL DO SUL,	Ok 20/03/2017
48 – 30/03/2017	ADRIANO POSSAMAI DELLA	NA CONCESSÃO DE 01 DIARIA A FPOLIS PERIODO DE 30/03/2017 A 30/03/2017 PARA AUDIENCIA COM SEC.EDUCAÇÃO EDUARDO DESCHAMPS E COM O DEPUTADO DOIA GUGLIELME PARA	OK

		SOLICITAR 02 PARQUES INFANTIL E 8 APARELHOS CONDICIONADOR DE AR PARA ESCOLAS ESTADUAIS FCA BURIGO E PROF. PADRE SCHULER DESTE MUNICIPIO.	31/03/2017
--	--	--	------------

O Total da despesa com a remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de 5% da receita do Município

TOTAL DA REMUNERAÇÃO COM VEREADORES

RECEITA TOTAL DO MUNICIPIO	REMUNERAÇÃO TOTAL DOS VEREADORES	%
12.237.609,81	153.167,55	1,25

O Montante gasto com a remuneração dos Vereadores até o mês foi de R\$ 153.167,55 (Cento e cinquenta e três mil, cento e sessenta e sete reais e cinquenta e cinco centavos) representando assim 1,25% da receita do Município desta forma fica estabelecido o Art. 29, VII da CF/88.

DEMONSTRATIVO DOS CONTRATOS VIGENTES

CONTRATO / DATA	CONTRATADA	OBJETO DO CONTRATO	VALOR
005 = 06/08/2013	BETHA SISTEMAS LTDA	NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM LOCAÇÃO SISTEMAS FLY TRANSPARENCIA EXERCICIO FINANCEIRO DE 2016	1.232,49
001 = 02/01/2014	BETHA SISTEMAS LTDA	NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM LOCAÇÃO SOFTWARES DE CONTABILIDADE DE PUBLICA, FOLHA DE PAGAMENTO E PATRIMONIO PUBLICA EXERCICIO FINANCEIRO DE 2016	5.284,16
001 = 02/01/2017	BETHA SISTEMAS LTDA	NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM LOCAÇÃO SISTEMA DE LICITAÇÃO E COMPRAS	2.450,00
002 = 02/01/2017	SEBOLD DESENVOLVIMENTO WEB DESIGN LTDA	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM MANUTENÇÃO E ALIMENTAÇÃO DE DADOS SITIO CAMARA MUNICIPAL	5.835,36
003 – 02/01/2017	INFOWAY COM.DE INFORMATICA E TELECOM LTDA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR MEIO DE PROVEDOR DE ACESSO A REDES DE COMUNICAÇÃO E SERVIÇOS DE MULTIMIDIA COM ACESSO A INTERNET COM 10 MB SERVIÇOS DE DADOS LIVRES DE LINHA TELEFONICA PROVEDOR MODEM E 6 MB DE UPLOAD	1.318,80

004 = 02/01/2017	VIGILANCIA RADAR LTDA	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE MONITORAMENTO REMOTO DE ALARME PERIODO DE 24 HORAS DE SEGUNDA A DOMINGO PREDIO SEDE CAMARA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL	1.555,68
005 = 04/01/2017	VIGILANCIA RADAR LTDA	PELA DESPESA EMPENHADA NA LOCAÇÃO 01 PLACA DE ALARME 718 ULTRA,01 TECLADO ACIONAMENTO PS 624,01 CAIXA METALICA,01 TRANSFORMADOR 16V 2,0 AH,06 SENSORES INFRA VERMELHO 476, 01 FILTRO DE LINHA ADSL, 01 BATERIA 12V E 02 SIRENES 110 DB PARA USO SISTEMAS DE MONITORAMENTO DE ALARMES PREDIO SEDE CAMARA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL	311,28

Demonstrativo da despesa realizada com folha de pagamento

Transferência Financeira Orçada	Liquidado com Folha de Pagamento	%
1.785.000,00	262.785,46	14,72

O total da despesa com folha de pagamento do Poder Legislativo Municipal, incluindo os subsídios dos Vereadores e excluindo os gastos com inativos não ultrapassará os 70% de sua receita com folha de pagamento, incluindo os gastos com subsídios de seus Vereadores conforme Art. 29-A § 1º. Da C.F

Conforme Resolução 229 de 30/12/2016, fica EXONERADO servidor de carreira Sr. Luiz Carlos Gonçalves ficando assim impedido de responder temporariamente pelo Controle Interno da Câmara Municipal de Cocal do Sul.

LUIZ HENRIQUE DE BITTENCOURT
PRESIDENTE

Concórdia

PREFEITURA

AVISO DE REVOGAÇÃO DO PROCESSO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2016-FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA – SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 82/2016 - FMS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2016 - FMS

Objeto: aquisição de diversos equipamentos médicos e hospitalares a serem instalados na Unidade de Pronto Atendimento – UPA 24h, instalada na Rua Alexandre Lorenzet, bairro Parque de Exposições.

EXTRATO DO TERMO DE REVOGAÇÃO

Em conformidade com artigo 49, da Lei nº 8.666/93, do citado diploma legal, torna-se público que o processo em referência foi REVOGADO.

Sendo assim, abre-se o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar de sua publicação, para o direito ao contraditório e a ampla defesa, conforme previsto no § 3º, do art. 49, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Concórdia, SC, 18 de abril de 2017.
SIDINEI DE CASTRO SCHMIDT
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

AVISO DE REVOGAÇÃO DO PROCESSO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2016-FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA – SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 90/2016 - FMS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2016 - FMS

Objeto: aquisição dos equipamentos de Raio-X Digital e Impressora DRY, para atender e equipar a Unidade de Pronto Atendimento - UPA, com recursos obtidos através da Emenda Parlamentar nº 28550012, proposta 10455.8230001/115-01 ao Ministério da Saúde.

EXTRATO DO TERMO DE REVOGAÇÃO

Em conformidade com artigo 49, da Lei nº 8.666/93, do citado diploma legal, torna-se público que o processo em referência foi REVOGADO.

Concórdia, SC, 18 de abril de 2017.
SIDINEI DE CASTRO SCHMIDT
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE CONTRATO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2017 – PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2017 – PMC
AQUISIÇÃO DE BENS

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE CONTRATO

O MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA vem por meio desta, convocar o

representante legal da empresa XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 14.707.364/0001-10, com sede na Rodovia Fernão Dias, BR 381, KM 854, S/N no Distrito Industrial do Município de Pouso Alegre – MG, CEP 3750-000, para comparecer junto a Diretoria de Compras, situada à Rua Leonel Mosele, 62, 1º andar, Centro, Concórdia –SC, para assinatura do Contrato originado através da licitação em referência.

O não comparecimento dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar desta publicação, conforme previsto no Item 16.1 do edital acarretará na aplicação das penas prevista no item 18 do Edital.

Concórdia, SC, 18 de abril de 2017.

JOÃO VALMOR REITEL
Secretário Municipal de Transportes

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 4/2017 - PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA – SC

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 4/2017

Objeto: A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, estabelecida neste Município de Concórdia, SC, rua Leonel Mosele, nº 62, Centro – Concórdia – CEP: 89700-900, através do Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, Senhor Carlos Ernani Bomm, comunica que estão abertas, a partir de 19 de abril de 2017, as inscrições para Credenciamento de interessados em participar da FEIRA DA RUA COBERTA – 2017, cuja primeira edição será realizada no Município de Concórdia no dia 06 de maio de 2017, na Rua Coberta, Rua Leonel Mosele, 62, Centro, Concórdia, SC - das 09h00 às 17h00.

Credenciamento: a partir de 19/04/2017 até 29/04/2017
Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Credenciamentos Públicos". Quaisquer outros esclarecimentos necessários, poderão ser obtidos junto à Diretoria de Compras e Secretaria Municipal de Urbanismo e obras, no horário das: 8h:00min às 11h:30min e das 13h:30min às 16h:00min, de Segunda a Sexta-feira ou através do telefone nº (0**49) 3441 2167 Diretoria de Compras ou e-mail camila@concordia.sc.gov.br.

Concórdia, SC, 18 de abril de 2017.

CARLOS ERNANI BOMM
Secretário Municipal de
Desenvolvimento Econômico e Turismo

EXTRATO 5º TA CONTRATO Nº 223/2016 - PMC

Contrato Nº : 223/2016

Aditivo Nº : 5TA Ctr 223/2016/2017

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : SANTASUL - PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA EPP

Licitação : Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia 3/2016

Objeto : Contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, para execução de obra em regime de empreitada por preços máximos unitários (material e mão de obra), de pavimentação asfáltica e drenagem pluvial de diversas ruas localizadas neste Município, com recursos oriundos de financiamento com a

Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina SC - BADESC,
neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo, Projeto e
Relação de Lotes, constantes no Anexo "D" e "E" do Edital.

Execução : Início: 04/04/2017 Término: 19/04/2017

Vigência : Início: 19/07/2017 Término: 03/08/2017

Assinatura : 11/04/2017

EXTRATO 6º TA CONTRATO Nº 321/2013 - PMC

Contrato Nº : 321/2013

Aditivo Nº : 6TA Ctr 321/2013/2017

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : H2O AMBIENTAL LTDA EPP

Licitação : Pregão Presencial 16/2013

Objeto : Contratação de empresa na área de assessoria ambiental
e/ou engenharia, para prestação de serviços técnicos especializa-
dos para a obtenção das Licenças Ambientais (LAP, LAI e LAO)
referente ao projeto de pavimentação asfáltica e drenagem pluvial
da Rua 29 de Julho, acesso ao Distrito de Presidente Kennedy,
localizado no Município de Concórdia.

Vigência : Início: 15/04/2017 Término: 12/10/2017

Assinatura : 11/04/2017

Cordilheira Alta

PREFEITURA

DECRETO N. 342/2017

DECRETO Nº342/2017, DE 18 DE ABRIL DE 2017

“CONCEDE LICENÇA A SERVIDOR MUNICIPAL, PARA ACOMPANHAR TRATAMENTO DE SAÚDE DE MEMBRO DA FAMÍLIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal, em especial o Art. 70 e 71 da Lei Complementar Nº 018/2001,

DECRETA

Art. 1º Conceder 01 (um) dia de licença para acompanhar tratamento de saúde de membro da família à Servidora Municipal, Sra. CLEDIA SALETE BARBIERI – 40h semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o atestado médico anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 18 de abril de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

EXTRATO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO - PROCESSO 68/2017 - PREGÃO PRESENCIAL 19/2017 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS DE GINECOLOGISTA PARA ATUAR NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO

EXTRATO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

O Município de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, torna público o resultado da licitação conforme a baixo especifica:

MODALIDADE: Pregão Presencial nº 19/2017

JULGAMENTO: Menor preço por item

PROCESSO: 68/2017

SOLICITANTE: Secretaria de Saúde.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS DE GINECOLOGISTA OBSTETRA PARA ATUAR NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA.

VALOR TOTAL DO PROCESSO: R\$ 73.788,00 (setenta e três mil e setecentos e oitenta e oito reais).

ADJUDICAÇÃO: Decaído o direito de recorrer e considerada aceitável a melhor proposta, a Comissão de Licitações declara vencedora a empresa: THAIS ELISA LUNARDI EIRELI ME, no valor total de R\$73.788,00, adjudicado em favor da empresa mencionada, o objeto da licitação em epígrafe. Após publicado este resultado no órgão oficial de publicação do Município, os autos serão encaminhados para o Ordenador de Despesas para análise e homologação se assim o decidir;

Cordilheira Alta, SC, em 18 de abril de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito

Coronel Freitas

PREFEITURA

ADENDO Nº 01 AO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 13

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 23/2017
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2017
EDITAL DE RETIFICAÇÃO Nº 01/2017

Objeto: Pregão Presencial para a possível, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE TRANSPORTE ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO D.

ADENDO Nº 01 AO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2017 MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS - SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Santa Catarina, 1022, Centro, Coronel Freitas - SC, através de seu Prefeito Municipal IZEU JONAS TOZETTO, TORNA PÚBLICO, que promoveu alterações no edital do Processo Licitatório nº. 23/2017, Edital de Pregão Presencial nº 13/2017, passando o edital a vigorar com a seguinte redação:

1 - DA REVOGAÇÃO DO ITEM 6, DO ANEXO D DO EDITAL.

Fica revogado o item número 6, do ANEXO D do Edital, referente ao Processo Licitatório nº. 23/2017.

2 – DA RETIFICAÇÃO DO ITEM – CLÁUSULA 10.4 DO EDITAL.

Fica retificado o item 10.4, onde consta:

“10.4. A CONTRATADA é responsável pelo seguro de seu pessoal e dos alunos com cobertura mínima de R\$ 45.000,00 (vinte e oito mil reais) para morte e R\$ 45.000,00 (vinte e oito mil reais) para invalidez e R\$ 12.000,00 (sete mil reais) para despesas médicas, e do veículo que utilizar na execução dos serviços previstos.”

Passa a constar a seguinte redação:

“10.4. A CONTRATADA é responsável pelo seguro de seu pessoal e dos alunos com cobertura mínima de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) para morte e R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) para invalidez e R\$ 12.000,00 (doze mil reais) para despesas médicas, e do veículo que utilizar na execução dos serviços previstos.”

3 – DAS DEMAIS CLÁUSULAS DO EDITAL

Permanecem em vigor e, sem alteração as demais cláusulas do Edital de Pregão Presencial nº 13/2017.

Coronel Freitas-SC, 18 de ABRIL de 2017.
IZEU JONAS TOZETTO.
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 7768/2017

DECRETO Nº. 7.768, 13 DE Março DE 2017.
DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 3/2017, DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº 2/2017, DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Izeu Jonas Tozetto, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Nº 8.666/93;

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no Processo Administrativo nº. 3/2017 – Dispensa de Licitação Para Compras e Serviços Nº. 2/2017, do Fundo Municipal de Saúde, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida: a VITAL LIFE SERVIÇOS MEDICOS LTDA - ME, com o item Nº: 1 no valor de R\$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 13 de Março de 2017.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon

Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO Nº 7769/2017

DECRETO Nº. 7.769, 14 DE Março DE 2017.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 12/2017, DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº 6/2017, DO MUNICÍPIO PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Izeu Jonas Tozetto, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Nº 8.666/93;

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no Processo Administrativo nº. 12/2017 – Dispensa de Licitação Para Compras e Serviços Nº. 6/2017, do Município, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida: a EPAGRI -EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA S/A, com o item Nº: 1 no valor de R\$ 29.000,00 (vinte e nove mil reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 14 de Março de 2017.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Priscila Stanga

Diretora de Administração e Finanças.

DECRETO Nº 7770/2017

DECRETO Nº. 7.770, 14 de Março de 2017.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA MOVIMENTAR VERBA POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO, NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Izeu Jonas Tozetto, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Municipal N. 2.163/2016.

DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a movimentar verba por anulação de dotação no orçamento vigente do Município, o valor de R\$ 161,80 (cento e sessenta e um reais e oitenta centavos), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 03.03 – Secretaria De Administração E Finanças.

Unidade: 03.02 – Departamento De Administração E Finanças

Função: 04 – Administração.

Sub - função: 122 – Administração Geral.

Programa: 0003 – Administração Geral.

Ação: 2.088 – Transferência a Consórcios Públicos, Subvenções, Contribuições e Auxílios.

De: Elemento 3.3.50.0000000000.01.0000 – Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos

R\$ 161,80

Para: Elemento 3.1.71.0000000000.01.0000 – Transferência a Consórcios Públicos R\$ 161,80

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 14 de Março de 2017.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria em data supra e publicado no átrio do Centro Administrativo.

Priscila Stanga

Diretora de Administração e Finanças

DECRETO Nº 7771/2017

DECRETO Nº. 7.771, 14 de Março de 2017.

REGULAMENTA O REGIME JURÍDICO DAS PARCERIAS VOLUNTÁRIAS, ENVOLVENDO OU NÃO TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS, ENTRE O MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS – SC E AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL, EM REGIME DE MÚTUA COOPERAÇÃO, PARA A CONSECUÇÃO DAS FINALIDADES DE INTERESSE PÚBLICO.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Izeu Jonas Tozetto, no uso de suas atribuições, conferidas pelo inciso IV, da Lei Orgânica do Município, com fundamento na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e suas alterações,

DECRETA:

Art. 1º As parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferência de recursos financeiros, entre o Município de Coronel Freitas - SC e as Organizações da Sociedade Civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução das finalidades de interesse público, serão regidas pela Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, regulamentadas na forma deste Decreto.

CAPÍTULO I**DAS COMPETÊNCIAS**

Art. 2º Compete ao Chefe do Poder Executivo:

I – designar a comissão de seleção, a comissão de monitoramento e avaliação, conselho de política pública e o gestor da parceria;

II – autorizar a abertura, homologar o resultado e anular ou revogar editais de chamamento público;

III – celebrar termos de colaboração e de fomento;

IV – autorizar alterações do termo de colaboração e de fomento;

V – rescindir termo de colaboração e de fomento;

VI – decidir sobre a instauração de chamamento público decorrente de Procedimento de Manifestação de Interesse Social.

§ 1º Quando o objeto da parceria se inserir no campo funcional de mais de uma Unidade Administrativa, a celebração será efetivada conjuntamente pelos titulares dos órgãos ou entidades envolvidas, e o termo de colaboração ou fomento deverá especificar as atribuições de cada partícipe.

§ 2º A competência prevista neste artigo poderá ser delegada, vedada a subdelegação.

CAPÍTULO II**TRANSPARÊNCIA E CONTROLE**

Art. 3º No início do ano civil, o Município fará publicar, no seu portal na internet, em seção específica, os valores aprovados na Lei Orçamentária Anual vigente para execução de programas e ações do plano plurianual, que poderão ser executados por meio de parcerias previstas neste Decreto.

Art. 4º Enquanto o Cadastro Único das Entidades, ou outro portal que o substitua, não contemplar a publicação de todas as informações exigidas pela Lei Federal nº 13.019/2014, o Município deverá manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas a partir da vigência da lei, por prazo não inferior a 5 (cinco) anos, contados da apreciação da prestação de contas final da parceria.

Parágrafo único. Da relação de que trata o caput deverão constar também as seguintes informações:

I – nome, em ordem alfabética, e CNPJ da Entidade;

II – objeto da parceria;

III – valor total previsto na parceria e valores efetivamente liberados;

IV – nome completo dos dirigentes da entidade da sociedade civil parceira;

V – data de início e término da parceria, incluindo eventuais prorrogações;

VI – situação da prestação de contas final da parceria, informando a data limite e a data em que foi apresentado o prazo para sua análise e o resultado conclusivo.

VII – link ou anexo com a íntegra do termo de fomento ou colaboração, respectivo plano de trabalho e eventuais termos aditivos.

Art. 5º A organização da sociedade civil deverá divulgar, em seu sítio na internet, caso mantenha, e em locais visíveis de suas sedes

sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, todas as parcerias celebradas com o Poder Público.

Parágrafo único. A divulgação deverá contemplar todas as informações exigidas no parágrafo único do art. 4º deste Decreto.

Art. 6º As exigências de transparência e publicidade em todas as etapas que envolvem o termo de fomento ou de colaboração, serão mitigadas, naquilo em que for necessário e observada a legislação vigente, quando se tratar de parceria para o desenvolvimento de programa de proteção a pessoas ameaçadas.

Art. 7º A apresentação de denúncia sobre a aplicação irregular dos recursos transferidos deverá ser feita na Ouvidoria Geral do Município, disponível sítio oficial do Município na internet ou no Portal do Cidadão ou ainda, de forma presencial nas dependências da Prefeitura Municipal de Coronel Freitas - SC.

CAPÍTULO III

DA CELEBRAÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO OU DE FOMENTO

Seção I

Dos Termos de Colaboração e de Fomento

Art. 8º O Termo de Colaboração é o instrumento pelo qual são formalizadas as parcerias voluntárias estabelecidas pela Administração Pública com organizações da sociedade civil, para, em regime de mútua cooperação, com transferência de recursos financeiros, execução de políticas públicas de natureza continuada ou não pelas organizações da sociedade civil, por meio de metas e ações mínimas propostas pela Administração Pública em plano de trabalho, observando-se os programas ou o plano setorial da área correspondente, quando houver.

§ 1º Para celebração do Termo de Colaboração, a Administração Pública publicará edital de chamamento público, que deverá ser acompanhado de minuta de plano de trabalho que contenha no mínimo:

I – diagnóstico da realidade que será objeto das atividades da parceria, devendo ser demonstrado a relação entre essa realidade e as atividades ou metas a serem atingidas;

II – descrição de metas quantitativas e mensuráveis a serem atingidas e das atividades a serem executadas, devendo estar claro, preciso e detalhado o que se pretende realizar ou obter;

III – prazo máximo para a execução das atividades e o cumprimento das metas;

IV – definição dos indicadores, qualitativos e quantitativos, a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas, além do que será proposto complementarmente pela organização no ato de apresentação do projeto;

V – prazos de análise da prestação de contas pela Administração Pública responsável pela parceria.

§ 2º Com base no edital e na minuta de plano de trabalho publicada pela Administração Pública, a organização da sociedade civil interessada deverá apresentar sua proposta de plano de trabalho contendo as informações exigidas no art. 22 da Lei nº 13.019/2014, inclusive com a forma de execução e quais serão os meios para alcance das metas e objetivos constantes no edital, os valores necessários para realização das atividades, e os indicadores, qualitativos e quantitativos, a serem utilizados para a aferição dos resultados, considerando-se os padrões mínimos definidos pelo órgão ou entidade pública responsável.

Art. 9º O Termo de Fomento é o instrumento pelo qual são formalizadas as parcerias estabelecidas entre a Administração Pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, com transferência de recursos financeiros, com o objetivo de fomentar inovações por meio de projetos de interesse público a serem desenvolvidos por organizações da sociedade civil, com metas e ações propostas pela organização em plano de trabalho, observando-se os programas ou o plano setorial da área correspondente, quando houver.

Art. 10. Para a celebração do Termo de Fomento, a Administração Pública publicará edital especificando os temas prioritários e a ação orçamentária, cujas metas e atividades deverão ser propostas pela organização da sociedade civil, a qual deverá especificar, no plano de trabalho, o detalhamento exigido nos termos do art. 22, da Lei nº 13.019/2014.

Seção II

Do Procedimento de Manifestação de Interesse Social

Art. 11. Fica instituído o Procedimento de Manifestação de Interesse Social – PMIS como instrumento por meio do qual as organizações da sociedade civil, movimentos sociais e cidadãos poderão apresentar propostas à Municipalidade e entes da Administração Indireta para que estes avaliem a possibilidade de realização de um chamamento público objetivando a celebração de parceria.

Art. 12. A Municipalidade só receberá e autuará propostas de parceria que atendam aos seguintes requisitos:

I – identificação do subscritor da proposta, por meio de cópia do documento de identidade, se pessoa física, ou documentação que comprove a representação, no caso de pessoa jurídica;

II – indicação do interesse público envolvido;

III – diagnóstico da realidade que se quer modificar, aprimorar ou desenvolver e, quando possível, indicação da viabilidade, dos custos, dos benefícios e dos prazos de execução da ação pretendida.

Art. 13. O Município e entes da Administração Indireta deverão publicar, até a data limite de 31 de julho de cada exercício:

I – lista contendo as manifestações de interesse social recebidas, com descrição da proposta, identificação do subscritor, data de recebimento;

II – resultado da análise da viabilidade de execução da proposta com data de envio ao subscritor.

Art. 14. A realização do PMIS não implicará necessariamente na execução do chamamento público, que acontecerá de acordo com os interesses da administração.

§ 1º A realização do PMIS não dispensa a convocação por meio de chamamento público para a celebração de parceria.

§ 2º A proposição ou a participação no PMIS não impede a organização da sociedade civil de participar no eventual chamamento público subsequente.

Seção III

Do Plano de Trabalho

Art. 15. O Plano de Trabalho deverá atender aos requisitos referidos no art. 22 da Lei Federal 13.019/2014.

§ 1º O valor a ser repassado em parcela única deve estar justificado no Plano de Trabalho e não poderá superar o montante de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), salvo se houver decisão fundamentada da autoridade máxima da Unidade Responsável.

§ 2º O previsto no § 1º deste artigo não se aplica aos repasses mensais, ou em outra periodicidade, das parcerias que prevejam repasses em mais de 1 (uma) parcela.

§ 3º Não será exigida contrapartida financeira como requisito para celebração de parceria, facultada sua exigência em bens e serviços economicamente mensuráveis.

§ 4º O plano de trabalho deverá atentar, ao estabelecer a vigência da parceria, para a eventual existência de despesas de pós-produção, de modo que não haja discrepância entre a vigência da parceria e a realização de gastos de pós-produção.

§ 5º Nas parcerias para execução de políticas públicas contínuas, o plano de trabalho poderá prever os custos de desmobilização, que serão excepcionalmente aceitos na prestação de contas desde que efetuados dentro do período de que a entidade parceira dispõe para prestação de contas final.

Art. 16. É permitida a atuação em rede para a execução de iniciativas agregadoras de pequenos projetos, por 2 (duas) ou mais organizações da sociedade civil, mantida a integral responsabilidade da organização celebrante do termo de fomento ou de colaboração, desde que atendidas as exigências contidas no art. 25 da Lei Federal 13.019/2014.

§ 1º Serão considerados pequenos projetos as iniciativas das organizações da sociedade civil executantes e não celebrantes do termo de fomento ou de colaboração.

§ 2º A organização da sociedade civil executante e não celebrante do termo de fomento ou de colaboração também deve comprovar regularidade jurídica e fiscal, nos termos do art. 28 deste Decreto.

§ 3º As vedações constantes no art. 39 da Lei Federal 13.019/2014 se aplicam também às organizações da sociedade civil executantes da parceria em rede.

Seção IV

Do Chamamento Público

Art. 17. Para a celebração das parcerias previstas neste Decreto, a Administração Pública deverá realizar chamamento público para selecionar as organizações da sociedade civil, o qual se pautará pelos princípios da isonomia, impessoalidade, moralidade, eficiência, publicidade, transparência e julgamento objetivo.

Parágrafo único. O edital do chamamento público observará, no mínimo, as exigências dos arts. 23 e 24 da Lei Federal 13.019/14.

Art. 18. Os projetos serão julgados por Comissão de Seleção, designada pelo Chefe do Poder Executivo, com composição de pelo menos, 2/3 (dois terços) de seus membros servidores ocupantes de cargos permanentes do Quadro de Pessoal da Administração Pública Municipal e será assegurada a participação de servidores das áreas finalísticas dos órgãos ou entidades repassadores de recursos.

§ 1º Será impedida de participar da Comissão de Seleção pessoa que, nos 5 (cinco) anos anteriores à data de publicação do edital, tenha mantido relação jurídica com, ao menos, 1 (uma) das entidades em disputa, observado:

I – ser ou ter sido associado ou dirigente da organização da sociedade civil;

II – ser cônjuge ou parente, até terceiro grau, inclusive por afinidade, dos administradores da organização da sociedade civil;

III – ter ou ter tido relação de emprego ou de prestação de serviço com a organização da sociedade civil;

IV – ter recebido, como beneficiário, os serviços de qualquer organização da sociedade civil participante do processo seletivo.

§ 2º Configurado o impedimento previsto no § 1º deste artigo, deverá ser designado membro substituto com qualificação técnica equivalente.

Art. 19. A Comissão de Seleção, para verificar a comprovação da capacidade técnica e operacional da organização da sociedade civil, bem como de sua experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de objeto de natureza semelhante, poderá se basear em quaisquer dos seguintes documentos, sem prejuízo de outros:

I – instrumentos similares firmados com órgãos e entidades da Administração Pública, cooperação internacional, empresas ou com outras organizações da sociedade civil;

II – declarações de conselhos de políticas públicas, órgãos públicos ou universidades;

III – declarações de redes, organizações da sociedade civil, movimentos sociais ou empresas públicas ou privadas;

IV – declaração, sob as penas da lei, firmada pela mesma pessoa física a que se refere o inciso VII do art. 28 deste Decreto, sobre a experiência prévia e a capacidade técnica e operacional da organização da sociedade civil, acompanhada de relatório das atividades por ela já desenvolvidas;

V – prêmios nacionais ou internacionais recebidos pela organização da sociedade civil;

VI – publicações e pesquisas realizadas pela organização da sociedade civil;

VII – a aferição da capacidade técnica dos profissionais responsáveis pela execução do objeto ou do quadro de pessoal do proponente que ficará diretamente envolvido na consecução do ajuste;

VIII – a estrutura física do proponente e a disponibilização de equipamentos e materiais necessários ao cumprimento do objeto;

Art. 20. O edital deverá ser amplamente divulgado no sítio oficial do Município na internet, e também no Diário Oficial dos Municípios ou jornal de circulação local, com prazo mínimo de 5 (cinco) dias úteis para apresentação dos projetos, observada a complexidade do objeto.

Art. 21. A Comissão de Seleção deverá avaliar o grau de adequação da proposta aos objetivos específicos do programa ou ação em que se insere o tipo de parceria e ao valor de referência constante do chamamento público, bem como a capacidade técnica e operacional e a experiência prévia das organizações da sociedade civil, necessárias para o desenvolvimento das atividades previstas e o cumprimento das metas estabelecidas.

§ 1º Terminado o prazo para envio dos projetos, a unidade que promove o chamamento público deverá publicar no Diário Oficial dos Municípios, sítio oficial do Município na internet e/ou jornal de

circulação local, listagem contendo o nome de todas as organizações da sociedade civil proponentes, com o respectivo CNPJ.

§ 2º Em caso de empate no julgamento dos projetos apresentados, caso o edital não preveja nenhum critério de desempate, será realizado sorteio.

§ 3º Somente depois de encerrada a etapa competitiva e ordenados os projetos, a Administração Pública procederá à verificação dos documentos que comprovem o atendimento pela organização da sociedade civil selecionada dos requisitos previstos no inciso VII do § 1º do art. 24 da Lei Federal 13.019/2014.

§ 4º Na hipótese de a organização da sociedade civil selecionada não atender aos requisitos exigidos, em se tratando de plano de trabalho padronizado, aquela imediatamente mais bem classificada será convidada a aceitar a celebração de parceria nos mesmos termos ofertados pela organização da sociedade civil desqualificada.

§ 5º Caso a organização da sociedade civil convidada nos termos do § 4º deste artigo aceite celebrar a parceria, proceder-se-á à verificação dos documentos que comprovem o atendimento aos requisitos previstos no inciso VII do § 1º do art. 24 da Lei Federal 13.019/2014.

§ 6º O procedimento dos parágrafos 4º e 5º deste artigo será seguido sucessivamente até que se conclua a seleção prevista no edital.

§ 7º Esgotado o procedimento acima e não tendo havido sucesso na aceitação do convite, será verificada a aceitabilidade do segundo melhor projeto, e assim sucessivamente, até que se apure projeto que atenda aos requisitos do edital.

§ 8º O procedimento dos parágrafos 4º a 6º deste artigo aplica-se aos casos em que o plano de trabalho for padronizado pela Administração, e nos demais casos, quando couber.

§ 9º A critério da Administração Pública, poderá ser convocada sessão pública para recebimento e avaliação dos projetos, devendo ser publicado no Diário Oficial ou no sítio oficial do Município na internet a respectiva ata.

Art. 22. Após a publicação do resultado do julgamento pela Comissão de Seleção, os interessados terão o prazo de 3 (três) dias para apresentar recurso, e os demais interessados terão igual prazo para apresentar contrarrazões.

§ 1º A comissão de seleção poderá reformar a sua decisão ou encaminhar o recurso, devidamente informado, à autoridade competente para decidir.

§ 2º Das decisões da comissão de seleção caberá 1 (um) único recurso, à autoridade competente.

Art. 23. A Administração Pública homologará e divulgará o resultado do chamamento com a lista classificatória das organizações participantes em página do sítio do Município na internet e no Diário Oficial dos Municípios.

Art. 24. A Administração Pública poderá dispensar a realização do chamamento público:

I – no caso de urgência decorrente de paralisação ou iminência de paralisação de atividades de relevante interesse público realizadas no âmbito de parceria já celebrada, limitada a vigência da nova parceria ao prazo do termo original, desde que atendida a ordem de classificação do chamamento público, quando houver, mantidas e aceitas as mesmas condições oferecidas pela organização da

sociedade civil vencedora do certame;

II – nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem pública, para firmar parceria com organizações da sociedade civil que desenvolvam atividades de natureza continuada nas áreas de assistência social, saúde ou educação, que prestem atendimento direto ao público e que tenham certificação de entidade beneficente de assistência social, nos termos da Lei Federal nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 e alterações;

III – quando se tratar da realização de programa de proteção a pessoas ameaçadas ou em situação que possa comprometer a sua segurança;

Art. 25. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto do plano de trabalho ou quando as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica.

Art. 26. Nas hipóteses dos arts. 24 e 25 deste Decreto, a ausência de realização de chamamento público será detalhadamente justificada pela autoridade competente.

§ 1º Sob pena de nulidade do ato de formalização de parceria prevista neste Decreto, o extrato da justificativa previsto no caput deste artigo deverá ser publicado, pelo menos, 5 (cinco) dias antes dessa formalização, em página do sítio oficial do Município ou da Administração Pública Indireta na internet e também no Diário Oficial dos Municípios ou jornal de circulação local, a fim de garantir ampla e efetiva transparência.

§ 2º Admite-se a impugnação à justificativa, desde que apresentada antes da celebração da parceria, cujo teor deve ser analisado pela autoridade competente.

§ 3º Havendo fundamento na impugnação, será revogado o ato que declarou a dispensa ou considerou inexigível o chamamento público, e será imediatamente iniciado o procedimento para a realização do chamamento público, conforme o caso.

§ 4º Sem prejuízo da posterior formalização da parceria, para a celebração de parcerias em caráter de urgência será emitida ordem de início da parceria, a qual permitirá o início da execução.

§ 5º Os efeitos da parceria celebrada com fulcro no art. 24, I deste Decreto retroagem à data da ordem de início da execução da parceria.

Art. 27. Nas parcerias que envolvam políticas públicas de execução contínua, poderá ser feito procedimento de chamamento público especial, a ser disciplinado por ato próprio, observadas as exigências constantes da Lei Federal 13.019/2014 e da legislação específica setorial.

Seção V

Dos Requisitos para Celebração do Termo de Colaboração e do Termo de Fomento

Art. 28. Para celebração das parcerias previstas neste Decreto, as organizações da sociedade civil deverão prever em seus estatutos as disposições do art. 33 e apresentar os documentos previstos no art. 34, ambos da Lei Federal 13.019/2014, e também, no mínimo, o seguinte:

I – inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ ;

II – regularidade perante a Fazenda do Município, Estado e União;

III – regularidade perante a Seguridade Social – CND/INSS e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

IV – declaração, sob as penas da lei, de inexistência dos impedimentos para celebrar parceria, previstos no art. 39 da Lei Federal 13.019/2014, bem como de que não empregará, para a execução da parceria, qualquer pessoa que tenha sido condenada pelos crimes previstos no § 5º do art. 47 da mesma Lei Federal;

V – declaração de pelo menos 1 (um) dirigente, assinada pelo próprio, atestando que se responsabilizará, de forma solidária, pela execução das atividades e cumprimento das metas pactuadas na parceria;

VI – declaração, sob as penas da lei, de que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz;

VII – declaração, sob as penas da lei, que não emprega ninguém em regime de trabalho escravo.

VIII – cópia da eleição do quadro de dirigente atual;

XI – relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, com endereço, RG, CPF de cada um deles;

X – Cópia do Estatuto da entidade, devidamente registrado e eventuais alterações;

XI – demais documentos exigidos por legislação específica.

§ 1º Caso não esteja cadastrado como contribuinte no Município, a organização da sociedade civil deverá apresentar declaração, firmada por seu representante legal, sob as penas da lei, de não cadastramento e de que nada deve à Fazenda do Município de Coronel Freitas – SC.

§ 2º Serão aceitas certidões positivas com efeito de negativas.

§ 3º A comprovação do regular funcionamento de que trata o inciso VII do art. 34 da Lei Federal nº 13.019/2014 poderá ser feita por contas de consumo ou por meio dos documentos necessários à comprovação da capacidade técnica e operacional da entidade, previstos no art. 19 deste Decreto.

Art. 29. Os extratos de termo de fomento e de termo de colaboração deverão ser publicados no Diário Oficial dos Municípios e/ou sítio oficial do Município na internet no local destinados às publicações legais, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar de sua assinatura.

Art. 30. Será obrigatória a estipulação do destino a ser dado aos bens remanescentes da parceria, sendo que os bens permanentes adquiridos com recursos públicos, deverão ser incorporados ao patrimônio público no caso de extinção da organização da sociedade civil parceira.

Parágrafo único. Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser dados à entidade parceira quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado, observado o disposto no respectivo termo e na legislação vigente.

Art. 31. As parcerias com repasse de recursos financeiros terão sua vigência, incluídas eventuais prorrogações, limitada a 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada mediante justificativa, até o limite de 60 meses.

Parágrafo único. O limite de prazo de que trata este artigo não se aplica às parcerias que envolvam políticas públicas de execução contínua.

Seção VI

Das Vedações

Art. 32. É vedada a celebração de qualquer modalidade de parceria prevista neste Decreto à organização da sociedade civil que se enquadre no previsto no art. 39 da Lei Federal nº 13.019/2014.

Parágrafo único. Para os fins do art. 39, III da Lei Federal nº 13.019/2014, considera-se dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública o titular da unidade orçamentária, Secretário, Assessor, Diretores, dirigente da Administração Indireta e aqueles que detém competência delegada para a celebração de parcerias.

CAPÍTULO IV

DA EXECUÇÃO DAS PARCERIAS

Seção I

Da Movimentação e Aplicação Financeira dos Recursos

Art. 33. Os recursos serão recebidos e movimentados de acordo com o contido na Lei Federal nº 13.019/2014 e normas complementares expedidas pelo Município de Coronel Freitas - SC.

§ 1º Toda movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.

§ 2º Excepcionalmente, poderão ser feitos pagamentos em espécie, atendidos os requisitos do art. 54 da Lei Federal nº 13.019/2014.

Art. 34. Os custos indiretos para execução da parceria, definidos no art. 47 Lei Federal nº 13.019/2014, não se confundem com despesas exclusiva e diretamente atribuídas ao seu objeto, inclusive as de natureza administrativa vinculadas à implementação direta de rotinas para o cumprimento de obrigações decorrentes da parceria, ainda que sejam de natureza jurídica, contábil ou de auditoria, bem como os custos referentes à locação de imóvel necessário à instalação de serviços públicos de natureza contínua, nos casos de parcerias que tenham por objeto a viabilização desses serviços.

Art. 35. O atraso na disponibilidade dos recursos da parceria autoriza o reembolso das despesas despendidas e devidamente comprovadas pela entidade, no cumprimento das obrigações assumidas por meio do plano de trabalho, desde que realizadas após a formalização do termo.

Art. 36. A Administração Pública poderá autorizar, após solicitação formalizada e fundamentada da organização da sociedade civil, o remanejamento de recursos do plano de trabalho, dentro de cada categoria econômica da despesa corrente ou de capital, durante a vigência do termo de colaboração e do termo de fomento, desde que:

I – os recursos continuem sendo utilizados para a consecução do objeto pactuado;

II – o remanejamento ocorra dentro de cada categoria econômica da despesa corrente ou de capital;

III – os aumentos ou diminuições não ultrapassem 25% (vinte e cinco por cento) do valor originalmente aprovado no plano de

trabalho para cada item;

IV – não seja alterado o valor total do termo de colaboração ou do termo de fomento;

V – seja apresentado com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência do término da vigência.

§ 1º A Administração Pública terá o prazo de 30 (trinta) dias para se manifestar sobre a solicitação de remanejamento do plano de trabalho da parceria.

§ 2º Poderão ser solicitados esclarecimentos durante a análise da solicitação de remanejamento, hipótese em que o prazo de que trata o § 1º deste artigo ficará suspenso.

§ 3º A organização da sociedade civil poderá solicitar a inclusão de novos itens orçamentários, desde que não altere o orçamento total aprovado.

§ 4º Quando não autorizado o remanejamento previsto neste artigo, caberá recurso à autoridade máxima do órgão repassador, ou à autoridade para a qual tal competência foi delegada, no prazo de 10 (dez) dias.

Art. 37. As contratações de bens e serviços pelas organizações da sociedade civil, feitas com o uso de recursos transferidos pela Administração Pública Municipal, deverão observar os princípios da legalidade, da moralidade, da boa-fé, da probidade, da impessoalidade, da economicidade, da eficiência, da isonomia, da publicidade, da razoabilidade e do julgamento objetivo e a busca permanente de qualidade e durabilidade, de acordo com o regulamento de compras e contratações definidos pelo Município, observados os princípios estabelecidos no art. 43 da Lei Federal nº 13.019/2014 e Normas do TCE/SC.

§ 1º O regulamento de compras e contratações deverá estabelecer procedimentos mínimos, de forma a resguardar a adequada utilização dos recursos da parceria.

§ 2º Quando houver indícios de inadequação dos valores pagos pela organização da sociedade civil com recursos da parceria, poderá o gestor público questioná-los, desde que justificadamente.

§ 3º O Município através da Auditoria Geral do Município e/ou setor de administração, compras e controle interno, definirá os padrões de regulamento de compras e contratações que deverão ser adotados pelas organizações da sociedade civil para execução dos termos de colaboração e de fomento, os quais serão considerados previamente aprovados para fins de cumprimento do art. 34, VIII, da Lei Federal nº 13.019/2014, pelos órgãos ou entidades repassadoras de recursos.

§ 5º As organizações da sociedade civil são exclusivamente responsáveis pelos procedimentos de contratação com base no regimento de compras definido pelo Município.

Seção II

Do Monitoramento e Avaliação

Art. 38. Compete à Administração Municipal Direta e Indireta realizar procedimentos de fiscalização das parcerias celebradas, inclusive por meio de visitas in loco, para fins de monitoramento e avaliação do cumprimento do objeto, na forma deste Decreto e do plano de trabalho aprovado.

§ 1º Os procedimentos de fiscalização poderão ser regulamentados por Instruções Normativas das Secretarias e do órgão de controle

interno.

§ 2º Poderá ser dispensada a visita in loco, mediante justificativa, quando a mesma for incompatível com o objeto da parceria.

Art. 39. A Comissão de Avaliação e Monitoramento é instância administrativa de apoio e acompanhamento da execução das parcerias celebrada por órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, cujas atribuições serão voltadas para o aprimoramento dos procedimentos, unificação dos entendimentos, solução de controvérsias, padronização de objetos, custos e indicadores, fomento do controle de resultados e avaliação dos relatórios técnicos de monitoramento.

§ 1º A comissão deverá ser composta por, pelo menos, 2/3 (dois terços) de seus membros servidores ocupantes de cargos permanentes do quadro de pessoal do órgão ou entidade pública, devendo ser assegurada a participação de profissionais das áreas administrativas e finalísticas relacionadas ao objeto da parceria.

§ 2º Aplicam-se à comissão de avaliação e monitoramento os mesmos impedimentos constantes no art. 18, § 1º deste Decreto.

Art. 40. A Unidade Administrativa responsável pelo repasse emitirá relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, na periodicidade estabelecida pelo art. 46 deste Decreto, e o submeterá à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil.

Parágrafo único. O relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter os requisitos previstos no parágrafo único do art. 59 da Lei Federal nº 13.019/2014.

Art. 41. O gestor da parceria, cujas atribuições são aquelas previstas no art. 61 da Lei Federal nº 13.019/2014, deverá ter conhecimento técnico adequado e será designado pela autoridade competente no mesmo ato que autorizar a celebração da parceria, ou ato próprio.

§ 1º Na hipótese de o gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades.

§ 2º Aplicam-se ao gestor da parceria os mesmos impedimentos constantes no art. 18, § 1º deste Decreto.

CAPÍTULO V

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Seção I

Normas Gerais

Art. 42. A prestação de contas deverá ser feita observando-se as regras previstas neste Decreto, nas normas emitidas pelo Chefe do Poder Executivo e do TCE/SC, além de prazos e normas de elaboração constantes no instrumento de parceria, no plano de trabalho.

§ 1º A Administração Municipal fornecerá manuais específicos às organizações da sociedade civil por ocasião da celebração das parcerias.

§ 2º Eventuais alterações no conteúdo dos manuais referidos no § 1º deste artigo devem ser previamente informadas à organização

da sociedade civil e publicadas no portal do Município ou ente da Administração Indireta na internet.

Art. 43. A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas.

§ 1º Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes, bem como a conciliação das despesas com a movimentação bancária demonstrada no extrato.

§ 2º Serão glosados nas prestações de contas os valores que forem aplicados em finalidades diversas das previstas no instrumento, bem como os que não atenderem ao disposto no caput deste artigo e nos arts. 53 e 54 da Lei Federal nº 13.019/2014.

§ 3º A análise da prestação de contas deverá considerar a verdade real e os resultados alcançados.

Art. 44. A prestação de contas e todos os atos que dela decorram dar-se-á, sempre que possível, em plataforma eletrônica, permitindo a visualização por qualquer interessado.

Art. 45. As organizações da sociedade civil deverão apresentar os seguintes documentos para fins de prestações de contas parciais e final:

I – Relatório de Execução do Objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, assinado pelo seu representante legal, contendo as atividades desenvolvidas para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados, a partir do cronograma acordado;

II – Relatório de Execução Físico-Financeira, assinado pelo seu representante legal e o contador responsável, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas;

III – notas e comprovantes fiscais, incluindo recibos, emitidos em nome da organização da sociedade civil;

IV – extrato bancário da conta específica vinculada à execução da parceria;

V – comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;

VI – material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes, quando couber;

VII – relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso;

VIII – lista de presença de treinados ou capacitados, quando for o caso.

Art. 46. O gestor da parceria, com o apoio dos setores técnicos competentes e com base nos relatórios produzidos no período, emitirá um parecer técnico para cada prestação de contas parcial apresentada e ao menos um relatório técnico de monitoramento e avaliação a cada 12 (doze) meses, conforme dispuser o instrumento de parceria, assegurando-se a realização de ao menos um relatório técnico de monitoramento e avaliação no decorrer da parceria.

§ 1º No caso de parcela única, será emitido parecer técnico conclusivo para fins de avaliação do cumprimento do objeto, que será submetido à aprovação da autoridade competente.

§ 2º No caso de previsão de mais de 1 (uma) parcela, a organização da sociedade civil deverá apresentar prestação de contas parcial, para fins de monitoramento do cumprimento das metas do objeto vinculadas à parcela liberada e da liberação da parcela subsequente.

§ 3º A análise da prestação de contas de que trata o § 2º deverá ser feita no prazo definido no plano de trabalho aprovado, e não compromete a liberação da parcela de recursos subsequente.

§ 4º Para os fins do quanto previsto no inciso I do art. 49 da Lei Federal nº 13.019/2014, será admitida a apresentação, pela organização parceira, de declaração, sob as penas da lei, de que mantém atendidos os requisitos legais para a celebração da parceria.

§ 5º O relatório técnico de monitoramento e avaliação obedecerá ao disposto no art. 59 da Lei Federal nº 13.019/2014 e será homologado pela comissão de monitoramento e avaliação no prazo de até 30 (trinta) dias.

Art. 47. A análise da prestação será realizada pela Auditoria Geral do Município ou outro setor designado pelo Chefe do Executivo, constituindo-se, entre outras, das seguintes etapas:

I – análise de execução do objeto: quanto ao cumprimento do objeto e atingimento dos resultados pactuados no plano de trabalho aprovado pela Administração Pública, devendo o eventual cumprimento parcial ser devidamente justificado;

II – análise financeira: conciliação bancária, por meio da aferição da correlação entre as despesas apresentadas e a execução do objeto da parceria, bem como entre as despesas e os débitos efetuados na conta corrente que recebeu recursos para a execução da parceria.

Parágrafo único. A análise prevista no caput deste dispositivo levará em conta os documentos exigidos no art. 45 e os pareceres e relatórios de que tratam o art. 46 deste Decreto.

Art. 48. A análise das prestações de contas das parcerias cujo valor total seja abaixo de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) poderá ser feita da seguinte forma, a critério do gestor:

I – análise de execução do objeto: quanto ao cumprimento do objeto e atingimento dos resultados pactuados no plano de trabalho aprovado pela Administração Pública municipal, devendo o eventual cumprimento parcial ser devidamente justificado;

II – análise financeira: verificação da conformidade entre o total de recursos repassados, inclusive rendimentos financeiros, e os valores máximos das categorias ou metas orçamentárias, executados pela organização da sociedade civil, de acordo com o plano de trabalho aprovado, bem como conciliação das despesas com extrato bancário, de apresentação obrigatória.

§ 1º Para decisão quanto à adoção do procedimento simplificado contido neste artigo, levará o gestor em consideração, dentre outros aspectos:

a) o histórico da correção de prestação de contas apresentadas anteriormente, em outras parcerias ou na mesma;

b) se a organização da sociedade civil parceira foi sancionada com alguma das penalidades previstas no art. 73 da Lei Federal nº 13.019/2014;

c) há quanto tempo a organização da sociedade civil parceira mantém parceria com a Administração Municipal.

§ 2º Para fins do disposto no inciso II deste artigo, nos casos em que houver comprovado atendimento dos valores aprovados, bem como efetiva conciliação das despesas efetuadas com a movimentação bancária demonstrada no extrato, a prestação de contas será considerada aprovada, sem a necessidade de verificação, pelo gestor público, dos recibos, documentos contábeis e relativos a pagamentos e outros relacionados às compras e contratações.

§ 3º Havendo indícios de irregularidade durante a análise da execução do objeto da parceria, o gestor público poderá, mediante justificativa, rever o ato de aprovação e proceder à análise integral dos documentos fiscais da prestação de contas.

§ 4º Para fins de cumprimento do art. 67 da Lei Federal nº 13.019/2014, o gestor público deverá atestar a regularidade financeira e de execução do objeto da prestação de contas.

§ 5º A Administração Pública Direta ou Indireta, por intermédio da Auditoria Geral do Município, adotará sistemática de controle por amostragem, de modo aleatório, para avaliação financeira complementar das parcerias com valores abaixo de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

§ 6º As parcerias selecionadas na forma do § 5º deste artigo comporão um plano amostral, de quantidade não inferior a 20% (vinte por cento) do número de parcerias em fase de prestação de contas, e serão analisadas nos termos do art. 42 a 47 deste Decreto.

§ 7º O gestor é responsável pela decisão administrativa tratada no caput e § 1º deste artigo, inclusive sob a ótica da configuração de ato de improbidade administrativa previsto no art. 10, inciso XX da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 e alterações, com a redação dada pela Lei Federal nº 13.019/2014.

Seção II

Dos Prazos

Art. 49. A organização da sociedade civil está obrigada a prestar as contas finais da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até 90 (noventa) dias a partir do término da vigência da parceria, conforme estabelecido no respectivo instrumento.

§ 1º O prazo referido no caput poderá ser prorrogado por até 30 (trinta) dias, a critério do titular do órgão ou ente da Administração parceiro, ou daquele a quem tiver sido delegada a competência, desde que devidamente justificado.

§ 2º Na hipótese de devolução de recursos, a guia de recolhimento deverá ser apresentada juntamente com a prestação de contas.

§ 3º Após a prestação de contas final, sendo apuradas pela Administração irregularidades financeiras, o valor respectivo deverá ser restituído aos cofres públicos, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias.

§ 4º A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela Administração Pública observará os prazos previstos no plano de trabalho aprovado e no termo de colaboração ou de fomento, devendo dispor sobre:

I – aprovação da prestação de contas;

II – aprovação da prestação de contas com ressalvas, quando evidenciada impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal de que não resulte dano ao erário;

III – rejeição da prestação de contas, quando houver dano ao erário, com a imediata determinação das providências administrativas e judiciais cabíveis para devolução dos valores aos cofres públicos.

§ 5º Sempre que cumprido o objeto e alcançados os resultados da parceria e, desde que não haja comprovado dano ao erário, com o desvio de recursos para finalidade diversa da execução das metas aprovadas, a prestação de contas deverá ser julgada regular com ressalvas pela Administração Pública, ainda que a organização da sociedade civil tenha incorrido em falha formal.

§ 6º São consideradas falhas formais, para fins de aprovação da prestação de contas com ressalvas, sem prejuízo de outras:

I – a ausência de atendimento às regras previstas no regulamento de compras e contratações definido pela Auditoria Geral do Município e/ou outro setor responsável para consecução da parceria, desde que em caráter excepcional e devidamente justificado em razão da peculiaridade das atividades ou da localização onde as ações da parceria são realizadas;

II – a extrapolação, sem prévia autorização, dos valores aprovados para cada despesa prevista no plano de trabalho, desde que justificado e que não ultrapasse 25% (vinte e cinco por cento) do inicialmente estipulado, respeitado o valor global da parceria;

III – a ausência de emissão de documento fiscal da contratação de fornecedores ou aquisição de bens em nome da organização da sociedade civil celebrante, nas hipóteses de ações realizadas em rede, desde que seja emitido o documento em nome da organização da sociedade civil executante da parceria.

§ 7º As contas serão rejeitadas nos casos previstos no art. 72, III da Lei Federal nº 13.019/2014, bem como:

I – quando não for executado o objeto da parceria;

II – quando os recursos forem aplicados em finalidades diversas das previstas na parceria;

§ 8º No caso do § 7º deste Decreto, da decisão que rejeitar as contas prestadas caberá 1 (um) único recurso à autoridade hierarquicamente superior, a ser interposto no prazo de 15 (quinze) dias a contar da notificação da decisão.

§ 9º A rejeição da prestação de contas deverá ser registrada em plataforma eletrônica de acesso público, e impedirá a celebração de futuras parcerias com a Administração Pública municipal, até que seja quitado o débito.

Art. 50. Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, a organização da sociedade civil será notificada, devendo ser concedido o prazo máximo de 30 (trinta) dias, prorrogável, no máximo, por igual período, para sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

§ 1º A notificação deverá ser dirigida também ao dirigente da entidade indicado como responsável solidário no instrumento celebrado, sendo-lhe garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

§ 2º Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

§ 3º Os valores apurados serão acrescidos de correção monetária e juros, na forma da legislação.

§ 4º O débito decorrente da ausência ou rejeição da prestação de contas será inscrito no CADIN Municipal, por meio de despacho da autoridade competente.

CAPÍTULO VI

DA ALTERAÇÃO, DENÚNCIA E RESCISÃO

Art. 51. A critério da Administração, admite-se a alteração da parceria, devendo a proposta deve ser acompanhada de revisão do plano de trabalho, desde que não seja transfigurado o objeto da parceria.

Art. 52. Para a prorrogação de vigência das parcerias celebradas de acordo com as normas da Lei Federal nº 13.019/2014 e deste Decreto é necessário parecer da área técnica competente atestando que a parceria foi executada a contento ou justificando o atraso no início da execução.

Art. 53. Para aprovação da alteração, os setores técnicos competentes devem se manifestar acerca de:

I – o interesse público na alteração proposta;

II – a possibilidade de realizar-se novo chamamento sem prejuízo ao interesse público;

III – a proporcionalidade das contrapartidas, tendo em vista o inicialmente pactuado, se o caso;

IV – a capacidade técnica-operacional da organização da sociedade civil para cumprir a proposta;

V – a existência de dotação orçamentária para execução da proposta.

§ 1º A manifestação dos setores técnicos deverá ser encaminhada para análise jurídica, previamente à deliberação da autoridade competente.

§ 2º Poderá haver redução ou majoração dos valores inicialmente pactuados para redução ou ampliação de metas ou capacidade do serviço, ou para qualificação do objeto da parceria, desde que devidamente justificados, não sendo aplicável o limite de que trata o art. 36, III, deste Decreto.

Art. 54. Os termos de colaboração e termos de fomento poderão ser denunciados a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, não sendo admissível cláusula obrigatória de permanência ou sancionadora dos denunciantes.

§ 1º Deverá constar do edital de chamamento que na hipótese de desistência ou denúncia imotivada a organização da sociedade civil estará obrigada ao ressarcimento dos prejuízos comprovadamente experimentados, se houver dolo ou má-fé.

§ 2º Constitui motivo para rescisão da parceria o inadimplemento injustificado das cláusulas pactuadas, e também quando constata:

I – a utilização dos recursos em desacordo com o plano de trabalho;

II – a falta de apresentação das prestações de contas parciais, nos prazos estabelecidos.

CAPÍTULO VII

DA RESPONSABILIDADE E DAS SANÇÕES

Das Sanções Administrativas à Entidade

Art. 55. Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas deste Decreto e da legislação específica, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as sanções previstas no art. 73 da Lei Federal nº 13.019/2014.

§ 1º Na aplicação de penalidades, serão observados os seguintes procedimentos:

I – proposta de aplicação da pena, feita pelo gestor da parceria, mediante caracterização da infração imputada à organização da sociedade civil, e exposição dos motivos condutores a tal proposta;

II – notificação à organização da sociedade civil para apresentação de defesa no prazo de cinco dias úteis, exceto quando se tratar de penalidade de declaração de inidoneidade, caso em que o prazo para defesa será de dez dias úteis;

III – manifestação dos órgãos técnicos sobre a defesa apresentada, em qualquer caso, e da área jurídica, quando se tratar de possibilidade de aplicação das sanções previstas nos incisos II e III do art. 73 da Lei Federal nº 13.019/2014;

IV – decisão da autoridade competente que, no caso de advertência, é o gestor da parceria, e no caso de suspensão do direito de participação em chamamento público e declaração de inidoneidade é a autoridade máxima do ente;

V – intimação da organização da sociedade civil acerca da penalidade aplicada;

VI – observância do prazo de 15 (quinze) dias para interposição de recurso.

§ 2º As notificações e intimações de que trata este artigo serão publicadas no Diário Oficial dos Municípios, sítio oficial do Município na internet e/ou jornal de circulação local e encaminhadas à organização da sociedade civil preferencialmente via correspondência eletrônica.

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 56. Os convênios e acordos congêneres vigentes entre as organizações da sociedade civil e a administração pública na data de entrada em vigor da Lei Federal nº 13.019/2014 poderão ter seu prazo de vigência prorrogado para viabilizar a conclusão do objeto pactuado, até o limite de 60 (sessenta) meses, adequando-se as parcerias às exigências da nova lei, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias a partir da data da prorrogação.

Art. 57. Os valores mencionados neste Decreto que não decorram de disposição legal podem ser atualizados por Portaria da Secretaria Municipal de Administração.

Art. 58. Caberá à Secretaria Municipal de Administração a edição de normas complementares a este Decreto.

Art. 59. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 60. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 14 de Março de 2017.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria em data supra e publicado no átrio do

Centro Administrativo.

Priscila Stanga

Diretora de Administração e Finanças

DECRETO Nº 7772/2017

DECRETO Nº. 7.772, 21 DE Março DE 2017.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 13/2017, DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº 7/2017, DO MUNICÍPIO PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Izeu Jonas Tozetto, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Nº 8.666/93;

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no Processo Administrativo nº. 13/2017 – Dispensa de Licitação Para Compras e Serviços Nº. 7/2017, do Município, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida: a CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOCIAL E MEIO AMBIENTE - CIDEMA, com o item Nº: 1 no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 21 de Março de 2017.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon

Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO Nº 7773/2017

DECRETO Nº 7.773, 21 DE MARÇO de 2017.

DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CME.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Izeu Jonas Tozetto, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto nas Leis Municipais Nº. 871/95 e 1.807/2011.

DECRETA

Art. 1º. A composição representativa das diversas entidades, previstas em Lei, para compor o Conselho Municipal de Educação – 2016/2018, será a seguinte:

I – Departamento Municipal de Educação:

Silvana Teresinha Bernieri – titular.

Jair Antonio Cavalli - suplente.

II – Representantes dos professores Municipais:

João Carlos Bernieri – titular.

Tiago Toso – titular.

Cleusa de Moura – suplente.

III – Secretaria de Estado da Educação:

Katia Terezinha Pitt – titular

Samanta Mezzomo - suplente

IV - Representante das Associações de Pais e Professores:

Gélci Martinelli - titular

Ledovino Piassetta - suplente.

V – Representantes dos Diretores Municipais:

Vanerlei Ceccato – titular

Adriane Maria Luzzi Tonon - suplente.

VI - Representantes do Conselho Municipal dos Diretos da Criança e Adolescentes:

Arejane Bresolim Mezzomo - titular

Kenia Munaretti Frozza - suplente.

VII - Representante do Conselho Escolar:

Gislani Lurdes Bonetti Lanfredi – titular

Julcimara de Carli Zambiasi - suplente

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto Nº 7.604/2016.

Gabinete do Prefeito, 21 de março de 2017.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon

Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO Nº 7774/2017

DECRETO Nº. 7.774 23 de Março de 2017.

A PEDIDO EXONERA SERVIDOR.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Izeu Jonas Tozetto, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA

Art. 1º. Exonerar a pedido o servidor público municipal Darci Dos Santos, do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na S.M.T.O.S.U – Obras e Serviços Urbanos, nomeado pelo Decreto nº. 6191/2012, Edital de Concurso Público N. 001/2012, a partir de 22 de Março de 2017.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto Nº 6191/2012.

Gabinete do Prefeito, 23 de Março de 2017.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon

Secretária de Administração e Finanças

DECRETO Nº 7775/2017

DECRETO Nº. 7.775, 29 de Março de 2017.

DISPÕE SOBRE ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Prefeito de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Izeu Jonas Tozetto, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Nº 2.163/2016. DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar por superávit financeiro do exercício de 2016, no orçamento vigente do Município, no valor de R\$ 45.654,05 (quarenta e cinco mil e seiscientos e cinquenta e quatro reais e cinco centavos), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 06.01 – Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Unidade: 06.01 – Departamento de Serviços Urbanos.

Função: 06 – Segurança Pública.

Sub-função: 182 – Defesa Civil.

Programa: 0017 – Trânsito Seguro.

Ação: 2.048 – Manutenção do Convênio do Trânsito.

Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0054 – Aplicações Diretas. R\$ 30.000,00

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0054 – Aplicações Diretas. R\$ 15.654,05

Art. 2º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo anterior, são provenientes do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2016, conforme decreto nº. 7.734/2017.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 29 de Março de 2017.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon.

Secretária de Administração e Finanças

DECRETO Nº 7776/2017

DECRETO Nº. 7.776, 29 DE Março DE 2017.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 10/2017, PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/2017, DO MUNICÍPIO PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Izeu Jonas Tozetto, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93;

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no Processo Administrativo nº. 10/2017 – Pregão Presencial Nº. 5/2017, do Município, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida: a SOCIEDADE RADIO CONTINENTAL LTDA, com o item Nº: 1 no valor de R\$

85.560,00 (oitenta e cinco mil e quinhentos e sessenta reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 29 de Março de 2017.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon

Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO Nº 7777/2017

DECRETO Nº. 7.777, 29 DE Março DE 2017.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 18/2017, DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº 8/2017, DO MUNICÍPIO PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Izeu Jonas Tozetto, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Nº 8.666/93;

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no Processo Administrativo nº. 18/2017 – Dispensa de Licitação Para Compras e Serviços Nº. 8/2017, do Município, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida: a NILKO TECNOLOGIA LTDA, com os itens Nºs: 1, 2, 3 e 4 no valor de R\$ 7.375,00 (sete mil e trezentos e setenta e cinco reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 29 de Março de 2017.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon

Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO Nº 7778/2017

DECRETO Nº. 7.778, 31 DE Março DE 2017.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 19/2017, DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº 9/2017, DO MUNICÍPIO PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Izeu Jonas Tozetto, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Nº 8.666/93;

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no Processo Administrativo nº. 19/2017

– Dispensa de Licitação Para Compras e Serviços Nº. 9/2017, do Município, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida: a FERRO-TELLI DESIGN LTDA ME, com o item Nº: 1 no valor de R\$ 7.950,00 (sete mil e novecentos e cinquenta reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 31 de Março de 2017.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon

Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO Nº 7779/2017

DECRETO Nº. 7.779, 31 DE Março DE 2017.

CRIA COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DE PROPOSTA DO PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Izeu Jonas Tozetto, no uso de suas atribuições legais e, com base no inciso IV do artigo 60 da Lei Orgânica do Município e,

Considerando a meta 18 da Lei 13.005 de 25 de junho de 2014, que institui: “assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de Carreira para os (as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos (as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal”;

Considerando a necessidade de elaboração de um plano de cargos e salários, para os servidores públicos da educação básica da Secretaria de Educação do Município de Laguna, ensejando assim, ao servidor efetivo a progressão na carreira;

DECRETA

Art. 1º. Fica instituída, a Comissão Coordenadora de Estudos do Plano de Cargos e Salários dos Servidores do magistério da Secretaria de Educação do Município de Coronel Freitas- SC, a qual competirá realizar todos os levantamentos, estudos, reuniões e audiências, para apresentação ao Prefeito Municipal, de proposta de plano de carreira dos servidores da educação básica da Secretaria de Educação do município de Coronel Freitas - SC.

Art. 2º. A Comissão de que trata o artigo 1º deste Decreto, fica assim constituída:

I - Dirigente Municipal de Educação

Eli Guaragni Daloma RG nº 1.275.873/ CPF nº 928.735.709/97

II - Professora Representante dos Diretores/Gestores Escolares

Vanerlei Ceccato RG nº 5.839.932/ CPF nº 589.360.259/53

III - Professora Representante das Escolas Municipais ou do Conselho Municipal de Educação

Silvana Teresinha Bernieri RG nº 2.039.029 / CPF nº 589.997.529/68

IV - Representante da Secretaria Municipal de Educação

Vanuza Janete Moura dos Santos RG nº 104.155.016.9 / CPF nº 603.561.110/91

V - Representante da Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Sediane Lunardi Marafon RG nº 2.992.370/ CPF nº 824.494.069/72

VI - Representante da Câmara Municipal de Vereadores

Emanuela Cristina Grando RG nº 3.420.320 / CPF nº 046.977.969-18

VII - Representante do Departamento Jurídico

Bernardo Ibagy Pacheco RG nº 3.126.280/ CPF nº 021.431.619/05

IX - Representante do Sindicato

Gislani Lurdes Bonetti Lanfredi RG nº 2.232.403 / CPF nº 758.854.689/15

Art. 3º. A Comissão deverá contar com um Presidente e um Secretário, a serem designados na primeira reunião dessa comissão, dentre os membros indicados pelos respectivos órgãos.

Art. 4º. O prazo para a Comissão apresentar a conclusão de seus trabalhos, ou seja, a proposta de plano de carreira será até novembro de 2017, podendo ser prorrogado.

Parágrafo único. O prazo previsto neste artigo poderá ser prorrogado/alterado a critério da Administração Municipal.

Art. 5º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 31 de Março de 2017.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon

Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO Nº 7780/2017

DECRETO Nº. 7.780, 31 DE Março DE 2017.

CRIA EQUIPE TÉCNICA PARA DIAGNÓSTICO E SIMULAÇÃO DE PROPOSTAS A SER APRESENTADO PARA EQUIPE DE ELABORAÇÃO DE PROPOSTA DO PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Izeu Jonas Tozetto, no uso de suas atribuições legais e, com base no inciso IV do artigo 60 da Lei Orgânica do Município e,

Considerando a meta 18 da Lei 13.005 de 25 de junho de 2014, que institui: “assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de Carreira para os (as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de

Carreira dos (as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal”;

Considerando a necessidade de elaboração de um plano de cargos e salários, para os servidores públicos da educação básica da Secretaria de Educação do Município de Coronel Freitas - SC, ensejando assim, ao servidor efetivo a progressão na carreira;

DECRETA

Art. 1º. Fica instituída, a Equipe Técnica que fará o diagnóstico para apresentar à Comissão Coordenadora de Estudos do Plano de Cargos e Salários dos Servidores do magistério da Secretaria de Educação do Município de Coronel Freitas - SC, a qual competirá realizar todos os levantamentos necessários para elaboração do diagnóstico situacional e simulação de proposta de plano de carreira dos servidores da educação básica da Secretaria de Educação do município de Coronel Freitas - SC.

Art. 2º. A Equipe Técnica de que trata o artigo 1º deste Decreto, fica assim constituída:

I – Representante da Secretaria Municipal de Educação

Vanuza Janete Moura dos Santos– RG nº 104.155.016-9 / CPF nº 603.561.110/91

II - Professora Representante das Escolas Municipais da Sede Municipal

João Carlos Bernieri – RG nº 3.420.679/ CPF nº 028.299.499/86

III - Professora Representante dos Diretores Escolares

Tiago Toso – RG nº 4.891.753/ CPF nº 061.003.159/71

IV - Representante da Secretaria Municipal de Administração

Sediane Lunardi Marafon RG nº 2.992.370/ CPF nº 824.494.069/72

Art. 3º A Equipe Técnica deverá participar de formação específica disponibilizada pelo MEC através da SASE/DIVAPE para o uso de planilhas e diagnóstico e sistema de simulação de plano de Carreira.

Art. 4º. O prazo para a Equipe Técnica apresentar a conclusão de seus trabalhos, será fixado pela comissão coordenadora;

Parágrafo único. O prazo previsto neste artigo poderá ser prorrogado a critério da comissão coordenadora.

Art. 5º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 31 de Março de 2017.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon

Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO Nº 7781/2017

DECRETO Nº. 7.781, 31 DE Março DE 2017.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 11/2017, PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/2017, DO MUNICÍPIO PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Izeu Jonas Tozetto, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93;

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no Processo Administrativo nº. 11/2017 – Pregão Presencial Nº. 6/2017, do Município, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida: a POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA - ME, com o item Nº: 1, no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 31 de Março de 2017.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon

Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO Nº 7782/2017

DECRETO Nº. 7.782, 31 DE Março DE 2017.

Institui a Comissão de Seleção das parcerias voluntárias entre Administração Pública Municipal e as Organizações Sociais Civis a que se refere a Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Izeu Jonas Tozetto, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO o conteúdo da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que instituiu normas gerais para as parcerias entre Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil - OSC e do Decreto Municipal Nº 7.771/2017, que regulamentou o regime jurídico das parcerias voluntárias entre a Administração Pública Municipal e as Organizações da Sociedade Civil,

CONSIDERANDO que a forma de publicidade ora escolhida confere maior transparência e acessibilidade aos atos relativos à formalização das parcerias entre o Poder Público e o Terceiro Setor,

DECRETA

Art. 1º. Fica instituída no âmbito da Administração Pública Municipal a Comissão de Seleção, instância administrativa colegiada destinada a processar e julgar chamamentos públicos, para execução de atividades ou projetos sócio assistenciais com as organizações da sociedade civil.

Art. 2º. Os integrantes da Comissão de Seleção a que se refere o artigo 1º serão designados, no âmbito de cada Secretaria da Administração Pública Municipal interessada em formalizar a parceria,

por portaria do Secretário Municipal, devendo ser constituída por no mínimo 3 (três) agentes públicos, nos termos do artigo 18 do Decreto Nº 7771/2017.

Art. 3º. Além da indicação dos membros da Comissão de Seleção prevista no artigo 2º, o Secretário Municipal indicará o gestor da parceria, o qual deverá, obrigatoriamente, possuir conhecimento técnico e habilitação adequada para o cumprimento das atribuições conforme Decreto Municipal Nº 7.771/2017.

Parágrafo único. Considera-se "conhecimento técnico e a habilitação adequada para a função de gestor da parceria", possuir os seguintes requisitos mínimos:

I - gozar de boa reputação ética-profissional;

II - possuir conhecimentos específicos do objeto a ser fiscalizado;

III - não estar, preferencialmente, respondendo a processo de sindicância ou processo administrativo disciplinar;

IV - não possuir em seus registros funcionais punições em decorrência da prática de atos lesivos ao patrimônio público, em qualquer esfera do governo;

V - não haver sido responsabilizado por irregularidades junto aos Tribunais de Contas;

VI - não haver sido condenado em processo criminal por crimes contra a Administração Pública, capitulados no Título XI, Capítulo I, do Código Penal Brasileiro, na Lei 7.492/1986 e na Lei 8.429/1992.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 31 de Março de 2017.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon

Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO Nº 7783/2017

DECRETO Nº. 7.783, 31 DE Março DE 2017.

Cria a Comissão de Monitoramento e Avaliação, para acompanhar e avaliar as parcerias celebradas com organizações da sociedade civil, e dá outras providências.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Izeu Jonas Tozetto, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando a necessidade de aprimoramento, monitoramento, avaliação e verificação da gestão administrativa exercida sobre os serviços públicos disponibilizados à Sociedade através de Organizações da Sociedade Civil (entidades sem fins lucrativos), mediante a celebração de Convênios, Termos de Colaboração ou Termos de Fomento,

Considerando que a Lei Federal nº 13.019/2014 entrará em vigor em janeiro de 2.017, pertinente a modalidade de prestação de serviços realizada por estas Organizações da Sociedade Civil,

Considerando a necessidade de verificação in loco das atividades desenvolvidas por estas entidades do terceiro setor, no âmbito do Município,

DECRETA

Art. 1º. Fica criada a Comissão de Monitoramento e Avaliação, para acompanhar e avaliar as parcerias celebradas com organizações da sociedade civil mediante convênios, termo de colaboração ou termo de fomento, constituído por ato publicado em meio oficial de comunicação.

Art. 2º. Compete à Comissão:

I - elaborar visita in loco nas entidades conveniadas, periodicamente, visando homologar relatório técnico de monitoramento produzido pela Administração Pública, o qual deverá dispor de:

a) descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

b) análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

c) valores efetivamente transferidos pela administração pública;

d) análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo termo de colaboração ou de fomento;

e) análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

II - cumprir as obrigações dispostas na Lei Federal nº 13.019/2014, no que tange à Comissão de Monitoramento e Avaliação.

III - atender a todos os dispositivos e atribuições impostos à Comissão, nos respectivos Termos de Convênios, Termos de Fomento ou de Parcerias que o Município venha a participar.

Art. 3º. A Comissão de Monitoramento e Avaliação será composta conforme expresse abaixo:

I - Presidente: Simone Guerro Tosetto;

.

II - Secretária: Inês Maria Gollo Favareto;

III - Membros: Vania Martinelli Alves Pereira, Simone Zanella Strada, Joraci Pagnussat, Raquel Lamp Milani, Kênia Munaretti Frozza.

Art. 4º. As despesas decorrentes com a execução deste Decreto correrão por conta das Dotações Orçamentárias vigentes.

Art. 5º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 31 de Março de 2017.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon

Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO Nº 7784/2017

DECRETO Nº. 7.784, 31 DE Março DE 2017.

Designa Gestor das Parcerias celebradas com organizações da sociedade civil, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014 e dá outras providências.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Izeu Jonas Tozetto, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei e,

Considerando a necessidade avaliação e verificação da gestão administrativa exercida sobre os serviços públicos disponibilizados à Sociedade através de Organizações da Sociedade Civil (entidades sem fins lucrativos), mediante a celebração de Convênios, Termos de Colaboração ou Termos de Fomento,

DECRETA

Art. 1º. Fica Designado a servidora Marcia Matilde Ferreira como gestora das Parcerias, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014, o servidor Público Municipal:

Art. 2º. Compete ao Gestor de Parcerias a análise da prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil:

- a) avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado;
- b) a descrição pormenorizada das atividades realizadas
- c) a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados
- d) Glosar valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.
- e) Analisar os dados financeiros com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes.
- f) A avaliação da prestação de contas deverá considerar a verdade real e os resultados alcançado, até o período de que trata a prestação de contas recebida.

Art. 3º. As despesas decorrentes com a execução deste Decreto correrão por conta das Dotações Orçamentárias vigentes.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 31 de Março de 2017.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon

Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO Nº 7785/2017

DECRETO Nº. 7.785, 05 De Abril DE 2017.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 22/2017, DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº 10/2017, DO MUNICÍPIO PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Izeu Jonas Tozetto, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Nº 8.666/93;

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no Processo Administrativo nº. 22/2017

– Dispensa de Licitação Para Compras e Serviços Nº. 10/2017, do Município, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida: a TSL – TECNOLOGIA EM SISTEMAS DE LEGISLAÇÃO LTDA, com o item Nº: 1 no valor de R\$ 6.665,71 (seis mil e seiscentos e sessenta e cinco reais e setenta e um centavos).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 05 de Abril de 2017.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon

Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO Nº 7786/2017

DECRETO Nº. 7.786, 06 De Abril DE 2017.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 15/2017, PREGÃO PRESENCIAL Nº 8/2017, DO MUNICÍPIO PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Izeu Jonas Tozetto, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93;

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no Processo Administrativo nº. 15/2017 – Pregão Presencial Nº. 8/2017, do Município, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida: a ESTEVAN GRABOSKI CASANOVA 05974846940, com o item Nº: 1, no valor de R\$ 16.660,00 (dezesseis mil e seiscentos e sessenta reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 06 de Abril de 2017.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon

Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO Nº 7787/2017

DECRETO Nº. 7.787, 11 De Abril DE 2017.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 24/2017, DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº 11/2017, DO MUNICÍPIO PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Izeu Jonas Tozetto, usando das atribuições que

lhes são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Nº 8.666/93;

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no Processo Administrativo nº. 24/2017 – Dispensa de Licitação Para Compras e Serviços Nº. 11/2017, do Município, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida: a ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL, com o item Nº: 1 no valor de R\$ 2.150,00 (Dois mil e cento e cinquenta reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 11 de Abril de 2017.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon

Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO Nº 7788/2017

DECRETO Nº. 7.788, 11 De Abril DE 2017.

Dispõe sobre a alteração a Lei Municipal Nº. 2.029 de 02/10/2014, que dispõe sobre o Plano Plurianual de Investimentos para o quadriênio 2014/2017 e a Lei Municipal Nº. 2.141 DE 10/05/2016, Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2017, e alteração da Lei Municipal Nº2.163 de 17 de novembro de 2016, Lei Orçamentária Anual e Suplementar Verbas no orçamento vigente e dá outras providências.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Izeu Jonas Tozetto, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Nº 2.175/2017.

DECRETA

Art. 1º. As metas físicas e financeiras fixadas para a ação nº 1.018 – Conclusão da Construção do Centro de Eventos Culturais adequando os espaços a todos os programas, fixadas na Lei Nº. 2.029 de 02/10/2014 que dispõe sobre o Plano Plurianual de Investimentos para o quadriênio 2014/2017, na Lei Nº. 2.141 de 10/05/2016 que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2017, passam a vigorar conforme valores abaixo:

CÓD	DESCRIÇÃO	UN. MED	META FÍSICA		
				2017	TOTAL
1.018	Conclusão da construção do centro de eventos culturais adequando todos os programas	01	1	71.831,81	71.831,81

Art. 2º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar verbas no orçamento vigente, no valor de R\$ 38.000,00 (trinta e oito mil reais), conforme dotação orçamentária e classificação da despesa a seguir discriminada.

Órgão: 04.00 – Secretaria de educação, cultura e esporte

Unidade: 04.06 - Departamento de cultura

Função: 13 – Cultura

Subfunção: 122– Administração Geral

Programa: 6 – Cultura – arte através da história, emoção e talento

Ação: 1.018 – Conclusão da construção do centro de eventos culturais adequando todos os programas

Classificação da Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00

Destinação de Recurso: 03.0024 – Superávit Exercício Anterior - R\$60.931,81

Classificação da Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00

Destinação de Recurso: 03.0000 – Superávit do exercício anterior - R\$ 10.900,00

Art. 3º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata os artigos anteriores são provenientes do superávit do exercício anterior conforme a seguir discriminado:

Fonte	Projeto/Atividade	Modalidade de Aplicação	D.R.	VALOR R\$
Superávit do exercício anterior	1.018	4.4.90.00.00.00.00.00	03.0024	60.931,81
Superávit do exercício anterior	1.018	4.4.90.00.00.00.00.00	03.0000	10.900,00

Art. 4º. As metas físicas e financeiras fixadas para a ação nº 1.043 – Pavimentação Asfáltica Rodovia da Integração fixadas na Lei Nº. 2.029 de 02/10/2014 que dispõe sobre o Plano Plurianual de Investimentos para o quadriênio 2014/2017 na Lei Nº. 2.141 de 10/05/2016 que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2017, passam a vigorar conforme valores abaixo

CÓD	DESCRIÇÃO	UN. MED	META FÍSICA		
				2017	TOTAL
1.043	Pavimentação Asfáltica Rodovia da Integração	01	1	5.963.038,68	5.963.038,68

Art. 4º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar verbas no orçamento vigente, no valor de R\$ 2.243.000,00 (dois milhões, duzentos e quarenta e três mil reais), conforme dotação orçamentária e classificação da despesa a seguir discriminada.

Órgão: 06.00 – Secretaria de transportes, obras e serviços urbanos

Unidade: 06.01 - Departamento de serviços urbanos

Função: 15 – Urbanismo
Subfunção: 451- Infra-estrutura urbana
Programa: 15 – Urbanização da cidade
Ação: 1.072 – Infra-estrutura e urbanização (asfalto, calçamento, ciclovias, pontes, passarelas)
Classificação da Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00
Destinação de Recurso: 03.000– Superávit do exercício anterior - R\$ 5.000,00
Classificação da Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00
Destinação de Recurso: 03.24 –Superávit do exercício anterior - R\$ 257.126,43
Classificação da Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00
Destinação de Recurso: 01.24 – Transferências de convênios outros - R\$ 5.510.912,25

Art. 5º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata os artigos anteriores são provenientes do excesso de arrecadação na referida destinação de recursos conforme contratos de repasses 1.013.253-61/2013 e 1.008.825-47/2013 Ministério do Turismo R\$5.510.912,25 (cinco milhões, quinhentos e dez mil, novecentos e doze reais e vinte e cinco centavos) do superávit do exercício anterior no valor de R\$262.126,43 (duzentos e sessenta e dois mil, cento e vinte e seis reais e quarenta e três centavos), conforme a seguir discriminado:

Fonte	Projeto/Atividade	Modalidade de Aplicação	D.R.	VALOR R\$
Superávit do exercício anterior	1.043	4.4.90.00.00.00.00.00	03.000	5.000,00
Superávit do exercício anterior	1.043	4.4.90.00.00.00.00.00	03.0024	257.126,43
Convênio (excesso de arrecadação)	1.043	4.4.90.00.00.00.00.00	01.0024	5.510.912,25

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 11 de Abril de 2017.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon

Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO Nº 7789/2017

DECRETO Nº. 7.789, 18 De Abril DE 2017.

Autoriza o Prefeito Municipal a conceder subvenção social a Associação Hospitalar Lenoir Vargas Ferreira, para fins que menciona.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Izeu Jonas Tozetto, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Nº 2.176/2017.

DECRETA

Art. 1º. Fica o Prefeito Municipal autorizado a realizar repasse financeiro, a título de subvenção social, a Associação Hospitalar Lenoir Vargas Ferreira, entidade Beneficiária de Assistência Social, CNPJ n. 02.122.913/0002-97, no valor de até R\$ 124.000,00 (cento e vinte e quatro mil reais), por mês, pelo período de 09 meses, de Abril a Dezembro de 2017, conforme rege o art. 16 da lei 4.320/1964.

Art. 2º. A subvenção prevista no art. 1º deve ser utilizada para pagamento dos serviços essenciais de assistência médica na forma de plantões, sobreaviso de médicos, suturas e despesas de custeio e manutenção da instituição, objetivando que a população tenha acesso a médicos para atendimentos urgentes durante 24hrs por dia, no único hospital da cidade.

Art. 3º. A entidade subvencionada deve prestar contas ao Município na forma contábil, conforme exige o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, obedecendo-se a Lei Federal n. 4.320/64.

Art. 4º. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta da dotação orçamentária vigente.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 18 de Abril de 2017.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon

Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO Nº 7790/2017

DECRETO Nº. 7.790, 18 De Abril DE 2017.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Izeu Jonas Tozetto, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Nº 2.177/2017.

DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar por superávit financeiro do exercício de 2016, no orçamento vigente do Município, no valor de R\$ 47.113,80 (quarenta e sete mil e cento e treze reais e oitenta centavos), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 11.01 – Sec. De Desenvolvimento Econômico

Unidade: 11.01 – Departamento de Desenvolvimento Econômico e Turismo

Função: 04 – Administração.

Sub-função: 122 – Administração Geral.

Programa: 0031 – Incentivo a Indústria, Comércio e Prestação de Serviços

Ação: 1.071 – Implantar o Corpo de Bombeiros

Elemento: 3.3.90.0000000000.03.0000 – Superávit do Exercício Anterior R\$ 7.113,80

Elemento: 4.4.90.0000000000.03.0000 – Superávit do Exercício Anterior R\$ 40.000,00

Art. 2º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo anterior são provenientes do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2016, conforme decreto nº. 7.734/2017.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 18 de Abril de 2017.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon

Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO Nº 7791/2017

DECRETO Nº. 7.791, 18 De Abril DE 2017

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA SUPLEMENTAR VERBAS NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Izeu Jonas Tozetto, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Nº 2.178/2017.

DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar verbas no orçamento vigente do Município, no valor de R\$ 105.000,00 (cento e cinco mil reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 01.01 – Câmara de Vereadores

Unidade: 01. – Câmara de Vereadores

Função: 01 – Legislativa

Sub-função: 031 – Ação Legislativa

Programa: 0001 – Processo Legislativo

Ação: 1.002 – Aquisição de Móveis, Equipamentos e Mobiliário em Geral

Elemento: 4.4.90.0000000000.01.0000 – Recursos Ordinários R\$ 30.000,00

Órgão: 01.01 – Câmara de Vereadores

Unidade: 01. – Câmara de Vereadores

Função: 01 – Legislativa

Sub-função: 031 – Ação Legislativa

Programa: 0001 – Processo Legislativo

Ação: 2.001 – Manutenção da Câmara de Vereadores

Elemento: 3.3.90.0000000000.01.0000 – Recursos Ordinários R\$ 75.000,00

Art. 2º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo anterior são provenientes da anulação das seguintes dotações:

Órgão: 01.01 – Câmara de Vereadores

Unidade: 01. – Câmara de Vereadores

Função: 01 – Legislativa

Sub-função: 031 – Ação Legislativa

Programa: 0001 – Processo Legislativo

Ação: 1.001 – Conclusão Construção Sede Própria

Elemento: 4.4.90.0000000000.01.0000 – Recursos Ordinários R\$ 80.000,00

Órgão: 01.01 – Câmara de Vereadores

Unidade: 01. – Câmara de Vereadores

Função: 01 – Legislativa

Sub-função: 031 – Ação Legislativa

Programa: 0001 – Processo Legislativo

Ação: 2.001 – Manutenção da Câmara de Vereadores

Elemento: 3.1.90.0000000000.01.0000 – Recursos Ordinários R\$ 25.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 18 de Abril de 2017.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon

Secretária de Administração e Finanças.

LEI Nº 2.174/2016

LEI MUNICIPAL Nº. 2.174, 06 De Abril DE 2017.

DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DAS RUAS LOCALIZADAS NO LOTEAMENTO JARDIM AMÉRICA.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Izeu Jonas Tozetto, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Faz Saber – Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O bem público de uso comum identificado como rua "A", do Loteamento Jardim América, no município de Coronel Freitas,

fica denominado Rua Angela Cipriani.

Art. 2º - O bem público de uso comum identificado como rua "B", do Loteamento Jardim América, no município de Coronel Freitas, fica denominado Rua Mauricio Cipriani.

Art. 3º - O bem público de uso comum identificado como rua "C", do Loteamento Jardim América, no município de Coronel Freitas, fica denominado Rua Antônio Brizot.

Art. 4º - O bem público de uso comum identificado como rua "D", do Loteamento Jardim América, no município de Coronel Freitas, fica denominado Rua Mercedes Brizot.

Art. 5º - O bem público de uso comum identificado como rua "E", do Loteamento Jardim América, no município de Coronel Freitas, fica denominado Rua Antônio Bombassaro.

Art. 6º - O bem público de uso comum identificado como rua "F", do Loteamento Jardim América, no município de Coronel Freitas, fica denominado Rua Arno Rosalen.

Art. 7º - O bem público de uso comum identificado como rua "G", do Loteamento Jardim América, no município de Coronel Freitas,

fica denominado Rua Segundo Piaia.

Art. 8º - O bem público de uso comum identificado como rua "H", do Loteamento Jardim América, no município de Coronel Freitas, fica denominado Rua Itacir Zucco.

Art. 9º - O bem público de uso comum identificado como rua "I", do Loteamento Jardim América, no município de Coronel Freitas, fica denominado Rua Mario Dalagasperina.

Art. 10 - O bem público de uso comum identificado como rua "J", do Loteamento Jardim América, no município de Coronel Freitas, fica denominado Rua Antonio Juraci Pagnocelli.

Art. 11 - O bem público de uso comum identificado como Rua Vilson Kleinubing situada no Bairro Vista Alegre, permanece sem alteração. A continuação da Rua que está situada no Loteamento Jardim América denomina-se Rua Jandir Braz Favaretto.

Art. 12 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 13 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 06 de Abril de 2017.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

LEI Nº 2.175/2016

LEI MUNICIPAL Nº. 2.175, 11 De Abril DE 2017.

Dispõe sobre a alteração a Lei Municipal Nº. 2.029 de 02/10/2014, que dispõe sobre o Plano Plurianual de Investimentos para o quadriênio 2014/2017 e a Lei Municipal Nº. 2.141 DE 10/05/2016, Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2017, e alteração da Lei Municipal Nº2.163 de 17 de novembro de 2016, Lei Orçamentária Anual e Suplementar Verbas no orçamento vigente e dá outras providências.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Izeu Jonas Tozetto, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

Faz Saber – Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. As metas físicas e financeiras fixadas para a ação nº 1.018 – Conclusão da Construção do Centro de Eventos Culturais adequando os espaços a todos os programas, fixadas na Lei Nº. 2.029 de 02/10/2014 que dispõe sobre o Plano Plurianual de Investimentos para o quadriênio 2014/2017, na Lei Nº. 2.141 de 10/05/2016 que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2017, passam a vigorar conforme valores abaixo:

CÓD	DESCRIÇÃO	UN. MED	META FÍSICA		
				2017	TOTAL
1.018	Conclusão da construção do centro de eventos culturais adequando todos os programas	01	1	71.831,81	71.831,81

Art. 2º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar verbas no orçamento vigente, no valor de R\$ 38.000,00 (trinta e oito mil reais), conforme dotação orçamentária e classificação da despesa a seguir discriminada.

Órgão: 04.00 – Secretaria de educação, cultura e esporte

Unidade: 04.06 - Departamento de cultura

Função: 13 – Cultura

Subfunção: 122– Administração Geral

Programa: 6 – Cultura – arte através da história, emoção e talento

Ação: 1.018 – Conclusão da construção do centro de eventos culturais adequando todos os programas

Classificação da Despesa: 4.4.90.00.00.00.00

Destinação de Recurso: 03.0024 – Superávit Exercício Anterior - R\$60.931,81

Classificação da Despesa: 4.4.90.00.00.00.00

Destinação de Recurso: 03.0000 – Superávit do exercício anterior - R\$ 10.900,00

Art. 3º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata os artigos anteriores são provenientes do superávit do exercício anterior conforme a seguir discriminado:

Fonte	Projeto/Atividade	Modalidade de Aplicação	D.R.	VALOR R\$
Superávit do exercício anterior	1.018	4.4.90.00.00.00.00.00	03.0024	60.931,81
Superávit do exercício anterior	1.018	4.4.90.00.00.00.00.00	03.0000	10.900,00

Art. 4º. As metas físicas e financeiras fixadas para a ação nº 1.043 – Pavimentação Asfáltica Rodovia da Integração fixadas na Lei Nº. 2.029

de 02/10/2014 que dispõe sobre o Plano Plurianual de Investimentos para o quadriênio 2014/2017 na Lei Nº. 2.141

de 10/05/2016 que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2017, passam a vigorar conforme valores abaixo:

CÓD	DESCRIÇÃO	UN. MED	META FÍSICA		
				2017	TOTAL
1.043	Pavimentação Asfáltica Rodovia da Integração	01	1	5.963.038,68	5.963.038,68

Art. 4º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar verbas no orçamento vigente, no valor de R\$ 2.243.000,00 (dois milhões, duzentos e quarenta e três mil reais), conforme dotação orçamentária e classificação da despesa a seguir discriminada.

Órgão: 06.00 – Secretaria de transportes, obras e serviços urbanos

Unidade: 06.01 - Departamento de serviços urbanos

Função: 15 – Urbanismo

Subfunção: 451- Infra-estrutura urbana

Programa: 15 – Urbanização da cidade

Ação: 1.072 – Infra-estrutura e urbanização (asfalto, calçamento, ciclovias, pontes, passarelas)

Classificação da Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00

Destinação de Recurso: 03.000– Superávit do exercício anterior - R\$ 5.000,00

Classificação da Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00

Destinação de Recurso: 03.24 –Superávit do exercício anterior - R\$ 257.126,43

Classificação da Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00

Destinação de Recurso: 01.24 – Transferências de convênios outros - R\$ 5.510.912,25

Art. 5º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata os artigos anteriores são provenientes do excesso de arrecadação na referida destinação de recursos conforme contratos de repasses 1.013.253-61/2013 e 1.008.825-47/2013 Ministério do Turismo R\$5.510.912,25 (cinco milhões, quinhentos e dez mil, novecentos e doze reais e vinte e cinco centavos) do superávit do exercício anterior no valor de R\$262.126,43 (duzentos e sessenta e dois mil, cento e vinte e seis reais e quarenta e três centavos), conforme a seguir discriminado:

Fonte	Projeto/Atividade	Modalidade de Aplicação	D.R.	VALOR R\$
Superávit do exercício anterior	1.043	4.4.90.00.00.00.00.00	03.000	5.000,00
Superávit do exercício anterior	1.043	4.4.90.00.00.00.00.00	03.0024	257.126,43
Convênio (excesso de arrecadação)	1.043	4.4.90.00.00.00.00.00	01.0024	5.510.912,25

Art. 6º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 7º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 11 de abril de 2017.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

LEI Nº 2.176/2016

LEI MUNICIPAL Nº. 2.176, 18 De Abril DE 2017.

Autoriza o Prefeito Municipal a conceder subvenção social a Associação Hospitalar Lenoir Vargas Ferreira, para fins que menciona.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Izeu Jonas Tozetto, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

Faz Saber – Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Prefeito Municipal autorizado a realizar repasse financeiro, a título de subvenção social, a Associação Hospitalar Lenoir Vargas Ferreira, entidade Beneficiária de Assistência Social, CNPJ n. 02.122.913/0002-97, no valor de até R\$ 124.000,00 (cento e vinte e quatro mil reais), por mês, pelo período de 09 meses, de Abril a Dezembro de 2017, conforme rege o art. 16 da lei 4.320/1964.

Art. 2º. A subvenção prevista no art. 1º deve ser utilizada para pagamento dos serviços essenciais de assistência médica na forma de plantões, sobreaviso de médicos, suturas e despesas de custeio e manutenção da instituição, objetivando que a população tenha acesso a médicos para atendimentos urgentes durante 24hrs por dia, no único hospital da cidade.

Art. 3º. A entidade subvencionada deve prestar contas ao Município na forma contábil, conforme exige o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, obedecendo-se a Lei Federal n. 4.320/64.

Art. 4º. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta da dotação orçamentária vigente.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 18 de Abril de 2017.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

LEI Nº 2.177/2016

LEI MUNICIPAL Nº. 2.177, 18 De Abril DE 2017.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Izeu Jonas Tozetto, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Faz Saber – Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar por superávit financeiro do exercício de 2016, no orçamento vigente do Município, no valor de R\$ 47.113,80 (quarenta e sete mil e cento e treze reais e oitenta centavos), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 11.01 – Sec. De Desenvolvimento Econômico

Unidade: 11.01 – Departamento de Desenvolvimento Econômico e Turismo

Função: 04 – Administração.

Sub-função: 122 – Administração Geral.

Programa: 0031 – Incentivo a Indústria, Comércio e Prestação de Serviços

Ação: 1.071 – Implantar o Corpo de Bombeiros

Elemento: 3.3.90.0000000000.03.0000 – Superávit do Exercício Anterior R\$ 7.113,80

Elemento: 4.4.90.0000000000.03.0000 – Superávit do Exercício Anterior R\$ 40.000,00

Art. 2º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo anterior são provenientes do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2016, conforme decreto nº. 7.734/2017.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 18 de Abril de 2017.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

LEI Nº 2.178/2016

LEI MUNICIPAL Nº. 2.178, 18 De Abril DE 2017.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA SUPLEMENTAR VERBAS NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Izeu Jonas Tozetto, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Faz Saber – Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar verbas no orçamento vigente do Município, no valor de R\$ 105.000,00 (cento e cinco mil reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 01.01 – Câmara de Vereadores

Unidade: 01. – Câmara de Vereadores

Função: 01 – Legislativa

Sub-função: 031 – Ação Legislativa

Programa: 0001 – Processo Legislativo

Ação: 1.002 – Aquisição de Móveis, Equipamentos e Mobiliário em Geral

Elemento: 4.4.90.0000000000.01.0000 – Recursos Ordinários R\$ 30.000,00

Órgão: 01.01 – Câmara de Vereadores

Unidade: 01. – Câmara de Vereadores

Função: 01 – Legislativa

Sub-função: 031 – Ação Legislativa

Programa: 0001 – Processo Legislativo

Ação: 2.001 – Manutenção da Câmara de Vereadores

Elemento: 3.3.90.0000000000.01.0000 – Recursos Ordinários R\$ 75.000,00

Art. 2º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo anterior são provenientes da anulação das seguintes dotações:

Órgão: 01.01 – Câmara de Vereadores

Unidade: 01. – Câmara de Vereadores

Função: 01 – Legislativa

Sub-função: 031 – Ação Legislativa

Programa: 0001 – Processo Legislativo

Ação: 1.001 – Conclusão Construção Sede Própria

Elemento: 4.4.90.0000000000.01.0000 – Recursos Ordinários R\$ 80.000,00

Órgão: 01.01 – Câmara de Vereadores

Unidade: 01. – Câmara de Vereadores

Função: 01 – Legislativa

Sub-função: 031 – Ação Legislativa

Programa: 0001 – Processo Legislativo

Ação: 2.001 – Manutenção da Câmara de Vereadores

Elemento: 3.1.90.0000000000.01.0000 – Recursos Ordinários R\$ 25.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 18 de Abril de 2017.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Correia Pinto

PREFEITURA

CHAMADA PÚBLICA PARA CREDENCIAMENTO 01/2017 FMS - PROCESSO 06/2017 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORREIA PINTO

CHAMADA PÚBLICA PARA CREDENCIAMENTO 01/2017 FMS

PROCESSO 06/2017 FMS

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, por intermédio de seu Gestor, o Sr. Celso Rogerio Alves Ribeiro, faz saber pelo presente que se encontra aberto o EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA que efetuará o CREDENCIAMENTO DE LABORATÓRIOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES LABORATORIAIS DE ANÁLISES CLÍNICAS CONSTANTES NA TABELA SIA/SUS. Prazo para entrega de documentos: 20/04/2017 até 31/12/2017. O edital poderá ser obtido no setor de licitações da Prefeitura Municipal, sito na Rua Duque de Caxias, 1569, Centro, Correia Pinto-SC, em dias úteis de 2ª a 6ª feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:30h às 17:30h, ou em www.correiapinto.sc.gov.br

Correia Pinto/SC, 19 de abril de 2017.

CELSO ROGERIO ALVES RIBEIRO

Prefeito

Cunhaporã

PREFEITURA

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 23/2017

MUNICIPIO DE CUNHA PORÃ

Ata de Registro de Preços nº: 023/2017

Partes: Município de Cunha Porã e as Empresas POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA – EPP, ELVIO JAHNEL & CIA LTDA – ME, ATUAL INFORMATICA E ASSIST.TECNICA LTDA, BAVARESCO E CIA LTDA, JP EQUIPAMENTOS LTDA ME e MB CATARINENSE LTDA ME.

Processo Licitatório: 0508/2017. Modalidade: Pregão nº: 029/2017.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA O MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ.

Valor:

Empresa Proponente Vencedora:	Valor Total R\$
POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA - EPP	15.698,00
ELVIO JAHNEL & CIA LTDA - ME	34.358,00
ATUAL INFORMATICA E ASSIST.TECNICA LTDA	31.529,00
BAVARESCO E CIA LTDA	9.632,50
JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	39.797,00
MB CATARINENSE LTDA ME	11.256,50

Vigência: 10/04/2017 a 10/04/2018.

Jairo Rivelino Ebeling – Prefeito Municipal.

EXTRATO CONTRATO Nº 58/2017

MUNICIPIO DE CUNHA PORÃ

Contrato Administrativo nº 058/2017

Partes: Município de Cunha Porã e a Empresa Iraci Andrade –ME.

Objeto: REALIZAÇÃO DE CAPACITAÇÃO A EQUIPE DE TRABALHADORES DO CRAS, COM VISTAS A QUALIFICAÇÃO E AO APRIMORAMENTO DOS SERVIÇOS DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Processo Licitatório: nº 0662/2017.

Modalidade: Dispensa por Limite nº. 0618/2017

Valor: R\$ 4.000,00.

Vigência: 12/04/2017 a 12/05/2017.

Jairo Rivelino Ebeling – Prefeito Municipal.

Curitibanos

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 73/2017

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 73/2017

O Município de Curitibanos de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA USO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE CURITIBANOS, CONFORME DESCRIÇÃO MÍNIMA CONSTANDO NO ANEXO I DESTE EDITAL. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 15/05/2017, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitibanos, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizado qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 14:00 horas do dia 15/05/2017, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na página da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 17 de Abril de 2017.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 74/2017

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 74/2017

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO EVENTUAL DE COMBUSTÍVEIS PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, SAÚDE, HABITAÇÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL, PREFEITURA E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 14:00 horas do dia 04/05/2017, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860. A partir das 16:00 horas do dia 04/05/2017, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na página da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 17 de Abril de 2017.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 31/2017

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 31/2017

REFERENTE: Contrato de compra e venda firmado entre o Fundo Municipal de Saúde e a empresa DUTRA COMERCIO FARMACEUTICO LTDA, com o valor de R\$ 4.319,17 (quatro mil trezentos e dezenove reais e dezessete centavos), e FARMACIA SUL BRASIL LTDA EPP com o valor R\$ 2.072,40 (dois mil e setenta e dois reais e quarenta centavos).

RESUMO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS JUDICIAIS DOS REQUERENTES: M^a DE LOURDES RIBEIRO DE OLIVEIRA AUTOS 0301429922015, LUCIMAR AP R. XAVIER AUTOS 0303448712015, VANILDO COELHO DELFINO AUTOS 0003151792011, MARIA DE L. R. DE OLIVEIRA AUTOS 0301765962015, HELENA STANSKI AUTOS 030026792014, IRACI NATALIA CORDEIRO AUTOS 0301791312014, GIOVANA DOS SANTOS CORREA AUTOS 0900621722014. CONFORME LEI 8.666/93, ART. 24, INCISO IV, E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO

FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

- "Art. 24 – É dispensável a licitação de:

- IV – nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 dias (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 24, inciso IV da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida contratação.

Diego Sebem Wordell Angela de Fátima Menegazzo
Presidente da Comissão Membro

Rosangela de Fátima Borges Luci de Fátima Mello Daiane Penteado
Membro Membro Membro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 24, o inciso IV dou como aprovada.

Curitibanos, 18 de abril de 2017.

Hérion Adalberto Rech
Procurador Geral do Município

AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a compra e venda mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitibanos, 18 de abril de 2017.

Altamir Carvalho Goetten
Secretário Municipal de Saúde

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 5/2017

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 5/2017

REFERENTE: Contrato de compra e venda firmado entre o Fundo Municipal de Assistência Social de Curitiba e a empresa Auto Mecânica Geral Ltda., com o valor total de R\$ 220,00 (Duzentos e vinte reais).

RESUMO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA REVISÃO MECÂNICA E AQUISIÇÃO DE PEÇA DO VEÍCULO SPIN, PLACAS QHM4967, EM USO NO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA, NA FORMA DO ARTIGO 24, INCISO XVII, DA LEI 8.666/93, CONFORME JUSTIFICATIVA E DOCUMENTAÇÃO ANEXAS.

FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

- "Art. 24 – É dispensável a licitação de:
- XVII – “Para a aquisição de componentes ou peças de origem nacional ou estrangeiro necessários à manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica, junto ao fornecedor original desses equipamentos, quando tal condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia;”

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 24, inciso XVII da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Presidente do Fundo, sugerindo a referida contratação.

Curitiba, 17 de abril de 2017.

Diego Sebem Wordell Cristina Melo Menegotto

Presidente da Comissão Membro

Roberto Carlos da Silva Paula Juliana Lima Martins

Membro Membro

Daniele Cristina Pozzo da Silva

Membro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 24, o inciso XVII dou como aprovada.

Curitiba, 17 de abril de 2017.

Hérion Adalberto Rech

Procurador Geral do Município

AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a compra e venda mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitiba, 17 de abril de 2017.

Marcio Polletto de Souza

Presidente do Fundo

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 4/2017

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 4/2017

REFERENTE: Contrato de prestação de serviços firmado entre o Fundo Municipal de Assistência Social de Curitiba e ANTONIO CARLOS POPINHAKI, com o valor total de R\$ 3.920,00 (Três mil novecentos e vinte reais).

RESUMO: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE OFICINEIRO NA MODALIDADE DE INFORMÁTICA, PELO PERÍODO DE 14 SEMANAS (15/04/2017 A 15/07/2017), SENDO 10 HORAS SEMANAIS, CONFORME EDITAL DE CREDENCIAMENTO 002/2017, ARTIGO 25, INCISO II DA LEI 8.666/93 E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

- "Art. 25 – É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

II – “para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;”

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 25, inciso II da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Presidente do Fundo, sugerindo a referida contratação.

Curitiba, 10 de abril de 2017.

Diego Sebem Wordell Cristina Melo Menegotto

Presidente da Comissão Secretário

Daniele Cristina Pozzo da Silva Roberto Carlos da Silva

Membro Membro

Paula Juliana Martins

Membro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente inexigibilidade cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 25 o inciso II dou como aprovada.

Curitiba, 10 de abril de 2017.

Herlon Adalberto Rech

Procurador Geral do Município

AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a contratação da prestação de serviços mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitiba, 10 de abril de 2017.

Marcio Damiani Poletto de Souza

Presidente do Fundo

REPUBLICAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 60/2017

REPUBLICAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 60/2017

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE TUBO 50X30X1,5MM COM 6M COMPRIMENTO E CHAPAS GALVANIZADAS 1MX3MX05MM, PARA USO DA SECRETARIA DE OBRAS NA CONFECÇÃO DE PLACAS PARA PUBLICIDADE. CONFORME ANEXO 1 DESTA DITAL E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 14:00 horas do dia 04/05/2017, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860. A partir das 18:00 horas do dia 04/05/2017, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no setor de Licitações e Contratos, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

Curitiba, 18 de Abril de 2017.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO NR 8/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS	TOMADA DE PREÇO Nr.: 8/2017 - TP
CNPJ: 83.754.044/0001-34 RUA CORONEL VIDAL RAMOS, 860 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC	Processo Administrativo: 8/2017 Processo de Licitação: 8/2017 Data do Processo: 20/03/2017
	Folha: 1/1

OBJETO DA LICITAÇÃO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA COMPLEMENTAÇÃO DA CONSTRUÇÃO DO NÚCLEO MUNICIPAL ROTARY, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E ANEXO I DESTE EDITAL.

ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO Nr. 8/2017 (Sequência: 2)

Ao(s) 18 de Abril de 2017, às 13:30 horas, na sede da(o) FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 1415/2014, para a abertura dos envelopes de documentação ref. ao Processo Licitatório nº 8/2017, Licitação nº. 8/2017 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das mesmas com os esclarecimentos e análise necessários, por ordem de entrada e, rubricadas toda a documentação atinente, tendo o seguinte parecer da comissão:

- TENDO EM VISTA QUE NÃO HOUVE INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS QUANTO À DECISÃO DA CPL, FICA CONVOCADO OS LICITANTES PARA QUE NO DIA 24/04/2017 ÀS 16:00 HORAS NO SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, SITO A RUA CORONEL VIDAL RAMOS, 860, SEJA REALIZADA A SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA, ANÁLISE E JULGAMENTO DOS ENVELOPES DE PROPOSTA DE PREÇOS DAS EMPRESAS CONSIDERADAS HABILITADAS NO CERTAME.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo que será assinado pelos presentes.

Curitiba, 18 de Abril de 2017

COMISSÃO:

DIEGO SEBEM WORDELL	- - Presidente da Comissão de Licitação
CRISTINA MELO MENEGOTTO	- - SECRETÁRIA
DANIELLE CRISTINA POZZO DA SILVA	- - 1º MEMBRO

Descanso

PREFEITURA

CHAMADA PÚBLICA 01/2017

MUNICÍPIO DE DESCANSO
AVISO DE LICITAÇÃO
CHAMADA PÚBLICA 01/2017

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, de acordo com a Lei 11.947/09. Encontra-se aberto o edital de Chamada Pública conforme as especificações contidas no edital e em seus anexos. Recebimento dos envelopes de documentação e Projetos de Venda até às 14:00 horas do dia 10/05/2017, no Dpto. de Licitações da Prefeitura Municipal, a Av. Marechal Deodoro, 146. Informações pelo fone (049) 3623 0161.

Descanso/SC, 19 de abril de 2017.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito Municipal

EXTRATO EDITAL PREGÃO 22 2017 AQUISIÇÃO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA CONserto E MANUTENÇÃO DE FIAT STRADA

MUNICÍPIO DE DESCANSO-PREFEITURA
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 29/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2017

Objeto: Aquisição de materiais, peças e mão de obra para conserto e manutenção do veículo Fiat Strada Fire 1.4 CS, nº 53, placas MGU-5854, ano 2009, com recursos próprios. Recebimento dos envelopes de documentação e propostas até às 08:00 horas do dia 02/05/2017, no Departamento de Licitações e Contratos do Município de Descanso - Prefeitura, sito a Avenida Marechal Deodoro, nº 146, iniciando a fase de lances às 08:00 horas do mesmo dia. A íntegra do Edital encontra-se no endereço eletrônico www.descanso.sc.gov.br Informações pelo fone (049) 3623 0161.

Descanso/SC, 17 de Abril de 2017.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito Municipal

EXTRATO EDITAL PREGÃO 23 2017 TRANSFORMAÇÃO FURGÃO

MUNICÍPIO DE DESCANSO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2017

Objeto: Constitui objeto da presente licitação a transformação e adaptação do veículo camionete/furgão, placas QIH-1771, marca Fiat/Ducato, modelo Maxi Cargo, ano 2016/2017, para ambulância, destinado ao uso pelo Corpo de Bombeiros Militares de São Miguel do Oeste, em Auto Socorro de Urgência (ASU), onde será utilizado em atendimento pré-hospitalar, com recursos do Convênio CBMSC/ Município de Descanso, conforme as especificações contidas no edital e em seus anexos. Recebimento dos envelopes de documentação e propostas até às 10:00 horas do dia 02/05/2017, no Departamento de Licitações e Contratos do Município de Descanso - Prefeitura, sito a Avenida Marechal Deodoro, nº 146, iniciando a fase de lances às 10:00 horas do mesmo dia. A íntegra do Edital encontra-se no endereço eletrônico www.descanso.sc.gov.br Informações pelo fone (049) 3623 0161.

Descanso/SC, 17 de Abril de 2017.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito Municipal

EXTRATO EDITAL PREGÃO 24 2017 AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS MATERIAIS DE HIGIENE LIMPEZA E OUTROS PARA O BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL

MUNICÍPIO DE DESCANSO-PREFEITURA
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 31/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2017

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios, materiais de higiene, limpeza e outros para o Bloco de Proteção Social e Básica, com recursos FNAS-BL PSB. Recebimento dos envelopes de documentação e propostas até às 14:00 horas do dia 02/05/2017, no Departamento de Licitações e Contratos do Município de Descanso - Prefeitura, sito a Avenida Marechal Deodoro, nº 146, iniciando a fase de lances às 14:00 horas do mesmo dia. A íntegra do Edital encontra-se no endereço eletrônico www.descanso.sc.gov.br Informações pelo fone (049) 3623 0161.

Descanso/SC, 17 de Abril de 2017.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito Municipal

Dionisio Cerqueira

PREFEITURA

5 T.A. CONTRATO 30-2013 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : AD05/2017 - Contrato Nº: 030/2013 PMDC
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA
Contratada...: T.O.S. OBRAS E SERVICOS AMBIENTAIS LTDA
Valor : 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil e reais)
Vigência : Início: 01/03/2017 Término: 01/03/2018
Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 13/2013
Recursos : Dotação: 2.033.3.3.90.00.00.00.00 (109) Saldo: 745.741,48
Objeto : a) COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES E COMERCIAIS URBANOS DO MUNICÍPIO, DISTRITO DE IDAMAR E SÃO PEDRO TOBIAS;
b) DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS, ATRAVÉS DE OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E MONITORAMENTO DE ATERRO SANITÁRIO EM ÁREA DE RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA, POSSUIDORA DAS LICENÇAS AMBIENTAIS EXIGÍVEIS;
c) COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS PROVENIENTES DE SERVIÇOS DE SAÚDE.
Dionísio Cerqueira, 01 de março de 2017

CREDENCIAMENTO Nº.10-2017 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. SAÚDE DE DIONISIO CERQUEIRA
PROCESSO DE CREDENCIAMENTO Nº.10-2017
Contratante...: FUNDO MUN. DA SAÚDE DE DIONISIO CERQUEIRA
Contratadas...: IVONETE EDINA RUSCHEL - ME.
CLÍNICA DE FISIOTERAPIA DENISE S.B. VARELA – EIRELI.
Valor : 83.000,00 (OITENTA E TRES MIL REAIS).
Vigência : Início: 29-03-2017 Término: 31-12-2017.
Licitação : CREDENCIAMENTO Nº: 10-2017.
Objeto : CREDENCIAMENTO DE INTERESSADOS PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE FISIOTERAPIA, PARA PACIENTES RESIDENTES EM NOSSO MUNICÍPIO.

PP 01-2017; FUNDO MUNICIPAL DE ASSIS. SOCIAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/17
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1/17
HOMOLOGAÇÃO: 05/04/17
CONTRATADO: ROSA & ROSA CIA. LTDA.
CONTRATANTE: FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL DE DIONISIO CERQUEIRA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS E MATERIAL DE COPA E COZINHA PARA OS EVENTOS ANUAIS DOS IDOSOS DO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA - SC.
VALOR DA DESPESA: R\$ 7.059,00 (sete mil e cinquenta e nove reais)
DATA: 18/04/17 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO
GONÇALVES - Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/17
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1/17

HOMOLOGAÇÃO: 05/04/17
CONTRATADO: OLMIRO ROSA DOS SANTOS
CONTRATANTE: FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL DE DIONISIO CERQUEIRA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS E MATERIAL DE COPA E COZINHA PARA OS EVENTOS ANUAIS DOS IDOSOS DO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA - SC.
VALOR DA DESPESA: R\$ 4.164,15 (quatro mil cento e sessenta e quatro reais e quinze centavos)
DATA: 18/04/17 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO
GONÇALVES - Prefeito Municipal.

PP 05-2017 - FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/17
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5/17
HOMOLOGAÇÃO: 04/04/17
CONTRATADO: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
CONTRATANTE: FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL DE DIONISIO CERQUEIRA
OBJETO: Aquisição de reagentes e insumos a serem utilizados no Laboratório Municipal e material ambulatorial para distribuição e atendimento médico as Unidades Basicas de Saúde.
VALOR DA DESPESA: R\$ 4.099,05 (quatro mil e noventa e nove reais e cinco centavos)
DATA: 18/04/17 - - .

PREGÃO
PRESENCIAL Nº 2/17
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5/17
HOMOLOGAÇÃO: 04/04/17
CONTRATADO: AMARILDO BASEGGIO & CIA LTDA - ME
CONTRATANTE: FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL DE DIONISIO CERQUEIRA
OBJETO: Aquisição de reagentes e insumos a serem utilizados no Laboratório Municipal e material ambulatorial para distribuição e atendimento médico as Unidades Basicas de Saúde.
VALOR DA DESPESA: R\$ 13.093,40 (treze mil e noventa e três reais e quarenta centavos)
DATA: 18/04/17 - - .

PREGÃO
PRESENCIAL Nº 2/17
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5/17
HOMOLOGAÇÃO: 04/04/17
CONTRATADO: QUÍMIOLAB COM. DE PRODUTOS DE LAB.LTDA
CONTRATANTE: FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL DE DIONISIO CERQUEIRA
OBJETO: Aquisição de reagentes e insumos a serem utilizados no Laboratório Municipal e material ambulatorial para distribuição e atendimento médico as Unidades Basicas de Saúde.
VALOR DA DESPESA: R\$ 24.720,70 (vinte e quatro mil setecentos e vinte reais e setenta centavos)
DATA: 18/04/17 - - .

PREGÃO
PRESENCIAL Nº 2/17
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5/17
HOMOLOGAÇÃO: 04/04/17
CONTRATADO: DENTAL OESTE EIRELI

CONTRATANTE: FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL DE DIONISIO CERQUEIRA

OBJETO: Aquisição de reagentes e insumos a serem utilizados no Laboratório Municipal e material ambulatorial para distribuição e atendimento médico as Unidades Basicas de Saúde.

VALOR DA DESPESA: R\$ 2.927,60 (dois mil novecentos e vinte e sete reais e sessenta centavos)

DATA: 18/04/17 - - .

PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/17

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5/17

HOMOLOGAÇÃO: 04/04/17

CONTRATADO: J R EHLKE E CIA LTDA

CONTRATANTE: FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL DE DIONISIO CERQUEIRA

OBJETO: Aquisição de reagentes e insumos a serem utilizados no Laboratório Municipal e material ambulatorial para distribuição e atendimento médico as Unidades Basicas de Saúde.

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.410,00 (um mil quatrocentos e dez reais)

DATA: 18/04/17 - - .

RESCISÃO CONTRATO 03-2015 - DISPENSA DE LICITAÇÃO 06-2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. ASSISTÊNCIA SOCIAL DE DIONISIO CERQUEIRA

EXTRATO CONTRATO - RESCISÃO DO CONTRATO 03/2015

Contrato Nº: 003/2015 FMS

Contratante...: FUNDO MUN. MUN. ASSISTÊNCIA SOCIAL DE DIONISIO CERQUEIRA

Contratada....: ERNESTO DALBERTO.

Valor Rescindido...: R\$ 7.700,00.

Data da Rescisão.....: 28-03-2017.

Licitação : Dispensa de Licitação Nº.: 06/2015.

Objeto : LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA FUNCIONAMENTO DOS PROGRAMAS CASA LAR; CREAS, PRO-JOVEM E CONSELHO TUTELAR.

Doutor Pedrinho

CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA

Ata da Décima Sessão Ordinária da Câmara de Vereadores de Doutor Pedrinho, do Primeiro Período Ordinário, da Primeira Sessão Legislativa, da Oitava Legislatura do Município. Em onze de abril de dois mil e dezessete (11/04/2017), com início às 19:30 hs, reuniu-se a Câmara de Vereadores do Município de Doutor Pedrinho, com a presença da totalidade de seus Vereadores, tendo na Presidência o Vereador Tony Tadeu Nones; Vice-Presidência o Vereador Luiz Henrique Stollmeier; 1º Secretário o Vereador Luizinho Pereira da Silva; 2º Secretário o Vereador Jackson Rodrigo de Castilho. Inicialmente, o Senhor Presidente cumprimentou os colegas Vereadores e demais presentes, e declarou aberta a Sessão Ordinária, com a invocação regimentalmente fixada. A seguir, no pequeno expediente, o Presidente registrou a prévia entrega de cópia da Ata da Nona Sessão Ordinária realizada no dia 04/04/2017 aos Senhores Vereadores, disponibilizado na própria sede e publicada no Diário Oficial dos Municípios (in www.diariomunicipal.sc.gov.br), colocando-a em discussão, onde o Vereador Valmir Farias solicita retificação na Ata da Nona Sessão para que conste o que fora comentado por ele no espaço cedido para Palavra Livre a respeito do Requerimento que apresentou na Gestão anterior, solicitando informações ao Prefeito a respeito da existência de laudo feito pela Defesa Civil na lagoa da propriedade da Família Berri, e que em resposta do Prefeito foi recebido o laudo proferido pela Defesa Civil do Município, bem como que naquele Requerimento ele também solicitou informações quanto aos custos da intervenção aos cofres públicos em razão das obras que foram feitas na propriedade, que ficaram em torno de R\$ 12.500,00; Submetido a solicitação a votação não houve discordância do Plenário, motivo pelo qual o Presidente determina que conste a retificação na ata da Sessão atual; Não havendo mais manifestações o Senhor Presidente colocou a ata em votação, sendo a mesma aprovada por unanimidade, passando-se para assinaturas. Dando continuidade, convidou o Senhor Vereador Luizinho Pereira da Silva, 1º Secretário, a fazer a leitura do expediente, assim constituído: a) comunicado recebido do Ministério da Educação informando a liberação de recursos financeiros destinados a garantir a execução de programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação; b) Ofício recebido da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, informando a criação do Centro de Apoio às Câmaras Municipais; c) Balancetes e relatórios de execução fiscal e orçamentária da Prefeitura e do Fundo Municipal da Saúde, referente aos meses de Janeiro e Fevereiro de 2017; d) Indicação nº I-010/2017 de autoria do Vereador Jackson Rodrigo de Castilho indicando que o Poder Executivo, através do Setor competente, recupere o leito da rua Castelo Branco que dá acesso ao Empreendimento RX Festas e Eventos, de propriedade do Senhor Pedro Cesar Moraes. Encerrando o expediente seguiu-se ao grande expediente em tema livre, onde não houve vereadores inscritos. Prosseguindo na pauta da sessão, abriu-se espaço para "Comunicação de Lideranças", sem registro de manifestação pelos Líderes. Adentrando a Ordem do dia, com duas proposições pautadas: 1) Projeto de Decreto Legislativo nº 01/2017 - "Anula os Decretos Legislativos nº 09/2016 e nº 10/2016 e dá outras providências"; O Senhor Presidente solicita leitura do Parecer da Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação, sendo o mesmo apresentado pelo Presidente da Comissão, Vereador Jackson Rodrigo de Castilho, concluindo pelo posicionamento favorável a proposição; O Senhor Presidente coloca o Projeto de Decreto Legislativo nº 01/2017 em discussão, e não havendo manifestações passou-se a sua votação, ficando aprovado por unanimidade; 2) Projeto de Resolução nº 07/2017 - "Designa servidores para compor a Comissão Permanente de Licitações do Poder Legislativo de Doutor Pedrinho, para

2017 e dá outras providências"; O Senhor Presidente solicita leitura do Parecer da Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação, sendo o mesmo apresentado pelo Presidente da Comissão, Vereador Jackson Rodrigo de Castilho, concluindo pelo posicionamento favorável a proposição; O Senhor Presidente coloca o Projeto de Resolução nº 07/2017 em discussão, sem manifestações por parte dos Vereadores, passou a sua votação, sendo aprovado pela totalidade deste Poder Legislativo. Prosseguindo, passou-se então a "Palavra Livre" pela ordem de inscrição dos Parlamentares: a) o Vereador Jackson Rodrigo de Castilho apresenta suas justificativas a Indicação nº I-010/2017, no sentido de recuperação do leito da rua Castelo Branco que dá acesso ao Empreendimento RX Festas e Eventos, de propriedade do Senhor Pedro Cesar Moraes, pois a rua mencionada não é pavimentada e está em condições precárias de uso, possuindo grande fluxo de turistas e populares, além do acesso a residências, motivo pelo qual o revestimento em saibro e macadame deve ser melhorado; O local presta serviços de alojamento à turistas que visitam o Município, necessitando assim, de boas condições de acesso; E como empreendimento prestador de serviços, também contribui com impostos e para o crescimento do Município; b) o Vereador Américo Nones presta suas condolências à Família Moser, pela perda de seu ente querido, o Senhor Jundir Moser; c) o Vereador Luizinho Pereira da Silva, agradece a presença da Senhora Josiane Dalpiaz, Secretária Municipal da Saúde, e presta seus sentimentos a Família Moser por sua perda; d) o Vereador Merquides Martins registra também a perda da Família Moser, e presta os mais sinceros sentimentos aos familiares; e) o Vereador Valmir Farias se solidariza à Família Moser pela perda do ente querido, e também deseja uma ótima Páscoa aos colegas Vereadores e o público presente; Pela ordem de inscrição do Público presente, o Senhor Presidente convida para fazer uso da palavra: a) A Senhora Josiane Dalpiaz – Secretária Municipal de Saúde e Assistência Social – informa que tratará a respeito de um novo Convênio de Saúde com o Hospital OASE de Timbó, informando que por questões administrativas o antigo Convênio firmado entre o Município e o CISAMVI – Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí já não é mais viável, tanto por questões financeiras quanto pelos procedimentos, sendo que o Consórcio Público fez credenciamento de prestadores em Blumenau, onde não atende integralmente as necessidades dos pacientes, pois não tem continuidade de atendimento pelo SUS; Por isso, garante que um novo Convênio diretamente com o OASE garantirá a continuidade no atendimento aos Municípios; O Senhor Presidente questiona-a quanto aos gastos se este convênio é viável, sendo que a Senhora Josiane reitera que os gastos já aconteciam com o convênio anterior, então não se terá aumento nos gastos; O Vereador Luizinho comenta que muitos Municípios desconhecem os custos que o Município arca com os atendimentos realizados pelo Pronto-Socorro do Hospital OASE, sendo que a Senhora Josiane registra que chegam em torno de R\$ 127,00 por atendimento; O Senhor Presidente questiona qual será a vigência deste convênio, donde a Secretária da Saúde informa-o que terá vigência de um ano; Para finalizar, a Senhora Josiane diz que este convênio será muito benéfico ao Município, tanto por questões financeiras, quanto pelos procedimentos que serão realizados, sendo que o Poder Executivo deverá encaminhar proposição ao Legislativo solicitando autorização para que o mesmo seja firmado, solicitando que os Vereadores avaliem sua importância e deliberem a respeito; b) O Senhor Nilton Bruno Tomelin, Diretor da Escola Frei Lucínio Korte, inicia parabenizando a equipe de saúde do Município pela excelência no trabalho desenvolvido, e prossegue abordando a questão da reforma do telhado da Escola, que encontra-se em situação precária, mas que tem sido tratada com muito descaso

pelas autoridades responsáveis; Comenta ainda que em reunião com a ADR de Timbó fora solicitado documentos e provas que relembram a atual situação para que busquem na Secretária Estadual de Educação as devidas providências; Como essa situação vem se arrastando há alguns anos, o Diretor Nilton comenta que tomará providências mais eficazes, como uma vistoria do Corpo de Bombeiros, o que acarretaria na interdição da construção, ou ir a mídia buscando apoio em prol da questão; Assim também, o Senhor Nilton solicita a esta Câmara um espaço para que alguns alunos participem, para exporem a situação calamitosa que estão enfrentando; O Vereador Valmir parabeniza o Senhor Nilton pelo seu interesse no crescimento da Escola e por todo seu empenho para sanar os problemas na estrutura da Escola, e diz que é na perseverança que se alcançará os objetivos; O Presidente Tony questiona se existe alguma previsão ou orçamento para as obras, donde o Senhor Nilton informa que a reforma foi orçada em R\$ 260.000,00, sendo que os recursos regionais liberados pela ADR chegam em torno de R\$ 2.000,00 restando o Governo Federal como único caminho para custear as reformas; c) O Senhor Fernando Tomaselli, Diretor Geral do CIMVI – Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí, faz uma breve explanação sobre o Consórcio, sua finalidade e importância aos Municípios consorciados, bem como sobre o histórico de criação e de atuação dos consórcios; Aborda sobre questões históricas que diferenciam a sociedade brasileira de outras nações e sobre a necessidade de superação de algumas dificuldades locais para o desenvolvimento de um trabalho de caráter regional; Comenta também sobre as novas funções do CIMVI, e sobre os novos projetos que estão sendo discutidos juntamente com os Prefeitos dos Municípios consorciados; Apresenta um vídeo institucional mostrando o projeto da nova sede do CIMVI e da perspectiva de outros investimentos para transformar o Aterro Sanitário em Centro de Referência em Resíduos Sólidos, com a regionalização dos serviços de coleta e reciclagem, de educação ambiental e aproveitamento energético, para fins de melhoramento do tratamento e redução do passivo ambiental; Por fim, convida os Vereadores para conhecer as instalações do Consórcio Público e para conhecer os trabalhos desenvolvidos, registrando-se que a responsabilidade pelos resíduos é sempre do próprio gerador, e que a Administração ao assumir este encargo deve ser devidamente remunerado com taxas ou tarifas que pelo menos cubram os custos decorrentes deste serviço; d) A Senhora Simoni Mercia Mesch Nones, Prefeita de Doutor Pedrinho, registra os agradecimentos aos servidores públicos que marcaram presença na Sessão, em especial ao Senhor Vilmar Cristofolini, que é o responsável pela coleta de lixo no Município; Prosseguindo, presta esclarecimentos quanto a questão da torre de sinal da TIM, reiterando comunicado divulgado na home page da municipalidade sobre resposta recebida da empresa de celular, esclarecendo que esta torre serve apenas para ligar outras torres com equipamentos de telefonia celular até a central da empresa, ou seja, não é uma torre com sinal de telefonia celular para melhorar a área de cobertura, e que não há previsão de colocação de torre de sinal de telefonia para o ano de 2017 no Município; A Senhora Prefeita registra que dará resposta ao Requerimento apresentado pelo Vereador Luiz Henrique Stollmeier, em 30 dias, conforme registros da Prefeitura, mas que o Vereador buscando maiores esclarecimentos, poderá solicitar aos Senhores Luiz Claudio Kades, que na ocasião prestava Assessoria Jurídica ao Poder Executivo e ao Vereador Jackson Rodrigo de Castilho, que atuava na Defesa Civil do Município na ocasião; A Senhora Prefeita comenta a respeito da Saframa, obra que fora entregue no final do ano de 2016, mas que em razão de problemas em sua estrutura e infestação de cupins, manter-se-á interditada; O Presidente Tony questiona se fora notificado a empreiteira responsável pela obra, donde a Senhora Prefeita informa que fora comunicado, mas que a empreiteira diz que foi feito o possível com os recursos recebidos; A Senhora Prefeita justifica a paralisação das obras do sistema de tratamento de esgoto, por ser necessário fazer uma avaliação para saber se realmente irá funcionar e se está de acordo com o que é exigido, sendo que somente após esta avaliação se retomará as

obras; A Senhora Prefeita comunica aos Vereadores e solicita que auxiliem na divulgação que haverá Processo Seletivo no Município, e que as inscrições e maiores informações serão abertas no dia 18 de abril até o dia 02 de maio; A Senhora Prefeita aproveita o espaço para agradecer o Município de Pomerode pelo fornecimento de 500 casquinhas para os enfeites de Páscoa no Município; O Presidente Tony solicita a Prefeita algum posicionamento quanto a questão do cemitério municipal, donde a Senhora Prefeita diz que estudos estão sendo feitos, e que está aguardando uma resposta da Igreja Católica para que então seja definido as providências devidas a respeito deste assunto; O Vereador Merquides Martins questiona a Prefeita quanto a questão de guincho, onde a Senhora Prefeita registra que já estão sendo tomadas as devidas providências para firmar-se convênio com empresas fornecedoras deste serviço; O Vereador Américo Nones aproveita o espaço para agradecer o Secretário de Obras e o Fiscal de Obras do Município, pela excelência e rapidez na limpeza da Delegacia de Polícia do Município, sendo que a Senhora Prefeita faz um registro sobre problemas enfrentados pelos funcionários da Delegacia na questão do péssimo sinal de internet que lhes é fornecido; Para finalizar a Senhora Prefeita deseja uma ótima Páscoa a todos os Munícipes, agradece o espaço cedido e põe-se a disposição dessa Casa Legislativa; O Presidente Tony agradece aos participantes do espaço destinado a “Palavra Livre”, e deseja uma feliz e abençoada Páscoa a todos. Concluídos os trabalhos, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos, convidando para a próxima Sessão Ordinária que se realizará no dia 18 de abril do ano corrente, às 19:30 horas, na sede do Poder Legislativo, e em seguida encerrou a presente Sessão na forma regimental, da qual lavrou-se esta ata que será assinada por todos e publicada na forma da Lei.

Erval Velho

PREFEITURA

EXTRATO DE EDITAL DE DISPENSA 006/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO
PODER EXECUTIVO

Processo Licitatório nº 029/2017
Edital de Dispensa de Licitação nº 006/2017

O Município de Erval Velho torna público que realizou licitação na modalidade Dispensa Processada e Julgada em conformidade com Artigo, 24, Incisos IV e X da Lei 8.666/93

Objeto: Locação De Imóvel Urbano para abrigar o Parque de Máquinas da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Contratado: Leocir Ciarnoski

Valor do Contrato: R\$ 12.000,00 (Doze mil reais)

Substrato Jurídico: Artigo 24, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93. O Edital na íntegra está disponível no site do Município: www.ervalvelho.sc.gov.br

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO 020/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO
PODER EXECUTIVO

Processo Licitatório nº 030/2017
Edital de Pregão nº 020/2017

O Município de Erval Velho torna público que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO sob a forma PRESENCIAL a ser Processado e Julgado em conformidade com o Decreto Municipal nº 1386/2010 que regulou a Lei Federal nº 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93, suas respectivas alterações e demais legislações aplicáveis

Objeto: Aquisição de uma Plataforma (Prancha) Nova Para Transporte de Máquinas conforme especificações constantes neste Edital e seus anexos.

Data e Horário: a abertura dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será às 08h30min do dia 03/05/2017.

Local: Setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000

O Edital na íntegra está disponível no site do Município: www.ervalvelho.sc.gov.br

Maiores informações podem ser obtidas das 7h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min no email: compras@ervalvelho.sc.gov.br ou no endereço citado.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal.

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO 021/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO
PODER EXECUTIVO

Processo Licitatório nº 031/2017
Edital de Pregão nº 021/2017

O Município de Erval Velho torna público que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO sob a forma PRESENCIAL a ser Processado e Julgado em conformidade com o Decreto Municipal nº 1386/2010 que regulou a Lei Federal nº 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93, suas respectivas alterações e demais legislações aplicáveis

Objeto: Contratação de Serviços de Pequenos Reparos em Pavimentação com Paralelepípedos conforme relação, quantitativo e especificações constantes neste Edital e seus anexos.

Data e Horário: a abertura dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será às 10h00min do dia 03/05/2017.

Local: Setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000

O Edital na íntegra está disponível no site do Município: www.ervalvelho.sc.gov.br

Maiores informações podem ser obtidas das 7h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min no email: compras@ervalvelho.sc.gov.br ou no endereço citado.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal.

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL 0003/2017- FMAS

AVISO

PREGÃO PRESENCIAL N. 0003/2017 - FMAS

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que abriu licitação pública, regrada pelas disposições da Lei Federal n.10.520 de 17 de julho de 2002, mais o Decreto n. 234/2014 de 20 de Novembro de 2014 e subsidiariamente a Lei Federal n. 8.666/93 de 21 de junho e 1993 e Lei Complementar 123/2006 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 0003/2017 - FMAS – Melhor Preço – Preço Unitário por item, visando registro de preços - A presente licitação tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE AULAS DE HIDROGINÁSTICAS A IDOSOS COM A IDADE ACIMA DE SESENTA ANOS de acordo com as especificações, quantidades e valores máximos previstos neste edital e, estará recebendo os envelopes contendo às propostas de preços e os envelopes para habilitação das 08h00m às 08h30m horas do dia 04 de maio de 2017, na Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes, sito à Av. Rio Grande do Sul, n. 458, Centro e às 13h30m neste mesmo dia e local realizará a abertura dos envelopes dos interessados. A íntegra do Edital e seus anexos poderão ser obtidos pelos interessados no sítio do Município: www.faxinal.sc.gov.br ou junto ao Mural Público da Prefeitura de Faxinal dos Guedes, no átrio da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda no horário das 7h30m às 11h30m de segunda a sexta-feira, na Av. Rio Grande do Sul, n. 458, fone/fax (0xx49) 3436-4300.

Faxinal dos Guedes/SC, SC, 18 de Abril de 2017.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

PREFEITO MUNICIPAL

PREGÃO PRESENCIAL 0024/2017

AVISO

PREGÃO PRESENCIAL N. 0024/2017

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que abriu licitação pública, regrada pelas disposições da Lei Federal n.10.520 de 17 de julho de 2002, mais o Decreto n. 234/2014 de 20 de Novembro de 2014 e subsidiariamente a Lei Federal n. 8.666/93 de 21 de junho e 1993 e Lei Complementar 123/2006 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 0024/2017– Melhor Preço – Preço Unitário por item, visando registro de preços - A presente licitação tem por objeto a AQUISIÇÃO DE TRÊS VEÍCULOS NOVOS de acordo com as especificações, quantidades e valores máximos previstos neste edital e, estará recebendo os envelopes contendo às propostas de preços e os envelopes para habilitação das 08h00m às 08h30m horas do dia 03 de Maio de 2017, na Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes, sito à Av. Rio Grande do Sul, n. 458, Centro e às 08h30m neste mesmo dia e local realizará a abertura dos envelopes dos interessados. A íntegra do Edital e seus anexos poderão ser obtidos pelos interessados no sítio do Município: www.faxinal.sc.gov.br ou junto ao Mural Público da Prefeitura de Faxinal dos Guedes, no átrio da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda no horário das 7h30m às 11h30m de segunda a sexta-feira, na Av. Rio Grande do Sul, n. 458, fone/fax (0xx49) 3436-4300.

Faxinal dos Guedes/SC, SC, 18 de Abril de 2017.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

PREFEITO MUNICIPAL

PREGÃO PRESENCIAL 0025/2017

AVISO

PREGÃO PRESENCIAL N. 0025/2017

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que abriu licitação pública, regrada pelas disposições da Lei Federal n.10.520 de 17 de julho de 2002, mais o Decreto n. 234/2014 de 20 de Novembro de 2014 e subsidiariamente a Lei Federal n. 8.666/93 de 21 de junho e 1993 e Lei Complementar 123/2006 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 0025/2017– Melhor Preço – Preço Unitário por item, visando registro de preços - A presente licitação tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE: ITEM N. 01 - MAESTRO PARA DESENVOLVER ATIVIDADES DE CANTO JUNTO AO CORAL ITALIANO; ITEM N. 02 – MAESTRO PARA DESENVOLVER ATIVIDADES DE CANTO JUNTO A SOCIEDADE CULTURAL FAXINALENSE; de acordo com as especificações, quantidades e valores máximos previstos neste edital e, estará recebendo os envelopes contendo às propostas de preços e os envelopes para habilitação das 13h00m às 13h30m horas do dia 03 de Maio de 2017, na Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes, sito à Av. Rio Grande do Sul, n. 458, Centro e às 13h30m neste mesmo dia e local realizará a abertura dos envelopes dos interessados. A íntegra do Edital e seus anexos poderão ser obtidos pelos interessados no sítio do Município: www.faxinal.sc.gov.br ou junto ao Mural Público da Prefeitura de Faxinal dos Guedes, no átrio da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda no horário das 7h30m às 11h30m de segunda a sexta-feira, na Av. Rio Grande do Sul, n. 458, fone/fax (0xx49) 3436-4300.

Faxinal dos Guedes/SC, SC, 18 de Abril de 2017.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

PREFEITO MUNICIPAL

Flor do Sertão

PREFEITURA

PORTARIA N° 144/2017

	PORTARIA N.º 144/2017
CONCEDE ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO AO SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei.	

RESOLVE

Art. 1º Fica pela presente Portaria CONCEDIDO ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO relativo ao período aquisitivo 01/97 a 04/17 ao servidor municipal ROGÉRIO PERIN, na ordem de 12%, conforme o que dispõe na Lei Municipal 629/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 18 dias do mês de Abril de 2017.
SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS
Secretário da Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

Formosa do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 36/2017

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADM. Nº: 36/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 15/2017

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Objeto: LOCAÇÃO DE 01 (UM) CONJUNTO DE BRITAGEM MÓVEL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS.

Entrega dos Envelopes: 09:00 do dia 04/05/2017.

Abertura dos Envelopes: 09:00 do dia 04/05/2017.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Av. Getúlio Vargas, Nº 580, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, pelo telefone (49) 3343 0010 ou pelo e-mail: licitacao@formosa.sc.gov.br

FORMOSA DO SUL, 18 de Abril de 2017

RUDIMAR CONTE

PREFEITO MUNICIPAL

Forquilha

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 28/PMF/2017 – REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/ PMF/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
--

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 28/PMF/2017
(Referente Pregão Presencial nº. 37/PMF/2017)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, com sede na Avenida 25 de julho, 3400 - Paço Municipal 26 DE ABRIL - FORQUILHINHA-SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o No. 81.531.162/0001-58, neste ato representado pelo Sr. DIMAS KAMMER, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade nº 1.328.011 e inscrito no CPF sob o nº 500.962.909-78, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR e as empresas:

1. DEIP VIG. E SEG. LTDA ME, CNPJ/MF n.º 07.898.515/0001-08, estabelecida na Avenida Atlântida, 653, Balneário Rincão/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Paulo Ricardo Freitas, brasileiro, CI 4.764.793-0, CPF 016.748.129-06,

2. LIZANE CASSOL ME, CNPJ/MF n.º 26.108.091/0001-77, estabelecida na Rua Rosa Rocha Bento, 561, Forquilha/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Carlos Eduardo Rocha da Silva, brasileiro, CI 7.025.015, CPF 040.055.229-98.

Doravante denominada DETENTORA(s) DA ATA nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal 53/2013 e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº. 37/PMF/2017, para REGISTRO DE PREÇOS, segundo as cláusulas e condições a seguir:

Cláusula Primeira – Do Objeto

1. A presente ATA tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para REGISTRAR PREÇO através de empresa especializada, para prestar serviços de limpeza e segurança noturna e diurna para atendimento de eventos da administração municipal de Forquilha/SC.

Cláusula Segunda – Dos preços Registrados

1. Os valores unitários dos bens registrados nesta ata são OS CONSTANTES NA PLANILHA EM ANEXO e estão disponíveis no site www.forquilha.sc.gov.br

Cláusula Terceira – Do Prazo, Condições e Local de Entrega

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

1.1. Fornecer e entregar o objeto desta ATA, parceladamente, de acordo com as necessidades da Secretaria correspondente, dentro das especificações e quantitativos solicitados, sempre através de Ordens de Serviço previamente emitidas.

1.2. O objeto será solicitado de acordo com a necessidade do Município de Forquilha.

1.3. O prazo e o local de execução dos serviços constarão expressamente nas requisições que deverão ser rigorosamente cumprido,

sob pena de aplicação das penalidades previstas Neste edital de licitação.

1.4. A data do evento no qual será necessária a prestação do referido serviço será informada na Ordem de Serviço, bem como os prazos para finalização dos serviços.

1.5. Os materiais necessários serão transportados por conta e risco da licitante fornecedora, dentro das normas técnicas de transporte e segurança exigidas na forma da Lei vigente.

1.6. Os serviços, quando solicitados pelo município, deverão ser executados por profissional especializado.

2. O setor competente do município processará a conferência dos produtos entregues, ou serviços executados, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações exigidas.

2.1. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado e realizada a reposição pela CONTRATADA imediatamente, a partir da notificação da não aceitação.

3. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

4. Nos casos da CONTRATADA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos ou serviços não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

5. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo órgão competente do Município de Forquilha, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.

6. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos e serviços registrados.

Cláusula Quarta – Da Vigência e Revisão de Preços

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal 53/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos da lei vigente, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para o Município.

Cláusula Quinta – Da Forma e Condições de Pagamento

1. O pagamento pelos materiais efetivamente fornecidos e aceitos será feito em até 30 (trinta) dias após a data do CERTIFICO na Nota Fiscal/Fatura, através de Ordem Bancária ou na tesouraria da Secretaria de Administração e Finanças do CONTRATANTE.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal/Fatura eletrônica se dará mediante o "CERTIFICO" pelo engenheiro fiscal do departamento técnico da Secretaria correspondente, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na Nota Fiscal/Fatura eletrônica deverá constar, necessariamente o número do processo licitatório e o número da Autorização de Fornecimento.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Forquilha/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.

3. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

5. A quantidade dos produtos determinados no cláusula segunda deste contrato, para efeito de pagamento, deverá ser considerada apenas como prevista, não importando em obrigação da Secretaria correspondente, de autorizar seu fornecimento integral, respeitados os limites de acréscimo e/ou supressão previstos no art. 65, parágrafo 1º, da Lei Nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e alterações subsequentes.

Cláusula Sexta – Da Autorização para Aquisição

1. A aquisição do objeto da presente Ata de registro de Preços, será autorizado, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

Cláusula Sétima – Das Obrigações

1. Do Município:

1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;

1.2. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;

1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;

1.4. efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

2. Da Detentora da Ata:

2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma

estipulados na proposta, edital e anexos;

2.5. Fornecer os produtos/executar os serviços dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

Cláusula Oitava – Das penalidades e Sanções

1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido neste instrumento.

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data aprazada.

4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

5. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

6. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

7. Da penalidade aplicada caberá recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

Cláusula Nona – Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de

pleno direito pela administração, quando:

- 1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;
- 1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;
- 1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 1.4. Tiver presentes razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurando o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

Cláusula Décima – Da Dotação Orçamentária

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias dos exercícios correspondentes.

Cláusula Décima Primeira – Das Disposições Finais

1. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº. 37/PMF/2017, seus anexos e a proposta da Detentora desta ata.

2. O Sr. Felipe Dordete de Abreu – Secretário de Cultura Esporte e Turismo será o gestor/fiscal desta ata, sendo dele a competência de fiscalizar os serviços, garantindo a devida execução do objeto.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 53/2013, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

Cláusula Décima Segunda Do Foro

1. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Forquilha, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

2. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente feito em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

Forquilha/SC, 13 de abril de 2017.

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

DIMAS KAMMER

Prefeito Municipal

DEIP SEG. E VIG. LTDA ME

Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: Paulo Ricardo Freitas

CPF: 016.748.129-06

LIZIANE CASSOL ME

Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: Carlos Eduardo Rocha da Silva

CPF: 040.055.229-98

Felipe Dordete de Abreu

Gestor/Fiscal da Ata – Secretário de Cultura Esporte e Turismo

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 29/PMF/2017 – REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/ PMF/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 29/PMF/2017
(Referente Pregão Presencial nº. 48/PMF/2017)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, com sede na Avenida 25 de julho, 3400 - Paço Municipal 26 DE ABRIL - FORQUILHINHA-SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o No. 81.531.162/0001-58, neste ato representado pelo Sr. DIMAS KAMMER, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade nº 1.328.011 e inscrito no CPF sob o nº 500.962.909-78, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR e a empresa NOAR TURISMO LTDA ME, CNPJ/MF nº 18.780.623/0001-90, estabelecida na Rua Cunha Porã, 136D, Chapecó/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Jean Paulo de Oliveira, brasileiro, CI 4988662, CPF 052.546.839-02, doravante denominada DETENTORA DA ATA nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal 53/2013 e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº. 48/PMF/2017, para REGISTRO DE PREÇOS, segundo as cláusulas e condições a seguir:

Cláusula Primeira – Do Objeto

1. A presente ATA tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para REGISTRAR PREÇO para prestação de serviços de agenciamento e fornecimento de passagens aéreas no âmbito nacional e internacional, para atender as necessidades do Município de Forquilha/SC, no período de 12 meses.

1.1 Para fins de apuração do preço, o desconto fixo ofertado pela CONTRATADA sobre a comissão recebida pela Agência de Turismo na venda das passagens aéreas, excluída a taxa de embarque, em todas as passagens, no percentual de 100% (cem por cento), será aplicado mesmo que a tarifa da transportadora já inclua alguma promoção aplicável ao caso.

1.2 Será de inteira responsabilidade da CONTRATADA todos os custos de mão-de-obra, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, tributos, e quaisquer outros encargos que incidam sobre a prestação do serviço a ser executado.

Cláusula Segunda – Dos preços Registrados

1. Os valores unitários dos bens registrados nesta ata são OS CONSTANTES NA PLANILHA EM ANEXO e estão disponíveis no site www.forquilha.sc.gov.br

Cláusula Terceira – Do Prazo, Condições e Local de Entrega

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

1.1. Fornecer e entregar o objeto desta ATA, parceladamente, de acordo com as necessidades da Secretaria correspondente, dentro das especificações e quantitativos solicitados, sempre através de Ordens de Serviço previamente emitidas.

1.2. O objeto será solicitado de acordo com a necessidade do Município de Forquilha.

1.3. O prazo e o local de execução dos serviços constarão expressamente nas requisições que deverão ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas Neste edital de licitação.

2. O setor competente do município processará a conferência dos serviços executados, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a Detentora da Ata pela entrega dos serviços em desacordo com as especificações exigidas.

2.1. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser refeito pela Detentora da Ata imediatamente após a notificação da não aceitação.

3. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da Detentora da Ata pela perfeita execução dos serviços, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

4. Nos casos da Detentora da Ata não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos ou serviços não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

5. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo órgão competente do Município de Forquilha, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta da Detentora da Ata, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.

6. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos e serviços registrados.

Cláusula Quarta – Da Vigência e Revisão de Preços

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal 53/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos da lei vigente, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para o Município.

Cláusula Quinta – Da Forma e Condições de Pagamento

1. O pagamento pelos serviços aceitos será feito em até 30 (trinta) dias após a data do CERTIFICO na Nota Fiscal/Fatura, através de Ordem Bancária ou na tesouraria da Secretaria de Administração e Finanças do CONTRATANTE.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal/Fatura eletrônica se dará mediante

o "CERTIFICO" pelo engenheiro fiscal do departamento técnico da Secretaria correspondente, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na Nota Fiscal/Fatura eletrônica deverá constar necessariamente o número do processo licitatório e o número da Autorização de Fornecimento.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Forquilha/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.

3. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

5. A quantidade dos produtos determinados no cláusula segunda deste contrato, para efeito de pagamento, deverá ser considerada apenas como prevista, não importando em obrigação da Secretaria correspondente, de autorizar seu fornecimento integral, respeitados os limites de acréscimo e/ou supressão previstos no art. 65, parágrafo 1º, da Lei Nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e alterações subsequentes.

Cláusula Sexta – Da Autorização para Aquisição

1. A aquisição do objeto da presente Ata de registro de Preços, será autorizado, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem está delegar a competência para tanto.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

Cláusula Sétima – Das Obrigações

1. Do Município:

1. acompanhar e fiscalizar os serviços prestados através do pessoal indicado;

2. programar e determinar os locais de execução e os prazos de início e conclusão dos serviços;

3. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;

4. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;

5. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;

6. efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

7. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

2. Da Detentora da Ata:

2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, edital e anexos;

2.5. Executar os serviços dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

Cláusula Oitava – Das penalidades e Sanções

1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido neste instrumento.

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data aprazada.

4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

5. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

6. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

7. Da penalidade aplicada caberá recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

Cláusula Nona – Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

- 1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;
- 1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;
- 1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 1.4. Tiver presentes razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

Cláusula Décima – Da Dotação Orçamentária

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias dos exercícios correspondentes.

Cláusula Décima Primeira – Das Disposições Finais

1. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº. 48/PMF/2017, seus anexos e a proposta da Detentora desta ata.

2. A Srta. Tatiane Gonçalves – Chefe do Departamento de Governo será a gestora/fiscal desta ata, sendo dela a competência de fiscalizar os serviços, garantindo a devida execução do objeto.

3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 53/2013, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

Cláusula Décima Segunda

Do Foro

1. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Forquilha, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

2. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente feito em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

Forquilha/SC, 18 de abril de 2017.

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

DIMAS KAMMER

Prefeito Municipal

NOAR TURISMO LTDA ME
 Empresa Detentora da Ata
 Representante Legal: Jean Paulo de Oliveira
 CPF: 052.546.839-02;
 Tatiane Gonçalves
 Gestora/Fiscal da Ata – Chefe do Departamento de Governo

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 62/PMF/2017;

AVISO DE LICITAÇÃO
 REGISTRO DE PREÇO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 62/PMF/2017;

OBJETIVO: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de tintas e ferramentas para pintura, para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

DATA DE ABERTURA: Dia 17 de maio de 2017 às 08:30 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br ou <http://www.forquilha.sc.gov.br/>

Forquilha, 19 de abril de 2017.
 ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK
 Pregoeira

DECRETO Nº. 086 DE 17 DE ABRIL 2017.

DECRETO Nº. 086 DE 17 DE ABRIL 2017.
 AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

DIMAS KAMMER, Prefeito Municipal de Forquilha, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 51, incisos I e XXIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o artigo 13, da Lei Municipal nº 2.225 de 29 de dezembro de 2016;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento da entidade Prefeitura Municipal de Forquilha, do exercício de 2017, no valor de R\$ 73.480,04 (setenta e três mil, quatrocentos e oitenta reais, quatro centavos), distribuídos nas seguintes contas:
 Órgão 07 – Secretaria de Infraestrutura
 2.032 – Manutenção da Secretaria de Infraestrutura
 253 – 3390.00.06.94 – Aplicações DiretasR\$ 73.480,04
 TOTALR\$ 73.480,04

Art. 2º - Para atender aos créditos de que trata o art. 1º, será utilizada como fonte de recursos o superávit apurado no exercício de 2016, conforme saldo das contas nº 647.007-0, 647.006-1 e 647.008-8, agência 3415 – Caixa econômica Federal.
 TOTALR\$ 73.480,04

Art. 3º - Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento da entidade Fundo Municipal de Forquilha, do exercício de 2017, no valor de R\$ 958,58 (novecentos e cinquenta e oito reais, cinquenta e oito centavos), distribuídos nas seguintes contas:
 Órgão 17 – Fundo Municipal de Saúde

2.050 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
 091 – 3390.00.06.99 – Aplicações DiretasR\$ 958,58
 TOTALR\$ 958,58

Art. 4º - Para atender aos créditos de que trata o art. 3º, será utilizada como fonte de recursos o superávit apurado no exercício de 2016, conforme saldo da conta nº 29.754-2, agência 3672 – Banco do Brasil S/A.
 TOTALR\$ 958,58

Art. 3 Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 17 de abril de 2017.
 DIMAS KAMER
 Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 17 de abril de 2017.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
 Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº. 087 DE 18 DE ABRIL 2017.

DECRETO Nº. 087 DE 18 DE ABRIL 2017.
 AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

DIMAS KAMMER, Prefeito Municipal de Forquilha, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 51, incisos I e XXIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o artigo 13, da Lei Municipal nº 2.225 de 29 de dezembro de 2016;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento da entidade Fundo Municipal de Forquilha, do exercício de 2017, no valor de R\$ 365.986,00 (trezentos e sessenta e cinco mil, novecentos e oitenta e seis reais), distribuídos nas seguintes contas:
 Órgão 17 – Fundo Municipal de Saúde
 2.051 – Manutenção do Programa de Saúde Mental
 092 – 3190.00.06.65 – Aplicações DiretasR\$ 3.845,64

2.052 – Programa de Atenção Básica
 093 – 3390.00.06.64 – Aplicações DiretasR\$ 57.923,67

2.053 – Programa Agente Comunitária de Saúde - PACS
 094 – 3190.00.06.64 – Aplicações DiretasR\$ 36.862,54

2.054 – Programa Saúde da Família - ESF
 095 – 3190.00.06.64 – Aplicações DiretasR\$ 32.773,75

2.055 – Programa Farmácia Básica
 101 – 3390.00.06.68 – Aplicações DiretasR\$ 56.714,02
 102 – 3390.00.06.67 – Aplicações DiretasR\$ 41.758,63

2.056 – Programa Vigilância Sanitária
 103 – 3190.00.06.66 – Aplicações DiretasR\$ 18.826,50

2.057 – Programa Vigilância Epidemiológica
 100 – 3190.00.06.66 – Aplicações DiretasR\$ 8.803,06

2.058 – Programa Saúde Bucal – PSB
 096 – 3190.00.06.64 – Aplicações DiretasR\$ 34.732,87
 097 – 3390.00.06.64 – Aplicações DiretasR\$ 932,81

2.060 – Programa Núcleo de Apoio a Saúde Família – NASF
 098 – 3190.00.06.64 – Aplicações DiretasR\$ 16.443,57

2.063 – Manutenção Pacto de Gestão Plena - MAC
087 – 3390.00.06.65 – Aplicações DiretasR\$ 10.623,39
2.064 – Programa Melhoria de Acesso e Qualidade – PMAQ
099– 3190.00.06.64 – Aplicações DiretasR\$ 45.745,55

TOTALR\$ 365.986,00

Art. 2º - Para atender aos créditos de que trata o art. 1º, será utilizada como fonte de recursos o superávit apurado no exercício de 2016, conforme saldo das contas discriminadas abaixo:

- Na despesa 092 será utilizado saldo da conta nº 20.997-X do Banco do Brasil S/A;
- Na despesa 093 será utilizado saldo da conta 624.001-5 da Caixa Econômica Federal;
- Na despesa 094 será utilizado saldo da conta 22-5 da Caixa Econômica Federal;
- Na despesa 095 será utilizado saldo da conta 25-0 da Caixa Econômica Federal;
- Na despesa 101 será utilizado saldo da conta 89.580-6 do Banco do Brasil S/A;
- Na despesa 102 será utilizado saldo da conta 624.000-7 da Caixa Econômica Federal;
- Na despesa 103 será utilizado saldo da conta 17.030-5 do Banco do Brasil S/A;
- Na despesa 100 será utilizado saldo da conta da Caixa Econômica Federal;
- Na despesa 096 e 97 será utilizado saldo da conta 24-1 da Caixa Econômica Federal;
- Na despesa 098 será utilizado saldo da conta 23-3 da Caixa Econômica Federal;
- Na despesa 087 será utilizado saldo da conta 27-6 da Caixa Econômica Federal;
- Na despesa 099 será utilizado saldo da conta 33-0 da Caixa Econômica Federal;

TOTALR\$ 365.986,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 18 de abril de 2017.
DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 18 de abril de 2017.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário de Administração e Finanças

EXTRATO DE CONTRATO FMA 02/2017

EXTRATO DE CONTRATO FMA Nº. 02/2017
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRATADO – COOPEROVA – COOP. AGROP. NOVA FORÇA
OBJETO – credenciamento de prestadores de serviços de inseminação artificial em bovinos (com fornecimento de material genético), por meio do Programa de Melhoramento Genético do Rebanho.

VALOR – R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais) para o ano, distribuído entre os credenciados.

VIGÊNCIA – 31/12/2017

DOTAÇÃO – 1801.2070 fonte de recurso 3390.80

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Credenciamento nº. 02/FMA/2017.

DATA DA ASSINATURA – 31 de março de 2017.
DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMF 25/2017

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 25/2017
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATADO – EMERSON RABELO ME

DO OBJETO – contratação da banda musical "LUCAS MINATTO E GABRIEL" para se apresentarem na festa de 28 anos de emancipação que acontece no dia 26 de abril de 2017, por meio da Seção de Eventos Culturais, no município de Forquilha/SC.

VALOR – R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais),

VIGÊNCIA – 30/06/2017

DOTAÇÃO – 0802.2040 fonte de recurso 3390.80

FUNDAMENTO LEGAL – Lei 8.666/93, Inexigibilidade de Licitação nº. 52/PMF/2017

DATA DA ASSINATURA – 05 de abril de 2017.
DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMF 26/2017

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 26/2017
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATADO – JONAS LOPES

DO OBJETO – contratação da banda musical "TRÊS & UM" para se apresentarem na festa de 28 anos de emancipação que acontece no dia 26 de abril de 2017, por meio da Seção de Eventos Culturais, no município de Forquilha/SC.

VALOR – R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais),

VIGÊNCIA – 30/06/2017

DOTAÇÃO – 0802.2040 fonte de recurso 3390.80

FUNDAMENTO LEGAL – Lei 8.666/93, Inexigibilidade de Licitação nº. 52/PMF/2017

DATA DA ASSINATURA – 05 de abril de 2017.
DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0023-2017-CIMCATARINA (1)

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0095/2017 – PMF
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0023/2017

Objeto: Repasse de recursos financeiros pelo CONTRATANTE para pagamento de hora técnica por profissional dos serviços de trabalhos ambientais e planejamento urbano para elaboração de estudos e projetos visando o registro de extração no Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM e processo de Licenciamento Ambiental de 3 (três) cascalheiras no município de Fraiburgo. Valor estimado do Contrato: R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais); Vigência: Da assinatura do contrato até o dia 31 de dezembro de 2017, podendo ser prorrogado. Fundamento legal: artigo 24, XXVI, da Lei Federal n. 8666/93 c/c artigo 2º, § 1º, inciso III e artigo 17, ambos da Lei Federal n. 11.107/05, artigo 18, do Decreto Federal n. 6.017/07 e art. 5º, §2º da Portaria STN n. 274/16.Fraiburgo(SC), 18 de abril de 2017.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita Municipal

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0036_2017 - PMF

Aviso do Pregão Presencial nº 0036/2017– PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Pregão Presencial tem como objeto a aquisição de tintas, e contratação de empresa do ramo para os serviços de pintura interna dos 2 (dois) pavilhões centrais do parque da maçã, situado na rodovia SC 452, parque da maçã, bairro portal, conforme memorial descritivo (anexo IX) do edital, JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes: até as 09:00 horas do dia 04.05.2017, deverão ser feitos junto a Secretaria-Executiva – Protocolo Central, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: até às 09:15 horas junto ao Setor de Compras e Licitação do mesmo dia. Abertura: às 09:15: horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br. Fraiburgo (SC), 18 de abril de 2017.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita Municipal

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0029_2017 PMF

AVISO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0029/2017 – PMF

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0094/2017 – PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

OBJETO: Contratação de empresa para ministrar a palestra motivacional aos servidores Públicos Municipais, denominada “SEJA UM PROFISSIONAL EXTRAORDINÁRIO”, alusivo ao dia DO TRABALHADOR, a ser apresentada no dia 28 de abril de 2017.. EMPRESA CONTRATADA: J P DE FARIAS EVENTOS ME CNPJ: 11.873.187/0001-54. VALOR: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais). FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, Caput, c/c o Art. 13, VI, ambos da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Fraiburgo(Sc), 18 de abril de 2017.

Claudete Gheller Mathias – PREFEITA MUNICIPAL

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0037_2017-RP 0031 PMF-DOM

Aviso do Pregão Presencial nº 0037/2017– PMF

Registro de Preços Nº 00312017 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições futuras de ferro e eletrodo para utilização nas manutenções gerais do órgão gerenciador (município de Fraiburgo) e do órgão participante (Sanebra) constante do lote 1 e 2. Julgamento: MENOR PREÇO POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes: até as 09:00 horas do dia 05.05.2017, deverão ser feitos junto a Secretaria-Executiva – Protocolo Central, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: até às 09:15 horas junto ao Setor de Compras e Licitação do mesmo dia. Abertura: às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 18 de abril de 2017.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita Municipal

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 062-2017 (PROFESSOR LÍNGUA PORTUGUESA)

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N. 0062/2017

FICAM ESTABELECIDOS OS PROCEDIMENTOS PARA ESCOLHA DE VAGAS DOS CONTRATADOS TEMPORARIAMENTE PARA O ANO LETIVO DE 2017, E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO, NOS TERMOS DO EDITAL DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA N. 0010/2017.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DE FRAIBURGO, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER:

Ficam notificados todos classificados no Edital de Contratação Temporária n. 0010/2017, para a escolha de vagas de acordo com os procedimentos e as condições estabelecidas neste Edital:

1 – DOS PROCEDIMENTOS

1.1 – Os classificados no Edital de Contratação Temporária n. 0010/2017 deverão observar o calendário abaixo estabelecido para escolha de vagas para o ano letivo de 2017:

Código	Cargo	Convocados	Data Horário
01	Professor de Língua Portuguesa	1. JOSELITA LORENCINI	18/04/2017 às 14 horas

1.2 – A escolha de vagas e a contratação seguirão rigorosamente a ordem de classificação.

1.3 – Na data e horário estabelecido no item 1.1 os classificados até as colocações especificadas nos quadros acima, deverão dirigir-se à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes de Fraiburgo, localizado na Avenida Arnaldo Frey, n. 179, Centro, Fraiburgo, SC., para efetivação da escolha de vagas para o ano letivo de 2017.

1.4 – O contrato administrativo poderá estabelecer carga horária de 12 a 40 horas semanais, variando de acordo com a necessidade e interesse do Município de Fraiburgo.

1.5 – As demais normas atinentes ao Edital de Contratação Temporária n. 0010/2017 deverão ser observadas.

2 – DA CONVOCAÇÃO PARA PROVIDENCIAR DOCUMENTOS PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO

2.1 – Ficam os classificados do Edital de Contratação em Caráter Temporário n. 0010/2017, até as colocações especificadas nos quadros acima, convocados a comparecer em data e local citado para a escolha de vagas e apresentação de documentos necessários para a contratação.

2.2 – Nos mesmos prazos estabelecidos nos quadros acima, na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes os candidatos classificados deverão apresentar documentos que servirão para contratação, conforme segue:

I – Documentos de identificação pessoal, necessários ao registro funcional no serviço público municipal e demais solicitados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, sendo no mínimo:

- a) 01 foto ¾ recente;
- b) Carteira Profissional (fls. página da foto, identificação, último contrato e folha seguinte);
- c) Cartão PIS/PASEP;
- d) CPF;
- e) Identidade;
- f) Título de eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- g) Certificado de Reservista (somente para homens);
- h) Registro Civil de nascimento ou casamento;
- i) Registro dos filhos menores de 14 anos;
- j) Carteira de vacina dos filhos menores de 05 anos;
- k) Atestado de Saúde Ocupacional;

OBS: O atestado de saúde ocupacional não é obrigatório durante a escolha de vagas. O candidato terá prazo para apresentá-lo caso aceite a vaga oferecida. A Secretaria Municipal de Educação não se responsabiliza por repor valores pagos por atestados de candidatos convocados que não venham ter vínculo empregatício com o município;

l) Diploma de formação escolar e histórico escolar;

m) Conta bancária (BRADESCO);

OBS.: Candidatos que não tem conta no BRADESCO devem ter em mãos o Termo de Convocação para abertura de conta o qual será entregue em data e horário estabelecido neste edital;

n) Endereço completo (fatura água, luz ou telefone);

o) Comprovante de vacinação (atualizado – podendo ser retirado no PA – homens e mulheres);

2.3 – As exigências de escolaridade para os candidatos a Professor de Língua Portuguesa – Habilitado estão previstos no Edital de Contratação 0010/2017.

2.4 – O não comparecimento no prazo fixado, ou a não entrega dos documentos determinados, implicará em renúncia tácita e a não aceitação da vaga disponibilizada para exercer as atividades ao qual foi convocado e implicará renúncia explícita.

2.5 – Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente ato.

Fraiburgo, 17 de abril de 2017.

TANIA DA SILVA FERREIRA
Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

* Convocação via telefone. Publicado em Diário Oficial dia 18 de abril de 2017.

PORTARIA Nº 13312017

PORTARIA Nº. 1331, DE 18 DE ABRIL DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 187/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0029 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0898/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que estará substituindo por 20 horas semanais a Professora Cristiane Teresinha Pereira Guedes, a qual assumiu o apoio pedagógico no CEM São Sebastião;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ELAINE APARECIDA LESNIESKY, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 590.966.679-72, na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 19 de abril de 2017 até 01 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 18 de abril de 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 13322017

PORTARIA Nº. 1332, DE 18 DE ABRIL DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 187/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0029 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0899/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que estará substituindo por 20 horas semanais a Professora Marcia Aparecida Thibes dos Santos, a qual foi transferida para o CEM Antonio Porto Burda assumindo a turma da professora Rose Dorini Ribeiro, que assumiu o Apoio Pedagógico no CEM São Miguel;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ROSEMERI SATURNINO DE MATOS DA SILVA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 046.742.599-08, na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 19 de abril de 2017 até 01 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 18 de abril de 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 13332017

PORTARIA Nº. 1333, DE 18 DE ABRIL DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0022 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 022/2017, da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

Considerando que estará substituindo por 40 horas semanais o servidor Clodoir Bulow, o qual pediu rescisão contratual;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ADRIANO DETOGNI, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 070.656.739-01, na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 19 de abril de 2017 até 30 de abril de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 18 de abril de 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 13342017

PORTARIA Nº 1334, DE 18 DE ABRIL DE 2017.

Substituir membro da Comissão dos Planos de Cargos e Carreira do Município de Fraiburgo.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, especialmente o contido nas Leis Complementares n. 110/2010 e 111/2010;

RESOLVE:

Art. 1º. Substituir membro da Comissão dos Planos de Cargos e Carreira do Município de Fraiburgo, passando a integrar a Comissão na condição de Secretária, a servidora PATRÍCIA CERON MACHADO, durante o afastamento para tratamento de saúde da titular CAROLINE CARDOSO PEREIRA, com as mesmas atribuições definidas em lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Fraiburgo, 18 de abril de 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Garopaba

PREFEITURA

ATA JARF Nº 009/ 13.05.2016

ATA DA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DO ANO DE DOIS MIL E DEZESETE DA JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS FISCAIS – JARF.

Aos dezoito dias do mês de abril do ano de dois mil e dezessete (18.04.2017), a JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS FISCAIS do Município de Garopaba, sob a Presidência do Bacharel Jean Nascimento Pacheco, presentes as Senhoras Julgadoras Graziela Santos e Daniela Maria dos Santos, sendo Secretária-Geral a Senhora Emanuele Barcellos Candido, nas dependências da Secretaria Municipal de Fazenda, realizou-se a quarta sessão ordinária do ano de dois mil e dezessete. Havendo número regimental, declarou-se instalada a sessão e abertos os trabalhos. Lida e achada conforme ata da sessão anterior e não havendo processos para distribuição, passou-se a pauta de julgamento:

10270025632015(7603-2012) – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância. Participantes: MARCO AURELIO NASCIMENTO BARBARIOLI - ME (Requerente); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: JEAN NASCIMENTO PACHECO

Decisão: A Junta Administrativa de Recursos Fiscais, por votação unânime, não conheceu do Reexame Necessário, nos termos do voto do Relator.

10270025652015(7698-2013) – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância. Participantes: MALHARIA CARVALHO LTDA ME (Requerente); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: JEAN NASCIMENTO PACHECO

Decisão: A Junta Administrativa de Recursos Fiscais, por votação unânime, não conheceu do Reexame Necessário, nos termos do voto do Relator.

10270020372016(7177-2014) – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância. Participantes: ADÉCIO BORGE DA ROSA (Requerente); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: JEAN NASCIMENTO PACHECO

Decisão: Processo retirado de pauta, a pedido do Relator.

10270025682015(6324-2013) – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância. Participantes: JOAQUIM PEREIRA DA ROSA ME (Requerente); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: JEAN NASCIMENTO PACHECO

Decisão: A Junta Administrativa de Recursos Fiscais, por votação unânime, não conheceu do Reexame Necessário, nos termos do voto do Relator.

10270053512014(7221-2012) – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância. Participantes: MARIA DE LOURDES PRIM (Requerente); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: DANIELA MARIA DOS SANTOS

Decisão: A Junta Administrativa de Recursos Fiscais, por votação unânime, não conheceu do Reexame Necessário, nos termos do voto da Relatora.

10270025752015(7082-2013) – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância. Participantes: ANDREA ROCHA ERNEST ME (Requerente); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: DANIELA MARIA DOS SANTOS

Decisão: A Junta Administrativa de Recursos Fiscais, por votação unânime, não conheceu do Reexame Necessário, nos termos do voto da Relatora.

10270069482013(0522-2011) – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância. Participantes: B T TELECOMUNICAÇÕES - ME (Requerente); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: GRAZIELA SANTOS

Decisão: A Junta Administrativa de Recursos Fiscais, por votação

unânime, não conheceu do Reexame Necessário, nos termos do voto da Relatora.

10270020082016(7090-2014) – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância. Participantes: IRIS MODA INTIMA E CONFECÇÕES LTDA ME (Requerente); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: GRAZIELA SANTOS

Decisão: A Junta Administrativa de Recursos Fiscais, por votação unânime, não conheceu do Reexame Necessário, nos termos do voto da Relatora.

10270055532016(3395-2014) – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância. Participantes: GILBERTO FELOMENO DE ARAÚJO (Requerente); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: GRAZIELA SANTOS

Decisão: A Junta Administrativa de Recursos Fiscais, por votação unânime, não conheceu do Reexame Necessário, nos termos do voto da Relatora.

10270060232016(5728-2015) – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância. Participantes: ROBERTO CARLOS PEREIRA (Requerente); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: GRAZIELA SANTOS

Decisão: A Junta Administrativa de Recursos Fiscais, por votação unânime, não conheceu do Reexame Necessário, nos termos do voto da Relatora.

Nada mais havendo para tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da quarta sessão ordinária da Junta Administrativa de Recursos Fiscais do ano de dois mil e dezessete. E para constar, eu, Emanuele Barcellos Candido, Secretária-Geral, digitei esta ata que após aprovada vai assinada pelos presentes.

DECRETO Nº 064, DE 18 DE ABRIL DE 2017

DECRETO N.º 064, DE 18 DE ABRIL DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 2.188,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 2.022 de 01/12/2016 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 2.188,00 (dois mil, cento e oitenta e oito reais) no Orçamento vigente:

08.02 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.188,00
FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.188,00
08244562.031 - Func. E Manutenção do Fundo Mun de Assistência Social	2.188,00
4.4.90.0.3.29.001001 - Aplicações Diretas	2.188,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ \$ 2.188,00 (dois mil, cento e oitenta e oito reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

08.02 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.188,00
FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.188,00
08244562.031 - Func. E Manutenção do Fundo Mun de Assistência Social	2.188,00
3.3.90.0.3.29.001001 - Aplicações Diretas	2.188,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor, na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de abril de 2017.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 19/04/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

PORTARIA N.º 439/2017

PORTARIA N.º 439, DE 17 DE ABRIL DE 2017.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO E CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 001/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, e
RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o candidato LEONARDO MOREIRA LIMA, CPF n.º 008.614.810-97, aprovado e classificado como 3º colocado no Concurso Público 001/2015, homologado em 11 de maio de 2016, para exercer em caráter efetivo o cargo de MÉDICO VETERINÁRIO.

Art. 2º. O candidato nomeado ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de atender e estimular o desenvolvimento pecuário do Município.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 17 de abril de 2017.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 19/04/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 440/2017

PORTARIA N.º 440, DE 18 DE ABRIL DE 2017.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATA APROVADA E CLASSIFICADA NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 001/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, e
RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º

1000/2005, a candidata CARINA YUMI TAKAHASHI, CPF n.º 050.409.889-66, aprovada e classificada como 11º colocada no Concurso Público 001/2015, homologado em 11 de maio de 2016, para exercer em caráter efetivo o cargo de MÉDICO EMERGENCISTA.

Art. 2º. A candidata nomeada ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de realizar avaliação de todos os pacientes encaminhados para atendimento médico, atender os pacientes clínicos e vítimas de trauma no setor de emergência, priorizar o atendimento em função da gravidade/risco, estabilizar e encaminhar os pacientes para outras especialidades, prestar atendimento quando solicitado por outras especialidades diante de situações avaliadas como emergência, ser responsável pelo acompanhamento e prescrição dos pacientes adultos deixados em observação pela equipe.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de abril de 2017.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 19/04/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 441/2017

PORTARIA N.º 441, DE 18 DE ABRIL 2017.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATA APROVADA E CLASSIFICADA NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 001/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a candidata FERNANDA BARREIROS VITOR, CPF n.º 081.857.229-94 aprovada e classificada como 6ª colocada no Concurso Público 001/2015, homologado em 11 de maio de 2016, para exercer em caráter efetivo o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

Art. 2º. A candidata nomeada ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, de 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de executar funções de limpeza e higiene nas instalações dos prédios da Prefeitura Municipal, ou serviços de copa, cozinha, bar e serviços gerais de apoio administrativo.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de abril de 2017.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 19/04/2017, de acordo com a
Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 442/2017

PORTARIA N.º 442, DE 18 DE ABRIL 2017.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO E CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 001/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o candidato LUIZ OSÓRIO PEREIRA DE ALBUQUERQUE NETO, CPF n.º 012.644.670-95, aprovado e classificado como 1º colocado no Concurso Público 001/2015, homologado em 11 de maio de 2016, para exercer em caráter efetivo o cargo de AUDITOR FISCAL DA FAZENDA.

Art. 2º. O candidato nomeado ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, de 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições para constituir, mediante lançamento, o crédito tributário; elaborar e proferir decisões em processo administrativo-fiscal, ou delas participar, bem como em relação a processos de restituição de tributos e de reconhecimento de benefícios fiscais; executar procedimentos de fiscalização, objetivando verificar o cumprimento das obrigações tributárias pelo sujeito passivo, praticando todos os atos definidos na legislação específica, inclusive os relativos à apreensão de livros, documentos e assemelhados; proceder a orientação do sujeito passivo no tocante à aplicação da legislação tributária, por intermédio de atos normativos e solução de consultas; e supervisionar as atividades de orientação do sujeito passivo efetuadas por intermédio de mídia eletrônica, telefone e plantão fiscal; estudar o sistema tributário municipal; em caráter geral, as demais atividades inerentes à competência da Secretaria Municipal da Fazenda.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de abril de 2017.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 19/04/2017, de acordo com a
Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 443/2017

PORTARIA N.º 443, DE 18 DE ABRIL 2017.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATA APROVADA E CLASSIFICADA NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 001/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a candidata ROCHELE DE OLIVEIRA MULLER, CPF n.º 036.251.659-61, aprovada e classificada como 20ª colocada no Concurso Público 001/2015, homologado em 11 de maio de 2016, para exercer em caráter efetivo o cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA 40 HORAS.

Art. 2º. A candidata nomeada ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, de 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de ministrar aulas de acordo com o plano de aula previamente elaborado; orientar a aprendizagem do aluno no desenvolvimento de suas capacidades; participar no processo de planejamento das atividades das unidades de trabalho; organizar as operações inerentes ao processo de ensino-aprendizagem: contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino; zelar e manter organizados, limpos e conservados os materiais, máquinas, equipamentos e local de trabalho, que estão sob sua responsabilidade, colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; executar outras tarefas semelhantes.

Art. 3º. A investidura da servidora no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de abril de 2017.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 19/04/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 444/2017

PORTARIA N.º 444, DE 18 DE ABRIL DE 2017.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.374/2009 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º NOMEAR, nos termos do art. 5º, da Lei n.º 1000/2005, ROSIMERE DA SILVEIRA, CPF n.º 069.086.969-01, para exercer o cargo comissionado de ASSESSOR ADMINISTRATIVO, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a partir de 19 de abril de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de abril de 2017.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 19/04/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 448/2017

PORTARIA N.º 448, DE 18 DE ABRIL DE 2017.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.374/2009 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º NOMEAR, nos termos do art. 5º, da Lei n.º 1000/2005, LILIANE BRUM SILVA, CPF n.º 028.599.379-86, para exercer o cargo comissionado de ASSISTÊNCIA DE DIREÇÃO, do Gabinete do Prefeito, a partir de 20 de abril de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de abril de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 19/04/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

REPUBLICAÇÃO POR ERRO DE DIGITAÇÃO DA PORTARIA N.º 428/2017

PORTARIA N.º 428, DE 17 DE ABRIL DE 2017.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. EXONERAR, a pedido, nos termos do art. 55, da Lei Municipal n.º 1000/2005, SILVIO STAVISKI, CPF n.º 355.873.009-78, do cargo de PROFESSOR DE INGLÊS 20 HORAS, do quadro de provimento efetivo da Prefeitura Municipal de Garopaba, em 20/04/2017.

Art. 2º. Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 54, inciso I, da Lei n.º 1000/2005.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Garopaba, 17 de abril de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 18/04/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Garuva

PREFEITURA

DECRETO 105/2017

DECRETO Nº 105 DE 17 DE ABRIL DE 2017

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR".

RODRIGO ADRIANY DAVID, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, especialmente o art. 6º, inciso II, da Lei nº 1960, de 15/12/2016.

DECRETA:

Art. 1º – A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 47.950,00 (quarenta e sete mil e novecentos e cinquenta reais), no orçamento do Município de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:

04.001.04.122.1003.2007 Man. do Depto. de Administração	3390	01.00.00	R\$	29.450,00
09.001.08.244.1023.2089 Man. do Depto. de Desenv. Social e Hab	3390	01.00.00	R\$	18.500,00

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1º. serão utilizados recursos provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

04.001.04.122.1003.2007 Man. do Depto. de Administração	4490	01.00.00	R\$	29.450,00
09.001.08.244.1023.2089 Man. do Depto. de Desenv. Social e Hab	3190	01.00.00	R\$	18.500,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rodrigo Adriany David
Prefeito Municipal

DECRETO 106/2017

DECRETO Nº. 106 DE 18 DE ABRIL DE 2017

"DESIGNA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE".

RODRIGO ADRIANY DAVID, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas por lei,

DECRETA:

Art. 10º. – Fica designado os membros do Conselho Municipal de Saúde com mandato até abril de 2019, conforme relação abaixo:

Representantes da Secretaria Municipal de Saúde:
Titular: Isabela Aragão Pereira
Suplente: Nelise Dias Vieira da Silva

Representantes Secretaria Municipal de Educação
Titular: Sonia Mara dos Santos Clemente
Suplente: Ivana Duarte

Representantes Secretaria Municipal de Estratégias Rurais
Titular: Elaine Cristina Zietz
Suplente: Mária M. Ferreira

Representantes Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação
Titular: Dejanira Conceição Ferreira
Suplente: Ana Claudia Pionhevicz

Representante FUNASA
Titular: Pedro Leite
Suplente: ----- (Não há outro representante no município)

Representante EPAGRI
Encaminhou Carta de Desligamento por haver somente um funcionário no Município

Representantes dos Laboratórios de Análises Clínicas

Titular: Leisy Cristina Heiss Carlomagno

Suplente: Maurício Fracasso

Representantes da Classe Médica:

Titular: Emmanuelle Vervloet Reis Bosco

Suplente: Rodrigo Adriany David

Representantes da Classe Odontológica:

Titular: Marlene Terezinha Roder

Suplente: Heloísa Steffens Fernandes

Representantes da Classe de Enfermagem:

Titular: Cecília Senke Ruekert

Suplente: Mariza de Fátima Ozório

Representantes da Classe Farmacêutica:

Titular: Thiago Francisco Backes

Suplente: Romilda Bortolameoti

Representantes ACIG:

Titular: Eduardo Dalilo Nascimento

Suplente: Adolar Umlauf

Representante da Associação de Moradores e Amigos Vila Georgia Paula

Titular: Paulo Kuchlick

Suplente: Tatiane Caetano

Representantes APAM:

Titular: Ernani Gomes Guimarães

Suplente: Ana Claudia Caetano

Representantes APP da Rede Estadual e Municipal de Educação

Titular: Sergio Ceccatto

Suplente: Patrícia Leite

Representante da Comunidade de Barrancos e Baraharas

Titular: Osni de Amorim Vieira
Suplente: Sonara Jadiane de Souza

Representantes da Comunidade Bom Futuro:
Titular: José Vieira
Suplente: Anita Ana Vieira

Representantes da Comunidade de Garuva Acima
Titular: Valdir Korn
Suplente: Elaine Aparecida G. Korn

Representante da Comunidade de Minas Velhas:
Titular: Margarida dos Santos
Suplente: Maria Lucia dos Santos

Representante APAE:
Titular: Érica Portela Leite
Suplente: Solange Patrícia Kanilo

Representante Pastoral da Criança:
Titular: Ursula Schwarz
Suplente: Lucia Amorim

Representante Rotary Club de Garuva:
Titular: Tania Regina Pilz Hübner
Suplente: Celsi Eiot Shuck

Representante Comunidade do Palmital
Titular: Débora Romi Teles Nunes
Suplente: Katiane Ferreira

Representante da Comunidade São João Abaixo e Caovi
Titular: Adryel Pabst
Suplente: Ana Paula Kruger

Representantes Comunidades de Urubuquara e Três Barras
Titular: Eliane Hattenhauer
Suplente: Barbara Umlauf Hattenhauer

Representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais
Titular: Ursula Polzin
Suplente: Ronald Röder

Art. 2º. – Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO ADRIANY DAVID
Prefeito Municipal

LEI Nº 1975

LEI Nº 1975, DE 18 DE ABRIL DE 2017

“Dispõe sobre a reposição salarial ao vencimento dos servidores, e dá outras providências”.

O povo do Município de Garuva, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legais do Poder Legislativo Municipal, aprova e eu, RODRIGO ADRIANY DAVID, na qualidade de Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica, com base na Lei Municipal 1.672/2013, concedido a partir de 01 de abril de 2017, aos servidores públicos municipais pertencentes ao quadro de pessoal, dos órgãos da Administração Direta; aos servidores contratados em decorrência de Convênios com o Estado e com a União destinados a execução de programas de governo; aos empregados públicos e aos Conselheiros Tutelares, revisão geral e reposição de salário referente ao período abril/2016 a março/2017, de 5.07 % (cinco vírgula zero sete por cento), divididos da seguinte forma:

I – 1,5% (Hum vírgula cinco por cento) a contar de 01 de abril de 2017;

II – 1,5%% (Hum vírgula cinco por cento) a contar de 01 de agosto de 2017;

III – 2,07% (dois vírgula zero sete por cento) a contar de 01 de novembro de 2017.

Parágrafo Único – Os índices de reposição salarial dos Incisos I, II e III deste artigo serão aplicados com base no vencimento de março/2017.

Art. 2º Fica o Chefe do Poder legislativo através de ato normativo próprio autorizado a conceder aos servidores do Legislativo os mesmos índices que tratam o caput do artigo 1º desta Lei.

Art. 3º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a regularizar por Decreto, com efeito retroativo a janeiro/2017, o vencimento dos Professores nível I, a fim de adequá-lo a Lei 11.738/08, para o cumprimento do Piso Nacional do Magistério.

Art. 4º O valor do auxílio alimentação, instituído pela lei nº 1.553, de 03 de novembro de 2011, alterado pela lei nº 1.671 de 02 de abril de 2013, passará a ser de R\$ 512,00 (quinhentos e doze reais), a contar de 01 de abril de 2017.

Art. 5º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei serão apropriadas às dotações orçamentárias do Município.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO ADRIANY DAVID
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO 19/2017

Resolução nº 0019/2017

Dispõe sobre progressão vertical de servidor do Poder Legislativo Municipal de Garuva.

Considerando Requerimento apresentado pelo servidor;
Considerando os documentos comprobatórios (diploma/certificado) apresentado pelo servidor;
Considerando Parecer Jurídico incluso no processo;
Considerando despacho da Mesa Diretora em 12 de abril de 2017;
Considerando a Lei Complementar 86/2015.

O Presidente da Câmara Municipal de Garuva, usando de suas atribuições legais, com base no artigo 50 paragrafo 3º II, do Regimento Interno, RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao servidor Henrique Fontoura da Rosa, progressão vertical por conclusão de curso, conforme disposto no art. 25 combinado com art. 28, II, da Lei Complementar 86/2015, sobre o vencimento básico do respectivo cargo do servidor.

Art. 2º - A progressão vertical será devida a partir do mês subsequente ao da apresentação do título, diploma ou certificado conforme disposto no art. 29, da Lei Complementar 86/2015.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Garuva, 17 de abril de 2017

Oziel Fernandes Mattos

Presidente da Câmara de Vereadores de Garuva

RESOLUÇÃO 20/2017

Resolução nº 0020/2017

Concede triênio a servidora Jucilene Luiz.

Considerando requerimento apresentado pela servidora;
Considerando a comprovação do direito adquirido;
Considerando o embasamento na LC 001/98 (Estatuto do Servidor Público), disposto no art. 51 III, d, combinado com o art. 63;
Considerando art. 33 da LC 86/2015.

O Presidente da Câmara Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina usando de suas atribuições legais e regimentais, em especial ao artigo 50 parágrafo 3º inciso II do Regimento Interno desta Casa Legislativa, Resolve:

Art. 1º - Conceder 01 (um) triênio a servidora Jucilene Luiz, referente o período aquisitivo de 01/02/2015 à 31/01/2017, a partir da competência maio/2017.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Garuva, 17 de abril de 2017

Oziel Fernandes Mattos

Presidente da Câmara de Vereadores de Garuva

RESOLUÇÃO 21/2017

Resolução nº 0021/2017

Concede triênio ao servidor Ernandes Mendonça Fürbringer.

Considerando requerimento apresentado pelo servidor;
Considerando a comprovação do direito adquirido;
Considerando o embasamento na LC 001/98 (Estatuto do Servidor Público), disposto no art. 51 III, d, combinado com o art. 63;
Considerando art. 33 da LC 86/2015.

O Presidente da Câmara Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina usando de suas atribuições legais e regimentais, em especial ao artigo 50 parágrafo 3º inciso II do Regimento Interno desta Casa Legislativa, Resolve:

Art. 1º - Conceder 01 (um) triênio ao servidor Ernandes Mendonça Fürbringer, referente o período aquisitivo de 01/02/2015 à 31/01/2017, a partir da competência maio/2017.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Garuva, 17 de abril de 2017

Oziel Fernandes Mattos

Presidente da Câmara de Vereadores de Garuva

Gaspar

PREFEITURA

DECRETO Nº 7.433, DE 11 DE ABRIL DE 2017

DECRETO Nº 7.433, DE 11 DE ABRIL DE 2017.

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO DE AÇÕES PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com fundamento no Plano Municipal de Educação Lei nº 3.650, de 10 de julho de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros abaixo indicados para compor a Comissão de Ações para a Educação Infantil:

I - ZILMA MÔNICA SANSÃO BENEVENUTTI – Secretária Municipal de Educação, inscrita no CPF sob o nº 816.525.269-00;

II – ANDRÉIA ZENDRON ZABEL – Professora, inscrita no CPF sob o nº 817.339.237-20;

III - ANELIZE BAUMGARTNER DE OLIVEIRA, Coordenadora Pedagógica, inscrita no CPF sob o nº 066.842.939-90;

IV - DEBORA FERNANDA MELCHORS ANGST – Berçarista, inscrita no CPF sob o nº 007.947.691-01;

V - JOICE THEISS WERNER – Professora, inscrita no CPF sob o nº 895.181.799-72;

VI - LUCIMARA COSTA CUSTODIO – Professora, inscrita no CPF sob o nº 816.670.949-04;

VII - RAQUEL BERNARDES CORREA - Diretora de Educação Infantil, inscrita no CPF sob o nº 895.327.599-72; e

VIII - SANDRA MARA HOSTINS - Assessora Administrativa, inscrita no CPF sob o nº 461.116.979-00.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 11 de abril de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

DECRETO Nº 7.434, DE 12 DE ABRIL DE 2017

DECRETO Nº 7.434, DE 12 DE ABRIL DE 2017.

EXONERA A SERVIDORA CLEONICE HENRIQUE DA SILVA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora CLEONICE HENRIQUE DA SILVA, inscrita no CPF sob o nº 154.345.324-49, do cargo efetivo de Professora DOC IV-4, lotado com 20 horas semanais na Escola Ferandino Dagnoni, ao qual foi nomeada pelo Decreto nº 024/1996, a partir 31 de março de 2017.

Art. 2º Considerando que não ocorreu a concretização da aposentadoria da servidora, fica anulado o Decreto nº 7.411, de 23 de

março de 2017.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 31 de março de 2017.

Gaspar, 13 de abril de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

DECRETO Nº 7.435, DE 13 DE ABRIL DE 2017

DECRETO Nº 7.435, DE 13 DE ABRIL DE 2017.

NOMEIA DANIELI GABARDO PEDROSO PARA EXERCER CARGO EM COMISSÃO DE COORDENADORA DE FISCALIZAÇÃO.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 72, inciso XXV da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, a partir de 10 de abril de 2017, a servidora DANIELI GABARDO PEDROSO, inscrita no CPF sob o nº 077.481.639-28, para o exercício de cargo em comissão de Coordenadora de Fiscalização da Secretaria Municipal da Fazenda, ref. 33, com 40 horas semanais, nos termos da Lei Complementar Municipal nº 69, de 22 de dezembro de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 10 de abril de 2017.

Gaspar, 13 de abril de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

DECRETO Nº 7.438, DE 17 DE ABRIL DE 2017

DECRETO Nº 7.438, DE 17 DE ABRIL DE 2017.

NOMEIA JOEL DE SOUZA PARA EXERCER CARGO EM COMISSÃO DE COORDENADOR DE OBRAS.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 72, inciso XXV da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, a partir de 17 de abril de 2017, o servidor JOEL DE SOUZA, inscrito no CPF sob o nº 532.655.729-00, para o exercício de cargo em comissão de Coordenador de Obras da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, ref. 33, com 40 horas semanais, nos termos da Lei Complementar Municipal nº 69, de 22 de dezembro de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 17 de abril de 2017.

Gaspar, 17 de abril de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

DECRETO Nº 7.440, DE 17 DE ABRIL DE 2017

DECRETO Nº 7.440, DE 17 DE ABRIL DE 2017.

DECLARA VACÂNCIA DE CARGO EM DECORRÊNCIA DE APOSENTADORIA DA SERVIDORA OTILIA HEINZ FELAÇO.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com base no artigo 45, inciso IV da Lei Municipal no 1.305, de 09 de outubro de 1991,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada a vacância do cargo de provimento efetivo de Merendeira/Servente, da servidora OTILIA HEINZ FELAÇO, inscrita no CPF sob o nº 947.224.559-53, lotada na Secretaria Municipal de Educação, ao qual foi nomeada pelo decreto 125/2003, em virtude de aposentadoria por tempo de contribuição.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 28 de fevereiro de 2017.

Gaspar, 17 de abril de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

DECRETO Nº 7.441, DE 17 DE ABRIL DE 2017

DECRETO Nº 7.441, DE 17 DE ABRIL DE 2017.

EXONERA A SERVIDORA GISLAINE MACHADO PINHEIRO.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora GISLAINE MACHADO PINHEIRO, inscrita no CPF sob o nº 062.899.749-39 do cargo efetivo de Merendeira/Servente, lotada na Secretaria Municipal de Educação, ao qual foi nomeada pelo Decreto nº 6.666/2015, a partir 12 de abril de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 12 de abril de 2017.

Gaspar, 17 de abril de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

DECRETO Nº 7.442, DE 18 DE ABRIL DE 2017

DECRETO Nº 7.442, DE 18 DE ABRIL DE 2017.

NOMEIA COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO DE CARÁTER TEMPORÁRIO E EMERGENCIAL PARA PROFISSIONAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros abaixo indicados para compor a Comissão do Processo Seletivo de Caráter Temporário e Emergencial para profissionais da Secretaria Municipal de Saúde:

I. Mari Janete Voigt Paim da Silva - Representante do setor de Recursos Humanos;

II. Diogo Jeferson dos Santos - Representante do setor de Recursos Humanos;

III. Francielle Wernke – Representante do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Gaspar – SINTRASPUG;

IV. Arnaldo Munhoz – Representante do Fundo Municipal de Saúde; e

V. Jussara da Costa Miranda – Representante do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 2º Competirá a esta Comissão estabelecer os critérios para a admissão dos candidatos, observando-se para a sua formulação, o disposto na legislação correlata, e proceder a seleção dos inscritos, de acordo com tais critérios.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gaspar, 18 de abril de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito do Município de Gaspar

CÂMARA MUNICIPAL

ATA DE REUNIÃO - EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 002/2017

ATA DE REUNIÃO

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2017

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 002/2017

No dia 18/04/2017, às 17h, na Sala de Reuniões da Câmara de Vereadores de Gaspar, deu-se início a sessão pública da Comissão de Licitação instituída pela Resolução nº 07/2017, destinada à análise e julgamento do requerimento de credenciamento e da documentação apresentada pelas empresas: Rádio Ativa FM Ltda; e Rádio Sentinela do Vale Ltda, protocolados, respectivamente nos dias 12/04/2017 e 17/04/2017. Dando início aos trabalhos, os requerimentos e documentos apresentados pelas empresas já citadas foram lidos, examinados e rubricados pelos membros da Comissão de Licitação. Após a análise constatou-se que a documentação apresentada encontra-se de acordo com as exigências apresentadas no edital. Por fim, foram declarados habilitados e credenciados a executarem o objeto descrito do edital de Inexigibilidade nº 02/2017. Nada mais havendo a tratar, a Comissão de Licitação deu

por encerrada a sessão pública, tendo sido lavrada esta ata que, lida e achada conforme, segue assinada pelos presentes à sessão pública, a qual deverá ser publicada no DOM – Diário Municipal dos Municípios.

Jorge Luiz Matos de Oliveira

Presidente da Comissão de Licitação

Marcelo Peterson Pereira

Membro da Comissão

Wilson Pereira Junior

Membro da Comissão

Pedro Paulo Schramm

Membro da Comissão

OFÍCIO º 099/2017

Ofício º 099/2017

Gaspar (SC), 18 de abril de 2017.

Senhor

Ramiro Cezar Siqueira Martins

REFRIMIX REFRIGERAÇÃO EM AR-CONDICIONADO - EIRELI - ME

Rua 1.666, s/n, Praia do Sonho

Palhoça – SC – CEP 88.133.900

Cumprimentando-o cordialmente, convoco a empresa administrada por vossa senhoria, na qualidade de vencedora do certame licitatório “Pregão Presencial nº 001/2017”, realizado pela Câmara de Vereadores de Gaspar [cuja sessão pública de julgamento das propostas ocorreu em 17 de fevereiro do corrente ano], a fim de que efetue a entrega do objeto do certame licitatório, caracterizado por 11 [onze] refrigeradores tipo frigobar, novos.

Ademais, considerando que nos termos do item 16.2 do edital do certame licitatório, bem como da cláusula 9.1 do contrato firmado entre este Poder Legislativo e a empresa Refrimix, o prazo para entrega do objeto é de 30 [trinta] dias a partir da data da assinatura do contrato e, considerando ainda que o contrato foi firmado com data de 1º de março do corrente ano, esclareço que o objeto do contrato deverá ser entregue no prazo improrrogável de 10 [dez] dias, sob pena de deflagração do devido Processo Administrativo para aplicação das sanções previstas no item 21 e seguintes do edital da licitação.

Por fim, comunico que este ofício será remetido também por e-mail e que na forma do item 22.10 do edital, será publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, contando-se como data de início do prazo de 10 [dez] dias ora concedido o dia de sua publicação no referido veículo.

Sem mais para a ocasião, estendo votos de estime e apreço.

CIRO ANDRÉ QUINTINO

Presidente da Câmara de Vereadores de Gaspar

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PP 20/2017 APÓS A SUSPENSÃO AVISO DE LICITAÇÃO APÓS SUSPENSÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE REALIZARÁ A LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

PREGÃO PRESENCIAL 20/2017

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que realizará licitação Menor Preço.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES, COMO MATERIAIS DE ESCRITÓRIO, EQUIPAMENTOS DE LIMPEZA, AR CONDICIONADO, GELADEIRAS, EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, EQUIPAMENTOS ENFERMAGEM/MÉDICOS, CONFORME PROPOSTA DE AQUISIÇÃO 08857.731000 - EMENDA PARLAMENTAR

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 02/05/2017 até às 10h30min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 02/05/2017 às 10h30min.

Os interessados deverão novamente retirar o edital, pois este sofreu alteração no site da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos, no endereço: www.governadorcelso Ramos.sc.gov.br

Governador Celso Ramos, 17 de abril de 2017.
Sandra Mara Picini Ortiz
Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO PP 21/2017 APÓS A SUSPENSÃO AVISO DE LICITAÇÃO APÓS A SUSPENSÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE REALIZARÁ A LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

PREGÃO PRESENCIAL 21/2017

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que realizará licitação Menor Preço.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS EQUIPAMENTOS, MATERIAIS PERMANENTES, COMO MATERIAIS DE INFORMÁTICA, AR CONDICIONADO, EQUIPAMENTOS MEDICO/ODONTOLÓGICOS E UM VEÍCULO DE PASSEIO, CONFORME PROPOSTA DE AQUISIÇÃO 08857731000-1140-01 - EMENDA PARLAMENTAR.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 02/05/2017 até às 14h30min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 02/05/2017 até às 14h30min.

Os interessados deverão novamente retirar o edital, pois este sofreu alteração no site da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos, no endereço: www.governadorcelso Ramos.sc.gov.br

Governador Celso Ramos, 17 de abril de 2017.
Sandra Mara Picini Ortiz
Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO PP 22/2017 APÓS A SUSPENSÃO AVISO DE LICITAÇÃO APÓS SUSPENSÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE REALIZARÁ A LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

PREGÃO PRESENCIAL 22/2017

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que realizará licitação Menor Preço.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES COMO EQUIPAMENTOS MEDICO/ODONTOLÓGICOS, EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E DE ESCRITÓRIO, GELADEIRAS, AR CONDICIONADO, TELEVISOR. CONFORME PROPOSTA DE AQUISIÇÃO Nº08857.731000/1150-05 - EMENDA PARLAMENTAR.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 02/05/2017 até às 15h30min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 02/05/2017 até às 15h30min.

Os interessados deverão novamente retirar o edital, pois este sofreu alteração no site da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos, no endereço: www.governadorcelso Ramos.sc.gov.br

Governador Celso Ramos, 17 de abril de 2017.
Sandra Mara Picini Ortiz
Pregoeira

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 006/2016

Extrato do Quinto Termo Aditivo referente ao contrato nº 006/2013
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS
Pregão Presencial nº 002/2013
Processo nº 007/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

CONTRATADO: GESTÃO PÚBLICA CONSULTORES ASSOCIADOS S/A

OBJETO: O objeto do presente termo aditivo é prorrogar por 12 (doze) meses a partir de 11/03/2017 e atualizar o valor global do contrato original pelo INPC (5,43%), passando o mesmo para R\$: 97.743,79 (noventa e sete mil, setecentos e quarenta e três reais e setenta e nove centavos). O contrato original tem por objeto a prestação de serviços de consultoria nas áreas de planejamento orçamentário, contabilidade pública, atendimento à Lei (federal) nº 4320/64, atendimento à Lei Complementar (federal) nº 101/2000, sistema de controle interno e capacitação de pessoal nessas áreas. Governador Celso Ramos/SC.

JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 027/2016

Extrato do Segundo Termo Aditivo referente ao contrato nº 027/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

CHAMADA PÚBLICA Nº. 02/2016

Processo nº 03/2016

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

CONTRATADO: LABORATÓRIO DE ANÁLISES E PESQUISAS CLÍNICAS CONTINENTE LTDA.

OBJETO: O objeto do presente termo é a prorrogação do prazo do contrato 027/2016, pelo período de 12 meses, a contar da data de 11/04/2017. O contrato original tem por objeto a contratação de entidades privadas prestadoras de serviços de saúde para a realização de exames pertencentes do Grupo 02 - Procedimentos com Finalidade Diagnóstica, Sub Grupo 02 - Diagnóstico Laboratório Clínico e Grupo 02 - Procedimentos com Finalidade Diagnóstica, Sub Grupo 02 - Diagnóstico por Anatomia Patológica e Citopatologia descritos na "Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde - SUS.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 029/2015

Extrato do Segundo Termo Aditivo referente ao contrato nº 029/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

Dispensa de Licitação nº 006/2015

Processo nº 43/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

CONTRATADO: SELMA FRANCISCA GONÇALVES DE AVILA

OBJETO: O objeto do presente termo aditivo é prorrogar por 12 (doze) meses a partir de 02/04/2017 e atualizar o valor global do contrato original pelo IGP-M (4,8624%) passando o mesmo para R\$ 62.210,02 (sessenta e dois mil, duzentos e dez reais e dois centavos). O contrato original tem por objeto a locação de um imóvel situado à Avenida Papenborg na localidade de Areias de Baixo, s/nº, para instalação de um Centro de Educação Infantil - CEI.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 25/2015

Extrato do Segundo Termo Aditivo referente ao contrato nº 025/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

Dispensa de Licitação nº 005/2015

Processo nº 033/2015

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

CONTRATADO: FRANCISCO APRIGIO MONTEIRO

OBJETO: O objeto do presente termo aditivo é prorrogar por 12 (doze) meses a partir de 02/03/2017 e atualizar o valor global do contrato original pelo IGP-M (4,86%) passando o mesmo para R\$: 48.868,12 (quarenta e oito mil, oitocentos e sessenta e oito reais e doze centavos). O contrato original tem por objeto a locação de um imóvel situado na Rua Maria Luiza Dos Santos, Nº 634, Fundos, Bairro Fazenda da Armação para instalação e funcionamento da Escola Viva.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 16/2016

Extrato do Terceiro Termo Aditivo referente ao contrato nº 016/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

Pregão Presencial nº 069/2014

Processo nº 17/2014

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO: BRANET GESTÃO DE LOGISTICA EM SAÚDE LTDA - ME

OBJETO: O objeto do presente termo aditivo é a atualização do valor contratual pelo índice do INPC em 5,43%, passando o valor total do contrato para R\$: 44.642,35 (quarenta e quatro mil, seiscentos e quarenta e dois reais e trinta e cinco centavos). O contrato original tem por objeto a contratação de licença de uso de sistema de gestão da saúde pública, manutenção/atualização e, ainda, implantação e treinamento para a rede municipal de saúde de Governador Celso Ramos/SC.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

SAMAE - Gov. CELSO RAMOS

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO 08/2017**AVISO DE LICITAÇÃO**

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE REALIZARÁ A LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

PREGÃO PRESENCIAL 08/2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS VISANDO À IMPLANTAÇÃO DE SOLUÇÃO COMPLETA DE GESTÃO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA, ESGOTO E RESÍDUOS SÓLIDOS INCLUINDO A CONVERSÃO DOS DADOS EXISTENTES, SUPORTE E MANUTENÇÃO, TODAS AS ALTERAÇÕES LEGAIS, CORRETIVAS E EVOLUTIVAS, PARA GARANTIR O PERFEITO FUNCIONAMENTO DOS SISTEMAS, FORNECIMENTO DE INSUMOS, DA INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA, EM REGIME DE COMODATO, ENVOLVENDO TODAS AS ÁREAS

DE GERENCIAMENTO PERTINENTES AO MESMO PARA O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 03/05/2017 até às 14h00min.
DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 03/05/2017 às 14h30min.

Os interessados deverão retirar o edital no site do SAMAE de Governador Celso Ramos – www.samaegcr.com.br, presencialmente na sede do SAMAE de segunda a sexta feira, das 13:30 as 18:30hs no Setor de Licitações ou ainda requisitando o mesmo pelo e-mail: licitasamaegcr@gmail.com.

Governador Celso Ramos, 17 de Abril de 2017.

NEDISON NILDO MARTINS

Diretor Geral

Grão Pará

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GRÃO PARÁ

PR 06/2017 EQUIP. INF.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE de Grão-Pará

Estado de Santa Catarina

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo DE LICITAÇÃO N. 07/2017

Edital de PREGÃO PRESENCIAL n. 06/2017-PR

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA PARA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ. Data e Horário de Abertura: 08/05/2017, às 14:00 h. Local: Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, situada na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará, no prédio da Prefeitura Municipal. A íntegra do presente Edital pode ser obtida no Mural Municipal. Demais informações podem ser obtidas na Sede da Prefeitura Municipal ou pelo telefone (48) 3652-1177, com a Pregoeira.

Grão-Pará/ SC, 11 de abril de 2017.

MARCIO BORBA BLASIUS

Prefeito Municipal

Guaraciaba

PREFEITURA

EXTRATOS CONTRATOS FMAS 11, 12 E 13.2017. DOCX

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DO MUN. DE GUARACIABA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 11/2017

Contratante.: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DO MUN. DE GUARACIABA

Contratada....: BERTI E PALUDO MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME

Valor : 4.600,00 (quatro mil e seiscentos reais)

Vigência : Início: 18/04/2017 Término: 31/12/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 8/2017

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA PINTURA EXTERNA DO SCFV (SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS) DE GUARACIABA - SC.

Contrato Nº.: 12/2017

Contratante.: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DO MUN. DE GUARACIABA

Contratada....: JONAS ALBERTO TECHIO 05562081962

Valor : 5.650,00 (cinco mil seiscentos e cinquenta reais)

Vigência : Início: 18/04/2017 Término: 31/12/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 8/2017

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA REALIZAÇÃO DE PINTURA EXTERNA (COM TRÊS MÃOS DE TINTA, LAVAGEM DO TELHADO, LIXAMENTO DAS PAREDES PINTADAS E CORREÇÃO DAS RACHADURAS) DO SCFV (SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS) DE GUARACIABA.

Contrato Nº.: 13/2017

Contratante.: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DO MUN. DE GUARACIABA

Contratada....: DAYANA TREVISAN - ME

Valor : 3.190,48 (três mil cento e noventa reais e quarenta e oito centavos)

Vigência : Início: 18/04/2017 Término: 31/12/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 10/2017

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE RUFO EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO, PARA COLOCAÇÃO NO SCFV (SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS) DE GUARACIABA - SC, COM O OBJETIVO DE IMPEDIR A INFILTRAÇÃO DA ÁGUA DA CHUVA PELAS PAREDES E LAJE DA COBERTURA.

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO FMS Nº 19.2017.DOCX

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2017

PROCESSO Nº 19/2017 HOMOLOGAÇÃO: 18/04/2017

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARACIABA SC

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS DESTINADOS AOS CONSULTÓRIOS ODONTOLÓGICOS DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARACIABA/SC PARA O ANO DE 2017.

CONTRATADO: AMARILDO BASEGGIO & CIA. LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 4.746,60 (quatro mil setecentos e quarenta e seis reais e sessenta centavos)

CONTRATADO: DENTAL OESTE EIRELI

VALOR DA DESPESA: R\$ 5.063,00 (cinco mil e sessenta e três reais)

CONTRATADO: FUSAO COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 5.198,45 (cinco mil cento e noventa e oito reais e quarenta e cinco centavos)

CONTRATADO: ODONTOSUL LTDA - EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 12.425,00 (doze mil quatrocentos e vinte e cinco reais)

CONTRATADO: POSSATTO & MARCELLO LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 6.567,75 (seis mil quinhentos e sessenta e sete reais e setenta e cinco centavos)

CONTRATADO: DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E

VALOR DA DESPESA: R\$ 9.349,95 (nove mil trezentos e quarenta e nove reais e noventa e cinco centavos)

CONTRATADO: SANTA LUCIA PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELI - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 128,00 (cento e vinte e oito reais)

=====

HOMOLOGAÇÃO PROCESSOS FMAS Nº 11 E 13.2017. DOCX

PREGÃO PRESENCIAL Nº 8/2017

PROCESSO Nº 11/2017 HOMOLOGAÇÃO: 18/04/2017

CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DO MUN. DE GUARACIABA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA PINTURA EXTERNA DO SCFV (SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS) DE GUARACIABA - SC, RUFO EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO, PARA COLOCAÇÃO NO SCFV (SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS) DE GUARACIABA - SC, E CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA REALIZAÇÃO DE PINTURA EXTERNA (COM TRÊS MÃOS DE TINTA, LAVAGEM DO TELHADO, LIXAMENTO DAS PAREDES PINTADAS E CORREÇÃO DAS RACHADURAS) DO SCFV (SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS) DE GUARACIABA.

CONTRATADO: BERTI E PALUDO MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 4.600,00 (quatro mil e seiscentos reais)

CONTRATADO: JONAS ALBERTO TECHIO 05562081962

VALOR DA DESPESA: R\$ 5.650,00 (cinco mil seiscentos e cinquenta reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2017

PROCESSO Nº 13/2017 HOMOLOGAÇÃO: 18/04/2017

CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DO MUN. DE GUARACIABA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE RUFO EM CHAPA DE AÇO

GALVANIZADO, PARA COLOCAÇÃO NO SCFV (SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS) DE GUARACIABA - SC, COM O OBJETIVO DE IMPEDIR A INFILTRAÇÃO DA ÁGUA DA CHUVA PELAS PAREDES E LAJE DA COBERTURA.

CONTRATADO: DAYANA TREVISAN - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 3.190,48 (três mil cento e noventa reais e quarenta e oito centavos)

=====

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 59.17 AQUISIÇÃO PEÇAS E SERVIÇOS CONSERTO ROLO MULLER VAP 70.DOC

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº59/2017.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 73/17, Edital de Pregão Presencial Nº 59/17, Objeto: Aquisição de peças e serviços para conserto do Rolo Compactador Muller VAP 70; recebimento de propostas até às 10:00 horas do dia 03/05/17; a abertura do Edital será às 10:00 horas do dia 03/05/17, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademir de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site www.guaraciaba.sc.gov.br

Guaraciaba em 18 de abril de 2017.

Roque Luiz Meneghini,
Prefeito Municipal

Guaramirim

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2017 - PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão Presencial 42/2017

Processo Licitatório: 42/2017

Tipo: Menor Preço - Por Item

Objeto: AQUISIÇÃO DE AREIA, SEIXO, MACADAME, BICA CORRIDA, RACHÃO, PÓ DE BRITA E BRITA Nº 1 PARA RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DA MALHA VIÁRIA DO MUNICÍPIO, EXECUÇÃO DE OBRAS E OUTROS SERVIÇOS PERTINENTES AO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC).

Entrega dos Envelopes: 11/05/2017 às 13h30min

Abertura dos Envelopes: 11/05/2017 às 13h30min

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 18 de abril de 2017.

LUIZ ANTONIO CHIODINI
PREFEITO MUNICIPAL

Herval d'Oeste

PREFEITURA

1º TERMO RETIFICAÇÃO CHAMADA PÚBLICA 0032017

1º TERMO DE RETIFICAÇÃO
EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 003/2017

UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

OBJETO

Credenciamento de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, reconhecidas como entidades beneficentes de assistência social que prestem serviços na área da saúde para procedimentos cirúrgicos eletivos

Em virtude da edição do Decreto Municipal 3.656/2017, pelo presente termo retifica-se o edital nos seguintes itens que passam a vigorar com a seguinte redação:

....

3.1 ... O presente Chamamento Público tem por objeto o Credenciamento de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, reconhecidas como entidades beneficentes de assistência social que prestem serviços na área da saúde para procedimentos cirúrgicos eletivos, devidamente previstos na Tabela de Procedimentos da Secretaria de Estado de Saúde ANEXO I a serem prestados nas clínicas e hospitais, conforme suas necessidades, abrangendo as áreas/especialidades médicas reconhecidas pelo Conselho Federal de Medicina em atos normativos competentes, conforme segue:

- I. Ginecologia;
- II. Proctologia;
- III. Oftalmologia;
- a. Realização de procedimentos iniciais (pré-cirúrgicos), com avaliação nos dois olhos e a realização dos exames necessários para cirurgia de Catarata;
- b. Consultas pós-cirúrgicas.
- IV. Cirurgia Geral;
- V. Ortopedia;
- VI. Otorrinolaringologia;
- VII. Anestesiologia;
- VIII. Urologia/Nefrologia;

Acrescenta-se o subitem 13.1.1

13.1.1 - A Remuneração pela prestação de serviços dos procedimentos de Oftalmologia para as Cirurgias Eletivas de Catarata terão os seguintes valores:

- a) Procedimento de Facoemulsificação com implante de lente Intraocular dobrável será de R\$ 643,00 (seiscentos e quarenta e três reais) conforme tabela do SIGTAP – SUS.
- b) Procedimentos Iniciais pré- cirúrgicos com avaliação nos dois olhos e a realização dos exames necessários para cirurgia de Catarata R\$ 570,00 (quinhentos e setenta reais)
- c) Consulta Pós- Cirurgia R\$ 60,00 (Sessenta reais);
- d) Taxas, materiais e medicamentos utilizados no Centro Cirúrgico – R\$ 207,00 (duzentos e sete reais)

Acrescenta-se o ANEXO XI – DECRETO MUNICIPAL Nº 3.656/2017. Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas do Edital, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor, inclusive quanto a data de abertura.

Informações: Setor de Compras e Licitações (49) 3554 0922 ou e-mail: rubens@hervaldoeste.sc.gov.br.

Herval d'Oeste (SC), 12 de abril de 2017.
AMÉRICO LORINI
Prefeito Municipal

ANEXO XI – DECRETO MUNICIPAL Nº 3.656/2017.
DECRETO Nº 3.656/2017.

"ALTERA/INCLUI AO DECRETO Nº 3.644/2017 QUE REGULAMENTA O SISTEMA DE CREDENCIAMENTO PARA PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS ELETIVOS NO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE (SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

AMÉRICO LORINI, Prefeito de Herval d'Oeste (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e a Lei nº 8.666/1993 e suas alterações, DECRETA:

Art. 1º. Fica alterado/incluído ao inciso III do artigo 1º do Decreto Municipal nº 3.644/2017 o serviço que segue:

III – Oftalmologia.

- a) Realização de procedimentos iniciais (pré-cirúrgicos), com avaliação nos dois olhos e a realização dos exames necessários para cirurgia de Catarata;
- b) Consultas pós-cirúrgicas.

(...)

VIII – (...)

- b) Os valores dos procedimentos citados nas alíneas "a" e "b" do inciso III, serão estabelecidos no edital de credenciamento.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Herval d'Oeste (SC), 31 de março de 2017.
AMÉRICO LORINI
Prefeito

DECRETO 3.659/2017

DECRETO Nº 3.659/2017.

APROVA LOTEAMENTO DENOMINADO "LOTEAMENTO NODARI" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AMÉRICO LORINI, Prefeito de Herval d'Oeste (SC), no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica do Município, DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovado o Loteamento denominado "Loteamento Nodari", de propriedade de Antonio Carlos Nodari, inscrito no CPF nº 148.143.319-91, sito a Rua Santa Catarina, Bairro Jardim José Rupp, Herval d'Oeste (SC), contendo a área total de 32.776,35m² (Trinta e dois mil, setecentos e setenta e seis metros e trinta e cinco centímetros quadrados), constante de escritura pública registrada no Registro de Imóveis da Comarca de Herval d'Oeste (SC), matrícula nº 3.266, estando em anexo a este Decreto o Memorial Descritivo de todos os Lotes e a Planta Geral do Loteamento.

Art. 2º. A área total de lotes é de 21.304,18m².

Art. 3º. Fica incorporada ao Patrimônio Público Municipal, a área de 8.451,53m² destinada às vias públicas do Loteamento; a área

de 862,85m² destinada à área verde; e a área institucional de 2.157,79m².

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, e em especial o Decreto nº 3.621/2017.

Herval d'Oeste (SC), 07 de abril de 2017.

AMÉRICO LORINI

Prefeito

DECRETO Nº 3.659/2017

DECRETO Nº 3.659/2017.

APROVA LOTEAMENTO DENOMINADO "LOTEAMENTO NODARI" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AMÉRICO LORINI, Prefeito de Herval d' Oeste (SC), no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica do Município, DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovado o Loteamento denominado "Loteamento Nodari", de propriedade de Antonio Carlos Nodari, inscrito no CPF nº 148.143.319-91, sito a Rua Santa Catarina, Bairro Jardim José Rupp, Herval d'Oeste (SC), contendo a área total de 32.776,35m² (Trinta e dois mil, setecentos e setenta e seis metros e trinta e cinco centímetros quadrados), constante de escritura pública registrada no Registro de Imóveis da Comarca de Herval d'Oeste (SC), matrícula nº 3.266, estando em anexo a este Decreto o Memorial Descritivo de todos os Lotes e a Planta Geral do Loteamento.

Art. 2º. A área total de lotes é de 21.304,18m².

Art. 3º. Fica incorporada ao Patrimônio Público Municipal, a área de 8.451,53m² destinada às vias públicas do Loteamento; a área de 862,85m² destinada à área verde; e a área institucional de 2.157,79m².

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, e em especial o Decreto nº 3.621/2017.

Herval d'Oeste (SC), 07 de abril de 2017.

AMÉRICO LORINI

Prefeito

PORTARIA Nº 628/2017

PORTARIA Nº 628/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde, a contar de 11 de abril de 2017, por tempo indeterminado, com fulcro nos artigos 111 a 115, da Lei Complementar Nº 281/2011, à Servidora VIVIANE RODRIGUES FERREIRA (Matr. 4296), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível/Referência – 3/A, Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme determina a Legislação Específica do Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 17 de Abril de 2017.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 629/2017

PORTARIA Nº 629/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a contar do dia 18 de abril de 2017, do servidor WILLIAN CÉSAR GAVASSO (Matr. 2751), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Enfermeiro, Nível – 12/1, Referência "C", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 18 de Abril de 2017.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 630/2017

PORTARIA Nº 630/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DESIGNAR a servidora SILVANA LAZZARINI BULLA (Matr. 2571), ocupante do Cargo em Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência – 7/B, para integrar à Comissão Permanente de Avaliação de Estágio Probatório dos servidores da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 18 de Abril de 2017.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

Ibiam

PREFEITURA

DECRETO Nº 3007/2017

DECRETO Nº 3007, DE 01 DE MARÇO DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiam em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 0591/2016:

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do superávit financeiro no valor de R\$ 85.000,00(oitenta e cinco mil reais), no orçamento de 2017 da Prefeitura Municipal de Ibiam, na seguinte programação de despesa:

Suplementação:

Órgão:	02	Chefia do Executivo
Unidade Orçamentária:	03	Sec. De Administração e Fazenda
Função:	4	Administração
Sub-Função:	122	Administração Geral
Programa:	402	Administração Geral
Projeto/Atividade:	2018	Manut. Das atividades Administrativas
Modalidade de Aplicação:	4490	Aplicações Diretas
Fonte:	1300	Superávit Exercício Anterior recurso p.
Valor:		85.000,00

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o superávit financeiro apurado no exercício anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 01 DE MARÇO DE 2017.
IVANIR ZANIN
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado

DECRETO Nº 3010/2017

DECRETO Nº 3010, DE 10 DE MARÇO DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO CONVENIO CONSTRUÇÃO UBS N.11250.7610001/13-001, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS..

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiam em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 0591/2016:

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do superávit financeiro consolidado no valor de R\$ 81.600,00(oitenta e um mil e seiscentos reais), no orçamento de 2017 da Fundo Municipal de Saude, na seguinte programação de despesa:

Suplementação:

Órgão:	03	Fundos Municipais
Unidade Orçamentária:	0301	Fundo Municipal de Saude
Função:	10	Saude
Sub-Função:	301	Atenção Basica
Programa:	1001	Saude Com Qualidade
Projeto/Atividade:	1014	Ampliação da Rede Física de Saude
Modalidade de Aplicação:	44900000	Aplicações Diretas
Fonte:	1133	Superávit Exercício Anterior-UBS
Valor:		81.600,00

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o provável arrecadação referente convenio proposta 25000219009201427.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 10 DE MARÇO DE 2017.
IVANIR ZANIN
PREFEITO MUNICIPAL
Publicado e registrado

RREO - 6º BIM - ANEXO 1

Município de Itiam - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (e - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	11.955.000,00	11.955.000,00	3.139.074,63	26,26	12.394.816,80	103,68	-439.816,80
RECEITAS CORRENTES	11.914.984,00	11.914.984,00	3.002.206,85	25,20	11.997.638,34	100,69	-82.654,34
RECEITA TRIBUTÁRIA	412.685,00	412.685,00	114.734,10	27,80	685.755,38	161,32	-253.070,38
IMPOSTOS	329.900,00	329.900,00	103.249,95	31,30	617.932,72	187,31	-288.032,72
TAXAS	58.585,00	58.585,00	11.484,15	19,60	47.822,66	81,63	10.762,34
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	24.200,00	24.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.200,00
RECEITA PATRIMONIAL	85.662,00	85.662,00	36.933,34	43,12	194.073,98	226,56	-108.411,98
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	85.662,00	85.662,00	36.933,34	43,12	194.073,98	226,56	-108.411,98
RECEITA AGROPECUÁRIA	2.420,00	2.420,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.420,00
OUTRAS RECEITAS AGROPECUÁRIAS	2.420,00	2.420,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.420,00
RECEITA DE SERVIÇOS	148.830,00	148.830,00	13.470,34	9,05	69.471,56	46,68	79.358,44
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	11.190.361,00	11.190.361,00	2.822.497,69	25,22	10.997.229,05	98,27	193.131,95
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	11.068.161,00	11.068.161,00	2.781.151,56	25,08	10.878.437,48	98,11	209.723,52
TRANSF. DE CONV.	102.200,00	102.200,00	41.346,13	40,46	118.791,57	116,23	-16.591,57
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	75.026,00	75.026,00	14.571,38	19,42	71.103,37	94,78	3.917,63
MULTAS E JUROS DE MORA	18.271,00	18.271,00	2.567,66	14,05	20.988,01	114,87	-2.717,01
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	24.200,00	24.200,00	272,42	1,13	6.590,85	27,23	17.609,15
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	16.940,00	16.940,00	3.657,97	21,59	19.730,68	116,47	-2.790,68
RECEITAS DIVERSAS	15.615,00	15.615,00	8.073,33	51,70	23.796,83	152,41	-8.183,83
RECEITAS DE CAPITAL	40.016,00	40.016,00	136.867,78	342,03	397.178,46	992,55	-357.162,46
ALIENAÇÃO DE BENS	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	16,00	16,00	136.867,78	855.423,63	397.178,46	2.482.365,38	-397.162,46
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	16,00	16,00	136.867,78	855.423,63	397.178,46	2.482.365,38	-397.162,46
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	11.955.000,00	11.955.000,00	3.139.074,63	26,26	12.394.816,80	103,68	-439.816,80
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Itaiara - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	11.955.000,00	11.955.000,00	3.139.074,63	26,26	12.394.816,80	103,68	-439.816,80
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL VII = (V + VI)	11.955.000,00	11.955.000,00	3.139.074,63	26,26	12.394.816,80	103,68	-439.816,80
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	1.003.545,08	—	—	909.714,58	—	—
Superávit Financeiro	—	1.003.545,08	—	—	909.714,58	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ²
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	11.955.000,00	13.542.307,02	1.512.103,67	11.643.625,76	1.898.681,26	2.347.817,18	11.449.849,62	2.092.457,40	11.346.549,62	193.776,14
DESPESAS CORRENTES	11.428.051,00	12.245.795,80	1.359.058,25	10.721.880,63	1.523.915,17	2.138.691,88	10.633.967,70	1.611.828,10	10.633.967,70	87.912,93
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.828.156,65	7.000.000,55	1.120.021,62	6.346.945,84	653.054,71	1.147.312,62	6.290.952,01	709.048,54	6.290.952,01	55.993,83
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	16.000,00	7.203,69	0,00	7.203,69	0,00	0,00	7.203,69	0,00	7.203,69	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.583.894,35	5.238.591,56	239.036,63	4.367.731,10	870.860,46	991.379,26	4.335.812,00	902.779,56	4.335.812,00	31.919,10
DESPESAS DE CAPITAL	514.849,00	1.284.411,22	153.045,42	921.745,13	362.666,09	209.125,30	815.881,92	468.529,30	712.581,92	105.863,21
INVESTIMENTOS	418.849,00	1.201.696,79	153.045,42	840.030,70	361.666,09	209.125,30	734.167,49	467.529,30	630.867,49	105.863,21
INVERSOES FINANCEIRAS	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	95.000,00	81.714,43	0,00	81.714,43	0,00	0,00	81.714,43	0,00	81.714,43	0,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	12.100,00	12.100,00	0,00	0,00	12.100,00	0,00	0,00	12.100,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	12.100,00	12.100,00	0,00	0,00	12.100,00	0,00	0,00	12.100,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	11.955.000,00	13.542.307,02	1.512.103,67	11.643.625,76	1.898.681,26	2.347.817,18	11.449.849,62	2.092.457,40	11.346.549,62	193.776,14
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continuação 2/3

Continuação 3/3

Município de Itiam - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ³ (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre			
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	11.955.000,00	13.542.307,02	1.512.103,67	11.643.625,76	1.898.681,26	2.347.817,18	11.449.849,62	2.092.457,40	11.346.549,62	193.776,14
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	944.967,18	—	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	11.955.000,00	13.542.307,02	1.512.103,67	11.643.625,76	—	2.347.817,18	12.394.816,80	—	11.346.549,62	193.776,14

FONTE:

Itiam, 18/04/2017

Clóvis José Busatto
Prefeito Municipal

Itaiza Carla Feltrin
Contadora - CRC/SC 03.5272/O-1

RREO - 6º BIM - ANEXO 10

Município de Ibiam - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2015 a 2089

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de Ibiam - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2015 a 2089

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 31/12/2016 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

Ibiam, 18/04/2017

Clóvis José Busatto
Prefeito Municipal

Ileuza Carla Feltrin
Contadora - CRC/SC 03.5272/O-1

RREO - 6º BIM - ANEXO 11

Município de Ibiã - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

PREÇO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)								R\$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)					SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)	
RECEITA DE CAPITAL								
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	40.000,00					0,00	40.000,00	
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00					0,00	0,00	
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	40.000,00					0,00	40.000,00	
TOTAL	40.000,00					0,00	40.000,00	
DESPESAS								
(APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)								
Despesas de Capital	40.363,00					0,00	40.363,00	
	40.363,00					0,00	40.363,00	
TOTAL	40.363,00					0,00	40.363,00	
SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2015 (h)	Em 2016 (i) = (b) - (e+f)					SALDO ATUAL (j) = (h+i)	
	0,00						0,00	
FONTE:								

Ibiã, 18/04/2017

Clóvis José Busatto
Prefeito Municipal

Ileuza Carla Feltrin
Contadora - CRC/SC 03.5272/O-1

RREO - 6º BIM - ANEXO 12

Município de Ibiara - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	338.491,00	338.491,00	735.477,84	217,28
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	60.500,00	60.500,00	191.442,04	316,43
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	36.300,00	36.300,00	48.491,66	133,59
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	100.000,00	100.000,00	199.022,46	199,02
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	133.100,00	133.100,00	288.877,21	217,04
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	1.936,00	1.936,00	2.645,22	136,63
Dívida Ativa dos Impostos	4.840,00	4.840,00	3.496,72	72,25
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	1.815,00	1.815,00	1.502,53	82,78
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	12.001.220,00	12.001.220,00	11.467.880,62	95,56
Cota-Parte FPM	7.260.000,00	7.260.000,00	6.721.901,95	92,59
Cota-Parte ITR	2.420,00	2.420,00	3.149,18	130,13
Cota-Parte IPVA	200.000,00	200.000,00	172.140,54	86,07
Cota-Parte ICMS	4.100.000,00	4.100.000,00	4.001.486,34	97,60
Cota-Parte IPI-Exportação	60.500,00	60.500,00	57.176,36	94,51
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	378.300,00	378.300,00	512.026,25	135,35
Desoneração ICMS (LC 87/96)	20.000,00	20.000,00	15.961,20	79,81
Outras	358.300,00	358.300,00	496.065,05	138,45
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	12.339.711,00	12.339.711,00	12.203.358,46	98,90

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE

	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	380.871,00	380.871,00	471.952,69	123,91
Provenientes da União	380.871,00	380.871,00	471.952,69	123,91
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	2,00	2,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	1.815,00	1.815,00	15.441,31	850,76
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	382.688,00	382.688,00	487.394,00	127,36

Continua 1/6

Continuação 2/6

Município de Ibiã - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100	
DESPESAS CORRENTES	2.515.389,65	2.655.473,34	2.430.539,52	91,53	2.430.539,52	91,53	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	1.572.296,65	1.590.296,65	1.527.416,28	96,05	1.527.416,28	96,05	0,00
Outras Despesas Correntes	943.093,00	1.065.176,69	903.123,24	84,79	903.123,24	84,79	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	86.822,00	268.073,77	61.522,00	22,95	61.522,00	22,95	0,00
Investimentos	86.822,00	268.073,77	61.522,00	22,95	61.522,00	22,95	0,00

Continua 2/6

Continuação 3/6

Município de Ibiom - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100	
DESPESAS DE CAPITAL	86.822,00	268.073,77	61.522,00	22,95	61.522,00	22,95	0,00
Investimentos	86.822,00	268.073,77	61.522,00	22,95	61.522,00	22,95	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	2.602.211,65	2.923.547,11	2.492.061,52	85,24	2.492.061,52	85,24	0,00
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre (h)	% (h/Vi)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/Vi)*100	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	382.083,00	566.687,04	339.829,90	13,64	339.829,90	13,64	0,00
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	380.871,00	383.875,04	304.829,90	12,23	304.829,90	12,23	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	1.212,00	182.812,00	35.000,00	1,40	35.000,00	1,40	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ¹	-	-	0,00	0,00	-	-	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS ²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES ³	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM NÃO COMPUTADAS (V)	382.083,00	566.687,04	339.829,90	13,64	339.829,90	13,64	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	2.220.128,65	2.356.860,07	2.152.231,62	86,36	2.152.231,62	86,36	0,00
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (Vi / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% ⁴							
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [Vi(h) - (15 x IIIb)/100]							
							17,64
							321.727,85

Continuação 3/6

Continuação 4/6

Município de Ibiom - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continua 4/6

Continuação 5/6

Município de Itiam - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA					
	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2015	0,00	352,40	9.429,30	-9.429,30	0,00
Inscritos em 2014	0,00	1.202,11	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	1.554,51	9.429,30	-9.429,30	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º					
	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)
	352,40	0,00			352,40
	1.202,11	0,00			1.202,11
TOTAL (VIII)	1.554,51	0,00			1.554,51
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26					
	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)
	-	-			-
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)					
Atenção Básica	2.591.432,65	2.889.716,34	2.493.511,17	99,32	2.493.511,17
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	3.025,00	3.025,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	15.654,00	15.654,00	2.555,00	0,10	2.555,00
Vigilância Epidemiológica	15.100,00	34.751,77	14.595,35	0,58	14.595,35

Continua 5/6

Continuação 6/6

Município de Ibiam - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSORTAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre (I)	% (I/Total I) *100	Até o Bimestre (m)	% (m/Total m) *100	
Vigilância Epidemiológica	15.100,00	34.751,77	14.595,35	0,58	14.595,35	0,58	0,00
TOTAL	2.625.211,65	2.943.147,11	2.510.661,52	100,00	2.510.661,52	100,00	0,00

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE:

⁴Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² O valor apresentado na interressão com a coluna "I" ou com a coluna "I+I"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total J".

³ O valor apresentado na interressão com a coluna "I" ou com a coluna "I+I"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total K".

Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

Ibiam, 18/04/2017

Clóvis José Busatto
Prefeito Municipal

Ileuza Carla Feltrin
Contadora - CRC/SC 03.5272/O-1

RREO - 6º BIM - ANEXO 13

Município de Ibiam - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANterior (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2016		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANterior	EXERCÍCIO CORRENTE	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

Ibiam, 18/04/2017

 Clóvis José Busatto
 Prefeito Municipal

 Ileana Carla Feltrin
 Contadora - CRC/SC 03.5272/O-1

RREO - 6º BIM - ANEXO 14

Município de Ibiara - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre	
RECEITAS			
Previsão Inicial		11.955.000,00	
Previsão Atualizada		11.955.000,00	
Receitas Realizadas		12.394.816,80	
Déficit Orçamentário		0,00	
Saldo de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		909.714,58	
DESPESAS			
Dotação Inicial		11.955.000,00	
Créditos Adicionais		1.587.307,02	
Dotação Atualizada		13.542.307,02	
Despesas Empenhadas		11.643.625,76	
Despesas Liquidadas		11.449.849,62	
Despesas pagas		11.346.549,62	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		193.776,14	
Superavit Orçamentário		944.967,18	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		11.643.625,76	
Liquidadas		11.449.849,62	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		193.776,14	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida		11.997.638,34	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)		0,00	
Despesas Previdenciárias Empenhadas (V)		0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal	160.000,00	-437.236,43	-273,27
Resultado Primário	-14.662,00	646.035,18	-4.406,19
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	913.007,94	98.440,68	423.715,30
EXECUTIVO	913.007,94	98.440,68	423.715,30
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	6.503,98	0,00	6.503,98
EXECUTIVO	6.503,98	0,00	6.503,98
TOTAL:	919.511,92	98.440,68	430.219,28
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	3.604.057,93	25%	31,08
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	693.233,57	60%	82,69
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito	0,00		
Despesa de Capital Líquida	921.745,13	362.666,09	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2016	2024	2034
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores			
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00

Continua 1/2

Município de Ibiam - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		0,00	40.000,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00	40.363,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	2.152.231,62	15,00	17,64
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente	
Total das despesas/RCL (%)		0,00	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Ibiam, 18/04/2017

Clóvis José Busatto
 Prefeito Municipal

Ileuza Carla Feltrin
 Contadora - CRC/SC 03.5272/O-1

RREO - 6º BIM - ANEXO 2

Município de Itaim - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016(BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO)

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a+b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a+d)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)		
				(b/total b)			(d/total d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (i)				100,00	1.886.881,26	2.347.817,18	11.449.949,62	2.092.457,40	193.776,14
Legislativa	11.955.000,00	13.542.307,02	1.512.103,67	11,643,625,76	1.886.881,26	2.347.817,18	11.449.949,62	2.092.457,40	193.776,14
Ação Legislativa	650.000,00	650.000,00	350,00	557,034,70	92,965,30	1.051,13	483,721,77	166,278,23	73,312,93
Administração	1.955.619,60	2.149.460,60	172.964,65	1,721,931,59	427,529,01	291,061,27	1,721,931,59	15,04	73,312,93
Administração Geral	1.955.619,60	2.149.460,60	172.964,65	1,721,931,59	427,529,01	291,061,27	1,721,931,59	15,04	73,312,93
Segurança Pública	68.406,00	92.737,32	2.418,33	49,597,49	43,189,83	8.431,34	49,597,49	43,189,83	0,00
Policimento	68.406,00	92.737,32	2.418,33	49,597,49	43,189,83	8.431,34	49,597,49	43,189,83	0,00
Assistência Social	688.001,00	781.894,47	57.474,18	469,487,89	312,406,58	92,015,08	469,487,89	4,10	0,00
Assistência ao Idoso	25.000,00	25.000,00	6.295,25	24,403,85	596,15	9.484,85	24,403,85	0,21	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	83.000,00	82.724,46	12.249,30	77,984,46	4,740,00	14,589,30	77,984,46	0,68	0,00
Assistência Comunitária	590.001,00	674.170,01	38.999,63	367,099,58	307,070,43	67,940,93	367,099,58	3,21	0,00
Previdência Social	575.000,00	575.000,00	81.105,67	419,938,74	155,061,26	81,105,67	419,938,74	3,67	0,00
Previdência Básica	575.000,00	575.000,00	81.105,67	419,938,74	155,061,26	81,105,67	419,938,74	3,67	0,00
Saúde	2.687.816,65	3.014.745,64	229.408,43	2,593,764,22	445,784,42	481,784,45	2,593,764,22	22,43	0,00
Atenção Básica	2.591.432,65	2.893.716,34	219.889,33	2,493,511,17	396,205,17	466,668,83	2,493,511,17	21,78	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	3.025,00	3.025,00	0,00	0,00	3,025,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	15.654,00	15.654,00	0,00	2,555,00	13,099,00	0,00	2,555,00	0,02	0,00
Vigilância Epidemiológica	15.100,00	34.751,77	5.600,35	14,595,35	20,156,42	5,600,35	14,595,35	0,13	0,00
Alimentação e Nutrição	62.605,00	71.598,53	3.938,75	58,102,70	13,465,83	9.495,27	58,102,70	0,51	0,00
Educação	2.383.786,75	2.804.415,97	467.060,70	2,740,058,70	64,357,27	506,282,94	2,737,803,70	23,91	2.250,00
Educação Fundamental	1.884.475,75	2.286.487,15	459.667,77	2,256,776,25	41,710,90	479,396,62	2,254,526,25	19,69	2.250,00
Ensino Médio	66.510,00	66.510,00	4.594,88	61,605,18	4,904,82	10,761,68	61,605,18	0,54	0,00
Ensino Superior	48.000,00	48.000,00	-4.338,74	42,887,81	5,112,19	7.806,04	42,887,81	0,37	0,00
Educação Infantil	384.801,00	391.418,82	1.956,99	378,789,46	12,629,36	7.328,60	378,789,46	3,31	0,00
Cultura	50.200,00	48.000,00	9.813,00	34,399,60	13,600,40	13,563,00	34,399,60	0,30	0,00
Urbanismo	166.002,00	48.000,00	9.813,00	34,399,60	13,600,40	13,563,00	34,399,60	0,30	0,00
Infra-Estrutura Urbana	25.001,00	136.002,00	-6.840,49	117,359,51	18,642,49	18,657,30	117,359,51	1,02	0,00
Serviços Urbanos	141.001,00	136.001,00	-6.840,49	117,359,51	18,642,49	18,657,30	117,359,51	1,02	0,00
Habituação	2.001,00	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habituação Rural	2.001,00	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento	205.002,00	154.502,00	0,00	151,594,20	2,907,80	24,515,60	151,594,20	1,32	0,00
Saneamento Básico Rural	50.001,00	4.501,00	0,00	4,500,00	1,00	0,00	4,500,00	0,04	0,00
Saneamento Básico Urbano	155.001,00	150.001,00	0,00	147,094,20	2,906,80	24,515,60	147,094,20	1,28	0,00
Gestão Ambiental	3.300,00	3.300,00	-800,00	200,00	3,100,00	100,00	200,00	0,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	3.300,00	3.300,00	-800,00	200,00	3,100,00	100,00	200,00	0,00	0,00
Agricultura	702.002,00	869.870,08	210.307,43	769,502,46	100,367,62	328,938,54	757,152,46	6,61	12.390,00
Extensão Rural	647.000,00	617.000,00	58.769,43	561,114,46	55,885,54	177,370,54	548,764,46	4,79	12.390,00
Promoção da Produção Agropecuária	55.002,00	252.870,08	151.538,00	208,388,00	44,482,08	151,538,00	208,388,00	1,82	0,00
Indústria	2.001,00	1.001,00	0,00	0,00	1,001,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Industrial	2.001,00	1.001,00	0,00	0,00	1,001,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comércio e Serviços	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	2,000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Turismo	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	2,000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte	1.414.762,00	1.686.599,28	252.984,32	1,520.465,45	178.133,83	411.104,33	1,520.465,45	13,28	0,00
Transporte Rodoviário	1.414.762,00	1.686.599,28	252.984,32	1,520.465,45	178.133,83	411.104,33	1,520.465,45	13,28	0,00

Continua 1/2

Continuação 22

Município de Itiam - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	11.955.000,00	13.542.307,02	1.512.103,67	11.643.625,76	100,00	1.898.681,26	2.347.817,18	11.448.849,62	2.092.457,40	193.776,14
Desporto e Lazer	110.000,00	305.000,00	0,00	279.663,55	2,40	25.336,45	46.297,10	173.800,34	131.199,66	105.863,21
Desporto Comunitário	110.000,00	305.000,00	0,00	279.663,55	2,40	25.336,45	46.297,10	173.800,34	131.199,66	105.863,21
Encargos Especiais	256.000,00	243.627,66	35.837,45	243.627,66	2,09	-0,00	43.999,43	243.627,66	-0,00	0,00
Outros Encargos Especiais	256.000,00	243.627,66	35.837,45	243.627,66	2,09	-0,00	43.999,43	243.627,66	-0,00	0,00
Reserva de Contingência	12.100,00	12.100,00	0,00	0,00	0,00	12.100,00	0,00	0,00	12.100,00	0,00
Reserva de Contingência	12.100,00	12.100,00	0,00	0,00	0,00	12.100,00	0,00	0,00	12.100,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	11.955.000,00	13.542.307,02	1.512.103,67	11.643.625,76	100,00	1.898.681,26	2.347.817,18	11.448.849,62	2.092.457,40	193.776,14

FONTE:

Itiam, 18/04/2017

Clóvis José Busatto
Prefeito Municipal

Ileuza Carla Fellin
Contadora - CRC/SC 03.52720-1

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

RREO - 6º BIM - ANEXO 3

Município de Itaim - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2016 A DEZEMBRO/2016

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)	ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2016
		Jan/2016	Fev/2016	Mar/2016	Abr/2016	Mai/2016	Jun/2016	Jul/2016	Ago/2016	Sep/2016	Out/2016	Nov/2016	Dez/2016	TOTAL (ULT. 12 MESES)
RECEITAS CORRENTES (I)	RECEITA TRIBUTÁRIA	1.126.386,05	1.180.190,09	908.518,27	1.057.812,09	1.144.126,45	1.216.597,53	1.140.830,30	886.792,32	983.396,04	1.045.691,17	1.423.180,34	2.086.741,76	14.192.224,41
	IP.T.U.L.	36.144,42	32.957,46	38.117,43	80.985,90	27.443,77	115.477,84	63.319,71	17.508,72	92.019,02	47.067,01	41.307,14	73.428,96	665.755,38
	IP.R.F.	2.115,26	0,00	0,00	0,00	0,00	66.900,18	4.542,68	3.778,96	1.005,60	383,30	1.818,06	987,35	81.541,39
	I.S.S.	19.546,42	10.291,09	110,97	64.914,76	18.535,98	17.590,26	36.491,94	273,61	23.346,47	20.594,18	20.282,04	55.498,49	288.877,21
	I.T.B.U.	13.563,90	6.748,84	17.644,77	12.036,22	5.299,07	13.620,85	12.416,38	11.079,63	64.389,47	23.929,52	6.104,29	12.229,72	199.022,46
	Outras Receitas Tributárias	600,00	8.610,00	6.440,00	1.510,00	2.690,00	9.621,96	9.105,21	804,38	2.090,90	1.759,21	2.100,00	3.250,00	36.300,00
	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	318,24	7.307,53	13.921,69	2.504,92	747,72	7.784,59	763,50	1.571,94	986,58	430,80	11.022,75	461,40	47.822,66
	RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	RECEITA AGROPECUÁRIA	12.426,36	14.875,98	16.944,89	15.169,19	15.665,06	16.042,04	19.079,07	18.376,74	16.187,39	12.373,92	15.073,30	21.854,04	194.073,98
	RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	RECEITA DE SERVIÇOS	9.457,52	1.380,50	5.386,73	7.503,07	1.390,41	9.232,69	5.770,51	5.722,71	5.741,37	4.245,71	4.436,92	9.033,42	69.471,56
	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.061.831,61	1.124.356,85	832.841,37	946.100,60	1.096.529,65	1.070.710,51	1.046.082,33	823.901,84	888.307,40	978.740,02	1.355.087,91	1.987.125,03	13.191.815,12
	Cota-Parte do F.P.M.	521.721,09	653.119,36	393.716,85	471.611,14	627.129,00	518.110,14	375.635,93	463.840,62	378.821,49	459.946,52	838.982,98	1.014.357,63	6.721.501,95
	Cota-Parte do I.C.M.S.	381.782,32	311.595,81	315.127,10	324.002,19	313.399,97	309.637,46	319.546,05	315.628,95	340.956,34	352.660,34	341.362,12	375.728,69	4.100.000,00
DEDUÇÕES (II)	Cota-Parte do I.P.V.A.	8.168,17	11.795,01	15.978,22	22.003,37	19.190,67	18.520,27	19.151,32	14.422,04	15.377,74	12.992,96	10.212,81	4.337,76	172.140,54
	Outras Transferências Correntes	0,00	39,27	39,78	42,62	75,68	6,50	28,84	7,14	661,89	2.089,56	121,32	36,58	3.149,18
	Transferências da LC 61/1999	70.552,22	76.206,10	36.194,84	56.551,56	62.235,63	154.904,45	263.467,88	-42.136,87	60.721,61	69.682,22	81.594,82	500.181,55	1.390.145,91
	Transferências da LC 87/1996	5.994,45	4.629,54	4.519,89	4.637,88	5.266,58	3.133,85	4.259,05	4.302,70	4.711,72	4.990,04	5.204,53	5.537,13	57.176,36
	Transferências do FUNDEB	1.330,10	1.330,10	1.330,10	1.330,10	1.330,10	1.330,10	1.330,10	1.330,10	1.330,10	1.330,10	1.330,10	1.330,10	15.961,20
	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	72.263,26	65.651,66	62.894,59	65.921,74	67.931,82	65.067,74	62.664,16	64.507,16	65.926,61	75.116,28	76.253,23	85.615,39	829.863,64
		6.528,14	6.639,30	15.027,85	8.073,33	3.107,56	5.134,45	6.576,68	1.242,31	940,86	3.264,51	7.269,07	7.322,31	71.108,37
		183.803,06	196.726,85	146.742,17	164.725,34	193.270,24	170.147,46	143.985,83	160.306,07	148.371,69	166.788,11	238.443,80	280.285,45	2.326.594,00
	DEDUÇÕES (II)	183.803,06	196.726,85	146.742,17	164.725,34	193.270,24	170.147,46	143.985,83	160.306,07	148.371,69	166.788,11	238.443,80	280.285,45	2.326.594,00
	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	942.584,99	983.463,24	761.776,10	893.086,75	950.856,21	1.046.450,07	996.840,47	706.486,25	835.024,35	878.903,06	1.183.730,54	1.816.476,31	11.997.630,34

FONTE:

Itaim, 19/04/2017

Olivia José Rizzato
Prefeito Municipal

Ilseza Carla Fallini
Controladora - CRCSC 08.527/0-1



RREO - 6º BIM - ANEXO 4

Município de Itiam - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS					
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00				
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00				
Recosta de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00				
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00				
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00				
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00				
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00				
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00				
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00				
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00				
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00				
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00				
Outras Recostas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00				
Recosta Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00				
Recostas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00				
Recostas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00				
Outras Recostas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00				
Recosta de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00				
Outras Recostas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00				
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00				
Demais Recostas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00				
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00				
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00				
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00				
Outras Recostas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00				
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00				
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Em 2016	Em 2015
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de Ibiara - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Em 2016	Em 2015
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - RPPS (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	-	-	0,00	0,00	-	-
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR								
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS								
Plano Financeiro								0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras								0,00
Recursos para Formação de Reserva								0,00
Outros Aportes para o RPPS								0,00
Plano Previdenciário								0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro								0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial								0,00
Outros Aportes para o RPPS								0,00

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de Ibiara - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA			
	Valor	PERÍODO DE REFERÊNCIA		
		2016	2015	
BENS E DIREITOS DO RPPS				
Caixa				0,00
Bancos Conta Movimento		0,00		0,00
Investimentos		0,00		0,00
Outros Bens e Direitos		0,00		0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
RECEITAS CORRENTES (VIII)				
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Deficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)				
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de Ibiom - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Em 2016	Em 2015
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	-	-	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XII) = (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Ibiom, 18/04/2017

Clóvis José Busatto
Prefeito Municipal

Ileuza Carla Feltrin
Contadora - CRC/SC 03.5272/O-1

RREO - 6º BIM - ANEXO 5

Município de Ibiam - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 31 Out 2016 (B)	Em 31 Dez 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	94.950,32	13.235,89	13.235,89
DEDUÇÕES (II)	1.843.426,77	1.572.562,53	2.198.948,77
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.843.594,51	2.172.521,61	2.295.912,53
Demais Haveres Financeiros	6.336,24	6.336,24	6.336,24
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	6.503,98	606.295,32	103.300,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-1.748.476,45	-1.559.326,64	-2.185.712,88
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-1.748.476,45	-1.559.326,64	-2.185.712,88

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Dez 2016 (C - A)
VALOR	-626.386,24	-437.236,43

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	160.000,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 31 Out 2016 (B)	Em 31 Dez 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Ibiam, 18/04/2017

Clóvis José Busatto
Prefeito Municipal

Ileuza Carla Feltrin
Contadora - CRC/SC 03.5272/O-1

RREO - 6º BIM - ANEXO 6

Município de Ibiom - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	11.829.322,00	11.803.564,36	10.393.715,21
Recita Tributária	412.685,00	665.755,38	657.822,86
I.P.T.U.	60.500,00	81.541,39	66.517,83
I.S.S.	100.000,00	199.022,46	275.077,80
I.T.B.I.	36.300,00	48.491,66	54.131,17
I.R.R.F.	133.100,00	288.877,21	219.866,88
Outras Receitas Tributárias	82.785,00	47.822,66	42.229,18
Recita de Contribuição	0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	0,00	0,00	0,00
Recita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00
Recita Patrimonial	85.662,00	194.073,98	176.922,74
(-) Aplicações Financeiras	85.662,00	194.073,98	176.922,74
Transferências Correntes	11.190.361,00	10.997.229,05	9.575.620,81
F.P.M.	5.808.000,00	5.377.521,93	4.713.012,21
I.P.V.A.	160.000,00	137.488,04	136.435,96
I.C.M.S.	3.280.000,00	3.201.190,20	3.012.470,92
Convênios	102.200,00	118.791,57	96.082,99
Outras Transferências Correntes	1.840.161,00	2.162.237,31	1.617.618,73
Demais Receitas Correntes	226.276,00	140.579,93	160.271,54
Dívida Ativa	16.940,00	19.730,68	23.850,53
Diversas Receitas Correntes	209.336,00	120.849,25	136.421,01
RECEITAS DE CAPITAL (II)	40.016,00	397.178,46	761.701,84
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	40.000,00	0,00	155.000,00
Transferências de Capital	16,00	397.178,46	606.701,84
Convênios	16,00	397.178,46	606.701,84
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	16,00	397.178,46	606.701,84
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	11.829.338,00	12.200.742,82	11.000.417,05

Município de Ibiá - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Em 2016	Em 2015
DESPESAS CORRENTES (VIII)	12.245.795,80	10.721.880,63	9.993.640,17	10.633.967,70	9.975.323,83	87.912,93	18.316,34
Pessoal e Encargos Sociais	7.000.000,55	6.346.945,84	6.088.488,53	6.290.952,01	6.088.488,53	55.993,83	0,00
Juros e Encargos da Dívida (IX)	7.203,69	7.203,69	40.152,20	7.203,69	40.152,20	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	5.238.591,56	4.367.731,10	3.864.999,44	4.335.812,00	3.846.683,10	31.919,10	18.316,34
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	12.238.592,11	10.714.676,94	9.953.487,97	10.626.764,01	9.935.171,63	87.912,93	18.316,34
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	1.284.411,22	921.745,13	2.146.865,36	815.881,92	1.309.357,77	105.863,21	837.507,59
Investimentos	1.201.696,79	840.030,70	2.006.783,56	734.167,49	1.169.275,97	105.863,21	837.507,59
Inversões Financeiras	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	81.714,43	81.714,43	140.081,80	81.714,43	140.081,80	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	1.202.696,79	840.030,70	2.006.783,56	734.167,49	1.169.275,97	105.863,21	837.507,59
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	12.100,00	-	-	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	13.453.388,90	11.554.707,64	11.960.271,53	11.360.931,50	11.104.447,60	193.776,14	855.823,93
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-1.624.050,90	646.035,18	-959.854,48	839.811,32	-104.030,55	12.006.966,68	10.144.593,12
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	909.714,58	0,00	-	-
Superávit Financeiro	-	-	-	909.714,58	0,00	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00	-	-
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL						VALOR CORRENTE	
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA						-14.662,00	

FONTE:

Município de Ibiam - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Ibiam, 18/04/2017

Clóvis José Busatto
Prefeito Municipal

Ileuza Carla Feltrin
Contadora - CRC/SC 03.5272/O-1

RREO - 6º BIM - ANEXO 7

Município de Itiam - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES										RP NÃO PROCESSADOS				RS 1,00
PODER/ÓRGÃO	Inscritos		Saldo (a)	Cancelados	Pagos	Liquidados	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (b)	Saldo Total (a+b)		
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015					Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015						
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	-	6.503,98	-	0,00	6.503,98	423.715,30	855.823,93	57.184,01	423.715,30	98.440,68	390.851,96			
EXECUTIVO	0,00	6.503,98			6.503,98	423.715,30	855.823,93	57.184,01	423.715,30	98.440,68	390.851,96			
ADMINISTRAÇÃO DIRETA		6.503,98	0,00	0,00	6.503,98	423.715,30	855.823,93	57.184,01	423.715,30	98.440,68	390.851,96			
CHEFIA DO EXECUTIVO	0,00	6.303,95	0,00	0,00	6.303,95	412.677,24	766.589,19	55.940,36	412.677,24	19.000,35	390.851,96			
FUNDOS MUNICIPAIS	0,00	200,03	0,00	0,00	200,03	11.038,06	88.234,74	1.243,65	11.038,06	79.440,33	0,00			
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	0,00	-	-	-	-	-	-	-			
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	6.503,98	0,00	0,00	6.503,98	423.715,30	855.823,93	57.184,01	423.715,30	98.440,68	390.851,96			

ONTE:

FONTE:

Itiam, 18/04/2017

Clevis José Busatto
Prefeito Municipal

Ilseiza Carla Feltrin
Contadora - CRC/SC 03.5272/0-1

RREO - 6º BIM - ANEXO 8

MUNICÍPIO DE IBIAM - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	338.491,00	338.491,00	625.577,19	184,81
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	66.550,00	66.550,00	87.945,30	132,15
1.1.1- IPTU	60.500,00	60.500,00	191.442,04	316,43
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	1.210,00	1.210,00	2.238,70	185,02
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	3.630,00	3.630,00	2.913,44	80,26
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	1.210,00	1.210,00	1.251,77	103,45
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	(109.900,65)	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	36.300,00	36.300,00	48.491,66	133,59
1.2.1- ITBI	36.300,00	36.300,00	48.491,66	133,59
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	102.541,00	102.541,00	200.263,02	195,30
1.3.1- ISS	100.000,00	100.000,00	199.022,46	199,02
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	726,00	726,00	406,52	55,99
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	1.210,00	1.210,00	583,28	48,20
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	605,00	605,00	250,76	41,45
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	133.100,00	133.100,00	288.877,21	217,04
1.4.1- IRRF	133.100,00	133.100,00	288.877,21	217,04
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	11.642.920,00	11.642.920,00	10.971.815,57	94,24
2.1- Cota-Parte FPM	7.260.000,00	7.260.000,00	6.721.901,95	92,59
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	7.260.000,00	7.260.000,00	6.721.901,95	92,59
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	4.100.000,00	4.100.000,00	4.001.486,34	97,60
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	20.000,00	20.000,00	15.961,20	79,81
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	60.500,00	60.500,00	57.176,36	94,51
2.5- Cota-Parte ITR	2.420,00	2.420,00	3.149,18	130,13
2.6- Cota-Parte IPVA	200.000,00	200.000,00	172.140,54	86,07
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	11.981.411,00	11.981.411,00	11.597.392,76	96,79
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	500,00	500,00	924,32	184,86
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	133.440,00	133.440,00	141.175,02	105,80
5.1- Transferências do Salário-Educação	77.440,00	77.440,00	83.676,54	108,05
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	22.000,00	22.000,00	26.584,00	120,84
5.4- Transferências Diretas - PNATE	34.000,00	34.000,00	30.914,48	90,92
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	100.003,00	100.003,00	326.830,17	326,82
6.1- Transferências de Convênios	100.003,00	100.003,00	326.830,17	326,82
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	297.660,00	297.660,00	325.919,96	109,49
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	531.603,00	531.603,00	794.849,47	149,52
FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.328.584,00	2.328.584,00	2.194.586,07	94,25
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.452.000,00	1.452.000,00	1.344.380,02	92,59
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	820.000,00	820.000,00	800.296,14	97,60
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	4.000,00	4.000,00	3.192,24	79,81
10.4- Cota-Parte IPH-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	12.100,00	12.100,00	11.435,40	94,51
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	484,00	484,00	629,77	130,12
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	40.000,00	40.000,00	34.652,50	86,63
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	707.260,00	707.260,00	838.363,74	118,54
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	700.000,00	700.000,00	829.653,64	118,55
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	7.260,00	7.260,00	8.510,10	117,22
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	-1.628.584,00	-1.628.584,00	-1.394.732,43	85,80
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

Continua 1/3

MUNICÍPIO DE IBIAM - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	599.356,00	711.012,70	693.233,57	97,50	693.233,57	97,50	0,00
13.1- Com Educação Infantil	160.000,00	160.000,00	160.000,00	100,00	160.000,00	100,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	439.356,00	551.012,70	533.233,57	96,77	533.233,57	96,77	0,00
14- OUTRAS DESPESAS	107.904,00	152.142,25	142.554,46	93,70	142.554,46	93,70	0,00
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	107.904,00	152.142,25	142.554,46	93,70	142.554,46	93,70	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	707.260,00	863.154,95	835.788,03	96,83	835.788,03	96,83	0,00
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB							VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB							-
16.1 - FUNDEB 60%							-
16.2 - FUNDEB 40%							-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							0,00
17.1 - FUNDEB 60%							0,00
17.2 - FUNDEB 40%							0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)							0,00
INDICADORES DO FUNDEB							
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)							835.788,03
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério ¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %							82,69
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %							17,00
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %							0,31
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE							VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2015 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS							0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2016 ²							0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB							
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS		
					Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100	
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ³		2.995.352,75		2.995.352,75	2.899.348,19	96,79	
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	379.800,00	379.800,00	370.481,46	97,55	370.481,46	97,55	0,00
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	1.720.228,75	1.906.123,70	1.877.354,14	98,49	1.877.354,14	98,49	0,00
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	547.260,00	703.154,95	675.788,03	96,11	675.788,03	96,11	0,00
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.172.968,75	1.202.968,75	1.201.566,11	99,88	1.201.566,11	99,88	0,00
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	2.100.028,75	2.285.923,70	2.247.835,60	98,33	2.247.835,60	98,33	0,00
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL							VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)							-1.364.732,43
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO							0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (60 h)							8.510,10
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							-
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS							0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴							-
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)							-
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)							-1.356.222,33
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))							3.604.057,93
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %							31,08
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE							
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	77.940,00	85.936,37	85.903,03	99,96	85.903,03	99,96	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS P/ FINANCIAMENTO DO ENSINO	167.816,00	349.547,43	321.830,33	92,07	319.580,33	91,43	2.250,00
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	245.756,00	435.483,80	407.733,36	93,63	405.483,36	93,11	2.250,00
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	2.345.784,75	2.721.407,50	2.655.568,96	97,58	2.653.318,96	97,50	2.250,00

Continua 2/3

MUNICÍPIO DE IBIAM - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2016 (i)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (i)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		829.853,64	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		0,00	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		8.510,10	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		838.363,74	0,00

Ibiam, 18/04/2017

Clóvis José Busatto
Prefeito Municipal

Ileuza Carla Feltrin
Contadora - CRC/SC 03.5272/O-1

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada.

No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

RREO - 6º BIM - ANEXO 9

Município de Ibiã - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)			SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	0,00	0,00			0,00
DESPESAS					
DESPESAS DE CAPITAL					
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	1.284.411,22	921.745,13	815.881,92	105.863,21	362.666,09
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	1.284.411,22	921.745,13	815.881,92	105.863,21	362.666,09
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-1.284.411,22	-921.745,13	-	-	-362.666,09

FONTE:

Notas:

¹ Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III.

² Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, os termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

- b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Ibiã, 18/04/2017

Clóvis José Busatto
Prefeito Municipal

Ileuza Carla Feltrin
Contadora - CRC/SC 03.5272/O-1

Ilhota

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO 005 - DJ 083 2017 - AGUA - SANDRINI & BOTEGA

Extrato de Contrato nº 005/2017

Estado de Santa Catarina

Município de Ilhota

Prefeitura Municipal de Ilhota

Setor de Compras e Licitações

Processo: Dispensa Justificada nº 083/2017

Objeto: Contratação de Empresa de Engenharia para Prestação de Serviços Técnicos Especializados em Operação e Manutenção do Sistema de Abastecimento de Água da Cidade de Ilhota (SC).

Fornecedor: SANDRINI & BOTEGA

Valor Mensal: R\$ 180.453,89 (cento e oitenta mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e oitenta e nove centavos)

Valor Total para 12 meses: R\$ 1.080.723,34 (um milhão, oitenta mil e setecentos e vinte e três reais e trinta e quatro centavos)

Assinatura: 17/03/2017

Vigência: 180 dias após emissão da Ordem de Serviço

ERICO DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

Imbituba

PREFEITURA

DECRETO PMI Nº 059, DE 17 DE ABRIL DE 2017

DECRETO PMI Nº 059, DE 17 DE ABRIL DE 2017.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para O Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei, nº 4.764, de 30 de novembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), para reforço da dotação orçamentária, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS DE IMBITUBA - FUNREBOM		
Manutenção das atividades do FUNREBOM		
06.182.0012-2.086		
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0003)	Aplicações Diretas	100.000,00
Total		100.000,00

Art. 2º Os recursos para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo 1º correrão por conta da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS DE IMBITUBA - FUNREBOM		
Manutenção das atividades do FUNREBOM		
06.182.0012-2.086		
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0002)	Aplicações Diretas	100.000,00
Total		100.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 17 de abril de 2017.

Rosivaldo da Silva Junior
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Ana Paula Leal da Silveira
Chefe de Departamentos de Atos Normativos

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO 04/2017 PREGÃO 04/2017 FUNREBOM

PREFEITURA DE IMBITUBA

FUNREBOM

PROCESSO Nº 04/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2017

A Prefeitura de Imbituba, por meio de sua Pregoeira Oficial, comunica, que realizará às 14:30 horas, do dia 04 de maio de 2017, licitação na modalidade de Pregão Presencial, pelo sistema de Registro de Preços, do tipo menor preço por Lote, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 8.538/2015 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a possível CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA A REFORMA E/OU MANUTENÇÃO, PINTURA, DO QUARTEL E POSTOS GUARDA VIDAS DO CORPO DE BOMBEIROS, encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link Portal da Transparência.

Imbituba, 19 de abril de 2017

Guilherme Viríssimo da Serra Costa

Comandante Interino da 2ª/8ª BBM

EXTRATO DO CONTRATO Nº 55/2015 - A/07 PROC 158/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEAPI 55/2015 – A/07

Contratada: ROSIVANIO MATIAS DE SOUZA ME

CNPJ: 11.002.519/0001-25

Objeto: Termo Aditivo a prorrogação de prazo por mais 60 (sessenta) dias.

Prazo: 28/05/2017

Fundamento: Processo nº 158/2014 Concorrência: 10/2014

Imbituba, 28 de março de 2017.

Alex Sandro Carpes

Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Infraestrutura

Contratante

ROSIVANIO MATIAS DE SOUZA ME

Representante legal

Contratado

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 393/2017

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 393, de 18 de abril de 2017.

Dispõe sobre a Demissão a Pedido de Professores, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Demitir a pedido, os(as) abaixo relacionados(as), admitidos(as) através do Processo Seletivo Simplificado Edital nº 08/2016, com a carga horária correspondente, para exercerem o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Adriana Silveira da Silva	Professora I – 20h	889.002.159-49	04/04/2017
André Espíndola Martins	Professor II – 40h	059.071.919-02	05/04/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 18 de abril de 2017.

Amilton Gonçalves de Souza

Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa

Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 394/2017

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 394, de 18 de abril de 2017.

Dispõe sobre a admissão de Professores, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, os(as) abaixo relacionados(as), aprovados(as) no Processo Seletivo Simplificado - Edital nº 08/2016, para exercerem os cargos/funções, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Adriana Costa	Professora II – 20h	806.479.289-49	03/04/2017
Aline Nascimento Gonçalves	Professora II – 20h	096.075.829-18	03/04/2017
Cátia Levi Borges Vieira	Professora I – 20h	803.416.080-68	03/04/2017
Celso Guimarães Filho	Professor II – 40h	060.412.519-41	03/04/2017
Cristiane Damázio de Souza Alves	Professora II – 20h	052.717.079-89	03/04/2017
Eliete Liduíno Luciano	Professora I – 40h	034.019.469-35	03/04/2017
Francine da Silva Freitas	Professora II – 20h	088.042.749-30	03/04/2017
José Pedro Silva da Rosa	Professora I – 30h	094.026.629-60	03/04/2017
Mayara Galvan Claudino	Professora I – 20h	078.109.729-01	03/04/2017
Renata Martinazzo Sernajoto Ikebata	Professora I – 20h	097.781.499-84	03/04/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 18 de abril de 2017.

Amilton Gonçalves de Souza

Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa

Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 395/2017

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 395, de 18 de abril de 2017.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, ao servidor, Sr. IVONELI ANTÔNIO DA ROSA, Auxiliar de Serviços, inscrito no CPF sob o n.º 578.680.939-00, admitido em 02 de maio de 1985, matrícula nº 192, referente ao quinquênio devido, com conversão de 1/3 em abono pecuniário e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição	Conversão
2010 a 2015	01.06.2017 a 30.06.2017 02.10.2017 a 31.10.2017	Conversão de 1/3 em abono pecuniário no mês de abril de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 18 de abril de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito MunicipalAmilton Gonçalves de Souza
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal**PORTARIA PMI/SEAGP Nº 396/2017**

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 396, de 18 de abril de 2017.

Dispõe sobre a Demissão de Professora, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Demitir por término de contrato, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital - 14/2015, admitida em 11 de fevereiro de 2016 através da PORTARIA PMI/GGP Nº 113/2016, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Kasiara Dias Amorim	Professora II – 30h	031.161.759-00	17/04/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 18 de abril de 2017.

Amilton Gonçalves de Souza
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal**PORTARIA PMI/SEAGP Nº 397/2017**

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 397, de 18 de abril de 2017.

Dispõe sobre a concessão de Promoção por Merecimento e, dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei nº 1.144, de 12 de abril de 1991, Lei Complementar nº 4.492, de 11 de dezembro de 2014 e considerando ainda a Resolução GGP/SEAGP nº 01, de 20 de novembro de 2015 e o disposto no Processo Administrativo nº 4.394, de 18 de abril de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor, Sr. LUCIANO ALVES ZANINI, brasileiro, Administrador, inscrito no CPF sob o n.º 888.521.309-00, matrícula n.º 822, Promoção por Merecimento, pelos serviços prestados ao Poder Público Municipal em seu efetivo exercício.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 18 de abril de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Amilton Gonçalves de Souza
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 398/2017

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 398, de 18 de abril de 2017.

Dispõe sobre a concessão de Promoção por Merecimento e, dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei nº 1.144, de 12 de abril de 1991, Lei Complementar nº 4.492, de 11 de dezembro de 2014 e considerando ainda a Resolução GGP/SEAGP nº 01, de 20 de novembro de 2015 e o disposto no Processo Administrativo nº 4.391, de 18 de abril de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor, Sr. JOSÉ CARLOS DE SOUZA, brasileiro, Agente Administrativo, inscrito no CPF sob o n.º 416.474.679-34, matrícula n.º 243, Promoção por Merecimento, pelos serviços prestados ao Poder Público Municipal em seu efetivo exercício.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 18 de abril de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Amilton Gonçalves de Souza
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 399/2017

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 399, de 18 de abril de 2017.

Dispõe sobre a concessão de Promoção por Merecimento e, dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei nº 1.144, de 12 de abril de 1991, Lei Complementar nº 4.492, de 11 de dezembro de 2014 e considerando ainda a Resolução GGP/SEAGP nº 01, de 20 de novembro de 2015 e o disposto no Processo Administrativo nº 6.483, de 21 de maio de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora, Sra. TÂNIA BERNARDO, brasileira, Assistente Administrativa, inscrita no CPF sob o n.º 455.101.309-97, matrícula n.º 532, Promoção por Merecimento, pelos serviços prestados ao Poder Público Municipal em seu efetivo exercício.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 18 de abril de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Amilton Gonçalves de Souza
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

Indaial

PREFEITURA

DECRETO Nº 346/17

. DECRETO Nº 346/17
. De 24 de março de 2017
CONCEDE GRATIFICAÇÃO/
DANIELA MATTOS SOARES

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base no art. 24 da Lei Complementar nº 83/2008, com redação dada pela Lei Complementar nº 176/15, alterada pela Lei Complementar nº 182/2017 e demais alterações,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Nível II, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) ao(a) servidor(a) DANIELA MATTOS SOARES, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, do quadro de pessoal desta Prefeitura, que além das atribuições de seu cargo fica responsável pelas informações do E-SFINGE Obras de todas as unidades Gestoras do Município.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de abril de 2017.

Município de Indaial, em 24 de março de 2017.
ANDRÉ LUIZ MOSER
Prefeito

Publique-se na forma da lei.

MANOEL FELIPE BOAVENTURA
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 347/17

. DECRETO Nº 347/17
. De 24 de março de 2017
CONCEDE GRATIFICAÇÃO/
LENIRIA PREILEPPER

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base no art. 24 da Lei Complementar nº 83/2008, com redação dada pela Lei Complementar nº 176/15, alterada pela Lei Complementar nº 182/2017 e demais alterações,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Nível II, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) ao(a) servidor(a) LENIRIA PREILEPPER, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, do quadro de pessoal desta Prefeitura, que além das atribuições de seu cargo, fica responsável pelas informações do Cadastro Imobiliário INDAGEO, do Município.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de abril de 2017.

Município de Indaial, em 24 de março de 2017.
ANDRÉ LUIZ MOSER
Prefeito

Publique-se na forma da lei.

MANOEL FELIPE BOAVENTURA
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 348/17

. DECRETO Nº 348/17
. De 24 de março de 2017
CONCEDE GRATIFICAÇÃO/
PATRICIA NICKHORN E SILVA

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base no art. 24 da Lei Complementar nº 83/2008, com redação dada pela Lei Complementar nº 176/15, alterada pela Lei Complementar nº 182/2017 e demais alterações,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Nível III, no valor de R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais) ao(a) servidor(a) PATRICIA NICKHORN E SILVA, ocupante do cargo de Arquiteta e Urbanista, do quadro de pessoal desta Prefeitura, que além das atribuições de seu cargo fica responsável pelo Controle de Análise de Projetos da Secretaria de Planejamento e Habitação do Município.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de abril de 2017.

Município de Indaial, em 24 de março de 2017.
ANDRÉ LUIZ MOSER
Prefeito

Publique-se na forma da lei.

MANOEL FELIPE BOAVENTURA
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 349/17

. DECRETO Nº 349/17
. De 24 de março de 2017
CONCEDE GRATIFICAÇÃO/
MOACIR HOFFMANN

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base no art. 24 da Lei Complementar nº 83/2008, com redação dada pela Lei Complementar nº 176/15, alterada pela Lei Complementar nº 182/2017 e demais alterações,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Nível II, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) ao(a) servidor(a) MOACIR HOFFMANN, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, do quadro de pessoal desta Prefeitura, que além das atribuições de seu cargo fica

a disposição da Unidade de Conciliação e responsável pelo acompanhamento da DIME - Declaração de Informações do Movimento Econômico do Município.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de abril de 2017.

Município de Indaial, em 24 de março de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na forma da lei.

MANOEL FELIPE BOAVENTURA

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 350/17

. DECRETO Nº 350/17

. De 24 de março de 2017

CONCEDE GRATIFICAÇÃO/

JOSILENE DARUGNA

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base no art. 24 da Lei Complementar nº 83/2008, com redação dada pela Lei Complementar nº 176/15, alterada pela Lei Complementar nº 182/2017 e demais alterações,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Gratificação no valor de R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais) ao(a) servidor(a) JOSILENE DARUGNA, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, do quadro de pessoal desta Prefeitura, à disposição ao INDAPREVI, que além das atribuições de seu cargo, fica responsável pela folha de pagamento, setor financeiro e informação ao sistema e-Sfinge (aposentadorias).

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de abril de 2017.

Município de Indaial, em 24 de março de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na forma da lei.

MANOEL FELIPE BOAVENTURA

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 351/17

. DECRETO Nº 351/17

. De 24 de março de 2017

CONCEDE GRATIFICAÇÃO/

ADALBERTO SALVIANO CASTELLAIN

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base no art. 24 da Lei Complementar nº 83/2008, com redação dada pela Lei Complementar nº 176/15, alterada pela Lei Complementar nº 182/2017 e demais alterações,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Nível IV no valor de

R\$1.000,00(mil reais) ao(a) servidor(a) ADALBERTO SALVIANO CASTELLAIN, ocupante do cargo de Professor, do quadro de pessoal desta Prefeitura, que além das atribuições de seu cargo, fica responsável pelo Administrativo e Financeiro da Fundação Municipal de Esportes Vereador Maro Marcos Hadlich, do Município de Indaial.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de abril de 2017.

Município de Indaial, em 24 de março de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na forma da lei.

MANOEL FELIPE BOAVENTURA

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 353/17

. DECRETO Nº 353/17

. De 24 de março de 2017

CONCEDE GRATIFICAÇÃO/

ROGÉRIO WILSON THEISS

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base no art. 24 da Lei Complementar nº 83/2008, com redação dada pela Lei Complementar nº 176/15, alterada pela Lei Complementar nº 182/2017 e demais alterações,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Nível II, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) ao(a) servidor(a) ROGÉRIO WILSON THEISS, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, do quadro de pessoal desta Prefeitura, que além das atribuições do cargo, fica responsável pela Coordenação das ações de turismo e eventos no Município de Indaial.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de Abril de 2017.

.

Município de Indaial, em 24 de março de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na forma da lei.

MANOEL FELIPE BOAVENTURA

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 357/17

. DECRETO Nº 357/17

. De 24 de março de 2017

CONCEDE GRATIFICAÇÃO/

LUIZ ALBERTO DA SILVA SOUSA

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base no art. 24 da Lei Complementar nº 83/2008, com redação dada pela Lei Complementar nº 176/15, alterada pela Lei Complementar nº 182/2017 e demais alterações,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Nível II, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) ao(a) servidor(a) LUIZ ALBERTO DA SILVA SOUSA, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo do quadro de pessoal desta Prefeitura, que além das atribuições de seu cargo fica responsável pelas requisições do Departamento de Comunicação e criação de artes gráficas para todas as secretarias do Município.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de abril de 2017.

Município de Indaial, em 24 de março de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na forma da lei.

MANOEL FELIPE BOAVENTURA

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 358/17

. DECRETO Nº 358/17

. De 24 de março de 2017

CONCEDE GRATIFICAÇÃO/

MOACIR SABEL

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base no art. 24 da Lei Complementar nº 83/2008, com redação dada pela Lei Complementar nº 176/15, alterada pela Lei Complementar nº 182/2017 e demais alterações,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Nível II, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) ao(a) servidor(a) MOACIR SABEL, ocupante do cargo de Motorista Serviços Gerais, do quadro de pessoal desta Prefeitura, fica responsável pela Rodoviária do Município, manutenção, limpeza, fiscalizar abertura e fechamento dos guichês, recebimento dos aluguéis das lojas e controle nos horários dos ônibus.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de abril de 2017.

Município de Indaial, em 24 de março de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na forma da lei.

MANOEL FELIPE BOAVENTURA

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 364/17

. DECRETO Nº 364/17

. De 24 de março de 2017

CONCEDE GRATIFICAÇÃO/

ANDERSON ADRIANO

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base no art. 24 da Lei Complementar nº 83/2008, com redação dada pela Lei Complementar nº 176/15, alterada pela Lei Complementar nº 182/2017 e demais alterações,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Nível I, no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) ao(a) servidor(a) ANDERSON ADRIANO, ocupante do cargo de Operador de retro escavadeira, do quadro de pessoal desta Prefeitura, que além das atribuições de seu cargo fica responsável pela Coordenação de Serviços da Coleta Seletiva, junto a Secretaria Municipal de Saneamento e Meio Ambiente do Município.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de abril de 2017.

Município de Indaial, em 24 de março de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na forma da lei.

MANOEL FELIPE BOAVENTURA

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 365/17

. DECRETO Nº 365/17

. De 24 de março de 2017

CONCEDE GRATIFICAÇÃO/

JARDEL VICENTE MACHADO

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base no art. 24 da Lei Complementar nº 83/2008, com redação dada pela Lei Complementar nº 176/15, alterada pela Lei Complementar nº 182/2017 e demais alterações,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Nível I, no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) ao(a) servidor(a) JARDEL VICENTE MACHADO, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, do quadro de pessoal desta Prefeitura, que além das atribuições de seu cargo, exerce atividades junto ao caminhão da Coleta Seletiva, da Secretaria Municipal de Saneamento e Meio Ambiente do Município.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de abril de 2017.

Município de Indaial, em 24 de março de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na forma da lei.

MANOEL FELIPE BOAVENTURA

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 368/17

. DECRETO Nº 368/17

. De 24 de março de 2017

CONCEDE GRATIFICAÇÃO/

CARLOS ADRIANO KUNZER

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base no art. 24 da Lei Complementar nº 83/2008, com redação dada pela Lei Complementar nº 176/15, alterada pela Lei Complementar nº 182/2017 e demais alterações,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Nível II, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) ao(a) servidor(a) CARLOS ADRIANO KUNZER, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, do quadro de pessoal desta Prefeitura, que além das atribuições de seu cargo, fica responsável pela coordenação dos serviços do Hidrojato, da Secretaria Municipal de Saneamento e Meio Ambiente do Município.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de abril de 2017.

Município de Indaial, em 24 de março de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na forma da lei.

MANOEL FELIPE BOAVENTURA

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 369/17

. DECRETO Nº 369/17

. De 24 de março de 2017

CONCEDE GRATIFICAÇÃO/

GUIOMAR WETSPHAL

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base no art. 24 da Lei Complementar nº 83/2008, com redação dada pela Lei Complementar nº 176/15, alterada pela Lei Complementar nº 182/2017 e demais alterações,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Nível II, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) ao(a) servidor(a) GUIOMAR WETSPHAL, ocupante do cargo de Motorista, do quadro de pessoal desta Prefeitura, que além das atribuições de seu cargo, fica responsável pela Equipe de Limpeza Pública, da Secretaria Municipal de Saneamento e Meio Ambiente do Município.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de abril de 2017.

Município de Indaial, em 24 de março de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na forma da lei.

MANOEL FELIPE BOAVENTURA

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 370/17

. DECRETO Nº 370/17

. De 24 de março de 2017

CONCEDE GRATIFICAÇÃO/

JOACIR DA SILVA

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base no art. 24 da Lei Complementar nº 83/2008, com redação dada pela Lei Complementar nº 176/15, alterada pela Lei Complementar nº 182/2017 e demais alterações,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Nível I, no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) ao(a) servidor(a) JOACIR DA SILVA, ocupante do cargo de Instalador Hidráulico, do quadro de pessoal desta Prefeitura, que além das atribuições de seu cargo fica responsável pelas Instalações de Fossa e Filtro, junto a Secretaria Municipal de Saneamento e Meio Ambiente do Município.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de abril de 2017.

Município de Indaial, em 24 de março de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na forma da lei.

MANOEL FELIPE BOAVENTURA

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 372/17

. DECRETO Nº 372/17

. De 24 de março de 2017

CONCEDE GRATIFICAÇÃO /

REINALDO THOMSEN

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base no art. 24 da Lei Complementar nº 83/2008, com redação dada pela Lei Complementar nº 176/15, alterada pela Lei Complementar nº 182/2017 e demais alterações,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Nível I, no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) ao(a) servidor(a) REINALDO THOMSEN, ocupante do cargo de Encanador, do quadro de pessoal desta Prefeitura, que além das atribuições de seu cargo, fica responsável pelas Instalações de Fossa e Filtro, junto a Secretaria Municipal de Saneamento e Meio Ambiente do Município.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de abril de 2017.

Município de Indaial, em 24 de março de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na forma da lei.

MANOEL FELIPE BOAVENTURA

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 374/17

. DECRETO Nº 374/17

. De 24 de março de 2017

CONCEDE GRATIFICAÇÃO /

IVO OCKNER

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base no art. 24 da Lei Complementar nº 83/2008, com redação dada pela Lei Complementar nº 176/15, alterada pela Lei Complementar nº 182/2017 e demais alterações,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Nível III, no valor de R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais) ao(a) servidor(a) IVO OCKNER, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, do quadro de pessoal desta Prefeitura, que além das atribuições de seu cargo, auxilia na Coordenação da Defesa Civil, junto a Secretaria Municipal de Saneamento e Meio Ambiente do Município.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de abril de 2017.

Município de Indaial, em 24 de março de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER
Prefeito

Publique-se na forma da lei.

MANOEL FELIPE BOAVENTURA
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 375/17

. DECRETO Nº 375/17

. De 24 de março de 2017

CONCEDE GRATIFICAÇÃO/
ROSEMERI GIRARDI STAHNKE

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base no art. 24 da Lei Complementar nº 83/2008, com redação dada pela Lei Complementar nº 176/15, alterada pela Lei Complementar nº 182/2017 e demais alterações,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Nível I, no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) ao(a) servidor(a) ROSEMERI GIRARDI STAHNKE, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, do quadro de pessoal desta Prefeitura, que além das atribuições de seu cargo, acompanha e analisa prestações de contas da Educação (APP), da Defesa Civil e Bombeiros Voluntários do Município e auxilia o Setor de Captação de Recursos, nas prestações de conta do Município.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de abril de 2017.

Município de Indaial, em 24 de março de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER
Prefeito

Publique-se na forma da lei.

MANOEL FELIPE BOAVENTURA
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 388/17

. DECRETO Nº 388/17

. De 29 de março de 2017

CONCEDE GRATIFICAÇÃO/
WALFREDO HAAG

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base no art. 24 da Lei Complementar nº 83/2008, com redação dada pela Lei Complementar nº 176/15, alterada pela Lei Complementar nº 182/2017 e demais alterações,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Nível II, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) ao(a) servidor(a) WALFREDO HAAG, ocupante do cargo de Técnico Agrícola, do quadro de pessoal desta Prefeitura, que além das atribuições de seu cargo, fica responsável pela Unidade Municipal do INCRA e pelo Sistema Nacional de Cadastro de Imóveis Rurais, junto a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Município.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de abril de 2017.

Município de Indaial, em 29 de março de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER
Prefeito

Publique-se na forma da lei.

MANOEL FELIPE BOAVENTURA
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 390/17

. DECRETO Nº 390/17

. De 29 de março de 2017

CONCEDE GRATIFICAÇÃO/
FERNANDO KOEHLER

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base no art. 24 da Lei Complementar nº 83/2008, com redação dada pela Lei Complementar nº 176/15, alterada pela Lei Complementar nº 182/2017 e demais alterações,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Nível IV, no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) ao(a) servidor(a) FERNANDO KOEHLER, ocupante do cargo de Inseminador, do quadro de pessoal desta Prefeitura, que além das atribuições de seu cargo, fica responsável pela Patrulha Mecanizada, junto a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Município.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de abril de 2017.

Município de Indaial, em 29 de março de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER
Prefeito

Publique-se na forma da lei.

MANOEL FELIPE BOAVENTURA
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 391/17

. DECRETO Nº 391/17

. De 29 de março de 2017

CONCEDE GRATIFICAÇÃO/
BIANCA DE SOUZA

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base no art. 24 da Lei Complementar nº 83/2008, com redação dada pela Lei Complementar nº 176/15, alterada pela Lei Complementar nº 182/2017 e demais alterações,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Nível I, no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) ao(a) servidor(a) BIANCA DE SOUZA, ocupante do cargo de Recepcionista, do quadro de pessoal da Fundação Indaialense de Cultura, que além das atribuições de seu cargo, fica responsável pelo Sistema SGE, Manutenção de cursos da FIC – Fundação Indaialense de Cultura.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de abril de 2017.

Município de Indaial, em 29 de março de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na forma da lei.

MANOEL FELIPE BOAVENTURA

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 392/17

. DECRETO Nº 392/17

. De 29 de março de 2017

CONCEDE GRATIFICAÇÃO/

GUILHERME AUGUSTO CHRISTEN

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base no art. 24 da Lei Complementar nº 83/2008, com redação dada pela Lei Complementar nº 176/15, alterada pela Lei Complementar nº 182/2017 e demais alterações,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Nível I, no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) ao(a) servidor(a) GUILHERME AUGUSTO CHRISTEN, ocupante do cargo de Professor Violão Popular, do quadro de pessoal da Fundação Indaialense de Cultura, que além das atribuições de seu cargo, fica responsável pela BANDA FIC – Fundação Indaialense de Cultura.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de abril de 2017.

Município de Indaial, em 29 de março de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na forma da lei.

MANOEL FELIPE BOAVENTURA

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 393/17

. DECRETO Nº 393/17

. De 29 de março de 2017

CONCEDE GRATIFICAÇÃO/

GUILHERME DUARTE DORNELLES

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base no art. 24 da Lei Complementar nº 83/2008, com redação dada pela Lei Complementar nº 176/15, alterada pela Lei Complementar nº 182/2017 e demais alterações,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Nível I, no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) ao(a) servidor(a) GUILHERME DUARTE DORNELLES, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Administrativos, do quadro de pessoal da Fundação Indaialense de Cultura, que além das atribuições de seu cargo, fica como Coordenador de Compras da FIC – Fundação Indaialense de Cultura.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de abril de 2017.

Município de Indaial, em 29 de março de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na forma da lei.

MANOEL FELIPE BOAVENTURA

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 394/17

. DECRETO Nº 394/17

. De 29 de março de 2017

CONCEDE GRATIFICAÇÃO/

LIZIANE DE FÁTIMA LARGURA SAMPAIO

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base no art. 24 da Lei Complementar nº 83/2008, com redação dada pela Lei Complementar nº 176/15, alterada pela Lei Complementar nº 182/2017 e demais alterações,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Nível I, no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) ao(a) servidor(a) LIZIANE DE FÁTIMA LARGURA SAMPAIO, ocupante do cargo de Professora de Teatro, do quadro de pessoal da Fundação Indaialense de Cultura, que além das atribuições de seu cargo, fica responsável pela coordenação do grupo de teatro da FIC – Fundação Indaialense de Cultura.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de abril de 2017.

Município de Indaial, em 29 de março de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na forma da lei.

MANOEL FELIPE BOAVENTURA

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 395/17

. DECRETO Nº 395/17

. De 29 de março de 2017

CONCEDE GRATIFICAÇÃO/

MÁRCIO ANDRÉ KUHN

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base no art. 24 da Lei Complementar nº 83/2008, com redação dada pela Lei Complementar nº 176/15, alterada pela Lei Complementar nº 182/2017 e demais alterações,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Nível I, no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) ao(a) servidor(a) MARCIO ANDRE KUHN, ocupante do cargo de Professor de Violão Clássico, do quadro de pessoal da Fundação Indaialense de Cultura, que além das atribuições de seu cargo, fica responsável pela coordenação da Orquestra Trá-lá-lá da FIC – Fundação Indaialense de Cultura.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de abril de 2017.

Município de Indaial, em 29 de março de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER
Prefeito

Publique-se na forma da lei.

MANOEL FELIPE BOAVENTURA
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 396/17

. DECRETO Nº 396/17

. De 29 de março de 2017

CONCEDE GRATIFICAÇÃO/
PAULO HENRIQUE TADEU LIRA

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base no art. 24 da Lei Complementar nº 83/2008, com redação dada pela Lei Complementar nº 176/15, alterada pela Lei Complementar nº 182/2017 e demais alterações,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Nível I, no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) ao(a) servidor(a) PAULO HENRIQUE TADEU LIRA, ocupante do cargo de Professor Reg. Orq. Violino Viola, do quadro de pessoal da Fundação Indaialense de Cultura, que além das atribuições de seu cargo, fica responsável pelo CORAL da FIC – Fundação Indaialense de Cultura.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de abril de 2017.

Município de Indaial, em 29 de março de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER
Prefeito

Publique-se na forma da lei.

MANOEL FELIPE BOAVENTURA
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 397/17

. DECRETO Nº 397/17

. De 29 de março de 2017

CONCEDE GRATIFICAÇÃO/
SAMANTA FARIAS DA SILVA

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base no art. 24 da Lei Complementar nº 83/2008, com redação dada pela Lei Complementar nº 176/15, alterada pela Lei Complementar nº 182/2017 e demais alterações,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Nível I, no valor de R\$

250,00 (duzentos e cinquenta reais) ao(a) servidor(a) SAMANTA FARIAS DA SILVA, ocupante do cargo de Professora de Dança, do quadro de pessoal da Fundação Indaialense de Cultura, que além das atribuições de seu cargo, fica responsável pelo Grupo de dança folclórica Stella Alpina da FIC – Fundação Indaialense de Cultura.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de abril de 2017.

Município de Indaial, em 29 de março de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER
Prefeito

Publique-se na forma da lei.

MANOEL FELIPE BOAVENTURA
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 431/17

. DECRETO Nº 431/17

. De 18 de abril de 2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2017 NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, PROVENIENTES DE SUPERÁVIT FINANCEIRO.

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5383 de 22 de dezembro de 2016.

DECRETA,

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 226.560,00 (Duzentos e vinte e seis mil, quinhentos e sessenta reais) destinado a atender as despesas abaixo discriminadas:

Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENÇÃO BÁSICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.1440	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIA
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
03000000	RECURSOS ORDINARIOS E.A.
	Valor: (1.560,00)

Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0305	VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA
30.001.0010.0305.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0305.0030.2450	MANUT . PROGRAMA DE VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
03381600	VSE E.A.
	Valor: (30.000,00)

Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL

30.001.0010.0302.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0302.0030.2445	MANUT CONVENIOS/CONTRATOS SERV. ESPECIAL EM SAÚDE
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
03381710	MAC/UNIAO Incremento 100 E.A.
	Valor: (50.000,00)

Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
30.001.0010.0302.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0302.0030.2447	MANUT CIS-AMMVI
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
03381711	MAC/UNIAO Incremento 200 E.A.
	Valor: (50.000,00)

Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0303	SUPORTE PROFILATICO E FARMACEUTICO
30.001.0010.0303.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0303.0030.2467	MANUT ATIVIDADES DO CAPS
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
03385700	CAPS E.A.
	Valor: (30.000,00)

Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0304	VIGILANCIA SANITARIA
30.001.0010.0304.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0304.0030.2449	MANUT PROGRAMA DE VIGILANCIA SANITARIA
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
03381502	PF/VISA SUS E.A.
	Valor: (15.000,00)

Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENÇÃO BASICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2453	MANUT LABORATORIO MUNICIPAL
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
03381710	MAC/UNIAO Incremento 100 E.A.
	Valor: (50.000,00)

Município de Indaial, em 18 de abril de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Superávit Financeiro apurado no Exercício Financeiro de 2016

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Iomerê

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2017

Município de Iomerê

Dispensa de Licitação Nº 0001/2017

O Município de Iomerê torna público a dispensa de licitação para serviços de animação em evento do Município – Aniversário Político-administrativo.

Contratado: Klic Produções Artísticas Eireli - ME.

Valor: 5.700,00 (cinco mil e setecentos reais)

Iomerê, 18 de abril de 2017.

Luciano Paganini

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2017

MUNICÍPIO DE IOMERÊ

Edital de Pregão Presencial nº 26/2017

O Prefeito Municipal de Iomerê, SC, torna público a realização de Pregão Presencial nº 26/2017 para serviços de conserto de pneu. A abertura das propostas se dará no dia 04/05/2017 às 09h na sede da Prefeitura Municipal.

Cópia do Edital ou mais informações podem ser adquiridos através do site www.iomere.sc.gov.br, ou pelo fone (49) 3539-6000.

Iomerê, 18 de abril de 2017.

Luciano Paganini

Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÃO MADEIRAS

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 22/2017 - PR
CNPJ: 01.612.744/0001-20 Rua João Rech C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC	Processo Administrativo: 25/2017 Processo de Licitação: 26/2017 Data do Processo: 22/03/2017
	Folha: 1/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, LUCIANO PAGANINI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 26/2017
- b) Licitação Nr.: 22/2017-PR
- c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
- d) Data Homologação: 07/04/2017
- e) Data da Adjudicação: 07/04/2017 Sequência: 0
- f) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE MADEIRAS.

					(em Reais R\$)	
g) Fornecedores e Itens Vencedores:		<u>Unid.</u>	<u>Qtidade</u>	<u>Descto (%)</u>	<u>Preço Unitário</u>	<u>Total do Item</u>
<u>SERRARIA MARIANI LTDA (43)</u>						
1	Vigas de eucalipto serrada com 30x40cm e comp. de 5 a 7 mts	M3	15,00	0,0000	795,00	11.925,00
2	Pranchas de eucalipto de 2 a 3 polegadas e comp. de 4,20 mts	M3	50,00	0,0000	740,00	37.000,00
3	Madeira de pinheiro de 3ª qualidade serrada bruta	M3	3,00	0,0000	990,00	2.970,00
4	Madeira de pinheiro de 2ª qualidade serrada bruta	M3	3,00	0,0000	1.500,00	4.500,00
5	Madeira de pinus serrada bruta	M3	3,00	0,0000	490,00	1.470,00
6	Madeira de pinus aplainada	M3	3,00	0,0000	700,00	2.100,00
					Total do Fornecedor:	59.965,00
					Total Geral:	59.965,00

Iomerê, 7 de Abril de 2017.

LUCIANO PAGANINI
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE

CNPJ: 01.612.744/0001-20
Rua João Rech
C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 22/2017 - PR

Processo Administrativo: 25/2017
Processo de Licitação: 26/2017
Data do Processo: 22/03/2017

Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Iomerê, 7 de Abril de 2017.

LUCIANO PAGANINI
PREFEITO MUNICIPAL

HOMOLOGAÇÃO SEGURANÇA

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 23/2017 - PR
CNPJ: 01.612.744/0001-20 Rua João Rech C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC	Processo Administrativo: 27/2017 Processo de Licitação: 28/2017 Data do Processo: 28/03/2017
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, LUCIANO PAGANINI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 28/2017
- b) Licitação Nr.: 23/2017-PR
- c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
- d) Data Homologação: 12/04/2017
- e) Data da Adjudicação: 12/04/2017 Sequência: 0
- f) Objeto da Licitação SERVIÇOS DE SEGURANÇA DESARMADA.

					(em Reais R\$)
g) Fornecedores e Itens Vencedores:	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
<u>JOVIL SEGURANCA PRIVADA EIRELI - ME (5087)</u>					
1 SERVIÇOS DE SEGURANÇA	UN	80,00	0,0000	130,00	10.400,00
				Total do Fornecedor:	10.400,00
				Total Geral:	10.400,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.048.3.3.90.00.00.00.00 (49) Saldo: 239.594,50

Iomerê, 12 de Abril de 2017.

LUCIANO PAGANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Ipuaçu

PREFEITURA

ERRATA - PRORROGAÇÃO PL PREF 27.2017 PP PREF 18.2017

EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE IPUAÇU, Estado de Santa Catarina COMUNICA QUE DEVIDO A ALTERAÇÃO ERRATA QUANTO AOS ITENS DE EDITAL, faz adendo ao edital prorrogando data de protocolo de documentação assim estará recebendo proposta referente ao Processo Licitatório n 27/2017, Edital de Pregão Presencial PREF n. 18/2017, do tipo Menor Preço global até às 13:40 horas do dia 08 de maio de 2017, e fará abertura das mesmas às 14:00 horas do mesmo dia, sendo que constitui-se o objeto do presente edital a seleção de propostas para a Contratação de Empresa para a Manutenção e Instalação da Iluminação Pública no Perímetro Urbano e Rural do Município de Ipuaçu-SC, através de Mão de Obra especializada e Fornecimento de Materiais Elétricos de iluminação pública, de acordo com as normas e especificações constantes no Anexo I – Termo de referência deste edital. Fundamento legal é a Lei Federal 10520/2002 e Lei 8.666/1993, consolidada e legislação aplicável. A integra do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito á Rua Zanella n. 818, na cidade de Ipuaçu –SC, telefone (49) 34490045.

Ipuaçu - SC, em 18 de abril de 2017.

COMISSÃO DE LICITAÇÕES

Prefeitura Municipal de Ipuaçu-SC

Ipumirim

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 36-2017-MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A/PM ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 36/2017

Objeto: Contratação de apólice de seguros, para veículos da frota do Município.

Valor: R\$ 7.999,00 (Sete Mil Novecentos e Noventa e Nove Reais)

Assinatura: 11/04/2017 Vigência: 08/05/2017 Á 08/05/2018
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A, situada na AVENIDA DAS NAÇÕES UNIDAS, Nº 11.711, AN, BAIRRO: BROOKLIN, CIDADE DE SÃO PAULO-SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.074.175/0001-38.

PORTARIA Nº.290/2017 DE 17 DE ABRIL DE 2017. REVOGA PORTARIA 285/2017 QUE CONCEDEU LICENÇA PREMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL EFETIVA A PEDIDO.

O Prefeito de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo o artigo 125 da Lei complementar 001/2002, de 26 de setembro de 2002, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município, da administração direta e indireta,

R E V O G A

Fica revogada a portaria 285/2017 que concedeu a SUSIMAR INÊS PERETTI, matrícula 683, Licença Prêmio de 30 (trinta) dias, relativo ao período aquisitivo de 2009 a 2014, e gozo de 10/04/2017 a 09/05/2017.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir da data de publicação.

Ipumirim - SC, 17 de Abril de 2017.
VOLNEI ANTONIO SCHMIDT
Prefeito

PORTARIA Nº.291/2017 DE 17 DE ABRIL DE 2017. CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL NO CARGO EFETIVA DE AGENTE COMUNITARIA SE SAÚDE E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal do município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo o artigo 105 da Lei 001/2002, de 26 de setembro de 2002, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE

A JOSEMARA DARLEIA TELES, matrícula 1650, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim - SC, Carteira de Identidade nº.2.705.273 e do CPF sob o nº.081.140.939-27, no cargo efetivo de Agente Comunitária de Saúde, com carga horária de 40 horas semanais, licença gestação de 180 (Cento e oitenta) dias, para o período de 12 de Abril de 2016 a 08 de Outubro de 2017, conforme atestado médico.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos retroativos a partir de 12 de Abril de 2017.

Ipumirim - SC, 17 de Abril de 2017.
VOLNEI ANTONIO SCHMIDT
Prefeito Municipal

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 30/2017,PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2017/PM MUNICÍPIO DE IPUMIRIM Estado de Santa Catarina EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2017 PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 30/2017

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 199, com entrega dos envelopes fixada para às 09:00:00 horas do dia 04/05/2017, e abertura prevista para às 09:00:00 do dia 04/05/2017. Objeto da licitação: aquisição de peças originais ou genuínas, para conserto Escavadeira Hidráulica New Holland mod. E215B- chassis nº HBZN215BABAA00209-ES ano 2011, destinado as atividades do DMER, conforme descrição anexo III do edital. O edital poderá ser obtido no endereço eletrônico www.ipumirim.sc.gov.br, (link: Governo -> licitações, clicando sobre a respectiva modalidade dessa licitação). Possíveis alterações, suspensão, revogação ou anulação do edital, serão disponibilizadas no mesmo endereço eletrônico, cabendo a licitante interessada acompanhar a situação da licitação. Demais esclarecimentos e informações, poderão ser obtidas junto ao setor de licitações e contratos, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefones (49) 3438-3422 ou (49) 3438.3429, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis.

Ipumirim - SC, 18/04/2017
VOLNEI ANTONIO SCHMIDT
PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 7/2017,PREGÃO PRESENCIAL Nº 4/2017/FMS MUNICÍPIO DE IPUMIRIM Estado de Santa Catarina EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 4/2017 PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 7/2017

VALDIR ZANELLA - GESTOR E ORDENADOR DE DESPESAS DO FUNDO M.DE SAÚDE torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar, REGISTRO DE PREÇOS através de

Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 199, com entrega dos envelopes fixada para às 16:30:00 horas do dia 04/05/2017, e abertura prevista para às 08:30:00 do dia 05/05/2017. Objeto da licitação: Aquisição de medicamentos destinado ao atendimento a população para o exercício de 2017. O edital poderá ser obtido no endereço eletrônico www.ipumirim.sc.gov.br, (link: Governo -> licitações, clicando sobre a respectiva modalidade dessa licitação). Possíveis alterações, suspensão, revogação ou anulação do edital, serão disponibilizadas no mesmo endereço eletrônico, cabendo a licitante interessada acompanhar a situação da licitação. Demais esclarecimentos e informações, poderão ser obtidas junto ao setor de licitações e contratos, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefones (49) 3438-3422 ou (49) 3438.3429, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis.

Ipumirim - SC, 18/04/2017
VALDIR ZANELLA
GESTOR E ORDENADOR DE DESPESAS
DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DO PL Nº 26, PP Nº 13-2017-PM

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 13/2017 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 26/2017 Data do Processo: 30/03/2017
Folha: 1/2	

OBJETO DA LICITAÇÃO:

aquisição de mudas de flores com entrega parcelada, destinado as atividades da Secretaria Municipal de Urbanismo.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 12/2017 (Sequência: 2)

Ao(s) 17 de Abril de 2017, às 09:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 1644/2009, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 26/2017, Licitação nº 13/2017 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: Aos dezessete dias do mês de abril de 2017, às nove horas, o Pregoeiro Laudecir Francio, Presidente da Comissão e a servidora Municipal Jucilene Goldoni Caliar, membros da Equipe de Apoio, designados pelo Decreto nº 2265/2016 e da início a abertura ao julgamento dos envelopes de Proposta Comercial e Documentação de Habilitação, referentes à Licitação em epígrafe. Apresentou-se para participar do certame a empresa FLOR & FLOR - FLORES DA ESTAÇÃO EIRELI-ME. Aberta a sessão pública pelo Pregoeiro, o mesmo solicitou que o representante apresentasse a documentação comprobatória de posse de poderes para representar sua empresa e ofertar lances verbais, nos termos do item 3.4, e seus subitens, do Edital. Assim o fez o Srº FELIPE GRITTI GODIENSKI, representante credenciado da empresa FLOR & FLOR - FLORES DA ESTAÇÃO EIRELI-ME. A empresa acima transcrita se credencia como Microempresa. Na sequência, foi observado a apresentação da declaração de cumprimento do disposto no inciso VII do art. 4º da Lei 10.520/2002, ou seja, apresentar declaração verbal ou escrita de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, assim sendo, a empresa apresentou a declaração na forma escrita. Ato contínuo foi aberto o envelope nº 1 - Proposta Comercial o qual foi rubricado pelo Pregoeiro, sua equipe de apoio e o representante legal da licitante presente. Na análise das propostas constatou-se que a empresa apresentou a proposta conforme exigências do presente Edital, estando habilitada para as fases seguintes do certame. Por conseguinte, o Pregoeiro deu início à fase dos lances verbais, sendo que a licitante presente não manifestou interesse na redução dos preços mantendo os valores da proposta inicial, por estar dentro dos limites fixados no Edital, foi classificada. Ato contínuo procedeu-se à abertura do Envelope nº 2 - Documentação de habilitação da licitante vencedora, sendo que os documentos neles contidos foram conferidos e rubricados pelo Pregoeiro, sua equipe de apoio e o representante legal da licitante. Na análise da documentação, constatou-se que a empresa apresentou a documentação conforme o presente Edital. Após análise criteriosa da documentação do presente certame, pelo participante presente, a parte não manifestou qualquer objeção, inclusive quanto ao interesse de recorrer, renunciando de forma expressa este último. Deixada a palavra livre, ninguém mais fez uso da mesma, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pelo Pregoeiro, sua equipe de apoio e o representante legal da empresa presente ao final da sessão.

Participante: 9734 - FLORES DA ESTAÇÃO EIRELI-ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	mudas de flores para jardim embaladas em bandeja plasticas, pronta para plantio com no minimo de 15 a 20cm de altura, nas seguintes espécies - boca de leão, amor perfeito, mini amor perfeito, petunia, cravina, tagetes, tagetão, salvia, toreneia e vinca.	UN	60.000,00		0,0000	0,51	30.600,00

Total do Participante —————→ 30.600,00

Total Geral —————→ 30.600,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM**

CNPJ: 82.814.575/0001-02
AV. DOM PEDRO II, 230
C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

**PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 13/2017 - PR**

Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 26/2017
Data do Processo: 30/03/2017

Folha: 2/2

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Ipumirim, 17 de Abril de 2017

COMISSÃO:

LAUDECIR FRANCIO

- - Pregoeiro(a)

JUCILENE GOLDONI CALIARI

- - Equipe de Apoio

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL N° 26, PP N° 13-2017-PM

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 13/2017 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 26/2017 Data do Processo: 30/03/2017
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 26/2017
b) Licitação Nr.: 13/2017-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 18/04/2017
e) Objeto da Licitação aquisição de mudas de flores com entrega parcelada, destinado as atividades da Secretaria Municipal de Urbanismo.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

FLORES DA ESTAÇÃO EIRELI-ME (9734)

1 mudas de flores para jardim embaladas em bandeja plasticas, pronta para plantio com no minimo de 15 a 20cm de altura, nas seguintes espécies - boca de leão, amor perfeito, mini amor perfeito, petunia, cravina, tagetes, tagetão, salvia, toreneia e vinca.	UN	60.000,00	0,0000	0,51	30.600,00
--	----	-----------	--------	------	-----------

Total do Fornecedor: 30.600,00

Total Geral: 30.600,00

Ipumirim, 18 de Abril de 2017.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT
PREFEITO MUNICIPAL

Volnei Antonio Schmidt- Prefeito de Ipumirim

Irineópolis

PREFEITURA

CONVÊNIO Nº 01/2017

CONVÊNIO Nº 001/2017

TERMO DE CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS/SC E A COOPERATIVA-ESCOLA DOS ALUNOS DO COLÉGIO AGRÍCOLA "VIDAL RAMOS" – COOPESA COM INTERVENIÊNCIA DO CEDUP-VIDAL RAMOS.

O MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa sito à Rua Paraná, 200 - Centro, Irineópolis / SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.558/0001-05, representado neste ato pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Sr. JULIANO POZZI PEREIRA, portador do CPF nº 455.173.049-15, RG nº 827.405-SESP/SC, residente e domiciliado à Rua Caetano Valões, nº 22 – centro, Irineópolis / SC, doravante denominado CONCEDENTE, e, de outro, a COOPERATIVA-ESCOLA DOS ALUNOS DO COLÉGIO AGRÍCOLA "VIDAL RAMOS" – COOPESA, neste ato representada por seu Presidente Sr. CHARLES CAETANO DA LUZ, inscrito no CPF sob o nº 110.878.699-51, RG nº 5.886.673 – SSPDC/SC, com a interveniência do CEDUP "VIDAL RAMOS", neste ato representado por seu Diretor Sr. Adilson Luiz de Azevedo Velho, doravante simplesmente e respectivamente denominados COOPERATIVA e CEDUP "VIDAL RAMOS", objetivando a mútua colaboração no ensino agrícola e florestal, nos termos dos artigos 205 e 214, em especial dos artigos 208- II, 211, 212 e 214-IV, todos da Constituição Federal, celebram o presente Convênio, comprometendo-se a atender as seguintes condições e cláusulas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente convênio é a mútua colaboração financeira, didática e tecnológica, com a finalidade de estimular e desenvolver o ensino médio profissionalizante, na área de agropecuária nos termos do inciso II, artigo 208, combinando com o inciso IV, artigo 214, ambos da Constituição Federal.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

O CONCEDENTE repassará à COOPERATIVA, o montante total de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), em 04 (quatro) parcelas, no valor de R\$ 3.750,00 (três mil, setecentos e cinquenta reais) cada, a partir do mês de abril, correndo as despesas à conta da seguinte Dotação Orçamentária: 2009 – 3.3.90.00.00.00.00.0100 – Aplicações Diretas do orçamento em vigor.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES

Compete à PREFEITURA:

- a) Indicar os alunos beneficiados pelo presente convênio, que satisfaçam as condições legais e regimentares para matricular-se no ensino de Segundo Grau, obedecido o limite de vagas fornecidas pelo CEDUP-"VIDAL RAMOS";
- b) A indicação dos alunos deverá ser feita por ofício, ou através de pedido, até o dia 31 (trinta e um) de março do presente ano letivo, impreterivelmente, para organização do quadro de matrículas junto ao CEDUP-"VIDAL RAMOS";
- c) Efetuar, a seu critério, teste de seleção entre os interessados;
- d) Conceder ajuda financeira para manutenção e custeio do aluno, em regime de internato, provido pela COOPERATIVA;
- e) Cumprir, rigorosamente, os prazos e condições previstas para pagamento da ajuda financeira;

Compete à COOPERATIVA:

- a) Fornecer alimentação e alojamento aos alunos;
- b) Fornecer serviços de lavanderia;

- c) Manter o refeitório, alojamentos e demais dependências na mais perfeita ordem de higiene e funcionamento;
- d) Fornecer material didático (insumos agropecuários e outros), necessários a execução de projetos educacionais, decorrentes do ensino-aprendizagem, para promover e fornecer os conhecimentos técnicos ao educando;
- e) Manter e conservar os terrenos, equipamentos e máquinas agrícolas de propriedade do CEDUP - "VIDAL RAMOS", para o bom andamento dos projetos educacionais;
- f) Manter e conservar, toda a estrutura técnico-pedagógica, indispensáveis à formação do aluno;

Compete ao CEDUP-"VIDAL RAMOS":

- a) Proporcionar gratuitamente, nos termos da Constituição Federal e Estadual, ensino médio profissionalizante em Agropecuária;
- b) Fornecer pessoal docente, técnico e administrativo, para o funcionamento e apoio ao ensino profissionalizante à nível de Segundo Grau;
- c) Ceder, à COOPERATIVA, os terrenos e benfeitorias necessárias a exploração agropastoril e a prática do ensino aprendizagem do aluno;
- d) Enviar à PREFEITURA, bimestralmente, demonstrativo da situação escolar, com informações específicas de cada aluno bolsista, sob pena de reprovação de contas e não recebimento das parcelas futuras;
- e) Responsabilizar-se técnica e administrativamente pelas atividades afins desenvolvidas pelos alunos.
- f) Prestar contas das parcelas recebidas da Prefeitura Municipal, e fornecer relatório de serviços prestados;

CLÁUSULA QUARTA – DA AJUDA FINANCEIRA

- a) A ajuda financeira de que trata a letra "e", item I, da cláusula II, concedida pela PREFEITURA aos alunos contemplados, será destinada, exclusivamente, à aquisição de vagas no internato (alimentação, hospedagem, lavanderia e material de higiene e limpeza) mantido pela COOPERATIVA; aquisição de material didático (insumos agropecuários) para a prática dos projetos educacionais; aquisições diversas para manutenção da unidade (reforma, consertos e pinturas de salas de aula, alojamento, refeitório, centrais de projetos de produção); manutenção de máquinas e veículos. As demais despesas correrão por conta do CEDUP-"VIDAL RAMOS";
- b) O valor das bolsas de estudos de que trata o presente convênio será de até R\$ 3.000,00 (três mil reais), perfazendo um valor total de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) anuais, divididos em 04 (quatro) parcelas, no valor de R\$ 3.750,00 (três mil, setecentos e cinquenta reais), a serem pagas a partir do mês de abril.
- c) Com a assinatura do presente convênio, a PREFEITURA faz a reserva de 07 (sete) vagas de bolsas de estudos, no curso profissionalizante de Técnico Agrícola, sendo 03 (cinco) vagas com bolsa de 100% (cem por cento) e 04 (quatro) vagas com bolsas de 50% (cinquenta por cento).
- d) Para a cobertura das vagas acima conveniadas, fica estipulado o valor de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), correspondente à 100% (cem por cento) do valor anual, a ser paga em 04 (quatro) parcelas, no valor de R\$ 3.750,00 (três mil, setecentos e cinquenta reais), a partir de abril.
- e) A PREFEITURA formalizará, por ofício, as reservas de vagas e opção de pagamento, com a indicação dos alunos, até o dia 15 de maio do corrente ano.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

O presente instrumento terá vigência durante o exercício de 2017,

podendo ser prorrogado, caso haja interesse do Município, por sucessivos períodos, até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, conforme autoriza o artigo 57, inciso II, da Lei 8.666/93.

PARÁGRAFO ÚNICO - A vigência poderá ser prorrogada "de ofício", caso venha ocorrer atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO

A rescisão do presente convênio poderá ocorrer nos seguintes casos:

- A PREFEITURA deixar de manifestar ou demonstrar desinteresse a respeito da aquisição de vagas, até a data de 31 de maio de 2017;
- Por consentimento mútuo das partes, ou unilateralmente se ocorrer inadimplemento de quaisquer de suas cláusulas e condições, independente de interpelação judicial, respondendo a parte infratora pelos prejuízos ocasionados.

CLÁUSULA SÉTIMA - Da transmissão de documentos

A troca eventual de documentos e cartas entre a CONCEDENTE e a COOPERATIVA será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

CLÁUSULA OITAVA – Da publicidade

Uma vez firmado, o presente Convênio terá seu extrato publicado no Órgão de Imprensa oficial do Município, pela CONCEDENTE dando-se cumprimento ao disposto no Artigo 61, Parágrafo único da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

As questões oriundas deste convênio deverão ser preliminarmente resolvidas administrativamente entre as partes interessadas. Na impossibilidade de resolução amigável, judicialmente, fica eleito o Foro da Comarca de Porto União /SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

E, por estarem justos e acordados, assinam o presente em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos jurídicos e legais, juntamente com as testemunhas abaixo nomeadas.

Irineópolis / SC, em 05 de Janeiro de 2017.

Adilson Luiz de Azevedo Velho Diretor do CEDUP-"VIDAL RAMOS"	Charles Caetano da Luz Presidente da COOPESA
JULIANO POZZI PEREIRA Prefeito Municipal	
Testemunhas:	
Rosana M. P. P. Pierkarzewski CPF nº 852.057.459-91	Patricia Fabiane Fronczak CPF nº 037.425.669-11

CONVÊNIO Nº 02/2017

CONVÊNIO N.º 002/2017.

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS E A ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE LEITE DE IRINEÓPOLIS.

O MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa sito à Rua Paraná, 200 - Centro, Irineópolis - SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.558/0001-05, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. JULIANO POZZI PEREIRA, portador do CPF nº 455.173.049-15, RG nº 23ªR 827.405-SSP-SC, residente e domiciliado à Rua Caetano Valões, nº 22 - Centro, Irineópolis - SC, doravante denominado simplesmente de CONCEDENTE, e a ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE LEITE DE IRINEÓPOLIS, com sede na localidade de Vila Nova do Timbó,

inscrita no CNPJ nº 11.556.122/0001-85, neste ato representada por seu Presidente, Senhor Edirlei João Hoíça, inscrito no CPF nº 030.757.519-52, RG nº 3.991.189 - SSP/SC, doravante denominada simplesmente de CONVENIENTE, firmam o presente Convênio, em 05 (cinco) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas e com supervisão da Assessoria Jurídica da Prefeitura, comprometendo-se a atender os seguintes quesitos:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente Convênio, a transferência de recursos financeiros, através de repasse auxílio financeiro para fins de cooperação técnica, do CONCEDENTE ao CONVENIENTE, objetivando:

- Disponibilização de serviços, insumos e equipamentos a grupos organizados através da cessão de uso, comodato ou parcerias;
- Capacitação dos produtores e técnicos envolvidos no Programa;
- Melhoramento animal através de ações que viabilizem o uso de inseminação artificial e demais tecnologias;
- Incentivo a pecuária leiteira a pasto;
- Transporte para visitas técnicas e capacitações fora do Município de Irineópolis;
- Orientação técnica e assistência médico-veterinária.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

O CONCEDENTE repassará à CONVENIENTE, o valor total de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) correndo as despesas à conta da seguinte Dotação Orçamentária 3.3.50.00.00.00.00.0100 - Transferências a Instituições Privada sem Fins Lucrativos.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES

As ações a serem implementadas em decorrência do presente instrumento terão por finalidade constituir as seguintes obrigações:

I - DA CONCEDENTE

- Promover o repasse dos recursos financeiros;
- Fixar e dar ciência aos executores dos Procedimentos Técnicos e Operacionais que regem a execução dos serviços, programas e projetos;
- Acompanhar, orientar, supervisionar, assessorar e avaliar a execução dos serviços, programas e projetos de forma articulada;
- Receber os Relatórios e as Prestações de Contas da Entidade e promover o seu encaminhamento conforme estabelecem as determinações de ordem legal.

II - DO CONVENIENTE:

- A não observância na correta aplicação de recursos recebidos, implicará na rescisão deste Termo e na consequente devolução dos valores aplicados incorretamente;
- Responsabilizar-se pela correta aplicação dos recursos recebidos, dentro dos prazos previstos, efetuando a respectiva Prestação de Contas, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias do recebimento do valor, conforme prejugado 1843 TCE/SC.
- Movimentar os recursos através de conta corrente específica junto à uma instituição bancária, devidamente identificada dentro do programa;
- Manter atualizado o cadastro dos atendimentos efetuados, bem como, prontuários e relatórios;
- Permitir à qualquer tempo, a fiscalização das ações, pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural - CMDR, bem como da Secretaria Municipal de Agricultura.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente Convênio será até 31/12/2017.
PARÁGRAFO ÚNICO - O convênio a ser firmado pode ainda ser alterado ou rescindido, a qualquer tempo, por mútuo acordo entre as partes, mediante a assinatura de Termo Aditivo ou Termo de Rescisão.

CLÁUSULA QUINTA - DAS PENALIDADES

A ocorrência de irregularidades que impliquem descumprimento de quaisquer cláusulas deste convênio poderá acarretar a sua rescisão imediata, incluindo a suspensão de repasse de recursos financeiros pelo CONCEDENTE, ou suspensão do atendimento pela CONVENIENTE.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

O presente Convênio poderá ser rescindido com aviso prévio de 30 (trinta) dias, por inadimplência, caso o CONCEDENTE não repasse o valor acordado no prazo determinado.

§ 1º - Ocorrendo a inadimplência por parte do CONCEDENTE, aguardar-se-á pelo prazo 30 (trinta) dias para que o mesmo efetue o repasse devido. Expirado esse prazo e não ocorrido o pagamento, serão interrompidos os atendimentos até que se salde o débito.

§ 2º - Poderá também, haver rescisão do presente Convênio em decorrência da aplicação das penalidades previstas na Cláusula anterior, ou ainda, por mútuo consenso das partes à qualquer época.

CLÁUSULA SÉTIMA - Da transmissão de documentos

A troca eventual de documentos e cartas entre o CONCEDENTE e a CONVENIENTE, será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

CLÁUSULA OITAVA – Da publicidade

Uma vez firmado, o presente Convênio terá seu extrato publicado no Órgão de Imprensa oficial do Município, pelo CONCEDENTE, dando-se cumprimento ao disposto no Artigo 61, Parágrafo único da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Porto União/SC para dirimir as questões decorrentes da execução do presente termo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que o seja. E, por estarem justos e acordados, assinam o presente em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos jurídicos e legais, juntamente com as testemunhas abaixo nomeadas.

Irineópolis, 05 de Janeiro de 2017

JULIANO POZZI PEREIRA Prefeito Municipal	EDIRLEI JOÃO HOIÇA Presidente da Associação dos Produtores de Leite de Irineópolis
Testemunhas	
Nome: Valdir Marafigo CPF 017.851.289-30	Nome: Patricia Fabiane Fronczak CPF 037.425.669-11

LEI Nº 1.916/2017

LEI Nº 1.916/2017, DE 16 DE MARÇO DE 2017.

“AUTORIZA FIRMAR CONTRATO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM A EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA S. A. – EPAGRI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina,
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara aprovou e Eu sanciono o seguinte:

LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a firmar contrato de Cooperação Técnica com a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S. A. - EPAGRI, no valor global de R\$ 57.923,28 (cinquenta e sete mil, novecentos e vinte e três reais e vinte e oito centavos), a serem repassados em 09 (nove) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 6.435,92 (seis mil quatrocentos e trinta e cinco reais e noventa e dois centavos), de Abril à dezembro de 2017.

Art. 2º - Os valores repassados, serão destinados a estabelecer ações básicas de cooperação técnica entre a EPAGRI e o Município de Irineópolis, para a execução de trabalhos de Pesquisa Agropecuária e de Assistência Técnica e Extensão Rural, definidos pelo Plano Municipal de Desenvolvimento Rural.

Art. 3º - Os recursos a serem repassados serão contabilizados na dotação 2014 (102) – 3.3.90.00.00.00.00.0100 – Aplicações Diretas.

Art. 4 - A entidade beneficiada firmará com o Município Termo de Contrato, estabelecendo normas e critérios para a aplicação dos respectivos recursos.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Irineópolis/SC, 16 de Março de 2017.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

LEI Nº. 1.922/2017

LEI Nº 1.922/2017.

“Autoriza o Município de Irineópolis/SC a firmar Convênio com o Município de Porto União/SC e dá outras providências.”

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Egrégia Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com o Município de Porto União/SC, objetivando a construção de uma ponte sobre o Rio Timbó ligando os municípios de Irineópolis/SC e Porto União/SC.

Art. 2º- Para fins de diminuição de custos e otimização dos trabalhos poderá um município aderir a licitação do outro tanto para fins de elaboração de projetos, quanto para fins de execução da obra.

Art. 3º- A vigência do convênio a ser firmado terá o dobro do prazo de execução da obra, podendo, se necessária, ser prorrogado nos termos do que autoriza a Lei nº 8.666/1993.

Art. 4º- Para fazer face às despesas decorrentes da presente Lei fica o Poder Executivo Municipal autorizado a lançar mão de dotações próprias a serem consignadas no orçamento vigente.

Art. 5º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Irineópolis (SC), 17 de Abril de 2017.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

LEI Nº. 1.923/2017

LEI Nº 1.923/2017.

Institui no âmbito da Administração Pública do Município de Irineópolis o "PROGRAMA DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO PARA MEDIR A EFICIÊNCIA E A PRODUTIVIDADE DO SERVIDOR MUNICIPAL CELETISTA", e dá outras providências.

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI: Art. 1º. Fica instituído no âmbito da Administração Pública do Município de Irineópolis o "PROGRAMA DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO PARA MEDIR A EFICIÊNCIA E A PRODUTIVIDADE DO SERVIDOR MUNICIPAL CELETISTA", o qual deverá obedecer aos preceitos estabelecidos nesta Lei.

Art. 2º. Para fins da Avaliação de Desempenho, o servidor técnico e administrativo contratado sob o regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e legislação complementar, aprovado em concurso público na Prefeitura Municipal de Irineópolis ou no Hospital Municipal Bom Jesus de Irineópolis, terá verificada sua adaptação ao emprego público e à área de atuação, conforme disposto nesta Lei.

CAPÍTULO I**CONCEITO GERAL**

Art. 3º. A Avaliação de desempenho mede a eficiência e a produtividade do servidor dando-lhe um prospecto de si mesmo, sendo para a Administração Pública Municipal um importante instrumento de:

- I. Critério orientador para as chefias;
- II. Treinamento;
- III. Controle e seleção.

CAPÍTULO II**DA RESPONSABILIDADE DA AVALIAÇÃO**

Art. 4º. A coordenação geral do Programa de Avaliação de Desempenho será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Administração, a qual deverá fornecer todo apoio material e técnico, necessários ao seu desenvolvimento, bem como dar o encaminhamento cabível às questões suscitadas a partir das avaliações.

CAPÍTULO III**DA COMISSÃO COORDENADORA DA AVALIAÇÃO**

Art. 5º. A Comissão Coordenadora da Avaliação de desempenho será formada por:

- I. 01 (um) servidor representante da Secretaria Municipal de Administração;
- II. 01 (um) servidor representante da Secretaria Municipal da Educação;
- III. 01 (um) servidor representante da Secretaria Municipal da Saúde;
- IV. 01 (um) servidor representante da Secretaria Municipal da Agricultura;
- V. 01 (um) servidor representante da Secretaria Municipal da Infraestrutura.

Parágrafo único. A comissão terá como funções:

- I. Revisar as fichas de avaliação, adequando-as para melhor atender às necessidades do Município;
- II. Revisar o preenchimento das fichas, retornando-as ao avaliador, caso alguma dúvida seja suscitada, com o objetivo de evitar erros na avaliação, bem como dar seu cabível encaminhamento;
- III. Computar os pontos do avaliado;
- IV. Emitir parecer sobre o resultado das avaliações;
- V. Indicar programas de treinamento e de acompanhamento funcional, com o objetivo de aprimorar o desempenho dos servidores, melhorando assim a produtividade;
- VI. Participar do processo de acompanhamento dos servidores com baixo desempenho.

CAPÍTULO IV**DOS AVALIADORES**

Art. 6º. O servidor será avaliado pela chefia imediata da área na qual esteja diretamente exercendo suas funções, a qual caberá acompanhar permanentemente o desempenho do servidor, preencher a ficha de desempenho, bem como encaminhá-la para a Comissão Coordenadora de Avaliação, acompanhando o seu resultado.

§ 1º - O Servidor afastado para exercer cargo comissionado ou Função de Confiança em área não compatível com as atribuições do cargo efetivo, terá a avaliação suspensa, retomando-a quando do retorno ao exercício do cargo de provimento efetivo.

§ 2º - Cabe a Comissão, sempre que julgar necessário, solicitar parecer sobre a compatibilidade das atribuições desenvolvidas pelo servidor, às do cargo para o qual foi nomeado para instâncias ou órgãos que detenham apurado conhecimento técnico de tais atribuições.

§ 3º - De posse dos resultados de cada avaliação funcional a Comissão Coordenadora de Avaliação, poderá convocar avaliador e avaliado para dar ciência dos resultados obtidos e para discorrer sobre possíveis providências que deverão ser tomadas, para a melhoria do trabalho desenvolvido e para sanar as falhas que se verificarem.

CAPÍTULO V DAS AVALIAÇÕES

Art. 7º. O servidor será avaliado trimestralmente.

§ 1º - Se o servidor obtiver dois conceitos de desempenho, consecutivos ou não, considerados como regulares ou insuficientes, deverá ser acompanhado pela Comissão Coordenadora de Avaliação, em conjunto com sua chefia imediata e os avaliadores responsáveis, para fins de intensificar as possibilidades de melhoria, dando-lhe oportunidade de aprimoramento no seu desempenho.

§ 2º - Tomadas as medidas previstas no parágrafo anterior, e se ainda assim, o servidor obtiver um terceiro conceito de desempenho regular ou insuficiente, será instaurado processo administrativo, para fins de exoneração do servidor, no qual será garantido o direito a ampla defesa.

CAPÍTULO VI DO MÉTODO DE AVALIAÇÃO

Art. 8º. A avaliação será realizada através do "Método de Escala Gráfica", com utilização de Fichas de avaliação, nas quais estarão previstos os fatores de desempenho, para que o avaliador compare cada um deles, com o desempenho observável de cada avaliado.

Art. 9º. A avaliação de desempenho deverá obedecer a um padrão de classificação, onde cada fator corresponderá a um peso, nos termos definidos pelo Anexo I desta Lei.

Parágrafo único. Os fatores utilizados no processo de avaliação de desempenho serão classificados como:

- I. INSUFICIENTE: significando que o funcionário enquadrado neste fator está muito abaixo do patamar mínimo de desempenho esperado para o cargo;
- II. REGULAR: significando que o funcionário enquadrado neste fator está pouco abaixo do patamar mínimo de desempenho esperado para o cargo;
- III. BOM: significando que o funcionário enquadrado neste fator está na média, tendo atingido plenamente o desempenho esperado para o cargo;
- IV. OTIMO: significando que o funcionário enquadrado neste fator foi além das expectativas de desempenho esperado para o cargo, estando acima da média.

CAPÍTULO VII DEFINIÇÃO DOS FATORES DE AVALIAÇÃO

Art. 10. Os fatores serão descritos nas fichas de avaliação com o objetivo de indicar os vários tipos de comportamentos de cada servidor, e são aqueles constantes do Anexo II desta Lei.

CAPÍTULO VIII DAS FICHAS DE AVALIAÇÃO

Art. 11. As fichas de Avaliação dos servidores serão constituídas por 10 (dez) fatores que deverão ser analisados cotidianamente no desempenho de cada um.

Parágrafo único. Fará parte da ficha de avaliação campo destinado a possíveis observações dos avaliados e dos avaliadores, objetivando a indicação de fatos relevantes referentes aos fatores avaliados.

CAPÍTULO IX DOS FATORES DE AVALIAÇÃO CONSTANTES DAS FICHAS

Art. 12. Os servidores serão avaliados com base nos seguintes fatores:

- I. Qualidade no trabalho;
- II. Pontualidade;
- III. Assiduidade;
- IV. Responsabilidade;
- V. Relacionamento interpessoal;
- VI. Uso e zelo pelos recursos materiais disponíveis;
- VII. Iniciativa;
- VIII. Criatividade;
- IX. Cooperação;
- X. Aprimoramento.

Parágrafo único. A totalização dos pontos será de responsabilidade da Comissão Coordenadora de Avaliação.

CAPÍTULO X DA HOMOLOGAÇÃO

Art. 13. A avaliação periódica de desempenho será homologada pela Comissão Coordenadora, dela dando-se ciência ao interessado.

Parágrafo único. O servidor será notificado do conceito que lhe for atribuído, podendo requerer reconsideração para a autoridade que homologou a avaliação, no prazo máximo de 10 (dez) dias, cujo pedido será decidido em igual prazo.

Art. 14. Contra a decisão relativa ao pedido de reconsideração caberá recurso hierárquico, no prazo de 10 (dez) dias, na hipótese de confirmação do conceito de desempenho atribuído ao servidor.

Art. 15. Os conceitos atribuídos ao servidor, os instrumentos de avaliação e os respectivos resultados, os recursos interpostos, bem como as metodologias e os critérios utilizados na avaliação, serão arquivados em pasta individual, permitida a consulta pelo servidor, a qualquer tempo.

Parágrafo único. É assegurado ao servidor o direito de acompanhar todos os atos de instrução do processo que tenha por objeto a avaliação de seu desempenho.

Art. 16. O Chefe do Poder Executivo Municipal, sempre que necessário, poderá regulamentar a presente Lei através de Decreto.

Art. 17. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 18. Esta Lei entrará em vigor a partir de sua publicação.

Irineópolis (SC) em 17 de Abril de 2017.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

LEI N.º 1.923/2017

DATA: 17 de Abril de 2017

ANEXO I

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

PESO PARA A AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

FATORES – CONCEITOS	PESO POR FATOR (%)
Qualidade do Trabalho	20
Pontualidade	05
Assiduidade	05
Responsabilidade	15
Relacionamento Interpessoal	05
Uso e zelo do Recursos Materiais disponíveis	10
Iniciativa	10
Criatividade	10
Cooperação	10
Aprimoramento	10
TOTAL	100

FATORES – CONCEITOS	INSUFICIENTE I	REGULAR R	BOM B	ÓTIMO O
Qualidade do Trabalho	45	88	134	180
Pontualidade	11	23	34	45
Assiduidade	11	23	34	45
Responsabilidade	34	67	101	135
Relacionamento Interpessoal	11	23	34	45
Uso e zelo dos Recursos Materiais disponíveis	22	45	68	90
Iniciativa	22	45	68	90
Criatividade	22	45	68	90
Cooperação	22	45	68	90
Aprimoramento	22	45	68	90
TOTAL	222	449	676	900

LEI N.º 1.923 /2017

DATA: 17 de Abril de 2017.

ANEXO II

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

FICHA DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

NOME DO SERVIDOR:
LOCAL DE TRABALHO:
CARGO:
ADMISSÃO: TRIMESTRE:
AVALIADOR (ES):

Com base no quadro abaixo, preencha o campo denominado Conceito:

CONCEITUAÇÃO				
C	Ótimo	Bom	Regular	Insuficiente
O				
N	O	B	R	I
C.				

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO		
Fatores	Conceito	Pontuação
Qualidade do Trabalho: Objetiva medir o grau de perfeição dos resultados obtidos com o esforço do servidor aplicado ao trabalho. Neste caso, qualidade pode traduzir-se em exatidão, confiabilidade, clareza, ordem, organização e boa apresentação das tarefas executadas pelo servidor.	(____)	
Pontualidade: Destina-se a verificar o cumprimento, pelo servidor, dos horários estabelecidos pela Prefeitura para a entrada e saída do local de trabalho e para a realização de reuniões e outros eventos.	(____)	
Assiduidade: Tem por finalidade verificar a frequência do servidor ao local de trabalho.	(____)	
Responsabilidade: Procura medir o grau de cumprimento dos deveres e obrigações inerentes às tarefas desenvolvidas pelo servidor.	(____)	
Relacionamento Interpessoal: Visa analisar o relacionamento do servidor com colegas, chefes, comunidade e população em geral.	(____)	
Uso e zelo dos Recursos Materiais disponíveis: Tem por finalidade analisar o uso correto e o cuidado que o servidor dispensa aos recursos materiais postos sob sua responsabilidade, inclusive à luz do disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal sobre equilíbrio fiscal e gestão patrimonial.	(____)	
Iniciativa: Objetiva analisar a capacidade de pensar e agir diante de eventual ausência de normas e orientação superior ou em situações imprevistas de trabalho, bem como de se adaptar às mudanças nos objetivos e nas rotinas a que vem sendo submetido.	(____)	
Criatividade: Procura analisar a capacidade do servidor para desenvolver novos padrões de pensamento, ter ideias originais e propor soluções alternativas aos problemas surgidos no trabalho. Um dos aspectos valorizados deve ser o relativo a propostas e contribuições para o equilíbrio do Município.	(____)	
Cooperação: Destina-se a analisar o interesse e a predisposição do servidor em colaborar com os colegas de trabalho, chefia e comunidade em geral, bem como, com os representantes dos demais órgãos da Administração Municipal na execução do trabalho diário, no desenvolvimento de projetos ou na formulação de políticas institucionais, conforme o caso.	(____)	
Aprimoramento: Destina-se a analisar o interesse do servidor em manter-se atualizado, buscando o aprimoramento, aperfeiçoamento e especialização funcional.	(____)	
RESULTADO FINAL: Total de Pontos Obtidos no Formulário de Avaliação de Desempenho:		
CONCEITO GERAL: _____		

OBS:

ASSINATURAS:

Servidor Avaliado: _____

DATA: ____/____/____

Avaliador(es): _____ DATA: ____/____/____

LEI Nº. 1.924/2017

Lei Nº 1.924/2017.

"REAJUSTA OS VALORES A SEREM PAGOS A TÍTULO DE AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores de Irineópolis, propôs, aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º - Fica Reajustado o valor do Auxílio Alimentação dos Servidores do Legislativo, em 24.2036400 % tendo em vista a variação acumulada do INPC/IBGE havido no período de abril de 2014 a março de 2017.

Art. 2º - Aplicado o Percentual de Reajuste mencionado, no artigo anterior, o valor do auxílio alimentação passa a ser de R\$ 248,41 (duzentos e quarenta e oito reais e quarenta e um centavos);

Art. 3º - Fica o Departamento de Recursos Humanos autorizado a proceder as respectivas anotações para a concessão da correção prevista nesta Lei;

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as demais disposições em contrário.

Município de Irineópolis - SC, 17 de abril de 2017.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

LEI Nº. 1.925/2017

Lei Nº 1.925/2017.

EMENTA: "ALTERA A LEI N.º 745/94, CORRIGINDO A DENOMINAÇÃO DO LAR DOS IDOSOS SANT'ANA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores de Irineópolis propôs, aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º – Altera a denominação da entidade constante do artigo 1.º da Lei Municipal 745/94, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1.º - Fica declarado de utilidade pública o LAR DE IDOSOS "Sant' Ana" CNPJ 81.648.362/0007-80 da cidade de Irineópolis - SC, entidade sem fins lucrativos, que tem por finalidade prestar assistência e amparo aos idosos deste Município.

Art. 2º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, mantendo-se na integralidade o restante da Lei n.º 745/94.

Irineópolis-SC, 17 de Abril de 2017.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

Itá

PREFEITURA

ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 022/2017, PP 015/2017

ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 022/2017, PREGÃO PRESENCIAL Nº. 015/2017 DO MUNICÍPIO DE ITÁ. Aos dezoito dias do mês de abril de dois mil e dezessete às 08h30min, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Itá - SC, sita na Praça Doutor Aldo Ivo Stumpf, nº100, reuniram-se o pregoeiro e equipe de apoio designados pelo Decreto 004 de 06 de janeiro de 2017, senhor Pregoeiro Delso Minski, Silviane Carla Mertins e Jocias André Kurmann, Equipe de Apoio, para efetuarem o credenciamento dos participantes do Processo Licitatório nº. 022/2017, Pregão Presencial nº. 015/2017, objetivando a contratação do serviço de equitação lúdica. Apresentaram envelopes de Proposta de Preços e Documentação a empresa: RANGEL PERIN ME neste ato, representada pelo Senhor: Rangel Perin. A empresa comprovou a condição de Micro Empresa. Ato contínuo o Pregoeiro efetuou a verificação do atendimento à Lei nº. 10.520/2002, e verificou que a licitante atendeu à disposição da Lei. Abertos os envelopes de proposta de preços, conferidos, rubricados os documentos nele existente, e registrado no sistema COMPRAS. Abertos os lances conforme determina a Lei nº. 10520/2002. Encerrados os lances ficou classificado conforme segue, a empresa: RANGEL PERIN ME se sagrou vencedora no item: 01 do edital com o valor mensal de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais). O critério de classificação foi o de menor preço por lance por item. Após a classificação, prosseguiu-se para a abertura do envelope documentação da licitante vencedora do certame; O envelope foi aberto, os documentos nele contido foram rubricados pelo licitante presente, pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio; da análise da documentação, restou em HABILITAR a empresa vencedora por cumprir os requisitos do edital. O senhor Pregoeiro intima o Participante do certame a colocar na nota fiscal o número do processo e o número do Contrato; e manter a regularidade das certidões negativas de débitos com a Municipalidade. Os documentos que foram emitidos via internet terão sua autenticidade verificada nos respectivos sites. Aberto espaço pelo Pregoeiro para intenção de interpor recurso não houve manifestação; Nada mais havendo a tratar foi encerrada a presente sessão lavrando-se esta Ata que vai assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e licitante presente. Esta ata será publicada nesta data no Mural da Prefeitura Municipal de Itá, lançada na internet, www.ita.sc.gov.br e entregue pessoalmente à licitante presente.

Delso Minski
Pregoeiro

Silviane Carla Mertins
Equipe de Apoio

Jocias André Kurmann
Equipe de apoio

RANGEL PERIN ME
Licitante

AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 028/2017, PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 028/2017

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2017

REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, torna público que fará realizar licitação, na modalidade Pregão Presencial,

sistema Registro de Preço, no dia 05 de maio de 2017, para contratação de horas máquinas de retroescavadeira e trator de esteiras. As propostas serão recebidas até as 08h30min do dia 05 de maio de 2017 e abertas as 08h30min nesta mesma data. O edital encontra-se disponível no site "www.ita.sc.gov.br" as demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e pelo telefone (49) 3458-9508.

Itá SC., 18 de abril de 2017.

JAIRO LUIZ SARTORETTO

Prefeito Municipal

DECRETO N. 027/2017

DECRETO N.º 027, DE 04 DE ABRIL DE 2017.

"DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, AMIGÁVEL OU JUDICIAL, PARTE DO IMÓVEL RURAL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

JAIRO LUIZ SARTORETTO, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e em conformidade com o artigo 69, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal c/c os artigos 2º e 5º, alínea "m", do Decreto Lei n. 3.365/41, de 21 de junho de 1941, e no seu § 1º acrescentado pela lei n. 6.602/78, de 17/02/78, e demais legislações aplicáveis à espécie, e,

Considerando que a Estação de Tratamento de Esgoto – ETE, de propriedade do Município de Itá, foi construída sobre uma área de terras de 24.595,00m² (vinte e quatro mil e quinhentos e noventa e cinco metros quadrados), de propriedade particular do senhor ERIBERTO PAULO KRINDGES casado com LEONICE DALL AGNOL KRINDGES, situada no bairro São João, nesta cidade, registrada na matrícula nº 4.104, do Registro Imobiliário da Comarca de Itá;

Considerando que foram realizados levantamentos e medições pelo Departamento de Engenharia e Agrimensura da AMAUC, com o propósito de identificar a área particular ocupada irregularmente pelo Município, para fins de indenização aos proprietários, concluindo, ao final, que a área que abriga a Estação de Tratamento de Esgoto mede 5.214,73 m² (cinco mil duzentos e quatorze vírgula setenta e três metros quadrados), e foi identificada como Área I, e que, além desta, foram utilizadas mais duas pequenas frações do mesmo imóvel para permitir a passagem dos canos da rede de esgoto, uma identificada como Área II, medindo 311,68m², e outra identificada como Área III, medindo 262,32m², totalizando área indenizável de 5.788,73 m² (cinco mil e setecentos e oitenta e oito, vírgula setenta e três metros quadrados).

Considerando os contatos que já foram realizados com seus proprietários no sentido de promover a desapropriação das frações do imóvel antes mencionadas, pela via amigável, a fim de dar condições de acesso aos servidores na fração maior, bem como a passagem de veículos, máquinas e equipamentos necessários à manutenção da Estação de Tratamento de Esgotos, e nas frações menores, permitir a passagem dos canos da rede de esgoto;

Considerando que a Lei Municipal nº 2494, de 20 de dezembro de 2016, autorizou o Poder Executivo Municipal, a dar em pagamento o Lote Urbano nº 16-F, da Quadra nº 38, do Loteamento Sítio Altos Itá, com área de 647,38 m², avaliado em R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais);

Considerando, finalmente, a prerrogativa delegada ao chefe do poder executivo pelos incisos VI e VII, do artigo 69, da Lei Orgânica do Município, c/c a legislação antes referida,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, para fins de desapropriação amigável ou judicial, a quantia de 5.788,73 m² (cinco mil e setecentos e oitenta e oito, vírgula setenta e três metros quadrados), composta por 3 (três) áreas menores identificadas na Planta Topográfica anexa como área I, medindo 5.214,73 m² (cinco mil duzentos e quatorze vírgula setenta e três metros quadrados); Área II, medindo 311,68m² (trezentos onze vírgula sessenta e oito metros quadrados), e Área III, medindo 262,32m (duzentos e sessenta e dois vírgula trinta e dois metros quadrados), situadas dentro da área maior de 24.595,00m² (vinte e quatro mil e quinhentos e noventa e cinco metros quadrados), registrada na matrícula nº 4.104, do Registro Imobiliário da Comarca de Itá/SC, pertencente a ERIBERTO PAULO KRINDGES e LEONICE DALL AGNOL KRINDGES, brasileiros, casados entre si, agricultores, residentes e domiciliados na Rua 34, nesta cidade de Itá/SC, ele, inscrito no CPF/MF sob nº 799.747.329-72, portador da Cédula de Identidade RG Nº 2.469.695, expedida pela SSP/SC; ela, inscrita no CPF/MF sob nº 863.726.709-25, portadora da Cédula de Identidade RG Nº 2.699.471, expedida pela SSP/SC, com as seguintes confrontações:

Ao Norte, com parte do Lote Rural nº 16 (matrícula 851), de propriedade de Valdori Dias dos Santos e sua esposa Janete, por onde mede 45,00 metros;

Ao Sul, com a área remanescente de Eriberto Paulo Krindges e Leonice Dall'Agnol Krindges, por onde mede 41,144 metros;

A Leste, com a área de terras de Eriberto Paulo Krindges e Leonice Dall'Agnol Krindges (matrícula 1584), por onde mede 111,078 metros, e a

Oeste, com a quadra nº 108, de propriedade do Município de Itá (matrícula 1660), por onde mede 101,456 metros.

Art. 2º Para avaliação da área ora declarada de utilidade pública, nomeio uma Comissão Especial composta pelas seguintes pessoas, sob a presidência do primeiro:

I – JULCIMAR ZOTTI, brasileiro, casado, servidor público municipal, residente e domiciliada nesta cidade de Itá, Estado de Santa Catarina;

II – MARTA BENDER SARTORETTO, brasileira, casada, servidora pública municipal, residente e domiciliada nesta cidade de Itá, Estado de Santa Catarina;

III – DELSO MINSKI, brasileiro, casado, servidor público municipal, residente e domiciliada nesta cidade de Itá, Estado de Santa Catarina;

Art. 3º - Determino ao Secretário Municipal de Administração e Fazenda, que proceda a publicação do presente Decreto e oficie os membros da Comissão Especial de Avaliação ora nomeada, para que, no prazo de dez dias, proceda a avaliação e emita o respectivo laudo, para fins de pagamento aos proprietários.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial, o Decreto Municipal nº 104/2016, de 17/11/2016, bem como os demais atos do processo expropriatório que estava em curso, exceto os laudos de avaliação do engenheiro Solano Andreis, inscrito no CREA/SC sob nº 090527-1, que deverão servir de parâmetro para avaliação da área exproprianda aumentada em 534,27 m².

Gabinete do Prefeito Municipal de Itá – SC,
em 04 de Abril de 2017

JAIRO LUIZ SARTORETTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra

NEREO NORBERTO ROSTIROLLA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO N. 028/2017

DECRETO Nº 028/2017 DE 18 DE ABRIL DE 2017

“DESAPROPRIA POR UTILIDADE PÚBLICA, PARTE DO IMÓVEL RURAL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

JAIRO LUIZ SARTORETTO, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e em conformidade com o artigo 69, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal c/c os artigos 2º e 5º, alínea “m”, do Decreto Lei n. 3.365/41, de 21 de junho de 1941, e no seu § 1º acrescentado pela lei n. 6.602/78, de 17/02/78, e demais legislações aplicáveis à espécie, e,

Considerando que a Estação de Tratamento de Esgoto – ETE, de propriedade do Município de Itá, foi construída sobre uma área de terras de 24.595,00m² (vinte e quatro mil e quinhentos e noventa e cinco metros quadrados), de propriedade particular do senhor ERIBERTO PAULO KRINDGES casado com LEONICE DALL AGNOL KRINDGES, situada no bairro São João, nesta cidade, registrada na matrícula nº 4.104, do Registro Imobiliário da Comarca de Itá;

Considerando que foram realizados levantamentos e medições pelo Departamento de Engenharia e Agrimensura da AMAUC, com o propósito de identificar a área particular ocupada irregularmente pelo Município, para fins de indenização aos proprietários, concluindo, ao final, que a área que abriga a Estação de Tratamento de Esgoto mede 5.214,73 m² (cinco mil duzentos e quatorze vírgula setenta e três metros quadrados), e foi identificada como Área I, e que, além desta, foram utilizadas mais duas pequenas frações do mesmo imóvel para permitir a passagem dos canos da rede de esgoto, uma identificada como Área II, medindo 311,68m², e outra identificada como Área III, medindo 262,32m², totalizando área indenizável de 5.788,73 m² (cinco mil e setecentos e oitenta e oito vírgula setenta e três metros quadrados).

Considerando os contatos que já foram realizados com seus proprietários no sentido de promover a desapropriação das frações do imóvel antes mencionadas, pela via amigável, a fim de dar condições de acesso aos servidores na fração maior, bem como a passagem de veículos, máquinas e equipamentos necessários à manutenção da Estação de Tratamento de Esgotos, e nas frações menores, permitir a passagem dos canos da rede de esgoto;

Considerando que o processo administrativo cumpriu as formalidades legais e, sobretudo, que houve concordância dos proprietários acerca da avaliação realizada pela Comissão Especial de Avaliação nomeada por ocasião da edição do Decreto 004/2017, que declarou a área em questão de utilidade pública.

Considerando a autorização do Poder Legislativo Municipal conferida ao Chefe do Poder Executivo pelo artigo 2º, da Lei Municipal nº 2494, de 20 de dezembro de 2016, para dar em pagamento o Lote Urbano nº 16-F, da Quadra nº 38, do Loteamento Sítio Altos Itá, com área de 647,38 m², avaliado em R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais), bem como, a concordância expressa dos proprietários no sentido de receber dito imóvel como parte do pagamento;

Considerando, finalmente, a prerrogativa delegada ao chefe do

poder executivo pelos incisos VI e VII, do artigo 69, da Lei Orgânica do Município, c/c a legislação antes referida,

DECRETA:

Art. 1º. Fica desapropriado, como desapropriado está, pela via amigável, uma área de terras declarada de Utilidade Pública, para fins de desapropriação amigável ou judicial, a quantia de 5.788,73 m² (cinco mil setecentos e oitenta e oito, vírgula setenta e três metros quadrados), composta por 3 (três) frações menores identificadas na Planta Topográfica anexa como área I, medindo 5.214,73 m² (cinco mil duzentos e quatorze vírgula setenta e três metros quadrados); Área II, medindo 311,68m² (trezentos onze vírgula sessenta e oito metros quadrados), e Área III, medindo 262,32m (duzentos e sessenta e dois vírgula trinta e dois metros quadrados), situadas dentro da área maior de 24.595,00m² (vinte e quatro mil e quinhentos e noventa e cinco metros quadrados), registrada na matrícula nº 4.104, do Registro Imobiliário da Comarca de Itá/SC, pertencente a ERIBERTO PAULO KRINDGES e sua mulher LEONICE DALL AGNOL KRINDGES, brasileiros, casados entre si, agricultores, residentes e domiciliados na Rua 34, nesta cidade de Itá/SC, ele, inscrito no CPF/MF sob nº 799.747.329-72, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.469.695, expedida pela SSP/SC; ela, inscrita no CPF/MF sob nº 863.726.709-25, portadora da Cédula de Identidade RG nº 2.699.471, expedida pela SSP/SC, com as seguintes confrontações:

Ao Norte, com parte do Lote Rural nº 16 (matrícula 851), de propriedade de Valdori Dias dos Santos e sua esposa Janete, por onde mede 45,00 metros;

Ao Sul, com a área remanescente de Eriberto Paulo Krindges e Leonice Dall'Agnol Krindges, por onde mede 41,144 metros;

A Leste, com a área de terras de Eriberto Paulo Krindges e Leonice Dall'Agnol Krindges (matrícula 1584), por onde mede 111,078 metros, e a Oeste, com a quadra nº 108, de propriedade do Município de Itá (matrícula 1660), por onde mede 101,456 metros.

§ 1º. O valor da indenização, conforme Laudo de Avaliação firmado, pela Comissão Especial nomeada pelo Decreto 079/2010, de 20/05/2010, é de R\$ 85.094,33 (oitenta e cinco mil e noventa e quatro reais e trinta e três centavos), o que corresponde a R\$ 14,70 (quatorze reais e setenta centavos) por metro quadrado, em cujo documento a comissão informa que levou em consideração: a) foi considerado a avaliação feita pelo Engenheiro Agrônomo SOLANDO ANDRES CREA/SC nº 090527-1, realizada em 30 de março de 2016; b) o preço das últimas transações imobiliárias realizadas no Município de Itá para imóveis em condições similares; c) a localização da área expropriada e d) o fato de que o pagamento será realizado à vista.

§ 2º. O pagamento será feito COM DAÇÃO EM PAGAMENTO do Lote Urbano nº 16-F, da Quadra nº 38, do Loteamento Sítio Altos Itá, com área de 647,38 m², pelo preço de R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais), e o saldo de R\$ 94,33 (noventa e quatro reais e trinta e três centavos), a vista, em moeda corrente nacional, ou através de cheque nominal em favor dos expropriados.

Art. 2º. Fica, outrossim, declarada de caráter urgente a desapropriação, nos termos do artigo 15, do Decreto-lei n. 3.654/41, de 21 de junho de 1941, com redação dada pela Lei Federal n. 2.786/56, de 21 de maio de 1956.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

1035 – Saneamento Básico Municipal
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas

Art. 4º. Determino ao setor contábil que proceda ao empenhamento da despesa e solicite, de forma concomitante, junto ao cartório

local, a lavratura da escritura pública de desapropriação amigável da área expropriada, pelo preço de R\$ 85.094,33 (oitenta e cinco mil e noventa e quatro reais e trinta e três centavos), e a escritura pública de Dação em Pagamento do Lote Urbano nº 16-F, da Quadra nº 38, do Loteamento Sítio Altos Itá, com área de 647,38 m², pelo preço de R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais), e efetue o pagamento a vista do saldo de R\$ 94,33 (noventa e quatro reais e trinta e três centavos).

Art. 5º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 6º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itá – SC,
em 18 de Abril de 2017
JAIRO LUIZ SARTORETTO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra

NEREO NORBERTO ROSTIROLLA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Itaiópolis

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS

EXTRATO DE CONTRATO

Extrato do contrato Nº 07/2017. Objeto: Aquisição de 2 (dois) veículos com 7 lugares, 5 portas, tipo mini van, 0 km, na cor branca. Contratada: Maxicar Distribuidora de Veículos Ltda. Valor: R\$ 80.200,00 cada. Itaiópolis, 18/04/2017. Benedito Bento Marques – Secretário Municipal da Saúde.

Itapema

PREFEITURA

LEI Nº 3.629, DE 11 DE ABRIL DE 2017 - ALTERA A LEI Nº 2530, DE 20 DE SETEMBRO DE 2007

Lei nº 3.629, de 11 de abril de 2017

Altera a Lei nº 2530, de 20 de setembro de 2007.

A Prefeita Municipal de Itapema, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 42, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Itapema faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

LEI

Art. 1º Fica revogado o parágrafo único do Art. 4º da Lei nº 2530, de 20 de setembro de 2007.

Art. 2º Altera o inciso IV do Art. 5º da Lei nº 2530, de 20 de setembro de 2007, que passa a ter a seguinte redação.

“Art. 5º ...

I ...

II ...

III ...

IV um representante da Secretaria Municipal de Administração.

V ...

VI ...

VII ...

VIII ...

IX ...”

Art. 3º Fica alterado o caput do Art. 6º da Lei nº 2530 de 20 de setembro de 2007, o qual passa a ter a seguinte redação.

“Art. 6º O Conselho Municipal de Habitação será presidido pelo diretor de habitação.”

Art. 4º Fica alterado o Art. 12, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei nº 2530 de 20 de setembro de 2007 que passará a ter a seguinte redação.

“Art. 12 As deliberações do Conselho Municipal de Habitação, serão materializadas em resoluções que serão encaminhadas ao diretor de habitação.

§ 1º A homologação será efetuada pelo Diretor de Habitação, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data da deliberação.

§ 2º Caso o Diretor de Habitação não homologue as deliberações do Conselho Municipal de Habitação no prazo estabelecido pelo § 1º, deste artigo as mesmas deverão retornar ao Conselho, com prioridade para discussão na próxima reunião, onde serão confirmadas ou reformuladas pela maioria absoluta dos conselheiros.”

Art. 5º Fica alterado o Art. 13, caput da Lei nº 2530 de 20 de setembro de 2007 que passa a ter a seguinte redação.

“Art. 13 Compete a Secretaria Municipal de Planejamento Urbano proporcionar ao Conselho Municipal de Habitação condições para o seu pleno e regular funcionamento, dando-lhe suporte técnico, administrativo e financeiro, garantindo a contratação de assessoria externa, quando necessário.”

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapema, 11 de abril de 2017

NILZA NILDA SIMAS

Prefeita Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04.013.2017

Estado de Santa Catarina

Município de Itapema

EDITAL DE LICITAÇÃO

O Município de Itapema, torna público a abertura do:

Pregão Presencial nº. 04.013.2017

Objeto: Registro de Preços – Aquisição de materiais de atendimento pré hospitalar para atender as necessidades do Corpo de Bombeiros Militar, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital Nº. 04.013.2017.

Entrega dos envelopes: Até às 13:00(treze) horas do dia 04(quatro) de maio de 2017.

Abertura do Pregão: 04(quatro) de maio de 2017, às 13:00(treze) horas.

Endereço para retirada do edital: O edital poderá ser baixado pelo site www.itapema.sc.gov.br, no ícone “serviços – fornecedores – modalidades – pregão – pasta 04.013.2017” ou pessoalmente, Avenida Nereu Ramos, 134, Bairro Centro.

Dúvidas, entrar em contato pelo telefone (047) 3268-8009.

Itapema, 18 de abril de 2017.

Nilza Nilda Simas

Prefeita de Itapema

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04.014.2017 OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS – AQUISIÇÃO DE CAMISETAS PARA A SECRETARIA DE OBRAS E TRANSPORTES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS CONSTANTES NO ANEXO I DO EDITAL Nº. 04.014.2017.

Estado de Santa Catarina

Município de Itapema

EDITAL DE LICITAÇÃO

O Município de Itapema, torna público a abertura do:

Pregão Presencial nº. 04.014.2017

Objeto: Registro de Preços – Aquisição de camisetas para a Secretaria de Obras e Transportes, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital Nº. 04.014.2017.

Entrega dos envelopes: Até às 14:00(quatorze) horas do dia 05(cinco) de maio de 2017.

Abertura do Pregão: 05(cinco) de maio de 2017, às 14:00(quatorze) horas.

Endereço para retirada do edital: O edital poderá ser baixado pelo site www.itapema.sc.gov.br, no ícone “serviços – fornecedores – modalidades – pregão – pasta 04.014.2017” ou pessoalmente, Avenida Nereu Ramos, 134, Bairro Centro.

Dúvidas, entrar em contato pelo telefone (047) 3268-8009.

Itapema, 18 de abril de 2017.

Nilza Nilda Simas

Prefeita de Itapema

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04.015.2017 OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE UNIVERSITÁRIO E LOCAÇÃO DE ÔNIBUS RESERVA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS CONSTANTES NO ANEXO I DO EDITAL Nº. 04.015.2017.

Estado de Santa Catarina

Município de Itapema

EDITAL DE LICITAÇÃO

O Município de Itapema, torna público a abertura do:

Pregão Presencial nº. 04.015.2017

Objeto: Registro de Preços – Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte universitário e locação de ônibus reserva, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital Nº. 04.015.2017.

Entrega dos envelopes: Até às 13:00(treze) horas do dia 03(três) de maio de 2017.

Abertura do Pregão: 03(três) de maio de 2017, às 13:00(treze) horas.

Endereço para retirada do edital: O edital poderá ser baixado pelo sítio www.itapema.sc.gov.br, no ícone “serviços – fornecedores – modalidades – pregão – pasta 04.015.2017” ou pessoalmente, Avenida Nereu Ramos, 134, Bairro Centro.

Dúvidas, entrar em contato pelo telefone (047) 3268-8009.

Itapema, 18 de abril de 2017.

Nilza Nilda Simas

Prefeita de Itapema

Itapiranga

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 078/2017

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 078/2017

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE FERTILIZANTES, SEMENTES E MUDAS DE FLORES.

Modalidade: Pregão Presencial (REGISTRO DE PREÇOS).

Tipo: Menor Preço por item

Recebimento das Propostas: até as 08:15 do dia 04/05/2017.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município www.itapiranga.sc.gov.br ou no Departamento de Compras, situado na Praça das Bandeiras, nº 200, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00.

Informações através do e-mail compras@itapiranga.sc.gov.br ou fone (49)3678-7700

Itapiranga, SC, 19 de Abril de 2017.

Lauro Schlickmann

Secretário de Administração, Obras e Serviços Urbanos

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 079/2017

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 079/2017

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

Modalidade: Pregão Presencial (REGISTRO DE PREÇOS).

Tipo: Menor Preço por item

Recebimento das Propostas: até as 10:15 do dia 04/05/2017.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município www.itapiranga.sc.gov.br ou no Departamento de Compras, situado na Praça das Bandeiras, nº 200, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00.

Informações através do e-mail compras@itapiranga.sc.gov.br ou fone (49)3678-7700

Itapiranga, SC, 19 de Abril de 2017.

Lauro Schlickmann

Secretário de Administração, Obras e Serviços Urbanos

DECRETO Nº 71 DE 13 DE ABRIL DE 2017

DECRETO Nº 71, DE 13 DE ABRIL DE 2017.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Orçamento do Município de Itapiranga SC, por conta da previsão de "Excesso de Arrecadação" e dá outras providências.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.057, de 30 de novembro de 2016: Decreta:

Art. 1º Fica o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento vigente de 2017, por conta da previsão de "Excesso de Arrecadação", na seguinte fonte de recursos: 120 – Recursos de Impostos para Educação 25%, no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

06.01 – Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desporto – Ensino Fundamental

12.361.0066.2029 – Manut.Desenvol. das Atividades da Educação Ensino Fundamental

33.50.00.00.00.00.00.0120 – Transf. Instit. Privadas S/Fins LucrativosR\$ 6.000,00

Art. 2º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Decreto entre em vigor com efeitos do dia 12 de abril de 2017.

Itapiranga, SC., 13 de abril de 2017.

Jorge Welter

Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Lauro Schlickmann

Secretaria Municipal de Administração.

DECRETO Nº 73 DE 18 DE ABRIL DE 2017

DECRETO Nº 73, de 18 de abril de 2017.

Designa comissão de avaliação dos bens patrimoniais e dá outras providências.

O P O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelos incisos V do artigo 59, combinado com a alínea p do inciso I do art. 75 da Lei Orgânica Municipal.

Decreta:

Art. 1º. Ficam designados os senhores OSMAR PAULO MUELLER, ELBIO JUCEMIR WALKER e IVO BOGORNÝ para, sob a presidência do primeiro designado, compor a comissão para avaliação do seguinte bem:

I – Código Patrimônio 10050 - veículo Peugeot/Boxer THB Micro, ano fabricação 2007, modelo 2008, placa MGC 4898, capacidade 16 passageiros, cor branca, chassi 936ZCPMNC82021318, RENA-VAN 944245420, a diesel.

§ 1º A Comissão designada no caput do artigo deverá, no prazo de até três dias úteis, através de laudo, posicionar-se quanto à verificação e avaliação do referido bem, bem como apresentar outras referências de interesse da Administração Municipal.

§ 2º Esta designação não conta ônus para os cofres municipais, por se tratar de serviço público relevante prestado ao Município.

Art. 2º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

ITAPIRANGA, SC, 18 de abril de 2017.

Jorge Welter

Prefeito

Publicado em data supra.

Lauro Schlickmann

Secretario de Administração.

LEI MUNICIPAL Nº 3.077 DE 18 DE ABRIL DE 2017

LEI MUNICIPAL Nº 3077, DE 18 DE ABRIL DE 2017.

Autoriza o Executivo Municipal firmar Termo de Fomento com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE e dá outras providências.

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta Lei:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado, a firmar Termo de Fomento com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, CNPJ nº 78.483.641/0001-31, visando o repasse financeiro de R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), conforme plano de trabalho, objetivando a manutenção das atividades no exercício de 2017, nos termos da lei nº 13.019/2014.

Art. 2º A entidade beneficiada deverá prestar contas dos recursos recebidos, dentro dos prazos e condições estabelecidas em termo de fomento.

Art. 3º As despesas decorrentes com a execução da presente correrão por conta do orçamento municipal de 2017.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário especialmente à lei nº 3.065/2017.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Itapiranga – SC, 18 de abril de 2017.

Jorge Welter
Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Secretaria de Administração.

PORTARIA Nº 150/2017

Portaria nº 150 de 7 de abril de 2017.

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 39/2011; Lei Complementar nº 002/2006, Lei Complementar nº 8/2007;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designada a servidora municipal Arlete Preis, matrícula nº 14991/01 para substituir Paula Prost Welter, ocupante do cargo de Diretora do Movimento Econômico Agropecuário, que está em gozo de férias no período 6/4/2017 até 20/4/2017.

Parágrafo único. A designação prevista no caput deste artigo, acarretará ônus aos cofres públicos municipais, conforme prevê os artigos 38 e 39 da Lei Complementar nº 39 de 12 de julho de 2011.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Itapiranga-SC, 7 de abril de 2017.

Jorge Welter
Prefeito

Publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM
Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 151/2017

Portaria nº 151 de 17 de abril de 2017

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a partir do dia 17 de abril de 2017, Dione Wiggers Jung matrícula nº 15256/01, do cargo de provimento em comissão de Diretora de Licitações.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário em especial a Portaria nº 143 de 3/4/2017.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Itapiranga SC, 17 de abril de 2017

Jorge Welter
Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM
Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 152/2017

Portaria nº 152 de 17 de abril de 2017

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações e Decreto nº 63 de 3/4/2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a partir de 17 de abril de 2017, Thiago Rohden matrícula nº 14971/01, para exercer as funções do cargo de provimento em comissão de Diretor de Licitações, com 40 horas semanais.

Art. 2º - O servidor municipal além dos vencimentos do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo receberá Função Gratificada, em conformidade com a Lei Complementar nº 002/2006 e alterações.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 49 de 2/1/2017.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Itapiranga SC, 17 de abril de 2017.

Jorge Welter
Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM
Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 153/2017

Portaria nº 153 de 18 de abril de 2017

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações e Decreto nº 63/2017 de 3/4/2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a partir do dia 18 de abril de 2017, Elisa Cristina

Trebiem matrícula nº 15325/01 para exercer as funções do cargo de provimento em comissão de Assessora do Setor de Engenharia com 40 horas semanais.

Art.2º. A servidora municipal estará vinculada ao Regime de Trabalho Estatutário e enquadrado no nível 502, classe A-01.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

Art. 4º -. Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Itapiranga SC, 18 de abril de 2017.

Jorge Welter

Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 154/2017

Portaria nº 154 de 18 de abril de 2017

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor municipal José Antônio Saldanha Filho matrícula nº 13592/02, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico Veterinário, para exercer as funções de Responsável técnico, na 9 º EFRAIT – Exposição Feira Agropecuária de Itapiranga no período de 27/04/2017 á 01/05/2017, localizada na Rua Erasmo Laureiro de Mello, bairro bela vista – Complexo Oktober nos termos da Lei 5.517/68, sem exclusividade, sem subordinação jurídica ou econômica.

Parágrafo único - compreendem as funções técnicas, a recepção dos animais a serem expostos, análise da documentação pertinente, guia de trânsito animal, atestados sanitários, verificação de ectoparasitas, bem estar animal, entre outras, bem como na saída dos mesmos.

Art. 2º - A responsabilidade técnica assumida não poderá ser delegada a outro profissional e caracteriza-se pela aplicação dos conhecimentos técnicos específicos, conduta ilibada e real responsabilidade perante as autoridades sanitárias.

Art.3º. A designação mencionada no Art. 1º da presente Portaria, não conta ônus para os cofres públicos municipais por se tratar de serviço relevante prestado ao Município.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Itapiranga SC, 18 de abril de 2017.

Jorge Welter

Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

QUADRO DE VENCEDORES DO PREGÃO Nº 061/2017

Página: 1/2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
 Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 61/2017 Licitação: 61/2017 - PR Fornecedor: 143453 - DECANDIDO SONORIZAÇÕES E EVENTOS EIRELI ME Data da Homologação: 05/04/2017									
14	78918	GRUPO GERADOR DE 320 KVA LIGADO, DIÁRIA, DE ATE 10 HORAS; DE	DECANDIDO	DIA	3,000	0,0000	2.599,0000	7.797,00	Venceu
Total do Fornecedor —>								7.797,00	
Nr. do Processo: 61/2017 Licitação: 61/2017 - PR Fornecedor: 143863 - N.R. LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA Data da Homologação: 05/04/2017									
4	78908	ESTRUTURA DE CHAPA NAVAL PARA TABLAO INTERNO.	MALLMANN	MT2	100,000	0,0000	18,0000	1.800,00	Venceu
5	78909	ESTRUTURA METÁLICA DE PALCO PARA SHOW DE NO MÍNIMO:14X12x1,5	MALLMANN	UND	1,000	0,0000	5.900,0000	5.900,00	Venceu
9	78913	ESTRUTURA METÁLICA DE PORTICO DE ENTRADA DE 4,50 METROS DE A	MALLMANN	UND	1,000	0,0000	1.000,0000	1.000,00	Venceu
10	78914	ESTRUTURA METÁLICA DE PAVILHÃO AUTO PORTANTE COM PE DIREITO	MALLMANN	UND	1,000	0,0000	11.000,0000	11.000,00	Venceu
13	78917	ESTRUTURA METÁLICA DE PAVILHÃO	MALLMANN	UND	2,000	0,0000	3.000,0000	6.000,00	Venceu
Total do Fornecedor —>								25.700,00	
Nr. do Processo: 61/2017 Licitação: 61/2017 - PR Fornecedor: 144420 - LATITUDE EVENTOS LTDA - ME Data da Homologação: 05/04/2017									
12	78916	JOGO DE MESA MONOBLOCO QUADRADA MEDINDO NO MÍNIMO 70,0 X 70,	LATITUDE	JOG	130,000	0,0000	14,9000	1.937,00	Venceu
Total do Fornecedor —>								1.937,00	
Nr. do Processo: 61/2017 Licitação: 61/2017 - PR Fornecedor: 144421 - OK EVENTOS EVENTOS E MONTGEM LTDA ME Data da Homologação: 05/04/2017									
1	78905	ESTRUTURA METÁLICA DE PIRAMIDE 10,0 X 10,0 METROS, COM COBE	OK EVENTOS	UND	22,000	0,0000	700,0000	15.400,00	Venceu
2	78906	ESTRUTURA METÁLICA DE PIRAMIDE 5,0 X 5,0 METROS, COM COBER.	OK EVENTOS	UND	15,000	0,0000	398,0000	5.970,00	Venceu
3	78907	ALAMBRADO/TAPUME DE ISOLAMENTO COM ALTURA MÍNIMA DE 2 MT, EM	OK EVENTOS	M	200,000	0,0000	15,0000	3.000,00	Venceu

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
 Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 2/2

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Desclo(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 61/2017 Licitação: 61/2017 - PR Data da Homologação: 05/04/2017 Fornecedor: 144421 - OK EVENTOS EVENTOS E MONTGEM LTDA ME									
8	78912	ESTRUTURA DE CAMARIM EM CHAPAS DE TS BRANCA DE 2,20 METROS	OK EVENTOS	UND	2,000	0,0000	1,490,0000	2,980,00	Venceu
11	78915	LONA PLASTICA BRANCA DE 3M LARGURA PARA FECHAMENTO PIRAMIDAL	OK EVENTOS	M	200,000	0,0000	6,9500	1,390,00	Venceu
					Total do Fornecedor	→	439,000	28.740,00	

Itapiranga, 18 de Abril de 2017.

QUADRO DE VENCEDORES DO PREGÃO N° 063/2017

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtdde Cotada	Descdo(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
<p>Nr. do Processo: 63/2017 Licitação: 63/2017 - PR Data da Homologação: 10/04/2017 Fornecedor: 112232 - AVERAGRO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP</p>									
4	78936	BUÇAL PARA BEZERROS ATE 05 MESES CONFECCIONADO EM CORDA DE N	GS	UND	60,000	0,0000	34,5000	2.070,00	Venceu
5	78937	BUÇAL PARA BEZERROS DE 06 A 18 MESES CONFECCIONADO EM CORDA	GS	UND	60,000	0,0000	38,0000	2.280,00	Venceu
13	78945	TORNEIRA PLASTICA DE JARDIM NA COR PRETA DE 1/2"	DURIN	UND	6,000	0,0000	2,3700	14,22	Venceu
Total do Fornecedor →					126,000			4.364,22	
<p>Nr. do Processo: 63/2017 Licitação: 63/2017 - PR Data da Homologação: 10/04/2017 Fornecedor: 144423 - MARAVALHA SCHMITT LTDA - ME</p>									
3	78935	MARAVALHA DE PINUS OU EUCALIPTO, PRODUTO SECO E LIVRE DE FUN	Maravalha Schmitt	M3	150,000	0,0000	45,0000	6.750,00	Venceu
Total do Fornecedor →					150,000			6.750,00	

Itapiranga, 18 de Abril de 2017.

Itapoá

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL Nº 3172/2017 – CONVOCA A I CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DAS MULHERES DE ITAPOÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO MUNICIPAL Nº 3172/2017

Data: 17 de abril de 2017

CONVOCA A I CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DAS MULHERES DE ITAPOÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais e em conjunto com a Presidente do Conselho Municipal de Saúde, considerando o que foi deliberado pelo Conselho Estadual de Saúde de Santa Catarina em sua Ducentésima Vigésima Primeira reunião ordinária de 1º de fevereiro de 2017,

DECRETA

Art.1º Fica convocada a I Conferência Municipal de Saúde das Mulheres de Itapoá, a ser realizada no dia 11 de maio de 2017, na Câmara Municipal de Itapoá, situada na Rua Mariana Michels Borges, nº1115, Itapema do Norte, tendo como tema central: "Implementação da política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Mulheres".

Art. 2º Fica instituída e nomeada a comissão Organizadora da I Conferência Municipal de Saúde, composta por:

I - Priscila Carneiro;

II - Karyn P. Chaves;

III - Lana Rosélia Quadros Bevilaqua;

IV - Elisiane Martins;

V - Anita Pujak; e

VI - Maria Teresinha da Silva.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão por conta de dotação própria do orçamento da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 17 de abril de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 3174_2017 – DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES POR SUPERÁVIT FINANCEIRO.

DECRETO MUNICIPAL Nº 3174/2017

Data: 17 de abril de 2017

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 6º, inciso III da Lei Municipal nº 683/2016 – LOA 2017.

DECRETA

Art.1º Abre-se no Orçamento Municipal crédito adicional suplementar por superávit financeiro do exercício anterior, perfazendo o montante de R\$ 40.000,00 (quarenta mil) conforme segue:

Suplementação

16 INST.PREV.SOC.SERV.PÚBL.MUN. DE ITAPOÁ

16.001 Depto de Previdência

0009.0272.0014.2136 Manutenção do IPESI

34490 Aplicações Diretas (429) FR 030300 R\$40.000,00

Total da Suplementação R\$40.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 17 abril de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

PREFEITO MUNICIPAL

CARLITO JOAQUIM CUSTÓDIO JUNIOR

DIRETOR DE FINANÇAS

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2017

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2017

PROCESSO Nº 31/2017

O Município de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO que realizará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço Global, que será redigida pela Lei Federal Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº 123/06, Lei Complementar nº 147/2014 e Leis Municipais, consoante condições e especificações estabelecidas no presente Edital, e para conhecimento dos interessados, que até às 15h:30min receberá o protocolo dos envelopes no órgão tributário, e que às 16h:00min do dia 04 de maio de 2017, na sala do Departamento de Licitações, a Pregoeira Oficial do Município Sra. Fernanda Cristina Rosa, realizará a abertura dos envelopes devidamente protocolados, juntamente com credenciamento, indispensável à participação no certame para a Aquisição de carga de gás para uso no Centro de Preparação da Merenda Escolar e nas Escolas da Rede Municipal de Ensino, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos e poderá ser retirado através do site www.itapoa.sc.gov.br no link "pregão", ou extrato no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, ou até mesmo na Secretaria de Administração e Finanças – Licitações e Contratos das 08h00min às 14h00min.

Itapoá, 17 de abril de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Município de Itapoá/SC

Prefeito Municipal

IGHOR ZAKALUK

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 07/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 07/2017

Contratante: Município de Itapoá-SC;

Contratada: INDREL INDÚSTRIA DE REFRIGERAÇÃO LONDRINENSE LTDA, com sede á Avenida Tiradentes, nº 4.455, Setor Industrial, Londrina/PR, CEP: 86.072-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 78.589.504-86, Inscrição Estadual: 601.03117-54.

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2017 – PROCESSO Nº 24/2017;

Objeto: Aquisição de 03 (três) câmaras para conservação de imunobiológicos para uso nas salas de vacina das Unidades de Saúde do Município, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos.

Valor total: R\$ 28.500,00 (vinte oito mil e quinhentos reais).

Orçamento:

Descrição	Cód.	Órgão	Un	Proj/Ativ.	FR	Subelemento
Saúde	407	14	001	2119	0638090	333905208

Data da assinatura: 18/04/2017;

Data vigência contratual: O contrato iniciará na data de assinatura, e o seu término está condicionado a entrega do total do objeto, ou até 31/12/2017 (o que ocorrer primeiro). A entrega do objeto deverá ser executada em 30 (trinta) dias corridos, em conformidade com Ordem de Compra emitida pela Secretaria de Saúde.

Itapoá, 18 de abril de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO CONTRATO Nº 08/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 08/2017

Contratante: Município de Itapoá-SC;

Contratada: S & W MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA EPP, com sede á Rua Romeu Pini, nº 531, Residencial Itapua, Franca/SP, CEP: 14.406-297, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.360.569/0001-35, Inscrição Estadual: 310.324.896-116.

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2017 – PROCESSO Nº 23/2017;

Objeto: Aquisição de um veículo tipo camioneta modelo pick up para uso da Secretaria Municipal de Saúde, Vigilância Epidemiológica, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos.

Valor total: R\$ 66.000,00 (sessenta e sei mil reais).

Orçamento:

Descrição	Cód.	Órgão	Un	Proj/Ativ.	FR	Subelemento
Saúde	407	14	001	2119	0638100	333905248
Saúde	409	14	001	2119	0638100	333905248

Data da assinatura: 18/04/2017;

Data vigência contratual: O contrato iniciará na data de assinatura, e o seu término está condicionado a entrega do total do objeto, ou até 31/12/2017 (o que ocorrer primeiro). A entrega do objeto deverá ser executada em 90 (noventa) dias corridos, em conformidade com Ordem de Compra emitida pela Secretaria de Saúde.

Itapoá, 18 de abril de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO CONTRATO Nº 09/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 09/2017

Contratante: Município de Itapoá-SC;

Contratada: BTEC OBRAS DE ENGENHARIA LTDA EPP, com sede á Rua Alberto Leschkau, nº 69, Bairro: Capão Raso, na cidade de Curitiba/PR, CEP: 81130-050 inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.470.384/0001-78, e Inscrição Estadual: 90.588.348-80.

Licitação: TOMADA DE PREÇO Nº 01/2017 - PROCESSO Nº 13/2017;

Objeto: Contratação de empresa de construção civil com serviço de mão de obra especializada e fornecimento de materiais para a construção de 57 (cinquenta e sete) gavetas com ossário, no Cemitério Municipal da Jaca, conforme projetos, memorial descritivo e planilhas orçamentárias, partes integrantes do Edital.

Valor total: R\$ 61.560,54 (sessenta e um mil quinhentos e sessenta reais e cinquenta e quatro centavos).

Orçamento:

Descrição	Cód.	Órgão	Un	Proj/Ativ.	FR	Subelemento
Obras	181	011	002	2080	100000	333903999

Data da assinatura: 18/04/2017;

Data vigência contratual: O contrato terá início imediato à assinatura, com término condicionado a 60 (sessenta) dias, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 57, da lei 8.666/93. O início dos trabalhos deverá ocorrer em 03 (três) dias corridos da emissão da ordem de serviço.

Itapoá, 18 de abril de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

PREFEITO MUNICIPAL

Ituporanga

PREFEITURA

ERRATA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

A presente ERRATA é ora levado a efeito, para retificar o EDITAL N°002, de 09 de março de 2017. RESULTADO DA ANÁLISE DO REQUERIMENTO DE AUXÍLIO TRANSPORTE publicação do dia 09/03/2017, nº 62 dos Alunos Deferidos, torna público, para conhecimento e esclarecimento dos interessados, que houve um equívoco, cabendo a seguinte correção:

Onde se lê "Thais Regina Sebold"

Leia-se: "Thais Regina Coelho".

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 18 de abril de 2017.

ROSÂNGELA FRANÇA WIESE
Secretária da Educação

JANETE MEES JUTTEL
Secretária da Assistência Social

Jaborá

PREFEITURA

DECRETO 1.663

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE MEMBROS DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E QUALIFICAÇÃO, COM VISTAS A ANALISAR OS REQUERIMENTOS DE PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Jaborá, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso V, VIII, XII e XXIII, do art. 102, da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar nº 81/2007, de 21 de dezembro de 2007 que dispõe sobre o Plano de Carreira e de Valorização do Magistério Público Municipal;

Considerando o disposto na Lei Complementar nº 58/2001, de 13 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o regime jurídico e estatuto dos servidores públicos municipais, da Administração Direta e Indireta e,

Considerando o conteúdo do ofício GAB/PREF Nº 72/2017, e do Ofício SED Nº 01/2017 – Secretaria Municipal de Educação, indicando Servidores Municipais,

RESOLVE,

Art. 1º - Ficam nomeados, para Compôr a Comissão de Avaliação de Desempenho e Qualificação, para avaliar os Certificados Acadêmicos que se prestam para Progressão Funcional Horizontal dos Professores Municipais, sob a presidência do primeiro, a saber:

I – SERVIDORES INDICADOS PELO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL:

- a) JADINEI TEREZINHA NORA – Auxiliar Administrativo, Responsável pelo Setor de Recursos Humanos;
- b) RODIMAR RAFAELLI – Secretário Municipal de Educação;
- c) TIAGO ANGELO TOIGO – Auxiliar Administrativo;

II– SERVIDORES EFETIVOS INDICADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

- a) MARIA DE LOURDES BORTOLI – Auxiliar Administrativo
- b) SUELEN TONIELO – Recepcionista (Coordenadora de Educação Infantil)

Parágrafo único. As avaliações deverão ser feitas na forma e condições estabelecidas na Lei Complementar nº 81/2007, de 21 de dezembro de 2007 e Lei Complementar nº 058/2001, de 13 de dezembro de 2001.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JABORÁ – SANTA CATARINA.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 18/abril/2017

KLEBER MÉRCIO NORA

Prefeito Municipal

CLAUDIA CORRADI TONIELLO

Secretária de Administração

EXTRATO DO CONTRATO Nº 99_2017

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO

Município de Jaborá.

Fundamento Legal: Amparo da Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Contrato Administrativo nº: 99/2017.

Objeto: O instrumento do presente Contrato é a locação de espaço para realização de atividades com os grupos de idosos, sendo 4 (quatro) horas semanais, seguindo calendário estabelecido mensalmente e de acordo com a necessidade da administração.

Valor: R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais).

Vigência: O presente contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2017.

Contratantes: Município de Jaborá.

Contratada: CLUBE RECREATIVO E ESPORTIVO BRASIL, inscrita no CNPJ sob o nº 80.621.634/0001-09.

Jaborá, SC, 18 de abril de 2017.

Kleber Mércio Nora

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5/2017 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 4/2017

O Fundo Municipal de Saúde de Jaborá, SC, TORNA PÚBLICO, que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, no dia 05 de maio de 2017, às 14:00 horas, para a Aquisição de medicamentos Referência, em farmácia, regulamentados, conforme normas da ANVISA, para atendimento de determinações judiciais, excepcionais e medicamentos em falta ou que não constam na lista da REMUME, destinados à manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde, para o exercício de 2017. A presente licitação será do tipo: MENOR PREÇO POR ITEM, representado pelo MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO. Mais informações no Setor de Licitações na Rua Ângelo Poyer, 320, Centro – Jaborá / SC, Fone: (49) 3526-2000 ou pelo e-mail: financas@jabora.sc.gov.br. Jaborá (SC), 18 de abril de 2017.

Kleber Mércio Nora

Prefeito Municipal

Jacinto Machado

PREFEITURA

DECRETO Nº. 022 DE 03 DE MARÇO DE 2017

DECRETO Nº. 022 DE 03 DE MARÇO DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO BATISTA MEZZARI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no Artigo 11º, IV, da Lei Municipal nº. 827 de 20 de Dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado à abertura de Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Jacinto Machado do exercício de 2017, na importância de R\$ 159.414,75 (Cento e cinquenta e nove mil, quatrocentos e quatorze reais e setenta e cinco centavos), por conta do Superávit Financeiro do Exercício de 2016, na dotação orçamentária abaixo discriminada:

Órgão 10: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade 01: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade 2.020: Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.0721(19) – Aplicações Diretas R\$ 159.414,75

TOTAL
..... R\$ 159.414,75

Art. 2º - O recurso para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, correrão por conta do superávit financeiro do exercício de 2016, por conta do Convênio com a União, através do Fundo Nacional de Saúde, no valor de R\$ 159.414,75 (Cento e cinquenta e nove mil, quatrocentos e quatorze reais e setenta e cinco centavos), depositados na Agência 1084 – CEF e Conta Corrente n.º 624.001-1.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado, 03 de março de 2017.

JOÃO BATISTA MEZZARI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN KLOCK

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

DECRETO Nº. 023 DE 03 DE ABRIL DE 2017

DECRETO Nº. 023 DE 03 DE ABRIL DE 2017.

EDITA O CALENDÁRIO DOS FERIADOS E PONTOS FACULTATIVOS DO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1º DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2017, PARA OS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PÚBLICAS DO PODER EXECUTIVO.

JOÃO BATISTA MEZZARI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto no art. 139,

e parágrafo único, da Lei Complementar no. 243, de 30 de janeiro de 2003, na Lei Federal no. 9.093, de 12 de setembro de 1995, na Lei Estadual no. 12.906, de 22 de janeiro de 2004 que alterou a Lei Estadual no. 10.306, de 26 de dezembro de 1996, Lei Municipal no. 166, de 17 de dezembro 1997, e alterado pela Lei Municipal no. 339, de 28 de maio de 2002.

DECRETA:

Art. 1º - Fica editado o calendário dos feriados e pontos facultativos do período compreendido entre os dias 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2017, para órgãos e entidades da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Municipal sem prejuízo da prestação dos serviços considerados essenciais:

I. 1º de janeiro, domingo, Confraternização Universal (feriado nacional);

II. 27 de fevereiro, segunda-feira, Carnaval (ponto facultativo);

III. 28 de fevereiro, terça-feira, Carnaval (ponto facultativo);

IV. 13 de abril, quinta-feira (ponto facultativo);

V. 14 de abril, sexta-feira, Paixão de Cristo (feriado nacional);

VI. 21 de abril, sexta-feira, Tiradentes (feriado nacional)

VII. 01 de maio, segunda-feira, Dia Mundial do Trabalho (feriado nacional);

VIII. 15 de junho, quinta-feira, Corpus Christi (ponto facultativo);

IX. 23 de julho, domingo, Emancipação Política do Município (feriado municipal);

X. 07 de setembro, quinta-feira, Independência do Brasil (feriado nacional);

XI. 01 de outubro, domingo, Dia de Santa Terezinha, Padroeira do Município (feriado municipal);

XII. 12 de outubro, quinta-feira, Nossa Senhora Aparecida (feriado nacional);

XIII. 28 de outubro, sábado, dia do Servidor Público (ponto facultativo)

XIV. 02 de novembro, quinta-feira, Finados (feriado nacional);

XV. 15 de novembro, quarta-feira, Proclamação da República (feriado nacional);

XVI. 25 de dezembro, segunda-feira, Natal (feriado nacional);

Art. 2º – O atendimento dos serviços públicos essenciais nas datas mencionadas no artigo anterior deverá ser garantido pelos órgãos da Administração Municipal, por intermédio de Servidores designados para serviço e/ou plantão.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se o Decreto nº 005 de 02 de janeiro de 2017.

Jacinto Machado, 03 de abril de 2017.

JOÃO BATISTA MEZZARI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN KLOCK

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

Jaraguá do Sul

PREFEITURA

EDITAL Nº 01/2017 PROCON/JARAGUÁ DO SUL/SC EDITAL Nº 01/2017

PROCON/JARAGUÁ DO SUL/SC

O Programa de Proteção ao Consumidor – Procon de Jaraguá do Sul/SC, atendendo ao disposto no artigo 91 da Lei Municipal nº 4535/2006 e nos artigos 42, § 2º, e 46, § 2º, ambos do Decreto nº 2.181/1997, notifica os responsáveis pela empresa ODONTO FAMA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, registrada sob o CNPJ 01.261.578/0002-45, em endereço incerto e não sabido, para cientificá-los acerca da decisão da Procuradoria-Geral do Município que julgou improcedente o recurso dessa empresa no Processo Administrativo nº 514/2009, bem como para que efetuem o pagamento da multa confirmada, não cabendo mais recurso administrativo nesse processo. Informa-se, ainda, que o não pagamento da multa implicará na inscrição da empresa no cadastro de dívida ativa da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, com possibilidade de cobrança judicial do débito. Por fim, registra-se que o presente edital de notificação será publicado, pelo menos uma vez, em imprensa oficial, e permanecerá afixado, no prazo de 10 (dez) dias, na sede do Procon localizada na Rua Ângelo Schiochet, nº 100, sala 01, Centro, Jaraguá do Sul, Santa Catarina, SC, CEP 89251-520.

Jaraguá do Sul, 04 de abril de 2017.

ROSILÉA KRAWULSKI
Chefe Administrativa do Procon

PORTARIA Nº 176/2017 – ISSEM

PORTARIA Nº 176/2017 – ISSEM

De 10.04.2017.

Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. NOELI APARECIDA ZANGHELINI, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 23.01.2017 a 22.07.2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 23.01.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 10 de abril de 2017.
Ademar Possamai
Diretor Presidente do ISSEM
Portaria nº 002/2017

PORTARIA Nº 177/2017 – ISSEM

PORTARIA Nº 177/2017 – ISSEM

De 10.04.2017.

Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. JESIANE TOLL, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 05.04.2017 a 19.04.2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 05.04.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 10 de abril de 2017.
Ademar Possamai
Diretor Presidente do ISSEM
Portaria nº 002/2017

PORTARIA Nº 178/2017 – ISSEM

PORTARIA Nº 178/2017 – ISSEM

De 10.04.2017.

Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. MARIA DE LOURDES BORDIN, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 05.04.2017 a 03.05.2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 05.04.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 10 de abril de 2017.
Ademar Possamai
Diretor Presidente do ISSEM
Portaria nº 002/2017

PORTARIA Nº 179/2017 – ISSEM

PORTARIA Nº 179/2017 – ISSEM

De 10.04.2017.

Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. CLAUDIA REGINA BORBA BESEN, lotada no Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – Samae – de Jaraguá do Sul, no período de 07.04.2017 a 06.06.2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 07.04.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 10 de abril de 2017.

Ademar Possamai

Diretor Presidente do ISSEM

Portaria nº 002/2017

PORTARIA Nº 180/2017 – ISSEM

PORTARIA Nº 180/2017 – ISSEM

De 10.04.2017.

Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. IZABEL CRISTINA DE MOURA DORN, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 07.04.2017 a 20.06.2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 07.04.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 10 de abril de 2017.

Ademar Possamai

Diretor Presidente do ISSEM

Portaria nº 002/2017

PORTARIA Nº 181/2017 – ISSEM

PORTARIA Nº 181/2017 – ISSEM

De 10.04.2017.

Concede Salário Maternidade

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o Art. 65-A da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER SALÁRIO MATERNIDADE à Servidora Pública Municipal, Sra. GELISIANE CLAUDIA GUESSER, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 05.04.2017 a 02.08.2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 05.04.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 10 de abril de 2017.

Ademar Possamai

Diretor Presidente do ISSEM

Portaria nº 002/2017

PORTARIA Nº 182/2017 – ISSEM

PORTARIA Nº 182/2017-ISSEM

De 11.04.2017.

Concede Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição

O DIRETOR-PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (Issem), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12 da Lei Complementar Municipal nº 33/2003, de 23.12.2003, e suas alterações, combinado com o disposto no Art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e tendo em vista o contido no processo de aposentadoria nº 822,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER O BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO à Sra. ARLETE WACHHOLZ, inscrita no CPF sob nº 760.913.419-87, servidora da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, ocupante do cargo efetivo de Recepcionista, matriculada sob o nº 8000-4, com proventos integrais sobre a última remuneração do cargo efetivo, com referência salarial: Classe 03, Letra "G", triênios equivalentes a 36% (trinta e seis por cento) e carga horária de 200 (duzentas) horas mês.

Art. 2º As despesas correrão por conta do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, através do Fundo Municipal de Previdência Social (FMPS), nos termos do art. 45, I, "c", da Lei Complementar Municipal nº 33/2003, e suas alterações.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 17.04.2017.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 11 de abril de 2017.

Ademar Possamai

Diretor-Presidente do Issem

Portaria nº 002/2017

PORTARIA Nº 183/2017 – ISSEM

PORTARIA Nº 183/2017-ISSEM

De 12.04.2017

Concede Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição

O DIRETOR-PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (Issem), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12 da Lei Complementar Municipal nº 33/2003, de 23.12.2003, e suas alterações, combinado com o disposto no Art.

3º da Emenda Constitucional nº 47/2005 e tendo em vista o contido no processo administrativo de aposentadoria nº 824,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER O BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO ao Sr. MARCUS ANTONIO NEUMANN, inscrito no CPF sob nº 310.532.469-00, servidor da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, ocupante do cargo efetivo de Motorista de Veículos Pesados e Ambulâncias, matriculado sob o nº 4123-8, com proventos integrais sobre a última remuneração do cargo efetivo, com referência salarial: Classe 5, Letra "I", triênios equivalentes a 48% (quarenta e oito por cento) e carga horária de 200 (duzentas) horas mês.

Art. 2º As despesas correrão por conta do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, através do Fundo Municipal de Previdência Social (FMPS), nos termos do art. 45, I, "c", da Lei Complementar Municipal nº 33/2003, e suas alterações.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 17.04.2017.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 12 de abril de 2017.
Ademar Possamai
Diretor-Presidente do Issem
Portaria nº 002/2017

PORTARIA Nº 184/2017 – ISSEM

PORTARIA Nº 184/2017 – ISSEM

De 12.04.2017.

Prorroga o prazo para conclusão dos trabalhos do Processo Administrativo 006/2016

O DIRETOR-PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (Issem) de Jaraguá do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12 da Lei Complementar Municipal nº 33/2003, de 23/12/2003, e suas alterações; e considerando o memorando nº 208/2017/Issem-CPPA;

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, a partir de 12 de abril de 2017, por mais 90 (noventa) dias, o prazo de conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Processo Administrativo, designada pela Portaria nº 709/2016-Issem, de 16 de novembro de 2016, no que se refere ao processo nº 006/2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 12 de abril de 2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 12 de abril de 2017.
Ademar Possamai
Diretor-Presidente do ISSEM
Portaria nº 002/2017

PORTARIA Nº 185/2017 – ISSEM

PORTARIA Nº 185/2017-ISSEM

De 13.04.2017

Concede Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição

O DIRETOR-PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (Issem), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12 da Lei Complementar Municipal nº 33/2003, de 23.12.2003, e suas alterações, combinado com o disposto no Art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005 e tendo em vista o contido no processo administrativo de aposentadoria nº 820,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER O BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO a Sra. IVONE UTPADEL HENSCHER, inscrita no CPF sob nº 579.869.919-68, servidora da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, ocupante do cargo efetivo de Coordenador Pedagógico, matriculada sob o nº 3325-1, com proventos integrais sobre a última remuneração do cargo efetivo, com referência salarial: Classe 7, Letra "J", triênios equivalentes a 54% (cinquenta e quatro por cento) e carga horária de 200 (duzentas) horas mês.

Art. 2º As despesas correrão por conta do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, através do Fundo Municipal de Previdência Social (FMPS), nos termos do art. 45, I, "c", da Lei Complementar Municipal nº 33/2003, e suas alterações.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 24.04.2017.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 13 de abril de 2017.
Ademar Possamai
Diretor-Presidente do Issem
Portaria nº 002/2017

PORTARIA Nº 186/2017 – ISSEM

PORTARIA Nº 186/2017 – ISSEM

De 13.04.2017.

Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. TATIANA SCHUTZ, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 07.04.2017 a 27.04.2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 07.04.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 13 de abril de 2017.
Ademar Possamai
Diretor Presidente do ISSEM
Portaria nº 002/2017

PORTARIA Nº 187/2017 – ISSEM

PORTARIA Nº 187/2017 – ISSEM

De 13.04.2017.

Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. EUNICE APARECIDA ZOZ, lotada na Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 09.04.2017 a 20.04.2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 09.04.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 13 de abril de 2017.

Ademar Possamai

Diretor Presidente do ISSEM

Portaria nº 002/2017

PORTARIA Nº 188/2017 – ISSEM

PORTARIA Nº 188/2017 – ISSEM

De 13.04.2017.

Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. REGINA DO ROCIO Q. BAPTISTA VENTURI, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 10.04.2017 a 06.05.2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 10.04.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 13 de abril de 2017.

Ademar Possamai

Diretor Presidente do ISSEM

Portaria nº 002/2017

PORTARIA Nº 189/2017 – ISSEM

PORTARIA Nº 189/2017 – ISSEM

De 13.04.2017.

Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. ROSANA GASPAR LAROCA, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 11.04.2017 a 06.05.2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 11.04.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 13 de abril de 2017.

Ademar Possamai

Diretor Presidente do ISSEM

Portaria nº 002/2017

PORTARIA Nº 190/2017 – ISSEM

PORTARIA Nº 190/2017 – ISSEM

De 13.04.2017.

Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. ROSEANE CRISTINA RODRIGUES, lotada na Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 12.04.2017 a 26.04.2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 12.04.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 13 de abril de 2017.

Ademar Possamai

Diretor Presidente do ISSEM

Portaria nº 002/2017

PORTARIA Nº 191/2017 – ISSEM

PORTARIA Nº 191/2017 – ISSEM

De 13.04.2017.

Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. NEUSA RESENDE MACHADO, lotada na Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 12.04.2017 a 11.05.2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 12.04.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 13 de abril de 2017.
Ademar Possamai
Diretor Presidente do ISSEM
Portaria nº 002/2017

SEMAD - PORTARIA Nº 026/2017
PORTARIANº 026/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 20, combinado com o inciso I, do artigo 44, da Lei Complementar Municipal nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 11.183/2017, de 09/01/2017; e

CONSIDERANDO o teor do parecer da Diretoria de Gestão de Pessoas de 06/04/2017, sobre o requerimento de licença-prêmio do processo nº 6265/2017;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 90 (noventa) dias de LICENÇA-PRÊMIO, ao (à) servidor(a) público (a) municipal KATIUSCIA MARINA OTTO CANI WOLTER, matrícula 8282-1, referente ao 2º período, a serem gozados oportunamente.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/04/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 17 de abril de 2017.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal da Administração

SEMAD - PORTARIA Nº 027/2017
PORTARIANº 027/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 20, combinado com o inciso I, do artigo 44, da Lei Complementar Municipal nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 11.183/2017, de 09/01/2017; e

CONSIDERANDO o teor do parecer da Diretoria de Gestão de Pessoas de 06/04/2017, sobre o requerimento de licença-prêmio do processo nº 4138/2017;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 90 (noventa) dias de LICENÇA-PRÊMIO, ao (à) servidor(a) público (a) municipal ARNALDO PETRIS, matrícula 7762-3, referente ao 1º período, a serem gozados oportunamente.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/04/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 17 de abril de 2017.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal da Administração

SEMAD - PORTARIA Nº 028/2017
PORTARIANº 028/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 20, combinado com o inciso I, do artigo 44, da Lei Complementar Municipal nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 11.183/2017, de 09/01/2017; e

CONSIDERANDO o teor do parecer da Diretoria de Gestão de Pessoas de 06/04/2017, sobre o requerimento de licença-prêmio do processo nº 4139/2017;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 90 (noventa) dias de LICENÇA-PRÊMIO, ao (à) servidor(a) público (a) municipal ARNALDO PETRIS, matrícula 7762-3, referente ao 2º período, a serem gozados oportunamente.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/04/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 17 de abril de 2017.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal da Administração

SEMAD - PORTARIA Nº 029/2017
PORTARIANº 029/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 20, combinado com o inciso I, do artigo 44, da Lei Complementar Municipal nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 11.183/2017, de 09/01/2017; e

CONSIDERANDO o teor do parecer da Diretoria de Gestão de Pessoas de 06/04/2017, sobre o requerimento de licença-prêmio do processo nº 4140/2017;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 90 (noventa) dias de LICENÇA-PRÊMIO, ao (à) servidor(a) público (a) municipal MARCELO BARRETO NEES, matrícula 7845-0, referente ao 1º período, a serem gozados oportunamente.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/04/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 17 de abril de 2017.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal da Administração

SEMAD - PORTARIA Nº 030/2017

PORTARIANº 030/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 20, combinado com o inciso I, do artigo 44, da Lei Complementar Municipal nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 11.183/2017, de 09/01/2017; e

CONSIDERANDO o teor do parecer da Diretoria de Gestão de Pessoas de 06/04/2017, sobre o requerimento de licença-prêmio do processo nº 4141/2017;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 90 (noventa) dias de LICENÇA-PRÊMIO, ao (à) servidor(a) público (a) municipal MARCELO BARRETO NEES, matrícula 7845-0, referente ao 2º período, a serem gozados oportunamente.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/04/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 17 de abril de 2017.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal da Administração

SEMAD - PORTARIA Nº 031/2017

PORTARIANº 031/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 20, combinado com o inciso I, do artigo 44, da Lei Complementar Municipal nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 11.183/2017, de 09/01/2017; e

CONSIDERANDO o teor do parecer da Diretoria de Gestão de Pessoas de 06/04/2017, sobre o requerimento de licença-prêmio do processo nº 3848/2017;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 90 (noventa) dias de LICENÇA-PRÊMIO, ao (à) servidor(a) público (a) municipal MARGARETE MARISA SARTI NUNES, matrícula 3916-1, referente ao 4º período, a serem gozados oportunamente.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/04/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 17 de abril de 2017.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal da Administração

SEMAD - PORTARIA Nº 032/2017

PORTARIANº 032/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 20, combinado com o inciso I, do artigo 44, da Lei Complementar Municipal nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 11.183/2017, de 09/01/2017; e

CONSIDERANDO o teor do parecer da Diretoria de Gestão de Pessoas de 06/04/2017, sobre o requerimento de licença-prêmio do processo nº 4164/2017;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 90 (noventa) dias de LICENÇA-PRÊMIO, ao (à) servidor(a) público (a) municipal EUNICE CARMEN INNOCENTI ORTIZ, matrícula 7148-0, referente ao 3º período, a serem gozados oportunamente.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/04/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 17 de abril de 2017.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal da Administração

SEMAD - PORTARIA Nº 033/2017

PORTARIANº 033/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 20, combinado com o inciso I, do artigo 44, da Lei Complementar Municipal nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 11.183/2017, de 09/01/2017; e

CONSIDERANDO o teor do parecer da Diretoria de Gestão de Pessoas de 06/04/2017, sobre o requerimento de licença-prêmio do processo nº 3683/2017;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 90 (noventa) dias de LICENÇA-PRÊMIO, ao (à) servidor(a) público (a) municipal ILAIR DAGMAR TOMASELLI, matrícula 1147-9, referente ao 6º período, a serem gozados oportunamente.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/04/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 17 de abril de 2017.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal da Administração

SEMAD - PORTARIA Nº 034/2017

PORTARIANº 034/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 20, combinado com o inciso I, do artigo 44, da Lei Complementar Municipal nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 11.183/2017, de 09/01/2017; e

CONSIDERANDO o teor do parecer da Diretoria de Gestão de Pessoas de 06/04/2017, sobre o requerimento de licença-prêmio do processo nº 5277/2017;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 90 (noventa) dias de LICENÇA-PRÊMIO, ao (à) servidor(a) público (a) municipal LUCRECIA LUNELLI, matrícula 7171-4, referente ao 3º período, a serem gozados oportunamente.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/04/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 17 de abril de 2017.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal da Administração

SEMAD - PORTARIA Nº 035/2017

PORTARIANº 035/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 20, combinado com o inciso I, do artigo 44, da Lei Complementar Municipal nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 11.183/2017, de 09/01/2017; e

CONSIDERANDO o teor do parecer da Diretoria de Gestão de Pessoas de 06/04/2017, sobre o requerimento de licença-prêmio do processo nº 4777/2017;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 90 (noventa) dias de LICENÇA-PRÊMIO, ao (à) servidor(a) público (a) municipal ALCENIR CANUTO WATERKEMPER, matrícula 3607-2, referente ao 4º período, a serem gozados oportunamente.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/04/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 17 de abril de 2017.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal da Administração

SEMAD - PORTARIA Nº 036/2017

PORTARIANº 036/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 20, combinado com o inciso I, do artigo 44, da Lei Complementar Municipal nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 11.183/2017, de 09/01/2017; e

CONSIDERANDO o teor do parecer da Diretoria de Gestão de Pessoas de 06/04/2017, sobre o requerimento de licença-prêmio do processo nº 5147/2017;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 90 (noventa) dias de LICENÇA-PRÊMIO, ao (à) servidor(a) público (a) municipal MARTINÊS DO CARMO MORETTI, matrícula 4020-7, referente ao 4º período, a serem gozados oportunamente.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/04/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 17 de abril de 2017.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal da Administração

SEMAD - PORTARIA Nº 037/2017

PORTARIANº 037/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 20, combinado com o inciso I, do artigo 44, da Lei Complementar Municipal nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 11.183/2017, de 09/01/2017; e

CONSIDERANDO o teor do parecer da Diretoria de Gestão de Pessoas de 06/04/2017, sobre o requerimento de licença-prêmio do processo nº 5225/2017;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 90 (noventa) dias de LICENÇA-PRÊMIO, ao (à) servidor(a) público (a) municipal LEONITA MARIA GIOVANELLA, matrícula 7637-6, referente ao 3º período, a serem gozados oportunamente.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/04/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 17 de abril de 2017.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal da Administração

SEMAD - PORTARIA Nº 038/2017

PORTARIANº 038/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 20, combinado com o inciso I, do artigo 44, da Lei Complementar Municipal nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 11.183/2017, de 09/01/2017; e

CONSIDERANDO o teor do parecer da Diretoria de Gestão de Pessoas de 06/04/2017, sobre o requerimento de licença-prêmio do processo nº 4189/2017;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 90 (noventa) dias de LICENÇA-PRÊMIO, ao (à) servidor(a) público (a) municipal AFONSO CARLOS QUENTAL DE MOURA, matrícula 3859-8, referente ao 4º período, a serem gozados oportunamente.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/04/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 17 de abril de 2017.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal da Administração

SEMAD - PORTARIA Nº 039/2017

PORTARIANº 039/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 20, combinado com o inciso I, do artigo 44, da Lei Complementar Municipal nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 11.183/2017, de 09/01/2017; e

CONSIDERANDO o teor do parecer da Diretoria de Gestão de Pessoas de 06/04/2017, sobre o requerimento de licença-prêmio do processo nº 4344/2017;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 90 (noventa) dias de LICENÇA-PRÊMIO, ao (à) servidor(a) público (a) municipal DENISE CORREIA ZANOTTI, matrícula 2321-3, referente ao 5º período, a serem gozados oportunamente.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/04/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 17 de abril de 2017.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal da Administração

SEMAD - PORTARIA Nº 040/2017

PORTARIANº 040/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 20, combinado com o inciso I, do artigo 44, da Lei Complementar Municipal nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 11.183/2017, de 09/01/2017; e

CONSIDERANDO o teor do parecer da Diretoria de Gestão de Pessoas de 06/04/2017, sobre o requerimento de licença-prêmio do processo nº 5509/2017;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 90 (noventa) dias de LICENÇA-PRÊMIO, ao (à) servidor(a) público (a) municipal MARIA NILZA DE OLIVEIRA RODRIGUES ALVES, matrícula 4032-1, referente ao 4º período, a serem gozados oportunamente.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/04/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 17 de abril de 2017.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal da Administração

SEMAD - PORTARIA Nº 041/2017

PORTARIANº 041/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 20, combinado com o inciso I, do artigo 44, da Lei Complementar Municipal nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 11.183/2017, de 09/01/2017; e

CONSIDERANDO o teor do parecer da Diretoria de Gestão de Pessoas de 06/04/2017, sobre o requerimento de licença-prêmio do processo nº 7256/2017;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 90 (noventa) dias de LICENÇA-PRÊMIO, ao (à) servidor(a) público (a) municipal SÉRGIO LUIZ PACHECO, matrícula nº 4063-1, referente ao 4º período, a serem gozados oportunamente.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/04/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 17 de abril de 2017.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal da Administração

SEMAD - PORTARIA Nº 042/2017

PORTARIANº 042/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 20, combinado com o inciso I, do artigo 44, da Lei Complementar Municipal nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 11.183/2017, de 09/01/2017; e

CONSIDERANDO o teor do parecer da Diretoria de Gestão de Pessoas de 06/04/2017, sobre o requerimento de licença-prêmio do processo nº 6450/2017;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 90 (noventa) dias de LICENÇA-PRÊMIO, ao (à) servidor(a) público (a) municipal ALESSANDRA MARIA MAESTRI LIMA, matrícula nº 8317-8, referente ao 2º período, a serem gozados oportunamente.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/04/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 17 de abril de 2017.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal da Administração

SEMAD - PORTARIA Nº 043/2017

PORTARIANº 043/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 20, combinado com o inciso I, do artigo 44, da Lei Complementar Municipal nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 11.183/2017, de 09/01/2017; e

CONSIDERANDO o teor do parecer da Diretoria de Gestão de Pessoas de 06/04/2017, sobre o requerimento de licença-prêmio do processo nº 6028/2017;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 90 (noventa) dias de LICENÇA-PRÊMIO, ao (à) servidor(a) público (a) municipal DENISE WIELE COITO, matrícula nº 4015-1, referente ao 4º período, a serem gozados oportunamente.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/04/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 17 de abril de 2017.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal da Administração

SEMAD - PORTARIA Nº 044/2017

PORTARIANº 044/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 20, combinado com o inciso I, do artigo 44, da Lei Complementar Municipal nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 11.183/2017, de 09/01/2017; e

CONSIDERANDO o teor do parecer da Diretoria de Gestão de Pessoas de 06/04/2017, sobre o requerimento de licença-prêmio do processo nº 6384/2017;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 90 (noventa) dias de LICENÇA-PRÊMIO, ao (à) servidor(a) público (a) municipal LIGIA WERNER DE SOUZA, matrícula nº 8239-2, referente ao 2º período, a serem gozados oportunamente.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/04/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 17 de abril de 2017.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal da Administração

SEMAD - PORTARIA Nº 045/2017

PORTARIANº 045/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 20, combinado com o inciso I, do artigo 44, da Lei Complementar Municipal nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 11.183/2017, de 09/01/2017; e

CONSIDERANDO o teor do parecer da Diretoria de Gestão de Pessoas de 06/04/2017, sobre o requerimento de licença-prêmio do processo nº 6535/2017;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 90 (noventa) dias de LICENÇA-PRÊMIO, ao (à) servidor(a) público (a) municipal ANTÔNIO SÉRGIO MEDEIROS, matrícula nº 7151-0, referente ao 3º período, a serem gozados oportunamente.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/04/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 17 de abril de 2017.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal da Administração

SEMAD - PORTARIA Nº 046/2017

PORTARIANº 046/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 20, combinado com o inciso I, do artigo 44, da Lei Complementar Municipal nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 11.183/2017, de 09/01/2017; e

CONSIDERANDO o teor do parecer da Diretoria de Gestão de Pessoas de 06/04/2017, sobre o requerimento de licença-prêmio do processo nº 6545/2017;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 90 (noventa) dias de LICENÇA-PRÊMIO, ao (à) servidor(a) público (a) municipal RENATO ANTUNES VIEIRA, matrícula nº 8698-7, referente ao 2º período, a serem gozados oportunamente.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/04/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 17 de abril de 2017.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal da Administração

SEMAD - PORTARIA Nº 047/2017

PORTARIANº 047/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 20, combinado com o inciso I, do artigo 44, da Lei Complementar Municipal nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 11.183/2017, de 09/01/2017; e

CONSIDERANDO o teor do parecer da Diretoria de Gestão de Pessoas de 06/04/2017, sobre o requerimento de licença-prêmio do processo nº 4878/2017;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 90 (noventa) dias de LICENÇA-PRÊMIO, ao (à) servidor(a) público (a) municipal ADAIR ELEUTÉRIO, matrícula nº 8227-9, referente ao 2º período, a serem gozados oportunamente.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/04/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 17 de abril de 2017.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal da Administração

SEMAD - PORTARIA Nº 048/2017

PORTARIANº 048/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 20, combinado com o inciso I, do artigo 44, da Lei Complementar Municipal nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 11.183/2017, de 09/01/2017; e

CONSIDERANDO o teor do parecer da Diretoria de Gestão de Pessoas de 06/04/2017, sobre o requerimento de licença-prêmio do processo nº 6558/2017;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 90 (noventa) dias de LICENÇA-PRÊMIO, ao (à) servidor(a) público (a) municipal MAURÍCIO BERTI, matrícula nº 3674-9, referente ao 4º período, a serem gozados oportunamente.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/04/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 17 de abril de 2017.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal da Administração

SEMAD - PORTARIA Nº 049/2017

PORTARIANº 049/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 20, combinado com o inciso I, do artigo 44, da Lei Complementar Municipal nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 11.183/2017, de 09/01/2017; e

CONSIDERANDO o teor do parecer da Diretoria de Gestão de Pessoas de 12/04/2017, sobre o requerimento de licença-prêmio do processo nº 7676/2016;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 90 (noventa) dias de LICENÇA-PRÊMIO, ao (à) servidor(a) público (a) municipal VILSON JOÃO ALBANO, matrícula nº 7532-9, referente ao 3º período, a serem gozados oportunamente.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/04/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 17 de abril de 2017.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal da Administração

SEMAD - PORTARIA Nº 050/2017

PORTARIANº 050/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 20, combinado com o inciso I, do artigo 44, da Lei Complementar Municipal nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 11.183/2017, de 09/01/2017; e

CONSIDERANDO o teor do parecer da Diretoria de Gestão de Pessoas de 06/04/2017, sobre o requerimento de licença-prêmio do processo nº 6743/2016;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 90 (noventa) dias de LICENÇA-PRÊMIO, ao (à) servidor(a) público (a) municipal DEISE DE SOUZA WACHHOLZ, matrícula nº 8885-1, referente ao 1º período, a serem gozados oportunamente.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/04/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 17 de abril de 2017.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal da Administração

SEMAD - PORTARIA Nº 051/2017

PORTARIANº 051/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 20, combinado com o inciso I, do artigo 44, da Lei Complementar Municipal nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 11.183/2017, de 09/01/2017; e

CONSIDERANDO o teor do parecer da Diretoria de Gestão de Pessoas de 06/04/2017, sobre o requerimento de licença-prêmio do processo nº 5146/2017;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 90 (noventa) dias de LICENÇA-PRÊMIO, ao (à) servidor(a) público (a) municipal ROSIMERE APARECIDA CHISTE CLEMENTINO, matrícula nº 3994-2, referente ao 4º período, a serem gozados oportunamente.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/04/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 17 de abril de 2017.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal da Administração

SEMAD - PORTARIA Nº 052/2017

PORTARIANº 052/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 20, combinado com o inciso I, do artigo 44, da Lei Complementar Municipal nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 11.183/2017, de 09/01/2017; e

CONSIDERANDO o teor do parecer da Diretoria de Gestão de Pessoas de 06/04/2017, sobre o requerimento de licença-prêmio do processo nº 5151/2017;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 90 (noventa) dias de LICENÇA-PRÊMIO, ao (à) servidor(a) público (a) municipal SAVIA ROSANI SCHWEITZER PAULI, matrícula nº 3964-1, referente ao 4º período, a serem gozados oportunamente.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/04/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 17 de abril de 2017.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal da Administração

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº 1 DE 2017

RESOLUÇÃO Nº 1/2017

Dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara de Vereadores Mirins do Município de Jaraguá do Sul.

TÍTULO I**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º A Câmara de Vereadores Mirins de Jaraguá do Sul constitui o Poder Legislativo Municipal, cuja composição de seus membros obedecerá ao mesmo número dos membros da Câmara de Vereadores.

Art. 2º O Vereador Mirim, além de exercer função legislativa, participará de atividades culturais, econômicas, sociais e ambientais.

CAPÍTULO I**DA ELEIÇÃO**

Art. 3º O processo de eleição dos Vereadores Mirins será coordenado pela Câmara de Vereadores de Jaraguá do Sul com a participação das escolas da rede pública e particular de ensino, inscritas no Programa Vereador Mirim.

Art. 4º A Câmara de Vereadores divulgará anualmente no mês de outubro, através de edital, a regulamentação do procedimento de composição da Câmara Mirim.

Art. 5º O mandato do Vereador Mirim será de dez meses, a contar de fevereiro a novembro, vedada a reeleição.

Parágrafo único - os alunos eleitos e os suplentes serão diplomados pelo Presidente da Câmara de Vereadores de Jaraguá do Sul em sessão solene realizada no mês de dezembro, após às eleições.

Art. 6º O mandato do Vereador Mirim encerra-se na última semana

do mês de novembro do mesmo ano, em reunião da Câmara de Vereadores, ocasião em que os Vereadores Mirins serão homenageados.

CAPÍTULO II

DA SEDE

Art. 7º Os Vereadores Mirins reunir-se-ão no plenário da Câmara de Vereadores de Jaraguá do Sul.

CAPÍTULO III

Seção I

Da Legislatura

Art. 8º A legislatura compreende a duração do mandato dos Vereadores Mirins, iniciando no mês de fevereiro do ano subsequente às eleições e encerrando-se em 30 de novembro de cada ano.

Seção II

Da Posse dos Vereadores Mirins e da Instalação da Legislatura

Art. 9º A Câmara Mirim será instalada no mês de março em data subsequente à sessão solene de diplomação, às 15 horas, em sessão solene sob a presidência do Vereador Mirim com idade maior, secretariado por um Vereador Mirim, convidado para este fim, cujos trabalhos dar-se-ão com o compromisso e posse dos eleitos e da instalação da legislatura.

Art. 10. No ato de posse, exibidos os diplomas e verificada a sua autenticidade, o Presidente em exercício, de pé, acompanhado por todos os Vereadores Mirins, proferirá o seguinte compromisso, que se completa com a assinatura do termo competente: "Prometo respeitar o Regimento Interno da Câmara Mirim de Jaraguá do Sul, desempenhando responsabilmente o mandato a mim conferido e assim contribuindo para a formação da minha cidadania e engrandecimento do município".

Art. 11. Prestado o compromisso pelo Presidente, o Vereador Mirim secretário "ad hoc" fará a chamada nominal de cada vereador, que da Tribuna declarará: "ASSIM O PROMETO", assinando em seguida o Termo de compromisso e posse.

Art. 12. O Presidente declarará empossados os Vereadores Mirins e instalada a Legislatura, facultando a palavra, por cinco (5) minutos a cada um dos Vereadores Mirins.

Parágrafo único. Após a solenidade de posse, os Vereadores Mirins receberão um exemplar do Regimento Interno da Câmara Mirim.

Seção III

Reunião Preparatória

Art. 13. Na primeira reunião, antecedente à sessão solene de posse, caberá à coordenação do projeto informar aos Vereadores Mirins sobre a estrutura organizacional do Poder Legislativo, bem como seu funcionamento administrativo e os direitos e deveres da vereança mirim.

Art. 14. Os Vereadores Mirins deverão, obrigatoriamente, assistir a uma sessão ordinária da Câmara Municipal que se seguir à reunião de instalação da Câmara dos Vereadores Mirins, sob pena de perda do mandato.

Parágrafo único. A presença nesta reunião deverá ser comunicada ao Presidente do Poder Legislativo Municipal, que fará registrar na ata das reuniões ordinárias da Câmara Municipal.

Seção IV

Da Eleição da Mesa Diretora

Art. 15. Concluída a cerimônia de compromisso e posse, a reunião será suspensa por 15 (quinze) minutos a fim de ser organizada a eleição da Mesa Diretora.

Art. 16. Decorrido o prazo estabelecido no art.15, a reunião será reaberta e os Vereadores Mirins, sob a presidência do Vereador Mirim com idade maior, elegerão os componentes da Mesa Diretora, que ficarão automaticamente empossados.

Art.17. A Mesa Diretora será composta de um (1) presidente, um (1) vice-presidente, um (1) 1º secretário e um (1) 2º secretário.

Parágrafo único. A eleição da Mesa Diretora para o segundo semestre ocorrerá na última sessão ordinária antes do período de férias escolares.

Art.18. A eleição da Mesa Diretora obedecerá as seguintes

formalidades:

I – o presidente em exercício iniciará o processo de votação em aberto, pedindo que sejam encaminhados à Mesa, para registro, os nomes dos interessados ao cargo de presidente;

II – concluída a votação, considerar-se-á eleito o candidato que obtiver a maioria absoluta dos votos dos membros dos Vereadores Mirins;

III – em caso de empate será considerado eleito o Vereador Mirim que tiver idade superior;

IV – as mesmas formalidades da eleição para presidente serão tomadas para eleição dos demais membros da Mesa Diretora.

Art. 19. O mandato da Mesa Diretora será de cinco (5) meses, sendo vedada a reeleição de qualquer um de seus membros na mesma legislatura.

Seção V

Da Competência da Mesa Diretora

Art. 20. À Mesa Diretora, entre outras atribuições, compete:

I – declarar a perda do mandato de vereador, de ofício ou por provocação de qualquer de seus membros, nas hipóteses previstas na legislação, assegurada ampla defesa;

II – receber as proposições dos vereadores mirins ou recusá-las, quando apresentadas sem a observância das disposições regimentais;

III – deliberar sobre a convocação de reuniões especiais e solenes da Câmara Mirim.

Seção VI

Do Presidente Mirim

Art.21. Compete ao Presidente Mirim:

I – esclarecer dúvidas e disciplinar os atos dos Vereadores Mirins;

II – apresentar ao fim do mandato as conclusões dos trabalhos realizados pela Câmara de Vereadores Mirins;

III – representar a Câmara dos Vereadores Mirins perante o Presidente do Poder Legislativo Municipal e demais autoridades;

IV – conceder ou negar a palavra aos oradores, não permitindo divagações ou apartes estranhos aos assuntos em discussão;

V – votar somente nos casos em que ocorra empate;

VI – presidir as reuniões plenárias, observando e fazendo observar as normas contidas neste Regimento Interno.

Seção VII

Do Vice-Presidente Mirim

Art. 22. Compete ao Vice-Presidente Mirim:

I – substituir o Presidente em suas ausências e coordenar as atividades da Câmara Mirim;

II – ler as matérias do expediente;

III – sempre que o presidente não se achar no recinto, à hora regimental, será substituído pelo Vice-Presidente e, em sua falta, pelo 1º ou 2º secretário.

Seção VII

Dos Secretários Mirins

Art. 23. Compete aos Secretários Mirins:

I – secretariar as reuniões plenárias, tomando assento à direita do Presidente Mirim;

II – fazer a chamada dos Vereadores Mirins nas reuniões;

III – substituir o Presidente Mirim na ausência do Vice-Presidente Mirim;

IV – supervisionar a elaboração da ata;

V – inscrever os oradores para o uso da palavra;

VI – ler a ata da reunião anterior;

VII – fiscalizar os serviços de secretaria e arquivo, no que concerne à boa ordem e zelo na guarda dos documentos da Câmara Mirim.

TÍTULO II

DOS VEREADORES MIRINS

CAPÍTULO I

DOS DIREITOS E DEVERES DOS VEREADORES MIRINS

Art. 24. Aos Vereadores Mirins competem os seguintes direitos:

I – participar de todas as discussões e deliberações do plenário;

II – votar e ser votado na eleição da Mesa Diretora Mirim, na forma

regimental;
III – apresentar proposições que visem o interesse coletivo;

IV – usar da palavra para versar sobre as matérias em tramitação e quaisquer outros temas que lhe convir;

V – concorrer aos cargos da Mesa Diretora, salvo impedimento legal ou regimental.

Art. 25. São deveres do Vereador Mirim:

I – obedecer ao regimento Interno da Câmara Mirim;

II – comparecer uniformizado às reuniões e ao recinto da Câmara;

III – respeitar e tratar com cortesia os Vereadores do Poder Legislativo Municipal, bem como os funcionários e seus pares vereadores Mirins;

IV – comparecer pontualmente às reuniões e aos compromissos aos quais for designado;

V – estar em dia com suas obrigações escolares e residir no Município de Jaraguá do Sul;

VI – justificar ausência através de aviso por escrito dos pais, de ofício da escola ou atestado médico.

CAPÍTULO II

DA PERDA DE MANDATO, LICENÇA E RENÚNCIA

Art. 26. Perderá o mandato o Vereador Mirim:

I – que infringir qualquer das proibições estabelecidas no art. 25 deste Regimento Interno;

II – cujo procedimento for declarado incompatível com as normas disciplinares estabelecidas pela Coordenação da Câmara Mirim e pela escola;

III - deixar de comparecer a três (3) reuniões injustificadamente;

IV – deixar de frequentar a escola em caso de transferência e mudança de domicílio;

Art. 27. A extinção do mandato do Vereador Mirim ocorrerá quando:

I – ocorrer falecimento;

II – ocorrer renúncia, por escrito, através de ofício dirigido ao Presidente Mirim.

Art. 28. O Vereador Mirim pode licenciar-se:

I – para tratamento de saúde, devidamente comprovado;

II – para tratar de assuntos de interesse particular, pelo prazo máximo de trinta (30) dias, mediante formalização.

CAPÍTULO III

DOS SUPLENTE

Art. 29. O suplente de Vereador Mirim será convocado pelo Presidente Mirim no caso de vaga ou licença do titular, devendo tomar posse na reunião subsequente.

Art. 30. O suplente detém as prerrogativas inerentes ao Vereador Mirim titular, exceto fazer parte da Mesa Diretora;

CAPÍTULO IV

DA AJUDA DE CUSTO

Art. 31. A Câmara de Vereadores de Jaraguá do Sul fixará ajuda de custo conforme disposto na Lei Municipal nº 6251/2011 de 29 de novembro de 2011.

Art. 32. A ajuda de custo prevista no art. 31 obedecerá ao seguinte:

I – fornecimento de material de expediente para desenvolvimento das atribuições de Vereadores Mirins;

II – vale-transporte e lanche, quando do comparecimento dos Vereadores Mirins às sessões da Câmara Mirim;

TÍTULO III

DAS REUNIÕES DA CÂMARA MIRIM

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 33. As reuniões da Câmara Mirim serão públicas e terão duração de até duas (2) horas.

Art. 34. À hora do início da reunião os Vereadores Mirins, devidamente vestidos com a camisa da Câmara Mirim, ocuparão os respectivos lugares no Plenário.

Art. 35. O Presidente Mirim verificará pelo livro de presença, o número de Vereadores Mirins no Plenário.

Art. 36. Achando-se presentes, no mínimo, um terço (1/3) do total

dos Vereadores Mirins, será declarada aberta a reunião pelo Presidente Mirim.

Art. 37. O Presidente Mirim, após a abertura da reunião, convidará um (1) Vereador Mirim para a leitura de um dispositivo do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.

Art. 38. As reuniões da Câmara Mirim serão:

I - ordinárias, as realizadas uma vez por mês, a partir do mês de março, conforme cronograma estabelecido pelo setor de Programas e Ações Institucionais da Câmara de Vereadores de Jaraguá do Sul;

II - solenes, as realizadas para o Compromisso de Posse dos Vereadores Mirins e da instalação da Legislatura;

III - especiais, as realizadas quinzenalmente, a partir de março, para estudos e visitação aos órgãos públicos, entidades da sociedade civil, instituições privadas, museus e áreas de preservação ambiental, em dias e horários previamente agendados pela coordenação da Câmara Mirim.

CAPÍTULO II

DAS REUNIÕES ORDINÁRIAS

Seção I

Da Estrutura Geral

Art. 39. As reuniões ordinárias compõem-se de três (3) partes, a saber:

I - Pequeno Expediente;

II - Palavra Livre;

III - Grande Expediente;

Seção II

Do Pequeno Expediente

Art. 40. Abertos os trabalhos, o Presidente Mirim convida os Vereadores Mirins para ouvirem o Hino de Jaraguá do Sul.

§ 1º Lida a ata da reunião anterior, o Presidente colocará em discussão e posterior votação.

§ 2º Aprovada a ata da reunião anterior, o secretário dará conhecimento em sumário das correspondências recebidas.

§ 3º Após a leitura da correspondência, o secretário dará conhecimento das proposições que serão deliberadas pelo Plenário.

Seção III

Da Palavra Livre

Art. 41. O tempo destinado à Palavra Livre será dividido entre Vereadores Mirins inscritos e obedecerá ao seguinte:

I - para o uso da Palavra Livre, será adotado o sistema de rodízio;

II - o orador, ao ocupar a tribuna, abordará assunto de sua livre escolha.

Seção IV

Do Grande Expediente

Art. 42. Findo o Pequeno Expediente, tratar-se-á da matéria incluída no Grande Expediente.

Art. 43. O Presidente Mirim lerá ou anunciará, em síntese, o que se houver de votar ou discutir e votar.

Art. 44. Para as votações, será necessária a presença da maioria absoluta dos membros da Câmara Mirim.

Art. 45. O processo de votação obedecerá à seguinte ordem:

I - matérias da pauta para a primeira votação;

II - matérias com discussão encerrada;

III - demais proposições de autoria dos Vereadores Mirins.

Art. 46. Cada Vereador Mirim poderá ocupar a tribuna pelo tempo de até cinco (5) minutos para debater qualquer matéria, obedecendo a seguinte ordem:

I - autor;

II - relator;

III - demais Vereadores Mirins.

TÍTULO IV

DAS PROPOSIÇÕES

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 47. Proposição é toda matéria sujeita à deliberação do Plenário da Câmara Mirim, a saber:

I - Emenda ao Regimento Interno da Câmara Mirim;

II - Projeto de Lei;

III - Requerimentos;

IV - Moções;

V - Indicações.

Art. 48. As proposições deverão ser redigidas em termos claros e sintéticos, obedecendo à boa técnica legislativa, em língua nacional e na ortografia oficial, assinada pelo autor e co-autores, não se admitindo as que:

I - tratem sobre assunto alheio à competência da Câmara Mirim;

II - deleguem a outro, atribuição privativa da Câmara Mirim;

III - forem flagrantemente antirregimentais;

IV - contenham expressões ofensivas a qualquer pessoa.

V - redigidas de modo que não se saiba, pela simples leitura de seu texto, qual a providência pretendida;

VI - quando, em se tratando de emenda, não guardem direta relação com a proposição.

CAPÍTULO II

DAS ESPÉCIES DE PROPOSIÇÕES

Seção I

Das Emendas ao Regimento Interno

Art. 49. Este Regimento Interno somente poderá ser alterado ou reformado mediante Ato da Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Jaraguá do Sul.

Seção II

Dos Projetos de Lei

Art. 50. Os projetos de lei, em geral, são os meios pelos quais o Vereador Mirim exerce a sua função legislativa.

Art. 51. Os projetos de lei destinam-se a regular as matérias de competência do Município.

Art. 52. O Projeto que receber parecer contrário da maioria dos Vereadores Mirins que o apreciarem, será arquivado.

Seção III

Dos Requerimentos

Art. 53. Requerimento é todo pedido verbal ou escrito de Vereador Mirim ou de Comissão feito ao Presidente da Câmara Mirim, sobre assunto do expediente ou da ordem do dia.

Seção IV

Das Moções

Art. 54. Moção é proposição escrita fundamentada em que é sugerida a manifestação da Câmara Mirim sobre assunto de interesse público extremamente relevante a todo o Município, apelando, aplaudindo ou protestando.

Seção V

Das Indicações

Art. 55. Indicação é a proposição escrita, pela qual o Vereador Mirim sugere medidas de interesse público aos poderes e órgãos competentes.

Seção VI

Do Trâmite das Proposições

Art. 56. Aprovadas as proposições, serão elas submetidas à homologação do Presidente da Câmara de Vereadores e despachadas às autoridades competentes.

TÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 57. O recesso da Câmara Mirim acompanhará o período de férias escolares.

Art. 58. Todos os participantes autorizam a veiculação de nomes e imagens, sem limite de tempo, e sem incidência de qualquer ônus, e em quaisquer meios de comunicação, desde que sem finalidades comerciais.

Art. 59. As dúvidas quanto à interpretação deste Regimento Interno serão esclarecidas pela coordenação da Câmara Mirim.

Art. 60. Este Ato da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Resolução MD nº1/2016.

Sala das Sessões, 17 de abril de 2017.

PEDRO ANACLETO GARCIA

Presidente

Joaçaba

PREFEITURA

009/2017 PMJ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 009/2017/PMJ
PROVENIENTE DO PL 22/2017/PMJ-PP 16/2017/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA.

CONTRATADA: ONSSEG SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA

OBJETO: a prestação pela CONTRATADA de serviços de vigilância desarmada em 01 (um) posto de trabalho com carga horária de 12 (doze) horas ininterruptas, das 7h30min às 19h30min, em dias úteis de segunda a sexta feira, junto ao prédio sede da Prefeitura de Joaçaba, SC.

VALOR TOTAL CONTRATADO: Valor Total: R\$ 79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais), sendo: R\$ 6.600,00 (seis mil e seiscentos reais) mensais.

FISCAL DO CONTRATO: Suelen Ferreira França

DOTAÇÃO:

2.028 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

70 - 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta) meses

DATA DE ASSINATURA: 17/04/2017.

Joaçaba – SC, 17 de abril de 2017.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

Jorge Luiz Dresch

Secretario de Gestão Administrativa

EXTRATO PL 24/2017/PMJ - PP 18/2017/PMJ

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2017/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2017/PMJ

Objeto: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios destinados à manutenção da merenda escolar das creches e escolas municipais. Forma de Julgamento: Menor Preço por Item. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h do dia 08/05/2017. Processamento do Pregão: às 14h do dia 08/05/2017, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 17 de abril de 2017.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

MARILENA ZANOELLO DETONI - Secretária

HOMOLOG PL 22/2017 PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 22/2017/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2017/PMJ

O Secretario Municipal de Gestão Administrativa, Sr. Jorge Luiz Dresch, no uso de suas atribuições, resolve:

HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 22/2017/PMJ.

- Modalidade: Pregão Presencial 16/2017.

Objeto: a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de vigilância desarmada, a serem prestados junto ao prédio sede da Prefeitura de Joaçaba.

-Empresa Vencedora:

ONSEG SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA

VALOR R\$: 79.200,00, SENDO: R\$ 6.600,00 (seis mil e seiscentos reais) MENSAIS.

FISCAIS: SUELEN FERREIRA FRANÇA

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 17 de abril de 2017.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

Jorge Luiz Dresch

Secretario de Gestão Administrativa

PORTARIA N.º 932

PORTARIA Nº 932 DE 10 DE ABRIL DE 2017

“CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) RAFAELA CRISTINA CAETANO durante o período de 10 de abril de 2017 a 01 de julho de 2017, para exercer as funções de Auxiliar de Serviços Internos, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado em 18º lugar no edital n.º 014/2016 – Edital de teste seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar em vaga da Sra. Marilene R. da Espada em afastamento médico.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 10 de abril de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 933

PORTARIA Nº 933 DE 10 DE ABRIL DE 2017

"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) LUCAS JOSE BISSANI NOGUEIRA DA SILVA durante o período de 10 de abril de 2017 a 15 de dezembro de 2017, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado em 2º lugar no edital n.º 014/2016 – Edital de teste seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar em vaga da Sra. Gessica Casarin em afastamento médico e posterior licença maternidade.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 10 de abril de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 934

PORTARIA Nº 934 DE 10 DE ABRIL DE 2017

"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, resolve:

Art. 1º – PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO, até 01 de setembro de 2017, do(a) Servidor(a) Sr.(a) JOSE EVERALDO TIBES, MOTORISTA SOCORRISTA SAMU, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde – SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares n.º 97 de 18 de março de 2005 e n.º 119 de 26 de maio de 2006, em função da classificação no edital de Teste Seletivo n.º 01/2016/SMS, conforme memorando n.º 222/2017 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 01 de março de 2017, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 10 de abril de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 935

PORTARIA Nº 935 DE 13 DE ABRIL DE 2017

"CONSTITUI COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003,

RESOLVE ,

Art. 1º INSTAURAR "Sindicância", a contar da data de publicação deste ato, a fim de que se apure os fatos referentes ao acidente envolvendo o veículo trator FORD/New Holland, ano 1996, placa 4545 ocorrido no acesso principal do Distrito de Nova Petrópolis, possibilitando vislumbrar possível infração disciplinar para instauração de processo administrativo se for o caso, face a memorando da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Agricultura e parecer do controle interno.

2º DESIGNAR os servidores, HELLEN CHRISTIAN WIEST DABROWSKI, ANDRE LUIZ DRI e VALKIRIA SUZANA MARTINS TREVIZAN, para conduzirem a Comissão, sob a presidência do primeiro, a fim de dar cumprimento ao disposto no item anterior, em razão das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto n.º 4.259 de 04 de março de 2013, Lei n.º 4.298 de 14 de fevereiro de 2013 e Decreto n.º 4.917/2016.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 13 de abril de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 936

PORTARIA Nº 936 DE 13 DE ABRIL DE 2017

"CONSTITUI COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003,

RESOLVE ,

1º INSTAURAR "Processo Administrativo", no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação deste ato, a fim de que se apure indícios de descumprimento das obrigações contratuais por parte da empresa COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE, diante dos registros encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde, bem como, parecer jurídico, referente processo licitatório n.º 10/2016/FMS, pregão presencial n.º 06/2016/FMS.

Art. 2º - DESIGNAR os servidores, INES MARIA PICOLI, FRANCIANE ALICE RIZZI E DIANE CARINA MATANA, para conduzirem a Comissão, sob a presidência do primeiro, a fim de dar cumprimento ao disposto no item anterior, em razão das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto n.º 4.259 de 04 de março de 2013 e Lei n.º 4.298 de 14 de fevereiro de 2013.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido ao disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 13 de abril de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 937

PORTARIA Nº 937 DE 13 DE ABRIL DE 2017.

“CONSTITUI COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003,

RESOLVE ,

1º INSTAURAR “Processo Administrativo”, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação deste ato, a fim de que apure indícios de vícios que sujeitem a anulação dos atos relativos a transferência de imóvel entre mutuários não inscrito nas políticas habitacionais do município, por decisão recomendada pela comissão de sindicância instaurada pela portaria n.º 5.815/2016 acatada pelo Sr. Prefeito Municipal.

Art. 2º. DESIGNAR os servidores, TIAGO DUPONT GIUMBELLI, JULIO CESAR BISSANI e LUIZ FERNANDO VACCARI, para conduzirem a Comissão, sob a presidência do primeiro, a fim de dar cumprimento ao disposto no item anterior, em razão das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto n.º 4.259 de 04 de março de 2013 e Lei n.º 4.298 de 14 de fevereiro de 2013.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 13 de abril de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

RETIFICAÇÃO PP 17/2017/PMJ

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)
RETIFICAÇÃO LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 23/2017/PMJ
PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2017/PMJ

No aviso de licitação referente ao Processo Licitatório nº 23/2017/PMJ – Edital PP nº 17/2017/PMJ, publicado no DOM em 17/04/2017: cujo objeto é a “A aquisição de implementos agrícolas para atender a demanda da Secretaria de Desenvolvimento Social, setor de Agricultura, do Município de Joaçaba, SC, conforme itens arrolados no Anexo I deste Edital.”: ONDE SE LÊ: “A aquisição de implementos agrícolas para atender a demanda da Secretaria de Desenvolvimento Social, setor de Agricultura, do Município de Joaçaba, SC, conforme itens arrolados no Anexo I deste Edital”; LEIA-SE: “A aquisição de implementos agrícolas para atender a demanda da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Inovação, setor de Agricultura, do Município de Joaçaba, SC, conforme itens arrolados no Anexo I deste Edital”. As demais disposições permanecem inalteradas.

Joaçaba, 17 de abril de 2017.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Inovação.
MICHEL CARLESSO - Secretário

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA

PORTARIA JHL 192/2017

PORTARIA SIMAE JHL Nº - 192/2017 DE 18.04.2017

Paulo Cesar Lamin Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Suspender o Estágio Probatório do servidor Richard de Barros Nascimento por 89 (oitenta e nove) dias, com base no inciso IV, do § 5º do artigo 18 da Lei Complementar 76/2003, referente aos seguintes afastamentos: 05.04.2017 à 02.07.2017.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor a partir de 18 de abril de 2017, retroagindo seus efeitos ao período de 05.04.2017, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 18 de abril de 2017.
Paulo Cesar Lamin
Diretor Presidente

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PR JHL 0014/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 14/2017 - PR
	Processo Administrativo: 19/2017 Processo de Licitação: 19/2017 Data do Processo: 17/03/2017

Folha: 1/7

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Diretor Presidente, Paulo Cesar Lamin, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 19/2017
b) Licitação Nr.: 14/2017-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 18/04/2017
e) Data da Adjudicação: Sequência: 0
f) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS DE LABORATÓRIO E REAGENTES PARA A ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA DO SIMAE.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

(em Reais R\$)

Paulo Cesar Lamin - Diretor Presidente

<p>ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO</p> <p>CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC</p>	<p>PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 14/2017 - PR</p> <p>Processo Administrativo: 19/2017 Processo de Licitação: 19/2017 Data do Processo: 17/03/2017</p>
	Folha: 2/7

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

HEXIS CIENTIFICA S/A (6312)

- | | |
|--|---|
| <p>1 ANALISADOR DE CLORO RESIDUAL PORTÁTIL: Equipamento portátil com capacidade para análise cloro residual livre e total em amostras de água na faixa de medição de 0,02 a 4,00 mg/L utilizando o princípio colorimétrico.
 O equipamento deverá apresentar as seguintes características:
 1. Possuir no mínimo uma curva de calibração interna pré-inserida segundo o método DPD, aprovado pela USEPA, com faixa de leitura de 0,02 a 2,00 mg/L, além de possibilitar a inserção de curva de calibração pelo usuário com entre 3 e 5 pontos, de acordo com a necessidade.
 2. O equipamento deve possibilitar o uso de cubetas de 25mm de diâmetro;
 3. O procedimento de análise do equipamento deverá considerar a utilização de 10mL de amostras;
 2. Apresentar resistência à água, com grau de proteção IP67, ou seja, permanecer imerso por no mínimo 30min a 1m de profundidade sem ser afetado. Além disso, o equipamento deve flutuar em caso de queda acidental na água;
 3. Funcionamento a pilha com carga para no mínimo 1000 ensaios;
 4. Função de desligamento automático para economia de bateria;
 5. Memória para armazenamento de leituras;
 6. Deverão ser respeitadas as seguintes especificações técnicas:
 a) Faixa de absorção: 0 a 2,5 Abs;
 b) Precisão: +/- 0,02 mg/L, sem necessidade de pareamento de cubetas.
 c) Fonte de Luz: Diodo Emissor de Luz (LED) com emissão de comprimento de onda fixo em 528nm +/- 3 nm;
 d) Detector de Luz: Fotocélula de Silício;
 e) Faixa de operação: 0 a 50°C com umidade relativa do ar de até 90%;
 f) Visor: em LCD;
 g) Resolução: 0,01 mg/L
 7. Juntamente com o aparelho, deverão ser fornecidos:
 a) Duas cubetas de vidro, compatíveis com o equipamento e o método de análise do mesmo e que possuem homogeneidade do vidro que não demande pareamento das cubetas.
 b) Reagentes para realização de no mínimo 100 análises;
 c) Jogo de pilhas necessárias ao funcionamento do equipamento;
 d) Manual de Instruções;
 e) Maleta para transporte.
 8. O equipamento deverá apresentar ainda:
 a) Garantia de 02 anos;
 b) Assistência técnica e assessoria permanente. - Marca:</p> | <p>UN 1,00 0,0000 2.900,00 2.900,00</p> |
|--|---|
- HACK

Paulo Cesar Lamin - Diretor Presidente

<p>ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO</p> <p>CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC</p>	<p>PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 14/2017 - PR</p> <p>Processo Administrativo: 19/2017 Processo de Licitação: 19/2017 Data do Processo: 17/03/2017</p>
	Folha: 3/7

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

HEXIS CIENTIFICA S/A (6312)

<p>2 ANALISADOR DE FLUORETO PORTÁTIL: Equipamento portátil para análise de íons fluoreto em amostras de água na faixa de medição de 0,1 a 2,0 mg/L utilizando o princípio colorimétrico. O equipamento deverá apresentar as seguintes características:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Possuir curva de calibração interna pré-inserida segundo o método SPADNS, aprovado pela USEPA, além de possibilitar a inserção de curva de calibração pelo usuário; 2. O equipamento deve possibilitar o uso de cubetas de 25mm de diâmetro; 3. O procedimento de análise do equipamento deverá considerar a utilização de 10mL de amostras; 2. Apresentar resistência à água, com grau de proteção IP67, ou seja, permanecer imerso por no mínimo 30min a 1m de profundidade sem ser afetado. Além disso, o equipamento deve flutuar em caso de queda acidental na água; 3. Funcionamento a pilha com carga para no mínimo 1000 ensaios; 4. Função de desligamento automático para economia de bateria; 5. Memória para armazenamento de leituras; 6. Função de aviso de bateria fraca; 7. Deverão ser respeitadas as seguintes especificações técnicas: <ol style="list-style-type: none"> a) Faixa de absorção: 0 a 2,5 Abs; b) Precisão: +/- 0,02 mg/L, sem necessidade de pareamento de cubetas. c) Fonte de Luz: Diodo Emissor de Luz (LED) com emissão de comprimento de onda fixo em 580nm +/- 3 nm; d) Detector de Luz: Fotocélula de Silício; e) Faixa de operação: 0 a 50°C com variação de 0 a 90% de umidade relativa. f) Visor: em LCD; g) Resolução: 0,01 mg/L. 8. Juntamente com o aparelho, deverão ser fornecidos: <ol style="list-style-type: none"> a) Duas cubetas de vidro, compatíveis com o equipamento e o método de análise do mesmo e que possuem homogeneidade do vidro que não demande pareamento das cubetas. b) Reagentes para realização de no mínimo 100 análises; c) Jogo de pilhas necessárias ao funcionamento do equipamento; d) Manual de Instruções; e) Maleta para transporte. 9. O equipamento deverá apresentar ainda: <ol style="list-style-type: none"> a) Garantia de 02 anos; b) Assistência técnica e assessoria permanente. - Marca: HACK 	UN	1,00	0,0000	4.350,00	4.350,00
<p>16 Cubeta quadrada para uso em espectrofotômetro Hach com capacidade para 10mL. Caixa com 2 unidades (Cat. 24954-02). - Marca: HACK</p>	UN	2,00	0,0000	1.243,48	2.486,96
<p>17 Cubeta quadrada, com tampa de 1 (uma) polegada, em poliestireno para uso em espectrofotômetro Hach com capacidade para 25mL, Caixa com 12 unidades (Cat. 24102-12). - Marca: HACK</p>	UN	1,00	0,0000	813,88	813,88
<p>20 SOLUÇÃO PADRÃO DE FLUORETO DE 1,0 MG/L COM CERTIFICADO DE RASTREABILIDADE NIST. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 24 MESES. FRASCO COM 500ML. - Marca: HACK</p>	UN	2,00	0,0000	210,61	421,22
<p>22 Reagente em pó não compactado para análise de cloro total pelo método DPD, pronto para o uso, faixa de trabalho de 0,02 a 2 mg/L, para 10 mL de amostra, para uso em equipamentos da marca Hach sem a necessidade de inclusão de nova curva ou uso de acessórios, embalados individualmente em sachês de alumínio flexível lacrado que permitem a abertura total com as mãos para completa dispensação do reagente, com prazo de validade de 48 meses, em pacote lacrado com 100 unidades. Deve ser informado em cada sachê o lote e a validade do reagente. Deve ser apresentado certificado de análise química e rastreabilidade do reagente no ato da proposta. - Marca: HACK</p>	UN	1,00	0,0000	40,00	40,00

Paulo Cesar Lamin - Diretor Presidente

<p>ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO</p> <p>CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC</p>	<p>PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 14/2017 - PR</p> <p>Processo Administrativo: 19/2017 Processo de Licitação: 19/2017 Data do Processo: 17/03/2017</p>
	Folha: 4/7

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

HEXIS CIENTIFICA S/A (6312)

<p>24 Reagente líquido para análise de fluoreto pelo método SPADNS, estabilizado, livre de arsênio para descarte comum, faixa de trabalho de 0,02 a 2,00 mg/L, para 10 mL de amostra, para uso em equipamentos da marca Hach sem a necessidade de inclusão de nova curva ou uso de acessórios. Pode analisar amostras com até 5 mg/L de cloro sem nenhuma interferência. Solução em frasco leitoso de 500 mL, suficiente para realizar 125 testes, com validade de 48 meses. Deve ser apresentado certificado de análise química comprovando a ausência de arsênio e rastreabilidade do reagente no ato da proposta. - Marca: HACK</p>	UN	50,00	0,0000	240,00	12.000,00
<p>25 Reagente líquido de tiocianato de mercúrio, para análise de cloretos, pronto para o uso na faixa de 0,1 a 25,0 mg/L, para 10 mL de amostra, para uso em equipamentos da marca Hach sem a necessidade de inclusão de nova curva ou uso de acessórios, em frasco âmbar de 200 mL, com prazo de validade de 10 meses. Deve ser apresentado certificado de análise química e rastreabilidade do reagente no ato da proposta. - Marca: HACK</p>	UN	10,00	0,0000	502,06	5.020,60
<p>26 Reagente líquido ion férrico, pronto para o uso na faixa de 0,1 a 25,0 mg/L, para 10 mL de amostra, para uso em equipamentos da marca Hach sem a necessidade de inclusão de nova curva ou uso de acessórios, em frasco âmbar de 100 mL, com prazo de validade de 10 meses. Deve ser apresentado certificado de análise química e rastreabilidade do reagente no ato da proposta. - Marca: HACK</p>	UN	10,00	0,0000	226,98	2.269,80
<p>28 Conjunto de reagentes para análise de alumínio, composto por dois reagentes em sachês de alumínio flexível lacrado, que permitem a abertura total com as mãos para completa dispensação do reagente, pacotes com 100 unidades cada, e um reagente em frasco leitoso conta gotas de 25 mL, prontos para o uso, na faixa de 0,002 a 0,250 mg/L, para ser usado em equipamentos da marca Hach sem a necessidade de inclusão de nova curva ou uso de acessórios, validade de 48 meses. Deve ser informado nos sachês e no frasco o lote e a validade do reagente. Deve ser apresentado certificado de análise química e rastreabilidade do reagente no ato da proposta. - Marca: HACK</p>	UN	5,00	0,0000	1.211,16	6.055,80
<p>32 Conjunto de reagentes para análise de nitrogênio amônia, em cubetas prontas para o uso, na faixa de 2 a 47 mg/L, para uso em equipamentos da marca Hach sem a necessidade de inclusão de nova curva ou uso de acessórios. As cubetas vem com código de barras para reconhecimento automático do método de análise, não necessitando de branco em nenhuma etapa da análise, caixa com 25 unidades com validade de 18 meses. - Marca: HACK</p>	UN	2,00	0,0000	500,00	1.000,00
<p>33 Conjunto de reagentes para análise de cloro livre pelo método DPD, para ser usado em equipamento Hach de processo (on-line), composto de dois frascos leitosos de 473 mL cada, sendo um de solução indicadora e o outro a solução "buffer" e um frasco âmbar de 24g, sendo este a solução indicadora DPD, todos com validade mínima de 48 meses de todos os reagentes. Deve ser informado nos frasco o lote e a validade do reagente. Deve ser apresentado certificado de análise química e rastreabilidade do reagente no ato da proposta. - Marca: HACK</p>	UN	5,00	0,0000	485,43	2.427,15
<p>34 Reagentes para análise de fluoreto para ser usado especificamente em equipamento Hach de processo (on-line), do tipo Tissab, em franco leitoso de 473mL com validade mínima de 9 meses, devendo ser informado no frasco o lote e a validade do reagente. Devido à validade curta dos reagentes os mesmos deverão ser entregues em 2 etapas sendo metade após o processo licitatório e metade 6 meses após o mesmo. Deve ser apresentado certificado de análise química e rastreabilidade do reagente no ato da proposta. - Marca: HACK</p>	UN	10,00	0,0000	311,00	3.110,00

Paulo Cesar Lamin - Diretor Presidente

<p>ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO</p> <p>CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC</p>	<p>PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 14/2017 - PR</p> <p>Processo Administrativo: 19/2017 Processo de Licitação: 19/2017 Data do Processo: 17/03/2017</p>
	Folha: 5/7

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

HEXIS CIENTIFICA S/A (6312)

35	Reagentes para análise de fluoreto para ser usado especificamente em equipamento Hach de processo (on-line), do tipo padrão de 0,5 mg/L em franco leitoso de 473mL com validade mínima de 48 meses, devendo ser informado no frasco o lote e a validade do reagente. Deve ser apresentado certificado de análise química e rastreabilidade do reagente no ato da proposta. - Marca: HACK	UN	5,00	0,0000	215,00	1.075,00
36	Reagentes para análise de fluoreto para ser usado especificamente em equipamento Hach de processo (on-line), do tipo padrão de 5,0 mg/L em franco leitoso de 473mL com validade mínima de 48 meses, devendo ser informado no frasco o lote e a validade do reagente. Deve ser apresentado certificado de análise química e rastreabilidade do reagente no ato da proposta. - Marca: HACK	UN	5,00	0,0000	226,00	1.130,00
37	Solução de preenchimento para eletrodo medição de fluoreto de equipamento Hach de processo (on-line), modelo CA610. Frasco com 50mL. Ref. 44501.26 - Marca: HACK	UN	1,00	0,0000	133,00	133,00
38	Solução de hidróxido de sódio 25%. Frasco com 1000mL. - Marca: TECLAB	UN	10,00	0,0000	14,92	149,20
39	HIDROXIDO DE SODIO LENTILHAS P.A. FRASCO COM 250G - Marca: SUNTH	FR	1,00	0,0000	30,78	30,78
46	Solução cloreto de potássio 3M. Frasco com 1000mL. - Marca: TECLAB	UN	1,00	0,0000	19,64	19,64
51	CORPO DE ELETRODO, ISE, PARA ANALISADOR DE FLUOR MARCA HACH, MODELO CA610. REF. 55277-00. - Marca: HACK	UN	1,00	0,0000	2.029,00	2.029,00
Total do Fornecedor:						47.462,03

IDEXX BRASIL LABORATORIOS LTDA. (8517)

29	FLACONETES CONTENDO MEIO DE CULTURA ESTERIL E PRONTO PARA USO, PARA ANALISE E DETECÇÃO SIMULTANEA DE COLIFORMES E ESCHERICHIA COLI ATRAVES DE SUBSTRATO CROMOGENICO ONPG-MUG PARA AMOSTRAS DE 100ML, COM RESULTADOS EXPRESSOS EM NO MAXIMO 24 HORAS, SEM A NECESSIDADE DE ADICAO DE OUTROS REAGENTES. O METODO DE DETECÇÃO DE E. COLI DEVERA SER POR FLUORESCENCIA SOB LUZ ULTRAVIOLETA, PODENDO SER UTILIZADO TANTO PARA TESTES DE PRESENÇA E AUSENCIA COMO DE QUANTIFICAÇÃO. O METODO RECOMENDADO PELO FABRICANTE DO MEIO DE CULTURA DEVERA SER APROVADO PELA EPA. O PRODUTO DEVERA APRESENTAR VALIDADE DE 12 MESES, SENDO QUE NO ATO DA ENTREGA DEVERA POSSUIR CONDIÇÕES DE USO DE NO MINIMO 9 MESES. A ENTREGA DEVERA SER REALIZADA EM DUAS ETAPAS PARA GARANTIR O SEU USO AO LONGO DO ANO. - Marca: IDEXX	FR	2.000,00	0,0000	2,59	5.180,00
Total do Fornecedor:						5.180,00

PRO ANALISE QUIMICA E DIAGNOSTICA LTDA (8319)

11	BALÃO VOLUMÉTRICO CLASSE "A", COM CAPACIDADE PARA 1000ML, COM CERTIFICADO DE CONFORMIDADE VOLUMÉTRICO, CONFECCIONADO EM VIDRO BOROSSILICATO CONTENDO BOCA ESMERILHADA E TAMPA EM POLIPROPILENO. - Marca: BRAND	UN	3,00	0,0000	210,00	630,00
----	--	----	------	--------	--------	--------

Paulo Cesar Lamin - Diretor Presidente

<p>ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO</p> <p>CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC</p>	<p>PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 14/2017 - PR</p> <p>Processo Administrativo: 19/2017 Processo de Licitação: 19/2017 Data do Processo: 17/03/2017</p>
	Folha: 6/7

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

PRO ANALISE QUIMICA E DIAGNOSTICA LTDA (8319)

12 BALÃO VOLUMÉTRICO CLASSE "A", COM CAPACIDADE PARA 500ML, COM CERTIFICADO DE CONFORMIDADE, CONFECCIONADO EM VIDRO BOROSSILICATO CONTENDO BOCA ESMERILHADA E TAMPA EM POLIPROPILENO. - Marca: BRAND	PÇ	3,00	0,0000	134,00	402,00
31 Meios de Cultura para detecção simultânea de Coliformes Totais e E. coli, contendo o substrato cromogênico 5-bromo-4-chloro-3-indolyl-β-D-galactopyranoside (X-Gal) para detecção de Coliformes Totais com a mudança de cor para azul esverdeada e o substrato Fluorogênico 4-metil-umbelliferyl-β-D-glucuronide (MUG) com formação de fluorescência quando exposto a luz ultravioleta num comprimento de onda de 366 nm. Embalagem com 500g na forma granulada para preparo de solução na proporção máxima de 17g de produto por litro de solução. - Marca: MERCK	UN	4,00	0,0000	2.750,00	11.000,00
Total do Fornecedor:					12.032,00

VWR PRODUTOS E SOLUCOES PARA LABORATORIOS LTDA. (8265)

19 Frasco para amostra microbiológica com capacidade de 100 a 120mL, estéril, com lacre antes e depois de aberto. O frasco deverá conter pastilhas de tiosulfato de sódio em seu interior, ser confeccionado em polipropileno (PP) puro e estéril. Deverá possuir trava na tampa para assegurar o não comprometimento da esterilidade do frasco. Possuir uma marca de identificação de 100mL +/- 2,5%. Deverá ser fornecido com etiqueta para identificação da amostra e atender as exigências da EPA, devendo ainda ser entregue junto com os frascos o certificado de esterilidade dos mesmos por lote, devendo o produto ser entregue na caixa original do fabricante. - Marca: VWR	UN	2.500,00	0,0000	1,90	4.750,00
23 Reagente em pó não compactado para análise de cloro livre pelo método DPD, pronto para o uso, faixa de trabalho de 0,02 a 2 mg/L, para 10 mL de amostra, para uso em equipamentos da marca Hach sem a necessidade de inclusão de nova curva ou uso de acessórios, embalados individualmente em sachês de alumínio flexível lacrado que permitem a abertura total com as mãos para completa dispensação do reagente, com prazo de validade de 48 meses, em frasco leitoso com 1000 unidades. Deve ser informado em cada sachê o lote e a validade do reagente. Pode ser usado em análise de dióxido de cloro na faixa de 0,04 a 5,00 mg/L. Deve ser apresentado certificado de análise química e rastreabilidade do reagente no ato da proposta. - Marca: VWR	UN	10,00	0,0000	1.100,00	11.000,00
27 Reagente em pó não compactado para análise de ferro, pronto para o uso, faixa de trabalho de 0,02 a 3,0 mg/L, para 10 mL de amostra, para uso em equipamentos da marca Hach sem a necessidade de inclusão de nova curva ou uso de acessórios, embalados individualmente em sachês de alumínio flexível lacrado que permitem a abertura total com as mãos para completa dispensação do reagente, com prazo de validade de 48 meses, em embalagem com 100 unidades. Deve ser informado em cada sachê o lote e a validade do reagente. Deve ser apresentado certificado de análise química e rastreabilidade do reagente no ato da proposta. - Marca: VWR	UN	13,00	0,0000	82,00	1.066,00
47 Solução tampão de pH 4 com certificado de rastreabilidade NIST, devendo ser informado no frasco o lote, a validade e incerteza. Deverá ser apresentado certificado de rastreabilidade do produto no ato da proposta. Frasco com 500mL. - Marca: VWR	UN	2,00	0,0000	27,00	54,00

Paulo Cesar Lamin - Diretor Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA
SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTOCNPJ: 84.591.890/0001-43
Rua Tiradentes, 123
C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC**PREGÃO PRESENCIAL**

Nr.: 14/2017 - PR

Processo Administrativo: 19/2017
Processo de Licitação: 19/2017
Data do Processo: 17/03/2017

Folha: 7/7

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**VWR PRODUTOS E SOLUCOES PARA LABORATORIOS LTDA. (8265)**

48	Solução tampão de pH 7 com certificado de rastreabilidade NIST, devendo ser informado no frasco o lote, a validade e incerteza. Deverá ser apresentado certificado de rastreabilidade do produto no ato da proposta. Frasco com 500mL. - Marca: VWR	UN	2,00	0,0000	31,00	62,00
49	Solução tampão de pH 10 com certificado de rastreabilidade NIST, devendo ser informado no frasco o lote, a validade e incerteza. Deverá ser apresentado certificado de rastreabilidade do produto no ato da proposta. Frasco com 500mL. - Marca: VWR	UN	2,00	0,0000	30,50	61,00

Total do Fornecedor: 16.993,00

Total Geral: 81.667,03

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.061.3.3.90.00.00.00.00 (13), 2.061.4.4.90.00.00.00.00 (15)

Paulo Cesar Lamin - Diretor Presidente

José Boiteux

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO 22/2017 EQUIPE PARA FORMAÇÃO DE GRUPOS DE DANÇA

MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX – SC

PROCESSO LICITATÓRIO 22/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2017

O Prefeito Municipal de José Boiteux – SC, de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, e suas alterações e demais legislações aplicáveis, torna se público aos interessados, que fará realizar Processo Licitatório modalidade Pregão Presencial, no dia 05/05/2017, às 09:00 horas, tendo como local, a Prefeitura Municipal de José Boiteux, sito a AV 26 de Abril, nº 655, REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE EQUIPE PARA FORMAÇÃO DE GRUPOS DE DANÇA NAS MODALIDADES BALLET CLÁSSICO, DANÇA DE RUA E DANÇA CRIATIVA (MELHOR IDADE) MAIORES INFORMAÇÕES NO EDITAL. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital e demais informações diariamente, das 07:30 às 16:30 horas no Departamento de Licitações da Prefeitura, no endereço acima ou pelo fone/fax (47) 3352-7111.

José Boiteux/SC, em 18 de Abril de 2017.

JONAS PUDEWELL

Prefeito Municipal

Lacerdópolis

PREFEITURA

LEI Nº 2.088/2017

Lei Municipal Nº 2.088 de 13 de abril de 2017.

Dispõe sobre a Comissão Municipal de Trânsito de Lacerdópolis e outras providências.

Eu, SERGIO LUIZ CALEGARI, Prefeito de Lacerdópolis, Estado de Santa Catarina, informo a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores aprovou, e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - A Comissão Municipal de Trânsito de Lacerdópolis, órgão colegiado de assessoramento à Administração Pública Municipal, têm por finalidades básicas:

I - sugerir modificações que venham beneficiar o sistema viário municipal;

II - zelar pelo Sistema Municipal de Trânsito e pela observância da legislação específica;

III - opinar sobre consultas e questões formuladas por autoridades particulares, relativas às normas de Trânsito Municipal;

IV - colaborar nas articulações das atividades das repartições públicas e empresas de Serviços Públicos e particulares, em benefício da regularidade do trânsito;

V - estudar e propor medidas administrativas, técnicas e legislativas, que as relacionem com a exploração dos serviços transportes terrestres e segurança do trânsito municipal em geral;

VI - sugerir campanhas educativas de trânsito;

VII - apreciar e resolver casos que lhe forem encaminhados, fundamentando as decisões.

Art. 2º - A Comissão Municipal de Trânsito de Lacerdópolis será composta por 07 (sete) membros, tendo como representantes os seguintes:

I - Um da Polícia Militar;

II - Um da Polícia Civil;

III - Um do Corpo de Bombeiros;

IV - Um da Câmara de Dirigentes Lojistas - CDL do Município de Lacerdópolis;

V - Vice-prefeito;

VI - Juiz de Paz do Município de Lacerdópolis;

VII - Secretário de Obras e Infraestrutura do Município de Lacerdópolis.

§1º A critério exclusivo do prefeito, poderá ser nomeado um vereador para compor a comissão referida no caput deste artigo, hipótese em que será feita a substituição de um dos membros indicados nos incisos I ao VII.

§2º A indicação dos representantes será promovida pela respectiva entidade, sendo que a nomeação da comissão será realizada pelo Chefe do Executivo, através de decreto.

§3º O mandato do membro da Comissão de Trânsito será pelo período de 02 (dois) anos.

§4º Na primeira reunião, que será após a nomeação, será realizada eleição para escolha do presidente, vice-presidente e secretário.

Art. 3º - O mandato do membro da Comissão Municipal de Trânsito será gratuito e constituirá serviço público relevante interesse social.

Art. 4º - Fica revogada a Lei n. 707 de 03 de maio de 1989.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Lacerdópolis/SC, 13 de abril de 2017.

SÉRGIO LUIZ CALEGARI

Prefeito

PROCEDDO LICITATÓRIO 07/2017

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 07/2017

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2017

DATA DE EMISSÃO: 18/04/2017

OBJETO: contratação de empresa encarregada do fornecimento de profissionais da área de arbitragem para jogos do Campeonato Municipal de Futsal de Lacerdópolis/SC para o ano de 2017.

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os envelopes de Propostas e Documentos deverão, obrigatoriamente, ser protocolados no Setor de Protocolo até às 09h00min horas do dia 03/05/2017, para abertura da Seção às 09h00min do mesmo dia.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

TIPO: menor preço.

Informações poderão ser obtidas pelo telefone (49) 3552-0188, no horário comercial, e-mail: licitacao@lacerdopolis.sc.gov.br ou junto a Comissão de Licitações, na Prefeitura Municipal de Lacerdópolis, sito à Rua 31 de Março, n. 1050, na cidade de Lacerdópolis/SC.

Lacerdópolis, 18 de abril de 2017.

DELCIMERI SCAPINI BRANDINI

Comissão de Licitações

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 0/2017

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2017

DATA DE EMISSÃO: 18/04/2017

O MUNICIPIO DE LACERDOPOLIS, Estado de Santa Catarina, com supedâneo na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 c/c Decreto Municipal nº 024/2011 e na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, tornam público a realização de Processo de Licitação, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, tipo MENOR PREÇO do objeto relacionados no tópico 02 deste Edital.

As propostas deverão obedecer às especificações contidas neste Edital e serão recepcionados pela Comissão de Licitações, na sede da Prefeitura Municipal de Lacerdópolis, com endereço na Rua 31 de Março n. 1050, centro, no Município de Lacerdópolis, até às 09h00min de 03 de maio de 2017.

01 – IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

1.1 – Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital aquele que não o fizer até 2 (dois) dias úteis antes da data designada para a realização do Pregão, apontando de forma clara e objetiva as falhas e/ou irregularidades que entende viciarem o mesmo.

1.2 – Caberá o pregoeiro decidir, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sobre a impugnação interposta.

1.3 – Se procedente e acolhida a impugnação do Edital, seus vícios serão sanados e nova data será designada para a realização do certame.

02 - OBJETO

2.1 – Contratação de empresa encarregada do fornecimento de profissionais da área de arbitragem para jogos do Campeonato Municipal de Futsal de Lacerdópolis/SC para o ano de 2017.

Quantidade	Descrição	Valor máximo por partida	Valor total máximo
78 partidas	Arbitragem para jogos do Campeonato Municipal de Futsal de Lacerdópolis/SC.	R\$ 141,66	R\$ 11.049,48

2.2 – Serão necessários dois árbitros para cada partida de futsal.

2.3 – Serão realizadas aproximadamente 78 (setenta e oito) partidas no total, sendo que se houver desistência de alguma equipe e o jogo por ventura não aconteça, terá que ser deduzido o valor correspondente.

2.4 - O objeto deste Edital, serão adquiridos em quantidades que variam até o limite previsto nesta Licitação, conforme a demanda, não constituindo obrigação do Município a aquisição de toda a quantidade a ser contratada.

2.5 – No valor contratado está incluso o valor do deslocamento dos árbitros.

03 - DOTAÇÃO

A despesa decorrente da aquisição objeto do presente certame correrá a conta de dotação específica do orçamento do exercício e terá a seguinte classificação orçamentária:

ORGÃO: 06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES

UNIDADE: 03 SERVIÇOS DO ENSINO FUNDAMENTAL

PROJ/ATIV.: 12.361.1007.2.024 - TRANSPORTES DE ALUNO 1º GRAU

Compl.elem. 3390.39.69.00.00 Seguros em geral

Recurso: 0000-Recursos Ordinários 04– CRITÉRIOS DE PAGAMENTO E REAJUSTE

4.1 - Os pagamentos serão realizados em 04 (quatro) parcelas iguais e sucessivas, sendo uma no ato da celebração do contrato, e as demais a cada trinta dias.

4.2 - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

4.3 – Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

4.4 - O valor proposto não será reajustado, salvo na hipótese de aplicação de ocorrência que justifique a aplicação da alínea “d” do inciso II do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

4.5 - A proposta terá vigência mínima de 60 (sessenta) dias contados da abertura do Pregão.

4.6 – Não serão pagos valores antecipadamente.

05 - VALOR ESTIMADO DO OBJETO

De acordo com o artigo 3º, III da Lei 10.520/2002 e orçamentos, o valor estimado de cada item, não poderá ultrapassar os limites individualmente constantes no tópico 02 deste Edital (OBJETO).

06 - EQUIPE DE APOIO E PREGOEIRO

6.1 - Compõem a equipe de apoio os servidores membros da Comissão Permanente de Licitações.

6.2 - Compete a equipe de apoio auxiliar o pregoeiro nas atividades na sessão e atos do Pregão.

6.3 - O pregoeiro designado é a servidora Delcimeri Scapini Brandini, a qual compete as seguintes atribuições:

- a) Presidir o pregão, recebendo as propostas e lances;
- b) Analisar e decidir fundamentadamente sobre aceitação ou não da proposta;
- c) Receber lances, dos classificados na forma do art. 4º VIII e IX da Lei n. 10.520/2002.
- d) Decidir sobre a ordem de classificação;
- e) Analisar e decidir sobre a habilitação do classificado em primeiro lugar;
- f) Receber as intenções de recursos e encaminhá-los à autoridade competente para julgamento.
- g) Promover a adjudicação do objeto do pregão;
- h) Submeter à autoridade competente o resultado final, para homologação do pregão;

07 - CREDENCIAMENTO

7.1 - Os documentos do credenciamento deverão vir fora dos envelopes de proposta de preços e documentação. Caso o proponente não queira dar lances não precisará se credenciar, contudo deverá entregar os documentos indicados nos tópicos 7.2 e 7.3.

7.2 – Os documentos exigidos para credenciamento da empresa são:

- a) Para o proponente credenciar representante, deverá apresentar procuração, podendo utilizar o ANEXO I como modelo ou documento equivalente; e
- b) Ato constitutivo da empresa: Registro Comercial, no caso de empresa individual; Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de Sociedades Comerciais, e, no caso de sociedades por ações acompanhadas de documentos de eleição de seus administradores; ou Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhadas de prova de diretoria em exercício.

7.3 – Declaração de cumprimento pleno dos requisitos de habilitação, conforme modelo (ANEXO II).

7.4 - As MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE que quiserem usufruir dos benefícios da Lei Complementar n. 123 de 14 de dezembro de 2006, deverão apresentar no credenciamento a comprovação da qualidade de empresa de pequeno porte, microempresa ou micro empreendedor individual dar-se-á pela apresentação da Certidão da Junta Comercial e, quando for o caso a Certidão do Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou outro na forma da lei, emitida em até 90 dias da data da entrega dos envelopes.

7.5 - Os documentos de credenciamento de que tratam os tópicos 7.2, 7.3 e 7.4, deverão vir fora dos envelopes de documentação e proposta e ficarão retidos nos autos.

7.6 - Os documentos devem ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação por servidor público do setor.

08 - PROPOSTA E CONDIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO

8.1 - Os envelopes número 01 (um) contendo a cotação e os envelopes número 02 (dois) contendo os documentos de habilitação serão recepcionadas pela Comissão de Licitações até as 09:00 horas do dia 03/05/2017, na sede da Prefeitura Municipal, com endereço na Rua 31 de Março n. 1050, centro, no município de Lacerdópolis/SC.

8.2 - A proposta envelope 01 (um) deverá ser apresentada em envelope fechado, o qual conterá a cotação do licitante via impressa e assinada, com valor unitário, marca e valor global da proposta, e via CD/Pen Drive da AutoCotação da empresa Betha o qual será fornecido ao licitante mediante solicitação.

8.3 - A proposta deverá ser entregue em envelope fechado, contendo a seguinte indicação:

RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE
MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS/SC
PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2017
ENVELOPE Nº 01 - "PROPOSTA DE PREÇOS"

8.4 - A proposta necessariamente deverá preencher os seguintes requisitos:

- a) ser impressa, sob pena de desclassificação, contendo todas as condições ali descritas, com prazo de validade mínimo de 60 (sessenta) dias, contendo especificação detalhada dos materiais cotados, segundo as exigências mínimas apresentadas no deste Edital. Não serão permitidas alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas.
- b) conter o nome do proponente, endereço, identificação (individual ou social), o nº do CNPJ e da Inscrição Estadual ou Municipal;
- c) suas folhas devem estar assinadas e rubricadas pelo seu representante legal;
- d) conter declaração de que os preços apresentados compreendem todas as despesas incidentes sobre o objeto licitado, tais como impostos, taxas, encargos sociais e trabalhistas, fretes e seguros;
- e) conter discriminados em moeda corrente nacional os preços unitários, por item, limitados a 02 (duas) casas decimais para os centavos;
- f) Poderão participar do presente processo licitatório, quaisquer pessoas jurídicas que atendam as condições desde Edital e tenham como

objeto social a prestação de serviços de arbitragem para campeonato municipal de futsal.

8.5 - Anexar à proposta, os dados bancários: nome do banco, nº da conta corrente, indicando a agência bancária para recebimento dos créditos.

8.6 - Anexar à proposta os dados do representante legal da empresa (aquele que assina a proposta): nome completo, nacionalidade, estado civil, cargo ou função, número de identidade e número do CPF/MF.

8.7 – Serão desclassificadas as propostas que conterem vícios insanáveis e propostas que apresentem desconformidades com quaisquer outras exigências do ato convocatório, desde que insanáveis.

8.8 - Não poderão participar, direta ou indiretamente, desta licitação:

- a) empresa atingida pela decretação de falência ou que teve instaurado processo de insolvência civil;
- b) empresas que, por qualquer motivo, tenham sido suspensas de licitar pelo Município de Lacerdópolis ou que tenham sido declaradas inidôneas pelo Município de Lacerdópolis ou por qualquer outro Órgão da Administração Direta e Indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios;
- c) Vedada a participação direta ou indireta das pessoas arroladas nos incisos I, II e III do artigo 9º da Lei 8.666/93, conforme Decisão nº 603/97 TCU, bem como as impedidas pela Lei Orgânica do Município de Lacerdópolis.

09 – HABILITAÇÃO

9.1 - Toda a documentação de habilitação deverá ser entregue em envelope fechado, contendo a seguinte indicação:

RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE
MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS/SC
PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2017
ENVELOPE N.º 02 - "DOCUMENTAÇÃO"

9.2 - Para habilitação das empresas, será exigida a entrega dos seguintes documentos:

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual.
- b) Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades Comerciais, e, no caso de sociedades por ações acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.
- c) Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhadas de prova de diretoria em exercício.
- d) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, (CNPJ).
- e) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- f) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede do licitante;
- g) Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante;
- h) Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS – CRF);
- i) Prova de Regularidade com a Previdência Social (Certidão Negativa de Débito – CND emitida pelo INSS);
- j) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (Certidão Negativa de Débitos Trabalhista – CNDT);
- k) Declaração de que a empresa licitante cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7 da Constituição Federal ("proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos"), conforme ANEXO III.
- l) Certidão de Distribuição de Pedidos de Falência, Concordatas, Recuperações Judiciais e Extrajudiciais;
- m) Declaração/print comprovando que a empresa licitante não está inscrita no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), disponível em <http://www.portaldatransparencia.gov.br/cnep>.

9.3 - As MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE devidamente identificadas no credenciamento, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, inclusive quanto à comprovação da qualidade de empresa de pequeno porte ou microempresa. A eventual restrição poderá ser sanada após o julgamento das propostas de preços, como condição para a assinatura do contrato, na forma da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações.

9.3.1 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, a microempresa ou empresa de pequeno porte poderá requerer a suspensão da sessão pelo prazo de 02 (dois) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério da Administração, para regularização dos documentos relativos à regularidade fiscal.

9.3.2 - A não-regularização da documentação, no prazo previsto no tópico anterior, implicará em decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

9.4 - Os documentos de habilitação deverão estar válidos na data da sessão de abertura de envelopes, apresentados em original ou cópia autenticada em cartório competente ou publicação em órgão de Imprensa Oficial, ou, ainda, cópias com apresentação do original, que venham a ser autenticadas durante a sessão de abertura dos mesmos pelo pregoeiro ou membros da equipe de apoio, (os originais poderão estar dentro ou fora do envelope) ou, também, cópias obtidas na internet, desde que possam ter a sua autenticidade e veracidade confirmadas pelo mesmo meio.

9.4.1 - Para os documentos que não apresentarem prazo de validade ou validade indeterminada, quando for o caso, considerar-se-á 90 (noventa) dias a partir da data de emissão.

9.4.2 - A documentação de habilitação deverá ser apresentada em nome da licitante que será responsável pela execução do contrato e faturamento, com o mesmo número do CNPJ e endereço. Serão aceitos documentos com a mesma razão social, porém CNPJ e endereço diverso quando os mesmos tiverem validade para todas as filiais e matriz.

9.5 - O licitante que entender estar desobrigado de apresentar qualquer documento de habilitação deverá demonstrar esta situação, juntando o respectivo comprovante.

9.6 - Serão automaticamente desclassificados os proponentes que apresentarem documentos com data de validade vencida.

10 - CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

10.1 - A presente Licitação será adjudicada à licitante que apresentar proposta de MENOR PREÇO, desde que atendidas às exigências deste Edital.

10.2 - Após a fase de lances, será desclassificada proposta de valor superior ao máximo fixado.

11 - RECEBIMENTO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

11.1 - No dia, hora e local designados neste Edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, o pregoeiro, juntamente com a Equipe de Apoio, executará a rotina de credenciamento, conforme disposto no tópico 07 (CREDENCIAMENTO).

11.2 - Verificadas as credenciais e declarada aberta a sessão, o pregoeiro solicitará e receberá, em envelopes devidamente lacrados, a proposta e os documentos exigidos para habilitação.

11.3 - Em nenhuma hipótese serão recebidos envelopes contendo proposta e os documentos de habilitação fora do prazo estabelecido neste Edital.

11.4 - Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as propostas de preços, ocasião em que será procedida à verificação da conformidade das mesmas com os requisitos estabelecidos neste instrumento, com exceção do preço, desclassificando-se as incompatíveis.

11.5 - No curso da sessão, dentre as propostas que atenderem às exigências constantes do Edital, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços de até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes.

11.6 - Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no tópico anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecerem lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

11.7 - A oferta dos lances deverá ser efetuada, por item, no momento em que for conferida a palavra ao licitante, na ordem decrescente dos preços, podendo o proponente cotar apenas 01 (um) item.

11.8 - Dos lances ofertados não caberá retratação.

11.9 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da fase de lances e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante.

11.10 - O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo pregoeiro, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

11.11 - Finalizada a fase de lances e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o pregoeiro verificará a compatibilidade dos preços ofertados com os praticados no mercado, desclassificando as propostas dos licitantes que apresentarem preço excessivo, assim considerado aqueles acima do preço de mercado.

11.12 - Ocorrendo empate previsto no art. 44, § 2º da Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações serão asseguradas a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, desde que a melhor oferta não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

11.12.1 - Entende-se por empate as situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

11.12.2 - Para fins de desempate, proceder-se-á da seguinte forma:

I – o sistema fará a ordem de classificação das microempresas ou empresas de pequeno porte que tenham apresentado oferta igual ou até 5% superior à proposta mais bem classificada;

II – todas as MICROEMPRESAS e EMPRESAS DE PEQUENO PORTE poderão apresentar 01 (um) novo lance, inferior à oferta considerada vencedora do certame, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances do respectivo item, sob pena de preclusão;

III – caso tenha apresentado novo lance, a primeira microempresa ou empresa de pequeno porte da ordem de classificação será declarada vencedora, permanecendo registrados no sistema os lances de desempate apresentadas pelas demais microempresas ou empresas de pequeno porte;

IV – não ocorrendo a contratação das MICROEMPRESAS e EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, será declarada vencedora a próxima microempresa ou empresa de pequeno porte da ordem de classificação que tenha manifestado lance de desempate, e assim sucessivamente;

V – no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte será realizado sorteio entre elas para fins de ordenação das ofertas.

11.13 - O pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente que apresentou o menor preço, por item, para que seja obtido preço ainda melhor.

11.14 - Será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que tiver formulado a proposta de menor preço, para

confirmação das suas condições habilitatórias.

11.15 - No caso de inabilitação do proponente que tiver apresentado a melhor oferta, serão analisados os documentos habilitatórios do licitante da proposta de segundo menor preço, e assim sucessivamente, até que um licitante atenda às condições fixadas neste instrumento convocatório.

11.16 - Verificado o atendimento das exigências habilitatórias, será declarada a ordem de classificação dos licitantes, por item.

11.17 - Será declarado vencedor o licitante que ocupar o primeiro lugar em cada item.

11.18 - O pregoeiro manterá em seu poder os envelopes com a documentação dos demais licitantes, pelo prazo de 10 (dez) dias, após a homologação da Licitação, devendo as empresas retirá-los neste período, sob pena de inutilização dos mesmos.

11.19 - Da sessão pública será lavrada ata, devendo esta ser assinada pelo pregoeiro, pela Equipe de Apoio e por todos os licitantes presentes.

11.20 - Todos os documentos e as propostas deverão ser rubricados pelo pregoeiro, pela Equipe de Apoio e pelos representantes das licitantes que estiverem presentes.

12 – RECURSOS E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

12.1 - Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

12.2 - Não sendo interpostos recursos, o pregoeiro adjudicará o objeto do certame à empresa declarada vencedora, por item, sendo submetido este resultado ao(a) Prefeito Municipal para homologação.

12.3 - O(s) recurso(s), porventura interposto(s), não terá(ão) efeito suspensivo e será(ão) dirigido(s) ao(a) Exmo. Prefeito Municipal, por intermédio do pregoeiro, o qual poderá reconsiderar sua decisão, em 05 (cinco) dias ou, nesse período, encaminhá-lo(s) ao(a) Prefeito Municipal, devidamente informado(s), para apreciação e decisão, no mesmo prazo.

12.4 - Decididos os recursos eventualmente interpostos, será o resultado da Licitação submetido ao(a) Exmo. Prefeito Municipal para o procedimento de homologação com a devida adjudicação do objeto desta Licitação à(s) vencedora(s).

12.5 – As penalidades serão aplicadas por inadimplência total ou parcial, conforme determina o Decreto Municipal, que regulamenta a aplicação de sanções administrativas em Licitações e Contratos Administrativos.

13 - CONTRATO E RESPECTIVA VIGÊNCIA

13.1 - Após a homologação do resultado, será(ão) a(s) vencedora(s) notificada(s) e convocada(s) para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, assinar(em) o contrato (minuta constante do ANEXO IV), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

13.2 - No ato de formalização do contrato, deverá a licitante vencedora indicar pessoa pertencente ao seu quadro funcional, com a qual a Administração poderá obter informações e/ou esclarecimentos, bem como encaminhar quaisquer outras comunicações.

13.3 - O(s) contrato(s) terá(ão) prazo de vigência durante todo o exercício 2017, ficando neste período a empresa vencedora obrigada a prestar os serviços de arbitragem, conforme cláusulas deste Edital.

13.4 - Caso o contrato, por qualquer motivo, não venha a ser assinado, a licitante subsequente, na ordem de classificação, será notificada para nova Sessão Pública, na qual o pregoeiro examinará a sua proposta e qualificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, podendo o pregoeiro negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

13.5 - No interesse exclusivo da Administração, o contrato a ser firmado poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos com vistas a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, limitada a sessenta meses, conforme autoriza o art. 57, inciso II, da Lei 8.666/93, atualizada.

14 - ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

A execução deste contrato será administrada e fiscalizada pelo Secretário de Educação, Cultura e Esporte do Município de Lacerdópolis.

15 – OBRIGAÇÕES DA(S) EMPRESA(S) VENCEDORA(S)

15.1 - Será de responsabilidade da(s) licitante(s) vencedora(s) o fornecimento do objeto deste Edital, no preço estipulado na sua proposta e de acordo com as condições descritas no tópico 02 deste Edital (OBJETO).

15.2 – O proponente vencedor deverá arcar com todas as despesas necessárias para o regular fornecimento do objeto.

16 - DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1 - Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Edital.

16.2 - O resultado desta Licitação estará à disposição dos interessados, no Setor de Licitações, logo após sua homologação.

16.3 - Detalhes não citados, referentes ao fornecimento, mas que a boa técnica leve a presumir a sua necessidade, não deverão ser omitidos, não sendo aceitas justificativas para sua não apresentação.

16.4 - O Município poderá revogar a Licitação em face de razões de interesse público derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

16.5 - O pregoeiro e a Equipe de Apoio prestarão os esclarecimentos necessários, bem como irão dirimir as dúvidas suscitadas, de segunda a sexta-feira, das 08h00minh às 11h30minh e das 13h30minh às 17h30minh, através do telefone (49) 35520188, ou pessoalmente (Rua 31 de março, 1050, Centro, Lacerdópolis/SC).

16.6 - É de responsabilidade do proponente ou interessado a verificação e acompanhamento no site do Município de Lacerdópolis (www.lacerdopolis.sc.gov.br) e no DOM – Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br) as informações referentes a este edital.

16.7 - São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

- a) ANEXO I – Procuração;
- b) ANEXO II - Declaração de Cumprimento Pleno dos Requisitos de Habilitação;
- c) ANEXO III – declaração de que não emprega menor de idade, salvo na condição de aprendiz;
- d) ANEXO IV - Minuta do Contrato.

Lacerdópolis/SC, 18 de abril de 2017.

Município de Lacerdópolis/SC
Sérgio Luiz Calegari
Prefeito

PROCURAÇÃO

____ <RAZÃO SOCIAL, CNPJ, ENDEREÇO COMPLETO> _____, por meio de ____ <NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL, RG, CPF E QUALIFICAÇÃO NA EMPRESA> _____, constitui como PROCURADOR Sr. ____ <NOME COMPLETO, RG, CPF> _____, outorgando-lhe poderes gerais para representar a referida empresa na Licitação <MODALIDADE, NÚMERO/ANO>, outorgando ainda poderes específicos para efetuar lances e praticar demais atos necessários ao procedimento licitatório.

<CIDADE/ESTADO> _____,

<DATA> _____

<NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL
E QUALIFICAÇÃO NA EMPRESA> ANEXO II

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO PLENO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

____ (RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA) _____ CNPJ nº ____ (xxxxxxxxxx)____, sediada em _____ (ENDEREÇO COMERCIAL) _____, declara, para fins do disposto no inciso V, art. 27, da Lei federal nº 8.666/93, sob as penas da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, que cumpre plenamente os requisitos para sua habilitação no presente Processo Licitatório, assim como assume o compromisso de declarar a superveniência de qualquer fato impeditivo à sua habilitação.

(LOCAL), ____ (DATA) _____

Assinatura do representante legal da empresa
Carimbo da empresa
ANEXO III

DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR DE IDADE, SALVO NA CONDIÇÃO DE APRENDIZ

____ (RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA) _____ CNPJ nº ____ (xxxxxxxxxx)____, sediada em _____ (ENDEREÇO COMERCIAL) _____, declara, para fins do disposto no inciso XXXIII, art. 7º, da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz a partir de quatorze anos.

(LOCAL), ____ (DATA) _____

Assinatura do representante legal da empresa

Carimbo da empresa
ANEXO IV

(MINUTA DO CONTRATO Nº.../2017)

CONTRATANTE: Município de Lacerdópolis, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na Rua 31 de Março, 1050, Lacerdópolis/SC, CEP 89660-000, CNPJ 82.939.471/0001-24, neste ato representado pelo Prefeito Sérgio Luiz Calegari.

CONTRATADA: _____ inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, com sede à rua _____, No município de _____, representada por seu _____, doravante simplesmente designada contratada.

Nos termos do Processo Licitatório nº 07/2017, na modalidade de Pregão Presencial nº 07/2017 bem como, das normas da Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02, firmam o presente contrato conforme as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1 – Contratação de empresa encarregada do fornecimento de profissionais da área de arbitragem para jogos do Campeonato Municipal de Futsal de Lacerdópolis/SC para o ano de 2017.

Quantidade	Descrição	Valor máximo por partida	Valor total máximo
78 partidas	Arbitragem para jogos do Campeonato Municipal de Futsal de Lacerdópolis/SC.	R\$...	R\$...

1.2 – Serão necessários dois árbitros para cada partida de futsal.

1.3 – Serão realizadas aproximadamente 78 (setenta e oito) partidas no total, sendo que se houver desistência de alguma equipe e o jogo por ventura não acontecer, terá que ser deduzido o valor correspondente.

1.4 – O objeto será adquirido em quantidades que variam até o limite previsto nesta Licitação, conforme a demanda, não constituindo obrigação do Município a aquisição de toda a quantidade a ser contratada.

1.5 – No valor contratado está incluso o valor do deslocamento dos árbitros.

CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO E REAJUSTE

2.1 - O preço a ser pago é aquele consignado na proposta declarada vencedora.

2.2 - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do art. 65, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E REAJUSTE

3.1 - Os pagamentos serão realizados em 04 (quatro) parcelas iguais e sucessivas, sendo uma no ato da celebração do contrato, e as demais a cada trinta dias.

3.2 - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

3.3 – Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

3.4 - O valor proposto não será reajustado, salvo na hipótese de aplicação de ocorrência que justifique a aplicação da alínea "d" do inciso II do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

3.5 - A proposta terá vigência mínima de 60 (sessenta) dias contados da abertura do Pregão.

3.6 – Não serão pagos valores antecipadamente.

CLÁUSULA QUARTA - VIGÊNCIA

O(s) contrato(s) terá(ão) prazo de vigência durante todo o exercício 2017, ficando neste período a empresa vencedora obrigada a prestar os serviços de arbitragem, conforme cláusulas do Edital.

CLÁUSULA QUINTA - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A despesa decorrente da aquisição objeto do presente certame correrá a conta de dotação específica do orçamento do exercício e terá a seguinte classificação orçamentária:

ORGÃO : 06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES

UNIDADE: 03 SERVIÇOS DO ENSINO FUNDAMENTAL

PROJ/ATIV.: 12.361.1007.2.024 - TRANSPORTES DE ALUNO 1º GRAU

Compl.elem. 3390.39.69.00.00 Seguros em geral

Recurso: 0000-Recursos Ordinários CLÁUSULA SEXTA - VINCULAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato, encontra-se vinculado ao Processo Licitatório que o originou, sendo os casos omissos resolvidos, à luz da Lei nº 8.666/93 e a Lei n. 10.520/02.

CLÁUSULA SÉTIMA – ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

A execução deste contrato será administrada e fiscalizada pelo Secretário de Educação Cultura e Esporte.

CLÁUSULA OITAVA - RESCISÃO

8.1 - O contratante poderá declarar rescindido o presente Contrato independentemente de interpelação ou de procedimento judicial sempre que ocorrerem uma das hipóteses elencadas no art. 78 da Lei n.º 8.666/93.

8.2 - O descumprimento de qualquer uma das cláusulas contratuais ora firmadas, pela contratada, esta ficará sujeita às penalidades previstas pela Lei 8.666/93, bem como multa no valor de 10% (dez por cento) sobre o valor total do presente instrumento.

8.3 - O Contrato poderá ser rescindido, ainda, por mútuo acordo.

CLÁUSULA NONA – RECURSOS E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

As penalidades serão aplicadas por inadimplência total ou parcial, conforme Lei n. 8.666/93 e a Lei n. 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA - FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Capinzal/SC, Estado de Santa Catarina, para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, renunciando a outro foro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Lacerdópolis/SC,... de... 2017.

Município de Lacerdópolis/SC Sérgio Luiz Calegari Prefeito	
CONTRATANTE	CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: _____ CPF/MF: _____

Nome: _____ CPF/MF: _____

Lages

PREFEITURA

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 67/2016 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO: 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO, N.º 67/2016 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: CCL CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 78.355.104/0001-06, estabelecida a Rodovia BR 282, n.º 46 – Bairro São Sebastião – Lages/SC, Fone (49) 3251-15515 – ccl@cclconstrutora.srv.br.

resolvem celebrar este 2º Termo Aditivo ao Contrato 67/2016, conforme parecer jurídico nº 343/2017, Processo Licitatório nº 92/2016, correlato à Concorrência nº 09/2016, do tipo Menor Preço Global, em regime de empreitada por preço unitário, aberta em 08/07/2016 e homologada em 01/11/2016, consoante as seguintes alterações:

Conforme solicitação de reprogramação contratual efetuada pela Secretaria de Planejamento e Obras Ofício nº 110/2017, com parecer jurídico nº 343/2017 favorável, fica reprogramado da seguinte forma:

SUPRESSÃO CONTRATUAL DE R\$ 27.521,38 (vinte e sete mil quinhentos e vinte e um reais e trinta e oito centavos);

ACRÉSCIMO CONTRATUAL DE R\$ 395.946,74 (trezentos e noventa e cinco mil novecentos e quarenta e seis reais e setenta e quatro centavos).

Lages, 18 de abril de 2017.

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 210/2014 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 210/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: R.A.M.E PRODUÇÕES, inscrita no CNPJ n.º 15.699.263/0001-08, com sede a Rua Eurávio Zanon, 501 – CEP 88514-550 – Lages/SC.

resolvem celebrar este 4º termo aditivo ao Contrato 210/2014 conforme parecer jurídico nº 329/2017, Processo Licitatório nº 21/2014, correlato ao Pregão Presencial nº 09/2014, aberto em 27/02/2014 e homologado em 10/03/2014 consoante as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Comunicação de Utilidade Pública, e Sonorização Interna, no Terminal Rodoviário Dom Honorato Piazzera e Terminal Urbano de Transporte Coletivo do Município.

Conforme solicitação, de supressão contratual, efetuada pela Secretaria de Serviços Públicos e Meio Ambiente, com parecer jurídico nº 329/2017 favorável, fica SUPRIMIDO da seguinte forma:

- Veiculação de programas, passando de 700 vezes por mês, para 553 por mês, - 21%, em cada ambiente onde opera o sistema de rádio interno, gerando assim cerca de 1.106 programas por mês que distribuídos diariamente resultam em 18 inserções por dia;
- Essa Subtração representa em valores um decréscimo de 21% ao valor mensal do contrato, passando de R\$ 6.500,00 mês para R\$ 5.135,00 (cinco mil cento e trinta e cinco reais) mensal.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos

Lages, 18 de Abril de 2017.

Antonio Ceron – Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 42/2017 PML

CONTRATO Nº 42/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: DALMIRO VISCAY, inscrito no CPF sob o nº 803.395.300/49, com sede à Rod. SC 135, CEP 88598-000, Município de Celso Ramos/SC.

MUNICÍPIO DE LAGES, pessoa jurídica de direito público, neste ato representado pelo Prefeito o Exmo. Sr. Antonio Ceron, doravante denominado CONTRATANTE, de outro lado COOPERATIVA

DE CITRICULTORES DE CELSO RAMOS - COCICER, neste Ato representada pelo Sr. Arlindo Martinelli, de ora em diante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 67/2017, correlato a Dispensa de Licitação nº 20/2017, homologada em 30/03/2017, consoante as cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação dos alunos da rede escolar, referente ao Chamamento Público 01/2015 – PML – AGRICULTURA FAMILIAR – ATA 01/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

- 2.1 De Início, da data da assinatura do Presente Contrato;
 2.2 De Execução, da assinatura do presente contrato até 31/07/2017;
 2.3 Do Contrato, da assinatura do presente contrato até 31/07/2017.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR

O valor a ser pago será de R\$ 46.000,00 (quarenta e seis mil reais), sendo;

COOPERATIVA DOS CITRICULTORES DE CELSO RAMOS (16364)						
52	LARANJA	KG	25.000,00	0,0000	1,84	46.000,00
					Total do Fornecedor:	46.000,00

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

- 4.1 Será (ão) efetuado(s) em até 30 (trinta) dias da(s) contado a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela, nos termos do art. 40, XIV, "a" da Lei 8.666/93;
 4.2 O(s) pagamento(s), se processará (ão) após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que foram atendidas as condições estabelecidas no Contrato, Proposta de Preços e demais Documentos inerentes ao Processo;
 4.3 Na hipótese de atraso no pagamento, por culpa exclusiva da Administração, o critério de atualização financeira será o IGP-M, em conformidade com art. 55, III da Lei 8.666/93.
 PARAGRAFO ÚNICO - O presente contrato fica dispensado do processo licitatório conforme art. 24, inciso X da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 5.1 Cumprir todas as cláusulas e condições do presente Contrato;
 5.2 Assinar e devolver o Contrato em prazo não superior a 10 (dez) dias a contar da data do seu recebimento. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar/devolver o contrato dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas;
 5.3 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
 5.4 Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou as supressões que se fizerem necessárias, em até 25% do valor inicialmente contratado, nos termos do § 1º do Artigo 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 6.1 Emitir o Contrato em prazo não superior a 10 (dez) dias, contados da data da Homologação;
 6.2 Encaminhar ao adjudicatário o Termo do Contrato, em prazo não superior a 10 (dez) dias contados da data da sua emissão;
 6.3 Efetuar os pagamentos em conformidade com as condições prescritas no presente Contrato;
 6.4 Exercer ampla e permanente fiscalização durante a execução do(s) serviço(s), objeto deste Contrato.

Cláusula sétima – do RECEBIMENTO

- 7.1 Provisório, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e consequente aceitação;
 7.2 O(s) produto(s) e/ou serviço(s) que não for(em) de qualidade e/ou que não atender(em), na sua plenitude, as especificações do presente contrato, após notificação, será(ão), prontamente colocado(s) à disposição do(s) fornecedor(es), sem atribuição de qualquer ônus ao Contratante, com embasamento no disposto no Art. 76 da Lei de Licitações.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

- 8.1 Consoante o disposto no art. 77 da Lei 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento;
 8.2 Pela inexecução total ou parcial do contrato, pelo adjudicatário, poderão ser aplicadas as penalidades prevista nos artigos 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em valor até 10% do fornecimento total, além das medidas legais cabíveis;
 8.3. Quando o prejuízo causado pela contratada exceder ao previsto na cláusula penal, poderá a Administração exigir indenização suplementar, valendo a cláusula penal como mínimo da indenização, nos termos do parágrafo único do Art. 416 do Código Civil;
 8.4 A personalidade jurídica da contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 12.846/2013, ou para provocar confusão patrimonial, sendo estendidos todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica aos seus administradores e sócios com poderes de administração, observados o contraditório e a ampla defesa;

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA/VALIDADE CONTRATUAL

O prazo de duração fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2017. A sua vigência será da assinatura do presente contrato até 31/07/2017.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

- 10.1 O presente contrato poderá ser rescindido mediante prévio e mútuo acordo entre as partes ou unilateralmente pela CONTRATANTE, quando ocorrer quaisquer dos motivos enumerados no artigo 78, seus parágrafos e incisos da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares;
 10.2 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.

11.1 O Município de Lages, reserva-se ao direito, de revogar o presente contrato por razões de interesse público devidamente justificado, ou de anulá-lo, caso ocorram vícios de ilegalidade, nos termos do art. 49 da Lei de Licitações;

11.2 Receber o(s) produto(s) e/ou serviço(s) provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e consequente aceitação;

11.3 O(s) produto(s) e/ou serviço(s) que não for(em) de qualidade e/ou que não atender(em), na sua plenitude, as especificações do Edital e seu(s) anexo(s), após notificação, será(ão), prontamente colocado(s) à disposição do(s) fornecedor(es), sem atribuição de qualquer ônus ao Contratante, com embasamento no disposto no Art. 76 da Lei de Licitações.

12.1 O presente Contrato reger-se-á pelas disposições expressas na Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares e, pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se supletivamente os Princípios da Teoria Geral dos contratos e as disposições de Direito Privado;

12.2 Os casos omissos serão resolvidos à luz das referidas leis, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

Fica eleito o foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente, independentemente de qual seja o domicílio da CONTRATADA;

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Arlindo Martinelli
CPF 594.095.259-24
COCICER- Cooperativa de Citricultores de Celso Ramos

Valdirene da Silva Vieira
Secretária Municipal da Educação

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: DEBORA PEGORARO, inscrita no CPF sob o nº 058.401.779-03, com sede à Localidade de Cabo de Lança, bairro Santa Teresinha do Boqueirão, s/n, CEP 88500-000, Município de Lages/SC.

MUNICÍPIO DE LAGES, pessoa jurídica de direito público, neste ato representado pelo Prefeito o Exmo. Sr. Antonio Ceron, doravante denominado CONTRATANTE, de outro lado Sra. Debora Pegoraro, de ora em diante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 67/2017, correlato a Dispensa de Licitação nº 20/2017, homologada em 30/03/2017, consoante as cláusulas:

Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação dos alunos da rede escolar, referente ao Chamamento Público 01/2015 – PML – AGRICULTURA FAMILIAR – ATA 01/2017.

2.1 De Início, da data da assinatura do Presente Contrato;
2.2 De Execução, da assinatura do presente contrato até 31/07/2017;
2.3 Do Contrato, da assinatura do presente contrato até 31/07/2017.

O valor a ser pago será de R\$ 17.820,00 (dezessete oitocentos e vinte reais), sendo;

DEBORA PEGORARO (19889)																				
	28		CAQUI 01				KG		6.000,00	0,0000				2,97					17.820,00	
											Total do Fornecedor:								17.820,00	

4.1 Será (ão) efetuado(s) em até 30 (trinta) dias da(s) contado a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela, nos termos do art. 40, XIV, "a" da Lei 8.666/93;

4.2 O(s) pagamento(s), se processará (ão) após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que foram atendidas as condições estabelecidas no Contrato, Proposta de Preços e demais Documentos inerentes ao Processo;

4.3 Na hipótese de atraso no pagamento, por culpa exclusiva da Administração, o critério de atualização financeira será o IGP-M, em conformidade com art. 55, III da Lei 8.666/93.

PARAGRAFO ÚNICO - O presente contrato fica dispensado do processo licitatório conforme art. 24, inciso X da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

5.1 Cumprir todas as cláusulas e condições do presente Contrato;

5.2 Assinar e devolver o Contrato em prazo não superior a 10 (dez) dias a contar da data do seu recebimento. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar/devolver o contrato dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas;

5.3 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.4 Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou as supressões que se fizerem necessárias, em até 25% do valor inicialmente contratado, nos termos do § 1º do Artigo 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1 Emitir o Contrato em prazo não superior a 10 (dez) dias, contados da data da Homologação;

6.2 Encaminhar ao adjudicatário o Termo do Contrato, em prazo não superior a 10 (dez) dias contados da data da sua emissão;

6.3 Efetuar os pagamentos em conformidade com as condições prescritas no presente Contrato;

6.4 Exercer ampla e permanente fiscalização durante a execução do(s) serviço(s), objeto deste Contrato.

Cláusula sétima – do RECEBIMENTO

7.1 Provisório, nos termos dispostos na alínea “a”, inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e consequente aceitação;

7.2 O(s) produto(s) e/ou serviço(s) que não for(em) de qualidade e/ou que não atender(em), na sua plenitude, as especificações do presente contrato, após notificação, será(ão), prontamente colocado(s) à disposição do(s) fornecedor(es), sem atribuição de qualquer ônus ao Contratante, com embasamento no disposto no Art. 76 da Lei de Licitações.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

8.1 Consoante o disposto no art. 77 da Lei 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento;

8.2 Pela inexecução total ou parcial do contrato, pelo adjudicatário, poderão ser aplicadas as penalidades prevista nos artigos 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em valor até 10% do fornecimento total, além das medidas legais cabíveis;

8.3. Quando o prejuízo causado pela contratada exceder ao previsto na cláusula penal, poderá a Administração exigir indenização suplementar, valendo a cláusula penal como mínimo da indenização, nos termos do parágrafo único do Art. 416 do Código Civil;

8.4 A personalidade jurídica da contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 12.846/2013, ou para provocar confusão patrimonial, sendo estendidos todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica aos seus administradores e sócios com poderes de administração, observados o contraditório e a ampla defesa;

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA/VALIDADE CONTRATUAL

O prazo de duração fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2017. A sua vigência será da assinatura do presente contrato até 31/07/2017.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

10.1 O presente contrato poderá ser rescindido mediante prévio e mútuo acordo entre as partes ou unilateralmente pela CONTRATANTE, quando ocorrer quaisquer dos motivos enumerados no artigo 78, seus parágrafos e incisos da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares;

10.2 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO DIREITO DE RESERVA

11.1 O Município de Lages, reserva-se ao direito, de revogar o presente contrato por razões de interesse público devidamente justificado, ou de anulá-lo, caso ocorram vícios de ilegalidade, nos termos do art. 49 da Lei de Licitações;

11.2 Receber o(s) produto(s) e/ou serviço(s) provisoriamente, nos termos dispostos na alínea “a”, inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e consequente aceitação;

11.3 O(s) produto(s) e/ou serviço(s) que não for(em) de qualidade e/ou que não atender(em), na sua plenitude, as especificações do Edital e seu(s) anexo(s), após notificação, será(ão), prontamente colocado(s) à disposição do(s) fornecedor(es), sem atribuição de qualquer ônus ao Contratante, com embasamento no disposto no Art. 76 da Lei de Licitações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

12.1 O presente Contrato reger-se-á pelas disposições expressas na Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares e, pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se supletivamente os Princípios da Teoria Geral dos contratos e as disposições de Direito Privado;

12.2 Os casos omissos serão resolvidos à luz das referidas leis, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente, independentemente de qual seja o domicílio da CONTRATADA;

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 30 de março de 2017.

Antonio Ceron
Prefeito Municipal

Debora Pegoraro
CPF 058.401.779-03

Agnelo Sandini Miranda
Procurador Geral do Município

Valdirene da Silva Vieira
Secretária Municipal da Educação

EXTRATO CONTRATO 44/2017 PML

CONTRATO Nº 43/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: DEBORA PEGORARO, inscrita no CPF sob o nº 058.401.779-03, com sede à Localidade de Cabo de Lança, bairro Santa Teresinha do Boqueirão, s/n, CEP 88500-000, Município de Lages/SC.

MUNICÍPIO DE LAGES, pessoa jurídica de direito público, neste ato representado pelo Prefeito o Exmo. Sr. Antonio Ceron, doravante denominado CONTRATANTE, de outro lado Sra. Debora Pegoraro, de ora em diante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 67/2017, correlato a Dispensa de Licitação nº 20/2017, homologada em 30/03/2017, consoante as cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação dos alunos da rede escolar, referente ao Chamamento Público 01/2015 – PML – AGRICULTURA FAMILIAR – ATA 01/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, da data da assinatura do Presente Contrato;

2.2 De Execução, da assinatura do presente contrato até 31/07/2017;

2.3 Do Contrato, da assinatura do presente contrato até 31/07/2017.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR

O valor a ser pago será de R\$ 17.820,00 (dezesete oitocentos e vinte reais), sendo;

[illegible]

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.1 Será (ão) efetuado(s) em até 30 (trinta) dias da(s) contado a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela, nos termos do art. 40, XIV, "a" da Lei 8.666/93;

4.2 O(s) pagamento(s), se processará (ão) após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que foram atendidas as condições estabelecidas no Contrato, Proposta de Preços e demais Documentos inerentes ao Processo;

4.3 Na hipótese de atraso no pagamento, por culpa exclusiva da Administração, o critério de atualização financeira será o IGP-M, em conformidade com art. 55, III da Lei 8.666/93.

PARAGRAFO ÚNICO - O presente contrato fica dispensado do processo licitatório conforme art. 24, inciso X da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

5.1 Cumprir todas as cláusulas e condições do presente Contrato;

5.2 Assinar e devolver o Contrato em prazo não superior a 10 (dez) dias a contar da data do seu recebimento. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar/devolver o contrato dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas;

5.3 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.4 Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou as supressões que se fizerem necessárias, em até 25% do valor inicialmente contratado, nos termos do § 1º do Artigo 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1 Emitir o Contrato em prazo não superior a 10 (dez) dias, contados da data da Homologação;

6.2 Encaminhar ao adjudicatário o Termo do Contrato, em prazo não superior a 10 (dez) dias contados da data da sua emissão;

6.3 Efetuar os pagamentos em conformidade com as condições prescritas no presente Contrato;

6.4 Exercer ampla e permanente fiscalização durante a execução do(s) serviço(s), objeto deste Contrato.

Cláusula sétima – do reCEBIMENTO

7.1 Provisório, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e consequente aceitação;

7.2 O(s) produto(s) e/ou serviço(s) que não for(em) de qualidade e/ou que não atender(em), na sua plenitude, as especificações do presente contrato, após notificação, será(ão), prontamente colocado(s) à disposição do(s) fornecedor(es), sem atribuição de qualquer ônus ao Contratante, com embasamento no disposto no Art. 76 da Lei de Licitações.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

- 8.1 Consoante o disposto no art. 77 da Lei 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento;
- 8.2 Pela inexecução total ou parcial do contrato, pelo adjudicatário, poderão ser aplicadas as penalidades prevista nos artigos 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em valor até 10% do fornecimento total, além das medidas legais cabíveis;
- 8.3. Quando o prejuízo causado pela contratada exceder ao previsto na cláusula penal, poderá a Administração exigir indenização suplementar, valendo a cláusula penal como mínimo da indenização, nos termos do parágrafo único do Art. 416 do Código Civil;
- 8.4 A personalidade jurídica da contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 12.846/2013, ou para provocar confusão patrimonial, sendo estendidos todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica aos seus administradores e sócios com poderes de administração, observados o contraditório e a ampla defesa;

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA/VALIDADE CONTRATUAL

O prazo de duração fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2017. A sua vigência será da assinatura do presente contrato até 31/07/2017.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

- 10.1 O presente contrato poderá ser rescindido mediante prévio e mútuo acordo entre as partes ou unilateralmente pela CONTRATANTE, quando ocorrer quaisquer dos motivos enumerados no artigo 78, seus parágrafos e incisos da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares;
- 10.2 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO DIREITO DE RESERVA

- 11.1 O Município de Lages, reserva-se ao direito, de revogar o presente contrato por razões de interesse público devidamente justificado, ou de anulá-lo, caso ocorram vícios de ilegalidade, nos termos do art. 49 da Lei de Licitações;
- 11.2 Receber o(s) produto(s) e/ou serviço(s) provisoriamente, nos termos dispostos na alínea “a”, inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e consequente aceitação;
- 11.3 O(s) produto(s) e/ou serviço(s) que não for(em) de qualidade e/ou que não atender(em), na sua plenitude, as especificações do Edital e seu(s) anexo(s), após notificação, será(ão), prontamente colocado(s) à disposição do(s) fornecedor(es), sem atribuição de qualquer ônus ao Contratante, com embasamento no disposto no Art. 76 da Lei de Licitações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

- 12.1 O presente Contrato reger-se-á pelas disposições expressas na Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares e, pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se supletivamente os Princípios da Teoria Geral dos contratos e as disposições de Direito Privado;
- 12.2 Os casos omissos serão resolvidos à luz das referidas leis, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente, independentemente de qual seja o domicílio da CONTRATADA;

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 30 de março de 2017.

Antonio Ceron
Prefeito Municipal

Debora Pegoraro
CPF 058.401.779-03

Agnelo Sandini Miranda
Procurador Geral do Município

Valdirene da Silva Vieira
Secretária Municipal da Educação

EXTRATO CONTRATO 46/2017 PML

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES**

Setor de Licitações e Contratos – Rua Benjamin Constant, 13 – Centro Lages/SC CEP 88.501-900

Fone (49) 3221-1169 e-mail licita3@lages.sc.gov.br

Contrato 45/2017 DL 20/2017 Processo Administrativo 67/2017

Em conformidade com Parecer jurídico nº 349/2017

CONTRATO Nº 45/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: ELI APARECIDA DOS SANTOS DAMIANI, inscrita no CPF sob o nº 896.550.529-15, com sede à Localidade de Santa Teresinha do Salto, s/n, CEP 88500-000, Município de Lages/SC.

MUNICÍPIO DE LAGES, pessoa jurídica de direito público, neste ato representado pelo Prefeito o Exmo. Sr. Antonio Ceron, doravante denominado **CONTRATANTE**, de outro lado Sra. Eli Aparecida dos Santos Damiani, de ora em diante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 67/2017, correlato a Dispensa de Licitação nº 20/2017, homologada em 30/03/2017, consoante as cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação dos alunos da rede escolar, referente ao Chamamento Público 01/2015 – PML – AGRICULTURA FAMILIAR – ATA 01/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, da data da assinatura do Presente Contrato;

2.2 De Execução, da assinatura do presente contrato até 31/07/2017;

2.3 Do Contrato, da assinatura do presente contrato até 31/07/2017.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR

O valor a ser pago será de R\$ 7.661,30 (sete mil seiscentos e sessenta e um reais e trinta centavos), sendo;

**ELI APARECIDA DOS
SANTOS DAMIANI**
(19890)

5	ALFACE	PES	1.240,00	0,0000	1,56	1.934,40
03						
43	COUVE	KG	1.080,00	0,0000	1,61	1.738,80
	MANTEIGA					
03						
59	MORANGA	KG	490,00	0,0000	1,79	877,10
	CABOTIÁ					
03						
76	TEMPRE	KG	1.830,00	0,0000	1,70	3.111,00
	VERDE					
03						

**Total do
Fornecedor: 7.661,30**

Setor de Licitações e Contratos – Rua Benjamin Constant, 13 – Centro Lages/SC CEP 88.501-900

Fone (49) 3221-1169 e-mail licita3@lages.sc.gov.br

Contrato 45/2017 DL 20/2017 Processo Administrativo 67/2017

Em conformidade com Parecer jurídico nº 349/2017



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES**

*Setor de Licitações e Contratos – Rua Benjamin Constant, 13 – Centro Lages/SC CEP 88.501-900
Fone (49) 3221-1169 e-mail licita3@lages.sc.gov.br
Contrato 45/2017 DL 20/2017 Processo Administrativo 67/2017
Em conformidade com Parecer jurídico nº 349/2017*

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.1 Será (ão) efetuado(s) em até 30 (trinta) dias da(s) contado a partir da data final do período de adimplimento de cada parcela, nos termos do art. 40, XIV, "a" da Lei 8.666/93;

4.2 O(s) pagamento(s), se processará (ão) após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que foram atendidas as condições estabelecidas no Contrato, Proposta de Preços e demais Documentos inerentes ao Processo;

4.3 Na hipótese de atraso no pagamento, por culpa exclusiva da Administração, o critério de atualização financeira será o IGP-M, em conformidade com art. 55, III da Lei 8.666/93.

PARAGRAFO ÚNICO - O presente contrato fica dispensado do processo licitatório conforme art. 24, inciso X da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

5.1 Cumprir todas as cláusulas e condições do presente Contrato;

5.2 Assinar e devolver o Contrato em prazo não superior a 10 (dez) dias a contar da data do seu recebimento. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar/devolver o contrato dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas;

5.3 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.4 Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou as supressões que se fizerem necessárias, em até 25% do valor inicialmente contratado, nos termos do § 1º do Artigo 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1 Emitir o Contrato em prazo não superior a 10 (dez) dias, contados da data da Homologação;

6.2 Encaminhar ao adjudicatário o Termo do Contrato, em prazo não superior a 10 (dez) dias contados da data da sua emissão;

6.3 Efetuar os pagamentos em conformidade com as condições prescritas no presente Contrato;

6.4 Exercer ampla e permanente fiscalização durante a execução do(s) serviço(s), objeto deste Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO RECEBIMENTO

7.1 Provisório, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e consequente aceitação;

7.2 O(s) produto(s) e/ou serviço(s) que não for(em) de qualidade e/ou que não atender(em), na sua plenitude, as especificações do presente contrato, após notificação, será(ão), prontamente colocado(s) à disposição do(s) fornecedor(es), sem atribuição de qualquer ônus ao Contratante, com embasamento no disposto no Art. 76 da Lei de Licitações.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

8.1 Consoante o disposto no art. 77 da Lei 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento;

*Setor de Licitações e Contratos – Rua Benjamin Constant, 13 – Centro Lages/SC CEP 88.501-900
Fone (49) 3221-1169 e-mail licita3@lages.sc.gov.br
Contrato 45/2017 DL 20/2017 Processo Administrativo 67/2017
Em conformidade com Parecer jurídico nº 349/2017*



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES**

*Setor de Licitações e Contratos – Rua Benjamin Constant, 13 – Centro Lages/SC CEP 88.501-900
Fone (49) 3221-1169 e-mail licita3@lages.sc.gov.br
Contrato 45/2017 DL 20/2017 Processo Administrativo 67/2017
Em conformidade com Parecer jurídico nº 349/2017*

8.2 Pela inexecução total ou parcial do contrato, pelo adjudicatário, poderão ser aplicadas as penalidades prevista nos artigos 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em valor até 10% do fornecimento total, além das medidas legais cabíveis;

8.3. Quando o prejuízo causado pela contratada exceder ao previsto na cláusula penal, poderá a Administração exigir indenização suplementar, valendo a cláusula penal como mínimo da indenização, nos termos do parágrafo único do Art. 416 do Código Civil;

8.4 A personalidade jurídica da contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 12.846/2013, ou para provocar confusão patrimonial, sendo estendidos todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica aos seus administradores e sócios com poderes de administração, observados o contraditório e a ampla defesa;

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA/VALIDADE CONTRATUAL

O prazo de duração fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2017. A sua vigência será da assinatura do presente contrato até 31/07/2017.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

10.1 O presente contrato poderá ser rescindido mediante prévio e mútuo acordo entre as partes ou unilateralmente pela CONTRATANTE, quando ocorrer quaisquer dos motivos enumerados no artigo 78, seus parágrafos e incisos da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares;

10.2 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO DIREITO DE RESERVA

11.1 O Município de Lages, reserva-se ao direito, de revogar o presente contrato por razões de interesse público devidamente justificado, ou de anulá-lo, caso ocorram vícios de ilegalidade, nos termos do art. 49 da Lei de Licitações;

11.2 Receber o(s) produto(s) e/ou serviço(s) provisoriamente, nos termos dispostos na alínea “a”, inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e consequente aceitação;

11.3 O(s) produto(s) e/ou serviço(s) que não for(em) de qualidade e/ou que não atender(em), na sua plenitude, as especificações do Edital e seu(s) anexo(s), após notificação, será(ão), prontamente colocado(s) à disposição do(s) fornecedor(es), sem atribuição de qualquer ônus ao Contratante, com embasamento no disposto no Art. 76 da Lei de Licitações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

12.1 O presente Contrato reger-se-á pelas disposições expressas na Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares e, pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se supletivamente os Princípios da Teoria Geral dos contratos e as disposições de Direito Privado;

12.2 Os casos omissos serão resolvidos à luz das referidas leis, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

*Setor de Licitações e Contratos – Rua Benjamin Constant, 13 – Centro Lages/SC CEP 88.501-900
Fone (49) 3221-1169 e-mail licita3@lages.sc.gov.br
Contrato 45/2017 DL 20/2017 Processo Administrativo 67/2017
Em conformidade com Parecer jurídico nº 349/2017*



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES**

*Setor de Licitações e Contratos – Rua Benjamin Constant, 13 – Centro Lages/SC CEP 88.501-900
Fone (49) 3221-1169 e-mail licita3@lages.sc.gov.br
Contrato 45/2017 DL 20/2017 Processo Administrativo 67/2017
Em conformidade com Parecer jurídico nº 349/2017*

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente, independentemente de qual seja o domicílio da CONTRATADA; E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 30 de março de 2017.

Antonio Ceron
Prefeito Municipal

Eli Aparecida dos Santos Damiani
CPF 896.550.529-15

Agnelo Sandini Miranda
Procurador Geral do Município

Valdirene da Silva Vieira
Secretária Municipal da Educação

*Setor de Licitações e Contratos – Rua Benjamin Constant, 13 – Centro Lages/SC CEP 88.501-900
Fone (49) 3221-1169 e-mail licita3@lages.sc.gov.br
Contrato 45/2017 DL 20/2017 Processo Administrativo 67/2017
Em conformidade com Parecer jurídico nº 349/2017*

EXTRATO CONTRATO 50/2017 PML**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES***Setor de Licitações e Contratos – Rua Benjamin Constant, 13 – Centro Lages/SC CEP 88.501-900**Fone (49) 3221-1169 e-mail licita3@lages.sc.gov.br**Contrato 49/2017 DL 20/2017 Processo Administrativo 67/2017**Em conformidade com Parecer jurídico nº 349/2017***CONTRATO Nº 49/2017**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: GILSON NARCISO ZANCHETTA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 096.600.729-88, com sede à Localidade de Santa Terezinha do Boqueirão, s/n, CEP 88500-000, Município de Lages/SC.

MUNICÍPIO DE LAGES, pessoa jurídica de direito público, neste ato representado pelo Prefeito o Exmo. Sr. Antonio Ceron, doravante denominado **CONTRATANTE**, de outro lado Sr. Gilson Marcio Zanchetta Silva, de ora em diante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 67/2017, correlato a Dispensa de Licitação nº 20/2017, homologada em 30/03/2017, consoante as cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação dos alunos da rede escolar, referente ao Chamamento Público 01/2015 – PML – AGRICULTURA FAMILIAR – ATA 01/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, da data da assinatura do Presente Contrato;

2.2 De Execução, da assinatura do presente contrato até 31/07/2017;

2.3 Do Contrato, da assinatura do presente contrato até 31/07/2017.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR

O valor a ser pago será de R\$ 3.769,10 (treis mil setecentos e sessenta e nove reais e deis centavos), sendo;

GILSON MARCIO ZANCHETTA**(19894)**

6	ALFACE	PES	500,00	0,0000	1,56	780,00
04						
18	BETERRABA	KG	160,00	0,0000	2,36	377,60
04						
44	COUVE MANTEIGA	MÇ	300,00	0,0000	1,61	483,00
04						
70	REPOLHO	KG	750,00	0,0000	1,75	1.312,50
03						
77	TEMPRE VERDE 0	KG	480,00	0,0000	1,70	816,00
04						

**Total do
Fornecedor: 3.769,10**

*Setor de Licitações e Contratos – Rua Benjamin Constant, 13 – Centro Lages/SC CEP 88.501-900**Fone (49) 3221-1169 e-mail licita3@lages.sc.gov.br**Contrato 49/2017 DL 20/2017 Processo Administrativo 67/2017**Em conformidade com Parecer jurídico nº 349/2017*



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES**

*Setor de Licitações e Contratos – Rua Benjamin Constant, 13 – Centro Lages/SC CEP 88.501-900
Fone (49) 3221-1169 e-mail licita3@lages.sc.gov.br
Contrato 49/2017 DL 20/2017 Processo Administrativo 67/2017
Em conformidade com Parecer jurídico nº 349/2017*

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.1 Será (ão) efetuado(s) em até 30 (trinta) dias da(s) contado a partir da data final do período de adimplimento de cada parcela, nos termos do art. 40, XIV, "a" da Lei 8.666/93;

4.2 O(s) pagamento(s), se processará (ão) após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que foram atendidas as condições estabelecidas no Contrato, Proposta de Preços e demais Documentos inerentes ao Processo;

4.3 Na hipótese de atraso no pagamento, por culpa exclusiva da Administração, o critério de atualização financeira será o IGP-M, em conformidade com art. 55, III da Lei 8.666/93.

PARAGRAFO ÚNICO - O presente contrato fica dispensado do processo licitatório conforme art. 24, inciso X da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

5.1 Cumprir todas as cláusulas e condições do presente Contrato;

5.2 Assinar e devolver o Contrato em prazo não superior a 10 (dez) dias a contar da data do seu recebimento. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar/devolver o contrato dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas;

5.3 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.4 Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou as supressões que se fizerem necessárias, em até 25% do valor inicialmente contratado, nos termos do § 1º do Artigo 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1 Emitir o Contrato em prazo não superior a 10 (dez) dias, contados da data da Homologação;

6.2 Encaminhar ao adjudicatário o Termo do Contrato, em prazo não superior a 10 (dez) dias contados da data da sua emissão;

6.3 Efetuar os pagamentos em conformidade com as condições prescritas no presente Contrato;

6.4 Exercer ampla e permanente fiscalização durante a execução do(s) serviço(s), objeto deste Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO RECEBIMENTO

7.1 Provisório, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e consequente aceitação;

7.2 O(s) produto(s) e/ou serviço(s) que não for(em) de qualidade e/ou que não atender(em), na sua plenitude, as especificações do presente contrato, após notificação, será(ão), prontamente colocado(s) à disposição do(s) fornecedor(es), sem atribuição de qualquer ônus ao Contratante, com embasamento no disposto no Art. 76 da Lei de Licitações.

*Setor de Licitações e Contratos – Rua Benjamin Constant, 13 – Centro Lages/SC CEP 88.501-900
Fone (49) 3221-1169 e-mail licita3@lages.sc.gov.br
Contrato 49/2017 DL 20/2017 Processo Administrativo 67/2017
Em conformidade com Parecer jurídico nº 349/2017*



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES**

*Setor de Licitações e Contratos – Rua Benjamin Constant, 13 – Centro Lages/SC CEP 88.501-900
Fone (49) 3221-1169 e-mail licita3@lages.sc.gov.br
Contrato 49/2017 DL 20/2017 Processo Administrativo 67/2017
Em conformidade com Parecer jurídico nº 349/2017*

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

8.1 Consoante o disposto no art. 77 da Lei 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento;

8.2 Pela inexecução total ou parcial do contrato, pelo adjudicatário, poderão ser aplicadas as penalidades prevista nos artigos 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em valor até 10% do fornecimento total, além das medidas legais cabíveis;

8.3. Quando o prejuízo causado pela contratada exceder ao previsto na cláusula penal, poderá a Administração exigir indenização suplementar, valendo a cláusula penal como mínimo da indenização, nos termos do parágrafo único do Art. 416 do Código Civil;

8.4 A personalidade jurídica da contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 12.846/2013, ou para provocar confusão patrimonial, sendo estendidos todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica aos seus administradores e sócios com poderes de administração, observados o contraditório e a ampla defesa;

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA/VALIDADE CONTRATUAL

O prazo de duração fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2017. A sua vigência será da assinatura do presente contrato até 31/07/2017.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

10.1 O presente contrato poderá ser rescindido mediante prévio e mútuo acordo entre as partes ou unilateralmente pela CONTRATANTE, quando ocorrer quaisquer dos motivos enumerados no artigo 78, seus parágrafos e incisos da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares;

10.2 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO DIREITO DE RESERVA

11.1 O Município de Lages, reserva-se ao direito, de revogar o presente contrato por razões de interesse público devidamente justificado, ou de anulá-lo, caso ocorram vícios de ilegalidade, nos termos do art. 49 da Lei de Licitações;

11.2 Receber o(s) produto(s) e/ou serviço(s) provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e consequente aceitação;

11.3 O(s) produto(s) e/ou serviço(s) que não for(em) de qualidade e/ou que não atender(em), na sua plenitude, as especificações do Edital e seu(s) anexo(s), após notificação, será(ão), prontamente colocado(s) à disposição do(s) fornecedor(es), sem atribuição de qualquer ônus ao Contratante, com embasamento no disposto no Art. 76 da Lei de Licitações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

12.1 O presente Contrato reger-se-á pelas disposições expressas na Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares e, pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se supletivamente os Princípios da Teoria Geral dos contratos e as disposições de Direito Privado;

*Setor de Licitações e Contratos – Rua Benjamin Constant, 13 – Centro Lages/SC CEP 88.501-900
Fone (49) 3221-1169 e-mail licita3@lages.sc.gov.br
Contrato 49/2017 DL 20/2017 Processo Administrativo 67/2017
Em conformidade com Parecer jurídico nº 349/2017*



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES**

*Setor de Licitações e Contratos – Rua Benjamin Constant, 13 – Centro Lages/SC CEP 88.501-900
Fone (49) 3221-1169 e-mail licita3@lages.sc.gov.br
Contrato 49/2017 DL 20/2017 Processo Administrativo 67/2017
Em conformidade com Parecer jurídico nº 349/2017*

12.2 Os casos omissos serão resolvidos à luz das referidas leis, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente, independentemente de qual seja o domicílio da CONTRATADA; E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 30 de março de 2017.

Antonio Ceron
Prefeito Municipal

Gilson Marcio Zanchetta Silva
CPF 096.600.729-88

Agnelo Sandini Miranda
Procurador Geral do Município

Valdirene da Silva Vieira
Secretária Municipal da Educação

*Setor de Licitações e Contratos – Rua Benjamin Constant, 13 – Centro Lages/SC CEP 88.501-900
Fone (49) 3221-1169 e-mail licita3@lages.sc.gov.br
Contrato 49/2017 DL 20/2017 Processo Administrativo 67/2017
Em conformidade com Parecer jurídico nº 349/2017*

EXTRATO CONTRATO 52/2017 PML**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES**

Setor de Licitações e Contratos – Rua Benjamin Constant, 13 – Centro Lages/SC CEP 88.501-900
Fone (49) 3221-1169 e-mail licita3@lages.sc.gov.br
Contrato 52/2017 DL 20/2017 Processo Administrativo 67/2017
Em conformidade com Parecer jurídico nº 349/2017

CONTRATO Nº 52/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: JOSÉ ALTAIR DE LIMA JUNIOR, inscrito no CPF sob o nº 101.828.579-21, com sede à Localidade Estrada Geral de Índios, Mirantes, s/n, CEP 88500-000, Município de Lages/SC.

MUNICÍPIO DE LAGES, pessoa jurídica de direito público, neste ato representado pelo Prefeito o Exmo. Sr. Antonio Ceron, doravante denominado **CONTRATANTE**, de outro lado Sr. José Altair de Lima Junior, de ora em diante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 67/2017, correlato a Dispensa de Licitação nº 20/2017, homologada em 30/03/2017, consoante as cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação dos alunos da rede escolar, referente ao Chamamento Público 01/2015 – PML – AGRICULTURA FAMILIAR – ATA 01/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, da data da assinatura do Presente Contrato;

2.2 De Execução, da assinatura do presente contrato até 31/07/2017;

2.3 Do Contrato, da assinatura do presente contrato até 31/07/2017.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR

O valor a ser pago será de R\$ 7.631,40 (sete mil seiscentos e trinta e um reais e quarenta centavos), sendo;

JOSÉ ALTAIR DE LIMA JUNIOR**(19897)**

83	TOMATE 0	KG	2.415,00	0,0000	3,16	7.631,40
2						

**Total do
Fornecedor: 7.631,40**

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.1 Será (ão) efetuado(s) em até 30 (trinta) dias da(s) contado a partir da data final do período de adimplimento de cada parcela, nos termos do art. 40, XIV, "a" da Lei 8.666/93;

Setor de Licitações e Contratos – Rua Benjamin Constant, 13 – Centro Lages/SC CEP 88.501-900
Fone (49) 3221-1169 e-mail licita3@lages.sc.gov.br
Contrato 52/2017 DL 20/2017 Processo Administrativo 67/2017
Em conformidade com Parecer jurídico nº 349/2017



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES**

*Setor de Licitações e Contratos – Rua Benjamin Constant, 13 – Centro Lages/SC CEP 88.501-900
Fone (49) 3221-1169 e-mail licita3@lages.sc.gov.br
Contrato 52/2017 DL 20/2017 Processo Administrativo 67/2017
Em conformidade com Parecer jurídico nº 349/2017*

4.2 O(s) pagamento(s), se processará (ão) após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que foram atendidas as condições estabelecidas no Contrato, Proposta de Preços e demais Documentos inerentes ao Processo;

4.3 Na hipótese de atraso no pagamento, por culpa exclusiva da Administração, o critério de atualização financeira será o IGP-M, em conformidade com art. 55, III da Lei 8.666/93.

PARAGRAFO ÚNICO - O presente contrato fica dispensado do processo licitatório conforme art. 24, inciso X da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

5.1 Cumprir todas as cláusulas e condições do presente Contrato;

5.2 Assinar e devolver o Contrato em prazo não superior a 10 (dez) dias a contar da data do seu recebimento. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar/devolver o contrato dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas;

5.3 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.4 Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou as supressões que se fizerem necessárias, em até 25% do valor inicialmente contratado, nos termos do § 1º do Artigo 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1 Emitir o Contrato em prazo não superior a 10 (dez) dias, contados da data da Homologação;

6.2 Encaminhar ao adjudicatário o Termo do Contrato, em prazo não superior a 10 (dez) dias contados da data da sua emissão;

6.3 Efetuar os pagamentos em conformidade com as condições prescritas no presente Contrato;

6.4 Exercer ampla e permanente fiscalização durante a execução do(s) serviço(s), objeto deste Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO RECEBIMENTO

7.1 Provisório, nos termos dispostos na alínea “a”, inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e consequente aceitação;

7.2 O(s) produto(s) e/ou serviço(s) que não for(em) de qualidade e/ou que não atender(em), na sua plenitude, as especificações do presente contrato, após notificação, será(ão), prontamente colocado(s) à disposição do(s) fornecedor(es), sem atribuição de qualquer ônus ao Contratante, com embasamento no disposto no Art. 76 da Lei de Licitações.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

8.1 Consoante o disposto no art. 77 da Lei 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento;

8.2 Pela inexecução total ou parcial do contrato, pelo adjudicatário, poderão ser aplicadas as penalidades prevista nos artigos 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em valor até 10% do fornecimento total, além das medidas legais cabíveis;

*Setor de Licitações e Contratos – Rua Benjamin Constant, 13 – Centro Lages/SC CEP 88.501-900
Fone (49) 3221-1169 e-mail licita3@lages.sc.gov.br
Contrato 52/2017 DL 20/2017 Processo Administrativo 67/2017
Em conformidade com Parecer jurídico nº 349/2017*



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES**

*Setor de Licitações e Contratos – Rua Benjamin Constant, 13 – Centro Lages/SC CEP 88.501-900
Fone (49) 3221-1169 e-mail licita3@lages.sc.gov.br
Contrato 52/2017 DL 20/2017 Processo Administrativo 67/2017
Em conformidade com Parecer jurídico nº 349/2017*

8.3. Quando o prejuízo causado pela contratada exceder ao previsto na cláusula penal, poderá a Administração exigir indenização suplementar, valendo a cláusula penal como mínimo da indenização, nos termos do parágrafo único do Art. 416 do Código Civil;

8.4 A personalidade jurídica da contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 12.846/2013, ou para provocar confusão patrimonial, sendo estendidos todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica aos seus administradores e sócios com poderes de administração, observados o contraditório e a ampla defesa;

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA/VALIDADE CONTRATUAL

O prazo de duração fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2017. A sua vigência será da assinatura do presente contrato até 31/07/2017.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

10.1 O presente contrato poderá ser rescindido mediante prévio e mútuo acordo entre as partes ou unilateralmente pela CONTRATANTE, quando ocorrer quaisquer dos motivos enumerados no artigo 78, seus parágrafos e incisos da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares;

10.2 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO DIREITO DE RESERVA

11.1 O Município de Lages, reserva-se ao direito, de revogar o presente contrato por razões de interesse público devidamente justificado, ou de anulá-lo, caso ocorram vícios de ilegalidade, nos termos do art. 49 da Lei de Licitações;

11.2 Receber o(s) produto(s) e/ou serviço(s) provisoriamente, nos termos dispostos na alínea “a”, inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e consequente aceitação;

11.3 O(s) produto(s) e/ou serviço(s) que não for(em) de qualidade e/ou que não atender(em), na sua plenitude, as especificações do Edital e seu(s) anexo(s), após notificação, será(ão), prontamente colocado(s) à disposição do(s) fornecedor(es), sem atribuição de qualquer ônus ao Contratante, com embasamento no disposto no Art. 76 da Lei de Licitações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

12.1 O presente Contrato reger-se-á pelas disposições expressas na Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares e, pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se supletivamente os Princípios da Teoria Geral dos contratos e as disposições de Direito Privado;

12.2 Os casos omissos serão resolvidos à luz das referidas leis, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente, independentemente de qual seja o domicílio da CONTRATADA;

*Setor de Licitações e Contratos – Rua Benjamin Constant, 13 – Centro Lages/SC CEP 88.501-900
Fone (49) 3221-1169 e-mail licita3@lages.sc.gov.br
Contrato 52/2017 DL 20/2017 Processo Administrativo 67/2017
Em conformidade com Parecer jurídico nº 349/2017*



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES

Setor de Licitações e Contratos – Rua Benjamin Constant, 13 – Centro Lages/SC CEP 88.501-900
Fone (49) 3221-1169 e-mail licita3@lages.sc.gov.br
Contrato 52/2017 DL 20/2017 Processo Administrativo 67/2017
Em conformidade com Parecer jurídico nº 349/2017

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 30 de março de 2017.

Antonio Ceron
Prefeito Municipal

José Altair de Lima Junior
CPF 101.828.579-21

Agnelo Sandini Miranda
Procurador Geral do Município

Valdirene da Silva Vieira
Secretária Municipal da Educação

Setor de Licitações e Contratos – Rua Benjamin Constant, 13 – Centro Lages/SC CEP 88.501-900
Fone (49) 3221-1169 e-mail licita3@lages.sc.gov.br
Contrato 52/2017 DL 20/2017 Processo Administrativo 67/2017
Em conformidade com Parecer jurídico nº 349/2017

EXTRATO CONTRATO 54/2017 PML**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES***Setor de Licitações e Contratos – Rua Benjamin Constant, 13 – Centro Lages/SC CEP 88.501-900**Fone (49) 3221-1169 e-mail licita3@lages.sc.gov.br**Contrato 53/2017 DL 20/2017 Processo Administrativo 67/2017**Em conformidade com Parecer jurídico nº 349/2017***CONTRATO Nº 53/2017**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: JOSÉ AMADEU PEREIRA DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 386.707.809-25, com sede à Localidade Lambedor 1, s/n, CEP 88500-000, Município de Lages/SC.

MUNICÍPIO DE LAGES, pessoa jurídica de direito público, neste ato representado pelo Prefeito o Exmo. Sr. Antonio Ceron, doravante denominado **CONTRATANTE**, de outro lado Sr. José Amadeu Pereira da Silva, de ora em diante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 67/2017, correlato a Dispensa de Licitação nº 20/2017, homologada em 30/03/2017, consoante as cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação dos alunos da rede escolar, referente ao Chamamento Público 01/2015 – PML – AGRICULTURA FAMILIAR – ATA 01/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, da data da assinatura do Presente Contrato;

2.2 De Execução, da assinatura do presente contrato até 31/07/2017;

2.3 Do Contrato, da assinatura do presente contrato até 31/07/2017.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR

O valor a ser pago será de R\$ 4.740,20 (quatro mil setecentos e quarenta reais e vinte centavos), sendo;

JOSÉ AMADEU PEREIRA DA SILVA (19898)

54	MELANCIA 01	KG	1.050,00	0,0000	1,48	1.554,00
60	MORANGA CABOTIÁ 04	KG	1.780,00	0,0000	1,79	3.186,20

Total do Fornecedor: 4.740,20

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.1 Será (ão) efetuado(s) em até 30 (trinta) dias da(s) contado a partir da data final do período de adimplimento de cada parcela, nos termos do art. 40, XIV, "a" da Lei 8.666/93;

*Setor de Licitações e Contratos – Rua Benjamin Constant, 13 – Centro Lages/SC CEP 88.501-900**Fone (49) 3221-1169 e-mail licita3@lages.sc.gov.br**Contrato 53/2017 DL 20/2017 Processo Administrativo 67/2017**Em conformidade com Parecer jurídico nº 349/2017*



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES**

*Setor de Licitações e Contratos – Rua Benjamin Constant, 13 – Centro Lages/SC CEP 88.501-900
Fone (49) 3221-1169 e-mail licita3@lages.sc.gov.br
Contrato 53/2017 DL 20/2017 Processo Administrativo 67/2017
Em conformidade com Parecer jurídico nº 349/2017*

4.2 O(s) pagamento(s), se processará (ão) após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que foram atendidas as condições estabelecidas no Contrato, Proposta de Preços e demais Documentos inerentes ao Processo;

4.3 Na hipótese de atraso no pagamento, por culpa exclusiva da Administração, o critério de atualização financeira será o IGP-M, em conformidade com art. 55, III da Lei 8.666/93.

PARAGRAFO ÚNICO - O presente contrato fica dispensado do processo licitatório conforme art. 24, inciso X da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

5.1 Cumprir todas as cláusulas e condições do presente Contrato;

5.2 Assinar e devolver o Contrato em prazo não superior a 10 (dez) dias a contar da data do seu recebimento. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar/devolver o contrato dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas;

5.3 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.4 Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou as supressões que se fizerem necessárias, em até 25% do valor inicialmente contratado, nos termos do § 1º do Artigo 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1 Emitir o Contrato em prazo não superior a 10 (dez) dias, contados da data da Homologação;

6.2 Encaminhar ao adjudicatário o Termo do Contrato, em prazo não superior a 10 (dez) dias contados da data da sua emissão;

6.3 Efetuar os pagamentos em conformidade com as condições prescritas no presente Contrato;

6.4 Exercer ampla e permanente fiscalização durante a execução do(s) serviço(s), objeto deste Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO RECEBIMENTO

7.1 Provisório, nos termos dispostos na alínea “a”, inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e consequente aceitação;

7.2 O(s) produto(s) e/ou serviço(s) que não for(em) de qualidade e/ou que não atender(em), na sua plenitude, as especificações do presente contrato, após notificação, será(ão), prontamente colocado(s) à disposição do(s) fornecedor(es), sem atribuição de qualquer ônus ao Contratante, com embasamento no disposto no Art. 76 da Lei de Licitações.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

8.1 Consoante o disposto no art. 77 da Lei 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento;

8.2 Pela inexecução total ou parcial do contrato, pelo adjudicatário, poderão ser aplicadas as penalidades prevista nos artigos 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em valor até 10% do fornecimento total, além das medidas legais cabíveis;

*Setor de Licitações e Contratos – Rua Benjamin Constant, 13 – Centro Lages/SC CEP 88.501-900
Fone (49) 3221-1169 e-mail licita3@lages.sc.gov.br
Contrato 53/2017 DL 20/2017 Processo Administrativo 67/2017
Em conformidade com Parecer jurídico nº 349/2017*



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES**

*Setor de Licitações e Contratos – Rua Benjamin Constant, 13 – Centro Lages/SC CEP 88.501-900
Fone (49) 3221-1169 e-mail licita3@lages.sc.gov.br
Contrato 53/2017 DL 20/2017 Processo Administrativo 67/2017
Em conformidade com Parecer jurídico nº 349/2017*

8.3. Quando o prejuízo causado pela contratada exceder ao previsto na cláusula penal, poderá a Administração exigir indenização suplementar, valendo a cláusula penal como mínimo da indenização, nos termos do parágrafo único do Art. 416 do Código Civil;

8.4 A personalidade jurídica da contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 12.846/2013, ou para provocar confusão patrimonial, sendo estendidos todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica aos seus administradores e sócios com poderes de administração, observados o contraditório e a ampla defesa;

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA/VALIDADE CONTRATUAL

O prazo de duração fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2017. A sua vigência será da assinatura do presente contrato até 31/07/2017.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

10.1 O presente contrato poderá ser rescindido mediante prévio e mútuo acordo entre as partes ou unilateralmente pela CONTRATANTE, quando ocorrer quaisquer dos motivos enumerados no artigo 78, seus parágrafos e incisos da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares;

10.2 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO DIREITO DE RESERVA

11.1 O Município de Lages, reserva-se ao direito, de revogar o presente contrato por razões de interesse público devidamente justificado, ou de anulá-lo, caso ocorram vícios de ilegalidade, nos termos do art. 49 da Lei de Licitações;

11.2 Receber o(s) produto(s) e/ou serviço(s) provisoriamente, nos termos dispostos na alínea “a”, inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e consequente aceitação;

11.3 O(s) produto(s) e/ou serviço(s) que não for(em) de qualidade e/ou que não atender(em), na sua plenitude, as especificações do Edital e seu(s) anexo(s), após notificação, será(ão), prontamente colocado(s) à disposição do(s) fornecedor(es), sem atribuição de qualquer ônus ao Contratante, com embasamento no disposto no Art. 76 da Lei de Licitações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

12.1 O presente Contrato reger-se-á pelas disposições expressas na Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares e, pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se supletivamente os Princípios da Teoria Geral dos contratos e as disposições de Direito Privado;

12.2 Os casos omissos serão resolvidos à luz das referidas leis, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente, independentemente de qual seja o domicílio da CONTRATADA;

*Setor de Licitações e Contratos – Rua Benjamin Constant, 13 – Centro Lages/SC CEP 88.501-900
Fone (49) 3221-1169 e-mail licita3@lages.sc.gov.br
Contrato 53/2017 DL 20/2017 Processo Administrativo 67/2017
Em conformidade com Parecer jurídico nº 349/2017*



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES**

*Setor de Licitações e Contratos – Rua Benjamin Constant, 13 – Centro Lages/SC CEP 88.501-900
Fone (49) 3221-1169 e-mail licita3@lages.sc.gov.br
Contrato 53/2017 DL 20/2017 Processo Administrativo 67/2017
Em conformidade com Parecer jurídico nº 349/2017*

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 30 de março de 2017.

Antonio Ceron
Prefeito Municipal

José Amadeu Pereira da Silva
CPF 386.7017.809-25

Agnelo Sandini Miranda
Procurador Geral do Município

Valdirene da Silva Vieira
Secretária Municipal da Educação

*Setor de Licitações e Contratos – Rua Benjamin Constant, 13 – Centro Lages/SC CEP 88.501-900
Fone (49) 3221-1169 e-mail licita3@lages.sc.gov.br
Contrato 53/2017 DL 20/2017 Processo Administrativo 67/2017
Em conformidade com Parecer jurídico nº 349/2017*

EXTRATO ONTRATO 45/2017 PML

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES**

*Setor de Licitações e Contratos – Rua Benjamin Constant, 13 – Centro Lages/SC CEP 88.501-900
Fone (49) 3221-1169 e-mail licita3@lages.sc.gov.br
Contrato 43/2017 DL 20/2017 Processo Administrativo 67/2017
Em conformidade com Parecer jurídico nº 349/2017*

CONTRATO Nº 43/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: DEBORA PEGORARO, inscrita no CPF sob o nº 058.401.779-03, com sede à Localidade de Cabo de Lança, bairro Santa Teresinha do Boqueirão, s/n, CEP 88500-000, Município de Lages/SC.

MUNICÍPIO DE LAGES, pessoa jurídica de direito público, neste ato representado pelo Prefeito o Exmo. Sr. Antonio Ceron, doravante denominado **CONTRATANTE**, de outro lado Sra. Debora Pegoraro, de ora em diante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 67/2017, correlato a Dispensa de Licitação nº 20/2017, homologada em 30/03/2017, consoante as cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação dos alunos da rede escolar, referente ao Chamamento Público 01/2015 – PML – AGRICULTURA FAMILIAR – ATA 01/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, da data da assinatura do Presente Contrato;

2.2 De Execução, da assinatura do presente contrato até 31/07/2017;

2.3 Do Contrato, da assinatura do presente contrato até 31/07/2017.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR

O valor a ser pago será de R\$ 17.820,00 (dezesete oitocentos e vinte reais), sendo;

DEBORA PEGORARO (19889)

28	CAQUI 01	KG	6.000,00	0,0000	2,97	17.820,00
----	----------	----	----------	--------	------	-----------

Total do Fornecedor: 17.820,00

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.1 Será (ão) efetuado(s) em até 30 (trinta) dias da(s) contado a partir da data final do período de adimplimento de cada parcela, nos termos do art. 40, XIV, "a" da Lei 8.666/93;

4.2 O(s) pagamento(s), se processará (ão) após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que foram atendidas as condições estabelecidas no Contrato, Proposta de Preços e demais Documentos inerentes ao Processo;

*Setor de Licitações e Contratos – Rua Benjamin Constant, 13 – Centro Lages/SC CEP 88.501-900
Fone (49) 3221-1169 e-mail licita3@lages.sc.gov.br
Contrato 43/2017 DL 20/2017 Processo Administrativo 67/2017
Em conformidade com Parecer jurídico nº 349/2017*



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES**

*Setor de Licitações e Contratos – Rua Benjamin Constant, 13 – Centro Lages/SC CEP 88.501-900
Fone (49) 3221-1169 e-mail licita3@lages.sc.gov.br
Contrato 43/2017 DL 20/2017 Processo Administrativo 67/2017
Em conformidade com Parecer jurídico nº 349/2017*

4.3 Na hipótese de atraso no pagamento, por culpa exclusiva da Administração, o critério de atualização financeira será o IGP-M, em conformidade com art. 55, III da Lei 8.666/93.

PARAGRAFO ÚNICO - O presente contrato fica dispensado do processo licitatório conforme art. 24, inciso X da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

5.1 Cumprir todas as cláusulas e condições do presente Contrato;

5.2 Assinar e devolver o Contrato em prazo não superior a 10 (dez) dias a contar da data do seu recebimento. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar/devolver o contrato dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas;

5.3 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.4 Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou as supressões que se fizerem necessárias, em até 25% do valor inicialmente contratado, nos termos do § 1º do Artigo 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1 Emitir o Contrato em prazo não superior a 10 (dez) dias, contados da data da Homologação;

6.2 Encaminhar ao adjudicatário o Termo do Contrato, em prazo não superior a 10 (dez) dias contados da data da sua emissão;

6.3 Efetuar os pagamentos em conformidade com as condições prescritas no presente Contrato;

6.4 Exercer ampla e permanente fiscalização durante a execução do(s) serviço(s), objeto deste Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO RECEBIMENTO

7.1 Provisório, nos termos dispostos na alínea “a”, inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e consequente aceitação;

7.2 O(s) produto(s) e/ou serviço(s) que não for(em) de qualidade e/ou que não atender(em), na sua plenitude, as especificações do presente contrato, após notificação, será(ão), prontamente colocado(s) à disposição do(s) fornecedor(es), sem atribuição de qualquer ônus ao Contratante, com embasamento no disposto no Art. 76 da Lei de Licitações.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

8.1 Consoante o disposto no art. 77 da Lei 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento;

8.2 Pela inexecução total ou parcial do contrato, pelo adjudicatário, poderão ser aplicadas as penalidades prevista nos artigos 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em valor até 10% do fornecimento total, além das medidas legais cabíveis;

8.3. Quando o prejuízo causado pela contratada exceder ao previsto na cláusula penal, poderá a Administração exigir indenização suplementar, valendo a cláusula penal como mínimo da indenização, nos termos do parágrafo único do Art. 416 do Código Civil;

*Setor de Licitações e Contratos – Rua Benjamin Constant, 13 – Centro Lages/SC CEP 88.501-900
Fone (49) 3221-1169 e-mail licita3@lages.sc.gov.br
Contrato 43/2017 DL 20/2017 Processo Administrativo 67/2017
Em conformidade com Parecer jurídico nº 349/2017*



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES**

*Setor de Licitações e Contratos – Rua Benjamin Constant, 13 – Centro Lages/SC CEP 88.501-900
Fone (49) 3221-1169 e-mail licita3@lages.sc.gov.br
Contrato 43/2017 DL 20/2017 Processo Administrativo 67/2017
Em conformidade com Parecer jurídico nº 349/2017*

8.4 A personalidade jurídica da contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 12.846/2013, ou para provocar confusão patrimonial, sendo estendidos todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica aos seus administradores e sócios com poderes de administração, observados o contraditório e a ampla defesa;

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA/VALIDADE CONTRATUAL

O prazo de duração fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2017. A sua vigência será da assinatura do presente contrato até 31/07/2017.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

10.1 O presente contrato poderá ser rescindido mediante prévio e mútuo acordo entre as partes ou unilateralmente pela CONTRATANTE, quando ocorrer quaisquer dos motivos enumerados no artigo 78, seus parágrafos e incisos da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares;

10.2 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO DIREITO DE RESERVA

11.1 O Município de Lages, reserva-se ao direito, de revogar o presente contrato por razões de interesse público devidamente justificado, ou de anulá-lo, caso ocorram vícios de ilegalidade, nos termos do art. 49 da Lei de Licitações;

11.2 Receber o(s) produto(s) e/ou serviço(s) provisoriamente, nos termos dispostos na alínea “a”, inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e consequente aceitação;

11.3 O(s) produto(s) e/ou serviço(s) que não for(em) de qualidade e/ou que não atender(em), na sua plenitude, as especificações do Edital e seu(s) anexo(s), após notificação, será(ão), prontamente colocado(s) à disposição do(s) fornecedor(es), sem atribuição de qualquer ônus ao Contratante, com embasamento no disposto no Art. 76 da Lei de Licitações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

12.1 O presente Contrato reger-se-á pelas disposições expressas na Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares e, pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se supletivamente os Princípios da Teoria Geral dos contratos e as disposições de Direito Privado;

12.2 Os casos omissos serão resolvidos à luz das referidas leis, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente, independentemente de qual seja o domicílio da CONTRATADA; E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

*Setor de Licitações e Contratos – Rua Benjamin Constant, 13 – Centro Lages/SC CEP 88.501-900
Fone (49) 3221-1169 e-mail licita3@lages.sc.gov.br
Contrato 43/2017 DL 20/2017 Processo Administrativo 67/2017
Em conformidade com Parecer jurídico nº 349/2017*



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES

Setor de Licitações e Contratos – Rua Benjamin Constant, 13 – Centro Lages/SC CEP 88.501-900
Fone (49) 3221-1169 e-mail licita3@lages.sc.gov.br
Contrato 43/2017 DL 20/2017 Processo Administrativo 67/2017
Em conformidade com Parecer jurídico nº 349/2017

Lages, 30 de março de 2017.

Antonio Ceron
Prefeito Municipal

Debora Pegoraro
CPF 058.401.779-03

Agnelo Sandini Miranda
Procurador Geral do Município

Valdirene da Silva Vieira
Secretária Municipal da Educação

Setor de Licitações e Contratos – Rua Benjamin Constant, 13 – Centro Lages/SC CEP 88.501-900
Fone (49) 3221-1169 e-mail licita3@lages.sc.gov.br
Contrato 43/2017 DL 20/2017 Processo Administrativo 67/2017
Em conformidade com Parecer jurídico nº 349/2017

Laguna

PREFEITURA

PORTARIA Nº 381/2017

PORTARIA RH Nº 381/2017

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, ao Servidor DAYANA REGINA FURTADO B. LOPES, Agente Comunitária, do dia 10.04 2017 a 09.05.2017, referente ao período aquisitivo 2016/2017.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 17 de Abril de 2017.

VALÉRIA OLIVIER ALVES
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 393/2017

PORTARIA RH Nº 393/2017

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, ao Servidor MARCELO MENDONÇA, Motorista, do dia 11.04 2017 a 10.05.2017, referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 12 de Abril de 2017.

VALÉRIA OLIVIER ALVES
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 396/2017

PORTARIA RH Nº 396/2017

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, ao Servidor MARILENE MOREIRA CARDOSO, Agente Comunitária, do dia 13.04 2017 a 12.05.2017, referente ao período aquisitivo 2016/2017.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 13 de Abril de 2017.

VALÉRIA OLIVIER ALVES
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 404/2017

PORTARIA RH Nº 404/2017

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, ao Servidor ADEMIR DE AGUIAR, Diretor de Departamento, do dia 17.04 2017 a 16.05.2017, referente ao período aquisitivo 2016/2017.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 17 de Abril de 2017.

VALÉRIA OLIVIER ALVES
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 408/2017

PORTARIA RH Nº 408/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMER, VALMOR JUVENAL PACHER, para exercer o cargo de Presidente da Fundação Irmã Vera, PF 1, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 18 de Abril de 2017.
MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

Lajeado Grande

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO N. 009/2017 - DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DAS CONTAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJEADO GRANDE, RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Decreto Legislativo nº 009/2017

"DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DAS CONTAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJEADO GRANDE, RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JURACI ANTÔNIO XAVIER, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Lajeado Grande, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com os Artigos 213 a 216 do Regimento Interno da Câmara de Vereadores;

CONSIDERANDO o Parecer do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - Processo PCP n. 16/00110514 – Parecer Prévio n. 0127/2016, recomendando a Aprovação das Contas do Executivo Municipal relativo ao ano de 2015;

CONSIDERANDO o Parecer da Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização Financeira e Contas que emitiram parecer favorável ao Projeto de Decreto Legislativo relativamente às contas do Poder Executivo Municipal do exercício financeiro de 2015;

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado e ratificado o Parecer Prévio n. 0127/2016 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina que recomenda à Câmara de Vereadores a APROVAÇÃO das Contas Anuais do Poder Executivo Municipal de Lajeado Grande-SC, relativas ao Exercício Financeiro de 2015, analisadas através do Processo PCP n. 16/00110514.

Art. 2º - Seja dado ciência ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e a Prefeitura Municipal da respectiva aprovação.

Art. 3º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara de Vereadores em 17 de abril de 2017.

JURACI ANTÔNIO XAVIER

Presidente

Registrado e publicado na data supra e local de costume

MARGARETE DA SILVA COSTA FLORES

Primeira Secretária

Lebon Régis

PREFEITURA

PORTARIA Nº 370/17 DE 05 DE ABRIL DE 2017

PORTARIA Nº 370/17 DE 05 DE ABRIL DE 2017

CONCEDE LICENÇA PREMIO A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) AMAURI INHAIA, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Motorista, com lotação na Secretaria Municipal de Infraestrutura, LICENÇA PREMIO (18 DIAS), a partir de 05/04/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 05 de abril de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 371/17 DE 17 DE ABRIL DE 2017

PORTARIA Nº 371/17 DE 17 DE ABRIL DE 2017

CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR EM CARÁTER EMERGENCIAL, NATHALY APARECIDA SOARES MULLER, para ocupar o cargo de Farmacêutico, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, com carga horária de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 17/04/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 17 de abril de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 372/17 DE 17 DE ABRIL DE 2017

PORTARIA Nº 372/17 DE 17 DE ABRIL DE 2017

NOMEIA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR ATRAVÉS DO CONCURSO PÚBLICO 01/2016, JOSÉ AROLDI ANTUNES DOS SANTOS, para ocupar o cargo de

AGENTE DE DEFESA CIVIL, com lotação na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, com carga horária de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 17/04/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 17 de abril de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário de Administração e Finanças

PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS/SC PROCESSO Nº 23/2017 DISPENSA DE LICITAÇÃO 10/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS/SC

PROCESSO Nº 23/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO 10/2017

O Presidente da Comissão de Licitações, nomeado pelo Decreto 027/2017, no uso de suas atribuições legais faz PUBLICAR a dispensa de licitação, com fundamento no art. 24, II, da Lei n. 8.666/1993. A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresa especializada para dedetização e limpeza de caixas de água. A serem realizadas, duas vezes por ano, sendo a primeira em abril e a segunda em outubro de 2017 nas diversas instalações pertencentes ao Município e seus Fundos e Departamentos. PARTICIPANTE: JESICA COLDEBELLA 07474090996. CNPJ 26.299.853/0001-60. VALOR R\$ 7.746,86 (sete mil setecentos e quarenta e seis reais com oitenta e seis centavos).

Lebon Régis, 18 de abril de 2017.

José Vanderlei de Campos - Presidente

Leoberto Leal

PREFEITURA

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2017 - PMLL

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

Divisão de Licitações e Compras

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 024/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2017

TIPO: Menor Preço por Item. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições de uniformes escolares para os alunos da Rede Municipal de Ensino Infantil e Fundamental da Secretaria da Educação, Cultura e Desporto do Município de Leoberto Leal, conforme Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 017/2017. LEGISLAÇÃO: Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 23/2007, Lei nº 8.666/93, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, Leoberto Leal/SC, às 14:00 (quatorze horas), do dia 03 de maio de 2017. Cópia do Edital pode ser obtida no endereço acima citado. Informações fone: (48) 3268 1212. Em 18/04/2017. VITOR NORBERTO ALVES - Prefeito Municipal.

LEI N.º 1.291/2017

LEI Nº 1.291, DE 18 DE ABRIL DE 2017.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO FISCAL”

O Prefeito Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Especial no Orçamento Fiscal, no valor de até R\$ 258.070,98, de acordo com as especificações abaixo:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	06	SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	258.070,98
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	258.070,98
Função	26	Transporte	258.070,98
Sub-função	782	Transporte Rodoviário	258.070,98
Programa	0009	Revitalização das Estradas	258.070,98
Atividade	1.050	Construção de Ponte de Concreto - Alto Vargedo	258.070,98
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesa de Capital	258.070,98
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimento	258.070,98
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	258.070,98
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	20.000,00
Detalhamento	000	Sem Detalhamento	20.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0034	Transferências de Convênios/União/Outros	238.070,98
Detalhamento	336	Conv.SEDEC/Reconstrução Ponte de Concreto - Alto Vargedo	238.070,98
TOTAL DO CRÉDITO ESPECIAL			258.070,98

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta:

I - Provável Excesso de arrecadação:

Fonte/Detalhamento	Fonte/Detalhamento	Valor
Transferências de Convênios – União Outros/ Conv.SEDEC/Reconstrução Ponte de Concreto - Alto Vargedo	0.1.0034.336	238.070,98
TOTAL DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO		238.070,98

II - Superávit financeiro do exercício anterior:

Fonte/Detalhamento	Fonte/Detalhamento	Valor
Recursos Ordinários	0.1.0000	20.000,00
TOTAL DO SUPERÁVIT FINANCEIRO		20.000,00

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 18 de abril de 2017.

VITOR NORBERTO ALVES

Prefeito Municipal

LEI N.º 1.292/2017

LEI N.º 1.292, DE 18 DE ABRIL DE 2017.

"DENOMINA A TAÇA DO CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTSAL 2017 - TAÇA RODRIGO WANDERLEY PLEBANI ."

VITOR NORBERTO ALVES, Prefeito Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do município, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a denominar a taça do Campeonato Municipal de Futsal 2017, do Município de Leoberto Leal, como TAÇA RODRIGO WANDERLEY PLEBANI.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 18 de abril de 2017.

VITOR NORBERTO ALVES

Prefeito Municipal

LEI N.º 1.293/2017

LEI Nº 1.293, DE 18 DE ABRIL DE 2017.

"RECONHECE E AUTORIZA O PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO POR ACIDENTE DE TRÂNSITO, OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

VITOR NORBERTO ALVES, Prefeito Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica reconhecido o direito à indenização à CLAUDEMIR DE OLIVEIRA, CPF: 653.336.169-49, na forma do Protocolo/Interno 024/2017, anexo e inseparável da presente Lei, bem como autorizado o seu pagamento pelo menor orçamento apresentado.

Art. 2º Fica autorizado o Município realizar o pagamento de indenização por acidente de trânsito ao proprietário do veículo ou seu procurador, no valor de R\$ 1.380,00 (um mil, trezentos e oitenta reais) referente aos danos materiais ocorridos no veículo HONDA CIVIC, placa INSS-5818, conforme apresentado no mencionado Processo Administrativo.

Art. 3º A despesa desta lei correrá por conta das dotações do orçamento vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 18 de abril de 2017.

VITOR NORBERTO ALVES

Prefeito Municipal

LEI N.º 1.294/2017

LEI Nº 1.294, DE 18 DE ABRIL DE 2017.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE"

O Prefeito Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial no orçamento vigente, até o valor de R\$ 4.550,00, de acordo com as especificações abaixo:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	03	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS	4.550,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS	4.550,00
Função	04	Administração	4.550,00
Sub-função	122	Administração Geral	4.550,00
Programa	0003	Gestão Geral e Administrativa	4.550,00
Projeto/Atividade	2.003	Funcionamento e Manutenção da SACF	4.550,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	4.550,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	4.550,00
Modalidade Aplicação	30	Transferências a Estados e ao Distrito Federal	4.550,00
Fonte de Recurso	0.1.000	Recursos Ordinários	4.550,00
TOTAL DO CRÉDITO ESPECIAL			4.550,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta da anulação da dotação de acordo com as especificações abaixo:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	03	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS	4.550,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS	4.550,00
Função	04	Administração	4.550,00
Sub-função	122	Administração Geral	4.550,00
Programa	0003	Gestão Geral e Administrativa	4.550,00
Projeto/Atividade	2.003	Funcionamento e Manutenção da SACF	4.550,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	4.550,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	4.550,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	4.550,00
Fonte de Recurso	0.1.000	Recursos Ordinários	4.550,00
TOTAL DA ANULAÇÃO			4.550,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 18 de abril de 2017.

VITOR NORBERTO ALVES

Prefeito Municipal

Lindóia do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PR 28/2017

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2017

GENIR LOLI – Prefeito Municipal, de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, para a contratação de Serviços de Transporte Escolar Universitário, para o ano letivo de 2017, no dia 05 de maio de 2017 as 08:30 horas, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 08:15 horas do mesmo dia, na Secretaria Geral de Governo, situada na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site www.lindoiadosul.sc.gov.br, poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.1177.

Lindóia do Sul - SC, 18 de abril de 2017.

Genir Loli

Prefeito Municipal

Lontras

PREFEITURA

EDITAL Nº 37/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LONTRAS

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Nº 37/2017.

A Prefeitura de Lontras – SC, torna público nos termos do Artigo 25 Inciso I da Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores, que formalizou Processo de Dispensa de Licitação nº 37/2017 para Aquisição de passe escolar para alunos da rede municipal e estadual de ensino. Locador: ONIBUS CIRCULAR LTDA, CNPJ 85.775.633/0001-24.

Prazo: até 31 de dezembro de 2017.

Lontras, 18 de abril de 2017 – MARCIONEI HILLESHEIM – PREFEITO.

RETIFICAÇÃO EDITAL 46/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE LONTRAS

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO

PROCESSO N.º 46/2017

EDITAL: Registro de preço para futuras e eventuais aquisições de materiais de construção, materiais elétricos, materiais hidráulicos, equipamentos de proteção individual, areia, concreto, brita, pintura, madeira, ferramentas, telhas e tijolos para atender possíveis necessidades de todas as secretarias. Inclusão dos itens 5.10 e 5.11 e do item 'd' na Cláusula Sétima do Anexo I. Alteração da data de Entrega e Abertura dos Envelopes. Entrega dos Envelopes: até às 08h e 30min do dia 27/04/2017; Abertura dos Envelopes: às 09 horas do dia 27/04/2017. Ficam mantidas todas as demais condições do edital, no que não colidirem com as desta Retificação. Maiores Informações e aquisição do documento de retificação sito a Praça Henrique Schroeder, n.º 01, Centro – Fone: (47) 3523-9400, no horário de expediente em vigor ou através do site www.lontras.sc.gov.br. Lontras, 18 de Abril de 2017. MARCIONEI HILLESHEIM. Prefeito Municipal.

Luzerna

PREFEITURA

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO PML Nº 037.17

1º TERMO ADITIVO

CONTRATO PML Nº 037/2017

[CONTRATO DE RATEIO Nº 001/2017/CPIMMOC]

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 029/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2017

Aos 18 (dezoito) dia do mês de abril do ano de 2017, presentes de um lado, o MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Avenida 16 de fevereiro, 151, em Luzerna/SC, CEP 89.609-000, neste ato representado por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF/MF nº 024.651.199-07 e portador da cédula de identidade RG nº 11/C-3.427.769, residente e domiciliado na Rua Beno Dresch, s/n, Bairro Vila Alemanha, neste Município de Luzerna/SC, denominado CONTRATANTE e do outro, o CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO MEIO OESTE CATARINENSE - CPIMMOC, Consórcio Público constituído nos termos da Lei Federal 11.107, inscrito no CNPJ nº 19.678.109/0001-00, com sede na Rua Roberto Trompowski, 68, 2º andar, Centro, Joaçaba/SC, neste ato representado por seu Presidente, Sr. NADIR BAU DA SILVA, Prefeito de Tangará, ao final assinado, doravante denominado CONTRATADO, têm entre si justo e contratado, de acordo com as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, da Lei Federal nº 11.107/2005, do Decreto Federal n. 6.017/07, do Protocolo de Intenções, das Leis de Ratificações, no Estatuto Social e com a Resolução 10/2015 e da Ata da Assembleia Geral Ordinária nº 016 realizada no dia 04 de abril de 2017 celebram o presente termo aditivo que se regerá pelas condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DA SUPRESSÃO

O presente Termo Aditivo tem por objeto, com a concordância de ambas as partes, a supressão de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) do Contrato PML nº 037.17, devido ao encerramento de todas as atividades desenvolvidas pelo Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Catarinense – CPIMMOC, nos termos fixados do Ofício e da Ata da Assembleia Geral Ordinária nº 016 realizada no dia 04 de abril de 2017. Nesses termos, cabe ao Município o repasse das parcelas mensais pactuadas no Contrato de Rateio nº 001/2017/CPIMMOC, referente aos meses de janeiro e fevereiro de 2017, que correspondem ao valor total de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

CLAUSULA SEGUNDA

DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas e condições firmadas no Contrato permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 18 de abril de 2017.

NADIR BAÚ DA SILVA Prefeito Municipal de Tangará Presidente do CPIMMOC CONTRATADO	MOISÉS DIERSMANN Prefeito de Luzerna Município Consorciado CONTRATANTE
--	---

TESTEMUNHAS:

1. -----	2. -----
Ass.	Ass.
Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO PML Nº 038.17

1º TERMO ADITIVO

CONTRATO PML Nº 038/2017

[CONTRATO DE RATEIO Nº 002/2017/CPIMMOC]

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 030/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 007/2017

Aos 18 (dezoito) dia do mês de abril do ano de 2017, presentes de um lado, o MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Avenida 16 de fevereiro, 151, em Luzerna/SC, CEP 89.609-000, neste ato representado por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF/MF nº 024.651.199-07 e portador da cédula de identidade RG nº 11/C-3.427.769, residente e domiciliado na Rua Beno Dresch, s/n, Bairro Vila Alemanha, neste Município de Luzerna/SC, denominado CONTRATANTE e do outro, o CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO MEIO OESTE CATARINENSE - CPIMMOC, Consórcio Público constituído nos termos da Lei Federal 11.107, inscrito no CNPJ nº 19.678.109/0001-00, com sede na Rua Roberto Trompowski, 68, 2º andar, Centro, Joaçaba/SC, neste ato representado por seu Presidente, Sr. NADIR BAU DA SILVA, Prefeito de Tangará, ao final assinado, doravante denominado CONTRATADO, têm entre si justo e contratado, de acordo com as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, da Lei Federal nº 11.107/2005, do Decreto Federal n. 6.017/07, do Protocolo de Intenções, das Leis de Ratificações, no Estatuto Social e com a Resolução 10/2015 e da Ata da Assembleia Geral Ordinária nº 016 realizada no dia 04 de abril de 2017 celebram o presente termo aditivo que se regerá pelas condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DA SUPRESSÃO

O presente Termo Aditivo tem por objeto, com a concordância de ambas as partes, a supressão de R\$ 4.447,00 (quatro mil quatrocentos e quarenta e sete reais) do Contrato PML nº 038.17, devido ao encerramento de todas as atividades desenvolvidas pelo Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Catarinense – CPIMMOC, nos termos fixados do Ofício e da Ata da Assembleia Geral Ordinária nº 016 realizada no dia 04 de abril de 2017. Nesses termos, cabe ao Município o repasse das parcelas mensais pactuadas no Contrato de Rateio nº 002/2017/CPIMMOC, que dispõe sobre o custeio dos serviços do Licenciamento Ambiental Local referente aos meses de janeiro e fevereiro de 2017, que correspondem ao valor total de R\$ 8.894,00 (oito mil oitocentos e noventa e quatro reais).

CLAUSULA SEGUNDA

DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas e condições firmadas no Contrato permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 18 de abril de 2017.

NADIR BAÚ DA SILVA Prefeito Municipal de Tangará Presidente do CPIMMOC CONTRATADO	MOISÉS DIERSMANN Prefeito de Luzerna Município Consorciado CONTRATANTE
--	---

TESTEMUNHAS:

1. ----- 2. -----
Ass. Ass.
Nome: Nome:
CPF: CPF:

8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO PML Nº 167.14

OITAVO TERMO ADITIVO
CONTRATO PML Nº 0167/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 122/14
TOMADA DE PREÇO Nº 015/14

O MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Avenida 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna/SC, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF/MF nº 024.651.199-07 e portador da cédula de identidade nº 11/C-3.427.769, residente e domiciliado residente à Rua Beno Dresch, s/n, Bairro Vila Alemanha, neste Município de Luzerna/SC, CEP 89609000, denominado CONTRATANTE e ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.377.072/0001-40, com endereço na Rua Antônio Bevilacqua, 30, em Herval d'Oeste/SC, CEP 89610-000, representada por seu sócio administrador, SIMAR JOSÉ ROSA brasileiro, casado, administrador, portador da cédula de identidade nº 1.079.721 e inscrito no CPF/MF sob nº 437.061.009-59, denominada CONTRATADA, com fundamento no art. 57, inciso II da Lei 8.666/93 e alterações posteriores e na Cláusula Sexta do Contrato pml.0167.14, ajustam entre si o presente o têm entre si justo o presente termo aditivo ao CONTRATO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E O FORNECIMENTO DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE EDUCACIONAL (ESPAÇO EDUCATIVO II – 6 SALAS DE AULA) CONTENDO 3 (TRÊS) BLOCOS DISTINTOS, PEDAGÓGICO, ADMINISTRATIVO E DE SERVIÇO, COM ÁREA TOTAL DE 853,20M², NA RUA VIGÁRIO FREI JOÃO, CENTRO, LUZERNA/SC CONFORME PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO, CADERNO DE ENCARGOS, ORÇAMENTO MÁXIMO E CRONOGRAMA EM ANEXO, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA DA PRORROGAÇÃO

O presente Termo Aditivo tem por objeto, com a concordância de ambas as partes, prorrogar o prazo do Contrato PML 167.2014, passando a vigência do Contrato para 31 de dezembro de 2017, nos termos da Solicitação do Setor Planejamento.

CLÁUSULA SEGUNDA DA RETIFICAÇÃO

Ainda, o presente instrumento tem por objeto adequar os valores disposto no 4º Termo Aditivo, passando o valor do mesmo de R\$ 31.593,16 (Trinta e um mil quinhentos e noventa e três reais e dezesseis centavos) para R\$ 45.512,03 (Quarenta e cinco mil quinhentos e doze reais e três centavos). Tal demanda justifica-se pelos fundamentos apresentados pela Diretoria de Planejamento,

abaixo transcrito:

Durante a execução da obra a Administração Municipal juntamente com a Secretaria de Educação optou por efetuar a substituição das esquadrias de ferro previstas no projeto inicial, para esquadrias de alumínio, visando durabilidade e funcionalidade da obra, troca esta autorizada pelo FNDE em 21 de setembro de 2016; o qual nos resultou num saldo positivo de R\$ 13.918,87 (treze mil novecentos e dezoito reais e oitenta e sete centavos). Ao final da obra, verificou-se que o referido saldo estava disponível na conta do convênio e desta forma foi solicitado ao FNDE autorização para utilização desse recurso no custeio do Sexto Termo Aditivo, este no valor de R\$ 12.750,60 (doze mil setecentos e cinquenta reais e sessenta centavos), o qual estava programado para ser pago com recursos próprios do Município. O FNDE autorizou a utilização do recurso para tal finalidade em 16 de fevereiro de 2017. Ocorre que o saldo proveniente da troca das esquadrias, no valor de R\$ 13.918,87, já havia sido embutido no Quarto Termo Aditivo, por este motivo se dá a necessidade de retificação. A partir do momento em que retiramos das planilhas de aditivo/supressão da obra, os valores referentes à troca das esquadrias, nosso Termo Aditivo altera-se para R\$ 45.512,03 (quarenta e cinco mil quinhentos e doze reais e três centavos), conforme ofício encaminhado pela empresa. Ressaltando que o aumento do Quarto Termo Aditivo é compensado com a utilização do saldo de recurso da obra, pactuado com o FNDE, no pagamento do Sexto Termo Aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA

DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas e condições firmadas no Contrato original permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 17 de abril de 2017.

MOISÉS DIERSMANN PREFEITO DE LUZERNA CONTRATANTE	SIMAR JOSÉ ROSA ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA CONTRATADA
--	---

TESTEMUNHAS:

1. ----- 2. -----
Ass. Ass.
Nome: Nome:
CPF: CPF:

DECRETO 2354

DECRETO Nº 2354 de 18 de abril de 2017.

“ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS”.

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 1517 de 18 de abril de 2017,

DECRETA:

Art.1º- Fica anulada parcialmente, a dotação atribuída à ação abaixo discriminada até o limite do valor também abaixo discriminado:

Ação: 02.001.04.122.0004.2002 - Funcionamento e Manutenção do Gabinete do Prefeito

G.N.D. - Modalidade de Aplicação: 3.3.50. Outras despesas correntes - Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos

Fonte: 00 - Recursos Ordinários

Detalhamento: 00 - Recursos Ordinários

Valor: R\$ 9.500,00

Ação: 08.001.12.361.0031.2030 - Manutenção da Educação Básica Fundamental
G.N.D. - Modalidade de Aplicação: 3.3.90. Outras despesas correntes - Aplicações diretas
Fonte: 01 - Recursos de Impostos e Transferências de Impostos - Educação
Detalhamento: 001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação
Valor: R\$ 35.000,00

Ação: 09.001.20.606.0052.1086 - Programa de melhoria da propriedade rural
G.N.D. - Modalidade de Aplicação: 3.3.50. Outras despesas correntes - Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos
Fonte: 00 - Recursos Ordinários
Detalhamento: 00 - Recursos Ordinários
Valor: R\$ 15.000,00

Ação: 13.001.10.122.0103.2094 - Gestão Administrativa da Secretaria de Saúde
G.N.D. - Modalidade de Aplicação: 3.1.90. Despesas de Pessoal - Aplicações diretas
Fonte: 02 - Recursos de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde
Detalhamento: 002 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde
Valor: R\$ 3.000,00

Art.2º- Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, fica suplementada até os limites anulados a dotação atribuída à ação abaixo discriminada:

Ação: 02.001.04.124.0007.2007 - Manutenção da Coordenadoria de Controle Interno
G.N.D. - Modalidade de Aplicação: 3.3.90. Outras despesas correntes - Aplicações diretas
Fonte: 00 - Recursos Ordinários
Detalhamento: 00 - Recursos Ordinários
Valor: R\$ 2.500,00

Ação: 08.001.12.361.0031.2031 - Manutenção do Transporte Escolar
G.N.D. - Modalidade de Aplicação: 3.3.90. Outras despesas correntes - Aplicações diretas
Fonte: 01 - Recursos de Impostos e Transferências de Impostos - Educação
Detalhamento: 001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação
Valor: R\$ 15.000,00

Ação: 08.001.12.365.0028.2091 - Manutenção da Educação Infantil - Creches
G.N.D. - Modalidade de Aplicação: 3.3.90. Outras despesas correntes - Aplicações diretas
Fonte: 01 - Recursos de Impostos e Transferências de Impostos - Educação
Detalhamento: 001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação
Valor: R\$ 10.000,00

Ação: 08.001.12.365.0028.2092 - Manutenção da Educação Infantil - Pré-escolar
G.N.D. - Modalidade de Aplicação: 3.3.90. Outras despesas correntes - Aplicações diretas
Fonte: 01 - Recursos de Impostos e Transferências de Impostos - Educação
Detalhamento: 001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação
Valor: R\$ 10.000,00

Ação: 09.001.20.602.0052.2044 - Apoio a Bacia Leiteira e Melhoria Genética do Gado Bovino
G.N.D. - Modalidade de Aplicação: 3.3.90. Outras despesas correntes - Aplicações diretas
Fonte: 00 - Recursos Ordinários
Detalhamento: 00 - Recursos Ordinários
Valor: R\$ 15.000,00

Ação: 15.001.22.691.0100.2047 - Manutenção dos serviços de incentivo ao comércio e serviços
G.N.D. - Modalidade de Aplicação: 3.3.90. Outras despesas correntes - Aplicações diretas
Fonte: 00 - Recursos Ordinários
Detalhamento: 00 - Recursos Ordinários
Valor: R\$ 7.000,00

Ação: 13.001.10.122.0103.2094 - Gestão Administrativa da Secretaria de Saúde
G.N.D. - Modalidade de Aplicação: 3.3.90. Outras despesas correntes - Aplicações diretas
Fonte: 02 - Recursos de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde
Detalhamento: 002 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde
Valor: R\$ 3.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 18 de abril de 2017.

MOISES DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

DECRETO 2355

DECRETO Nº 2355 de 18 de abril de 2017.

“ALTERA O ART. 1º DO DECRETO Nº 2338 de 10 de março de 2017 QUE “INSTITUI TURNO ÚNICO PARA SERVIDORES QUE ESPECIFICA DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei,

DECRETA:

Art.1º - Fica alterado o art. 1º do Decreto nº 2338 de 10 de março de 2017 que “INSTITUI TURNO ÚNICO PARA SERVIDORES QUE ESPECIFICA DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art.1º - Fica instituído TURNO ÚNICO contínuo de 6 (seis) horas diárias dos servidores que exercem as funções de Operadores de Máquinas, Motoristas e Auxiliares de Serviços Gerais que acompanham o serviço desses profissionais da SECRETARIA DE SERVIÇOS INTEGRADOS DE INFRAESTRUTURA E AGROPECUÁRIA, por prazo indeterminado, no horário das 07h00 às 13h00, de segunda a sexta-feira.”

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 18 de abril de 2017.

MOISES DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - PL 003/2017 - PP 002/2017 - VEICULO PARA TRANSPORTE DE PASSAGEIROS - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitatório 003/2017 - FMS

Pregão nº 002/2017 - FMS

O Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna, LUIS FERNANDO DAHMER PERUCHINI, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº FMS 003/2017, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial para Registro de Preço

- Objeto: A presente Licitação tem por objeto a aquisição de 1 (um) veículo para transporte de passageiros destinado a realização de viagens e prestações de serviços na realização dos procedimentos de TFD – Tratamento Fora do Domicílio, conforme as condições e especificações constantes do Anexo I, que faz parte integrante deste Edital.

- Proponente(s) Vencedora(s):

* DE MARCO LTDA

- Valor total: R\$169.000,00

Luzerna (SC), 18 de abril de 2017.

LUIS FERNANDO DAHMER PERUCHINI

Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - PL 022/2017 - CC 001/2017 - CONCESSÃO QUIOSQUE 01 - PML

MUNICÍPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE EDITAL

Processo Licitatório nº 022/2017 - PML

Concorrência Pública nº 001/2017 - PML

O Prefeito Municipal, MOISÉS DIERSMANN, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 022/2017, nos seguintes termos:

- Modalidade: CONCORRÊNCIA tipo MAIOR OFERTA POR ITEM.

- Objeto: A presente licitação objetiva a permissão de uso de edificação em alvenaria e concreto com área construída de 100,21 m² com 02 pavimentos isolados com a destinação de Quiosque/Lanchonete e Vestiário; situado nas dependências do Centro de Eventos São João Batista no Município de Luzerna/SC, para operação, administração, manutenção, conservação, exploração econômica e comercial, denominado QUIOSQUE 01, conforme as especificações que fazem parte integrante deste Edital.

- Proponente(s) Vencedora(s):

* ANTONIO MARCOS TIEPO ME.

- Valor total: R\$3.000,00

Luzerna (SC), 18 de abril de 2017.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

LEI 1517

LEI Nº 1517 de 18 de abril de 2017.

“AUTORIZA A ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS”.

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º- Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular parcialmente, na dotação atribuída à ação abaixo discriminada até o limite do valor também abaixo discriminado:

Ação: 02.001.04.122.0004.2002 - Funcionamento e Manutenção do Gabinete do Prefeito

G.N.D. - Modalidade de Aplicação: 3.3.50. Outras despesas correntes - Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos

Fonte: 00 - Recursos Ordinários

Detalhamento: 00 - Recursos Ordinários

Valor: R\$ 9.500,00

Ação: 08.001.12.361.0031.2030 - Manutenção da Educação Básica Fundamental

G.N.D. - Modalidade de Aplicação: 3.3.90. Outras despesas correntes - Aplicações diretas

Fonte: 01 - Recursos de Impostos e Transferências de Impostos - Educação

Detalhamento: 001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação

Valor: R\$ 35.000,00

Ação: 09.001.20.606.0052.1086 - Programa de melhoria da propriedade rural

G.N.D. - Modalidade de Aplicação: 3.3.50. Outras despesas correntes - Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos

Fonte: 00 - Recursos Ordinários

Detalhamento: 00 - Recursos Ordinários

Valor: R\$ 15.000,00

Ação: 13.001.10.122.0103.2094 - Gestão Administrativa da Secretaria de Saúde

G.N.D. - Modalidade de Aplicação: 3.1.90. Despesas de Pessoal - Aplicações diretas

Fonte: 02 - Recursos de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde

Detalhamento: 002 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde

Valor: R\$ 3.000,00

Art.2º- Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, fica autorizada a suplementação até os limites anulados na dotação atribuída à ação abaixo discriminada:

Ação: 02.001.04.124.0007.2007 - Manutenção da Coordenadoria de Controle Interno

G.N.D. - Modalidade de Aplicação: 3.3.90. Outras despesas correntes - Aplicações diretas

Fonte: 00 - Recursos Ordinários

Detalhamento: 00 - Recursos Ordinários

Valor: R\$ 2.500,00

Ação: 08.001.12.361.0031.2031 - Manutenção do Transporte Escolar

G.N.D. - Modalidade de Aplicação: 3.3.90. Outras despesas correntes - Aplicações diretas

Fonte: 01 - Recursos de Impostos e Transferências de Impostos - Educação

Detalhamento: 001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação

Valor: R\$ 15.000,00

Ação: 08.001.12.365.0028.2091 - Manutenção da Educação Infantil - Creches

G.N.D. - Modalidade de Aplicação: 3.3.90. Outras despesas correntes - Aplicações diretas

Fonte: 01 - Recursos de Impostos e Transferências de Impostos

- Educação

Detalhamento: 001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação

Valor: R\$ 10.000,00

Ação: 08.001.12.365.0028.2092 - Manutenção da Educação Infantil - Pré-escolar

G.N.D. - Modalidade de Aplicação: 3.3.90. Outras despesas correntes - Aplicações diretas

Fonte: 01 - Recursos de Impostos e Transferências de Impostos - Educação

Detalhamento: 001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação

Valor: R\$ 10.000,00

Ação: 09.001.20.602.0052.2044 - Apoio a Bacia Leiteira e Melhoramento Genético do Gado Bovino

G.N.D. - Modalidade de Aplicação: 3.3.90. Outras despesas correntes - Aplicações diretas

Fonte: 00 - Recursos Ordinários

Detalhamento: 00 - Recursos Ordinários

Valor: R\$ 15.000,00

Ação: 15.001.22.691.0100.2047 - Manutenção dos serviços de incentivo ao comércio e serviços

G.N.D. - Modalidade de Aplicação: 3.3.90. Outras despesas correntes - Aplicações diretas

Fonte: 00 - Recursos Ordinários

Detalhamento: 00 - Recursos Ordinários

Valor: R\$ 7.000,00

Ação: 13.001.10.122.0103.2094 - Gestão Administrativa da Secretaria de Saúde

G.N.D. - Modalidade de Aplicação: 3.3.90. Outras despesas correntes - Aplicações diretas

Fonte: 02 - Recursos de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde

Detalhamento: 002 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde

Valor: R\$ 3.000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 18 de abril de 2017.

MOISES DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

Mafra

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2017

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2017

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para Aquisição de materiais elétricos da Secretaria de Assistência Social e Secretaria de Educação, através do Fundo Municipal de Assistência Social e Fundo Municipal de Educação, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 14h00min do dia 05/05/2017, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, situada na Avenida Prefeito Frederico Heyse, nº 1386 1º Andar Edifício Francisco Grossl, Centro II Alto de Mafra. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas, pelo fone (47) 3642-4009.

Mafra (SC), 18 de Abril de 2017.
Wellington Roberto Bielecki
Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 046/2017

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 046/2017

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando PREGÃO PRESENCIAL para Contratação de empresa especializada para realização de seguro com cobertura contra terceiros para os veículos Renault/Master 2009/2009 Placa MHJ 1129, MB Sprinter 311 2003/2003 Placa MCX 3684, Toyota Hilux 2008/2008 Placa MFP 3958, Volvo 330 6x4 2012/2012 Placa MMK 4135, MB L1519 1982/1982 Placa LZQ 9758, Renault Logan 1.6 2010/2011 Placa MHX 3918, Ford Ranger 2014/2014 Placa QHD 7715, MB Sprinter 415 2013/2014 Placa MFU 7166 pertencente ao Corpo de Bombeiros Militar de Mafra, através do FUNREBOM, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 12/05/2017, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, situada na Avenida Prefeito Frederico Heyse, nº 1386 1º Andar Edifício Francisco Grossl, Centro II Alto de Mafra. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas, pelo fone (47) 3642-4009.

Mafra (SC), 18 de Abril de 2017.
Wellington Roberto Bielecki
Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 041/2017

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 041/2017

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de madeiras de eucalipto destinadas a manutenção e construção de pontes no interior do Município, através da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 18/05/2017, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, situada na Avenida Prefeito Frederico Heyse, nº 1386 1º Andar Edifício Francisco Grossl, Centro II Alto de Mafra. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas, pelo fone (47) 3642-4009.

Mafra (SC), 18 de Abril de 2017.
Wellington Roberto Bielecki
Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 048/2017

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 048/2017

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de material expediente e escritório destinado ao Corpo de Bombeiros Militar de Mafra, através do FUNREBOM, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 19/05/2017, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, situada na Avenida Prefeito Frederico Heyse, nº 1386 1º Andar Edifício Francisco Grossl, Centro II Alto de Mafra. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas, pelo fone (47) 3642-4009.

Mafra (SC), 18 de Abril de 2017.
Wellington Roberto Bielecki
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 026/2017

EXTRATO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 026/2017

Contrato nº: 026/2017

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: CONSTRUTORA SAN REMO LTDA – ME

CNPJ: 10.771.614/0001-20

Objeto: contratação de empresa especializada para realizar a construção de 01 (uma) Unidade de Educação Infantil no bairro Vila Nova relativa ao Pró-Infância de acordo com as especificações dos projetos aprovados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, conforme Termo de Compromisso PAC23637/2012 através da Secretaria Municipal de Educação.

Modalidade: Processo Licitatório n.º 455/2016- Concorrência nº 007/2016

Valor: R\$ 1.884.000,00 (um milhão oitocentos e oitenta e quatro mil reais).

Data de Pagamento: 30 (trinta) dias após protocolo da nota fiscal.

Data Assinatura: 07 de abril de 2017.

Prazo: O presente contrato vigorará até a data 07 de abril de 2018, com possibilidade de prorrogação desde que devidamente justificado pela autoridade competente, e autorizado pela Secretaria Municipal de Administração.

Dotação Orçamentária:

124 - 6 . 17001 . 12 . 365 . 17 . 2.103 . 0 . 449000 Aplicações Diretas

Foro: Comarca de Mafra

Município, onde fomos contemplados com kits de transposição da Defesa Civil do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria Municipal de Governo e Cidadania.

Modalidade: Dispensa por Justificativa nº 009/2017, Processo nº 109/2017

Valor: R\$ 53.200,00 (Cinquenta e três mil e duzentos reais).

Data de assinatura: 05 de abril de 2017

Prazo: 31/12/2017, podendo ser prorrogado conforme disposto na Lei Federal 8.666/1993.

Dotação Orçamentária:

21 – 1 . 7001 . 4 . 122 . 7 . 2.8 . 0 . 339000 Aplicações Diretas

Foro: Comarca de Mafra

EXTRATO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 027/2017

EXTRATO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 027/2017

Contrato nº: 027/2017

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: J.LOPES CONSTRUÇÕES LTDA

CNPJ: 10.912.255/0001-84

Objeto: contratação de empresa especializada para realizar a construção de 01 (uma) Unidade de Educação Infantil no bairro Vila Nova relativa ao Pró-Infância de acordo com as especificações dos projetos aprovados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, conforme Termo de Compromisso PAC23637/2012 através da Secretaria Municipal de Educação.

Modalidade: Processo Licitatório n.º 455/2016- Concorrência nº 007/2016

Valor: R\$ 1.855.271,09 (um milhão oitocentos e cinquenta e cinco mil duzentos e setenta e um reais e nove centavos)

Data de Pagamento: 30 (trinta) dias após protocolo da nota fiscal.

Data Assinatura: 07 de abril de 2017.

Prazo: O presente contrato vigorará até a data 07 de abril de 2018, com possibilidade de prorrogação desde que devidamente justificado pela autoridade competente, e autorizado pela Secretaria Municipal de Administração.

Dotação Orçamentária:

124 - 6 . 17001 . 12 . 365 . 17 . 2.103 . 0 . 449000 Aplicações Diretas

Foro: Comarca de Mafra

EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTRATO Nº: 025/2017

EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Contrato nº: 025/2017

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: ENGECRETO SERVIÇOS DE CONCRETAGEM LTDA

CNPJ nº 01.985.348/0002-29

Objeto: Aquisição de Concreto Usinado Bombeado FCK 30 Mps, que será utilizado na construção de cabeceiras de pontes do interior do

Maracajá

PREFEITURA

DECRETO 17/2017

DECRETO Nº 17 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ARLINDO ROCHA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do inciso VII, do art. 73, da Lei Orgânica do Município e em conformidade com a Lei Municipal nº 1073 de 07 de dezembro de 2016 - LOA 2017 e nos termos do inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, e;

CONSIDERANDO, a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;
CONSIDERANDO, o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para suplementar no Orçamento do município, conforme especificações abaixo:

ÓRGÃO	05	Depto. de Educação, Cultura e Esportes
UNIDADE	01	Depto. de Educação, Cultura e Esportes
PROJETO/ATIVIDADE	2.013	Manutenção do Ensino Fundamental
ELEMENTO	3.3.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	143	
VALOR: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)		
TOTAL		R\$ 5.000,00
.....		

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto, utiliza-se anulação parcial das dotações do Orçamento do Município, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), de acordo com o previsto no Inciso III, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, conforme especificações abaixo:

ÓRGÃO	05	Depto. de Educação, Cultura e Esportes
UNIDADE	01	Depto. de Educação, Cultura e Esportes
PROJETO/ATIVIDADE	2.013	Manutenção do Ensino Fundamental
ELEMENTO	3.1.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	43	
VALOR: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)		
TOTAL		R\$ 5.000,00
.....		

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 20 de Fevereiro de 2017.

Arlindo Rocha
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração Municipal em 20 de Fevereiro de 2017.

Vladimir Borges Bitencourt
Secretário de Administração

DECRETO 18/2017

DECRETO Nº 18 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ARLINDO ROCHA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do inciso VII, do art. 73, da Lei Orgânica do Município e em conformidade com a Lei Municipal nº 1073 de 07 de dezembro de 2016 - LOA 2017 e nos termos do inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, e;

CONSIDERANDO, a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;
CONSIDERANDO, o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais) para suplementar no Orçamento do município, conforme especificações abaixo:

ÓRGÃO	11	Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE	01	Fundo Municipal de Saúde
PROJETO/ATIVIDADE	2.035	Manutenção e Assistência Médica e Odontológica
ELEMENTO	3.1.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	29	
VALOR: R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais)		
TOTAL		R\$ 36.000,00
.....		

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto, utiliza-se anulação parcial das dotações do Orçamento do Município, no valor de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais), de acordo com o previsto no Inciso III, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, conforme especificações abaixo:

ÓRGÃO	11	Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE	01	Fundo Municipal de Saúde
PROJETO/ATIVIDADE	2.035	Manutenção e Assistência Médica e Odontológica
ELEMENTO	3.1.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	10	
VALOR: R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais)		

TOTAL	R\$ 36.000,00
.....	

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 20 de Fevereiro de 2017.

Arlindo Rocha Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração Municipal em 20 de Fevereiro de 2017.

Vladimir Borges Bitencourt
Secretário de Administração

Maravilha

PREFEITURA

Decreto nº 340/2017

DECRETO Nº 340, DE 10 DE ABRIL DE 2017

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

Que após a homologação do Processo Seletivo nº 004/2016 não houve candidatos aprovados para o cargo de Médico Pediatra,

Que a saúde é serviço essencial e necessário,

A possibilidade de contratação por excepcional interesse público, tendo em vista os princípios da economicidade e razoabilidade,

Que se está aguardando a aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 001/2017, que dispõe sobre alteração do vencimento do cargo de médico Pediatra,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado o contrato por tempo determinado, pelo período de 9 de abril a 9 de maio de 2017, do servidor MÁRIO SALDANHA DE CASTRO, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 280.475.830-34, ocupante do cargo de Médico Pediatra, com carga horária de 20 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 10 de abril de 2017.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 350/2017

DECRETO Nº 350, DE 17 DE ABRIL DE 2017

Dispõe sobre substituições de professores realizadas pela Secretaria de Educação e Cultura e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A solicitação interna 146/2017 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratado em caráter temporário (ACT) as pessoas abaixo relacionadas, as quais foram classificadas no Edital de Substituição nº 001/2017 para atuar como professores substitutos, suprimindo as licenças para tratamento de saúde de até 15 (quinze) dias e eventuais afastamentos a pedido da Secretaria Municipal de Educação e Cultura:

- I- Lucena Engler – 3 turnos trabalhados (20 horas);
- II- Miria Klein Stake – 29 turnos trabalhados (20 horas);
- III- Alice Klein Valgoi – 24 turnos trabalhados (20 horas);
- IV- Lovani Sbrussi – 10 turnos trabalhados (20 horas);
- V- Iara Terezinha Dazzi – 4 turnos trabalhados (20 horas);
- VI- Keli Regina Ghel – 1 turno trabalhado (20 horas);
- VII- Josiele Soares Buffon – 5 turnos trabalhados (20 horas);
- VIII- Carine Goelzer – 12 turnos trabalhados (20 horas);
- IX- Cassiane Mazzochi – 10 turnos trabalhados (20 horas);
- X- Cíntia Cristiane Loch – 6 turnos trabalhados (20 horas);
- XI- Noemi Fátima Rigo Becker – 4 turnos trabalhados (20 horas).

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 17 de abril de 2017.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 351/2017

DECRETO Nº 351, DE 17 DE ABRIL DE 2017

Dispõe sobre substituições de professores realizadas pela Secretaria de Educação e Cultura e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A solicitação interna 146/2017 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura,

O Processo Seletivo Edital nº 004/2016, homologado pelo Decreto nº 76, de 30 de janeiro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Ficam pelo presente Decreto contratados em caráter temporário (ACT) para atuar como professores substitutos, suprimindo as licenças para tratamento de saúde de até 15 (quinze) dias e eventuais afastamentos a pedido da Secretaria Municipal de Educação e Cultura:

- I- João Ricardo Longhi – 1 turno trabalhado (20 horas);
- II- Anicarla Birk – 7 turnos trabalhados (20 horas);
- III- Analice Barros Chagas – 3 turnos trabalhados (20 horas);
- IV- Andreia Badia – 1 turnos trabalhados (20 horas);
- V- Márcia Regina da Rocha – 3 turnos trabalhados (20 horas);

VI- Cristiane Jung – 4 turnos trabalhados (20 horas);

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 17 de abril de 2017.

ROSIMAR MALDANER
Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 352/2017

DECRETO Nº 352, DE 17 DE ABRIL DE 2017

Dispõe sobre substituições de professores realizadas pela Secretaria de Educação e Cultura e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A solicitação interna 146/2017 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura,

DECRETA:

Art. 1º Ficam pelo presente Decreto contratados em caráter temporário (ACT) para atuar como professores substitutos, suprimindo as licenças para tratamento de saúde de até 15 (quinze) dias e eventuais afastamentos a pedido da Secretaria Municipal de Educação e Cultura os seguintes professores efetivos:

I- Fabiane Franco – 2 turnos trabalhados (20 horas);
II- Kelly Regina Andreolla – 3 turnos trabalhados (20 horas).

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 17 de abril de 2017.

ROSIMAR MALDANER
Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 353/2017

DECRETO Nº 353, DE 17 DE ABRIL DE 2017

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A solicitação da Secretaria Municipal de Saúde,

A licença para tratamento de saúde da servidora Eliane Débora Ballestreri,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada por caráter temporário, pelo período de 17 de abril a 31 de julho de 2017, ELISANGELA CRISTINA DA SILVA GODOIS, brasileira, inscrita no CPF sob nº 030.503.799-44, para ocupar o cargo de Técnico em Enfermagem, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 17 de abril de 2017.

ROSIMAR MALDANER
Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 354/2017

DECRETO Nº 354, DE 18 DE ABRIL DE 2017

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

O Processo Seletivo Edital nº 004/2016, homologado pelo Decreto nº 76, de 30 de janeiro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário, pelo período de 18 de abril de 2017 a 17 de abril de 2018, DIRCE WISNIESKI, brasileira, inscrita no CPF sob nº 036.698.919-78, para ocupar o cargo de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 18 de abril de 2017.

ROSIMAR MALDANER
Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Lei nº 4.005/2017

LEI Nº 4.005, DE 19 DE ABRIL DE 2017

Autoriza a escriturar imóvel adquirido e quitado através do Fundo Municipal de Habitação e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Ficam os mutuários designados no art. 2º autorizados a escriturar em seus nomes, imóvel de propriedade do Município de Maravilha, adquiridos e quitados através do Fundo Municipal de Habitação.

Art. 2º Os imóveis de que trata o art. 1º estão matriculados no Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca, sob a matrícula a seguir relacionada, com seu respectivo mutuário:

I- DARCI MARIA DA COSTA: Lote urbano nº 02, da quadra nº (51-A), situado nesta Cidade, Município e Comarca de Maravilha/SC, com área de 310,54 m², objeto da Matrícula nº 15.654;

II- ELVINA NIENOW PIMEL: Lote "J6", parte do lote urbano nº (84), da quadra nº (64), situado nesta Cidade, Município e Comarca de Maravilha/SC, com área de 390,00 m², objeto da Matrícula nº 14.206.

Art. 3º Para efeitos de escritura pública o valor do imóvel será o relativo ao constante na planta de valores do Município.

Art. 4º As despesas decorrentes com a realização da presente Lei correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 19 de abril de 2017.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Marema

PREFEITURA

DECRETO Nº 055 /2017

DECRETO Nº 055 /2017

De 03/03/2017

ABRE CREDITO SUPLEMENTAR, PELO SUPERAVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2016, DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MAREMA E MUNICIPIO DE MAREMA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal, de Marema, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e em conformidade com as leis nº 4.320/64 e Lei Municipal 1.108/2016 de 17 de novembro de 2016.

DECRETA

Art. 1º- Fica Decretado a utilização de parte do Superávit Financeiro apresentado no confronto do ativo financeiro (-) passivo financeiro do balanço patrimonial do Exercício de 2016 do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MAREMA, na ordem de recursos com valor R\$ 41.000,00 (QUARENTA E UM MIL REAIS).

Art. 2º - Com os Recursos Advindos dos Art. 1º deste Decreto, ficam Suplementada as seguintes dotações orçamentárias, dentro do Orçamento Vigente do Fundo municipal de Saúde de Marema.

Reduzido 36 – SUPERAVIT ORDINARIO

Código	Secretaria/departamento	
1301	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MAREMA	
funcional	Proj./ativ.	descrição
10.301.302	1.004	AQUISIÇÃO DE VEÍCULO
Modalidade	Fonte	Dotação
44.90.000	03.002	41.000,00

Art. 3º- Fica Decretado a utilização de parte do Superávit Financeiro apresentado no confronto do ativo financeiro (-) passivo financeiro do balanço patrimonial do Exercício de 2016 do MUNICIPIO DE MAREMA, na ordem de recursos com valor R\$ 45.000,00 (QUARENTA E CINCO MIL REAIS).

Art. 4º - Com os Recursos Advindos dos Art. 3º deste Decreto, ficam Suplementada as seguintes dotações orçamentárias, dentro do Orçamento Vigente do Município de Marema.

Reduzido 99 - SUPERAVIT – ORDINARIO

Código	Secretaria/departamento	
0801	DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA	
funcional	Proj./ativ.	descrição
26.782.2601	1.015	AQUISIÇÃO DE MAQUINAS E VEÍCULOS
Modalidade	Fonte	Dotação
44.90.000	03.00	45.000,00

Art. 5º- Revogadas as disposições em contrário

Art. 6.º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 03 de março de 2017.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

ELIAMARA BALBINOT

Servidora Designada

ERRATA DO DECRETO Nº 052 /2017

ERRATA DO DECRETO Nº 052 /2017

De 17/02/2017

ABRE CREDITO SUPLEMENTAR, PELO PROVAVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2017, E SUPERAVIT DE RECURSOS ORDINARIOS, DO MUNICIPIO DE MAREMA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal, de Marema, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e em conformidade com as leis nº 4.320/64 e Lei Municipal 1.108/2016 de 17 de novembro de 2016.

ONDE LÊ-SE

DECRETA

Art. 1º- Fica Decretada a utilização do Provável Excesso de arrecadação referente CONVENIO DE REPASSE – CAIXA ECONOMICA FEDERAL – CONTRATO DE REPASSE Nº 829368/2016/MCIDADES.CAIXA, PROCESSO 2623.1.029638-250/2016, MUNICIPIO DE MAREMA, no comparativo do valor da arrecadação, conforme planilha em anexo, no valor de R\$ 245.850,00 (DUZENTOS E QUARENTA E CINCO MIL, OITOCENTOS E CINQUENTA REAIS).

Art. 2º- Com os Recursos Advindos do Art. 1º, deste Decreto, fica Suplementada a seguinte dotação orçamentária, dentro do Orçamento Vigente do Município de Marema:

Reduzido 58 – UNIÃO

Código	Secretaria/departamento			
0801	DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA			
funcional	Proj./ativ.	Descrição		
15.451.1501	1.009	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E PASSEIOS		
Modalidade	Fonte	Dotação		
44.90000	11.34	detalhe esp.	00	245.850,00

Art. 3º- Fica Decretado a utilização de parte do Superávit Financeiro apresentado no confronto do ativo financeiro (-) passivo financeiro do balanço patrimonial do Exercício de 2016 do MUNICIPIO DE MAREMA, na ordem de recursos com valor R\$ 32.607,33 (TRINTA E DOIS MIL, SEISCENTOS E SETE REAIS E TRINTA E TRES CENTAVOS).

Art.4º - Com os Recursos Advindos dos Art. 3º deste Decreto, ficam Suplementada as seguintes dotações orçamentárias, dentro do Orçamento Vigente do MUNICIPIO DE MAREMA.

Reduzido 57 – ORDINARIO

Código	Secretaria/departamento			
0801	DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA			
funcional	Proj./ativ.	Descrição		
15.451.1501	1.009	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E PASSEIOS		
Modalidade	Fonte	Dotação		
44.90000	01.00	detalhe esp.	00	32.607,33

Art. 05º- Revogadas as disposições em contrário

Art. 06º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 17 de fevereiro 2017

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

ELIAMARA BALBINOT

Servidor Designado

LEIA-SE

DECRETA

Art. 1º- Fica Decretada a utilização do Provável Excesso de arrecadação referente CONVENIO DE REPASSE – CAIXA ECONOMICA FEDERAL – CONTRATO DE REPASSE Nº 829368/2016/MCIDADES.CAIXA, PROCESSO 2623.1.029638-250/2016, MUNICIPIO DE MAREMA, no comparativo do valor da arrecadação, conforme planilha em anexo, no valor de R\$ 245.850,00 (DUZENTOS E QUARENTA E CINCO MIL, OITOCENTOS E CINQUENTA REAIS).

Art. 2º- Com os Recursos Advindos do Art. 1º, deste Decreto, fica Suplementada a seguinte dotação orçamentária, dentro do Orçamento Vigente do Município de Marema:

Reduzido 58 – UNIÃO

Código	Secretaria/departamento			
0801	DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA			
funcional	Proj./ativ.	Descrição		
15.451.1501	1.009	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E PASSEIOS		
Modalidade	Fonte	Dotação		
44.90000	11.34	detalhe esp.	00	245.850,00

Art. 03º- Revogadas as disposições em contrário

Art. 04º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 17 de fevereiro 2017

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

ELIAMARA BALBINOT

Servidor Designado

Massaranduba

PREFEITURA

LEI COMPLEMENTAR Nº 88/2017

LEI COMPLEMENTAR Nº 88/2017

Altera inciso VI do artigo 14 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, criado pela Lei Complementar nº 12/2005.

ARMINDO SESAR TASSI, Prefeito do Município de Massaranduba (SC) faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º Fica alterado o inciso VI do artigo 14º da Lei Complementar nº 12/2005 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 14 - São requisitos para a investidura em cargo público municipal:

(...)

VI – possuir aptidão física e mental para o exercício da função, sendo que para o cargo de Motorista e Motorista de Ônibus deverá ser realizado o exame toxicológico de larga janela de detecção para consumo de substâncias psicoativas ou não com análise retrospectiva de 90 (noventa) dias.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 18 de Abril de 2017

ARMINDO SESAR TASSI

Prefeito

Publicado no expediente da data supra,

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

LEI COMPLEMENTAR Nº 89/2017**PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
ASSGAB – ASSESSORIA DE GABINETE****LEI COMPLEMENTAR Nº 89/2017****Altera o anexo III do Art. 4º da
Lei Complementar nº 65/2014**

ARMINDO SESAR TASSI, Prefeito Municipal de Massaranduba, faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Anexo III da Lei Complementar nº 65/2014, passa a vigorar conforme o anexo desta lei.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 18 de abril de 2017

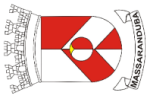
ARMINDO SESAR TASSI
Prefeito

Publicado no expediente da data supra,

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

CAPITAL CATARINENSE DO ARROZ

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone/Fax: (47) 3379-4600
E-mail: gabinete@massaranduba.sc.gov.br - CNPJ: 83.102.483/0001-62



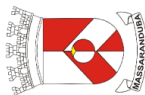
PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
ASSGAB – ASSESSORIA DE GABINETE

ANEXO III

Número SEPLAN	Tipo logradouro	Nome oficial	Coord. Inicial		Extensão (m)	Coord. Final		Gabarito			Bairro/Localidade
			E	S		E	S	Passelo esq.	Pista	Passelo dir.	
001	RUA	11 DE NOVENBRO	697721.4 697975.5	7052450.0 7053108.6	787 4610	697975.5 700218.5	7053108.6 7056614.6	1.50 2.00	7.50 12.00	1.50 2.00	CENTRO
002	RUA	7 DE SETEMBRO	697968.18	7053948.78	1705.0	698699.16	7055468.15	2.00	12.00	2.00	CENTRO
003	RUA	25 DE JULHO	697918.89	7054172.42	1919.5	698658.18	7055894.19	2.00	12.00	2.00	CENTRO
004	RUA	FRANCISCO BRAMORSKI	698951.22	7055422.70	623.4	698350.41	7055520.78	2.00	10.00	2.00	CENTRO
005	RUA	EUGÊNIO KLEINE	698843.08	7055452.68	1880.0	700212.15	7056734.47	2.00	12.00	2.00	CENTRO
006	RUA	DA INTEGRAÇÃO PE. IVO PETRY	700506.13	7055752.16	1014.6	699837.99	7056516.65	2.00	10.00	2.00	CENTRO, GUARANI-MIRIM
007	RUA	MADRE ROSA ANTONINA HUTNICK	700792.09	7055468.32	6795.0	704860.35	7056177.60	2.00	10.00	2.00	GUARANI-MIRIM, ALTO GUARANI-MIRIM, ALTO GUARANI-AÇU
008	RUA	ERICH LEU	697875.58	7054691.42	429.8	698250.70	7054483.19	2.00	10.00	2.00	CENTRO
009	RUA	HELMUTH SPRUNG	697927.88	7054814.03	462.9	698324.83	7054594.71	2.00	10.00	2.00	CENTRO
010	RUA	RODOLFO SCHMIDT	698057.60	7054948.37	587.1	698580.41	7054681.31	2.00	10.00	2.00	CENTRO
011	RUA	PAULO CARDOSO	698089.81	7055095.34	628.5	698621.20	7054759.97	2.00	10.00	2.00	CENTRO
012	RUA	LUIZ KREIS	698166.13	7055219.05	616.8	698696.62	7054904.51	2.00	10.00	2.00	CENTRO
013	RUA	PATRIMÔNIO	697722.82	7055104.40	4405.4	696980.21	7051071.96	2.00	10.00	2.00	PATRIMÔNIO
014	RUA	ADELE BRUCH	697840.38	7052847.05	440.0	697412.01	7052936.14	2.00	10.00	2.00	PATRIMÔNIO, CENTRO
015	RUA	BUTUCA	699576.97	7056997.01	2212.5	700430.28	7058842.20	2.00	10.00	2.00	BUTUCA
016	SERVIÇÃO	S. 001	698110.37	7054476.47	71.0	698048.22	7054511.52		5.00		CENTRO
017	RUA	VICTOR BRAMORSKI	698150.59	7054185.29	1751.4	698787.26	7055759.36	2.00	12.00	2.00	CENTRO
018	RUA	WIGAND DONATH	698138.94	7054090.44	308.8	697851.15	7054201.48	2.00	10.00	2.00	CENTRO
019	RUA	1º DE MAIO	699596.38	7055787.37	1114.5	700399.62	7056557.12	2.00	12.00	2.00	CENTRO
020	RUA	CAMPINAS	697932.37	7055012.29	4778.7	694187.16	7057261.19	2.00	10.00	2.00	CAMPINHA, PATRIMÔNIO
021	RUA	PE. SILVIO MICHELLUZZI	700941.08	7054503.13	2252.6	699605.10	7053025.06	2.00	10.00	2.00	GUARANI-MIRIM
022	RUA	ALBERTO HOLTZ	699184.14	7055612.23	703.7	698616.82	7055970.10	2.00	10.00	2.00	CENTRO
023	RUA	OTTO BAUER	699576.97	7056997.01	1360.0	700546.57	7056049.93	2.00	10.00	2.00	BUTUCA, CENTRO, GUARANI-MIRIM

CAPITAL CATARINENSE DO ARROZ

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone/Fax: (47) 3379-4600
 E-mail: gabinete@massaranduba.sc.gov.br - CNPJ: 83.102.483/0001-62

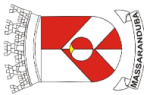


PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
ASSGAB – ASSESSORIA DE GABINETE

024	RUA	HARROLD LAFFIN	700224,82 700523,04	7056620,25 7056602,51	672,71 865,61	69927,82 700506,56	7057030,26 705753,61	2,00	10,00	2,00	BUTUCA, CENTRO, GUARANI-MIRIM
025	RUA	THOMAZ RADWANSKI	700504,60	7055758,42	1415,0	701658,64	7055434,20	2,00	10,00	2,00	GUARANI-MIRIM
026	RUA	SÃO JOÃO	697861,27	7054197,14	625,0	697921,11	7054812,26		8,00	2,00	CENTRO
027	RUA	ALBERTO RECK	697499,10	7053171,14	1007,4	696677,13	7053191,01	2,00	8,00	2,00	PATRIMÔNIO
028	RUA	WLADYSŁAW KAZMIERSKI	698093,66	7055097,74	1000,0	698616,85	7055951,77		8,00	2,00	CENTRO
029	RODOVIA	SC-108	695789,04	7049337,50	12673,1	701414,20	7059493,08				PATRIMÔNIO, CENTRO, BUTUCA, INDUSTRIAL ZEFERINO KUKLINSKI
030	RUA	OSMAR RODE	698308,46	7055133,80	151,9	698390,06	7055261,89	1,50	7,00	1,50	CENTRO
031	RUA	WIELHEM ZECH	697847,97	7054207,69	459,9	697490,47	7054461,68	2,00	10,00	2,00	PATRIMÔNIO
032	RUA	ALFREDO MULLER	700315,90	7056680,93	831,6	699662,75	7055941,86	2,00	12,00	2,00	CENTRO
033	RUA	PROGRESSO	697610,04	7054901,22	283,0	697360,44	7055009,09	2,00	8,00	2,00	PATRIMÔNIO
034	RUA	RODOLFO VOLLES	697871,14	7053119,13	427,2	698289,42	7053061,40	2,00	8,00	2,00	CENTRO
035	RUA	ADALBERTO BAUMGARTEN	698026,20	7053437,99	211,8	698198,10	7053521,51	2,00	8,00	2,00	CENTRO
036	RUA	BENNO RODE	697856,25	7053968,73	260,2	698108,43	7053905,44	1,50	7,00	1,50	CENTRO
037	RUA	BERTHOLD MÜLLER	697860,95	7054546,48	156,9	698016,17	7054524,14	2,00	8,00	2,00	CENTRO
038	RUA	ERVINO SEIFERT	698473,26	7055172,55	207,1	698318,52	7055293,94	2,00	10,00	2,00	CENTRO
039	RUA		699216,19	7055572,90	157,9	699114,70	7055693,81	1,50	7,50	1,50	CENTRO
040	RUA	FREDERICO HOLTZ	699352,40	7055682,79	128,6	699260,45	7055772,64	2,00	10,00	2,00	CENTRO
041	RUA	GUSTAVO JENSEN	699445,46	7055927,05	2273,6	699631,37	7054511,78	1,50	6,00	1,50	CENTRO
042	RUA	ANDRÉ KUBNIK	699729,48	7055738,48	188,2	699864,82	7055674,11	2,00	8,00	2,00	CENTRO
043	RUA	PAULO KLEINE	699787,96	7055974,50	303,0	699574,02	7056189,49	2,00	8,00	2,00	CENTRO
044	RUA	ARCESTE PACKER	699758,14	7056319,93	638,1	700212,47	7055872,17	2,00	8,00	2,00	CENTRO
045	RUA	HELGA GUESSE	700001,85	7056425,01	743,4	700522,87	7055911,02	2,00	8,00	2,00	CENTRO
046	RUA	SANTA CATARINA	700041,50	7056457,21	579,9	700447,52	7056057,08	2,00	8,00	2,00	CENTRO
047	RUA	AUGUSTO LAFFIN	700219,02	7056614,99	1887,8	701702,17	7057533,09	2,00	10,00	2,00	CENTRO, GUARANI-MIRIM, INDUSTRIAL ZEFERINO KUKLINSKI
048	RUA	PE. VICENTE STELMASZCZYK	700625,87	7055475,22	461,4	700722,14	7055028,11	2,00	8,00	2,00	GUARANI-MIRIM
049	RUA	EMIL TRIBESS	699896,20	7057032,00	1534,0	699114,17	7057937,60	2,00	8,00	2,00	BUTUCA
050	RUA	ALBINO SCABURI	699930,45	7056647,78	327,1	700142,14	7056895,87	2,00	12,00	2,00	CENTRO
051	RUA	HEINRICH BRUCH	699716,12	7056857,90	78,5	699775,74	7056908,92	2,00	8,00	2,00	CENTRO
052	RUA	ACASSIO ROBERTO ULLER	699775,74	7056908,92	294,9	700001,18	7056720,27	2,00	8,00	2,00	CENTRO
053	RUA		699986,54	7056592,50	104,0	700062,48	7056662,45	1,50	7,00	1,50	CENTRO
054	RUA		700101,52	7056623,68	54,8	700062,48	7056662,29	1,50	7,00	1,50	CENTRO

CAPITAL CATARINENSE DO ARROZ

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone/Fax: (47) 3379-4600
 E-mail: gabinete@massaranduba.sc.gov.br - CNPJ: 83.102.483/0001-62

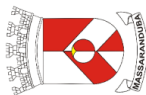


PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
ASSGAB - ASSESSORIA DE GABINETE

055	RUA	699771,04	7056331,45	124,7	699681,53	7056418,21	1,50	7,00	1,50	CENTRO
056	RUA	698636,73	7055135,97	428,8	699046,56	7055092,75	1,50	7,00	1,50	CENTRO
057	RUA	700054,72	7056942,40	184,6	700170,63	7057085,82	1,50	7,00	1,50	BUTUCA
058	RUA	700170,63	7057085,82	63,6	700217,32	7057043,26	1,50	7,00	1,50	BUTUCA
059	RUA	700101,91	7056913,82	173,0	700217,08	7057042,99	1,50	7,00	1,50	BUTUCA
060	RUA	700509,07	7055742,78	218,7	700589,91	7055892,49	1,50	7,00	2,50	GUARANI-MIRIM
061	RUA	700589,91	7055892,49	112,7	700624,52	7055999,18	1,50	7,00	1,50	GUARANI-MIRIM
062	RUA	700523,12	7055911,00	96,0	700614,91	7055884,73	1,50	7,00	1,50	GUARANI-MIRIM
063	RUA	697440,43	7053435,19	534,9	697022,16	7053451,43	2,00	8,00	2,00	PATIMÔNIO
064	RUA	697022,16	7053451,43	92,0	696999,86	7053357,46	1,50	5,00	1,20	CENTRO
065	RUA	699754,65	7055714,25	225,2	699916,55	7055557,91	2,00	10,00	2,00	CENTRO
066	RUA	697492,32	7053097,23	117,3	697607,19	7053073,28	1,50	7,00	1,50	PATIMÔNIO
067	RUA	697507,30	7053704,67	583,7	696992,31	7053970,29	1,50	7,00	1,50	PATIMÔNIO
068	RUA	699953,61	7056492,69	367,0	699689,36	7056747,80	2,00	8,00	2,00	CENTRO
069	RUA	699740,44	7056697,25	97,8	699807,78	7056768,14	1,50	7,00	1,50	CENTRO
070	RUA	699786,74	7056651,28	98,7	699855,04	7056722,50	1,50	7,00	1,50	CENTRO
071	RUA	700097,10	7056838,97	157,6	700207,40	7056726,52	1,50	7,00	1,50	CENTRO
072	RUA	697511,03	7054631,53	229,4	697307,09	7054734,01	1,50	7,00	1,50	PATIMÔNIO
073	RUA	699450,48	7056152,62	651,0	699914,58	7055696,17	1,50	7,00	1,50	CENTRO
074	RUA	700319,38	7056759,76	314,1	700541,58	7056980,62	2,00	10,00	2,00	CENTRO, BUTUCA, INDUSTRIAL ZEFERINO KUKLINSKI
075	RUA	700444,89	7056878,61	284,0	700245,34	7057080,62	2,00	8,00	2,00	BUTUCA, INDUSTRIAL ZEFERINO KUKLINSKI
076	RUA	700559,11	7056186,62	303,2	700342,13	7056398,38	1,50	7,00	1,50	GUARANI-MIRIM, CENTRO
077	RUA	699998,05	7056176,37	366,5	700256,96	7055917,74	1,50	7,00	1,50	CENTRO
078	RUA	700379,17	7056054,39	704,2	699940,57	7055520,40	1,50	7,00	1,50	CENTRO, GUARANI-MIRIM
079	RUA	700135,34	7056177,97	80,5	700192,51	7056234,60	1,50	7,00	1,50	CENTRO
080	RUA	700187,68	7056116,08	202,3	700321,14	7056266,96	1,50	7,00	1,50	CENTRO
081	RUA	700430,96	7057470,48	551,8	700696,65	7057947,45	2,00	8,00	--	INDUSTRIAL ZEFERINO KUKLINSKI
082	RUA	700486,13	7057600,74	233,0	700652,19	7057563,84	--	8,00	2,00	INDUSTRIAL ZEFERINO KUKLINSKI
083	SERVIÇÃO	698393,01	7054954,28	115,0	698477,16	7054977,48		5,00		CENTRO
084	RUA	700666,17	7058040,58	875,3	701258,43	7058658,65	--	8,00	2,00	INDUSTRIAL ZEFERINO KUKLINSKI
085	RUA	700694,76	7058014,29	437,4	700374,77	7058312,43	2,00	10,00	2,00	INDUSTRIAL ZEFERINO

CAPITAL CATARINENSE DO ARROZ

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone/Fax: (47) 3379-4600
 E-mail: gabinete@massaranduba.sc.gov.br - CNPJ: 83.102.483/0001-62

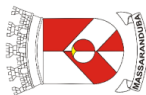


PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
ASSGAB – ASSESSORIA DE GABINETE

085	RUA	JOSÉ LOUBAVSKY	701561,98	7059019,01	861,2	701263,21	7058646,83	1,50	7,00	1,50	KUKLINSKI
086	RUA	ROGÉRIO ANTÔNIO TASSI	699901,74	7057499,58	518,0	699646,72	7057939,54	1,50	7,00	1,50	INDUSTRIAL ZEFERINO KUKLINSKI
087	RUA	GUARAMIRIM	701554,70	7058990,03	1434,9	701221,86	7057725,46	1,50	7,00	1,50	BUTUCA
088	RUA	KASIMIRO WENK	701076,26	7058494,69	200,00	700931,06	7058632,23	2,00	12,00	2,00	INDUSTRIAL ZEFERINO KUKLINSKI
089	RUA		691686,40	7056021,76	950,0	690820,41	7056240,86	1,50	7,00	1,50	INDUSTRIAL ZEFERINO KUKLINSKI
090	RUA	IGNÁCIO KAZMIERSKI	692887,58	7056648,88	3290,2	693393,88	7053457,25	2,00	10,00	2,00	BENJAMIN CONSTANT, BRAÇO DO NORTE
091	RUA	THEOPHILO BRYCH	691717,89	7055678,53	203,0	691908,22	7055599,75	1,00	4,00	1,00	BENJAMIN CONSTANT
092	RUA		691809,90	7055639,80	65,0	691830,00	7055597,00	1,00	4,00	1,00	BENJAMIN CONSTANT
093	RUA		691853,70	7055619,20	102,0	691908,60	7055558,60	1,00	4,00	1,00	BENJAMIN CONSTANT
094	RUA	EXP. LADISLAU LEWANDOWSKI	691849,06	7054196,08	1843,1	693417,60	7053461,00	1,50	7,00	1,50	BENJAMIN CONSTANT
095	RUA	BENJAMIN CONSTANT	691632,25	7056678,83	3324,7	691619,22	7053418,38	2,00	10,00	2,00	BENJAMIN CONSTANT
096	RUA	ADÉRCIO GIRARDI	692885,75	7056642,42	1369,6	691632,25	7056678,83	2,00	10,00	2,00	BENJAMIN CONSTANT
097	RUA	EXP. BENJAMIN BERRI	694187,16	7057261,19	1565,8	692885,75	7056642,42	2,00	10,00	2,00	BENJAMIN CONSTANT
098	RUA	ÂNGELA STOLF	695072,07	7056170,75	2709,6	694661,86	7053611,66	2,00	10,00	2,00	CAMPINHA
099	RUA	FELIPPE BERNDT	695575,49	7055991,66	1060,7	695013,28	7055271,36	2,00	10,00	2,00	CAMPINHA
100	RUA	PATRIMÔNIO II	697713,57	7055108,18	3493,0	695818,25	7055904,91	2,00	10,00	2,00	CAMPINHA, PATRIMÔNIO, PATRIMÔNIO II
101	RUA	CARLOS GUTKNECHT	696856,35	7055352,14	913,0	696280,92	7054829,96	1,50	7,00	1,50	CAMPINHA
102	SERVIDÃO	S. 004	700969,74	7054360,28	106,0	700865,12	7054372,26		5,00		GUARANI-MIRIM
103	SERVIDÃO	S. 005	700964,69	7054265,72	75,0	700909,65	7054316,28		5,00		GUARANI-MIRIM
104	RUA		699754,50	7053158,10	289,0	699718,00	7052896,80	1,5	7,00	1,5	GUARANI-MIRIM
105	RUA	RICARDO GRAEBNER	697546,30	7051398,37	975,0	698197,99	7051072,07	1,50	7,00	1,50	CENTRO
106	RUA		697518,50	7051481,70	213,0	697610,20	7051657,90	1,50	7,00	1,50	CENTRO
107	RUA	RIBEIRÃO HUMBERTO	691837,61	7054298,43	3086,0	688955,80	7054023,90	1,50	7,00	1,50	BENJAMIN CONSTANT
108	RUA		697543,40	7051588,70	132,0	697667,90	7051547,30	1,50	6,00	1,50	CENTRO
109	RUA		697542,58	7054074,51	98,0	697638,42	7054059,40	1,50	7,00	1,50	PATRIMÔNIO
110	RUA	AMELIA BRUCHEIMER BRAMORSKI	698886,59	7055375,20	190,0	699042,72	7055353,07	1,50	7,00	1,50	CENTRO
111	RUA	WILLY BRUCH	699792,72	7057420,27	225,0	699716,81	7057275,25	1,25	5,00	1,25	BUTUCA
112	RUA		701062,01	7054410,15	273,0	701263,72	7054490,99	2,00	10,00	2,00	GUARANI-MIRIM
114	RUA		701194,26	7054422,44	97,0	701263,92	7054490,78	1,25	5,00	1,25	GUARANI-MIRIM

CAPITAL CATARINENSE DO ARROZ

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone/Fax: (47) 3379-4600
E-mail: gabinete@massaranduba.sc.gov.br - CNPJ: 83.102.483/0001-62

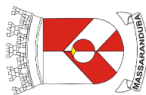


PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
ASSGAB – ASSESSORIA DE GABINETE

115	RUA	698970,95	7055313,66	243,0	699061,20	7055167,11	1,25	5,00	1,25	CENTRO
116	RUA	697684,78	7052171,22	260,0	697879,64	7052075,01	1,25	5,00	1,25	CENTRO
117	RUA	698602,13	7055319,36	240,0	698363,80	7055355,72	2,00	10,00	2,00	CENTRO
118	RUA	700959,97	7054394,73	145,0	700822,20	7054437,83	1,50	7,00	1,50	GUARANI-MIRIM
119	RUA	695623,12	7055969,36	170,0	695695,97	7056120,46	1,50	7,00	1,50	CAMPINHA
120	RUA	692395,69	7053970,27	210,0	692377,36	7053770,80	1,50	7,00	1,50	BENJAMIN CONSTANT
121	RUA	697086,10	7056552,60	1596,0	697182,10	7058056,80	1,50	7,00	1,50	PATRIMONIO II
122	SERVIÇÃO	700943,95	7054242,04	120,0	700855,54	7054323,82		5		GUARANI-MIRIM
123	SERVIÇÃO	699596,38	7055787,37	70,0	699651,10	7055744,19		5		CENTRO
124	SERVIÇÃO	698080,31	7053746,60	335,0	698262,32	7053524,54		5		CENTRO
125	SERVIÇÃO	698113,20	7053929,72	83,0	698157,39	7053861,09		5		CENTRO
126	SERVIÇÃO	698386,82	7054700,32	84,0	698304,60	7054708,09		5		CENTRO
127	SERVIÇÃO	698502,70	7054894,92	111,0	698611,80	7054871,88		5		CENTRO
128	SERVIÇÃO	700484,24	7055546,03	62,0	700435,99	7055584,47		5		GUARANI-MIRIM
129	SERVIÇÃO	700015,71	7056749,64	45,00	699981,78	7056777,53		5		CENTRO
130	SERVIÇÃO	699729,48	7055738,48	81,0	699674,08	7055680,00		5		CENTRO
131	SERVIÇÃO	700652,03	7055277,55	147,0	700573,02	7055175,08		10		GUARANI-MIRIM
132	SERVIÇÃO	697058,06	7053331,86	93,0	697092,14	7053418,98		8		PATRIMÔNIO
133	SERVIÇÃO	699795,57	7056779,98	92,0	699862,26	7056842,74		5		CENTRO
134	SERVIÇÃO	699791,52	7055577,76	73,0	699842,26	7055630,96		10		CENTRO
135	SERVIÇÃO	698070,07	7053692,92	116,0	698158,28	7053627,04		5		CENTRO
136	SERVIÇÃO	698117,65	7053679,65	198,0	698087,14	7053489,22		5		CENTRO
137	SERVIÇÃO	700793,33	7057942,43	136,0	700710,78	7057834,47		10		INDUSTRIAL ZEFERINO KUKLINSKI
138	SERVIÇÃO	699839,46	7056738,55	97,0	699906,14	7056808,42		5		CENTRO
139	SERVIÇÃO	698975,87	7055578,04	109,0	699079,58	7055544,25		5		CENTRO
140	SERVIÇÃO	700660,12	7055226,04	67,0	700716,41	7055263,02		5		GUARANI-MIRIM
141	SERVIÇÃO	700886,14	7055120,47	210,0	700643,24	7055119,80		10		GUARANI-MIRIM
142	SERVIÇÃO	699790,78	7055577,76	103,0	699860,90	7055501,52		5		CENTRO
143	SERVIÇÃO	700782,43	7055183,62	185,0	700916,77	7055056,05		5		GUARANI-MIRIM
144	SERVIÇÃO	698472,29	7054737,47	62,0	698444,16	7054681,18		10		CENTRO

CAPITAL CATARINENSE DO ARROZ

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone/Fax: (47) 3379-4600
E-mail: gabinete@massaranduba.sc.gov.br - CNPJ: 83.102.483/0001-62

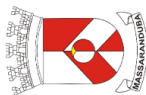


PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
ASSGAB – ASSESSORIA DE GABINETE

145	SERVIÇÃO	S. 034 WILLY VOLLES	697995,61	7053311,90	131,0	697868,23	7053342,98	7	CENTRO
146	SERVIÇÃO	S. 036	699865,21	7055673,62	40,0	699891,78	7055643,96	5	CENTRO
147	SERVIÇÃO	S. 037 HEINRICH BRUCH	697453,82	7052993,79	126,0	697342,18	7053052,32	8,04	PATRIMÔNIO
148	SERVIÇÃO	S. 042	692383,29	7056492,41	95,0	692364,15	7056399,65	5	BENJAMIN CONSTANT
149	SERVIÇÃO	S. 052	698122,75	7053980,22	40,0	698082,29	7053984,75	6	CENTRO
150	SERVIÇÃO	S. 053	697333,32	7053229,17	88,0	697299,60	7053147,29	8	PATRIMÔNIO
151	SERVIÇÃO	S. 054	698975,87	7055578,04	50,0	698928,28	7055596,02	6,27	CENTRO
152	SERVIÇÃO	S. 056	698167,88	7054311,18	75,0	698242,19	7054302,62	10	CENTRO
153	SERVIÇÃO	S. 057	697750,72	7052749,77	145,0	697607,96	7052778,42	7	PATRIMÔNIO
154	SERVIÇÃO	S. 058	700155,84	7055811,76	157,0	700043,66	7055922,05	10	CENTRO
155	SERVIÇÃO	S. 059 PEDRO SAFANELLI	701399,41	7055443,31	227,0	701422,51	7055245,37	10	GUARANI-MIRIM
156	SERVIÇÃO	S. 060	698100,19	7055088,94	52,0	698072,91	7055044,34	5	CENTRO
157	SERVIÇÃO	S. 061	692006,03	7056620,50	336,0	692129,27	7056917,14	5	BENJAMIN CONSTANT
158	SERVIÇÃO	S. 062	691849,46	7056421,08	103,0	691554,19	7056462,43	5	BENJAMIN CONSTANT
159	SERVIÇÃO	S. 063	697572,72	7053080,47	54,0	697563,15	7053027,04	5	PATRIMÔNIO
160	SERVIÇÃO	S. 065 CABO DIONÍSIO MONDINI	700093,87	7056834,66	47,0	700052,34	7056868,91	7	CENTRO
161	SERVIÇÃO	S. 066	699689,36	7056747,80	33,0	699714,22	7056770,73	5	CENTRO
162	SERVIÇÃO	S. 067	697500,79	7052915,14	28,0	697498,36	7052886,49	5	PATRIMÔNIO
163	SERVIÇÃO	S. 068	697045,80	7050947,40	141,0	696980,21	7051071,96	5,21	PATRIMÔNIO
164	SERVIÇÃO	S. 069	698665,63	7055221,75	52,0	698716,45	7055209,69	6	CENTRO
165	SERVIÇÃO	S. 070	691695,58	7055920,59	369,0	692035,66	7055818,37	5	BENJAMIN CONSTANT
166	SERVIÇÃO	S. 071 OSCAR HOCHSPRUNG	696639,21	7055472,13	63,0	696592,82	7055429,18	7,42	CAMPINHA
167	SERVIÇÃO	S. 072 GEROLD HOCHSPRUNG	696688,04	7055423,30	86,0	696630,10	7055386,43	5	CAMPINHA
168	SERVIÇÃO	S. 073	700917,62	7054195,98	86,0	700853,70	7054253,64	5	GUARANI-MIRIM
169	SERVIÇÃO	S. 074	699714,39	7056953,31	66,0	699672,14	7057004,78	5	BUTUCA
170	SERVIÇÃO	S. 098	699294,30	7055620,11	578,0	699605,30	7055593,21	10,0	CENTRO
171	SERVIÇÃO	S. 076	700116,73	7056475,48	31,0	700139,90	7056497,47	5	CENTRO
172	SERVIÇÃO	S. 077 VASCO DA GAMA	697427,43	7055233,76	91,0	697476,98	7055310,40	5	PATRIMÔNIO
173	SERVIÇÃO	S. 078	700422,08	7056324,42	102,0	700493,21	7056294,37	5	GUARANI-MIRIM

CAPITAL CATARINENSE DO ARROZ

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone/Fax: (47) 3379-4600
E-mail: gabinete@massaranduba.sc.gov.br - CNPJ: 83.102.483/0001-62

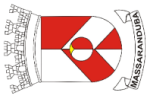


PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
ASSGAB - ASSESSORIA DE GABINETE

174	SERVIÇÃO	S. 079	700362,21	7056381,32	41,0	700391,34	7056402,91	5	GUARANI-MIRIM
175	SERVIÇÃO	S. 080	696014,53	7055902,85	243,0	695970,27	7055663,79	5	CAMPINHA
176	SERVIÇÃO	S. 081	700562,76	7056113,01	78,0	700638,01	7056091,85	8	GUARANI-MIRIM
177	SERVIÇÃO	S. 082	697291,42	7052428,22	82,0	697213,76	7052450,25	5	PATIMÔNIO
178	SERVIÇÃO	S. 083	696556,91	7055563,81	165,0	696655,57	7055587,78	5	CAMPINHA
179	SERVIÇÃO	S. 084	697460,43	7053349,62	183,0	697632,57	7053285,61	6	PATIMÔNIO
180	SERVIÇÃO	S. 085	698035,11	7053495,53	50,0	697985,66	7053503,22	5,01	CENTRO
181	SERVIÇÃO	S. 086	697865,80	7053468,91	94,0	697956,12	7053441,55	5	CENTRO
182	SERVIÇÃO	S. 087	696904,78	7053398,99	56,0	696893,93	7053343,25	5	PATIMÔNIO
183	SERVIÇÃO	S. 099	699679,56	7055855,29	95,0	699746,87	7055788,03	5,0	CENTRO
184	SERVIÇÃO	S. 089	695445,21	7056056,01	360,0	695696,70	7056123,13	6	CAMPINHA
185	SERVIÇÃO	S. 090	699766,46	7056212,13	40,0	699737,85	7056240,10	5	CENTRO
186	SERVIÇÃO	S. 091	698858,61	7055384,41	45,0	698835,02	7055402,75	9,65	CENTRO
187	SERVIÇÃO	S. 092	697930,06	7054601,51	20,0	697948,49	7054592,84	4,6	CENTRO
188	SERVIÇÃO	S. 093	698406,72	7054993,73	35,0	698372,69	7055002,19	5	CENTRO
189	SERVIÇÃO	S. 094	698994,86	7057402,63	101,0	699971,00	7057363,00	5	BUTUCA
190	SERVIÇÃO	S. 095	698997,57	7057432,29	27,0	699871,51	7057441,14	3	BUTUCA
191	SERVIÇÃO	S. 096	700726,49	7054702,10	61,0	700668,94	7054679,82	3,5	GUARANI-MIRIM
192	SERVIÇÃO	S. 097	698861,32	7056314,89	96,0	698931,20	7056247,94	8	CENTRO
193	ESTRADA	BEIRA RIO	701535,50	7059296,80	1459,0	702701,40	7060166,80	10	INDUSTRIAL ZEFERINO KUKLINSKI MASSARANDUBA BAIXO CAMPINHA, RIBEIRÃO WILDE, RIBEIRÃO GUSTAVO, RIBEIRÃO IRMA, BENJAMIN CONSTANT
194	ESTRADA		649186,25	7057269,52	4994,0	691630,57	7056683,59	10,0	RIBEIRÃO WILDE
195	ESTRADA	RIBEIRÃO WILDE	693947,24	7057707,94	7868,0	696896,32	7063630,49	10,0	RIBEIRÃO WILDE
196	ESTRADA		697083,66	7062935,61	138,0	697221,39	7062925,12	10,0	RIBEIRÃO WILDE
197	ESTRADA	FUNDOS WAGNER	697385,32	7063699,31	3108,0	694559,62	7063449,42	10,0	RIBEIRÃO WILDE
198	ESTRADA	RIBEIRÃO FRIEDA	693253,87	7058627,56	2170,0	693549,51	7060509,71	10,0	RIBEIRÃO GUSTAVO
199	ESTRADA	RIO MOLHA	692945,35	7058552,04	5284,0	692050,57	7062979,02	10,0	RIBEIRÃO GUSTAVO

CAPITAL CATARINENSE DO ARROZ

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone/Fax: (47) 3379-4600
E-mail: gabinete@massaranduba.sc.gov.br - CNPJ: 83.102.483/0001-62

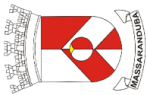


PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
ASSGAB – ASSESSORIA DE GABINETE

200	ESTRADA	RIBEIRÃO GUSTAVO FUNDOS	692591,00	7058980,00	2233,0	690903,00	7059026,00	10,0	RIBEIRÃO GUSTAVO
201	ESTRADA		692029,10	7062591,86	2235,0	693037,09	7062182,18	10,0	RIBEIRÃO GUSTAVO
202	TIFA		691924,42	7061760,82	727,0	691291,77	7061565,49	5,0	RIBEIRÃO GUSTAVO
203	ESTRADA	RIBEIRÃO IRMA	691429,36	7057591,85	3658,0	688170,72	7057540,34	10,0	RIBEIRÃO IRMA
204	ESTRADA		691619,22	7053418,38	4731,0	689215,50	7050182,80	10,0	BENJAMIN CONSTANT, TREZE DE MAIO
205	ESTRADA	STOINSKI	691625,95	7053433,75	3465,0	691782,77	7050952,59	10,0	BENJAMIN CONSTANT, TREZE DE MAIO
206	ESTRADA	13 DE MAIO	695897,04	7049623,70	11300,0	688154,51	7049491,98	10,0	TREZE DE MAIO
207	ESTRADA	ADOLFO KRAUSE	695375,07	7049627,89	164,0	695263,53	7049510,06	10,0	TREZE DE MAIO
208	ESTRADA	EGON KARDAUKE	695043,91	7049928,72	3980,0	694422,56	7051719,39	10,0	TREZE DE MAIO, PATRIMÔNIO
209	ESTRADA	NARGOSKI	695381,34	7049650,56	1510,0	696008,64	7050873,17	10,0	TREZE DE MAIO, PATRIMÔNIO
210	ESTRADA	DOS CARROCEIROS	693876,55	7050498,57	2493,0	692624,19	7051851,04	10,0	TREZE DE MAIO, BRAÇO DO NORTE
211	TIFA	GOLINSKI	693375,35	7051444,11	753,0	693439,19	7052086,92	5,0	TREZE DE MAIO
212	ESTRADA	KEMPCZYNSKI	691957,40	7051062,30	992,0	691472,10	7051685,60	10,0	TREZE DE MAIO, BENJAMIN CONSTANT
213	TIFA	TOMBACK	695852,80	7049554,80	532,0	696131,20	7049985,20	5,0	TREZE DE MAIO, PATRIMÔNIO
214	ESTRADA	JOÃO OLOS	693417,60	7053461,00	3141,0	691957,87	7051029,58	10,0	BRAÇO DO NORTE, TREZE DE MAIO
215	ESTRADA	JOSÉ KASMIIRSKI	693417,60	7053461,00	1302,0	694661,86	7053611,66	10,0	BRAÇO DO NORTE
216	ESTRADA	FRANCISCO KULLING	694661,86	7053611,66	3307,0	694279,68	7050760,38	10,0	BRAÇO DO NORTE, TREZE DE MAIO
217	ESTRADA		698165,00	7056939,30	948,0	698860,60	7057561,10	10,0	FUNDO SUECO
218	ESTRADA	FUNDO SUECO	698624,27	7055982,13	3680,0	698081,49	7059379,24	10,0	FUNDO SUECO, CENTRO
219	TIFA	MOHR	698448,87	7056663,79	626,0	697997,97	7056228,12	5,0	FUNDO SUECO
220	ESTRADA	HERMANN WACHHOLZ	698186,50	7056917,64	977,0	697519,19	7056256,72	10,0	FUNDO SUECO
221	ESTRADA	JOSÉ HILBERT	698447,70	7056664,92	811,0	698918,24	7057289,52	10,0	FUNDO SUECO
222	ESTRADA	SALDANHA	698094,00	7059329,20	1546,0	699485,00	7059527,20	10,0	FUNDO SUECO
223	ESTRADA	1º BRAÇO DO NORTE	704860,35	7056177,60	14380,0	702183,38	7044508,18	10,0	ALTO GUARANI-ACÚ, SÃO PAULINHO, PRIMEIRO BRAÇO, SÃO JOSÉ

CAPITAL CATARINENSE DO ARROZ

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone/Fax: (47) 3379-4600
E-mail: gabinete@massaranduba.sc.gov.br - CNPJ: 83.102.483/0001-62

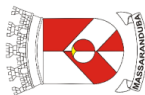


PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
ASSGAB – ASSESSORIA DE GABINETE

224	TIFA	704853,43	7055274,95	540,0	705104,83	7054868,09	5,0	SÃO PAULINHO
225	TIFA	704604,20	7054442,00	471,0	704392,79	7054091,64	5,0	SÃO PAULINHO
226	TIFA	704610,27	7052001,33	84,0	704526,40	7052000,88	5,0	PRIMEIRO BRAÇO
227	TIFA	704477,21	7051510,31	211,0	704273,37	7051554,38	5,0	PRIMEIRO BRAÇO
228	TIFA	704624,50	7052175,10	369,0	704396,42	7052386,82	5,0	PRIMEIRO BRAÇO
229	TIFA	704716,90	7052568,30	273,0	704468,63	7052529,89	5,0	PRIMEIRO BRAÇO
230	TIFA	704607,91	7052060,36	188,0	704771,79	7052035,06	5,0	PRIMEIRO BRAÇO
231	TIFA	703842,87	7045826,22	735,0	704256,86	7045877,14	5,0	PRIMEIRO BRAÇO
232	TIFA	704090,55	7047811,28	864,0	704806,23	7047450,08	5,0	PRIMEIRO BRAÇO
233	TIFA	704436,19	7051401,82	220,0	704219,99	7051419,85	5,0	PRIMEIRO BRAÇO
234	TIFA	704431,50	7051364,60	228,0	704655,40	7051334,68	5,0	PRIMEIRO BRAÇO
235	TIFA	704429,64	7051288,34	178,0	704264,83	7051257,62	5,0	PRIMEIRO BRAÇO
236	TIFA	704433,78	7050932,83	273,0	704282,01	7050935,94	5,0	PRIMEIRO BRAÇO
237	TIFA	704400,20	7050482,30	165,0	704251,22	7050535,90	5,0	PRIMEIRO BRAÇO
238	TIFA	704238,01	7050063,85	271,0	704016,13	7049932,14	5,0	PRIMEIRO BRAÇO
239	TIFA	703634,79	7047238,16	144,0	703503,41	7047285,29	5,0	PRIMEIRO BRAÇO
240	TIFA	703474,32	7046869,33	195,0	703304,43	7046958,95	5,0	PRIMEIRO BRAÇO
241	TIFA	703343,42	7046564,75	77,0	703267,18	7046556,68	5,0	PRIMEIRO BRAÇO
242	ESTRADA	704346,90	7049773,50	282,0	704439,00	7049621,90	10,0	PRIMEIRO BRAÇO
243	TIFA	704220,00	7048655,50	175,0	704047,00	7048628,40	5,0	PRIMEIRO BRAÇO
244	TIFA	704094,00	7048350,60	260,0	703923,90	7048427,40	5,0	PRIMEIRO BRAÇO
245	TIFA	703932,30	7047741,30	236,0	703787,20	7047788,00	5,0	PRIMEIRO BRAÇO
246	TIFA	703634,00	7047258,20	798,0	704276,60	7046993,50	5,0	PRIMEIRO BRAÇO
247	TIFA	704097,00	7048244,60	540,0	703611,84	7048076,02	5,0	PRIMEIRO BRAÇO
248	ESTRADA	704098,80	7048011,40	1050,0	705027,70	7048054,00	10,0	PRIMEIRO BRAÇO
249	ESTRADA	704355,17	7049450,33	292,10	702107,20	7049693,24	10,0	PRIMEIRO BRAÇO
250	ESTRADA	704741,52	7052999,75	5292,0	708735,66	7053410,10	10,0	SÃO PAULINHO, MASSARANDUBINHA
251	TIFA	706097,79	7053817,27	693,0	705929,46	7053438,02	5,0	SÃO PAULINHO, MASSARANDUBINHA
252	TIFA	707952,10	7053079,79	317,0	707847,76	7052793,48	5,0	MASSARANDUBINHA
253	ESTRADA	708958,10	7054419,60	1017,0	707943,90	7054376,20	10,0	MASSARANDUBINHA
254	ESTRADA	708989,70	7054686,30	940,0	708104,80	7054845,80	10,0	MASSARANDUBINHA

CAPITAL CATARINENSE DO ARROZ

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone/Fax: (47) 3379-4600
E-mail: gabinete@massaranduba.sc.gov.br - CNPJ: 83.102.483/0001-62

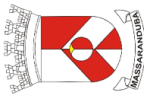


PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
ASSGAB – ASSESSORIA DE GABINETE

255	ESTRADA	2º BRAÇO DO NORTE	699596,10	7053013,10	9913,0	700529,80	7045006,50	10,0	ALTO GUARANI-MIRIM, SETE DE JANEIRO, SEGUNDO BRAÇO, BRAÇO DIREITO
256	ESTRADA	RONCHI	700419,33	7050257,71	1554,0	700978,78	7051534,41	10,0	SEGUNDO BRAÇO
257	TIFA	THOMAZELLI	700713,99	7051119,10	421,0	700658,55	7051522,91	5,0	SEGUNDO BRAÇO
258	ESTRADA	BRAÇO SECO	701983,56	7044599,58	7149,0	699482,91	7039856,26	10,0	BRAÇO DIREITO, BRAÇO SECO
259	ESTRADA	BRAÇO COSTA	700551,99	7044993,48	4866,0	697128,61	7042356,22	10,0	BRAÇO DIREITO, BRAÇO COSTA, SANTA LUZIA
260	ESTRADA	RIO BONITO	696840,25	7041476,42	5492,0	694101,57	7038741,89	10,0	RIO BONITO
261	ESTRADA	SANTA LUZIA	697457,91	7044988,16	3911,0	696840,24	7041476,51	10,0	TERCEIRO BRAÇO, SANTA LUZIA, RIO BONITO
262	RODOVIA	SC-414	693970,42	7043473,03	11520,0	703840,16	7043687,06	DEINFRA	TERCEIRO BRAÇO, BRAÇO DIREITO, SÃO JOSÉ
263	ESTRADA	7 DE JANEIRO	696882,16	7050838,43	7215,0	698805,35	7045305,25	10,0	CENTRO, SETE DE JANEIRO, BRAÇO DIREITO
264	ESTRADA	TOMAZ KLICK	708090,32	7058801,19	2319,0	707168,90	7057212,37	10,0	LINHA TELEGRÁFICA, GUARANI-AÇÚ
265	ESTRADA	SAFANELLI	706605,66	7059157,60	3993,0	709109,74	7061042,20	10,0	GUARANI-AÇÚ
266	ESTRADA	BRUHNS	706456,90	7059178,19	2976,0	706732,39	7061928,25	10,0	GUARANI-AÇÚ
267	ESTRADA	ALTO GUARANI-AÇÚ	706203,52	7059257,82	3631,0	704860,29	7056177,71	10,0	GUARANI-AÇÚ, ALTO GUARANI-AÇÚ
268	ESTRADA		705373,32	7057405,13	1950,0	707099,65	7057317,90	10,0	ALTO GUARANI-AÇÚ, LINHA TELEGRÁFICA
269	ESTRADA	LINHA TELEGRÁFICA	706588,12	7059157,49	5400,0	709621,31	7056549,11	10,0	LINHA TELEGRÁFICA
270	ESTRADA	NOLLI	707274,47	7056859,07	1134,0	707063,19	7056036,49	10,0	LINHA TELEGRÁFICA
271	ESTRADA	BRAÇO DO LIMÃO	705019,00	7049241,61	2493,0	706821,94	7048133,52	10,0	BRAÇO ALBERTO
272	ESTRADA	MARKIEWICZ	706369,10	7050346,59	2691,0	705787,90	7048555,22	10,0	BRAÇO ALBERTO
273	ESTRADA	RENKAWIESKI	712179,96	7058500,69	1509,0	713288,12	7059321,85	10,0	RIBEIRÃO DA LAGOA
274	ESTRADA	MORRO DO OURO	701658,64	7055434,20	1847,0	703083,50	7055162,60	10,0	GUARANI-MIRIM, ALTO GUARANI-MIRIM
275	ESTRADA	FERNANDO MARQUARDT	696677,14	7053191,01	1683,0	695748,03	7053085,99	10,0	PATRIMÔNIO
276	TIFA	LUCHETTA	701947,10	7044519,60	599,0	701457,66	7044725,25	5,0	BRAÇO DIREITO
277	TIFA	BETTONI	701947,83	7044522,89	636,0	702503,69	7044315,48	5,0	BRAÇO DIREITO, BRAÇO SECO, SÃO JOSÉ

CAPITAL CATARINENSE DO ARROZ

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone/Fax: (47) 3379-4600
E-mail: gabinete@massaranduba.sc.gov.br - CNPJ: 83.102.483/0001-62

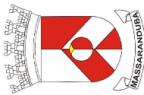


PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
ASSGAB – ASSESSORIA DE GABINETE

278	ESTRADA	NOSSA SENHORA APARECIDA	700355,21	7044987,66	3037,0	697604,79	7044906,50	10,0	BRAÇO DIREITO
279	ESTRADA	RODOLFO FRANCISCO DE SOUZA FILHO "DUDA"	696840,24	7041476,50	3043,0	695114,22	7040101,49	10,0	RIO BONITO
280	ESTRADA	MARTINA	696836,87	7041316,79	1110,0	696955,93	7040360,96	10,0	RIO BONITO
281	ESTRADA	GENOIN	694758,64	7040067,89	2988,0	695727,49	7038601,55	10,0	RIO BONITO
282	ESTRADA	ALWIN MULLER	694863,79	7040972,74	1278,0	694443,70	7041689,00	10,0	RIO BONITO
283	ESTRADA	GOLDACKER	694843,78	7040634,62	1610,0	693505,70	7040119,63	10,0	RIO BONITO
284	ESTRADA	SCABURI	701590,33	7043380,33	1021,0	701875,53	7042859,67	10,0	BRAÇO SECO
285	ESTRADA	ERWIN JURK	694648,70	7043763,90	1581,0	694796,50	7045072,30	10,0	TERCEIRO BRAÇO
286	ESTRADA	RIO GRANDE	697166,87	7050075,50	2713,0	696179,71	7048073,20	10,0	SETE DE JANEIRO, TERCEIRO BRAÇO
287	ESTRADA	BRACINHO	697968,16	7047626,54	3886,0	697150,70	7044957,75	10,0	TERCEIRO BRAÇO, SETE DE JANEIRO
288	ESTRADA	GABIROBA	697127,72	7042043,85	2860,0	699217,61	7041082,35	10,0	BRAÇO SECO, RIO BONITO
289	ESTRADA	DIX	695446,90	7043951,18	1397,0	694869,44	7043027,20	10,0	TERCEIRO BRAÇO
290	ESTRADA	BRAÇO ALBERTO	704317,91	7049109,97	4229,0	707290,70	7051165,84	10,0	PRIMEIRO BRAÇO, BRAÇO ALBERTO
291	ESTRADA	MASSARANDUBINHA	709741,55	7057999,15	4193,0	710218,21	7054152,32	10,0	GUARANI-AÇÚ, MASSARANDUBINHA
292	TIFA		710404,30	7056139,70	691,0	710557,40	7055499,40	5,0	MASSARANDUBINHA
293	ESTRADA		709976,97	7054710,29	1856,0	711651,87	7054640,83	10,0	MASSARANDUBINHA
294	ESTRADA		711009,41	7054731,58	1152,0	711602,11	7053811,42	10,0	MASSARANDUBINHA
295	ESTRADA	ALTO FRAYMANN	710218,28	7054152,32	4111,0	711463,15	7051020,13	10,0	MASSARANDUBINHA, ALTO FRAYMANN
296	ESTRADA	SÃO MIGUEL	709510,80	7055216,40	5400,0	708270,70	7050579,50	10,0	MASSARANDUBINHA, SÃO MIGUEL
297	TIFA		709004,60	7054711,20	194,0	709185,60	7054674,50	5,0	MASSARANDUBINHA
298	TIFA		710944,10	7057670,70	372,0	710862,12	7057325,06	5,0	RIBEIRÃO DA LAGOA
299	ESTRADA		710775,30	7057751,30	494,0	711163,90	7057806,00	10,0	RIBEIRÃO DA LAGOA
300	TIFA		708837,30	7052266,40	557,0	709090,10	7051875,50	5,0	MASSARANDUBINHA, SÃO MIGUEL
301	ESTRADA	KAMMER	708765,37	7051314,52	1884,0	709954,06	7051684,15	10,0	SÃO MIGUEL
302	ESTRADA	SCHERER	708547,35	7050890,42	2270,0	710111,37	7050179,33	10,0	SÃO MIGUEL
303	ESTRADA	FAUTH	708967,40	7058825,60	351,0	709239,10	7058775,20	10,0	GUARANI-AÇÚ
304	ESTRADA	PAULI	712709,75	7055950,59	1468,0	712702,87	7054542,03	10,0	RIBEIRÃO DA LAGOA

CAPITAL CATARINENSE DO ARROZ

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone/Fax: (47) 3379-4600
E-mail: gabinete@massaranduba.sc.gov.br - CNPJ: 83.102.483/0001-62

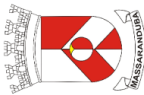


PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
ASSGAB – ASSESSORIA DE GABINETE

305	ESTRADA	RIBEIRÃO DA LAGOA	712246,64	7057444,04	509,0	712028,78	7057746,93	10,0	RIBEIRÃO DA LAGOA
306	ESTRADA	DOM BOSCO	712049,58	7057741,07	295,0	712124,71	7058024,70	10,0	RIBEIRÃO DA LAGOA
307	ESTRADA	GUAMIRANGA	712297,53	7057616,98	2887,0	711931,15	7060171,15	10,0	RIBEIRÃO DA LAGOA
308	ESTRADA	KREUTZFELD	712181,90	7057674,20	112,0	712259,38	7057750,02	10,0	RIBEIRÃO DA LAGOA
309	ESTRADA	GONÇALVES	712113,81	7059743,36	1094,0	712937,17	7060247,57	10,0	RIBEIRÃO DA LAGOA
310	TIFA	SOUZA	712179,80	7058499,67	404,0	711839,12	7058558,41	10,0	RIBEIRÃO DA LAGOA
311	ESTRADA	SLOMECKI	711501,85	7057826,40	1828,0	710677,62	7059001,58	10,0	RIBEIRÃO DA LAGOA
312	TIFA		711350,26	7058398,82	270,0	711585,83	7058480,40	10,0	RIBEIRÃO DA LAGOA
313	ESTRADA	INDAIAL	712066,26	7059124,03	2935,0	709714,36	7060040,23	10,0	RIBEIRÃO DA LAGOA
314	ESTRADA	SANTO ANTÔNIO	712311,98	7057594,64	889,0	713189,22	7057543,58	10,0	RIBEIRÃO DA LAGOA
315	ESTRADA	KEMSKI	713176,93	7057544,80	859,0	713346,36	7056736,09	10,0	RIBEIRÃO DA LAGOA
316	ESTRADA	JAGIELLO	702310,02	7057892,12	1012,0	703080,08	7057432,08	10,0	MASSARANDUBA BAIXO
317	TIFA		702671,32	7057510,05	662,0	702268,64	7057023,47	5,0	MASSARANDUBA BAIXO
318	ESTRADA		706587,50	7059142,80	573,0	707096,40	7059179,70	10,0	GUARANI-AÇÚ
319	TIFA		706910,10	7059058,20	444,0	706855,80	7058694,90	5,0	GUARANI-AÇÚ
320	ESTRADA	TIBAJI	705112,78	7059600,10	1912,0	704352,31	7061248,57	10,0	MASSARANDUBA BAIXO
321	TIFA	GAZDA	704826,10	7059710,30	393,0	704587,30	7060052,80	5,0	MASSARANDUBA BAIXO
322	TIFA	LADA	703970,23	7059541,62	389,0	703900,82	7059900,74	10,0	MASSARANDUBA BAIXO
323	ESTRADA	RADTKE	701655,86	7055433,25	424,0	701812,60	7055067,14	10,0	GUARANI-MIRIM
324	ESTRADA	VACA BRAVA	701625,88	7055434,61	3723,0	702749,92	7057427,39	10,0	GUARANI-MIRIM
325	ESTRADA	BUBLITZ	699377,79	7051228,93	922,0	699148,63	7050570,46	10,0	ALTO GUARANI-MIRIM, SETE DE JANEIRO
326	RODOVIA	SC-415	700725,30	7057974,56	16449,0	713561,57	7055788,24	DEINFRA	INDUSTRIAL ZEFERINO KUKLINSKI, MASSARANDUBA BAIXO, GUARANI-AÇÚ, RIBEIRÃO DA LAGOA
327	TIFA	SAPLINSKI	705394,17	7059482,10	726,0	705084,83	7058832,73	5,0	GUARANI-AÇÚ
328	ESTRADA	MASSARANDUBA BAIXO	703586,24	7059416,90	1000,0	704194,57	7059599,02	10,0	MASSARANDUBA BAIXO
329	ESTRADA	ALFLEN	703812,07	7059152,79	928,0	703866,06	7058399,33	10,0	MASSARANDUBA BAIXO
330	ESTRADA	WENDLING	702238,77	7053741,79	5296,0	702107,50	7049693,80	10,0	ALTO GUARANI-MIRIM, PRIMEIRO BRAÇO
331	ESTRADA		698338,92	7055622,67	598,0	697749,40	7055620,20	10,0	FUNDO SUECO
332	TIFA	CAVIQUIOLI	712927,00	7057567,00	534,0	712781,50	7057127,50	5,0	RIBEIRÃO DA LAGOA
333	TIFA	JAROCZINSKI	711504,20	7057822,70	465,0	711493,90	7057406,70	5,0	RIBEIRÃO DA LAGOA

CAPITAL CATARINENSE DO ARROZ

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone/Fax: (47) 3379-4600
E-mail: gabinete@massaranduba.sc.gov.br - CNPJ: 83.102.483/0001-62

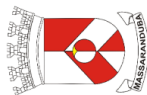


PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
ASSGAB – ASSESSORIA DE GABINETE

334	TIFA	JURK	689625,40	7057424,70	285,0	689696,80	7057608,30	5,0	RIBEIRÃO IRMA
335	TIFA	GAEDTKE	688643,30	7057469,30	296,0	688891,80	7057615,30	5,0	RIBEIRÃO IRMA
336	ESTRADA	WUTKE	688968,00	7054027,00	3544,0	687791,90	7052215,00	5,0	RIBEIRÃO HUMBERTO, TREZE DE MAIO
337	ESTRADA	GERTRUDES NART ALEXANDRE	697776,00	7049605,00	1225,0	698523,00	7049480,00	10,0	SETE DE JANEIRO
338	ESTRADA		709881,90	7055038,90	628,0	709083,40	7054902,90	10,0	MASSARANDUBINHA
339	TIFA		696454,00	7053533,10	443,0	696345,70	7053907,70	5,0	PATRIMÔNIO
340	ESTRADA		699596,60	7053018,40	4317,0	697576,70	7049729,30	10,0	ALTO GUARANI-MIRIM, SETE DE JANEIRO
341	TIFA	GUTOWSKI	702415,43	7054078,77	667,0	702728,06	7053643,88	5,0	ALTO GUARANI-MIRIM
342	ESTRADA	EGGERT	702124,70	7053945,20	10,0	701744,80	7053092,70	10,0	ALTO GUARANI-MIRIM
343	ESTRADA	PICININI	703572,10	7049426,30	4162,0	700371,55	7047971,02	10,0	PRIMEIRO BRAÇO, SEGUNDO BRAÇO
344	ESTRADA	FRANCENER	710218,70	7054152,10	1589,0	709882,10	7052799,90	10,0	MASSARANDUBINHA
345	ESTRADA	VALTER RIBACH	697293,66	7051972,88	1715,0	696401,40	7051579,20	10,0	PATRIMÔNIO
346	ESTRADA		695473,0	7039020,0	2345,0	698009,0	7039662,0	10,0	RIO BONITO
347	PRAÇA	BERTHOLD GUESSER	700085,30	7056375,60					CENTRO
348	PRAÇA	WIELHELM LEU	698054,90	7054417,60					CENTRO
349	PRAÇA	RODOLFO ALCALÁ OROPEZA	698514,30	7055181,40					CENTRO
350	PRAÇA	PREF. IRINEU MANKE	698264,80	7055014,90					CENTRO
351	PRAÇA	EXP. HILÁRIO MANOEL DE SOUZA	712204,80	7057653,30					RIBEIRÃO DA LAGOA
352	RUA		697199,28	7055306,31	96,0	697175,82	7055217,37	1,50	CAMPINHA
353	RUA		697130,13	7056545,57	258,0	697325,80	7056699,62	1,50	PATRIMÔNIO II
354	RUA		697169,87	7056517,51	127,0	697096,01	7056415,00	1,50	PATRIMÔNIO II
355	RUA		695875,70	7056421,98	252,00	695858,19	7056664,80	1,50	PATRIMÔNIO II
356	ESTRADA	HAFFEMANN	709621,29	70566549,06	3614,0	711009,43	7054731,53	10,0	MASSARANDUBINHA
357	TIFA		693667,55	7058191,48	704,0	694131,70	7058721,66	10,0	RIBEIRÃO WILDE

CAPITAL CATARINENSE DO ARROZ

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone/Fax: (47) 3379-4600
 E-mail: gabinete@massaranduba.sc.gov.br - CNPJ: 83.102.483/0001-62



PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
ASSGAB – ASSESSORIA DE GABINETE

358	TIFA	710819,80	7056040,20	570,0	710865,43	7056590,03	5,00	MASSARANDUBINHA
359	ESTRADA	MARIA PARTEIRA	708615,55	801,0	707885,61	7053784,20	10,0	MASSARANDUBINHA
360	ESTRADA	29 DE SETEMBRO	708358,48	1393,0	707686,40	7051684,32	10,0	SÃO MIGUEL
361	PRAÇA	DOS IMIGRANTES	700694,00	7055021,70				GUARANI-MIRIM
362	RUA		695541,30	113,0	695558,16	7056255,75	7,00	CAMPINHA
363	RUA		695528,18	165,0	695369,38	7056264,65	7,00	CAMPINHA
364	RUA		695664,03	138,0	695676,63	7056123,34	7,00	CAMPINHA
365	SERVIDÃO	S. 100	699790,87	45,5	699749,43	7057423,33	5,0	BUTUCA
366	RUA		700987,20	285,0	700941,25	7054238,25	4,5	GUARANI-MIRIM
367	BECO		701049,83	120,0	701082,91	7054122,22	3,0	GUARANI-MIRIM
368	BECO		701056,25	50,0	701065,06	7054174,80	3,0	GUARANI-MIRIM
369	RUA		698057,67	165,0	698177,33	7058134,63	5,0	FUNDO SUECO
370	BECO		698157,44	55,0	698197,20	7058077,18	3,0	FUNDO SUECO
371	BECO		698100,02	33,0	698128,47	7058054,92	3,0	FUNDO SUECO
372	RUA		698105,07	165,0	698222,75	7058045,87	7,0	FUNDO SUECO
373	TIFA		702320,49	120,0	702259,42	7055459,86	5,0	ALTO GUARANI-MIRIM
				454711,8				

CAPITAL CATARINENSE DO ARROZ

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone/Fax: (47) 3379-4600
 E-mail: gabinete@massaranduba.sc.gov.br - CNPJ: 83.102.483/0001-62

LEI Nº 1807/2017

LEI Nº 1807/2017

Dispõe sobre Revisão Geral Anual aos Servidores do Município de Massaranduba

ARMINDO SESAR TASSI, Prefeito de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pela legislação em vigor, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedido aos Servidores Públicos do Município de Massaranduba, revisão geral anual incidente sobre os vencimentos e funções gratificadas, a partir de 01 de Abril de 2017, na seguinte forma:

I – revisão geral anual na ordem de 4,69% correspondente ao índice inflacionário medido pelo INPC no período compreendido entre março de 2016 a fevereiro de 2017, sobre os vencimentos dos cargos do quadro dos servidores públicos municipais ativos e inativos, comissionados, funções gratificadas.

Art. 2º As despesas provenientes da execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 3º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 18 de Abril de 2017

ARMINDO SESAR TASSI

Prefeito

Publicado no expediente da data supra,

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

LEI Nº 1808/2017

LEI Nº 1808/2017

Altera dispositivo da Lei nº 1304 de 13 de Julho de 2011, que "Dispõe sobre o auxílio alimentação de caráter indenizatório aos servidores do Município de Massaranduba".

ARMINDO SESAR TASSI, Prefeito do Município de Massaranduba (SC), faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Fica alterado o Caput. do Artigo 1º da Lei nº 1304 de 13 de Julho de 2011, e passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica fixado, a partir de 1º de abril de 2017, o auxílio alimentação de caráter indenizatório aos servidores públicos municipais ativos, comissionados, contratados em caráter temporário, conselheiros tutelares e estagiários do Poder Executivo no valor de R\$ 15,00 (quinze reais) por dia efetivamente trabalhado, proporcional a jornada de trabalho, contando-se os dias trabalhados no mês."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 18 de abril de 2017

ARMINDO SESAR TASSI

Prefeito

Publicado no expediente da data supra,

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

LEI Nº 1809/2017

LEI Nº 1809/2017

Dispõe sobre Revisão Geral Anual aos Servidores da Câmara de Vereadores do Município de Massaranduba.

ARMINDO SESAR TASSI, Prefeito de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pela legislação em vigor, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedido aos Servidores da Câmara de Vereadores do Município de Massaranduba, revisão geral anual incidente sobre os vencimentos e funções gratificadas, a partir de 01 de Abril de 2017, na seguinte forma:

I – revisão geral anual na ordem de 4.69% correspondente ao índice inflacionário medido pelo INPC no período compreendido entre março de 2016 a fevereiro de 2017, sobre os vencimentos dos cargos do quadro dos servidores públicos municipais da Câmara de vereadores ativos, inativos, comissionados e funções gratificadas.

Art. 2º As despesas provenientes da execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 3º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de abril de 2017.

Massaranduba, 18 de Abril de 2017

ARMINDO SESAR TASSI

Prefeito

Publicado no expediente da data supra,

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

PROCESSO LICITATÓRIO 02.2017 PP 02.2017 - CESTA BÁSICA

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/2017

A Prefeitura de Massaranduba (SC) torna público que de acordo com Decreto Municipal 2.051/2010, Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, objetivando a AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E DE HIGIENE PESSOAL QUE COMPÕEM CESTAS BÁSICAS, PARA DISTRIBUIÇÃO AOS USUÁRIOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC) CREDENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h00min do dia 03/05/2017.

ABERTURA DA SESSÃO: 08h30min do dia 03/05/2017.

INFORMAÇÕES: a íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura de Massaranduba (SC), situada na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min ou através do site: www.massaranduba.sc.gov.br.

Massaranduba, 12 de abril de 2017.

ARMINDO SESAR TASSI – Prefeito Municipal

Meleiro

PREFEITURA

PORTARIA Nº151-2017

PORTARIA n.º 151/2017

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o artigo nº 096 da Lei n.º 809/2000, de 01 de Fevereiro de 2000 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Licença prêmio por 30 (trinta) dias, à servidora pública municipal RAQUEL TISCOSKI PASINI, ocupante do cargo de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em razão do efetivo exercício de suas funções, no período de 31 de Julho de 2007 a 28 de Julho de 2012, conforme dispõe o caput do artigo 96, da Lei n.º 809/2000, de 01 de fevereiro de 2000.

Art. 2.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta da dotação própria do orçamento vigente, no elemento de despesas com pessoal.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Meleiro, 18 de Abril de 2017.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

Modelo

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO P.L. Nº 529-2017 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 032-2017 ORTOPEDISTA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE MODELO

Aviso de Licitação

Processo Nº: 529/2017

Modalidade: Pregão Nº 32/2017

Tipo: Menor preço - Unitário por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PRESTADORA DE SERVIÇOS MÉDICOS DE ORTOPEDIA, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTAS E ATENDIMENTOS CIRÚRGICOS NA ESPECIALIDADE DE ORTOPEDIA

Entrega dos Envelopes: 08:15 horas do dia 04 de maio de 2017

Abertura dos Envelopes: 08:30 horas do dia 04 de maio de 2017.

O edital e seus anexos estão disponíveis no site www.modelo.sc.gov.br.Pedidos de esclarecimentos adicionais poderão ser solicitados, por escrito, ao Departamento de Licitações do Município de Modelo no e-mail licitacao@modelo.sc.gov.br, ou entregue na Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC.

Modelo/SC 18 de abril de 2017.

EDER SCHLOSSER DA SILVA

Pregoeiro

CONTRATO 065-2017 - TERMO ADITIVO 01-2017 - COMPUTECH - CÓPIAS E IMPRESSÕES

TERMO ADITIVO Nº. 001/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº065/2017

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 065/2017, QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE MODELO E A EMPRESA COMPUTECH INFORMÁTICA LTDA ME, NOS TERMOS DA LEI Nº. 8.666 DE 21/06/93, OBJETIVANDO A ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA SEGUNDA DO CONTRATO SUPRA CITADO.

Termo Aditivo Contratual, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE MODELO, Estado de Santa Catarina, com sede administrativa na Rua do Comércio nº 1304, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.021.832/0001-11, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor RICARDO LUIS MALDANER, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE e a Empresa COMPUTECH INFORMÁTICA LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Nereu Ramos, 2454, Centro, na Cidade de Modelo – SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.170.651/0001-02, neste ato representada pelo Senhor MICHAEL DIECKSON HAAS, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, em decorrência do Processo de Licitação nº 071/2017 – Pregão nº 011/2017, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Nº 8.666, de 21/06/93 e legislação pertinente, ao Edital antes citado, à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA REVISÃO DO PREÇO

Fica aditado o contrato nº 065/2017 de 22.03.2017, constante da Cláusula Segunda, com revisão dos preços, nos termos do art. 65, inciso II, alínea "d", da Lei 8.666/93, nos termos do requerimento da CONTRATANTE, conforme ata de revisão de preços nº 019/2017 que faz parte integrante do presente aditivo.

CONTRATO INICIAL

Fornecedor	Item	Descrição	Und.	Vlr Unit.
Computech	01	Serviços de Cópia e Impressão Monocromática em papel A4, incluindo o fornecimento de impressoras em comodato e serviços de manutenção reparadora e preventiva das impressoras, e fornecimento de toners (quantos forem solicitados).	Un.	0,0833

TERMO ADITIVO COM SUPRESSÃO NO VALOR

Fornecedor	Item	Descrição	Und.	Vlr Unit.
------------	------	-----------	------	-----------

Computech	01	Serviços de Cópia e Impressão Monocromática em papel A4, incluindo o fornecimento de impressoras em comodato e serviços de manutenção reparadora e preventiva das impressoras, e fornecimento de toners (quantos forem solicitados).	Un.	0,0500
-----------	----	--	-----	--------

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

Fica aditado o valor do item acima do contrato nº 065/2017 de 22.03.2017, Constante da Cláusula Segunda, com aditivo de preço, nos termos do art. 65, inciso II, alínea "d", da Lei 8.666/93, reduzindo o preço a ser pago pelo objeto deste contrato a partir de 22 de março de 2017 em R\$ 0,0333 (três centavos e trinta e três centésimos de centavos), por cópia, totalizando o valor de R\$ -10.456,20 (dez mil quatrocentos e cinquenta e seis reais e vinte centavos).

O valor do contrato nº 065/2017 de 22.03.2017, com o aditivo 001/2017, passa a ter o valor de R\$ 15.700,00 (quinze mil e setecentos reais).

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente termo aditivo decorre de requerimento da Contratada, que faz parte integrante do presente contrato, e encontra amparo legal no artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Permanecem inalteradas as demais Cláusulas e Condições, firmadas inicialmente no Contrato Administrativo nº 038/2017 de 09.01.2017.

CLÁUSULA QUINTA – DO FORO

Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de MODELO-SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Modelo/SC, aos 22 de março de 2017.

MUNICÍPIO DE MODELO Ricardo Luís Maldaner Prefeito Municipal - Contratante	COMPUTECH INFORMÁTICA LTDA ME Michael Dieckson Haas Sócio Administrador- Contratada
--	---

Testemunhas:

Nome:	Nome:
-------	-------

Visto

GILNEI ROBERTO VOGEL OAB/SC Nº 11.283 - Assessor Jurídico	
--	--

DECRETO Nº 090/2017

DECRETO Nº 090/2017 DE 13 DE ABRIL DE 2017.

CRIA EQUIPE TÉCNICA PARA DIAGNÓSTICO E SIMULAÇÃO DE PROPOSTAS A SER APRESENTADO PARA EQUIPE DE REESTRUTURAÇÃO (ADEQUAÇÃO) DO PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial de conformidade com o inciso VII do artigo 42 da Lei Orgânica do Município de Modelo e,

Considerando a meta 14 do Anexo I da Lei 2210 de 18 de junho de 2015, que assegura, no prazo de 2 (dois) anos, a reestruturação (adequação) do Plano de Carreira para os (as) profissionais da educação básica do Sistema Municipal de Ensino que tem como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal;

Considerando a necessidade de ADEQUAÇÃO do plano de cargos e salários, para os servidores públicos da educação básica da Secretaria de Educação do Município de Modelo,

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituída, a Equipe Técnica que fará o diagnóstico para apresentar à Comissão Coordenadora de Estudos do Plano de Cargos e Salários dos Servidores do magistério da Secretaria de Educação do Município de Modelo, a qual competirá realizar todos os levantamentos necessários para elaboração do diagnóstico situacional e simulação de proposta para reestruturação (adequação) do plano de carreira dos servidores da educação básica da Secretaria de Educação do Município de Modelo.

Art. 2º - A Equipe Técnica de que trata o artigo 1º deste Decreto, fica assim constituída:

I – Representantes da Secretaria Municipal de Educação

NOME: Jussane M. T. Frandoloso - RG nº 2.856.891 / CPF nº 800.082.329-20

Eliane Fatima Hanauer Chaves - RG nº 2.997.570-0 / CPF nº 017.628.089-86

II - Professoras Representantes das Escolas Municipais ou do Conselho Municipal

NOME: Sirlei Marins – RG nº 3.238.369 / CPF nº 030.952.899-28

Daniela Marins – RG nº 4.815.804-6 / CPF nº 041.826.389-21

III - Professoras Representantes dos Diretores/Gestores Escolares

NOME: Janete Toseto - RG nº 2.031.849 / CPF nº 767.621.739-34

IV - Representantes da Secretaria Municipal de Administração

NOME: Janice Martini Muller – RG nº 949.835/ CPF nº 346.391.959-15

Francieli Pavalicini - RG nº 4.704.930 / CPF nº 065.173.539-41

Art. 3º - A Equipe Técnica deverá participar de formação específica disponibilizada pelo MEC através da SASE/DIVAPE para o uso de planilhas e diagnóstico.

Art. 4º - O prazo para a Comissão apresentar a conclusão de seus trabalhos, ou seja, a proposta de plano de carreira será até novembro de 2017, podendo ser prorrogado.

Parágrafo único. O prazo previsto neste artigo poderá ser prorrogado a critério da Administração Municipal.

Art. 5º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 13 de abril de 2017.
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Assessora de Departamento

DECRETO Nº 091/2017

DECRETO Nº 091/2017 DE 13 DE ABRIL DE 2017.

CRIA COMISSÃO PARA REESTRUTURAÇÃO/ADEQUAÇÃO E ESTUDO DO PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial de conformidade com o inciso VII do artigo 42 da Lei Orgânica do Município de Modelo e,

Considerando a meta 14 do Anexo I da Lei 2210 de 18 de junho de 2015, que assegura, no prazo de 2 (dois) anos, a reestruturação (adequação) do Plano de Carreira para os (as) profissionais da educação básica do Sistema Municipal de Ensino que tem como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal;

Considerando a necessidade de ADEQUAÇÃO do plano de cargos e salários, para os servidores públicos da educação básica da Secretaria de Educação do Município de Modelo, ensejando assim, ao servidor efetivo a progressão na carreira.

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituída, a Comissão Coordenadora de Estudos do Plano de Cargos e Salários dos Servidores do magistério da Secretaria de Educação do Município de Modelo, a qual competirá realizar todos os levantamentos, estudos, reuniões e audiências, para apresentação ao Prefeito Municipal, da proposta de reestruturação do plano de carreira dos servidores da educação básica da Secretaria de Educação do município de Modelo.

Art. 2º - A Comissão de que trata o artigo 1º deste Decreto, fica assim constituída:

I - Dirigente Municipal de Educação

NOME – Jussane M. T. Frandoloso - RG nº 2.856.891 / CPF nº 800.082.329-20

II - Professora Representante dos Diretores/Gestores Escolares

NOME – Janete Toseto - RG nº 2.031.849 / CPF nº 767.621.739-34

III - Professora Representante das Escolas Municipais ou do Conselho Municipal de Educação

NOME – Dulce Reinehr - RG nº 2.162.474 / CPF nº 908.041.719-04

IV - Representante da Secretaria Municipal de Educação

NOME – Eliane F. H. Chaves - RG nº 2.997.570-0 / CPF nº 017.628.089-86

V - Representante da Secretaria Municipal de Administração e Finanças

NOME – Janice Martini Muller - RG nº 949.835 / CPF nº 346.391.959-15

Francieli Pavalicini - RG nº 4.704.930 / CPF nº 065.173.539-41

Art. 3º - A Comissão deverá contar com um Presidente e um Secretário, a serem designados na primeira reunião dessa comissão, dentre os membros indicados pelos respectivos órgãos.

Art. 4º - O prazo para a Comissão apresentar a conclusão de seus trabalhos, ou seja, a proposta de plano de carreira será até novembro de 2017, podendo ser prorrogado.

Parágrafo único. O prazo previsto neste artigo poderá ser prorrogado a critério da Administração Municipal.

Art. 5º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 13 de abril de 2017.

RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Assessora de Departamento

DECRETO Nº 096/2017

DECRETO Nº 096/2017 DE 18 DE ABRIL DE 2017.

DISPÕE SOBRE A RESCISÃO DE CONTRATO ACT - ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO DO SERVIDOR CASSIANO LAGO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal, Reforma Administrativa e conforme Leis Municipais nºs: 971/1990, 1.513/2002, 1.593/2005, 1.960/2010, 2.296/2017, e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

DECRETA:

Art. 1º - Fica rescindido por término de contrato, o Contrato Administrativo Para Admissão Temporária De Pessoal Por Excepcional Interesse Público nº 030/2016, constante no Decreto nº 255/2016, do Servidor CASSIANO LAGO, portador do CPF nº 066.103.019-99, RG nº 4.843.084 das funções do cargo de Enfermeiro PSF – ESF, deste município de Modelo/SC, nesta data.

Parágrafo Único: O servidor mantém suas atividades laborais até esta data, afastando-se a partir de 19 de abril de 2017.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 18 de abril de 2017.

RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Assessora de Departamento

DECRETO Nº 097/2017

DECRETO Nº 097/2017 DE 18 DE ABRIL DE 2017.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE EDIANE MENEGOTTO PARA CARGO EM COMISSÃO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 2.296/2017, Lei Orgânica Municipal e demais disposições legais sobre a matéria,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada nesta data, a Sra. EDIANE MENEGOTTO, portadora do CPF nº 033.471.229-76, RG nº 3.961.932, para desempenho do cargo em comissão de ASSESSORA ADMINISTRATIVA, para atuação, juntamente com os demais membros da equipe de referência, no desenvolvimento de Programas, Projetos, Serviços e Benefícios Socioassistenciais, juntamente com as demais atribuições do cargo, fixada a sua lotação no Departamento Municipal de Assistência Social, com atribuição de exercício no CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) do Município de Modelo/SC.

Art. 2º - A servidora nomeada por meio deste decreto, perceberá a remuneração do cargo, nível CC-03, do quadro de servidores Cargos em Comissão, do Município de Modelo - SC, com dedicação integral.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo,
aos 18 de abril de 2017.
RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Assessora de Departamento

TERMO DE POSSE 010/2017

REFERENTE NOMEAÇÃO CONFORME DECRETO 097/2017

Cargo em Comissão: Assessora Administrativa

Aos dezoito dias do mês de abril de dois mil e dezessete, no Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo – SC, compareceu a Senhora EDIANE MENEGOTTO, portadora do CPF nº 033.471.229-76, RG nº 3.961.932, a fim de tomar posse no cargo de Assessora Administrativa, conforme nomeação de que dispõe o Decreto nº 097/2017, com lotação no Departamento Municipal de Assistência Social e atribuição de exercício no CRAS – Centro de Referência de Assistência Social do município de Modelo – SC.

Na oportunidade apresentou a declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio, declarou ainda, a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo.

Apresentou laudo médico expedido por profissional autorizado pelo município onde foi julgada apta física e mentalmente para o exercício do referido cargo e, em seguida, satisfeitos os requisitos, foi-lhe dado posse.

Comprometeu-se em desempenhar suas atribuições de acordo com as prescrições do Estatuto dos Serviços Públicos Municipais e demais normas pertinentes, cumprindo com eficiência funcional seus deveres e responsabilidades de acordo com os princípios de dignidade, disciplina, impessoalidade e moralidade, prestando o seguinte depoimento:

“Por minha honra e pela pátria, juro cumprir com exatidão, disciplina, honradez, dignidade e escrúpulos, os deveres inerentes ao cargo, aceitando as atribuições do cargo para o qual fui nomeada e sua respectiva lotação, prometendo cumpri-lo com dedicação e zelo, em respeito à Lei, a bem do Município e dos meus concidadãos”.

Nada mais a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse que vai assinado pelas partes.

Modelo - SC, aos 18 de abril de 2017.

EDIANE MENEGOTTO
Servidora

RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

ERRATA AO EXTRATO DE CONTRATO Nº 065-2017 CÓPIAS E IMPRESSÕES - COMPUTECH INFORMÁTICA

Errata ao Extrato de Contrato nº 065/2017

Processo Licitatório nº 071/2017

Registro de Preços nº 011/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE MODELO/SC. CNPJ: 83.021.832/0001-11

Contratada: COMPUTECH INFORMÁTICA LTDA ME. CNPJ: 09.170.651/0001-02

Valor: R\$ 26.156,20

Assinado em: 22/03/2017

Vigente até: 31/12/2017

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CÓPIAS E IMPRESSÕES MONOCROMÁTICAS, COM O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS EM COMODATO, PARA DAR CONTINUIDADE AOS TRABALHOS DOS DEPARTAMENTOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, AGRICULTURA, EDUCAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MODELO/SC.

Modelo/SC, 18 de abril de 2017.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Mondaí

PREFEITURA

EXTRATO DE PREGÃO Nº 009/2017 - PMM

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 016/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2017

O MUNICÍPIO DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, através do Fundo Municipal de Saúde, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrito a seguir: MODALIDADE: Pregão Presencial nº. 009/2017. TIPO: Menor Preço (Por Lote). OBJETO: Contratação de empresa jornalística (imprensa escrita) com edição semanal, para prestação de serviços de publicidade e propaganda governamental, em especial a institucional e de utilidade pública, para divulgação de normas legais, regulamentares, ações, serviços, programas e campanhas de saúde e outros eventos, do Fundo Municipal de saúde, de caráter educativo, informativo ou de orientação social para a população em geral, com abrangência no Município de Mondaí, e tiragem média semanal de 1.500 exemplares, para o exercício de 2017 e/ou subsequentes, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I, deste edital, fazendo dele parte integrante para todos os fins e efeitos. ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: Até as 08h00min do dia 03 de Maio de 2017. SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E LANCES VERBAIS: às 08h15min do dia 03 de Maio de 2017. INFORMAÇÕES: Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço abaixo ou pelo fone (49) 3674-3100, ou, ainda, pelo e-mail: compras@mondai.sc.gov.br. EDITAL: Disponível em www.mondai.sc.gov.br. Mondaí, SC, 18 de Abril de 2017.

VALDIR RUBERT - Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0212/2017

ATOS DO PODER EXECUTIVO

PORTARIA Nº. 0212 DE 21 DE MARÇO DE 2017.
NOMEIA DIRETOR

O PREFEITO MUNICIPAL de Mondaí Estado de Santa Catarina, VALDIR RUBERT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas na Lei Orgânica do Município; Lei Complementar nº 018 de 28 de novembro de 2006; Lei Municipal nº 3.195 de 22 de dezembro de 2006, resolve:

NOMEAR, ERUDINEI PICOLI, brasileiro, residente e domiciliado neste Município, portador da Cédula de Identidade nº 3.712.450, inscrito no CPF sob nº 000.478.230-54, matrícula 3609, para exercer a função de DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES. Enquadrado no Regime Jurídico Estatutário, contribuinte ao RGPS – Regime Geral de Previdência Social, percebendo os vencimentos conforme enquadramento da função no quadro de pessoal comissionado do Município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Mondaí, 21 de março de 2017.

VALDIR RUBERT

Prefeito Municipal de Mondaí

MILITÃO KNAPP

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 0240/2017

ATOS DO PODER EXECUTIVO

PORTARIA Nº 0240 DE 06 DE ABRIL DE 2017.

Exonera a pedido

O PREFEITO MUNICIPAL de Mondaí Estado de Santa Catarina, VALDIR RUBERT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas na Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 018 de 28 de novembro de 2006, Lei Municipal nº 3.195 de 22 de dezembro de 2006, resolve:

EXONERAR, a pedido o servidor EVERTON BORCK, brasileiro, residente e domiciliado no município de Mondaí, portador da cédula de identidade nº 2.948.829, inscrito no CPF sob o nº 025.124.769-44, matrícula 3589, lotado na função de COORDENADOR DO CONTROLE INTERNO, á partir de 06.04.2017.

Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Prefeitura Municipal de Mondaí, 06 de abril de 2017.

VALDIR RUBERT

Prefeito Municipal de Mondaí

PORTARIA Nº 0243/2017

ATOS DO PODER EXECUTIVO

PORTARIA Nº. 0243 DE 17 DE ABRIL DE 2017.
NOMEIA COORDENADOR

O PREFEITO MUNICIPAL de Mondaí Estado de Santa Catarina, VALDIR RUBERT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas na Lei Orgânica do Município; Lei Complementar nº 018 de 28 de novembro de 2006; Lei Municipal nº 3.195 de 22 de dezembro de 2006, resolve:

NOMEAR, JONAS CARLOS SCHEFFER DEMARCHI, brasileiro, residente e domiciliado neste Município, portador da Cédula de Identidade nº 4023209, inscrito no CPF sob nº 032.357.879-92, matrícula 3615, para exercer a função de COORDENADOR DO CONTROLE INTERNO. Enquadrado no Regime Jurídico Estatutário, contribuinte ao RGPS – Regime Geral de Previdência Social, percebendo os vencimentos conforme enquadramento da função no quadro de pessoal comissionado do Município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Mondaí, 17 de abril de 2017.

VALDIR RUBERT

Prefeito Municipal de Mondaí

MILITÃO KNAPP

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 0244/2017**ATOS DO PODER EXECUTIVO**

PORTARIA Nº. 0244 DE 17 DE ABRIL DE 2017.
NOMEIA ASSESSOR JURÍDICO

O PREFEITO MUNICIPAL de Mondaí Estado de Santa Catarina, VALDIR RUBERT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas na Lei Orgânica do Município; Lei Complementar nº 18 de 28 de novembro de 2006; Lei Complementar nº 063 de 13 de abril de 2017, e Lei Municipal nº 3.195 de 22 de dezembro de 2006, resolve:

NOMEAR, JERRY ALBERTI, brasileiro, residente e domiciliado neste Município, portador da Cédula de Identidade nº 3.401.658, inscrito no CPF sob nº 029.723.299-10, matrícula 3616, para exercer a função de ASSESSOR JURÍDICO DO GABINETE DO PREFEITO, com carga horária de 20 horas semanais. Enquadrado no Regime Jurídico Estatutário, contribuinte ao RGPS – Regime Geral de Previdência Social, percebendo os vencimentos conforme enquadramento da função no quadro de pessoal comissionado do Município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Mondaí, 17 de abril de 2017.

VALDIR RUBERT
Prefeito Municipal de Mondaí
MILITÃO KNAPP
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 0245/2017**ATOS DO PODER EXECUTIVO**

PORTARIA Nº 0245 DE 17 DE ABRIL DE 2017.

Exonera a Pedido

O PREFEITO MUNICIPAL de Mondaí Estado de Santa Catarina, VALDIR RUBERT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas na Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 018 de 28 de novembro de 2006, e Lei Municipal nº 3.196 de 22 de dezembro de 2006, resolve:

EXONERAR a pedido a servidora ELAINE RENZ SERAFINI, brasileira, residente e domiciliada no município de Mondaí, portadora da cédula de identidade nº 3.816.925, inscrita no CPF sob o nº 021.153.779-90, matrícula 3541, lotada no cargo de CHEFE DE DIVISÃO DE CRECHES-ESCOLAS, á partir de 17.04.2017.

Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Prefeitura Municipal de Mondaí, 17 de abril de 2017.

VALDIR RUBERT
Prefeito Municipal de Mondaí

PORTARIA Nº 219/2017**ATOS DO PODER EXECUTIVO**

PORTARIA Nº. 0219 DE 27 DE MARÇO DE 2017.
NOMEIA CHEFE DE DIVISÃO

O PREFEITO MUNICIPAL de Mondaí Estado de Santa Catarina, VALDIR RUBERT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas na Lei Orgânica do Município; Lei Complementar nº 018 de 28 de novembro de 2006; Lei Municipal nº 3.195 de 22 de dezembro de 2006, resolve:

NOMEAR, IZOLDA TEREZINHA BENINI NEITZKE, brasileira, residente e domiciliada neste Município, portadora da Cédula de Identidade nº 3.257.433, inscrita no CPF sob nº 927.535.669-68, matrícula 3610, para exercer a função de CHEFE DE DIVISÃO DA COORDENADORIA DE AÇÕES SOCIAIS. Enquadrada no Regime Jurídico Estatutário, contribuinte ao RGPS – Regime Geral de Previdência Social, percebendo os vencimentos conforme enquadramento da função no quadro de pessoal comissionado do Município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Mondaí, 27 de março de 2017.

VALDIR RUBERT
Prefeito Municipal de Mondaí
MILITÃO KNAPP
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Monte Carlo

PREFEITURA

DECRETO Nº 41.2017 CONFERÊNCIA SAÚDE DA MULHER

DECRETO Nº 41, DE 17 DE ABRIL 2017.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MONTE CARLO – ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEGISLAÇÃO VIGENTE.

DECRETA

Art. 1º - Fica convocada a I Conferência Municipal de Saúde da Mulher, a realizar-se no dia 26 de abril de 2017, as 14:00 horas, junto a Câmara Municipal de Vereadores nesta cidade de Monte Carlo/SC.

Art. 2º - A Conferência desenvolverá seus trabalhos sob o tema “SAÚDE DA MULHER”.

Art. 3º - A Conferência será presidida pelo Secretário Municipal de saúde e na ausência ou impedimento eventual pelo seu representante legal.

Art.4º - O Secretário Municipal de Saúde, expedirá, mediante portaria o Regimento Interno da I Conferência Municipal de Saúde da Mulher.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º- Revogam-se as disposições em contrário.

MONTE CARLO, 17 DE ABRIL DE 2017.

SONIA SALETE VEDOVATTO

Prefeita Municipal

Morro da Fumaça

PREFEITURA

DECRETO Nº 068/2017

DECRETO Nº 068/2017, em 18 de Abril de 2017.

“ESTABELECE PROVISÓRIAMENTE O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA”

CONSIDERANDO a necessidade do início dos trabalhos do Conselho Municipal de Saúde, este ato estabelece provisoriamente regras de funcionamento ao conselho, até elaboração de regimento interno pelo próprio órgão colegiado, que passa a ter o prazo imprerível de 60 (sessenta) dias para encaminhar regimento interno aprovado pelo Plenário do Conselho para homologação do Chefe do Poder Executivo.

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 69, XII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

CAPÍTULO I - DA NATUREZA E FINALIDADE

Art.1º - O Conselho Municipal de Saúde - CMS, é órgão de instância colegiada, deliberativa, de natureza permanente e órgão específico da Secretaria Municipal da Saúde, na forma da Lei 1.102 de 29 de Novembro de 2002.

Art.2º - O Conselho Municipal de Saúde - CMS, tem por finalidade atuar e deliberar na formulação e controle da execução da política municipal de saúde, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, nas estratégias e na promoção do processo de controle social em toda a sua amplitude, no âmbito dos setores público e privado.

CAPÍTULO II - DAS COMPETÊNCIAS

Art.3º - Compete ao Conselho Municipal de Saúde:

I. Manter diálogos harmônico com dirigentes dos órgãos vinculados ao Sistema Único de Saúde;

II. Deliberar sobre estratégias e atuar no controle da execução da Política Municipal de Saúde;

III. Deliberar, analisar, controlar e apreciar, no nível municipal, o funcionamento do Sistema Único de Saúde;

IV. Aprovar, controlar, acompanhar e avaliar o Plano Municipal de Saúde;

V. Apreciar, previamente, emitindo parecer sobre o Plano e aplicação de recursos financeiros transferidos pelos Governos Federal, Estadual e do orçamento municipal consignados ao Sistema Único de Saúde;

VI. Apreciar a movimentação de recursos financeiros do Sistema Único de Saúde, no âmbito municipal e pronunciar-se conclusivamente sobre os relatórios de gestão do Sistema Único de Saúde apresentados pela Secretaria do Sistema de Saúde e Desenvolvimento Social;

VII. Acompanhar e fiscalizar os procedimentos do Fundo Municipal de Saúde - FMS;

VIII. Propor critérios para a criação de comissões necessárias ao efetivo desempenho do Conselho Municipal de Saúde, aprovando, coordenando e supervisionando suas atividades; apreciar os parâmetros municipais quanto a política de recursos humanos para a saúde;

IX. Promover a articulação interinstitucional e intersetorial para garantir a atenção à saúde constitucionalmente estabelecida;

X. Solicitar aos órgãos públicos integrantes do Sistema Único de Saúde no Município a colaboração de servidores de qualquer graduação funcional, para participarem da elaboração de estudos, para esclarecimento de dúvidas, para proferirem palestras técnicas, ou, ainda, prestarem esclarecimentos sobre as atividades desenvolvidas pelo órgão a que pertencem quando relacionadas ao Sistema Único de Saúde;

XI. Estimular a participação e o controle popular através da sociedade civil organizada;

XII. Possibilitar a ampla informação das questões de saúde e o amplo conhecimento do Sistema Único de Saúde à população e às instituições públicas e entidades privadas;

XIII. Ter todas as informações de caráter técnico-administrativo, econômico-financeiro, orçamentário e operacional, sobre recursos humanos, convênios, contratos e termos aditivos, de direito público, que digam respeito à estrutura e pleno funcionamento de todos os órgãos vinculados ao Sistema Único de Saúde;

XIV. Aprovar o regimento, a organização, e as normas de funcionamento da Conferência Municipal de Saúde, reunida, ordinariamente a cada ano, e convocá-la, nos termos da lei;

XV. Estabelecer o Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde e propor alterações quando necessárias;

XVI. Expedir normas de funcionamento interno do Conselho Municipal de Saúde;

XVII. Elaborar propostas, aprovar e examinar quaisquer outros assuntos que lhes forem submetidos, dentro de sua competência.

CAPÍTULO III - ORGANIZAÇÃO DO COLEGIADO

Art.4º - Conselho Municipal de Saúde tem a seguinte organização:

I. Plenário;

II. Comissão Executiva;

III. Secretaria Geral.

Seção I – PLENÁRIO

Art.5º - O Plenário do Conselho Municipal de Saúde é o fórum de deliberação plena e conclusiva, configurado por Reuniões Ordinárias e Extraordinárias dos membros do Conselho designados, de acordo com requisitos de funcionamento estabelecidos neste Regimento Interno;

Subseção I – Composição

Art.6º - A composição do plenário está definida no art.3º da Lei 1,102 de 29 de Novembro de 2002 e suas alterações, regulamentado pelo Regulamento Eleitoral do Conselho Municipal de Saúde 001 de 07 de Março de 2017, garantida sempre a paridade dos usuários em relação ao conjunto dos demais segmentos;

Art.7º - A representação dos órgãos e entidades inclui um titular e um suplente;

§1º - O suplente deve representar o titular em suas ausências perante o conselho, possuindo direito a voz, mas não possuindo voto.

§2º - O suplente assume definitivamente como titular quando da desistência ou dispensa do titular.

§3º - Quando não estiver substituindo o conselheiro titular o conselheiro suplente não possui direito a voz e voto.

Art.8º - O Mandato pertence à entidade ou órgão nomeante, podendo o conselheiro e seu suplente serem substituídos a critério destes, que informarão oficialmente o Chefe do Poder Executivo da substituição.

§1º - Será dispensado, automaticamente, o conselheiro que, deixar de comparecer sem justificativa a 03 (três) reuniões consecutivas ou 05 (cinco) intercaladas no período de um ano civil.

§2º - A perda do mandato será declarada pelo Presidente da Comissão Executiva e comunicada ao Secretário do Sistema de Saúde e Desenvolvimento Social, para tomada das providências necessárias à sua substituição na forma da legislação vigente.

§4º - Será aceito justificativa de ausências quando tratar-se de problema de saúde, devendo ser apresentadas na Secretaria Executiva do Conselho Municipal da Saúde até 48 horas úteis após a reunião documento hábil a provar a situação alegada;

§5º - A perda do mandato poderá ser declarada, após pedido de no mínimo 1/3 dos conselheiros e aprovada por maioria pelo Plenário do Conselho Municipal de Saúde nos casos específicos de falta de decoro definida pelo Plenário.

§6º - Será marcada sessão extraordinária onde relator previamente nomeado pelo coordenador geral da comissão executiva fará leitura dos motivos do pedido de perda do mandato e seu parecer, na sequência será dado voz ao membro do conselho acusado ou defensor por este nomeado, após será procedido votação de forma secreta.

Subseção II – Funcionamento

Art.9º - O Conselho Municipal de Saúde reunir-se-á, ordinariamente, bimestralmente, nos meses de Fevereiro, Abril, Junho, Agosto, Outubro, Dezembro, sempre na segunda terça-feira do mês; extraordinariamente, por convocação do Secretário do Sistema de saúde e Desenvolvimento Social ou em decorrência de requerimento da maioria de seus membros.

§1º - As reuniões serão iniciadas com a presença mínima da metade mais um dos seus membros.

§2º - Cada membro terá direito a um voto.

Art.10 - As atividades do Conselho Municipal de Saúde serão presididas pelo Presidente da Comissão Executiva do Conselho Municipal de Saúde.

Art.11 - As reuniões plenárias serão coordenadas pelo Secretário Municipal de Saúde que integrará o Conselho Municipal de Saúde na condição de membro nato, com direito a voz e apenas ao voto de qualidade, que será exercido em caso de empate.

§1º - Na ausência do Secretário Municipal da Saúde as reuniões do Conselho serão coordenadas pelo Presidente da Comissão Executiva do Conselho Municipal de Saúde.

§2º - Na ausência do Secretário Municipal da Saúde e do Presidente da Comissão Executiva do Conselho Municipal de Saúde, as reuniões do Conselho serão coordenadas pelo Secretário Geral e na falta deste por membro do Conselho Municipal de Saúde indicado pelo plenário.

Art.12 - A pauta da reunião ordinária constará de:

- a. discussão e aprovação da ata da reunião anterior;
- b. expediente constando de informes da mesa;
- c. informes dos Conselheiros;
- d. ordem do dia constando dos temas previamente definidos;
- e. deliberações;
- f. definição da pauta da reunião seguinte pelo Plenário;
- g. encerramento.

§1º - Os informes não comportam discussão e votação, somente esclarecimentos breves. Os Conselheiros que desejarem apresentar informes devem inscrever-se até início da reunião.

§2º - Para apresentação do seu informe cada conselheiro inscrito disporá de 03 minutos prorrogáveis a critério do plenário.

§3º - Nenhum assunto da ordem do dia poderá ser abordado nos itens b) e c) deste artigo.

§4º - A definição da ordem do dia, partirá da relação dos temas básicos aprovados pelo Plenário, dos produtos das comissões, e das indicações dos conselheiros ao final de cada Reunião Ordinária.

§5º - O plenário poderá decidir qualquer ordem do dia sem prejuízo do disposto no §4º deste artigo, a Secretaria Geral poderá proceder a seleção de temas obedecidos os seguintes critérios:

- a. Pertinência (inserção clara nas atribuições legais do Conselho);
- b. Relevância (inserção nas prioridades temáticas definidas pelo Conselho);
- c. Tempestividade (inserção no tempo oportuno e hábil);
- d. Precedência (ordem da entrada da solicitação).

§6º - Cabe à Secretaria Geral a preparação de cada tema da pauta da ordem do dia, com documentos e informações disponíveis, inclusive destaques aos pontos recomendados para deliberação, a serem disponibilizados pelo menos uma semana antes da reunião, sem o que, salvo a critério do plenário, não poderá ser votado.

Art.13 - As deliberações do Conselho Municipal de Saúde, observado o quorum estabelecido, serão tomadas pela metade mais um de seus membros, mediante:

- a. Resoluções, que após parecer do Procurador Geral do Município,

serão homologadas pelo Secretário Municipal da Saúde sempre que se reportarem a responsabilidades legais do Secretário;

b. Recomendações sobre tema ou assunto específico que não é habitualmente de sua responsabilidade direta, mas é relevante e/ou necessário, dirigida a agentes institucionais de quem se espera ou se pede determinada conduta ou providência;

c. Moções que expressem o juízo do Conselho, sobre fatos ou situações, com o propósito de manifestar reconhecimento, apoio, crítica ou oposição.

§1º - As deliberações serão identificadas pelo seu tipo e numeradas correlativamente.

§3º - As deliberações do CMS que impliquem na adoção de medidas administrativas, como a consistente em aumento de despesa, reorganização administrativa e alteração de planos ou programas, ou quaisquer outras de âmbito do executivo, serão encaminhadas a Secretaria do Sistema Econômico para manifestação prévia e encaminhada ao Chefe do Poder Executivo para homologação. Em caso de serem impugnadas, serão devolvidas à instância de origem com os motivos da impugnação.

§4º - A homologação ou a impugnação será efetuada no prazo máximo de 45 dias úteis, a contar da data de deliberação, podendo ser prorrogada por igual período mediante comunicação a Secretaria Geral do Conselho com os motivos da prorrogação.

§5º - Caso não haja homologação ou impugnação das deliberações do CMS no prazo estabelecido neste artigo, o assunto deverá voltar ao Colegiado Pleno onde será reexaminado, com prioridade na reunião seguinte, devendo a deliberação ser confirmada por dois terços dos conselheiros; e homologada pelo Presidente da Comissão Executiva.

§6º - As resoluções, atas das reuniões ordinárias e extraordinárias, moções, notas à imprensa, recomendações sobre temas específicos e demais deliberações do plenário do Conselho Municipal de Saúde, serão publicadas em Diário Oficial do Município, dentro do prazo de 05 dias após sua aprovação pelo Conselho Municipal de Saúde.

§7º - Analisadas e/ou revistas as Resoluções, seu texto final será novamente encaminhado para homologação e publicação devendo ser observado o prazo previsto no § 6º.

Art. 14 – Na segunda reunião ordinária do ano será apreciado exclusivamente as contas de gestão do Exercício anterior.

§1º - O Relatório de Gestão apresentado ao Conselho Municipal de Saúde deve possuir os requisitos mínimos exigidos pelo Anexo V da Instrução Normativa 020 de 31 de Agosto de 2015 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

§2º - O Relatório de Gestão deve estar acompanhado do Relatório do Órgão Central do Sistema de Controle Interno, que deverá possuir os requisitos mínimos exigidos pelo Anexo V da Instrução Normativa 020 de 31 de Agosto de 2015 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina; devendo ao final recomendar a aprovação ou rejeição das contas de gestão.

§3º - O Plenário do Conselho Municipal de Saúde deliberará conclusivamente sobre as contas de gestão, expedindo resolução pela aprovação ou rejeição das contas; só podendo contrariar o parecer técnico do Órgão Central do Sistema de Controle Interno por maioria qualificada, por decisão de 2/3 dos membros do Conselho Municipal de Saúde.

Art.15 - As Reuniões do Conselho Municipal de Saúde, observada

a legislação vigente, terão as seguintes rotinas para ordenamento de seus trabalhos:

I. As matérias pautadas, após o processo de exame prévio preparatório serão apresentadas, por escrito, destacando-se os pontos essenciais, seguindo-se a discussão e, quando for o caso, a deliberação;

II. Ao início da discussão poderá ser pedido vistas, devendo o assunto retornar impreterivelmente, na reunião ordinária seguinte para apreciação e votação, mesmo que este direito seja exercido por mais de 01 Conselheiro. O Conselheiro que pediu vistas será o relator, no caso de mais de um conselheiro pedir vistas, haverá tantos relatores quanto os pedidos de vista. Todo pedido de vista deve corresponder um parecer técnico, por escrito, previamente apresentado aos Conselheiros. Os pareceres deverão ser colocados em votação um a um, obedecida a ordem de solicitação de vistas;

III. A questão de ordem é direito exclusivamente ligado ao cumprimento dos dispositivos regimentais e legais.

IV. As votações devem ser apuradas pela contagem de votos a favor, contra e abstenções, mediante manifestação expressa de cada conselheiro, ficando excluída a possibilidade de votação secreta;

V. A recountagem dos votos deve ser realizada quando solicitada por um ou mais conselheiros.

VI. Por proposta do Plenário a pauta da reunião terá um horário-teto máximo, sendo que cada tema da pauta terá também seu teto previamente fixado, por deliberação do Plenário.

VII. O Conselheiro que desejar fazer uso da palavra deve inscrever-se junto ao Secretário Geral, que informará ao Presidente do Conselho ou seu substituto a ordem de inscrições.

VIII. O Plenário poderá, em função do limite de tempo ou por entender terem-se esgotados os argumentos, encerrar as inscrições.

IX. Cada Conselheiro disporá de 03 minutos, improrrogáveis, para o uso da palavra, abordando o tema em discussão.

X. Em assuntos onde houverem duas propostas far-se-á o encaminhamento de no máximo duas manifestações a favor e contra, com tempo de 05 minutos para cada encaminhamento.

XI. Na fase de votação não cabe questões de ordem ou de encaminhamento.

Art.16 - Das atas devem constar:

a. relação dos participantes seguida do nome de cada membro e do órgão ou entidade que representa, inclusive convidados quando houver e justificativas de faltas quando houver;

b. resumo de cada informe, onde conste de forma sucinta o nome do Conselheiro e o assunto ou sugestão apresentada;

c. relação dos temas abordados na ordem do dia com indicação do(s) responsável(eis) pela apresentação e a inclusão de alguma observação quando expressamente solicitada por Conselheiro(s);

d. as deliberações tomadas, inclusive quanto a aprovação da ata da reunião anterior aos temas a serem incluídos na pauta da reunião seguinte, registrando o número de votos contra, a favor e abstenções, incluindo votação nominal quando solicitada.

§1º - As atas ficarão disponíveis na Secretaria Geral para consulta, sendo fornecido cópia ao conselheiro que solicitar.

§2º - A Secretaria Geral disponibilizará minuta da ata ao Conselheiro, no mínimo, 07 dias antes da reunião em que será apreciada.

§3º - As emendas e correções à ata serão entregues, por escrito, pelo(s) Conselheiro(s) na Secretaria Geral até o início da reunião que a apreciará.

Seção II - DA COMISSÃO EXECUTIVA

Art.17 - A Comissão Executiva tem por atribuição proceder ao encaminhamento e execução de todas as providências, recomendações e decisões exaradas pelo Conselho Municipal de Saúde.

§1º - Ao Presidente da Comissão Executiva do Conselho Municipal de Saúde compete:

- I. Coordenar as reuniões do Colegiado Pleno, na ausência do Secretário do Sistema de Saúde e Desenvolvimento Social;
- II. instalar as comissões;
- III. representar o Conselho Municipal de Saúde na articulação com os Coordenadores das Comissões, para fiel desempenho do cumprimento de suas deliberações e promover medidas de ordem administrativa necessárias ao seu funcionamento;
- IV. representar o Conselho Municipal de Saúde, quando autorizado pelo Colegiado Pleno, nos entendimentos com dirigentes das demais unidades da Secretaria Municipal de Saúde e de outros órgãos do Poder Público, no interesse dos assuntos comuns;
- V. representar o Conselho Municipal de Saúde, quando autorizado pelo Colegiado Pleno, em suas relações internas e externas.

§2º - A Comissão Executiva será composta por 01 (um) representantes dos usuários, 01 (um) representantes dos prestadores de serviço da saúde e 01 (um) representante de governo.

§3º - Os conselheiros, após tomar posse, na mesma reunião, sob coordenação do Secretário do Sistema de Saúde e Desenvolvimento Social, reunir-se-ão e formarão quantas chapas forem o interesse dos membros, nos termos do §2º deste artigo.

§4º - Os representantes do governo devem integrar as chapas que já compostas por 01 (um) representante de usuários e 01 (um) representante de prestadores de serviço.

§5º - Por votação nominal será eleita à chapa que obtiver maioria simples dos votos do plenário; quando houver mais de duas chapas e nenhuma delas tendo metade dos votos em primeira votação, será precedido segunda votação com as duas chapas mais votadas.

§6º O Presidente da Comissão Executiva, Vice-Presidente da Comissão Executiva e Secretário Executivo será escolhido pelos seus pares na chapa eleita.

Seção III - DA COORDENAÇÃO DO COLEGIADO PLENO

Art.18 - Cabe ao Secretário do sistema de Saúde e Desenvolvimento Social na condição de coordenador das atividades do plenário do conselho:

- a. ter em caso de empate o voto de qualidade como prevê o art. 9º § 3º deste Regimento Interno;
- b. abrir as reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho Municipal de Saúde dando-lhe o encaminhamento necessário em conformidade a este Regimento Interno;
- c. interpretar o Regimento Interno nas questões de ordem;
- d. participar da Comissão Executiva ou indicar seu representante legal;

e. interpretar, nos casos omissos, o Regimento Interno, valendo-se, se for necessário, de assessoria jurídica, se assim julgar, submeter o parecer ao Plenário do Conselho Municipal de Saúde;

f. fazer os encaminhamentos pertinentes à boa conduta da reunião, fazendo cumprir horários, tempos e a pauta previamente definida;

g. fazer cumprir a ordem das inscrições, controlando o tempo estabelecido das falas, podendo propor ao Pleno encerrar as inscrições quando entender que o tema já foi suficientemente debatido e interromper a fala do conselheiro quando o mesmo exceder ao seu tempo;

h. propor, caso necessário, a alteração da ordem dia, mudando a ordem das matérias ou introduzindo novos itens, a ser votado pelo Plenário do Conselho Municipal de Saúde;

i. delegar competências aos membros do Conselho;

j. fazer o encerramento da reunião.

Seção IV - COMISSÕES E GRUPOS DE TRABALHO

Art.19 - A critério do Plenário, poderão ser criadas Comissões Intersetoriais, setoriais e Grupos de Trabalho em caráter permanente ou transitório que terão caráter essencialmente complementar à atuação do Conselho Municipal de Saúde, articulando e integrando os órgãos, instituições e entidades que geram os programas, suas execuções, e os conhecimentos e tecnologias afins, recolhendo-os e processando-os, visando a produção de subsídios, propostas e recomendações ao Plenário do Conselho Municipal de Saúde.

Parágrafo único - Em função das suas finalidades, as Comissões e Grupos de Trabalho tem como clientela exclusiva o Plenário do Conselho Municipal de Saúde que lhes encomendou objetivos, planos de trabalho e produtos e que poderá delegar-lhes a faculdade para trabalhar com outras entidades.

Art.20 - As Comissões e Grupos de Trabalho de que trata este Regimento serão constituídas pelo Conselho Municipal de Saúde contando cada membro com respectivo suplente, que o substituirá nos seus impedimentos, ambos aprovados pelo Plenário do Conselho Municipal de Saúde, conforme disposto a seguir:

a. serão compostos por no mínimo 03 (três) membro e no máximo 05 (cinco), devendo conter no mínimo 01 (um) representante de cada segmento.

b. os Grupos de Trabalho serão constituídos por propostas onde estejam delimitados seus objetivos, tempo de duração e aprovados por 2/3 dos Conselheiros.

c. As Comissões e Grupos de Trabalho serão dirigidos por um Coordenador designado pelo Plenário do Conselho Municipal de Saúde, que coordenará os trabalhos.

Art.21 - A constituição e funcionamento de cada Comissão e Grupo de Trabalho serão estabelecidos em Resolução específica e deverão estar embasados na explicitação de suas finalidades, objetivos, produtos, prazos e demais aspectos que identifiquem claramente a sua natureza.

Parágrafo único - Os locais de reunião das Comissões e Grupos de Trabalho serão escolhidos segundo critérios de economicidade e praticidade.

Seção V - ATRIBUIÇÕES DOS REPRESENTANTES DO COLEGIADO

Sessão I – Representantes do Plenário**Art.22 - Aos Conselheiros incumbe:**

I. Zelar pelo pleno e total desenvolvimento das atribuições do Conselho Municipal de Saúde;

II. Estudar e relatar, nos prazos preestabelecidos, matérias que lhes forem distribuídas, podendo valer-se de assessoramento técnico e administrativo;

III. Apreciar e deliberar sobre matérias submetidas ao Conselho para votação;

IV. Apresentar Moções ou Proposições, ou propor diligências sobre assuntos de interesse da saúde;

V. Requerer, por escrito, votação de matéria em regime de urgência;

VI. Acompanhar e verificar o funcionamento dos serviços de saúde no âmbito da municipalidade, dando ciência ao Plenário;

VII. Desempenhar outras atividades necessárias ao cumprimento do seu papel e ao funcionamento do Conselho.

CAPÍTULO IV - ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA**Seção I – Estrutura**

Art.23 - O Conselho Municipal de Saúde terá uma Secretaria Geral, diretamente subordinada ao Conselho Municipal.

Parágrafo Único - A Secretaria Geral é órgão vinculado ao Gabinete do Secretário do Sistema de Saúde e Desenvolvimento Social, tendo por finalidade a promoção do necessário apoio técnico-administrativo ao Conselho, suas Comissões e Grupos de Trabalho, fornecendo as condições para o cumprimento das competências legais expressas nos Capítulos I e II deste Regimento;

Art.24 - São atribuições da Secretaria Geral:

I. Preparar, antecipadamente, as reuniões do Plenário do Conselho, incluindo convites a apresentadores de Temas previamente aprovados, preparação de informes, remessas de material aos Conselheiros e outras providências;

II. Acompanhar as reuniões do Plenário, assistir ao Presidente da mesa e anotar os pontos mais relevantes visando a checagem da redação final da ata;

III. Dar encaminhamento às conclusões do Plenário, inclusive revidendo a cada mês a implementação de conclusões de reuniões anteriores;

IV. Acompanhar e apoiar os trabalhos das Comissões e Grupos de Trabalho inclusive quanto ao cumprimento dos prazos de apresentação de produtos ao Plenário;

V. Promover, coordenar e participar do mapeamento e recolhimento de informações e análises estratégicas produzidas nos vários órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Sociedade, processando-as e fornecendo-as aos Conselheiros na forma de subsídios para o cumprimento das suas competências legais;

VI. Atualizar permanentemente informações sobre a estrutura e funcionamento dos Conselhos de Saúde dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios;

VII. Despachar os processos e expedientes de rotina;

VIII. Acompanhar o encaminhamento dado às Resoluções, Recomendações e Moções emanadas do Conselho e dar as respectivas informações atualizadas durante os informes do Conselho Municipal de Saúde;

IX. Cuidar da edição e distribuição das comunicações emanadas pelo Conselho Municipal de Saúde, bem como o controle do correio eletrônico do CMS;

X. Organizar, promover e acompanhar os cursos, programas e atividades concernentes à formação de Conselheiros no âmbito do município;

XI. Exercer o controle administrativo referentes às atividades do Conselho Municipal da Saúde;

XII. Elaborar, submetendo-a ao CMS, a proposta orçamentária para o funcionamento do Conselho;

XIII. Elaborar, submetendo-a ao CMS, a proposta orçamentária para a organização e instalação da Conferência Municipal de Saúde.

Art.25 - São atribuições do Secretário Geral:

I. Participar da instalação das Comissões e Grupos de Trabalho;

II. Promover e praticar os atos de gestão administrativa necessários ao desempenho das atividades do Conselho Municipal de Saúde e de suas Comissões e Grupos de Trabalho, pertinentes a orçamento, finanças, serviços gerais e pessoal; dirigir, orientar e supervisionar os serviços da Secretaria;

III. Participar da mesa assessorando o Coordenador nas Reuniões Plenárias;

IV. Despachar com o Secretário do Sistema de Saúde e Desenvolvimento Social e com o Coordenador Geral da Comissão Executiva os assuntos pertinentes ao Conselho;

V. Apoiar os Coordenadores das Comissões e Grupos de Trabalho para fiel desempenho das suas atividades, em cumprimento das deliberações do Conselho Municipal de Saúde;

VI. Submeter ao Secretário do Sistema de Saúde e Desenvolvimento Social e ao Coordenador Geral da Comissão Executiva previamente e ao Plenário, relatório das atividades do Conselho Municipal de Saúde do ano anterior, no primeiro trimestre de cada ano;

VII. Acompanhar e agilizar as publicações das Resoluções do Plenário;

VIII. Comunicar as Reuniões do Conselho Municipal de Saúde e de suas Comissões e Grupos de Trabalho, de acordo com os critérios definidos neste Regimento;

IX. Exercer outras atribuições que lhe sejam delegadas pelo Secretário do Sistema de Saúde e Desenvolvimento Social assim como pelo Plenário.

CAPÍTULO V - DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.26 - Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento Interno, poderão ser dirimidas pelo Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em observância ao que estabelece o item e) do art.18 deste Regimento Interno.

Art.27 - As Comissões e os Grupos de Trabalho poderão convidar qualquer pessoa ou representante de órgão federal, estadual ou municipal, empresa privada, sindicato ou entidade civil, para comparecer às Reuniões e prestar esclarecimentos desde que aprovado pelo Plenário e que não impliquem em custos não previstos no orçamento.

Art.28 - O Conselho poderá convidar membro da Comissão de Saúde da Câmara Municipal, para participar das reuniões ordinárias, em caráter permanente, sem direito a voto.

Art. 29 - O Conselho Municipal de Saúde deve em 60 (sessenta) dias após a posse de seus membros referendar o presente regimento interno ou encaminhar novo regimento interno para homologação pelo Chefe do Poder Executivo.

Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson,
em 18 de Abril de 2017.

AGENOR CORAL
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

DALVANIA PEREIRA CARDOSO
Secretária do Sistema Econômico

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

REGISTRO DE PREÇOS 044/2017

Município de Morro da Fumaça. Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços 044/2017. Objeto: AQUISIÇÃO DE SAIBRO E ATERRO PARA RECUPERAÇÃO DE RODOVIAS RURAIS, URBANAS E PROGRAMAS MUNICIPAIS, conforme anexo I. Data: 03/05/2017 às 09:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. DALVANIA CARDOSO – Secretária do Sistema Econômico.

Navegantes

PREFEITURA

ABERTURA DE ENVELOPE DO 3º COLOCADO PROCESSO Nº 5/2017 FMS

ABERTURA DE ENVELOPE DO 3º COLOCADO PROCESSO Nº 5/2017 FMS

Aberto o certame no dia 10 de março de 2017 as 09:00 hs, sem a participação das empresas: (ausentes) em seção pública conforme agendado anteriormente deram a abertura do envelope de habilitação referente a empresa COMERCIAL MULTIVILLE LTDA- CLASSIFICADA NO ITEM 20 3º colocada.

Após as considerações iniciais, o pregoeiro (a) e a equipe de apoio procederam com a abertura dos envelopes de habilitação. Logo, o visitaram os documentos.

A empresa COMERCIAL MULTIVILLE LTDA, cumpriu com as cláusulas habilitaria do edital, desta forma, foi considerada habilitada e classificada para apresentação das amostras no item 20 no prazo estipulado em edital.

Comissão de Licitação e Membros

ATA DA SESSÃO 57/2017 PMN

ATA DA SESSÃO 57/2017 PMN

AS 09:00H (NOVE) HORAS DO DIA 17/04/2017, A PREGOEIRA CARLA CLAUDINO E EQUIPE DE APOIO JOSIANE BONETTI E VERA LUCIA LUCOLLI DA COSTA, REUNIRAM-SE PARA CREDENCIAMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES, EM EDITAL A LICITAÇÃO 57-2017 PMN, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, CUJO OBJETO REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE HORAS MÁQUINAS (TRATOR AGRÍCOLA 4 X 4 COM IMPLEMENTOS) COM OPERADOR, PARA AUXILIAR NAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, EMPRESA PARTICIPANTE: MAURICÉIA ARAGÃO FERREIRA DIAS REPRESENTADA PELA MESMA, PROCEDEU-SE COM A ABERTURA DOS ENVELOPES PROPOSTAS QUE FORAM DISPONIBILIZADOS AOS PRESENTES PARA ANÁLISE, RUBRICA E MANIFESTAÇÃO. NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO. A EMPRESA VENCEDORA FOI MAURICEIA ARAGÃO FERREIRA DIAS. FOI ABERTO O ENVELOPE DE HABILITAÇÃO E A MESMA ESTAVA DEVIDAMENTE HABILITADA, ONDE FORAM DISPONIBILIZADO AOS PRESENTES PARA ANÁLISE, RUBRICA E MANIFESTAÇÃO. NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO. ESTA ATA SERÁ DISPONIBILIZADA NO SITE WWW.NAVEGANTES.SC.GOV.BR, NADA MAIS HAVENDO A RELATAR DEU-SE POR ENCERRADO OS TRABALHOS AS 09H47M MIN. EU VERA LUCIA LUÇOLLI DA COSTA LAVREI O PRESENTE REGISTRO DE ACONTECIMENTOS QUE APÓS LIDO E ACHADO CONFORME SEGUE ASSINADO PELOS PARTICIPANTES PRESENTES NESTA ABERTURA QUE PERMANECERÃO ATÉ A LAVRATURA DO MESMO.

EXTRATO CONTRATUAL Nº 078/2017 PMN.

EXTRATO CONTRATUAL Nº 078/2017.

INEXIGIBILIDADE PMN Nº44/2017

Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

Objeto: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSÃO RURAL E PESQUEIRA PARA O MUNICIPIO DE NAVEGANTES/SC, ATRAVES DA SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE AGRICULTURA E PESCA.

Fornecedor: Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI

CNPJ: 83.052.191/0002-43

Valor: R\$ 28.971,19.

Recursos: 2.057 3.3.90.00.00.00.00.

Vigência: 03/04/2017-31/12/2017.

Fundamento: Art. 25, Lei 8.666/93.

PORTARIA 1226/2017 EXONERA

PORTARIA N º 1226 DE 11 DE ABRIL DE 2017

EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes, RESOLVE:

I – EXONERAR a pedido, o (a) servidor (a) MARIA SOLANGE PEREIRA FORNARI BATISTA do cargo de Agente de Serviços Gerais, pertencente ao quadro dos servidores públicos municipais efetivos, a partir de 03/04/2017.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE ABRIL DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de abril de 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 1227/2017 EXONERA

PORTARIA N º 1227 DE 11 DE ABRIL DE 2017

EXONERA SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62 de 01/04/2009, RESOLVE:

I – EXONERAR, o (a) servidor (a) MARIA SOLANGE PEREIRA FORNARI BATISTA, do cargo de Apoio ao Idoso, com efeito retroativo a partir de 03/04/2017.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE ABRIL DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de abril de 2017.

KARLILE CUGNIER

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 1264/2017 PRORROGA LICENÇA TRATAMENTO ASSUNTOS PARTICULARES

PORTARIA N º 1264 DE 12 DE ABRIL DE 2017

PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE ASSUNTOS PARTICULARES

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003,

RESOLVE:

I CONCEDER, prorrogação de licença para tratamento de assuntos particulares à servidora NEUSA MARIA VIEIRA, AUXILIAR DE ENFERMAGEM, pelo período de 07/04/2017 a 07/04/2019.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 12 DE ABRIL DE 2017.

Emílio Vieira

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 12 de abril de 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 1265/2017 LICENÇA PREMIO

PORTARIA N º 1265 DE 12 DE ABRIL DE 2017

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - CONCEDE LICENÇA PRÊMIO.

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a (o) senhor (a) HELIO MANOEL FRANCISCO, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de FISCAL DE OBRAS, para usufruir de 30 (trinta) dias, pelo período de 03/04/2017 a 02/05/2017, referente aos 30 dias restantes deste período, 2011/2016.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 03 de abril de 2017 a 02 de maio de 2017, fazendo gozo de 30 (trinta) dias restantes deste período.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 12 DE ABRIL DE 2017.

Emílio Vieira

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 12 de abril de 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 1266/2017 EXONERA

PORTARIA N º 1266 DE 12 DE ABRIL DE 2017

EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I – EXONERAR a pedido, o (a) servidor (a) CAROLINE BACCIN TESTA do cargo de PSICÓLOGA, pertencente ao quadro dos servidores públicos municipais efetivos, a partir de 11/04/2017.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 12 DE ABRIL DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 12 de abril de 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 1272/2017 SUBSTITUI MEMBRO DA EQUIPE DE APOIO, ALTERANDO A PORTARIA 1116/2017

PORTARIA N º 1272 DE 12 DE ABRIL DE 2017

SUBSTITUI MEMBRO DA EQUIPE DE APOIO PARA ATENDER AS LICITAÇÕES NA MODALIDADE PREGÃO, ALTERANDO PORTARIA 1116/2017.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, e de acordo 8.666/93.

RESOLVE:

I SUBSTITUIR membro da Equipe de Apoio alterando portaria 1116/2017 conforme segue:

Novo Membro : Daniel Seibert Rocha, substituindo Dayane Patrícia Laureano de Jesus.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 12 DE ABRIL DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 12 de abril de 2017.

KARLILE CUGNIER

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIAS 1228,1229,1230,1231,1232,1233,1234,1235,1236/2017 NOMEIA POR CONCURSO

PORTARIA N º 1228 DE 11 DE ABRIL DE 2017

NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA

Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2015 o Sr. ALEXANDRE DAMIÃO COSTA, para exercer o cargo efetivo de VIGIA, carga horária 12 x 36 , a partir de 03/04/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE ABRIL DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de abril de 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1229 DE 11 DE ABRIL DE 2017

NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA

Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2015 o Sr. SERGIO VITORINO, para exercer o cargo efetivo de VIGIA, carga horária 12 x 36 , a partir de 03/04/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE ABRIL DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de abril de 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1230 DE 11 DE ABRIL DE 2017

NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA

Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2015 o Sr. CARLOS RAMON BEZERRA ALCANTARA COSTA para exercer o cargo efetivo de VIGIA, carga horária 12 x 36 , a partir de 03/04/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE ABRIL DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de abril de 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1231 DE 11 DE ABRIL DE 2017

NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA

Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2015 a Sra. LILIAN MORAES PAIVA para exercer o cargo efetivo de VIGIA, carga horária 12 x 36 , a partir de 03/04/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE ABRIL DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de abril de 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1232 DE 11 DE ABRIL DE 2017

NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA

Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2015 o Sr. LUCIANO ANTONIO ANACLETO para exercer o cargo efetivo de VIGIA, carga horária 12 x 36 , a partir de 03/04/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE ABRIL DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de abril de 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1233 DE 11 DE ABRIL DE 2017

NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA

Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2015 a Sra. MARIA FRANCISCA DA SILVA para exercer o cargo efetivo de VIGIA, carga horária 12 x 36 , a partir de 03/04/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE ABRIL DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de abril de 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1234 DE 11 DE ABRIL DE 2017

NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA

Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2015 o Sr. FERNANDO DA SILVA SANTOS para exercer o cargo efetivo de VIGIA, carga horária 12 x 36 , a partir de 03/04/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE ABRIL DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de abril de 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1235 DE 11 DE ABRIL DE 2017

NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA

Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a Sra. PATRICIA REGINA DE SOUZA para exercer o cargo efetivo de TECNICO DE SAÚDE BUCAL, 40 h , a partir de 05/04/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE ABRIL DE 2017.

.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de abril de 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1236 DE 11 DE ABRIL DE 2017

NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA

Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a Sra. FERNANDA MICHELS CEVEY para exercer o cargo efetivo de TECNICO DE ENFERMAGEM, 40 h , a partir de 10/04/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE ABRIL DE 2017.

.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de abril de 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIAS 1267,1268/2017 PROGRESSÃO POR DESEMPENHO

PORTARIA N º 1267 DE 12 DE ABRIL DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER BERNARDO AUGUSTO XEREZ TEIXEIRA no quadro geral de servidores por desempenho no cargo de MÉDICO ANESTESISTA, 10h, posicionando para a classe/referência " B ".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2015/2017.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito a partir de 01.04.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 12 DE ABRIL DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 12 de abril de 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1268 DE 12 DE ABRIL DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER NADIR ESPÍNDOLA PEREIRA no quadro geral de servidores por desempenho no cargo de ATENDENTE DE POSTO DE SAÚDE, posicionando para a classe/referência " C ".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2015/2017.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito a partir de 01.04.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 12 DE ABRIL DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 12 de abril de 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIAS 1269,1270,1271/2017 NOMEIA POR CONCURSO

PORTARIA N º 1269 DE 12 DE ABRIL DE 2017

NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA

Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a Sra. MARIA SOLANGE PEREIRA FORNARI, para exercer o cargo efetivo de ORIENTADOR SOCIAL, a partir de 04/04/2017

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 12 DE ABRIL DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 12 de abril de 2017.

KARLILE CUGNIER

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1270 DE 12 DE ABRIL DE 2017

NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA

Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 003/2014 o Sr. VICTOR FERNANDO SILVA PORTO DE SOUZA, para exercer o cargo efetivo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA- FUNDAÇÃO DE ESPORTES, 20h a partir de 03/04/2017

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 12 DE ABRIL DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 12 de abril de 2017.

KARLILE CUGNIER

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1271 DE 12 DE ABRIL DE 2017

NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA

Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 003/2014 o Sr. WALLACE BRUNO DE SOUZA, para exercer o cargo efetivo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA- FUNDAÇÃO DE ESPORTES, 20 h, a partir de 06/04/2017

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 12 DE ABRIL DE 2017.

.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 12 de abril de 2017.

KARLILE CUGNIER

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

RESPOSTA RECURSO KRAUS PP 34/2017 PMN

ATA DE JULGAMENTO DE RECURSO REFERENTE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2017 PMN

Aos 11 dias de abril de 2017, às 14h10min, reuniu-se a comissão do pregão, designados pela Portaria número 1.116 de 23 de março de 2017, com intuito de analisar e julgar o recurso Habilitação do Edital do Pregão Presencial nº 34/2017, cujo OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO À AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS, EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA E UTENSÍLIOS, PARA SEREM UTILIZADAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Protocolado pela empresa KRAUS MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA – CNPJ: 83.183.152/0001-02.

PRELIMINARMENTE

O Presidente e a Comissão, ao receber o recurso, verificou que o mesmo foi protocolado tempestivamente em 07/04/2017.

Em síntese, manifesta-se a empresa, através de recurso, arguindo ser ilegal a inabilitação da empresa no processo licitatório pelo motivo a seguir exposto:

Incoerência da comissão em inabilitar a empresa pelo fato de ter sido apresentada Cadastro de Contribuinte do ICMS para suprir a exigência do item 6.3.2, que exige prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal.

DA DECISÃO

Diante do que foi apresentado é importante salientar que, a Comissão de Licitação ao analisar os recursos e as impugnações aos recursos poderá proceder à reconsideração de seus atos, se assim julgar pertinente, ou à remessa à autoridade superior competente caso mantenha sua decisão inicial, conforme dispõe o Art. 109, §4º, da Lei 8.666/93.

Visto isso, esta comissão ao analisar o recurso apresentado, verificou o equívoco na inabilitação da empresa recorrente, considerando que a empresa apresentou o Cadastro Estadual através do Cadastro de Contribuintes do ICMS, visto este se tratar, também, de comprovante de inscrição estadual, conforme exigido no item 6.3.2 do edital.

O site apresentado no item mencionado é apenas um exemplo para facilitar na busca do documento, e não uma imposição limitando este documento apenas ao SINTEGRA.

Com isso, fica evidente que o documento apresentado enquadra-se na exigência do item 6.3.2, comprando assim a inscrição estadual da empresa recorrente.

Pelo exposto, decide-se pela PROCEDÊNCIA do recurso interposto pela empresa KRAUS, reconsiderando a decisão que inabilitou a empresa, declarando-a habilitada, com isso retoma-se a etapa dos lances nos itens em que a empresa está apta para participar.

Publique-se

É a decisão.

Navegantes, 11 de abril de 2017.

Pregoeira Titular: Carla Claudino

Equipe de Apoio: Josezite dos Santos

Josiane Bonetti

Dayane Patrícia Laureano de Jesus

Vera Lúcia Luçolli da Costa

Ratificando:

KARLILE CUGNIER

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

Nova Itaberaba

PREFEITURA

AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 45/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO de Nova Itaberaba
AVISO DE LICITAÇÃO
Modalidade: Pregão
Processo Adm. Nº.: 45/2017
Edital: Pregão Nº.: 16/2017
Tipo: Menor preço / Unitário por Item
Objeto: Contratação de instrutores para execução das oficinas de grupos ofertados no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, bem como no PAIF - Programa de Atendimento Integral à Família, oferecidos no CRAS - Centro de Referência de Assistência Social do Município, de acordo com cronograma elaborado pela Secretaria.
Entrega dos Envelopes: 08:00 horas do dia 28 de abril de 2017.
Local de Entrega dos Envelopes: Sede da Prefeitura. Rua José Marocco nº 2226. Nova Itaberaba-SC.
Abertura dos Envelopes: 08:00 horas do dia 28 de abril de 2017.
Local de Abertura dos Envelopes: Sede da Prefeitura. Rua José Marocco nº 2226. Nova Itaberaba-SC.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua José Marocco nº 2226, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, ou pelo fone (049) 3327 0066.
A licitação será regida pela Lei Nº 10.520/2002 e supletivamente pela Lei Nº 8.666/93.
NOVA ITABERABA, 18 de abril de 2017
MARCIANO MAURO PAGLIARINI
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 139/2017

DECRETO Nº 139/2017 DE 17 DE ABRIL DE 2017.

"DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a lei complementar nº 1.112/2017 de 01 de Fevereiro de 2017;

CONSIDERANDO: a falta de professores efetivos no quadro de pessoal e a necessidade de professores para atendimento de alunos matriculados na Rede Municipal de ensino para o ano de 2017, em especial na substituição da professora titular da turma, em licença para tratamento de saúde.

CONSIDERANDO: a sua aprovação no processo seletivo 006/2016;

DECRETA:

Art. 1º - FICA nomeada para atender necessidade temporária, e exercer as funções de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL (20) Vinte horas semanais, cargo ACT, IVONE MARIA SALAMI, com lotação na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes, percebendo os vencimentos previstos no Anexo III da Lei Complementar nº 1.112/2017 de 01 de Fevereiro de 2017, pelo período de 17/04/2017 até o fim da licença para tratamento de saúde da titular do cargo.

Art. 2º - O presente ato poderá ser revogado a qualquer momento pôr razões de interesse público devidamente justificado.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA-SC, EM 17 DE ABRIL DE 2017.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS

Secretário Mun. De Administração e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS

Assessor Jurídico

LEI MUNICIPAL 1.120/2017

LEI Nº 1.120/2017 DE 18 DE ABRIL DE 2017

"DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA EFETUAR BAIXA NO PATRIMÔNIO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores de Nova Itaberaba VOTOU e APROVOU e ele SANCIONA a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a baixa do patrimônio municipal do bem "CLIMATIZADOR SPLIT KOMEKO 9.000 BTUS", cuja inscrição no patrimônio municipal se deu através da placa nº 5038.

§ 1º A referida baixa se dá em função de que o bem foi adquirido com recursos do convenio Multas de Transito, sendo de fato patrimônio do Estado de Santa Catarina.

Art.2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE NOVA ITABERABA – SC, EM 18 DE ABRIL DE 2017.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS

Secretário de Administração e Fazenda

MAURO CESAR RIBEIRO DOS SANTOS

Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 53/2017

PORTARIA N.º 053/2017 DE 17 DE ABRIL DE 2017.

"CONCEDE ADICIONAL DE TITULAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA - SC, usando das atribuições que lhe confere a Lei Complementar n.º 1.112/2017 de 01

de Fevereiro de 2017;

CONSIDERANDO: O requerimento apresentado pela servidora, e o direito adquirido pela mesma, de acordo com o previsto no Art. 26 da Lei Complementar nº 1.112/2017;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, Adicional de Titulação a Servidora Municipal IVONE MARIA SALAMI, Professora Educação Infantil, com lotação na Secretaria Municipal Educação Cultura e Esportes, de acordo com o Artigo 26 da Lei Municipal nº 1.112/2017 de 01 de Fevereiro de 2017, no percentual de 25% (vinte e cinco por cento).

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA - SC,
17 DE ABRIL DE 2017.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI
Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS
Secr. Munic. de Adm. e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS
Assessor Jurídico

Nova Trento

PREFEITURA

DECRETO Nº 096/2017 - CONVOCA APROVADO NO PROCESSO SELETIVO Nº 004/2016

DECRETO nº 096/2017

convoca aprovado no PROCESSO SELETIVO Nº 004/2016, que nomina para comparecimento E apresentação de documentação junto AO SETOR DE RECURSOS humanos, e dá outras providências. O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 30, I, da CF; art. 11, VI, VII e IX, e art. 94, VII, da Lei Orgânica do Município de Nova Trento, e demais dispositivos legais pertinentes: DECRETA:

Art. 1º - Fica convocado o candidato classificado nominado no Anexo I, do presente Decreto para comparecer ao Setor de Recursos Humanos, do dia 19 de abril de 2017 a 24 de abril de 2017, munido da documentação abaixo relacionada (original e cópia):

I – 01 (uma) foto 3/4;

II – Carteira de Identidade;

III – CPF;

IV – CNH (Carteira Nacional de Habilitação) de acordo com a categoria exigida (se for o caso);

V – Título Eleitoral;

VI – Carteira de Trabalho e Previdência Social;

VII – Inscrição no PIS/PASEP;

VIII – Certidão de Casamento ou Atestado de Óbito (se for o caso);

IX – Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos (se for o caso);

X – Comprovante de Residência atualizado;

XI – Comprovação de aptidão física e mental para o exercício da função, mediante apresentação de atestado laboral;

XII – Certidão negativa da Justiça Eleitoral comprovando sua regularidade;

XIII – Comprovante da quitação com o Serviço Militar Obrigatório, (se for o caso);

XIV – Diploma ou Histórico Escolar (Ensino Fundamental, Ensino Médio, Técnico, Graduação/Pós-Graduação/Mestrado) em conformidade com a área que irá atuar (vide Edital);

XV – Comprovante de Registro do Órgão de Classe (se for o caso);

XVI – Certidão negativa de antecedentes criminais, expedida, há no máximo 6 (seis) meses, ou dentro do prazo de validade do documento;

XVII – Declaração de bens; Declaração de acúmulos ou não de cargos; Declaração de penalidade disciplinar; Declaração de ausência de parentesco (retirar no setor de Recursos Humanos deste Órgão);

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se e publique-se na forma da Lei.

Nova Trento/SC, 18 de abril de 2017.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

JUCELINO MARINO CHINI
Secretário Municipal de Administração e Finanças

ANEXO I
(Decreto nº 096/2017)

CARGO: MOTORISTA II

Classificação	Nome completo
8ª	Patricio Vizoski

ANEXO II – DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA
(Decreto nº 096/2017)

Exmo. Senhor
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal.
Prefeitura Municipal de Nova Trento - SC

DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA

Eu,, portador (a) do
RG nº e CPF nº
....., Candidato(a) na ...ª posição do Processo Seletivo
- Edital nº, inscrição nº, para o cargo
de, pela Prefeitura Municipal de
Nova Trento, venho, pela presente, declarar minha DESISTÊNCIA
à vaga do referido cargo, no qual fui Convocado(a) pelo Decreto
nº, publicado no Diário Oficial dos Municípios de
...../...../.....

Nova Trento, de de 2017.

Assinatura

DECRETO Nº 097/2017 - CONVOCA APROVADO NO PROCESSO SELETIVO Nº 004/2016

DECRETO nº 097/2017

convoca aprovado no PROCESSO SELETIVO Nº 004/2016, que nomina para comparecimento E apresentação de documentação junto AO SETOR DE RECURSOS humanos, e dá outras providências. O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 30, I, da CF; art. 11, VI, VII e IX, e art. 94, VII, da Lei Orgânica do Município de Nova Trento, e demais dispositivos legais pertinentes: DECRETA:

Art. 1º - Fica convocado o candidato classificado nominado no Anexo I, do presente Decreto para comparecer ao Setor de Recursos Humanos, do dia 20 de abril de 2017 a 25 de abril de 2017, munido da documentação abaixo relacionada (original e cópia):

I – 01 (uma) foto 3/4;

II – Carteira de Identidade;

III – CPF;

IV – CNH (Carteira Nacional de Habilitação) de acordo com a categoria exigida (se for o caso);

V – Título Eleitoral;

VI – Carteira de Trabalho e Previdência Social;

VII – Inscrição no PIS/PASEP;

VIII – Certidão de Casamento ou Atestado de Óbito (se for o caso);

IX – Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos (se for o caso);

X – Comprovante de Residência atualizado;

XI – Comprovação de aptidão física e mental para o exercício da função, mediante apresentação de atestado laboral;

XII – Certidão negativa da Justiça Eleitoral comprovando sua

regularidade;

XIII – Comprovante da quitação com o Serviço Militar Obrigatório, (se for o caso);

XIV – Diploma ou Histórico Escolar (Ensino Fundamental, Ensino Médio, Técnico, Graduação/Pós-Graduação/Mestrado) em conformidade com a área que irá atuar (vide Edital);

XV – Comprovante de Registro do Órgão de Classe (se for o caso);

XVI – Certidão negativa de antecedentes criminais, expedida, há no máximo 6 (seis) meses, ou dentro do prazo de validade do documento;

XVII – Declaração de bens; Declaração de acúmulos ou não de cargos; Declaração de penalidade disciplinar; Declaração de ausência de parentesco (retirar no setor de Recursos Humanos deste Órgão);

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se e publique-se na forma da Lei.

Nova Trento/SC, 19 de abril de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

JUCELINO MARINO CHINI

Secretário Municipal de Administração e Finanças

ANEXO I

(Decreto nº 097/2017)

CARGO: MOTORISTA II

Classificação	Nome completo
9ª	Afonso Dell'Agnolo

ANEXO II – DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA (Decreto nº 097/2017)

Exmo. Senhor

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal.

Prefeitura Municipal de Nova Trento - SC

DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA

Eu,, portador (a) do
RG nº e CPF nº
....., Candidato(a) naª posição do Processo Seletivo
- Edital nº, inscrição nº, para o cargo
de, pela Prefeitura Municipal de
Nova Trento, venho, pela presente, declarar minha DESISTÊNCIA
à vaga do referido cargo, no qual fui Convocado(a) pelo Decreto
nº, publicado no Diário Oficial dos Municípios de
...../...../.....

Nova Trento, de de 2017.

Assinatura

PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 116/2014

TERMO ADITIVO VALOR (SUPRESSÃO E ADIÇÃO)

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 116/2014

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 116/2014, QUE ENTRE SI
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO E A EMPRESA LUIZ
DALSENTER CONSTRUTORA LTDA.

O MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO, pessoa jurídica de direito público

interno, com sede na Praça Del Comune, 126, inscrita no CNPJ/MF
sob o nº 82.925.025/0001-60, neste ato representado por Gian
Francesco Voltolini, inscrito no CPF nº 032.953.809-88, infra-as-
sinado, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e,
LUIZ DALSENTER CONSTRUTORA LTDA., estabelecida a Rua Luiz
Busnardo, nº 642, Bairro Cascata, cidade de Nova Trento/SC, ins-
crita no CNPJ Nº 07.301.413/0001-55, neste ato representada por
LUIZ ANTONIO DALSENTER, inscrito no CPF nº 063.226.459-43,
doravante denominada CONTRATADA, ajustam e acordam entre si
o presente TERMO ADITIVO ao contrato de nº 116/2014, mediante
as cláusulas e condições seguintes

Cláusula Primeira - DO OBJETO

Fica alterada a Cláusula Nona do Contrato nº 116/2014, para su-
primir a importância de R\$ 1.746,75 (mil, setecentos e quarenta e
seis reais e setenta e cinco centavos), correspondente a 0,40 %
do contrato e aditar a importância de R\$ 14.074,35 (catorze mil,
setenta e quatro reais e trinta e cinco centavos) correspondente
a 3,25 % do contrato, obedecendo às normas que dispõe a Lei
Federal nº 8.666/93.

JUSTIFICATIVA:

Anexo a este, constamos um TERMO DE JUSTIFICATIVA TÉCNICA.
Este termo justifica a edição deste aditivo quanto aos valores de
adição e supressão, com itens discriminados.

Cláusula Segunda – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permane-
cem em vigor.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias
de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando
seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Nova Trento, 18 de novembro de 2015.

Gian Francesco Voltolini Prefeito Contratante	Luiz Dalsenter Construtora Ltda. Contratada
---	--

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário de Administração e Finanças

Testemunhas: 1. _____ Apriego José Botameli	2. _____ Cátia Maria Búrigo
---	--------------------------------

PROCESSO Nº 043/2017 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Origem: Edital de Licitação nº 043/2017, modalidade Dispensa de
Licitação n.º 003/2017. Homologação: 13/04/2017 – Fundamen-
tação: fundamento no inciso VIII do artigo 24, caput, da Lei nº.
8.666/93. Contratante: Prefeitura de Nova Trento Endereço: Praça
del Comune, 126, Centro, 88.270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60
Contratado de Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural
de Santa Catarina – Epagri empresa pública, com personalidade
jurídica de direito privado, sob forma de sociedade por ações, cons-
tituída nos termos do inciso II do Art. 152 da Lei Complementar
nº 284/2005, inscrita sob CNPJ nº 83.052.191/0023-78, doravan-
te denominada simplesmente contratada. Objeto: Contratação de
empresa para prestação de serviço de Assistência Técnica e Ex-
tensão Rural para suprir as necessidades da Secretaria Municipal

Agricultura e Meio Ambiente do município de Nova Trento/SC. R\$ 25.993,00 (Vinte e cinco mil novecentos e noventa e três reais) até 01/03/2018.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito

PROCESSO Nº 044/2017 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Origem: Edital de Licitação nº 044/2017, modalidade Dispensa de Licitação n.º 004/2017. Homologação: 17/04/2017 – Fundamentação: com fundamento no inciso I do artigo 25, caput, da Lei nº. 8.666/93. Contratante: Prefeitura de Nova Trento Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88.270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60 Contratado: Liz Serviços Online LTDA pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede na Rua 238, nº 277, Sala 1, Itapema/SC, inscrita no CNPJ nº 03.725.725/0001-35, doravante denominada simplesmente contratada. Objeto: Prestação de serviço técnicos especializados na implantação, consolidação e publicação online dos atos oficiais de efeito externo (Lei Orgânica, Leis Complementares, Leis Ordinárias) deste município. Valor total é de R\$ 7.200,00 (Sete mil e Duzentos reais) até 18/04/2017.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito

que dispõe a Lei Federal nº 8.666/93

JUSTIFICATIVA:

Anexo a este, constamos um TERMO DE JUSTIFICATIVA TÉCNICA. Este termo justifica a edição deste aditivo quanto aos valores de adição e supressão, com itens discriminados.

Cláusula Segunda – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Nova Trento, 18 de novembro de 2015.

Gian Francesco Voltolini Prefeito Contratante	ANDRADE & AMORIM PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM LTDA.ME Contratada
---	--

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário de Administração e Finanças

Testemunhas: 1. _____ Aprigio José Botameli	2. _____ Cátia Maria Búrigo
---	--------------------------------

TERCEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 117/2014

TERMO ADITIVO (Adição e Supressão)

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 117/2014

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 117/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO E A EMPRESA ANDRADE & AMORIM PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM LTDA.ME. PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PARA PADRONIZAÇÃO DE CALÇADAS, CONSTRUÇÕES DE EQUIPAMENTOS PÚBLICOS, COMO: BANHEIROS, PONTO DE TAXI E QUIOSQUE, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS OBJETO DESTES CONTRATOS.

Pelo presente Termo, de um lado o MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça Del Comune, 126, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.925.025/0001-60, neste ato representado por Gian Francesco Voltolini, inscrito no CPF nº 032.953.809-88, e pelo Secretário Municipal de Administração e Finanças, Valdemir Luiz Quaiatto, doravante denominado de "CONTRATANTE" e de outro lado a empresa ANDRADE & AMORIM PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM LTDA.ME., estabelecida a Rua Dr. Almir Zunino, 564, bairro Jardim São Paulo, cidade de São João Batista/SC, inscrita no CNPJ Nº 07.258.202/0001-87, neste ato representada por JOSÉ IRIVAM AMORIM, inscrito no CPF nº 692.454.449-53, considerando o disposto no § 1º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/1993, que traz a possibilidade de acréscimos e supressões na execução dos serviços, RESOLVEM entre si e na melhor forma de direito ADITAR o contrato nº 117/2014, para dele constar a seguinte alteração:

Cláusula Primeira - DO OBJETO

Fica alterada a Cláusula Nona do Contrato nº 117/2014, para suprimir a importância de R\$ 105.605,10 (cento e cinco mil, seiscientos e cinco reais e dez centavos), correspondente a 23,95 % do contrato e aditar a importância de R\$ 104.932,47 (cento e quatro mil, novecentos e trinta e dois reais e quarenta e sete centavos) correspondente a 23,79 % do contrato, obedecendo às normas

Novo Horizonte

PREFEITURA

DECRETO Nº 2.323, DE 18 DE ABRIL DE 2017

DECRETO Nº 2.323, de 18 de abril de 2017.

Abre crédito adicional por excesso de arrecadação e dá outras providências

VANDERLEI SANAGIOTTO, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto nos arts. 41- I, 42 e 43 – I, da Lei Federal 4.320, e amparado pela Lei 543/2016;

Art. 1º – Fica aberto crédito adicional Suplementar por excesso de arrecadação no orçamento vigente, no valor de R\$ 141.461,00 (cento e quarenta e um mil quatrocentos e sessenta e um reais), relativo a recursos vinculados:

40.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES.

40.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Atividade 2.012 – Manutenção Do Transporte Escolar Ensino Fundamental.

Elemento de Despesa – 3.3.90-00.1.0069 aplicações diretasR\$ 71.687,68

40.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES.

40.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Atividade 2.015 – Manutenção Do Ensino Médio.

Elemento de Despesa – 3.3.90-00.1.0069 aplicações diretasR\$ 69.773,32

TOTAL
..... R\$ 141.461,00

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Novo Horizonte – SC.

Em 18 de abril de 2017.

VANDERLEI SANAGIOTTO

Prefeito Municipal.

Registre-se

Publique-se

RICHARDSON BATISTI

Secretário de Administração e Fazenda

EXTRATO TA 001 AO CA IPAM 001/15

ESTADO DE SANTA CATARINA

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE NOVO HORIZONTE-IPAM

EXTRATO TERMO DE APOSTILAMENTO

Termo de Apostilamento Nº : 001 ao Contrato Administrativo IPAM Nº: 001/2015

Contratante...: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE NOVO HORIZONTE-IPAM

Contratada...: CLINICA MÉDICA FIELE LTDA

Valor : 129,00 (Cento e vinte e nove reais).

Vigência : Início: 19/04/2017 Término: 31/12/2017

Licitação : Dispensa de Licitação Nº 001/2015

Recursos : Dotação: 30.02-002-09.272.0004-2.008.3.3.90.00 - Manutenção do IPAM

Objeto : Registrar o reajuste contratual previsto nos termos do Contrato, utilizando-se como parâmetro o IGP-M/FGV, do período de Fev/16 a Fev/17, no percentual de 5,38% (cinco vírgula trinta e oito por cento).

Fundamento Legal: previsto nos termos do contrato, com fundamento no artigo 65, § 8º da Lei 8.666/93.

Novo Horizonte/SC, em 18 de Abril de 2017 – Leandro Martins d'Avila – Presidente/Diretor Executivo

Orleans

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 1/2017 ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Página: 1/8

Processo Nº.: 22/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 4/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 1/2017

No dia 5 do mês de Abril do ano de 2017, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.926.544/0001-43, com sede administrativa localizada na RUA: XV DE NOVEMBRO, 282, bairro CENTRO, CEP nº. 88870-000, nesta cidade de Orleans/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). JORGE LUIZ KOCH, inscrito no CPF sob o nº. 342.332.539-91, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 4/2017, Processo Licitatório nº. 22/2017, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS PARA PROGRAMAS DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
38	ANTONIO VOLPATO EPP	1
10614	BIG MIX COMERCIO VAREJISTA DE VARIEDADES LTDA	
10870	COPOL DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	
11386	ELO COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME	
10154	SUPERMERCADO RH LTDA	

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
ANTONIO VOLPATO EPP	85.288.082/0001-74	EDSON VOLPATO	915.312.419-72
BIG MIX COMERCIO VAREJISTA DE VARIEDADES LTDA	14.309.817/0001-50	JEFFERSON LUIZ FERNANDES	014.824.099-25
COPOL DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	03.976.253/0001-93	JOAO RODRIGUES JUNIOR	029.794.729-05
ELO COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME	14.990.312/0001-02	LEONARDO CAMILO INACIO	728.436.409-20
SUPERMERCADO RH LTDA	04.548.900/0003-90	RAMON LOCKS	062.122.319-07

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS PARA PROGRAMAS DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor preço por item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Página: 2/8
 Processo Nº.: 22/2017
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 4/2017

Fornecedor: 38 - ANTONIO VOLPATO EPP

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	CESTA BASICA COMPOSTA DOS SEGUINTES PRODUTOS:	un	ALTO ALEGRI	3.000,000	79,8200	239.460,00
	<p>1 - Açúcar refinado: de 1ª qualidade, deverá ser fabricado de cana-de-açúcar livre de fermentação, isento de matéria terrosa, de parasitos e de detritos animais ou vegetais. Embalagens integras pesando 5 kg.</p> <p>2 - Arroz parboilizado: agulhinha, longo, fino, tipo 1, sem glúten, contendo no mínimo de 90% de grãos inteiros com no máximo de 14% de umidade. Acondicionados em embalagens integras pesando 5kg.</p> <p>3 - Biscoito doce sabor de leite, ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico (vitamina b9), açúcar, gordura vegetal hidrogenada, açúcar invertido, amido, soro de leite, sal, fermento químico (bicarbonato de amônio), bicarbonato de sódio, pirofosfato ácido de sódio), estabilizante lecitina de soja, aromatizante, melhorador de farinha metabissulfito de sódio, contém glúten, informação nutricional: porção de 30g - valor calórico: 130kcal/carboidratos: 22g/proteínas: 2,5g/gorduras totais: 3,7g/gorduras saturadas: 0,8g/gorduras trans: 1g/fibra alimentar: 1g/sódio: 108mg/ cálcio: 49mg. Embalagens de 800g</p> <p>4 - Café:torrado e moido, extra-forte, com selo da abic. Acondicionado em embalagem puro vácuo, íntegras de 500gr.</p> <p>5 - Farinha de mandioca de primeira qualidade, torrada, fina, obtido dos processos de ralar e torrar mandioca, seca,branca, isenta de matéria terrosa, fungos ou parasitas e livres de umidade e fragmentos estranhos.Embalagens: embalagem de polietileno de baixa densidade de 1 kg.Legislação: resolução - rdc nº 263, de 22 de setembro de 2005.</p> <p>6 - Farinha de milho características técnicas: não deverá apresentar resíduos ou impurezas,bolor ou cheiro não característico, embalagem de 1 kg.</p> <p>7 - Farinha de trigo: especial produto obtido a partir de cereal limpo, isento de matéria terrosa e em perfeito estado de conservação. Não poderá estar úmida, fermentada ou rançosa. Com aspecto de pó fino, cor branca ou ligeiramente amarelada, cheiro próprio e sabor próprio. Acondicionados em embalagens integras de 5 kg, acondicionados em fardos</p> <p>8 - Feijão, tipo 1, preto, novo, grãos inteiros, aspecto brilhoso, liso, isento de matéria terrosa, pedras, fungos ou parasitas e livre de umidade e fragmentos ou corpos estranhos, com registro no MA, informações do fabricante e data de vencimento estampada na embalagem. Acondicionado em embalagem plástica transparente original de fábrica com 1 kg.</p> <p>9 - Frango inteiro congelado de 1ª qualidade com carimbo, aproximadamente 3 kg</p> <p>10 - Macarrão: s/ ovos, deverão ser fabricados a partir de matérias primas sãs e limpas, isentas de matérias terrosas, parasitos e larvas. Com rendimento mínimo, após o cozimento, de duas vezes mais do peso antes da cocção. - embalagens integras de 500g</p> <p>11- Margarina cremosa com sal, de primeira qualidade, isenta de gorduras trans. A apresentação, aspecto, cheiro, sabor e cor peculiares aos mesmos e deverão estar isentos de ranço e outrascaracterísticas indesejáveis. Embalagens: potes de polipropileno atóxico resistente, original do fabricante, apresentando vedação adequada,com 250g. Deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, data de fabricação e validade.</p> <p>12 - Óleo de soja: refinado. Que tenha sofrido processo tecnológico adequado como degomagem, neutralização, clarificação, frigorificação ou nãodesodorização embalagem pet de 900ml.</p> <p>13 - Ovos de galinha: ovos tipo médio, frescos, selecionados, com embalagem primária atóxica, em dúzias e embalagem secundária de papelão atóxico, resistente, não reutilizadas. Produto isento de rachaduras, estufamento da câmara interna, sem sujidades. Casca do ovo limpa, áspera, fosca. Cor, odor e aspectos característicos. A embalagem deverá estar devidamente rotulada conforme legislação vigente. Possuir registro nos órgãos de inspeção sanitária. Transporte fechado conforme legislação vigente. O produto deverá apresentar validade mínima de 20 dias no momento da entrega</p> <p>14 - Sal: refinado, iodado, com granulação uniforme e com cristais brancos. Acondicionado em embalagens integras de 1kg</p>					

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Página: 3/8
Processo Nº.: 22/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 4/2017

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Página: 4/8
Processo N°.: 22/2017
PREGÃO PRESENCIAL N°. 4/2017

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Página: 5/8
Processo Nº.: 22/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 4/2017

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Página: 6/8
Processo Nº.: 22/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 4/2017

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susgado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Página: 7/8
Processo Nº.: 22/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 4/2017

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Página: 8/8
Processo Nº.: 22/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 4/2017

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Orleans para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Orleans, 5 de Abril de 2017.

JORGE LUIZ KOCH
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

ANTONIO VOLPATO EPP	CNPJ: 85.288.082/0001-74	_____
BIG MIX COMERCIO VAREJISTA DE VARIEDADES LTDA	CNPJ: 14.309.817/0001-50	_____
COPOL DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	CNPJ: 03.976.253/0001-93	_____
ELO COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME	CNPJ: 14.990.312/0001-02	_____
SUPERMERCADO RH LTDA	CNPJ: 04.548.900/0003-90	_____

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2/2017**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS**

Página: 1/7

Processo Nº.: 28/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 8/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 2/2017

No dia 10 do mês de Abril do ano de 2017, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.926.544/0001-43, com sede administrativa localizada na RUA: XV DE NOVENBRO, 282, bairro CENTRO, CEP nº. 88870-000, nesta cidade de Orleans/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). JORGE LUIZ KOCH, inscrito no CPF sob o nº. 342.332.539-91, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 8/2017, Processo Licitatório nº. 28/2017, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) AQUISIÇÃO DE LEITE UHT INTEGRAL EMBALAGEM LONGA VIDA. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
10614	BIG MIX COMERCIO VAREJISTA DE VARIEDADES LTDA	
10870	COPOL DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	
9709	DIFAFA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA	1
10154	SUPERMERCADO RH LTDA	

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
BIG MIX COMERCIO VAREJISTA DE VARIEDADES LTDA	14.309.817/0001-50	JEFFERSON LUIZ FERNANDES	014.824.099-25
COPOL DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	03.976.253/0001-93	JOAO RODRIGUES JUNIOR	029.794.729-05
DIFAFA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA	08.609.742/0001-20	DIEGO VIAN	053.731.699-00
SUPERMERCADO RH LTDA	04.548.900/0003-90	RAMON LOCKS	062.122.319-07

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

AQUISIÇÃO DE LEITE UHT INTEGRAL EMBALAGEM LONGA VIDA.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor preço por item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 9709 - DIFAFA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	LEITE UHT INTEGRAL EMBALAGEM LONGA VIDA	I	TIROL	70.000,000	2,4500	171.500,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Página: 2/7
Processo Nº.: 28/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 8/2017

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Página: 3/7
Processo N°.: 28/2017
PREGÃO PRESENCIAL N°. 8/2017

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Página: 4/7
Processo Nº.: 28/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 8/2017

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Página: 5/7
Processo Nº.: 28/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 8/2017

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susgado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Página: 6/7
Processo Nº.: 28/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 8/2017

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Página: 7/7
Processo Nº.: 28/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 8/2017

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Orleans para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Orleans, 10 de Abril de 2017.

JORGE LUIZ KOCH
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

BIG MIX COMERCIO VAREJISTA DE VARIEDADES LTDA CNPJ: 14.309.817/0001-50 _____

COPOL DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA CNPJ: 03.976.253/0001-93 _____

DIFAFA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA CNPJ: 08.609.742/0001-20 _____

SUPERMERCADO RH LTDA CNPJ: 04.548.900/0003-90 _____

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 3/2017**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS**

Página: 1/7

Processo Nº.: 25/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 6/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 3/2017

No dia 10 do mês de Abril do ano de 2017, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.926.544/0001-43, com sede administrativa localizada na RUA: XV DE NOVEMBRO, 282, bairro CENTRO, CEP nº. 88870-000, nesta cidade de Orleans/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). JORGE LUIZ KOCH, inscrito no CPF sob o nº. 342.332.539-91, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 6/2017, Processo Licitatório nº. 25/2017, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) AQUISIÇÃO DE GÁS DE COZINHA E GÁS INDUSTRIAL PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS E ORGÃOS MUNICIPAIS. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
516	FIORO COMÉRCIO DE GAS LTDA EPP	1, 2

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
FIORO COMÉRCIO DE GAS LTDA EPP	00.107.072/0001-32	HAMILTON BAGIO ZOMER	733.243.459-87

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

AQUISIÇÃO DE GÁS DE COZINHA E GÁS INDUSTRIAL PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS E ORGÃOS MUNICIPAIS.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor preço por item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 516 - FIORO COMÉRCIO DE GAS LTDA EPP						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	CARGA DE GAS ENVASADO GLP 13 KG (GÁS DE COZINHA).	un	NACIONAL G/	1.392,000	54,9000	76.420,80
2	CARGA DE GÁS ENVASADO GLP 45 KG (GÁS INDUSTRIAL)	un	NACIONAL G/	100,000	240,0000	24.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Página: 2/7
Processo Nº.: 25/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 6/2017

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
 - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
 - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Página: 3/7
Processo N°.: 25/2017
PREGÃO PRESENCIAL N°. 6/2017

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Página: 4/7
Processo Nº.: 25/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 6/2017

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Página: 5/7
Processo Nº.: 25/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 6/2017

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susgado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Página: 6/7
Processo Nº.: 25/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 6/2017

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Página: 7/7
Processo Nº.: 25/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 6/2017

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Orleans para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Orleans, 10 de Abril de 2017.

JORGE LUIZ KOCH
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

FIORO COMÉRCIO DE GAS LTDA EPP

CNPJ: 00.107.072/0001-32 _____

Otacílio Costa

PREFEITURA

PREGÃO0017/2017 - SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACÍLIO COSTA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL PREGÃO Nº 017/2017

Luiz Carlos Xavier, Prefeito Municipal de Otacílio Costa, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que fará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, visando à aquisição de medicamentos e leite especial. O credenciamento e o recebimento dos envelopes será feito até às 14:00 hs. do dia 03/05/2017 e abertura da sessão será às 14:15 hs. do mesmo dia. A íntegra do Edital pode ser obtido no horário de expediente da Prefeitura, Setor de Licitações ou pelo site www.otaciliocosta.sc.gov.br. Informações pelo fone: 0xx49- 3221-8014. Otacílio Costa, 18/04/2017.

Luiz Carlos Xavier – Prefeito Municipal

Ouro

PREFEITURA

DL 006 CTO 043

MUNICÍPIO DE OURO - SC

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0036/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 0006/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE OURO. Contratado: ANDRELINE B. B. GREZELE. Objeto: Contratação de pessoa jurídica para efetuar serviços de transporte escolar.

Fundamento legal: Lei Federal 8.666/93. Vigência: De 18/04/2017 até 06/06/2017. Ouro, 17/04/2017, Sirlei Therezinha Antunes de Almeida, Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0036/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 0006/2017

CONTRATO N. 043/2017

Contratante: Município de Ouro.

Contratado: ANDRELINE B. B. GREZELE

Objeto: O presente contrato tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para efetuar os serviços de transporte escolar.

Vigência: 18/04/2017 até 06/06/2017.

Valor total: O valor total será de R\$ 4.488,00 (quatro mil, quatrocentos e oitenta e oito reais)

Data de assinatura: 17/04/2017.

Palhoça

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2017

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 05 de maio de 2017, às 14h00min, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL Nº. 039/2017, que tem como objeto a aquisição de materiais hidráulicos para suprir as necessidades de viabilização de serviços externos da Secretaria Executiva de Saneamento – SAMAE de Palhoça, através de Registro de Preços. O edital, que está embasado na lei de licitações, encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13h00min às 19h00min, diariamente, ou pelo site: www.palhoça.atende.net.. Palhoça, 18 de abril de 2017.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS – Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 2.153, DE 12 DE ABRIL DE 2017.

DECRETO Nº 2.153, DE 12 DE ABRIL DE 2017.

REGULAMENTA. Dispõe sobre a regulamentação da Secretaria Municipal de Educação, Saúde e Assistência Social e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
No uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 39, 43 e 55 da Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Acrescenta o inciso XIII ao artigo 1º do Decreto 2.105, de 20 de janeiro de 2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º (...)

(...)

XIII - Coordenadoria de Vigilância Sanitária;" (N.R.)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Palhoça, 12 de abril de 2017.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2.155, DE 17 DE ABRIL DE 2017.

DECRETO Nº 2.155, DE 17 DE ABRIL DE 2017.

REFORMA ADMINISTRATIVA. Estabelece alteração na estrutura administrativa.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

No uso de suas atribuições legais e com base no art. 113 da Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Um cargo de Assessor IV, Código DAS VII, da Secretaria Municipal de Assistência Social, previsto no inciso XXI do art. 52 da Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, fica transferido para a Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária.

Art. 2º Um cargo de Assessor IV, Código DAS VII, da Secretaria Municipal de Assistência Social, previsto no inciso XXI do art. 52 da Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, fica transferido para a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º Um cargo de Assessor IV, Código DAS VII, da Secretaria Municipal de Serviços Públicos - SESP, previsto no inciso XXIII do art. 50 da Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, fica transferido para a Secretaria Municipal de Educação..

Art. 4º Um cargo de Assessor II, Código DAS V, da Secretaria Municipal de Serviços Públicos - SESP, previsto no inciso XXI do art. 50 da Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, fica transferido para a Secretaria Municipal de Maricultura, Pesca e Agricultura.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 27 de março de 2017.

Palhoça, 17 de abril de 2017.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 242, DE 17 DE ABRIL DE 2017.

LEI COMPLEMENTAR Nº 242, DE 17 DE ABRIL DE 2017.

VENCIMENTOS. Reposição de perdas salariais.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder, aos cargos de provimento efetivo reposição salarial de 6,57 % (seis vírgula cinquenta e sete por cento), a ser calculada sobre a remuneração do mês de março de 2017, conforme o que dispõe a Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010, art. 37, inciso X da Constituição Federal, observado o disposto na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

Parágrafo Único. A reposição salarial prevista no caput do art. 1º refere-se ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC acumulado em 12 (doze) meses (janeiro a dezembro de 2016) e deverá ser aplicado aos servidores regidos pela Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010.

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder, aos servidores públicos do magistério, reposição salarial

de 6,57 % (seis vírgula cinquenta e sete por cento), a ser calculada sobre a remuneração do mês de janeiro de 2017, conforme o que dispõe o § 3º do art. 118 da Lei Complementar nº 097, de 15 de dezembro de 2010, art. 37, inciso X da Constituição Federal, observado o disposto na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

§ 1º A reposição salarial prevista no caput do art. 2º refere-se Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC acumulado em 12 (doze) meses (janeiro a dezembro de 2016), e deverá ser aplicado, exclusivamente, aos professores que recebem acima do piso nacional do magistério;

§ 2º Aos professores que recebem o piso nacional do magistério, não será aplicado reajuste, porquanto adequado em legislação própria.

Art. 3º O pagamento da reposição salarial de que trata o caput do artigo 1º desta Lei Complementar será efetivado da seguinte forma:

I – 2,57 % (dois vírgula cinquenta e sete por cento) que será remunerado na folha salarial do mês abril de 2017;

II – 2,00 % (dois por cento) que será remunerado na folha salarial do mês de agosto de 2017, tendo como base de cálculo a remuneração do servidor no mês março de 2017;

III – 2,00 % (dois por cento) que será remunerado na folha salarial do mês de novembro de 2017, tendo como base de cálculo a remuneração do servidor no mês de março de 2017.

Parágrafo Único. Fica garantido o reajuste de 6,57 % em parcela única aos servidores que após aplicada a primeira parcela, previstas nos arts. 3º e 4º desta Lei Complementar, receberem salário base abaixo do salário mínimo nacional.

Art. 4º O pagamento da reposição salarial de que trata o caput dos artigos 2º desta Lei Complementar será efetivado da seguinte forma:

I – 2,57 % (dois vírgula cinquenta e sete por cento) que será remunerado na folha salarial do mês abril de 2017, tendo como base de cálculo a remuneração do servidor no mês de janeiro de 2017;

II – 2,00 % (dois por cento) que será remunerado na folha salarial do mês de agosto de 2017, tendo como base de cálculo a remuneração do servidor no mês janeiro de 2017;

III – 2,00 % (dois por cento) que será remunerado na folha salarial do mês de novembro de 2017, tendo como base de cálculo a remuneração do servidor no mês de janeiro de 2017.

Parágrafo Único. Fica garantido o reajuste de 6,57 % em parcela única aos servidores que após aplicada a primeira parcela, previstas nos arts. 3º e 4º desta Lei Complementar, receberem salário base abaixo do salário mínimo nacional.

Art. 5º Aos servidores previstos no art. 2º desta Lei Complementar será efetuado o pagamento, na forma de diferença e/ou complementação salarial, conforme descrito abaixo:

I – será devida a diferença e/ou complementação retroativa, referente a 2,57%, tão somente aos meses de janeiro, fevereiro e março de 2017, na data prevista no inciso I do artigo anterior;

II – será devida a diferença e/ou complementação retroativa, referente a 2,00%, tão somente aos meses de janeiro, fevereiro e março de 2017, na data prevista no inciso II do artigo anterior;

III – será devida a diferença e/ou complementação retroativa, referente a 2,00%, tão somente aos meses de janeiro, fevereiro e março de 2017, na data prevista no inciso III do artigo anterior.

Art. 6º Aplica-se o disposto nesta Lei Complementar, conforme o caso, aos servidores ativos e inativos, aos pensionistas previdenciários e aos professores contratados por tempo determinado.

Art. 7º As despesas decorrentes da execução desta Lei Complementar correrão à conta de dotações específicas do orçamento vigente do Município, suplementado se necessário.

Art. 8º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Palhoça, 17 de abril de 2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

LEI Nº 4.494, DE 17 DE ABRIL DE 2017.

LEI Nº 4.494, de 17 de ABRIL de 2017

REVISÃO GERAL ANUAL. Autoriza o Poder Legislativo Municipal a conceder a revisão geral anual nos vencimentos dos servidores, conforme determina o artigo 37, X, da CF/88.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Legislativo Municipal autorizado a conceder revisão geral anual no percentual de 6,58 % (seis vírgula cinquenta e oito por cento), calculados sobre a remuneração de março/2017, aos servidores públicos efetivos (ativo/inativo) e aos vereadores, de conformidade com o que dispõe o art. 37, X, da CF/88, obedecidas as normas constantes da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Parágrafo 1º. A reposição salarial de que trata o “caput” deste artigo, é feita com base no INPC acumulado dos meses de janeiro a dezembro de 2016.

Parágrafo 2º. Os servidores comissionados ficam excluídos da presente lei, vez que tiveram sua remuneração fixada através da Lei Complementar nº 234/2016, com vigência a partir de 10 de janeiro do corrente ano.

Art. 2º As despesas com a execução desta lei, correm a conta do item próprio do orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 1º de abril de 2017.

Palhoça, 17 de abril de 2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 040/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº040/2017

O Município de Palhoça torna público que fará realizar o Pregão

Presencial nº 040/2017, no dia 08 de maio de 2017, às 14h00min, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC. O PREGÃO PRESENCIAL nº 040/2017 tem como objeto a aquisição de Papel A4 para suprir as necessidades do Centro Administrativo Municipal de Palhoça, através do Sistema de Registro de Preços, de acordo com as especificações contidas nos anexos. O Edital, que está embasado na lei de licitações, encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13h00min às 18h00min ou pelo site: <http://palhoça.atende.net>. Palhoça, 18 de abril de 2017. COMISSÃO DE LICITAÇÕES.

RESOLUÇÃO N.022/CMAS/2017

RESOLUÇÃO N.022/CMAS/2017

Dispõe sobre o posicionamento do conselho à Proposta de Emenda à Constituição Federal- PEC nº 287 de 2016.

O Conselho Municipal de Assistência Social, em reunião ordinária realizada no dia 11 de abril de 2017, às 14 horas, nas dependências do Centro de Convivência do idoso de Palhoça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei de Criação do Conselho Municipal de Assistência Social nº. 3.521, de 20 de setembro de 2011.

Considerando que o CMAS é instância deliberativa do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social de Palhoça, de caráter permanente e de composição paritária entre governo e a sociedade civil;

Considerando que o CMAS tem a finalidade de deliberar, acompanhar, avaliar e exercer o controle sobre a Política de Assistência Social, em âmbito Municipal;

Considerando a constituição Federal de 1988, a lei 8.742 de dezembro de 1993 e o decreto 6.214 de setembro de 2007, que regulamenta o BPC, que constitui uma garantia de renda básica, no valor de um salário mínimo;

Considerando a lei 10.741 de outubro de 2003 que derogou o caput do art. 20 da lei nº 8.742 de 1993, alterando a idade dele prevista de 70 anos, para 65 anos, os idosos que não possuem condições de prover a própria manutenção e nem de tê-la provido por sua família, é assegurado o Benefício de Prestação Continuada; Considerando a Resolução nº 22/CNAS/2017, que dispõe sobre o posicionamento contrário do Conselho Nacional de Assistência Social, à Proposta de Emenda à Constituição- PEC nº 287 de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Posicionar-se contrário à Proposta de Emenda à constituição- PEC nº 287 de 2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça/SC, 17 de abril de 2017.

Ana Cristina Faber
Presidente CMAS

RESOLUÇÃO N.024/CMAS/2017

RESOLUÇÃO N.024/CMAS/2017

Dispõe sobre solicitação balancetes financeiros.

O Conselho Municipal de Assistência Social, em plenária ordinária realizada em 11 de abril de 2017, às 14 horas, no Centro de Convivência do Idoso localizado no Bairro Caminho Novo, Palhoça/SC, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei de Criação do Conselho Municipal de Assistência Social nº. 3.521, de 20 de setembro de 2011, e;

Considerando que o CMAS é instância deliberativa do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social de Palhoça, de caráter permanente e de composição paritária entre governo e a

sociedade civil;

Considerando que é de responsabilidade do CMAS a análise e deliberação das prestações de contas, do cofinanciamento federal representada pelo demonstrativo sintético anual da execução físico financeira do SUAS;

Considerando que é de responsabilidade do CMAS analisar se os recursos destinados às despesas correntes e de capital relacionadas aos serviços, programas, projetos e benefícios governamentais e não governamentais estão alocados no fundo municipal, constituído como unidade orçamentária; e se os recursos voltados às atividades meio, estão alocados no orçamento do órgão gestor da política;

Considerando que o controle social é o exercício democrático de acompanhamento da gestão e avaliação da política de Assistência Social, do Plano Plurianual de Assistência Social e dos Recursos Financeiros destinados à sua implementação, sendo uma das formas de exercício desse controle zelar pela ampliação e qualidade da rede de serviços socioassistenciais para todos os destinatários da política.

RESOLVE:

Art. 1º Solicitar à Secretaria Municipal de Assistência Social, os balancetes Financeiros de Janeiro e Março, visto que até a presente data, foi entregue somente o balancete do mês de fevereiro.

Parágrafo Único- Os balancetes de janeiro, Fevereiro e Março devem conter o resumo dos empenhos pagos.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça/SC, 17 de abril de 2017.

Ana Cristina Faber
Presidente CMAS

RESOLUÇÃO N.25/CMAS/2017

RESOLUÇÃO N.25/CMAS/2017

Dispõe sobre ofício para convidar a Gerência Geral da Proteção Social Básica para participar do plenário.

O Conselho Municipal de Assistência Social, em reunião ordinária realizada no dia 11 de abril de 2017, às 14 horas, nas dependências do Centro de Convivência do idoso de Palhoça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei de Criação do Conselho Municipal de Assistência Social nº. 3.521, de 20 de setembro de 2011.

Considerando que o CMAS é instância deliberativa do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social de Palhoça, de caráter permanente e de composição paritária entre governo e a sociedade civil;

Considerando que o CMAS tem a finalidade de deliberar, acompanhar, avaliar e exercer o controle sobre a Política de Assistência Social, em âmbito Municipal;

Considerando que o CMAS deve acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão de recursos, bem como ganhos sociais e o desempenho dos benefícios, rendas, serviços socioassistenciais, programas e projetos aprovados nas Políticas de Assistência Social Nacional, Estaduais, do Distrito federal, e Municipais;

Considerando que o CMAS tem autonomia nas suas deliberações, não devendo haver interferência dos poderes executivo, legislativo e judiciário;

Considerando o decreto 1591/2004, art. 3º inciso VIII, o CMAS deve definir critérios de qualidade para o funcionamento dos serviços públicos e privados de Assistência Social no âmbito Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º Enviar ofício ao Gerente Geral da Proteção Social Básica, convidando para participar do plenário ordinário do Conselho Municipal de Assistência Social, no dia 13 de junho de 2017, às 14h, no Centro de Convivência do Idoso, no bairro Caminho Novo.

Parágrafo único: Essa participação do Gerente Geral será para esclarecimento acerca dos Centros de Referência de Assistência Social de Palhoça- CRAS. Esclarecimentos como:

I- A utilização dos carros dos CRAS para serviços de saúde, como levar usuários até hospitais ou Unidades de Saúde;
II- De que forma está sendo realizado o acompanhamento às entidades que prestam serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, pelos técnicos de referência dos CRAS.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça/SC, 17de abrilde 2017.

Ana Cristina Faber

Presidente CMAS

RESOLUÇÃO N.26/CMAS/2017

RESOLUÇÃO N.26/CMAS/2017

Dispõe sobre ofício para convidar aGerência Geral da Proteção Social Especial da Média Complexidade para participar do plenário.

O Conselho Municipal de Assistência Social, em reunião ordinária realizada no dia 11 de abril de 2017, às 14 horas, nas dependências do Centro de Convivência do idoso de Palhoça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei de Criação do Conselho Municipal de Assistência Social nº. 3.521, de 20 de setembro de 2011.

Considerando que o CMAS é instância deliberativa do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social de Palhoça, de caráter permanente e de composição paritária entre governo e a sociedade civil;

Considerando que o CMAS tem a finalidade de deliberar, acompanhar, avaliar e exercer o controle sobre a Política de Assistência Social, em âmbito Municipal;

Considerandoque o CMAS deveacompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão de recursos, bem como ganhos sociais e o desempenho dos benefícios, rendas, serviços socioassistenciais, programas e projetos aprovados nas Políticas de Assistência Social Nacional, Estaduais, do Distrito federal, e Municipais;

Considerando que o CMAS tem autonomia nas suas deliberações, não devendo haver interferência dos poderes executivo, legislativo e judiciário;

Considerandoo decreto 1591/2004, art. 3º inciso VIII, o CMAS deve definir critérios de qualidade para o funcionamento dos serviços públicos e privados de Assistência Social no âmbito Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º Enviarofício à Gerente Geral da Proteção Social Especial da Média Complexidade, Sra. Priscila Cardoso, convidando para participar do plenário ordinário do Conselho Municipal de Assistência Social, no dia 18 de julho de 2017, às 14h, no Centro de Convivência do Idoso, no bairro Caminho Novo.

I- Essa participação da Gerente Geral serápara esclarecimento acerca dos serviços ofertados para as pessoas com deficiência, no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) do bairro Jardim Eldorado- Palhoça;

II- Verificar se há algum movimento no município para a criação do Conselho Municipal de pessoas com deficiência;

Art. 2ºEsta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça/SC, 17de abrilde 2017.

Ana Cristina Faber

Presidente CMAS

RESOLUÇÃO N.27/CMAS/2017

RESOLUÇÃO N.27/CMAS/2017

Dispõe sobre ofício para convidar aGerência Geral da Proteção Social Especial da Alta Complexidade para participar do plenário.

O Conselho Municipal de Assistência Social, em reunião ordinária realizada no dia 11 de abril de 2017, às 14 horas, nas dependências do Centro de Convivência do idoso de Palhoça, no uso de suas

atribuições que lhe confere a Lei de Criação do Conselho Municipal de Assistência Social nº. 3.521, de 20 de setembro de 2011.

Considerando que o CMAS é instância deliberativa do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social de Palhoça, de caráter permanente e de composição paritária entre governo e a sociedade civil;

Considerando que o CMAS tem a finalidade de deliberar, acompanhar, avaliar e exercer o controle sobre a Política de Assistência Social, em âmbito Municipal;

Considerandoque o CMAS deveacompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão de recursos, bem como ganhos sociais e o desempenho dos benefícios, rendas, serviços socioassistenciais, programas e projetos aprovados nas Políticas de Assistência Social Nacional, Estaduais, do Distrito federal, e Municipais;

Considerando que o CMAS tem autonomia nas suas deliberações, não devendo haver interferência dos poderes executivo, legislativo e judiciário;

Considerandoo decreto 1591/2004, art. 3º inciso VIII, o CMAS deve definir critérios de qualidade para o funcionamento dos serviços públicos e privados de Assistência Social no âmbito Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º Enviarofício à Gerente Geral da Proteção Social Especial da Alta Complexidade, Sra. Aline Maria de Simas, convidando para participar do plenário ordinário do Conselho Municipal de Assistência Social, no dia 16 de maio de 2017, às 14:30h, no Centro de Convivência do Idoso, no bairro Caminho Novo.

Parágrafo único: Essa participação da Gerente Geral serápara esclarecimento acerca dosAbrigos institucionais para adolescentes, do município de Palhoça.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça/SC, 17de abrilde 2017.

Ana Cristina Faber

Presidente CMAS

RESOLUÇÃO N.28/CMAS/2017

RESOLUÇÃO N.28/CMAS/2017

Dispõe sobreprazo de validade dos certificados das entidades.

O Conselho Municipal de Assistência Social, em reunião ordinária realizada no dia 11 de abril de 2017, às 14 horas, nas dependências do Centro de Convivência do idoso de Palhoça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei de Criação do Conselho Municipal de Assistência Social nº. 3.521, de 20 de setembro de 2011.

Considerando: os artigos 3 e 9 da Lei n. 8.742, de 07 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências;

Considerando: o Decreto n. 6.308, de 14 de dezembro de 2007, art. 4 do Decreto n. 6.308/2007 que regulamenta o art. 3 da Lei 8.742, de 7 dezembro de 1993/Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS, e normatiza o conceito de entidade de assistência social;

Considerando: a Lei n. 12.101 que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e a isenção de contribuições para a seguridade social;

Considerando: a Resolução Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS n. 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais;

Considerando: a Resolução CNAS n. 14, de 15 de maio de 2014, que define os parâmetros nacionais para a inscrição das entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social dos Municípios e do Distrito Federal;

Considerando: que os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais prestados por entidades e organizações de assistência social deverão estar em consonância com o conjunto normativo da Política Nacional de Assistência Social em vigor e suas Normas Operacionais Básicas, visando garantir padrões de qualidade na prestação de serviços e nas condições de trabalho

RESOLVE:

Art. 1º Estender o prazo dos certificados das entidades de Assistência Social de Palhoça, inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social.

I- O prazo previsto era até o dia 31 de abril de 2017, contudo, as entidades devem entregar o relatório de atividades do ano anterior nessa mesma data. Dessa forma, não haveria tempo hábil para que o CMAS- Palhoça avaliasse os relatórios e planos de ação, sendo requisito para emissão de um novo certificado;

II- A nova validade dos certificados das entidades é 30 de junho de 2017;

III- Essa resolução tem validade de certificado até a data de 30 de junho de 2017, quando será impresso um novo certificado para todas as entidades.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça/SC, 17 de abril de 2017.

Ana Cristina Faber

Presidente CMAS

RESOLUÇÃO N.29/CMAS/2017

RESOLUÇÃO N.29/CMAS/2017

Dispõe sobre ofício para convidar a Secretária Municipal de Assistência Social para participar do plenário.

O Conselho Municipal de Assistência Social, em reunião ordinária realizada no dia 11 de abril de 2017, às 14 horas, nas dependências do Centro de Convivência do idoso de Palhoça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei de Criação do Conselho Municipal de Assistência Social nº. 3.521, de 20 de setembro de 2011.

Considerando que o CMAS é instância deliberativa do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social de Palhoça, de caráter permanente e de composição paritária entre governo e a sociedade civil;

Considerando que o CMAS tem a finalidade de deliberar, acompanhar, avaliar e exercer o controle sobre a Política de Assistência Social, em âmbito Municipal;

Considerando que o CMAS deve acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão de recursos, bem como ganhos sociais e o desempenho dos benefícios, rendas, serviços socioassistenciais, programas e projetos aprovados nas Políticas de Assistência Social Nacional, Estaduais, do Distrito federal, e Municipais;

Considerando que o CMAS tem autonomia nas suas deliberações, não devendo haver interferência dos poderes executivo, legislativo e judiciário;

Considerando o decreto 1591/2004, art. 3º inciso VIII, o CMAS deve definir critérios de qualidade para o funcionamento dos serviços públicos e privados de Assistência Social no âmbito Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º Enviar ofício à Secretária Municipal de Assistência Social, Sra. Rosângela Campos, convidando para participar do plenário ordinário do Conselho Municipal de Assistência Social, no dia 16 de maio de 2017, às 16h, no Centro de Convivência do Idoso, no bairro Caminho Novo.

Parágrafo único: Essa participação da Secretária Municipal de Assistência Social Gerente Geral será para esclarecimento acerca dos serviços socioassistenciais do município.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça/SC, 17 de abril de 2017.

Ana Cristina Faber

Presidente CMAS

RESOLUÇÃO N.30/CMAS/2017

RESOLUÇÃO N.30/CMAS/2017

Dispõe sobre o ofício à gestão do Programa Bolsa Família

O Conselho Municipal de Assistência Social, em reunião ordinária realizada no dia 11 de abril de 2017, às 14 horas, nas dependências do Centro de Convivência do idoso de Palhoça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei de Criação do Conselho Municipal de Assistência Social nº. 3.521, de 20 de setembro de 2011.

Considerando que o CMAS é instância deliberativa do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social de Palhoça, de caráter permanente e de composição paritária entre governo e a sociedade civil;

Considerando que o CMAS tem a finalidade de deliberar, acompanhar, avaliar e exercer o controle sobre a Política de Assistência Social, em âmbito Municipal;

Considerando que o CMAS deve acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão de recursos, bem como ganhos sociais e o desempenho dos benefícios, rendas, serviços socioassistenciais, programas e projetos aprovados nas Políticas de Assistência Social Nacional, Estaduais, do Distrito federal, e Municipais;

Considerando que o CMAS tem autonomia nas suas deliberações, não devendo haver interferência dos poderes executivo, legislativo e judiciário;

Considerando o decreto 1591/2004, art. 3º inciso VIII, o CMAS deve definir critérios de qualidade para o funcionamento dos serviços públicos e privados de Assistência Social no âmbito Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º Enviar ofício à Coordenadora Judite Seresoli, solicitando a participação da Assistente Social Adriana Fernanda da Costa na próxima reunião da comissão de acompanhamento do Programa Bolsa Família, que será no dia 08 de maio de 2017, às 13:30h.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça/SC, 17 de abril de 2017.

Ana Cristina Faber

Presidente CMAS

RESOLUÇÃO Nº. 020/CMAS/2017

RESOLUÇÃO Nº. 020/CMAS/2017

Dispõe sobre o decreto municipal que regulamenta as parcerias do município de Palhoça e organizações da sociedade civil e conselheiros para compor a comissão de monitoramento e avaliação.

O Conselho Municipal de Assistência Social, em reunião ordinária do Plenário, realizada no dia 11 de abril de 2017, às 14 horas, no Centro de Convivência do Idoso, localizado no bairro Caminho Novo, Palhoça/SC, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei de criação do Conselho Municipal de Assistência Social nº 3.521 de 20 de setembro de 2011, e;

Considerando que o CMAS é instância deliberativa do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social de Palhoça, de caráter permanente e de composição paritária entre governo e a sociedade civil;

Considerando que o CMAS tem a finalidade de deliberar, acompanhar, avaliar e exercer o controle sobre a Política de Assistência Social em âmbito Municipal;

Considerando: a Resolução Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS n. 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais;

Considerando: que os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais prestados por entidades e organizações de assistência social deverão estar em consonância com o conjunto normativo da Política Nacional de Assistência Social em vigor e suas Normas Operacionais Básicas, visando garantir padrões de qualidade na prestação de serviços e nas condições de trabalho

Considerando que o controle social é o exercício democrático de acompanhamento da gestão e avaliação da política de Assistência

Social, do Plano Plurianual de Assistência Social e dos Recursos Financeiros destinados a sua implementação, sendo uma das formas de exercício desse controle zelar pela ampliação e qualidade da rede de serviços socioassistenciais para todos os destinatários da política.

Considerando a resolução 57/CMAS/2016 que solicita informações sobre a elaboração do decreto que regulamenta as parcerias entre a sociedade civil e o município de Palhoça.

Considerando que o CMAS deve acionar o Ministério Público como instância de defesa e garantia de suas prerrogativas;

RESOLVE:

Art. 1º Reiterar ofício ao Sr. Camilo Nazareno Pagani Martins, Prefeito do município de Palhoça, solicitando informações acerca do processo de elaboração do decreto municipal de Palhoça, que regulamenta as parcerias entre o município de Palhoça e as organizações da sociedade civil e solicitando a participação de representantes do CMAS-Palhoça na comissão de elaboração do decreto e na comissão de avaliação e monitoramento dos convênios firmados.

A- Este conselho já encaminhou o ofício nº 133/CMAS/2016 e o ofício 034/CMAS/2017, que dispõe sobre as resoluções nº 57/CMAS/2016 e nº 014/CMAS/2017, onde realiza as solicitações, conforme descrito no art.1º, contudo, até o momento não obteve resposta.

B- Conforme a lei nº 3.521 de 20 de setembro de 2011, o Conselho Municipal de Assistência Social deve "estabelecer plano de acompanhamento e fiscalização das entidades e organizações de assistência social, serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais inscritos". Também de acordo com o regimento interno do CMAS- Palhoça, decreto 1591/2004, inciso X, o Conselho Municipal de Assistência Social tem como competência, "Definir critérios para a celebração de contratos ou convênios entre o setor público e as entidades privadas que prestam serviços de Assistência Social no âmbito Municipal" e inciso XI – "Apreciar previamente os contratos e convênios referidos no inciso anterior". Dessa forma, o CMAS- Palhoça esclarece a importância e a necessidade de acompanhar todo o processo que envolva parcerias entre o município de Palhoça e as Organizações da Sociedade Civil.

Art. 2º Informar que o Prefeito Municipal de Palhoça, Sr. Camilo Nazareno Pagani Martins, deverá responder o ofício supracitado até o prazo de 30 de abril de 2017. Na hipótese do CMAS- Palhoça não obter resposta, será encaminhado ofício ao Ministério Público, solicitando providências para que o CMAS- Palhoça consiga executar suas competências, conforme normativa.

Art. 3º Solicitar a participação de um representante da Procuradoria Geral do Município de Palhoça, na próxima plenária, dia 16 de maio de 2017, às 14:30h para esclarecer dúvidas sobre a elaboração do decreto.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça/SC, 17 de abril de 2017.

Ana Cristina Faber
Presidente CMAS

RESOLUÇÃO Nº. 021/CMAS/2017

RESOLUÇÃO Nº. 021/CMAS/2017

Dispõe sobre a convocação e organização da 11ª Conferência Municipal de Assistência Social.

O Conselho Municipal de Assistência Social, em reunião ordinária realizada no dia 11 de abril de 2017, às 14 horas, nas dependências do Centro de Convivência do Idoso de Palhoça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei de Criação do Conselho Municipal de

Assistência Social nº. 3.521, de 20 de setembro de 2011.

Considerando que o CMAS é instância deliberativa do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social de Palhoça, de caráter permanente e de composição paritária entre governo e a sociedade civil;

Considerando que o CMAS é responsável em convocar a Conferência Municipal de Assistência Social, conforme as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), bem como aprovar as normas de funcionamento das mesmas, constituir a comissão organizadora e o respectivo regimento interno;

Considerando que o processo de Conferências de Assistência Social são espaços amplos e democráticos de discussão e articulação coletivas em torno de propostas e estratégias de organização, cuja principal característica é reunir governo e sociedade civil organizada no âmbito dos municípios, Distrito Federal, Estados e União para debater e decidir as prioridades na Política de Assistência Social para os próximos anos.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar a 11ª Conferência Municipal de Assistência Social, cujo tema é "GARANTIA DE DIREITOS NO FORTALECIMENTO DO SUAS";

- Eixo 1: A proteção Social não contributiva e o princípio da equidade como paradigma para a gestão dos direitos socioassistenciais.

- Eixo 2: Gestão democrática e controle social: o lugar da sociedade civil no SUAS.

- Eixo 3: Acesso às seguranças socioassistenciais e a articulação entre serviço, benefícios e transferência de renda como garantias de direitos socioassistenciais.

- Eixo 4: A legislação como instrumento para uma gestão de compromissos e corresponsabilidade dos entes federativos para a garantia dos direitos socioassistenciais.

Art. 2º A comissão é composta pelos (as) conselheiros (as) e secretária executiva do CMAS:

- Ana Cristina Faber
- Renata Silva Oliveira Ikeda
- Luana Helena de Souza
- Gerusa Colombo de Souza
- Sabrina Francisco
- Flávia Regina Gomes Theisen
- Susy Conceição Marques
- Myriane G. da Silva Porto

Art. 3º A Conferência Municipal de Assistência Social será realizada no dia 28 de junho de 2017 no horário compreendido entre 08:00h às 18:00h;

Art. 4º A Faculdade Municipal de Palhoça está como local definido para a realização da 11ª Conferência Municipal de Assistência Social;

Art. 5º Compete a Secretaria Municipal de Assistência Social prover os recursos necessários para a realização da 11ª Conferência Municipal de Assistência Social bem como todo e qualquer material necessário para a realização da mesma;

Art. 6º Serão utilizados materiais gráficos, alimentação (almoço e coffee break período matutino e vespertino), entre outros que serão definidos posteriormente;

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça/SC, 17 de abril de 2017.

Ana Cristina Faber
Presidente CMAS

RESOLUÇÃO Nº. 023/CMAS/2017

RESOLUÇÃO Nº. 023/CMAS/2017

Dispõe sobre a nomeação de conselheiro governamental, para compor a comissão de acompanhamento às entidades do CMAS – PALHOÇA.

O Conselho Municipal de Assistência Social, em reunião ordinária realizada no dia 11 de abril de 2017, às 14 horas, nas dependências do Centro de Convivência do idoso de Palhoça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei de Criação do Conselho Municipal de Assistência Social nº. 3.521, de 20 de setembro de 2011.

Considerando que o CMAS é instância deliberativa do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social de Palhoça, de caráter permanente e de composição paritária entre governo e a sociedade civil;

Considerando que o CMAS tem a finalidade de deliberar, acompanhar, avaliar e exercer o controle sobre a Política de Assistência Social, em âmbito municipal;

Considerando que o CMAS tem autonomia nas suas deliberações, não devendo haver interferência dos poderes executivo, legislativo e judiciário;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Sr. Marcos Moser, conselheiro suplente da Secretaria Municipal de Educação, para compor a comissão de acompanhamento às entidades.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 17 de março de 2017.

Ana Cristina Faber

Presidente CMAS - Palhoça/SC

RESOLUÇÃO Nº. 031/CMAS/2017

RESOLUÇÃO Nº. 031/CMAS/2017

Dispõe sobre processo de atualização do regimento interno.

O Conselho Municipal de Assistência Social, em reunião ordinária realizada no dia 11 de abril de 2017, às 14 horas, nas dependências do Centro de Convivência do idoso de Palhoça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei de Criação do Conselho Municipal de Assistência Social nº. 3.521, de 20 de setembro de 2011.

Considerando que o CMAS é instância deliberativa do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social de Palhoça, de caráter permanente e de composição paritária entre governo e a sociedade civil;

Considerando que o CMAS tem a finalidade de deliberar, acompanhar, avaliar e exercer o controle sobre a Política de Assistência Social, em âmbito municipal;

Considerando que o CMAS como competência elaborar, aprovar e alterar seu regimento interno;

Considerando que o CMAS tem autonomia nas suas deliberações, não devendo haver interferência dos poderes executivo, legislativo e judiciário;

RESOLVE:

Art. 1º Solicitar o envio do regimento interno por e-mail, para todos os conselheiros.

I- Os conselheiros devem ler e responder o e-mail, informando se concordam com o atual regimento interno ou se houver alguma sugestão de alteração, deverão encaminhá-la no e-mail;

II- A secretária executiva juntará todas as sugestões e levará para a reunião da comissão de normas analisar;

III- Os conselheiros que desejaram participar da atualização do regimento interno, poderão participar da reunião da comissão de normas, apenas para discutir sobre o regimento interno.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 17 de abril de 2017.

Ana Cristina Faber

Presidente CMAS - Palhoça/SC

CÂMARA MUNICIPAL

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 008/2017.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 008/2017.

VENCIMENTOS. Reposição de perdas salariais.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder, aos cargos de provimento efetivo reposição salarial de 6,57 % (seis vírgula cinquenta e sete por cento), a ser calculada sobre a remuneração do mês de março de 2017, conforme o que dispõe a Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010, art. 37, inciso X da Constituição Federal, observado o disposto na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

Parágrafo Único. A reposição salarial prevista no caput do art. 1º refere-se ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC acumulado em 12 (doze) meses (janeiro a dezembro de 2016) e deverá ser aplicado aos servidores regidos pela Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010.

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder, aos servidores públicos do magistério, reposição salarial de 6,57 % (seis vírgula cinquenta e sete por cento), a ser calculada sobre a remuneração do mês de janeiro de 2017, conforme o que dispõe o § 3º do art. 118 da Lei Complementar nº 097, de 15 de dezembro de 2010, art. 37, inciso X da Constituição Federal, observado o disposto na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

§ 1º A reposição salarial prevista no caput do art. 2º refere-se Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC acumulado em 12 (doze)

meses (janeiro a dezembro de 2016), e deverá ser aplicado, exclusivamente, aos professores que recebem acima do piso nacional do magistério;

§ 2º Aos professores que recebem o piso nacional do magistério, não será aplicado reajuste, porquanto adequado em legislação própria.

Art. 3º O pagamento da reposição salarial de que trata o caput do artigo 1º desta Lei Complementar será efetivado da seguinte forma:

I – 2,57 % (dois vírgula cinquenta e sete por cento) que será remunerado na folha salarial do mês abril de 2017;

II – 2,00 % (dois por cento) que será remunerado na folha salarial do mês de agosto de 2017, tendo como base de cálculo a remuneração do servidor no mês março de 2017;

III – 2,00 % (dois por cento) que será remunerado na folha salarial do mês de novembro de 2017, tendo como base de cálculo a remuneração do servidor no mês de março de 2017.

Parágrafo Único. Fica garantido o reajuste de 6,57 % em parcela única aos servidores que após aplicada a primeira parcela, previstas nos arts. 3º e 4º desta Lei Complementar, receberem salário base abaixo do salário mínimo nacional.

Art. 4º O pagamento da reposição salarial de que trata o caput dos artigos 2º desta Lei Complementar será efetivado da seguinte forma:

I – 2,57 % (dois vírgula cinquenta e sete por cento) que será remunerado na folha salarial do mês abril de 2017, tendo como base de cálculo a remuneração do servidor no mês de janeiro de 2017;

II – 2,00 % (dois por cento) que será remunerado na folha salarial do mês de agosto de 2017, tendo como base de cálculo a remuneração do servidor no mês janeiro de 2017;

III – 2,00 % (dois por cento) que será remunerado na folha salarial do mês de novembro de 2017, tendo como base de cálculo a remuneração do servidor no mês de janeiro de 2017.

Parágrafo Único. Fica garantido o reajuste de 6,57 % em parcela única aos servidores que após aplicada a primeira parcela, previstas nos arts. 3º e 4º desta Lei Complementar, receberem salário base abaixo do salário mínimo nacional.

Art. 5º Aos servidores previstos no art. 2º desta Lei Complementar será efetuado o pagamento, na forma de diferença e/ou complementação salarial, conforme descrito abaixo:

I – será devida a diferença e/ou complementação retroativa, referente a 2,57%, tão somente aos meses de janeiro, fevereiro e março de 2017, na data prevista no inciso I do artigo anterior;

II – será devida a diferença e/ou complementação retroativa, referente a 2,00%, tão somente aos meses de janeiro, fevereiro e março de 2017, na data prevista no inciso II do artigo anterior;

III – será devida a diferença e/ou complementação retroativa, referente a 2,00%, tão somente aos meses de janeiro, fevereiro e março de 2017, na data prevista no inciso III do artigo anterior.

Art. 6º Aplica-se o disposto nesta Lei Complementar, conforme o caso, aos servidores ativos e inativos, aos pensionistas previdenciários e aos professores contratados por tempo determinado.

Art. 7º As despesas decorrentes da execução desta Lei Complementar correrão à conta de dotações específicas do orçamento vigente do Município, suplementado se necessário.

Art. 8º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, 17 de abril de 2017.

FÁBIO COELHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos dezessete dias do mês de abril do ano de dois mil e dezessete.

INPC ACUMULADO

Mês	Valor	Acumulado Ano	Acumulado 12 meses
dez/2016	0,14	6,5700	6,5700
nov/2016	0,07	6,4300	7,3800
out/2016	0,17	6,3500	8,5000
set/2016	0,08	6,1700	9,1500
ago/2016	0,31	6,0900	9,6200
jul/2016	0,64	5,7600	9,5500

Mês	Valor	Acumulado Ano	Acumulado 12 meses
jun/2016	0,47	3,4000	7,7400
mai/2016	0,98	3,9300	9,1200
abr/2016	0,64	3,5800	9,8300
mar/2016	0,44	2,9200	9,9000
fev/2016	0,95	2,4700	11,0700
jan/2016	1,51	1,5100	11,3000

Fonte: <http://www.calculador.com.br/tabela/indice/INPC/2016>

PROJETO DE LEI Nº 044/2017.

PROJETO DE LEI Nº 044/2017.

CONCEDE. Título de cidadania honorária ao Senhor Luis Carlos Zunino.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadania Honorária de Palhoça ao Senhor Luis Carlos Zunino.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 12 de abril de 2017.

FÁBIO COELHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos doze dias do mês de abril do ano de dois mil e dezessete.

PROJETO DE LEI Nº 050/2017.

PROJETO DE LEI Nº 050/2017.

CONCEDE. Medalha de Mérito Caetano Silveira de Mattos à Senhora Olinda Natalina de Campos.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedida a Medalha de Mérito Caetano Silveira de Mattos à Senhora Olinda Natalina de Campos, de conformidade com a Lei nº 126, de 14 de outubro de 1993.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 12 de abril de 2017.

FÁBIO COELHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos doze dias do mês de abril do ano de dois mil e dezessete.

PROJETO DE LEI Nº 051/2017.

PROJETO DE LEI Nº 051/2017.

CONCEDE. Medalha de Mérito Caetano Silveira de Mattos ao Senhor Djalma Manoel Bruchado.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedida a Medalha de Mérito Caetano Silveira de Mattos ao Senhor Djalma Manoel Bruchado, de conformidade com a Lei nº 126, de 14 de outubro de 1993.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 12 de abril de 2017.

FÁBIO COELHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos doze dias do mês de abril do ano de dois mil e dezessete.

PROJETO DE LEI Nº 056/2017.

PROJETO DE LEI Nº 056/2017.

CONCEDE. Medalha de Mérito Caetano Silveira de Mattos ao Senhor Jonas Schmitt.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedida a Medalha de Mérito Caetano Silveira de Mattos ao Senhor Jonas Schmitt, de conformidade com a Lei nº 126, de 14 de outubro de 1993.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 12 de abril de 2017.

FÁBIO COELHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos doze dias do mês de abril do ano de dois mil e dezessete.

PROJETO DE LEI Nº 057/2017.

PROJETO DE LEI Nº 057/2017.

CONCEDE. Medalha de Mérito Caetano Silveira de Mattos à Senhora Rosangela Alves Coelho.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedida a Medalha de Mérito Caetano Silveira de Mattos à Senhora Rosangela Alves Coelho, de conformidade com a Lei nº 126, de 14 de outubro de 1993.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 12 de abril de 2017.

FÁBIO COELHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos doze dias do mês de abril do ano de dois mil e dezessete.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº103/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº103/2016 – Pregão Presencial 41/2016 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa METROMED COM. DE MAT. MÉDICO HOSPITALAR LTDA. OBJETO: Aquisição de materiais de consumo, permanente e uso duradouro de enfermagem, medicamento, Microchips de identificação Animal e materiais diversos, para suprir as necessidades das Unidades da rede municipal de saúde, UPA, Farmácias Básicas, Bem Estar Animal, Samu e Corpo de Bombeiros.

DATA: 19/07/2016 à 18/07/2017.

Nome da Empresa: METROMED COM. DE MAT. MÉDICO HOSPITALAR LTDA. CNPJ: 83.157.032/0001-22					
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Kit para macronebulização infantil contendo máscara facial em silicone transparente com presilha para fixação na cabeça, com frasco polipropileno graduado de 0 a 500ml, nebulizador com tampa e corpo, haste com rosca, para saída de fluxômetro e adaptável a circuitos de respiradores, traqueia de PVC, registrado na anvisa, contendo procedência, lote e fabricação/validade.					
9	100,00	KIT	DARU / PLUS	R\$7,5000	R\$750,0000
Especificação: Kit para macronebulização adulto contendo máscara facial em silicone transparente com presilha para fixação na cabeça, com frasco polipropileno graduado de 0 a 500ml, nebulizador com tampa e corpo, haste com rosca, para saída de fluxômetro e adaptável a circuitos de respiradores, traqueia de PVC, registrado na anvisa, contendo procedência, lote e fabricação/validade.					
10	100,00	KIT	DARU / PLUS	R\$7,5000	R\$750,0000

Especificação: Caixa cirúrgica com no mínimo 32 itens, caixa contendo: 1 Caixa de inox 26x12x06 cm; - 1 Cabo de bisturi nº 4; - 10 Lâmina de bisturi para Cabo Nº04; - 1 Par de Afastador Farabeuf; - 1 Pinça anatômica com dente de rato 16 cm; - 1 Pinça anatômica com serrilha 16 cm; - 4 Pinça Backaus 13 cm; - 2 Pinça Allis 15 cm; - 1 Pinça para antisepsia Foester - 2 Pinça Halsted Mosquito reta 12 cm; - 2 Pinça Halsted Mosquito curva 12 cm; - 2 Pinça Kelly reta 16 cm - 2 Pinça Kelly curva 16 cm; - 1 Pinça Rochester Pean reta 18 cm; - 1 Pinça Rochester Pean curva 18 cm - 2 Pinça Kocher reta 16 cm; - 2 Pinça Kocher curva 16 cm; - 1 Tesoura cirúrgica Romba/Romba/Reta 15 cm - 1 Tesoura cirúrgica Fina/Fina/Reta 15 cm ; - 1 Tesoura cirúrgica Romba/Fina/Curva 15 cm; - 1 Tesoura Spencer para retirada de pontos ; - 1 Porta Agulha Mayo Hegar 16 cm. Obs.: O instrumental cirúrgico deverá ser confeccionado em aço inox AISI 420.					
11	2,00	CX	ABC / AÇO INOX	R\$819,0000	R\$1.638,0000
Especificação: Fio de nylon 0 monofilamentos estéril com agulha, com 24 unidades					
17	260,00	CX	PROCARE / NYLON	R\$28,6000	R\$7.436,0000
Especificação: Lanterna clínica de pupila, confeccionada em duro alumínio, com lâmpada de 2,2 volts de alta luminosidade. Acionamento: através do contato do clip no corpo da caneta. Funcionamento com duas pilhas palito. Garantia de 01 ano.					
26	20,00	UN	MD/PENLIGHT	R\$9,2300	R\$184,6000
Especificação: Bolsa Coletora de urina, sistema fechado com capacidade para 2000 ml e escala graduada a cada 100 ml. Características mínimas: Frente transparente com escala de volume impressa de forma legível; parte de trás leitosa; ponto de coleta; pinça ou Clamp no tubo extensor para vedação, e no tubo de saída para desmame; tubo extensor flexível permite a passagem da secreção; tira de deambulação; alça de sustentação rígida dupla "U" para fixação ao leito; válvula anti-refluxo, tipo membrana evita retorno de urina; bolsa coletora em PVC flexível.					
40	40000,00	UN	FARMATEX / SF	R\$2,8000	R\$112.000,0000
Especificação: Sonda uretral nº 12					
41	50000,00	UN	Biosani / Uretral	R\$0,5300	R\$26.500,0000
Especificação: Sonda uretral nº 14					
42	5000,00	UN	Biosani / Uretral	R\$0,5600	R\$2.800,0000
Especificação: Válvula com fluxômetro para cilindro oxigênio, com as seguintes especificações: Válvula reguladora para cilindro c/ 02 saídas, em metal cromado, rosca de entrada universal, manômetro de alta pressão com escala de 0 a 315Kg/Cm2, pressão fixa de 3,5 Kg/Cm2 e rosca de saída padrão ABNT com válvula de segurança. Fluxômetro corpo de metal cromado, bilha externa e interna em material inquebrável, escala expandida de 0-15 litros por minuto, esfera de inóx, botão de controle de fluxo, sistema de vedação tipo agulha evitando vazamentos; rosca de saída conforme padrão ABNT.					
43	25,00	CJ	Unitec / VD-010	R\$211,0000	R\$5.275,0000
Valor Total		(cento e cinquenta e sete mil, trezentos e trinta e três reais e sessenta centavos)			R\$157.333,60

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº104/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº104/2016 – Pregão Presencial 41/2016 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa CIRURGICAS CERON EQUIP. HOSPITALARES E VETERINÁRIO. OBJETO: Aquisição de materiais de consumo, permanente e uso duradouro de enfermagem, medicamento, Microchips de identificação Animal e materiais diversos, para suprir as necessidades das Unidades da rede municipal de saúde, UPA, Farmácias Básicas, Bem Estar Animal, Samu e Corpo de Bombeiros.

DATA: 19/07/2016 à 18/07/2017.

Nome da Empresa: CIRURGICAS CERON EQUIP. HOSPITALARES E VETERINÁRIO			CNPJ: 18.258.209/0001-15		
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Equipamento para bomba de infusão marca BIOSENSOR modelo BSV 2200 - Equipamento simples, de uso único (descartável); Estéril, atóxico, apirogênico; comprimento aproximado de 1,80m; Constituído por ponta perfurante trifacetada tipo universal; com entrada de ar com filtro e filtro de partículas; Câmara gotejadora flexível. Tubo em PVC translúcido; Injetor lateral autocatratizante em Y, pinça corta fluxo (tipo rolete) e conector luer lock; Com capas protetoras nas extremidades; Embalado individualmente em envelope de papel grau cirúrgico com filme de plástico. Procedência: Nacional - Brasil .Registrado no MS sob o Nº. 10324290036. É utilizado para infusão de líquidos injetáveis em via endovenosa					
13	2000,00	UN	Biosensor / BSV2200	R\$22,0000	R\$44.000,0000
Especificação: Oxímetro de pulso portátil digital, adulto e infantil - Monitor de dedo. Mede e mostra valores confiáveis da SpO2 e da frequência cardíaca. Indicador de pulso. Botão único de ligação para facilitar a operação. Visor Grande de fácil visualização (LED). Compacto, portátil e iluminado. Capacidade das pilhas para uso contínuo de aproximadamente 18 horas. Alimentação através de duas pilhas alcalinas "AAA". Dispositivo desliga automaticamente após 8 segundos sem atividade. Utiliza 2 pilhas AAA. Inclui cordão para o pescoço. Peso: 37g (excluindo as pilhas) Faixa de Medição Saturação: 35% - 100%. Precisão da SpO2: 70% - 99% com desvio de $\pm 2\%$, Faixa de Medição Pulso: 30-250 bpm. Pulsação: 30 - 250 bpm com desvio de ± 3 bpm. Atualização de dados: menos de 2 segundos - Média: 4 para SpO2; 8 para Pulsação. Parâmetros: SpO2 e Pulso. Com barra Gráfica e indicador de carga baixa.					
27	20,00	UN	Choice/MD300C11	R\$220,0000	R\$4.400,0000
Especificação: Esfigmomanômetro adulto, com fechamento em metal, adulto, insuflação de ar mecânica eficiente, deflação mecânica, manômetro de alta precisão e tecnologia, manguito com pera em látex de qualidade superior; braçadeira em nylon (ou algodão). Aparelho aprovado pelo INMETRO com certificação de aferição individual. Garantia de calibração por 5 anos através do manual registrado na ANVISA. Deve acompanhar 1 braçadeira adulta completa, 1 válvula e 1 pera. Atende as normas da AAMI de resistência a impactos.					
28	20,00	UN	Dyassiti / Suíço Adulto	R\$195,0000	R\$3.900,0000

Especificação: Oxímetro de pulso, portátil, com curva: para neonatal/pediátrico e adulto com no máximo 300g sem pilhas com 4 pilhas recarregáveis no próprio equipamento (sem a necessidade de remoção destas para recarga) através de fonte externa com duração mínima de 50 horas em modo econômico, tela de Lcd (Cristal líquido), com capa protetora, Spo2 de 0%-100%, frequência de pulso de 30 - 254 Bpm, com onda Pletismográfica com ajuste automático e gráfico de barras, frequência cardíaca e sistema de alarme para Spo2/Fp, e alarme para sensor desconectado audível e visual, apresentar tendências de 24 horas. Possibilidade de ajuste de alarmes para frequência de pulso e saturação de oxigênio mínimas e máximas. Acompanhado com sensor tipo clip adulto e sensor infantil. Certificado de conformidade Inmetro o equipamento deve acompanhar manual técnico e de operação, em português, garantia mínima de 1 (um) ano.

30	2,00	UN	General Meditech/G1B	R\$1.000,0000	R\$2.000,0000
Especificação: Autoclave horizontal 60 litros. Câmaras de esterilização em aço inoxidável, painel digital LCD, com teclado de membrana para o controle de parâmetros dos ciclos, com mensagens visuais e sonoras, controle do ciclo automático através de microprocessador eletrônico, ciclos programáveis, fecho da tampa de triplo estágio e porta com construção dupla totalmente em aço carbono e aço inox laminados, secagem programável do material, com opção de ciclos extras, guarnição em silicone vulcanizado fixada na câmara de esterilização, atuação descontínua da resistência durante o ciclo para menor consumo de energia elétrica, utiliza água limpa a cada ciclo para melhor qualidade de vapor, diversos sistemas de segurança automáticos, com mensagens de erro visuais e sonoras, produto resistente, de fácil instalação, operação e manutenção, despressurização e desligamento automático ao final do ciclo, tubulação interna em cobre para alta pressão, gabinete em aço reforçado, com pintura eletrostática externa e internamente, possui reservatório interno de água, filtros, coletor de fácil acesso, entrada exclusiva para validação, despressurização automática, sensor de porta aberta com indicação no painel, controle de temperatura, secagem eficiente com opção de procedimento de porta fechada, painel digital de LCD Onled com indicações das funções, chave geral no painel, funcionamento totalmente automático, desde a entrada de água até o momento de retirar o material esterilizado, 2 bandejas de aço inoxidável / alumínio, perfuradas. Produto aprovado e registrado no Ministério da Saúde/ Anvisa . GARANTIA: 1 ANO.					
31	10,00	UN	Stermax / Adt 60	R\$5.300,0000	R\$53.000,0000
Valor Total		(cento e sete mil e trezentos reais)			R\$107.300,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº105/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº105/2016 – Pregão Presencial 41/2016 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA. OBJETO: Aquisição de materiais de consumo, permanente e uso duradouro de enfermagem, medicamento, Microchips de identificação Animal e materiais diversos, para suprir as necessidades das Unidades da rede municipal de saúde, UPA, Farmácias Básicas, Bem Estar Animal, Samu e Corpo de Bombeiros.

DATA: 19/07/2016 à 18/07/2017.

Nome da Empresa: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA			CNPJ: 00.802.002/0001-02		
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Máscara Laringea em silicone nº 1,0 em silicone, atóxico, flexível, com coxim inflável, descartável, código de cores no balão piloto, com indicação do peso do paciente e volume de insuflagem do coxim gravados no tubo da máscara, estéril, isenta de látex, reforço em espiral minimiza esmagamento, resistente à torção ou dobras, com barras que protegem a obstrução acidental da epiglote, engate rápido para seringas, embalado em material que garanta a integridade do produto, a apresentação do produto deverá obedecer a legislação atual vigente.					
1	50,00	UN	MD/LM 1004s1	R\$52,2000	R\$2.610,0000
Especificação: Máscara Laringea em silicone nº 1,5 em silicone, atóxico, flexível, com coxim inflável, descartável, código de cores no balão piloto, com indicação do peso do paciente e volume de insuflagem do coxim gravados no tubo da máscara, estéril, isenta de látex, reforço em espiral minimiza esmagamento, resistente à torção ou dobras, com barras que protegem a obstrução acidental da epiglote, engate rápido para seringas, embalado em material que garanta a integridade do produto, a apresentação do produto deverá obedecer a legislação atual vigente.					
2	50,00	UN	MD	R\$52,2000	R\$2.610,0000
Especificação: Máscara Laringea em silicone nº 2,0 em silicone, atóxico, flexível, com coxim inflável, descartável, código de cores no balão piloto, com indicação do peso do paciente e volume de insuflagem do coxim gravados no tubo da máscara, estéril, isenta de látex, reforço em espiral minimiza esmagamento, resistente à torção ou dobras, com barras que protegem a obstrução acidental da epiglote, engate rápido para seringas, embalado em material que garanta a integridade do produto, a apresentação do produto deverá obedecer a legislação atual vigente.					
3	50,00	UN	MD	R\$52,2000	R\$2.610,0000
Especificação: Máscara Laringea em silicone nº 2,5 em silicone, atóxico, flexível, com coxim inflável, descartável, código de cores no balão piloto, com indicação do peso do paciente e volume de insuflagem do coxim gravados no tubo da máscara, estéril, isenta de látex, reforço em espiral minimiza esmagamento, resistente à torção ou dobras, com barras que protegem a obstrução acidental da epiglote, engate rápido para seringas, embalado em material que garanta a integridade do produto, a apresentação do produto deverá obedecer a legislação atual vigente.					
4	50,00	UN	MD	R\$50,0000	R\$2.500,0000
Especificação: Máscara Laringea em silicone nº 3,0 em silicone, atóxico, flexível, com coxim inflável, descartável, código de cores no balão piloto, com indicação do peso do paciente e volume de insuflagem do coxim gravados no tubo da máscara, estéril, isenta de látex, reforço em espiral minimiza esmagamento, resistente à torção ou dobras, com barras que protegem a obstrução acidental da epiglote, engate rápido para seringas, embalado em material que garanta a integridade do produto, a apresentação do produto deverá obedecer a legislação atual vigente.					
5	50,00	UN	MD	R\$50,0000	R\$2.500,0000
Especificação: Máscara Laringea em silicone nº 4,0 em silicone, atóxico, flexível, com coxim inflável, descartável, código de cores no balão piloto, com indicação do peso do paciente e volume de insuflagem do coxim gravados no tubo da máscara, estéril, isenta de látex, reforço em espiral minimiza esmagamento, resistente à torção ou dobras, com barras que protegem a obstrução acidental da epiglote, engate rápido para seringas, embalado em material que garanta a integridade do produto, a apresentação do produto deverá obedecer a legislação atual vigente.					
7	50,00	UN	MD	R\$50,0000	R\$2.500,0000

Especificação: Máscara Laringea em silicone nº 5,0 em silicone, atóxico, flexível, com coxim inflável, descartável, código de cores no balão piloto, com indicação do peso do paciente e volume de insuflagem do coxim gravados no tubo da máscara, estéril, isenta de látex, reforço em espiral minimiza esmagamento, resistente à torção ou dobras, com barras que protegem a obstrução acidental da epiglote, engate rápido para seringas, embalado em material que garanta a integridade do produto, a apresentação do produto deverá obedecer a legislação atual vigente.					
8	50,00	UN	MD	R\$50,0000	R\$2.500,0000
Especificação: Solução de ringer com lactato, sistema fechado com 500 ml. Acondicionado em bolsa plástica flexível e transparente, com escala graduada impressa na bolsa. Devem conter dois sítios, um auto vedável para adição de soluções no interior da bolsa e o outro protegido por membrana e lacre de esterilidade. A embalagem deve trazer externamente os dados de identificação e procedência, número do lote, data de fabricação e validade. Apresentar registro no ministério da saúde.					
14	100,00	UN	Segmenta Eurofarma/SPGV Seg	R\$2,9600	R\$296,0000
Especificação: Manitol 20%, sistema fechado com 250 ml. Acondicionado em frasco flexível e transparente, com escala graduada impressa no frasco. Devem conter dois sítios, um auto vedável e o outro protegido por membrana e lacre de esterilidade. A embalagem deve trazer externamente os dados de identificação e procedência, número do lote, data de fabricação e validade.					
15	100,00	UN	SANOBIOL	R\$5,2800	R\$528,0000
Especificação: KED adulto, dispositivo utilizado em conjunto com o colar cervical. Colete confeccionado em nylon 420 lavável, totalmente estruturado, em sua parte interna, em tacos de madeira maciça em rádio transparentes, que fornecem sustentação e imobilização ao corpo da vítima, nas extremidades laterais (dobráveis), 3 tirantes do tipo engate rápido, confeccionado em nylon de aproximadamente 50 mm de largura com engates rápidos em nylon e em 3 cores diferentes, almofada retangular e duas fitas para a fixação da cabeça da vítima, pegador de mão com mangueira em seu interior, protetor de queixo e de testa, com uma almofada com espuma de 30 mm de espessura, permitindo a imobilização da cabeça, pescoço e tronco da vítima (coluna vertebral), possuir resistência para imobilização e transporte de até 165 Kg, com bolsa de transporte que acompanha o ked. Bolsa produzida em nylon 420 revestida com nylon 70, parte interna revestida com isomanta, acabamento interno em viés, com alça de transporte feito do mesmo material da bolsa, com logo da cruz da vida, com zíper 10, 2 cursores de abertura, costuras duplas, uso de travete para melhor reforço de cada lugar de maior impacto.					
19	2,00	UN	RESGATE SP	R\$206,0000	R\$412,0000
Especificação: KED infantil, dispositivo utilizado em conjunto com o colar cervical. Colete confeccionado em nylon 420 lavável, totalmente estruturado, em sua parte interna, em tacos de madeira maciça em rádio transparentes, que fornecem sustentação e imobilização ao corpo da vítima, nas extremidades laterais (dobráveis), 3 tirantes do tipo engate rápido, confeccionado em nylon de aproximadamente 50 mm de largura com engates rápidos em nylon e em 3 cores diferentes, almofada retangular e duas fitas para a fixação da cabeça da vítima, pegador de mão com mangueira em seu interior, protetor de queixo e de testa, com uma almofada com espuma de 30 mm de espessura, permitindo a imobilização da cabeça, pescoço e tronco da vítima (coluna vertebral), possuir resistência para imobilização e transporte de até 165 Kg, com bolsa de transporte que acompanha o ked. Bolsa produzida em nylon 420 revestida com nylon 70, parte interna revestida com isomanta, acabamento interno em viés, com alça de transporte feito do mesmo material da bolsa, com logo da cruz da vida, com zíper 10, 2 cursores de abertura, costuras duplas, uso de travete para melhor reforço de cada lugar de maior impacto.					
20	2,00	UN	RESGATE SP	R\$206,0000	R\$412,0000
Especificação: Manta térmica alumizada, confeccionada em polietileno aluminizado, com aproximadamente 23 à 27 microns, indicada para resgate de emergência, não deformável, isolante térmico de baixo peso, resistente ao atrito com o solo, mantém o calor interno e reflete o calor externo, tamanho aproximado 2,10x1,40cm.					
23	500,00	UN	RESGATE SP	R\$5,8600	R\$2.930,0000
Especificação: Válvula redutora de pressão de cilindro, 1 manômetro com fluxômetro CB.LG., para oxigênio medicinal, escala de pressão do manômetro: 0 à 31,5 mpa (0 à 315Kgf/cm²); Corpo em latão cromado; Conexões de entrada e saída em latão cromado; Saída do gás calibrado: 3,5 + 0,3Kgf/cm²; Conexões de entrada e saída conforme normas ABNT.					
24	20,00	UN	Unitec/VF 010	R\$206,0000	R\$4.120,0000
Especificação: Coletor De Urina Sistema Aberto 1200ml, frasco coletor em PVC translúcido, com capacidade para 1200ml e escala graduada, com Conector para sonda uretro-vesicais, pinça corta fluxo, tubo extensor, cordel para sustentação ao leito e deambulação do paciente. Apresentar data de validade.					
45	20000,00	UN	MEDSONDA	R\$2,8500	R\$57.000,0000
Valor Total		(oitenta e três mil e quinhentos e vinte e oito reais)			R\$83.528,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº106/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº106/2016 – Pregão Presencial 41/2016 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa STRA COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA EPP. OBJETO: Aquisição de materiais de consumo, permanente e uso duradouro de enfermagem, medicamento, Microchips de identificação Animal e materiais diversos, para suprir as necessidades das Unidades da rede municipal de saúde, UPA, Farmácias Básicas, Bem Estar Animal, Samu e Corpo de Bombeiros.

DATA: 19/07/2016 à 18/07/2017.

Nome da Empresa: STRA COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA EPP			CNPJ: 11.388.997/0001-15		
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Agulha hipodérmica descartável 20x5,5 caixa com 100 unidades. Características mínimas: cânula em aço inox com bisel, trifacetado e siliconizado; canhão que permite acoplamento a seringa; capa protetora; capa e canhão de polímeros atóxicos; esterilizada; embaladas individualmente.					
12	1000,00	CX	NIPRO	R\$5,3000	R\$5.300,0000
Especificação: Fio de nylon 2-0 monofilamentoso estéril com agulha, com 24 unidades					

16	280,00	CX	PROCARE	R\$28,5000	R\$7.980,0000
Especificação: Tala de tração de fêmur adulto/infantil. Confeccionado em tubo de alumínio, com alta resistência para tração e sistema de regulagem para comprimento das pernas, com 4 correias e fecho em velcro. Com tirante em material tipo cinto de segurança, bem como carretilha em alumínio com mola de aço e catraca para a tração ser efetuada mosquetão em alumínio com mola em aço. Pode-se adaptar na prancha de madeira ou plástico para melhor utilização. Peso Máximo de 3,859KG, tamanho aproximado, comprimento 1,20 M e mínimo 0,70cm (altura) e 17,5 (largura). Confeccionada 100% em poliamida nylon 600 com repartição para colar cervical alça de Mão para transporte contendo 3 bolsinhas para guardas os tirantes de adulto ou infantil se não for necessário.					
21	2,00	UN	Marimar ref. FP 6221/6221i	R\$708,7500	R\$1.417,5000
Especificação: Termômetro clínico digital: visor digital de fácil visualização bateria de longa duração Beep sonoro que indica o final da edição indicador de bateria baixa Memória para a ultima medição Sensor resistente a água.					
25	20,00	UN	Bioland T104	R\$10,9600	R\$219,2000
Especificação: Estetoscópio adulto, indicado para a ausculta cardio pulmonar, produzido com os materiais nobres, duplo tubo em pvc ligado através de anéis metálicos, fone biauricular em cobre cromado, tubo rotatório central em cobre cromado câmara de som em liga de alumínio, diafragmas de alta sensibilidade, auscultador duplo para ausculta, par de olivas rosqueavel em três tamanhos. Garantia de no mínimo 1 ano. Componentes da embalagem, um par de olivas rosqueavel de silicone, 2 pares de membranas de plástico rígido, anel rosqueador de cobre cromado (infantil, adulto), base rosqueada de cobre cromado que possibilita troca do sino ou diafragma, câmara de som em liga de alumínio, tubo relatório central em cobre cromado. Possui duas saídas para ligação com, tubo duplo de PVC ligado através de anéis metálicos, fone biauricular de cobre cromado, diafragma aberto tamanho pequeno, tamanho médio, tamanho grande (sino prolongador), auscultador.					
29	20,00	UN	Premium Rappaport	R\$32,0000	R\$640,0000
Especificação: Autoclave horizontal 75 litros. Câmara de esterilização em aço inoxidável AISI 304; painel digital em teclado de membrana e controle termodinâmico de temperatura e pressão automático, com acompanhamento através de displays e indicadores luminosos, fecho da tampa de triplo estágio com sistema de restrição de abertura por fuso de encaixe e deslizamento por rolamento axial, sistema de porta com construção dupla totalmente em aço carbono e aço inox laminado, guarnição em silicone vulcanizado fixada na câmara de esterilização, não necessita de tubulação para drenagem de água, utiliza água limpa a cada ciclo para melhor qualidade de vapor, sistemas de segurança que controlam todo o ciclo e previnem falhas de operação e/ou funcionamento, desligamento automático em caso de excesso de temperatura, pressão ou falta de água, desaceleração, saturação, esterilização, secagem e desligamento automático; eficiente secagem do material e opção de ciclos extras, produto resistente, com pintura eletrostática externa e interna, tubulação interna em silicone para alta pressão, gabinete: Aço 1020, pintura externa/interna eletrostática, dispositivo de segurança: 16, 02 bandejas internas, de alumínio, ciclo de secagem: de série. REGISTRO Anvisa e Ministério da Saúde.					
32	20,00	UN	Stermax Extra 75ASE220	R\$6.100,0000	R\$122.000,0000
Valor Total		(cento e trinta e sete mil, quinhentos e cinquenta e seis reais e setenta centavos)			R\$137.556,70

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº107/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº107/2016 – Pregão Presencial 41/2016 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa CONNEXION EXPORT – IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MÓVEIS LTDA. OBJETO: Aquisição de materiais de consumo, permanente e uso duradouro de enfermagem, medicamento, Microchips de identificação Animal e materiais diversos, para suprir as necessidades das Unidades da rede municipal de saúde, UPA, Farmácias Básicas, Bem Estar Animal, Samu e Corpo de Bombeiros.

DATA: 19/07/2016 à 18/07/2017.

Nome da Empresa: CONNEXION EXPORT - IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MÓVEIS LTDA			CNPJ: 05.427.915/0001-00		
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Microchip, agulha e aplicador montados, esterilizados e embalados individualmente. Com frequência de operação 134,2 kHz.					
18	1450,00	UN	Rastrofid/MCHP	R\$15,0000	R\$21.750,0000
Valor Total		(vinte e um mil e setecentos e cinquenta reais)			R\$21.750,00

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 014/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA.

TERMO ADITIVO N.º 014/2017, DÉCIMO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º039/2011– PARTES: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a pessoa jurídica INOVADORA SISTEMAS DE GESTÃO LTDA. OBJETO: – Fica prorrogado até 30 de abril de 2017 o prazo contratual anunciado na Cláusula Oitava do Contrato de Prestação de Serviços nº 039/2011.

DATA: 28/03/2017.

Palma Sola

PREFEITURA

DECRETO 029/2017

Decreto n. 029, de 12 de abril de 2017.

Cria Equipe Técnica para Diagnóstico e Simulação de Propostas a ser Apresentado para Equipe de Elaboração de Proposta de Reestruturação do Plano de Cargos e Salários.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e nos termos dos incisos V e XXV do artigo 73 da Lei orgânica Municipal, Considerando a Meta 18 da Lei Federal 13.005 de 25 de junho de 2014, que institui: "assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de Carreira para os (as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos (as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal" e a Meta 15, 15.1, 15.6, da Lei 1899 de 16 de junho de 2015 (Plano Municipal de Educação); e considerando a necessidade de reestruturação do Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, Lei 1.207 de 23 de junho de 1998, para os servidores públicos da educação básica da Secretaria de Educação do Município de Palma Sola, ensejando assim, ao servidor efetivo a progressão na carreira;

Decreta:

Art. 1º. Nomeia a Equipe Técnica que fará o diagnóstico para apresentar à Comissão Coordenadora de Estudos do Plano de Cargos e Salários dos Servidores do Magistério da Secretaria de Educação do Município de Palma Sola, a qual competirá realizar todos os levantamentos necessários para elaboração do diagnóstico situacional e simulação de proposta de reestruturação do plano de carreira dos servidores da educação básica da Secretaria de Educação do município de Palma Sola.

Art. 2º. A Equipe Técnica de que trata o artigo 1º deste Decreto, fica assim constituída:

1. Representante da Secretaria Municipal de Educação;
Marli Isabel Werlang – RG nº 4016763 / CPF nº 024649649-56
2. Professora Representante das Escolas Municipais ou do Conselho Municipal;
Gilmara Teresa Pedó - RG nº 2205733 / CPF nº 016172319-59
3. Professora Representante dos Diretores/Gestores Escolares;
Loreni Ana Brasso Benetti – RG nº 1852481 / CPF nº 669574359-20
4. Representante da Secretaria Municipal de Administração;
Carla Roberta Schwantes Hachmann RG 2.632.105 / CPF 898139019-34

Art. 3º. A Equipe Técnica deverá participar de formação específica disponibilizada pelo MEC através da SASE/DIVAPE para o uso de planilhas e diagnóstico e sistema de simulação de plano de Carreira.

Art. 4º. O prazo para a Equipe Técnica apresentar a conclusão de seus trabalhos, será fixado pela comissão coordenadora;

Parágrafo único. O prazo previsto neste artigo poderá ser prorrogado a critério da comissão coordenadora.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor, na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 12 de abril de 2017.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento

DECRETO 030/2017

Decreto n. 030, de 12 de abril de 2017.

Nomeia Comissão Para Elaboração de Proposta de Reestruturação do Plano de Cargos e Salários.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e nos termos dos incisos V e XXV do artigo 73 da Lei orgânica Municipal e considerando a meta 18 da Lei 13.005 de 25 de junho de 2014, que institui: "assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de Carreira para os (as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos (as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal" e a Meta 15, 15.1, 15.6, da Lei 1899 de 16 de junho de 2015 (Plano Municipal de Educação); e considerando a necessidade de reestruturação do Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, Lei 1.207 de 23 de junho de 1998, para os servidores públicos da educação básica da Secretaria de Educação do Município de Palma Sola, ensejando assim, ao servidor efetivo a progressão na carreira;

Decreta:

Art.1º. Nomeia, a Comissão Coordenadora de Estudos da Reestruturação do Plano de Cargos e Salários dos Servidores do Magistério da Secretaria de Educação do Município de Palma Sola, a qual competirá realizar todos os levantamentos, estudos, reuniões e audiências, para apresentação ao Prefeito Municipal, de proposta de reestruturação do plano de carreira dos servidores da educação básica da Secretaria de Educação do Município de Palma Sola.

Art. 2º - A Comissão de que trata o artigo 1º deste Decreto fica assim constituída:

1. Dirigente Municipal de Educação;
Rosalina de Lara Vagas – RG nº 1850134-6 / CPF nº 572527859 - 04
2. Professora Representante dos Diretores/Gestores Escolares;
Gilmara Teresa Pedó - RG nº 2205733 / CPF nº 016172319-59
3. Professora Representante das Escolas Municipais ou do Conselho Municipal de Educação;
Marli Isabel Werlang – RG nº 4016763 / CPF nº 024649649-56

4. Representante da Secretaria Municipal de Educação;
Loreni Ana Brasso Benetti – RG nº 1852481 / CPF nº 669574359-20

5. Representante da Secretaria Municipal de Administração e Finanças;
Plínio Alberto de Lara – RG nº 3401338 / CPF nº 034593029-09

6. Representante da Câmara Municipal de Vereadores;
Rodrigo Calegari – RG nº 3816344 / CPF nº 038762519-40

7. Representante da Secretaria do Planejamento;
Elizete Terezinha Vissoto – RG nº 1850574 / CPF nº 526149139-87

8. Representante do Sindicato;
Adriane Danelli de Mello – RG nº 3746938-0 / CPF nº 034082209-05

Art. 3º. A Comissão deverá contar com um Presidente e um Secretário, a serem designados na primeira reunião dessa comissão, dentre os membros indicados pelos respectivos órgãos.

Art. 4º. O prazo para a Comissão apresentar a conclusão de seus trabalhos, ou seja, a proposta de plano de carreira é de cento e vinte (120) dias, contados a partir da publicação do presente Decreto.

Parágrafo único. O prazo previsto neste artigo poderá ser prorrogado a critério da Administração Municipal.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor, na data de sua publicação.

Art. 6º. Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 12 de abril de 2017.
Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento

DECRETO 031/2017

DECRETO Nº 031 DE 17 DE ABRIL DE 2017

HOMOLOGA AS INSCRIÇÕES (APÓS OS RECURSOS) DO PROCESSO SELETIVO EDITAL 001/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLEOMAR JOSÉ MANTELLI, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com supervisão da Comissão Nomeada pelo Decreto nº 023 de 15 de Março de 2017,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam homologadas as inscrições (Após os recursos) abaixo relacionadas, referentes ao Processo Seletivo Edital n.º 001/2017.

Agente Comunitário de Saúde (ESF II – Micro Área 11) Abrangência: Linha Brasil.			
Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	18	Carine Szymkowiak	HOMOLOGADA
2	219	Ediana Da Rosa	HOMOLOGADA
3	113	Juliano Da Silva	HOMOLOGADA
4	49	Lucimara Dalla Rizzarda	HOMOLOGADA
5	31	Marciane Triches	HOMOLOGADA
6	39	Taynara De Souza	HOMOLOGADA
7	51	Vanessa Dalla Rizzarda	HOMOLOGADA
Agente de Endemias			
Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	86	Adriana Antunes	HOMOLOGADA
2	204	Adriana Filippi Ferreira	HOMOLOGADA
3	190	Adriana Salete Ziliotto	HOMOLOGADA
4	187	Ana Claudia Facin Rodrigues De Freitas	HOMOLOGADA
5	246	Bianca Moresco	HOMOLOGADA
6	83	Carla Cristina Sampaio	HOMOLOGADA
7	127	Claudinara Da Silva	HOMOLOGADA
8	174	Cristiane Wagner De Souza	HOMOLOGADA
9	97	Daniela Zimmermann Marques	HOMOLOGADA
10	154	Danieli Langner	HOMOLOGADA
11	227	Danrlei Moises Alves	HOMOLOGADA
12	164	Débora Freddi	HOMOLOGADA

13	135	Edivan João Zaionc	HOMOLOGADA
14	132	Edson Pauletti	HOMOLOGADA
15	162	Eduardo Goffi	HOMOLOGADA
16	223	Elizandra Da Silva De Souza	HOMOLOGADA
17	87	Evania Aparecida Antonietti Kuhn	HOMOLOGADA
18	62	Karoline Franz	HOMOLOGADA
19	191	Lucimar Biazus	HOMOLOGADA
20	70	Marcelo Santa Catarina	HOMOLOGADA
21	202	Mario Antonio Jabornik	HOMOLOGADA
22	247	Michelli Moresco	HOMOLOGADA
23	236	Renan Luis Locatelli	HOMOLOGADA
24	251	Rodrigo Cibulski	HOMOLOGADA
25	221	Roger Antonio Da Costa Paludo	HOMOLOGADA
26	95	Roseli Da Silva	HOMOLOGADA
27	213	Samuel Da Silva	HOMOLOGADA
28	233	Suelen Riviera	HOMOLOGADA
29	76	Tais Aparecida Alves Da Luz	HOMOLOGADA
30	231	Vanderleia Teixeira Da Silva	HOMOLOGADA

Auxiliar de Serviços Gerais

Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	74	Adriana Aparecida De Souza Silvestre	HOMOLOGADA
2	16	Adriana Ferraz Policeno.	HOMOLOGADA
3	75	Ana Deonilse Gandolfi	HOMOLOGADA
4	168	Anderson Pereira Dos Santos	HOMOLOGADA
5	119	Andrea Monteiro Dos Santos	HOMOLOGADA
6	50	Angela Maria Hansen	HOMOLOGADA
7	42	Animari Aparecida Nunes	HOMOLOGADA
8	140	Brenda Rubian Miorando	HOMOLOGADA
9	248	Camila Ferronato Civa	HOMOLOGADA
10	241	Cleoni De Souza Weimer	HOMOLOGADA
11	144	Cleoni Rodrigues De Lara	HOMOLOGADA
12	28	Cleonice De Oliveira	HOMOLOGADA
13	40	Daiane Zimmermann Marques Appelt	HOMOLOGADA
14	218	Deiva Silveira	HOMOLOGADA
15	111	Denir Ferraz	HOMOLOGADA
16	205	Ederson Pereira Dos Santos	HOMOLOGADA
17	147	Edina Francieli Bastos	HOMOLOGADA
18	160	Elice Pauletti Lacerda	HOMOLOGADA
19	11	Gilmar José Valentini	HOMOLOGADA
20	214	Gisele Elaine Mantelli	HOMOLOGADA
21	216	Givanildo Carraro	HOMOLOGADA
22	169	Iliane Elisa Lunkes	HOMOLOGADA
23	152	Ivani Sandra Seib	HOMOLOGADA
24	12	Ivanir De Fatima Quevedes Dos Santos	HOMOLOGADA
25	153	Ivete Borges	HOMOLOGADA
26	29	Janete Sevald Disner	HOMOLOGADA
27	195	Jurema Dos Santos	HOMOLOGADA

28	185	Keliane Perini Festinalli	HOMOLOGADA
29	172	Lauriana Pinto Ribeiro	HOMOLOGADA
30	199	Lidia Graciosa Dias	HOMOLOGADA
31	126	Luana Pedroso Dos Santos Soare	HOMOLOGADA
32	60	Lurdes Antunes Ramos	HOMOLOGADA
33	142	Maiara Ferreira Nunes	HOMOLOGADA
34	52	Maria Aparecida Gomes De Oliveira	HOMOLOGADA
35	69	Maria Lucia Santa Catarina	HOMOLOGADA
36	13	Mariane Dautielli Nunes	HOMOLOGADA
37	209	Marinalva Gomes Dos Reis	HOMOLOGADA
38	6	Marines Dapper Correa	HOMOLOGADA
39	38	Mariza Dos Santos Soares	HOMOLOGADA
40	235	Micheli Dal Ponte	HOMOLOGADA
41	81	Mirian Alicia De Oliveira	HOMOLOGADA
42	46	Nerli Pauletti Schuk	HOMOLOGADA
43	121	Ortenila De Lima	HOMOLOGADA
44	27	Patricia Gomes	HOMOLOGADA
45	179	Raquel Back	HOMOLOGADA
46	145	Rosemar Leite	HOMOLOGADA
47	125	Rovani Kelli Dias Wagner	HOMOLOGADA
48	139	Sheila Back	HOMOLOGADA
49	215	Silvia Regina Rodrigues Civa	HOMOLOGADA
50	138	Susana Chiarello	HOMOLOGADA
51	242	Tailaina Carneiro Luft	HOMOLOGADA
52	79	Terezinha De Araujo Riboli	HOMOLOGADA
53	189	Thalia De Abreu	HOMOLOGADA

Enfermeiro

Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	23	Ana Paula Belon De Oliveira	HOMOLOGADA
2	7	Ana Paula Huppes	HOMOLOGADA
3	134	Daiane Zatti Contini	HOMOLOGADA
4	146	Fabiane Storck	HOMOLOGADA
5	14	Michely Carla Tremea	HOMOLOGADA
6	237	Miriane Pereira Drews	HOMOLOGADA
7	10	Nelson Brandt	HOMOLOGADA
8	8	Sahra Regina Da Silva	HOMOLOGADA

Gari

Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	110	Jandira Loureiro Da Silva	HOMOLOGADA
2	137	Leoni Ferreira Nunes	HOMOLOGADA
3	217	Terezinha Alexandre	HOMOLOGADA
4	198	Vera Lucia Dos Santos	HOMOLOGADA

Motorista Cat. "C"

Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	122	Alexandre Leopoldino	HOMOLOGADA

2	128	Cesar Ferraz Da Rosa	HOMOLOGADA
3	196	Cristiano Giotti	HOMOLOGADA
4	118	Givanildo Dal Bello	HOMOLOGADA
5	170	Jair José De Oliveira	HOMOLOGADA
6	230	Juliano Bandeira Soero	HOMOLOGADA
7	141	Luiz Mendonça Borges	HOMOLOGADA
8	208	Silvenio Alexandre Magalhães	HOMOLOGADA
9	115	Valdecir Antonio Rano	HOMOLOGADA
10	239	Willian Peliser	HOMOLOGADA

Operador de Máquinas Cat. "C"

Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	232	Altair Francisco Vogt	HOMOLOGADA
2	173	Claudiomar Martins	HOMOLOGADA
3	163	Emerson Orlandini	HOMOLOGADA
4	64	Jorge Quadros Da Silva	HOMOLOGADA
5	41	Marcos Severgnini	HOMOLOGADA

Operador de Trator Agrícola Cat. "C"

Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	222	Osvaldir Rossoni	HOMOLOGADA
2	171	Paulo Sergio Baldissera	HOMOLOGADA

Professor com Licenciatura Plena em Pedagogia | Educação Infantil (Habilitado)

Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	229	Alice Valente Da Silva	HOMOLOGADA
2	63	Ana Paola Sevald	HOMOLOGADA
3	104	Cilene Zeferino	HOMOLOGADA
4	150	Claudete Maria Schein	HOMOLOGADA
5	58	Cledir Salete Pissaia	HOMOLOGADA
6	57	Diane Lorencetti	HOMOLOGADA
7	92	Elaine Antonietti Da Paixão	HOMOLOGADA
8	68	Evandra Tamara Dos Santos	HOMOLOGADA
9	65	Fernanda De Oliveira	HOMOLOGADA
10	90	Giceli Triches	HOMOLOGADA
11	129	Glecia Mara Tomazeli	HOMOLOGADA
12	114	Ilga Terezinha Adler	HOMOLOGADA
13	55	Irisan Jose De Moura	HOMOLOGADA
14	212	Iva Terezinha De Primo Pauletti	HOMOLOGADA
15	26	Jaqueline Delevatti	HOMOLOGADA
16	94	Juliana Miorando	HOMOLOGADA
17	136	Laidés De Lara	HOMOLOGADA
18	73	Leidiane Andressa Baginski	HOMOLOGADA
19	156	Lucelene Inês Schmidt Dorneles	HOMOLOGADA
20	253	Lucélia De Souza	HOMOLOGADA
21	35	Lucia Maria Strapasson Tartaro	HOMOLOGADA
22	180	Maria Janice P Holz	HOMOLOGADA
23	123	Maria Lucia Melo Dos Santos	HOMOLOGADA

24	178	Marieli Lawisch	HOMOLOGADA
25	158	Marizete Venson Sandri	HOMOLOGADA
26	66	Micheli Daponte	HOMOLOGADA
27	149	Mirlaine Capellari	HOMOLOGADA
28	71	Nadiesca Da Silva Lacerda	HOMOLOGADA
29	197	Noema Galvao De Lima De Oliveira	HOMOLOGADA
30	85	Rafaela Carla Todescatto	HOMOLOGADA
31	117	Rosana Pauletti	HOMOLOGADA
32	143	Rosane De Souza Pereira Dalavale	HOMOLOGADA
33	108	Rosângela Paetzold	HOMOLOGADA
34	161	Rosilde Melania Perin Frigo	HOMOLOGADA
35	25	Talita Da Silva Pauletti	HOMOLOGADA

Professor com Licenciatura Plena em Pedagogia | Ensino Fundamental - Séries Iniciais (Habilitado)

Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	89	Angela Rovani Ribeiro Cirino	HOMOLOGADA
2	186	Carmen Lucia Da Silva	HOMOLOGADA
3	88	Claudia Dos Santos	HOMOLOGADA
4	184	Danita Lucia Comunello Krein	HOMOLOGADA
5	175	Debora Kuhn Da Silva	HOMOLOGADA
6	206	Elair Maria Coconcelli Magalhães	HOMOLOGADA
7	224	Elizandra De Fatima Ribeiro	HOMOLOGADA
8	225	Gessica Thais Mignoni	HOMOLOGADA
9	72	Jesiel Antunes Fagundes	HOMOLOGADA
10	103	Juliana Rodrigues Do Prado Wille	HOMOLOGADA
11	159	Monica Cristina Figueiró Zanatta	HOMOLOGADA
12	183	Simone Regina Zanatta	HOMOLOGADA

Professor de Educação Física (Habilitado)

Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	182	Alexandra Paula Simon Klein De Mattos	HOMOLOGADA
2	193	Alexsandro Cezar Pedroso	HOMOLOGADA
3	61	Camila Da Silva	HOMOLOGADA
4	24	Claudia Donde	HOMOLOGADA
5	84	Edilaine Carniel	HOMOLOGADA
6	43	Flavio Xavier	HOMOLOGADA
7	210	Giovana Leticia Goetz	HOMOLOGADA
8	67	Gustavo Andrioli	HOMOLOGADA
9	157	Vanusa Pauletti	HOMOLOGADA

Professor de Inglês (Habilitado)

Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	109	Simone Fávero	HOMOLOGADA
2	211	Wilian Limana	HOMOLOGADA

Psicólogo

Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	78	Alessandra Ludwig	HOMOLOGADA

2	120	Carine Bruneto	HOMOLOGADA
3	91	Carolina Kist	HOMOLOGADA
4	21	Caroline Gomes Petry	HOMOLOGADA
5	102	Cristina Toillier	HOMOLOGADA
6	34	Daiana Denize Nicloti	HOMOLOGADA
7	243	Danuza Lapazini	HOMOLOGADA
8	238	Edilamar Placido Dos Santos Belle	HOMOLOGADA
9	228	Emanuelly Francisco Bahu	HOMOLOGADA
10	5	Giana Carla Scaratti	HOMOLOGADA
11	252	Jussara Consoladora Colle	HOMOLOGADA
12	166	Keli Cristina Barth	HOMOLOGADA
13	33	Luciana Ksteski	HOMOLOGADA
14	112	Silvana Fátima Ongarato	HOMOLOGADA
15	220	Tagley Cristina Moras	HOMOLOGADA

Técnico em Enfermagem

Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	99	Fatima Gladir Kummer	HOMOLOGADA
2	124	Valdirene Cozer Zanatta	HOMOLOGADA

Art. 2º - Por este instrumento ficam indeferidas, por não atender as instruções contidas no Edital de Processo Seletivo Edital n.º 001/2017, do Poder Executivo Municipal de Palma Sola/SC, as seguintes inscrições:

Agente Comunitário de Saúde (ESF II – Micro Área 11) Abrangência: Linha Brasil.

Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	45	Douglas Ribeiro	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea e), do edital.
2	130	Francielly Kauany Beltrani Slomski	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea e), do edital.

Agente de Endemias

Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	167	Giovana Sandri	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea e), do edital.
2	240	Julia Peliser	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea e), do edital.
3	93	Luana De Fátima Severo	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea e), do edital.

Auxiliar de Serviços Gerais

Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	131	Adriana Rohr Dos Santos	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea e), do edital.
2	100	Clarice Ribeiro	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea e), do edital.
3	48	Cleci Nunes Carvalho	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea e), do edital.
4	203	Clesiane Da Silveira Bueno	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea e), do edital.
5	37	Erno Tesche	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea e), do edital.
6	188	Jocelaine De Lara	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea e), do edital.

7	201	Juliana Dias Rodrigues	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea e), do edital.
8	96	Leoni De Fatima Tavares	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea e), do edital.
9	19	Maykele Do Carmo Alves Pasquali	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea e), do edital.
10	54	Patricia Bandeira	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea e), do edital.
11	36	Silvio Tavares	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea e), do edital.

Enfermeiro

Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	30	Andressa Camile Borges Blaszczak	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea e), do edital.
2	245	Daviane Cristine Winberg	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea e), do edital.
3	249	Elis Regina Golo	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea e), do edital.
4	59	Franciele Tressoldi	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea e), do edital.
5	133	Grazielle Aparecida Scheel	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea e), do edital.
6	47	Lediane Nicloti	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea e), do edital.
7	4	Lucian Silva	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea e), do edital.
8	20	Micheli Cristina Schmitt	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea e), do edital.
9	148	Vanilla Eloa Franceschi	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea e), do edital.

Motorista Cat. "C"

Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	80	Edson Rancatti	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea e), do edital.
2	3	Gianfranco Brasil	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea e), do edital.
3	176	Nadir Rodrigues Acunha	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea e), do edital.

Professor com Licenciatura Plena em Pedagogia | Educação Infantil (Habilitado)

Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	234	Juliane Coser Pavan Klemann	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea e), do edital.
2	226	Marli Matias Dos Santos	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea e), do edital.
3	9	Rosângela Gonçalves De Souza Lins	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea e), do edital.

Professor com Licenciatura Plena em Pedagogia | Ensino Fundamental - Séries Iniciais (Habilitado)

Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	15	Eliene De Carvalho Pereira	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea e), do edital.
2	116	Fernanda Battisti	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea e), do edital.
3	254	Jeizibel Falinski	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea e), do edital.

Professor de Educação Física (Habilitado)

Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	165	Caroline Markus	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea e), do edital.
Psicólogo			
Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	101	Camila Cristina Senger	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea e), do edital.
2	56	Gessica A. De Mello	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea e), do edital.
3	250	Hevelin Da Rosa Zart	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea e), do edital.
5	32	Jucieli Rech	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea e), do edital.
6	44	Marcos Belló Caetano	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea e), do edital.
7	17	Sabryna Joane Voos Bortoncello Tarouco	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea e), do edital.
8	194	Wanessa Priscilla Barcella	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea e), do edital.
9	192	Willian Pedro Dallorsoletta	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea e), do edital.
Técnico em Enfermagem			
Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	105	Adriana Maria Welter	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea e), do edital.

Art. 3º - Entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Poder Executivo do Município de Palma Sola/SC, em 17 de Abril de 2017.

CLEOMAR JOSÉ MANTELLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Elizete T. Vissoto

Secretária de Planejamento.

DECRETO 032/2017

DECRETO Nº 032 DE 18 DE ABRIL DE 2017

HOMOLOGA A PONTUAÇÃO DA PROVA DE TÍTULOS (ANTES DOS RECURSOS) DO PROCESSO SELETIVO EDITAL 001/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLEOMAR JOSÉ MANTELLI, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com supervisão da Comissão Nomeada pelo Decreto nº 023 de 15 de Março de 2017,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologada a pontuação da prova de títulos (Antes dos recursos) relativas as inscrições abaixo relacionadas, referentes ao Processo Seletivo Edital n.º 001/2017.

Professor com Licenciatura Plena em Pedagogia Educação Infantil (Habilitado)					
Insc.	Candidato	Licenciatura Plena	Pós-Graduação	Curso de aperfeiçoamento	Total
229	Alice Valente Da Silva	0,50	1,00	0,00	1,50
63	Ana Paola Sevald	0,50	0,00	0,50	1,00
104	Cilene Zeferino	0,50	0,00	0,00	0,50
150	Claudete Maria Schein	0,50	1,00	0,00	1,50
58	Cledir Salete Pissaia	0,50	1,00	0,00	1,50

57	Diane Lorencetti	0,50	1,00	0,50	2,00
92	Elaine Antonietti Da Paixão	0,50	1,00	0,50	2,00
68	Evandra Tamara Dos Santos	0,50	0,00	0,50	1,00
65	Fernanda De Oliveira	0,50	1,00	0,00	1,50
90	Giceli Triches	0,50	1,00	0,00	1,50
129	Glecia Mara Tomazeli	0,50	1,00	0,00	1,50
114	Ilga Terezinha Adler	0,50	1,00	0,50	2,00
55	Irisan Jose De Moura	0,50	0,00	0,00	0,50
212	Iva Terezinha De Primo Pauletti	0,50	0,00	0,00	0,50
26	Jaqueline Delevatti	0,50	1,00	0,00	1,50
94	Juliana Miorando	0,50	0,00	0,50	1,00
136	Laidés De Lara	0,50	1,00	0,00	1,50
73	Leidiane Andressa Baginski	0,50	1,00	0,50	2,00
156	Lucelene Inês Schmidt Dorneles	0,50	0,00	0,00	0,50
253	Lucélia De Souza	0,00	0,00	0,00	0,00
35	Lucia Maria Strapasson Tartaro	0,50	1,00	0,00	1,50
180	Maria Janice P Holz	0,50	1,00	0,50	2,00
123	Maria Lucia Melo Dos Santos	0,50	1,00	0,00	1,50
178	Marieli Lawisch	0,50	0,00	0,00	0,50
158	Marizete Venson Sandri	0,50	1,00	0,00	1,50
66	Micheli Daponte	0,50	0,00	0,00	0,50
149	Mirlaine Capellari	0,50	0,00	0,50	1,00
71	Nadiesca Da Silva Lacerda	0,50	1,00	0,50	2,00
197	Noema Galvao De Lima De Oliveira	0,50	1,00	0,00	1,50
85	Rafaela Carla Todescatto	0,50	1,00	0,00	1,50
117	Rosana Pauletti	0,50	0,00	0,00	0,50
143	Rosane De Souza Pereira Dalavale	0,50	0,00	0,50	1,00
108	Rosângela Paetzold	0,50	0,00	0,50	1,00
161	Rosilde Melania Perin Frigo	0,50	0,00	0,50	1,00
25	Talita Da Silva Pauletti	0,50	0,00	0,00	0,50

Professor com Licenciatura Plena em Pedagogia | Ensino Fundamental - Séries Iniciais (Habilitado)

Insc.	Candidato	Licenciatura Plena	Pós-Graduação	Curso de aperfeiçoamento	Total
89	Angela Rovani Ribeiro Cirino	0,50	0,00	0,50	1,00
186	Carmen Lucia Da Silva	0,50	0,00	0,00	0,50
88	Claudia Dos Santos	0,50	0,00	0,00	0,50
184	Danita Lucia Comunello Krein	0,50	1,00	0,50	2,00
175	Debora Kuhn Da Silva	0,50	0,00	0,50	1,00
206	Elair Maria Coconcelli Magalhães	0,50	1,00	0,50	2,00
224	Elizandra De Fatima Ribeiro	0,50	0,00	0,00	0,50
225	Gessica Thais Mignoni	0,50	1,00	0,00	1,50
72	Jesiel Antunes Fagundes	0,50	0,00	0,00	0,50
103	Juliana Rodrigues Do Prado Wille	0,50	0,00	0,00	0,50
159	Monica Cristina Figueiró Zanatta	0,50	1,00	0,00	1,50
183	Simone Regina Zanatta	0,50	0,00	0,00	0,50

Professor de Educação Física (Habilitado)					
Insc.	Candidato	Licenciatura Plena	Pós-Graduação	Curso de aperfeiçoamento	Total
182	Alexandra Paula Simon Klein De Mattos	1,00	0,50	0,00	1,50
193	Alexsandro Cezar Pedroso	0,50	0,00	0,00	0,50
61	Camila Da Silva	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Claudia Donde	0,50	0,00	0,00	0,50
84	Edilaine Carniel	0,50	0,00	0,00	0,50
43	Flavio Xavier	0,00	0,00	0,00	0,00
210	Giovana Leticia Goetz	0,00	0,00	0,00	0,00
67	Gustavo Andrioli	0,50	0,00	0,00	0,50
157	Vanusa Pauletti	0,50	0,00	0,00	0,50
Professor de Inglês (Habilitado)					
Insc.	Candidato	Licenciatura Plena	Pós-Graduação	Curso de aperfeiçoamento	Total
109	Simone Fávero	0,50	1,00	0,00	1,50
211	Wilian Limana	0,00	0,00	0,00	0,00

Art. 2º - Os candidatos com inscrição indeferida terão os dias 19.04 e 20.04.2017 para realizarem recurso, pela internet no site: www.ameosc.org.br

Art. 3º - Entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Poder Executivo do Município de Palma Sola/SC, em 18 de Abril de 2017.

CLEOMAR JOSÉ MANTELLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Elizete T. Vissoto

Secretária de Planejamento.

DECRETO 033/2017

Decreto n. 033, de 18 de abril de 2017.

Nomeia Comissão Permanente para Avaliação de Bens Móveis e Imóveis.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e nos termos dos incisos V e XXV do artigo 73 da Lei Orgânica Municipal,

Decreta

Art. 1º. Fica constituída a Comissão Permanente de Avaliação de bens móveis e imóveis, pertencentes ao patrimônio do Município de Palma Sola, sob a presidência do primeiro, pelos seguintes cidadãos:

I – Carla Roberta Schwantes Hachmann – Assessora de Gestão em, Administração e Planejamento

II – Getulio Cezar Kuhn- Eng. Civil- CREA/SC 12891-5.

III –Bortolo Baldissera – Corretor de Imóveis- CRECI/RS 30877.

IV – Selito Pedro Três – Secretario de Infra-Estrutura e Transportes.

Parágrafo Único: Os serviços prestados pelos membros da comissão, são considerados de natureza relevante.

Art.2º. O presente decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 089, de 27 de outubro de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 18 de abril de 2017.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento

EXTRATO DOS CONTRATOS DE Nº. 094/2017 AO 100/2017

CONTRATO: 094/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMA SOLA – SC

CONTRATADO: JACSON DISNER & CIA LTDA - ME

OBJETO: RECOLHIMENTO E TRANSPORTE DOS DEJETOS HUMANOS DEPOSITADOS EM FOSSAS SÉPTICAS NOS ÓRGÃOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PALMA SOLA.

VALOR TOTAL: 21.250,00

VIGENCIA: 31/12/2017

ASSINATURA: 17/04/2017

FUNDAMENTADO: LEI FEDERAL 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

CLEOMAR JOSÉ MANTELLI
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATO: 095/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMA SOLA – SC

CONTRATADO: A.R. PNEUS LTDA - EPP

OBJETO: RECAPAGEM E RECAUCHUTAGEM DE PNEUS.

VALOR TOTAL: 26.440,00

VIGENCIA: 31/12/2017

ASSINATURA: 17/04/2017

FUNDAMENTADO: LEI FEDERAL 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

CLEOMAR JOSÉ MANTELLI
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATO: 096/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMA SOLA – SC

CONTRATADO: IMPERIAL PNEUS LTDA - EPP

OBJETO: RECAPAGEM E RECAUCHUTAGEM DE PNEUS.

VALOR TOTAL: 33.940,00

VIGENCIA: 31/12/2017

ASSINATURA: 17/04/2017

FUNDAMENTADO: LEI FEDERAL 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

CLEOMAR JOSÉ MANTELLI
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATO: 097/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMA SOLA – SC

CONTRATADO: JUNGBLUTH & JUNGBLUTH LTDA - EPP

OBJETO: RECAPAGEM DE PNEUS.

VALOR TOTAL: 16.350,00

VIGENCIA: 31/12/2017

ASSINATURA: 17/04/2017

FUNDAMENTADO: LEI FEDERAL 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

CLEOMAR JOSÉ MANTELLI
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATO: 098/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMA SOLA – SC

CONTRATADO: FERAZZO COM. DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE TINTAS E SOLVENTE PARA DEMARCAÇÃO VIÁRIA.

VALOR TOTAL: 13.829,50

VIGENCIA: 31/12/2017

ASSINATURA: 18/04/2017

FUNDAMENTADO: LEI FEDERAL 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

CLEOMAR JOSÉ MANTELLI
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATO: 099/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMA SOLA – SC

CONTRATADO: METALÚRGICA E MAT. DE CONSTRUÇÃO WAPEL LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MICROESFERA DE VIDRO PARA DEMARCAÇÃO VIÁRIA.

VALOR TOTAL: 537,00

VIGENCIA: 31/12/2017

ASSINATURA: 18/04/2017

FUNDAMENTADO: LEI FEDERAL 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

CLEOMAR JOSÉ MANTELLI
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATO: 100/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMA SOLA – SC

CONTRATADO: LIVRARIA E RELOJOARIA GIRASSOL LTDA - ME

OBJETO: AQUISIÇÃO DE VINTE E TRÊS TABLET

VALOR TOTAL: 20.654,00

VIGENCIA: 31/12/2017

ASSINATURA: 18/04/2017

FUNDAMENTADO: LEI FEDERAL 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

CLEOMAR JOSÉ MANTELLI
PREFEITO MUNICIPAL

LEI 1961/2017

LEI 1961/2017 DE 18 DE ABRIL DE 2017.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ALTERAR A RE-DAÇÃO DA LEI 1913/2015, QUE DISPOE SOBRE O LOTEAMENTO LINK E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal de vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Altera o caput do artigo 1º da Lei 1913/2015, retificando e unificando as matrículas e passando a constar:

Art. 1º Fica aprovado o Parcelamento de Solo em forma de Loteamento de uma área de terras medindo 69.500 (sessenta e nove mil e quinhentos metros quadrados), denominado lote único conforme matrícula nº 16.970 do CRI de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, situadas no perímetro urbano da cidade de Palma Sola, de acordo com os mapas, plantas, memorial descritivo e licenças ambientais, que acompanham o presente a ele anexados, de propriedade de Jose Odalsi Link, inscrito no CPF de nº 075.673.329-49.

Art. 2º Altera o artigo 3º que dispõe sobre o sistema viário, passando a constar:

Art. 3º O sistema viário é interceptado pelo prolongamento das Ruas Vereador Jandir Sansigolo e Abílio Mantelli, estas com secção transversal de 14,00 m; Avenida Catarina Seger com secção transversal de 20,82 m, o loteamento também é interceptado pelas novas ruas Gardino Ferraz, Bras Tomasi e Odilo Antônio Link e Rua José Germano Link todas com secção transversal de 14,00 m. As confrontações e discriminações das ruas se dão conforme segue:

AVENIDA CATARINA SEGER, sequência da Avenida Catarina Seger, do Loteamento Link com área de 4.493,18 m² (quatro mil, quatrocentos e noventa e três metros e dezoito decímetros quadrados), no município de Palma Sola - SC, com as seguintes confrontações: NORTE: com Rua já existente, Abílio Mantelli, medindo 21,69 metros; OESTE: com a quadra nº 02, medindo 215,05 metros; SUL: com a Rua Odilo Antônio Link, medindo 20,82 metros; e ao LESTE: com a Quadra nº 05, medindo 36,90 metros, com a Rua Gardino Ferraz, medindo 14,06 metros, com a Quadra nº 04, medindo 88,69 metros, com a Rua Bras Tomasi, medindo 14,59 metros e com a Quadra 03, medindo 62,50 metros, fechando assim o perímetro.

RUA VEREADOR JANDIR SANSIGOLO, sequência da Rua Vereador Jandir Sansigolo, do Loteamento Link com área de 2.906,22 m² (dois mil, novecentos e seis metros e vinte e dois decímetros quadrados), no município de Palma Sola - SC, com as seguintes confrontações: NORTE: com Rua já existente, Abílio Mantelli, medindo 14,00 metros; OESTE: com a quadra nº 01, medindo 207,07 metros; SUL: com a Rua Odilo Antônio Link, medindo 14,05 metros; e ao LESTE: com a Quadra nº 02, medindo 208,11 metros, fechando assim o perímetro.

RUA ABÍLIO MANTELLI, Parte da Rua já existente, Abílio Mantelli, do Loteamento Link com área de 807,50 m² (oitocentos e sete metros, e cinquenta decímetros quadrados), no município de Palma Sola - SC, com as seguintes confrontações: NORTE: com parte da mesma Rua Abílio Mantelli, medindo 224,14 metros; OESTE: com Lote Rural nº 11 de propriedade de Jandir Sansigolo matriculado sob nº 1.514, medindo 3,60 metros; SUL: com a Quadra nº 01, medindo 22,05 metros, com a Rua Vereador Jandir Sansigolo, medindo 14,00, com a Quadra nº 02, medindo 76,55 metros, com a Avenida Catarina Seger, medindo 21,69 metros e com a Quadra nº 03, medindo 90,17 metros; e ao LESTE: com o Lote nº 48, área em Preservação Permanente - APP, medindo 3,62 metros, fechando assim o perímetro.

RUA ODILO ANTÔNIO LINK, Nova Rua Transversal ao Loteamento Link com área de 4.153,69 m² (quatro mil, cento e cinquenta e três

metros e sessenta e nove decímetros quadrados), no município de Palma Sola - SC, com as seguintes confrontações: NORTE: com a Quadra nº 01, medindo 22,13 metros, com a Rua Vereador Jandir Sansigolo, medindo 14,05 metros, com a Quadra nº 02, medindo 37,30 metros, com a Avenida Catarina Seger, medindo 20,82 metros, com a Quadra nº 05, medindo 163,35 metros, com a Rua José Germano Link, medindo 14,04 metros e com a Quadra nº 06, medindo 25,07 metros; OESTE: com o Lote Rural nº 11 de propriedade de Jandir Sansigolo matriculado sob nº 1.514 medindo 14,05 metros; SUL: Com o Lote Rural nº 13 de propriedade de Joel Somavilla matriculado sob nº 1.827, medindo 13,54 metros; com o Lote Rural nº 14 de propriedade de Joel Somavilla matriculado sob nº 1.827, medindo 51,89 metros; com o Lote Rural nº 15 de propriedade de Veoni Luis Lawisch, Claudiano Ivo Rockembach e Adriana Ferreira Rockembach matriculado sob nº 11.122, medindo 101,14 metros; com o Lote Rural nº 16 de propriedade de Maio Luis Carraro, Roseli Brugnera Carraro, Edineia Tatiane Baumgratz e Tais Nadiesca Baumgratz matriculado sob nº 11.121, medindo 37,17 metros; com o Lote Rural 17 de propriedade de Alzir Bastião Ferraz, Nelson Antonio Ferraz e Nilson Ferraz matriculado sob nº 11.201, medindo 72,05 metros; com continuação da Avenida Catarina Seger, medindo 20,82 metros; e ao LESTE: com o Lote 07, medindo 14,04 metros, fechando assim o perímetro.

RUA JOSÉ GERMANO LINK, Nova Rua Transversal ao Loteamento Link com área de 2.309,21 m² (dois mil trezentos e nove metros e vinte e um decímetros quadrados), no município de Palma Sola - SC, com as seguintes confrontações: NORTE: com a Quadra nº 03, medindo 14,00 metros; OESTE: com a Rua Bras Tomasi, medindo 14,00 metros, com a Quadra nº 04, medindo 87,65 metros, com a Rua Gardino Ferraz, medindo 14 metros e com a Quadra nº 05, medindo 48, 78 metros; SUL: com a Rua Odilo Antônio Link, medindo 14,04 metros; e ao LESTE: com a Quadra nº 06, medindo 49,81 metros, com a Rua Gardino Ferraz, medindo 14,00 metros, com a Quadra nº 07, medindo 87,65 metros e com a Rua Bras Tomasi, medindo 14,00 metros, fechando assim o perímetro.

RUA BRAS TOMASI, Nova Rua Transversal ao Loteamento Link com área de 2.374, 56 m² (dois mil trezentos e setenta e quatro metros e cinquenta e seis decímetros quadrados), no município de Palma Sola - SC, com as seguintes confrontações: NORTE: com a Quadra nº 03, medindo 181,56 metros; OESTE: com a Avenida Catarina Seger, medindo 14,59 metros; SUL: com a Quadra nº 04, medindo 146,66 metros, com a Rua José Germano Link, medindo 14,00 metros e com a Quadra nº 07, medindo 25,00 metros; e ao LESTE: com o Lote Rural nº 07 de propriedade de Antonio Pies matriculado sob nº 10.998, medindo 14,00 metros, fechando assim o perímetro. Obs. fora descontada a área das interseções.

RUA GARDINO FERRAZ, Nova Rua Transversal ao Loteamento Link com área de 2.574,98 m² (dois mil quinhentos e setenta e quatro metros e noventa e oito decímetros quadrados), no município de Palma Sola - SC, com as seguintes confrontações: NORTE: com a Quadra nº 07, medindo 25,00, com a Rua José Germano Link, medindo 14,00 metros e com a Quadra nº 04, medindo 158,29 metros; OESTE: com a Avenida Catarina Seger, medindo 14,06 metros; SUL: com a Quadra nº 05, medindo 159,57 metros, com a Rua José Germano Link, medindo 14,00 metros e com a Quadra nº 06, medindo 25,00 metros; e ao LESTE: com o Lote Rural nº 07 de propriedade de Antonio Pies matriculado sob nº 10.998, medindo 14,00 metros, fechando assim o perímetro. Obs. fora descontada a área das interseções.

Art. 3º O artigo 4º que dispõe sobre a descrição dos lotes, será alterado e passara a constar:

Art. 4º O loteamento é formado é formado por 07 quadras numeradas de 1 à 7 e por 104 lotes urbanos numerados de 1 à 104. Destes, 100 lotes urbanos são edificáveis, totalizando um área de

42.591,19 (quarenta e dois mil quinhentos e noventa e um metros e dezenove decímetros quadrados), perfazendo 61,8 % da área loteada. Os lotes urbanos nºs 4 da quadra 1 com área de 3.403,63 m² (três mil, quatrocentos e três metros e sessenta e três decímetros quadrados) e o lote urbano nº 51 da quadra nº 3 com área de 718,53 m² (setecentos e dezoito metros e cinquenta e três decímetros quadrados), são lotes gravados com área verde, perfazendo 5,93 %. O lote urbano nº 48 da quadra 3, com área de 2.884,41 m² (dois mil, oitocentos e oitenta e quatro metros e quarenta e um decímetros quadrados), perfazendo 4,15 % é área de preservação permanente, destinada ao município de Palma Sola. O lote urbano nº 23 da quadra 2 com área de 282,90 m² (duzentos e oitenta e dois metros e noventa decímetros quadrados), perfazendo 0,41 % é área institucional e 19.619,34 m² (dezenove mil seiscentos e dezenove metros e trinta e quatro decímetros quadrados) é destinado as ruas, perfazendo 28,23 % da área total.

QUADRA N.º 01 com 04 lotes urbanos denominados lotes n.º 01 a 04 com área de 4.547,92 m².

LOTE URBANO N.º 01 da quadra 01 do Loteamento Link, com área de 458,53m² (Quatrocentos e cinquenta e oito metros quadrados e cinquenta e três decímetros quadrados), esquina com as Ruas Abílio Mantelli e Vereador Jandir Sansigolo, situado do lado par de ambas as ruas, com as seguintes confrontações:

-Norte: Com a Rua Abílio Mantelli numa extensão de 22,05m.
 -Sul: Com o Lote nº 02 da quadra nº 01 do Loteamento Link numa extensão de 22,05m. -Leste: Com a Rua Vereador Jandir Sansigolo numa extensão de 20,67m.
 -Oeste: Com o Lote Rural nº 11 de propriedade de Jandir Sansigolo matriculado sob nº 1.514, numa extensão de 20,92m

LOTE URBANO N.º 02 da quadra 01 do Loteamento Link, com área de 342,88m² (Trezentos e quarenta e dois metros quadrados e oitenta e oito decímetros quadrados), distante 20,67 m da esquina com a Rua Abílio Mantelli, situado do lado par, com as seguintes confrontações:

-Norte: Com o Lote nº 01 da quadra nº 01 do Loteamento Link numa extensão de 22,05m.
 -Sul: Com o Lote nº 03 da quadra nº 01 do Loteamento Link numa extensão de 22,05m. -Leste: Com a Rua Vereador Jandir Sansigolo numa extensão de 15,55m.
 -Oeste: Com o Lote Rural nº 11 de propriedade de Jandir Sansigolo matriculado sob nº 1.514, numa extensão de 15,55m.

LOTE URBANO N.º 03 da quadra 01 do Loteamento Link, com área de 342,88m² (Trezentos e quarenta e dois metros quadrados e oitenta e oito decímetros quadrados), distante 36,22 m da esquina com a Rua Abílio Mantelli, situado do lado par, com as seguintes confrontações:

-Norte: Com o Lote nº 02 da quadra nº 01 do Loteamento Link numa extensão de 22,05m.
 -Sul: Com o Lote nº 04 da quadra nº 01 do Loteamento Link numa extensão de 22,05m. -Leste: Com a Rua Vereador Jandir Sansigolo numa extensão de 15,55m.
 -Oeste: Com o Lote Rural nº 11 de propriedade de Jandir Sansigolo matriculado sob nº 1.514, numa extensão de 15,55m.

LOTE URBANO N.º 04 da quadra 01 do Loteamento Link, com área de 3.403,63m² (Três mil quatrocentos e três metros quadrados e sessenta e três decímetros quadrados), esquina com as Ruas Odilo Antônio Link e Vereador Jandir Sansigolo, situado do lado par da Rua Vereador Jandir Sansigolo e lado ímpar da Rua Odilo Antônio Link, com as seguintes confrontações:

-Norte: Com o Lote nº 03 da quadra nº 01 do Loteamento Link numa extensão de 22,05m.
 -Sul: Com a Rua Odilo Antônio Link numa extensão de 22,13m.
 -Leste: Com a Rua Vereador Jandir Sansigolo numa extensão de 155,30m.

-Oeste: Com o Lote Rural nº 11 de propriedade de Jandir Sansigolo matriculado sob nº 1.514, numa extensão de 153,42m
 LOTE GRAVADO COMO ÁREA VERDE.

QUADRA N.º 02 com 29 lotes urbanos denominados lotes n.º 05 a 33 com área de 10.847,20 m².

LOTE URBANO N.º 05 da quadra 02 do Loteamento Link, com área de 430,71m² (Quatrocentos e trinta metros quadrados e setenta e um decímetros quadrados), esquina com as Ruas Abílio Mantelli e Vereador Jandir Sansigolo, situado do lado ímpar da Rua Vereador Jandir Sansigolo e lado par da Rua Abílio Mantelli, com as seguintes confrontações:

-Norte: Com a Rua Abílio Mantelli numa extensão de 16,25m.
 -Sul: Com o Lote nº 10 da quadra nº 02 do Loteamento Link numa extensão de 16,25m. -Leste: Com o Lote nº 06 da quadra nº 02 do Loteamento Link numa extensão de 26,41m.
 -Oeste: Com a Rua Vereador Jandir Sansigolo numa extensão de 26,60m.

LOTE URBANO N.º 06 da quadra 02 do Loteamento Link, com área de 394,88m² (Trezentos e noventa e quatro metros quadrados e oitenta e oito decímetros quadrados), distante 16,25 m da esquina com a Rua Vereador Jandir Sansigolo, situado do lado par, com as seguintes confrontações:

-Norte: Com a Rua Abílio Mantelli numa extensão de 15,00m.
 -Sul: Com o Lote nº 10 da quadra nº 02 do Loteamento Link numa extensão de 15,00m. -Leste: Com o Lote nº 07 da quadra nº 02 do Loteamento Link numa extensão de 26,24m.
 -Oeste: Com o Lote nº 05 da quadra nº 02 do Loteamento Link numa extensão de 26,41m.

LOTE URBANO N.º 07 da quadra 02 do Loteamento Link, com área de 392,40m² (Trezentos e noventa e dois metros quadrados e quarenta decímetros quadrados), distante 30,30 m da esquina com a Avenida Catarina Seger, situado do lado par, com as seguintes confrontações:

-Norte: Com a Rua Abílio Mantelli numa extensão de 15,00m.
 -Sul: Com o Lote nº 11 da quadra nº 02 do Loteamento Link numa extensão de 15,00m. -Leste: Com o Lotes nº 08 da quadra nº 02 do Loteamento Link numa extensão de 13,02m e com o Lote nº 09 da quadra nº 02 do Loteamento Link numa extensão de 13,05m.
 -Oeste: Com o Lote nº 06 da quadra nº 02 do Loteamento Link numa extensão de 26,24m.

LOTE URBANO N.º 08 da quadra 02 do Loteamento Link, com área de 364,84m² (Trezentos e sessenta e quatro metros quadrados e oitenta e quatro decímetros quadrados), esquina com as Ruas Abílio Mantelli e Avenida Catarina Seger, situado do lado par de ambas as ruas, com as seguintes confrontações:

-Norte: Com a Rua Abílio Mantelli numa extensão de 30,30m.
 -Sul: Com o Lote nº 09 da quadra nº 02 do Loteamento Link numa extensão de 26,43m. -Sudeste: Com a Avenida Catarina Seger numa extensão de 13,26m.
 -Oeste: Com o Lote nº 07 da quadra nº 02 do Loteamento Link numa extensão de 13,02m.

LOTE URBANO N.º 09 da quadra 02 do Loteamento Link, com área de 318,88m² (Trezentos e dezoito metros quadrados e oitenta e oito decímetros quadrados), distante 13,26 m da esquina com a Rua Abílio Mantelli, situado do lado par, com as seguintes confrontações:

-Norte: Com o Lote nº 08 da quadra nº 02 do Loteamento Link numa extensão de 26,43m.
 -Sul: Com o Lote nº 11 da quadra nº 02 do Loteamento Link numa extensão de 22,44m. -Sudeste: Com a Avenida Catarina Seger numa extensão de 13,65m.
 -Oeste: Com o Lote nº 07 da quadra nº 02 do Loteamento Link numa extensão de 13,05 m.

LOTE URBANO N.º 10 da quadra 02 do Loteamento Link, com área de 468,75m² (Quatrocentos e sessenta e oito metros quadrados e setenta e cinco décimos quadrados), distante 26,60m da esquina com a Rua Abílio Mantelli, situado do lado ímpar, com as seguintes confrontações:

-Norte: Com o Lote nº 05 da quadra nº 02 do Loteamento Link numa extensão de 16,25m e com o Lote nº 06 da quadra nº 02 do Loteamento Link numa extensão de 15,00m.
-Sul: Com o Lote nº 12 da quadra nº 02 do Loteamento Link numa extensão de 31,25m. -Leste: Com o Lote nº 11 da quadra nº 02 do Loteamento Link numa extensão de 15,00m.
-Oeste: Com a Rua Vereador Jandir Sansigolo numa extensão de 15,00m.

LOTE URBANO N.º 11 da quadra 02 do Loteamento Link, com área de 527,33m² (Quinhentos e vinte e sete metros quadrados e trinta e três décimos quadrados), distante 26,91 m da esquina com a Rua Abílio Mantelli, situado do lado par, com as seguintes confrontações:

-Norte: Com o Lote nº 07 da quadra nº 02 do Loteamento Link numa extensão de 15,00m e com o Lote nº 09 da quadra nº 02 do Loteamento Link numa extensão de 22,44m.
-Sul: Com o Lote nº 13 da quadra nº 02 do Loteamento Link numa extensão de 32,87m. -Sudeste: Com a Avenida Catarina Seger numa extensão de 15,68m.
-Oeste: Com o Lote nº 10 da quadra nº 02 do Loteamento Link numa extensão de 15,00 m.

LOTE URBANO N.º 12 da quadra 02 do Loteamento Link, com área de 468,75m² (Quatrocentos e sessenta e oito metros quadrados e setenta e cinco décimos quadrados), distante 41,60 m da esquina com a Rua Abílio Mantelli, situado do lado ímpar, com as seguintes confrontações:

-Norte: Com o Lote nº 10 da quadra nº 02 do Loteamento Link numa extensão de 31,25m.
-Sul: Com o Lote nº 14 da quadra nº 02 do Loteamento Link numa extensão de 31,25m. -Leste: Com o Lote nº 13 da quadra nº 02 do Loteamento Link numa extensão de 15,00m.
-Oeste: Com a Rua Vereador Jandir Sansigolo numa extensão de 15,00m.

LOTE URBANO N.º 13 da quadra 02 do Loteamento Link, com área de 458,70m² (Quatrocentos e cinquenta e oito metros quadrados e setenta e cinco décimos quadrados), distante 42,59 m da esquina com a Rua Abílio Mantelli, situado do lado par, com as seguintes confrontações:

-Norte: Com o Lote nº 11 da quadra nº 02 do Loteamento Link numa extensão de 32,87m.
-Sul: Com o Lote nº 15 da quadra nº 02 do Loteamento Link numa extensão de 28,29m. -Sudeste: Com a Avenida Catarina Seger numa extensão de 15,68m.
-Oeste: Com o Lote nº 12 da quadra nº 02 do Loteamento Link numa extensão de 15,00 m.

LOTE URBANO N.º 14 da quadra 02 do Loteamento Link, com área de 437,50m² (Quatrocentos e trinta e sete metros quadrados e cinquenta décimos quadrados), distante 56,60 m da esquina com a Rua Abílio Mantelli, situado do lado ímpar, com as seguintes confrontações:

-Norte: Com o Lote nº 12 da quadra nº 02 do Loteamento Link numa extensão de 31,25m.
-Sul: Com o Lote nº 16 da quadra nº 02 do Loteamento Link numa extensão de 23,41m e com o Lote nº 17 da quadra nº 02 do Loteamento Link numa extensão de 7,84m. -Leste: Com o Lote nº 15 da quadra nº 02 do Loteamento Link numa extensão de 14,00m.
-Oeste: Com a Rua Vereador Jandir Sansigolo numa extensão de 14,00m.

LOTE URBANO N.º 15 da quadra 02 do Loteamento Link, com área de 366,17m² (Trezentos e sessenta e seis metros quadrados e dezessete décimos quadrados), distante 58,27 m da esquina com a Rua Abílio Mantelli, situado do lado par, com as seguintes confrontações:

-Norte: Com o Lote nº 13 da quadra nº 02 do Loteamento Link numa extensão de 28,29m.
-Sul: Com o Lote nº 17 da quadra nº 02 do Loteamento Link numa extensão de 24,02m. -Sudeste: Com a Avenida Catarina Seger numa extensão de 14,64m.
-Oeste: Com o Lote nº 14 da quadra nº 02 do Loteamento Link numa extensão de 14,00 m.

LOTE URBANO N.º 16 da quadra 02 do Loteamento Link, com área de 327,74m² (Trezentos e vinte e sete metros quadrados e setenta e quatro décimos quadrados), distante 70,60 m da esquina com a Rua Abílio Mantelli, situado do lado ímpar, com as seguintes confrontações:

-Norte: Com o Lote nº 14 da quadra nº 02 do Loteamento Link numa extensão de 23,41m.
-Sul: Com o Lote nº 18 da quadra nº 02 do Loteamento Link numa extensão de 23,41m. -Leste: Com o Lote nº 17 da quadra nº 02 do Loteamento Link numa extensão de 14,00m.
-Oeste: Com a Rua Vereador Jandir Sansigolo numa extensão de 14,00m.

LOTE URBANO N.º 17 da quadra 02 do Loteamento Link, com área de 416,01m² (Quatrocentos e dezesseis metros quadrados e um décimo quadrado), distante 72,91 m da esquina com a Rua Abílio Mantelli, situado do lado par, com as seguintes confrontações:

-Norte: Com o Lote nº 14 da quadra nº 02 do Loteamento Link numa extensão de 7,84m e com o Lote nº 15 da quadra nº 02 do Loteamento Link numa extensão de 24,02m.
-Sul: Com o Lote nº 19 da quadra nº 02 do Loteamento Link numa extensão de 27,58m. -Sudeste: Com a Avenida Catarina Seger numa extensão de 14,64m.
-Oeste: Com o Lote nº 16 da quadra nº 02 do Loteamento Link numa extensão de 14,00 m.

LOTE URBANO N.º 18 da quadra 02 do Loteamento Link, com área de 304,10m² (Trezentos e quatro metros quadrados e dez décimos quadrados), distante 84,60 m da esquina com a Rua Abílio Mantelli, situado do lado ímpar, com as seguintes confrontações:

-Norte: Com o Lote nº 16 da quadra nº 02 do Loteamento Link numa extensão de 23,41m.
-Sul: Com o Lote nº 20 da quadra nº 02 do Loteamento Link numa extensão de 23,41m. -Leste: Com o Lote nº 19 da quadra nº 02 do Loteamento Link numa extensão de 12,99m.
-Oeste: Com a Rua Vereador Jandir Sansigolo numa extensão de 12,99m.

LOTE URBANO N.º 19 da quadra 02 do Loteamento Link, com área de 340,56m² (Trezentos e quarenta metros quadrados e cinquenta e seis décimos quadrados), distante 114,27 m da esquina com a Rua Odilo Antônio Link, situado do lado par, com as seguintes confrontações:

-Norte: Com o Lote nº 17 da quadra 02 do Loteamento Link numa extensão de 27,58m.
-Sul: Com o Lote nº 21 da quadra nº 02 do Loteamento Link numa extensão de 25,42m. -Leste: Com a Avenida Catarina Seger numa extensão de 8,98m a partir do lote urbano nº 21, deflete-se esta linha a direita num ângulo de 11°06'39.23" confrontando-se ao sudeste seguindo até o lote urbano nº 17 medindo 4,25m.
-Oeste: Com o Lote nº 18 da quadra nº 02 do Loteamento Link numa extensão de 12,99 m.

LOTE URBANO N.º 20 da quadra 02 do Loteamento Link, com área de 280,96m² (Duzentos e oitenta metros quadrados e noventa e

seis decímetros quadrados), distante 97,59 m da esquina com a Rua Abílio Mantelli, situado do lado ímpar, com as seguintes confrontações:

-Norte: Com o Lote nº 18 da quadra nº 02 do Loteamento Link numa extensão de 23,41m.

-Sul: Com o Lote nº 22 da quadra nº 02 do Loteamento Link numa extensão de 23,41m. -Leste: Com o Lote nº 21 da quadra nº 02 do Loteamento Link numa extensão de 12,00m.

-Oeste: Com a Rua Vereador Jandir Sansigolo numa extensão de 12,00m.

LOTE URBANO N.º 21 da quadra 02 do Loteamento Link, com área de 297,69m² (Duzentos e noventa e sete metros quadrados e sessenta e nove decímetros quadrados), distante 102,21 m da esquina com a Rua Odilo Antônio Link, situado do lado par, com as seguintes confrontações:

-Norte: Com o Lote nº 19 da quadra 02 do Loteamento Link numa extensão de 25,42m.

-Sul: Com o Lote nº 23 da quadra nº 02 do Loteamento Link numa extensão de 24,19m. -Leste: Com a Avenida Catarina Seger numa extensão de 12,06m.

-Oeste: Com o Lote nº 20 da quadra nº 02 do Loteamento Link numa extensão de 12,00m.

LOTE URBANO N.º 22 da quadra 02 do Loteamento Link, com área de 280,96m² (Duzentos e oitenta metros quadrados e noventa e seis decímetros quadrados), distante 86,52 m da esquina com a Rua Odilo Antônio Link, situado do lado ímpar, com as seguintes confrontações:

-Norte: Com o Lote nº 20 da quadra nº 02 do Loteamento Link numa extensão de 23,41m.

-Sul: Com o Lote nº 24 da quadra nº 02 do Loteamento Link numa extensão de 21,00m e com o Lote nº 25 da quadra nº 02 do Loteamento Link numa extensão de 2,41m. -Leste: Com o Lote nº 23 da quadra nº 02 do Loteamento Link numa extensão de 12,00m.

-Oeste: Com a Rua Vereador Jandir Sansigolo numa extensão de 12,00m.

LOTE URBANO N.º 23 da quadra 02 do Loteamento Link, com área de 282,90m² (Duzentos e oitenta e dois metros quadrados e noventa decímetros quadrados), distante 90,15 m da esquina com a Rua Odilo Antônio Link, situado do lado par, com as seguintes confrontações:

-Norte: Com o Lote nº 21 da quadra 02 do Loteamento Link numa extensão de 24,19m.

-Sul: Com o Lote nº 25 da quadra nº 02 do Loteamento Link numa extensão de 22,96m. -Leste: Com a Avenida Catarina Seger numa extensão de 12,06m.

-Oeste: Com o Lote nº 22 da quadra nº 02 do Loteamento Link numa extensão de 12,00m.

LOTE GRAVADO COMO ÁREA INSTITUCIONAL

LOTE URBANO N.º 24 da quadra 02 do Loteamento Link, com área de 315,00m² (Trezentos e quinze metros quadrados), distante 71,52 m da esquina com a Rua Odilo Antônio Link, situado do lado ímpar, com as seguintes confrontações:

-Norte: Com o Lote nº 22 da quadra nº 02 do Loteamento Link numa extensão de 21,00m.

-Sul: Com o Lote nº 26 da quadra nº 02 do Loteamento Link numa extensão de 21,00m. -Leste: Com o Lote nº 25 da quadra nº 02 do Loteamento Link numa extensão de 15,00m.

-Oeste: Com a Rua Vereador Jandir Sansigolo numa extensão de 15,00m.

LOTE URBANO N.º 25 da quadra 02 do Loteamento Link, com área de 369,00m² (Trezentos e sessenta e nove metros quadrados), distante 75,07 m da esquina com a Rua Odilo Antônio Link, situado do lado par, com as seguintes confrontações:

-Norte: Com o Lote nº 23 da quadra nº 02 do Loteamento Link

numa extensão de 22,96 m. e com o Lote nº 22 da quadra nº 02 do Loteamento Link numa extensão de 2,41m.

-Sul: Com o Lote nº 27 da quadra nº 02 do Loteamento Link numa extensão de 23,83m. -Leste: Com a Avenida Catarina Seger numa extensão de 15,08m.

-Oeste: Com o Lote nº 24 da quadra nº 02 do Loteamento Link numa extensão de 15,00m.

LOTE URBANO N.º 26 da quadra 02 do Loteamento Link, com área de 336,00m² (Trezentos e trinta e seis metros quadrados), distante 55,52 m da esquina com a Rua Odilo Antônio Link, situado do lado ímpar, com as seguintes confrontações:

-Norte: Com o Lote nº 24 da quadra nº 02 do Loteamento Link numa extensão de 21,00m.

-Sul: Com o Lote nº 28 da quadra nº 02 do Loteamento Link numa extensão de 21,00m. -Leste: Com o Lote nº 27 da quadra nº 02 do Loteamento Link numa extensão de 16,00m.

-Oeste: Com a Rua Vereador Jandir Sansigolo numa extensão de 16,00m.

LOTE URBANO N.º 27 da quadra 02 do Loteamento Link, com área de 368,16m² (Trezentos e sessenta e oito metros quadrados e dezesseis decímetros quadrados), distante 58,99 m da esquina com a Rua Odilo Antônio Link, situado do lado par, com as seguintes confrontações:

-Norte: Com o Lote nº 25 da quadra nº 02 do Loteamento Link numa extensão de 23,83 m.

-Sul: Com o Lote nº 29 da quadra nº 02 do Loteamento Link numa extensão de 22,19m. -Leste: Com a Avenida Catarina Seger numa extensão de 16,08m.

-Oeste: Com o Lote nº 26 da quadra nº 02 do Loteamento Link numa extensão de 16,00m.

LOTE URBANO N.º 28 da quadra 02 do Loteamento Link, com área de 357,00m² (Trezentos e cinquenta e sete metros quadrados), distante 38,52 m da esquina com a Rua Odilo Antônio Link, situado do lado ímpar, com as seguintes confrontações:

-Norte: Com o Lote nº 26 da quadra nº 02 do Loteamento Link numa extensão de 21,00m.

-Sul: Com o Lote nº 30 da quadra nº 02 do Loteamento Link numa extensão de 19,00m e com o Lote nº 31 da quadra nº 02 do Loteamento Link numa extensão de 2,00 m. -Leste: Com o Lote nº 29 da quadra nº 02 do Loteamento Link numa extensão de 17,00m.

-Oeste: Com a Rua Vereador Jandir Sansigolo numa extensão de 17,00m.

LOTE URBANO N.º 29 da quadra 02 do Loteamento Link, com área de 362,44m² (Trezentos e sessenta e dois metros quadrados e quarenta e quatro decímetros quadrados), distante 41,90 m da esquina com a Rua Odilo Antônio Link, situado do lado par, com as seguintes confrontações:

-Norte: Com o Lote nº 27 da quadra nº 02 do Loteamento Link numa extensão de 22,19 m.

-Sul: Com o Lote nº 31 da quadra nº 02 do Loteamento Link numa extensão de 20,45m. -Leste: Com a Avenida Catarina Seger numa extensão de 17,09m.

-Oeste: Com o Lote nº 28 da quadra nº 02 do Loteamento Link numa extensão de 17,00m.

LOTE URBANO N.º 30 da quadra 02 do Loteamento Link, com área de 342,00m² (Trezentos e quarenta e dois metros quadrados), distante 20,52 m da esquina com a Rua Odilo Antônio Link, situado do lado ímpar, com as seguintes confrontações:

-Norte: Com o Lote nº 28 da quadra nº 02 do Loteamento Link numa extensão de 19,00m.

-Sul: Com o Lote nº 32 da quadra nº 02 do Loteamento Link numa extensão de 19,00m. -Leste: Com o Lote nº 31 da quadra nº 02 do Loteamento Link numa extensão de 18,00m.

-Oeste: Com a Rua Vereador Jandir Sansigolo numa extensão de

18,00m.

LOTE URBANO N.º 31 da quadra 02 do Loteamento Link, com área de 387,45m² (Trezentos e oitenta e sete metros quadrados e quarenta e cinco decímetros quadrados), distante 23,81 m da esquina com a Rua Odilo Antônio Link, situado do lado par, com as seguintes confrontações:

-Norte: Com o Lote nº 29 da quadra nº 02 do Loteamento Link numa extensão de 20,45m e com o Lote nº 28 da quadra nº 02 do Loteamento Link numa extensão de 2,00.

-Sul: Com o Lote nº 33 da quadra nº 02 do Loteamento Link numa extensão de 20,60m. -Leste: Com a Avenida Catarina Seger numa extensão de 18,09m.

-Oeste: Com o Lote nº 30 da quadra nº 02 do Loteamento Link numa extensão de 18,0m.

LOTE URBANO N.º 32 da quadra 02 do Loteamento Link, com área de 405,27m² (Quatrocentos e cinco metros quadrados e vinte e sete decímetros quadrados), esquina com as ruas Vereador Jandir Sansigolo e Odilo Antônio Link, situado do lado ímpar de ambas as Ruas, com as seguintes confrontações:

-Norte: Com o Lote nº 30 da quadra nº 02 do Loteamento Link numa extensão de 19,00m.

-Sul: Com a Rua Odilo Antônio Link numa extensão de 19,07m.

-Leste: Com o Lote nº 33 da quadra nº 02 do Loteamento Link numa extensão de 22,14m.

-Oeste: Com a Rua Vereador Jandir Sansigolo numa extensão de 20,52m.

LOTE URBANO N.º 33 da quadra 02 do Loteamento Link, com área de 445,05m² (Quatrocentos e quarenta e cinco metros quadrados e cinco decímetros quadrados), esquina com a Rua Odilo Antônio Link e Avenida Catarina Seger, situado do lado par da Avenida Catarina Seger e lado ímpar da Rua Odilo Antônio Link, com as seguintes confrontações:

-Norte: Com o Lote nº 31 da quadra nº 02 do Loteamento Link numa extensão de 20,60m.

-Sul: Com a Rua Odilo Antônio Link numa extensão de 18,23m.

-Leste: Com a Avenida Catarina Seger numa extensão de 23,81m.

-Oeste: Com o Lote nº 32 da quadra nº 02 do Loteamento Link numa extensão de 22,14m.

QUADRA N.º 03 com 18 lotes urbanos denominados lotes n.º 34 a 51 com área de 10.629,91m².

LOTE URBANO N.º 34 da quadra 03 do Loteamento Link, com área de 407,50m² (Quatrocentos e sete metros quadrados e cinquenta decímetros quadrados), esquina com a Rua Abílio Mantelli e Avenida Catarina Seger, situado do lado ímpar da Avenida Catarina Seger e do lado par da rua Abílio Mantelli, com as seguintes confrontações:

-Norte: Com a Rua Abílio Mantelli numa extensão de 24,99m.

-Sul: Com o Lote nº 35 da quadra nº 03 do Loteamento Link numa extensão de 29,38m. -Leste: Com o Lote nº 38 da quadra nº 03 do Loteamento Link numa extensão de 14,99m.

-Noroeste: Com a Avenida Catarina Seger numa extensão de 15,62m.

LOTE URBANO N.º 35 da quadra 03 do Loteamento Link, com área de 473,70m² (Quatrocentos e setenta e três metros quadrados e setenta decímetros quadrados), distante 15,62 m da esquina com a Rua Abílio Mantelli, situado do lado ímpar, com as seguintes confrontações:

-Norte: Com o Lote nº 34 da quadra nº 03 do Loteamento Link numa extensão de 29,38m.

-Sul: Com o Lote nº 36 da quadra nº 03 do Loteamento Link numa extensão de 33,78m. -Leste: Com o Lote nº 38 da quadra nº 03 do Loteamento Link numa extensão de 15,00m.

-Noroeste: Com a Avenida Catarina Seger numa extensão de

15,63m.

LOTE URBANO N.º 36 da quadra 03 do Loteamento Link, com área de 539,62m² (Quinhentos e trinta e nove metros quadrados e sessenta e dois decímetros quadrados), distante 15,62 m da esquina com a Rua Bras Tomasi, situado do lado ímpar, com as seguintes confrontações:

-Norte: Com o Lote nº 35 da quadra nº 03 do Loteamento Link numa extensão de 33,78m.

-Sul: Com o Lote nº 37 da quadra nº 03 do Loteamento Link numa extensão de 38,17m. -Leste: Com o Lote nº 39 da quadra nº 03 do Loteamento Link numa extensão de 15,00m.

-Noroeste: Com a Avenida Catarina Seger numa extensão de 15,63m.

LOTE URBANO N.º 37 da quadra 03 do Loteamento Link, com área de 605,07m² (Seiscentos e cinco metros quadrados e sete decímetros quadrados), esquina com a Rua Bras Tomasi e a Avenida Catarina Seger, situado do lado ímpar de ambas as ruas, com as seguintes confrontações:

-Norte: Com o Lote nº 36 da quadra nº 03 do Loteamento Link numa extensão de 38,17m.

-Sul: Com a Rua Bras Tomasi numa extensão de 42,56m. -Leste: Com o Lote nº 39 da quadra nº 03 do Loteamento Link numa extensão de 14,99m.

-Noroeste: Com a Avenida Catarina Seger numa extensão de 15,62m.

LOTE URBANO N.º 38 da quadra 03 do Loteamento Link, com área de 419,86m² (Quatrocentos e dezenove metros quadrados e oitenta e seis decímetros quadrados), distante 24,99 m da esquina com a Avenida Catarina Seger, situado do lado par, com as seguintes confrontações:

-Norte: Com a Rua Abílio Mantelli numa extensão de 14,00m.

-Sul: Com o Lote nº 39 da quadra nº 03 do Loteamento Link numa extensão de 14,00m. -Leste: Com o Lote nº 41 da quadra nº 03 do Loteamento Link numa extensão de 29,99m.

-Oeste: Com o Lote nº 34 da quadra nº 03 do Loteamento Link numa extensão de 14,99m e com o Lote nº 35 da quadra nº 03 do Loteamento Link numa extensão de 15,00m.

LOTE URBANO N.º 39 da quadra 03 do Loteamento Link, com área de 419,86m² (Quatrocentos e dezenove metros quadrados e oitenta e seis decímetros quadrados), distante 42,56 m da esquina com a Avenida Catarina Seger, situado do lado ímpar, com as seguintes confrontações:

-Norte: Com o Lote nº 38 da quadra nº 03 do Loteamento Link numa extensão de 14,00m.

-Sul: Com a Rua Bras Tomasi numa extensão de 14,00m. -Leste: Com o Lote nº 40 da quadra nº 03 do Loteamento Link numa extensão de 29,99m.

-Oeste: Com o Lote nº 36 da quadra nº 03 do Loteamento Link numa extensão de 15,00m e com o Lote nº 37 da quadra nº 03 do Loteamento Link numa extensão de 14,99m.

LOTE URBANO N.º 40 da quadra 03 do Loteamento Link, com área de 419,86m² (Quatrocentos e dezenove metros quadrados e oitenta e seis decímetros quadrados), distante 56,56 m da esquina com a Avenida Catarina Seger, situado do lado ímpar, com as seguintes confrontações:

-Norte: Com o Lote nº 41 da quadra nº 03 do Loteamento Link numa extensão de 14,00m.

-Sul: Com a Rua Bras Tomasi numa extensão de 14,00m. -Leste: Com o Lote nº 42 da quadra nº 03 do Loteamento Link numa extensão de 29,99m.

-Oeste: Com o Lote nº 39 da quadra nº 03 do Loteamento Link numa extensão de 29,99m.

LOTE URBANO N.º 41 da quadra 03 do Loteamento Link, com área

de 419,86m² (Quatrocentos e dezenove metros quadrados e oitenta e seis decímetros quadrados), distante 38,99 m da esquina com a Avenida Catarina Seger, situado do lado par, com as seguintes confrontações:

-Norte: Com a Rua Abílio Mantelli numa extensão de 14,00m.

-Sul: Com o Lote nº 40 da quadra nº 03 do Loteamento Link numa extensão de 14,00m. -Leste: Com o Lote nº 43 da quadra nº 03 do Loteamento Link numa extensão de 29,99m.

-Oeste: Com o Lote nº 38 da quadra nº 03 do Loteamento Link numa extensão de 29,99m.

LOTE URBANO N.º 42 da quadra 03 do Loteamento Link, com área de 419,86m² (Quatrocentos e dezenove metros quadrados e oitenta e seis decímetros quadrados), distante 70,56 m da esquina com a Avenida Catarina Seger, situado do lado ímpar, com as seguintes confrontações:

-Norte: Com o Lote nº 43 da quadra nº 03 do Loteamento Link numa extensão de 14,00m.

-Sul: Com a Rua Bras Tomasi numa extensão de 14,00m. -Leste: Com o Lote nº 44 da quadra nº 03 do Loteamento Link numa extensão de 29,99m.

-Oeste: Com o Lote nº 40 da quadra nº 03 do Loteamento Link numa extensão de 29,99m.

LOTE URBANO N.º 43 da quadra 03 do Loteamento Link, com área de 419,86m² (Quatrocentos e dezenove metros quadrados e oitenta e seis decímetros quadrados), distante 52,99 m da esquina com a Avenida Catarina Seger, situado do lado par, com as seguintes confrontações:

-Norte: Com a Rua Abílio Mantelli numa extensão de 14,00m.

-Sul: Com o Lote nº 42 da quadra nº 03 do Loteamento Link numa extensão de 14,00m. -Leste: Com o Lote nº 45 da quadra nº 03 do Loteamento Link numa extensão de 29,99m.

-Oeste: Com o Lote nº 41 da quadra nº 03 do Loteamento Link numa extensão de 29,99m.

LOTE URBANO N.º 44 da quadra 03 do Loteamento Link, com área de 419,86m² (Quatrocentos e dezenove metros quadrados e oitenta e seis decímetros quadrados), distante 84,56 m da esquina com a Avenida Catarina Seger, situado do lado ímpar, com as seguintes confrontações:

-Norte: Com o Lote nº 45 da quadra nº 03 do Loteamento Link numa extensão de 14,00m.

-Sul: Com a Rua Bras Tomasi numa extensão de 14,00m. -Leste: Com o Lote nº 46 da quadra nº 03 do Loteamento Link numa extensão de 29,99m.

-Oeste: Com o Lote nº 42 da quadra nº 03 do Loteamento Link numa extensão de 29,99m.

LOTE URBANO N.º 45 da quadra 03 do Loteamento Link, com área de 419,86m² (Quatrocentos e dezenove metros quadrados e oitenta e seis decímetros quadrados), distante 66,99 m da esquina com a Avenida Catarina Seger, situado do lado par, com as seguintes confrontações:

-Norte: Com a Rua Abílio Mantelli numa extensão de 14,00m.

-Sul: Com o Lote nº 44 numa extensão de 14,00m. -Leste: Com o Lote nº 47 da quadra nº 03 do Loteamento Link numa extensão de 29,99m.

-Oeste: Com o Lote nº 43 da quadra nº 03 do Loteamento Link numa extensão de 29,99m.

LOTE URBANO N.º 46 da quadra 03 do Loteamento Link, com área de 419,86m² (Quatrocentos e dezenove metros quadrados e oitenta e seis decímetros quadrados), distante 98,56 m da esquina com a Avenida Catarina Seger, situado do lado ímpar, com as seguintes confrontações:

-Norte: Com o Lote nº 47 da quadra nº 03 do Loteamento Link numa extensão de 14,00m.

-Sul: Com a Rua Bras Tomasi numa extensão de 14,00m. -Leste:

Com o Lote nº 49 da quadra nº 03 do Loteamento Link numa extensão de 29,99m.

-Oeste: Com o Lote nº 44 da quadra nº 03 do Loteamento Link numa extensão de 29,99m.

LOTE URBANO N.º 47 da quadra 03 do Loteamento Link, com área de 444,43m² (Quatrocentos e quarenta e quatro metros quadrados e quarenta e três decímetros quadrados), distante 80,99 m da esquina com a Avenida Catarina Seger, situado do lado par, com as seguintes confrontações:

-Norte: Com a Rua Abílio Mantelli numa extensão de 9,18m.

-Sul: Com o Lote nº 46 da quadra nº 03 do Loteamento Link numa extensão de 14,00m e com o Lote nº 49 da quadra nº 03 do Loteamento Link numa extensão de 10,94m. -Nordeste: Com o Lote nº 48 (Área de preservação permanente) da quadra nº 03 do Loteamento Link numa extensão de 34,57m por linha circular.

-Oeste: Com o Lote nº 45 da quadra nº 03 do Loteamento Link numa extensão de 29,99m.

LOTE URBANO N.º 48 da quadra 03 do Loteamento Link, com área de 2.884,41m² (Dois mil oitocentos e oitenta e quatro metros quadrados e quarenta e um decímetros quadrados), distante 90,17 m da esquina com a Avenida Catarina Seger, situado do lado par, com as seguintes confrontações:

-Norte: Com a Rua Abílio Mantelli numa extensão de 74,19m.

-Sudoeste: Com a Rua Abílio Mantelli numa extensão de 3,62m por linha circular e com o Lote nº 47 da quadra nº 03 do Loteamento Link numa extensão de 34,57m por linha circular e com o Lote nº 49 da quadra nº 03 do Loteamento Link numa extensão de 4,00m por linha circular. -Sul: Com o Lote nº 50 da quadra nº 03 do Loteamento Link numa extensão de 18,14m por linha circular e com o Lote nº 51 da quadra nº 03 do Loteamento Link numa extensão de 40,30 por linha circular.

-Leste: Com o a Área de preservação permanente do Lote Rural nº 07 de propriedade de Antonio Pies matriculado sob nº 10998, numa extensão de 40,41m.

ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE – DESTINADA AO MUNICÍPIO DE PALMA SOLA

LOTE URBANO N.º 49 da quadra 03 do Loteamento Link, com área de 415,83m² (Quatrocentos e quinze metros quadrados e oitenta e três decímetros quadrados), distante 112,56 m da esquina com a Avenida Catarina Seger, situado do lado ímpar, com as seguintes confrontações:

-Norte: Com o Lote nº 47 da quadra nº 03 do Loteamento Link numa extensão de 10,94m.

-Nordeste: Com o Lote nº 48 da quadra nº 03 do Loteamento Link numa extensão de 4,00m por linha circular.

-Sul: Com a Rua Bras Tomasi numa extensão de 14,00m. -Leste: Com o Lote nº 50 da quadra nº 03 do Loteamento Link numa extensão de 27,41m.

-Oeste: Com o Lote nº 46 da quadra nº 03 do Loteamento Link numa extensão de 29,99m.

LOTE URBANO N.º 50 da quadra 03 do Loteamento Link, com área de 362,08m² (Trezentos e sessenta e dois metros quadrados e oito decímetros quadrados), distante 126,56 m da esquina com a Avenida Catarina Seger, situado do lado ímpar, com as seguintes confrontações:

-Norte: Com o Lote nº 48 da quadra nº 03 do Loteamento Link numa extensão de 18,14m por linha circular.

-Sul: Com a Rua Bras Tomasi numa extensão de 16,00m. -Leste: Com o Lote nº 51 da quadra nº 03 do Loteamento Link numa extensão de 19,08m.

-Oeste: Com o Lote nº 49 da quadra nº 03 do Loteamento Link numa extensão de 27,41m.

LOTE URBANO N.º 51 da quadra 03 do Loteamento Link, com área de 718,53m² (Setecentos e dezoito metros quadrados e cinquenta

e três decímetros quadrados), distante 142,56 m da esquina com a Avenida Catarina Seger, situado do lado ímpar, com as seguintes confrontações:

-Norte: Com o Lote nº 48 da quadra nº 03 do Loteamento Link numa extensão de 40,30m por linha circular.

-Sul: Com a Rua Bras Tomasi numa extensão de 39,00m. -Leste: Com o Lote Rural nº 07 de propriedade de Antonio Pies matriculado sob nº 10998, numa extensão de 23,18m.

-Oeste: Com o Lote nº 50 da quadra nº 03 do Loteamento Link numa extensão de 19,08m.

LOTE GRAVADO COMO ÁREA VERDE

QUADRA N.º 04 com 22 lotes urbanos denominados lotes n.º 52 a 73 com área de 13.490,86m2.

LOTE URBANO N.º 52 da quadra 04 do Loteamento Link, com área de 784,42m2 (Setecentos e oitenta e quatro metros quadrados e quarenta e dois decímetros quadrados), esquina da Rua Bras Tomasi com a Avenida Catarina Seger, situado do lado ímpar da Avenida Catarina Seger e do lado par da Rua Bras Tomasi, com as seguintes confrontações:

-Norte: Com a Rua Bras Tomasi numa extensão de 32,66m.

-Sul: Com o Lote nº 53 da quadra nº 04 do Loteamento Link numa extensão de 38,29m. -Leste: Com o Lote nº 57 da quadra nº 04 do Loteamento Link numa extensão de 21,91m.

-Nordeste: Com a Avenida Catarina Seger numa extensão de 18,77m.

-Oeste: Com a Avenida Catarina Seger numa extensão de 3,91m.

LOTE URBANO N.º 53 da quadra 04 do Loteamento Link, com área de 862,02m2 (Oitocentos e sessenta e dois metros quadrados e dois decímetros quadrados), distante 22,68 m da esquina com a Rua Bras Tomasi, situado do lado ímpar, com as seguintes confrontações:

-Norte: Com o Lote nº 52 da quadra 04 do Loteamento Link numa extensão de 38,29m.

-Sul: Com o Lote nº 54 da quadra nº 04 do Loteamento Link numa extensão de 40,29m. -Leste: Com o Lote nº 57 da quadra nº 04 do Loteamento Link numa extensão de 21,94m.

-Oeste: Com a Avenida Catarina Seger numa extensão de 22,03m.

LOTE URBANO N.º 54 da quadra 04 do Loteamento Link, com área de 903,84m2 (Novecentos e três metros quadrados e oitenta e quatro decímetros quadrados), distante 22,00 m da esquina com a Rua Gardino Ferraz, situado do lado ímpar, com as seguintes confrontações:

-Norte: Com o Lote nº 53 da quadra 04 do Loteamento Link numa extensão de 40,29m.

-Sul: Com o Lote nº 55 da quadra nº 04 do Loteamento Link numa extensão de 42,29m. -Leste: Com o Lote nº 56 da quadra nº 04 do Loteamento Link numa extensão de 21,89m.

-Oeste: Com a Avenida Catarina Seger numa extensão de 21,98m.

LOTE URBANO N.º 55 da quadra 04 do Loteamento Link, com área de 948,48m2 (Novecentos e quarenta e oito metros quadrados e quarenta e oito decímetros quadrados), esquina da Rua Gardino Ferraz com a Avenida Catarina Seger, situado do lado ímpar de ambas as ruas, com as seguintes confrontações:

-Norte: Com o Lote nº 54 da quadra 04 do Loteamento Link numa extensão de 42,29m.

-Sul: Com a Rua Gardino Ferraz numa extensão de 44,29m. -Leste: Com o Lote nº 56 da quadra nº 04 do Loteamento Link numa extensão de 21,91m.

-Oeste: Com a Avenida Catarina Seger numa extensão de 22,00m.

LOTE URBANO N.º 56 da quadra 04 do Loteamento Link, com área de 613,20m2 (Seiscentos e treze metros quadrados e vinte decímetros quadrados), distante 44,29 m da esquina com a Avenida Catarina Seger, situado do lado ímpar, com as seguintes confrontações:

-Norte: Com o Lote nº 57 da quadra nº 04 do Loteamento Link

numa extensão de 14,00m.

-Sul: Com a Rua Gardino Ferraz numa extensão de 14,00m. -Leste: Com o Lote nº 59 da quadra nº 04 do Loteamento Link numa extensão de 43,80m.

-Oeste: Com o Lote nº 54 da quadra nº 04 do Loteamento Link numa extensão de 21,89m e com o Lote nº 55 da quadra nº 04 do Loteamento Link numa extensão de 21,91m.

LOTE URBANO N.º 57 da quadra 04 do Loteamento Link, com área de 613,90m2 (Seiscentos e treze metros quadrados e noventa decímetros quadrados), distante 32,66 m da esquina com a Avenida Catarina Seger, situado do lado par, com as seguintes confrontações:

-Norte: Com a Rua Bras Tomasi numa extensão de 14,00m.

-Sul: Com o Lote nº 56 da quadra nº 04 do Loteamento Link numa extensão de 14,00m. -Leste: Com o Lote nº 58 da quadra nº 04 do Loteamento Link numa extensão de 43,85m.

-Oeste: Com o Lote nº 52 da quadra nº 04 do Loteamento Link numa extensão de 21,91m e com o Lote nº 53 da quadra nº 04 do Loteamento Link numa extensão de 21,94m.

LOTE URBANO N.º 58 da quadra 04 do Loteamento Link, com área de 613,90m2 (Seiscentos e treze metros quadrados e noventa decímetros quadrados), distante 46,66 m da esquina com a Avenida Catarina Seger, situado do lado par, com as seguintes confrontações:

-Norte: Com a Rua Bras Tomasi numa extensão de 14,00m.

-Sul: Com o Lote nº 59 da quadra nº 04 do Loteamento Link numa extensão de 14,00m. -Leste: Com o Lote nº 61 da quadra nº 04 do Loteamento Link numa extensão de 43,85m.

-Oeste: Com o Lote nº 57 da quadra nº 04 do Loteamento Link numa extensão de 43,85 m.

LOTE URBANO N.º 59 da quadra 04 do Loteamento Link, com área de 613,20m2 (Seiscentos e treze metros quadrados e vinte decímetros quadrados), distante 58,29 m da esquina com a Avenida Catarina Seger, situado do lado ímpar, com as seguintes confrontações:

-Norte: Com o Lote nº 58 da quadra nº 04 do Loteamento Link numa extensão de 14,00m.

-Sul: Com a Rua Gardino Ferraz numa extensão de 14,00m. -Leste: Com o Lote nº 60 da quadra nº 04 do Loteamento Link numa extensão de 43,80m.

-Oeste: Com o Lote nº 56 da quadra nº 04 do Loteamento Link numa extensão de 43,80m.

LOTE URBANO N.º 60 da quadra 04 do Loteamento Link, com área de 613,20m2 (Seiscentos e treze metros quadrados e vinte decímetros quadrados), distante 72,29 m da esquina com a Avenida Catarina Seger, situado do lado ímpar, com as seguintes confrontações:

-Norte: Com o Lote nº 61 da quadra nº 04 do Loteamento Link numa extensão de 14,00m.

-Sul: Com a Rua Gardino Ferraz numa extensão de 14,00m. -Leste: Com o Lote nº 63 da quadra nº 04 do Loteamento Link numa extensão de 43,80m.

-Oeste: Com o Lote nº 59 da quadra nº 04 do Loteamento Link numa extensão de 43,80m.

LOTE URBANO N.º 61 da quadra 04 do Loteamento Link, com área de 613,90m2 (Seiscentos e treze metros quadrados e noventa decímetros quadrados), distante 60,66 m da esquina com a Avenida Catarina Seger, situado do lado par, com as seguintes confrontações:

-Norte: Com a Rua Bras Tomasi numa extensão de 14,00m.

-Sul: Com o Lote nº 60 da quadra nº 04 do Loteamento Link numa extensão de 14,00m. -Leste: Com o Lote nº 62 da quadra nº 04 do Loteamento Link numa extensão de 43,85m.

-Oeste: Com o Lote nº 58 da quadra nº 04 do Loteamento Link numa extensão de 43,85 m.

LOTE URBANO N.º 62 da quadra 04 do Loteamento Link, com área de 613,90m² (Seiscentos e treze metros quadrados e noventa décimos quadrados), distante 58,00 m da esquina com a Rua José Germano Link, situado do lado par, com as seguintes confrontações:

-Norte: Com a Rua Bras Tomazi numa extensão de 14,00m.
-Sul: Com o Lote nº 63 da quadra nº 04 do Loteamento Link numa extensão de 14,00m. -Leste: Com o Lote nº 65 da quadra nº 04 do Loteamento Link numa extensão de 43,85m.
-Oeste: Com o Lote nº 61 da quadra nº 04 do Loteamento Link numa extensão de 43,85 m.

LOTE URBANO N.º 63 da quadra 04 do Loteamento Link, com área de 613,20m² (Seiscentos e treze metros quadrados e vinte décimos quadrados), distante 58,00 m da esquina com a Rua José Germano Link, situado do lado ímpar, com as seguintes confrontações:
-Norte: Com o Lote nº 62 da quadra nº 04 do Loteamento Link numa extensão de 14,00m.

-Sul: Com a Rua Gardino Ferraz numa extensão de 14,00m. -Leste: Com o Lote nº 64 da quadra nº 04 do Loteamento Link numa extensão de 43,80m.
-Oeste: Com o Lote nº 60 da quadra nº 04 do Loteamento Link numa extensão de 43,80m.

LOTE URBANO N.º 64 da quadra 04 do Loteamento Link, com área de 613,20m² (Seiscentos e treze metros quadrados e vinte décimos quadrados), distante 44,00 m da esquina com a Rua José Germano Link, situado do lado ímpar, com as seguintes confrontações:
-Norte: Com o Lote nº 65 da quadra nº 04 do Loteamento Link numa extensão de 14,00m.

-Sul: Com a Rua Gardino Ferraz numa extensão de 14,00m. -Leste: Com o Lote nº 67 da quadra nº 04 do Loteamento Link numa extensão de 43,80m.
-Oeste: Com o Lote nº 63 da quadra nº 04 do Loteamento Link numa extensão de 43,80m.

LOTE URBANO N.º 65 da quadra 04 do Loteamento Link, com área de 613,90m² (Seiscentos e treze metros quadrados e noventa décimos quadrados), distante 44,00 m da esquina com a Rua José Germano Link, situado do lado par, com as seguintes confrontações:

-Norte: Com a Rua Bras Tomazi numa extensão de 14,00m.
-Sul: Com o Lote nº 64 da quadra nº 04 do Loteamento Link numa extensão de 14,00m. -Leste: Com o Lote nº 66 da quadra nº 04 do Loteamento Link numa extensão de 43,85m.
-Oeste: Com o Lote nº 62 da quadra nº 04 do Loteamento Link numa extensão de 43,85 m.

LOTE URBANO N.º 66 da quadra 04 do Loteamento Link, com área de 613,90m² (Seiscentos e treze metros quadrados e noventa décimos quadrados), distante 30,00 m da esquina com a Rua José Germano Link, situado do lado par, com as seguintes confrontações:

-Norte: Com a Rua Bras Tomazi numa extensão de 14,00m.
-Sul: Com o Lote nº 67 da quadra nº 04 do Loteamento Link numa extensão de 14,00m. -Leste: Com o Lote nº 71 da quadra nº 04 do Loteamento Link numa extensão de 14,60m, com o Lote nº 72 da quadra nº 04 do Loteamento Link numa extensão de 14,60m e com o Lote nº 73 da quadra nº 04 do Loteamento Link numa extensão de 14,65m.
-Oeste: Com o Lote nº 65 da quadra nº 04 do Loteamento Link numa extensão de 43,85 m.

LOTE URBANO N.º 67 da quadra 04 do Loteamento Link, com área de 613,20m² (Seiscentos e treze metros quadrados e vinte décimos quadrados), distante 30,00 m da esquina com a Rua José Germano Link, situado do lado ímpar, com as seguintes confrontações:
-Norte: Com o Lote nº 66 da quadra nº 04 do Loteamento Link numa extensão de 14,00m.

-Sul: Com a Rua Gardino Ferraz numa extensão de 14,00m. -Leste: Com o Lote nº 68 da quadra nº 04 do Loteamento Link numa extensão de 14,60m, com o Lote nº 69 da quadra nº 04 do Loteamento Link numa extensão de 14,60m e com o Lote nº 70 da quadra nº 04 do Loteamento Link numa extensão de 14,60m.
-Oeste: Com o Lote nº 64 da quadra nº 04 do Loteamento Link numa extensão de 43,80m.

LOTE URBANO N.º 68 da quadra 04 do Loteamento Link, com área de 438,00m² (Quatrocentos e trinta e oito metros quadrados), esquina das Ruas José Germano Link e Gardino Ferraz, situado do lado par da Rua José Germano Link e lado ímpar da Rua Gardino Ferraz, com as seguintes confrontações:

-Norte: Com o Lote nº 69 da quadra nº 04 do Loteamento Link numa extensão de 30,00m.
-Sul: Com a Rua Gardino Ferraz numa extensão de 30,00m. -Leste: Com a Rua José Germano Link numa extensão de 14,60m.
-Oeste: Com o Lote nº 67 da quadra nº 04 do Loteamento Link numa extensão de 14,60m.

LOTE URBANO N.º 69 da quadra 04 do Loteamento Link, com área de 438,00m² (Quatrocentos e trinta e oito metros quadrados), distante 14,60 m da esquina com a Rua Gardino Ferraz, situado do lado par, com as seguintes confrontações:

-Norte: Com o Lote nº 70 da quadra nº 04 do Loteamento Link numa extensão de 30,00m.
-Sul: Com o Lote nº 68 da quadra nº 04 do Loteamento Link numa extensão de 30,00 m. -Leste: Com a Rua José Germano Link numa extensão de 14,60m.
-Oeste: Com o Lote nº 67 da quadra nº 04 do Loteamento Link numa extensão de 14,60m.

LOTE URBANO N.º 70 da quadra 04 do Loteamento Link, com área de 438,00m² (Quatrocentos e trinta e oito metros quadrados), distante 29,20 m da esquina com a Rua Gardino Ferraz, situado do lado par, com as seguintes confrontações:

-Norte: Com o Lote nº 71 da quadra nº 04 do Loteamento Link numa extensão de 30,00m.
-Sul: Com o Lote nº 69 da quadra nº 04 do Loteamento Link numa extensão de 30,00 m. -Leste: Com a Rua José Germano Link numa extensão de 14,60m.
-Oeste: Com o Lote nº 67 da quadra nº 04 do Loteamento Link numa extensão de 14,60m.

LOTE URBANO N.º 71 da quadra 04 do Loteamento Link, com área de 438,00m² (Quatrocentos e trinta e oito metros quadrados), distante 29,25 m da esquina com a Rua Bras Tomasi, situado do lado par, com as seguintes confrontações:

-Norte: Com o Lote nº 72 da quadra nº 04 do Loteamento Link numa extensão de 30,00m.
-Sul: Com o Lote nº 70 da quadra nº 04 do Loteamento Link numa extensão de 30,00 m. -Leste: Com a Rua José Germano Link numa extensão de 14,60m.
-Oeste: Com o Lote nº 66 da quadra nº 04 do Loteamento Link numa extensão de 14,60m.

LOTE URBANO N.º 72 da quadra 04 do Loteamento Link, com área de 438,00m² (Quatrocentos e trinta e oito metros quadrados), distante 14,65 m da esquina com a Rua Bras Tomasi, situado do lado par, com as seguintes confrontações:

-Norte: Com o Lote nº 73 da quadra nº 04 do Loteamento Link numa extensão de 30,00m.
-Sul: Com o Lote nº 71 da quadra nº 04 do Loteamento Link numa extensão de 30,00 m. -Leste: Com a Rua José Germano Link numa extensão de 14,60m.
-Oeste: Com o Lote nº 66 da quadra nº 04 do Loteamento Link numa extensão de 14,60m.

LOTE URBANO N.º 73 da quadra 04 do Loteamento Link, com área

de 439,50m² (Quatrocentos e trinta e nove metros quadrados e cinquenta décimos quadrados), esquina das Ruas José Germano Link e Bras Tomasi, situado do lado par de ambas as ruas, com as seguintes confrontações:

-Norte: Com a Rua Bras Tomasi numa extensão de 30,00m.

-Sul: Com o Lote nº 72 da quadra nº 04 do Loteamento Link numa extensão de 30,00 m. -Leste: Com a Rua José Germano Link numa extensão de 14,65m.

-Oeste: Com o Lote nº 66 da quadra nº 04 do Loteamento Link numa extensão de 14,65m.

QUADRA N.º 05 com 21 lotes urbanos denominados lotes n.º 74 a 94 com área de 6.905,25m².

LOTE URBANO N.º 74 da quadra 05 do Loteamento Link, com área de 301,38m² (Trezentos e um metros quadrados e trinta e oito décimos quadrados), esquina da Rua Gardino Ferraz com a Avenida Catarina Seger, situado do lado ímpar da Avenida Catarina Seger e lado par da Rua Gardino Ferraz, com as seguintes confrontações:

-Norte: Com a Rua Gardino Ferraz numa extensão de 24,57m.

-Sul: Com o Lote nº 75 da quadra nº 05 do Loteamento Link numa extensão de 25,66 m. -Leste: Com o Lote nº 78 da quadra nº 05 do Loteamento Link numa extensão de 12,00m.

-Oeste: Com a Avenida Catarina Seger numa extensão de 12,05m.

LOTE URBANO N.º 75 da quadra 05 do Loteamento Link, com área de 314,52m² (Trezentos e quatorze metros quadrados e cinquenta e dois décimos quadrados), distante 12,05 m da esquina com a Rua Gardino Ferraz, situado do lado ímpar, com as seguintes confrontações:

-Norte: Com o Lote nº 74 da quadra nº 05 do Loteamento Link numa extensão de 25,66m.

-Sul: Com o Lote nº 76 da quadra nº 05 do Loteamento Link numa extensão de 26,76 m. -Leste: Com o Lote nº 77 da quadra nº 05 do Loteamento Link numa extensão de 4,00m e com o Lote nº 78 da quadra nº 05 do Loteamento link numa extensão de 8,00m.

-Oeste: Com a Avenida Catarina Seger numa extensão de 12,05m.

LOTE URBANO N.º 76 da quadra 05 do Loteamento Link, com área de 377,22m² (Trezentos e setenta e sete metros quadrados e vinte e dois décimos quadrados), esquina da Rua Odilo Antônio Link com a Avenida Catarina Seger, situado do lado ímpar de ambas as ruas, com as seguintes confrontações:

-Norte: Com o Lote nº 75 da quadra nº 05 do Loteamento Link numa extensão de 26,76m.

-Sul: Com a Rua Odilo Antônio Link numa extensão de 27,99 m.

-Leste: Com o Lote nº 77 da quadra nº 05 do Loteamento Link numa extensão de 14,81m.

-Oeste: Com a Avenida Catarina Seger numa extensão de 12,80m.

LOTE URBANO N.º 77 da quadra 05 do Loteamento Link, com área de 310,40m² (Trezentos e dez metros quadrados e quarenta e dois décimos quadrados), distante 27,99 m da esquina com a Avenida Catarina Seger, situado do lado ímpar, com as seguintes confrontações:

-Norte: Com o Lote nº 78 da quadra nº 05 do Loteamento Link numa extensão de 16,00m.

-Sul: Com a Rua Odilo Antônio Link numa extensão de 16,04 m.

-Leste: Com o Lote nº 80 da quadra nº 05 do Loteamento Link numa extensão de 19,99m.

-Oeste: Com o Lote nº 75 da quadra nº 05 do Loteamento Link numa extensão de 4,00m e com o Lote nº 76 da quadra nº 05 do Loteamento Link numa extensão de 14,81m.

LOTE URBANO N.º 78 da quadra 05 do Loteamento Link, com área de 320,00m² (Trezentos e vinte metros quadrados), distante 24,57 m da esquina com a Avenida Catarina Seger, situado do lado par, com as seguintes confrontações:

-Norte: Com a Rua Gardino Ferraz numa extensão de 16,00m.

-Sul: Com o Lote nº 77 da quadra nº 05 do Loteamento Link numa extensão de 16,00 m. -Leste: Com o Lote nº 79 da quadra nº 05 do Loteamento Link numa extensão de 20,00m.

-Oeste: Com o Lote nº 74 da quadra nº 05 do Loteamento Link numa extensão de 12,00m e com o Lote nº 75 da quadra nº 05 do Loteamento Link numa extensão de 8,00m.

LOTE URBANO N.º 79 da quadra 05 do Loteamento Link, com área de 320,00m² (Trezentos e vinte metros quadrados), distante 40,57 m da esquina com a Avenida Catarina Seger, situado do lado par, com as seguintes confrontações:

-Norte: Com a Rua Gardino Ferraz numa extensão de 16,00m.

-Sul: Com o Lote nº 80 da quadra nº 05 do Loteamento Link numa extensão de 16,00 m. -Leste: Com o Lote nº 82 da quadra nº 05 do Loteamento Link numa extensão de 20,00m.

-Oeste: Com o Lote nº 78 da quadra nº 05 do Loteamento Link numa extensão de 20,00m.

LOTE URBANO N.º 80 da quadra 05 do Loteamento Link, com área de 329,28m² (Trezentos e vinte e nove metros quadrados e vinte e oito décimos quadrados), distante 44,03 m da esquina com a Avenida Catarina Seger, situado do lado ímpar, com as seguintes confrontações:

-Norte: Com o Lote nº 79 da quadra nº 05 do Loteamento Link numa extensão de 16,00m.

-Sul: Com a Rua Odilo Antônio Link numa extensão de 16,04 m.

-Leste: Com o Lote nº 81 da quadra nº 05 do Loteamento Link numa extensão de 21,17m.

-Oeste: Com o Lote nº 77 da quadra nº 05 do Loteamento Link numa extensão de 19,99m.

LOTE URBANO N.º 81 da quadra 05 do Loteamento Link, com área de 348,24m² (Trezentos e quarenta e oito metros quadrados e vinte e quatro décimos quadrados), distante 60,07 m da esquina com a Avenida Catarina Seger, situado do lado ímpar, com as seguintes confrontações:

-Norte: Com o Lote nº 82 da quadra nº 05 do Loteamento Link numa extensão de 16,00m.

-Sul: Com a Rua Odilo Antônio Link numa extensão de 16,04 m.

-Leste: Com o Lote nº 83 da quadra nº 05 do Loteamento Link numa extensão de 1,71m e com o Lote nº 84 da quadra nº 05 do Loteamento Link numa extensão de 20,64m.

-Oeste: Com o Lote nº 80 da quadra nº 05 do Loteamento Link numa extensão de 21,17m.

LOTE URBANO N.º 82 da quadra 05 do Loteamento Link, com área de 320,00m² (Trezentos e vinte metros quadrados), distante 56,57 m da esquina com a Avenida Catarina Seger, situado do lado par, com as seguintes confrontações:

-Norte: Com a Rua Gardino Ferraz numa extensão de 16,00m.

-Sul: Com o Lote nº 81 da quadra nº 05 do Loteamento Link numa extensão de 16,00 m. -Leste: Com o Lote nº 83 da quadra nº 05 do Loteamento Link numa extensão de 20,00m.

-Oeste: Com o Lote nº 79 da quadra nº 05 do Loteamento Link numa extensão de 20,00m.

LOTE URBANO N.º 83 da quadra 05 do Loteamento Link, com área de 314,80m² (Trezentos e quatorze metros quadrados e oitenta e dois décimos quadrados), distante 72,50 m da esquina com a Rua José Germano Link, situado do lado par, com as seguintes confrontações:

-Norte: Com a Rua Gardino Ferraz numa extensão de 14,50m.

-Sul: Com o Lote nº 84 da quadra nº 05 do Loteamento Link numa extensão de 14,50 m. -Leste: Com o Lote nº 86 da quadra nº 05 do Loteamento Link numa extensão de 21,71m.

-Oeste: Com o Lote nº 81 da quadra nº 05 do Loteamento Link numa extensão de 1,71m e com o Lote nº 82 da quadra nº 05 do Loteamento Link numa extensão de 20,00m.

LOTE URBANO N.º 84 da quadra 05 do Loteamento Link, com área

de 307,04m² (Trezentos e sete metros quadrados e quatro décimos quadrados), distante 72,70 m da esquina com a Rua José Germano Link, situado do lado ímpar, com as seguintes confrontações:

-Norte: Com o Lote nº 83 da quadra nº 05 do Loteamento Link numa extensão de 14,50m.

-Sul: Com a Rua Odilo Antônio Link numa extensão de 14,54 m.

-Leste: Com o Lote nº 85 da quadra nº 05 do Loteamento Link numa extensão de 21,71m.

-Oeste: Com o Lote nº 81 da quadra nº 05 do Loteamento Link numa extensão de 20,64m.

LOTE URBANO N.º 85 da quadra 05 do Loteamento Link, com área de 322,63m² (Trezentos e vinte e dois metros quadrados e sessenta e três décimos quadrados), distante 58,16 m da esquina com a Rua José Germano Link, situado do lado ímpar, com as seguintes confrontações:

-Norte: Com o Lote nº 86 da quadra nº 05 do Loteamento Link numa extensão de 14,50m.

-Sul: Com a Rua Odilo Antônio Link numa extensão de 14,54 m.

-Leste: Com o Lote nº 87 da quadra nº 05 do Loteamento Link numa extensão de 2,29m e com o Lote nº 88 da quadra nº 05 do Loteamento Link numa extensão de 20,50m.

-Oeste: Com o Lote nº 84 da quadra nº 05 do Loteamento Link numa extensão de 21,71m.

LOTE URBANO N.º 86 da quadra 05 do Loteamento Link, com área de 314,80m² (Trezentos e quatorze metros quadrados e oitenta décimos quadrados), distante 58,00 m da esquina com a Rua José Germano Link, situado do lado par, com as seguintes confrontações:

-Norte: Com a Rua Gardino Ferraz numa extensão de 14,50m.

-Sul: Com o Lote nº 85 da quadra nº 05 do Loteamento Link numa extensão de 14,50 m. -Leste: Com o Lote nº 87 da quadra nº 05 do Loteamento Link numa extensão de 21,71m.

-Oeste: Com o Lote nº 83 da quadra nº 05 do Loteamento Link numa extensão de 21,71m.

LOTE URBANO N.º 87 da quadra 05 do Loteamento Link, com área de 336,00m² (Trezentos e trinta e seis metros quadrados), distante 44,00 m da esquina com a Rua José Germano Link, situado do lado par, com as seguintes confrontações:

-Norte: Com a Rua Gardino Ferraz numa extensão de 14,00m.

-Sul: Com o Lote nº 88 da quadra nº 05 do Loteamento Link numa extensão de 14,00 m. -Leste: Com o Lote nº 90 da quadra nº 05 do Loteamento Link numa extensão de 24,00m.

-Oeste: Com o Lote nº 85 da quadra nº 05 do Loteamento Link numa extensão de 2,29m e com o Lote nº 86 da quadra nº 05 do Loteamento Link numa extensão de 21,71m.

LOTE URBANO N.º 88 da quadra 05 do Loteamento Link, com área de 294,21m² (Duzentos e noventa e quatro metros quadrados e vinte e um décimos quadrados), distante 44,12 m da esquina com a Rua José Germano Link, situado do lado ímpar, com as seguintes confrontações:

-Norte: Com o Lote nº 87 da quadra nº 05 do Loteamento Link numa extensão de 14,00m.

-Sul: Com a Rua Odilo Antônio Link numa extensão de 14,04 m.

-Leste: Com o Lote nº 89 da quadra nº 05 do Loteamento Link numa extensão de 21,53m.

-Oeste: Com o Lote nº 85 da quadra nº 05 do Loteamento Link numa extensão de 20,50m.

LOTE URBANO N.º 89 da quadra 05 do Loteamento Link, com área de 308,63m² (Trezentos e oito metros quadrados e sessenta e três décimos quadrados), distante 30,08 m da esquina com a Rua José Germano Link, situado do lado ímpar, com as seguintes confrontações:

-Norte: Com o Lote nº 90 da quadra nº 05 do Loteamento Link numa extensão de 14,00m.

-Sul: Com a Rua Odilo Antônio Link numa extensão de 14,04 m.

-Leste: Com o Lote nº 93 da quadra nº 05 do Loteamento Link numa extensão de 12,00m e com o Lote nº 94 da quadra nº 05 do Loteamento Link numa extensão de 10,56m.

-Oeste: Com o Lote nº 88 da quadra nº 05 do Loteamento Link numa extensão de 21,53m.

LOTE URBANO N.º 90 da quadra 05 do Loteamento Link, com área de 336,00m² (Trezentos e trinta e seis metros quadrados), distante 30,00 m da esquina com a Rua José Germano Link, situado do lado par, com as seguintes confrontações:

-Norte: Com a Rua Gardino Ferraz numa extensão de 14,00m.

-Sul: Com o Lote nº 89 da quadra nº 05 do Loteamento Link numa extensão de 14,00 m. -Leste: Com o Lote nº 91 da quadra nº 05 do Loteamento Link numa extensão de 12,00m e com o Lote nº 92 da quadra nº 05 do Loteamento Link numa extensão de 12,00m.

-Oeste: Com o Lote nº 87 da quadra nº 05 do Loteamento Link numa extensão de 24,00m.

LOTE URBANO N.º 91 da quadra 05 do Loteamento Link, com área de 360,00m² (Trezentos e sessenta metros quadrados), esquina das Ruas José Germano Link e Gardino Ferraz, situado do lado par de ambas as ruas, com as seguintes confrontações:

-Norte: Com a Rua Gardino Ferraz numa extensão de 30,00m.

-Sul: Com o Lote nº 92 da quadra nº 05 do Loteamento Link numa extensão de 30,00 m. -Leste: Com a Rua José Germano Link numa extensão de 12,00m.

-Oeste: Com o Lote nº 90 da quadra nº 05 do Loteamento Link numa extensão de 12,00m.

LOTE URBANO N.º 92 da quadra 05 do Loteamento Link, com área de 360,00m² (Trezentos e sessenta metros quadrados), distante 12,00 m da esquina com a Rua Gardino Ferraz, situado do lado par, com as seguintes confrontações:

-Norte: Com o Lote nº 91 da quadra nº 05 do Loteamento Link numa extensão de 30,00m.

-Sul: Com o Lote nº 93 da quadra nº 05 do Loteamento Link numa extensão de 30,00 m. -Leste: Com a Rua José Germano Link numa extensão de 12,00m.

-Oeste: Com o Lote nº 90 da quadra nº 05 do Loteamento Link numa extensão de 12,00m.

LOTE URBANO N.º 93 da quadra 05 do Loteamento Link, com área de 360,00m² (Trezentos e sessenta metros quadrados), distante 12,78 m da esquina com a Rua Odilo Antônio Link, situado do lado par, com as seguintes confrontações:

-Norte: Com o Lote nº 92 da quadra nº 05 do Loteamento Link numa extensão de 30,00m.

-Sul: Com o Lote nº 94 da quadra nº 05 do Loteamento Link numa extensão de 30,00 m. -Leste: Com a Rua José Germano Link numa extensão de 12,00m.

-Oeste: Com o Lote nº 89 da quadra nº 05 do Loteamento Link numa extensão de 12,00m.

LOTE URBANO N.º 94 da quadra 05 do Loteamento Link, com área de 350,10m² (Trezentos e cinquenta metros quadrados e dez décimos quadrados), esquina das Ruas José Germano Link e Odilo Antônio Link, situado do lado ímpar da Rua Odilo Antônio Link e lado par da Rua José Germano Link, com as seguintes confrontações:

-Norte: Com o Lote nº 93 da quadra nº 05 do Loteamento Link numa extensão de 30,00m.

-Sul: Com a Rua Odilo Antônio Link numa extensão de 30,08 m.

-Leste: Com a Rua José Germano Link numa extensão de 12,78m.

-Oeste: Com o Lote nº 89 da quadra nº 05 do Loteamento Link numa extensão de 10,56m.

QUADRA N.º 06 com 04 lotes urbanos denominados lotes n.º 95 a 98 com área de 1.268,38m².

LOTE URBANO N.º 95 da quadra 06 do Loteamento Link, com área de 368,38m² (Trezentos e sessenta e oito metros quadrados e trinta e oito décimos quadrados), esquina das Ruas José Germano Link e Odilo Antônio Link, situado do lado ímpar de ambas as ruas, com as seguintes confrontações:

-Norte: Com o Lote nº 96 da quadra nº 06 do Loteamento Link numa extensão de 25,00m.

-Sul: Com a Rua Odilo Antônio Link numa extensão de 25,07 m.

-Leste: Com o Lote Rural nº 07 de propriedade de Antonio Pies matriculado sob nº 10998, numa extensão de 15,66m.

-Oeste: Com a Rua José Germano Link numa extensão de 13,81m.

LOTE URBANO N.º 96 da quadra 06 do Loteamento Link, com área de 300,00m² (Trezentos metros quadrados), distante 13,81 m da esquina com a Rua Odilo Antônio Link, situado do lado ímpar, com as seguintes confrontações:

-Norte: Com o Lote nº 97 da quadra nº 06 do Loteamento Link numa extensão de 25,00m.

-Sul: Com o Lote nº 95 da quadra nº 06 do Loteamento Link numa extensão de 25,00 m. -Leste: Com o Lote Rural nº 07 de propriedade de Antonio Pies matriculado sob nº 10998, numa extensão de 12,00m.

-Oeste: Com a Rua José Germano Link numa extensão de 12,00m.

LOTE URBANO N.º 97 da quadra 06 do Loteamento Link, com área de 300,00m² (Trezentos metros quadrados), distante 12,00 m da esquina com a Rua Gardino Ferraz, situado do lado ímpar, com as seguintes confrontações:

-Norte: Com o Lote nº 98 da quadra nº 06 do Loteamento Link numa extensão de 25,00m.

-Sul: Com o Lote nº 96 da quadra nº 06 do Loteamento Link numa extensão de 25,00 m. -Leste: Com o Lote Rural nº 07 de propriedade de Antonio Pies matriculado sob nº 10998, numa extensão de 12,00m.

-Oeste: Com a Rua José Germano Link numa extensão de 12,00m.

LOTE URBANO N.º 98 da quadra 06 do Loteamento Link, com área de 300,00m² (Trezentos metros quadrados), esquina com as Ruas José Germano Link e Gardino Ferraz, situado do lado ímpar da Rua José Germano Link e par da Rua Gardino Ferraz, com as seguintes confrontações:

-Norte: Com a Rua Gardino Ferraz numa extensão de 25,00m.

-Sul: Com o Lote nº 97 da quadra nº 06 do Loteamento Link numa extensão de 25,00 m. -Leste: Com o Lote Rural nº 07 de propriedade de Antonio Pies matriculado sob nº 10998, numa extensão de 12,00m.

-Oeste: Com a Rua José Germano Link numa extensão de 12,00m.

QUADRA N.º 07 com 06 lotes urbanos denominados lotes n.ºs 99 a 104 com área de 2.191,14m².

LOTE URBANO N.º 99 da quadra 07 do Loteamento Link, com área de 365,00m² (Trezentos e sessenta e cinco metros quadrados), esquina com as Ruas José Germano Link e Gardino Ferraz, situado do lado ímpar de ambas as ruas, com as seguintes confrontações:

-Norte: Com o Lote nº 100 da quadra nº 07 do Loteamento Link numa extensão de 25,00m.

-Sul: Com a Rua Gardino Ferraz numa extensão de 25,00 m. -Leste: Com o Lote Rural nº 07 de propriedade de Antonio Pies matriculado sob nº 10998, numa extensão de 14,60m.

-Oeste: Com a Rua José Germano Link numa extensão de 14,60m.

LOTE URBANO N.º 100 da quadra 07 do Loteamento Link, com área de 365,00m² (Trezentos e sessenta e cinco metros quadrados), distante 14,60 m da esquina com a Rua Gardino Ferraz, situado do lado ímpar, com as seguintes confrontações:

-Norte: Com o Lote nº 101 da quadra nº 07 do Loteamento Link numa extensão de 25,00m.

-Sul: Com o Lote nº 99 da quadra nº 07 do Loteamento Link numa extensão de 25,00m.

-Leste: Com o Lote Rural nº 07 de propriedade de Antonio Pies matriculado sob nº 10998, numa extensão de 14,60m.

-Oeste: Com a Rua José Germano Link numa extensão de 14,60m.

LOTE URBANO N.º 101 da quadra 07 do Loteamento Link, com área de 365,00m² (Trezentos e sessenta e cinco metros quadrados), distante 29,20 m da esquina com a Rua Gardino Ferraz, situado do lado ímpar, com as seguintes confrontações:

-Norte: Com o Lote nº 102 da quadra nº 07 do Loteamento Link numa extensão de 25,00m.

-Sul: Com o Lote nº 100 da quadra nº 07 do Loteamento Link numa extensão de 25,00m.

-Leste: Com o Lote Rural nº 07 de propriedade de Antonio Pies matriculado sob nº 10998, numa extensão de 14,60m.

-Oeste: Com a Rua José Germano Link numa extensão de 14,60m.

LOTE URBANO N.º 102 da quadra 07 do Loteamento Link, com área de 365,00m² (Trezentos e sessenta e cinco metros quadrados), distante 29,25 m da esquina com a Rua Bras Tomasi, situado do lado ímpar, com as seguintes confrontações:

-Norte: Com o Lote nº 103 da quadra nº 07 do Loteamento Link numa extensão de 25,00m.

-Sul: Com o Lote nº 101 da quadra nº 07 do Loteamento Link numa extensão de 25,00m.

-Leste: Com o Lote Rural nº 07 de propriedade de Antonio Pies matriculado sob nº 10998, numa extensão de 14,60m.

-Oeste: Com a Rua José Germano Link numa extensão de 14,60m.

LOTE URBANO N.º 103 da quadra 07 do Loteamento Link, com área de 365,00m² (Trezentos e sessenta e cinco metros quadrados), distante 14,65 m da esquina com a Rua Bras Tomasi, situado do lado ímpar, com as seguintes confrontações:

-Norte: Com o Lote nº 104 da quadra nº 07 do Loteamento Link numa extensão de 25,00m.

-Sul: Com o Lote nº 102 da quadra nº 07 do Loteamento Link numa extensão de 25,00m.

-Leste: Com o Lote Rural nº 07 de propriedade de Antonio Pies matriculado sob nº 10998, numa extensão de 14,60m.

-Oeste: Com a Rua José Germano Link numa extensão de 14,60m.

LOTE URBANO N.º 104 da quadra 07 do Loteamento Link, com área de 366,14m² (Trezentos e sessenta e seis metros quadrados e quatorze décimos quadrados), esquina com as Ruas José Germano Link e Bras Tomasi, situado do lado ímpar da Rua José Germano Link e par da Rua Bras Tomasi, com as seguintes confrontações:

-Norte: Com a Rua Bras Tomasi numa extensão de 25,00m.

-Sul: Com o Lote nº 103 da quadra nº 07 do Loteamento Link numa extensão de 25,00m.

-Leste: Com o Lote Rural nº 07 de propriedade de Antonio Pies matriculado sob nº 10998, numa extensão de 14,65m.

-Oeste: Com a Rua José Germano Link numa extensão de 14,65m.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário,

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,

18 de abril de 2017.

Cleomar José Mantelli

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Elizete T. Vissoto

Secretária de Planejamento

Paraíso

PREFEITURA

1450/2017

LEI MUNICIPAL Nº 1450/2017

“INSTITUI NOVO PROGRAMA MUNICIPAL DE CONCESSÃO DE BOLSA DE ESTUDOS PARA ESTUDANTES DE ENSINO TÉCNICO, DE NÍVEL MÉDIO PROFISSIONALIZANTE DO MUNICÍPIO DE PARAÍSO, SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, Prefeito Municipal de Paraíso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Programa Municipal de concessão de Bolsas de Estudos para estudantes do município de Paraíso, em cursos de ensino técnico de nível médio (para a formação de Técnicos em Agropecuária), autorizados e reconhecidos pelo MEC, com o objetivo de incentivar a continuidade dos estudos e para manutenção e incremento na produção nas propriedades rurais do Município de Paraíso, quando estes cursos não forem oferecidos no município.

Art. 2º A ajuda de custo, prevista no artigo 1º desta Lei, será concedida exclusivamente a estudantes residentes e domiciliados no município de Paraíso/SC.

Art. 3º O estudante interessado em receber a ajuda de custo prevista nesta lei, deverá fazer o seu cadastro junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, dentro do prazo estabelecido no edital de convocação que será divulgado pelo município.

Parágrafo único. O incentivo previsto nesta lei será concedido duas vezes ao ano, ao final do primeiro semestre e ao final do segundo semestre do ano letivo, conforme período definido no Edital de Inscrição.

Art. 4º Para a inscrição no programa de concessão de Bolsa de Estudos, o estudante deverá atender aos seguintes requisitos:

I – Ser brasileiro nato ou naturalizado;

II – Ser estudante de curso técnico de nível médio, profissionalizante e estar devidamente matriculado no semestre da concessão, comprovando por meio de atestado de frequência ou outro documento equivalente;

III – Não possuir formação superior; e

IV – Não possuir nenhuma pendência financeira com o município de Paraíso, de qualquer natureza, tributária ou não.

Art. 5º O estudante não fará jus ou perderá o benefício instituído na presente lei:

I – Se ficar comprovada, a qualquer momento, a existência de informações falsas informadas pelo estudante; ou

II – Se não for atendido o disposto no art. 6º desta Lei.

Art. 6º Como forma de contrapartida, os estudantes beneficiados com o auxílio previsto nesta lei poderão ser convocados pelo Poder Público Municipal para prestar até 8 (oito) horas de serviço voluntário por semestre, em eventos promovidos pela municipalidade ou em áreas de interesse da mesma, cujas datas serão definidas pela Administração Municipal e dar-se-ão por convocação.

Parágrafo Único. O aluno convocado que deixar de prestar o serviço voluntário previsto neste artigo, considerará-se como inadimplente perante o município, ficando impossibilitado de receber futuros auxílios de bolsas de estudo ou de outros benefícios que forem implantados, por tempo indeterminado.

Art. 7º O pagamento da bolsa de estudos ocorrerá sempre em duas parcelas anuais, dentro das possibilidades orçamentárias e

financeiras do Município, nas seguintes condições:

I – Primeira parcela – até o final da mês de maio.

II – Segunda parcela – até o final do mês de novembro.

§ 1º O valor do repasse da primeira parcela será 50%(cinquenta por cento) do valor anual previsto atualizado no orçamento.

§ 2º O valor de cada parcela de repasse será dividido dentre os estudantes que tiverem suas inscrições deferidas pelo Secretário Municipal de Educação Cultura e Desporto, tendo como coeficiente a proporcionalidade de vezes por semana que frequentar regularmente a Instituição de Ensino;

§ 3º O pagamento da bolsa será efetuado via transferência bancária diretamente ao aluno beneficiado ou, na impossibilidade, ao seu responsável legal.

Art. 8º As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão por conta das respectivas dotações orçamentárias em cada exercício.

Art. 9º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO – SC 17 DE ABRIL DE 2017

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e

Publicada na data supra.

Paraíso 17 de Abril de 2017

Servidor Responsável

1451/2017

LEI MUNICIPAL Nº 1451/2017

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL A “COMUNIDADE TERAPÊUTICA MONTE MORIÁ – CTMM”, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, Prefeito Municipal de Paraíso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - É declarada de utilidade pública Municipal a Comunidade Terapêutica Monte Moriá, pessoa jurídica civil de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº 21.672.637/0001-02, com sede na Comunidade de Linha Castelo Branco, interior do Município de Paraíso.

Art. 2º - Cessarão os efeitos da declaração de utilidade pública caso a entidade:

I - substituir os fins constantes do estatuto ou deixar de cumprir as disposições estatutárias;

II – alterar a sua denominação e, dentro do prazo de 90 (noventa) dias, contados da averbação no Registro Público, não comunicar a ocorrência ao departamento competente da administração municipal local.

Art. 3º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO - SC, 17 DE ABRIL DE 2017.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e

Publicada na data supra.

Paraíso 17 de Abril de 2017

Servidor Responsável

PR 17/2017

MUNICIPIO DE PARAISO – SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2017

SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 30/2017

O MUNICIPIO DE PARAISO leva ao conhecimento dos interessados que realizará as 08:30 horas do dia 03 de Maio de 2017, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Paraíso, situado à Rua Alcides Zanin nº. 593 – Centro – Paraíso/SC.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE DIETA ENTERAL E SERINGA DESCARTAVEL, A FIM DE ATENDER AS NECESIDADES FISIOLÓGICAS DE UM ALUNO DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA PROFª LURDETE PACHECO DEMARCO, CONFORME PRESCRIÇÃO MÉDICA”.

Os interessados poderão obter informações com relação ao Edital e seus anexos no Setor de Compras e Licitações, sito a Rua Alcides Zanin, 593, Paraíso – SC, pelo telefone (49) 3627-0090, de segunda a sexta feira, no horário de expediente.

Os editais estarão disponíveis no site do município de Paraíso/SC, www.paraíso.sc.gov.br.

Paraíso/SC, 18 de Abril de 2017.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

PREFEITO MUNICIPAL DE PARAISO.

PR 18/2017

MUNICIPIO DE PARAISO – SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 31/2017

O MUNICIPIO DE PARAISO leva ao conhecimento dos interessados que realizará as 14:00 horas do dia 03 de Maio de 2017, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Paraíso, situado à Rua Alcides Zanin nº. 593 – Centro – Paraíso/SC, OBJETO: AQUISIÇÃO DE SEMENTES DE PASTAGEM DE AVEIA PRETA PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA COMO INCENTIVO AOS AGRICULTORES DO MUNICIPIO DE PARAISO NO PLANTIO DE PASTAGEM PARA PRODUÇÃO DE LEITE, DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 1123/2009, para o exercício de 2017, no município de Paraíso/SC.

Os interessados poderão obter informações com relação ao Edital e seus anexos no Setor de Compras e Licitações, sito a Rua Alcides Zanin, 593, Paraíso – SC, pelo telefone (0**49 36270077), de segunda a sexta feira, no horário de expediente.

Os editais estarão disponíveis no site do município de Paraíso/SC, www.paraíso.sc.gov.br.

Paraíso/SC, 18 de Maio de 2017.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

PREFEITO MUNICIPAL DE PARAISO.

Paulo Lopes

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA PR 06/2017

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2017
Processo Licitatório nº 27/2017

O MUNICÍPIO DE PAULO LOPES torna público para conhecimento dos interessados que restou DESERTO o Pregão Presencial nº 06/2017, que teve por objeto Registro de Preços para a contratação parcelada de serviços de Recapagem de Pneus..

Paulo Lopes, 18 de abril de 2017,
NADIR CARLOS RODRIGUES
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PR Nº08-2017

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 08/2017
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 32/2017

O Município de Paulo Lopes torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, para REGISTRO DE PREÇO do tipo MENOR PREÇO ITEM, em conformidade com a Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, objetivando Registro de Preços para Prestação de serviços técnicos especializados em manutenção preventiva e corretiva, através de serviços mecânicos, elétricos, lanternagem/pintura e capotaria nas máquinas, tratores e implementos agrícolas pertencentes à Secretaria de Obras e Secretaria de Agricultura do Município de Paulo Lopes, com fornecimento de peças e acessórios originais de fábrica, conforme especificações e quantidades discriminadas no Anexo I. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 1 – “PROPOSTA” e nº. 2 – “DOCUMENTAÇÃO” deverão ser protocolados no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes, sito a Rua José Pereira da Silva, 130, Centro, Paulo Lopes/SC, até as 09h55min do dia 04/05/2017. A sessão se dará a partir das 10h00min do dia 04/05/2017, no endereço acima especificado. O Edital encontra-se a disposição dos interessados no site www.paulolopes.sc.gov.br.

Paulo Lopes, 18 de abril de 2017.
NADIR CARLOS RODRIGUES
Prefeito Municipal

Penha

PREFEITURA

AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE EDITAL - PP 05/2017-FMS

MUNICÍPIO DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE EDITAL
PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2017 - FMS

Objeto: O presente Edital tem por objeto o Registro de Preços para aquisição de materiais médicos hospitalares para serem utilizados nas Unidades Básicas de Saúde e Pronto Atendimento 24 horas do Município de Penha, conforme solicitação nº 77/2017, anexa ao Processo, tudo de acordo com as condições estabelecidas no presente edital e Termo de Referência, parte integrante do presente processo.

Entrega dos Envelopes: 03/05/2017 até as 14h00 no Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria de Administração, situado a Avenida Nereu Ramos, 08, Centro, Penha/SC.

Abertura do Processo: 03/05/2017 às 14h15 no Paço da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: Pregoeira Mercê Teresinha do Nascimento.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha, e no site www.penha.sc.gov.br. Demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 08, Centro – Penha/SC, ou através do fone/fax (47) 3345-4649 Ramal 23. Horário de atendimento: das 12h00 às 18h00.

Penha/SC, 18 de abril de 2017.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 3º TÉCNICO EM ENFERMAGEM - PS04/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até o dia 19/05/2016, das 08:00hrs às 11:30hrs ou das 13:30hrs às 17:00hrs, conforme Processo Seletivo Edital nº 04/2015.

Cargo: TÉCNICO EM ENFERMAGEM
COLOCAÇÃO NOME
03º. CRISTIAN SPADA

O(a) candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:
a) Fotocópia Cédula de Identidade;
b) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
c) Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
d) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
e) Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
f) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela

justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site www.tse.gov.br;
g) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
h) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
i) Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
j) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo IV;
k) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo V;
l) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
m) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo VI;
n) Original Atestado de antecedentes criminal Estadual pelo site www.tjsc.jus.br / Federal pelo site www.trf4.jus.br passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;
o) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
p) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
q) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
r) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 17 de abril de 2016.

SUSANA PERINOTTI DE BORBA
Secretária da Administração

ANEXO IV DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro
(a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____,
residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;
() SIM () NÃO
2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função

pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), __, de __, de 2016.

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____

_____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____

Rua= _____

_____, nº. _____

_____, Bairro: _____ Cidade de _____

_____/SC.

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: ____/____/____

() Contratado (ACT) Cargo: ____/____/____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: ____/____/____

() Efetivo em função gratificada Cargo: ____/____/____

() Comissionado Cargo: ____/____/____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

DE PARENTESCO, consanguíneo ou civil, em linha reta, colateral ou de afinidades (art. 1591 e seg. CC/2002) com as autoridades, acima mencionadas. Base legal: código penal, falsidade ideológica e súmula vinculante nº13.

Posse: _____ *Penha (SC), __, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO VI

DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____,

residente e domiciliado na Rua _____,

nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa inte-

ressar que não sofri demissão do serviço público municipal, esta-

dual ou federal.

CONVOCAÇÃO 42º SERVENTE/MERENDEIRA - PS02/2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 02/05/2017, das 12:00hs às 18:00hrs, conforme Processo Seletivo Simplificado Edital nº 02/2016.

Cargo:SERVENTE/MERENDEIRA

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

42º. 72 SANDRA REGINA GORGISK DE SOUZA

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site:www.tse.gov.br;
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo I;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00,devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal,devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- Original Atestado de antecedentes criminal Estadual pelo site



www.tjsc.jus.br/ Federal pelo site www.trf4.jus.br passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;
 o) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
 p) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
 q) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
 r) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 17 de abril de 2017.

SUSANA PERINOTTI DE BORBA
 Secretária da Administração

ANEXO I DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro
 (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____,
 residente e domiciliado na Rua _____,
 nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;
 () SIM () NÃO
2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.
 () SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de 2017.

ANEXO II**DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO**

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____

_____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____

_____,

Rua= _____

_____, nº. _____

_____, Bairro: _____, Cidade de _____

_____/SC.

Declaro a quem possa interessar que:

- 2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;
 () SIM () NÃO

- 3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____/_____/____

() Contratado (ACT) Cargo: _____/_____/____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

_____/_____/____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

_____/_____/____

() Comissionado Cargo: _____/_____/____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS**8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO**

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

Sob pena de responsabilidade Penal, Cível e Administrativa, nos termos do art. 299 do código Penal Brasileiro, e para dar cumprimento ao que dispõe a Constituição Federal, DECLARO O GRAU DE PARENTESCO, consanguíneo ou civil, em linha reta, colateral ou de afinidades (art. 1591 e seg. CC/2002) com as autoridades, acima mencionadas. Base legal: código penal, falsidade ideológica e súmula vinculante nº13.

Posse: _____ *Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO III**DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro

(a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____

_____, residente e domiciliado na Rua _____

_____, nº. _____, Cidade de _____

_____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de 2017.

CONVOCAÇÃO 43º SERVENTE/MERENDEIRA - PS02/2016**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº28 - Centro, até o dia 02/05/2017, das 12:00hs às 18:00hrs, conforme Processo Seletivo Simplificado Edital nº 02/2016.

Cargo:SERVENTE/MERENDEIRA
COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME
43º. 28 MARLENE BIANCHINI LIDER

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site www.tse.gov.br;
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo I;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- Original Atestado de antecedentes criminal Estadual pelo site www.tjsc.jus.br/ Federal pelo site www.trf4.jus.br passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 17 de abril de 2017.

SUSANA PERINOTTI DE BORBA
Secretária da Administração

**ANEXO I
DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

- Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;
() SIM () NÃO
- Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.
() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), __, de _____, de 2017.

**ANEXO II
DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO**

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____
_____, brasileiro (a),
() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____
CPF nº. _____, RG nº. _____
_____,
Rua= _____ nº. _____
_____, Bairro: _____ Cidade de _____/SC.

Declaro a quem possa interessar que:

- Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;
() SIM () NÃO
- Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.
() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada
() Efetivo Cargo: ____/____/____
() Contratado (ACT) Cargo: ____/____/____
() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: ____/____/____
() Efetivo em função gratificada Cargo: ____/____/____
() Comissionado Cargo: ____/____/____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS

ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

Sob pena de responsabilidade Penal, Cível e Administrativa, nos termos do art. 299 do código Penal Brasileiro, e para dar cumprimento ao que dispõe a Constituição Federal, DECLARO O GRAU DE PARENTESCO, consanguíneo ou civil, em linha reta, colateral ou de afinidades (art. 1591 e seg. CC/2002) com as autoridades, acima mencionadas. Base legal: código penal, falsidade ideológica e súmula vinculante nº13.

Posse: _____ *Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO III DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não soufui demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de 2017.

CONVOCAÇÃO 44º SERVENTE/MERENDEIRA - PS02/2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 02/05/2017, das 12:00hs às 18:00hrs, conforme Processo Seletivo Simplificado Edital nº 02/2016.

Cargo:SERVENTE/MERENDEIRA
COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME
44º. 58 ÂNGELA MARIA DA SILVA

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site:www.tse.gov.br;
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se

for masculino;

i) Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;

j) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo I;

k) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00,devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;

l) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;

m) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal,devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;

n) Original Atestado de antecedentes criminal Estadual pelo site www.tjsc.jus.br/ Federal pelo site www.trf4.jus.brpassado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;

o) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;

p) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;

q) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;

r) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 17 de abril de 2017.

SUSANA PERINOTTI DE BORBA
Secretária da Administração

ANEXO I DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

- Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;
- () SIM () NÃO
- Soufui qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.
- () SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de 2017.

ANEXO II DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____
 _____, brasileiro (a),
 () SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____
 CPF nº. _____, RG nº. _____
 Rua= _____
 _____, nº. _____
 _____, Bairro: _____ Cidade de _____
 _____/SC.

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 - VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____/_____/____

() Contratado (ACT) Cargo: _____/_____/____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

_____/____/____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

_____/____/____

() Comissionado Cargo: _____/_____/____

5 - FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 - RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 - RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 - DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

Sob pena de responsabilidade Penal, Cível e Administrativa, nos termos do art. 299 do código Penal Brasileiro, e para dar cumprimento ao que dispõe a Constituição Federal, DECLARO O GRAU DE PARENTESCO, consanguíneo ou civil, em linha reta, colateral ou de afinidades (art. 1591 e seg. CC/2002) com as autoridades, acima mencionadas. Base legal: código penal, falsidade ideológica e súmula vinculante nº13.

Posse: _____ *Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO III
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro

(a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de 2017.

CONVOCAÇÃO 45º SERVENTE/MERENDEIRA - PS02/2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 02/05/2017, das 12:00hs às 18:00hrs, conforme Processo Seletivo Simplificado Edital nº 02/2016.

Cargo:SERVENTE/MERENDEIRA

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

45º. 143 MARÍLIA CARVALHO MARTINI

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site:www.tse.gov.br;
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo I;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00,devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal,devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- Original Atestado de antecedentes criminal Estadual pelo site www.tjsc.jus.br/ Federal pelo site www.trf4.jus.brpassado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados

na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 17 de abril de 2017.

SUSANA PERINOTTI DE BORBA
Secretária da Administração

ANEXO I DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro
(a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____,
residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;
() SIM () NÃO
2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.
() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de 2017.

ANEXO II DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO (Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____

_____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____

Rua= _____

_____, Bairro: _____, Cidade de _____

_____, nº. _____, de _____/SC.

Declaro a quem possa interessar que:

- 2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;
() SIM () NÃO

- 3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.
() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____/_____/_____

() Contratado (ACT) Cargo: _____/_____/_____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____/_____/_____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____/_____/_____

() Comissionado Cargo: _____/_____/_____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

Sob pena de responsabilidade Penal, Cível e Administrativa, nos termos do art. 299 do código Penal Brasileiro, e para dar cumprimento ao que dispõe a Constituição Federal, DECLARO O GRAU DE PARENTESCO, consanguíneo ou civil, em linha reta, colateral ou de afinidades (art. 1591 e seg. CC/2002) com as autoridades, acima mencionadas. Base legal: código penal, falsidade ideológica e súmula vinculante nº13.

Posse: _____ *Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO III DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro
(a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____,

residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de 2017.

CONVOCAÇÃO 46º SERVENTE/MERENDEIRA - PS02/2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 02/05/2017, das 12:00hs às 18:00hrs, conforme Processo Seletivo Simplificado Edital nº 02/2016.

Cargo:SERVENTE/MERENDEIRA
COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

46º. 04 SIMONE IZABEL ALVES

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site:www.tse.gov.br;
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo I;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00,devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal,devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- Original Atestado de antecedentes criminal Estadual pelo site www.tjsc.jus.br/ Federal pelo site www.trf4.jus.brpassado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 17 de abril de 2017.

SUSANA PERINOTTI DE BORBA
Secretária da Administração

ANEXO I
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

- Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;
() SIM () NÃO
- Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.
() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de 2017.

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____

_____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____

Rua= _____, nº. _____

_____, Bairro: _____, Cidade de _____

_____/SC.

Declaro a quem possa interessar que:

- Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

- Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____/_____/____

() Contratado (ACT) Cargo: _____/_____/____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____/_____/____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____/_____/____

() Comissionado Cargo: _____/_____/____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

Sob pena de responsabilidade Penal, Cível e Administrativa, nos termos do art. 299 do código Penal Brasileiro, e para dar cumprimento ao que dispõe a Constituição Federal, DECLARO O GRAU DE PARENTESCO, consanguíneo ou civil, em linha reta, colateral ou de afinidades (art. 1591 e seg. CC/2002) com as autoridades, acima mencionadas. Base legal: código penal, falsidade ideológica e súmula vinculante nº13.

Posse: _____ *Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO III DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de 2017.

CONVOCAÇÃO 47º SERVENTE/MERENDEIRA - PS02/2016 EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 02/05/2017, das 12:00hs às 18:00hrs, conforme Processo Seletivo Simplificado Edital nº 02/2016.

Cargo:SERVENTE/MERENDEIRA
COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME
47º. 44 ESMERALDA DOS SANTOS

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site:www.tse.gov.br;
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo I;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- Original Declaração de não demissão do serviço público

municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;

- Original Atestado de antecedentes criminal Estadual pelo site www.tjsc.jus.br/ Federal pelo site www.trf4.jus.br/ passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 17 de abril de 2017.

SUSANA PERINOTTI DE BORBA
Secretária da Administração

ANEXO I DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

- Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;
() SIM () NÃO
- Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.
() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de 2017.

ANEXO II DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),
() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____
CPF nº. _____, RG nº. _____
Rua= _____, nº. _____
_____, Bairro: _____ Cidade de _____/SC.

Declaro a quem possa interessar que:

- Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;
() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 - VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: ____/____/____

() Contratado (ACT) Cargo: ____/____/____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: ____/____/____

() Efetivo em função gratificada Cargo: ____/____/____

() Comissionado Cargo: ____/____/____

5 - FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 - RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 - RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 - DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

Sob pena de responsabilidade Penal, Cível e Administrativa, nos termos do art. 299 do código Penal Brasileiro, e para dar cumprimento ao que dispõe a Constituição Federal, DECLARO O GRAU DE PARENTESCO, consanguíneo ou civil, em linha reta, colateral ou de afinidades (art. 1591 e seg. CC/2002) com as autoridades, acima mencionadas. Base legal: código penal, falsidade ideológica e súmula vinculante nº13.

Posse: _____ *Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO III
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de 2017.

CONVOCAÇÃO 48º SERVENTE/MERENDEIRA - PS02/2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 02/05/2017, das 12:00hs às 18:00hrs, conforme Processo Seletivo Simplificado Edital nº 02/2016.

Cargo:SERVENTE/MERENDEIRA
COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME
48º. 45 SANDRA HANCK

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site:www.tse.gov.br;
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo I;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- Original Atestado de antecedentes criminal Estadual pelo site www.tjsc.jus.br/ Federal pelo site www.trf4.jus.br passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 17 de abril de 2017.

SUSANA PERINOTTI DE BORBA
Secretária da Administração

ANEXO I DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro
(a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____,
residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa inte-
ressar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;
() SIM () NÃO
2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.
() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2017.

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____
_____, brasileiro (a),
() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____
CPF nº. _____, RG nº. _____
Rua= _____
_____, nº. _____
_____, Bairro: _____ Cidade de _____/SC.

Declaro a quem possa interessar que:

- 2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;
() SIM () NÃO
- 3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.
() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada
() Efetivo Cargo: ____/____/____
() Contratado (ACT) Cargo: ____/____/____
() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: ____/____/____
() Efetivo em função gratificada Cargo: ____/____/____
() Comissionado Cargo: ____/____/____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____
ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

Sob pena de responsabilidade Penal, Cível e Administrativa, nos termos do art. 299 do código Penal Brasileiro, e para dar cumprimento ao que dispõe a Constituição Federal, DECLARO O GRAU DE PARENTESCO, consanguíneo ou civil, em linha reta, colateral ou de afinidades (art. 1591 e seg. CC/2002) com as autoridades, acima mencionadas. Base legal: código penal, falsidade ideológica e súmula vinculante nº13.

Posse: _____ *Penha (SC), ____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO III

DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro
(a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____,
residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa inte-
ressar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2017.

CONVOCAÇÃO 49º SERVENTE/MERENDEIRA - PS02/2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 02/05/2017, das 12:00hs às 18:00hrs, conforme Processo Seletivo Simplificado Edital nº 02/2016.

Cargo:SERVENTE/MERENDEIRA
COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME
49º. 21 NEIDE LAURA DE OLIVEIRA

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- c) Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- d) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- e) Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- f) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site:www.tse.gov.br;

- g) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- h) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- i) Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- j) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo I;
- k) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- l) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- m) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- n) Original Atestado de antecedentes criminal Estadual pelo site www.tjsc.jus.br/ Federal pelo site www.trf4.jus.br/passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;
- o) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- p) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
- q) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- r) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 17 de abril de 2017.

SUSANA PERINOTTI DE BORBA
Secretária da Administração

ANEXO I
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;
() SIM () NÃO
2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.
() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de 2017.

ANEXO II
DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____

_____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____

_____,

Rua= _____

_____, nº. _____

_____, Bairro: _____, Cidade de _____

_____/SC.

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____/_____/_____

() Contratado (ACT) Cargo: _____/_____/_____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

_____/_____/_____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

_____/_____/_____

() Comissionado Cargo: _____/_____/_____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

_____,

ENDEREÇO: _____

_____,

RENDA ANUAL: _____

_____,

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

Sob pena de responsabilidade Penal, Cível e Administrativa, nos termos do art. 299 do código Penal Brasileiro, e para dar cumprimento ao que dispõe a Constituição Federal, DECLARO O GRAU DE PARENTESCO, consanguíneo ou civil, em linha reta, colateral ou de afinidades (art. 1591 e seg. CC/2002) com as autoridades, acima mencionadas. Base legal: código penal, falsidade ideológica e súplica vinculante nº13.

Posse: _____ *Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

_____,

ANEXO III

DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro
(a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____,
residente e domiciliado na Rua _____,
nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2017.

CONVOCAÇÃO 4º FARMACÊUTICO CONCURSO PÚBLICO 01/2015
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até o dia 02/05/2017, das 08:00hrs às 12:00hrs ou das 13:30hrs às 16:00hrs, conforme Edital Concurso Público nº 01/2015.

Cargo: FARMACÊUTICO
COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME
04º. 22406 KEICYANE NUNES DE OLIVEIRA

O(a) candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site www.tse.gov.br;
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 1;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 2;
- Original Duas fotografias 3x4, recentes, de frente e iguais;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 3;
- Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo 4;
- Fotocópia Comprovante da idade mínima de 18 anos e da nacionalidade brasileira, ou estrangeira na forma da lei, mediante apresentação de fotocópia da Certidão de Nascimento ou da certidão de Casamento;
- Original Atestado de antecedentes criminal Estadual pelo site www.tjsc.jus.br / Federal pelo site www.trf4.jus.br passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;

- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia do comprovante de registro profissional, quando o emprego exigir;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Concurso Público, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 18 de abril de 2017.

SUSANA PERINOTTI DE BORBA
Secretária da Administração

ANEXO 1
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro
(a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____,
residente e domiciliado na Rua _____,
nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

- Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;
() SIM () NÃO
- Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.
() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2017.

ANEXO 2
DECLARAÇÃO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____
_____, brasileiro (a),
() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____
CPF nº. _____, RG nº. _____
Rua= _____
_____, nº. _____, Bairro: _____
Cidade _____/SC.

Declaro a quem possa interessar que:

- Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;
() SIM () NÃO
- Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.
() SIM () NÃO
- VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada Saída

() Efetivo Cargo: ____/____/____/____/____/____
 () Contratado (ACT) Cargo: ____/____/____/____/____/____
 () Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: ____/____/____/____/____/____
 () Efetivo em função gratificada Cargo: ____/____/____/____/____/____
 () Comissionado Cargo: ____/____/____/____/____/____

5 – MUDANÇA DE CARGO NA MESMA GESTÃO

Entrada Saída

Cargo: ____/____/____/____/____/____
 Cargo: ____/____/____/____/____/____
 Cargo: ____/____/____/____/____/____
 Cargo: ____/____/____/____/____/____
 Cargo: ____/____/____/____/____/____
 Cargo: ____/____/____/____/____/____

6 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

7 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

8 – RELAÇÃO DOS BENS NA SAÍDA

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

9 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

10 – DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos de provimento em comissão ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

Sob pena de responsabilidade Penal, Cível e Administrativa, nos termos do art. 299 do código Penal Brasileiro, e para dar cumprimento ao que dispõe a Constituição Federal, DECLARO O GRAU DE PARENTESCO, consanguíneo ou civil, em linha reta, colateral ou de afinidades (art. 1591 e seg. CC/2002) com as autoridades, acima mencionadas. Base legal: código penal, falsidade ideológica e súmula vinculante nº13.

Posse: _____ Penha (SC), _____, de _____, de _____.

_____, de _____.

Assinatura

Saída: _____ Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO 3

DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de 2017.

ANEXO 4

DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não me encontro em Benefício ou Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de 2017.

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

CONVOCAÇÃO 50º SERVENTE/MERENDEIRA - PS02/2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 02/05/2017, das 12:00hs às 18:00hrs, conforme Processo Seletivo Simplificado Edital nº 02/2016.

Cargo:SERVENTE/MERENDEIRA
 COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME
 50º. 66 JUCIANE EVARISTO DA SILVA

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site:www.tse.gov.br;
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se

for masculino;

i) Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;

j) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo I;

k) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;

l) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;

m) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;

n) Original Atestado de antecedentes criminal Estadual pelo site www.tjsc.jus.br/ Federal pelo site www.trf4.jus.br/passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;

o) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;

p) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;

q) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;

r) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 17 de abril de 2017.

SUSANA PERINOTTI DE BORBA
Secretária da Administração

ANEXO I DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;
() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.
() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de 2017.

ANEXO II DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____

_____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____

_____,

Rua= _____

_____, nº. _____

_____, Bairro: _____ Cidade de _____

_____/SC.

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;
() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.
() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____/_____/_____

() Contratado (ACT) Cargo: _____/_____/_____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

_____/_____/_____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

_____/_____/_____

() Comissionado Cargo: _____/_____/_____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENTA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

Sob pena de responsabilidade Penal, Cível e Administrativa, nos termos do art. 299 do código Penal Brasileiro, e para dar cumprimento ao que dispõe a Constituição Federal, DECLARO O GRAU DE PARENTESCO, consanguíneo ou civil, em linha reta, colateral ou de afinidades (art. 1591 e seg. CC/2002) com as autoridades, acima mencionadas. Base legal: código penal, falsidade ideológica e súmula vinculante nº13.

Posse: _____ *Penha (SC), _____, de _____

_____, de _____.

Assinatura

ANEXO III DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro

(a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), __, de _____, de 2017.

CONVOCAÇÃO 51º SERVENTE/MERENDEIRA - PS02/2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 02/05/2017, das 12:00hs às 18:00hrs, conforme Processo Seletivo Simplificado Edital nº 02/2016.

Cargo:SERVENTE/MERENDEIRA
COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME
51º. 32 GISELE KELLER PEDROSO

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site:www.tse.gov.br;
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo I;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00,devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal,devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- Original Atestado de antecedentes criminal Estadual pelo site www.tjsc.jus.br/ Federal pelo site www.trf4.jus.brpassado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados

na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 17 de abril de 2017.

SUSANA PERINOTTI DE BORBA
Secretária da Administração

ANEXO I

DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

- Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;
() SIM () NÃO
- Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.
() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), __, de _____, de 2017.

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____

_____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____

Rua= _____

_____, nº. _____

_____, Bairro: _____ Cidade de _____

_____/SC.

Declaro a quem possa interessar que:

- Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;
() SIM () NÃO

- Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.
() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____/_____/_____

() Contratado (ACT) Cargo: _____/_____/_____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____/_____/_____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____/_____/_____

() Comissionado Cargo: _____/_____/_____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS**8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO**

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

Sob pena de responsabilidade Penal, Cível e Administrativa, nos termos do art. 299 do código Penal Brasileiro, e para dar cumprimento ao que dispõe a Constituição Federal, DECLARO O GRAU DE PARENTESCO, consanguíneo ou civil, em linha reta, colateral ou de afinidades (art. 1591 e seg. CC/2002) com as autoridades, acima mencionadas. Base legal: código penal, falsidade ideológica e súmula vinculante nº13.

Posse: _____ *Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

**ANEXO III
DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de 2017.

CONVOCAÇÃO 7º NUTRICIONISTA CONCURSO PÚBLICO 01/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humano, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até o dia 02/05/2017, das 08:00hrs às 11:30hrs ou das 13:30hrs às 17:00hrs, conforme Edital do Concurso Público nº 01/2015.

Cargo: NUTRICIONISTA
COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

07º. 21871 DANIELA LUIZA RICHLIN

O(a) candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site www.tse.gov.br;
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 1;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 2;
- Original Duas fotografias 3x4, recentes, de frente e iguais;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 3;
- Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo 4;
- Fotocópia Comprovante da idade mínima de 18 anos e da nacionalidade brasileira, ou estrangeira na forma da lei, mediante apresentação de fotocópia da Certidão de Nascimento ou da certidão de Casamento;
- Original Atestado de antecedentes criminal Estadual pelo site www.tjsc.jus.br / Federal pelo site www.trf4.jus.br passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia do comprovante de registro profissional, quando o emprego exigir;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Concurso Público, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 18 de abril de 2017.

SUSANA PERINOTTI DE BORBA
Secretária da Administração

ANEXO 1
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro
(a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____,
residente e domiciliado na Rua _____,
nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa inte-
ressar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;
() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2017.

ANEXO 2

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____

_____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____

_____,

Rua= _____, nº. _____

_____, Bairro: _____, Cidade de _____

_____/SC.

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: ____/____/____

() Contratado (ACT) Cargo: ____/____/____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: ____/____/____

() Efetivo em função gratificada Cargo: ____/____/____

() Comissionado Cargo: ____/____/____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

Sob pena de responsabilidade Penal, Cível e Administrativa, nos termos do art. 299 do código Penal Brasileiro, e para dar cumprimento ao que dispõe a Constituição Federal, DECLARO O GRAU DE PARENTESCO, consanguíneo ou civil, em linha reta, colateral ou de afinidades (art. 1591 e seg. CC/2002) com as autoridades, acima mencionadas. Base legal: código penal, falsidade ideológica e súmula vinculante nº13.

Posse: _____ *Penha (SC), ____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO 3

DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro

(a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____

_____, residente e domiciliado na Rua _____

_____, nº. _____, Cidade de _____

_____/SC, declaro a quem possa inte-

ressar que não sofri demissão do serviço público municipal, esta-

dual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2017.

ANEXO 4

DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro

(a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____

_____, residente e domiciliado na Rua _____

_____, nº. _____, Cidade de _____

_____/SC, declaro a quem possa inte-

ressar que:

() NÃO me encontro em benefício de Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

() SIM, estou em benefício de Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2017.

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos

Peritiba

PREFEITURA

DECRETO 84 2017

DECRETO N.º 84/2017

HOMOLOGA PROCESSO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO PARA FINS DE CUMPRIMENTO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDORAS ABAIXO IDENTIFICADAS E ADOTA PROVIDÊNCIAS CORRELATAS.

NEUSA KLEIN MARASCHINI, Prefeita do Município de Peritiba no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e em conformidade com o Título I – Das Disposições Gerais, Capítulo II – Do – INGRESSO AO SERVIDOR PÚBLICO, Seção V – DO ESTÁGIO PROBATÓRIO, Art. 20 § 1º da Lei nº 1223 de 02 de dezembro de 1999.

Considerando, o resultado final do processo de acompanhamento da Comissão de Avaliação de servidoras em estágio Probatório,

RESOLVE:

Art. 1.º Homologar a Avaliação de desempenho das Servidoras abaixo identificadas, para fins do cumprimento do Estágio Probatório, conforme quadro seguinte:

Servidor	Matrícula	Data de Admissão	Média final
JANETE SEGALA MULLER	834	07/04/2014	7,8

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA - SC, em 07 de Abril de 2017.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado

Em., 07/Abril/2017.

Francieli Schoenell

Responsável pela publicação

DECRETO 85 2017

DECRETO N.º 85/2017

NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 51, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

DECRETA:

Art. 1.º Fica nomeada a Comissão Permanente de Licitações para receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos à Licitações e o cadastramento de licitantes.

Art. 2.º A comissão será composta por 5 (cinco) servidores pertencentes ao quadro do município, e cuja investidura não excederá um ano, vedada a recondução da totalidade de seus membros no período subsequente.

Art. 3º Ficam designadas até 09 de Abril de 2018 as seguintes pessoas para comporem a Comissão e seus respectivos cargos:

REGINA INES BRAND	PRESIDENTE
JAKELINE BERVIAN MEZZOMO	SECRETÁRIA
LUCAS MATINS DE OLIVEIRA	MEMBRO
FRANCIELI SCHOENELL	MEMBRO
LIZIANE KLEIN GAERTNER	MEMBRO

Art. 4º Os membros da referida Comissão responderão solidariamente por todos os atos praticados no que se refere o art. 1º, do presente Decreto.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA - SC, em 07 de Abril de 2017.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado
Em., 07/Abril/2017.

Francieli Schoenell
Responsável pela publicação

DECRETO 86 2017

DECRETO Nº 86/2017

DESIGNA PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

A PREFEITA MUNICIPAL DE PERITIBA, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, de 16 de Dezembro de 2009 e Lei Federal n.º 10.520 de 17 de Julho de 2002.
DECRETA

Art. 1º. Ficam nomeados Pregoeiros, para aquisição de bens e serviços comuns, no âmbito do Município de Peritiba, a seguir identificados:
REGINA INES BRAND e LIZIANE KLEIN GAERTNER.

Art. 2º - Fica designada a Equipe de Apoio, para aquisição de bens e serviços comuns, no âmbito do Município de Peritiba até 09 de Abril de 2018, a seguir identificados:

- I. JAKELINE BERVIAN MEZZOMO
- II. CELESTINO BORGES VIEIRA
- III. LUCAS MARTINS DE OLIVEIRA
- IV. ADEMAR GRAVE

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se o Decreto nº 168/2016 de 21 de Dezembro de 2016.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA - SC, em 07 de Abril de 2017.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado
Em., 07/Abril/2017.

Francieli Schoenell
Responsável pela publicação

DECRETO 87 2017

DECRETO N.º 87/2017

NOMEIA TEMPORARIAMENTE CLAUDIA SCHNEIDER

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA/SC., Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 111, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, de 16 de Dezembro de 2009, e, na forma do Capítulo II, Seção III, Inciso II, art. 14, da Lei n.º 1223 de 02 de dezembro de 1999 – Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais.

Considerando: o Edital de Processo Seletivo 03/2016 de 14 de Dezembro de 2016 e homologado em 27 de Janeiro de 2017.

Considerando: o afastamento para tratamento de saúde da servidora efetiva Paula Roberta Gerhardt Deitos.

DECRETA:

Art. 1.º Fica nomeada a partir de 10/04/2017 a 24/06/2017 podendo ser prorrogado conforme necessidade, CLAUDIA SCHNEIDER, para exercer as funções do cargo de PROFESSOR, Grupo 4, Nível 12, Classe "A", com carga horária de 20 horas semanais, criada pela Lei Complementar nº 39/2012 de 21 de setembro de 2012.

Parágrafo Único: O contratado prestará seu serviço no Centro de Educação Infantil Mateus Petter.

Art. 2.º O presente ato poderá ser revogado a qualquer tempo, por razões de interesse público devidamente justificado.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA – SC., em 10 de Abril de 2017.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 10/Abril/2017	
--	--

Francieli Schoenell

Responsável pela publicação

TERMO DE COMPROMISSO E POSSE

Aos dez dias do mês de abril de dois mil e dezessete, no Gabinete da Prefeita Municipal, Paço Municipal de Peritiba, Estado de Santa Catarina, compareceu a cidadã CLAUDIA SCHNEIDER, brasileira, solteira, natural de Peritiba - SC, com 31 anos de idade, filha Waldir José Schneider e Adi Schneider, admitida pelo Decreto n.º 87/2017, de 10/04/2017, para desempenhar as funções do cargo de PROFESSOR, com carga horária de 20 horas semanais, tendo apresentado os documentos julgados idôneos solicitados.

Após, perante a Prefeita do Município, Senhora NEUSA KLEIN MARASCHINI, proferiu o seguinte compromisso, "PROMETO, SOLENEMENTE, DESEMPENHAR AS FUNÇÕES DE MEU CARGO DE PROFESSOR, COM EXATIDÃO, DISCIPLINA, HONRADEZ E EXEMPLO", sendo a seguir empossado no cargo.

Lavrado, este Termo vai assinado pelo Compromissada e pela Prefeita Municipal.

Dado e passado neste Setor de Pessoal no dia 10 do mês de Abril de 2017.

CLAUDIA SCHNEIDER

Compromissada

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO - PMP - 38/2017

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PERITIBA

EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:

Processo Licitatório nº 24/2017, Pregão Presencial nº 15/2017

Objeto: aquisição de Gêneros alimentícios para confecção de Cestas Básicas para distribuição aos Servidores Municipais (lei 1906/2012).

Valor : R\$ 7.654,29 (Sete mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e vinte e nove centavos)

Dados do Contrato:38/2017

Contratado: MERCADO POLIANE LTDA - EPP

CNPJ: 00.070.364/000-48

Data de Vigência: 17/04/2017 a 30/05/2017.

Município de Peritiba – SC em 17 de Abril de 2017.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO - PMP - 40/2017

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PERITIBA

EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:

Processo Licitatório nº 24/2017, Pregão Presencial nº 15/2017

Objeto: aquisição de Gêneros alimentícios para confecção de Cestas Básicas para distribuição aos Servidores Municipais (lei 1906/2012).

Valor : R\$ 2.976,75 (Dois mil, novecentos e setenta e seis reais e setenta e cinco centavos)

Dados do Contrato:40/2017

Contratado: OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME
CNPJ: 11.499.653/0001-83
Data de Vigência: 17/04/2017 a 30/05/2017.
Município de Peritiba – SC em 17 de Abril de 2017.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMP 39/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:

Processo Licitatório nº 24/2017, Pregão Presencial nº 15/2017

Objeto: aquisição de Gêneros alimentícios para confecção de Cestas Básicas para distribuição aos Servidores Municipais (lei 1906/2012).

Valor : R\$ 2.797,41 (Dois mil, setecentos e noventa e sete reais e quarenta e um centavos)

Dados do Contrato:39/2017

Contratado: MERCADO BERVIAN LTDA - EPP

CNPJ: 03.536.050/0001-86

Data de Vigência: 17/04/2017 a 30/05/2017.

Município de Peritiba – SC em 17 de Abril de 2017.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

PORTARIA 160 2017

PORTARIA Nº 160/2017

CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora JAKELINE BERVIAN MEZZOMO, ocupante do cargo efetivo de TELEFONISTA, Grupo 2, Nível 2, Classe "B", Afastamento Para Tratamento de Saúde, no dia 04 Abril de 2017 no período vespertino, conforme atestado médico anexo, em conformidade com (o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 04 de Abril de 2017.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 04/Abril/2017	
--	--

Francieli Schoenell

Responsável pela publicação

PORTARIA 161 2017

PORTARIA Nº 161/2017

CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora JESSICA SCHMIDT, ocupante das funções do cargo de AUXILIAR DE EDUCAÇÃO BÁSICA, Grupo 2, Nível 2, Classe "A", Afastamento Para Tratamento de Saúde, no dia 05 de Abril de 2017, conforme atestado médico anexo, em conformidade com (o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999

- Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 05 de Abril de 2017.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 05/Abril/2017	
--	--

Francieli Schoenell
Responsável pela publicação

PORTARIA 162 2017

PORTARIA Nº 162/2017

CONCEDE ADICIONAL INSALUBRIDADE

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, de 16 de Dezembro de 2009 e artigo 65, Inciso XVI, da Lei Complementar n.º 39/2012, de 21 de Setembro de 2012.

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder a Servidora MARCI MARGARIDA GERHARDT, ocupante do cargo efetivo de Servente de Serviços Internos, adicional de Insalubridade de 20% (Vinte por cento) sobre o salário mínimo vigente nacional, na forma da Lei. Com base no Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho emitido pela empresa de Medicina e Segurança no Trabalho, contratada pelo Município.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 05 de Abril de 2017.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 05/Abril/2017	
--	--

Francieli Schoenell
Responsável pela publicação

PORTARIA 163 2017

PORTARIA Nº 163/2017

CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora LUCIANA NILSON, ocupante do cargo efetivo de DIRETOR DE ESCOLA, Grupo 4, Nível 15, Classe "D", Afastamento Para Tratamento de Saúde, no dia 05 Abril de 2017 até as 9 horas, conforme atestado médico anexo, em conformidade com (o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 05 de Abril de 2017.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 05/Abril/2017	
--	--

Francieli Schoenell
Responsável pela publicação

PORTARIA 164 2017

PORTARIA Nº 164/2017

CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora LIZIANE KLEIN GAERTNER, ocupante do cargo efetivo de ANALISTA DE RECURSOS HUMANOS, Grupo 2, Nível 6, Classe "D", Afastamento Para Tratamento de Saúde, no dia 06 Abril de 2017 no período matutino, conforme atestado médico anexo, em conformidade com (o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 06 de Abril de 2017.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 06/Abril/2017	
--	--

Francieli Schoenell
Responsável pela publicação

PORTARIA 165 2017

PORTARIA Nº 165/2017

CONCEDE LICENÇA TRATAR DE INTERESSE PARTICULAR

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, de 16 de Dezembro de 2009; art. 108, seção VI, Capítulo VII – Estatuto dos Servidores do Município de Peritiba, de 02 de dezembro de 1999.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a Servidora CLARICE RAUBER WEBER ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, Grupo 4, Nível 12, Classe "B" e "F", LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSE PARTICULAR SEM REMUNERAÇÃO, por 02 (dois) anos, no período de 10/04/2017 a 09/04/2019, de conformidade com o Art. 108, Seção VI, Capítulo VIII, - Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Peritiba.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 06 de Abril de 2017.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 06/Abril/2017	
--	--

Francieli Schoenell
Responsável pela publicação

PORTARIA 166 2017

PORTARIA N° 166/2017

CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora SANDRA MARIA CAGNINI, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR, Grupo 4, Nível 12, Classe "D", Afastamento Para Tratamento de Saúde, no dia 06 Abril de 2017 no período matutino, conforme atestado médico anexo, em conformidade com (o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMpra-se e Publique-se

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 06 de Abril de 2017.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 06/Abril/2017	
--	--

Francieli Schoenell

Responsável pela publicação

PORTARIA 167 2017

PORTARIA N° 167/2017

CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora JESSICA SCHMIDT, ocupante das funções do cargo de AUXILIAR DE EDUCAÇÃO BÁSICA, Grupo 2, Nível 2, Classe "A", Afastamento Para Tratamento de Saúde, nos dias 06 de Abril a 21 de Maio de 2017, conforme atestado médico anexo, em conformidade com (o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMpra-se e Publique-se

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 06 de Abril de 2017.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 06/Abril/2017	
--	--

Francieli Schoenell

Responsável pela publicação

PORTARIA 168 2017

PORTARIA N.º 168/2017

CONCEDE GRATIFICAÇÃO

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei e a vigência da Lei Complementar n.º 39/2012, de 21 de Setembro de 2012 que DEFINE A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA, QUADRO DE PESSOAL, MATÉRIA CORRELATA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RESOLVE:

Art. 1.º - Fica concedido aos Servidores abaixo relacionados, integrantes da Comissão Permanente de Licitações gratificação conforme Art. 16, Parágrafo Único da LC nº 39/2012, a partir de 07/04/2017.

Regina Inês Brand	Presidente	30%
Jakeline Bervian Mezzomo	Secretária	10%
Liziane Klein Gaertner	Membro	10%
Lucas Martins de Oliveira	Membro	10%

Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria nº 25/2017 de 05/01/2017.

CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 07 de Abril de 2017.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 07/Abril/2017	
--	--

Francieli Schoenell
Responsável pela publicação

PORTARIA 169 2017

PORTARIA Nº 169/2017

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL

NEUSA KLEIN MARASCHINI, Prefeita do Município de Peritiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e considerando a vigência da Lei Complementar n.º 39/2012 de 21 de Setembro de 2012;

RESOLVE:

Art. 1.º PROMOVER, retroativo ao dia 07 de Abril de 2017, a Servidora JANETE SEGALA MULLER, ocupante do cargo de provimento efetivo de PSICOLOGA, da Classe "A" para a Classe "B" do Grupo 2, Nível 3, referente ao período de 07/04/2014 a 06/04/2017, em conformidade com a Lei n.º 39/2012, Art. 66, § 2.º, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 07 de Abril de 2017.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 07/Abril/2017	
--	--

Francieli Schoenell
Responsável pela publicação

PORTARIA 170 2017

PORTARIA Nº 170/2017

CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA DE
PESSOA DA FAMÍLIA

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora LUCIA HANAUER SORDI, ocupante do cargo efetivo de SERVENTE DE SERVIÇOS INTERNOS, Grupo 1, Nível 1, Classe "D", Licença por motivo de doença em pessoa da família, no dia 10 de Abril de 2017, conforme atestado médico anexo, em conformidade com art. 106, (Seção IV - LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, Capítulo VII - DO REGIME DE TRABALHO) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 10 de Abril de 2017.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 10/Abril/2017	
--	--

Francieli Schoenell

Responsável pela publicação

PORTARIA 171 2017

PORTARIA Nº 171/2017

CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora CARINA PAULA HACK, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE EDUCAÇÃO BÁSICA, Grupo 2, Nível 2, Classe "A", Afastamento Para Tratamento de Saúde, no dia 10 Abril de 2017 no período vespertino, conforme atestado médico anexo, em conformidade com (o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 10 de Abril de 2017.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 10/Abril/2017	
--	--

Francieli Schoenell

Responsável pela publicação

PORTARIA 172 2017

PORTARIA Nº 172/2017

CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora FABRICIA SCHOENELL, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR, Grupo 4, Nível 12, Classe "B", Afastamento Para Tratamento de Saúde, no dia 11 Abril de 2017 no período matutino a partir das 11 horas, conforme atestado médico anexo, em conformidade com (o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 11 de Abril de 2017.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 11/Abril/2017	
--	--

Francieli Schoenell

Responsável pela publicação

PORTARIA 173 2017

PORTARIA Nº 173/2017

CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA DE PESSOA DA FAMÍLIA

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora LUCIA HANAUER SORDI, ocupante do cargo efetivo de SERVENTE DE SERVIÇOS INTERNOS, Grupo 1, Nível 1, Classe "D", Licença por motivo de doença em pessoa da família, no dia 11 de Abril de 2017 no período matutino, conforme atestado médico anexo, em conformidade com art. 106, (Seção IV - LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, Capítulo VII - DO REGIME DE TRABALHO) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 11 de Abril de 2017.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos
Da Prefeitura Municipal de Peritiba em
11/Abril/2017

Francieli Schoenell

Responsável pela publicação

PORTARIA 174 2017

PORTARIA Nº 174/2017

CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora JULIANA SECCO, ocupante do cargo efetivo de ATENDENTE DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO, Grupo 1, Nível 4, Classe "B", Afastamento Para Tratamento de Saúde, no período de 29 de Março a 26 de Julho de 2017, conforme atestado médico anexo, em conformidade com (o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 11 de Abril de 2017.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos
Da Prefeitura Municipal de Peritiba em
11/Abril/2017

Francieli Schoenell

Responsável pela publicação

PORTARIA 175 2017

PORTARIA Nº 175/2017

CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor IVAN LUIZ SIMON, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA, Grupo 1, Nível 7, Classe "D", Afastamento Para Tratamento de Saúde, no dia 12 de Abril de 2017, conforme atestado médico anexo, em conformidade com (o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 12 de Abril de 2017.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos
Da Prefeitura Municipal de Peritiba em
12/Abril/2017

Francieli Schoenell

Responsável pela publicação

PORTARIA 176 2017

PORTARIA Nº 176/2017

CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor ODINEI JOSÉ BERTOTTI, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA, Grupo 1, Nível 7, Classe "B", Afastamento Para Tratamento de Saúde, no dia 17 de Abril de 2017, conforme atestado médico anexo, em conformidade com (o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 17 de Abril de 2017.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos
Da Prefeitura Municipal de Peritiba em
17/Abril/2017

Francieli Schoenell

Responsável pela publicação

Petrolândia

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL 15 2017 - PEÇAS E MÃO DE OBRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2017 – REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Petrolândia faz saber aos interessados que se encontra aberto o edital de LICITAÇÃO Nº 22/2017 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2017 – REGISTRO DE PREÇOS, tendo por objetivo o REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (TRANSPORTE ESCOLAR) E DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS. O envelope contendo os documentos de habilitação, bem como o outro contendo a proposta de fornecimento, deverão ser entregues na Prefeitura Municipal as 08:30h no dia 04/05/2017, ocasião em que será iniciada a sessão de credenciamento dos interessados e respectiva oferta de lances. A cópia do edital, bem como outros esclarecimentos necessários poderão ser obtidos junto a Prefeitura Municipal, em horário de expediente pelo fone 47-3536-1151. Petrolândia, 19 de abril de 2017. JOEL LONGEN – Prefeito Municipal

Piratuba

PREFEITURA

ADENDO 01 AO PREGÃO PRESENCIAL N.º 030/2017

MUNICÍPIO DE PIRATUBA - SC

ADENDO 01 AO PREGÃO PRESENCIAL N.º 030/2017

O Município de Piratuba, SC, através do Supervisor de Compras, leva ao conhecimento dos interessados que o edital de licitação em referência, cujo objeto é a aquisição de trator agrícola novo de pneus, potência mínima 78 CV, tração 4X4, sofreu alteração na data de recebimento dos envelopes contendo as propostas de preços e documentações de habilitação, ficando alterado para o dia 12 de maio de 2017, às 08h15, sendo a abertura da licitação neste mesmo dia às 08h30.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.piratuba.sc.gov.br, link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Rua Governador Jorge Lacerda, 272, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3553-0288.

Piratuba, SC, 18 de abril de 2017.

Carlos Alberto Maltauro

Supervisor de Compras

TOMADA DE PREÇO Nº. 004/2017

MUNICÍPIO DE PIRATUBA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: TOMADA DE PREÇO Nº. 004/2017

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de assessoria na estruturação de leilões públicos eletrônicos e presenciais, para venda de bens do Município de Piratuba - SC, conforme demais especificações no Edital.

Tipo: Menor Percentual de Cobrança/Arrematante.

Recebimento das propostas: até as 08h15 do dia 08/05/2017.

Abertura: às 08h30 do dia 08/05/2017.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.piratuba.sc.gov.br, link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Rua Governador Jorge Lacerda, 272, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3553-0288.

Piratuba, SC, 12 de abril de 2017.

Carlos Alberto Maltauro

Supervisor de Compras

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/2017 - FCEP

MUNICÍPIO DE PIRATUBA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/2017 - FCEP

Objeto: Registro de Preço para contratação de empresa para prestação de serviços de limpeza no Centro de Eventos do Município de Piratuba, conforme demais especificações no Edital.

Tipo: Menor Preço Por lote.

Recebimento das propostas: até as 08h15 do dia 05/05/2017.

Abertura: às 08h30 do dia 05/05/2017.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.piratuba.sc.gov.br, link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Rua Governador Jorge Lacerda, 272, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3553-0288.

Piratuba, SC, 11 de abril de 2017.

Carlos Alberto Maltauro

Supervisor de Compras

Planalto Alegre

PREFEITURA

DECRETO 4726/2017

DECRETO Nº 4726/2017, DE 17 de abril de 2017

NOMEIA A SENHORA ANA KATIA ALVES VIANA DE SOUZA PARA ATUAR EM CARATER TEMPORARIO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. FIN. E PLANEJAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUARES BET, Prefeito de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei complementar 045/2013, Lei Complementar nº 050/2014, Processo seletivo nº. 01/2017.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada conforme o inciso VI do artigo 2º da lei Complementar nº 045/2013 e inciso II do artigo 4º da lei Complementar nº 050/2014 a Senhora ANA KATIA ALVES VIANA DE SOUZA, para o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, lotado na Secretaria Municipal de Adm. Finanças e Planejamento no período de 17/04/2017 a 15/04/2019, regime estatutário, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, com carga horária de 40 horas semanais, percebendo valores fixados no anexo III da Lei Complementar 11 de 12 de março de 2009 e suas alterações.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes deste decreto serão usados recursos do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrario.

Planalto Alegre – SC, de 17 de abril de 2017.

JUARES BET

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

Decreto nº 4725/2017

DECRETO Nº 4725/2017, DE 17 DE ABRIL DE 2017.

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUARES BET, Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 0787 de 11 de abril de 2017.

DECRETA:

Art.1º. Ficam nomeados os membros para comporem o Conselho Municipal de Saúde, de caráter permanente, como órgão deliberativo, fiscalizador e de assessoramento, com mandato de 02 (dois) anos, composto pelos seguinte membros:

I – Representantes do Governo e Prestadores de Serviços:

Titular: Odirlei Hans

Suplente: Luciane Andreia Puhl Pagliari

Titular: Lucelia Hans Dallastra

Suplente: Elvino Taffarel

Titular: Graciela Passari Cassol

Suplente: Vilmar Bet

II – Representante dos Trabalhadores da área de saúde:

Titular: Lucimara Patricia Perosso

Suplente: Marieli Loeblein

Titular: Angela Gomes

Suplente: Marlei Stocco

Titular: Eliane Fátima Be

Suplente: Renalda Lima dos Santos

III – Representante de entidades e movimentos representativos de usuários:

a) Igrejas do Evangelho Quadrangular e Católica

Titular: Cirlei Moras Braghini

Suplente: Ana Paula Pagliari

b) Cooperativa Agrícola Familiar Cooperare

Titular: Ione dos Santos Bressan

Suplente: Eliosandra Girardello Felippi

c) Associação de Pais e Professores da Escola de Educação Básica Professora Lourdes Tonin

Titular: Roseli Salvador

Suplente: Nilva Maria Heimbürg

d) Grupo de Idosos Unidos Venceremos

Titular: Ione Braghini

Suplente: Rilde Bresolin

e) Clube de Mães Rainha do Lar

Titular: Rosane Maria Rauber

Suplente: Cleusa Soccol

f) Movimento de Mulheres Camponesas

Titular: Ines Trintenaglia

Suplente: Adirce Terezinha Vedovatto Romanoski

Art. 2º. O serviço do Conselho Municipal de Saúde será considerado de caráter relevante, não se lhe atribuindo qualquer remuneração e nem se caracterizando vínculo de emprego para fins deste objeto, entre o Município e os seus componentes, incluindo a não geração de direitos ou obrigações sociais e trabalhistas.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com feitos a partir desta data.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre SC., em 17 de abril de 2017.

JUARES BET

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

PORTARIA 141/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE PLANALTO ALEGRE

PORTARIA Nº 0141/2017

CONCEDE LICENÇA REMUNERADA POR MOTIVO DE DOENÇA A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUARES BET, Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 76 da Lei Municipal nº 279, de 29 de novembro de 2001.
RESOLVE:

Art. 1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de licença por motivo de doença ao (s) Servidor (es) Público (s) Municipal, MAKELLY RUTHE BACK SJLENDER, Psicóloga - PAIF, lotada (s) na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social de 17/04/2017 a 16/05/2017, conforme atestado médico apresentado.

Paragrafo Único. De conformidade a servidora ficara em beneficio do INSS a partir do dia 17/04/2017 tendo em vista licença antes concedida pela portaria 139/2017.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre – SC, em 18 de Abril de 2017.

JUARES BET

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Pomerode

PREFEITURA

1.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 001 / 2016 - FUNPEEL / PRORROGAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EVENTOS, ESPORTE E LAZER - FUNPEEL

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

1.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 001 / 2016 - FUNPEEL
PRORROGAÇÃO

Processo Administrativo n.º 002 / 2016.

Pregão Presencial n.º 001 / 2016 – Registro de Preços.

Contratante: FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EVENTOS, ESPORTE E LAZER DE POMERODE - FUNPEEL.

Contratado: LIGA POMERODENSE DE DESPORTOS - LPD.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM PARA OS EVENTOS ESPORTIVOS REALIZADOS E PROMOVIDOS PELA FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EVENTOS, ESPORTES E LAZER DE POMERODE - FUNPEEL, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Prorrogação – 12 meses – Prazo final – 31/03/2018.

Valor total contratado – 12 meses: R\$219.305,16 (duzentos e dezenove mil, trezentos e cinco reais e dezesseis centavos).

Justificativa: Prorrogação contratual em conformidade com o disposto no artigo 57, II da Lei Federal n.º 8.666/93 e CLÁUSULAS QUINTA e SEXTA do Contrato Administrativo n.º 001/2016 - FUNPEEL, tendo em vista tratar-se de serviços executados de forma contínua, com reajuste dos valores unitários pelo INPC (IBGE). Ass.: Zauri Martins do Nascimento, Presidente da Fundação Promotora de Eventos, Esporte e Lazer - FUNPEEL, Contratante; Ademir Ramthun – Presidente e Charles Gert Hoge - Tesoureiro, Liga Pomerodense de Desportos - LPD, Contratada.

Pomerode / SC, 17 de Março de 2017.

ZAURI MARTINS DO NASCIMENTO

Presidente da Fundação Promotora de Eventos,
Esporte e Lazer - FUNPEEL

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 033 / 2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 033 / 2017

Processo Administrativo n.º 022 / 2017.

Pregão Presencial n.º 012 / 2017 – Registro de Preços.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Contratada: CEK INFORMÁTICA EIRELI ME.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MICROCOMPUTADORES, MINI COMPUTADORES, NOTEBOOKS, NOBREAKS E PROJETORES MULTIMÍDIA PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDOS E FUNDAÇÕES DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Valor total registrado: R\$15.400,00 (quinze mil e quatrocentos reais) – Item 05.

Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 10/04/2018.

Pomerode / SC, 11 de Abril de 2017.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 034 / 2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 034 / 2017

Processo Administrativo n.º 022 / 2017.

Pregão Presencial n.º 012 / 2017 – Registro de Preços.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Contratada: TOP CENTER COMERCIAL LTDA ME.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MICROCOMPUTADORES, MINI COMPUTADORES, NOTEBOOKS, NOBREAKS E PROJETORES MULTIMÍDIA PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDOS E FUNDAÇÕES DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Valor total registrado: R\$144.100,00 (cento e quarenta e quatro mil e cem reais) – Item 03.

Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 10/04/2018.

Pomerode / SC, 11 de Abril de 2017.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 035 / 2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 035 / 2017

Processo Administrativo n.º 022 / 2017.

Pregão Presencial n.º 012 / 2017 – Registro de Preços.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Contratada: HARLEY DE AGUIAR JUNIOR EIRELI - EPP.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MICROCOMPUTADORES, MINI COMPUTADORES, NOTEBOOKS, NOBREAKS E PROJETORES MULTIMÍDIA PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDOS E FUNDAÇÕES DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Valor total registrado: R\$93.000,00 (noventa e três mil reais) – Item 04.

Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 10/04/2018.

Pomerode / SC, 11 de Abril de 2017.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 036 / 2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 036 / 2017

Processo Administrativo n.º 022 / 2017.
Pregão Presencial n.º 012 / 2017 – Registro de Preços.
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.
Contratada: PERFORM TECNOLOGIA – EIRELI EPP.
Objeto: AQUISIÇÃO DE MICROCOMPUTADORES, MINI COMPUTADORES, NOTEBOOKS, NOBREAKS E PROJETORES MULTIMÍDIA PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDOS E FUNDAÇÕES DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.
Valor total registrado: R\$157.500,00 (cento e cinquenta e sete mil e quinhentos reais) – Item 01.
Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 10/04/2018.

Pomerode / SC, 11 de Abril de 2017.
ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 037 / 2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 037 / 2017

Processo Administrativo n.º 022 / 2017.
Pregão Presencial n.º 012 / 2017 – Registro de Preços.
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.
Contratada: RD NEGÓCIOS DE INFORMÁTICA LTDA EPP.
Objeto: AQUISIÇÃO DE MICROCOMPUTADORES, MINI COMPUTADORES, NOTEBOOKS, NOBREAKS E PROJETORES MULTIMÍDIA PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDOS E FUNDAÇÕES DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.
Valor total registrado: R\$63.225,00 (sessenta e três mil e duzentos e vinte e cinco reais) – Item 06.
Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 10/04/2018.

Pomerode / SC, 11 de Abril de 2017.
ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal de Pomerode

Ponte Serrada

PREFEITURA

9º EDITAL DE CHAMAMENTO CP 001/2016

EDITAL DE CHAMAMENTO

9º Chamamento do Concurso Público 001/2016

O presente expediente tem por finalidade realizar o chamamento de candidatos aprovados no concurso público que trata o Edital nº 001/2016, a fim de que compareçam junto ao departamento de RH da Prefeitura de Ponte Serrada, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da publicação deste, e apresentem a documentação prevista no ANEXO I deste Edital com vistas a que possam tomar posse no respectivo cargo, conforme segue:

PSICOLOGO

1º	MARCIO JOSE FERREIRA BARBOSA	313096
----	------------------------------	--------

Ponte Serrada – SC, 18 de Abril de 2017.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA CONTRATAÇÃO DOS CARGOS

- RG e CPF - Cópia
- Título Eleitor Com Certidão de Quitação Eleitoral
- Documento de Inscrição no PIS-PASEP ou Carteira de Trabalho
- 01 Foto 3x4
- Certidão Nascimento ou Casamento
- Certidão Nascimento Filhos Menores 14 anos
- Certidão Negativa de Antecedentes Criminais
- Conta Salário Banco Bradesco
- Exame Médico Admissional - Atestado de Saúde Ocupacional
- Declaração Bens
- Declaração de Não-Acumulação de Cargos Públicos
- Certificado de Reservista (Sexo Masculino)
- Comprovante de Endereço
- CNH Categoria Conforme Veículo a Ser Conduzido
- Diploma Ensino Fundamental/Ensino Médio/ Ensino Superior conforme exigido para ocupação do cargo.
- TODOS OS DOCUMENTOS DEVERÃO SER AUTENTICADOS EM CARTÓRIO

DECRETO 380/2017

DECRETO Nº 380/2017, DE 17 DE ABRIL DE 2017.

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE”.

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida a Licença para Tratamento de Saúde a Funcionária Pública Municipal Srª. CINTHIA ALVES, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer .

Art. 2º - O período do atestado médico é de 10 dias a contar do dia 11 de abril de 2017, conforme cópia em anexo.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 17 DE ABRIL DE 2017.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 381/2017

DECRETO Nº 381/2017, DE 17 DE ABRIL DE 2017.

“CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO CONFORME ESPECIFICA”.

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida licença gestação a Funcionária Pública Municipal Sra. GILVANA XAVIER RIBEIRO, ocupante do cargo de PROFESSORA CARGO EXTINÇÃO, com 30:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, por um período de 180 (cento e oitenta) dias a contar do dia 12 de abril de 2017, conforme atestado médico em anexo.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 17 DE ABRIL DE 2017.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 382/2017

DECRETO Nº 382/2017, DE 17 DE ABRIL DE 2017.

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE”.

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida a Licença para Tratamento de Saúde a Funcionária Pública Municipal Srª. CRISLENE ALVES, ocupante do cargo efetivo de VIGIA, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria de Serviços Urbanos .

Art. 2º - O período do atestado médico é de 04 dias a contar do dia 03 de abril de 2017, conforme cópia em anexo.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA,

ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 17 DE ABRIL DE 2017.
ALCEU ALBERTO WRUBEL
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

EXTRATO CONTRATO 01/2017 FMS

CONTRATO Nº 01/2017
PROCESSO Nº 06/2017
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2017
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC
CONTRATADADO: TRANSPORTES POTRICH LTDA
CNPJ: 04.327.421/0001-82
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA TRANSPORTE DE PACIENTES QUE NECESSITAM DE TRATAMENTO NA CIDADE DE XANXERÊ/SC, COM VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 15 (QUINZE) PASSAGEIROS.
Valor: R\$ 5.040,00 (cinco mil e quarenta reais).
VIGÊNCIA: De 14 de fevereiro à 24 de março de 2017.
Alceu Alberto Wrubel
Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 02/2017 FMS

CONTRATO Nº 02/2017
PROCESSO Nº 13/2017
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2017
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC
CONTRATADADO: MANA CORRETORA DE SEGUROS LTDA
CNPJ: 18.513.000/0001-50
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DO SEGURO DO VEÍCULO PEUGEOT BOXER –AMBULÂNCIA 2016 – DE USO DO SAMU, COM AS SEGUINTE COBERTURAS: COLISÃO, INCENDIO, ALAGAMENTO E ROUBO = 100%; DANOS MATERIAIS: 500.000,00; DANOS CORPORAIS = 500.000,00; MORTE POR ACIDENTE (POR OCUPANTE) 50.000,00; INVALIDEZ POR ACIDENTE (POR OCUPANTE) 50.000,00; DESPESAS MÉDICOS HOSPITALARES POR ACIDENTE (POR OCUPANTE) 50.000,00; VIDROS = CONTRATADO; RETROVISORES, FARÓIS E LANTERNAS = CONTRATADO; ASSISTÊNCIA 24 HORAS = CONTRATADO.
Valor: R\$ 4.152,99 (quatro mil, cento e cinquenta e dois reais e noventa e nove centavos).
VIGÊNCIA: De 22 de fevereiro de 2017 à 22 de fevereiro de 2018.
Alceu Alberto Wrubel
Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 03/2017 FMS

CONTRATO Nº 03/2017
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2017
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC
CONTRATADADO: TRANSPORTES POTRICH LTDA
CNPJ: 04.327.421/0001-82
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA TRANSPORTE DE PACIENTES QUE NECESSITAM DE TRATAMENTO DE HEMODIÁLISE NA CIDADE DE XANXERÊ/SC, COM VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 15 (QUINZE) PASSAGEIROS.
Valor: R\$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais).
VIGÊNCIA: De 24 de março à 31 de dezembro de 2017.
Alceu Alberto Wrubel
Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 04/2017 FMS

CONTRATO Nº 04/2017
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2017
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC
CONTRATADADO: ZELIA CARDOSO DOS SANTOS ME
CNPJ: 19.845.223/0001-88
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSESSORIA E CONSULTORIA EM SAÚDE PÚBLICA, MONITORAMENTO, COLETA, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE INDICADORES DO MUNICÍPIO, TREINAMENTO E ACOMPANHAMENTO DO PROCESSAMENTO DAS FERRAMENTAS DE GESTÃO DA ATUAÇÃO BÁSICA DE SAÚDE E DEMAIS ATRIBUIÇÕES ESPECIFICADOS NO EDITAL.
Valor: R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais).
VIGÊNCIA: De 24 de março à 24 de janeiro de 2018.
Alceu Alberto Wrubel
Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 42/2017

CONTRATO Nº 42/2017
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 027/2017
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 07/2017
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC
CONTRATADADO: COOPERATIVA REGIONAL DE EDUCAÇÃO - EDUCOOPER
CNPJ: 05.240.371/0001-64
OBJETO: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL DE 1.400 M2 DE EDIFICAÇÃO, COM SALAS DE AULA, BANHEIROS, COZINHA DEPÓSITO, ESTACIONAMENTO, LOCALIZADO NA RUA JOÃO SEVERGNINI, BAIRRO BERTÉ, DESTE MUNICÍPIO, MATRÍCULA 8.390 NO CRI DE PONTE SERRADA/SC, DESTINADO A INSTALAÇÃO DE ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.
Valor: R\$ 39.242,34 (trinta e nove mil, duzentos e quarente e dois reais e trinta e quatro centavos).
VIGÊNCIA: De 1º de abril até 31 de dezembro de 2017.
Alceu Alberto Wrubel
Prefeito Municipal

PREGÃO 06/2017 FMS

AVISO DE PUBLICAÇÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº012 /2017 - FMS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2017
ALCEU ALBERTO WRUBEL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 1983. A PRESENTE LICITAÇÃO TEM COM O OBJETO O REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ENFERMAGEM PARA USO EM TODAS AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA - SC.
Recebimento dos Envelopes até às 08h50min do dia 10.05.2017.
Abertura da Sessão às 09h00min do dia 10.05.2017.
Informações Complementares: outras informações poderão ser obtidas de segunda a sexta-feira no Setor de Compras e Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 7h30 às 13h30 e das 13 às 17 horas, pelo e-mail licitacao@ponteserrada.sc.gov.br ou pelo telefone (0XX49) 34350122. Ponte Serrada, 18 de abril de 2017. ALCEU ALBERTO WRUBEL Prefeito Municipal.

Porto Belo

PREFEITURA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 019/2017 - PMPB

Aviso de Dispensa de Licitação Nº 019/2017 - PMPB

ESTADO DE SANTA CATARINA

Prefeitura Municipal de PORTO BELO

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 019/2017 – PMPB

O Município de Porto Belo (SC), torna público a dispensa de licitação nº 019/2017 - PMPB em conformidade com o Inciso II do artigo 24 da Lei 8.666/93.

Processo nº. 036/2017 – PMPB

Objeto: AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS PARA INSTALAÇÃO NO PARQUE INFANTIL, LOCALIZADO NO BAIRRO JARDIM DOURADO.

Contratado: Parquevaral Indústria e Comércio de Artefatos de Metal Ltda

Valor: R\$ 2.745,00 (Dois mil e setecentos e quarenta e cinco reais)

Homologado: 17/04/2017.

Porto Belo / SC, 17 de Abril de 2017

Eliane Tomaz

Secretária de Administração

EXTRATO CONTRATO 003/2017 FAMAP

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

EXTRATO DE CONTRATO

PREGÃO PRESENCIAL 001/2017 - FAMAP

CONTRATO Nº 003/2017 – FAMAP

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviço de coleta, transporte, triagem com encaminhamento para destinação final de lixo reciclável do Município de Porto Belo, conforme termo de referência descrito no anexo I do Edital.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO/FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

CONTRATADA: RECICLAGEM NMJW LTDA - ME

VALOR: R\$ 282.000,00 (Duzentos e oitenta e dois mil reais)

PRAZO DE EXECUÇÃO: 12 meses

DATA DA ASSINATURA: 17/04/2017

Porto Belo, 17 de Abril de 2017.

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1.550, DE 17 DE ABRIL DE 2017

DECRETO Nº 1.550, DE 17 DE ABRIL DE 2017

Dispõe sobre a abertura de crédito suplementar e dá outras providências, conforme autorizado no artigo 19 da Lei Municipal nº 2.467/2016.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional na importância de R\$ 8.000,00 (Oito mil reais) destinados a suplementar a dotação abaixo descrita pertencente ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 22 – Fundo Municipal de Meio Ambiente - FAMAP

Unidade Orçamentária: 01 – Fundação Municipal de Meio Ambiente - FAMAP

Funcional Programática: 18.541.0030

Atividade: 2.041 – Manutenção da Fundação Municipal de Meio Ambiente

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 0.3.00 – Superávit Financeiro – Recursos Ordinários

Valor: R\$ 8.000,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do Superávit Financeiro apurado no Exercício de 2016, por conta de recursos ordinários no valor de R\$ R\$ 8.000,00 (Oito mil reais).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 17 dias do mês de abril de 2017.

EMERSON LUCIANO STEIN

PREFEITO

EXTRATO DA JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO Nº 001/2017

EXTRATO DA JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO nº 001/2017

REFERENTE: A finalidade da presente Inexigibilidade de Chamamento Público é a celebração de Termo de Fomento com ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE, inscrita no CNPJ CNPJ 79.424.255/0001-31, com sede na Avenida Governador Celso Ramos, nº 3016, Centro, neste Município de Porto Belo, neste ato representada pelo Presidente, Sr. José Maria de Oliveira, brasileiro, empresário, portador do RG nº 1.704.784-6-SSP/SC, inscrito no CPF sob o nº 747.035.369-00, nos termos de seu estatuto social, por meio da formalização de Termo de Fomento, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros à referida entidades sem fins lucrativos, conforme condições estabelecidas no Termo de Fomento.

RESUMO: Termo de Fomento com a APAE.

DO RESUMO DA JUSTIFICATIVA: Os fins da Administração Pública Municipal, segundo o mestre Hely Lopes Meirelles, "resumem-se num único objetivo: o bem da coletividade administrada." Nesse sentido, visando o repasse de valores a título de subvenção social que deverão ser utilizados prioritariamente na manutenção da APAE de Porto Belo, em conformidade com a Lei Municipal nº 2483/2017, E reconhecendo a competência municipal bem como o trabalho desenvolvido pela APAE, bem como em razão da inviabilidade de competição pela natureza singular do objeto, pois a referida entidade é a única no Município que atua na atividade proposta e por longo tempo vem desenvolvendo essas atividades em parceria com a Administração Pública Municipal de forma satisfatória, as quais são de grande relevância, para uma melhor qualidade de vida da pessoa com deficiência e a construção de uma sociedade justa e solidária.

Assim, diante do Tudo Exposto: Conforme o que foi apresentada a esta Procuradoria, toda a documentação juntada, atendidos aos

preceitos do art. 31 da Lei 13.019/2014, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida Parceria com Inexigibilidade do Chamamento e assinatura do Termo de Fomento.

Porto Belo-SC, 17 de abril de 2017.

ASSESSORIA JURÍDICA: A presente inexigibilidade cumpre as exigências legais, estando de acordo com o artigo 31 da Lei nº 13.019/2014 e suas alterações.

Porto Belo-SC, 17 de abril de 2017.

Gilmara Monteiro Baltazar

Consultora Jurídica

OAB/SC 28.056

AUTORIZAÇÃO

Autorizo a contratação e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Publique-se um extrato da Justificativa, e após cinco dias ausente qualquer impugnação, tome-se as providências para o Termo de Fomento.

EMERSON LUCIANO STEIN

Prefeito

Porto União

PREFEITURA

ATA 050/2017

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
ATA 050/2017

Aos 04 (quatro) dias do mês de abril do ano de 2017, autorizado junto ao Processo Licitatório 030/2017, Pregão Presencial 019/2017, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ORGÃO GERENCIADOR, Município de Porto União neste ato representado pelo Sr. Eliseu Mibach, Prefeito Municipal e o DETENTOR DA ATA Comercial JDC Materiais de Construção Ltda – ME.

1. Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: Comercial JDC Materiais de Construção Ltda – ME, inscrita no CNPJ/MF nº 06.990.079/0001-21, sito a Rua Expedicionário Edmundo Arrabar, nº 1581, Santa Rosa, município de Porto União, Estado de Santa Catarina, CEP 89.400-000, Telefone (42) 3522-5141, representado neste ato pelo Sr. César Javorski, inscrito no CPF sob o número 702.243.589-87.

Registro de Preços para aquisição de materiais diversos para uso em obras no município, conforme segue:

0.1 Descrição do Item:

ITEM	Quantidade estimada 12 meses	Unidade	Discriminação	Preço Unitário	Preço Total 12 meses
Lote 02					
02	6	Unidade	Alicate Torques	R\$ 17,08	R\$ 102,48
03	12	Unidade	Arco de Serra	R\$ 12,2706	R\$ 147,25
04	15	Unidade	Cabo para Enxada 125cm	R\$ 6,1353	R\$ 92,03
05	15	Unidade	Cabo para Pá 100cm	R\$ 6,1353	R\$ 92,03
06	10	Unidade	Carrinho-de-Mão de Lata	R\$ 72,8058	R\$ 728,06
07	6	Unidade	Cavadeira Dupla	R\$ 23,6414	R\$ 141,85
08	10	Unidade	Colher de Pedreiro 10"	R\$ 12,6715	R\$ 126,72
09	10	Unidade	Marreta Oitavada 2 kilos com Cabo	R\$ 17,9888	R\$ 179,89
10	10	Unidade	Marreta Oitavada 3 kilos com Cabo	R\$ 28,6151	R\$ 286,15
11	10	Unidade	Martelo 27mm com Cabo de Madeira	R\$ 20,4347	R\$ 204,35
12	5	Unidade	Pé de Cabra	R\$ 22,8725	R\$ 114,36
13	15	Unidade	Pedra de Esmiril	R\$ 20,0339	R\$ 300,51
14	6	Unidade	Picareta com Cabo	R\$ 35,953	R\$ 215,72
15	10	Unidade	Ponteira 1"	R\$ 15,1256	R\$ 151,26
16	100	Unidade	Serrinha de Cortar Ferro	R\$ 2,6586	R\$ 265,86
17	10	Unidade	Serrote para Madeira	R\$ 24,4513	R\$ 244,51
18	10	Unidade	Talhadeira 1"	R\$ 9,4075	R\$ 94,08
19	4	Unidade	Esquadro	R\$ 14,6021	R\$ 58,41
20	4	Unidade	Prumo	R\$ 12,1888	R\$ 48,76
21	4	Unidade	Nível 60 cm	R\$ 21,2691	R\$ 85,08
22	100	Unidade	Mangueira de Nível - M	R\$ 1,0226	R\$ 102,26
23	50	Unidade	Impermeabilizante - L	R\$ 5,3173	R\$ 265,87
24	50	Unidade	Isolante Asfáltico - L	R\$ 12,6797	R\$ 633,99
25	10	Unidade	Desempenadeira de Madeira	R\$ 7,2397	R\$ 72,40
26	4	Unidade	Desempenadeira de Aço Dentada	R\$ 7,3624	R\$ 29,45
27	2	Unidade	Picão c/ Cabo	R\$ 33,1307	R\$ 66,26
28	500	Unidade	Parafuso 75x5,5	R\$ 0,1636	R\$ 81,80
29	2400	Unidade	Parafuso Dobradiça 3.0x3.2	R\$ 0,0409	R\$ 98,16
30	500	Unidade	Bucha 8 mm	R\$ 0,0573	R\$ 28,65
31	500	Unidade	Bucha 10 mm	R\$ 0,0818	R\$ 40,90
32	500	Unidade	Bucha 6 mm	R\$ 0,0409	R\$ 20,45
33	500	Unidade	Rebite 4x12	R\$ 0,0409	R\$ 20,45
Lote 03					
34	20	Unidade	Broca para Concreto 6mm	R\$ 4,285	R\$ 85,70
35	20	Unidade	Broca para Concreto 8mm	R\$ 4,6429	R\$ 92,86
36	20	Unidade	Broca para Concreto 10mm	R\$ 5,00	R\$ 100,00
37	20	Unidade	Broca para ferro 6mm	R\$ 3,9286	R\$ 78,57
38	20	Unidade	Broca para ferro 8mm	R\$ 7,7143	R\$ 154,29
39	20	Unidade	Broca para ferro 10mm	R\$ 14,2143	R\$ 284,29

40	20	Unidade	Broca para madeira 6mm	R\$ 3,0714	R\$ 61,43
41	20	Unidade	Broca para madeira 8mm	R\$ 4,1429	R\$ 82,86
42	20	Unidade	Broca para madeira 10mm	R\$ 5,7143	R\$ 114,29
43	4	Unidade	Broca Aço Rápido 15mm	R\$ 58,9286	R\$ 235,71
Lote 05					
49	50	Unidade	Disco de Corte Cerâmico 10"	R\$ 10,9528	R\$ 547,64
50	50	Unidade	Disco de Corte Ferro 10"	R\$ 8,1894	R\$ 409,47
51	50	Unidade	Disco de Corte Ferro 12"	R\$ 27,6173	R\$ 1.380,87
52	50	Unidade	Disco de Desbaste para Lixadeira	R\$ 13,781	R\$ 689,05
53	5	Unidade	Disco de Circular 24 Dentes	R\$ 36,1752	R\$ 180,88
54	50	Unidade	Disco de Corte Cerâmico para Serra Mármore	R\$ 23,0298	R\$ 1.151,49
55	50	Unidade	Disco de Corte Ferro para Serra Mármore	R\$ 9,2119	R\$ 460,60
Lote 10					
109	100	Unidade	Tomada para Alvenaria	R\$ 5,3066	R\$ 530,66
110	100	Unidade	Tomada para Madeira	R\$ 4,9457	R\$ 494,57
111	100	Unidade	Interruptor para Alvenaria	R\$ 4,7205	R\$ 472,05
112	100	Unidade	Interruptor para Madeira	R\$ 4,4953	R\$ 449,53
113	200	Unidade	Caixa de Luz 2"x4"	R\$ 0,5765	R\$ 115,30
114	60	Unidade	Chuveiro Simples	R\$ 26,9357	R\$ 1.616,14
115	500	Unidade	Lâmpadas 25 W 110 e 220	R\$ 12,5129	R\$ 6.256,45
116	1000	Unidade	Fio Flexível 2,5 mm	R\$ 0,9909	R\$ 990,90
117	200	Unidade	Fita Isolante	R\$ 2,072	R\$ 414,40
Lote 12					
125	100	Unidade	Janela de Ferro 100x120cm	R\$ 89,1485	R\$ 8.914,85
126	100	Unidade	Porta Interna 80x210cm	R\$ 62,4959	R\$ 6.249,59
127	50	Unidade	Porta Externa 80x210cm	R\$ 164,5112	R\$ 8.225,56
Lote 13					
128	50	Unidade	Tubo de pvc 40 mm barra de 06 m	R\$ 13,8884	R\$ 694,42
129	50	Unidade	Joelho de pvc 40 mm 45°	R\$ 0,6164	R\$ 30,82
130	50	Unidade	Joelho de pvc 40 mm 90°	R\$ 0,6164	R\$ 30,82
131	20	Unidade	Joelho de pvc 50 mm 45°	R\$ 0,9363	R\$ 18,73
132	20	Unidade	Joelho de pvc 50 mm 90°	R\$ 0,9363	R\$ 18,73
133	40	Unidade	Tubo de pvc 75 mm barra de 06 m	R\$ 31,1242	R\$ 1.244,97
134	40	Unidade	Joelho de pvc 75 mm 45°	R\$ 3,2614	R\$ 130,46
135	40	Unidade	Joelho de pvc 75 mm 90°	R\$ 3,2302	R\$ 129,21
136	150	Unidade	Tubo de pvc 100 mm barra de 06 m	R\$ 33,1528	R\$ 4.972,92
137	150	Unidade	Joelho de pvc 100 mm 45°	R\$ 3,3473	R\$ 502,10
138	150	Unidade	Joelho de pvc 100 mm 90°	R\$ 3,3473	R\$ 502,10
139	20	Unidade	Tubo de pvc 150 mm barra de 06 m	R\$ 89,643	R\$ 1.792,86
140	20	Unidade	Joelho de pvc 150 mm 45°	R\$ 19,8886	R\$ 397,77
141	20	Unidade	Joelho de pvc 150 mm 90°	R\$ 17,8599	R\$ 357,20
142	10	Unidade	Tubo de pvc 200 mm barra de 06 mts	R\$ 162,6822	R\$ 1.626,82
143	20	Unidade	Joelho de pvc 200 mm 45°	R\$ 35,0254	R\$ 700,51
144	20	Unidade	Joelho de pvc 200 mm 90°	R\$ 49,2338	R\$ 984,68
145	50	Unidade	Redução de pvc 100mm para 75mm	R\$ 3,8154	R\$ 190,77
146	50	Unidade	Redução de pvc 150mm para 100mm	R\$ 11,5789	R\$ 578,95
147	50	Unidade	Junção 100 mm	R\$ 10,5568	R\$ 527,84
148	50	Unidade	Te 100 mm	R\$ 8,5203	R\$ 426,02
149	1000	Unidade	Manta Bedim	R\$ 1,9428	R\$ 1.942,80
150	1000	Unidade	Tubo de Dreno 100 mm	R\$ 4,0885	R\$ 4.088,50
Lote 17					
177	20	Unidade	Chave de Fenda 1/4x5"	R\$ 3,832	R\$ 76,64
178	20	Unidade	Chave Phillips 1/4x5"	R\$ 3,8315	R\$ 76,63
179	2	Unidade	Jogo de Chave Combinada	R\$ 59,4596	R\$ 118,92
180	2	Unidade	Kit Ponteira Parafusadeira	R\$ 12,7139	R\$ 25,43
181	20	Unidade	Lima Redonda (Moto Serra)	R\$ 3,6809	R\$ 73,62
182	4	Unidade	Lima Chata	R\$ 9,7029	R\$ 38,81
183	4	Unidade	Lima Serrote	R\$ 7,4447	R\$ 29,78
184	1	Unidade	Serra Mármore 1400 Watts	R\$ 188,1045	R\$ 188,10
185	3	Unidade	Betoneira 220 Litros	R\$ 1.565,718	R\$ 4.697,15
186	1	Unidade	Esmirilhadeira 10000 Rpm	R\$ 188,1045	R\$ 188,10
187	1	Unidade	Parafusadeira 440 Watts	R\$ 176,8208	R\$ 176,82
Lote 18					
188	1000	Unidade	Forro de Pinus - M²	R\$ 11,1364	R\$ 11.136,35

189	500	Unidade	Roda Pé de Pinus - M²	R\$ 2,2273	R\$ 1.113,65
Lote 20					
200	20	Unidade	Escova de Aço	R\$ 3,337	R\$ 66,74
201	20	Unidade	Pneu para Carrinho-de-Mão	R\$ 16,163	R\$ 323,26
Valor Total 86.200,00 (oitenta e seis mil e duzentos reais).__					

2. Integram e completam a presente ATA de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital do Processo Licitatório 030/2017, Pregão Presencial 019/2017, juntamente com seus anexos e a proposta.

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura.

2.2. O órgão Gerenciador efetuara seus pedidos ao fornecedor, através de Autorização de Fornecimento, na forma descrita no Edital de Pregão Presencial 019/2017.

2.3. As condições de entrega dos materiais é o estabelecido no item 09 (nove) do Edital de Pregão Presencial 019/2017, e sua totalidade poderá ser retirada em até 12 (doze) meses, CONFORME A NECESSIDADE e Autorização da Secretaria Municipal de Transporte, Obras e Serviços Públicos nas quantidades por ela determinada.

2.4. Os pagamentos serão efetuados em 30 (trinta) após a entrega dos produtos, mediante a apresentação da Nota Fiscal na forma eletrônica, conforme a quantidade solicitada, na Nota Fiscal deverá constar o número do processo licitatório e da Ata de Registro de Preços que a deu origem.

2.5. Os preços registrados serão confrontados trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ORGÃO GERENCIADOR.

2.6. As despesas decorrentes do fornecimento dos materiais relativo a presente Ata de Registro de Preços correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta da entrega dos materiais.

2.7. A troca eventual de documentos e cartas entre o GERENCIADOR e o DETENTOR DA ATA será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas. Ainda, tem-se que toda e qualquer informação a respeito do cumprimento ou não da Ata de Registro de Preços, bem como toda e qualquer situação atinente ao mesmo deverá ser feita por escrito com o respectivo protocolo sob pena de não ser aceito pela Municipalidade.

2.8. Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, facultada a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

2.9. Pela inexecução total ou parcial da presente Ata de Registro de Preços, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.

2.10. O Registro de Preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos art. 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

2.11. O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Presencial 019/2017.

2.12. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital do Processo Licitatório 030/2017, Pregão Presencial 019/2017, com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar as presentes disposições.

2.13. As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

2.14. Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Senhor Eliseu Mibach, Prefeito Municipal de Porto União e pelo Sr. César Javorski, qualificado preambularmente, representando o detentor e testemunhas.

Eliseu Mibach
Prefeito Municipal

Comercial JDC Materiais de Construção Ltda – ME
Empresa Detentora da Ata
Testemunhas:

ATA 051/2017

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
ATA 051/2017

Aos 04 (quatro) dias do mês de abril do ano de 2017, autorizado junto ao Processo Licitatório 030/2017, Pregão Presencial 019/2017, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal n.º 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ORGÃO GERENCIADOR, Município de Porto União neste ato representado pelo Sr. Eliseu Mibach, Prefeito Municipal e o DETENTOR DA ATA Úrsula Waldruff – ME.

1. Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: Úrsula Waldruff – ME, inscrita no CNPJ/MF nº 05.004.931/0001-81, sito a Rua Dr. Carlos Cavalcanti, nº 347, Centro, município de União da Vitória, Estado do Paraná, CEP 84.600-000, Telefone (42) 3522-4678, representado neste ato pela Sra. Úrsula Waldruff, inscrita no CPF sob o número 602.637.769-72.

Registro de Preços para aquisição de materiais diversos para uso em obras no município, conforme segue:

0.1 Descrição do Item:

ITEM	Quantidade estimada 12 meses	Unidade	Discriminação	Preço Unitário	Preço Total 12 meses
Lote 01					
01	6000	Unidade	Lona Preta 100 micras - m²	R\$ 0,725	R\$ 4.350,00
Lote 04					
44	20	Unidade	Cadeado 20mm	R\$ 8,0525	R\$ 161,05
45	20	Unidade	Cadeado 25mm	R\$ 9,5379	R\$ 190,76
46	20	Unidade	Cadeado 30mm	R\$ 11,1077	R\$ 222,15
47	20	Unidade	Cadeado 40mm	R\$ 15,1808	R\$ 303,62
48	20	Unidade	Cadeado 50mm	R\$ 21,1208	R\$ 422,42
Lote 06					
56	20	Unidade	Prego 12x12	R\$ 8,543	R\$ 170,86
57	20	Unidade	Prego 13x15	R\$ 8,1967	R\$ 163,93
58	20	Unidade	Prego 16x24	R\$ 6,8147	R\$ 136,29
59	200	Unidade	Prego 17x27	R\$ 5,6055	R\$ 1.121,10
60	200	Unidade	Prego 18x30	R\$ 6,4692	R\$ 1.293,84
61	40	Unidade	Prego 18x30 com 2 Cabeças	R\$ 8,1967	R\$ 327,87
62	20	Unidade	Prego 19x39	R\$ 6,4692	R\$ 129,38
63	20	Unidade	Prego 22x42	R\$ 6,642	R\$ 132,84
64	100	Unidade	Prego 22x48	R\$ 7,3329	R\$ 733,29
65	20	Unidade	Prego 22x54	R\$ 7,3329	R\$ 146,66
66	200	Unidade	Prego 24x72	R\$ 7,6784	R\$ 1.535,68
67	200	Unidade	Prego 25x72	R\$ 7,7648	R\$ 1.552,96
68	20	Unidade	Prego 26x84	R\$ 7,7648	R\$ 155,30
Lote 07					
69	50	Unidade	Tubo de Encaixe para Descarga	R\$ 6,5608	R\$ 328,04
70	50	Unidade	Tubo Extensivo Sanfonado para Pia (Sifão)	R\$ 4,7539	R\$ 237,70
71	100	Unidade	Tubo Soldável PVC 20mm - barra 6 m	R\$ 8,1613	R\$ 816,13
72	100	Unidade	Tubo Soldável PVC 25mm - barra 6 m	R\$ 10,5834	R\$ 1.058,34
73	100	Unidade	Tubo Soldável PVC 32mm - barra 6 m	R\$ 17,234	R\$ 1.723,40
74	200	Unidade	Luva PVC 20mm	R\$ 0,2874	R\$ 57,48
75	200	Unidade	Joelho PVC 90° 20mm	R\$ 0,4105	R\$ 82,10
76	200	Unidade	Tee PVC 20mm	R\$ 0,5747	R\$ 114,94
77	200	Unidade	Luva PVC 25mm	R\$ 0,4926	R\$ 98,52
78	200	Unidade	Joelho PVC 90° 25mm	R\$ 0,5747	R\$ 114,94
79	200	Unidade	Tee PVC 25mm	R\$ 0,8128	R\$ 162,56
80	200	Unidade	Luva PVC 32mm	R\$ 0,8128	R\$ 162,56
81	200	Unidade	Joelho PVC 90° 32mm	R\$ 0,9771	R\$ 195,42
82	200	Unidade	Tee PVC 32mm	R\$ 2,2908	R\$ 458,16
83	100	Unidade	Torneira para Jardim	R\$ 2,455	R\$ 245,50
84	50	Unidade	Torneira para Lavatório	R\$ 7,2992	R\$ 364,96
85	100	Unidade	Curva L/R 20 mm	R\$ 1,2234	R\$ 122,34
86	100	Unidade	Curva L/R 25 mm	R\$ 1,4697	R\$ 146,97
87	100	Unidade	Cola Adesiva PVC 17 gr.	R\$ 1,6339	R\$ 163,39
88	30	Unidade	Fita Veda Rosca	R\$ 1,5518	R\$ 46,55
Lote 08					
89	500	Unidade	Telha Cimento Amianto 50cmx244cmx4mm	R\$ 11,2066	R\$ 5.603,29
90	300	Unidade	Telha Cimento Amianto 110cmx244cmx6mm	R\$ 40,8061	R\$ 12.241,83
91	20000	Unidade	Tijolo 6 Furos 9x14x24cm	R\$ 0,4742	R\$ 9.484,00
92	10000	Unidade	Telha Francesa	R\$ 1,0942	R\$ 10.942,00
93	200	Unidade	Goiva de Barro	R\$ 2,6444	R\$ 528,88
Lote 09					
94	150	Unidade	Argamassa AC II	R\$ 16,4246	R\$ 2.463,69
95	40	Unidade	Assento Sanitário de Plástico Simples	R\$ 15,8839	R\$ 635,36
96	25	Unidade	Caixa d' Água 500 Litros	R\$ 158,9281	R\$ 3.973,20
97	40	Unidade	Caixa de Descarga	R\$ 22,0191	R\$ 880,76
98	40	Unidade	Coluna para Lavatório de Louça	R\$ 43,9494	R\$ 1.757,98
99	2000	Unidade	Forro de PVC 200x8mm - m2	R\$ 12,2526	R\$ 24.505,20
100	40	Unidade	Lavatório Sanitário de Louça	R\$ 56,8235	R\$ 2.272,94
101	1000	Unidade	Meia Cana Tipo U - mt	R\$ 2,3085	R\$ 2.308,50
102	80	Unidade	Parafuso para WC	R\$ 1,5449	R\$ 123,59
103	500	Unidade	Piso Cerâmico PI 3 - Cores Diversas - m²	R\$ 12,2526	R\$ 6.126,30
104	100	Unidade	Prego Telheiro 18x30	R\$ 7,0141	R\$ 701,41
105	200	Unidade	Rejunte pacote 1 Kg	R\$ 2,6103	R\$ 522,06

106	30	Unidade	Vaso Sanitário Simples	R\$ 93,0484	R\$ 2.791,45
107	30	Unidade	Vaso Sanitário com caixa acoplada	R\$ 137,6193	R\$ 4.128,58
108	60	Unidade	Anel de Vedação de Cera	R\$ 5,1496	R\$ 308,98
Lote 11					
118	30	Unidade	Enxada de Ferro com Cabo de Madeira	R\$ 21,7283	R\$ 651,85
119	30	Unidade	Enxada Sul Oval com Cabo de Madeira	R\$ 18,6014	R\$ 558,04
120	30	Unidade	Pá de Corte Redonda com Cabo de Madeira	R\$ 17,8198	R\$ 534,59
121	30	Unidade	Pá de Corte Bico Reto com Cabo de Madeira	R\$ 17,8198	R\$ 534,59
122	30	Unidade	Pá Ajuntadeira Quadrada com Cabo de Madeira	R\$ 18,6014	R\$ 558,04
123	30	Unidade	Pá Ajuntadeira Oval com Cabo de Madeira	R\$ 18,6014	R\$ 558,04
124	20	Unidade	Foice com Cabo de Madeira	R\$ 20,2427	R\$ 404,85
Lote 14					
151	1700	Unidade	Cimento 50 kg	R\$ 23,5294	R\$ 40.000,00
Lote 15					
152	150	Unidade	Ferro 3/4 barra de 12 m	R\$ 87,5017	R\$ 13.125,25
153	200	Unidade	Ferro 1/2 barra de 12 m	R\$ 34,5415	R\$ 6.908,30
154	200	Unidade	Ferro 3/8 barra de 12 m	R\$ 22,8523	R\$ 4.570,46
155	100	Unidade	Ferro 5/8 barra de 12 m	R\$ 56,6006	R\$ 5.660,06
156	200	Unidade	Ferro 5/16 barra de 12 m	R\$ 15,4297	R\$ 3.085,94
157	50	Unidade	Ferro 6.3 barra de 12 m	R\$ 9,5684	R\$ 478,42
158	200	Unidade	Ferro 4.2 barra de 12 m	R\$ 3,9159	R\$ 783,18
159	100	Unidade	Ferro 5 mm barra de 12 m	R\$ 6,0032	R\$ 600,32
160	150	Unidade	Arame recozido 14	R\$ 5,8446	R\$ 876,69
161	150	Unidade	Arame recozido 16	R\$ 5,8446	R\$ 876,69
162	150	Unidade	Arame recozido 18	R\$ 5,8446	R\$ 876,69
163	100	Unidade	Tela soldada 2 m x 3 m ferro 4.2	R\$ 41,58	R\$ 4.158,00
Lote 16					
164	300	Unidade	Cal hidratada	R\$ 6,0337	R\$ 1.810,11
165	800	Unidade	Cal p/pintura	R\$ 5,1603	R\$ 4.128,24
166	20	Unidade	Balde de Pedreiro - Metal	R\$ 10,1619	R\$ 203,24
167	100	Unidade	Broxa de Pintura 18x8cm	R\$ 3,9219	R\$ 392,19
168	30	Unidade	Câmera de Ar para Carrinho-de-Mão	R\$ 7,8596	R\$ 235,79
169	120	Unidade	Corante Xadrez PVA Cores Diversas	R\$ 2,7786	R\$ 333,43
170	20	Unidade	Roda para Carrinho-de-Mão	R\$ 33,9789	R\$ 679,58
171	20	Unidade	Válvula para Fogão a Gás com 02 Braçadeiras e Mangueira	R\$ 20,6414	R\$ 412,83
172	40	Unidade	Pincel 2"	R\$ 3,5646	R\$ 142,58
173	40	Unidade	Pincel 1"	R\$ 2,4214	R\$ 96,86
174	40	Unidade	Trincha 1"	R\$ 3,9616	R\$ 158,46
175	40	Unidade	Trincha 2"	R\$ 4,7555	R\$ 190,22
176	30	Unidade	Pá de Lixo com Cabo Comprido	R\$ 3,8822	R\$ 116,47
Valor Total 206.950,00 (duzentos e seis mil novecentos e cinquenta reais).					

2. Integram e completam a presente ATA de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital do Processo Licitatório 030/2017, Pregão Presencial 019/2017, juntamente com seus anexos e a proposta

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura.

2.2. O órgão Gerenciador efetuara seus pedidos ao fornecedor, através de Autorização de Fornecimento, na forma descrita no Edital de Pregão Presencial 019/2017.

2.3. As condições de entrega dos materiais é o estabelecido no item 09 (nove) do Edital de Pregão Presencial 019/2017, e sua totalidade poderá ser retirada em até 12 (doze) meses, CONFORME A NECESSIDADE e Autorização da Secretaria Municipal de Transporte, Obras e Serviços Públicos nas quantidades por ela determinada.

2.4. Os pagamentos serão efetuados em 30 (trinta) após a entrega dos produtos, mediante a apresentação da Nota Fiscal na forma eletrônica, conforme a quantidade solicitada, na Nota Fiscal deverá constar o número do processo licitatório e da Ata de Registro de Preços que a deu origem.

2.5. Os preços registrados serão confrontados trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ORGÃO GERENCIADOR.

2.6. As despesas decorrentes do fornecimento dos materiais relativo a presente Ata de Registro de Preços correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta da entrega dos materiais.

2.7. A troca eventual de documentos e cartas entre o GERENCIADOR e o DETENTOR DA ATA será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas. Ainda, tem-se que toda e qualquer informação a respeito do cumprimento ou não da Ata de Registro de Preços, bem como toda e qualquer situação atinente ao mesmo deverá ser feita por escrito com o respectivo protocolo sob pena de não ser aceito pela Municipalidade.

2.8. Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, facultada a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

2.9. Pela inexecução total ou parcial da presente Ata de Registro de Preços, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a

prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.

2.10. O Registro de Preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos art. 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

2.11. O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Presencial 019/2017.

2.12. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital do Processo Licitatório 030/2017, Pregão Presencial 019/2017, com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar as presentes disposições.

2.13. As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

2.14. Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Senhor Eliseu Mibach, Prefeito Municipal de Porto União e pela Sra. Úrsula Waldruff, qualificada preambularmente, representando o detentor e testemunhas.

Eliseu Mibach
Prefeito Municipal

Úrsula Waldruff – ME
Empresa Detentora da Ata

Testemunhas:

ATA 052/2017

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
ATA 052/2017

Aos 04 (quatro) dias do mês de abril do ano de 2017, autorizado junto ao Processo Licitatório 030/2017, Pregão Presencial 019/2017, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal n.º 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ORGÃO GERENCIADOR, Município de Porto União neste ato representado pelo Sr. Eliseu Mibach, Prefeito Municipal e o DETENTOR DA ATA Faccina Daltora Equipamentos de Segurança Ltda – EPP.

1. Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: Faccina Daltora Equipamentos de Segurança Ltda – EPP, inscrita no CNPJ/MF nº 04.584.756/0001-86, sito a Rua Humberto de Campos, nº 836, Sagrado Coração de Jesus, município de Lages, Estado de Santa Catarina, CEP 88.508-190, Telefone (49) 3224-1631, representado neste ato pelo Sr. Luciano Cruz Facina, inscrito no CPF sob o número 014.379.819-76.

Registro de Preços para aquisição de materiais diversos para uso em obras no município, conforme segue:

0.1 Descrição do Item:

ITEM	Quantidade estimada 12 meses	Unidade	Discriminação	Preço Unitário	Preço Total 12 meses
Lote 19					
190	12	Unidade	Trena 5 Metros	R\$ 10,8075	R\$ 129,69
191	20	Unidade	Lápis Carpinteiro	R\$ 0,9005	R\$ 18,01
192	100	Unidade	Bota de Borracha Cano Longo	R\$ 26,1156	R\$ 2.611,56
193	100	Unidade	Capa de Chuva	R\$ 9,8159	R\$ 981,59
194	200	Unidade	Fita Zebrada rolo com 100 metros	R\$ 5,7635	R\$ 1.152,70
195	200	Unidade	Luva de Malha Pigmentada	R\$ 2,2513	R\$ 450,26
196	200	Unidade	Luva de Raspa de Couro	R\$ 8,5551	R\$ 1.711,02
197	40	Unidade	Óculos de Segurança	R\$ 3,5121	R\$ 140,48
198	100	Unidade	Respirador com Válvula	R\$ 2,2513	R\$ 225,13
199	30	Unidade	Vassourão de Gari com Cabo	R\$ 14,3186	R\$ 429,56
Valor Total 7.850,00 (sete mil oitocentos e cinquenta reais).					

2. Integram e completam a presente ATA de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital do Processo Licitatório 030/2017, Pregão Presencial 019/2017, juntamente com seus anexos e a proposta

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura.

2.2. O órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao fornecedor, através de Autorização de Fornecimento, na forma descrita no Edital de Pregão Presencial 019/2017.

2.3. As condições de entrega dos materiais é o estabelecido no item 09 (nove) do Edital de Pregão Presencial 019/2017, e sua totalidade poderá ser retirada em até 12 (doze) meses, CONFORME A NECESSIDADE e Autorização da Secretaria Municipal de Transporte, Obras e Serviços Públicos nas quantidades por ela determinada.

2.4. Os pagamentos serão efetuados em 30 (trinta) após a entrega dos produtos, mediante a apresentação da Nota Fiscal na forma eletrônica, conforme a quantidade solicitada, na Nota Fiscal deverá constar o número do processo licitatório e da Ata de Registro de Preços que a deu origem.

2.5. Os preços registrados serão confrontados trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ORGÃO GERENCIADOR.

2.6. As despesas decorrentes do fornecimento dos materiais relativo a presente Ata de Registro de Preços correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta da entrega dos materiais.

2.7. A troca eventual de documentos e cartas entre o GERENCIADOR e o DETENTOR DA ATA será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas. Ainda, tem-se que toda e qualquer informação a respeito do cumprimento ou não da Ata de Registro de Preços, bem como toda e qualquer situação atinente ao mesmo deverá ser feita por escrito com o respectivo protocolo sob pena de não ser aceito pela Municipalidade.

2.8. Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, facultada a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

2.9. Pela inexecução total ou parcial da presente Ata de Registro de Preços, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.

2.10. O Registro de Preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos art. 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

2.11. O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Presencial 019/2017.

2.12. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital do Processo Licitatório 030/2017, Pregão Presencial 019/2017, com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar as presentes disposições.

2.13. As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

2.14. Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Senhor Eliseu Mibach, Prefeito Municipal de Porto União e pelo Sr. Luciano Cruz Facina, qualificado preambularmente, representando o detentor e testemunhas.

Eliseu Mibach
Prefeito Municipal

Faccina Daltora Equipamentos de Segurança Ltda – EPP
Empresa Detentora da Ata

Testemunhas:

ATA 053/2017

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
ATA 053/2017

Aos 05 (cinco) dias do mês de abril do ano de 2017, autorizado junto ao Processo Licitatório 033/2017 – Registro de Preços, Pregão Presencial 022/2017, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ORGÃO GERENCIADOR, Município de Porto União neste ato representado pelo Sr. Eliseu Mibach, Prefeito Municipal e o DETENTOR DA ATA: Gráfica Guaramirim Ltda – EPP.

1. Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: Gráfica Guaramirim Ltda – EPP, inscrito no CNPJ/MF nº 78.218.187/0001-91, sita a Rua Pedro Paulo Streit, s/nº, Bairro Avaí, cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.270-000, Telefone (47) 3373-0005, representado neste ato pelo Sr. Fabrício Hackbarth, inscrito no CPF sob o número 045.602.469-71.

Registro de Preços para a aquisição de material gráfico para suprir as necessidades da Secretaria Municipal da Saúde, conforme segue:

0.1 Descrição do Item:

ITEM	Quantidade estimada 12 meses	Unidade	Discriminação	Preço Unitário	Preço Total 12 meses
16	200	Bloco	ATESTADO MÉDICO, bloco com 100 folhas, folhas de 50g na cor branca, medindo 16 x 10 cm, impressão frente com tinta preta, sem picote, colado	R\$ 1,77	R\$ 354,00
17	1	Unid.	CARTÃO CARTEIRA DE SAÚDE, medindo 11 x 7,5 cm, papel cartão na cor verde claro, impressão frente e verso com tinta preta	R\$ 78,00	R\$ 78,00
25	1	Folha	LAUDO MÉDICO PARA PROCEDIMENTOS DE ALTA COMPLEXIDADE - APAC, tamanho A4, sulfite de 75g na cor branca, impressão frente com tinta preta	R\$ 89,00	R\$ 89,00
27	10	Bloco	AUTO DE INTIMAÇÃO, bloco com 50 folhas, folhas de 50g, medindo 21,5 x 32,5 cm, autocopiativo, 1ª via na cor branca, 2ª via na cor rosa, 3ª via na cor amarela, impressão frente com tinta preta, sem picote, colado	R\$ 16,00	R\$ 160,00
31	1	Folha	PROGRAMA PREVENTIVO CÁRIE DENTÁRIA, tamanho A4, sulfite de 75g na cor branca, impressão frente com tinta preta	R\$ 89,00	R\$ 89,00
33	1	Unid.	CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO, tamanho 21 x 8 cm, papel cartão na cor branca, impressão frente e verso com tinta azul, com picote ao meio	R\$ 89,00	R\$ 89,00
34	1	Folha	PROGRAMA DE SAÚDE BUCAL, tamanho A4, sulfite de 75g na cor branca, impressão frente com tinta preta	R\$ 89,00	R\$ 89,00
37	1	Folha	FICHA B-HAN, tamanho A4, sulfite de 75g na cor branca, impressão frente com tinta preta	R\$ 89,00	R\$ 89,00

41	1	Folha	FICHA D ACS, tamanho A4, sulfite de 75g na cor branca, impressão frente com tinta preta	R\$ 89,00	R\$ 89,00
44	1	Unid.	FICHA RADIOGRAFIAS, tamanho 14,5 x 20,5 cm, papel cartão na cor branca, impressão frente e verso com tinta cinza e vermelha	R\$ 75,00	R\$ 75,00
45	6	Unid.	ENVELOPE OURO, medindo 24,8 X 18,2 cm	R\$ 169,00	R\$ 1.014,00
52	20	Bloco	BPA I - BOLETIM DE PRODUÇÃO AMBULATORIAL - DADOS INDIVIDUALIZADOS, bloco com 50 folhas, tamanho A4, sulfite de 75g na cor branca, impressão frente com tinta preta, sem picote, colado	R\$ 5,60	R\$ 112,00
Valor Total: R\$ 2.327,00 (dois mil trezentos e vinte e sete reais)					

2. Integram e completam a presente ATA de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital do Processo Licitatório 033/2017, Pregão Presencial 022/2017, juntamente com seus anexos e a proposta.

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura.

2.2. O Órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao fornecedor, através de Autorização de Fornecimento, na forma descrita no Edital de Pregão Presencial 022/2017.

2.3. As condições de entrega dos materiais é o estabelecido no item 09 (nove) do Edital de Pregão Presencial 022/2017, e sua totalidade poderá ser retirada em até 12 (doze) meses, CONFORME A NECESSIDADE e Autorização da Secretaria Municipal da Saúde nas quantidades por ela determinada.

2.4. Os pagamentos serão efetuados em 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos, mediante a apresentação da Nota Fiscal na forma eletrônica, conforme a quantidade solicitada, na Nota Fiscal deverá constar o número do processo licitatório e da Ata de Registro de Preços que a deu origem.

2.5. Os preços registrados serão confrontados trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ORGÃO GERENCIADOR.

2.6. As despesas decorrentes do fornecimento dos materiais relativo a presente Ata de Registro de Preços correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta da entrega dos materiais.

2.7. A troca eventual de documentos e cartas entre o GERENCIADOR e o DETENTOR DA ATA será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas. Ainda, tem-se que toda e qualquer informação a respeito do cumprimento ou não da Ata de Registro de Preços, bem como toda e qualquer situação atinente ao mesmo deverá ser feita por escrito com o respectivo protocolo sob pena de não ser aceito pela Municipalidade.

2.8. Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, facultada a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

2.9. Pela inexecução total ou parcial da presente Ata de Registro de Preços, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.

2.10. O Registro de Preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos art. 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

2.11. O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Presencial 022/2017.

2.12. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital do Processo Licitatório 033/2017, Pregão Presencial 022/2017, com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar as presentes disposições.

2.13. As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

2.14. Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Senhor Eliseu Mibach, Prefeito Municipal de Porto União e pelo Sr. Fabrício Hackbarth, qualificado preambularmente, representando o detentor e testemunhas.

Eliseu Mibach
Prefeito Municipal

Gráfica Guaramirim Ltda – EPP
Empresa Detentora da Ata

Testemunhas:

ATA 054/2017

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
ATA 054/2017

Aos 05 (cinco) dias do mês de abril do ano de 2017, autorizado junto ao Processo Licitatório 033/2017 – Registro de Preços, Pregão Presencial 022/2017, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal n.º 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ORGÃO GERENCIADOR, Município de Porto União neste ato representado pelo Sr. Eliseu Mibach, Prefeito Municipal e o

DETENTOR DA ATA: Gráfica Alta Definição Ltda.

1. Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: Gráfica Alta Definição Ltda, inscrita no CNPJ/MF nº 13.919.051/0001-63, sita a Rua Terra Rica, nº 42, São Francisco, cidade de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, CEP: 83.040-260, Telefone (41) 3019-3507, representado neste ato pelo Sr. Maurício Talasesco Soares, inscrito no CPF sob o número 860.009.349-04.

Registro de Preços para a aquisição de material gráfico para suprir as necessidades da Secretaria Municipal da Saúde, conforme segue:

0.1 Descrição do Item:

ITEM	Quantidade estimada 12 meses	Unidade	Discriminação	Preço Unitário	Preço Total 12 meses
1	1	Folha	PROGRAMA NACIONAL DE CONTROLE DA DENGUE - PNCD / VIGILÂNCIA ENTOMOLÓGICA, tamanho A4, sulfite de 75g na cor branca, impressão frente com tinta preta	R\$ 225,00	R\$ 225,00
3	1000	Bloco	RECEITUÁRIO CONTROLE ESPECIAL, bloco com 100 folhas, folhas de 50g, medindo 15 x 19 cm, autocopiativo, 1ª via na cor branca, 2ª via na cor rosa, impressão frente com tinta preta, sem picote, colado	R\$ 2,99	R\$ 2.990,00
4	100	Bloco	LAUDO DE TESTE RÁPIDO PARA DIAGNÓSTICO, bloco com 100 folhas, folhas de 50g, medindo 20 x 30 cm, autocopiativo, 1ª via na cor branca, 2ª via na cor amarela, impressão frente com tinta preta, sem picote, colado	R\$ 7,00	R\$ 700,00
5	100	Bloco	ORDEM DE TRÁFEGO, bloco com 100 folhas, folhas de 50g, medindo 28,5 x 21 cm, autocopiativo, 1ª via na cor branca, 2ª via na cor azul, impressão frente com tinta preta, sem picote, colado	R\$ 7,00	R\$ 700,00
6	100	Bloco	SOLICITAÇÃO DE PARECER ESPECIALIZADO, bloco com 100 folhas, folhas de 50g, medindo 21 x 29,5 cm, autocopiativo, 1ª via na cor branca, 2ª via na cor amarela, impressão frente com tinta preta, sem picote, colado	R\$ 7,00	R\$ 700,00
12	1	Folha	CADASTRO DOMICILIAR, tamanho A4, sulfite de 75g na cor branca, impressão frente com tinta cinza e preta	R\$ 135,00	R\$ 135,00
14	1	Folha	LAUDO MÉDICO TFD, tamanho A4, sulfite de 75g na cor branca, impressão frente com tinta preta	R\$ 135,00	R\$ 135,00
20	1	Folha	FICHA DE VISITA DOMICILIAR, tamanho A4, sulfite de 75g na cor branca, impressão frente e verso com tinta preta	R\$ 160,00	R\$ 160,00
24	1	Folha	REQUISIÇÃO DE EXAME CIPATOLÓGICO - COLO DO ÚTERO, tamanho A4, sulfite de 75g na cor branca, impressão frente e verso com tinta vermelha	R\$ 160,00	R\$ 160,00
26	800	Bloco	NOTIFICAÇÃO DE RECEITA B, bloco com 50 folhas, folhas de 50g na cor azul, medindo 21,5 x 11,5 cm, impressão frente com tinta preta, numerado, com picote, com cola e grampo lateral	R\$ 1,44	R\$ 1.152,00
42	1	Folha	FICHA A, tamanho A4, sulfite de 75g na cor branca, impressão frente e verso com tinta preta	R\$ 170,00	R\$ 170,00
43	500	Bloco	ORDEM DE ABASTECIMENTO E SERVIÇO, bloco com 100 folhas, folhas de 50g, tamanho 15,5 x 17 cm, autocopiativo, 1ª via na cor branca, 2ª via na cor azul, 3ª via cor verde, impressão frente com tinta azul, com picote em todas as vias	R\$ 3,50	R\$ 1.750,00
47	1	Unid.	ENVELOPE BRANCO, medindo 34,2 X 23,8 cm, com timbre do Município de Porto União e dados da Secretaria de Saúde impressos com tinta azul	R\$ 350,00	R\$ 350,00
48	1	Unid.	ENVELOPE BRANCO, medindo 41 X 31 cm, com timbre do Município de Porto União e dados da Secretaria de Saúde impressos com tinta azul	R\$ 555,00	R\$ 555,00
49	2	Unid.	ADESIVO DENGUE, medindo 10 x 15 cm, colorido	R\$ 1.000,00	R\$ 2.000,00
Valor Total: R\$ 11.882,00 (onze mil oitocentos e oitenta e dois reais)					

2. Integram e completam a presente ATA de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital do Processo Licitatório 033/2017, Pregão Presencial 022/2017, juntamente com seus anexos e a proposta.

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura.

2.2. O Órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao fornecedor, através de Autorização de Fornecimento, na forma descrita no Edital de Pregão Presencial 022/2017.

2.3. As condições de entrega dos materiais é o estabelecido no item 09 (nove) do Edital de Pregão Presencial 022/2017, e sua totalidade poderá ser retirada em até 12 (doze) meses, CONFORME A NECESSIDADE e Autorização da Secretaria Municipal da Saúde nas quantidades por ela determinada.

2.4. Os pagamentos serão efetuados em 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos, mediante a apresentação da Nota Fiscal na forma eletrônica, conforme a quantidade solicitada, na Nota Fiscal deverá constar o número do processo licitatório e da Ata de Registro de Preços que a deu origem.

2.5. Os preços registrados serão confrontados trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ORGÃO GERENCIADOR.

2.6. As despesas decorrentes do fornecimento dos materiais relativo a presente Ata de Registro de Preços correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta da entrega dos materiais.

2.7. A troca eventual de documentos e cartas entre o GERENCIADOR e o DETENTOR DA ATA será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas. Ainda, tem-se que toda e qualquer informação a respeito do cumprimento ou não da Ata de Registro de Preços, bem como toda e qualquer situação atinente ao mesmo deverá ser feita por escrito com o respectivo protocolo sob pena de não ser aceito pela Municipalidade.

2.8. Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, facultada

a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

2.9. Pela inexecução total ou parcial da presente Ata de Registro de Preços, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.

2.10. O Registro de Preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos art. 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

2.11. O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Presencial 022/2017.

2.12. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital do Processo Licitatório 033/2017, Pregão Presencial 022/2017, com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar as presentes disposições.

2.13. As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

2.14. Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Senhor Eliseu Mibach, Prefeito Municipal de Porto União e pelo Sr. Maurício Talasesco Soares, qualificado preambularmente, representando o detentor e testemunhas.

Eliseu Mibach
Prefeito Municipal

Gráfica Alta Definição Ltda
Empresa Detentora da Ata

Testemunhas:

ATA 055/2017

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
ATA 055/2017

Aos 05 (cinco) dias do mês de abril do ano de 2017, autorizado junto ao Processo Licitatório 033/2017 – Registro de Preços, Pregão Presencial 022/2017, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal n.º 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ORGÃO GERENCIADOR, Município de Porto União neste ato representado pelo Sr. Eliseu Mibach, Prefeito Municipal e o DETENTOR DA ATA: Daniel Rogério da Rocha – ME.

1. Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: Daniel Rogério da Rocha – ME, inscrito no CNPJ/MF n.º 19.008.104/0001-70, sita a Avenida Curitiba, nº 3333, Sertãozinho, cidade de Matinhos, Estado do Paraná, CEP: 83.260-000, Telefone (41) 3453-6770, representado neste ato pelo Sr. Daniel Rogério da Rocha, inscrito no CPF sob o número 491.534.049-04.

Registro de Preços para a aquisição de material gráfico para suprir as necessidades da Secretaria Municipal da Saúde, conforme segue:

0.1 Descrição do Item:

ITEM	Quantidade estimada 12 meses	Unidade	Discriminação	Preço Unitário	Preço Total 12 meses
2	1	Folha	PROGRAMA NACIONAL DE CONTROLE DA DENGUE - PNCD /REGISTRO DIÁRIO DO SERVIÇO ANTIVETORIAL, tamanho A4, sulfite de 75g na cor branca, impressão frente e verso com tinta preta	R\$ 224,00	R\$ 224,00
7	2000	Bloco	RECEITUÁRIO, bloco com 100 folhas, folhas de 50g na cor branca, medindo 15 x 21 cm, impressão frente com tinta preta, sem picote, colado	R\$ 1,39	R\$ 2.780,00
11	1	Folha	CONTROLE DE SAÚDE DA CRIANÇA, tamanho A4, sulfite de 75g na cor branca, impressão frente e verso com tinta cinza e preta	R\$ 98,50	R\$ 98,50
15	2	Folha	CONTROLE DE SAÚDE, tamanho A4, sulfite de 75g na cor branca, impressão frente e verso com tinta preta	R\$ 234,99	R\$ 469,98
19	1	Folha	REQUISIÇÃO DE EXAME HISTOPATOLÓGICO - MAMA, tamanho A4, sulfite de 75g na cor branca, impressão frente e verso com tinta preta	R\$ 89,50	R\$ 89,50
22	2000	Bloco	REQUISIÇÃO DE EXAMES COMPLEMENTARES/PROCEDIMENTOS, bloco com 100 folhas, tamanho A4, sulfite de 75g na cor branca, impressão frente com tinta preta, sem picote, colado	R\$ 2,99	R\$ 5.980,00
28	1	Unid.	CAPA DE PAPELÃO ROSA, medindo 32 x 22,5 cm, com uma dobra, impressão frente com tinta preta	R\$ 180,00	R\$ 180,00
30	2	Folha	ODONTODIAGRAMAS, tamanho 20,5 x 32 cm, papel cartão na cor branca, impressão frente e verso com tinta preta	R\$ 329,00	R\$ 658,00

36	1	Folha	FICHA B-HA, tamanho A4, sulfite de 75g na cor branca, impressão frente e verso com tinta preta	R\$ 89,50	R\$ 89,50
40	1	Folha	RELATÓRIO SSA2, tamanho A4, sulfite de 75g na cor branca, impressão frente e verso com tinta preta	R\$ 89,50	R\$ 89,50
46	5	Unid.	ENVELOPE KRAFT NATURAL, medindo 34,2 X 23,7 cm	R\$ 195,00	R\$ 975,00
51	10	Unid.	FOLDER'S DIVERSOS, tamanho A4; em papel couche 90g ; 4x4 cores(frente e verso); 2 dobras	R\$ 190,00	R\$ 1.900,00
53	1	Unid.	ADESIVO IMPRESSO 02 camadas 2,11x2,80x5,91 de 4 cores	R\$ 450,00	R\$ 450,00
54	2	Unid.	ADESIVO BRANCO 1 camada sem impressão 150x1,00x1,50 de 4 cores	R\$ 65,00	R\$ 130,00
55	2	Unid.	ADESIVOS PLOTADOS para porta fumê 0,90x0,15x0,14 de 4 cores	R\$ 15,00	R\$ 30,00
56	4	Unid.	ADESIVO para janela externa e outras salas 0,77x0,93x0,72 de 4 cores	R\$ 17,50	R\$ 70,00
57	1	Unid.	ADESIVO micro perfurado 1,80x2,15x3,87 de 4 cores	R\$ 350,00	R\$ 350,00
58	1	Unid.	ADESIVO micro perfurado 1,20x1,82x2,18 de 4 cores	R\$ 199,00	R\$ 199,00
59	1	Unid.	ADESIVO branco e transparente de 3 camadas 2,00x2,30x4,60 de 4 cores	R\$ 690,00	R\$ 690,00
Valor Total: R\$ 15.452,98 (quinze mil quatrocentos e cinquenta e dois reais e noventa e oito centavos)					

2. Integram e completam a presente ATA de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital do Processo Licitatório 033/2017, Pregão Presencial 022/2017, juntamente com seus anexos e a proposta.

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura.

2.2. O Órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao fornecedor, através de Autorização de Fornecimento, na forma descrita no Edital de Pregão Presencial 022/2017.

2.3. As condições de entrega dos materiais é o estabelecido no item 09 (nove) do Edital de Pregão Presencial 022/2017, e sua totalidade poderá ser retirada em até 12 (doze) meses, CONFORME A NECESSIDADE e Autorização da Secretaria Municipal da Saúde nas quantidades por ela determinada.

2.4. Os pagamentos serão efetuados em 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos, mediante a apresentação da Nota Fiscal na forma eletrônica, conforme a quantidade solicitada, na Nota Fiscal deverá constar o número do processo licitatório e da Ata de Registro de Preços que a deu origem.

2.5. Os preços registrados serão confrontados trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ORGÃO GERENCIADOR.

2.6. As despesas decorrentes do fornecimento dos materiais relativo a presente Ata de Registro de Preços correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta da entrega dos materiais.

2.7. A troca eventual de documentos e cartas entre o GERENCIADOR e o DETENTOR DA ATA será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas. Ainda, tem-se que toda e qualquer informação a respeito do cumprimento ou não da Ata de Registro de Preços, bem como toda e qualquer situação atinente ao mesmo deverá ser feita por escrito com o respectivo protocolo sob pena de não ser aceito pela Municipalidade.

2.8. Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, facultada a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

2.9. Pela inexecução total ou parcial da presente Ata de Registro de Preços, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.

2.10. O Registro de Preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos art. 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

2.11. O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Presencial 022/2017.

2.12. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital do Processo Licitatório 033/2017, Pregão Presencial 022/2017, com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar as presentes disposições.

2.13. As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

2.14. Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Senhor Eliseu Mibach, Prefeito Municipal de Porto União e pelo Sr. Daniel Rogério da Rocha, qualificado preambularmente, representando o detentor e testemunhas.

Eliseu Mibach
Prefeito Municipal

Daniel Rogério da Rocha – ME
Empresa Detentora da Ata

Testemunhas:

ATA 056/2017

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
ATA 056/2017

Aos 05 (cinco) dias do mês de abril do ano de 2017, autorizado junto ao Processo Licitatório 033/2017 – Registro de Preços, Pregão Presencial 022/2017, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ORGÃO GERENCIADOR, Município de Porto União neste ato representado pelo Sr. Eliseu Mibach, Prefeito Municipal e o DETENTOR DA ATA: Jeferson Lopes 03659856940.

1. Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: Jeferson Lopes 03659856940, inscrito no CNPJ/MF nº 23.841.024/0001-79, sita ao Conjunto Rua Prefeito Álvaro Cesar Junior, nº 59, sala C, Bom Jesus, cidade de Rio Negro, Estado do Paraná, CEP: 83.880-000, Telefone (47) 3642-5246, representado neste ato pelo Sr. Jeferson Lopes, inscrito no CPF sob o número 036.598.569-40. Registro de Preços para a aquisição de material gráfico para suprir as necessidades da Secretaria Municipal da Saúde, conforme segue:

0.1 Descrição do Item:

ITEM	Quantidade estimada 12 meses	Unidade	Discriminação	Preço Unitário	Preço Total 12 meses
8	1	Folha	FICHA B-GES, tamanho A4, sulfite de 75g na cor branca, impressão frente e verso com tinta preta	R\$ 99,00	R\$ 99,00
9	1	Folha	FICHA C CRIANÇA, tamanho A4, sulfite de 75g na cor branca, impressão frente com tinta preta	R\$ 99,00	R\$ 99,00
10	2	Folha	PRODUÇÃO AMBULATORIAL DO AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - SAI/SUS - PMAQ, tamanho A4, sulfite de 75g na cor branca, impressão frente com tinta cinza e preta	R\$ 297,00	R\$ 594,00
13	1	Folha	REQUISIÇÃO DE EXAMES COMPLEMENTARES/PROCEDIMENTOS DE URGÊNCIA, tamanho A4, sulfite de 75g na cor branca, impressão frente com tinta preta	R\$ 134,50	R\$ 134,50
18	1	Unid.	CARTÃO VACINAÇÃO ANTI-RÁBICA, medindo 14 x 10,5 cm, papel cartão na cor branca, impressão frente e verso com tinta preta	R\$ 65,00	R\$ 65,00
21	1	Folha	LAUDO MÉDICO PARA SOLICITAÇÃO DE PROCEDIMENTOS PROCESSADOS ATRAVÉS DO BPA-I, tamanho A4, sulfite de 75g na cor branca, impressão frente com tinta preta	R\$ 60,00	R\$ 60,00
23	1	Folha	ANAMNESE PARA INTERNAÇÃO, tamanho A4, sulfite de 75g na cor branca, impressão frente com tinta preta	R\$ 90,00	R\$ 90,00
29	1	Folha	REQUISIÇÃO DE MAMOGRAFIA, tamanho A4, sulfite de 75g na cor branca, impressão frente e verso com tinta preta	R\$ 90,00	R\$ 90,00
32	1	Unid.	CARTÃO HIPERDIA, tamanho 22,5 x 10,5 cm, papel cartão na cor branca, impressão frente e verso com tinta azul, com duas dobras	R\$ 78,90	R\$ 78,90
35	1	Folha	FICHA B - TB, tamanho A4, sulfite de 75g na cor branca, impressão frente com tinta preta	R\$ 88,00	R\$ 88,00
38	1	Folha	FICHA DE ASSINATURAS, tamanho A4, sulfite de 75g na cor branca, impressão frente e verso com tinta preta	R\$ 89,40	R\$ 89,40
39	1	Folha	JUSTIFICATIVA DA SITUAÇÃO DE SAÚDE E ACOMPANHAMENTO DAS FAMÍLIAS POR M.A, tamanho A4, sulfite de 75g na cor branca, impressão frente com tinta preta	R\$ 88,90	R\$ 88,90
50	7	Unid.	FOLDER'S DIVERSOS, tamanho A4; em papel couche 90g ; 2x2 cores(frente e verso); 1 dobra	R\$ 250,00	R\$ 1.750,00
Valor Total: R\$ 3.326,70 (três mil trezentos e vinte e seis reais e setenta centavos)					

2. Integram e completam a presente ATA de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital do Processo Licitatório 033/2017, Pregão Presencial 022/2017, juntamente com seus anexos e a proposta.

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura.

2.2. O Órgão Gerenciador efetuara seus pedidos ao fornecedor, através de Autorização de Fornecimento, na forma descrita no Edital de Pregão Presencial 022/2017.

2.3. As condições de entrega dos materiais é o estabelecido no item 09 (nove) do Edital de Pregão Presencial 022/2017, e sua totalidade poderá ser retirada em até 12 (doze) meses, CONFORME A NECESSIDADE e Autorização da Secretaria Municipal da Saúde nas quantidades por ela determinada.

2.4. Os pagamentos serão efetuados em 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos, mediante a apresentação da Nota Fiscal na forma eletrônica, conforme a quantidade solicitada, na Nota Fiscal deverá constar o número do processo licitatório e da Ata de Registro de Preços que a deu origem.

2.5. Os preços registrados serão confrontados trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ORGÃO GERENCIADOR.

2.6. As despesas decorrentes do fornecimento dos materiais relativo a presente Ata de Registro de Preços correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta da entrega dos materiais.

2.7. A troca eventual de documentos e cartas entre o GERENCIADOR e o DETENTOR DA ATA será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas. Ainda, tem-se que toda e qualquer informação a respeito do cumprimento ou não da Ata de Registro de Preços, bem como toda e qualquer situação atinente ao mesmo deverá ser feita por escrito com o respectivo protocolo sob pena de não ser aceito pela Municipalidade.

2.8. Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, facultada a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

2.9. Pela inexecução total ou parcial da presente Ata de Registro de Preços, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.

2.10. O Registro de Preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos art. 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

2.11. O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Presencial 022/2017.

2.12. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital do Processo Licitatório 033/2017, Pregão Presencial 022/2017, com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar as presentes disposições.

2.13. As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

2.14. Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Senhor Eliseu Mibach, Prefeito Municipal de Porto União e pelo Sr. Jeferson Lopes, qualificado preambularmente, representando o detentor e testemunhas.

Eliseu Mibach
Prefeito Municipal

Jeferson Lopes 03659856940
Empresa Detentora da Ata

Testemunhas:

ATA 057/2017

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
ATA 057/2017

Aos 07 (sete) dias do mês de abril do ano de 2017, autorizado junto ao Processo Licitatório 035/2017 – Registro de Preços, Pregão Presencial 023/2017, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ORGÃO GERENCIADOR, Município de Porto União neste ato representado pelo Sr. Eliseu Mibach, Prefeito Municipal e o DETENTOR DA ATA: Fênix Informática e Telefonia Ltda – ME.

1. Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: Fênix Informática e Telefonia Ltda – ME, inscrita no CNPJ/MF nº 05.047.599/0001-32, sita a Avenida Manoel Ribas, nº 791, sala 01, centro, cidade de União da Vitória, Estado do Paraná, CEP: 84.600-000, Telefone (42) 3522-7166, representado neste ato pelo Sr. Odirlei Dozorski, inscrito no CPF sob o número 029.451.369-88.

Registro de Preços para a aquisição de material de expediente para suprir as necessidades do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS, conforme segue:

0.1 Descrição do Item:

ITEM	Quantidade estimada 12 meses	Unidade	Discriminação	Preço Unitário	Preço Total 12 meses
19	8	Unidade	Pen drive 16 gb	R\$ 37,75	R\$ 302,00
20	1	Pacote	DVD - r gravável 4,7 gb; pacote com 50 unidades	R\$ 41,55	R\$ 41,55
31	20	Rolo	Fita adesiva 50 mm x 50 m; transparente	R\$ 3,45	R\$ 69,00
40	20	Unidade	Pilha AA	R\$ 3,78	R\$ 75,60
47	24	Unidade	Toner modelo 285A/436A/435A (compatível, novo, não remanufaturado)	R\$ 39,85	R\$ 956,40
Valor Total: R\$ 1.444,55 (um mil quatrocentos e quarenta e quatro reais e cinquenta e cinco centavos)					

2. Integram e completam a presente ATA de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital do Processo Licitatório 035/2017, Pregão Presencial 023/2017, juntamente com seus anexos e a proposta.

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura.

2.2. O Órgão Gerenciador efetuara seus pedidos ao fornecedor, através de Autorização de Fornecimento, na forma descrita no Edital de Pregão Presencial 023/2017.

2.3. As condições de entrega dos materiais é o estabelecido no item 09 (nove) do Edital de Pregão Presencial 023/2017, e sua totalidade poderá ser retirada em até 12 (doze) meses, CONFORME A NECESSIDADE e Autorização da Secretaria Municipal da Saúde nas quantidades por ela determinada.

2.4. Os pagamentos serão efetuados em 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos, mediante a apresentação da Nota Fiscal na forma eletrônica, conforme a quantidade solicitada, na Nota Fiscal deverá constar o número do processo licitatório e da Ata de Registro de Preços que a deu origem.

2.5. Os preços registrados serão confrontados trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ORGÃO GERENCIADOR.

2.6. As despesas decorrentes do fornecimento dos materiais relativo a presente Ata de Registro de Preços correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta da entrega dos materiais.

2.7. A troca eventual de documentos e cartas entre o GERENCIADOR e o DETENTOR DA ATA será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas. Ainda, tem-se que toda e qualquer informação a respeito do cumprimento ou não da Ata de Registro de Preços, bem como toda e qualquer situação atinente ao mesmo deverá ser feita por escrito com o respectivo protocolo sob pena de não ser aceito pela Municipalidade.

2.8. Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, facultada a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

2.9. Pela inexecução total ou parcial da presente Ata de Registro de Preços, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.

2.10. O Registro de Preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos art. 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

2.11. O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Presencial 023/2017.

2.12. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital do Processo Licitatório 035/2017, Pregão Presencial 023/2017, com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar as presentes disposições.

2.13. As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

2.14. Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Senhor Eliseu Mibach, Prefeito Municipal de Porto União e pelo Sr. Odirlei Dozorski, qualificado preambularmente, representando o detentor e testemunhas.

Eliseu Mibach
Prefeito Municipal

Fênix Informática e Telefonia Ltda – ME
Empresa Detentora da Ata

ATA 058/2017

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
ATA 058/2017

Aos 07 (sete) dias do mês de abril do ano de 2017, autorizado junto ao Processo Licitatório 035/2017 – Registro de Preços, Pregão Presencial 023/2017, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ORGÃO GERENCIADOR, Município de Porto União neste ato representado pelo Sr. Eliseu Mibach, Prefeito Municipal e o DETENTOR DA ATA: Luis Kaminski – ME.

1. Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: Luis Kaminski – ME, inscrito no CNPJ/MF nº 11.473.982/0001-55, sita a Rua Dom Pedro I, nº 207, São Basílio Magno, cidade de União da Vitória, Estado do Paraná, CEP: 84.600-000, Telefone (42) 3522-2689, representado neste ato pelo Sr. Luis Kaminski, inscrito no CPF sob o número 253.970.369-00.

Registro de Preços para a aquisição de material de expediente para suprir as necessidades do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS, conforme segue:

0.1 Descrição do Item:

ITEM	Quantidade estimada 12 meses	Unidade	Discriminação	Preço Unitário	Preço Total 12 meses
8	10	Caixa	Clips nº 2/0: confeccionado em arame de aço revestido; galvanizado; caixa com 100 unidades	R\$ 1,79	R\$ 17,90
11	10	Pacote	Papel A4 rosa: pacote com 100 folhas	R\$ 4,76	R\$ 47,60
12	10	Pacote	Papel A4 marfim: pacote com 100 folhas	R\$ 4,76	R\$ 47,60
13	10	Pacote	Papel A4 amarelo: pacote com 100 folhas	R\$ 4,76	R\$ 47,60
14	10	Pacote	Papel A4 verde: pacote com 100 folhas	R\$ 4,76	R\$ 47,60
15	10	Pacote	Papel A4 azul: pacote com 100 folhas	R\$ 4,76	R\$ 47,60
17	20	Unidade	Tesoura: em resina termoplástica; aço inoxidável; para uso geral; ponta reta; dimensões: 21 x 6 cm e área de corte: 7,5 cm	R\$ 5,79	R\$ 115,80
18	20	Unidade	Tesoura escolar: 13 cm; sem ponta; em aço inoxidável com cabo de polipropileno preto; ponta arredondada	R\$ 2,14	R\$ 42,80
22	8	Caixa	Grampo para grampeador 26/6: galvanizado; caixa com 5.000 unidades	R\$ 3,79	R\$ 30,32

25	10	Unidade	Prancheta: formato ofício; confeccionada em poliestireno cristal; pegador em poliestireno	R\$ 13,48	R\$ 134,80
26	2	Caixa	Lápis grafite: graduação nº 02; redondo; caixa com 72 unidades	R\$ 28,55	R\$ 57,10
28	10	Caixa	Canetinha hidrográfica: ponta média; tinta lavável; caixa com 12 cores	R\$ 5,18	R\$ 51,80
29	15	Unidade	Pincel atômico: tinta a base de álcool; de boa qualidade; cor preto	R\$ 1,89	R\$ 28,35
30	30	Unidade	Caneta destaca texto: ponta fina 0,4 mm; cores variadas	R\$ 1,29	R\$ 38,70
32	30	Rolo	Fita adesiva 12 mm x 30 m; transparente	R\$ 0,79	R\$ 23,70
33	100	Unidade	Folha de E.V.A: dimensões: 50 x 60 cm; cores diversas	R\$ 1,47	R\$ 147,00
39	20	Caixa	Tinta guache: não tóxica; lavável; solúvel em água; pode ser aplicada em papel, papel cartão cartolina, gesso, madeira e cerâmica; caixa com 6 potes plásticos de 15 ml	R\$ 3,79	R\$ 75,80
41	5	Caixa	Etiqueta adesiva 38,1 x 99 mm: cor branca; caixa com 100 folhas	R\$ 68,70	R\$ 343,50
42	5	Caixa	Etiqueta adesiva 215,9 x 279,4 mm: cor branca; caixa com 100 folhas	R\$ 68,70	R\$ 343,50
45	100	Unidade	Bastão de cola quente pequeno	R\$ 0,49	R\$ 49,00
48	5	Caixa	Papel vergê branco: tamanho A4; caixa com 50 folhas	R\$ 15,85	R\$ 79,25
49	5	Caixa	Papel vergê madrepérola (areia): tamanho A4; caixa com 50 folhas	R\$ 15,85	R\$ 79,25
50	5	Caixa	Papel vergê creme: tamanho A4; caixa com 50 folhas	R\$ 15,85	R\$ 79,25
51	5	Caixa	Papel vergê salmão: tamanho A4; caixa com 50 folhas	R\$ 15,85	R\$ 79,25
52	5	Caixa	Papel vergê verde claro: tamanho A4; caixa com 50 folhas	R\$ 15,85	R\$ 79,25
Valor Total: R\$ 2.134,32 (dois mil cento e trinta e quatro reais e trinta e dois centavos)					

2. Integram e completam a presente ATA de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital do Processo Licitatório 035/2017, Pregão Presencial 023/2017, juntamente com seus anexos e a proposta.

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura.

2.2. O Órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao fornecedor, através de Autorização de Fornecimento, na forma descrita no Edital de Pregão Presencial 023/2017.

2.3. As condições de entrega dos materiais é o estabelecido no item 09 (nove) do Edital de Pregão Presencial 023/2017, e sua totalidade poderá ser retirada em até 12 (doze) meses, CONFORME A NECESSIDADE e Autorização da Secretaria Municipal da Saúde nas quantidades por ela determinada.

2.4. Os pagamentos serão efetuados em 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos, mediante a apresentação da Nota Fiscal na forma eletrônica, conforme a quantidade solicitada, na Nota Fiscal deverá constar o número do processo licitatório e da Ata de Registro de Preços que a deu origem.

2.5. Os preços registrados serão confrontados trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ORGÃO GERENCIADOR.

2.6. As despesas decorrentes do fornecimento dos materiais relativo a presente Ata de Registro de Preços correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta da entrega dos materiais.

2.7. A troca eventual de documentos e cartas entre o GERENCIADOR e o DETENTOR DA ATA será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas. Ainda, tem-se que toda e qualquer informação a respeito do cumprimento ou não da Ata de Registro de Preços, bem como toda e qualquer situação atinente ao mesmo deverá ser feita por escrito com o respectivo protocolo sob pena de não ser aceito pela Municipalidade.

2.8. Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, facultada a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

2.9. Pela inexecução total ou parcial da presente Ata de Registro de Preços, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.

2.10. O Registro de Preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos art. 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

2.11. O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Presencial 023/2017.

2.12. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital do Processo Licitatório 035/2017, Pregão Presencial 023/2017, com os termos adotados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar as presentes disposições.

2.13. As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

2.14. Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Senhor Eliseu Mibach, Prefeito Municipal de Porto União e pelo Sr. Luis Kaminski, qualificado preambularmente, representando o detentor e testemunhas.

Eliseu Mibach
Prefeito Municipal

Luis Kaminski – ME
Empresa Detentora da Ata

ATA 059/2017

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
ATA 059/2017

Aos 07 (sete) dias do mês de abril do ano de 2017, autorizado junto ao Processo Licitatório 035/2017 – Registro de Preços, Pregão Presencial 023/2017, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ORGÃO GERENCIADOR, Município de Porto União neste ato representado pelo Sr. Eliseu Mibach, Prefeito Municipal e o DETENTOR DA ATA: Recier Jose Gregorio – ME.

1. Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: Recier Jose Gregorio – ME, inscrito no CNPJ/MF nº 81.413.759/0001-06, sita a Rua Presidente Kennedy, nº 149, centro, cidade de General Carneiro, Estado do Paraná, CEP: 84.660-000, Telefone (42) 3552-1924, representado neste ato pelo Sr. Recier José Gregório, inscrito no CPF sob o número 674.070.139-34.

Registro de Preços para a aquisição de material de expediente para suprir as necessidades do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS, conforme segue:

0.1 Descrição do Item:

ITEM	Quantidade estimada 12 meses	Unidade	Discriminação	Preço Unitário	Preço Total 12 meses
1	5	Caixa	Caneta esferográfica azul: ponta média (1,0 mm); corpo plástico cristal transparente, sextavado, com orifício na lateral; com tampa removível antiasfixiante; tampa na cor da tinta; haste para adaptação ao bolso; esfera de tungstênio; nome do fabricante e código de barras impressos no corpo da caneta; ponta metálica; fabricação nacional; caixa com 50 unidades	R\$ 24,90	R\$ 124,50
2	5	Caixa	Caneta esferográfica preta: ponta média (1,0 mm); corpo plástico cristal transparente, sextavado, com orifício na lateral; com tampa removível antiasfixiante; tampa na cor da tinta; haste para adaptação ao bolso; esfera de tungstênio; nome do fabricante e código de barras impressos no corpo da caneta; ponta metálica; fabricação nacional; caixa com 50 unidades	R\$ 24,90	R\$ 124,50
3	30	Unidade	Marcador de página: marcadores transparentes; dimensões: 42 mm x 12 mm; cor: 8 cores; com adesivo; embalagem com 8 blocos de 25 folhas cada	R\$ 6,60	R\$ 198,00
4	8	Unidade	Agenda ano 2017: diária; cor preta; costurada; capa em material sintético e com espuma; capa com gravação em alto relevo; fitilho; folha de dados pessoais; planejamento mensal; índice telefônico; folha com calendário; abertura mês a mês	R\$ 17,80	R\$ 142,40
5	8	Unidade	Agenda ano 2018: diária; cor preta; costurada; capa em material sintético e com espuma; capa com gravação em alto relevo; fitilho; folha de dados pessoais; planejamento mensal; índice telefônico; folha com calendário; abertura mês a mês	R\$ 17,90	R\$ 143,20
6	30	Unidade	Bloco autoadesivo: dimensões: 76 mm x 76 mm; com 400 folhas; cores neon	R\$ 5,80	R\$ 174,00
7	20	Unidade	Borracha: com cinta max; capa protetora ergonômica; com máxima apagabilidade	R\$ 1,45	R\$ 29,00
9	500	Unidade	Envelope 25 x 18,5 cm: cor branca	R\$ 0,17	R\$ 85,00
10	20	Unidade	Apontador: lâmina de aço temperado com excelente fio de corte	R\$ 1,70	R\$ 34,00
16	15	Unidade	Pincel para quadro branco: cor preto	R\$ 2,20	R\$ 33,00
21	8	Unidade	Grampeador de mesa 26/6	R\$ 7,88	R\$ 63,04
23	4	Unidade	Apagador para quadro branco: design ergonômico; confortável; feltro 100% lã; ótima apagabilidade e durabilidade; funciona também como estojo para guardar dois marcadores	R\$ 6,00	R\$ 24,00
24	2	Frasco	Reabastecedor para pincel de quadro branco: cor preto; frasco com 200 ml	R\$ 9,70	R\$ 19,40
27	10	Caixa	Lápis de cor: formato sextavado; madeira 100% reflorestada e certificada pela FSC; mina macia e resistente; alta qualidade; caixa com 24 cores	R\$ 13,70	R\$ 137,00
34	20	Unidade	Cartolina branca: dimensões: 50 x 60 cm	R\$ 0,50	R\$ 10,00
35	60	Unidade	Cartolina neon: dimensões: 50 x 60 cm	R\$ 0,50	R\$ 30,00
36	10	Unidade	Régua 30 cm: em alumínio anodizado; com escala de 0 a 30 cm e no verso escala de polegadas	R\$ 3,40	R\$ 34,00
37	10	Unidade	Corretivo líquido: à base de água; secagem rápida; produto atóxico; embalagem com 18 ml	R\$ 1,20	R\$ 12,00
38	20	Caixa	Cola colorida com glitter: com bico aplicador; material não tóxico; cores com glitter; caixa com 6 tubos de 25g cada	R\$ 8,40	R\$ 168,00
43	4	Unidade	Fichário preto básico: 4 argolas; em PVC laminado preto; ferragem niquelada 4 argolas em "D"; dimensões: 270 x 330 cm (grande) e dorso 4 cm	R\$ 10,90	R\$ 43,60
44	100	Unidade	Papel celofane 70 x 89 cm	R\$ 0,80	R\$ 80,00
46	10	Unidade	Pistola para cola quente pequena	R\$ 17,00	R\$ 170,00
Valor Total: R\$ 1.878,64 (um mil oitocentos e setenta e oito reais e sessenta e quatro centavos)					

2. Integram e completam a presente ATA de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital do Processo Licitatório 035/2017, Pregão Presencial 023/2017, juntamente com seus anexos e a proposta.
- 2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura.
- 2.2. O Órgão Gerenciador efetuara seus pedidos ao fornecedor, através de Autorização de Fornecimento, na forma descrita no Edital de Pregão Presencial 023/2017.
- 2.3. As condições de entrega dos materiais é o estabelecido no item 09 (nove) do Edital de Pregão Presencial 023/2017, e sua totalidade poderá ser retirada em até 12 (doze) meses, CONFORME A NECESSIDADE e Autorização da Secretaria Municipal da Saúde nas quantidades por ela determinada.
- 2.4. Os pagamentos serão efetuados em 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos, mediante a apresentação da Nota Fiscal na forma eletrônica, conforme a quantidade solicitada, na Nota Fiscal deverá constar o número do processo licitatório e da Ata de Registro de Preços que a deu origem.
- 2.5. Os preços registrados serão confrontados trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ORGÃO GERENCIADOR.
- 2.6. As despesas decorrentes do fornecimento dos materiais relativo a presente Ata de Registro de Preços correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta da entrega dos materiais.
- 2.7. A troca eventual de documentos e cartas entre o GERENCIADOR e o DETENTOR DA ATA será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas. Ainda, tem-se que toda e qualquer informação a respeito do cumprimento ou não da Ata de Registro de Preços, bem como toda e qualquer situação atinente ao mesmo deverá ser feita por escrito com o respectivo protocolo sob pena de não ser aceito pela Municipalidade.
- 2.8. Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, facultada a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da lei Federal 8.666/93 e suas alterações.
- 2.9. Pela inexecução total ou parcial da presente Ata de Registro de Preços, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.
- 2.10. O Registro de Preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos art. 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.
- 2.11. O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Presencial 023/2017.
- 2.12. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital do Processo Licitatório 035/2017, Pregão Presencial 023/2017, com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar as presentes disposições.
- 2.13. As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.
- 2.14. Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Senhor Eliseu Mibach, Prefeito Municipal de Porto União e pelo Sr. Recier José Gregório, qualificado preambularmente, representando o detentor e testemunhas.

Eliseu Mibach
Prefeito Municipal

Recier Jose Gregorio – ME
Empresa Detentora da Ata

ATA 060/2017

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
ATA 060/2017

Aos 07 (sete) dias do mês de abril do ano de 2017, autorizado junto ao Processo Licitatório 028/2017, Pregão Presencial 017/2017, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal n.º 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ORGÃO GERENCIADOR, Município de Porto União neste ato representado pelo Sr. Eliseu Mibach, Prefeito Municipal e o DETENTOR DA ATA: Supermercado Dukelli Ltda – ME.

1. Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: Supermercado Dukelli Ltda – ME, inscrito no CNPJ/MF nº 82.128.182/0001-45, sito a Avenida João Pessoa, nº 1377, município de Porto União, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.400-000, Telefone (42) 3522-4539, representado neste ato pelo Sr. Solimar Haiduk, inscrito no CPF sob o número 498.418.319-53.

Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios, material de limpeza, copa e cozinha para uso no Centro de Atenção Psicossocial - CAPS, conforme segue:

0.1 Descrição do Item:

ITEM	Quantidade estimada 12 meses	Unidade	Discriminação	Preço Unitário	Preço Total 12 meses
8	100	PCT	ERVA PARA CHIMARRÃO; composição: folhas e talos de erva-mate; pacote c/ 500 g	R\$ 5,60	R\$ 560,00
10	1000	UN	PAO PARA CACHORRO QUENTE	R\$ 0,45	R\$ 450,00

15	200	CX	CAFÉ EM PÓ: torrado e moído, embalado à vácuo ouro revestido com embalagem de papelão colorida, em embalagem que contenha 500 g do produto e que possua prazo de validade de no mínimo 17 meses, claramente expresso na embalagem no produto (a contar da data de entrega), com selo ABIC de qualidade, sistema de gestão de qualidade ISO 9001, embalagem 100 reciclável	R\$ 10,79	R\$ 2.158,00
36	40	LATA	ATUM RALADO: lata com 120 g	R\$ 4,28	R\$ 171,20
39	120	PCT	FERMENTO BIOLÓGICO: seco; instantâneo; pacote com 125 g	R\$ 4,20	R\$ 504,00
43	150	CX	SABÃO EM PÓ: composição - alquil benzeno sulfonato de sódio, linear, bentonita sódica, carbonato de sódio, tripolifosfato de sódio, sulfato de sódio, silicato de sódio, 4,4 bis 2 sulfoesteril bifenil dissódico), pigmento azul 15, enzimas, cmc, perfume e água, contém tensoativo biodegradável, caixa com 1 kg	R\$ 6,72	R\$ 1.008,00
44	250	FRA	ÁGUA SANITÁRIA: composição - hipoclorito de sódio e água, teor de cloro ativo: 2% a 2,5% p/p, princípio ativo: hipoclorito de sódio, produto à base de cloro, aplicação: alvejante e desinfetante de uso geral, a embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no ministério da saúde, frasco com 1 litro	R\$ 2,00	R\$ 500,00
46	20	ROLO	PAPEL FILME: dimensões: 28 cm x 15 cm; embalagem com 1 rolo	R\$ 2,51	R\$ 50,20
47	40	ROLO	SACO DE PLÁSTICO PARA FREEZER: capacidade para 5 kg; embalagem com 1 rolo	R\$ 3,34	R\$ 133,60
54	700	PCT	SACO DE LIXO 15L: capacidade para 15 litros, em polietileno de alta densidade, cor preta, reforçado, sem sanfona, espessura de 03 micras, pacote com 10 sacos e identificação do produto, marca e medidas	R\$ 2,07	R\$ 1.449,00
55	500	PCT	SACO DE LIXO 30L: capacidade para 30 litros, em polietileno de alta densidade, cor preta, reforçado, sem sanfona, espessura de 03 micras, pacote com 10 sacos e identificação do produto, marca e medidas	R\$ 2,60	R\$ 1.300,00
56	100	PCT	SACO DE LIXO 100L: capacidade para 100 litros, em polietileno de alta densidade, cor preta, reforçado, sem sanfona, espessura de 03 micras, pacote com 10 sacos e identificação do produto, marca e medidas	R\$ 2,67	R\$ 267,00
Valor Total: R\$ 8.551,00 (oito mil quinhentos e cinquenta e um reais).					

2. Integram e completam a presente ATA de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital do Processo Licitatório 028/2017, Pregão Presencial 017/2017, juntamente com seus anexos e a proposta.

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura.

2.2. O órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao fornecedor, através de Autorização de Fornecimento, na forma descrita no Edital de Pregão Presencial 017/2017.

2.3. As condições de entrega dos materiais é o estabelecido no item 09 (nove) do Edital de Pregão Presencial 017/2017, e sua totalidade poderá ser retirada em até 12 (doze) meses, CONFORME A NECESSIDADE e Autorização da Secretaria Municipal da Saúde nas quantidades por ela determinada.

2.4. Os pagamentos serão efetuados em 30 (trinta) após a entrega dos produtos, mediante a apresentação da Nota Fiscal na forma eletrônica, conforme a quantidade solicitada, na Nota Fiscal deverá constar o número do processo licitatório e da Ata de Registro de Preços que a deu origem.

2.5. Os preços registrados serão confrontados trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ORGÃO GERENCIADOR.

2.6. As despesas decorrentes do fornecimento dos materiais relativo a presente Ata de Registro de Preços correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta da entrega dos materiais.

2.7. A troca eventual de documentos e cartas entre o GERENCIADOR e o DETENTOR DA ATA será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas. Ainda, tem-se que toda e qualquer informação a respeito do cumprimento ou não da Ata de Registro de Preços, bem como toda e qualquer situação atinente ao mesmo deverá ser feita por escrito com o respectivo protocolo sob pena de não ser aceito pela Municipalidade.

2.8. Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, facultada a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

2.9. Pela inexecução total ou parcial da presente Ata de Registro de Preços, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.

2.10. O Registro de Preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos art. 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

2.11. O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Presencial 017/2017.

2.12. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital do Processo Licitatório 028/2017, Pregão Presencial 017/2017, com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar as presentes disposições.

2.13. As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

2.14. Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Eliseu Mibach, Prefeito Municipal de Porto União e pelo Sr. Solimar Haiduk, qualificado preambularmente, representando a detentora e testemunhas.

Eliseu Mibach
Prefeito Municipal

Supermercado Dukelli Ltda – ME
Empresa Detentora da Ata

Testemunhas:

ATA 061/2017

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
ATA 061/2017

Aos 07 (sete) dias do mês de abril do ano de 2017, autorizado junto ao Processo Licitatório 028/2017, Pregão Presencial 017/2017, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ORGÃO GERENCIADOR, Município de Porto União neste ato representado pelo Sr. Eliseu Mibach, Prefeito Municipal e o DETENTOR DA ATA: Jackiw Atacadista de Alimentos Ltda – EPP.

1. Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: Jackiw Atacadista de Alimentos Ltda – EPP, inscrito no CNPJ/MF nº 04.283.864/0001-19, sito a Rua Ranulfo Costa Pinto, nº 259, centro, município de União da Vitória, Estado do Paraná, CEP: 84.600-000, Telefone (42) 3523-3045, representado neste ato pelo Sr. Clemente Jackiw, inscrito no CPF sob o número 551.418.119-72.

Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios, material de limpeza, copa e cozinha para uso no Centro de Atenção Psicossocial - CAPS, conforme segue:

0.1 Descrição do Item:

ITEM	Quantidade estimada 12 meses	Unidade	Discriminação	Preço Unitário	Preço Total 12 meses
2	16	FAR	FARINHA DE TRIGO; composição: farinha de trigo, ferro e ácido fólico (vitamina b9). contém glúten; fardo c/ 6 pacotes de 5 kg cada	R\$ 58,45	R\$ 935,20
3	8	FAR	FEIJÃO PRETO TIPO 1; fardo c/ 30 pacotes de 1 kg	R\$ 146,95	R\$ 1.175,60
9	80	CX	GELATINA EM PÓ: composição: açúcar orgânico, gelatina, vitaminas A, D, B1, B2, B6, ferro, zinco, regulador de acidez, ácido fumárico e citrato de sódio, aromatizantes e corantes naturais de carmin e urucum; sabores diversos; caixa com 75g	R\$ 0,99	R\$ 79,20
13	15	PCT	AMENDOIM DESCASCADO E TORRADO; pacote c/ 500 g	R\$ 5,74	R\$ 86,10
14	12	FAR	AÇUCAR: refinado; composição: sacarose de cana de açúcar, fardo com 6 pacotes de 5 kg	R\$ 82,84	R\$ 994,08
16	12	FAR	ARROZ PARBOILIZADO POLIDO TIPO 1; fardo c/ 6 pacotes de 5 kg cada	R\$ 74,95	R\$ 899,40
17	15	FAR	LEITE EM PÓ INTEGRAL: composição: leite cru resfriado; não contém glúten; fardo com 25 pacotes de 400 g	R\$ 205,69	R\$ 3.085,35
19	100	PCT	FAROFA DE MANDIOCA: pronta para uso; temperada; composição: farinha de mandioca, óleo vegetal, alho, sal, calórico, cebola, pimenta vermelha, pimenta do reino preta e cebolinha verde, aromatizante realçador de sabor: glutamato monossódico, antioxidante: BHT; pacote com 500 g	R\$ 3,87	R\$ 387,00
20	100	PCT	MILHO PARA PIPOCA; pacote c/ 500 g	R\$ 2,69	R\$ 269,00
23	24	GAL	ÁGUA 20 LITROS: mineral, natural, potável, sem gás, acondicionada em galão plástico retornável de 20 litros, devidamente lacrado, com validade de 12 meses	R\$ 9,22	R\$ 221,28
24	500	GAR	ÁGUA 500 ML: mineral, natural, potável, sem gás, acondicionada em garrafa de 500 ml	R\$ 1,07	R\$ 535,00
33	100	PCT	CANJICUINHA FINA; pacote c/ 500 g	R\$ 1,85	R\$ 185,00
34	50	PCT	CHOCOLATE PRETO AO LEITE; de primeira qualidade; composição: açúcar, liquor de cacau, gordura vegetal, manteiga de cacau, gordura anidra de leite, leite em pó, emulsificantes lecitina de soja e ricinoleato de glicerila e aromatizante; pacote c/ 1 kg	R\$ 22,95	R\$ 1.147,50
38	50	PCT	GOIABADA: pacote com 400 g	R\$ 3,37	R\$ 168,50
40	36	PCT	AÇUCAR MASCADO: pacote com 1 kg	R\$ 9,69	R\$ 348,84
49	20	ROLO	PAPEL ALUMÍNIO: dimensões: 30 cm x 7,5 cm; embalagem com 1 rolo	R\$ 3,83	R\$ 76,60
79	5	UN	VASSOURA: nylon com cabo de madeira revestido por plástico, com cordas sintéticas plumadas de polipropileno, com suporte plástico que protege móveis e paredes contra batidas e arranhões	R\$ 5,89	R\$ 29,45
80	5	UN	RODO: em plástico, medindo 40 cm, borracha dupla, com cabo de madeira revestido de plástico	R\$ 17,20	R\$ 86,00
Valor Total: R\$ 10.709,10 (dez mil setecentos e nove reais e dez centavos).					

2. Integram e completam a presente Ata de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital do Processo Licitatório 028/2017, Pregão Presencial 017/2017, juntamente com seus anexos e a proposta.

- 2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura.
- 2.2. O órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao fornecedor, através de Autorização de Fornecimento, na forma descrita no Edital de Pregão Presencial 017/2017.
- 2.3. As condições de entrega dos materiais é o estabelecido no item 09 (nove) do Edital de Pregão Presencial 017/2017, e sua totalidade poderá ser retirada em até 12 (doze) meses, CONFORME A NECESSIDADE e Autorização da Secretaria Municipal da Saúde nas quantidades por ela determinada.
- 2.4. Os pagamentos serão efetuados em 30 (trinta) após a entrega dos produtos, mediante a apresentação da Nota Fiscal na forma eletrônica, conforme a quantidade solicitada, na Nota Fiscal deverá constar o número do processo licitatório e da Ata de Registro de Preços que a deu origem.
- 2.5. Os preços registrados serão confrontados trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ORGÃO GERENCIADOR.
- 2.6. As despesas decorrentes do fornecimento dos materiais relativo a presente Ata de Registro de Preços correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta da entrega dos materiais.
- 2.7. A troca eventual de documentos e cartas entre o GERENCIADOR e o DETENTOR DA ATA será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas. Ainda, tem-se que toda e qualquer informação a respeito do cumprimento ou não da Ata de Registro de Preços, bem como toda e qualquer situação atinente ao mesmo deverá ser feita por escrito com o respectivo protocolo sob pena de não ser aceito pela Municipalidade.
- 2.8. Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, facultada a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da lei Federal 8.666/93 e suas alterações.
- 2.9. Pela inexecução total ou parcial da presente Ata de Registro de Preços, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.
- 2.10. O Registro de Preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos art. 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.
- 2.11. O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Presencial 017/2017.
- 2.12. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital do Processo Licitatório 028/2017, Pregão Presencial 017/2017, com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar as presentes disposições.
- 2.13. As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.
- 2.14. Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Eliseu Mibach, Prefeito Municipal de Porto União e pelo Sr. Clemente Jackiw, qualificado preambularmente, representando a detentora e testemunhas.

Eliseu Mibach
Prefeito Municipal

Jackiw Atacadista de Alimentos Ltda – EPP
Empresa Detentora da Ata

Testemunhas:

ATA 062/2017

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
ATA 062/2017

Aos 07 (sete) dias do mês de abril do ano de 2017, autorizado junto ao Processo Licitatório 028/2017, Pregão Presencial 017/2017, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ORGÃO GERENCIADOR, Município de Porto União neste ato representado pelo Sr. Eliseu Mibach, Prefeito Municipal e o DETENTOR DA ATA: Mercado Kosera Ltda – ME.

1. Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: Mercado Kosera Ltda – ME, inscrito no CNPJ/MF nº 68.794.478/0001-74, sito a Avenida Paula Freitas, nº 4270, município de União da Vitória, Estado do Paraná, CEP: 84.600-000, Telefone (42) 3524-4498, representado neste ato pela Sra. Sonia Kosera Luzzi, inscrita no CPF sob o número 638.092.739-53.

Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios, material de limpeza, copa e cozinha para uso no Centro de Atenção Psicossocial - CAPS, conforme segue:

0.1 Descrição do Item:

ITEM	Quantidade estimada 12 meses	Unidade	Discriminação	Preço Unitário	Preço Total 12 meses
------	------------------------------	---------	---------------	----------------	----------------------

1	40	PCT	BOMBOM DE CHOCOLATE: composição: açúcar, gordura vegetal hidrogenada, massa de cacau, farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, soro de leite em pó, amendoim, farinha de soja, castanha de caju, manteiga de cacau, leite em pó integral, gordura de manteiga desidratada, leite em pó desnatado, sal, óleo vegetal, cacau, extrato de malte, emulsificantes: lecitina de soja e poliglicerol, polirricinoleato, fermento químico, bicarbonato de sódio e aromatizante; contém glúten; pacote de 1 kg	R\$ 31,35	R\$ 1.254,00
5	150	POT	MARGARINA SEM SAL: composição: óleos vegetais líquidos e intersesterificados, água, leite em pó desnatado reconstituído, sal, 15.000 U.I. de vitamina A por kg, estabilizantes: mono e diglicerídeos de ácidos graxos (INS 471) e lecitina de soja (INS 322), conservadores: sorbato de potássio (INS 202) e benzoato de sódio (INS 211), acidulante ácido cítrico (INS 330), antioxidantes: BHT (INS 321), TBHQ (INS 319) e EDTA (INS 385), aroma idêntico ao natural de manteiga, corante betacaroteno sintético idêntico ao natural (INS 160) e corantes naturais de urucum e cúrcuma; pote com 500 g	R\$ 4,20	R\$ 630,00
7	12	CX	CREME DE LEITE; composição: creme de leite, leite em pó desnatado, estabilizantes goma xantana, goma jataí, goma guar, carragena, fosfato dissódico e citrato de sódio. homogenizado; caixa c/ 27 unidades de 200 g cada	R\$ 56,18	R\$ 674,16
11	50	PCT	COCO RALADO FINO; composição: polpa de coco parcialmente desengordurada, desidratada. conservador ins 223; pacote c/ 100 g	R\$ 3,70	R\$ 185,00
12	10	KG	MEL PURO: embalagem com 1 kg	R\$ 22,65	R\$ 226,50
18	10	CX	BISCOITO ÁGUA E SAL; composição: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, gordura vegetal, soro de leite, açúcar, sal, emulsificante: lecitina de soja (ins 322) e fermentos químicos: bicarbonato de sódio (ins 500ii) e bicarbonato de amônio (ins 503ii); caixa c/ 20 pacotes de 200 g cada	R\$ 43,50	R\$ 435,00
21	20	UN	CANELA EM PÓ; embalagem c/ 30 g	R\$ 1,20	R\$ 24,00
22	20	UN	PIMENTA DO REINO EM PÓ; embalagem c/ 30 g	R\$ 1,80	R\$ 36,00
25	40	PCT	AÇÚCAR COLORIDO PARA CONFEITO; diversas cores; pacote c/ 80 g	R\$ 2,38	R\$ 95,20
26	60	PCT	CONFEITO CROCANTE: diversas cores; pacote com 30 g	R\$ 2,15	R\$ 129,00
27	10	PCT	CONFEITO FIGURA ESTRELINHA; diversas cores; pacote c/ 50 g	R\$ 3,20	R\$ 32,00
28	10	PCT	CONFEITO FIGURA CORAÇÃO: diversas cores; pacote com 50 g	R\$ 3,40	R\$ 34,00
29	10	PCT	CONFEITO MIÇANGA COLORIDA; pacote c/ 80 g	R\$ 2,80	R\$ 28,00
30	4	PCT	GRANULADO AZUL; pacote c/ 150 g	R\$ 4,25	R\$ 17,00
31	4	PCT	GRANULADO TRADICIONAL; pacote c/ 150 g	R\$ 2,40	R\$ 9,60
32	10	KG	MANTEIGA DE SAL: embalagem com 1 kg	R\$ 22,55	R\$ 225,50
37	40	PCT	MASSA PARA PASTEL; composição: semolina de trigo, água, gordura animal, sal, ovo em pó, realçador de sabor ins 621 glutamato monossódico, conservador ins 282 propionato de cálcio e ins 202 sorbato de potássio; pacote c/ 400 g	R\$ 4,50	R\$ 180,00
41	96	PCT	SAL: refinado, pacote com 1 kg	R\$ 1,20	R\$ 115,20
42	10	PCT	SAL AMONÍACO; pacote c/ 40 g	R\$ 1,75	R\$ 17,50
48	100	ROLO	SACO DE PLÁSTICO PARA FREEZER: capacidade para 8 kg; embalagem com 1 rolo	R\$ 5,70	R\$ 570,00
50	40	PCT	ESPONJA DE AÇO; composição: aço carbono; pacote c/ 60 g - 8 unidades	R\$ 1,55	R\$ 62,00
51	250	FRA	DESINFETANTE PARA USO GERAL: composição: alquil benzeno sulfonato de sódio, solvente, coadjuvantes, conservante, corantes, fragrâncias e água; a embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no Ministério da Saúde; frasco com 500 ml	R\$ 2,12	R\$ 530,00
52	200	FRA	CERA LÍQUIDA: composição: resina acrílica, resina solúvel ao álcali, cera, coadjuvantes, tensoativo aniônico e não iônicos, conservantes, corante, fragrância, perfume de longa duração; incolor; frasco com 750 ml	R\$ 8,15	R\$ 1.630,00
57	1	UN	FRIGIDEIRA 28 CM: confeccionada em alumínio, com revestimento antiaderente, cabo em baquelite antitêrmico, espessura 0,16 cm	R\$ 22,85	R\$ 22,85
58	2	UN	LEITEIRA 1 L: confeccionada em alumínio, com aplicação antiaderente, cabo em baquelite antitêrmico, capacidade para 1 litro	R\$ 38,80	R\$ 77,60
59	1	UN	LEITEIRA 2 L: confeccionada em alumínio, com aplicação antiaderente, cabo em baquelite antitêrmico, capacidade para 2 litros	R\$ 53,70	R\$ 53,70
60	5	UN	ABRIDOR DE LATA E GARRAFA: confeccionado em aço inox, material ultra resistente	R\$ 2,50	R\$ 12,50
61	3	UN	TÁBUA DE CORTAR: em vidro, dimensões: 30 cm x 20 cm	R\$ 9,95	R\$ 29,85
62	1	UN	CHALEIRA 2 L: em alumínio antiaderente, com tampa e pomel em baquelite, cabo em antitêrmico, capacidade para 2 litros	R\$ 26,85	R\$ 26,85
63	1	UN	CHALEIRA 2,7 L: em alumínio antiaderente, com tampa e pomel em baquelite, cabo em antitêrmico, capacidade para 2,7 litros	R\$ 29,90	R\$ 29,90
64	30	UN	XÍCARA: em vidro, sem pires, capacidade para 50 ml	R\$ 1,99	R\$ 59,70
69	5	UN	GARRAFA TÉRMICA 1,8 L: com alça, com bico ejetor, corpo em material super resistente, ampola de vidro, sistema de servir, bomba de pressão, capacidade para 1,8 litros	R\$ 63,60	R\$ 318,00
70	4	UN	CUIA PARA CHIMARRÃO: dimensões aproximadas: altura 11 cm, 8 cm de boca, capacidade aproximada de 100 a 150 ml, com bomba	R\$ 19,95	R\$ 79,80

71	2	UN	BACIA PLÁSTICA 5,2 L: com pegador, material ultra resistente, capacidade para 5,2 litros	R\$ 4,95	R\$ 9,90
72	4	UN	BACIA PLÁSTICA 9 L: com pegador, material ultra resistente, capacidade para 9 litros	R\$ 7,85	R\$ 31,40
73	3	UN	BACIA PLÁSTICA 20 L: com pegador, material ultra resistente, capacidade para 20 litros	R\$ 17,85	R\$ 53,55
74	3	UN	JARRA PLÁSTICA 3,5 L: graduada, confeccionada em plástico polipropileno, com tampa, capacidade para 3,5 litros	R\$ 9,98	R\$ 29,94
75	3	UN	BANDEJA MÉDIA: confeccionada em plástico polipropileno	R\$ 6,95	R\$ 20,85
76	3	JOG	JOGO DE POTE: confeccionado em plástico polipropileno, capacidade aproximada de 580 ml por porte, quadrados, com 3 potes	R\$ 2,99	R\$ 8,97
77	1	UN	PANELA DE PRESSÃO 3 L: capacidade para 3 litros	R\$ 33,30	R\$ 33,30
78	1	UN	PANELA DE PRESSÃO 7 L: capacidade para 7 litros	R\$ 47,80	R\$ 47,80
81	3	UN	PÁ PARA LIXO: em plástico, dimensões: 273 x 223 x 70 mm	R\$ 1,48	R\$ 4,44
82	1	UN	LIXEIRA PLÁSTICA 10 L: com pedal, capacidade para 10 litros	R\$ 29,75	R\$ 29,75
83	3	UN	LIXEIRA PLÁSTICA 35 L: com pedal, capacidade para 35 litros	R\$ 79,90	R\$ 239,70
84	5	UN	LIXEIRA PLÁSTICA 4,3 L: redonda, basculante, capacidade para 4,3 litros	R\$ 11,80	R\$ 59,00
86	2	UN	BULE 3,5 L: confeccionada em alumínio, com aplicação antiaderente, cabo em baquelite antitérmico, capacidade para 3,5 litros	R\$ 68,90	R\$ 137,80
87	15	UN	PRATO FUNDO: em vidro	R\$ 3,95	R\$ 59,25
88	2	UN	ASSADEIRA 2 L: de vidro, com tampa, capacidade para 2 litros	R\$ 38,20	R\$ 76,40
89	1	UN	ASSADEIRA 2,8 L: de vidro, com tampa, capacidade para 2,8 litros	R\$ 44,10	R\$ 44,10
90	1	UN	ASSADEIRA 3,8 L: de vidro, com tampa, capacidade para 3,8 litros	R\$ 49,40	R\$ 49,40
91	5	UN	FACA DE CORTE PARA COZINHA: tamanho grande	R\$ 9,95	R\$ 49,75
92	2	UN	BALDE PLÁSTICO 12 L: capacidade para 12 litros, produzido em material de alta resistência, com alça de metal e bico direcionador, cores diversas	R\$ 6,75	R\$ 13,50
93	2	UN	BALDE PLÁSTICO 15 L: capacidade para 15 litros, produzido em material de alta resistência, com alça de metal e bico direcionador, cores diversas	R\$ 8,25	R\$ 16,50
94	25	UN	CAIXA ORGANIZADORA 650 ML: incolor, capacidade para 650 ml	R\$ 5,25	R\$ 131,25
95	5	UN	CAIXA ORGANIZADORA 9,3 L: incolor, baixa, capacidade para 9,3 litros	R\$ 18,80	R\$ 94,00
96	20	PCT	SACO PARA PIPOCA: pacote com 500 unidades	R\$ 14,20	R\$ 284,00
97	10	UN	POTE PLÁSTICO 1.000 ML: com tampa rosca, capacidade para 1.000 ml	R\$ 7,95	R\$ 79,50
Valor Total: R\$ 9.454,46 (nove mil quatrocentos e cinquenta e quatro reais e quarenta e seis centavos).					

2. Integram e completam a presente ATA de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital do Processo Licitatório 028/2017, Pregão Presencial 017/2017, juntamente com seus anexos e a proposta.

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura.

2.2. O órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao fornecedor, através de Autorização de Fornecimento, na forma descrita no Edital de Pregão Presencial 017/2017.

2.3. As condições de entrega dos materiais é o estabelecido no item 09 (nove) do Edital de Pregão Presencial 017/2017, e sua totalidade poderá ser retirada em até 12 (doze) meses, CONFORME A NECESSIDADE e Autorização da Secretaria Municipal da Saúde nas quantidades por ela determinada.

2.4. Os pagamentos serão efetuados em 30 (trinta) após a entrega dos produtos, mediante a apresentação da Nota Fiscal na forma eletrônica, conforme a quantidade solicitada, na Nota Fiscal deverá constar o número do processo licitatório e da Ata de Registro de Preços que a deu origem.

2.5. Os preços registrados serão confrontados trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ORGÃO GERENCIADOR.

2.6. As despesas decorrentes do fornecimento dos materiais relativo a presente Ata de Registro de Preços correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta da entrega dos materiais.

2.7. A troca eventual de documentos e cartas entre o GERENCIADOR e o DETENTOR DA ATA será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas. Ainda, tem-se que toda e qualquer informação a respeito do cumprimento ou não da Ata de Registro de Preços, bem como toda e qualquer situação atinente ao mesmo deverá ser feita por escrito com o respectivo protocolo sob pena de não ser aceito pela Municipalidade.

2.8. Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, facultada a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

2.9. Pela inexecução total ou parcial da presente Ata de Registro de Preços, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.

2.10. O Registro de Preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos art. 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

2.11. O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Presencial 017/2017.

2.12. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital do Processo Licitatório 028/2017, Pregão Presencial 017/2017, com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar as presentes disposições.

2.13. As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

2.14. Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Eliseu Mibach, Prefeito Municipal de

Porto União e pela Sra. Sonia Kosera Luzzi, qualificado preambularmente, representando a detentora e testemunhas.

Eliseu Mibach
Prefeito Municipal

Mercado Kosera Ltda – ME
Empresa Detentora da Ata

Testemunhas:

ATA 063/2017

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
ATA 063/2017

Aos 07 (sete) dias do mês de abril do ano de 2017, autorizado junto ao Processo Licitatório 028/2017, Pregão Presencial 017/2017, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ORGÃO GERENCIADOR, Município de Porto União neste ato representado pelo Sr. Eliseu Mibach, Prefeito Municipal e o DETENTOR DA ATA: AP Oeste Distribuidora e Comércio de Alimentos Ltda – EPP.

1. Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: AP Oeste Distribuidora e Comércio de Alimentos Ltda – EPP, inscrito no CNPJ/MF nº 05.919.156/0001-94, sito a Rua do Comércio, s/nº, Rod. SC 283, centro, município de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.882-000, Telefone (49) 3328-3744, representado neste ato pela Sra. Renata Raquel Ahlf dos Santos, inscrita no CPF sob o número 005.351.199-92.

Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios, material de limpeza, copa e cozinha para uso no Centro de Atenção Psicossocial - CAPS, conforme segue:

0.1 Descrição do Item:

ITEM	Quantidade estimada 12 meses	Unidade	Discriminação	Preço Unitário	Preço Total 12 meses
4	10	CX	ÓLEO DE SOJA; composição: óleo de soja e antioxidantes tbhq e ácido cítrico; caixa c/ 20 unidades de 900 ml cada	R\$ 75,75	R\$ 757,50
6	140	PCT	MACARRÃO ESPAGUETE: com ovos, composição: sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, ovos e corantes naturais de urucum e cúrcuma; pacote com 500 g	R\$ 2,45	R\$ 343,00
35	50	LATA	EXTRATO DE TOMATE TRADICIONAL; composição: tomate, cebola, açúcar, amido modificado, sal, óleo vegetal, extrato de levedura, salsa, alho, manjeriço, aipo marrom, orégano, tomilho e realçador de sabor glutamato monossódico; lata c/ 840 g	R\$ 6,98	R\$ 349,00
45	250	FRA	DETERGENTE PARA LOUÇA: composição: tensoativos aniônicos, sequestrante, conservantes, espessante, corante, fragrância, água; componente ativo: linear alquil benzeno sulfonato de sódio, tensoativo biodegradável; a embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no Ministério da Saúde; frasco com 500 ml	R\$ 1,47	R\$ 367,50
53	800	PCT	COPO DESCARTÁVEL 180 ML: capacidade para 180 ml; transparente; material: poliestireno não tóxico; pacote com 100 unidades	R\$ 2,90	R\$ 2.320,00
Valor Total: R\$ 4.137,00 (quatro mil cento e trinta e sete reais).					

2. Integram e completam a presente Ata de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital do Processo Licitatório 028/2017, Pregão Presencial 017/2017, juntamente com seus anexos e a proposta.

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura.

2.2. O órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao fornecedor, através de Autorização de Fornecimento, na forma descrita no Edital de Pregão Presencial 017/2017.

2.3. As condições de entrega dos materiais é o estabelecido no item 09 (nove) do Edital de Pregão Presencial 017/2017, e sua totalidade poderá ser retirada em até 12 (doze) meses, CONFORME A NECESSIDADE e Autorização da Secretaria Municipal da Saúde nas quantidades por ela determinada.

2.4. Os pagamentos serão efetuados em 30 (trinta) após a entrega dos produtos, mediante a apresentação da Nota Fiscal na forma eletrônica, conforme a quantidade solicitada, na Nota Fiscal deverá constar o número do processo licitatório e da Ata de Registro de Preços que a deu origem.

2.5. Os preços registrados serão confrontados trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ORGÃO GERENCIADOR.

2.6. As despesas decorrentes do fornecimento dos materiais relativo a presente Ata de Registro de Preços correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta da entrega dos materiais.

2.7. A troca eventual de documentos e cartas entre o GERENCIADOR e o DETENTOR DA ATA será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas. Ainda, tem-se que toda e qualquer informação a respeito

do cumprimento ou não da Ata de Registro de Preços, bem como toda e qualquer situação atinente ao mesmo deverá ser feita por escrito com o respectivo protocolo sob pena de não ser aceito pela Municipalidade.

2.8. Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, facultada a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

2.9. Pela inexecução total ou parcial da presente Ata de Registro de Preços, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.

2.10. O Registro de Preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos art. 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

2.11. O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Presencial 017/2017.

2.12. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital do Processo Licitatório 028/2017, Pregão Presencial 017/2017, com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar as presentes disposições.

2.13. As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

2.14. Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Eliseu Mibach, Prefeito Municipal de Porto União e pela Sra. Renata Raquel Ahlf dos Santos, qualificado preambularmente, representando a detentora e testemunhas.

Eliseu Mibach
Prefeito Municipal

AP Oeste Distribuidora e Comércio de Alimentos Ltda – EPP
Empresa Detentora da Ata
Testemunhas:

EDITAL 003/2017 - RH

EDITAL 003/2017

O Prefeito do Município de Porto União, em conformidade com o Art. 6º, §2º do Decreto 668, de 19 de outubro de 2011, DIVULGA a lista dos servidores que protocolaram até o dia 31 de março de 2017, requerimento solicitando a conversão Pecuniária de 1/3 da Licença Prêmio, após a Chefia de Recursos Humanos observar os critérios previstos no Art. 2º, inciso III, letra "a" e "b", e Art. 3º do Decreto.

Administração Geral

	NOME	PERÍODO AQUISITIVO	ADMISSÃO
01	ROSELI MARIA COSTA CURTA DE BONA	06/2005 A 06/2010	16/06/1995
02	JUVENCIO PORTELA DA LUZ	02/2012 A 02/2017	13/02/2002
03	GILMAR ROCHA	03/2012 A 03/2017	01/03/2012

Secretaria de Saúde

	NOME	PERÍODO AQUISITIVO	ADMISSÃO
01	ARLETE ALVES DAUBERMANN	02/2012 A 02/2017	20/02/2002

Secretaria de Educação

	NOME	PERÍODO AQUISITIVO	ADMISSÃO
01	ANTONIO DE ASSIS ALVES	04/2011 A 04/2016	24/04/2001

Porto União (SC), 31 de março de 2017.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 012/2017 - EDUCAÇÃO

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 012/2017 - EDUCAÇÃO

Partes: Município de Porto União e Fênix Informática e Telefonia Ltda - ME.

Objeto: Aquisição de material escolar, didático pedagógico e de expediente para os Núcleos Educacionais de Ensino Fundamental, Núcleos de Educação Infantil, Educação de Jovens e Adultos e Secretaria Municipal da Educação.

Valor: R\$ 27.900,00 (vinte e sete mil e novecentos reais).

Vigência: 06 (seis) meses.

Base legal: Pregão Presencial 002/2017 - EDUCAÇÃO, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 05 de abril de 2017.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

Fênix Informática e Telefonia Ltda - ME.

Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 013/2017 - EDUCAÇÃO

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 013/2017 - EDUCAÇÃO

Partes: Município de Porto União e Luis Kaminski - ME.

Objeto: Aquisição de material escolar, didático pedagógico e de expediente para os Núcleos Educacionais de Ensino Fundamental, Núcleos de Educação Infantil, Educação de Jovens e Adultos e Secretaria Municipal da Educação.

Valor: R\$ 18.528,15 (dezoito mil quinhentos e vinte e oito reais e quinze centavos).

Vigência: 06 (seis) meses.

Base legal: Pregão Presencial 002/2017 - EDUCAÇÃO, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 05 de abril de 2017.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

Luis Kaminski - ME.

Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 014/2017 - EDUCAÇÃO

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 014/2017 - EDUCAÇÃO

Partes: Município de Porto União e Dipar Distribuidora de Papéis e Revistas Ltda.

Objeto: Aquisição de material escolar, didático pedagógico e de expediente para os Núcleos Educacionais de Ensino Fundamental, Núcleos de Educação Infantil, Educação de Jovens e Adultos e Secretaria Municipal da Educação.

Valor: R\$ 17.717,75 (dezoisete mil setecentos e dezessete reais e setenta e cinco centavos).

Vigência: 06 (seis) meses.

Base legal: Pregão Presencial 002/2017 - EDUCAÇÃO, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 05 de abril de 2017.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

Dipar Distribuidora de Papéis e Revistas Ltda.

Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 015/2017 - EDUCAÇÃO

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 015/2017 - EDUCAÇÃO

Partes: Município de Porto União e Blu Distribuidora de Papelaria EIRELI - ME.

Objeto: Aquisição de material escolar, didático pedagógico e de expediente para os Núcleos Educacionais de Ensino Fundamental, Núcleos de Educação Infantil, Educação de Jovens e Adultos e Secretaria Municipal da Educação.

Valor: R\$ 18.155,60 (dezoito mil cento e cinquenta e cinco reais e sessenta centavos).

Vigência: 06 (seis) meses.

Base legal: Pregão Presencial 002/2017 - EDUCAÇÃO, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 05 de abril de 2017.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

Blu Distribuidora de Papelaria EIRELI - ME.

Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 016/2017 - EDUCAÇÃO

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 016/2017 - EDUCAÇÃO

Partes: Município de Porto União e Solo Comercial EIRELI.

Objeto: Aquisição de material escolar, didático pedagógico e de expediente para os Núcleos Educacionais de Ensino Fundamental, Núcleos de Educação Infantil, Educação de Jovens e Adultos e Secretaria Municipal da Educação.

Valor: R\$ 14.519,47 (quatorze mil quinhentos e dezenove reais e quarenta e sete centavos).

Vigência: 06 (seis) meses.

Base legal: Pregão Presencial 002/2017 - EDUCAÇÃO, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 05 de abril de 2017.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

Solo Comercial EIRELI.

Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 017/2017 - EDUCAÇÃO

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 017/2017 - EDUCAÇÃO

Partes: Município de Porto União e Vinicius Guilherme dos Santos Informática - ME.

Objeto: Aquisição de material escolar, didático pedagógico e de expediente para os Núcleos Educacionais de Ensino Fundamental, Núcleos de Educação Infantil, Educação de Jovens e Adultos e Secretaria Municipal da Educação.

Valor: R\$ 5.343,63 (cinco mil trezentos e quarenta e três reais e sessenta e três centavos).

Vigência: 06 (seis) meses.

Base legal: Pregão Presencial 002/2017 - EDUCAÇÃO, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 05 de abril de 2017.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

Vinicius Guilherme dos Santos Informática - ME.

Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 018/2017 - EDUCAÇÃO

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 018/2017 - EDUCAÇÃO

Partes: Município de Porto União e Máxima Atacadista EIRELI.

Objeto: Aquisição de material escolar, didático pedagógico e de expediente para os Núcleos Educacionais de Ensino Fundamental, Núcleos de Educação Infantil, Educação de Jovens e Adultos e Secretaria Municipal da Educação.

Valor: R\$ 6.132,65 (seis mil cento e trinta e dois reais e sessenta e cinco centavos).

Vigência: 06 (seis) meses.

Base legal: Pregão Presencial 002/2017 - EDUCAÇÃO, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 05 de abril de 2017.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

Máxima Atacadista EIRELI.

Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 019/2017 - EDUCAÇÃO

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 019/2017 - EDUCAÇÃO

Partes: Município de Porto União e Comercial Onix Ltda - EPP.

Objeto: Aquisição de material escolar, didático pedagógico e de expediente para os Núcleos Educacionais de Ensino Fundamental, Núcleos de Educação Infantil, Educação de Jovens e Adultos e Secretaria Municipal da Educação.

Valor: R\$ 10.958,80 (dez mil novecentos e cinquenta e oito reais e oitenta centavos).

Vigência: 06 (seis) meses.

Base legal: Pregão Presencial 002/2017 - EDUCAÇÃO, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 05 de abril de 2017.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

Comercial Onix Ltda - EPP.

Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 056/2017

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 056/2017

Partes: Município de Porto União e Comatol Comércio de Máquinas e Motosserras Ltda – EPP.

Objeto: Serviço de reparos e manutenção corretiva de roçadeiras a gasolina, motosserras de grande porte e afiações de motosserras de grande porte.

Valor: R\$ 10.702,00 (dez mil setecentos e dois reais).

Vigência: 12 (doze) meses.

Base legal: Pregão Presencial 021/2017, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 03 de abril de 2017.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

Comatol Comércio de Máquinas e Motosserras Ltda – EPP.

Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 057/2017

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 057/2017

Partes: Município de Porto União e Bitur Transportadora Turística Ltda.

Objeto: Fornecimento de 1.500 (um mil e quinhentas) passagens para os pacientes que residem nos Distritos até São Pedro do Timbó e realizam tratamento de saúde no município de Porto União referente a linha Porto União / São Pedro do Timbó / Porto União.

Valor: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

Vigência: 12 (doze) meses.

Base legal: Inexigibilidade de Licitação 002/2017, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 04 de abril de 2017.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

Bitur Transportadora Turística Ltda.

Contratada.

PORTARIA Nº 016/2017

PORTARIA Nº 016, de 31 de março de 2017.

Prorroga o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Inquérito Administrativo, constituída pela Portaria nº 003, de 26 de janeiro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, da Lei Orgânica do Município,

DETERMINA:

Art. 1º PRORROGA por mais 60 (sessenta) dias o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Inquérito Administrativo, nomeada pela Portaria nº 003, de 26 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 31 de março de 2017.

ELISEU MIBACH

Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO

Secretário Municipal de Administração e Esporte

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 002/2017 - EDUCAÇÃO

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 004/2017 – EDUCAÇÃO

Pregão Presencial 002/2017

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas

Fênix Informática e Telefonia Ltda – ME,

Luis Kaminski – ME,

Dipar Distribuidora de Papéis e Revistas Ltda,

Blu Distribuidora de Papelaria EIRELI – ME,

Solo Comercial EIRELI,

Vinicius Guilherme dos Santos Informática – ME,

Máxima Atacadista EIRELI e

Comercial Onix Ltda – EPP.

Porto União SC, 05 de abril de 2017.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 017/2017

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 028/2017 – Registro de Preços

Pregão Presencial 017/2017

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas

AP Oeste Distribuidora e Comércio de Alimentos Ltda – EPP,

Supermercado Dukelli Ltda – ME,

Jackiw Atacadista de Alimentos Ltda – EPP e

Mercado Kosera Ltda – ME.
Porto União SC, 07 de abril de 2017.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 019/2017

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 030/2017 – Registro de Preços
Pregão Presencial 019/2017
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas
Comercial JDC Materiais de Construção Ltda – ME,
Úrsula Waldraff – ME e
Faccina Daltora Equipamentos de Segurança Ltda – EPP.
Porto União SC, 04 de abril de 2017.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 021/2017

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 032/2017
Pregão Presencial 021/2017
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa
Comatol Comércio de Máquinas e Motosserras Ltda – EPP.
Porto União SC, 03 de abril de 2017.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 022/2017

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 033/2017 – Registro de Preços
Pregão Presencial 022/2017
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas
Gráfica Guaramirim Ltda – EPP,
Gráfica Alta Definição Ltda,
Daniel Rogério da Rocha – ME e
Jeferson Lopes 03659856940.
Porto União SC, 05 de abril de 2017.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 023/2017

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 035/2017 – Registro de Preços
Pregão Presencial 023/2017
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas
Fênix Informática e Telefonia Ltda – ME,
Luis Kaminski – ME e
Recier Jose Gregorio – ME.
Porto União SC, 07 de abril de 2017.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.

TERMO DE REVOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 024/2017

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 036/2017

Pregão Presencial 024/2017

Termo de Revogação

Revoga-se o aludido processo licitatório com base no artigo 49 da lei 8.666/93, tendo em vista que deu-se deserta, conforme ata assinada pelo pregoeiro e equipe de apoio.

Porto União SC, 07 de abril de 2017.

Eliseu Mibach

Prefeito Municipal

Presidente Nereu

PREFEITURA

CONTRATO 24/2017

CONTRATO Nº 24/2017

CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REGENTE DO CORAL MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU que celebram entre si a PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU e o Senhor NILO SEZERINO, mediante as cláusulas e condições seguintes:

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 83.102.699/0001-28, com sede na Praça Leao Dehon, Em Presidente Nereu -SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Isamar de Melo, inscrita no CPF sob o n.º 767.132.029-34, de ora em diante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado, NILO SEZERINO, pessoa Física, inscrita no CPF sob N.º 094.976.339-04, com sede a Rua Santos Saraiva, 739 – Bairro Estreito, Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, ora em diante denominada de CONTRATADA, tem entre si acordado as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - FUNDAMENTO LEGAL:

- Art. 25, III da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;
- Inexigibilidade de Licitação nº 15/2017;
- Processo licitatório nº 15/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO DO CONTRATO

O objeto do presente contrato é a CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REGENTE DO CORAL MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU.

CLÁUSULA TERCEIRA - MODALIDADE E FORMA DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

A presente Contratação será cumprida com a contraprestação de todos os serviços inerentes ao treinamento/ensaio dos integrantes do Coral Municipal, competindo-lhe:

1. Coordenar e reger o Coral Municipal;
2. Selecionar os integrantes do Coral.

CLÁUSULA QUARTA - PRAZOS E CRONOGRAMA

1. O prazo de duração do contrato é de 09 (nove) meses, compreendidos entre 03/0/2012 e 31/12/2012, podendo ser aditado e prorrogado nos termos da lei, cabendo ao CONTRATADO ministrar, no mínimo, 04 (quatro) ensaios mensais com duração de 2:00 horas e reger as apresentações que forem realizadas pelo Coral Municipal de Presidente Nereu.

CLÁUSULA QUINTA - VALOR DO CONTRATO, PAGAMENTO, REAJUSTAMENTO E DOTAÇÃO.

1. O valor do contrato é de R\$ 1.715,00 (um mil setecentos e quinze reais) mensais, totalizando o valor R\$ 15.435,00 (quinze mil quatrocentos e trinta e cinco reais) para o ano de 2017 e o seu pagamento ocorrerá até o quinto dia do mês subsequente ao da prestação dos serviços.
2. Os preços são fixos e irrevogáveis, salvo quando comprovadas as situações descritas no art. 65, II, "d", da Lei n.º 8.666/93.

2.1. Em caso de renovação contratual, após 12 (doze) meses da vigência do contrato, os valores serão reajustados com base na variação do IGPM-FGV ocorrida no período.

3. As despesas do presente contrato correrão à conta da dotação orçamentária:

06
001
2013
33903606000000
01000000

CLÁUSULA SEXTA – RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

Incumbe à CONTRATANTE:

1. O pagamento dos valores previstos no presente contrato e das obrigações previdenciárias correlatas;
2. A impressão das partituras e da documentação utilizada pelos integrantes do Coral;
3. A cessão da indumentária que for utilizada pelos Membros do Coral;
4. As despesas de estada e deslocamento do Coral quando a atividade externa for oficialmente convocada;
5. Manter durante o curso da contratação todos os requisitos de qualificação técnica inerentes ao exercício e ao seu registro profissional regente.

CLÁUSULA SÉTIMA - RESPONSABILIDADES DO CONTRATADO

Incumbe ao CONTRATADO, além da regência/coordenação das aulas-ensaio semanais com a duração de duas horas e das apresentações previstas:

1. A pesquisa temática e a elaboração do repertório a ser ensaiado;
2. A admissão de integrantes do Coral, selecionados dentro do público interno e externo, até o número limite que for ajustado;
3. A fixação de agenda de ensaios em ambientes internos ou em outros ambientes a critério da CONTRATANTE, em dias e horários que sejam compatíveis;
4. O recebimento, a avaliação e a decisão em conjunto com a Secretaria Municipal de Cultural dos materiais, uniformes e equipamentos de uso do Coral;
5. A apresentação de Relatório Mensal das Atividades;
6. A prevenção quanto ao uso de repertório suscetível a reclamação de direitos autorais;

CLÁUSULA OITAVA - ACEITE

1. O aceite dar-se-á pela Secretaria Municipal de Cultural da CONTRATANTE que emitirá termo circunstanciado próprio.
2. A CONTRATANTE reserva-se no direito de recusar no todo ou em parte os serviços rejeitados pela Secretaria Municipal de Cultural, comprometendo-se o CONTRATADO a promover sua adequação.
3. A rejeição dos serviços pela Secretaria Municipal de Cultural elimina qualquer obrigação de pagamento pela CONTRATANTE enquanto não sanadas, pelo CONTRATADO, as irregularidades apontadas.
4. O pagamento também poderá ser susado pela CONTRATANTE quando os serviços não estiverem de acordo com as condições deste Contrato ou por inadimplemento de qualquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA NONA - ALTERAÇÃO, INEXECUÇÃO, RESCISÃO CONTRATUAL E SANÇÕES.

O presente Contrato poderá ser alterado através de Termo Aditivo, na forma estabelecida da Seção III – Da alteração dos Contratos – Capítulo III, da Lei nº 8.666/93.

1. A inexecução total ou parcial deste contrato ensejará a sua rescisão, com consequências legais e contratuais previstas na Seção V do Capítulo III, da Lei nº 8.666/93.

1.1 Não constituem causa de rescisão contratual o não cumprimento das obrigações aqui assumidas em decorrência de fatos que independam da vontade das partes, tais como os que configuram o caso fortuito e a força maior.

2. Se o CONTRATADO executar os serviços fora dos prazos e das especificações pré-determinadas, serão aplicadas as penalidades seguintes, independente da possibilidade de rescisão contratual, com as consequências previstas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93:

2.1. Pela inexecução total, multa de 10% (vinte por cento) sobre o valor do contrato;

2.2. Pela inexecução parcial, multa de 1/8 (um oitavo) sobre valor do contrato atualizado, incidente sobre cada evento prejudicado.

3. Contrato de prestação de serviços também poderá ser rescindido por superveniente incapacitação técnica do CONTRATADO.

4. Contrato poderá ser rescindido ainda por interesse de uma das partes, desde que seja dada ciência à outra com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

5. O descumprimento das obrigações impostas por este contrato facultará a parte não infratora rescindir o ajuste.

CLÁUSULA DÉCIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

1. O presente contrato obriga as partes e seus sucessores, sem autorização de outra, transferir os direitos e obrigações impostas por este instrumento.

2. O CONTRATADO é o único responsável por quaisquer encargos decorrentes deste contrato, bem como por prejuízos ou danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros.

3. Os valores previstos cobrem todas as rubricas eventualmente suscetíveis, dentre as quais, exemplificativamente, honorários profissionais de seus colaboradores, obrigações celetistas e constitucionais, obrigações sociais, materiais e insumos, máquinas e equipamentos necessários ao desenvolvimento dos trabalhos quando não disponibilizados pela Secretaria Municipal de Cultural, assim como os tributos e outras obrigações eventualmente incidentes, excluída a referente à seguridade social do contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - GARANTIA

1. O CONTRATADO dá à CONTRATANTE total garantia quanto à qualidade dos serviços a serem prestados, que seguirão no que couberem os parâmetros técnicos e pedagógicos usuais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - FORO DO CONTRATO

As partes elegem como foro do Contrato a Comarca Rio do Sul, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir eventuais questões provenientes deste instrumento.

E, por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente termo em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Presidente Nereu, 03 de abril de 2017.

ISAMAR DE MELO	NILO SEZERINO
Prefeito Municipal	Regente
CONTRATANTE	CONTRATADA

Testemunhas:

Sidnei Vieira Junior
CPF 077.348.809-08

Amilton Petri
CPF: 548.594.509-06

CONTRATO 25/2017

CONTRATO Nº 25/2017

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO A PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU E DE OUTRO A SOCIEDADE ESPORTIVA BOA UNIÃO

Aos três dias do mês de abril dois mil e dezessete, de um lado o Município de Presidente Nereu, representado por seu Gestor o senhor ISAMAR DE MELO brasileiro, casado, residente e domiciliado neste município, doravante denominado CONTRATANTE e de outro lado SOCIEDADE ESPORTIVA BOA UNIÃO, representada por seu presidente JONATAN GARCIA, residente neste município, doravante denominada CONTRATADA, firmam Contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

É objeto do presente Contrato de cessão de uso do Campo de Futebol, e demais dependências esportivas da sede da sociedade que está localizada na Rua José Andrade, Centro, no município de Presidente Nereu, com a finalidade de aulas de educação física para rede municipal de ensino.

CLÁUSULA SEGUNDA: OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

a) É dever da CONTRATADA entregar o espaço para locação em perfeitas condições de uso para esta Prefeitura Municipal, incluindo a manutenção e o corte de grama do campo de futebol.

CLÁUSULA TERCEIRA: OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

É dever da CONTRATANTE efetuar mensalmente o pagamento sempre até o 30º dia útil de cada mês, além de adequações ou reformas necessárias para utilização durante a utilização do espaço locado.

CLÁUSULA QUARTA: DO PRAZO

O prazo de duração do presente contrato é de 09 (nove) meses, tendo início na sua assinatura e término em 31 de dezembro de 2017.

CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE em 09 (nove) parcelas mensais no valor de R\$ 680,00 (seiscentos e oitenta reais), totalizando R\$ 6.120,00 (seis mil cento e vinte reais) sendo quitado sempre até o dia 30 de cada mês.

CLÁUSULA SEXTA – DA FONTE DE RECURSOS

As despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão a conta da seguinte dotação orçamentária vigente.

05.01 - EDUCAÇÃO

01-2010 EDUCAÇÃO

1010000 - RECURSOS PRÓPRIOS

CLÁUSULA SETIMA – DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução e a rescisão do contrato serão reguladas pelo Art. 58, § II e Art. 77 à 80 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada. O presente contrato poderá ser rescindido por uma das partes com comunicação expressa.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

CLÁUSULA NONA DA RESPONSABILIDADE DO CONTRATO

a) A responsabilidade do contrato ficará a cargo do Secretário de Educação o senhor Aurino Piu Ventura Junior.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por uma das partes com comunicação de 30 (trinta) dias de antecedência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: PENALIDADES

11.1 – O não cumprimento dos prazos e ainda a prática de qualquer transgressão das suas condições sujeitarão a Contratada às seguintes sanções:

a – Advertência por escrito;

b – Multa de 5% (cinco por cento) aplicado sobre o valor total do item do contrato, para qualquer transgressão cometida;
c– Rescisão unilateral do contrato pela Prefeitura Municipal de Presidente Nereu e suspensão temporária da Contratada de participação em licitações e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Presidente Nereu por prazo não superior a 02 (dois) anos, no caso de ser excedido o limite de 5% (cinco por cento) estabelecido na letra b.

11.2 – As sanções previstas neste item poderão ser aplicadas desde que facultada a defesa prévia da Contratada no respectivo processo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, conforme determina o art. 87, parágrafo 2º, da Lei 8.666/93.

11.3 – O não cumprimento das obrigações contratuais sujeitará também a Contratada às demais sanções previstas nos arts. 86 e 87 da Lei 8.666/93, com suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DO FÓRUM:

O Fórum competente para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes do presente contrato será o de Rio do Sul, renunciando as partes de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem justas e contratadas as partes assinam o presente contrato em três vias de igual teor e forma na presença e juntamente com duas testemunhas.

Presidente Nereu, 03 de abril de 2017.

ISAMAR DE MELO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU

CONTRATANTE

SOCIEDADE ESPORTIVA BOA UNIÃO

JONATAN GARCIA

CONTRATADA

Testemunhas:

Sidnei Vieira Junior

CPF 077.348.809-08

Amilton Petri

CPF: 548.594.509-06

CONTRATO 29/2017

CONTRATO Nº 29/2017

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO A PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU E DE OUTRO A SOCIEDADE ESPORTIVA BOA UNIÃO

Aos três dias do mês de abril dois mil e dezessete, de um lado o Município de Presidente Nereu, representado por seu Gestor o senhor ISAMAR DE MELO, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste município, doravante denominado CONTRATANTE e de outro lado SOCIEDADE ESPORTIVA BOA UNIÃO, representada por seu presidente JONATAN GARCIA, residente neste município, doravante denominada CONTRATADA, firmam Contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

É objeto do presente Contrato de cessão de uso do Campo de Futebol para a preparação dos atletas e jogos referentes aos Campeonatos da Liga Riosulense de Futebol 2017, disputado pelo time do Município de Presidente Nereu, o campo está localizado na Rua José Andrade, Centro, no município de Presidente Nereu. O Campo ficará à disposição da Prefeitura municipal aos Sábados e Domingos durante a vigência do contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA: OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

a) É dever da CONTRATADA entregar o espaço para locação em perfeitas condições de uso para esta Prefeitura Municipal, incluindo a manutenção e o corte de grama do campo de futebol.

CLÁUSULA TERCEIRA: OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

É dever da CONTRATANTE efetuar mensalmente o pagamento sempre até o 30º dia útil de cada mês, além de adequações ou reformas necessárias para utilização durante a utilização do espaço locado.

CLÁUSULA QUARTA: DO PRAZO

O prazo de duração do presente contrato é de 08 (oito) meses, ou enquanto durar os campeonatos.

CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE em 08 (oito) parcelas mensais no valor de R\$ 680,00 (seiscentos e oitenta reais), totalizando R\$ 5.440,00 (cinco mil quatrocentos e quarenta reais) sendo quitado sempre até o dia 30 de cada mês.

CLÁUSULA SEXTA – DA FONTE DE RECURSOS

As despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão a conta da seguinte dotação orçamentária vigente.

07.01 - DEPARTAMENTO ESPORTE E TURISMO

2012 - APOIO AO DESPORTO AMADOR

33903910

1000000 - RECURSOS PRÓPRIOS

CLÁUSULA SETIMA – DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução e a rescisão do contrato serão reguladas pelo Art. 58, § II e Art. 77 à 80 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada. O presente contrato poderá ser rescindido por uma das partes com comunicação expressa.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

CLÁUSULA NONA: DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por uma das partes com comunicação de 30 (trinta) dias de antecedência.

CLÁUSULA DÉCIMA: PENALIDADES

10.1 – O não cumprimento dos prazos e ainda a prática de qualquer transgressão das suas condições sujeitarão a Contratada às seguintes sanções:

a – Advertência por escrito;

b – Multa de 5% (cinco por cento) aplicado sobre o valor total do item do contrato, para qualquer transgressão cometida;

c– Rescisão unilateral do contrato pela Prefeitura Municipal de Presidente Nereu e suspensão temporária da Contratada de participação em licitações e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Presidente Nereu por prazo não superior a 02 (dois) anos, no caso de ser excedido o limite de 5% (cinco por cento) estabelecido na letra b.

10.2 – As sanções previstas neste item poderão ser aplicadas desde que facultada a defesa prévia da Contratada no respectivo processo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, conforme determina o art. 87, parágrafo 2º, da Lei 8.666/93.

10.3 – O não cumprimento das obrigações contratuais sujeitará também a Contratada às demais sanções previstas nos arts. 86 e 87 da Lei 8.666/93, com suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO FÓRUM:

O Fórum competente para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes do presente contrato será o de Rio do Sul, renunciando as partes de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem justas e contratadas as partes assinam o presente contrato em três vias de igual teor e forma na presença e juntamente com duas testemunhas.

Presidente Nereu, 03 de abril de 2017.

ISAMAR DE MELO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU

CONTRATANTE

SOCIEDADE ESPORTIVA BOA UNIÃO
MARLON CAIO BUNN
CONTRATADA

Testemunhas:

Sidnei Vieira Junior
CPF 077.348.809-08

Amilton Petri
CPF: 548.594.509-06

Princesa

PREFEITURA

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 002.2017

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 002/2017

APROVA O PARECER PRÉVIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, FAVORÁVEL À APROVAÇÃO DAS CONTAS E BALANÇO GERAL DA RECEITA E DA DESPESA, RELATIVOS AO EXERCÍCIO DE 2015.

Fátima Fabiana de Lara, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Princesa, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores de Princesa decreta e promulga o seguinte decreto legislativo:

Art. 1º.Fica aprovado o Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado, favorável à aprovação das Contas e Balanço Geral da Receita e da Despesa do Município de Princesa, relativos ao Exercício de 2015.

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Vereadores de Princesa, 18 de abril de 2017.
Fátima Fabiana de Lara
Presidente do Legislativo

EXTRATO DE TERMO ADITIVO 2017.07-PM

Termo Aditivo 2017/07, de 17 de abril de 2017

Termo Aditivo para designação de responsável pelo acompanhamento e pela fiscalização do Contrato 10/2017-PM que tem como objeto "Contratação de pessoa jurídica prestadora de serviços na área de deposição final de resíduos domiciliares, comerciais e públicos (lixo) do perímetro urbano do Município de Princesa".

Por este instrumento de Rescisão de Contrato o MUNICÍPIO DE PRINCESA/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 01.612.836/0001-00, com sede à Rua Rio Grande do Sul, 545, Centro - Princesa/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Senhor Edilson Miguel Volkweis, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua Sete de Setembro, 1041, Centro - Princesa/SC, inscrito no CPF sob o nº 066.378.379-89, aqui denominado CONTRATANTE, decide

SUBSTITUIR o responsável pelo Acompanhamento e pela Fiscalização

do Contrato 10/217-PM, que tem como objeto "Contratação de pessoa jurídica prestadora de serviços na área de deposição final de resíduos domiciliares, comerciais e públicos (lixo) do perímetro urbano do Município de Princesa" e cujo CONTRATADO é T.O.S OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 72.332.778/0001-09, com sede na venida Alcides Antônio D'Agostini, 80, Sala 01, Setor Industrial - Maravilha/SC e tem como representante legal a Sra. Juleide Inês D'Agostini.

A substituição do responsável tem origem em solicitação encaminhada pela Secretária Municipal de Saúde, Sra. Clédina de Oliveira, atualmente designada para exercer o encargo. Naquele documento, a solicitante informa que a coleta dos resíduos é realizada pela Secretaria Obras, Infraestrutura, Urbanismo e Transportes, não havendo envolvimento direto de sua Secretaria com aquela ação. Tendo em vista o alegado, o Município de Princesa/SC decide modificar a Cláusula Décima Sétima do Contrato, que passará a ter a seguinte redação:

"Cláusula Décima Sétima – Do acompanhamento e fiscalização

17.1 – A entrega dos produtos/execução dos serviços pela

Contratada será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação pelo Servidor Público Claudemir Nos –Secretário de Obras, Infraestrutura, Urbanismo e Transportes.

17.1.1 – O Município, desde que o faça expressamente, poderá designar outro representante para acompanhar a entrega dos produtos."

Todas as demais cláusulas do Contrato 10/2017-PM permanecem inalteradas.

Princesa/SC, 17 de abril de 2017.

Edilson Miguel Volkweis Prefeito Municipal Contratante	Ivan Bernardi OAB/SC – 18.468 Assessor Jurídico
--	---

JUSTIFICATIVA DE INEXIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 01/2017

JUSTIFICATIVA

INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2017

Processo Administrativo 01/2017

OBJETO: A finalidade da presente Inexigibilidade de Chamamento Público é a celebração de parceria mediante mutua cooperação com ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO JOSÉ DO CEDRO/SC – APAE, pessoa jurídica de direito privado, entidade filantrópica sem fins lucrativos, inscrita sob o CNPJ nº83.511.691/0001-15, situada na Rua Jacob Stein, 91, município de São José do Cedro/SC, por meio da formalização de Termo de Fomento, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros, com vistas ao provimento de toda a demanda Princesense de vagas para atendimento educacional especial de alunos com deficiência intelectual e múltipla, compreendendo o fornecimento de material humano especializado, espaço físico apropriado, serviços de transporte, alimentação, lazer, educação, saúde, serviço pedagógico específico e oficinas, objetivando desde já a garantia da cidadania e dos direitos fundamentais dos munícipes Princesenses portadores de necessidades especiais.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 31 e 32 da Lei Federal nº 13.019/2014 e §4º do art. 4º do Decreto Municipal nº 91, de 17 de abril de 2017.

Em que pese o Chamamento Público tratar-se de procedimento obrigatório para parcerias entre a Administração Pública e Organizações da Sociedade Civil, disciplinado pela Lei Federal nº 13.019/2014, o mesmo ordenamento jurídico também excetua a sua necessidade.

Sendo assim, a Administração Pública pode dispensar o procedimento de chamamento público com fulcro no artigo 30, da Lei Federal nº 13.019/2014, que elenca como dispensável o chamamento público nos casos de atividades de urgência, por até 180 dias; em casos de calamidade pública; de programas de proteção a pessoas ameaçadas; ou serviços de educação, saúde e assistência social, desde que executadas por organizações da sociedade civil, previamente credenciadas pelo órgão gestor da respectiva política. Da mesma forma, identificam-se as hipóteses previstas no artigo 31, da Lei Federal nº 13.019/2014, em razão da natureza singular do objeto; e quando as metas puderem se atendidas apenas por uma entidade específica. Desta forma, esta comissão entende por não haver necessidade de chamamento público no presente caso, ficando caracterizada a hipótese de INEXIGIBILIDADE DE

realização de chamamento público para firmar Termo de Fomento com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São José do Cedro/SC – APAE, tendo em vista que as atividades desenvolvidas pela entidade possuem natureza singular, não havendo outra entidade apta e capaz de atender as metas estabelecidas no plano de trabalho, conforme disposições contidas no artigo 31, inciso II, da Lei Federal nº 13.019/2014 com as alterações dadas pela Lei Federal nº 13.204/2015.

Destaca-se que as demais disposições da Lei nº 13.019/2014 e suas alterações, bem como o Decreto Municipal n. 91, de 17 de abril de 2017, devem ser rigorosamente observadas pelo setor competente para celebração da parceria com a APAE.

Identificada a possibilidade de não se exigir o chamamento público, passamos as justificativas.

DA JUSTIFICATIVA

Os fins da Administração Pública Municipal, segundo o mestre Hely Lopes Meirelles, “resumem-se num único objetivo: o bem da coletividade administrada.” Presente este pensamento verificamos que para proporcionar tal fim, necessário se faz que a Administração Municipal possa através de seus departamentos e secretarias, atender ao cidadão, proporcionando o bem estar coletivo. Todavia nem todos os serviços de interesse público, são realizados pelo Município, necessitando para atingir o “bem comum”, estabelecer parcerias com Organizações da Sociedade Civil.

No que tange às parcerias, o Estado busca “por meio de parcerias consensuais, fazê-lo junto com entidades do Terceiro Setor que tenham sido criadas enfocando certo propósito de interesse público buscado em concreto, e possam, assim, se encarregar de sua execução de uma forma mais participativa e próxima da sociedade civil, melhor refletindo seus anseios. Neste cenário é que se situam os ajustes celebrados entre o Estado e as entidades da sociedade civil integrantes do Terceiro Setor, também conhecido como o espaço público não estatal”.

É preciso valorizar essas parcerias e o Terceiro Setor, em destaque as Entidades que trabalham com Educação – como o é, a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO JOSÉ DO CEDRO/SC – APAE, pois além dos relevantes trabalhos registrados, é notório que se realiza mais investimentos com menos recursos, alcançando de maneira primordial o princípio da eficiência. Um dos fatores desse resultado é a efetiva participação popular, que de maneira direta fiscaliza a execução através de suas diretorias e conselhos.

Nesta ótica a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO JOSÉ DO CEDRO/SC – APAE desenvolve há vários anos atividades com os excepcionais dos municípios de Princesa e São José do Cedro, estando declarada entidade de utilidade pública através da Portaria n. 14/1994, presta relevante serviço para a sociedade, por meio de políticas e programas destinados a pessoas portadoras de deficiências intelectual e múltipla.

Observado o estatuto da entidade, visualiza-se que é uma associação civil, beneficente, com atuação nas áreas de assistência social, educação, saúde, prevenção, defesa e garantia de direitos, esporte, cultura, lazer, sem fins lucrativos ou de fins não econômicos, com duração indeterminada, e tem por Missão promover e articular ações de defesa de direitos e prevenção, orientações, prestação de serviços, apoio à família, direcionadas à melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência e à construção de uma sociedade justa e solidária, cuja missão vem de encontro com os anseios do município, sendo o interesse público justificado.

Com isso se observa, que resta demonstrado que os objetivos e finalidades institucionais e a capacidade técnica e operacional da organização em questão ora avaliados são plenamente compatíveis com o objeto proposto no Plano de Trabalho. O plano de trabalho cumpre todos os requisitos legais exigidos para o mesmo, bem como no mérito da proposta contida neste, está tudo em conformidade com a modalidade de parceria adotada.

Se observa pelo Plano apresentado, com descrição da infraestrutura

e da equipe de profissionais, a viabilidade de sua execução. Para tanto compõem o mesmo o cronograma de desembolso dos recursos, que está dentro de valores de mercado.

A Comissão de Avaliação e Monitoramento irá utilizar dos meios disponíveis, com auxílio de profissionais das áreas do Município, para fiscalizarem a execução da parceria, assim como deverá estabelecer os demais procedimentos que serão adotados para avaliação da execução física e financeira, no cumprimento das metas e objetivos.

Diante desta situação constatada no Município, se faz necessária a presente celebração do Termo de Fomento com a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO JOSÉ DO CEDRO/SC – APAE, de acordo com o disposto na Lei 13.019/2014, com suas alterações posteriores e no Decreto Municipal nº 91/2017, o que no caso está presente todos os requisitos para a Inexigibilidade do Chamamento Público.

Assim, diante do Tudo Exposto: Conforme o que foi apresentada a esta Comissão, toda a documentação juntada, atendidos aos preceitos do art. 31 inciso II da Lei 13.019/2014, e suas alterações, e Decreto Municipal nº 091/2017, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida Parceria com Inexigibilidade do Chamamento e assinatura do Termo de Fomento.

Princesa/SC, 18 de abril de 2017.

NEILA HAMMES ELISANGELA GUIEHL GRAFF
Presidente Secretário

MAIRA C. K. GELLER
Membro

LEI Nº. 868 DE 19.04.2017

LEI Nº 868, DE 19 DE ABRIL DE 2017.

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR TERMO DE FOMENTO COM A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO JOSÉ DO CEDRO/SC”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRINCESA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, FAÇO SABER, a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Termo de Fomento com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São José do Cedro – APAE – associação civil, beneficente, com atuação nas áreas de assistência social, educação, prevenção, trabalho, profissionalização, defesa e garantia de direitos, cultural, lazer, estudo, pesquisa, entre outros, sem fins lucrativos ou de fins não econômicos, com duração indeterminada, tendo sua sede na Rua Jacob Stein, Nº.91, São José do Cedro/SC, inscrita sob o CNPJ Nº. 83.511.691/0001-15.

Art. 2º. O Termo de Fomento tem por objetivo a colaboração institucional da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São José do Cedro – APAE, com a finalidade de promover ações de interesse público e recíproco em regime de mútua cooperação entre o Município de Princesa e a entidade, mediante transferência de recursos financeiros, com vistas ao provimento de toda a demanda Princesense de vagas para atendimento em educação especial de alunos com deficiência intelectual e múltipla, compreendendo o fornecimento de material humano especializado, espaço físico apropriado, serviços de transporte, alimentação, lazer, educação, saúde, serviço pedagógico específico e oficinas, objetivando desde já a garantia da cidadania e dos direitos fundamentais dos munícipes Princesenses portadores de necessidades especiais. Assim, realizar o atendimento educacional especializado aos educandos com deficiência intelectual e múltipla que não puderem se beneficiar pela inclusão em classes comuns do ensino regular e atuar sobre as condições que gerem desvantagens pessoais resultantes de deficiências ou de incapacidades, conforme Plano de Trabalho,

devidamente aprovado pela Comissão de Seleção e Julgamento.
Art. 3º. As despesas correrão a conta do orçamento municipal vigente, sob a seguinte dotação:

ÓRGÃO: 05.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 05.01 –DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

Proj./Ativ.: 2.039 – Manutenção do Ensino Especial

Modalidade de Aplicação: 3.3.50 – Transf. a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos

Fonte de Recurso: 0000 – Recursos Ordinários R\$ 35.000,00

Art. 4º. Constitui parte integrante desta Lei:

I – Plano de Trabalho elaborado pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São José do Cedro – APAE, e aprovado pela Secretaria Municipal de Educação;

II – Minuta do Termo de Fomento.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 6º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa, SC,
em 19 de Abril de 2017.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS

Prefeito Municipal

MINUTA DO TERMO DE FOMENTO N.º 001/2017

PARCERIA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PRINCESA/SC E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO JOSÉ DO CEDRO/SC – APAE, PARA OS FINS QUE ESPECÍFICA.

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE PRINCESA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 01.612.836/0001-00, com sede administrativa na Rua Rio Grande do Sul, 545, Centro, nesta cidade de Princesa/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Edilson Miguel Volkweis, brasileiro, portador do CPF nº. 066.378.379-89, CI nº. 4.869.556, de acordo com os incisos V, IX e XXXI do artigo 69 da lei Orgânica do Município, doravante denominado CONCEDENTE, e a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO JOSÉ DO CEDRO/SC – APAE, entidade de utilidade pública, através da Portaria nº. 14/94, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.511.691/0001-15, com sede na Rua Jacob Stein, 91, neste ato representada por sua Presidente, Sra. Marilei Salete Broetto, brasileira, portadora do CPF sob o nº. 492.238.449-91 e CI de nº 1.159.941, doravante denominado PROPONENTE, resolvem celebrar o presente TERMO DE FOMENTO, inexistindo a realização de Chamamento Público, consoante previsão contida no artigo 31, inciso II e 32 da Lei nº 13.019/2014, em conformidade com os demais dispositivos da referida legislação, Decreto Federal nº 8.726/2016, Lei nº 9.394/96, Lei nº 8.742/1993, Lei Municipal nº 868/2017 e Decreto Municipal nº 91/2017, conforme cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo de Fomento tem por objeto a colaboração institucional da ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO JOSÉ DO CEDRO/SC, com a finalidade de promover ações de interesse público e recíproco em regime de mútua cooperação entre o Município de Princesa e a entidade, mediante transferência de recursos financeiros, com vistas ao provimento de toda a demanda Princesense de vagas para atendimento em educação especial de alunos com deficiência intelectual e múltipla, compreendendo o fornecimento de material humano especializado, espaço físico apropriado, serviços de transporte, alimentação, lazer, educação, saúde, serviço pedagógico específico e oficinas, objetivando desde já a garantia da cidadania e dos direitos fundamentais dos munícipes Princesenses portadores de necessidades especiais. Assim, realizar o atendimento educacional especializado aos educandos com deficiência intelectual e múltipla que não puderem se beneficiar pela inclusão em classes comuns do ensino regular e atuar sobre as condições que gerem desvantagens pessoais resultantes de deficiências ou de incapacidades, conforme Plano de Trabalho

em anexo, devidamente aprovado pela Comissão de Seleção e Julgamento, constituindo parte integrante do presente Termo, como se nele estivesse transcrito.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA GESTÃO

2.1 O presente Termo de Fomento terá como Gestor da PROPONENTE a Sra. Marilei Salete Broetto, brasileira, portadora do CPF sob o nº. 492.238.449-91 e CI de nº 1.159.941, que se responsabilizará, de forma solidária, pela execução das atividades e cumprimento das metas pactuadas na parceria.

2.2 O CONCEDENTE designará, através de Portaria o gestor da presente parceria, devendo constar expressamente na mesma os dados para a identificação do instrumento firmado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARCEIROS

I – SÃO OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE (Município)

3.1 Fornecer os recursos para a execução do objeto;

3.2 Acompanhar a fiscalização e a execução deste termo;

3.3 Elaborar relatório técnico de monitoramento e avaliação;

3.4 Transferir os recursos financeiros de acordo com o Cronograma de Desembolso Financeiro contido no Plano de Trabalho em conta bancária específica indicada pela PROPONENTE, até o dia 10 de cada mês, excepcionalmente para o mês de início da parceria a primeira parcela será repassada assim que decorrido o prazo de publicação do Termo de Fomento e da Justificativa de Inexigibilidade;

3.5 Designar o gestor que será o responsável pela gestão da parceria, com poderes de controle e fiscalização, incluindo:

3.5.1 Apreciar a prestação de contas apresentada pela PROPONENTE;

3.5.2 Fiscalizar a execução do Termo de Fomento, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da PROPONENTE pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;

3.5.3 Comunicar formalmente à PROPONENTE qualquer irregularidade encontrada na execução do presente Termo;

3.5.4 Dar publicidade ao presente Termo de Fomento através da publicação no Diário Oficial do Município;

3.5.5 Bloquear, suspender ou cancelar o pagamento das transferências financeiras à PROPONENTE quando houver descumprimento das exigências contidas no presente Termo, tais como:

a) Atrasos e irregularidades na prestação de contas;

b) Aplicação indevida dos recursos financeiros, transferidos pelo MUNICÍPIO, não prevista no Plano de Trabalho;

c) Não cumprimento do Plano de Trabalho.

d) Falta de clareza, lisura ou boa fé na aplicação dos recursos públicos.

3.5.6 Para fins de interpretação do item 3.4.5 entende-se por:

a) Bloqueio: A determinação para que a transferência financeira não seja paga enquanto determinada situação não for regularizada, ficando, todavia acumulada para pagamento posterior.

b) Suspensão: A determinação para que a transferência financeira não seja paga enquanto determinada situação não for regularizada, perdendo, a PROPONENTE, o direito à percepção da transferência financeira relativa ao período de suspensão.

c) Cancelamento: A determinação para que a transferência financeira não seja repassada a partir da constatação de determinada situação irregular.

3.5.7 Elaborar parecer sobre a prestação de contas da proponente, a fim de atender os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade, conforme o art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal e avaliar se houve aplicação correta no Plano de Trabalho apresentado e no art. 59 da Lei n. 13.019/2014.

II – SÃO OBRIGAÇÕES DA PROPONENTE (APAE)

3.6 Responsabilizar-se pela execução do objeto do Termo de Fomento;

3.7 Prestar informação e esclarecimento sempre que solicitados,

desde que necessários ao acompanhamento e controle da execução do objeto;

3.8 Permitir livre acesso do gestor, do responsável pelo Controle Interno, dos membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação da CONCEDENTE, e de auditores e fiscais do Tribunal de Contas correspondente aos processos, aos documentos e às informações referentes a este instrumento, junto às instalações da PROPONENTE;

3.9 Responsabilizar-se pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos;

3.10 Responsabilizar-se pelo pagamento de encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e o adimplemento do Termo de Fomento, mantendo as certidões negativas em dia, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou a restituição à sua execução e manter os comprovantes arquivados.

3.11 Divulgar este Termo de Fomento em seu sítio na internet, caso mantenha, e em locais visíveis de suas redes e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, com as seguintes informações: Identificação do Instrumento, do Órgão CONCEDENTE, descrição do objeto, valor total, data da assinatura, valores liberados, e situação da prestação de contas, bem como atender a Lei Federal 12.527/2011.

3.12 Fazer as prestações de contas parciais de cada parcela liberada, nos termos da Instrução Normativa do Tribunal de Contas de Santa Catarina IN TC n.14/2012 e do Decreto 57/2015, com a comprovação exata da aplicação da parcela liberada.

3.13 Fazer a prestação de contas finais nos termos da Lei 13.019/2014, para comprovar o efetivo cumprimento do objeto pactuado.

3.14 Manter cópia em seus arquivos, durante o prazo de 10 (dez) anos, contados do dia útil subsequente ao da prestação de contas final, dos documentos que compõem as prestações de contas.

3.15 Não praticar desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atraso não justificado no cumprimento das etapas dos programas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração pública nas contratações e nos demais atos praticados na execução deste Termo de Fomento e deixar de adotar as medidas saneadoras eventualmente apontadas pela Administração Pública;

3.16 Prestar todos os serviços conforme Plano de Trabalho, mediante a contratação dos profissionais e pagamento dos respectivos salários, gerenciamento e coordenação dos trabalhos, ficando proibida a redistribuição dos recursos a outras entidades, congêneres ou não;

3.17 Observar todos os critérios de qualidade técnica, eficiência, economicidade, prazos e os custos previstos;

3.18 Comprovar todas as despesas por meio de notas fiscais ou recibos (RPA), com a devida certificação do recebimento do material ou prestação do serviço, ficando vedadas informações genéricas ou sem especificações dos serviços efetivamente prestados;

3.19 Aplicar os recursos repassados no objeto constante exclusivamente no objeto pactuado;

3.20 Comprovar a existência de Conta Bancária específica e exclusiva, em banco oficial, para o presente instrumento, efetuando todas as movimentações financeiras relacionadas aos recursos do presente termo nesta conta.

3.21 Não aplicar taxa de administração ou despesas administrativas como condição para a execução do objeto;

3.22 Ressarcir os cofres públicos dos saldos remanescentes decorrentes das aplicações correspondentes até 30 dias do encerramento do presente termo;

3.23 Promover a devolução aos cofres públicos dos recursos financeiros não aplicados corretamente conforme o Plano de Trabalho;

3.24 Efetuar cotação de pesquisa de preço, conforme regulamento próprio da entidade, para aquisição de materiais e serviços;

3.25 Manter-se adimplente com a Poder Público concedente naquilo que tange a prestação de contas de exercícios anteriores de maneira nominal, constante no Plano de Trabalho;

3.26 Comunicar a CONCEDENTE a substituição dos responsáveis

pelo PROPONENTE, assim como alterações em seu Estatuto;

3.27 Assumir as responsabilidades por eventuais danos materiais ou morais causados ao Município e a terceiros, em decorrência de sua ação ou omissão no desenvolvimento do Serviço, sem nenhuma responsabilidade da CONCEDENTE.

2.28 .São compromissos da PROPONENTE:

a) Desenvolver os serviços de educação especial e serviços de assistência social destinados às pessoas com deficiência intelectual e múltipla, conforme previsão contida no objeto pactuado, atendendo e desempenhando as ações conforme especificado no Plano de Trabalho, parte integrante do presente termo;

b) Dispor de corpo técnico necessário, assegurando os serviços da Educação Especial em Estimulação Precoce, Serviço de Atendimento Específico, Serviço Pedagógico Específico, Serviço Pedagógico Específico/TEA, Oficina, atendimentos Reabilitatórios, assim como a efetivação da Política de Assistência Social, por meio de ações de prevenção, promoção, inserção e proteção, aos alunos matriculados e atendidos previstos no Plano de Trabalho;

c) Atender às necessidades dos alunos da educação especial que frequentam os serviços oferecidos pela APAE;

d) Executar programas educacionais que favoreçam o desenvolvimento cognitivo, psicomotor e social dos alunos;

e) Realizar serviços de atendimento à pessoa com deficiência conforme preconizado na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais ao público alvo e sua família, atendendo aos objetivos propostos pelo serviço com foco para os resultados previstos;

f) Realizar de forma continuada, permanente e planejada, serviços e execução de programas ou projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, articulação com órgãos públicos de defesa de direitos ao público alvo e família, nos termos da Lei nº 8.742, de 1993, e respeitadas às deliberações do Conselho Nacional de Assistência Social;

g) Encaminhar os alunos cuja avaliação pedagógica recomende a inserção nas classes comuns da rede regular de ensino.

CLÁUSULA QUARTA – DO REPASSE E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

4.1 Para a execução das atividades prevista neste Termo de Fomento, a CONCEDENTE transferirá a PROPONENTE, de acordo com o Cronograma de Execução, o valor total de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), até o dia 10 de cada mês. Excepcionalmente para o mês de início da parceria a primeira parcela será repassada assim que decorrido o prazo de publicação do Termo de Fomento e da Justificativa de Inexigibilidade.

4.2 As parte reconhecem que, caso haja necessidade de contingenciamento orçamentário e a ocorrência de cancelamento de restos a pagar, exigível ao cumprimento de metas da Lei de Responsabilidade Fiscal o quantitativo deste objeto poderá ser reduzido até a etapa que apresente executividade.

CLÁUSULA QUINTA– DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS

5.1 Os valores a repassar, segundo o cronograma de desembolso, deverão ser depositados a conta específica da PROPONENTE, vinculada ao objeto, AGÊNCIA 0776-5, BANCO 001, Conta Corrente 17.575-7;

5.2 Os recursos depositados na conta bancária específica, se não empregados no prazo de 30 dias deverão ser obrigatoriamente aplicados: em caderneta de poupança; em fundo de aplicação financeira a curto prazo; ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública.

5.3 Os pagamentos deverão ser efetuados somente por transferência direta ao fornecedor (DOC, TED, Débito), pessoa física ou jurídica, inclusive dos empregados, vedado usar cheques para saques ou quaisquer pagamentos; ou em espécie até R\$ 800,00 (oitocentos reais) por pessoa física durante a vigência do Instrumento, exclusivamente para atender os casos previstos no §2, art. 53 da Lei 13.019/2014.

5.4 Os rendimentos financeiros dos valores aplicados conforme mencionado no item 5.2 poderão ser utilizados pela PROPONENTE desde que não haja desvio de finalidade do objeto e dentro das condições previstas neste instrumento.

5.5 A PROPONENTE deverá restituir o saldo residual dos recursos, inclusive com os rendimentos não utilizados, caso não efetue a boa execução dos recursos;

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

6.1 O prazo de vigência do presente Termo de Fomento será de 18 de abril a 31 de dezembro.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

7.1 O presente instrumento pode ser rescindido, a qualquer tempo, com as respectivas condições, sanções e delimitações claras de responsabilidades, ficando as partes responsáveis pelas obrigações decorrentes do tempo de vigência.

7.2 Constitui motivo para rescisão do presente Termo de Fomento o descumprimento de qualquer das cláusulas pactuadas, particularmente quando constata pela CONCEDENTE a utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho ou a falsidade ou incorreções de informação em qualquer documento apresentado.

CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1 Prestar contas de forma parcial, até 30 dias, após cada parcela repassada, conforme orientações da Instrução Normativa n. 14/2012 do Tribunal de Contas de Santa Catarina, e Decreto Municipal n. 57/2015, incluído Relatório Circunstanciado que permita avaliar o andamento e cumprimento do objeto pactuado;

8.2 Prestação de Contas integral e final, até 60 dias do término da vigência do Termo de Fomento, segundo a Lei n. 13.019/2014 e de acordo com critérios e indicações exigidos pela CONCEDENTE, com elementos que permitam ao Gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, destacados nos relatórios de execução do objeto;

8.3 A CONCEDENTE emitirá no prazo de 60 dias do recebimento da prestação de contas final Parecer sobre a regularidade da prestação de contas;

8.4 A CONCEDENTE ressalva o direito de solicitar informações complementares sempre que necessário, para elucidar o conteúdo das prestações de contas.

8.5 Poderá ser instaurada Tomada de Contas Especial visando à apuração de fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano, no caso de irregularidade na prestação de contas do presente Termo de Fomento.

CLÁUSULA NONA – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

9.1 A PROPONENTE compromete-se a restituir o valor transferido, atualizado monetariamente desde a data do recebimento, acrescido de juros legais, na forma da legislação aplicável, nos seguintes casos:

- a) Inexecução do objeto;
- b) Falta de apresentação de prestação de contas, no prazo exigido;
- c) Utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no presente instrumento, ainda que em caráter de emergência.

9.2 A PROPONENTE compromete-se ainda a recolher à conta da CONCEDENTE o valor correspondente aos rendimentos de aplicações no mercado financeiro, quando não comprovado o seu emprego na consecução do objeto pactuado.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas decorrentes do presente Termo de Fomento correrão por conta da dotação orçamentária referente ao exercício de 2017:

05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

05.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

2.039 - Manutenção do Ensino Especial

3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000 - Transferência a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESPONSABILIZAÇÃO E DAS SANÇÕES

11.1 O presente Termo deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação pertinente, respondendo cada um pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

11.2 Pela execução da parceria em desacordo com o Plano de Trabalho e com as normas da legislação vigente, a CONCEDENTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à PROPONENTE as sanções do art. 73 da Lei Federal nº 13.019/2014.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PROIBIÇÕES E VEDAÇÕES

12.1 A redistribuição dos recursos recebidos a outras entidades, congêneres ou não;

12.2 A utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida neste Instrumento, ainda que em caráter de emergência;

12.3 A realização de despesa a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

12.4 A realização de despesas em data anterior ou posterior à vigência do presente Termo de Fomento;

12.5 Realizar pagamento antecipado a fornecedores de bens e serviços;

12.6 Transferir os recursos da conta corrente específica para outras contas bancárias;

12.7 Retirar recursos da conta bancária com fins alheios à aplicação de recursos na consecução do objeto pactuado neste Termo de Fomento;

12.8 Deixar de aplicar ou não comprovar a contrapartida (bens ou serviços) estabelecidos no Plano de Trabalho;

12.9 Integrar dirigentes que também sejam agentes políticos do governo CONCEDENTE;

12.10 A realização de despesas com:

- a) Multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes ao pagamento ou recolhimentos fora dos prazos;
- b) Publicidade, salvo as previstas no plano de trabalho e diretamente vinculadas ao objeto da parceria, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal;
- c) Pagamento de pessoal contratado pela organização da sociedade civil que não atendam às exigências do art. 46 da Lei 13.019/2014;
- d) Obras que caracterizam a ampliação de área construída ou instalação de novas estruturas físicas;
- e) Pagamento de despesas bancárias.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO OU MODIFICAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

13.1 Este Termo de Fomento poderá ser alterado ou ter modificações no Plano de Trabalho, de comum acordo entre as partes, mediante proposta devidamente formalizada e justificada por meio de TERMO DE ADITAMENTO.

13.1.1 Admitir-se-á modificação do Plano de Trabalho com prévia apreciação da CONCEDENTE e aprovação do Gestor deste Instrumento, ficando vedada a alteração total do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1 Tanto quanto possível os partícipes se esforçarão para resolver amistosamente as questões que surgirem no presente termo e, no caso de eventuais omissões, deverão observar as disposições contidas na Lei Federal nº 13.019/14, Decreto Federal nº 8.726/2016; Lei Municipal nº. 868/2017 Decreto Municipal nº 091/2017.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO DE ELEIÇÃO

15.1 Os partícipes elegem o Foro da comarca de São José do Cedro/SC, com renúncia de qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo de Fomento.

E, por estarem assim de comum acordo, assinam as partes o presente instrumento, em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produzam os devidos efeitos legais.

Princesa/SC, 18 de abril de 2017.

Edilson Miguel Volkweis Marilei Salete Broetto
Prefeito Municipal Presidente APAE

Ivan Bernardi

Assessor Jurídico Município de Princesa.

OAB/SC 18468b

TESTEMUNHAS:

Nome e CPF	Nome e CPF
------------	------------

PORTARIA Nº. 79 DE 18.04.2017

PORTARIA Nº. 79, DE 18 DE ABRIL DE 2017.

ALTERA TEMPORARIAMENTE CARGA HORÁRIA DE FUNCIONÁRIA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos VI, IX e XX, do artigo 69 da Lei Orgânica Municipal; combinado com os Art. 39 e Art. 106 da Lei Municipal 228, de 29 de outubro de 2001; mais as orientações do TC/SC, contidas nos prejudgados 1.961, 1.265, 1.138 e 1.432, Ata nº 36/2017, de 18 de Abril de 2017 e o contido na Lei Complementar nº. 21 de 30 de Dezembro de 2014, artigo 18, parágrafo único e requerimento em anexo:

RESOLVE

Art. 1º. Fica alterada, temporariamente, a carga horária da professora Maria Carolina Araújo Johner, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Nélcio Dellavecchia, nº. 28, Bairro Santa Rita, Município de São José do Cedro, portadora do CPF nº. 092.287.709-29, professora habilitada com magistério, classificada em 1º lugar no Edital de Processo Seletivo nº 003/2016, para atuar também no cargo e função de Professor de Educação Fundamental, 5º. ano, na Escola Pública Municipal Renascer, turno matutino, carga horária de 20 (vinte) horas semanais, assumindo a vaga a partir de 19 de Abril de 2017, enquanto ela perdurar.

Parágrafo único. Para a execução deste artigo, fica alterada temporariamente (até perdurar a vaga) a carga horária de 20 horas semanais, estabelecido pelo Decreto nº. 45, de 13 de Fevereiro de 2017, para 40 horas semanais.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão a conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 19.04.2017.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa, SC, em,

18 de Abril de 2017.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS,
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 80 DE 18.04.2017

PORTARIA Nº. 80, DE 18 DE ABRIL DE 2017.

DESIGNA LEILOEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e X, do artigo 69 da Lei Orgânica do Município, e demais legislações vigentes;

RESOLVE

Art. 1º. DESIGNAR, o Funcionário Público Municipal Sr. Roberto Carlos Mallmann, ocupante do cargo de Secretário Adjunto de Planejamento, portador do CPF sob o nº. 006.491.389-96 para desempenhar a função de LEILOEIRO, conforme determina o Artigo 53 da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste decreto correrão a conta do orçamento municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC),
em 18 de Abril de 2017.

EDÍLSON MIGUEL VOLKWEIS,
Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

ATA DE JULGAMENTO DA TOMADA DE PREÇOS 015/2017

Ata da Reunião da Comissão Permanente de Licitações para proceder o julgamento de recurso do "Envelope nº 01 – "Documentação" da Tomada de Preços nº. 015/2017, com o objeto a execução da cobertura do Centro Educacional Infantil Augusto Bosco, Rua Salvador, Bairro Laranjeiras em Rio do Sul.

Aos dezoito (18) dias do mês de abril (04) do ano de dois mil e dezessete (2017), às nove (09) horas, reuniram-se na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, os membros que compõem a Comissão Permanente de Licitações, nomeados pelo Decreto nº. 5809 de 02 de janeiro de 2017 e alterado pelo Decreto nº 6092 de 14 de março de 2017, Sr. José Deola, Sr.ªs. Diovana May Machado e Maria do Carmo de Oliveira, sob a presidência do primeiro, que nomeou a mim, Carlos Alberto Luithardt, para secretariar os trabalhos. Tendo a participação das empresas: CONSTRUTORA GUTJAHR LTDA., CONSTRUTORA EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA., METAL BRASIL CONSTRUÇÕES LTDA., MAURO ANTONIO JORDÃO – ME., KURTZ EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA., DI FATTO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., e DUTRI ENGENHARIA METALÚRGICA LTDA., tendo ocorrido as manifestações, tecida pela empresa participante deste processo, a COMISSÃO DE LICITAÇÕES, efetuando a análise da mesma, resolve, decidir o que segue:

CONSIDERANDO, que a empresa DI FATTO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., alega que a empresa CONSTRUTORA GUTJAHR LTDA., não demonstra nos acervos técnicos execução de cobertura em construção civil.

CONSIDERANDO, que a empresa CONSTRUTORA GUTJAHR LTDA., nas suas alegações de defesa argumenta que são totalmente infundadas e desprovido de conhecimento técnico, fato que o atestado apresentado referente a obra efetuada junto a Unidavi, contempla a construção de um prédio, que esta obra inclui o seu telhado. Também acrescenta que poderia até de ser dispensada dessa apresentação de comprovação técnica, visto que tem realizadas várias obras ao Município de Rio do Sul, e sita inúmeras reforma em Centro Educacional.

CONSIDERANDO, o art. 3º. da Lei 8.666/93, que traz em seu escopo os princípios constitucionais básicos da isonomia e o da seleção da proposta mais vantajosa para a administração e também sintetiza que nos processos licitatórios, Administração Pública deve atender aos princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo.

CONSIDERANDO, as anotações doutrinárias de nossos mestres em direito administrativo, cuja citação abaixo transcrevemos:

"A licitação é um procedimento administrativo disciplinado por lei e por um ato administrativo prévio, que determina critérios objetivos de seleção de proposta de contratação mais vantajosa, com observância do princípio da isonomia, conduzido por um órgão dotado de competência específica. (Marçal Justen Filho, 2005, p.309);" (grifei)

"Licitação é o procedimento administrativo, mediante o qual a Administração Pública seleciona a proposta mais vantajosa para o contrato de seu interesse. Com o procedimento, desenvolve-se através de uma sucessão ordenada de atos vinculantes para a Administração e para os licitantes, o que propicia igual oportunidade a

todos os interessados e atua como fator de eficiência e moralidade nos negócios administrativos. (Hely Lopes Meireles 2003, p.264);" (grifei)

CONSIDERANDO, que o objetivo da administração pública vai de encontro com os mandamentos e citações doutrinárias, acima descritas e visando atender o interesse público da coletividade, na busca da ampla concorrência, cujo objetivo é a participação do maior número de empresas licitantes, para que haja a possibilidade de análise de propostas que tragam uma real vantagem ao ente contratante.

CONSIDERANDO, orientação jurisprudencial do STJ citada abaixo: "As regras do procedimento licitatório devem ser interpretadas de modo que, sem causar qualquer prejuízo a administração e aos interessados no certame, possibilitem a participação do maior número de concorrentes, a fim de que seja possibilitado se encontrar, entre várias propostas, a mais vantajosa. (MS 5.606/DF, rel.min. José Delgado)" (grifei).

Desta forma, e após a rigorosa análise dos documentos apresentados pelas empresas, resolve a COMISSÃO DE LICITAÇÕES, decidir o que segue:

a) A Comissão Permanente de Licitações, analisando todos os fatos conclui que os argumentos apresentados pela empresa CONSTRUTORA GUTJAHR LTDA., atende todos as exigência estabelecida no Edital, relativo a capacidade técnica, sendo que a obra ora solicitada não é de complexidade de alto risco e que todas as empresa participantes tem plena competência para sua execução.

b) A Comissão Permanente de Licitações, decide Habilitar todos as empresas participante, que são: CONSTRUTORA GUTJAHR LTDA., CONSTRUTORA EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA., METAL BRASIL CONSTRUÇÕES LTDA., MAURO ANTONIO JORDÃO – ME., KURTZ EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA., DI FATTO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., e DUTRI ENGENHARIA METALÚRGICA LTDA.

Nada mais havendo fica encerrada a sessão e eu, Carlos Alberto Luithardt, _____ digitei a presente ata que após lida e aprovada vai assinada por todos os presentes. Publicar e Intimem-se as partes.

José Deola – Presidente
Diovana May Machado - Membro
Maria do Carmo de Oliveira – Membro

DECRETO Nº 6137, DE 12 DE ABRIL DE 2017.

DECRETO Nº 6137, de 12 de abril de 2017.

"DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DE CENTRO EDUCACIONAL DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul, na Lei nº 1.914, de 21 de maio de 1986 e na Lei nº 3.425, de 13 de outubro de 1999, DECRETA:

Art. 1º -	Devido à desativação definitiva do Ensino Fundamental do Centro Educacional Guilherme Butzke, a unidade educacional da rede pública municipal de ensino passa a ser caracterizada conforme segue:
--------------	---

	Centro de Educação Infantil Guilherme Butzke.
Art. 2º -	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º -	Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

12 de abril de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 6138, DE 13 DE ABRIL DE 2017.

DECRETO Nº 6138, de 13 de abril de 2017.

“RETIFICA O DECRETO Nº 6086 DE 14 DE MARÇO DE 2017, QUE DISPÕE SOBRE APOSENTADORIA DA Sra. AMELIA MARIA PERFOLL STRELOW”

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição legal prevista no inciso VI do Art. 37 da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o erro material que consta no Decreto

DECRETA:

Art. 1º - O Art. 1º do Decreto nº 6086 de 14 de Março de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - “Fica concedida a aposentadoria voluntária por tempo de contribuição e idade a Sra. Amelia Maria Perfoll Strelow, brasileira, casada, professora, portadora da C.I. n. 1.893.335 SSP/SC e inscrita no CPF n. 647.384.859-20, residente e domiciliada na Rua Alfredo Swarowski, 60, Bela Aliança, município de Rio do Sul, SC., no cargo de Professora, nível 3-F, com proventos integrais e paridade a partir de 01/04/2017.

Art. 2º - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

GABINETE DO PREFEITO.

13 de abril de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretaria Municipal de Administração

DECRETO Nº 6139, DE 13 DE ABRIL DE 2017.

DECRETO Nº 6139, de 13 de abril de 2017.

“RETIFICA O DECRETO Nº 6088 DE 14 DE MARÇO DE 2017, QUE DISPÕE SOBRE APOSENTADORIA DA Sra. LUCI TEREZINHA BAGATTOLI”

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição legal prevista no inciso VI do Art. 37 da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o erro material que consta no Decreto

DECRETA:

Art. 1º - O Art. 1º do Decreto nº 6088 de 14 de Março de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica concedida a aposentadoria voluntária por tempo de contribuição e idade a Sra. Luci Terezinha Bagattoli, brasileira, casada, professora, portadora da C.I. n. 1.033.393-2 SSP/SC e inscrita no CPF n. 029.432.829-79, residente e domiciliada na Rua Botânico Kulmamm, 91, Eugênio Schneider, município de Rio do Sul, SC, no cargo de Professora, nível 2-E, com proventos integrais e paridade, a partir de 01/04/2017.”

Art. 2º - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

GABINETE DO PREFEITO.

13 de abril de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretaria Municipal de Administração

DECRETO Nº 6140, DE 13 DE ABRIL DE 2017.

DECRETO Nº 6140, de 13 de abril de 2017.

“RETIFICA O DECRETO Nº 6085 DE 14 DE MARÇO DE 2017, QUE DISPÕE SOBRE APOSENTADORIA DA Sra. MARIA GORETE DE SOUZA.”

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição legal prevista no inciso VI do Art. 37 da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o erro material que consta no Decreto

DECRETA:

Art. 1º - O Art. 1º do Decreto nº 6085 de 14 de Março de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - “Fica concedida a aposentadoria voluntária por tempo de contribuição e idade a Sra. Maria Gorete De Souza, brasileira, casada, professora, portadora da C.I. n. 1.032.235 SSP/SC e inscrita no CPF n. 575.978.719-53, residente e domiciliada na Rua Guanabara, 363, Boa Vista, município de Rio do Sul, SC., no cargo de Professora, nível 3-F, com proventos integrais e paridade a partir de 01/04/2017.”

Art. 2º - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

GABINETE DO PREFEITO.

13 de abril de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretaria Municipal de Administração

DECRETO Nº 6141, DE 13 DE ABRIL DE 2017.

DECRETO Nº 6141, de 13 de abril de 2017.

"RETIFICA O DECRETO Nº 6087 DE 14 DE MARÇO DE 2017, QUE DISPÕE SOBRE APOSENTADORIA DA Sra. MARISTELA LUIZA FRONZA MARCONSINI."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição legal prevista no inciso VI do Art. 37 da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o erro material que consta no Decreto

DECRETA:

Art. 1º - O Art. 1º do Decreto nº 6087 de 14 de Março de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica concedida a aposentadoria voluntária por tempo de contribuição e idade a Sra. Maristela Luiza Fronza Marconsini, brasileira, casada, professora, portadora da C.I. n. 1.674.105 SSP/SC e inscrita no CPF nº 890.008.119-53, residente e domiciliada na Rua Luiz Gavioli, 229, Taboão, Rio do Sul, SC., no cargo de Professora, nível 3-F, com proventos integrais e paridade a partir de 01/04/2017."

Art. 2º - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

GABINETE DO PREFEITO.

13 de abril de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretaria Municipal de Administração

DECRETO Nº 6142, DE 18 DE ABRIL DE 2017.

DECRETO Nº 6142, de 18 de abril de 2017

"Atualiza o Grupo Especial de Trabalho para Modernização da Administração Tributária municipal - GEMAT dispõe sobre suas atribuições e dá outras providências."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, no uso das suas atribuições legais, de acordo com o Art. 37, VI da Lei Orgânica do Município.

DECRETA

Art.1º - Fica criado o Grupo Especial de Trabalho para Modernização da Administração Tributária Municipal - GEMAT, com a finalidade de coordenar todas as ações relacionadas ao desenvolvimento de medidas voltadas ao aperfeiçoamento das capacidades normativa, organizacional, operacional e tecnológica da Administração Tributária Municipal, sendo constituído pelos seguintes membros:

I – Angélica Gessi Rippel – Matrícula Nº 237930

II – Ramiro de Liz e Souza – Matrícula Nº 3530001

III – José Luiz do Nascimento – Matrícula Nº 202001

IV – Pedro Ernesto Rodrigues – Matrícula Nº 3346401

V – Carolyne Maciente – Matrícula Nº 2806533

Art.2º - O Grupo Especial de Trabalho, como responsável pela ordenação das ações modernizadoras da área de Administração Tributária, terá as seguintes atribuições específicas:

I – Identificar e selecionar os principais problemas, e suas causas, existentes na Administração Tributária do município e que vêm limitando a exploração eficiente do seu potencial de receita, nas seguintes áreas e interseções:

- a) Organização e gestão;
- b) Legislação tributária;
- c) Cadastros fiscais;
- d) Lançamento e arrecadação dos tributos;
- e) Cobrança amigável e judiciária;
- f) Acompanhar, autorizar e fiscalização a aplicação dos recursos do PMAT;

- g) Anistias e isenções;
- h) Estudos econômico tributários;
- i) Atendimento ao contribuinte;
- j) Sistema e tecnologia de informação;
- k) Relações intra e interinstitucionais;
- l) Outras áreas correlatas.

II - Propor e detalhar as iniciativas para o enfrentamento e o equacionamento dos problemas identificados, coordenando estudos, levantamentos, a elaboração, implantação e o acompanhamento de medidas internas e de projeto de modernização da administração tributária no BNDES, bem como em outros órgãos oficiais.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto n. 3996, de 15 de abril de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

18 de Abril de 2017

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS Nº 003/2017

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS Nº 003/2017

CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES - PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL/SC

Aos 07/04/2017, na Secretaria Geral, para publicação, foram apresentados os seguintes acórdãos:

Protocolo nº 149813/2014

Recurso Ordinário nº 036/2016

Recorrente: Ivan Davi Candido da Silva

Relator Conselheiro Marco Aurélio Kuhn Schulle

DECISÃO: Conhecido o recurso e por unanimidade de votos dos conselheiros negado provimento.

EMENTA: MULTA POR DECLARAÇÃO DE SERVIÇOS PRESTADOS OU TOMADOS NÃO ENTREGUE NO PRAZO: LEGALIDADE. FALTA DE ENTREGA OU ENTREGA FORA DO PRAZO: INDIFERENTE. PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE ENTREGA: NECESSIDADE DE PUBLICAÇÃO DE DECRETO AUTORIZANDO. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

Protocolo nº 149815/2014

Recurso Ordinário nº 037/2016

Recorrente: Ivan Davi Candido da Silva
Relator Conselheiro Marco Aurélio Kuhnen Schulle

DECISÃO: Conhecido o recurso e por unanimidade de votos dos conselheiros negado provimento.

EMENTA: MULTA POR DECLARAÇÃO DE SERVIÇOS PRESTADOS OU TOMADOS NÃO ENTREGUE NO PRAZO: LEGALIDADE. FALTA DE ENTREGA OU ENTREGA FORA DO PRAZO: INDIFERENTE. PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE ENTREGA: NECESSIDADE DE PUBLICAÇÃO DE DECRETO AUTORIZANDO. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

Leonice Witte - Secretária Geral do Conselho Municipal de Contribuintes

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS Nº 004/2017

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS Nº 004/2017

CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES - PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL/SC

Aos 17/04/2017, na Secretaria Geral, para publicação, foram apresentados os seguintes acórdãos:

Protocolo nº 157061/2015
Recurso Ordinário nº 027/2016
Recorrente: Águas Negras S/A Indústria de Papel
Relator Conselheiro Jackson Osmar Nunes da Silva

DECISÃO: Por unanimidade de votos dos conselheiros negado provimento ao Recurso.

EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO Nº 106/2015 – INTEMPESTIVIDADE DO RECURSO CONFIGURADO. RECURSO IMPROVIDO. AUTO DE INFRAÇÃO MANTIDO NA ÍNTEGRA.

Protocolo nº 157062/2015
Recurso Ordinário nº 028/2016
Recorrente: Águas Negras S/A Indústria de Papel
Relator Conselheiro Jackson Osmar Nunes da Silva

DECISÃO: Por unanimidade de votos dos conselheiros negado provimento ao Recurso.

EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO Nº 102/2015 – INTEMPESTIVIDADE DO RECURSO CONFIGURADO. RECURSO IMPROVIDO. AUTO DE INFRAÇÃO MANTIDO NA ÍNTEGRA.

Protocolo nº 157066/2015
Recurso Ordinário nº 029/2016
Recorrente: Águas Negras S/A Indústria de Papel
Relator Conselheiro Jackson Osmar Nunes da Silva

DECISÃO: Por unanimidade de votos dos conselheiros negado provimento ao Recurso.

EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO Nº 105/2015 – INTEMPESTIVIDADE DO RECURSO CONFIGURADO. RECURSO IMPROVIDO. AUTO DE INFRAÇÃO MANTIDO NA ÍNTEGRA.

Protocolo nº 157069/2015

Recurso Ordinário nº 030/2016
Recorrente: Águas Negras S/A Indústria de Papel
Relator Conselheiro Jackson Osmar Nunes da Silva

DECISÃO: Por unanimidade de votos dos conselheiros negado provimento ao Recurso.

EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO Nº 101/2015 – INTEMPESTIVIDADE DO RECURSO CONFIGURADO. RECURSO IMPROVIDO. AUTO DE INFRAÇÃO MANTIDO NA ÍNTEGRA.

Protocolo nº 157063/2015
Recurso Ordinário nº 031/2016
Recorrente: Águas Negras S/A Indústria de Papel
Relator Conselheiro Jackson Osmar Nunes da Silva

DECISÃO: Por unanimidade de votos dos conselheiros negado provimento ao Recurso.

EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO Nº 103/2015 – INTEMPESTIVIDADE DO RECURSO CONFIGURADO. RECURSO IMPROVIDO. AUTO DE INFRAÇÃO MANTIDO NA ÍNTEGRA.

Protocolo nº 157064/2015
Recurso Ordinário nº 032/2016
Recorrente: Águas Negras S/A Indústria de Papel
Relator Conselheiro Jackson Osmar Nunes da Silva

DECISÃO: Por unanimidade de votos dos conselheiros negado provimento ao Recurso.

EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO Nº 104/2015 – INTEMPESTIVIDADE DO RECURSO CONFIGURADO. RECURSO IMPROVIDO. AUTO DE INFRAÇÃO MANTIDO NA ÍNTEGRA.

Leonice Witte - Secretária Geral do Conselho Municipal de Contribuintes

PAUTA DE ANÁLISE DE CONSULTA Nº 001/2017

CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES

Pauta de Análise de Consulta Nº 001/2017

Leonice Witte, Secretária Geral do Conselho Municipal de Contribuintes de Rio do Sul, no uso das obrigações definidas no inciso I do art. 7º do Regimento Interno do Conselho e de acordo com o previsto no art. 16 do mesmo instrumento legal, torna público que o Conselho Municipal de Contribuintes estará reunido em Sessão Extraordinária no dia 20 de Abril de 2017, às 08hs00 no Plenário da Câmara de Vereadores, sito no 2º andar do prédio central da Prefeitura Municipal, para realização do sorteio de distribuição do seguinte processo de Consulta:

Número do protocolo: Protocolo Nº 165177/2017
Nome do Recorrente: Magamobi E-Business S/A
Nº do Processo-Consulta: 001/2017
Relator: Cons Marco A K Schulle

Rio do Sul, 11 de Abril de 2017.
LEONICE WITTE
Secretaria Geral do CMC

PORTARIA N. 0457/RH

PORTARIA Nº. 0457/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora ADRIANA MARTINS DA SILVA SOARES, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor (40h), para, a partir de 03/04/2017, atuar como Diretora Adjunta para a Matriz Regular da Unidade Educacional de "Extra Porte" da Rede Pública Municipal – Centro Educacional Prefeito Luiz Adelar Soldatelli. Pelo exercício da função, faz jus além da remuneração de seu cargo efetivo, a uma gratificação mensal no percentual de 20% do seu vencimento base, em cumprimento ao Art. 10, § 2º e 3º, da Lei Complementar n.º 75 de 2001 e ao memorando n.º 183/2015 elaborado pela Procuradoria Jurídica do Município de Rio do Sul.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 06 de abril de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Cfr

PORTARIA Nº 494 DGP

PORTARIA Nº. 494/DGP

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar a cessão, a partir de 28/05/2017, do servidor VILSON JOSÉ HILLESHEIM, ocupante do cargo de provimento efetivo AGENTE ADMINISTRATIVO, com jornada de 40 horas semanais, lotado na Secretaria de Gestão de Governo, para atuar no Cartório da 026ª Zona Eleitoral de Rio do Sul, conforme Ofício OF ZE 026/CS nº 19/2017 do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina – 026ª Zona Eleitoral, fundamentado pelo Art. 161 da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015.

Art. 2º O servidor referido no artigo anterior desempenhará atribuições próprias de seu cargo e caberá ao Município o ônus da remuneração devida ao mesmo.

Parágrafo Único – O servidor cedido deverá apresentar mensalmente ao Departamento de Gestão de Pessoas seu controle mensal de frequência.

Art. 3º A cessão dar-se-á pelo período de 01 (um) ano.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de abril de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rp

PORTARIA Nº 495 DGP

PORTARIA Nº. 495/DGP

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar a cessão, a partir de 02/05/2017, da servidora IEDA JAQUELINE STOFELA, ocupante do cargo de provimento efetivo AGENTE ADMINISTRATIVO, com jornada de 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Infraestrutura, para atuar no Cartório da 026ª Zona Eleitoral de Rio do Sul, conforme Ofício OF ZE 026/CS nº 19/2017 do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina – 026ª Zona Eleitoral, fundamentado pelo Art. 161 da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015.

Art. 2º A servidora referida no artigo anterior desempenhará atribuições próprias de seu cargo e caberá ao Município o ônus da remuneração devida à mesma.

Parágrafo Único – A servidora cedida deverá apresentar mensalmente ao Departamento de Gestão de Pessoas seu controle mensal de frequência.

Art. 3º A cessão dar-se-á pelo período de 01 (um) ano.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de abril de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rp

PREGÃO PRESENCIAL 030/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2017

OBJETO: Aquisição de vacina anti influenza com aplicação e armazenamento. Para os funcionários públicos municipais. Secretaria de Administração.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 03/05/2017, às 08:00h, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 08:30h do dia 03/05/2017, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, ou no site www.riodosul.sc.gov.br, Departamento de Processos Licitatórios.

Rio do Sul (SC), 18 de abril de 2017

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito de Rio do Sul

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário de Administração

Rio dos Cedros

PREFEITURA

DECRETO Nº 2.806, DE 06 DE MARÇO DE 2017. NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO – CMSB, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 2.806, DE 06 DE MARÇO DE 2017.

NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO – CMSB, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito Municipal de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 70, inciso II, letra "c", da Lei Orgânica do Município, c/c o artigo 46 da Lei Ordinária nº 1.574, de 18 de abril de 2008;

RESOLVE:

Art.1º. Nomear, os membros do Conselho Municipal de Saneamento Básico - CMSB, instituído pela Lei Municipal nº 1.574, de 18 de abril de 2008:

I. REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL:

a) Representantes da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social:

TITULAR: Marineusa Hoffmann
SUPLENTE: Tarcísio José Campestrini

b) Representantes da Secretaria de Obras:

TITULAR: Lídia Mara Floriani
SUPLENTE: Rafael Nones

c) Representantes da Diretoria de Agricultura, Fomento Agropecuário e Meio ambiente:

TITULAR: Pedro Claudino dos Santos Junior
SUPLENTE: Jéssica Figurski

d) Representantes da Secretaria de Fazenda:

TITULAR: Paulo Bindelli
SUPLENTE: Edson Lenzi

II. REPRESENTANTES DE ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL:

a) Representantes da Vigilância Sanitária:

TITULAR: Ronaldo de Souza Martins
SUPLENTE: Hellen Carla Gomes Ferrante

b) Representantes da Fundação Hospitalar de Rio dos Cedros:

TITULAR: Nélcio Luiz Seibel
SUPLENTE: Jaime Luiz Visentainer

TITULAR: Euzo Lazzarini
SUPLENTE: Vitor Agostini

III. REPRESENTANTES DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E POPULARES:

a) Representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais:

TITULAR: Arno Depim

SUPLENTE: César Luiz Giovannella

TITULAR: Ivo Schuster
SUPLENTE: Zelindo Maurizenz

b) Representantes do Comércio e Indústria:

TITULAR: Osmar Antonio Tomelin
SUPLENTE: João Lino Gonçalves

TITULAR: Darcio Menestrina Gonçalves da Cruz Júnior
SUPLENTE: Luiz Carlos Maiola

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº2.715 de 21 de agosto de 2015.

Rio dos Cedros, em 06 de março de 2017.
MARILDO DOMINGOS FELIPPI
Prefeito de Rio dos Cedros

Este Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar,
em 06 de março de 2017
MARGARET SILVIA GREITER
Diretora de Gabinete

DECRETO Nº 2.804, DE 06 DE MARÇO DE 2017. DELEGA COMPETÊNCIA DE ORDENAÇÃO DE DESPESAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 2.804, DE 06 DE MARÇO DE 2017.

DELEGA COMPETÊNCIA DE ORDENAÇÃO DE DESPESAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica do Município, em especial o contido no artigo 50, XII, XXII, XXIII, XXV e §1º;

DECRETA:

Art.1º - Fica delegada competência, no âmbito da Administração Direta do Poder Executivo, para os titulares das Secretarias Municipais, nas respectivas áreas de atuação e nos limites dos créditos estabelecidos no orçamento, para prática dos seguintes atos:

I - ordenação de despesas das respectivas unidades orçamentárias e dos fundos a elas vinculados, nos limites dos correspondentes créditos orçamentários.

II – assinatura, nos impedimentos do Prefeito Municipal e/ou do Vice-Prefeito, de contratos, convênios e outros ajustes com a União Federal, os Estados, os Municípios e com órgãos públicos ressalvado o disposto nos incisos I e II, do § 2º deste artigo;

III - resolver sobre os requerimentos, atos de pessoal, as reclamações ou as representações que lhe forem dirigidos, englobando-se os pedidos relativos a benefícios previstos em lei;

IV - celebrar convênio com entidades públicas ou privadas para a realização de objetivos de interesse do Município, na forma da Lei, ainda que fora das hipóteses previstas no inciso II;

V - superintender a arrecadação de tributos e preços, bem como a guarda e aplicação da receita, autorizando as despesas e os pagamentos, dentro da disponibilidade orçamentária ou dos créditos autorizados pela Câmara;

VI - aplicar multas previstas na legislação e nos contratos ou convênios, bem como relevá-las quando for o caso.

§1º Excluem-se da delegação estabelecida no art. 1º, inciso II, deste Decreto, por ser de competência exclusiva do Senhor Prefeito Municipal:

I - as operações de crédito, empréstimos e financiamentos, que deverão ser firmados pelo Prefeito Municipal;

II - Os instrumentos de alienação, cessão ou concessão de bem patrimonial mobiliário ou imobiliário, os instrumentos de aquisição de bem patrimonial imobiliário e instrumentos de cessão de pessoal.

§2º As competências delegadas neste Decreto, poderão ser avocadas específica ou genericamente pelo Prefeito.

§3º Entende-se como Ordenador de Despesa a autoridade investida do poder de realizar despesa que compreenda os atos de empenhar, liquidar e ordenar o pagamento, adiantamento ou dispêndio de recurso pelos quais responda.

I - O Ordenador de despesas responderá administrativo, civil e penalmente pelos atos de sua gestão.

§4º - O Prefeito responderá, ainda pelos seguintes órgãos e unidades orçamentárias:

02 – Gabinete do Prefeito
001 - Gabinete do Prefeito

02 – Gabinete do Prefeito
002 - Assessoria Jurídica

05 - Secretaria de Educação
002 - Fundo Municipal de Cultura – FMC

05 - Secretaria de Educação
007 - Apoio ao Desporto Amador

06 - Diretoria de Fomento Agropecuário
001 - Diretoria de Fomento Agropecuário

06 - Diretoria de Fomento Agropecuário
002 - Apoio a preservação do meio ambiente

07 - Diretoria de Turismo
001 - Fundo Municipal de Turismo – FUMTUR

08 - Diretoria de Desenvolvimento Econômico
001 - Apoio ao Desenvolvimento Econômico

09 – Segurança Pública
001 - Apoio à Segurança Pública

§5º - O Secretário Municipal da Fazenda responderá pelas delegações mencionadas neste decreto, referentes aos seguintes órgãos e unidades orçamentárias:

03 - Administração Geral

001 – Diretoria de Administração

03 - Administração Geral
002 – Diretoria de Fazenda

§6º - O Secretário Municipal da Saúde e Bem Estar Social responderá pelas delegações mencionadas neste decreto, além das relativas a Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social, as referentes aos seguintes órgãos e unidades orçamentárias:

10 - Secretaria da Saúde e Bem Estar Social
001 - Fundo Municipal de Saúde

10 - Secretaria da Saúde e Bem Estar Social
002 - Fundo Municipal de Assistência Social

10 - Secretaria da Saúde e Bem Estar Social
003 - Fundo Municipal da Infância e Adolescência

10 - Secretaria da Saúde e Bem Estar Social
004 - Fundo Municipal do Conselho Tutelar

§7º - O Secretário Municipal de Obras responderá pelas delegações mencionadas neste decreto, além das relativas a Secretaria Municipal de Obras, as referentes aos seguintes órgãos e unidades orçamentárias:

04 - Diretoria de Obras e Serviço Urbanos
001 - Serviços Urbanos

04 - Diretoria de Obras e Serviço Urbanos
002 - Setor Rodoviário Municipal

§8º - O Secretário Municipal de Educação responderá pelas delegações mencionadas neste decreto, além das relativas a Secretaria Municipal de Educação, as referentes aos seguintes órgãos e unidades orçamentárias:

05 - Secretaria de Educação
001 - Serviço de Ensino

Art.2º - Considera-se, para os efeitos deste Decreto, ordenada a despesa a partir do registro contábil, da respectiva requisição de compras, responsabilizando-se como seu ordenador, o titular do órgão cuja dotação orçamentária for onerada.

Parágrafo único. Nenhuma despesa poderá ser realizada sem o prévio empenho.

Art.3º - As notas de empenho, nas quais deverão constar, em local apropriado, o nome do ordenador da despesa, seu cargo e a citação que a delegação de competência se dá por força do presente Decreto, serão emitidas pela Secretaria Municipal da Fazenda - SEMFA.

Art.4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01, de Abril de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Rio dos Cedros, em 06 de março de 2017.
MARILDO DOMINGOS FELIPPI
Prefeito de Rio dos Cedros

Este Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar,
em 06 de março de 2017
MARGARET SILVIA GREITER
Diretora de Gabinete

**DECRETO Nº 2.805, DE 06 DE MARÇO DE 2017.
NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURÍSTICO –
CMDet.**

DECRETO Nº 2.805, DE 06 DE MARÇO DE 2017.

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURÍSTICO – CMDet.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito Municipal de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 50, inciso V da Lei Orgânica do Município, e, de conformidade com a Lei Municipal nº 823, de 30 de janeiro de 1996, c/c o Decreto nº 1.121, de 31 de janeiro de 1996; DECRETA,

Art.1º. Nomear, para membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turístico - CMDet, pelo prazo de 02 (dois) anos, os cidadãos abaixo relacionados, na qualidade de representantes das seguintes Entidades:

I. REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO:

Titular: Pedro Claudino dos Santos Júnior

Suplentes: Jessica Figurski e Reinoldo Stein

II. REPRESENTANTES DO PODER LEGISLATIVO:

Titular: Ivete Lusía Bona

Suplentes: Vivian Bona Zoboli e Jaime César Mengarda

III. REPRESENTANTES DA ASSOCIAÇÃO COMERCIALEINDUSTRIAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – ACIMVI – RIO DOS CEDROS:

Titular: Arno César Maiola

Suplentes: Jeferson Dalton da Silva e Nilson Dallabrida

IV. REPRESENTANTES DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE RIO DOS CEDROS:

Titular: Mauro Nardelli

Suplentes: Arno Depin e Gilberto Busarello

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto 2.714, de 21 de agosto de 2015.

Rio dos Cedros, em 06 de março de 2017.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI

Prefeito de Rio dos Cedros

Este Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar,

em 06 de março de 2017

MARGARET SILVIA GREYTER

Diretora de Gabinete

**DECRETO Nº 2.807 DE 06 DE MARÇO DE 2017.
CONSTITUI O CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS
DO IDOSO E DO FUNDO MUNICIPAL DE DIREITOS
DOS IDOSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

DECRETO Nº 2.807 DE 06 DE MARÇO DE 2017.

CONSTITUI O CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DO IDOSO E DO FUNDO MUNICIPAL DE DIREITOS DOS IDOSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito Municipal de Rio dos Cedros em Exercício, no uso das atribuições legais conferidas pelo artigo 50, inciso V, e, artigo 70, inciso I, letra "a" da Lei Orgânica do Município promulgada em 04 de abril de 1990, e, em conformidade com a Lei Ordinária nº 1.853, de 25 de fevereiro de 2015;

DECRETA:

Art.1º. Constitui o novo Conselho Municipal dos Direitos do Idoso e do Fundo Municipal de Direitos do Idoso - CMDI, instituído pela Lei Ordinária nº 1.853 de 25 de fevereiro de 2015:

I. Representantes do Poder Público Municipal:**a. Da Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social:**

Titular: Marineusa Hoffmann

Suplente: Miria Eliete Schmid Floriani

b. Da Secretaria Municipal de Educação:

Titular: Alfredo João Berri

Suplente: Silmara da Silva

c. Da Secretaria Municipal da Fazenda:

Titular: Paulo Bindelli

Suplente: Lucilda Trisotto

d. Da Diretoria Municipal da Cultura:

Titular: Doralice Panini

Suplente: Lusimar Busarello Ropelatto

e. Da Diretoria Municipal de Esportes:

Titular: Morgana Morgana Raquel Bertelli Schlup

Suplente: Antônio Carlos Facchini

II. Representantes de Entidades não Governamentais:

- Representantes de Sindicato do Sindicato dos Trabalhadores Rurais:

Titular: Arno Depin

Suplente: Mauro Nardelli

- Representantes de Grupo de Idosos Alegria de Viver

Titular: Gilberto Busarello

Suplente: Olívio Lazzarini

- Representantes da Paróquia Nossa Senhora Imaculada Conceição

Titular: Neusa Lenzi

Suplente: Venício Demarchi

- Representantes da Pastoral da Saúde:

Titular: Isaura Maria Dalmonico

Suplente: Josete Dalabrida

- Representantes da Fundação Hospitalar de Rio dos Cedros:

Titular: Dariane Kelly Franco Lima

Suplente: Marlise Sautner Correa

Art.2º. Os membros do Conselho terão um mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzidos por um mandato de igual período, enquanto no desempenho das funções ou cargos nos quais foram nomeados ou indicados.

Art.3º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial os Decreto nº 2.700 de 09 de abril de 2015 e o Decreto nº 2.752, de 06 de abril de 2016.

Rio dos Cedros, em 06 de março de 2017.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI

Prefeito de Rio dos Cedros

Este Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar,

em 06 de março de 2017

MARGARET SILVIA GREYTER

Diretora de Gabinete

DECRETO Nº 2.808, DE 16 DE MARÇO DE 2017. REVOGA O DECRETO Nº 2.788, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2016, QUE ALTERA JORNADA DE TRABALHO DE SERVIDORES QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
DECRETO Nº 2.808, DE 16 DE MARÇO DE 2017.

REVOGA O DECRETO Nº 2.788, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2016, QUE ALTERA JORNADA DE TRABALHO DE SERVIDORES QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 70, inciso I, letra "n", da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art.1º. Fica revogado o Decreto nº 2.788, de 08 de Novembro de 2016, passando os servidores que subscreveram a lista anexa do citado ato, sujeitos ao regime de horário estabelecido pelo Decreto nº 2.699, de 01 de Abril de 2015, a partir de 20 de março de 2017.

Parágrafo primeiro - O regime de trabalho estabelecido não gera direito adquirido podendo ser alterado pelo Poder Público a qualquer tempo, independentemente de prévio aviso ou notificação, diante da supremacia e indisponibilidade do interesse público.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art.3º. Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se, colha-se as assinaturas dos servidores que subscreveram a lista anexa ao Decreto nº 2.788, de 08 de Novembro de 2016, como anuência aos presentes termos.

Município de Rio dos Cedros, 16 de Março de 2017.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI
Prefeito de Rio dos Cedros

Este Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar, 16 de Março de 2017.

MARGARET SILVIA GREITER
Diretora de Gabinete

ANEXO I

LISTA DE ANUÊNCIA DOS SERVIDORES

NOME	CPF	DATA	ASSINATURA
Alinor Da Silva			
Fabio Jose Stolfi			
Valdir Bonete Cabral			
Johnny Fernando Libardo			
Ivonei Nildo Felippi			
Valmor Sandri			

DECRETO Nº 2.809, DE 23 DE MARÇO DE 2017. DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGAVEL OU JUDICIAL, PARTE DO IMÓVEL URBANO, OBJETO DA MATRÍCULA Nº 14.109 DO 1º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE TIMBÓ, DE PROPRIEDADE DE SERGIO LUIZ DALLABRIDA
DECRETO Nº 2.809, DE 23 DE MARÇO DE 2017.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGAVEL OU JUDICIAL, PARTE DO IMÓVEL URBANO, OBJETO DA MATRÍCULA Nº 14.109 DO 1º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE TIMBÓ, DE PROPRIEDADE DE SERGIO LUIZ DALLABRIDA e MARISA COELHO DALLABRIDA e dá outras providências.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 50, inciso XIII, c/c artigo 70, inciso I, alínea "d" e "n" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1990, e com fundamento no inciso XXIV da Constituição Federal e nos artigos 2º, 5º, alínea "i", do Decreto Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e suas alterações posteriores ; e

Considerando, a necessidade de regularização da área para integrar a rua Pietro Domenico Dallabrida, com a finalidade de ampliar seu gabarito atual de 10m(dez metros) para 12m(doze metros), conforme exigências do Plano Diretor (Lei Complementar Municipal nº 268 de 26 de agosto de 2015), cuja área já vem sendo utilizada como logradouro público, de propriedade de SÉRGIO LUIZ DALLABRIDA, brasileiro, casado, agricultor, inscrito no CPF sob nº 419.732.919-91, portador da cédula de identidade nº 3/r 1,726.036, expedida pela SSI/SC e sua

esposa MARISA COELHO DALLABRIDA, inscrita no CPF sob nº 789.223.809-34, portadora da cédula de identidade nº 2.795.389-0, expedida pela SSP/SC;

Considerando, que a desapropriação irá consolidar uma situação já existente, beneficiando os moradores e transeuntes que utilizam a referida Rua, tratando-se portanto de um caso de utilidade pública;

Considerando, ainda a necessidade de regularização de Rua já existente, com gabarito conforme exigências do Plano Diretor (Lei Complementar Municipal nº 268 de 26 de agosto de 2015) e não regularizada junto ao 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca em obediência a Lei nº 6.766, de 19/12/79;

DECRETA:

Art.1º. Fica declarado de UTILIDADE PUBLICA, para fins de desapropriação por via amigável ou judicial, nos termos do Decreto Lei nº 3.365 de 21/06/1945 e alterações posteriores, parte do terreno urbano, objeto da matrícula nº 14.109, do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó, com as seguintes áreas descrições e destinações:

A) Área desapropriada para ampliação do gabarito (que passa a ser de 12 metros) para a Rua Pietro Domenico Dallabrida:

Com a área total de 2.916,25 m² (dois mil novecentos e dezesseis metros e vinte e cinco decímetros quadrados).

A área de desapropriação possui a descrição da faixa de 10 metros no lado par da Rua Pietro Domênico Dallabrida, fazendo frente ao Sul em linha reta com azimute de 249°22'20" confrontando com a própria Rua em 10,11 m; pelo lado direito à Oeste em linha reta com azimute de 331°02'51", partindo do ponto 1 (E= 670852.943 m e N= 7041042.348 m) na distância de 13,21 m até o ponto 2 (E= 670846.549 m e N= 7041053.906 m); deste segue à direita formando a curva de transição com ângulo central de 11°38'53", raio de 23,00 m, tangente de 2,35 m na distância de 4,68 m até o ponto 3 (E= 670844.715 m e N= 7041058.199 m); deste segue à direita em linha reta com azimute de 342°41'44" na distância de 54,23 m até o ponto 4 (E= 670828.584 m e N= 7041109.976 m); deste segue à esquerda formando a curva de transição com ângulo central de 11°45'24", raio de 27,00 m, tangente de 2,78 m na distância de 5,54 m até o ponto 5 (E= 670826.407 m e N= 7041115.060 m); deste segue à esquerda em linha reta com azimute de 330°56'20" na distância de 76,48 m até o ponto 6 (E= 670789.256 m e N= 7041181.915 m); deste segue à esquerda formando a curva de transição com ângulo central de 7°40'43", raio de 27,00 m, tangente de 1,81 m na distância de 3,62 m até o ponto 7 (E= 670787.292 m e N= 7041184.951 m); deste segue à esquerda em linha reta com azimute 323°15'37" distância de 134,68 m confrontando com a própria Rua até o ponto 8 (E= 670706.729 m e N= 7041292.876 m); pelos fundos ao Norte em linha reta com azimute de 77°43'15" na distância de 10,98 m, sendo que confronta com lote nº 01 de Mauro Nardelli – Matrícula nº 14.809, Lº2 (antes: Sérgio Luiz Dallabrida) em 9,88 m e segue confrontando com Osvaldo Schuster - Matrícula nº 26.992, Lº2 (antes: Sérgio Luiz Dallabrida) em 1,10m até o ponto 9 (E= 670717.464 m e N= 7041295.213 m); e pelo lado esquerdo à Leste em linha reta com azimute de 143°15'37" na distância de 130,93 m até o ponto 10 (E= 670795.787 m e N= 7041190.287 m); deste segue à direita formando a curva de transição com ângulo central de 7°40'43", raio de 25,00 metros, tangente de 1,68 m na distância de 3,35 m até o ponto 11 (E= 670797.605 m e N= 7041187.476 m); deste segue à direita em linha reta com azimute de 150°56'20" na distância de 78,52 m até o ponto 12 (E= 670835.748 m e N= 7041118.838 m); deste segue à direita formando a curva de transição com ângulo central de 11°45'24", raio de 25,00 m, tangente de 2,57 m na distância de 2,49 m confrontando com Osvaldo Schuster - Matrícula nº 26.992, Lº2 (antes: Sérgio Luiz Dallabrida) até o ponto 13 (E= 670836.847 m e N= 7041116.606 m); deste segue à direita dando continuidade a curva de transição com ângulo central de 11°45'24", raio de 25,00 m, tangente de 2,57 m na distância de 2,64 m até o ponto 14 (E= 670837.764 m e N= 7041114.131 m); deste segue à direita em linha reta com azimute de 162°41'44" na distância de 54,24 m até o ponto 15 (E= 670853.899 m e N= 7041062.341 m); deste segue à esquerda formando a curva de transição com ângulo central de 11°38'53", raio de 25,00 m, tangente de 2,55 m na distância de 5,08 m até o ponto 16 (E= 670855.892 m e N= 7041057.675 m); deste segue à esquerda em linha reta com azimute de 151°02'51" na distância de 13,45 m confrontando com a área 02 do proprietário até o ponto 17 (E= 670862.402 m e N= 7041045.909 m) e deste segue com inicio da descrição até o ponto 1 (E= 670852.943 m e N= 7041042.348 m).

Nesta área de desapropriação fica reservada a área total de 286,79 m², constante da faixa de 30,00 m da margem esquerda do Ribeirão do Ouro, destinadas à Área de Preservação Permanente – APP, conforme Lei nº 12.651 de 25/05/2012, com a seguinte descrição:

A área de APP sobre a área de desapropriação faz frente ao Sul em linha reta com a própria rua em 10,11 m; lado direito à Oeste em linha reta de 13,21 m, segue com a curva de transição na distância de 4,68 m e segue em linha reta na distância de 11,99 m com a área 01 do proprietário; fundos ao Norte em linha sinuosa com a própria rua em 10,14 m; e, lado esquerdo à Leste em linha reta na distância de 9,11 m, segue com a curva de transição na distância de 5,08 m e segue em linha reta com a própria rua em 13,45 m.

§1º. - As áreas acima desapropriadas, provêm de imóvel registrado junto ao 1º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Timbó sob matrícula nº 14.109, livro 2, com a área total escriturada de 39.206,00m² (trinta e nove mil, duzentos e seis metros quadrados).

§2º. – Com a desapropriação da área acima (ampliação de dois metros), a Rua Pietro Domenico Dallabrida, na extensão em que faz frente com o imóvel objeto da matrícula nº 14.109, livro 2, do 1º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Timbó, passa a contar com a área total de 3.501,47 m² (três mil, quinhentos e um metros e quarenta e sete decímetros quadrados) com as seguintes confrontações e medidas em 2 (duas) áreas distintas, possuindo as seguintes descrições:

A Rua Pietro Domênico Dallabrida faz frente ao Sul em linha reta com azimute de 249°22'20" confrontando com a própria Rua em 12,13 m; pelo lado direito à Oeste em linha reta com azimute de 331°02'51", partindo do ponto 1 na distância de 12,92 m até o ponto 2 (E= 670844.799 m e N= 7041052.938 m); deste segue à direita formando a curva de transição com ângulo central de 11°38'53", raio de 25,00 m, tangente de 2,55 m na distância de 5,08 m até o ponto 3 (E= 670842.806 m e N= 7041057.604 m); deste segue à direita em linha reta com azimute de 342°41'44" na distância de 54,23 m até o ponto 4 (E= 670826.675 m e N= 7041109.381 m); deste segue à esquerda formando a curva de transição com ângulo central de 11°45'24", raio de 25,00 m, tangente de 2,57 m na distância de 5,13 m até o ponto 5 (E=

670824.659 m e N= 7041114.089 m); deste segue à esquerda em linha reta azimute de 330°56'20" na distância de 76,48 m até o ponto 6 (E= 670787.507 m e N= 7041180.943 m); deste segue à esquerda formando a curva de transição com ângulo central de 7°40'43", raio de 25,00 m, tangente de 1,68 m na distância de 3,35 m até o ponto 7 (E= 670785.689 m e N= 7041183.754 m); deste segue à esquerda em linha reta com azimute 323°15'37" na distância de 135,59 m confrontando com a área 01 do proprietário até o ponto 8 (E= 670704.583 m e N= 7041292.409 m); pelos fundos ao Norte em linha reta com azimute de 77°43'15" na distância de 13,18 m, sendo que confrontando com lote nº 01 de Mauro Nardelli – Matrícula nº 14.809, Lº2 (antes: Sérgio Luiz Dallabrida) em 12,08 m e segue confrontando com Osvaldo Schuster - Matrícula nº 26.992, Lº2 (antes: Sérgio Luiz Dallabrida) em 1,10 m até o ponto 9 (E= 670717.464 m e N= 7041295.213 m); e pelo lado esquerdo à Leste em linha reta com azimute de 143°15'37" na distância de 130,93 m até o ponto 10 (E= 670795.787 m e N= 7041190.287 m); deste segue à direita formando a curva de transição com ângulo central de 7°40'43", raio de 25,00 metros, tangente de 1,68 m na distância de 3,35 m até o ponto 11 (E= 670797.605 m e N= 7041187.476 m); deste segue à direita em linha reta com azimute de 150°56'20" na distância de 78,52 m até o ponto 12 (E= 670835.748 m e N= 7041118.838 m); deste segue à direita formando a curva de transição com ângulo central de 11°45'24", raio de 25,00 m, tangente de 2,57 m na distância de 2,49 m confrontando com Osvaldo Schuster - Matrícula nº 26.992, Lº2 (antes: Sérgio Luiz Dallabrida) até o ponto 13 (E= 670836.847 m e N= 7041116.606 m); deste segue à direita dando continuidade a curva de transição com ângulo central de 11°45'24", raio de 25,00 m, tangente de 2,57 m na distância de 2,64 m até o ponto 14 (E= 670837.764 m e N= 7041114.131 m); deste segue à direita em linha reta com azimute de 162°41'44" na distância de 54,24 m até o ponto 15 (E= 670853.899 m e N= 7041062.341 m); deste segue à esquerda formando a curva de transição com ângulo central de 11°38'53", raio de 25,00 m, tangente de 2,55 m na distância de 5,08 m até o ponto 16 (E= 670855.892 m e N= 7041057.675 m); deste segue à esquerda em linha reta com azimute de 151°02'51" na distância de 13,45 m confrontando com a área 02 do proprietário até o ponto 17 (E= 670862.402 m e N= 7041045.909 m) e deste segue com início da descrição até o ponto 1 (E= 670851.051 m e N= 7041041.636 m).

Nesta Rua fica reservada a área total de 347,06 m², constante da faixa de 30,00 m da margem esquerda do Ribeirão do Ouro, destinadas à Área de Preservação Permanente – APP, conforme Lei nº 12.651 de 25/05/2012, com a seguinte descrição:

A área de APP sobre a Rua Pietro Domênico Dallabrida faz frente ao Sul em linha reta com a própria rua em 12,13 m; lado direito à Oeste em linha reta de 12,92 m, segue com a curva de transição na distância de 5,08 m e segue em linha reta na distância de 12,40 m com a área 01 do proprietário; fundos ao Norte em linha sinuosa com a própria rua em 12,18 m; e, lado esquerdo à Leste em linha reta na distância de 9,11 m, segue com a curva de transição na distância de 5,08 m e segue em linha reta com a área 01 do proprietário em 13,45 m.

Art.2º. A desapropriação do imóvel declarado de utilidade publica por este Decreto, é considerada de "urgência", razão pela qual deverá efetivar-se mediante acordo administrativo, previsto no artigo 10 do Decreto Lei nº 3.365/1945, ou processar-se nos termos do artigo 10 c/c o artigo 15 e seus parágrafos, do Decreto Lei nº 3.365, de 21/06/1945 e Lei Federal nº 2.786, de 21/05/1956.

Art.3º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão a conta de dotação orçamentária própria do Orçamento Programa de 2017.

Art.4º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário, observando-se a norma especial do Decreto Municipal nº 2.781, de 13 de setembro de 2016 .

Rio dos Cedros, 23 de Março de 2017.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI

Prefeito de Rio dos Cedros

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 23 de Março de 2017.

MARGARET SILVIA GRETTTER

Diretora de Gabinete

DECRETO Nº 2.810, DE 23 DE MARÇO DE 2017. DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL, PARTE DE IMÓVEL RURAL NA FORMA COMO MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 2.810, DE 23 DE MARÇO DE 2017.

Declara de utilidade pública para fins de desapropriação amigável ou judicial, parte de imóvel rural na forma como menciona e dá outras providências.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e com fundamento no inciso XXIV da Constituição Federal e nos artigos 2º, 5º, alínea "g", do Decreto Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e suas alterações posteriores; e

Considerando a responsabilidade do ente público municipal pela disponibilização dos serviços de saúde, na forma como consta dos artigos 196 e 197 da Constituição da República;

Considerando, a saúde como direito fundamental do ser humano, nos termos do artigo 2º da Lei nº 8.080/90 (que "Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências");

Considerando, o aumento exponencial na demanda da rede pública de saúde, gerando a necessidade de ampliação da rede de acesso existente;

Considerando, a necessidade de otimização dos serviços públicos e a garantia de melhor eficácia e eficiência dos mesmos, bem como visando assegurar a continuidade da implantação do polo de serviços administrativos que atendem a região de São José;

Considerando, que na localidade de São José já se encontra implantado um polo de serviços administrativos que atende a toda a região - inclusive a localidade de Cedro Alto - contando com a instalação do Corpo de Bombeiros Militar e da Escola Municipal de Ensino Fundamental

Expedicionário Servino Mengarda, para onde são remanejados todos os alunos da rede pública municipal de educação daquela região; Considerando, que este polo de serviços administrativos atende, no mínimo, cinco localidades, sendo que de todas a mais populosa é São José, e razões de logística tornam imperativa, até mesmo em função da integração dos serviços públicos de saúde (ao que mais apontamos para a relação de serviço institucional entre Corpo de Bombeiros Militar e unidade de saúde pública), a escolha de determinado imóvel, dada a localização do Corpo de Bombeiros Militar e da Escola Municipal de Ensino Fundamental Expedicionário Servino Mengarda; Considerando, que o tema foi também debatido no âmbito do Conselho Municipal de Saúde o qual manifestou-se pela necessidade de construção de unidade de saúde na localidade de São José;

DECRETA:

Art.1º. Fica declarado de UTILIDADE PÚBLICA, para fins de desapropriação por via amigável ou judicial, nos termos do Decreto Lei nº 3.365, de 21/06/1941, e alterações posteriores:

I – Parte do terreno rural, constituído de parte do lote nº 49, da localidade denominada margem direita do Rio dos Cedros, distando, pelo lado esquerdo, 250,00metros da Igreja de São José, cortado pela Rodovia Municipal RCD-080, distrito e município de Rio dos Cedros, desta Comarca, contendo a área de 110.000,00m² (cento e dez mil metros quadrados), objeto da matrícula nº12.496, do 1º Ofício de Registro de Imóveis, contendo, mencionada porção desapropriada as seguintes confrontações e medidas:

“parcela de 1.050,00 m² (mil metros e cinquenta quadrados), com as seguintes confrontações: • Frente: em 30,00metros, confrontando com lado lado ímpar da rodovia municipal RCD(80) Hoje, Avenida Expedicionário Anselmo Letempergher onde defletido em um ângulo de 90º9'26" dá à direção do lado direito; • Lado Direito: em 35,00 metros com área remanescente do imóvel supracitado onde defletido em um ângulo de 89º42'44", dá à direção dos fundos; • Fundos: em 30,00 metros com área remanescente do imóvel supracitado onde defletido em um ângulo de 90º17'16", dá à direção do lado esquerdo; • Lado Esquerdo: em 35,00 metros com área remanescente do imóvel supracitado onde defletido em um ângulo de 89º36'24" (sentido anti-horário), dá a direção da frente; • Todas as medidas e deflexões de quem olham de dentro para fora da área do imóvel", de propriedade de SUELY LOURDES LEITEMPERGHER ARNDT, brasileira, inscrita no CPF sob nº476.959.279-53, portadora da cédula de identidade nº 3/R 1.487.732, do lar, casada pelo regime da comunhão universal de bens, na vigência da Lei nº 6.515/77, com OSNIR ARNDT, brasileiro, inscrito no CPF sob nº379.590.859-00, portador da cédula de identidade nº 3/R 727.444, expedida pela SSI/SC, residentes e domiciliados na localidade denominada Cedro Central, na Estrada Geral, s/nº, em Rio dos Cedros, Santa Catarina.

Art.2º. A desapropriação da área declarada de utilidade pública por este Decreto, é considerada de "urgência", razão pela qual deverá efetivar-se mediante acordo administrativo, previsto no artigo 10 do Decreto lei nº 3.365/1941, ou processar-se nos termos do artigo 10 c/c o artigo 15, e seus parágrafos, do Decreto Lei nº 3.365, de 21/06/1941 e Lei Federal nº 2.786, de 21/05/1956.

Parágrafo único - A desapropriação de que trata este Decreto se dará por utilidade pública, na forma do Decreto-Lei 3.365, de 21 de junho de 1941, especificamente em seu artigo 5º, alínea "m" sendo que as áreas mencionadas no artigo primeiro destinar-se-ão a construção de uma Creche.

Art.3º. No caso de desapropriação amigável, a mesma ocorrerá nos seguintes termos:

I – O Município de Rio dos Cedros, pagará aos proprietários a quantia equivalente ao valor de mercado do bem desapropriado obtido através da média de três avaliações de peritos e/ou pela avaliação do Núcleo de Corretores Setorial Imobiliário da ACIMVI.

II - O pagamento da indenização decorrente da presente desapropriação poderá ocorrer de forma integral ou parcelada de acordo com os termos do acordo administrativo.

III – O Município de Rio dos Cedros arcará com todos os custos de desmembramento da área, bem como de aditamentos necessários a viabilização da escritura, emolumentos, taxas e outros custos eventualmente existentes para a concretização do negócio e transferência de propriedade da área desapropriada;

IV - Os proprietários da área desapropriada se comprometerão a transferir a propriedade das respectivas terras ao Município de Rio dos Cedros.

Art.4º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

10 – Secretaria de Saúde e Bem Estar Social

001 – Fundo Municipal de Saúde

0010.0301.0151.1025 – Aquisição de Imóvel - Unidade de Saúde

3459000000000000 – Aplic. Diretas (1.020.000 – Rec. Imp. Saúde)

Art.5º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS, 23 de Março de 2017.

Marildo Domingos Felippi

Prefeito de Rio dos Cedros/SC.

O presente decreto foi publicado na forma regulamentar em 23 de Março de 2017.

MARGARET SILVIA GRETTTER

Diretora de Gabinete

DECRETO Nº 2.811, DE 29 DE MARÇO DE 2017.
APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREAS NO IMÓVEL
URBANO DE PROPRIEDADE DE SIBILA BETOLDI E
TIBÉRIO BERTOLDI (ESPÓLIO), SITUADO DO LADO
ÍMPAR DA AVENIDA TIRADENTES, NESTA CIDADE.
DECRETO Nº 2.811, DE 29 DE MARÇO DE 2017.

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREAS NO IMÓVEL URBANO DE PROPRIEDADE DE SIBILA BETOLDI e TIBÉRIO BERTOLDI (ESPÓLIO), SITUADO DO LADO ÍMPAR DA AVENIDA TIRADENTES, NESTA CIDADE.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 50, inciso V, da Lei Orgânica do Município, Lei Municipal nº 233/1980, respeitada a Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979:

DECRETA;

Art.1º. Fica aprovado o desmembramento de áreas no imóvel urbano de propriedade de TIBÉRIO BERTOLDI (ESPÓLIO), brasileiro, inscrito no CPF sob nº 112.493.409-00, portador da cédula de identidade nº 60.199-3, expedida pela SSP/SC e sua esposa SIBILA BETOLDI, brasileira, inscrita no CPF sob nº 820.878.069-34, portadora da cédula de identidade nº 3/C 336.870, expedida pela SSP/SC, situado do lado ímpar da Avenida Tiradentes, distando pelo lado esquerdo (ponto PP), 132,00 metros até o lado ímpar da rua São Paulo, na cidade de Rio dos Cedros, tendo como área total escriturada de 25.074,40m² (vinte e cinco mil e setenta e quatro metros e quarenta decímetros quadrados) fracionados em 02 (duas) áreas totalizando estas 1.841,96m² (mil, oitocentos e quarenta e um metros e noventa e seis decímetros quadrados) restando ainda área remanescente de 23.232,44m² (vinte e três mil, duzentos e trinta e dois metros e quarenta e quatro decímetros quadrados), conforme planta e documentos apresentados pela proprietária acompanhado do requerimento nº 18/2017 de 11 de Janeiro de 2017.

Art.2º. O desmembramento aprovado por este Decreto, provem de imóvel registrado junto ao 1º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Timbó sob matrícula nº 25.890, livro 2, e esta assim constituído;

§1º. 1.841,96m² (mil, oitocentos e quarenta e um metros e noventa e seis decímetros quadrados) de área distribuída em 01 (uma) área, assim constituída;

ÁREA Nº 01: 1.841,96m² (mil, oitocentos e quarenta e um metros e noventa e seis decímetros quadrados)

LOCALIZAÇÃO: Contendo a área de 1.841,96m², situado no lado ímpar da Avenida Tiradentes, distando pelo lado esquerdo do imóvel (ponto PP) 136,22 metros até o lado ímpar da Rua São Paulo, município de Rio Dos Cedros/SC, inicia-se a descrição deste imóvel no ponto PP, localizado na interseção da frente com o lado esquerdo do imóvel. Pela Frente, em linha reta, com o azimuth de 223º59'05" em 29,01 metros confrontando com o lado ímpar da Avenida Tiradentes até o ponto P1 de coordenadas E: 671.928,170 e N: 7.041.588,024. Pelo lado Direito, em duas linhas retas, a primeira defletindo a direita com o ângulo interno de 83º23'25" e azimuth de 320º35'40" em 41,00 metros confrontando com o imóvel matriculado sob nº 112, Lv. 2 de propriedade de Comercial Stolf até o ponto P2 de coordenadas E: 671.902,144 e N: 7.041.619,703 e a segunda defletindo a direita com o ângulo interno de 178º46'54" e azimuth de 321º48'46" em 15,52 metros confrontando com o imóvel matriculado sob nº 11.693, Lv. 2 de propriedade de Alvino Stolf até o ponto P3 de coordenadas E: 671.892,552 e N: 7.041.631,897. Pelos Fundos, em linha reta, defletindo a direita com o ângulo interno de 88º28'32" e azimuth de 53º20'13" em 39,48 metros

confrontando com a Área Remanescente até o ponto P4 de coordenadas E: 671.924,223 e N: 7.041.655,472. Pelo lado Esquerdo, em linha reta, defletindo a direita com o ângulo interno de 80º41'20" e azimuth de 152º38'53" em 52,44 metros confrontando com a Área Remanescente até o ponto PP de coordenadas E: 671.948,316 e N: 7.041.608,896, deste segue defletindo a direita com o ângulo interno de 108º39'48" com o início da descrição perfazendo o perímetro de 177,45 metros.

INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA Nº 01.02.001.0011

§2º. A área remanescente, objeto do presente Decreto, passa a contar com a área de 23.232,44m² (vinte e três mil, duzentos e trinta e dois metros e quarenta e quatro decímetros quadrados), com as seguintes descrições, confrontações e medidas:

ÁREA REMANESCENTE: 23.232,44m² (vinte e três mil, duzentos e trinta e dois metros e quarenta e quatro decímetros quadrados)

LOCALIZAÇÃO: Contendo a área de 23.232,44m², situado no lado ímpar da Avenida Tiradentes, distando pelo lado esquerdo do imóvel (ponto PP) 132,00 metros até o lado ímpar da Rua São Paulo, município de Rio Dos Cedros/SC, inicia-se a descrição deste imóvel no ponto PP, localizado na interseção da frente com o lado esquerdo do imóvel. Pela Frente, em linha reta, com o azimuth de 223º59'05" em 4,22 metros confrontando com o lado ímpar da Avenida Tiradentes até o ponto P1 de coordenadas E: 671.948,316 e N: 7.041.608,896. Pelo lado Direito, em três linhas retas, a primeira defletindo a direita com o ângulo interno de 71º20'12" e azimuth de 332º38'53" em 52,44 metros confrontando com a Área a Desmembrar até o ponto P2 de coordenadas E: 671.924,223 e N: 7.041.655,472; a segunda defletindo a esquerda com o ângulo interno de 279º18'40" e azimuth de 233º20'13" em 39,48 metros confrontando com a Área a Desmembrar até o ponto P3 de coordenadas E: 671.892,552 e N: 7.041.631,897 e a terceira defletindo a direita com o ângulo interno de 91º31'28" e azimuth de 321º48'46" em 312,36 metros confrontando com o imóvel matriculado sob nº 11.693, Lv. 2 de propriedade de Alvino Stolf até o ponto P4 de coordenadas E: 671.699,437 e N: 7.041.877,414. Pelos Fundos, em linha reta, defletindo a direita com o ângulo interno de 89º58'35" e azimuth de 51º50'11" em 103,52 metros confrontando com o imóvel matriculado sob nº 24.189, Lv. 2 de propriedade de Pegaso Administração e Participação Ltda até o ponto P5 de coordenadas E: 671.780,829 e N: 7.041.941,380. Pelo lado Esquerdo, em linha reta, defletindo a direita com o ângulo interno de 79º11'18" e azimuth de 152º38'53" com a distância total de 370,90 metros, sendo em 257,50 metros confrontando com o imóvel matriculado sob nº 21.740, Lv. 2 de propriedade de Partner Administradora de Bens Próprios Ltda e em 113,40 metros confrontando com o imóvel transcrito sob nº 4.176, fl. 173, Lv. 3-B de propriedade de Artur Uber até o ponto PP de coordenadas E: 671.951,248 e N: 7.041.611,934, deste segue defletindo a direita com o ângulo interno de 108º39'48" com o início da descrição perfazendo um perímetro de 882,92 metros. Esta área remanescente deverá ser obrigatoriamente anexado ao lote matriculado sob nº 21.740, Lv. 2. INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA Nº 01.03.001.0500

Art.3º. Apesar da aprovação do desmembramento feito por este Decreto, os requerentes estão obrigados a atender todas às exigências a que estão sujeitos, conforme Lei Complementar n.º 269, de 26 de agosto de 2015 e suas regulamentações, dentro do prazo estabelecido no respectivo processo de desmembramento.

Art.4º. TIBÉRIO BERTOLDI (ESPÓLIO), brasileiro, inscrito no CPF sob nº 112.493.409-00, portador da cédula de identidade nº 60.199-3, expedida pela SSP/SC e sua esposa SIBILA BETOLDI, brasileira, inscrita no CPF sob nº 820.878.069-34, portadora da cédula de identidade nº 3/C 336.870, expedida pela SSP/SC, bem como seus sucessores na titularidade do imóvel parcelado, ficam obrigados a atender o que determina a legislação Federal, estadual e municipal pertinentes, mais precisamente às Leis n.ºs 12.651, de 25 de maio de 2012 - Código Florestal, 6766/79 - Parcelamento do Solo Urbano, Lei Estadual Catarinense 6063/82.

Art.5º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Rio dos Cedros, 29 de Março de 2017.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI

Prefeito de Rio dos Cedros

Este Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar,

aos 29 de Março de 2017.

MARGARET SILVIA GREITER

Diretora de Gabinete

**DECRETO Nº 2.812, DE 11 DE ABRIL DE 2017.
APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREAS NO IMÓVEL
URBANO DE PROPRIEDADE DE TIBÉRIO FLORIANI
E LUDI ROSA FLORIANI, SITUADO DO LADO PAR DA
AVENIDA TIRADENTES,**

DECRETO Nº 2.812, DE 11 DE ABRIL DE 2017.

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREAS NO IMÓVEL URBANO DE PROPRIEDADE DE TIBÉRIO FLORIANI e LUDI ROSA FLORIANI, SITUADO DO LADO PAR DA AVENIDA TIRADENTES, NESTA CIDADE.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 50, inciso V, da Lei Orgânica do Município, Lei Municipal nº 233/1980, respeitada a Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979:

DECRETA;

Art.1º. Fica aprovado o desmembramento de áreas no imóvel urbano de propriedade de TIBÉRIO FLORIANI, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 133.262.449-91, portador da cédula de identidade nº 48.266-8, expedida pela SSP/SC e sua esposa LUDI ROSA FLORIANI, brasileira, inscrita no CPF sob nº 868.332.519-91, portadora da cédula de identidade nº 335.575-6, expedida pela SSP/SC, situado do lado par da Avenida Tiradentes, distando pelo lado esquerdo (marco PP), 313,00 metros do entroncamento do lado par da Avenida Tiradentes com o lado ímpar da rua D. Pedro II, tendo como área total escriturada de 1.760,32m² (mil, setecentos e sessenta metros e trinta e dois decímetros quadrados) fracionados em 02 (duas) áreas totalizando estas 1.760,32m² (mil, setecentos e sessenta metros e trinta e dois decímetros quadrados) sem área remanescente, conforme planta e documentos apresentados pelos proprietários acompanhado do requerimento nº 241/2017 de 20 de Fevereiro de 2017.

Art.2º. O desmembramento aprovado por este Decreto, provem de imóvel registrado junto ao 1º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Timbó sob matrícula nº 26.763, livro 2, e esta assim constituído;

§1º. 1.760,32m² (mil, setecentos e sessenta metros e trinta e dois decímetros quadrados) de área distribuída em 02 (duas) áreas, assim constituída;

ÁREA Nº 01: contendo a área de 880,16m² (oitocentos e oitenta metros e dezesseis decímetros quadrados) com a seguinte descrição:

Terreno urbano, situado do lado par da Avenida Tiradentes, distrito e município de Rio dos Cedros, registrado junto ao 1º ofício do registro de imóveis da comarca de Timbó sob nº26.763 L2

O marco PP dista pelo lado esquerdo 313,00 metros do entroncamento do lado par da Avenida Tiradentes com o lado ímpar da rua D. Pedro II.

Partindo do marco PP até o marco 04 pela frente ao norte com ângulo de 91º na distancia de 15,25 metros com o lado par da Avenida Tiradentes, segue do marco 04 até o marco 05 pelo lado

direito ao leste com ângulo de 90º 35' na distancia de 55,00 metros com a área (2) segue do marco 05 até o marco 03 nos fundos ao sul com ângulo de 89º28'10" na distancia de 16,77 metros com a margem direita do Rio dos Cedros, segue do marco 03 até o marco PP, pelo lado esquerdo ao oeste com ângulo de 88º56'50" na distancia de 55,00 metros com o imóvel mat nº1854 L2 de propriedade de Tarcisio Demarchi com um perímetro de 142,02 metros, edificado com uma casa residencial em alvenaria de um pavimento com área de 151,32 m2 sob nº 240.

Neste imóvel fica reservada uma Área de 804.35 m2 constante da faixa de 50,00 metros da margem direita do Rio dos Cedros, destinada a Área de PRESERVAÇÃO PERMANENTE APP, conforme lei nº12.651/2012. Que faz frente ao sul em 16,77 metros com a margem direita do Rio dos Cedros, fundos ao norte em 15,40 metros com o proprietário, lado direito ao oeste em 50,00 metros com o imóvel mat nº1854 L2 de propriedade de Tarcisio Demarchi, lado esquerdo ao leste em 50,00 metros com a área (2)

INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA: 01.01.001.0022

ÁREA Nº 02: contendo a área de 880,16m² (oitocentos e oitenta metros e dezesseis decímetros quadrados) com a seguinte descrição:

Terreno urbano, situado do lado par da Avenida Tiradentes, distrito e município de Rio dos Cedros, registrado junto ao 1º ofício do registro de imóveis da comarca de Timbó sob nº26.763 L2

O marco PP dista pelo lado esquerdo 328,25 metros do entroncamento do lado par da Avenida Tiradentes com o lado ímpar da rua D. Pedro II.

Partindo do marco 04 até o marco 01 pela frente ao norte com ângulo de 89º25' na distancia de 15,25 metros com o lado par da Avenida Tiradentes, segue do marco 01 até o marco 02 pelo lado direito ao leste com ângulo de 92º 10' na distancia de 55,00 metros com o imóvel mat nº5631 L2 de propriedade de Bety Regina Stolf, segue do marco 02 até o marco 05 nos fundos ao sul com ângulo de 87º53'10" na distancia de 16,77 metros com a margem direita do Rio dos Cedros, segue do marco 05 até o marco 04, pelo lado esquerdo ao oeste com ângulo de 90º31'50" na distancia de 55,00 metros com a área (1). com um perímetro de 142,02 metros.

Neste imóvel fica reservada uma Área de 804.35 m2 constante da faixa de 50,00 metros da margem direita do Rio dos Cedros, destinada a Área de PRESERVAÇÃO PERMANENTE APP, conforme lei nº12.651/2012. Que faz frente ao sul em 16,77 metros com a margem direita do Rio dos Cedros, fundos ao norte em 15,40 metros com o proprietário, lado direito ao oeste em 50,00 metros com a área (1) lado esquerdo ao leste em 50,00 metros com o imóvel mat nº5631 L2 de propriedade de Bety Regina Stolf.

INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA: 01.01.001.0177

Art.3º. Apesar da aprovação do desmembramento feito por este Decreto, os requerentes estão obrigados a atender todas às exigências a que estão sujeitos, conforme Lei Complementar n.º 269, de 26 de agosto de 2015 e suas regulamentações, dentro do prazo estabelecido no respectivo processo de desmembramento.

Art.4º. TIBÉRIO FLORIANI, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 133.262.449-91, portador da cédula de identidade nº 48.266-8, expedida pela SSP/SC e sua esposa LUDI ROSA FLORIANI, brasileira, inscrita no CPF sob nº 868.332.519-91, portadora da cédula de identidade nº 335.575-6, expedida pela SSP/SC, bem como seus sucessores na titularidade do imóvel parcelado, ficam obrigados a atender o que determina a legislação Federal, estadual e municipal pertinentes, mais precisamente às Leis n.ºs 12.651, de 25 de maio de 2012 - Código Florestal, 6766/79 - Parcelamento do Solo Urbano, Lei Estadual Catarinense 6063/82.

Art.5º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Rio dos Cedros, 11 de Abril de 2017.
MARILDO DOMINGOS FELIPPI
Prefeito de Rio dos Cedros

Este Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar,
aos 11 de Abril de 2017.
MARGARET SILVIA GRETTTER
Diretora de Gabinete

DECRETO Nº 2.813, DE 11 DE ABRIL DE 2017. ALTERA O DECRETO Nº 2.803, DE 01 DE MARÇO DE 2017 QUE DESIGNA O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI COMO ÓRGÃO AMBIENTAL MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 2.813, DE 11 DE ABRIL DE 2017.

Altera o Decreto nº 2.803, de 01 de março de 2017 que designa o Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI como órgão ambiental municipal, e dá outras providências.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica do Município; e

DECRETA:

Art. 1º - Os artigos 2º e 3º do Decreto nº 2.803, de 01 de março de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º - Fica cedido, parcialmente, ao Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI, como órgão ambiental municipal, o servidor efetivo PEDRO CLAUDINO DOS SANTOS JÚNIOR, inscrito no CPF sob nº 293.190.219-53, portador da cédula de identidade nº 520.698.7, expedida pela SSP/SC, investido no cargo de provimento efetivo de Engenheiro Agrônomo, nomeado pela Portaria nº 570, de 01 de junho de 1997, com carga horária total de 40 horas semanais.

§1º - A cessão parcial referida no caput deste artigo refere-se a 20 (vinte) horas semanais do total da jornada semanal do servidor mencionado.

a) A disposição da efetivação da jornada de trabalho do servidor cedido será acordada em termo de cessão entre o Chefe do Poder Executivo do Município de Rio dos Cedros e o Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI, aos quais caberá a decisão sobre os dias e horários em que o servidor público permanecerá à disposição desta ou daquela entidade.

b) Nenhum benefício a que fizer jus o servidor cedido, será prejudicado em razão da cessão efetivada nos termos deste Decreto, de modo que se considerará como efetivo exercício do cargo para todos os fins e efeitos.

c) Enquanto não houver o ato de disposição efetiva a que se refere a alínea "a" do §1º deste artigo, o servidor continuará exercendo suas atribuições em caráter integral junto ao Poder cedente, podendo, contudo, participar de seminários, cursos, congressos, e todas as demais ações e treinamentos necessários, cujos custos poderão ser arcados por quaisquer das entidades.

§2º - O servidor efetivo cedido, na forma do §1º deste artigo, permanecerá no seu regime jurídico e previdenciário originário, com remuneração paga pelo órgão cedente, cuja proporcionalidade em razão das horas de serviços efetivamente prestadas ao Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI, será ressarcida de

acordo com critérios de rateio constantes do termo de cessão a que se refere a alínea "a" do §1º deste artigo.

a) O cálculo do ressarcimento a que se refere o §2º do presente artigo levará em conta o total de despesas com o servidor, abrangendo o total de sua remuneração e encargos, inclusive patronais, décimo terceiro, terço de férias e respectivas, licenças, entre outros.

b) As datas para realização dos ressarcimentos, bem como a forma que ocorrerão, deverão ser tratadas no termo de cessão a que se refere a alínea "a" do §1º deste artigo.

c) Caberá ao Departamento de Recursos Humanos do Município de Rio dos Cedros, a realização dos cálculos a que se refere a alínea "a" do §2º deste artigo.

§3º - A presente cessão é formulada em conformidade com o que dispõe o artigo 146, II da Lei Complementar Municipal nº 001, de 04 de dezembro de 1991 c/c Cláusula Décima Terceira do Anexo I da Lei Complementar Municipal nº 213, de 27 de Março de 2012.

§4º - Não obstante o pagamento da holerite do servidor seja processado pelo Município de Rio dos Cedros, considerando o período de cessão do mesmo, tais despesas constituirão ônus da entidade requisitante, no caso, o Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI, devendo ser computadas como despesas de pessoal, proporcionais, deste, ficando excluídas do computo de despesas de pessoal da unidade cedente (Município de Rio dos Cedros), nos termos do artigo 18, caput da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Rio dos Cedros, 11 de Abril de 2017.
MARILDO DOMINGOS FELIPPI
Prefeito de Rio dos Cedros

Este Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar,
aos 11 de Abril de 2017.
MARGARET SILVIA GRETTTER
Diretora de Gabinete

DECRETO Nº 2.814, DE 11 DE ABRIL DE 2017. PRORROGA A DATA DE VENCIMENTO DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO (IPTU) EXERCÍCIO 2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 2.814, DE 11 DE ABRIL DE 2017.

PRORROGA A DATA DE VENCIMENTO DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO (IPTU) EXERCÍCIO 2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 70, inciso I, letra "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1990, e, artigo 477, § 1º da Lei Complementar nº 027, de 19 de dezembro de 2002;

CONSIDERANDO, o trâmite de procedimentos administrativos para aferição dos cadastros imobiliários do Departamento de Tributação, com repercussão direta na emissão dos respectivos carnês;

CONSIDERANDO, que a empresa responsável pelos serviços informatizados do Departamento de Tributação desta municipalidade está adotando as medidas para correção do problema, com previsão de equação do mesmo para as próximas semanas;

DECRETA:

Art.1º. Ficam prorrogadas as datas de vencimento das parcelas correspondente ao IPTU relativo ao exercício 2017, passando a primeira parcela e parcela única, a ter seu vencimento no dia 15/06/2017, e as parcelas seguintes para o mesmo dia dos meses subsequentes, mantidas todas as prerrogativas já previstas em lei.

Art.2º. Caso não haja normalização dos problemas relatados nos Considerandos acima, até a data de 08/06/2017, deverá o Departamento de Tributação comunicar ao Gabinete do Chefe do Poder Executivo para, em sendo o caso, promover nova prorrogação, sem prejuízo da apuração de responsabilidade da empresa fornecedoras dos serviços de informática por eventuais prejuízos.

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Rio dos Cedros, 11 de Abril de 2017.
MARILDO DOMINGOS FELIPPI
Prefeito de Rio dos Cedros

Este Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar, em 11 de Abril de 2017.
MARGARET SILVIA GREITER
Diretora de Gabinete

EXTRATO CT Nº. 077/2017 DATA: 03/04/2017
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 31/2017. MODALIDADE:
PREGÃO PRESENCIAL TIPO COMPARAÇÃO: POR
ITEM JULGAMENTO: MENOR PREÇO CONTRATO:
FRANTIESKA ARAUJO BIRCK ME (EMPREENHEIRA
BIRCK) OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA
CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO

CT nº. 077/2017

DATA: 03/04/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 31/2017. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL TIPO COMPARAÇÃO: Por Item JULGAMENTO: Menor Preço

CONTRATO: FRANTIESKA ARAUJO BIRCK ME (EMPREENHEIRA BIRCK)

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO

INÍCIO: 03/04/2017

TÉRMINO: 03/04/2018

VALOR: Nos termos do Credenciamento nº 31/2017

EXTRATO CT Nº. 078/2017 DATA: 05/04/2017
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 33/2017. MODALIDADE:
PREGÃO PRESENCIAL TIPO COMPARAÇÃO: POR
ITEM JULGAMENTO: MENOR PREÇO CONTRATO:
LINCK MAQUINAS S.A OBJETO: REGISTRO DE
PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PECAS ORIGINAIS
(MOTONIVELADORA VOLVO G930)

CT nº. 078/2017

DATA: 05/04/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 33/2017. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL TIPO COMPARAÇÃO: Por Item JULGAMENTO: Menor Preço

CONTRATO: LINCK MAQUINAS S.A

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PECAS ORIGINAIS (MOTONIVELADORA VOLVO G930)

INÍCIO: 05/04/2017

TÉRMINO: 05/04/2018

VALOR: Nos termos do Credenciamento nº 33/2017

EXTRATO CT Nº. 079/2017 DATA: 05/04/2017
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 6/2017 - MODALIDADE
DISPENSA DE LICITAÇÃO - CREDENCIAMENTO
FUNDO DE SAÚDE Nº 006/2017 CONTRATO:
ASSOCIAÇÃO BLUMENAUENSE DOS AMIGOS DOS
DEFICIENTES AUDITIVOS - ABADA

CT nº. 079/2017

DATA: 05/04/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 6/2017 - MODALIDADE DISPENSA DE LICITAÇÃO - CREDENCIAMENTO FUNDO DE SAÚDE Nº 006/2017 CONTRATO: ASSOCIAÇÃO BLUMENAUENSE DOS AMIGOS DOS DEFICIENTES AUDITIVOS - ABADA

OBJETO: CONTRATO DE CREDENCIAMENTO PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

INÍCIO: 05/04/2017

TÉRMINO: 05/04/2018

VALOR: Nos termos do Credenciamento nº 006/2017

EXTRATO CT Nº. 080/2017 DATA: 10/04/2017
TERMO DE FOMENTO - PROCESSO DE DISPENSA
DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº FS 007-2017 -
FUNDAMENTO LEGAL: ART. 30, VI C/C ART. 31,
II C/C 32 DA LEI 13.019, DE 21 DE JULHO DE
2014 CONTRATO: HOSPITAL E MATERNIDADE OASE
OBJETO: CONSULTAS MÉDICAS EM ESPECI

CT nº. 080/2017

DATA: 10/04/2017

TERMO DE FOMENTO - PROCESSO DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº FS 007-2017 - FUNDAMENTO LEGAL: ART. 30, VI C/C ART. 31, II C/C 32 DA LEI 13.019, DE 21 DE JULHO DE 2014 CONTRATO: HOSPITAL E MATERNIDADE OASE

OBJETO: CONSULTAS MÉDICAS EM ESPECIALIDADES AMBULATORIAIS do HOSPITAL E MATERNIDADE OASE E RESPECTIVOS PROCEDIMENTOS CIRURGICOS CORRELATOS

INÍCIO: 02/05/2017

TÉRMINO: 31/12/2017

VALOR: Nos termos da cláusula terceira deste contrato.

EXTRATO CT Nº. 081/2017 DATA: 10/04/2017
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 34/2017 - MODALIDADE:
PREGÃO PRESENCIAL - TIPO COMPARAÇÃO: POR
LOTE - JULGAMENTO: MENOR PREÇO CONTRATO:
ANTONIO DALLA GIACOMASSA - MEI OBJETO:
REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE
SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA A REDE
DE

CT nº. 081/2017

DATA: 10/04/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 34/2017 - MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL - TIPO COMPARAÇÃO: Por Lote - JULGAMENTO: Menor Preço

CONTRATO: ANTONIO DALLA GIACOMASSA - MEI

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA A REDE DE ENSINO DE RIO

DOS CEDROS - SC
INÍCIO: 10/04/2017
TÉRMINO: 10/04/2018
VALOR: Nos termos do Processo Licitatório Nº 34/2017

**EXTRATO CT Nº. 082/2017 DATA: 10/04/2017
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 36/2017 - MODALIDADE:
PREGÃO PRESENCIAL - TIPO COMPARAÇÃO: POR
ITEM - JULGAMENTO: MENOR PREÇO CONTRATO:
GENOIR DECORAÇÕES LTDA (MG DECORAÇÕES)
OBJETO: AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE PISO
TÉRMICO**

CT nº. 082/2017
DATA: 10/04/2017
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 36/2017 - MODALIDADE: PREGÃO
PRESENCIAL - TIPO COMPARAÇÃO: Por item - JULGAMENTO: Me-
nor Preço
CONTRATO: GENOIR DECORAÇÕES LTDA (MG DECORAÇÕES)
OBJETO: AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE PISO TÉRMICO - EDU-
CAÇÃO
INÍCIO: 10/04/2017
TÉRMINO: 09/07/2017
VALOR: Nos termos do Processo Licitatório Nº 36/2017

**EXTRATO CT. Nº076/ 2017 DATA: 29/03/2017
CONTRATO: SUELY LOURDES LEITEMPERGHER
ARNDT OBJETO: INSTRUMENTO CONTRATUAL DE
TRANSAÇÃO AMIGÁVEL PARA FINS DE INDENIZAÇÃO
DE DESAPROPRIAÇÃO DE BEM IMÓVEL.**

CT. Nº076/ 2017
DATA: 29/03/2017
CONTRATO: SUELY LOURDES LEITEMPERGHER ARNDT
OBJETO: INSTRUMENTO CONTRATUAL DE TRANSAÇÃO AMIGÁ-
VEL PARA FINS DE INDENIZAÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO DE BEM
IMÓVEL.
INÍCIO: 29/03/2017
TÉRMINO: 29/03/2018
VALOR: R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais)

**EXTRATO DO EDITAL DE PREGÃO Nº 49/2017 -
COM A FINALIDADE DE SELECIONAR PROPOSTA
OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS
DE MÃO DE OBRA PARA CAMINHÃO PIPA ACM-8035,**

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOS CEDROS

Extrato do Edital de Pregão Nº 49/2017

Tipo do Julgamento: Menor Preço

Tipo de Comparação: Por Lote

O Município de Rio dos Cedros, estabelecido na Rua Nereu Ramos, 205, Centro □ Rio dos Cedros - SC, informa que realizará licitação na modalidade de Pregão, com a finalidade de selecionar proposta objetivando a AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA CAMINHÃO PIPA ACM-8035, conforme especificações constantes do edital. Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, a Lei Federal nº. 8.666/93, o Decreto Municipal nº. 2.279/2007, a Lei Complementar nº. 123/2006 e demais legislações aplicáveis. Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem: Recebimento do envelope de proposta e do envelope de habilitação: Data: 03/05/2017 - Hora: 08:45. Início da Sessão Pública e abertura dos envelopes de propostas: Data: 03/05/2017 - Hora: 09:00. O Edital e seus anexos poderão ser extraídos através do site www.riodoscedros.sc.gov.br no link Licitações. As dúvidas pertinentes a presente licitação serão esclarecidas pelo Departamento de Licitações na Rua Nereu Ramos, nº 205, Centro, Rio dos Cedros □ SC, pelo telefone: (47) 3386-1050 ramal 2006 ou ainda pelo e-mail: licitacao@riodoscedros.sc.gov.br.

Rio dos Cedros, 18 de abril de 2017.

RAFAEL NONES

Secretário de Obras

Romelândia

PREFEITURA

LEILÃO 01/2017

EDITAL DE LEILÃO Nº 01/2017.

Processo Administrativo nº 810/2017

Objeto: Venda de Ativos Inservíveis do Município de Romelândia - SC.

O Município de Romelândia – Estado de Santa Catarina, através do Servidor Municipal Sr(a). DARIZ GENZ, matrícula nº 19747, nomeado pelo Decreto Municipal nº 3.762, de 07 de outubro de 2016, publicada em 07 de outubro de 2016, no Diário Oficial dos Municípios, realizará a venda de ativos inservíveis, ao final deste edital discriminados, através de leilão público oficial on-line e presencial, devidamente assessorado pela empresa MaisAtivo Intermediação de Ativos Ltda. (SUPERBID), contratada para prestar serviços de assessoria em vendas de ativos considerados inservíveis, conforme Contrato nº 80/2016. Todo o processo de realização do leilão será acompanhado pela comissão especial formada pelos Srs. Esmael Barp, Valmir Birkheuer, Milton Aimi, Valdinei Gregol e Reginaldo Spohr, nomeados pelo Decreto nº 3.80, de 16 de março de 2017, conforme dispõe o art. 43, parágrafo 4º e art. 51 da Lei Federal 8.666 de 1.993.

O leilão será cometido ao Servidor Municipal acima descrito, em conformidade com o que dispõe o artigo 53, da Lei 8.666/1993 e suas modificações posteriores e será regido pelas disposições que seguem:

LEILÃO - O leilão será realizado no dia 05 de Maio de 2017, a partir das 10:00h, na Rua 12 de Outubro nº 242 – sede da Câmara Municipal de Vereadores, Romelândia – SC.

A SUPERBID disponibilizará um Posto Avançado, situado na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini One, nº 105, 4º andar – Cidade Monções - São Paulo/SP - CEP 04571-010 (Auditório Superbid), para que os interessados possam acompanhar o leilão e ofertar seus lances através do PORTAL www.superbid.net.

CONDIÇÕES PARA PARTICIPAR DO LEILÃO - Para estar apto a ofertar lances para a aquisição dos bens expostos no PORTAL SUPERBID, o interessado deverá ser capacitado para contratar, nos termos da legislação em vigor. Menores de 18 (dezoito) anos não serão admitidos a participar do leilão.

Os interessados em participar do leilão deverão estar com seu CPF/CNPJ em situação regular junto a Receita Federal, bem como com seu endereço atualizado ou em processo de atualização na Receita Federal e no SINTEGRA - Sistema Integrado de Informações sobre Operações Interestaduais com Mercadorias e Serviços.

BENS - Os bens apreçados estão relacionados no Anexo I do presente Edital, e no site www.superbid.net, e serão vendidos NO ESTADO DE CONSERVAÇÃO em que se encontram e SEM GARANTIA, reservando-se ao Município de Romelândia - SC o direito de liberá-los, ou não, a quem maior lance oferecer bem como retirar, desdobrar ou reunir os bens em lotes, de acordo com o seu critério ou necessidade, por intermédio do Servidor Municipal.

As fotos divulgadas no PORTAL SUPERBID são meramente ilustrativas, não servindo de parâmetro para demonstrar o estado dos bens ou influenciar a decisão de oferta de lances para arrematação de bens.

O interessado declara ter pleno conhecimento do presente Edital, SENDO DE SUA RESPONSABILIDADE A VISTORIA PRÉVIA DOS LOTES, isentando o Município de Romelândia-SC e o PORTAL SUPERBID por eventuais vícios existentes no bem adquirido.

Os bens constantes em cada lote serão apreçados em quantidades aproximadas, sendo possível margem de até 10% (dez por cento) para mais ou para menos na quantidade dos referidos bens, sem que seja devido qualquer pagamento adicional e/ou reembolso do valor pago. Os bens sujeitos a pesagem serão pesados conforme balança do Município de Romelândia - SC.

VISITAÇÃO - Cabe aos interessados vistoriar os bens a serem apreçados entre o dia 18 de abril de 2017 e dia 04 de maio de 2017, no horário das 07h30min às 17h:30min horário do expediente da Prefeitura Municipal. Os interessados deverão entrar em contato com o PORTAL SUPERBID, através do telefone (11) 4950-9400, para agendamento de visita, com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas.

Os lotes a serem apreçados neste leilão encontram-se disponíveis na Rua Tiradentes, s/nº, junto à Secretaria de Obras, Urbanismo e Infra-estrutura do Município (Garagem Municipal).

Os lotes a serem apreçados estão devidamente descritos e caracterizados no Anexo I do presente Edital.

VALOR DEVIDO À SUPERBID - Os arrematantes deverão pagar à empresa MaisAtivo Intermediação de Ativos Ltda. (que utiliza o nome de fantasia SUPERBID) o valor correspondente a 10% (dez por cento) sobre o preço da arrematação (valor do lance ofertado).

O valor devido à SUPERBID não está incluso no valor do lance ofertado.

LANCES - Os lances poderão ser ofertados através do PORTAL SUPERBID e/ou presencialmente (na data do encerramento do leilão).

Os lances ofertados são IRREVOGÁVEIS e IRRETRATÁVEIS. O Usuário é responsável por todas as ofertas registradas em seu nome, pelo que os lances não podem ser anulados e/ou cancelados em nenhuma hipótese.

O Usuário poderá ofertar mais de um lance para um mesmo bem, prevalecendo sempre o maior lance ofertado.

O PORTAL SUPERBID permite o recebimento de lances virtuais simultaneamente aos presenciais e em tempo real.

Lances via Internet e de viva voz têm igualdade de condições.

Caso algum lance seja recebido nos 03 (três) últimos minutos do fechamento do lote, o cronômetro retroagirá a 03 (três) minutos do encerramento do lote e assim sucessivamente a cada lance efetuado nos últimos 03 (três) minutos, para que todos os Usuários interessados tenham a oportunidade de efetuar novos lances.

O Servidor Municipal encarregado do Leilão poderá, no interesse do Município de Romelândia - SC, conciliar (sincronizar) o horário previsto para o encerramento de lotes com características iguais ou semelhantes, com observância da regra prevista no parágrafo anterior.

PREÇO MÍNIMO DE VENDA DO BEM OU PREÇO DE RESERVA - É o valor mínimo estipulado pelo Município de Romelândia - SC para a venda do bem. O valor atribuído para o lance inicial exibido no PORTAL SUPERBID ("valor inicial do leilão" ou "valor de abertura") não é o preço mínimo de venda do bem ("valor reservado" ou "preço de reserva").

LANCES CONDICIONAIS - Quando o maior lance ofertado não atingir o preço de reserva e a critério do Servidor Municipal, poderão ser aceitos lances condicionais, os quais ficarão sujeitos a posterior aprovação do Município de Romelândia - SC.

Os lances condicionais serão válidos pelo prazo de até 07 (sete) dias úteis após a data do leilão. Aprovado o lance pelo Município de Romelândia - SC dentro desse prazo, o arrematante estará obrigado ao pagamento do preço do bem arrematado e do valor devido à SUPERBID (10% - dez por cento) nos 03 (três) dias úteis subsequentes. Caso o Município de Romelândia - SC não aprove o valor ofertado, o lance será desconsiderado, não sendo devido qualquer valor pelo proponente.

LANCES AUTOMÁTICOS - O Usuário poderá programar lances automáticos, de forma que, se outro Usuário cobrir seu lance, o sistema automaticamente gerará um novo lance para aquele Usuário, acrescido de um incremento fixo e pré-determinado, até um limite máximo definido pelo Usuário, com o objetivo de que o mesmo tenha certeza de que até o valor estipulado o seu lance será o vencedor. Os lances automáticos ficarão registrados no sistema com a data em que forem programados.

SINAL - Os arrematantes presentes no leilão físico deverão entregar ao Servidor Municipal, no ato da arrematação, a título de sinal, cheque no valor equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lance ofertado.

PAGAMENTO - O preço do bem arrematado e o valor devido à SUPERBID deverão ser pagos através de rede bancária, no prazo de até 03 (três) dias úteis a contar do encerramento do leilão/data da liberação do lance condicional, estando disponíveis os boletos bancários correspondentes na seção "Minha Conta", do PORTAL SUPERBID. Não é necessário o envio do boleto bancário para comprovação do pagamento efetuado.

Não serão aceitos pagamentos via TED - Transferência Eletrônica Disponível, DOC - Documento de Ordem de Crédito ou depósito bancário.

NOTA FISCAL DA SUPERBID - A Nota Fiscal da SUPERBID será emitida em nome do arrematante e enviada ao mesmo via e-mail pela Prefeitura do Município de São Paulo.

ICMS - O ICMS, quando devido, deverá ser pago diretamente pelo(s) arrematante(s), o(s) qual(is) deverá(ão) apresentar ao Município de Romelândia - SC a guia comprobatória do recolhimento, para liberação do bem arrematado.

RETIRADA - Correrão por conta do arrematante as despesas ou custos relativos à desmontagem, remoção, transporte e impostos incidentes sobre os bens arrematados.

O PORTAL SUPERBID não tem qualquer responsabilidade pela entrega do(s) bem(s) arrematado(s) ao(s) arrematante(s).

Após 07 (sete) dias úteis a contar da data da efetivação do pagamento (crédito/compensação de remessa em conta corrente) do valor do lance ofertado e do valor devido à SUPERBID, o(s) bem(ns), com exceção dos veículos, será(ão) disponibilizado(s) pelo Município de Romelândia - SC para ser(em) retirado(s) pelo(s) arrematante(s)/procurador(es), mediante a apresentação da Nota

Fiscal da SUPERBID e entrega de Procuração com firma reconhecida, se o caso.

Para efetuar a retirada do(s) bem(ns) arrematado(s), o arrematante deverá agendar data e horário junto ao Município de Romelândia - SC, cujo contato será oportunamente informado.

No ato da retirada do(s) bem(ns) arrematado(s), o arrematante deverá conferir o(s) referido(s) lote(s) (natureza, quantidade, estado ou condições em que o(s) mesmo(s) estiver(em)). Sendo constatada qualquer divergência e/ou irregularidade, o fato deverá ser imediatamente informado, por escrito, ao Município de Romelândia - SC, ficando a retirada suspensa até que estejam solucionadas as eventuais dúvidas existentes. Não poderá o arrematante alegar qualquer irregularidade e/ou divergência após a remoção do(s) bem(ns).

O arrematante deverá descaracterizar toda e qualquer identificação do Município de Romelândia - SC constante do bem arrematado.

Na retirada do(s) bem(ns) arrematado(s), o arrematante deverá respeitar e cumprir todas as normas internas de segurança estabelecidas pelo Município de Romelândia - SC no que se refere à utilização de veículo apropriado, pessoal devidamente identificado e portando todos os equipamentos obrigatórios de segurança estabelecidos pela legislação em vigor, não cabendo ao Município de Romelândia - SC qualquer responsabilidade por acidentes que venham a ocorrer durante e em função das operações de carregamento e retirada.

Se o(s) bem(ns) arrematado(s) não for(em) retirado(s) no prazo de até 10 (dez) dias úteis a contar da data de liberação de retirada, será cobrada pela guarda do(s) mesmo(s) uma taxa de 1% (um por cento)/dia, calculada sobre o valor da arrematação. Decorrido o período de 30 (trinta) dias úteis a contar da data de liberação de retirada sem que o(s) bem(ns) tenha(m) sido retirado(s), o(s) mesmo(s) poderá(ão) ser vendido(s) para terceiros, sendo devolvidos ao arrematante, no prazo de até 03 (três) dias úteis a contar do término do prazo para retirada do(s) bem(ns), os valores pagos, descontados o valor devido pela guarda do(s) bem(ns), o valor devido à SUPERBID e multa de 20% (vinte por cento) do valor do lance ofertado.

VEÍCULOS - Será de responsabilidade do arrematante o pagamento dos débitos de eventuais multas de trânsito e IPVA relativos ao(s) veículo(s) apreçoado(s), ainda que anteriores à data do leilão.

Após 10 (dez) dias a contar da data da efetivação do pagamento (crédito/compensação de remessa em conta corrente) do valor do lance ofertado e do valor devido à SUPERBID, os veículos arrematados e a respectiva documentação de transferência (DUT) serão disponibilizados pelo Município de Romelândia - SC para serem retirados pelo(s) arrematante(s)/procurador(es) mediante a apresentação da Nota Fiscal da SUPERBID e fornecimento de cópia da Cédula de Identidade, CPF/MF e Carteira Nacional de Habilitação, no caso de Pessoa Física, e Contrato Social ou Estatuto Social acompanhado de Ata de Eleição da Diretoria, no caso de Pessoa Jurídica, bem como de Procuração com firma reconhecida, se o caso.

A disponibilização dos veículos e respectiva documentação, no prazo acima estabelecido, fica condicionada à comprovação, pelos arrematantes, da quitação da integralidade dos débitos que eventualmente recaiam sobre os veículos arrematados.

Para efetuar a retirada do(s) veículo(s) arrematado(s), o arrematante deverá agendar data e horário junto ao Município de Romelândia - SC, cujo contato será oportunamente informado.

Se o(s) veículo(s) arrematado(s) não for(em) retirado(s) no prazo

de até 10 (dez) dias úteis a contar da data de liberação de retirada, serão cobradas pela guarda do(s) mesmo(s) as seguintes taxas: R\$ 30,00 (trinta reais)/dia por automóvel arrematado e R\$ 100,00 (cem reais)/dia por caminhão arrematado. Decorrido o período de 30 (trinta) dias úteis a contar da data de liberação de retirada sem que o(s) veículo(s) tenha(m) sido retirado(s), o(s) mesmo(s) poderá(ão) ser vendido(s) para terceiros, sendo devolvidos ao arrematante, no prazo de até 03 (três) dias úteis a contar do término do prazo para retirada do(s) bem(ns), os valores pagos, descontados o valor devido pela guarda do(s) bem(ns), o valor devido à SUPERBID e multa de 20% (vinte por cento) do valor do lance ofertado.

Deverá o arrematante transferir o(s) veículo(s) arrematado(s) para o seu nome nos 30 (trinta) dias subsequentes à entrega do(s) documento(s), bem como encaminhar cópia da documentação já transferida para a SUPERBID, aos cuidados do Setor Operacional, na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini One, nº 105, 4º andar – Cidade Monções – São Paulo/SP – Brasil ou por fax (0 xx 11 2163-7801). Independentemente dessa providência, o Município de Romelândia - SC cientificará o DETRAN da(s) venda(s) ocorrida(s) através do envio de cópia do Documento Único de Transferência - DUT do(s) veículo(s) arrematado(s). Não sendo realizada a transferência do veículo no prazo acima estipulado, o Município de Romelândia - SC poderá solicitar o bloqueio do mesmo junto ao órgão responsável.

Correrão por conta dos arrematantes todas as despesas de transferência do(s) veículo(s) para o seu nome, inclusive despesas com serviços de terceiros, despachantes, taxas, vistorias e quaisquer outras necessárias, como emissão de segunda via de documentos, mesmo que decorrentes da indisponibilidade, perda ou extravio do DUT na Prefeitura.

No caso de veículos vendidos na condição de sucatas correrão por conta dos arrematantes todas as despesas com o recorte do registro/número de chassi do veículo, que deverá ser entregue à Prefeitura antes da retirada do bem/lote, sendo esta obrigação uma condição para a retirada.

O PORTAL SUPERBID não tem qualquer responsabilidade pela entrega do(s) veículo(s) arrematado(s) e respectiva documentação ao(s) arrematante(s).

INADIMPLÊNCIA - Caso o arrematante não pague o preço do bem arrematado e o valor devido à SUPERBID no prazo acima estipulado (03 dias úteis), a arrematação ficará cancelada, devendo o arrematante pagar o valor devido à SUPERBID (10% - dez por cento) e o valor correspondente a 15% (quinze por cento) do lance ofertado, destinado ao Município de Romelândia - SC e ao pagamento de eventuais despesas incorridas. Nesta hipótese, os dados cadastrais do arrematante poderão ser incluídos nos órgãos de proteção ao crédito.

O arrematante inadimplente não será admitido a participar de qualquer outro leilão divulgado no PORTAL SUPERBID, pelo que seu cadastro ficará bloqueado. Caso sejam identificados cadastros vinculados a este cadastro bloqueado, os mesmos serão igualmente bloqueados.

Caso o arrematante esteja com seu CPF/CNPJ em situação "suspensa/irregular" junto a Receita Federal ou com seu endereço desatualizado junto a Receita Federal e/ou SINTEGRA, ficará sujeito à perda do lote arrematado e dos valores pagos.

CAMPO DE ATUAÇÃO - O PORTAL SUPERBID não se responsabiliza por prejuízos ou quaisquer tipos de danos advindos das transações efetuadas entre os arrematantes e o Município de Romelândia - SC, atuando sempre e tão somente como provedor de espaço virtual para divulgação online dos leilões oficiais, limitando-se a veicular

os dados relativos aos bens (descrição, informações, apresentação e publicidade), fornecidos pelo Município de Romelândia - SC, através do PORTAL SUPERBID. Cabe ao Município de Romelândia - SC responder, perante os arrematantes, pela veracidade das informações veiculadas, pela transação de venda e compra, assim como pela qualidade, origem e legitimidade dos bens ofertados.

SANÇÕES - O PORTAL SUPERBID, a seu exclusivo critério, poderá cancelar qualquer lance, sempre que não for possível autenticar a identidade do interessado, ou caso este venha a descumprir as regras estabelecidas neste Edital.

SISTEMA - O interessado responderá civil e criminalmente pelo uso de equipamento, programa ou procedimento que possa interferir no funcionamento do PORTAL SUPERBID.

O PORTAL SUPERBID não será responsável por qualquer prejuízo eventualmente acarretado aos interessados por dificuldades técnicas ou falhas no sistema da Internet.

O PORTAL SUPERBID não garante o acesso contínuo de seus serviços, uma vez que a operação do PORTAL SUPERBID poderá sofrer interferências acarretadas por diversos fatores fora do seu controle.

MODIFICAÇÃO - O PORTAL SUPERBID poderá, a qualquer momento e a seu livre arbítrio, acrescentar, extinguir ou alterar alguns ou todos os serviços disponíveis no PORTAL SUPERBID.

REGISTRO - Uma vez aceitas as regras estabelecidas neste Edital, o Usuário autoriza o respectivo registro perante Cartório de Registro de Títulos e Documentos, para que produza todos os efeitos legais, correndo por conta da SUPERBID os custos envolvidos.

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL - Eventual impugnação ao Edital deverá ser protocolada junto a Prefeitura Município de Romelândia - SC, no prazo de até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para a realização do leilão.

Não serão conhecidas as impugnações apresentadas fora do prazo legal e/ou subscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo licitante.

DISPOSIÇÕES GERAIS - As dúvidas que surgirem durante o leilão serão analisadas pelo Servidor Municipal designado juntamente com a comissão de leilão e, a critério destes, repassadas à Procuradoria Geral do Município de Romelândia - SC.

O Município de Romelândia - SC, através de seu representante, se reserva no direito de revogar, adiar ou anular o presente leilão, total ou parcialmente, desde que haja a devolução dos recursos comprovadamente empregados na arrematação do lote.

A participação do licitante implica em aceitação de todos os termos do presente Edital

Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo Servidor Municipal, com base na legislação em vigor.

Romelândia, 13 de abril de 2017.
VALDIR BUGS
Prefeito Municipal

ANEXO I

Lote	Nome do produto	Valor de Venda
1	RENAULT LOGAN EXPR 16 R, 2014/2015, PL.: MLF-5529 (SC), CH.: 93Y4SRD6E-FJ664564	R\$ 17.250,00
2	FIAT PALIO FIRE ECONOMY 1.0 , 2011/2011, PL.: MIC-9472 (SC), CH.: 9BD17164LB5741336	R\$ 6.000,00
3	FIAT DOBLO JAEDI AMB 1.8 , 2008/2009, PL.: MEY-7595 (SC), CH.: 9BD22315592014243	R\$ 12.750,00
4	RENAULT RENAULT KANGOO EX TH AMB 1.6 , 2014/2015, PL.: AYC-9651 (SC), CH.: 8A1FC1415FL236997	R\$ 18.000,00
5	WOLKSWAGEN FUSCA 1600, 1995/1995, PL: LWW-4554 (SC) CH: 9BWZZZ113SP003018	R\$ 1.000,00
6	SUCATA DE DISTRIBUIDOR DE ADUBO IAC	R\$ 100,00
7	SUCATA DE PNEUS (APROX. 100 UNIDADES)	R\$ 200,00
8	SUCATA DE MÓVEIS ESCOLARES	R\$ 50,00
9	BRITADOR MÓVEL CCM	R\$ 170.000,00

PORTARIA 8420/2017

PORTARIA Nº 8420/2017

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PUBLICO QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder ao Servidor Público Municipal ADRIANO SOARES, férias referente ao período aquisitivo de 01 de março de 2016 à 28 de fevereiro de 2017, para serem gozadas de 18 de abril de 2017 à 17 de maio de 2017.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 18 de abril de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lucia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

Santa Cecília

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 042/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 042/2017

A Prefeita Municipal de Santa Cecília, Alessandra Aparecida Garcia, torna público aos interessados, que realizará Licitação Pública, na modalidade de Pregão Presencial, no dia 05 de Maio de 2017 às 14h00min, com objetivo de receber proposta de pessoa jurídica para Contratação de empresa especializada para executar os serviços de auditoria na Prefeitura Municipal de Santa Cecília - SC, conforme exigências constantes no Anexo I (Especificação do Objeto). Melhores informações e cópia do presente edital na íntegra, poderão ser obtidas junto ao departamento de licitações da Prefeitura Municipal de Santa Cecília das 08h30min às 12h00min e das 13h30min as 17h30min, ou pelo Telefone (49) 3244-2032. E-mail: licitacoes@santacecilia.sc.gov.br. site: www.santacecilia.sc.gov.br.

Santa Cecília, 18 de Maio de 2017.
Alessandra Aparecida Garcia
Prefeita Municipal

Santa Rosa de Lima

PREFEITURA

LICITAÇÃO 25/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DE LIMA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2017

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2017

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA, DE EXPEDIENTE, PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E DEMAIS MATERIAIS DE CONSUMO PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DE LIMA.

Data, Horário e Local de Abertura: 09 de maio de 2017, às 08:00 horas na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua 10 de Maio, nº 80, Centro, Santa Rosa de Lima. A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas no horário de expediente, de segunda a sexta-feira das 7:00 às 13:00 horas no Prédio Sede da Prefeitura Municipal. Para esclarecimentos de dúvidas fica a disposição dos interessados o telefone (48) 3654-3000.

Santa Rosa de Lima, 18 de abril de 2017.

SALESIO WIEMES

Prefeito Municipal

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

ATA DE JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO TP 34/2017

ATA DE JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

Licitação nº 034/2017 – Tomada de Preços 034/2017

Às 15h00min(quinze horas) do dia dezessete de abril de dois mil e dezessete, a Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul, conforme designada pelo decreto Nº 001/2017 de 09 de Janeiro de 2017, reuniram-se com o objetivo de abrir os envelopes nº 01, contendo a documentação de habilitação da Licitação nº 034/2017, na modalidade Tomada de Preços, cujo objeto é a "Prestação de Serviços técnicos na adequação do projeto da 1ª etapa do sistema de esgotamento sanitário, elaboração de planilha orçamentária com memorial de cálculo dos quantitativos e cronograma físico-financeiro atualizado".

Entregaram, tempestivamente, os envelopes contendo a habilitação e a proposta, as licitantes abaixo relacionadas:

EMPRESA
VITAL ENGENHARIA LTDA
MULT ENGENHARIA LTDA – ME

1. Reuniu-se a comissão permanente de licitação para o Julgamento dos documentos de habilitação das empresas.
2. Iniciou-se a análise da habilitação das empresas, conforme quadro acima.
3. Após a análise da documentação, a comissão decide por habilitar a empresa VITAL ENGENHARIA LTDA por ter apresentado a documentação em conformidade com o solicitado no Edital.
4. A comissão optou-se por inabilitar a empresa MULT ENGENHARIA LTDA – ME, uma vez que a certidão de acervo técnico apresentado pela empresa refere-se a obra/serviço não concluído, não sendo apta a comprovar a capacidade de executar o objeto licitado, conforme orientação da Polícia Federal na operação Água de Prata.
5. Neste ato comunicamos os representantes das empresas licitantes, do prazo de 5(cinco)dias, contados desta data, para interposição de recurso, conforme art. 109, da Lei 8.666/93.
6. Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Comissão, determinou o encerramento da sessão e ordenou a lavratura da presente Ata que depois de lida e achada conforme vai assinada pelos

membros da Comissão.

Santa Rosa do Sul, 17 de Abril de 2017.

Ana Regina

Presidente

Paulo de Borba Rosane Ferreira Emerim

Membro

Wilfried Hemmer

Membro

Célia Caetana Paulo de Borba Roxo

Membro

EXTRATO DE CONTRATO 066/2017

EXTRATO DE CONTRATO Nº 066/2017

Processo de Licitação nº 036/2017-Pregão nº 036/2017

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: Tratowel Com.de Máquinas Agrícolas Ltda

OBJETO: Fornecimento de 01 (uma) Colhedora de forragens de uma linha de no mínimo de 12 facas serrilhadas, para uso do Setor de Agricultura.

Base Legal: Lei Nº 10.520/02, subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93.

Valor: R\$ 17.850,00 (Dezessete mil, oitocentos e cinquenta reais).

Vigência: 17/04/2017 a 31/12/2017.

RESULTADO DE LICITAÇÃO 033/2017 PR

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO SUL

RESULTADO DE LICITAÇÃO

Processo de Licitação nº 033/2017-PREGÃO PRESENCIAL

Objeto: AQUISIÇÃO DE 01 VEÍCULO AUTOMOTOR USADO, SEDAN, ANO 2009 A 2011 E 01 VEÍCULO AUTOMOTOR USADO, SEDAN ANO 2011 A 2014.

ITEM 02: 01 VEÍCULO AUTOMOTOR USADO, SEDAN ANO 2011 A 2014.

Proponente Vencedor ITEM 02: MARCOS VINÍCIUS PEREIRA

CPF: 642.414.759-49

TOTAL: R\$ 58.950,00 (cinquenta e oito mil, novecentos e cinquenta reais).

Homologação 05 de Abril de 2017.

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 004/2017

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL S/C

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 04/2017

CONTRATANTE: Câmara de Vereadores Santa Rosa do Sul S/C

CONTRATADA: Daiane Ferreira Onorio

OBJETO: CONSTITUI O OBJETO DO PRESENTE CONTRATO OS SERVIÇOS DE FILMAGEM NAS SESSÕES ORDINÁRIAS E EXTRAORDINÁRIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTA ROSA DO SUL SC, PUBLICANDO OS REFERIDOS VÍDEOS NO FACEBOOK E SITE DA CÂMARA, 48 HORAS APÓS CADA SESSÃO GRAVADA.

Base Legal: Lei 8.666/93

VALOR: R\$ 7.800,00 (Sete mil e oitocentos reais)

VIGÊNCIA: 01/03/2017 a 31/12/2017.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 005/2017

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL S/C

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 05/2017

CONTRATANTE: Câmara de Vereadores Santa Rosa do Sul S/C

CONTRATADA: Alessandra Rodrigues de Borba

OBJETO: CONSTITUI O OBJETO DO PRESENTE CONTRATO OS SERVIÇOS DE STREAMING DE VIDEO PARA MANUTENÇÃO MENSAL DE TRANSMISSÃO AO VIVO NAS SESSÕES ORDINÁRIAS E EXTRAORDINÁRIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTA ROSA DO SUL SC.

Base Legal: Lei 8.666/93

VALOR: R\$ 7.800,00 (Sete mil e oitocentos reais)

VIGÊNCIA: 01/03/2017 a 31/12/2017.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 006/2017

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL S/C

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 06/2017

CONTRATANTE: Câmara de Vereadores Santa Rosa do Sul S/C

CONTRATADA: R. da Silva Scheffer EPP

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE CONTRATO CONSISTE NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA, CONSULTORIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA NA ÁREA FINANCEIRA, ORÇAMENTÁRIA E ADMINISTRATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL.

Base Legal: Lei 8.666/93

VALOR: R\$ 7.900,00 (Sete mil e novecentos reais)

VIGÊNCIA: 01/03/2017 a 31/12/2017.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 007/2017

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL S/C

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 07/2017

CONTRATANTE: Câmara de Vereadores Santa Rosa do Sul S/C

CONTRATADA: Rede de Comunicações Amorim LTDA - ME.

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato, a publicação de atos e publicações legais, cobertura jornalística, produções e impressões de informativos e exemplares pela CONTRATADA.

Base Legal: Lei 8.666/93

VALOR: R\$ 4.000,00 (quatro mil reais)

VIGÊNCIA: 01/03/2017 a 31/12/2017.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 008/2017

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL S/C

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 08/2017

CONTRATANTE: Câmara de Vereadores Santa Rosa do Sul S/C

CONTRATADA: Mampituba FM Stereo LTDA - ME.

OBJETO: CONTITUI OBJETO DO PRESENTE CONTRATO, A DIVULGAÇÃO DE ATOS LEGAIS EM CHAMADAS EM RÁDIO PELA CONTRATADA.

Base Legal: Lei 8.666/93

VALOR: R\$ 3.900,00 (três mil e novecentos reais)

VIGÊNCIA: 01/03/2017 a 31/12/2017.

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

PORTARIA Nº 70/2017

PORTARIA Nº 070/2017

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Fica concedida férias regulamentar, ao servidor público municipal, senhor Nolci Antonio Milani, matrícula 8729/01, lotado na Secretaria de Infraestrutura. Período aquisitivo de 08/08/2013 a 07/09/2014, período de gozo de férias de 17/04/2017 a 16/05/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 17 de Abril de 2017.

DERLI FURTADO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

CRISTIANO BATISTA MACHADO

Secretario Municipal

Matricula: 5614/02

São Bento do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 52/2017 - DESERTA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL
EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 52/2017

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Planejamento e Urbanismo, vem através deste comunicar que o Edital de Concorrência Pública acima especificado com o seguinte objeto: FORNECIMENTO DE MATERIAL, MÃO DE OBRA E DEMAIS OBRIGAÇÕES NECESSÁRIAS PARA AMPLIAÇÃO DE META DA PRAÇA DOS ESPORTES E DA CULTURA - PEC, NA RUA OTTO EDUARDO LEPPER, S/N, BAIRRO SERRA ALTA, MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, CONFORME TERMO DE COMPROMISSO Nº 0363.525-07/2011 MINISTÉRIO DA CULTURA/CAIXA E DE ACORDO COM O MEMORIAL DESCRITIVO E PROJETOS EM ANEXO, ficou deserto.

São Bento do Sul, 18 de abril de 2017.

LUIZ CLAUDIO GAYER SCHUVES
Secretário de Planejamento e Urbanismo

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2017 - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2017

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Presidente do Fundo Municipal de Saúde, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 08:30 horas do dia 03 de maio de 2017, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO HOSPITALAR PARA REALIZAÇÃO DE CONSULTAS, EXAMES E CIRURGIAS (MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE), DESTINADO À POPULAÇÃO DE SÃO BENTO DO SUL, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO.

Os interessados poderão retirar o Edital completo, no site da Prefeitura: www.saobentodosul.sc.gov.br/licitacao, obter maiores informações na Secretaria de Administração – Departamento de Compras, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 12:00 e das 13:00 às 16:00 horas.

São Bento do Sul, 13 de abril de 2017.
MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO
Presidente do Fundo Municipal de Saúde

TIAGO MARTINHUK
Pregoeiro

EDITAL Nº 003/2017

PROCESSO SELETIVO DE FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA
PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA
EDITAL N.º 03/2017

CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR

O Prefeito Municipal de São Bento do Sul, homologa e torna público a lista de classificação preliminar do Processo Seletivo de Contratação Temporária Edital n.º 03/2017.

Informa ainda que conforme dispõe o Edital, os documentos comprobatórios de tempo de serviço apresentados em desacordo com o item 4.4 do Edital não foram considerados. Os dependentes declarados e não comprovados com documentos conforme o item 3.3 também não foram considerados.

O prazo para recursos será de 02 (dois) dias úteis a partir da data de publicação desta classificação.

CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR

CARGO: MÉDICO PEDIATRA – NÃO HOUVE NENHUM CANDIDATO INSCRITO

CARGO: MÉDICO GINECOLOGISTA/OBSTETRA

Classificação	Inscrição	Nome do Candidato	Pontuação	Dependentes	Data Nascimento
1º	19	DULIO ALEJANDRO LA ROSA JIMENEZ	0	0	10/09/1960

CARGO: ODONTÓLOGO

Classificação	Inscrição	Nome do Candidato	Pontuação	Dependentes	Data Nascimento
1º	10	JOSÉ INGLÊZ DA SILVA	7,5	0	28/01/1961
2º	04	JOCIMÉRI WEBBER	7,5	0	26/05/1969
3º	15	ROGERIO BENDER	5,0	2	21/04/1972
4º	17	GREICE TREVISANI TASCA	5,0	2	15/12/1984
5º	07	IVALDO MONTEIRO	5,0	1	19/11/1960
6º	05	CAROLINE DE LIMA BRITO ANGELO	5,0	0	13/09/1984
7º	03	MARIA VITORIA RIBEIRO MATHIAS	5,0	0	17/12/1988
8º	14	FRANCIELE TAMI TERAJIMA	0	0	30/04/1988
9º	18	HELOISA RIEPER DA SILVA MELCHIORETTO	0	0	18/12/1989

CARGO: AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO

Classificação	Inscrição	Nome do Candidato	Pontuação	Dependentes	Data Nascimento
1º	11	ARIANE RUIZ PALOMA	7,5	0	31/03/1970
2º	06	ELISANGELA APARECIDA BECHTOLD	7,5	0	12/01/1978
3º	16	DJULIANE MARIA WEDDERHOFF	5,0	3	02/10/1981
4º	01	LEIDIANE APARECIDA DA SILVEIRA	5,0	1	18/09/1989
5º	08	BIANCA CRISTINA CORREA WOLLMANN	5,0	0	10/01/1989
6º	02	NILZA BARBOSA TEIXEIRA GANZALA	2,5	1	12/08/1983
7º	13	KARINA DE PAULA OLIVEIRA	2,5	1	08/04/1993
8º	09	SIMONE MARTINS DE SOUZA	0	2	30/03/1977
9º	12	CINTIA TIBES VERLE KRÜGER	0	1	22/12/1986

São Bento do Sul, 18 de abril de 2017

Magno Bollmann

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1248/2017

PORTARIA Nº 1248, DE 17 DE ABRIL DE 2017.

Revoga Portaria nº 1151/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

REVOGAR, a partir de 10 de abril de 2017, a Portaria nº 1151/2017, que nomeou ADEMIR JOÃO AGUIAR, no cargo de Diretor do Departamento de Serviços Urbanos, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

São Bento do Sul, 17 de abril de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

SAMAE - São Bento do Sul

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 15/2017

Pregão Presencial nº 15/2017

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo Nº 15/2017

MENOR PREÇO POR ITEM

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até as 09:30 horas do dia 04 de maio de 2017, em sua sede na Rua Marechal Floriano, nº 214, propostas para:

DO OBJETO: Aquisição de lixeira em alumínio com três compartimentos, contêiner plástico azul com rodas, suporte para descarte de pilhas

e baterias, cesto para descarte de pilhas e baterias e caixas de alumínio fosco para montagem de equipamentos de medição e controle de pressão, para o SAMAE.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo, no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transporte), sede do SAMAE-SBS, no endereço acima especificado, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h00 ou através da internet no site: www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao

São Bento do Sul, 18 de abril de 2017.

FRIDOLINO VAN DEN BOOM

Diretor Presidente

São Bonifácio

PREFEITURA

PROCESSO DE LICITAÇÃO 19/2017 EDITAL DE PREGÃO 11/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SÃO BONIFÁCIO AVISO DE LICITAÇÃO Processo de Licitação 19/2017 Edital de Pregão 11/2017 do Tipo: Menor Preço por Item; OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS NA ÁREA ADMINISTRATIVA E ECONÔMICA, PARA OPERACIONALIZAÇÃO DO SISTEMA DE CONVÊNIOS E SERVIÇO DE INFRA-ESTRUTURA DE INFORMÁTICA PARA A PREFEITURA MUNICIPAL E PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, conforme especificações no edital e anexos. Início da sessão pública: às 14:00 horas do dia 03/05/2017. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura sito à Avenida 29 de Dezembro, 12 – Centro – SC, ou pelo fone (48) 3252-0111. São Bonifácio(SC), 18 de Abril de 2017. Ricardo de Souza Carvalho – Prefeito Municipal

São Carlos

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 033-2017 - ADM

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 33/2017 ADM

Processo Adm. nº 33/2017 - ADM

Pregão Presencial nº 33/2017

Tipo : Menor Preço por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE SERVIÇOS PARA REPAROS, AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS.

Entrega dos Envelopes e Credenciamento: até as 08:00 horas – dia 03 de maio de 2017

Abertura dos Envelopes: 08:30 horas - dia 03 de maio de 2017.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: RUA DEMETRIO LORENZ, 747, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone (49) 3325-3000. www.saocarlos.sc.gov.br

SAO CARLOS, 18 de abril de 2017.

RUDI MIGUEL SANDER

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 07/2017 - FMS

Estado de Santa Catarina

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO CARLOS

EXTRATO CONTRATUAL ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Processo adm. .nº.: 15/2017 RP. 07/2017

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO CARLOS

Contratada.: SÃO CARLOS TUR VIAGENS E TURISMO LTDA - ME

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA A POSSÍVEL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OBJETIVANDO O TRANSPORTE PARA TRATAMENTO DE SAÚDE FORA DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

Valor : R\$ 89.000,00

Vigência : 12 MESES

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2017

Recursos : DOTAÇÃO: ORÇAMENTO ANUAL 2017

SAO CARLOS/SC, 13 de abril de 2017

RUDI MIGUEL SANDER

PREFEITO MUNICIPAL

São Domingos

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 055/2017

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC

Processo Licitatório PREFE n. 055/2017

Pregão Presencial PREFE n. 019/2017

A Pregoeira Oficial do Município de São Domingos, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que até as 08:30 horas do dia 03 de maio de 2017, estará recebendo as propostas dos interessados para AQUISIÇÃO DE CONJUNTO MOTOBOMBA, SERVIÇOS DE RETIRADA, REINSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTO DE BOMBEAMENTO E DEMAIS PEÇAS A SEREM UTILIZADAS NO POÇO ARTESIANO DO DISTRITO DO MARATÁ, conforme especificado em seu Edital, e em conformidade com a Lei n. 8.666/93, Lei n. 10.520/02; Decreto n. 5.504/05; Decreto Municipal n. 020/06, Decreto Municipal 480/2010 e demais normas pertinentes. Informações e esclarecimentos deste Edital serão fornecidos pelo fone (049) 3443-0281 e e-mail: licitacao@saodomingos.sc.gov.br. São Domingos, SC, 18 de abril de 2017.

Paula Natana Comachio - Pregoeira Oficial do Município.

São João Batista

PREFEITURA

DECRETO FUNCIONAL 302/2017

DECRETO FUNCIONAL 302/2017

Admitir em Caráter Temporário.

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica admitida em caráter temporário ADRIELIA MARTIM para prestar serviços de excepcional interesse público na função de MONITORA ESCOLAR, 30h semanais, pelo período de 02/03/2017 à 16/12/2017, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da admissão.

São João Batista, 27 de março de 2017.

Daniel Netto Cândido
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em: ____/____/____

Assinatura Responsável

DECRETO FUNCIONAL 303/2017

DECRETO FUNCIONAL 303/2017

Admitir em Caráter Temporário.

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica admitida em caráter temporário JANE ANHAIA FIORI para prestar serviços de excepcional interesse público na função de MONITORA ESCOLAR, 30h semanais, pelo período de 02/03/2017 à 16/12/2017, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da admissão.

São João Batista, 27 de março de 2017.

Daniel Netto Cândido
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em: ____/____/____

Assinatura Responsável

DECRETO FUNCIONAL 304/2017

DECRETO FUNCIONAL 304/2017

Admitir em Caráter Temporário.

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica admitida em caráter temporário CHIRLANA DE SOUZA para prestar serviços de excepcional interesse público na função de MONITORA ESCOLAR, 30h semanais, pelo período de 02/03/2017

à 16/12/2017, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da admissão.

São João Batista, 27 de março de 2017.

Daniel Netto Cândido
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em: ____/____/____

Assinatura Responsável

DECRETO FUNCIONAL 305/2017

DECRETO FUNCIONAL 305/2017

Admitir em Caráter Temporário.

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica admitida em caráter temporário ALINI CRISTINA DOS SANTOS para prestar serviços de excepcional interesse público na função de MONITORA ESCOLAR, 30h semanais, pelo período de 02/03/2017 à 16/12/2017, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da admissão.

São João Batista, 27 de março de 2017.

Daniel Netto Cândido
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em: ____/____/____

Assinatura Responsável

DECRETO FUNCIONAL 306/2017

DECRETO FUNCIONAL 306/2017

Admitir em Caráter Temporário.

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica admitida em caráter temporário TASSIA LARISSA STRITHORST ENDER para prestar serviços de excepcional interesse público na função de MONITORA ESCOLAR, 30h semanais, pelo período de 02/03/2017 à 16/12/2017, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da admissão.

São João Batista, 27 de março de 2017.

Daniel Netto Cândido
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em: ____/____/____

Assinatura Responsável

DECRETO FUNCIONAL 307/2017

DECRETO FUNCIONAL 307/2017

Admitir em Caráter Temporário.

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica admitida em caráter temporário MIRIA PIVA para prestar serviços de excepcional interesse público na função de MONITORA ESCOLAR, 30h semanais, pelo período de 02/03/2017 à 16/12/2017, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da admissão.

São João Batista, 27 de março de 2017.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em: ____/____/____

Assinatura Responsável

DECRETO FUNCIONAL 308/2017

DECRETO FUNCIONAL 308/2017

Admitir em Caráter Temporário.

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica admitida em caráter temporário MARIELY ARAGÃO MENDES para prestar serviços de excepcional interesse público na função de MONITORA ESCOLAR, 30h semanais, pelo período de 02/03/2017 à 16/12/2017, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da admissão.

São João Batista, 27 de março de 2017.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em: ____/____/____

Assinatura Responsável

DECRETO FUNCIONAL 309/2017

DECRETO FUNCIONAL 309/2017

Admitir em Caráter Temporário.

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica admitida em caráter temporário ANDRIELE FERREIRA ROESLER para prestar serviços de excepcional interesse público na função de MONITORA ESCOLAR, 30h semanais, pelo período de 02/03/2017 à 16/12/2017, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da admissão.

São João Batista, 27 de março de 2017.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em: ____/____/____

Assinatura Responsável

DECRETO FUNCIONAL 310/2017

DECRETO FUNCIONAL 310/2017

Admitir em Caráter Temporário.

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica admitida em caráter temporário SUZAN ELLEN DE SOUZA para prestar serviços de excepcional interesse público na função de MONITORA ESCOLAR, 30h semanais, pelo período de 02/03/2017 à 16/12/2017, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da admissão.

São João Batista, 27 de março de 2017.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em: ____/____/____

Assinatura Responsável

DECRETO FUNCIONAL 311/2017

DECRETO FUNCIONAL 311/2017

Admitir em Caráter Temporário.

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica admitida em caráter temporário RAQUEL BORATTI para prestar serviços de excepcional interesse público na função de MONITORA ESCOLAR, 30h semanais, pelo período de 02/03/2017 à 16/12/2017, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da admissão.

São João Batista, 27 de março de 2017.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em: ____/____/____

Assinatura Responsável

DECRETO FUNCIONAL 312/2017

DECRETO FUNCIONAL 312/2017

Admitir em Caráter Temporário.

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica admitida em caráter temporário IRIS MARIA MARCELINO para prestar serviços de excepcional interesse público na

função de MONITORA ESCOLAR, 30h semanais, pelo período de 02/03/2017 à 16/12/2017, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da admissão.

São João Batista, 27 de março de 2017.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em: ____/____/____

Assinatura Responsável

DECRETO FUNCIONAL 313/2017

DECRETO FUNCIONAL 313/2017

Admitir em Caráter Temporário.

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica admitida em caráter temporário MARCIA FERREIRA para prestar serviços de excepcional interesse público na função de MONITORA ESCOLAR, 30h semanais, pelo período de 02/03/2017 à 16/12/2017, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da admissão.

São João Batista, 27 de março de 2017.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em: ____/____/____

Assinatura Responsável

DECRETO FUNCIONAL 314/2017

DECRETO FUNCIONAL 314/2017

Admitir em Caráter Temporário.

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica admitida em caráter temporário RAQUEL DO NASCIMENTO GOMES LOLATTO para prestar serviços de excepcional interesse público na função de MONITORA ESCOLAR, 30h semanais, pelo período de 02/03/2017 à 16/12/2017, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da admissão.

São João Batista, 27 de março de 2017.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em: ____/____/____

Assinatura Responsável

DECRETO FUNCIONAL 315/2017

DECRETO FUNCIONAL 315/2017

Admitir em Caráter Temporário.

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica admitida em caráter temporário ALINE ALMEIDA para prestar serviços de excepcional interesse público na função de MONITORA ESCOLAR, 30h semanais, pelo período de 02/03/2017 à 16/12/2017, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da admissão.

São João Batista, 27 de março de 2017.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em: ____/____/____

Assinatura Responsável

DECRETO FUNCIONAL 316/2017

DECRETO FUNCIONAL 316/2017

Admitir em Caráter Temporário.

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica admitida em caráter temporário FABRINA TEIXEIRA para prestar serviços de excepcional interesse público na função de MONITORA ESCOLAR, 30h semanais, pelo período de 02/03/2017 à 16/12/2017, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da admissão.

São João Batista, 27 de março de 2017.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em: ____/____/____

Assinatura Responsável

DECRETO FUNCIONAL 317/2017

DECRETO FUNCIONAL 317/2017

Admitir em Caráter Temporário.

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica admitida em caráter temporário DAIANE ROCHA para prestar serviços de excepcional interesse público na função de MONITORA ESCOLAR, 30h semanais, pelo período de 02/03/2017 à 16/12/2017, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da admissão.

São João Batista, 27 de março de 2017.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em: ____/____/____

Assinatura Responsável

DECRETO FUNCIONAL 318/2017

DECRETO FUNCIONAL 318/2017

Admitir em Caráter Temporário.

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica admitida em caráter temporário GABRIELA FARIAS para prestar serviços de excepcional interesse público na função de MONITORA ESCOLAR, 30h semanais, pelo período de 02/03/2017 à 16/12/2017, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da admissão.

São João Batista, 27 de março de 2017.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em: ____/____/____

Assinatura Responsável

DECRETO FUNCIONAL 319/2017

DECRETO FUNCIONAL 319/2017

Admitir em Caráter Temporário.

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica admitida em caráter temporário FERNANDA GRIMM para prestar serviços de excepcional interesse público na função de MONITORA ESCOLAR, 30h semanais, pelo período de 02/03/2017 à 16/12/2017, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da admissão.

São João Batista, 27 de março de 2017.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em: ____/____/____

Assinatura Responsável

DECRETO FUNCIONAL 320/2017

DECRETO FUNCIONAL 320/2017

Admitir em Caráter Temporário.

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica admitida em caráter temporário VANESSA STEIL para

prestar serviços de excepcional interesse público na função de MONITORA ESCOLAR, 30h semanais, pelo período de 02/03/2017 à 16/12/2017, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da admissão.

São João Batista, 27 de março de 2017.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em: ____/____/____

Assinatura Responsável

DECRETO FUNCIONAL 321/2017

DECRETO FUNCIONAL 321/2017

Admitir em Caráter Temporário.

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica admitida em caráter temporário DIANA PAULINA MACHADO BOOZ para prestar serviços de excepcional interesse público na função de MONITORA ESCOLAR, 30h semanais, pelo período de 02/03/2017 à 16/12/2017, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da admissão.

São João Batista, 27 de março de 2017.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em: ____/____/____

Assinatura Responsável

DECRETO FUNCIONAL 322/2017

DECRETO FUNCIONAL 322/2017

Admitir em Caráter Temporário.

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica admitida em caráter temporário CRISLEINE RICARDO SGROTT para prestar serviços de excepcional interesse público na função de MONITORA ESCOLAR, 30h semanais, pelo período de 02/03/2017 à 16/12/2017, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da admissão.

São João Batista, 27 de março de 2017.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em: ____/____/____

Assinatura Responsável

DECRETO FUNCIONAL 323/2017

DECRETO FUNCIONAL 323/2017

Admitir em Caráter Temporário.

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica admitida em caráter temporário JANDERLENE LAURINDO para prestar serviços de excepcional interesse público na função de MONITORA ESCOLAR, 30h semanais, pelo período de 02/03/2017 à 16/12/2017, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da admissão.

São João Batista, 27 de março de 2017.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em: ____/____/____

Assinatura Responsável

DECRETO FUNCIONAL 324/2017

DECRETO FUNCIONAL 324/2017

Admitir em Caráter Temporário.

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica admitida em caráter temporário JULIANA DA SILVA para prestar serviços de excepcional interesse público na função de MONITORA ESCOLAR, 30h semanais, pelo período de 02/03/2017 à 16/12/2017, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da admissão.

São João Batista, 27 de março de 2017.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em: ____/____/____

Assinatura Responsável

DECRETO FUNCIONAL 325/2017

DECRETO FUNCIONAL 325/2017

Admitir em Caráter Temporário.

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica admitida em caráter temporário MONICA HAIRA RUSSI para prestar serviços de excepcional interesse público na função de MONITORA ESCOLAR, 30h semanais, pelo período de 02/03/2017 à 16/12/2017, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da admissão.

São João Batista, 27 de março de 2017.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em: ____/____/____

Assinatura Responsável

DECRETO FUNCIONAL 326/2017

DECRETO FUNCIONAL 326/2017

Admitir em Caráter Temporário.

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica admitida em caráter temporário PAMELA TEIXEIRA DA COSTA DE SOUZA para prestar serviços de excepcional interesse público na função de MONITORA ESCOLAR, 30h semanais, pelo período de 02/03/2017 à 16/12/2017, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da admissão.

São João Batista, 27 de março de 2017.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em: ____/____/____

Assinatura Responsável

DECRETO FUNCIONAL 327/2017

DECRETO FUNCIONAL 327/2017

Admitir em Caráter Temporário.

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica admitida em caráter temporário CLAUDIA PEIXER DE OLIVEIRA para prestar serviços de excepcional interesse público na função de MONITORA ESCOLAR, 30h semanais, pelo período de 02/03/2017 à 16/12/2017, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da admissão.

São João Batista, 27 de março de 2017.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em: ____/____/____

Assinatura Responsável

DECRETO FUNCIONAL 328/2017

DECRETO FUNCIONAL 328/2017

Admitir em Caráter Temporário.

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica admitida em caráter temporário IGLETE FATIMA GALIVAR28 para prestar serviços de excepcional interesse público na função de MONITORA ESCOLAR, 30h semanais, pelo período de 02/03/2017 à 16/12/2017, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da admissão.

São João Batista, 27 de março de 2017.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em: ____/____/____

Assinatura Responsável

DECRETO FUNCIONAL 329/2017

DECRETO FUNCIONAL 329/2017

Admitir em Caráter Temporário.

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica admitida em caráter temporário MAIARA BOETTNER PEIXE para prestar serviços de excepcional interesse público na função de MONITORA ESCOLAR, 30h semanais, pelo período de 02/03/2017 à 16/12/2017, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da admissão.

São João Batista, 27 de março de 2017.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em: ____/____/____

Assinatura Responsável

DECRETO FUNCIONAL 330/2017

DECRETO FUNCIONAL 330/2017

Admitir em Caráter Temporário.

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica admitida em caráter temporário JOSILDA QUEIROZ BISCAIA DOS SANTOS para prestar serviços de excepcional interesse público na função de MONITORA ESCOLAR, 30h semanais, pelo período de 02/03/2017 à 16/12/2017, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da admissão.

São João Batista, 27 de março de 2017.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em: ____/____/____

Assinatura Responsável

DECRETO FUNCIONAL 331/2017

DECRETO FUNCIONAL 331/2017

Admitir em Caráter Temporário.

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica admitida em caráter temporário LIDIANE DE SOUSA KOERCHS para prestar serviços de excepcional interesse público na função de MONITORA ESCOLAR, 30h semanais, pelo período de 02/03/2017 à 16/12/2017, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da admissão.

São João Batista, 27 de março de 2017.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em: ____/____/____

Assinatura Responsável

DECRETO FUNCIONAL 332/2017

DECRETO FUNCIONAL 332/2017

Admitir em Caráter Temporário.

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica admitida em caráter temporário RAQUEL SILVEIRA para prestar serviços de excepcional interesse público na função de MONITORA ESCOLAR, 30h semanais, pelo período de 02/03/2017 à 16/12/2017, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da admissão.

São João Batista, 27 de março de 2017.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em: ____/____/____

Assinatura Responsável

DECRETO FUNCIONAL 333/2017

DECRETO FUNCIONAL 333/2017

Admitir em Caráter Temporário.

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica admitida em caráter temporário ROBERTA DE SOUZA para prestar serviços de excepcional interesse público na função de MONITORA ESCOLAR, 30h semanais, pelo período de 02/03/2017 à 16/12/2017, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da admissão.

São João Batista, 27 de março de 2017.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em: ____/____/____

Assinatura Responsável

DECRETO FUNCIONAL 334/2017

DECRETO FUNCIONAL 334/2017

Admitir em Caráter Temporário.

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica admitida em caráter temporário TAIS SALVADOR VERRISSIMO para prestar serviços de excepcional interesse público na função de MONITORA ESCOLAR, 30h semanais, pelo período de 02/03/2017 à 16/12/2017, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da admissão.

São João Batista, 27 de março de 2017.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em: ____/____/____

Assinatura Responsável

DECRETO FUNCIONAL 335/2017

DECRETO FUNCIONAL 335/2017

Admitir em Caráter Temporário.

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica admitida em caráter temporário ENOE MONTIBELLER para prestar serviços de excepcional interesse público na função de MONITORA ESCOLAR, 30h semanais, pelo período de 02/03/2017 à 16/12/2017, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da admissão.

São João Batista, 27 de março de 2017.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em: ____/____/____

Assinatura Responsável

DECRETO FUNCIONAL 336/2017

DECRETO FUNCIONAL 336/2017

Admitir em Caráter Temporário.

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos

termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica admitida em caráter temporário ANA ROSA VARGAS para prestar serviços de excepcional interesse público na função de MONITORA ESCOLAR, 30h semanais, pelo período de 02/03/2017 à 16/12/2017, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da admissão.

São João Batista, 27 de março de 2017.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em: ____/____/____

Assinatura Responsável

DECRETO FUNCIONAL 337/2017

DECRETO FUNCIONAL 337/2017

Admitir em Caráter Temporário.

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica admitida em caráter temporário ROSY PASCHOAL DUARTE para prestar serviços de excepcional interesse público na função de MONITORA ESCOLAR, 30h semanais, pelo período de 02/03/2017 à 16/12/2017, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da admissão.

São João Batista, 27 de março de 2017.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em: ____/____/____

Assinatura Responsável

DECRETO FUNCIONAL 338/2017

DECRETO FUNCIONAL 338/2017

Admitir em Caráter Temporário.

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica admitida em caráter temporário JAIARA BORGES COLARES para prestar serviços de excepcional interesse público na função de MONITORA ESCOLAR, 30h semanais, pelo período de 02/03/2017 à 16/12/2017, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da admissão.

São João Batista, 27 de março de 2017.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em: ____/____/____

Assinatura Responsável

DECRETO FUNCIONAL 339/2017

DECRETO FUNCIONAL 339/2017

Admitir em Caráter Temporário.

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica admitida em caráter temporário CAMILA JACINTO BARNABÉ para prestar serviços de excepcional interesse público na função de MONITORA ESCOLAR, 30h semanais, pelo período de 02/03/2017 à 16/12/2017, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da admissão.

São João Batista, 27 de março de 2017.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em: ____/____/____

Assinatura Responsável

DECRETO FUNCIONAL 340/2017

DECRETO FUNCIONAL 340/2017

Admitir em Caráter Temporário.

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica admitida em caráter temporário ANDREA DE SOUZA MARIO para prestar serviços de excepcional interesse público na função de MONITORA ESCOLAR, 30h semanais, pelo período de 02/03/2017 à 16/12/2017, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da admissão.

São João Batista, 27 de março de 2017.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em: ____/____/____

Assinatura Responsável

DECRETO FUNCIONAL 341/2017

DECRETO FUNCIONAL 341/2017

Admitir em Caráter Temporário.

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica admitida em caráter temporário JULIANA PEIXER para prestar serviços de excepcional interesse público na função de MONITORA ESCOLAR, 30h semanais, pelo período de 02/03/2017 à 16/12/2017, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da admissão.

São João Batista, 27 de março de 2017.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em: ____/____/____

Assinatura Responsável

DECRETO FUNCIONAL 343/2017

DECRETO FUNCIONAL 343/2017

Admitir em Caráter Temporário.

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica admitida em caráter temporário KETLEY CRISTINA BATTISTI ARCHER DE SOUZA para prestar serviços de excepcional interesse público na função de MONITORA ESCOLAR, 30h semanais, pelo período de 02/03/2017 à 16/12/2017, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da admissão.

São João Batista, 27 de março de 2017.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em: ____/____/____

Assinatura Responsável

DECRETO FUNCIONAL 344/2017

DECRETO FUNCIONAL 344/2017

Admitir em Caráter Temporário.

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica admitida em caráter temporário VALDIRENE PEIXER ALEXANDRE para prestar serviços de excepcional interesse público na função de MONITORA ESCOLAR, 30h semanais, pelo período de 02/03/2017 à 16/12/2017, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da admissão.

São João Batista, 27 de março de 2017.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em: ____/____/____

Assinatura Responsável

DECRETO FUNCIONAL 345/2017

DECRETO FUNCIONAL 345/2017

Admitir em Caráter Temporário.

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica admitida em caráter temporário MAIARA REIS DA-ROSSI para prestar serviços de excepcional interesse público na função de MONITORA ESCOLAR, 30h semanais, pelo período de 10/03/2017 à 16/12/2017, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da admissão.

São João Batista, 27 de março de 2017.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em: ____/____/____

Assinatura Responsável

DECRETO FUNCIONAL 346/2017

DECRETO FUNCIONAL 346/2017

Admitir em Caráter Temporário.

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica admitida em caráter temporário IARA STEINHEUSER para prestar serviços de excepcional interesse público na função de MONITORA ESCOLAR, 30h semanais, pelo período de 02/03/2017 à 16/12/2017, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da admissão.

São João Batista, 27 de março de 2017.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em: ____/____/____

Assinatura Responsável

DECRETO FUNCIONAL 347/2017

DECRETO FUNCIONAL 347/2017

Admitir em Caráter Temporário.

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica admitida em caráter temporário SORAYA KUNERT RODRIGUES para prestar serviços de excepcional interesse público na função de MONITORA ESCOLAR, 30h semanais, pelo período de 17/03/2017 à 16/12/2017, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da admissão.

São João Batista, 27 de março de 2017.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em: ____/____/____

Assinatura Responsável

DECRETO FUNCIONAL 348/2017

DECRETO FUNCIONAL 348/2017

Admitir em Caráter Temporário.

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica admitida em caráter temporário DALVINE DE FATIMA MORLIN para prestar serviços de excepcional interesse público na função de MONITORA ESCOLAR, 30h semanais, pelo período de 17/03/2017 à 16/12/2017, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da admissão.

São João Batista, 27 de março de 2017.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em: ____/____/____

Assinatura Responsável

DECRETO FUNCIONAL 349/2017

DECRETO FUNCIONAL 349/2017

Admitir em Caráter Temporário.

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica admitida em caráter temporário RAISA CARLA DE LIMA para prestar serviços de excepcional interesse público na função de MONITORA ESCOLAR, 30h semanais, pelo período de 06/03/2017 à 16/12/2017, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da admissão.

São João Batista, 27 de março de 2017.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em: ____/____/____

Assinatura Responsável

DECRETO FUNCIONAL 350/2017

DECRETO FUNCIONAL 350/2017

Admitir em Caráter Temporário.

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica admitida em caráter temporário SILVIA REGINA VALVERDE PASCHOAL para prestar serviços de excepcional interesse público na função de MONITORA ESCOLAR, 30h semanais, pelo período de 06/03/2017 à 16/12/2017, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da admissão.

São João Batista, 27 de março de 2017.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em: ____/____/____

Assinatura Responsável

DECRETO FUNCIONAL 351/2017

DECRETO FUNCIONAL 351/2017

Admitir em Caráter Temporário.

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica admitida em caráter temporário ELIANE GAMBETA PONCIO para prestar serviços de excepcional interesse público na função de MONITORA ESCOLAR, 30h semanais, pelo período de 06/03/2017 à 16/12/2017, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da admissão.

São João Batista, 27 de março de 2017.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em: ____/____/____

Assinatura Responsável

DECRETO FUNCIONAL 352/2017

DECRETO FUNCIONAL 352/2017

Admitir em Caráter Temporário.

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica admitida em caráter temporário RAQUEL CHECATTE para prestar serviços de excepcional interesse público na função de MONITORA ESCOLAR, 30h semanais, pelo período de 17/03/2017 à 16/12/2017, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da admissão.

São João Batista, 27 de março de 2017.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em: ____/____/____

Assinatura Responsável

DECRETO FUNCIONAL 353/2017

DECRETO FUNCIONAL 353/2017

Admitir em Caráter Temporário.

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica admitida em caráter temporário LEANDRA HECK DA

CRUZ para prestar serviços de excepcional interesse público na função de MONITORA ESCOLAR, 30h semanais, pelo período de 02/03/2017 à 16/12/2017, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da admissão.

São João Batista, 27 de março de 2017.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em: ____/____/____

Assinatura Responsável

DECRETO FUNCIONAL 354/2017

DECRETO FUNCIONAL 354/2017

Admitir em Caráter Temporário.

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica admitida em caráter temporário VANESSA DE OLIVEIRA para prestar serviços de excepcional interesse público na função de MONITORA ESCOLAR, 30h semanais, pelo período de 02/03/2017 à 16/12/2017, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da admissão.

São João Batista, 27 de março de 2017.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em: ____/____/____

Assinatura Responsável

DECRETO FUNCIONAL 355/2017

DECRETO FUNCIONAL 355/2017

Admitir em Caráter Temporário.

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica admitida em caráter temporário JAQUELINE DIAS para prestar serviços de excepcional interesse público na função de MONITORA ESCOLAR, 30h semanais, pelo período de 02/03/2017 à 16/12/2017, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da admissão.

São João Batista, 27 de março de 2017.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em: ____/____/____

Assinatura Responsável

DECRETO FUNCIONAL 356/2017

DECRETO FUNCIONAL 356/2017

Admitir em Caráter Temporário.

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica admitida em caráter temporário MARIA ROSELI MAFRA VENTURA para prestar serviços de excepcional interesse público na função de MONITORA ESCOLAR, 30h semanais, pelo período de 02/03/2017 à 16/12/2017, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da admissão.

São João Batista, 27 de março de 2017.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em: ____/____/____

Assinatura Responsável

DECRETO FUNCIONAL 357/2017

DECRETO FUNCIONAL 357/2017

Admitir em Caráter Temporário.

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica admitida em caráter temporário MARIA CRISTINA RODRIGUES para prestar serviços de excepcional interesse público na função de MONITORA ESCOLAR, 30h semanais, pelo período de 02/03/2017 à 16/12/2017, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da admissão.

São João Batista, 27 de março de 2017.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em: ____/____/____

Assinatura Responsável

DECRETO FUNCIONAL 358/2017

DECRETO FUNCIONAL 358/2017

Admitir em Caráter Temporário.

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica admitida em caráter temporário JANAINA APARECIDA WEBER para prestar serviços de excepcional interesse público na função de MONITORA ESCOLAR, 30h semanais, pelo período de 02/03/2017 à 16/12/2017, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da admissão.

São João Batista, 27 de março de 2017.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em: ____/____/____

Assinatura Responsável

DECRETO FUNCIONAL 359/2017

DECRETO FUNCIONAL 359/2017

Admitir em Caráter Temporário.

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica admitida em caráter temporário CARLA FUMAGALLI para prestar serviços de excepcional interesse público na função de MONITORA ESCOLAR, 30h semanais, pelo período de 02/03/2017 à 16/12/2017, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da admissão.

São João Batista, 27 de março de 2017.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em: ____/____/____

Assinatura Responsável

DECRETO FUNCIONAL 360/2017

DECRETO FUNCIONAL 360/2017

Admitir em Caráter Temporário.

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica admitida em caráter temporário ELEN SALETE DA SILVA para prestar serviços de excepcional interesse público na função de MONITORA ESCOLAR, 30h semanais, pelo período de 02/03/2017 à 16/12/2017, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da admissão.

São João Batista, 27 de março de 2017.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em: ____/____/____

Assinatura Responsável

DECRETO FUNCIONAL 361/2017

DECRETO FUNCIONAL 361/2017

Admitir em Caráter Temporário.

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica admitida em caráter temporário SHEILA SESTREM para

prestar serviços de excepcional interesse público na função de MONITORA ESCOLAR, 30h semanais, pelo período de 02/03/2017 à 16/12/2017, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da admissão.

São João Batista, 27 de março de 2017.

Daniel Netto Cândido
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em: ____/____/____

Assinatura Responsável

DECRETO FUNCIONAL 362/2017

DECRETO FUNCIONAL 362/2017

Admitir em Caráter Temporário.

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica admitida em caráter temporário MONICA JOZIANA BRICK para prestar serviços de excepcional interesse público na função de MONITORA ESCOLAR, 30h semanais, pelo período de 02/03/2017 à 16/12/2017, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da admissão.

São João Batista, 27 de março de 2017.

Daniel Netto Cândido
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em: ____/____/____

Assinatura Responsável

DECRETO FUNCIONAL 363/2017

DECRETO FUNCIONAL 363/2017

Admitir em Caráter Temporário.

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica admitida em caráter temporário CRISTINE DOS SANTOS TEIXEIRA para prestar serviços de excepcional interesse público na função de MONITORA ESCOLAR, 30h semanais, pelo período de 02/03/2017 à 16/12/2017, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da admissão.

São João Batista, 27 de março de 2017.

Daniel Netto Cândido
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em: ____/____/____

Assinatura Responsável

DECRETO FUNCIONAL 364/2017

DECRETO FUNCIONAL 364/2017

Admitir em Caráter Temporário.

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica admitida em caráter temporário MARISETE PASCHOAL SARTORI para prestar serviços de excepcional interesse público na função de MONITORA ESCOLAR, 30h semanais, pelo período de 02/03/2017 à 16/12/2017, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da admissão.

São João Batista, 27 de março de 2017.

Daniel Netto Cândido
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em: ____/____/____

Assinatura Responsável

DECRETO FUNCIONAL 365/2017

DECRETO FUNCIONAL 365/2017

Admitir em Caráter Temporário.

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica admitida em caráter temporário AMANDA DO COUTO GONÇALVES para prestar serviços de excepcional interesse público na função de MONITORA ESCOLAR, 30h semanais, pelo período de 02/03/2017 à 16/12/2017, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da admissão.

São João Batista, 27 de março de 2017.

Daniel Netto Cândido
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em: ____/____/____

Assinatura Responsável

DECRETO FUNCIONAL 366/2017

DECRETO FUNCIONAL 366/2017

Admitir em Caráter Temporário.

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica admitida em caráter temporário JULIANA AMORIM ESTEVÃO para prestar serviços de excepcional interesse público na função de MONITORA ESCOLAR, 30h semanais, pelo período de 02/03/2017 à 16/12/2017, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da admissão.

São João Batista, 27 de março de 2017.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em: ____/____/____

Assinatura Responsável

DECRETO FUNCIONAL 367/2017

DECRETO FUNCIONAL 367/2017

Admitir em Caráter Temporário.

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica admitida em caráter temporário CLECI ROSA RIBEIRO para prestar serviços de excepcional interesse público na função de MONITORA ESCOLAR, 30h semanais, pelo período de 02/03/2017 à 16/12/2017, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da admissão.

São João Batista, 27 de março de 2017.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em: ____/____/____

Assinatura Responsável

DECRETO FUNCIONAL 368/2017

DECRETO FUNCIONAL 368/2017

Admitir em Caráter Temporário.

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica admitida em caráter temporário VIVIANE CABREIRA para prestar serviços de excepcional interesse público na função de MONITORA ESCOLAR, 30h semanais, pelo período de 02/03/2017 à 16/12/2017, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da admissão.

São João Batista, 27 de março de 2017.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em: ____/____/____

Assinatura Responsável

DECRETO FUNCIONAL 369/2017

DECRETO FUNCIONAL 369/2017

Admitir em Caráter Temporário.

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos

termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica admitida em caráter temporário FRANCIELE SILVEIRA CIPRIANI para prestar serviços de excepcional interesse público na função de MONITORA ESCOLAR, 30h semanais, pelo período de 02/03/2017 à 16/12/2017, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da admissão.

São João Batista, 27 de março de 2017.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em: ____/____/____

Assinatura Responsável

DECRETO FUNCIONAL 370/2017

DECRETO FUNCIONAL 370/2017

Admitir em Caráter Temporário.

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica admitida em caráter temporário PAULA GRAZIELI DA COSTA PIVA para prestar serviços de excepcional interesse público na função de MONITORA ESCOLAR, 30h semanais, pelo período de 02/03/2017 à 16/12/2017, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da admissão.

São João Batista, 27 de março de 2017.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em: ____/____/____

Assinatura Responsável

DECRETO FUNCIONAL 371/2017

DECRETO FUNCIONAL 371/2017

Admitir em Caráter Temporário.

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica admitida em caráter temporário PRISCILA VARGAS para prestar serviços de excepcional interesse público na função de MONITORA ESCOLAR, 30h semanais, pelo período de 02/03/2017 à 16/12/2017, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da admissão.

São João Batista, 27 de março de 2017.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em: ____/____/____

Assinatura Responsável

DECRETO FUNCIONAL 372/2017

DECRETO FUNCIONAL 372/2017

Admitir em Caráter Temporário.

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica admitida em caráter temporário TAYSE KEYLA KAVIHLONI para prestar serviços de excepcional interesse público na função de MONITORA ESCOLAR, 30h semanais, pelo período de 02/03/2017 à 16/12/2017, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da admissão.

São João Batista, 27 de março de 2017.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em: ____/____/____

Assinatura Responsável

DECRETO FUNCIONAL 373/2017

DECRETO FUNCIONAL 373/2017

Admitir em Caráter Temporário.

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica admitida em caráter temporário JOISSI PEIXER SOARES para prestar serviços de excepcional interesse público na função de MONITORA ESCOLAR, 30h semanais, pelo período de 02/03/2017 à 16/12/2017, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da admissão.

São João Batista, 27 de março de 2017.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em: ____/____/____

Assinatura Responsável

DECRETO FUNCIONAL 374/2017

DECRETO FUNCIONAL 374/2017

Admitir em Caráter Temporário.

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica admitida em caráter temporário ALCIONE SALVADOR para prestar serviços de excepcional interesse público na função de MONITORA ESCOLAR, 30h semanais, pelo período de 02/03/2017 à 16/12/2017, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da admissão.

São João Batista, 27 de março de 2017.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em: ____/____/____

Assinatura Responsável

DECRETO FUNCIONAL 375/2017

DECRETO FUNCIONAL 375/2017

Admitir em Caráter Temporário.

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica admitida em caráter temporário RUBIA CARLA ZIMMERMANN para prestar serviços de excepcional interesse público na função de MONITORA ESCOLAR, 30h semanais, pelo período de 02/03/2017 à 16/12/2017, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da admissão.

São João Batista, 27 de março de 2017.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em: ____/____/____

Assinatura Responsável

DECRETO FUNCIONAL 376/2017

DECRETO FUNCIONAL 376/2017

Admitir em Caráter Temporário.

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica admitida em caráter temporário MALANY CUCO FAGUNDES para prestar serviços de excepcional interesse público na função de MONITORA ESCOLAR, 30h semanais, pelo período de 02/03/2017 à 16/12/2017, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da admissão.

São João Batista, 27 de março de 2017.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em: ____/____/____

Assinatura Responsável

DECRETO FUNCIONAL 377/2017

DECRETO FUNCIONAL 377/2017

Admitir em Caráter Temporário.

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica admitida em caráter temporário RONALDA DE FATIMA

DA SILVA para prestar serviços de excepcional interesse público na função de MONITORA ESCOLAR, 30h semanais, pelo período de 02/03/2017 à 16/12/2017, nos termos do contrato de trabalho. Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da admissão.

São João Batista, 27 de março de 2017.

Daniel Netto Cândido
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em: ____/____/____

Assinatura Responsável

DECRETO FUNCIONAL 378/2017

DECRETO FUNCIONAL 378/2017

Admitir em Caráter Temporário.

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica admitida em caráter temporário LUCILÉIA ROCHA RIBEIRO para prestar serviços de excepcional interesse público na função de MONITORA ESCOLAR, 30h semanais, pelo período de 02/03/2017 à 16/12/2017, nos termos do contrato de trabalho. Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da admissão.

São João Batista, 27 de março de 2017.

Daniel Netto Cândido
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em: ____/____/____

Assinatura Responsável

DECRETO FUNCIONAL 379/2017

DECRETO FUNCIONAL 379/2017

Admitir em Caráter Temporário.

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica admitida em caráter temporário MARISETE PIVA para prestar serviços de excepcional interesse público na função de MONITORA ESCOLAR, 30h semanais, pelo período de 02/03/2017 à 16/12/2017, nos termos do contrato de trabalho. Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da admissão.

São João Batista, 27 de março de 2017.

Daniel Netto Cândido
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em: ____/____/____

Assinatura Responsável

DECRETO FUNCIONAL 380/2017

DECRETO FUNCIONAL 380/2017

Admitir em Caráter Temporário.

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica admitida em caráter temporário JAQUELINE MAIARA OURIQUES para prestar serviços de excepcional interesse público na função de MONITORA ESCOLAR, 30h semanais, pelo período de 02/03/2017 à 16/12/2017, nos termos do contrato de trabalho. Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da admissão.

São João Batista, 27 de março de 2017.

Daniel Netto Cândido
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em: ____/____/____

Assinatura Responsável

DECRETO FUNCIONAL 381/2017

DECRETO FUNCIONAL 381/2017

Admitir em Caráter Temporário.

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica admitida em caráter temporário CRISTIANE MAIKOT DOS SANTOS para prestar serviços de excepcional interesse público na função de MONITORA ESCOLAR, 30h semanais, pelo período de 02/03/2017 à 16/12/2017, nos termos do contrato de trabalho. Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da admissão.

São João Batista, 27 de março de 2017.

Daniel Netto Cândido
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em: ____/____/____

Assinatura Responsável

DECRETO FUNCIONAL 382/2017

DECRETO FUNCIONAL 382/2017

Admitir em Caráter Temporário.

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica admitida em caráter temporário BRUNA MARTINI para prestar serviços de excepcional interesse público na função de MONITORA ESCOLAR, 30h semanais, pelo período de 02/03/2017 à 16/12/2017, nos termos do contrato de trabalho. Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da admissão.

São João Batista, 27 de março de 2017.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em: ____/____/____

Assinatura Responsável

DECRETO FUNCIONAL 383/2017

DECRETO FUNCIONAL 383/2017

Admitir em Caráter Temporário.

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica admitida em caráter temporário KAREN JULIANA GALLI para prestar serviços de excepcional interesse público na função de MONITORA ESCOLAR, 30h semanais, pelo período de 02/03/2017 à 16/12/2017, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da admissão.

São João Batista, 27 de março de 2017.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em: ____/____/____

Assinatura Responsável

DECRETO FUNCIONAL 384/2017

DECRETO FUNCIONAL 384/2017

Admitir em Caráter Temporário.

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica admitida em caráter temporário MICHELE GONÇALVES para prestar serviços de excepcional interesse público na função de MONITORA ESCOLAR, 30h semanais, pelo período de 02/03/2017 à 16/12/2017, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da admissão.

São João Batista, 27 de março de 2017.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em: ____/____/____

Assinatura Responsável

DECRETO FUNCIONAL 385/2017

DECRETO FUNCIONAL 385/2017

Admitir em Caráter Temporário.

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica admitida em caráter temporário ADRIANA RODRIGUES

MICHELON DE SOUZA para prestar serviços de excepcional interesse público na função de MONITORA ESCOLAR, 30h semanais, pelo período de 02/03/2017 à 16/12/2017, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da admissão.

São João Batista, 27 de março de 2017.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em: ____/____/____

Assinatura Responsável

DECRETO FUNCIONAL 386/2017

DECRETO FUNCIONAL 386/2017

Admitir em Caráter Temporário.

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica admitida em caráter temporário CARINE ZUNINO FONTES FACCHINI para prestar serviços de excepcional interesse público na função de MONITORA ESCOLAR, 30h semanais, pelo período de 02/03/2017 à 16/12/2017, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da admissão.

São João Batista, 27 de março de 2017.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em: ____/____/____

Assinatura Responsável

DECRETO FUNCIONAL 387/2017

DECRETO FUNCIONAL 387/2017

Admitir em Caráter Temporário.

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica admitida em caráter temporário SAMANTHA HILLESHEIN para prestar serviços de excepcional interesse público na função de MONITORA ESCOLAR, 30h semanais, pelo período de 02/03/2017 à 16/12/2017, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da admissão.

São João Batista, 27 de março de 2017.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em: ____/____/____

Assinatura Responsável

DECRETO FUNCIONAL 388/2017

DECRETO FUNCIONAL 388/2017

Admitir em Caráter Temporário.

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica admitida em caráter temporário JESSICA NAIARA CASAS para prestar serviços de excepcional interesse público na função de MONITORA ESCOLAR, 30h semanais, pelo período de 02/03/2017 à 16/12/2017, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da admissão.

São João Batista, 27 de março de 2017.

Daniel Netto Cândido
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em: ____/____/____

Assinatura Responsável

DECRETO FUNCIONAL 389/2017

DECRETO FUNCIONAL 389/2017

Designar atribuições

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração decreta:

Art. 1º Fica designado JACI JOÃO SILVA, ocupante do cargo de Secretário de Administração, a responder pela FUNJUVE – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DA JUVENTUDE, cujo CNPJ nº 22.410.117/0001-86, a contar de 1º de abril de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da designação.

São João Batista, 03 de abril de 2017.

Daniel Netto Cândido
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em: ____/____/____

Assinatura Responsável

DECRETO FUNCIONAL 390/2017

DECRETO FUNCIONAL 390/2017

Admitir em Caráter Temporário.

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica admitida em caráter temporário ENGEL KAROLAINE VIEIRA CHAGAS SOUZA para prestar serviços de excepcional interesse público na função de MONITORA ESCOLAR, 30h semanais, pelo período de 02/03/2017 à 16/12/2017, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da admissão.

São João Batista, 03 de abril de 2017.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em: ____/____/____

Assinatura Responsável

PROCESSO LICITATORIO 016/FMS/2017 - PP 012/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO BATISTA

PROCESSO LICITATÓRIO 016/FMS/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/FMS/2017

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de São João Batista (SC), inscrito sob o CNPJ nº 08.361.788/0001-73, com sede na Rua Gilson Geraldo Sartori, 411, Centro, São João Batista, de conformidade com Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, por intermédio de Augusto Correia Junior, Pregoeiro Municipal, torna público que se acha aberto o PREGÃO PRESENCIAL nº 012/FMS/2017, para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES ANATOMOPATOLÓGICOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DOS USUÁRIOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC. Entrega dos envelopes: 14h15min do dia 09/05/2017. Abertura dos envelopes: 14h 30min do dia 09/05/2017. Informações e cópia do edital: Departamento de Licitações e Contratos, no endereço supracitado, pelo tel: (48) 3265-0195, ramais: 234/258 ou através dos e-mails licita01@sjbatista.sc.gov.br ou licita02@sjbatista.sc.gov.br. São João Batista, 18 de abril de 2017. Augusto Correia Junior – Pregoeiro Municipal

PROCESSO LICITATORIO 017/FMS/2017 - PP 013/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO BATISTA

PROCESSO LICITATÓRIO 017/FMS/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/FMS/2017 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de São João Batista (SC), inscrito sob o CNPJ 08.361.788/0001-73, com sede à Rua Gilson Geraldo Sartori, 411, Centro, São João Batista, de conformidade com Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, por intermédio de Augusto Correia Junior, Pregoeiro Municipal, torna público que se acha aberto o PREGÃO PRESENCIAL nº 013/FMS/2017 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, para o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS E MATERIAIS DE LIMPEZA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC. Entrega dos envelopes: 8h45min do dia 10/05/2017. Abertura dos envelopes: 9h do dia 10/05/2017. Informações e cópia do edital: Departamento de Licitações e Contratos, no endereço supracitado, pelo tel: (48) 3265-0195, ramais: 214/206 ou através dos e-mails licita02@sjbatista.sc.gov.br ou licita02@sjbatista.sc.gov.br. São João Batista, 18 de abril de 2017. Augusto Correia Junior – Pregoeiro Municipal.

PROCESSO LICITATORIO 018/FMS/2017 - PP 014/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO BATISTA

PROCESSO LICITATÓRIO 018/FMS/2017 - PREGÃO PRESENCIAL

Nº 014/FMS/2017 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de São João Batista (SC), inscrito sob o CNPJ 08.361.788/0001-73, com sede à Rua Gilson Geraldo Sartori, 411, Centro, São João Batista, de conformidade com Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, por intermédio de Augusto Correia Junior, Pregoeiro Municipal, torna público que se acha aberto o PREGÃO PRESENCIAL nº 014/FMS/2017 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, para o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DESTINADOS AO CONserto E MANUTENÇÃO DAS UNIDADES BASICAS DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC. Entrega dos envelopes: 8h45min do dia 11/05/2017. Abertura dos envelopes: 9h do dia 11/05/2017. Informações e cópia do edital: Departamento de Licitações e Contratos, no endereço supracitado, pelo tel: (48) 3265-0195, ramais: 214/206 ou através dos e-mails licita02@sjbatista.sc.gov.br ou licita02@sjbatista.sc.gov.br. São João Batista, 18 de abril de 2017. Augusto Correia Junior – Pregoeiro Municipal.

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 055/PMSJB/2017
DISPENSA N.º 003/PMSJB/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/PMSJB/2017

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA (SC), inscrito no CNPJ 82.925.652/0001-00, com Prefeitura à Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89, Centro, São João Batista, SC, CEP: 88.240-000, de conformidade com a Lei 8.666/93, por determinação de Jaci João Silva, Secretário de Administração, comunica que dispensou o processo licitatório conforme: Processo de Dispensa 003/PMSJB/2017. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO DE ATOS OFICIAIS EXPEDIDOS PELOS ÓRGÃO PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC, NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA (DOM/SC) E GESTÃO TRIBUTÁRIA, ADMINISTRADA PELO CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO MUNICIPAL - CIGA, CNPJ 09.427.503/0001-12. VALOR GLOBAL: R\$ 8.284,95 (oito mil duzentos e oitenta e quatro reais e noventa e cinco centavos). DESPESA: Correrá por conta do orçamento da Secretaria de Administração, conforme segue: (16) 3.3.93.00.00.00.00.01.00 – Aplicações Diretas. BASE LEGAL: Artigo 24, XVI, da Lei 8.666/93. São João Batista, 18 de abril de 2017. Jaci João Silva – Secretario de Administração

São João do Sul

PREFEITURA

TERMO DE PARCERIA 001-2017_APAE

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE TERMO DE PARCERIA 001/2017

Objeto: transferência de recursos financeiros destinados a manutenção das atividades da APAE de São João do Sul e atendimento da finalidade para o desenvolvimento das atividades com 63 alunos da APAE de São João do Sul, conforme Plano de Trabalho anexo a este termo.

CONCEDENTE: Município de São João do Sul/SC.

ENTIDADE: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO JOÃO DO SUL – APAE.

VALOR: R\$ 58.680,00 (cinquenta e seis mil seiscentos e oitenta reais).

Fundamento Legal: Lei Federal 13.019, de 31 de julho de 2014 e legislação correlata

São João do Sul-SC, 17 de abril de 2017.

Moacir Francisco Teixeira

Prefeito Municipal

São Joaquim

PREFEITURA

PP 20/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM

Processo Nº 27/2017

Pregão Presencial 20/2017 - Registro de preço

Objeto: Aquisição de material impresso para diversas Secretarias

Entrega dos Envelopes e abertura do certame: 04/05/2017 às 13:30 horas

O Processo será regido pela lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda pelo site <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> inf. (49)3233-6400.

São Joaquim, 18 de abril de 2017

Giovani Nunes

Prefeito Municipal.

PUBLICAÇÃO ROL DE INSCRITOS DO PROCESSO SELETIVO Nº001/2017 SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017

GIOVANI NUNES, Prefeito do MUNICÍPIO DE SÃO JOAQUIM - SC, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37, da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO O ROL DE INSCRITOS DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 001/2017 CONFORME SEGUE:

ROL DE INSCRITOS

INSCRIÇÕES DEFERIDAS	
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ESF - LOCALIDADE ESTRELA BRILHANTE	
Nº Inscrição	Candidato
168	ELSON JOSE DE OLIVEIRA
86	FERNANDA NUNES
124	JEFERSON MAILON DE SOUZA
113	JOCELI APARECIDA RIBEIRO ARTISMO
150	JUÇARA DE FATIMA PEREIRE
71	LUIZ GUSTAVO DE NARDI KERM FERREIRA
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ESF - LOCALIDADE FLOR DE LIZ	
Nº Inscrição	Candidato
38	ANA MARIA PADILHA
163	DANIELA MENDES RODRIGUES
153	EDU DE SOUZA MELO
144	GISELI CANDIDO DA SILVA
82	PAULA JANAINA OLIVEIRA
85	RENATA CECHINEL NUNES VANDRESEN
27	THAYANI BORGES DE HARO GOULART
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ESF - LOCALIDADE GIRASSOL	
Nº Inscrição	Candidato
17	ALINE LIMA CAMPOS
51	ARIANA DE FATIMA DA CRUZ
176	EDMARA MARTINS
160	ELENICE TAVARES NUNES

64	LARA CRISTINA BARBOSA
49	LUANA BORGES DE OLIVEIRA
122	NAIR MATTOS DE SOUZA
166	NATACHA ZAMPRONIO DENOVAIS
72	ROSA MARIA DAVOGLIO
114	SUZIANI PEREIRA DE CORDOVA
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ESF - LOCALIDADE NOVOS TEMPOS	
Nº Inscrição	Candidato
135	BIANCA DE ANDRADE LINHAGUE
120	DEBORA SOUZA SILVA
169	JOELMA APARECIDA DA LUZ
34	JOSIANE PEREIRA
8	LISLIANE PAULINA MENDES SOUZA
7	LUCAS NUNES ALMEIDA
104	MILENA CASSÃO MUNIZ
108	THAIS PEREIRA ARRUDA
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ESF - LOCALIDADE RAIOS DE SOL	
Nº Inscrição	Candidato
167	JOSIANE DE SOUZA
117	LUANA FARIAS DE SOUZA
164	MAIARA VELHO CIDADE
152	MALANE HASCKEL
AUXILIAR ODONTOLÓGICO ESF	
Nº Inscrição	Candidato
195	CLAUDIA REGINA DO NASCIMENTO
146	JANAINA APARECIDA RIBEIRO ROSA
136	KARINE VELHO DA SILVA
ENFERMEIRO ESF	
Nº Inscrição	Candidato
76	ANA KELLY HENSEN
15	ARIANA OLIVEIRA
145	BIANCA PIMENTEL
199	FERNANDO LIMA DE SOUZA
175	GABRIELA SENEGAGLIA BISCAIA
83	JEANINE DA SILVA
91	KARINA MENEGAZ
31	LUCIANA APARECIDA DOS SANTOS DE JESUS
142	MICHELLE CAROLINE SIQUEIRA
155	SILMARA ALVES MACHADO
162	SUANY LEMOS ANTUNES
183	THAIS DA SILVA AMARAL
69	ZILMARA RIBEIRO SOUZA
ENFERMEIRO UNIDADE CENTRAL	
Nº Inscrição	Candidato
131	CINTIA JACÓ MOSSI
196	DENISE STEFANIAK SENN
55	GLEICE RIBEIRO MEDEIROS CAVALCANTI
143	KAROLYNE MAGNO DOS SANTOS SILVA
179	LETÍCIA SILVA HILDEBRANDO
133	LIGIANI ZILIO BORGES MARINHO
170	PRISCILA BORGES DE SÁ
134	RENATA MACHADO DE SOUZA
123	TAYLLA FABRE SCHNEIDER
MÉDICO CLÍNICO GERAL UNIDADE CENTRAL	
Nº Inscrição	Candidato
194	GUILHERME ZANETTE DEOLINDA
101	PAULO ROBERTO TOEBE

161	VALTER GONÇALVES DE AZEVEDO
MÉDICO ESF	
Nº Inscrição	Candidato
158	ALEXANDRE CODEVILLA TEIXEIRA
11	ANDREA CRISTIAN AMARO
181	ANNETA MARCON MARTINS
94	BERTHIER ALVES PEREIRA DE MATOS
127	CAMILA ARSEGO
47	CARLA MEIRELLES ORSINI
154	CAROLINA BRIGHENTE PADILHA
188	CÍNTIA SIMONE FETT
190	INGRID SCHRAMM BATHKE
54	KATHICIA FURLANETTO
78	RAFAEL FRANCISCO RÉGIS
68	RAFAEL MARTORANO,CHIODELLI
39	SANDRO DA SILVA MONTANO
25	VITOR LEONARDO NANDI
ODONTÓLOGO ESF	
Nº Inscrição	Candidato
87	ANDRESSA SURDI
187	ANGELICA BORCHARDT HENN
35	CAMILA NEHME BALDASSO
12	CHARLENE VIEIRA SPOLTI
74	EDIANE OLIVEIRA FIGUEIREDO DE QUEIROZ
105	FELIPE LEOPOLDINO DE OLIVEIRA
58	FLAVIA SANTIAGO DE SOUSA ROSA
184	JÉSSICA KLEIN CANANI
180	LIRIA KNOLL
57	LUIS GUSTAVO SCHLICKMANN DE SOUZA
138	MATHEUS HENRIQUE GOULARTE
112	MIGUEL CARDOSO NORA
45	MORGANA WATERKEMPER TASCA
75	NATHALIA DOMINGOS FICANHA
2	RODRIGO AP TOCUNDUVA CELIN
66	RODRIGO TAVARES ARCOVERDE
126	SAMEA KURDI
42	SUÉLEN PARAVISI PAGLIARI
TÉCNICO EM ENFERMAGEM ESF	
Nº Inscrição	Candidato
14	ANDREIA RODRIGUES DA SILVA
141	DAYANNE PEREIRA OLIVEIRA
173	ELEDIR FARIAS
99	FRANCINI SOUZA FLORES
129	JOICE ARIANA DA ROSA
44	MARIA CRISTINA PEREIRA
22	MARIA TEREZINHA CARVALHO
13	MICHELE VITORIA ROCHA
174	OLIVIA OLIVEIRA FIGUEIREDO
116	RENATA RODRIGUES DO ROZARIO
132	ROSANGELA PORTES CAETANO
191	VIVIAN MOREIRA
TÉCNICO EM ENFERMAGEM UNIDADE CENTRAL	
Nº Inscrição	Candidato
121	ALBANI TEREZINHA GODINHO
40	ANA PAULA VICENTE
159	ARGENTINA DAS GRAÇAS FOGAÇA ALMEIDA
157	GESABEL DOS SANTOS MADRUGA
6	IVANA CUSTODIA GODINHO
61	LOURDES REGINA DE SOUZA PORTO
70	PATRICIA PIMENTEL
92	RAY GLOY ALVES ANDRADE
128	RITA DE CASSIA DA SILVA PADILHA

23	ROSA CRISTIANE MORAIS DUTRA
109	ROSANGELA APARECIDA PEREIRA
130	ROSILENE OLIVEIRA SILVA COSTA
INSCRIÇÕES INDEFERIDAS	
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ESF - LOCALIDADE ESTRELA BRILHANTE	
Nº Inscrição	Candidato
151	ANDREIA DE FÁTIMA SEIFERT
100	GUILHERME MAGALHAES DA VEIGA
198	MAGAIVER MACHADO FERNANDES
103	RODRIGO DE BARROS FERREIRA
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ESF - LOCALIDADE FLOR DE LIZ	
Nº Inscrição	Candidato
20	DIEGO DA SILVA LAURINDO
19	NAZARA DA SILVA
63	RENATA SOUZA
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ESF - LOCALIDADE GIRASSOL	
Nº Inscrição	Candidato
81	ALESSANDRA LIMA DA ROCHA
56	CAROLINE SCHEIDEGGER MOREIRA
3	FABIANA PADILHA
177	JAISON DOS SANTOS
171	JOICE BARROS DA FONTOURA
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ESF - LOCALIDADE NOVOS TEMPOS	
Nº Inscrição	Candidato
172	HELEN CRISTINI MADEIRA
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ESF - LOCALIDADE RAIOS DE SOL	
Nº Inscrição	Candidato
18	LETICIA BORGES KOERICH
73	RAQUEL AKEMI YAMAGUCHI
AUXILIAR ODONTOLÓGICO ESF	
Nº Inscrição	Candidato
48	LINDA SAYOHO KOBAYASHI
96	SILVANA SANTOS ROSA
ENFERMEIRO ESF	
Nº Inscrição	Candidato
79	CARLOS LEANDRO JUNGLOS DA CUNHA
4	CAROLINE MARIA DAHMER
67	CRISTIANA CAROLINI DA SILVA MENEZES
28	ELOIZA ZEEBERG
24	FABIULA MARIA MOCELIN
50	FRANCIELY BATISTA DE OLIVEIRA
186	GRAZIELLE SALES RICHARD TOLEDO
65	PAMELA KAROLINE RICARDO
90	PRISCILA BAPTISTA MUNIZ
ENFERMEIRO UNIDADE CENTRAL	
Nº Inscrição	Candidato
59	DENISE ROSA FLORES
119	JESSICA KREMER MANNES
93	MARIANA DA SILVA BERNARDO
197	MILENE HOFFMANN
MÉDICO CLÍNICO GERAL UNIDADE CENTRAL	
Nº Inscrição	Candidato
189	MARCIO JOSÉ CORREIA DA SILVA LOPES
MÉDICO ESF	
Nº Inscrição	Candidato
5	ALEXANDRE MAIA RODRIGUES
97	ALINE GOETTEN
203	ALYSSON VINICIUS BECKERT
137	ANDRÉA LACERDA EMÍDIO DA SILVA
202	DANILLO DOS SANTOS FRANCISCO
200	RAFAEL DE SOUZA LEONARDO
193	SÉRGIO ANTÔNIO DE SOUSA SIROTHEAU CORRÊA

149	SERGIO AUGUSTO DA SILVEIRA VEIGA
36	WILLIAN MIGUEL CARDOSO DE SOUZA
ODONTÓLOGO ESF	
Nº Inscrição	Candidato
125	ALESSANDRA BEZERRA DE SOUZA
95	ANA CARLA PACHECO
46	ANA LAURA SCHAPPO
16	ANA LETÍCIA REINERT
77	CAMILA RONCATTO PETRY
201	CARLOS ALBERTO SAEZ BROWN
9	CASSIO CASTILHOS SILVA
62	EDUARDO MEURER SUPI
178	EVALDO MONTEIRO
84	GEZIEL GOMES DA SILVA
33	JAMILE RASMUSSEN DA CRUZ
98	JÉSSICA BEATRIZ FLORES DA SILVA
37	JOANA PAULA TREMEA
26	JORGE MARCELO ZAMBONI
88	JULIO CEZAR DA SILVA PERIN
41	KAROLINE FARINHA CASSURIAGA
182	LEANDRO DO NASCIMENTO CARDOSO
148	LILIAN BOTTARO PURPER
118	LUANA MACIEL MAYER
192	LUANNA NUNES
185	MAICON DE SOUZA CAVALLI
89	MÁRCIA ÁVILA FERREIRA DOS SANTOS
111	MARIANA VOLPATO
106	MICHAEL JHONATA DE LIMA
102	MICHELE CRISTINA RAMA
1	MURILO SCHUVARTZ ARRUDA
10	RENATA FLACH
43	ROMUALDO SOARES VALADARES
80	SUELEN WIGGERS
60	SUZANA VIEIRA SIQUEIRA
52	VANESSA MARTINELLO FRITZEN
110	VINICIUS CERON
139	VIVIANE SILVEIRA MARQUES
TÉCNICO EM ENFERMAGEM ESF	
Nº Inscrição	Candidato
140	ANDERSON GAMBETA
107	ELIANE MICHELI NICODEN DA SILVA
165	JENIFER ANDRADE WIGGERS
TÉCNICO EM ENFERMAGEM UNIDADE CENTRAL	
Nº Inscrição	Candidato
53	CLARISSA TAVARES
147	JANETE DE FÁTIMA JOHANN DA SILVA
29	SEBASTIAO COUTINHO DE JESUS
115	TEREZINHA APARECIDA CARDOSO NUNES ROSA
30	VALCI KNOLL DE JESUS
21	VERENICE PHILIPPI CORREA

Prefeitura de São Joaquim, 18 de abril de 2017.

GIOVANI NUNES

Prefeito Municipal

FABIANO PADILHA

Presidente da Comissão

São José

PREFEITURA

CONCORRÊNCIA Nº 005/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ABERTURA DA CONCORRÊNCIA Nº 005/2017 - Processo nº 162/2017 – Proc. Adm. 2544/2017. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, PARA ADAPTAÇÃO DE PRONTO ATENDIMENTO DE URGÊNCIA NO TÉRREO DA POLICLÍNICA DE FORQUILHINHA – FORQUILHINHA, SÃO JOSÉ/SC. ENTREGA DOS ENVELOPES: Até as 14h00min do dia 24 de maio de 2017. ABERTURA DOS ENVELOPES: Às 14h30min do dia 24 de maio de 2017, no setor de Protocolo da Diretoria Geral de Compras do Município de São José, localizado na Av. Acioni Souza Filho, s/n, Praia Comprida, São José/SC, 3º andar. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810100.

CONTRATO/CT: Nº 019/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 019/2017 – TP 012/2016 – Processo 643/2016 – Proc. Adm. 24449/2016 - Contratado: ASB ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA(S) PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO DE GALERIA DE DRENAGEM DA RUA EUGÊNIO PORTELA, RESIDÊNCIAS DE Nº 81 E 993, EM BARREIROS, SÃO JOSÉ/SC. Prazo: O prazo de vigência do contrato será de 90 (noventa) dias, contados a partir da sua assinatura. Valor: R\$62.269,36 (sessenta e dois mil, duzentos e sessenta e nove reais e trinta e seis centavos). Data da Assinatura do Contrato: 27 de março de 2017.

CONVOCAÇÃO ORDINÁRIA

CONVOCAÇÃO ORDINÁRIA

O Presidente da Junta de Infrações Ambientais do Município de São José – JARIA, Agostinho Mignoni Junior, Diretor Operacional da Fundação do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto Municipal nº 22.344/2006, que regulamenta a competência, funcionamento, organização e atribuições da JARIA, vem a público, conforme o disposto no artigo 9º do referido decreto, convocar os membros da Junta, nomeados por meio da Portaria nº 003/2017/FMADS, para no dia 05 de maio do corrente, às 14:00, no auditório da sede do Jardim Botânico de São José, localizado na Rua Cauassú, s/n, Loteamento Jardim Botânico, Potecas, neste Município, realizarem o julgamento dos recursos interpostos nos processos abaixo relacionados:

- Processo nº 8115/2012 – ALADIR PAULO
Relator(a): Marcos Vinícius Modolo Sebastiani
- Processo nº 2575/2014 – USICAST-INDÚSTRI E COMÉRCIO LTDA
Relator(a): Marcos Vinícius Modolo Sebastiani
- Processo nº 3231/2012 – LEANDRO HEITOR BECKER
Relator(a): Marcos Vinícius Modolo Sebastiani
- Processo nº 5991/2014 – LANCHONETE E RESTAURANTE PONTA DO MAR LTDA ME
Relator(a): Marcos Vinícius Modolo Sebastiani

- Processo Nº21189/2011– JAIR ANTUNES PORTAS
Relator(a):Agostinho Mignoni Junior
- Processo nº 26568/2014 – ELIEZER COSTA DA SILVA ME
Relator(a): Agostinho Mignoni Junior
- Processo nº 13530/2013 – ANTÔNIO JARACESKI FILHO
Relator(a): Agostinho Mignoni Junior
- Processo nº 9018/2013– DIOGO CARLOS CARDOZO
Relator(a): Agostinho Mignoni Junior
- Processo nº 4703/2013 – LUIZ MICHELON SOBRINHO
Relator(a): Agostinho Mignoni Junior
- Processo nº 114485/2012– LUIZ MICHELON SOBRINHO
Relator(a): Agostinho Mignoni Junior
- Processo Nº19532/2014 – JD INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ESQUADRIAS DE ALUMÍNIO
Relator(a): Agostinho Mignoni Junior
- Processo nº 18410/2011 – CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
Relator(a): Dra. Carina Bonassa Vieira
- Processo nº 4027/2014 – PEDRO HERMÍNIO DA SILVA
Relator(a): Dra. Carina Bonassa Vieira
- Processo nº 8099/2014 – VOTORANTIM CIMENTOS S.A
Relator(a): Dra. Carina Bonassa Vieira
- Processo nº 8100/2014 – VOTORANTIM CIMENTOS S.A
Relator(a):Dra. Carina Bonassa Vieira
- Processo nº 16697/2011 – CASAN
Relator(a): Dra. Carina Bonassa Vieira

Dessa forma, distribuídos os processos aos seus respectivos relatores, intimem-se os interessados para que tenham ciência da presente convocação, bem como do dia e hora da sessão de julgamento.

Fica designada, desde já, Ana Paula Granja Saccomani Sana, pertencente ao quadro de servidores desta Fundação como secretária da sessão.

Sem mais para o momento.

São José, 18 de abril de 2017.

Agostinho Mignoni Junior

Presidente da JARIA

Decreto Municipal nº 7613/2017 e Portaria nº 003/2017

DECRETO Nº 7969/2017

DECRETO Nº 7969/2017

CESSÃO DE SERVIDOR.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 62, IV, da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO o Convênio de Cooperação Técnico-Institucional firmado entre a Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina e o Município de São José,

CONSIDERANDO, a solicitação do Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina por meio do Ofício N.º 0288/17/GP,

DECRETA:

Art. 1º - Fica à disposição da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, a servidora municipal CÉLIA DANIELA VIEIRA COUÑAGO DE LIMA, matrícula N.º 32.746-8, ocupante do cargo de Agente Administrativo, com lotação na Secretaria de Saúde, com ônus para a origem, mediante ressarcimento.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de abril de 2017.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 008/2017 CONCURSO PÚBLICO 001/2014

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 008/2017
CONCURSO PÚBLICO 001/2014

A Secretária de Administração do Município de São José/SC, no uso de suas atribuições legais, vem pelo presente tornar pública a CONVOCAÇÃO dos candidatos(as) aprovados(as) no CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2014, abaixo relacionados(as), para comparecerem mediante agendamento, nos termos do item 8.5 do Edital, à Secretaria de Administração - Diretoria de Recursos Humanos - 3º andar – situado na Av. Acioni de Souza Filho (Av. Beira Mar) s/n - Praia Comprida - São José/SC, munidos de seus documentos pessoais para dar início a nomeação

NOME	CARGO	CLASSIFICAÇÃO
JOÃO BATISTA DE OLIVEIRA NETO	Intérprete de Libras	01

São José, 11 de abril de 2017.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 009/2017 CONCURSO PÚBLICO 003/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 009/2017
CONCURSO PÚBLICO 003/2015

A Secretária de Administração do Município de São José/SC, no uso de suas atribuições legais, vem pelo presente tornar pública a CONVOCAÇÃO dos candidatos(as) aprovados(as) no CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 003/2015, abaixo relacionados(as), para comparecerem mediante agendamento, nos termos do item 14.8 do Edital, à Secretaria de Administração - Diretoria de Recursos Humanos - 3º andar – situado na Av. Acioni de Souza Filho (Av. Beira Mar) s/n - Praia Comprida - São José/SC, munidos de seus documentos pessoais para dar início a nomeação

NOME	CARGO	CLASSIFICAÇÃO
BRUNA BAUNGARTEN HUGEN BACK	Fisioterapeuta	8

São José, 11 de abril de 2017.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2017 - Processo nº 004/2017 – Proc. Adm. 645/2017. Fornecedor: STAR SOM SERV. SONORIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO COM SOM VOLANTE PARA SEREM UTILIZADOS NOS EVENTOS REALIZADOS PELA PREFEITURA DE SÃO JOSÉ/SC.. Valor total: R\$ 501.800,00 (quinhentos e um mil, oitocentos reais). Cláudia Schweitzer - Diretora de Compras.

TERMO ADITIVO Nº 064/2014-03

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo nº 064/2014-03 – DL 008/2014 - Processo 055/2014 – Contratado: BROGNOLI IMÓVEIS LTDA. Objeto: LOCAÇÃO DO IMÓVEL LOCALIZADO NA RUA JOSÉ GONZAGA REGINA DE LIMA, Nº 143, KOBASOL – SÃO JOSÉ/SC, DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E EJA (EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS). DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO: Fica prorrogado o prazo do Contrato nº 064/2014 por 12 (doze) meses, com efeitos a partir de 10/03/2017. DO REAJUSTE: O valor mensal do Contrato continuará a vigorar com a importância de R\$7.269,00 (sete mil e duzentos e sessenta e nove reais) mensais, sendo R\$87.228,00 (oitenta e sete mil e duzentos e vinte e oito reais) anuais, renunciando o LOCADOR a qualquer reajuste dos últimos 12 (doze) meses. Data da assinatura: 15 de março de 2017.

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 102/2017**

PORTARIA Nº 102/2017

NOMEIA O SERVIDOR MÁRCIO ALEXANDRE JUNIOR PARA O CARGO EM COMISSÃO DE CHEFE DE GABINETE PARLAMENTAR – CCV-1.

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso das atribuições conferidas pelo art. 23, III, “a” e art. 70 do Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o servidor Márcio Alexandre Junior para o cargo em comissão de Chefe de Gabinete Parlamentar – CCV-1, vinculado ao gabinete do vereador Antônio Carlos da Silveira Júnior, conforme Lei Complementar nº 68 de 02 de dezembro de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, SC, 18 de abril de 2017.

ORVINO COELHO DE ÁVILA

PRESIDENTE

Registrada em ____ / ____ / ____

Publicada em ____ / ____ / ____

PORTARIA Nº 103/2017

PORTARIA Nº 103/2017

NOMEIA O SERVIDOR JOÃO GABRIEL MIRANDA LESSA PARA O CARGO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIO PARLAMENTAR – CCV-3.

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso das atribuições conferidas pelo art. 23, III, “a” e art. 70 do Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o servidor João Gabriel Miranda Lessa para o cargo em comissão de Secretário Parlamentar – CCV-3, vinculado ao gabinete do vereador Alexandre Rosa, conforme Lei Complementar nº 68 de 02 de dezembro de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, SC, 18 de abril de 2017.

ORVINO COELHO DE ÁVILA

PRESIDENTE

Registrada em ____ / ____ / ____

Publicada em ____ / ____ / ____

São José do Cedro

PREFEITURA

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.13/2017

PREFEITURA MUN. DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº13/2017

O Fundo Municipal de Saúde, do Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520/02 promove Processo Licitatório nº 13/2017, Edital de Pregão Nº 13/2017, Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SISTEMA DE MÍDIA DIGITAL, PARA SER INSTALADO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE CENTRAL, DO BAIRRO SÃO CRISTÓVÃO, DO DISTRITO DE PADRE RÉUS E DO DISTRITO DE MARIFLOR, VISANDO A VEICULAÇÃO DE COMERCIAIS, CONTEMPLANDO AS AÇÕES DE SAÚDE EM REDE. Recebimento das propostas até às 09:00 horas do dia 05/05/2017. Abertura dos envelopes às 09:00 horas do dia 05/05/2017, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, maiores informações, www.prefcedro.sc.gov.br, e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br, telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30. São José do Cedro. Fernando Julio Will – Responsável pelo FMS.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 5.648, DE 17 DE ABRIL DE 2017.

DECRETO Nº 5.648, DE 17 DE ABRIL DE 2017.

Dispõe sobre a reversão de doações de imóveis realizadas pelo Município de São Lourenço do Oeste, SC, em favor da empresa Parati S.A. e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo conferidas pelo artigo 55, inciso VII, da Lei Orgânica do Município e, CONSIDERANDO:

I - A decisão administrativa proferida nos autos de Processo Administrativo nº 001-2017, que tramitou junto ao Gabinete do Prefeito, tendo por partes interessadas o Município de São Lourenço do Oeste e a empresa Parati S.A., e, por objeto a ocorrência de possíveis vícios existentes em doações de imóveis realizadas pelo Município em favor da referida empresa;

II - Que a referida decisão reconheceu, após detalhada análise dos documentos que instruem os autos, que o procedimento realizado para cada uma das doações dos imóveis realizadas em favor da empresa Parati S/A não atendeu a todos os requisitos legais pertinentes, mais precisamente ao Art. 17, caput, inciso I e §4º da Lei Federal 8.666/93, porque:

a) as doações não foram precedidas de necessário processo administrativo, contendo avaliação de cada um dos imóveis a serem doados e justificativa do interesse público apto a dispensar a realização de processo licitatório;

b) apesar do notório e indiscutível o interesse público na realização das referidas doações à empresa em questão, seja por conta de sua importância no contexto econômico local, seja por conta dos encargos a que naquele tempo se propôs (e já foram devidamente cumpridos), não há ato administrativo formal justificando esse interesse;

c) em que pese constar dos documentos remetidos pela empresa ao Município, das escrituras públicas de doação e das leis municipais as precederem não consta a fixação dos encargos que deveriam ser cumpridos pela donatária e o respectivo prazo de cumprimento;

d) não consta em nenhuma das doações cláusula de reversão para o caso de descumprimento dos encargos.

III - Que, por tais razões, restou declarada a nulidade com relação às doações dos imóveis, objetos das seguintes matrículas: a) matrícula 7.734; b) matrícula 5.372; c) matrícula 12.354; e matrícula 15.440; todas do CRI da Comarca de São Lourenço do Oeste, SC; e, IV - Que restou decidida a formalização, por meio de novo processo administrativo, da repetição das doações dos imóveis, e, que o início desse processo para refazimento das doações dos Imóveis imprescindem do retorno ao "status quo ante";

V - No uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 55, inciso VII, e, também, do artigo 75, ambos da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada a reversão ao patrimônio público municipal de São Lourenço do Oeste, SC, dos seguintes imóveis doados à empresa "Parati S.A.", CNPJ nº 82.945.932/0001-71:

a) matrícula 7.734 – Parte da chacara nº 2, situada no perímetro urbano da cidade de São Lourenço do Oeste, com área de 12.100,00m² (DOZE MIL E CEM METROS QUADRADOS),

confrontando: ao NORTE na extensão de 38 metros com a estrada que dá continuidade da Avenida Brasil para a localidade de São João, na extensão de 43,00 metros com linha reta com Divisor do Estado do Paraná, na extensão de 100,00 metros mudando de direção também com o Divisor do Estado de Santa Catarina com o Estado do Paraná; ao SUL na extensão de 148,20 metros, em linha reta com parte maior do quinhão n.º 02; ao LESTE na extensão de 34,00 metros em linha reta, também com parte maior do quinhão n.º 02; e, ao OESTE na extensão de 133,70 metros em linha reta com parte maior do quinhão n.º 01;

b) matrícula 5.372 – Parte das chacaras nºs 32 e 33, situadas no perímetro urbano da cidade de São Lourenço do Oeste, com área de 12.420,00m² (DOZE MIL, QUATROCENTOS E VINTE METROS QUADRADOS), sem benfeitorias, fazendo parte de área maior de 49.294,58m², confrontando em conjunto: ao NORTE com a chacara n.º 01, de Evoni Beuter do Prado; ao SUL com chacara n.º 34; ao LESTE com as outras partes das mesmas chacaras n.ºs. 32 e 33, de Elíbia e Arnildo Beuter, e ao OESTE com terras da Companhia Colonizadora e Industrial Saudades;

c) matrícula 12.354 – 720,00 m² de área pública, hoje rua Ari Bodanese, com as seguintes confrontações: Norte – com parte da chacara nº 37 na extensão de 15,133m; Sul – com a rua Vereador Edmar Hack na extensão de 15,00m; Leste – com o lote urbano nº 08 na extensão de 13,00m, com lote urbano nº 09 na extensão de 12,00m, com o lote urbano nº 10 na extensão de 12,00m e, com lote urbano nº 11 na extensão de 12,00m; Oeste – com o lote urbano nº 04 na extensão de 11,00m, com o lote urbano nº 05 na extensão de 12,00m, com o lote urbano nº 06 na extensão de 12,00m e, com o lote urbano nº 07 na extensão de 12,00m (Lei nº 1.383, de 30 de dezembro de 2002); e

d) matrícula 15.440 – Área de Rua denominada Maximiliano Lazarotto, com extensão de 862,50 m², pertencente ao Loteamento Santin, Bairro São Francisoc, confrontando ao Norte com parte da chacara nº 37 da Parati S/A, na extensão de 15,133 metros, ao sul com a Rua Vereador Edmar Hack, na extensão de 15,00 metros, ao leste com o lote urbano nº 09 da Parati S/A na extensão de 12,00 metros, com o lote nº10 de Parati S/A na extensão de 12,00 metros, com o lote nº11 de Parati S/A na extensão de 12,00 metros, com o lote nº12 de Parati S/A na extensão de 12,00 metros, com o lote nº13 de Parati S/A na extensão de 11,00 metros, da Quadra 16E, e, ao oeste com o lote nº12 de Parati S/A na extensão de 19,00 metros, com o lote nº13 de Parati S/A na extensão de 12,00 metros, com o lote nº14 de Parati S/A na extensão de 12,00 metros, e, com o lote nº15 de Parati S/A na extensão de 13,00 metros, da Quadra 13E.

Art. 2º A presente reversão funda-se no descumprimento do artigo 17, caput, inciso I e §4º da Lei Federal 8.666/93, conforme já apurado em regular processo administrativo.

Art. 3º Revertidos os imóveis para o patrimônio público da municipalidade, os mesmos serão doados à mesma empresa, Parati S.A., mediante regular processo administrativo para repetição das doações, o qual observará os requisitos legais dispostos no artigo 17, caput, inciso I e §4º, da Lei Federal nº 8.666/93, bem como a legislação municipal de regência, em especial:

I - prévia e explícita avaliação dos Imóveis;

II - definição dos encargos e prazos para o respectivo cumprimento nos instrumentos das doações;

III - pactuação de cláusula de reversão para a hipótese de inadimplemento dos deveres da donatária;

IV - justificativa formal da dispensa da licitação; e,

V - hipoteca em 2º grau em favor do Município no caso de oferecimento dos bens objeto das doações em garantia.

Art. 4º Fica a Procuradoria Geral do Município incumbida e autorizada a adotar as providências necessárias para a efetivação da reversão do imóvel de que trata o presente decreto.

Art. 5º As despesas decorrentes do presente ato correrão à conta do orçamento municipal em vigor.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 17 de abril de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 024, DE 18 DE ABRIL DE 2017 - ICSL
PORTARIA Nº 024, DE 18 DE ABRIL DE 2017.

Designa membros para a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Processo Eleitoral do Conselho Deliberativo do Instituto Cultural de São Lourenço, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO, autarquia do município de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 19, incisos XV e XX, da Lei Complementar nº 81, de 16 de março de 2007, e suas alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores públicos municipais a seguir relacionados, sob a presidência do primeiro, para comporem a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Processo Eleitoral, que irá acompanhar a elaboração do edital, bem como fiscalizar todo o processo eleitoral do Conselho Deliberativo do Instituto Cultural de São Lourenço:

I - Caroline Eidt, ocupante do cargo de Analista Administrativo, matrícula nº 3074/02;

II - Everton Luiz Lovera, ocupante do cargo de Articulador de Atividades Culturais II, matrícula nº 1203; e

III - Gesmari Soletti Mafeollett, ocupante do cargo de Agente de Apoio Operacional, matrícula nº 1651/02.

Art. 2º As decisões da Comissão serão tomadas por maioria simples de votos, cabendo ao Presidente o voto minerva.

Art. 3º Por se tratar de serviço de relevante interesse social, os membros da Comissão, nomeados por esta Portaria, não serão remunerados.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 18 de abril de 2017.

RENNÃ HIGOR FEDRIGO
Presidente da Autarquia

PORTARIA Nº 625, DE 13 DE ABRIL DE 2017
PORTARIA Nº 625, DE 13 DE ABRIL DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem os incisos VII e IX, do artigo 55 da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art.1º REVOGAR, a partir de 17 de abril de 2017, a Portaria nº 453, de 17 de abril de 2012, que concede ao servidor público municipal DOUGLAS BITTENCOURT Adicional de Insalubridade índice 40%.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

.

São Lourenço do Oeste - SC, 13 de abril de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2017.

PORTARIA Nº 626, DE 17 DE ABRIL DE 2017

--	--

PORTARIA Nº 626, DE 17 DE ABRIL DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o artigo 110, §4º da Lei Complementar nº 118 de 23 de junho de 2010 e de acordo com o Decreto nº 4.166, de 11 de fevereiro de 2011,

RESOLVE:

Art.1º Conceder licença para tratamento de saúde, a servidora pública

Municipal BRUNA BOTIN MOROZINI, ocupante do cargo efetivo Professor de Educação Física, matrícula nº 3018/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, de 17 de abril a 01 de maio de 2017.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 17 de abril de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2017.

PORTARIA Nº 627, DE 17 DE ABRIL DE 2017

PORTARIA Nº 627, DE 17 DE ABRIL DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o artigo 110, §4º da Lei Complementar nº 118 de 23 de junho de 2010 e de acordo com o Decreto nº 4.166, de 11 de fevereiro de 2011,

RESOLVE:

Art.1º Conceder licença para tratamento de saúde, ao servidor público Municipal WILLIAN LOCATELLI, ocupante do cargo de Professor ACT – na disciplina de Educação Física, matrícula nº 3109/07, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, de 17 a 26 de abril de 2017.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 17 de abril de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2017.

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 159/2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
EXT. 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 159/2015
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 163/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 109/2015
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DESTINADOS AOS ALUNOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS E ESTADUAIS DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL.
CONTRATADO: BORLA & CIA LTDA - ME
VALOR: Reequilíbrio INPC 6,64%, passando a vigorar com o seguinte valor: R\$ 3,83 o km na linha 02.
ASSINA pela CONTRATANTE: ALFREDO SPIER
ASSINA pela CONTRATADA: VALDERI BORLA
São Miguel do Oeste, SC., 11 de abril de 2017

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 161/2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
EXT. 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 161/2015
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 163/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 109/2015
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DESTINADOS AOS ALUNOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS E ESTADUAIS DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL.
CONTRATADO: LUIZ CARLOS SCHNEIDER - ME
VALOR: Reequilíbrio INPC 6,64%, passando a vigorar com o seguinte valor: R\$ 3,72 o km da linha 16
ASSINA pela CONTRATANTE: ALFREDO SPIER
ASSINA pela CONTRATADA: LUIZ CARLOS SCHNEIDER
São Miguel do Oeste, SC., 11 de abril de 2017

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 165/2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
EXT. 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 165/2015
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 162/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 109/2015
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DESTINADOS AOS ALUNOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS E ESTADUAIS DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL.
CONTRATADO: VITORINO ROSSATTO - ME
VALOR: Reequilíbrio INPC 6,64%, passando a vigorar com o seguinte valor: R\$ 3,91 o km da linha 06
ASSINA pela CONTRATANTE: ALFREDO SPIER
ASSINA pela CONTRATADA: VITORINO ROSSATTO - ME
São Miguel do Oeste, SC., 11 de abril de 2017

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 166/2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
EXT. 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 166/2015
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 162/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 109/2015
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DESTINADOS AOS ALUNOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS E ESTADUAIS DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL.
CONTRATADO: VIVI DE CARLI ME
VALOR: Reequilíbrio INPC 6,64%, passando a vigorar com o seguinte valor: R\$ 2,66 o km da linha 03, R\$ 3,19 o km da linha 12.
ASSINA pela CONTRATANTE: ALFREDO SPIER
ASSINA pela CONTRATADA: VIVI DE CARLI
São Miguel do Oeste, SC., 11 de abril de 2017.

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 160/2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
EXT. 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 160/2015
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 163/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 109/2015
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DESTINADOS AOS ALUNOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS E ESTADUAIS DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL.
CONTRATADO: EDERSON SANGALLI - ME
VALOR: Reequilíbrio INPC 6,64%, passando a vigorar com o valor de R\$ 3,35 o Km na linha 11
ASSINA pela CONTRATANTE: ALFREDO SPIER
ASSINA pela CONTRATADA: EDERSON SANGALLI
São Miguel do Oeste, SC., 11 de abril de 2017

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 163/2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
EXT. 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 163/2015
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 163/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 109/2015
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DESTINADOS AOS ALUNOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS E ESTADUAIS DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL.
CONTRATADO: TRANSPORTES UNIÃO SÃO MIGUEL LTDA - ME
VALOR: Reequilíbrio INPC 6,64% passando a vigorar com os seguintes valores: R\$ 3,60 o km linha 7, R\$ 3,63 o km linha 8, R\$ 3,46 o km linha 14, R\$ 3,41 o km linha 15, R\$ 3,50 o km linha 01.
ASSINA pela CONTRATANTE: ALFREDO SPIER
ASSINA pela CONTRATADA: ANTONIO VALDERI PEREIRA DE MIRANDA
São Miguel do Oeste, SC., 11 de abril de 2017.

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 164/2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

EXT. 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 164/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 162/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 109/2015

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DESTINADOS AOS ALUNOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS E ESTADUAIS DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL. CONTRATADO: TRANSPORTES ANDREIMELANIA LTDA ME VALOR: Reequilíbrio INPC 6,64%, passando a vigorar com os seguintes valores: R\$ 2,93 o km na linha 2, R\$ 2,94 o km na linha 13, R\$ 4,04 o km na linha 03.

ASSINA pela CONTRATANTE: ALFREDO SPIER

ASSINA pela CONTRATADA: ANDREI SAID TONETTA

São Miguel do Oeste, SC., 11 de abril de 2017.

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 162/2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

EXT. 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 162/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 163/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 109/2015

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DESTINADOS AOS ALUNOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS E ESTADUAIS DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL. CONTRATADO: ORLANDO SANGALLI - ME

VALOR: Reequilíbrio INPC 6,64%, passando a vigorar com os seguintes valores: 2,26 o km na linha 4, R\$ 3,36 o km na linha 5, R\$ 2,76 o km na linha 10, R\$ 3,66 o km na linha 17

ASSINA pela CONTRATANTE: ALFREDO SPIER

ASSINA pela CONTRATADA: ORLANDO SANGALLI

São Miguel do Oeste, SC., 11 de abril de 2017

PROCESSO LICITATÓRIO N. 79/2017 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 79/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 61/2017

A Prefeitura Municipal, a partir do Secretário Municipal de Administração, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Aquisição de materiais de limpeza e higiene, copa e cozinha, gêneros alimentícios destinados para uso junto as Secretarias do Município de São Miguel do Oeste – SC, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 13h45min do dia 15 de maio de 2017.

Abertura: às 14h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 18 de abril de 2017.

ALFREDO SPIER

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N. 80/2017 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 80/2017

TOMADA DE PREÇOS Nº 09/2017

O Município de São Miguel do Oeste – SC, a partir do Secretário de Administração, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na Modalidade de TOMADA DE PREÇOS, Tipo Menor Preço Global.

OBJETO: Contratação de empresa para serviços de mão de obra com fornecimento de materiais destinados para a execução da obra de reconstituição da galeria de canalização do Lajeado Guamirim, trecho localizado na Rua La Salle, Centro do Município de São Miguel do Oeste – SC, de acordo com Memorial Descritivo, Orçamento, Cronograma Físico-Financeiro e Projetos partes integrantes deste Processo Licitatório.

Entrega dos envelopes: Até às 13h45min do dia 16 de maio de 2017.

Abertura: às 14hs do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 18 de abril de 2017.

ALFREDO SPIER

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N. 81/2017 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 81/2017

TOMADA DE PREÇOS Nº 10/2017

O Município de São Miguel do Oeste – SC, a partir do Secretário Municipal de Administração, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na Modalidade de TOMADA DE PREÇOS, Tipo Menor Preço Global.

OBJETO: Contratação de empresa para serviços de mão de obra com fornecimento de materiais destinados para a pavimentação asfáltica das Ruas John Kennedy, Dr. Guilherme José Missen e La Salle, conforme Proposta de Transferência nº 0000018693 Convênio com Governo do Estado de SC, de acordo com Memorial Descritivo, Orçamentos, Cronograma Físico-Financeiro partes integrantes deste Processo Licitatório.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 17 de maio de 2017.

Abertura: às 09hs do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 18 de abril de 2017.

ALFREDO SPIER

Secretário Municipal de Administração

PROCESSO LICITATÓRIO N. 82/2017 - PREFEITURA
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 82/2017
TOMADA DE PREÇOS Nº 11/2017

O Município de São Miguel do Oeste – SC, a partir do Secretário de Administração, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na Modalidade de TOMADA DE PREÇOS, Tipo Menor Preço Global.

OBJETO: Contratação de empresa para serviços de mão de obra com fornecimento de materiais destinado para a pavimentação asfáltica de 600m² na rua do Bom Fim, Bairro São Sebastião, do Município de São Miguel do Oeste – SC, de acordo com o Memorial

Descritivo, Orçamento, Cronograma Físico-Financeiro e Projeto parte integrante deste Processo Licitatório.

Entrega dos envelopes: Até às 10h15min do dia 17 de maio de 2017.

Abertura: às 10h30min. do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações poderão

ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº

1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 18 de abril de 2017.

ALFEDO SPIER

Secretário Municipal de Administração

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO PREGAO 04/2017

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º XXX/2017

A CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, Estado de Santa Catarina, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO, tipo MENOR PREÇO POR LOTE, regida pela Lei Federal n.º 10.520/02, Decretos regulamentadores e subsidiariamente a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, e que para tanto estará recebendo até às 9 horas do dia 03 de maio de 2017, no Departamento de Licitações, sito à Rua 7 de Setembro, 2045, os envelopes contendo a PROPOSTA e DOCUMENTAÇÃO referentes ao presente Edital, cuja abertura das propostas dar-se-á às 9h20min do mesmo dia.

1 - OBJETO

LOTE 1 - AQUISIÇÃO DE CADEIRAS E/OU POLTRONAS PARA GABINETES, SALAS E ESCRITÓRIOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E COMERCIAIS DESCRITAS NO ANEXO I.

LOTE 2 – POLTRONAS INTERCALADAS PARA AUDITÓRIO, EM LONGARINAS DE 04, 03, 02 E INDIVIDUAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E COMERCIAIS DESCRITAS NO ANEXO I.

2 - CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO E PROCEDIMENTOS

2.1. Poderão participar deste Pregão Presencial as empresas interessadas do ramo de atividade do objeto desta licitação que comprovem sua qualificação, na forma indicada neste Edital.

2.2. A participação na licitação importa total, irrestrita e irrevogável submissão dos proponentes às condições deste Edital.

2.3. Não poderão concorrer, direta ou indiretamente, nesta licitação, ou participar do contrato dela decorrente:

2.3.1. Empresas constituídas em consórcios e pessoas físicas.

3 - DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

3.1. A proposta e os documentos exigidos deverão ser entregues e protocolados no Departamento de Licitações da Câmara Municipal de São Miguel do Oeste/SC, sito no endereço, data e horário supracitados em dois envelopes lacrados, denominados, respectivamente de N.º 01 – PROPOSTA e N.º 02 – DOCUMENTAÇÃO, devendo conter na parte externa os seguintes dizeres.

À CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC

ENVELOPE 1 – PROPOSTA

PREGÃO 004/2017

EMPRESA:

À CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES SÃO MIGUEL DO OESTE/SC

ENVELOPE 2 – DOCUMENTAÇÃO

PREGÃO 004/2017

EMPRESA:

4 – DO CREDENCIAMENTO

Deverão ser apresentados no ato do credenciamento, apartado dos envelopes:

4.1. O licitante deverá comprovar, na Sessão Pública, a existência dos necessários poderes para a formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

4.2. Se a empresa se fizer representar pelo seu proprietário, dirigente ou assemelhado, deverá este apresentar documento que comprove tal condição, sendo Contrato Social ou Estatuto acompanhado de Ata ou documento de delegação de poderes.

4.3. Caso seja designado outro representante, este deverá estar devidamente habilitado através de procuração, ou termo de credenciamento, podendo ser utilizado o modelo do Anexo III, acompanhado de Contrato Social ou Estatuto juntamente com a Ata ou documento de delegação de poderes.

4.4. No ato de credenciamento, o representante da empresa licitante deverá se identificar mediante a apresentação, ao Pregoeiro, de sua Cédula de Identidade ou documento equivalente, para conferência dos dados com aqueles informados no documento de credenciamento.

4.6. No credenciamento, deverá o representante da empresa apresentar termo de vistoria conforme anexo VII deste Edital, comprovando que esteve em visita técnica ao Plenário desta Edilidade, para verificação das condições físicas do local e realização de medições com fins de instruir a proposta do Lote 02 (cadeiras/poltronas para o auditório).

4.6.1 A visita técnica deverá ser agendada juntamente à Secretaria Executiva desta Edilidade, pelos telefones (49) 3621-1400, ou pessoalmente, na sede atual do Poder Legislativo, localizada no prédio da Câmara Municipal de São Miguel do Oeste, das 8h às 11h ou das 14h às 17h.

4.6.2 A licitante que não contar com o Termo de Vistoria estará automaticamente impedida de participar da competição referente ao Lote nº 02.

4.7. Em sendo a empresa participante Micro Empresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), esta deverá comprovar sua condição, mediante apresentação de Certidão Simplificada de Enquadramento pela Junta Comercial competente para que se cumpra o disposto na Lei Complementar nº 123/2006, sob pena de decair o direito, devendo ser apresentada fora dos envelopes, no ato da entrega dos envelopes. Será considerada válida a certidão que tenha sido emitida a menos de 120 (cento e vinte) dias da data marcada para a abertura da presente Licitação.

4.8. Declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, conforme modelo constante no Anexo IV.

4.9. Serão desconsiderados os documentos de credenciamento, Declaração de Habilitação e Comprovação do Enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte inseridos no envelope "PROPOSTA" ou "DOCUMENTAÇÃO".

5 – DA PROPOSTA

5.1. A proposta contida no Envelope n.º 01 deverá ser apresentada em formulário impresso, com as seguintes exigências:

- a) a proposta deverá ser emitida por computador ou datilografada, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada e rubricadas todas as suas folhas.
- b) fazer menção ao número deste Pregão;
- c) conter a razão social da licitante, com o número do CNPJ;
- d) indicar o prazo de validade da proposta, de no mínimo 60 (sessenta) dias contados da data de abertura dos envelopes "Proposta" e "Documentação";
- e) indicar o preço do item, fixo e irredutível, devendo já estar incluídos os impostos, taxas, fretes e demais despesas.
- f) cotação dos preços, obrigatoriamente em moeda nacional, admitindo-se 2 (duas) casas decimais após a vírgula.
- g) Declarar expressamente que a proposta inclui todos os custos e despesas e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos.
- h) Especificação: Conter a especificação completa da marca e modelo do produto ofertado, em conformidade com o Anexo 01 deste edital;
- i) Garantia: Conter expressamente o prazo de garantia mínimo de 03 (três) anos após entrega do objeto;
- j) Manutenção e Assistência Técnica: Documento que comprove que a licitante possui assistência técnica autorizada no Estado de Santa Catarina e/ou Estados do Paraná e Rio Grande do Sul. No caso de distribuidor ou revendedor, apresentar declaração específica (Anexo VIII) à Câmara Municipal de São Miguel do Oeste, emitida pelo fabricante dos bens ofertados em papel timbrado, indicando o licitante como revendedor autorizado a comercializar os produtos de sua fabricação, bem como prestar manutenção em local de sua sede e dar garantia conforme o certificado dos produtos fabricados, assinada por representante devidamente constituído com firma reconhecida em cartório. Após abertura de chamado pela Câmara Municipal de São Miguel do Oeste, a empresa deverá retirar o produto para manutenção ou proceder ao respectivo conserto in loco, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis.

5.2. Se a proposta for omissa em relação aos prazos de que trata a alínea "d", presumir-se-ão aceitos aqueles indicados neste Edital.

5.3. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, seja com relação a preço, pagamento, prazo ou qualquer condição que importe a modificação dos termos originais. Serão corrigidos automaticamente pelo Pregoeiro quaisquer erros de soma e/ou multiplicação.

5.4. A falta de data e/ou rubrica da proposta poderá ser suprida pelo representante legal presente à reunião de abertura dos envelopes "Proposta", com poderes para esse fim.

5.5. A falta do CNPJ e/ou endereço completo poderá também ser preenchida pelos dados constantes dos documentos apresentados dentro do envelope "Documentação".

5.6. A cotação apresentada na proposta e levada em consideração para efeito de julgamento será de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo, neste caso, o direito de pleitear qualquer alteração, seja para mais ou para menos.

6. DA HABILITAÇÃO

Para habilitação dos licitantes, será exigida a documentação prevista na legislação geral da administração, relativa a:

6.1. Habilitação Jurídica:

- Ato constitutivo, estatuto social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores (podendo ser suprido pela via anexada junto ao

credenciamento).

- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ.
- Declaração do proponente de que não foram declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público de qualquer esfera de governo, de acordo com o modelo do Anexo V.
- Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal conforme Anexo VI.

6.2. Regularidade Fiscal:

- Prova da regularidade para a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma de lei.
- Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, de acordo com as prerrogativas da Lei 12.440/11,
- Certidão negativa de falência, concordata e processo de recuperação judicial e extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou do domicílio da pessoa física.

6.3 As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida no presente edital, mesmo que esta apresente alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal.

6.3.1 – Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, à microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123 (art. 42 e 43, § 1º), de 14/12/2006, será assegurado o prazo de até 4 (quatro) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que ela for declarada vencedora do certame (excluído da contagem do prazo este dia), para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, e comprovação da regularização para este Pregão.

6.3.2 – A não-regularização da documentação, no prazo e condições disciplinadas neste subitem, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81, da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

6.4. Os documentos necessários à habilitação do proponente poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração ou publicação em órgão da imprensa oficial.

6.5. O envelope de documentação deste pregão que não forem abertos serão devolvidos para a proponente, no final da sessão.

7. DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

7.1. Na data, horário e local estabelecidos no preâmbulo deste edital, em ato público, presentes os licitantes e demais pessoas interessadas, o pregoeiro designado receberá, em envelopes distintos e devidamente fechados, as propostas e os documentos exigidos para habilitação. Os envelopes deverão indicar o número deste pregão e seu conteúdo, na forma estabelecida no preâmbulo deste edital.

7.2. Os licitantes apresentarão, no ato da entrega dos envelopes (fora dos envelopes), declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, conforme modelo constante no Anexo IV e Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial competente comprovando seu enquadramento como Micro Empresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), para que se cumpra o disposto na Lei Complementar nº 123/2006, sob pena de decair o direito.

7.3. Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as propostas, ocasião em que será procedida à verificação da sua conformidade com os requisitos estabelecidos neste instrumento, com exceção do preço, desclassificando-se as incompatíveis.

7.4. No curso da Sessão, dentre as propostas que atenderem aos

requisitos do item anterior, à exceção do preço, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor.

7.5. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

7.6. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

7.7. A oferta dos lances deverá ser efetuada por lote, na ordem decrescente de preço, no momento em que for conferida a palavra ao licitante.

7.8. É vedada a oferta de lances com vista ao empate.

7.9. Dos lances ofertados não caberá retratação.

7.10. A apresentação dos lances verbais é facultativa, sendo que a desistência por parte do licitante, quando da convocação pelo pregoeiro, implicará em sua exclusão da fase de lances e na manutenção do último preço apresentado, para efeito de ordenação das propostas.

7.11. Esgotados os lances verbais será encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, exclusivamente pelo critério de menor preço.

7.11.1. Após a etapa de lances, sendo verificada a ocorrência de empate, será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos art. 44, da LC nº 123/2006.

7.11.2. Entende-se por empate, nos termos da LC nº 123/2006, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5 % (cinco por cento) superiores à proposta melhor classificada.

7.11.3. Para efeito do disposto no item 7.11.1., ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para, em querendo, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, situação em que, após verificado o atendimento às condições de habilitação, será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

b) Se a oferta não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a oferta subsequente, sendo convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 7.11.2., na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da licitante, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

c) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 7.11.2., será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.11.4. Na hipótese de não contratação nos termos previstos no subitem 7.11.1., o objeto licitado será adjudicado, após verificado o atendimento às condições de habilitação, em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

7.11.5. O disposto no subitem 7.11.1. somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

7.12. Caso não se realizem lances verbais, será identificada a proposta escrita de menor preço.

7.13. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, exclusivamente pelo critério de menor preço, o pregoeiro examinará a aceitabilidade quanto ao objeto e valor apresentado pela primeira classificada, conforme definido neste Edital e seus anexos, decidindo motivadamente a respeito.

7.14. Sendo aceitável a proposta classificada em primeiro lugar, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação

para confirmação das condições habilitatórias da licitante vencedora.

7.14.1. No caso da licitante ser uma microempresa ou uma empresa de pequeno porte, se esta apresentar restrições na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de até 4 (quatro) dias úteis, a partir da data em que a licitante for declarada vencedora do certame, para a regularização da documentação, nos termos do § 1º, do art. 43, da LC nº 123/2006, com vistas à contratação.

7.15. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto deste certame.

7.16. Se a oferta não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências de habilitação, exceto na hipótese prevista no subitem 7.14.1, o pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e as condições de habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital e seus anexos, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto desta licitação.

7.17. O pregoeiro poderá negociar diretamente com a licitante para que seja obtida melhor proposta nas situações previstas nos subitens 7.12, 7.13 e 7.16.

7.18. No caso de desclassificação de todas as propostas o pregoeiro convocará as licitantes para, no prazo de 08 (oito) dias úteis, apresentarem outras.

7.19. No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.20. Em nenhuma hipótese será recebida proposta fora do prazo estabelecido.

7.21. Não serão motivo de desclassificação simples omissões que sejam irrelevantes para o entendimento das propostas, que não venham causar prejuízo ao Município e nem ferir os direitos das demais licitantes.

7.22. Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital.

7.23. Não havendo manifestação oportuna de nenhuma participante da intenção de recorrer, o pregoeiro adjudicará o respectivo item ao licitante que tenha atendido a todas as exigências deste edital e oferecido menor preço.

7.24. Da Sessão Pública será lavrada ata circunstanciada, devendo esta ser assinada pelo pregoeiro e por todos os licitantes presentes.

8. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

8.1. No julgamento das propostas, será considerada vencedora a de MENOR PREÇO POR LOTE, desde que atendidas as especificações constantes deste Edital.

8.2. Havendo divergência entre os valores informados no arquivo eletrônico e a proposta impressa, prevalecerá a proposta impressa, sendo feitas as devidas correções.

8.3. O objeto deste PREGÃO será adjudicado POR MENOR PREÇO POR LOTE.

9. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

9.1. Até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes das propostas qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o presente ato convocatório.

9.2. A impugnação deverá ser protocolada junto ao Departamento de Licitações ou por carta AR, devendo seu recebimento ser efetuado tempestivamente. Em caso de protocolo ou recebimento via Correio intempestivo o conteúdo da impugnação não será apreciado.

9.3. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para realização do certame.

10. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

10.1. Ao final da sessão do pregão, o pregoeiro indagará aos licitantes quanto ao interesse em interpor recurso, quando poderão manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, com registro em ata da síntese de suas razões, hipótese em que lhes será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurado vista imediata dos autos.

10.2. A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, no momento da sessão deste Pregão, implicará decadência e preclusão desse direito da licitante, podendo o pregoeiro adjudicar o objeto à vencedora.

10.3. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.4. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, o Presidente da Câmara Municipal de São Miguel do Oeste/SC poderá homologar este procedimento de licitação e determinar a contratação com a licitante vencedora.

11. DAS PENALIDADES

11.1. Se o licitante vencedor descumprir as condições deste Pregão ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis n.º 10.520/02 e 8.666/93.

11.2. Nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial deste Pregão, a Câmara Municipal de São Miguel do Oeste/SC, poderá aplicar à empresa vencedora as seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta;
- c) Suspensão de contratar com Administração Pública por até 02 anos.

11.3. Nos termos do artigo 7º da Lei n.º 10.520/02, se o licitante, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com o Município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.4. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no sistema de Registro de Cadastro do Município, e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais.

11.5. Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada, sem que antes, este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

12. DA DESPESA

12.1. As despesas decorrentes da execução do objeto do presente Edital correrão à conta de recursos do orçamento do Poder Legislativo/Câmara Municipal de Vereadores de São Miguel do Oeste, para o exercício de 2017 e exercícios subsequentes:

Órgão	01	Poder Legislativo Municipal
Unidade	01	Câmara Municipal de Vereadores
Proj./ativ.	1.001	Administração Geral dos bens e serviços do Poder Legislativo Municipal
Elemento	4.4.90.00.00	Aplicações Diretas

13. DA FORMA DE EXECUÇÃO DO OBJETO E PRAZOS:

13.1. O objeto desta Licitação deverá ser entregue no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da assinatura do contrato.

13.2 A entrega dos produtos deverá ser previamente agendada na

Secretaria Executiva da Câmara de Vereadores de São Miguel do Oeste, no horário das 08h às 11h e das 14h às 17h, correndo por conta e risco da licitante vencedora as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários e outros, se existentes, decorrentes do fornecimento.

13.3. A licitante vencedora deverá conceder garantia pelo prazo mínimo de 03 (três) anos após a entrega do objeto, contra defeitos de fabricação, observando-se que, durante esse período, se o objeto contratado apresentar defeito, a licitante deverá retirar o produto para manutenção ou proceder ao respectivo conserto in loco, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis.

13.4. O preço pelo qual será contratado o objeto da presente licitação não sofrerá reajuste.

14. DA FORMA DE PAGAMENTO

14.1. Os pagamentos serão efetuados em 03 (três) parcelas mensais e de igual valor, sendo a primeira decorridos 30 (trinta) dias contados da entrega da nota fiscal dos produtos devidamente atestada pela Secretaria Executiva do Poder Legislativo.

14.2. – A nota fiscal deverá ser preenchida identificando o número do processo licitatório, descrição completa conforme a autorização de fornecimento, número da autorização de fornecimento ao qual está vinculada, bem como informar os dados de CNPJ, Endereço, Nome da Contratada, número da Agência e Conta Bancária (em nome da pessoa jurídica) a qual será efetuado o depósito para o pagamento do objeto.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

15.2. O(A) Pregoeiro(a), ou autoridade superior, poderá em qualquer fase do pregão presencial promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

15.3. Não poderá a adjudicatária ceder ou transferir o objeto do contrato a ser celebrado, no todo ou parte, bem como caucionar ou utilizar o contrato para qualquer operação financeira sem prévia e expressa autorização da Câmara Municipal de São Miguel do Oeste.

15.4. A licitante vencedora ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do art. 65, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93.

15.5. No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos apresentados, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos.

15.6 Fica reservado à autoridade competente o direito de aprovar ou anular a licitação, total ou parcialmente, mediante justificativa, sem que caiba reclamação ou indenização de qualquer espécie aos proponentes.

15.7. Nenhuma indenização será devida aos licitantes por apresentarem documentação e/ou elaborarem proposta relativa ao presente PREGÃO.

15.8. O objeto deste PREGÃO poderá sofrer acréscimos ou supressões, em conformidade com o art. 65 da Lei n. 8.666/1993.

15.9. Após a declaração do vencedor da licitação, não havendo manifestação dos licitantes quanto à intenção de interposição de recurso, o Pregoeiro adjudicará o objeto licitado, que posteriormente será submetido à homologação pelo Chefe do Legislativo do MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC.

15.10. Recomenda-se aos licitantes que estejam no local indicado do preâmbulo deste Edital, com antecedência de quinze (15) minutos do horário previsto.

15.11. É fundamental a presença do licitante ou de seu representante, para o exercício dos direitos de ofertar lances e manifestar intenção de recorrer.

15.12. Os interessados que tiverem dúvidas na interpretação dos

termos deste Edital serão atendidos pessoalmente no Departamento de Compras e Licitações no endereço da Câmara Municipal de Vereadores de São Miguel do Oeste/SC ou através do telefone (49) 3622-1154, para os esclarecimentos necessários.

15.13 – Fazem parte do presente Edital:

- Anexo I – Termo de Referência
- Anexo II – Minuta do Contrato
- Anexo III - Modelo de Credenciamento
- Anexo IV – Modelo de Declaração de que cumpre os requisitos habilitatórios.
- Anexo V – Declaração de Idoneidade
- Anexo VI – Declaração que não Emprega Menores
- Anexo VII – Termo de Vistoria
- Anexo VIII – Declaração de Autorização de Revenda e Assistência Técnica

16 – DO FORO

16.1 Todas as controvérsias ou reclamares relativos ao presente processo licitatório serão resolvidos pela Comissão de Licitações, administrativamente, ou no Foro da Comarca de São Miguel do Oeste/SC, se for o caso.

São Miguel do Oeste/SC, 18 de abril de 2017.

CLÁUDIO JOSÉ BARP

Presidente da Câmara Municipal

Visto pela Assessoria Jurídica.

VINICIUS ANTÔNIO PELISSARI

OAB/SC 37.827

Diretor Jurídico

ANEXO I

PREGÃO xxx/2017

TERMO DE REFERÊNCIA

LOTE 01:

XXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXX

LOTE 02:

XXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXX

MEMORIAL DESCRITIVO

XXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXX

ANEXO II

MINUTA DO CONTRATO

MINUTA DO CONTRATO

Processo Licitatório nº XXXXXXXXX

Pregão Presencial nº XXXXXXXXXXXXX

A CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO MIGUEL DO OESTE (SC) estabelecida na Rua 7 de Setembro, 2045, Centro, São Miguel do Oeste - SC, CEP 89.900-000, neste ato representada por seu Presidente, Vereador Claudio José Barp, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Victor Meirelles, nº 184, Bairro Estrela, neste Município, inscrito no CPF nº 460.358.009-63 e CI 1.158.244, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o número _____, com sede na cidade de _____, no endereço _____, neste ato representada por seu diretor, Sr. _____, a seguir denominada CONTRATADA, tem entre si justo e acordado celebrar o presente

Contrato de Fornecimento que se regerá pelas normas da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores vigentes, do Edital de Pregão n.º XXXXXXXXXXXXXXXXXX, e pelas condições que estipulam a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - A presente Licitação visa à escolha da melhor proposta para o seguinte objeto: AQUISIÇÃO DE CADEIRAS, LONGARINAS E POLTRONAS PARA AUDITÓRIO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E COMERCIAIS DESCRITAS NO ANEXO I, CONFORME AS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO E PAGAMENTO

2.1 - Pela prestação dos serviços ora contratado, a CONTRATANTE, pagará a CONTRATADA, conforme abaixo discriminado:

2.2 – De acordo com a proposta vencedora no valor total de R\$ (.....).

2.3 No preço acima estão embutidos transporte, carga e descarga do objeto, impostos, taxas e emolumentos legais, insumos e demais encargos, inclusive previdenciários e trabalhistas que possam vir a gravá-los, sendo de inteira responsabilidade da CONTRATADA a quitação destes.

2.4. A CONTRATADA deverá entregar o objeto em conformidade com os padrões e normas aplicadas à espécie, responsabilizando-se integralmente pela qualidade deste.

2.5. A CONTRATANTE se reserva o direito de recusar o objeto que não esteja dentro das normas e dos padrões exigidos e aplicados a ele, respondendo a CONTRATADA, integralmente, pelo custo de suas substituições, tantas vezes quantas necessárias forem e apontar a fiscalização da CONTRATANTE.

2.6 Para fins de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar NOTA FISCAL ELETRÔNICA correspondente ao(s) produto(s) efetivamente entregue(s), conforme assinatura do contrato.

2.7 Os pagamentos serão efetuados em 03 (três) parcelas mensais e de igual valor, sendo a primeira decorridos 30 (trinta) dias contados da entrega da nota fiscal dos produtos devidamente atestada pela Secretaria Executiva do Poder Legislativo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, RECURSOS FINANCEIROS E FORMA DE PAGAMENTO

Os recursos financeiros para fazer frente às despesas públicas decorrentes deste contrato correrão à conta do Orçamento da Câmara Municipal, em rubrica específica:

Órgão	01	Poder Legislativo Municipal
Unidade	01	Câmara Municipal de Vereadores
Proj./ativ.	1.001	Administração Geral dos bens e serviços do Poder Legislativo Municipal
Elemento	4.4.90.00.00	Aplicações Diretas

CLÁUSULA QUARTA – DA ENTREGA

4.1 - A contratada deverá entregar o objeto da presente Licitação no prazo de 30 (trinta) dias a contar da assinatura do Contrato.

4.2 A entrega dos produtos deverá ser previamente agendada na Secretaria Executiva da Câmara de Vereadores de São Miguel do Oeste, no horário das 08h às 11h e das 14h às 17h, correndo por conta e risco da CONTRATADA as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários e outros, se existentes, decorrentes do fornecimento.

4.3 A licitante vencedora deverá conceder garantia pelo prazo mínimo de 02 (dois) anos após a entrega do objeto, contra defeitos de fabricação, observando-se que, durante esse período, se o objeto contratado apresentar defeito, a licitante deverá retirar o produto para manutenção ou proceder ao respectivo conserto in loco, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis.

4.4 Constatadas irregularidades no objeto contratual, a Câmara Municipal de São Miguel do Oeste, poderá:

4.4.1. Se disser respeito às especificações, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo o contrato, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

4.4.1.1. Na hipótese de substituição, a CONTRATADA deverá fazê-la em conformidade com a indicação da CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, mantido o preço inicialmente ofertado;

4.4.2. Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir o contrato, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

4.4.2.1. Na hipótese de complementação, a CONTRATADA deverá fazê-la em conformidade com a indicação da CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contado da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTAMENTO

5.1 - O preço apresentado pela Empresa Licitante não será reajustado, durante a vigência deste contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES

6.1 - Se o licitante vencedor descumprir as condições deste processo licitatório ficará sujeito às penalidades estabelecidas na Lei nº 8.666/93 e alterações vigentes.

6.2 – Nos termos do artigo 87 da Lei nº 8.666/93, pela inexecução total ou parcial deste Processo Licitatório, a Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste – SC, poderá aplicar à empresa vencedora, as seguintes penalidades:

I - Advertência;

II - Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da proposta;

III - Suspensão de Contratar com a Administração Pública por 05 anos.

6.3 – Nos termos da Lei nº 8.666/93, se o licitante, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com o Município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

6.4 – As penalidades serão obrigatoriamente registradas no sistema de Registro de Cadastro do Município, e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais;

6.5 – Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada, sem que antes, este tenha pago ou lhe seja relevada a

multa imposta.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

7.1 - O presente Contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no Art. 78 e seguinte da Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores vigentes.

7.2 – Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

8.1 – O prazo de vigência do Contrato decorrente deste processo licitatório, contado a partir da data de sua assinatura será de 30 (trinta) dias.

8.2 – O contrato poderá ser aditado e prorrogado de acordo com a conveniência da Administração Pública, observados os dispositivos da Lei nº 8.666/93 e outras legislações pertinentes.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 – A contratada deverá entregar o objeto Licitado dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da assinatura do Contrato, observando o preço contratado;

9.2 – Executar o objeto ora licitado de acordo com as especificações e demais condições estipuladas no Edital e seus Anexos;

9.3 – Permitir que os prepostos do Poder Legislativo inspecionem a qualquer tempo e hora o andamento do objeto ora licitado;

9.4 – Fornecer ao Legislativo sempre que solicitados quaisquer informações e/ou esclarecimento sobre o objeto ora licitado;

9.5 – Assumir a responsabilidade por todos os encargos trabalhistas, sociais e previdenciários, próprios e de seus funcionários;

9.6 – Formar o quadro de pessoal necessário para a execução do objeto licitado pagando os salários às suas exclusivas expensas;

9.7 – É da contratada a obrigação do pagamento de tributos que incidirem sobre a execução do objeto ora licitado;

9.8 – Responsabilizar-se pelos danos que possam afetar o Poder Legislativo ou a terceiros, durante a execução do objeto ora licitado;

9.9 – É de responsabilidade da contratada, executar o objeto ora licitado, vedada a subcontratação parcial ou total da mesma;

9.10 – É de responsabilidade da contratada todas as despesas referentes à execução do objeto ora contratado.

9.11 - A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes, que poderão ultrapassar o limite indicado, nos termos do §1º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10.1. – Efetuar o pagamento ajustado;

10.2 – Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do Contrato;

10.3 – Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 – O Contrato deverá ser assinado após a homologação do presente Processo Licitatório num prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, junto a sede do Poder Legislativo de São Miguel do Oeste.

11.2 – O presente contrato não será de nenhuma forma, fundamento para a constituição de vínculo trabalhista com empregados, funcionários, prepostos ou terceiros que a EMPRESA colocar no serviço;

11.3 – Se a empresa homologada dentro dos prazos legais, não tiver condições para a celebração do Contrato, será adjudicada a próxima classificação no certame, desde que não seja permitida nova licitação em razão do relevante interesse público municipal;

11.4 – O Contrato poderá ser rescindido unilateralmente pela Contratante, a qualquer momento, atendendo a oportunidade e conveniência administrativa, não recebendo a contratada qualquer valor a título de indenização pela unilateral rescisão;

11.5 – As omissões do presente contrato serão preenchidas pelos termos da lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1 – Para dirimir as questões decorrentes da execução deste Termo Contratual, fica eleito o Foro da Comarca de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegio ou especial que possa ser;

12.2 – E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente em duas vias de igual forma e teor, na presença de duas testemunhas infra-assinadas, para que possa produzir todos os seus efeitos de Direito.

São Miguel do Oeste, SC, ____ de _____ de 2017.

CÂMARA DE VEREADORES DE SMOESTE EMPRESA Vereador Claudio José Barp Diretor

TESTEMUNHAS:

Nome: Nome:

CPF: CPF:

Visto na forma da Lei.

VINICIUS ANTONIO PELISSARI
OAB/SC 37827 Diretor Jurídico - Legislativo

ANEXO III PREGÃO nº XXXXXXXXX CREDENCIAMENTO

Através da presente, credenciamos o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade nº _____ e inscrito(a) no CPF sob o nº _____, a participar da licitação instaurada pela CÂMARA DE MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC, na modalidade PREGÃO nº /2017, supra-referenciada, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa _____, bem como formular propostas e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

_____, de _____ de 2017.

Assinatura e carimbo
(representante legal)

ANEXO IV DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, licitante no Pregão nº /2017, promovido pela CÂMARA DE MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC, declara, por meio de seu representante, Sr(a) _____, que está regular com a Fazenda Nacional, Estadual e Municipal, com a Seguridade Social (FGTS e INSS), bem como que atende a todas as exigências de habilitação constantes no edital do referido certame.

_____, de _____ de 2017.

Assinatura e carimbo
(representante legal)

ANEXO V DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Declaramos para os devidos fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade de PREGÃO nº /2017, instaurado por esse órgão público, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

Por expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, de _____ de 2017.

Assinatura e carimbo
(representante legal)

ANEXO VI PREGÃO nº /2017 DECLARAÇÃO

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezoito anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

_____, de _____ de 2017

Assinatura e carimbo
(representante legal)

ANEXO VII PREGÃO nº XXXXXXXXX TERMO DE VISTORIA

Através da presente, o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade nº _____ e inscrito(a) no CPF sob o nº _____, representante da empresa _____, CNPJ _____,

estabelecida na _____
_____ DECLARA que esteve em visita técnica
no Plenária nova Sede da CÂMARA DE MUNICIPAL DE VEREADO-
RES DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC, verificando as condições físi-
cas do local e realizando medições com fins de instruir a proposta
do Lote nº 02, objeto do Pregão nº xxxxxxxx.

....., dede 2017.

Assinatura e carimbo
(representante legal)

ANEXO VIII
PREGÃO nº XXXXXXXXX

(USAR PAPEL TIMBRADO DO FABRICANTE)

DECLARAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE REVENDA E ASSISTÊNCIA
TÉCNICA

Através da presente, DECLARAMOS, para fins do Pregão Pre-
sencial nº xxxx, da Câmara Municipal de Vereadores de São Mi-
guel do Oeste, Estado de Santa Catarina, que a empresa _____
_____, inscrita no CNPJ
_____, neste ato representada pelo(a) Sr.(a)
_____, portador(a) da Cédula de Identi-
dade nº e inscrito(a) no CPF sob o
nº, é revendedora autorizada
da comercializar produtos deste fabricante, bem como está apta a
prestar manutenção e dar garantia conforme certificado dos pro-
dutos fabricados.

....., dede 2017.

Assinatura do representante legal (com firma reconhecida em car-
tório)

EXTRATO PREGAO 05/2017**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
SÃO MIGUEL DO OESTE****EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 05/2017**

A **CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE**, Estado de Santa Catarina, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO**, tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, regida pela Lei Federal n.º 10.520/02, Decretos regulamentadores e subsidiariamente à Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, e que para tanto estará recebendo até às **14 horas do dia 03 de maio de 2017**, no Departamento de Licitações, sito à Rua 7 de Setembro, 2045, os envelopes contendo a PROPOSTA e DOCUMENTAÇÃO referentes ao presente Edital, cuja abertura das propostas dar-se-á às 14h20min do mesmo dia.

1 - OBJETO

AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO DEVIDAMENTE MONTADO PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA NOVA SEDE DA CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO MIGUEL DO OESTE, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.

1.1 O mobiliário deverá ser entregue e montado no Prédio da Nova Sede da Câmara de Vereadores de São Miguel do Oeste, sito na Rua Pedro Julian, Bairro Agostini, Município de São Miguel do Oeste.

1.2 Será vencedor o licitante que, atendendo às condições e especificações deste Edital, oferecer o MENOR PREÇO POR LOTE.

1.2.1 Apesar de o critério de julgamento ser o MENOR PREÇO POR LOTE, a empresa deverá respeitar os valores máximos unitários, conforme o Anexo I deste Edital.

2 - CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO E PROCEDIMENTOS

2.1. Poderão participar deste Pregão Presencial as empresas interessadas do ramo de atividade do objeto desta licitação que comprovem sua qualificação, na forma indicada neste Edital.

2.2. A participação na licitação importa total, irrestrita e irretratável submissão dos proponentes às condições deste Edital.

2.3. Não poderão concorrer, direta ou indiretamente, nesta licitação, ou participar do contrato dela decorrente:

2.3.1. Empresas constituídas em consórcios e pessoas físicas.

3 - DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

3.1. A proposta e os documentos exigidos deverão ser entregues e protocolados no Departamento de Licitações da Câmara Municipal de São Miguel do Oeste/SC, sito no endereço, data e horário supracitados em dois envelopes lacrados, denominados,

Ouvidoria 0800 644 0003

Fone/Fax (49) 3621 1400

Endereço Rua Sete de Setembro, 2045 - C.P. 386

"POR AMOR A VOCÊ - NÃO USE DROGAS"

Lei Municipal Nº 5.031 - 28.06.2002

home-page www.saomigueldooeste.sc.leg.br

São Miguel do Oeste - Santa Catarina - CEP: 89900-000



**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
SÃO MIGUEL DO OESTE**

respectivamente de N.º 01 – PROPOSTA e N.º 02 – DOCUMENTAÇÃO, devendo conter na parte externa os seguintes dizeres.

**À CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC
ENVELOPE 1 – PROPOSTA**

PREGÃO 05/2017

EMPRESA:

**À CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES SÃO MIGUEL DO OESTE/SC
ENVELOPE 2 – DOCUMENTAÇÃO**

PREGÃO 05/2017

EMPRESA:

4 – DO CREDENCIAMENTO

Deverão ser apresentados no ato do credenciamento, apartado dos envelopes:

4.1. O licitante deverá comprovar, na Sessão Pública, a existência dos necessários poderes para a formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

4.2. Se a empresa se fizer representar pelo seu proprietário, dirigente ou assemblado, deverá este apresentar documento que comprove tal condição, sendo Contrato Social ou Estatuto acompanhado de Ata ou documento de delegação de poderes.

4.3. Caso seja designado outro representante, este deverá estar devidamente habilitado através de procuração, ou termo de credenciamento, podendo ser utilizado o modelo do **Anexo III**, acompanhado de Contrato Social ou Estatuto juntamente com a Ata ou documento de delegação de poderes.

4.4. No ato de credenciamento, o representante da empresa licitante deverá se identificar mediante a apresentação, ao Pregoeiro, de sua Cédula de Identidade ou documento equivalente, para conferência dos dados com aqueles informados no documento de credenciamento.

4.5. Em sendo a empresa participante Micro Empresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), esta deverá comprovar sua condição, mediante apresentação de Certidão Simplificada de Enquadramento pela Junta Comercial competente para que se cumpra o disposto na Lei Complementar nº 123/2006, sob pena de decair o direito, devendo ser apresentada fora dos envelopes, no ato da entrega dos envelopes. Será considerada válida a certidão que tenha sido emitida a menos de **120 (cento e vinte)** dias da data marcada para a abertura da presente Licitação.

Ouvidoria 0800 644 0003

Fone/Fax (49) 3621 1400

Endereço Rua Sete de Setembro, 2045 - C.P. 386

"POR AMOR A VOCÊ - NÃO USE DROGAS"

Lei Municipal Nº 5.031 - 28.06.2002

home-page www.saomigueldoeste.sc.leg.br

São Miguel do Oeste - Santa Catarina - CEP: 89900-000



**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
SÃO MIGUEL DO OESTE**

4.6. Declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, conforme modelo constante no **Anexo IV**.

4.7. **Serão desconsiderados os documentos de credenciamento, Declaração de Habilitação e Comprovação do Enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte inseridos no envelope “PROPOSTA” ou “DOCUMENTAÇÃO”.**

5 – DA PROPOSTA

5.1. A proposta contida no Envelope n.º 01 deverá ser apresentada em formulário impresso, com as seguintes exigências:

- a proposta deverá ser emitida por computador ou datilografada, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada e rubricadas todas as suas folhas.
- fazer menção ao número deste Pregão;
- conter a razão social da licitante, com o número do CNPJ;
- indicar o prazo de validade da proposta, de no mínimo 60 (sessenta) dias contados da data de abertura dos envelopes "Proposta" e "Documentação";
- indicar o preço do item, fixo e irredutível, devendo já estar inclusos os impostos, taxas, fretes e demais despesas.
- cotação dos preços, obrigatoriamente em moeda nacional, admitindo-se 2 (duas) casas decimais após a vírgula.
- Declarar expressamente que a proposta inclui todos os custos e despesas e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos, **declarando ainda que foi realizada vistoria técnica para a constatação do local a serem montados os móveis e/ou que tem conhecimento do projeto de mobiliário (layouts).**

5.2 Declaração de garantia do mobiliário de no mínimo 01 (um) ano;

5.3. Se a proposta for omissa em relação aos prazos de que trata a alínea "d", presumir-se-ão aceitos aqueles indicados neste Edital.

5.4. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, seja com relação a preço, pagamento, prazo ou qualquer condição que importe a modificação dos termos originais. Serão corrigidos automaticamente pelo Pregoeiro quaisquer erros de soma e/ou multiplicação.

5.5. A falta de data e/ou rubrica da proposta poderá ser suprida pelo representante legal presente à reunião de abertura dos envelopes “Proposta”, com poderes para esse fim.

5.6. A falta do CNPJ e/ou endereço completo poderá também ser preenchida pelos dados constantes dos documentos apresentados dentro do envelope "Documentação".

Ouvidoria 0800 644 0003

Fone/Fax (49) 3621 1400

Endereço Rua Sete de Setembro, 2045 - C.P. 386

“POR AMOR A VOCÊ - NÃO USE DROGAS”

Lei Municipal Nº 5.031 - 28.06.2002

home-page www.saomigueldoeste.sc.leg.br

São Miguel do Oeste - Santa Catarina - CEP: 89900-000



**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
SÃO MIGUEL DO OESTE**

5.7. A cotação apresentada na proposta e levada em consideração para efeito de julgamento será de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo, neste caso, o direito de pleitear qualquer alteração, seja para mais ou para menos.

6. DA HABILITAÇÃO

Para habilitação dos licitantes, será exigida a documentação prevista na legislação geral da administração, relativa a:

6.1. Habilitação Jurídica:

- Ato constitutivo, estatuto social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores (podendo ser suprido pela via anexada junto ao credenciamento).
- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ.
- Declaração do proponente de que não foram declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público de qualquer esfera de governo, de acordo com o modelo do **Anexo V**.
- Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal conforme **Anexo VI**.
- Declaração de conhecimento do projeto (**Anexo VII**).

6.2. Regularidade Fiscal:

- Prova da regularidade para a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma de lei.
- Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, de acordo com as prerrogativas da Lei 12.440/11;

6.3. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida no presente edital, mesmo que esta apresente alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal.

6.3.1 – Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, à **microempresa** ou **empresa de pequeno porte**, nos termos da Lei Complementar nº 123 (art. 42 e 43, § 1º), de 14/12/2006, será assegurado o prazo de **até 4 (quatro)** dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que ela for declarada vencedora do certame (excluído da contagem do prazo este dia), para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, e comprovação da regularização para este Pregão.

6.3.2 – A não-regularização da documentação, no prazo e condições disciplinadas neste subitem, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no

Ouvidoria 0800 644 0003

Fone/Fax (49) 3621 1400

Endereço Rua Sete de Setembro, 2045 - C.P. 386

“POR AMOR A VOCÊ - NÃO USE DROGAS”

Lei Municipal Nº 5.031 - 28.06.2002

home-page www.saomigueldoeste.sc.leg.br

São Miguel do Oeste - Santa Catarina - CEP: 89900-000



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES SÃO MIGUEL DO OESTE

art. 81, da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

6.4. Os documentos necessários à habilitação do proponente poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração ou publicação em órgão da imprensa oficial.

6.5. O envelope de documentação deste pregão que não forem abertos serão devolvidos para a proponente, no final da sessão.

7. DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

7.1. Na data, horário e local estabelecidos no preâmbulo deste edital, em ato público, presentes os licitantes e demais pessoas interessadas, o pregoeiro designado receberá, em envelopes distintos e devidamente fechados, as propostas e os documentos exigidos para habilitação. Os envelopes deverão indicar o número deste pregão e seu conteúdo, na forma estabelecida no preâmbulo deste edital.

7.2. Os licitantes apresentarão, no ato da entrega dos envelopes (fora dos envelopes), declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, conforme modelo constante no **Anexo IV** e Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial competente comprovando seu enquadramento como Micro Empresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), para que se cumpra o disposto na Lei Complementar nº 123/2006, sob pena de decair o direito.

7.3. Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as propostas, ocasião em que será procedida à verificação da sua conformidade com os requisitos estabelecidos neste instrumento, com exceção do preço, desclassificando-se as incompatíveis.

7.4. No curso da Sessão, dentre as propostas que atenderem aos requisitos do item anterior, à exceção do preço, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor.

7.5. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

7.6. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

7.7. A oferta dos lances deverá ser efetuada por lote, na ordem decrescente de preço, no momento em que for conferida a palavra ao licitante.

7.8. É vedada a oferta de lances com vista ao empate.

7.9. Dos lances ofertados não caberá retratação.

Ouvidoria 0800 644 0003

Fone/Fax (49) 3621 1400

Endereço Rua Sete de Setembro, 2045 - C.P. 386

"POR AMOR A VOCÊ - NÃO USE DROGAS"

Lei Municipal Nº 5.031 - 28.06.2002

home-page www.saomigueldoeste.sc.leg.br

São Miguel do Oeste - Santa Catarina - CEP: 89900-000



**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
SÃO MIGUEL DO OESTE**

7.10. A apresentação dos lances verbais é facultativa, sendo que a desistência por parte do licitante, quando da convocação pelo pregoeiro, implicará em sua exclusão da fase de lances e na manutenção do último preço apresentado, para efeito de ordenação das propostas.

7.11. Esgotados os lances verbais será encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, exclusivamente pelo critério de menor preço.

7.11.1. Após a etapa de lances, sendo verificada a ocorrência de empate, será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos art. 44, da LC nº 123/2006.

7.11.2. Entende-se por empate, nos termos da LC nº 123/2006, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5 % (cinco por cento) superiores à proposta melhor classificada.

7.11.3. Para efeito do disposto no item 7.11.1., ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

- a) A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para, em querendo, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, **no prazo máximo de 5 (cinco) minutos** após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, situação em que, após verificado o atendimento às condições de habilitação, será adjudicado em seu favor o objeto licitado;
- b) Se a oferta não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a oferta subsequente, sendo convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 7.11.2., na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da licitante, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.
- c) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 7.11.2., será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.11.4. Na hipótese de não contratação nos termos previstos no subitem 7.11.1., o objeto licitado será adjudicado, após verificado o atendimento às condições de habilitação, em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

7.11.5. O disposto no subitem 7.11.1. somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

7.12. Caso não se realizem lances verbais, será identificada a proposta escrita de menor preço.

7.13. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, exclusivamente pelo critério de menor preço, o pregoeiro examinará a aceitabilidade quanto ao objeto e valor

Ouvidoria 0800 644 0003

Fone/Fax (49) 3621 1400

Endereço Rua Sete de Setembro, 2045 - C.P. 386

"POR AMOR A VOCÊ - NÃO USE DROGAS"

Lei Municipal Nº 5.031 - 28.06.2002

home-page www.saomigueldoeste.sc.leg.br

São Miguel do Oeste - Santa Catarina - CEP: 89900-000



**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
SÃO MIGUEL DO OESTE**

apresentado pela primeira classificada, conforme definido neste Edital e seus anexos, decidindo motivadamente a respeito.

7.14. Sendo aceitável a proposta classificada em primeiro lugar, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação para confirmação das condições habilitatórias da licitante vencedora.

7.14.1. No caso da licitante ser uma microempresa ou uma empresa de pequeno porte, se esta apresentar restrições na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o **prazo de até 4 (quatro) dias úteis**, a partir da data em que a licitante for declarada vencedora do certame, para a regularização da documentação, nos termos do § 1º, do art. 43, da LC nº 123/2006, com vistas à contratação.

7.15. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto deste certame.

7.16. Se a oferta não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências de habilitação, exceto na hipótese prevista no subitem 7.14.1, o pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e as condições de habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital e seus anexos, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto desta licitação.

7.17. O pregoeiro poderá negociar diretamente com a licitante para que seja obtida melhor proposta nas situações previstas nos subitens 7.12, 7.13 e 7.16.

7.18. No caso de desclassificação de todas as propostas o pregoeiro convocará as licitantes para, no **prazo de 8 (oito) dias úteis**, apresentarem outras.

7.19. No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.20. Em nenhuma hipótese será recebida proposta fora do prazo estabelecido.

7.21. Não serão motivo de desclassificação simples omissões que sejam irrelevantes para o entendimento das propostas, que não venham causar prejuízo ao Município e nem ferir os direitos das demais licitantes.

7.22. Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital.

7.23. Não havendo manifestação oportuna de nenhuma participante da intenção de recorrer, o pregoeiro adjudicará o respectivo item ao licitante que tenha atendido a todas as exigências deste edital e oferecido menor preço.

Ouvidoria 0800 644 0003

Fone/Fax (49) 3621 1400

Endereço Rua Sete de Setembro, 2045 - C.P. 386

"POR AMOR A VOCÊ - NÃO USE DROGAS"

Lei Municipal Nº 5.031 - 28.06.2002

home-page www.saomigueldoeste.sc.leg.br

São Miguel do Oeste - Santa Catarina - CEP: 89900-000



**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
SÃO MIGUEL DO OESTE**

7.24. Da Sessão Pública será lavrada ata circunstanciada, devendo esta ser assinada pelo pregoeiro e por todos os licitantes presentes.

8. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

8.1. No julgamento das propostas, será considerada vencedora a de MENOR PREÇO GLOBAL, desde que atendidas as especificações constantes deste Edital.

8.2. Havendo divergência entre os valores informados no arquivo eletrônico e a proposta impressa, prevalecerá a proposta impressa, sendo feitas as devidas correções.

8.3. O objeto deste PREGÃO será adjudicado POR MENOR PREÇO GLOBAL.

9. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

9.1. Até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes das propostas qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o presente ato convocatório.

9.2. A impugnação deverá ser protocolada junto ao Departamento de Licitações ou por carta AR, devendo seu recebimento ser efetuado tempestivamente. Em caso de protocolo ou recebimento via Correio intempestivo o conteúdo da impugnação não será apreciado.

9.3. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para realização do certame.

10. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

10.1. Ao final da sessão do pregão, o pregoeiro indagará aos licitantes quanto ao interesse em interpor recurso, quando poderão manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, com registro em ata da síntese de suas razões, hipótese em que lhes será concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurado vista imediata dos autos.

10.2. A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, no momento da sessão deste Pregão, implicará decadência e preclusão desse direito da licitante, podendo o pregoeiro adjudicar o objeto à vencedora.

10.3. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.4. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, o Presidente da Câmara Municipal de São Miguel do Oeste/SC poderá homologar este procedimento de licitação e determinar a contratação com a licitante vencedora.

Ouvidoria 0800 644 0003

Fone/Fax (49) 3621 1400

Endereço Rua Sete de Setembro, 2045 - C.P. 386

"POR AMOR A VOCÊ - NÃO USE DROGAS"

Lei Municipal Nº 5.031 - 28.06.2002

home-page www.saomigueldoeste.sc.leg.br

São Miguel do Oeste - Santa Catarina - CEP: 89900-000



**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
SÃO MIGUEL DO OESTE**

11. DAS PENALIDADES

11.1. Se o licitante vencedor descumprir as condições deste Pregão ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis n.º 10.520/02 e 8.666/93.

11.2. Nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial deste Pregão, a Câmara Municipal de São Miguel do Oeste/SC poderá aplicar à empresa vencedora as seguintes penalidades:

- Advertência;
- Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta;
- Suspensão de contratar com Administração Pública por até 02 anos.

11.3. Nos termos do artigo 7º da Lei n.º 10.520/02, se o licitante, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com o Município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.4. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no sistema de Registro de Cadastro do Município, e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais.

11.5. Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada, sem que antes, este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

12. DA DESPESA

12.1. As despesas decorrentes da execução do objeto do presente Edital correrão à conta de recursos do orçamento do Poder Legislativo/Câmara Municipal de Vereadores de São Miguel do Oeste, para o exercício de 2017 e exercícios subsequentes:

Órgão	01	Poder Legislativo Municipal
Unidade	01	Câmara Municipal de Vereadores
Proj./ativ.	1.001	Administração Geral dos bens e serviços do Poder Legislativo Municipal
Elemento	4.4.90.00.00	Aplicações Diretas

13. DA FORMA DE EXECUÇÃO DO OBJETO E PRAZOS:

13.1. A entrega e montagem do mobiliário dar-se-á de acordo com a programação da Câmara de Vereadores e especificação do objeto no Termo de Referência, tendo como prazo máximo 15 (quinze) dias após a emissão da Autorização de Fornecimento, observando as condições

Ouvidoria 0800 644 0003

Fone/Fax (49) 3621 1400

Endereço Rua Sete de Setembro, 2045 - C.P. 386

"POR AMOR A VOCÊ - NÃO USE DROGAS"

Lei Municipal Nº 5.031 - 28.06.2002

home-page www.saomigueldoeste.sc.leg.br

São Miguel do Oeste - Santa Catarina - CEP: 89900-000



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES SÃO MIGUEL DO OESTE

elencadas no Memorial Descritivo, Orçamentos e Projetos, partes integrantes deste Processo Licitatório.

13.2 O mobiliário deverá ser entregue e montado no Prédio da Nova Sede da Câmara de Vereadores de São Miguel do Oeste, sito na Rua Pedro Julian, Bairro Agostini, Município de São Miguel do Oeste.

13.3 O mobiliário deverá ser entregue em perfeita condição de uso, conforme as condições e especificações descritas neste instrumento e em todos os seus Anexos, bem como na proposta de preços apresentada, dentro do horário de expediente da Contratante.

13.4 O recebimento do mobiliário deverá estar condicionado à observância das condições e especificações técnicas, cabendo a verificação a Contratante.

13.5 O mobiliário adquirido deverá ser novo, assim considerado de primeiro uso e estar devidamente acondicionado e acompanhado da respectiva Nota Fiscal.

13.6 Todos os materiais e serviços, objeto deste Edital e seus Anexos, deverão ter garantia mínima de 12 (doze) meses, contada a partir do seu recebimento definitivo, contra qualquer defeito de fábrica, instalação ou execução, aplicando-se, no que couber, o disposto no Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

13.7. No curso da execução do Contrato, caberá à Contratante, diretamente ou por quem vier a indicar, o direito de fiscalizar o cumprimento das condições e especificações exigidas, sem prejuízo daquela exercida pela empresa Contratada.

13.8 A presença da fiscalização da Contratante não elide nem diminui a responsabilidade da Contratada.

13.9 Caberá à fiscalização rejeitar e solicitar a substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações, ou aquele que não seja comprovadamente novo, assim considerado de primeiro uso, com defeito de fabricação, devendo o fornecedor efetuar sua substituição/correção.

13.10 O preço pelo qual será contratado o objeto da presente licitação não sofrerá reajuste.

14. DA FORMA DE PAGAMENTO

14.1. Os pagamentos serão efetuados em 30, 60 e 90 dias mediante a entrega e montagem do mobiliário e a apresentação de nota fiscal em moeda corrente nacional;

14.1.1. A nota fiscal deverá ser preenchida identificando o número do processo licitatório, descrição completa conforme a autorização de fornecimento, número da autorização de fornecimento ao qual está vinculada, bem como informar os dados de CNPJ, Endereço, Nome da Contratada, número da Agência e Conta Bancária (em nome da pessoa jurídica) a qual será efetuado o depósito para o pagamento do objeto.

Ouvidoria 0800 644 0003

Fone/Fax (49) 3621 1400

Endereço Rua Sete de Setembro, 2045 - C.P. 386

"POR AMOR A VOCÊ - NÃO USE DROGAS"

Lei Municipal Nº 5.031 - 28.06.2002

home-page www.saomigueldooeste.sc.leg.br

São Miguel do Oeste - Santa Catarina - CEP: 89900-000



**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
SÃO MIGUEL DO OESTE**

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Fica reservado à autoridade competente o direito de aprovar ou anular a licitação, total ou parcialmente, mediante justificativa, sem que caiba reclamação ou indenização de qualquer espécie aos proponentes.

15.2. Nenhuma indenização será devida aos licitantes por apresentarem documentação e/ou elaborarem proposta relativa ao presente PREGÃO.

15.3. O objeto deste PREGÃO poderá sofrer acréscimos ou supressões, em conformidade com o art. 65 da Lei n. 8.666/1993.

15.4. Após a declaração do vencedor da licitação, não havendo manifestação dos licitantes quanto à intenção de interposição de recurso, o Pregoeiro adjudicará o objeto licitado, que posteriormente será submetido à homologação pelo Chefe do Legislativo do MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC.

15.5. Recomenda-se aos licitantes que estejam no local indicado do preâmbulo deste Edital, com antecedência de 15 (quinze) minutos do horário previsto.

15.6. É fundamental a presença do licitante ou de seu representante, para o exercício dos direitos de ofertar lances e manifestar intenção de recorrer.

15.7. Os interessados que tiverem dúvidas na interpretação dos termos deste Edital serão atendidos pessoalmente no Departamento de Compras e Licitações no endereço da Câmara Municipal de Vereadores de São Miguel do Oeste/SC ou através do telefone (49) 3621-1400, para os esclarecimentos necessários.

15.8 – Fazem parte do presente Edital:

- Anexo I – Termo de Referência e projeto
- Anexo II – Minuta do Contrato
- Anexo III - Modelo de Credenciamento
- Anexo IV – Modelo de Declaração de que cumpre os requisitos habilitatórios
- Anexo V – Declaração de Idoneidade
- Anexo VI – Declaração que não Emprega Menores
- Anexo VII – Declaração de Conhecimento do Projeto

Ouvidoria 0800 644 0003

Fone/Fax (49) 3621 1400

Endereço Rua Sete de Setembro, 2045 - C.P. 386

"POR AMOR A VOCÊ - NÃO USE DROGAS"

Lei Municipal Nº 5.031 - 28.06.2002

home-page www.saomigueldoeste.sc.leg.br

São Miguel do Oeste - Santa Catarina - CEP: 89900-000



**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
SÃO MIGUEL DO OESTE**

16 – DO FORO

16.1 Todas as controvérsias ou reclames relativos ao presente processo licitatório serão resolvidos pela Comissão de Licitações, administrativamente, ou no Foro da Comarca de São Miguel do Oeste/SC, se for o caso.

São Miguel do Oeste/SC, 18 de abril de 2017.

CLÁUDIO JOSÉ BARP
Presidente da Câmara Municipal

Visto pela Assessoria Jurídica.

VINICIUS ANTÔNIO PELISSARI
OAB/SC 37.827
Diretor Jurídico

Ouvidoria 0800 644 0003
Fone/Fax (49) 3621 1400
Endereço Rua Sete de Setembro, 2045 - C.P. 386

"POR AMOR A VOCÊ - NÃO USE DROGAS"
Lei Municipal Nº 5.031 - 28.06.2002

home-page www.saomigueldooeste.sc.leg.br
São Miguel do Oeste - Santa Catarina - CEP: 89900-000



**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
SÃO MIGUEL DO OESTE**

**ANEXO I
PREGÃO 004/2017
TERMO DE REFERÊNCIA**

ITEM 01:

AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO MODULADO, DEVIDAMENTE MONTADO PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA NOVA SEDE DA CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO MIGUEL DO OESTE, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.

MEMORIAL DESCRITIVO

MÓVEIS MODULADOS

- 1- Mesa em material MDP, com tampo de espessura mínima de 40 mm, com pés painel em MDP de espessura mínima de 25 mm, com pés reguláveis, com painel frontal em MDP com espessura mínima de 15 mm, com as seguintes dimensões: Comprimento: Entre 1,65m e 1,75m; Altura: Entre 0,70m e 0,80m; Profundidade: Entre 0,60m e 0,75m.
- 2- Mesa Auxiliar em material MDP, com tampo de espessura mínima de 40 mm, com pés painel em MDP de espessura mínima de 25 mm, com pés reguláveis, com painel frontal em MDP com espessura mínima de 15 mm, com as seguintes dimensões: Comprimento: Entre 0,90m e 1,00m; Altura: Entre 0,70m e 0,80m; Profundidade: Entre 0,40m e 0,60m
- 3- Gaveteiro em material MDP, com tampo de espessura mínima de 40 mm, com laterais, costas e gavetas em MDP com no mínimo 15 mm de espessura, com travamento na primeira gaveta com chave, contando com quatro gavetas, com quatro rodinhas, com abertura telescópica e puxador na cor alumínio, com as seguintes dimensões: Largura: Entre 0,45m e 0,55m; Altura: Entre 0,60m e 0,75m; Profundidade: Entre 0,40m e 0,55m.
- 4- Armário alto com duas portas e chave, em material MDP, com tampo de espessura mínima de 40 mm, prateleiras, base, portas e laterais em MPD com espessura mínima de 15 mm, Costas com espessura mínima de 3 mm, fixação das laterais com tampo e base sistema minifix e dobradiças 110°, com pés reguláveis, com puxadores na cor alumínio, com as seguintes dimensões: Largura: Entre 0,75m e 0,85m; Altura: Entre 1,60m e 1,70m; Profundidade: Entre 0,40m e 0,55m.
- 5- Armário alto com duas portas e chaves, semi aberto com prateleira, em material MDP, com tampo de espessura mínima de 40 mm, prateleiras, base, portas e laterais em MDP com espessura mínima de 15 mm, Costas com espessura mínima de 3 mm, fixação das laterais com tampo e base sistema minifix e dobradiças 110°, com pés reguláveis, com puxadores na cor alumínio, com as seguintes dimensões: Largura:

Ouvidoria 0800 644 0003

Fone/Fax (49) 3621 1400

Endereço Rua Sete de Setembro, 2045 - C.P. 386

"POR AMOR A VOCÊ - NÃO USE DROGAS"

Lei Municipal Nº 5.031 - 28.06.2002

home-page www.saomigueldooeste.sc.leg.br

São Miguel do Oeste - Santa Catarina - CEP: 89900-000



**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
SÃO MIGUEL DO OESTE**

Entre 0,75m e 0,85m; Altura: Entre 1,60m e 1,70m; Profundidade: Entre 0,40m e 0,55m.

- 6- Armário baixo com duas portas e chaves, em material MDP, com tampo de espessura mínima de 40 mm, prateleiras, base, portas e laterais em MDP com espessura mínima de 15 mm, Costas com espessura mínima de 3 mm, fixação das laterais com tampo e base sistema minifix e dobradiças 110°, com pés reguláveis, com puxadores na cor alumínio, com as seguintes dimensões: Largura: Entre 0,75m e 0,85m; Altura: Entre 0,70m e 0,80m; Profundidade: Entre 0,40m e 0,55m.
- 7- Armário baixo com duas portas com chaves e prateleiras na parte frontal, em material MDP, com tampo de espessura mínima de 40 mm, prateleiras, base, portas e laterais em MDP com espessura mínima de 15 mm, Costas com espessura mínima de 03 mm, fixação das laterais com tampo e base sistema minifix e dobradiças 110°, com pés reguláveis, com puxadores na cor alumínio, com as seguintes dimensões: Largura: Entre 1,15m e 1,30m; Altura: Entre 0,70m e 0,80m; Profundidade: Entre 0,40m e 0,55m.
- 8- Mesa de Reunião em material MDP, com tampo retangular de espessura mínima de 40 mm, com pés painel de espessura mínima de 25 mm, com pés reguláveis, com as seguintes dimensões: Comprimento: Entre 3,45m e 3,60m; Altura: Entre 0,80m e 0,90m; Largura: Entre 0,95m e 1,10m.
- 9- Os móveis deverão ser entregues prontos e acabados com todos os acabamentos, acessórios e elementos de fixação.

Lote	Item	Descrição	Quant. (unidade)	Valor un. máximo	Subtotal
01	01	<p>Mesa em material MDP, com tampo de espessura mínima de 40 mm, com pés painel em MDP de espessura mínima de 25 mm, com pés reguláveis, com painel frontal em MDP com espessura mínima de 15 mm, com as seguintes dimensões: Comprimento: Entre 1,65m x 1,75m Altura: Entre 0,70m x 0,80m Profundidade: Entre 0,60m x 0,75m Cores Pretendidas: escura/amadeirado/rustica</p>  <p>Fotos meramente ilustrativas.</p> <p>AS MARCAS DE MATERIAIS, PROCESSOS DE FABRICAÇÃO DOS PRODUTOS E ACESSÓRIOS COMPLEMENTARES, MENCIONADOS NAS ESPECIFICAÇÕES ACIMA, DEVEM SER CONSIDERADOS COMO PONTOS REFERENCIAIS AOS</p>	40	410,00	16.400,00

Ouvidoria 0800 644 0003

Fone/Fax (49) 3621 1400

Endereço Rua Sete de Setembro, 2045 - C.P. 386

"POR AMOR A VOCÊ - NÃO USE DROGAS"


Lei Municipal Nº 5.031 - 28.06.2002

home-page www.saomigueldoeste.sc.leg.br

São Miguel do Oeste - Santa Catarina - CEP: 89900-000



**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
SÃO MIGUEL DO OESTE**

		<p>MODELOS SOLICITADOS: CONSIDERAR COMO PARÂMETROS DE QUALIDADE E FUNCIONALIDADE, TODOS DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM AS NORMAS TÉCNICAS DA ABNT. DECLARAÇÃO DO REVENDEDOR COM GARANTIA MÍNIMA DE 01 (UM) ANO.</p>			
	02	<p>Mesa Auxiliar em material MDP, com tampo de espessura mínima de 40 mm, com pés painel em MDP de espessura mínima de 25 mm, com pés reguláveis, com painel frontal em MDP com espessura mínima de 15 mm, com as seguintes dimensões: Comprimento: Entre 0,90m x 1,00m Altura: Entre 0,70m x 0,80m Profundidade: Entre 0,40m x 0,60m Cores Pretendidas: escura/amadeirado/rustica</p>  <p>Fotos meramente ilustrativas</p> <p>AS MARCAS DE MATERIAIS, PROCESSOS DE FABRICAÇÃO DOS PRODUTOS E ACESSÓRIOS COMPLEMENTARES, MENCIONADOS NAS ESPECIFICAÇÕES ACIMA, DEVEM SER CONSIDERADOS COMO PONTOS REFERENCIAIS AOS MODELOS SOLICITADOS: CONSIDERAR COMO PARÂMETROS DE QUALIDADE E FUNCIONALIDADE, TODOS DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM AS NORMAS TÉCNICAS DA ABNT. DECLARAÇÃO DO REVENDEDOR COM GARANTIA MÍNIMA DE 01 (UM)</p>	<u>10</u>	R\$ 215,00	R\$ 2.150,00
	03	<p>Gaveteiro em material MDP, com tampo de espessura mínima de 40 mm, com laterais, costas e gavetas em MDP com no mínimo 15 mm de espessura, com travamento na primeira gaveta com chave, contando com</p>		R\$	R\$

Ouvidoria 0800 644 0003

Fone/Fax (49) 3621 1400

Endereço Rua Sete de Setembro, 2045 - C.P. 386

“POR AMOR A VOCÊ - NÃO USE DROGAS”


Lei Municipal Nº 5.031 - 28.06.2002

home-page www.saomigueldoeste.sc.leg.br

São Miguel do Oeste - Santa Catarina - CEP: 89900-000



**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
SÃO MIGUEL DO OESTE**

		<p>quatro gavetas, com quatro rodinhas, com abertura telescópica e puxador na cor alumínio, com as seguintes dimensões: Largura: Entre 0,45m x 0,55m Altura: Entre 0,60 x 0,75m Profundidade: Entre 0,40m x 0,55m Cores Pretendidas: escura/amadeirado/rustica</p>  <p>Fotos meramente ilustrativas</p> <p>AS MARCAS DE MATERIAIS, PROCESSOS DE FABRICAÇÃO DOS PRODUTOS E ACESSÓRIOS COMPLEMENTARES, MENCIONADOS NAS ESPECIFICAÇÕES ACIMA, DEVEM SER CONSIDERADOS COMO PONTOS REFERENCIAIS AOS MODELOS SOLICITADOS: CONSIDERAR COMO PARÂMETROS DE QUALIDADE E FUNCIONALIDADE, TODOS DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM AS NORMAS TÉCNICAS DA ABNT. DECLARAÇÃO DO REVENDEDOR COM GARANTIA MÍNIMA DE 01 (UM) ANO.</p>	<u>40</u>	390,00	15.600,00
	04	<p>Armário alto com duas portas e chave, em material MDP, com tampo de espessura mínima de 40 mm, prateleiras, base, portas e laterais em MPD com espessura mínima de 15 mm, Costas com espessura mínima de 3 mm, fixação das laterais com tampo e base sistema minifix e dobradiças 110º, com pés reguláveis, com puxadores na cor alumínio, com as seguintes dimensões: Largura: Entre 0,75m x 0,85m Altura: Entre 1,60 x 1,70m Profundidade: Entre 0,40m x 0,55m Cores Pretendidas: escura/amadeirado/rustica</p>	<u>14</u>	R\$ 550,00	R\$ 7.700,00

Ouvidoria 0800 644 0003

Fone/Fax (49) 3621 1400

Endereço Rua Sete de Setembro, 2045 - C.P. 386

"POR AMOR A VOCÊ - NÃO USE DROGAS"

Lei Municipal Nº 5.031 - 28.06.2002

home-page www.saomigueldoeste.sc.leg.br

São Miguel do Oeste - Santa Catarina - CEP: 89900-000



**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
SÃO MIGUEL DO OESTE**

		 <p>Fotos meramente ilustrativas</p> <p>AS MARCAS DE MATERIAIS, PROCESSOS DE FABRICAÇÃO DOS PRODUTOS E ACESSÓRIOS COMPLEMENTARES, MENCIONADOS NAS ESPECIFICAÇÕES, DEVEM SER CONSIDERADOS COMO PONTOS REFERENCIAIS AOS MODELOS SOLICITADOS: CONSIDERAR COMO PARÂMETROS DE QUALIDADE E FUNCIONALIDADE, TODOS DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM AS NORMAS TÉCNICAS DA ABNT. DECLARAÇÃO DO REVENDEDOR COM GARANTIA MÍNIMA DE 01 (UM) ANO.</p>			
	05	<p>Armário alto com duas portas e chaves, semi aberto com prateleira, em material MDP, com tampo de espessura mínima de 40 mm, prateleiras, base, portas e laterais em MDP com espessura mínima de 15 mm, Costas com espessura mínima de 3 mm, fixação das laterais com tampo e base sistema minifix e dobradiças 110º, com pés reguláveis, com puxadores na cor alumínio, com as seguintes dimensões:</p> <p>Largura: Entre 0,75m x 0,85m Altura: Entre 1,60 x 1,70m Profundidade: Entre 0,40m x 0,55m Cores Pretendidas: escura/amadeirado/rustica</p>	<u>08</u>	R\$ 480,00	R\$ 3.840,00

Ouvidoria 0800 644 0003

Fone/Fax (49) 3621 1400

Endereço Rua Sete de Setembro, 2045 - C.P. 386

"POR AMOR A VOCÊ - NÃO USE DROGAS"

Lei Municipal Nº 5.031 - 28.06.2002

home-page www.saomigueldoeste.sc.leg.br

São Miguel do Oeste - Santa Catarina - CEP: 89900-000



**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
SÃO MIGUEL DO OESTE**

	 <p>Fotos meramente ilustrativas</p> <p>AS MARCAS DE MATERIAIS, PROCESSOS DE FABRICAÇÃO DOS PRODUTOS E ACESSÓRIOS COMPLEMENTARES, MENCIONADOS NAS ESPECIFICAÇÕES ACIMA, DEVEM SER CONSIDERADOS COMO PONTOS REFERENCIAIS AOS MODELOS SOLICITADOS: CONSIDERAR COMO PARÂMETROS DE QUALIDADE E FUNCIONALIDADE. TODOS DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM AS NORMAS TÉCNICAS DA ABNT. DECLARAÇÃO DO REVENDEDOR COM GARANTIA MÍNIMA DE 01 (UM) ANO.</p>			
06	<p>Armário baixo com duas portas e chaves, em material MDP, com tampo de espessura mínima de 40 mm, prateleiras, base, portas e laterais em MDP com espessura mínima de 15 mm, Costas com espessura mínima de 3 mm, fixação das laterais com tampo e base sistema minifix e dobradiças 110º, com pés reguláveis, com puxadores na cor alumínio, com as seguintes dimensões: Largura: Entre 0,75m x 0,85m Altura: Entre 0,70 x 0,80m Profundidade: Entre 0,40m x 0,55m Cores Pretendidas: escura/amadeirado/rustica</p>  <p>Fotos meramente ilustrativas</p>	<p><u>33</u></p>	<p>R\$</p> <p>325,00</p>	<p>R\$</p> <p>10.725,00</p>

Ouvidoria 0800 644 0003

Fone/Fax (49) 3621 1400

Endereço Rua Sete de Setembro, 2045 - C.P. 386

“POR AMOR A VOCÊ - NÃO USE DROGAS”


Lei Municipal Nº 5.031 - 28.06.2002

home-page www.saomigueldoeste.sc.leg.br

São Miguel do Oeste - Santa Catarina - CEP: 89900-000



**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
SÃO MIGUEL DO OESTE**

		AS MARCAS DE MATERIAIS, PROCESSOS DE FABRICAÇÃO DOS PRODUTOS E ACESSÓRIOS COMPLEMENTARES, MENCIONADOS NAS ESPECIFICAÇÕES ABAIXO, DEVEM SER CONSIDERADOS COMO PONTOS REFERENCIAIS AOS MODELOS SOLICITADOS: CONSIDERAR COMO PARÂMETROS DE QUALIDADE E FUNCIONALIDADE. TODOS DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM AS NORMAS TÉCNICAS DA ABNT. DECLARAÇÃO DO REVENDEDOR COM GARANTIA MÍNIMA DE 01 (UM) ANO.			
	07	Armário baixo com duas portas com chaves e prateleiras na parte frontal, em material MDP, com tampo de espessura mínima de 40 mm, prateleiras, base, portas e laterais em MDP com espessura mínima de 15 mm, Costas com espessura mínima de 03 mm, fixação das laterais com tampo e base sistema minifix e dobradiças 110º, com pés reguláveis, com puxadores na cor alumínio, com as seguintes dimensões: Largura: Entre 1,15m x 1,30 m Altura: Entre 0,70 x 0,80m Profundidade: Entre 0,40m x 0,55m Cores Pretendidas: escura/amadeirado/rustica	<u>16</u>	R\$ 460,00	R\$ 7.360,00
		 <p>Fotos meramente ilustrativas</p> <p>AS MARCAS DE MATERIAIS, PROCESSOS DE FABRICAÇÃO DOS PRODUTOS E ACESSÓRIOS COMPLEMENTARES, MENCIONADOS NAS ESPECIFICAÇÕES ACIMA, DEVEM SER CONSIDERADOS COMO PONTOS REFERENCIAIS AOS MODELOS SOLICITADOS: CONSIDERAR COMO PARÂMETROS DE QUALIDADE E FUNCIONALIDADE. TODOS DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM AS NORMAS TÉCNICAS DA ABNT. DECLARAÇÃO DO REVENDEDOR COM GARANTIA MÍNIMA DE 01 (UM) ANO.</p>			
	08	Mesa de Reunião em material MDP, com tampo retangular de espessura mínima de 40 mm, com pés painel de espessura mínima de 25 mm, com pés reguláveis, com as seguintes dimensões: Comprimento: Entre 3,45m x 3,60m Altura: Entre 0,80m x 0,90m Largura: Entre 0,95m x 1,10m		R\$	R\$

Ouvidoria 0800 644 0003

Fone/Fax (49) 3621 1400

Endereço Rua Sete de Setembro, 2045 - C.P. 386

“POR AMOR A VOCÊ - NÃO USE DROGAS”


Lei Municipal Nº 5.031 - 28.06.2002

home-page www.saomigueldoeste.sc.leg.br

São Miguel do Oeste - Santa Catarina - CEP: 89900-000



**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
SÃO MIGUEL DO OESTE**

		Cores Pretendidas: escura/amadeirado/rustica			
			<u>02</u>	890,00	1.780,00
		<p>Fotos meramente ilustrativas</p> <p>AS MARCAS DE MATERIAIS, PROCESSOS DE FABRICAÇÃO DOS PRODUTOS E ACESSÓRIOS COMPLEMENTARES, MENCIONADOS NAS ESPECIFICAÇÕES ACIMA, DEVEM SER CONSIDERADOS COMO PONTOS REFERENCIAIS AOS MODELOS SOLICITADOS: CONSIDERAR COMO PARÂMETROS DE QUALIDADE E FUNCIONALIDADE. TODOS DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM AS NORMAS TÉCNICAS DA ABNT. DECLARAÇÃO DO REVENDEDOR COM GARANTIA MÍNIMA DE 01 (UM) ANO.</p>			
		VALOR TOTAL		R\$ 65.555,00	

Esta proposta inclui todos os custos e despesas e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos.

CRONOGRAMA

A contratada deverá entregar o mobiliário devidamente montado em até 15 (quinze) dias após a emissão da Autorização de Fornecimento e solicitação da Secretaria Executiva da Câmara de Vereadores de São Miguel do Oeste, de acordo com Memorial Descritivo, Orçamentos e Projetos partes integrantes deste Processo Licitatório, observando o preço contratado.

Ouvidoria 0800 644 0003
Fone/Fax (49) 3621 1400
Endereço Rua Sete de Setembro, 2045 - C.P. 386

"POR AMOR A VOCÊ - NÃO USE DROGAS"

Lei Municipal Nº 5.031 - 28.06.2002

home-page www.saomigueldooeste.sc.leg.br

São Miguel do Oeste - Santa Catarina - CEP: 89900-000



**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
SÃO MIGUEL DO OESTE**

ANEXO II

MINUTA DO CONTRATO

Processo Licitatório nº /2017

Pregão Presencial nº /2017

A CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO MIGUEL DO OESTE (SC) estabelecida na Rua 7 de Setembro, 2045, Centro, São Miguel do Oeste - SC, CEP 89.900-000, neste ato representada por seu Presidente, Vereador Claudio José Barp, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Victor Meirelles, nº 184, Bairro Estrela, neste Município, inscrito no CPF nº 460.358.009-63 e CI 1.158.244, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o número _____, com sede na cidade de _____, no endereço _____, neste ato representada por seu diretor, Sr. _____, a seguir denominada CONTRATADA, tem entre si justo e acordado celebrar o presente Contrato de Fornecimento que se regerá pelas normas da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores vigentes, do Edital de Pregão nº 3/2017, e pelas condições que estipulam a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO DEVIDAMENTE MONTADO PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA NOVA SEDE DA CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO MIGUEL DO OESTE, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS

2.1 - Pela prestação dos serviços ora contratado, a CONTRATANTE, pagará a CONTRATADA, conforme abaixo discriminado:

2.2 – De acordo com a proposta vencedora no valor total de R\$ (.....).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, RECURSOS FINANCEIROS E FORMA DE PAGAMENTO

Ouvidoria 0800 644 0003
Fone/Fax (49) 3621 1400
Endereço Rua Sete de Setembro, 2045 - C.P. 386

"POR AMOR A VOCÊ - NÃO USE DROGAS"

Lei Municipal Nº 5.031 - 28.06.2002

home-page www.saomigueldooeste.sc.leg.br

São Miguel do Oeste - Santa Catarina - CEP: 89900-000



**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
SÃO MIGUEL DO OESTE**

Os recursos financeiros para fazer frente às despesas públicas decorrentes deste contrato correrão à conta do Orçamento da Câmara Municipal, em rubrica específica:

Órgão	01	Poder Legislativo Municipal
Unidade	01	Câmara Municipal de Vereadores
Proj./ativ.	1.001	Administração Geral dos bens e serviços do Poder Legislativo Municipal
Elemento	4.4.90.00.00	Aplicações Diretas

CLÁUSULA QUARTA – DA ENTREGA

4.1 A entrega e montagem do mobiliário dar-se-á de acordo com a programação da Câmara de Vereadores, tendo como prazo máximo 15 (quinze) dias após a emissão da Autorização de Fornecimento, observando as condições elencadas no Memorial Descritivo, Orçamentos e Projetos, partes integrantes deste Processo Licitatório, observando o preço contratado.

4.2 O mobiliário deverá ser entregue e montado no Prédio da Nova Sede da Câmara de Vereadores de São Miguel do Oeste, sito na Rua Pedro Julian, Bairro Agostini, Município de São Miguel do Oeste.

4.3 O mobiliário deverá ser entregue em perfeita condição de uso, conforme as condições e especificações descritas neste instrumento e em todos os seus Anexos, bem como na proposta de preços apresentada, dentro do horário de expediente da Contratante.

4.4 O recebimento do mobiliário deverá estar condicionado à observância das condições e especificações técnicas, cabendo a verificação a Contratante.

4.5 O mobiliário adquirido deverá ser novo, assim considerado de primeiro uso e estar devidamente acondicionado e acompanhado da respectiva Nota Fiscal.

4.6 Todos os materiais e serviços, objeto deste Edital e seus Anexos, deverão ter garantia mínima de 12 (doze) meses, contada a partir do seu recebimento definitivo, contra qualquer defeito de fábrica, instalação ou execução, aplicando-se, no que couber, o disposto no Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTAMENTO

5.1 - O preço apresentado pela Empresa Licitante não será reajustado, durante a vigência deste contrato.

Ouvidoria 0800 644 0003

Fone/Fax (49) 3621 1400

Endereço Rua Sete de Setembro, 2045 - C.P. 386

“POR AMOR A VOCÊ - NÃO USE DROGAS”

Lei Municipal Nº 5.031 - 28.06.2002

home-page www.saomigueldoeste.sc.leg.br

São Miguel do Oeste - Santa Catarina - CEP: 89900-000



**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
SÃO MIGUEL DO OESTE**

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES

6.1 - Se o licitante vencedor descumprir as condições deste processo licitatório ficará sujeito às penalidades estabelecidas na Lei nº 8.666/93 e alterações vigentes.

6.2 – Nos termos do artigo 87 da Lei nº 8.666/93, pela inexecução total ou parcial deste Processo Licitatório, a Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste – SC, poderá aplicar à empresa vencedora, as seguintes penalidades:

I - Advertência;

II - Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da proposta;

III - Suspensão de Contratar com a Administração Pública por 05 anos.

6.3 – Nos termos da Lei nº 8.666/93, se o licitante, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com o Município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

6.4 – As penalidades serão obrigatoriamente registradas no sistema de Registro de Cadastro do Município, e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais;

6.5 – Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada, sem que antes, este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

7.1 - O presente Contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no Art. 78 e seguinte da Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores vigentes.

7.2 – Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

Ouvidoria 0800 644 0003

Fone/Fax (49) 3621 1400

Endereço Rua Sete de Setembro, 2045 - C.P. 386

“POR AMOR A VOCÊ - NÃO USE DROGAS”

Lei Municipal Nº 5.031 - 28.06.2002

home-page www.saomigueldoeste.sc.leg.br

São Miguel do Oeste - Santa Catarina - CEP: 89900-000



**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
SÃO MIGUEL DO OESTE**

8.1 – O prazo de vigência do Contrato decorrente deste processo licitatório, contado a partir da data de sua assinatura será de 15 (quinze) dias.

8.2 – O contrato poderá ser aditado e prorrogado de acordo com a conveniência da Administração Pública, observados os dispositivos da Lei nº 8.666/93 e outras legislações pertinentes.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 – A contratada deverá entregar os materiais e serviços de mão de obra conforme cronograma físico-financeiro – 15 (quinze) dias após a emissão da Autorização de Fornecimento e solicitação da Secretaria Executiva da Câmara de Vereadores de São Miguel do Oeste, de acordo com Memorial Descritivo, Orçamentos e Projetos partes integrantes deste Processo Licitatório, observando o preço contratado;

9.2 – Executar o objeto ora licitado de acordo com as especificações e demais condições estipuladas no Edital e seus Anexos;

9.3 – Permitir que os prepostos do Poder Legislativo inspecionem a qualquer tempo e hora o andamento do objeto ora licitado;

9.4 – Fornecer ao Legislativo sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimento sobre o objeto ora licitado;

9.5 – Assumir a responsabilidade por todos os encargos trabalhistas, sociais e previdenciários, próprios e de seus funcionários;

9.6 – Formar o quadro de pessoal necessário para a execução do objeto licitado pagando os salários às suas exclusivas expensas;

9.7 – É da contratada a obrigação do pagamento de tributos que incidirem sobre a execução do objeto ora licitado;

9.8 – Responsabilizar-se pelos danos que possam afetar o Poder Legislativo ou a terceiros, durante a execução do objeto ora licitado;

9.9 – É de responsabilidade da contratada executar o objeto ora licitado, vedada a subcontratação parcial ou total da mesma;

9.10 – É de responsabilidade da contratada todas as despesas referentes à execução do objeto ora contratado.

9.11 Para fins da execução dos serviços de instalação e montagem, a empresa alocará nas dependências da Contratante, recursos humanos de seu quadro, nas quantidades mínimas suficientes para a eficiência dos serviços.

Ouvidoria 0800 644 0003

Fone/Fax (49) 3621 1400

Endereço Rua Sete de Setembro, 2045 - C.P. 386

"POR AMOR A VOCÊ - NÃO USE DROGAS"

Lei Municipal Nº 5.031 - 28.06.2002

home-page www.saomigueldoeste.sc.leg.br

São Miguel do Oeste - Santa Catarina - CEP: 89900-000



**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
SÃO MIGUEL DO OESTE**

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 10.1 – Efetuar o pagamento ajustado;
- 10.2 – Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do Contrato;
- 10.3 – Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 11.1 – O Contrato deverá ser assinado após a homologação do presente Processo Licitatório num prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, junto à sede do Poder Legislativo de São Miguel do Oeste.
- 11.2 – O presente contrato não será, de nenhuma forma, fundamento para a constituição de vínculo trabalhista com empregados, funcionários, prepostos ou terceiros que a EMPRESA colocar no serviço;
- 11.3 – Se a empresa homologada dentro dos prazos legais não tiver condições para a celebração do Contrato, será adjudicada a próxima classificação no certame, desde que não seja permitida nova licitação em razão do relevante interesse público municipal;
- 11.4 – O Contrato poderá ser rescindido unilateralmente pela Contratante, a qualquer momento, atendendo a oportunidade e conveniência administrativa, não recebendo a contratada qualquer valor a título de indenização pela unilateral rescisão;
- 11.5 – As omissões do presente contrato serão preenchidas pelos termos da lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

- 12.1 – Para dirimir as questões decorrentes da execução deste Termo Contratual, fica eleito o Foro da Comarca de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser;
- 12.2 – E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente em duas vias de igual forma e teor, na presença de duas testemunhas infra-assinadas, para que possa produzir todos os seus efeitos de Direito.

São Miguel do Oeste, SC, __ de _____ de 2017.

CÂMARA DE VEREADORES DE SMOESTE
Presidente Claudio José Barp

EMPRESA
Diretor

Ouvidoria 0800 644 0003
Fone/Fax (49) 3621 1400
Endereço Rua Sete de Setembro, 2045 - C.P. 386

“POR AMOR A VOCÊ - NÃO USE DROGAS”
Lei Municipal Nº 5.031 - 28.06.2002

home-page www.saomigueldoeste.sc.leg.br
São Miguel do Oeste - Santa Catarina - CEP: 89900-000



**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
SÃO MIGUEL DO OESTE**

TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

Visto na forma da Lei.

VINICIUS ANTONIO PELISSARI

OAB/SC 37827

Diretor Jurídico – Legislativo

Ouvidoria 0800 644 0003

Fone/Fax (49) 3621 1400

Endereço Rua Sete de Setembro, 2045 - C.P. 386

"POR AMOR A VOCÊ - NÃO USE DROGAS"

Lei Municipal Nº 5.031 - 28.06.2002

home-page www.saomigueldooeste.sc.leg.br

São Miguel do Oeste - Santa Catarina - CEP: 89900-000



**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
SÃO MIGUEL DO OESTE**

ANEXO III

Pregão nº /2017

CREDENCIAMENTO

Através da presente, credenciamos o(a) Sr.(a), portador(a) da Cédula de Identidade nº e inscrito(a) no CPF sob o nº, a participar da licitação instaurada pela CÂMARA DE MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC, na modalidade Pregão nº 03/2017, supra-referenciada, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa, bem como formular propostas e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

....., dede 2017.

Assinatura e carimbo
(representante legal)

Ouvidoria 0800 644 0003
Fone/Fax (49) 3621 1400
Endereço Rua Sete de Setembro, 2045 - C.P. 386

"POR AMOR A VOCÊ - NÃO USE DROGAS"
Lei Municipal Nº 5.031 - 28.06.2002

home-page www.saomigueldoeste.sc.leg.br
São Miguel do Oeste - Santa Catarina - CEP: 89900-000



**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
SÃO MIGUEL DO OESTE**

ANEXO IV

PREGÃO nº /2017

DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, licitante no Pregão nº 03/2017, promovido pela CÂMARA DE MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC, declara, por meio de seu representante, Sr(a), que está regular com a Fazenda Nacional, Estadual e Municipal, com a Seguridade Social (FGTS e INSS), bem como que atende a todas as exigências de habilitação constantes no edital do referido certame.

..... de de 2017.

Assinatura e carimbo
(representante legal)

Ouvidoria 0800 644 0003
Fone/Fax (49) 3621 1400
Endereço Rua Sete de Setembro, 2045 - C.P. 386

"POR AMOR A VOCÊ - NÃO USE DROGAS"

Lei Municipal Nº 5.031 - 28.06.2002

home-page www.saomigueldooeste.sc.leg.br

São Miguel do Oeste - Santa Catarina - CEP: 89900-000



**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
SÃO MIGUEL DO OESTE**

ANEXO V

PREGÃO nº /2017

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Declaramos para os devido fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade de PREGÃO nº 03/2017, instaurado por esse órgão público, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

Por expressão da verdade, firmamos a presente.

..... de de 2017.

Assinatura e carimbo
(representante legal)

Ouvidoria 0800 644 0003
Fone/Fax (49) 3621 1400
Endereço Rua Sete de Setembro, 2045 - C.P. 386

"POR AMOR A VOCÊ - NÃO USE DROGAS"

Lei Municipal Nº 5.031 - 28.06.2002

home-page www.saomigueldoeste.sc.leg.br

São Miguel do Oeste - Santa Catarina - CEP: 89900-000



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
SÃO MIGUEL DO OESTE

ANEXO VI

PREGÃO nº /2017

DECLARAÇÃO

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

(Observação: **em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima**)

..... de de 2017

Assinatura e carimbo
(representante legal)

Ouvidoria 0800 644 0003
Fone/Fax (49) 3621 1400
Endereço Rua Sete de Setembro, 2045 - C.P. 386

"POR AMOR A VOCÊ - NÃO USE DROGAS"
Lei Municipal Nº 5.031 - 28.06.2002

home-page www.saomigueldooeste.sc.leg.br
São Miguel do Oeste - Santa Catarina - CEP: 89900-000



**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
SÃO MIGUEL DO OESTE**

ANEXO VII

PREGÃO nº /2017

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO PROJETO DE MOBILIÁRIO

A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, licitante no Pregão nº 03/2017, promovido pela CÂMARA DE MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC, declara, por meio de seu representante, Sr(a), que foi realizada vistoria técnica e/ou que a empresa tem conhecimento do projeto de engenharia (layouts), para a constatação do local destinado ao fornecimento e montagem de Mobiliário com o objetivo de conhecer o local e demais itens porventura necessários para participação na licitação em referência.

O licitante declara que todas as dúvidas foram sanadas, não havendo nenhum comentário e desconhecimento com relação às condições dos locais onde serão executados os serviços.

A empresa declara também que tem capacidade técnica e financeira para executar a obra no prazo estabelecido neste edital (15 dias).

..... de de 2017.

Assinatura e carimbo
(representante legal)

Ouvidoria 0800 644 0003
Fone/Fax (49) 3621 1400
Endereço Rua Sete de Setembro, 2045 - C.P. 386

"POR AMOR A VOCÊ - NÃO USE DROGAS"

Lei Municipal Nº 5.031 - 28.06.2002

home-page www.saomigueldoeste.sc.leg.br

São Miguel do Oeste - Santa Catarina - CEP: 89900-000

Schroeder

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 46/2017-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

Extrato de Contrato nº. 46/2017-PMS

Pregão Presencial nº. 13/2017-PMS

Processo nº. 32/2017-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Município de Schroeder/SC.

Contratada: TIM CELULAR S.A., inscrita no CNPJ sob o nº. 04.206.050/0001-80, estabelecida na Avenida Giovanni Gronchi nº. 7143, Vila Andrade, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 05.724-006.

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato a contratação de operadora de telefonia móvel local de sistema GSM, para prestação de serviço móvel pessoal – SMP, com o fornecimento de minutos mensais locais e longas distância e tarifa zero para linhas do grupo com minutos indeterminados, conforme anexo, para um grupo de 85 linhas, com expansão ou redução de minutos e aparelhos, tipo pós-pago, disponibilizados em regime de comodato devidamente habilitados com abrangência em todo território nacional, para uso das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental; Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Saúde; Secretaria de Assistência Social e Gabinete do Prefeito do Município de Schroeder/SC, conforme ANEXO IX - Termo de Referência do instrumento, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÕES	UNID.	QUANT. MENSAL	QUANT. P/12 MESES	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ MENSAL	VALOR R\$ TOTAL 12 MESES
1	Assinatura Mensal	LINHA	85	1020	9,90	841,50	10.098,00
2	VC1-Fixo	MINUTO	2500	30000	0,20	500,00	6.000,00
3	VC1-Própria Operadora	MINUTO	2000	24000	0,20	400,00	4.800,00
4	VC1-Outras Operadoras	MINUTO	3400	40800	0,20	680,00	8.160,00
5	VC2-Fixo	MINUTO	150	1800	0,50	75,00	900,00
6	VC2-Própria Operadora	MINUTO	150	1800	0,30	45,00	540,00
7	VC2-Outras Operadoras	MINUTO	150	1800	0,80	120,00	1.440,00
8	VC3-Fixo	MINUTO	40	480	0,50	20,00	240,00
9	VC3-Própria Operadora	MINUTO	40	480	0,30	12,00	144,00
10	VC3-Outras Operadoras	MINUTO	40	480	0,80	32,00	384,00
11	SMS - mensagens de texto	UNIDADE	300	3600	0,20	60,00	720,00
12	Serviço Tarifa Zero IntraGrupo sem limite	LINHA	85	1020	1,00	85,00	1.020,00
13	Gestor on-line	LINHA	85	1020	10,80	918,00	11.016,00
14	Pacote de Internet 3G com 3GB vinculado com linha	UNIDADE	5	60	89,90	449,50	5.394,00
15	Pacote de Internet 3G com 3GB apenas internet para uso em tablet	UNIDADE	2	24	69,90	139,80	1.677,60
TOTAL R\$						4.377,80	52.533,60

Valor do contrato: R\$ 52.533,60 (cinquenta e dois mil quinhentos e trinta e três reais e sessenta centavos)

Data da Assinatura: 18/04/2017 - vigência: 31/12/2017

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº. 44/2017-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191
CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Termo de Credenciamento nº. 44/2017-PMS
Edital de Chamada Publica nº. 04/2017 - PMS - Processo nº. 37/2017-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Município de Schroeder/SC.

Contratada: GRAFICA E EDITORA CORREIO DO POVO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 08.945.050/0001-53, estabelecida na Avenida Waldemar Grubba nº. 1400, sala 01 e 03, Bairro Baependi, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.256-500.

Objeto: Credenciamento de empresa especializada na publicação de jornais impressos de caráter informativo e educativo, campanhas de utilidade pública, bem como, divulgação institucional de eventos e campanhas do poder público nas diversas áreas da administração pública com vinculação máxima semanal para atender as necessidades do Município de Schroeder/SC.

Valor: O valor máximo estabelecido no(s) contrato(s) a ser pago para o ano de 2017 será de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais) divididos entre todos os credenciados.

Data da Assinatura: 18/04/2017
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº. 45/2017-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191
CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Termo de Credenciamento nº. 45/2017-PMS
Edital de Chamada Publica nº. 04/2017 - PMS - Processo nº. 37/2017-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Município de Schroeder/SC.

Contratada: TJB COMUNICAÇÃO LTDA-ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 18.101.952/0001-67, estabelecida na Rua Jaraguá, nº 110, sala 03 anexo fac, Centro, na cidade de Corupá, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.278-000.

Objeto: Credenciamento de empresa especializada na publicação de jornais impressos de caráter informativo e educativo, campanhas de utilidade pública, bem como, divulgação institucional de eventos e campanhas do poder público nas diversas áreas da administração pública com vinculação máxima semanal para atender as necessidades do Município de Schroeder/SC.

Valor: O valor máximo estabelecido no(s) contrato(s) a ser pago para o ano de 2017 será de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais) divididos entre todos os credenciados.

Data da Assinatura: 18/04/2017
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 190/2017

LEI COMPLEMENTAR Nº190/2017

DEFINE E APLICA VALOR PERCENTUAL PARA REVISÃO GERAL ANUAL E CONCEDE REAJUSTE AOS SERVIDORES DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal do Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições estatuídas na

Constituição da República Federativa do Brasil, bem como na Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal propôs, aprovou e ele sanciona a presente Lei:

Art. 1º Fica definido o valor percentual de 4,69% (quatro inteiros e sessenta e nove por cento), correspondente ao período de apuração da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, de março de 2016 a fevereiro de 2017, como base para a revisão geral anual dos proventos dos servidores públicos da Câmara de Vereadores de Schroeder, inclusive servidores comissionados, com aplicação retroativa a partir da data-base de 1º de abril de 2017.

Art. 2º Fica definido o valor percentual de 1,31% (um inteiro e trinta e um centésimos por cento), como base para o reajuste dos proventos dos servidores públicos da Câmara de Vereadores de Schroeder, inclusive servidores comissionados, com aplicação retroativa a partir da data-base de 1º de abril de 2017.

Art. 3º As tabelas remuneratórias definidas na Lei Complementar n.º 090/2010 e alterações, Lei Complementar n.º. 091/2010 e alterações, passam a ser as constantes no Anexo I da presente Lei, de acordo com a soma dos índices definidos nos artigos 1º e 2º supra.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 18 de abril de 2017.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

ANEXO I

TABELAS REMUNERATÓRIAS ATUALIZADAS

1) LEI COMPLEMENTAR Nº091/2010 E ALTERAÇÕES:

ANEXO II - RELAÇÃO DE NÍVEIS E SALÁRIOS

NÍVEL	Salário	NÍVEL	Salário	NÍVEL	Salário	NÍVEL	Salário
1	R\$ 1.038,59	37	R\$ 2.524,91	73	R\$ 6.140,65	109	R\$ 14.937,36
2	R\$ 1.064,55	38	R\$ 2.588,06	74	R\$ 6.294,17	110	R\$ 15.310,83
3	R\$ 1.091,12	39	R\$ 2.652,73	75	R\$ 6.451,51	111	R\$ 15.693,60
4	R\$ 1.118,35	40	R\$ 2.719,04	76	R\$ 6.612,83	112	R\$ 16.085,88
5	R\$ 1.140,51	41	R\$ 2.786,91	77	R\$ 6.778,16	113	R\$ 16.488,07
6	R\$ 1.174,97	42	R\$ 2.856,55	78	R\$ 6.947,60	114	R\$ 16.900,25
7	R\$ 1.204,22	43	R\$ 2.928,06	79	R\$ 7.121,26	115	R\$ 17.322,73
8	R\$ 1.234,38	44	R\$ 3.001,14	80	R\$ 7.299,27	116	R\$ 17.755,83
9	R\$ 1.265,23	45	R\$ 3.076,17	81	R\$ 7.481,82	117	R\$ 18.199,71
10	R\$ 1.296,80	46	R\$ 3.153,04	82	R\$ 7.668,81	118	R\$ 18.654,70
11	R\$ 1.329,24	47	R\$ 3.231,86	83	R\$ 7.860,57	119	R\$ 19.121,05
12	R\$ 1.362,45	48	R\$ 3.312,67	84	R\$ 8.057,05	120	R\$ 19.599,10
13	R\$ 1.396,48	49	R\$ 3.395,43	85	R\$ 8.258,52	121	R\$ 20.089,09
14	R\$ 1.431,41	50	R\$ 3.480,34	86	R\$ 8.464,97	122	R\$ 20.543,88
15	R\$ 1.467,01	51	R\$ 3.567,31	87	R\$ 8.676,53	123	R\$ 21.106,11
16	R\$ 1.504,63	52	R\$ 3.653,77	88	R\$ 8.893,53	124	R\$ 21.633,73
17	R\$ 1.541,28	53	R\$ 3.747,77	89	R\$ 9.115,83	125	R\$ 22.174,59
18	R\$ 1.579,82	54	R\$ 3.837,25	90	R\$ 9.343,72	126	R\$ 22.728,97
19	R\$ 1.619,33	55	R\$ 3.937,36	91	R\$ 9.577,32	127	R\$ 23.297,20
20	R\$ 1.659,78	56	R\$ 4.035,93	92	R\$ 9.816,77	128	R\$ 23.879,60
21	R\$ 1.701,20	57	R\$ 4.136,76	93	R\$ 10.062,15	129	R\$ 24.476,59
22	R\$ 1.743,65	58	R\$ 4.240,16	94	R\$ 10.313,75	130	R\$ 25.088,53
23	R\$ 1.787,24	59	R\$ 4.346,21	95	R\$ 10.571,54	131	R\$ 25.715,72
24	R\$ 1.831,92	60	R\$ 4.454,72	96	R\$ 10.835,84	132	R\$ 26.358,64
25	R\$ 1.877,57	61	R\$ 4.566,14	97	R\$ 11.106,76	133	R\$ 27.017,59

26	R\$ 1.924,55	62	R\$ 4.680,28	98	R\$ 11.384,44	134	R\$ 27.693,05
27	R\$ 1.972,62	63	R\$ 4.797,25	99	R\$ 11.669,03	135	R\$ 28.385,35
28	R\$ 2.021,93	64	R\$ 4.917,18	100	R\$ 11.960,76	136	R\$ 29.094,96
29	R\$ 2.071,71	65	R\$ 5.040,09	101	R\$ 12.259,79	137	R\$ 29.822,35
30	R\$ 2.124,28	66	R\$ 5.165,99	102	R\$ 12.566,27	138	R\$ 30.567,91
31	R\$ 2.177,36	67	R\$ 5.295,04	103	R\$ 12.880,42	139	R\$ 31.332,13
32	R\$ 2.231,81	68	R\$ 5.427,40	104	R\$ 13.202,44	140	R\$ 32.115,42
33	R\$ 2.287,50	69	R\$ 5.563,11	105	R\$ 13.532,48	141	R\$ 32.918,30
34	R\$ 2.344,62	70	R\$ 5.702,21	106	R\$ 13.870,83	142	R\$ 33.741,26
35	R\$ 2.403,27	71	R\$ 5.844,73	107	R\$ 14.217,59	143	R\$ 34.584,77
36	R\$ 2.463,38	72	R\$ 5.990,88	108	R\$ 14.573,02	144	R\$ 35.449,43

2) LEI COMPLEMENTAR N.º 090/2010 E ALTERAÇÕES:

ALTERAÇÕES NO ANEXO II DA LEI COMPLEMENTAR N.º 090/2010

REMUNERAÇÃO DOS CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS E DISTRIBUIÇÃO DAS VAGAS

FUNÇÃO	VALOR (R\$)
FG-1	R\$ 680,15
FG-2	R\$ 1.105,26
FG-3	R\$ 1.530,35
FG-4	R\$ 2.210,50

NÍVEIS ESPECÍFICOS PARA OS COMISSIONADOS

NÍVEL	BASE (R\$)
1	R\$ 1.105,26
2	R\$ 1.530,35
3	R\$ 1.870,43
4	R\$ 2.321,04

PORTARIA Nº 7.070/2017, DE 18 DE ABRIL DE 2017

PORTARIA Nº 7.070/2017, DE 18 DE ABRIL DE 2017

NOMEIA COMISSÃO DE SINDICÂNCIA.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de

RESOLVE :

Art. 1º DESIGNAR, nos termos da Sindicância nº005/2017, de 18 de abril de 2017, os servidores Senhores Milton Trapp Junior, Cheila Adriane Klitzke e Natália Kersten Brummüller, para sob a presidência do primeiro, sendo secretariado pela segunda, comporem a Comissão de Sindicância retro mencionado, destinada a apurar os fatos narrados através do Ofício nº008/2017-CM, de 4 de abril de 2017, da Controladoria Municipal, relatando o desaparecimento de alguns pneus do pátio da municipalidade, à vista do que tem ciência esta autoridade, devendo a Comissão, ora composta, iniciar seus trabalhos no prazo de até 8 (oito) dias, a contar a partir do dia subsequente da publicação da portaria no DOM/SC e concluí-los no prazo de até 60 (sessenta) dias após seu início.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 18 de abril de 2017.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 17/2017-PMS

Página: 1/7

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2017

Número do Registro de Preços: 14/2017		Data do Registro: 18/04/2017		Válido até: 18/04/2018			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de Lanches "Coffee Break" para suprir as necessidades. Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e lazer, Secretaria de Saúde e Secretaria de Assistência Social e Gabinete do Prefeito do Município					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	BOLOS DOCES DIVERSOS FATIADOS EM FORMA DE 40X60CM (tipos de bolos: nega maluca; toalha feijuda; bolo de alpin com coco; bolo de amendoim; bolo de cenoura, etc.).	UN	PADARIA E CONFEITARIA FLOHR LTDA - EPP (8787)		0	60,0000	1
2	Café pronto sem açúcar, servido em garrafa térmica.	LT	PADARIA E CONFEITARIA FLOHR LTDA - EPP (8787)		0	5,5000	1
3	Cuca no tamanho mínimo 40x60cm, com cobertura de banana com farofa, abacaxi ou morango.	UN	PADARIA E CONFEITARIA FLOHR LTDA - EPP (8787)		0	60,0000	1
4	Leite integral longa vida fervido, servido em garrafa térmica.	LT	PADARIA E CONFEITARIA FLOHR LTDA - EPP (8787)		0	3,5000	1
5	LUVA DE MEL (mini sorrito recheado com creme de baunilha envolto com coco ralado) COM NO MÍNIMO 30GR	UN	PADARIA E CONFEITARIA FLOHR LTDA - EPP (8787)		0	1,1000	1
6	MINI FOLHADOS (frango, presunto com tomate e cebola, presunto e queijo) COM NO MÍNIMO 25G CADA	UN	PADARIA E CONFEITARIA FLOHR LTDA - EPP (8787)		0	0,7500	1
7	MINI PÃO DE QUEIJO COM NO MÍNIMO 25 G CADA	UN	PADARIA E CONFEITARIA FLOHR LTDA - EPP (8787)		0	0,7500	1
8	MINI SALGADINHOS (risoles de frango, risoles de palmito, risoles de carne, coxinha de frango, bolinha de queijo, pastezinhos de frango e pastezinhos de carne)	UN	PADARIA E CONFEITARIA FLOHR LTDA - EPP (8787)		0	0,6000	1
9	Mini sanduíches com patê de frango, alface, cenoura e queijo.	UN	PADARIA E CONFEITARIA FLOHR LTDA - EPP (8787)		0	1,1000	1
10	PÃO CASEIRO FATIADO (NO MÍNIMO 17 FATIAS) C/ PRESUNTO E QUEIJO	UN	PADARIA E CONFEITARIA FLOHR LTDA - EPP (8787)		0	28,0000	1
11	Pão caseiro fatiado (no mínimo 17 fatias) com patê de frango.	UN	PADARIA E CONFEITARIA FLOHR LTDA - EPP (8787)		0	28,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2017

Página: 2/7

Número do Registro de Preços: 14/2017		Data do Registro: 18/04/2017		Válido até: 18/04/2018			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de Lanches "Coffee Break" para suprir as necessidades Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e lazer, Secretaria de Saúde e Secretaria de Assistência Social e Gabinete do Prefeito do Município							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
12	Pão caseiro fatiado (no mínimo 17 fatias)/presunto e queijo	UN	PADARIA E CONFEITARIA FLOHR LTDA - EPP (8787)		0	28,0000	1
13	Refrigerante sabor coca em embalagem pet com no mínimo 2 litros.	UN	PADARIA E CONFEITARIA FLOHR LTDA - EPP (8787)		0	7,0000	1
14	REFRIGERANTE SABORES DIVERSOS EM EMBALAGEM PET COM NO MÍNIMO 2 LIT	UN	PADARIA E CONFEITARIA FLOHR LTDA - EPP (8787)		0	6,5000	1
15	Sanduíche integral de queijo, presunto, alface e tomate. Deve conter: duas fatias de pão integral, com casca fina, miada e grande quantidade de molho, com peso médio de 25g por fatia; uma fatia de queijo tipo "minas frescal" com peso médio de 30g; uma fatia de presunto suíno cozido com peso médio de 30g, sem capa de gordura, com no máximo 1g de gordura total por fatia; alface o suficiente para cobrir toda uma fatia do pão; 2 rodéias de tomate. O queijo e o presunto devem ter aspecto, cor, cheiro e sabor próprios, não devem ter consistência pegajosa, devem ser isentos de manchas esverdeadas, sujidades, parasitas e lavas. O queijo e o presunto utilizados devem ter Certificado de Inspeção Sanitária. O pão deve ser fabricado com matérias primas de primeira qualidade, isentos de matéria terrosa, parasitas e em perfeito estado de conservação. Será rejeitado o pão queimado ou mal cozido. A alface e o tomate devem estar livres de defeitos e de apodrecimento, ausentes de sujidades, enfermidades, insetos, parasitas e lavas, com aroma, sabor e cor próprios da espécie e variedade. Todos os ingredientes devem estar dentro do prazo de validade. Peso total médio do lanche: 150g/ unidade.	UN	PADARIA E CONFEITARIA FLOHR LTDA - EPP (8787)		0	4,5000	1
16	Salada de frutas com canela. Deve conter: no mínimo três tipos de frutas diferentes, cortadas em cubos ou rodéias, sem adição de açúcar ou outro adoçante natural ou artificial, polvilhadas com canela em pó, sendo que neste último ingrediente também não deve haver adição de açúcar. As frutas devem ter aspecto, cor, cheiro e sabor próprios, devem ser isentas de sujidades, parasitas e lavas. A salada de frutas deve vir em embalagem plástica fechada, peso líquido: 80g.	UN	PADARIA E CONFEITARIA FLOHR LTDA - EPP (8787)		0	1,9500	1
17	Pastelão de verduras com farinha de trigo, fermento químico, sal, óleo soja, água, cenoura, brocolis, chuchu.	KG	PADARIA E CONFEITARIA FLOHR LTDA - EPP (8787)		0	24,0000	1
18	Pastelão de frango e milho verde com farinha de trigo, fermento químico, sal, óleo soja e água.	KG	PADARIA E CONFEITARIA FLOHR LTDA - EPP (8787)		0	24,0000	1
19	Mini cachorro quente com pão integral, com meia salsicha de frango pronto para servir, com no mínimo 50 gr.	UN	PADARIA E CONFEITARIA FLOHR LTDA - EPP (8787)		0	1,9500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2017

Página: 37

Número do Registro de Preços: 14/2017		Data do Registro: 18/04/2017		Válido até: 18/04/2018		Objeto da Compra:	
						Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de Lanches "Coffee Break" para suprir as necessidades. Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e lazer, Secretaria de Saúde e Secretaria de Assistência Social e Gabinete do Prefeito do Município	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
20	Barra de cereal com os seguintes ingredientes: flocos de arroz, aveia em flocos, sementes de gergelim e água, podendo conter frutas secas, tais como castanha, banana ou laranja passas, isento de açúcar ou outro adoçante, 25gr.	UN	PADARIA E CONFEITARIA FLOHR LTDA - EPP (8787)		0	1,9500	1
21	Café pronto sem açúcar ou outros adoçantes naturais ou artificiais, servido em garrafa térmica. 1 litro.	LT	PADARIA E CONFEITARIA FLOHR LTDA - EPP (8787)		0	5,4000	1
22	Leite semi desnatado longa vida fervido, servido em garrafa térmica. 1 litro.	LT	PADARIA E CONFEITARIA FLOHR LTDA - EPP (8787)		0	3,5000	1
23	Suco de frutas natural em caixa. Deve estar dentro do prazo de validade. Peso líquido: 1 litro.	CX	PADARIA E CONFEITARIA FLOHR LTDA - EPP (8787)		0	6,2500	1
24	Gelo em cubo pacote de 1 kg.	PCT	PADARIA E CONFEITARIA FLOHR LTDA - EPP (8787)		0	2,7500	1
25	Adoçante dietético líquido. 100 ml.	UN	PADARIA E CONFEITARIA FLOHR LTDA - EPP (8787)		0	3,5000	1
26	Água mineral sem gás. 1 litro.	LT	PADARIA E CONFEITARIA FLOHR LTDA - EPP (8787)		0	2,6500	1
27	Mini cachorro quente com pão com pão normal, com maquiagem pronta para servir, com no mínimo 50 gr.	UN	PADARIA E CONFEITARIA FLOHR LTDA - EPP (8787)		0	1,9500	1
28	Suco de uva tinto, sem adição de açúcar sem conservantes, não fermentado, não alcoólico. 4,5 Litros	UN	PADARIA E CONFEITARIA FLOHR LTDA - EPP (8787)		0	55,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

Página: 4/7

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2017

Número do Registro de Preços: 14/2017				Data do Registro: 18/04/2017		Válido até: 18/04/2018	
Objeto da Compra:				Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de Lanches "Coffee Break" para suprir as necessidades Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e lazer, Secretaria de Saúde e Secretaria de Assistência Social e Gabinete do Prefeito do Município			
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
29	Sanduíche 7 grãos de patê de frango com alface. Deve conter: 1 pão com farinha "7 grãos" em formato cilindro/hamburguer com 8 cm de diâmetro aproximadamente, com casca fina, macia e grande quantidade de miolo, com peso médio de 50g; patê de frango preparado com os seguintes ingredientes: frango cozido e desfiado, maionese, cenoura ralada e tomate em cubos, podendo conter outras hortaliças. O frango deve ter aspecto, cor, cheiro e sabor próprios, não deve ter consistência pegajosa, deve ser isento de manchas, sujidades e parasitas. O frango utilizado deve ter Certificado de Inspeção Sanitária. O pão deve ser fabricado com matérias-primas de primeira qualidade, isento de matéria terrosa, parasitas e em perfeito estado de conservação. Será rejeitado o pão queimado ou mal cozido. Deve conter também, ½ folha de alface. A alface deve estar livre de defeitos e de apodrecimentos, ausente de sujidades, enfermidades, insetos, parasitas e larvas, com aroma, sabor e cor próprios da espécie e variedade. Todos os ingredientes devem estar dentro do prazo de validade. Peso médio do lanche: 90 a 100g/unidade.	UN	PADARIA E CONFEITARIA FLOHR LTDA - EPP (8787)		0	2,5500	1
30	Folhado integral com chita e recheio de frango. A massa deve ser feita com farinha de trigo, margarina vegetal, sal, fermento biológico, água e chita. O frango deve ter aspecto, cor, cheiro e sabor próprios, não deve ter consistência pegajosa, deve ser isento de manchas, sujidades e parasitas. O frango utilizado deve ter Certificado de Inspeção Sanitária. Todos os ingredientes devem estar dentro do prazo de validade. Peso médio do lanche: 75g/unidade.	UN	PADARIA E CONFEITARIA FLOHR LTDA - EPP (8787)		0	3,0000	1
31	Biscoito doce, sabor chocolate, embalagem plástica com 335g. Composição: farinha de trigo, enriquecido com ferro e ácido fólico; açúcar, gordura vegetal hidrogenada, açúcar invertido, cacau, sal, corante natural, caramelo, fermentos químicos: bicarbonato de sódio e bicarbonato de amônia, estabilizante de soja. Contém glúten. Informação nutricional: porção de 30g (6 biscoitos).	UN	PADARIA E CONFEITARIA FLOHR LTDA - EPP (8787)		0	3,9500	1
32	Biscoito salgado, embalagem 156g, com 6 unidades de 25g cada pacote (3 biscoitos). Sabores: bacon, queijo, pizza, presunto, tradicional, 0% de gordura trans na porção. Composição: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, gordura vegetal hidrogenada, açúcar, açúcar invertido, sal, fermentos químicos: fosfato monocalcítico , bicarbonato de sódio e bicarbonato de amônio. Contém glúten.	UN	PADARIA E CONFEITARIA FLOHR LTDA - EPP (8787)		0	3,8500	1
33	Sanduíche com presunto e queijo. Deve conter: duas fatias de pão de forma sobrepostas com casca fina, macia e grande quantidade de miolo, com peso médio de 25g por fatia; uma fatia de queijo tipo "prato" com peso médio de 30g; uma fatia de presunto suíno cozido com peso médio de 30g, sem capa de gordura, com no máximo 1g de gordura total por fatia. O queijo e o presunto devem ter aspecto próprio, cor própria, cheiro e sabor próprios, não devem ter consistência pegajosa, devem ser isentos de manchas esverdeadas, sujidades, parasitas e larvas. Será rejeitado o pão queimado ou mal cozido. Todos os ingredientes devem estar dentro do prazo de validade. Peso total médio do lanche: 110g/unidade.	UN	PADARIA E CONFEITARIA FLOHR LTDA - EPP (8787)		0	3,5000	1

Página: 5/7

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2017

Número do Registro de Preços: 14/2017		Data do Registro: 18/04/2017		Válido até: 18/04/2018			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de Lanches "Coffee Break" para suprir as necessidades Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e lazer, Secretaria de Saúde e Secretaria de Assistência Social e Gabinete do Prefeito do Município					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
34	Esfina fechada assada, com recheio de frango desfiado. A massa deve ser feita com farinha de trigo branco. A carne de frango utilizada para preparo deve ter aspecto próprio, cor própria, cheiro e sabor próprios, não deve ter consistência pegajosa, deve ser ausente de sujidades, parasitas e larvas. Todos os ingredientes devem estar dentro do prazo de validade. Peso total: 80g/ unidade.	UN	PADARIA E CONFEITARIA FLOHR LTDA - EPP (8787)		0	2,7500	1
35	Bebida láctea UHT sabor chocolate, embalagem Tetra Pak, 200ml com canudinho. Composição: leite integral e constituintes, açúcar, soro de leite em pó, cacau, gordura vegetal hidrogenada, extrato de malte, vitaminas C, A e ácido fólico, sal, espessantes, goma guar e carragena, estabilizantes: inóculo e oligossacarídeos de açúcares graxos, citrato de sódio e lecitina de soja, aromatizante. Contém glúten	UN	PADARIA E CONFEITARIA FLOHR LTDA - EPP (8787)		0	1,5500	1
36	Cuca com cobertura de banana ou morango com farofa e chia. Deve conter: farinha "7 grãos", farinha de trigo, açúcar, óleo soja, leite, margarina vegetal, ovos, baunilha, fermento biológico, banana ou morango in natura e chia. As frutas utilizadas devem ser maduras, ter aspecto, cor, cheiro e sabor próprios, devem ser isentas de sujidades, parasitas e larvas. Todos os ingredientes devem estar dentro do prazo de validade. Peso médio da fatia: 90 a 100g/fatía e medida de 10cm x 5cm.	FATIA	PADARIA E CONFEITARIA FLOHR LTDA - EPP (8787)		0	1,9000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2017

Número do Registro de Preços: 14/2017		Data do Registro: 18/04/2017		Válido até: 18/04/2018			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de Lanches "Coffee Break" para suprir as necessidades Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e lazer, Secretaria de Saúde e Secretaria de Assistência Social e Gabinete do Prefeito do Muni					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
37	Sopa integral com lentilha e recheio de legumes. A massa deve ser feita com farinha "7 grãos", farinha de trigo, açúcar, amido de milho, margarina vegetal, ovos, sal, fermento químico, água e lentilha. O recheio será de legumes variados. As verduras devem ter aspecto, cor, cheiro e sabor próprios, isentos de sujidades, parasitas e larvas. Todos os ingredientes devem estar dentro do prazo de validade. Peso médio do lanche: 85g/unidade.	UN	PADARIA E CONFEITARIA FLOHR LTDA - EPP (8787)		0	2,7500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2017

Página: 7/7

Número do Registro de Preços: 14/2017		Data do Registro: 18/04/2017		Válido até: 18/04/2018			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de Lanches "Coffee Break" para suprir as necessidades Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e lazer, Secretaria de Saúde e Secretaria de Assistência Social e Gabinete do Prefeito do Muni							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2017

PROCESSO Nº 39/2017

(8787) - PADARIA E CONFEITARIA FLOHR LTDA - EPP

Schroeder, 18 de Abril de 2017.

Seara

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 13/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 038/2017. EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 022/2017 – REGISTRO DE PREÇO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº. 013/2017
Pregão Presencial nº. 022/2017
Gestor: PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado o Município de Seara, pessoa jurídica de direito público, CNPJ n.º 83.024.505/0001-13, com sede e foro a avenida Anita Garibaldi, n.º 371, centro, Seara, SC., neste ato representado pela Prefeito Municipal, Sr. Edemilson Canale, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Padre Anchieta, nº 301, Centro, Seara, SC, portador da Carteira de identidade nº 380.367, SSP/SC e do CPF nº 369.691.099-68, Seara, SC., e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa Knapp & Cia Ltda, CNPJ n.º 76.376.375/0001-12, estabelecida na Rua Almirante Barroso, nº 711, centro, Palmitos/SC., neste ato representada pelo Sr. Adelmir Holdefer, brasileiro, casado, engenheiro de segurança do trabalho, RG nº 5.528.410-5, CPF nº 783.103.509-53, residente e domiciliado na rua Amazonas, nº. 184, bairro Santa Terezinha, Palmitos, SC., para assinarem a presente Ata, nos termos da legislação municipal e do Edital do Pregão Presencial nº. 022/2017, de Registro de Preços que tem como objeto a seleção de fornecedores e propostas para prestação de serviços de perfuração e detonação de rochas, para fornecimento do objeto, conforme anexo a presente ata:

.. Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importa em R\$ 58.000,00 (cinquenta e oito mil reais), são válidos por 12 (doze) meses, passando a vigorar dia 17/04/2017, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 16/04/2018.

.. As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do Pregão Presencial nº. 022/2017, cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

.. Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito.

Seara, SC., 17/04/2017.

Edemilson Canale
Prefeito Municipal
Município de Seara

Adelmir Holdefer
Knapp & Cia Ltda
Contratada

DECRETO Nº 1220

DECRETO Nº 1220, de 18 de abril de 2017

Nomeia membros para compor a Equipe Técnica para monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação e dá outras providências

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 108, inciso X, da Lei Orgânica do Município e nos termos do art. 5º da Lei Municipal nº 1819, de 24 de junho de 2015,

DECRETA

Art. 1º Ficam nomeados os membros a seguir, para compor a Equipe Técnica para monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação - PME, que passa a ter a seguinte composição:

- Fabiana Mariani
- Filomena Salete Freyer
- Ana Paula Trentini Alves
- Simone Junges
- Marlene Benetti
- Cristiane Dutkewicz
- Ivana Cerutti
- Isandra Salvagni

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado o Decreto 1110, de 12 de setembro de 2016.

Seara-SC, 18 de abril de 2017

Edemilson Canale
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se
Em 18 de abril de 2017

Neri Cosmann
Secretário de Administração

DECRETO Nº 1221

DECRETO Nº 1221, de 18 de abril de 2017

Nomeia membros para compor a Comissão de monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação e dá outras providências

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 108, inciso X, da Lei Orgânica do Município e nos termos do art. 5º da Lei Municipal nº 1819, de 24 de junho de 2015,

DECRETA

Art. 1º Ficam nomeados os membros a seguir, para compor a Comissão de monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação - PME, que passa a ter a seguinte composição:

I – representantes da Secretaria Municipal de Educação:
Titular: Fabiana Mariani
Suplente: Folomena Salete Freyer

II – representantes do Conselho Municipal de Educação:

Titular: Isandra Salvagni

Suplente: Rosangela Renata Susana Basse

III – representantes do Fórum Municipal de Educação:

Titular: Marilei Maisa Furlanetto Wronski

Suplente: Mariza Zago Pelisson

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado o Decreto 1109, de 12 de setembro de 2016.

Seara-SC, 18 de abril de 2017

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 18 de abril de 2017

Neri Cosmann

Secretário de Administração

DECRETO Nº 1222

DECRETO Nº 1222, de 18 de abril de 2017

Nomeia Membros do Fórum Municipal de Educação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei e nos termos do inciso X, artigo 108 da Lei Orgânica Municipal, e nos termos do artigo 4º do decreto nº 584, de 11 de abril de 2013,

DECRETA

Art. 1º Ficam nomeados os seguintes membros do Fórum Municipal de Educação - FME.

I – Representantes da Secretaria Municipal da Educação:

a) Fabiana Mariani – Titular

b) Ana Paula Trentini Alves – Suplente

II - Representantes do Conselho Municipal de Educação:

a) Isandra Salvagni – Titular

b) Fabíola Trentin Barrionuevo – Suplente

III - Representantes dos Trabalhadores em Educação:

a) Marilei Maisa Furlanetto Wronski – Titular

b) Mariza Zago Pelisson – Suplente

IV - Representantes dos Gestores da Educação:

a) Deyze Boarim Gonçalves Paludo – Titular

b) Simone Junges – Suplente

V - Representantes dos Pais:

a) Eduarda Renata Galuppo – Titular

b) Neudi Miranda – Suplente

VI - Representantes dos Estudantes:

a) Gisele Wermeier – Titular

b) Suelen Oldoni – Suplente

§ 1º Nos termos do § 1º do artigo 3º do Decreto nº 584, de 11 de abril de 2013, o mandato dos membros do fórum será de 2 (dois) anos, com direito a uma recondução.

§ 2º Nos termos do § 4º do artigo 4º do Decreto nº 584, de 11 de abril de 2013, as funções dos membros do Fórum Municipal de Educação não serão remuneradas, ressalvando o ressarcimento das despesas inerentes à participação em reuniões.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado o Decreto 1102, de 08 de agosto de 2016.

Seara-SC, 18 de abril de 2017

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 18 de abril 2017

Neri Cosmann

Secretário de Administração

REGISTRO DE PREÇOS 14/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 039/2017 - EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 023/2017 – REGISTRO DE PREÇO.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº. 014/2017

Pregão Presencial nº. 023/2017

Gestor: PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado o Município de Seara, pessoa jurídica de direito público, CNPJ n.º 83.024.505/0001-13, com sede e foro a avenida Anita Garibaldi, n.º 371, centro, Seara, SC., neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Edemilson Canale, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Padre Anchieta, nº 301, Centro, Seara, SC, portador da Carteira de identidade nº 380.367, SSP/SC e do CPF nº 369.691.099-68, Seara, SC., e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa Comercial Cerâmica Seara Ltda ME, CNPJ n.º 80.501.133/0001-80, estabelecida na Rodovia SC 466, KM 02, Linha Bernardi, Seara, SC., neste ato representada pelo Sr. Gilmar Antônio Alfien, brasileiro, casado, comerciante, RG nº.1.552.322.5, CPF nº.484.779.079-00, residente e domiciliado na rua av. Paludo, nº 1139, bairro São João, Seara, SC., para assinarem a presente Ata, nos termos da legislação municipal e do Edital do Pregão Presencial nº. 023/2017, de Registro de Preços que tem como objeto a seleção de fornecedores e propostas para aquisição de material de construção, para fornecimento do objeto, conforme anexo a presente ata:

“ Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importa em R\$ 25.200,00 (vinte e cinco mil e duzentos reais), são válidos por 06 (seis) meses, passando a vigorar dia 18/04/2017, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 17/10/2017.

“ As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do Pregão Presencial nº. 023/2017, cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

“ Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito.

Seara, SC., 18/04/2017.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

Município de Seara

Gilmar Antônio Alfien

Comercial Cerâmica Seara Ltda ME

Contratada

REGISTRO DE PREÇOS 14/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 039/2017 - EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 023/2017 – REGISTRO DE PREÇO.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº. 014/2017

Pregão Presencial nº. 023/2017

Gestor: PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado o Município de Seara, pessoa jurídica de direito público, CNPJ n.º 83.024.505/0001-13, com sede e foro a avenida Anita Garibaldi, n.º 371, centro, Seara, SC., neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Edemilson Canale, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Padre Anchieta, nº 301, Centro, Seara, SC, portador da Carteira de identidade nº 380.367, SSP/SC e do CPF nº 369.691.099-68, Seara, SC., e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa Quimicasol Eireli - Epp, CNPJ n.º 06.943.501/0001-98, estabelecida na Felix Piasiski, 240, Distrito Industrial, Descanso, SC., neste ato representada pela sócia a Sra. Francis Mara Fernandes Toigo Mustafa, brasileira, divorciada, empresária, RG nº 13/C.2.200.346 SSP/SC, CPF nº 796.020.299-00, residente e domiciliada na rua Pedro Julian, nº 580, Centro, São Miguel do Oeste, SC., para assinarem a presente Ata, nos termos da legislação municipal e do Edital do Pregão Presencial nº. 023/2017, de Registro de Preços que tem como objeto a seleção de fornecedores e propostas para aquisição de material de construção, para fornecimento do objeto, conforme anexo a presente ata:

“ Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importa em R\$ 11.100,00 (onze mil e cem reais), são válidos por 06 (seis) meses, passando a vigorar dia 18/04/2017, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 17/10/2017.

“ As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do Pregão Presencial nº. 023/2017, cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

“ Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito.

Seara, SC., 18/04/2017.

Edemilson Canale	Francis Mara Fernandes Toigo Mustafa
Prefeito Municipal	Quimicasol Eireli - Epp
Município de Seara	Contratada

REGISTRO DE PREÇOS 14/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 039/2017 - EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 023/2017 – REGISTRO DE PREÇO.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº. 014/2017

Pregão Presencial nº. 023/2017

Gestor: PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado o Município de Seara, pessoa jurídica de direito público, CNPJ n.º 83.024.505/0001-13, com sede e foro a avenida Anita Garibaldi, n.º 371, centro, Seara, SC., neste ato representado pelo

Prefeito Municipal, Sr. Edemilson Canale, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Padre Anchieta, nº 301, Centro, Seara, SC, portador da Carteira de identidade nº 380.367, SSP/SC e do CPF nº 369.691.099-68, Seara, SC., e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa Albino Sgarbossa Transportes e Comercio Ltda - EPP, CNPJ n.º 79.917.423/0001-20, estabelecida na rua Herculano H. Zanuzzo, nº. 395, bairro Industrial, Seara, SC., neste ato representada pelo Sr. Ladi Pedro Sgarbossa, brasileiro, casado, empresário, RG nº. 1871347 SSP/SC, CPF nº. 526.361.609-06, residente e domiciliado na rua Herculano H. Zanuzzo, nº. 395, bairro Industrial, Seara, SC., para assinarem a presente Ata, nos termos da legislação municipal e do Edital do Pregão Presencial nº. 023/2017, de Registro de Preços que tem como objeto a seleção de fornecedores e propostas para aquisição de material de construção, para fornecimento do objeto, conforme anexo a presente ata:

“ Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importa em R\$ 9.628,20 (nove mil, seiscentos e vinte e oito reais e vinte centavos), são válidos por 06 (seis) meses, passando a vigorar dia 18/04/2017, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 17/10/2017.

“ As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do Pregão Presencial nº. 023/2017, cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

“ Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito.

Seara, SC., 18/04/2017.

Edemilson Canale
Prefeito Municipal
Município de Seara

Ladi Pedro Sgarbossa

Albino Sgarbossa Transportes e Comercio Ltda - EPP
Contratada

REGISTRO DE PREÇOS 14/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 039/2017 - EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 023/2017 – REGISTRO DE PREÇO.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº. 014/2017

Pregão Presencial nº. 023/2017

Gestor: PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado o Município de Seara, pessoa jurídica de direito público, CNPJ n.º 83.024.505/0001-13, com sede e foro a avenida Anita Garibaldi, n.º 371, centro, Seara, SC., neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Edemilson Canale, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Padre Anchieta, nº 301, Centro, Seara, SC, portador da Carteira de identidade nº 380.367, SSP/SC e do CPF nº 369.691.099-68, Seara, SC., e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa Givanildo Biondo - ME, CNPJ n.º 07.581.458/0001-20, estabelecida na rua Do Comércio, nº. 933, bairro Industrial, Seara, SC, neste ato representada pelo Sr. Givanildo Biondo, brasileiro, casado, empresário, RG nº. 2.695.646, CPF n.º 016.173.079-55, residente e domiciliado na av. Anita Garibaldi, nº. 253, apto. 101, centro, Seara, SC., para assinarem a presente

Ata, nos termos da legislação municipal e do Edital do Pregão Presencial nº. 023/2017, de Registro de Preços que tem como objeto a seleção de fornecedores e propostas para aquisição de material de construção, para fornecimento do objeto, conforme anexo a presente ata:

.. Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importa em R\$ 192.599,10 (cento e noventa e dois mil, quinhentos e noventa e nove reais e dez centavos), são válidos por 06 (seis) meses, passando a vigorar dia 18/04/2017, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 17/10/2017.

.. As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do Pregão Presencial nº. 023/2017, cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

.. Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito.

Seara, SC., 18/04/2017.

Edemilson Canale
Prefeito Municipal
Município de Seara

Givanildo Biondo
Givanildo Biondo - ME
Contratada

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 13/2017

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA
Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 38/2017 Fornecedor: 6753 - KNAPP & CIA LTDA			Licitação: 22/2017 - PR			Data da Homologação: 17/04/2017			
1	77889	DETONAÇÃO DE ROCHA COM FORNECIMENTO DE EXPLOSIVO E OUTROS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS NO MUNICÍPIO DE SEARA.	ML		1.000,000	0,0000	58,0000	58.000,00	Venceu
Total do Fornecedor					1.000,000			58.000,00	

Seara, 17 de Abril de 2017.

REGISTRO DE PREÇOS 14/2017

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA
 Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descdo(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nº do Processo: 39/2017 Fornecedor: 12347 - QUIMICASOL LTDA - EPP			Licitação: 23/2017 - PR			Data da Homologação: 18/04/2017			
100	3394127	VERNIZ ACRILICO A BASE DE ÁGUA 0,900	COLORWAN	UN	20,000	0,0000	48,0000	960,00	Venceu
124	3393663	TINTA DEMARCAÇÃO VIÁRIA, NA COR BRANCA, EMBALAGEM DE 18 LITROS, TINTA A BASE DE RESINA ACRILICA, RESISTENCIA À ABRASÃO (LITROS) DE NO MÍNIMO 80, CONSISTENCIA ENTRE 80 A 95, EXCELENTE ADERENCIA, COBERTURA, RENDIMENTO E SECAGEM, ATENDE A NORMA ABNT NBR 11.862	COLORWAN	UN	50,000	0,0000	142,0000	7.100,00	Venceu
125	3393664	TINTA DEMARCAÇÃO VIÁRIA, NA COR AMARELA, EMBALAGEM DE 18 LITROS, TINTA A BASE DE SOLVENTE, RESISTENCIA À ABRASÃO (LITROS) DE NO MÍNIMO 80, CONSISTENCIA ENTRE 80 A 95, EXCELENTE ADERENCIA, COBERTURA, RENDIMENTO E SECAGEM, ATENDE A NORMA ABNT NBR 11.862	COLORWAN	UN	20,000	0,0000	152,0000	3.040,00	Venceu
Total do Fornecedor						90,000		11.100,00	

Seara, 18 de Abril de 2017.

REGISTRO DE PREÇOS 14/2017

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 39/2017 Licitação: 23/2017 - PR Data da Homologação: 18/04/2017 Fornecedor: 9280 - GIVANILDO BIONDO - ME.									
1	4712	ADESIVO PVC - 175GR	PLASTUBOS	UN	30,000	0,000	12,000	360,00	Venceu
2	80859	ALICATE TIPO UNIVERSAL 8", COM CABO ISOLADOR CONFORME NORMA NBR, CORPO EM AÇO CARBONO PARA PUXAR, PRENDER, ENROLAR, DEFORMAR E CORTAR ARAMES E CHAPAS FINAS	CORTAG	UN	10,000	0,000	18,500	185,00	Venceu
3	11403	BARRA DE FERRO Ø 3/8, CA 50, 12M	ARCELOR MITTAL	UN	100,000	0,000	26,750	2.675,00	Venceu
4	11404	BARRA DE FERRO Ø 5/8, CA50, 12M	ARCELOR MITTAL	UN	100,000	0,000	67,650	6.765,00	Venceu
5	11412	BROCHA P/ PINTURA 15 CM	ROMA	UN	10,000	0,000	6,250	62,50	Venceu
6	11394	CABO PARA FERRAMENTAS DE MADEIRA (PÁ, ENXADA, FOICE, ETC)	MADEUC	UN	25,000	0,000	9,700	242,50	Venceu
7	84290	CAL VIRGEM, EMBALAGEM DE 20KG	SÃO FRANCISCO	UN	50,000	0,000	8,900	445,00	Venceu
8	84274	CARRINHO DE MÃO COM CAÇAMBA DE PLÁSTICO	METASUL	UN	10,000	0,000	99,000	990,00	Venceu
9	80870	CHAVE DE FENDA 3.2x75MM	CORTAG	UN	5,000	0,000	6,200	31,00	Venceu
10	80871	CHAVE DE FENDA 5x75MM	CORTAG	UN	5,000	0,000	7,500	37,50	Venceu
11	80872	CHAVE DE FENDA 6x100MM	CORTAG	UN	5,000	0,000	8,600	43,00	Venceu
12	80873	CHAVE PHILIPS PH0x75MM	CORTAG	UN	5,000	0,000	8,300	41,50	Venceu
13	80874	CHAVE PHILIPS PH1x100MM	CORTAG	UN	5,000	0,000	9,800	49,00	Venceu
14	80875	CHAVE PHILIPS PH2x100MM	CORTAG	UN	5,000	0,000	10,500	52,50	Venceu
15	80860	CHAVE TORQUES 12"	CORTAG	UN	5,000	0,000	28,700	143,50	Venceu
16	80846	CURVA PVC 50 MM, NBR 5688	PLASTUBOS	UN	40,000	0,000	3,350	134,00	Venceu
18	11386	ENXADA QUADRADA, DE AÇO C/ CABO DE MADEIRA	PANDOLFO	UN	20,000	0,000	19,800	396,00	Venceu
19	4424	FITA VEDA ROSCA 12MMX25M	PLASTUBOS	UN	50,000	0,000	3,350	167,50	Venceu
20	11387	FOICE GRANDE, DE AÇO C/ CABO DE MADEIRA	PANDOLFO	UN	10,000	0,000	24,300	243,00	Venceu
21	11399	FORRO DE PVC	MAXFORRO	M2	330,000	0,000	11,800	3.894,00	Venceu
22	11420	JOELHO PVC Ø 100 MM, NBR 5688	PLASTUBOS	UN	40,000	0,000	3,900	156,00	Venceu
24	84277	JOELHO PVC Ø 50 MM, NBR 5688	PLASTUBOS	UN	40,000	0,000	2,850	114,00	Venceu
25	11419	JOELHO PVC Ø 75 MM, NBR 5688	PLASTUBOS	UN	40,000	0,000	3,850	154,00	Venceu
26	11395	LIMA CHATA	TOMPSOM	UN	20,000	0,000	12,800	256,00	Venceu
27	11424	LUA PVC Ø 100 MM, NBR 5688	PLASTUBOS	UN	40,000	0,000	3,900	156,00	Venceu
28	84278	LUA PVC Ø 20 MM, NBR 5688	PLASTUBOS	UN	40,000	0,000	0,490	19,60	Venceu
29	80847	LUA PVC Ø 50 MM, NBR 5688	PLASTUBOS	UN	40,000	0,000	2,450	98,00	Venceu
30	80848	LUA PVC Ø 75 MM, NBR 5688	PLASTUBOS	UN	40,000	0,000	3,400	136,00	Venceu
31	11390	PÁ QUADRADA DE FERRO C/ CABO DE MADEIRA	PANDOLFO	UN	20,000	0,000	22,100	442,00	Venceu
32	11389	PÁ REDONDA DE FERRO C/ CABO DE MADEIRA	PANDOLFO	UN	10,000	0,000	19,250	192,50	Venceu
33	11388	PICARETA DE FERRO C/ CABO DE MADEIRA	PANDOLFO	UN	10,000	0,000	44,750	447,50	Venceu
36	82702	PREGO 20 X 48, PACOTE DE 1KG	SANTA LUZIA	KG	40,000	0,000	6,700	268,00	Venceu
37	4718	PREGO 23X54	SANTA LUZIA	KG	50,000	0,000	7,400	370,00	Venceu
38	3250	PREGO 25X72	SANTA LUZIA	KG	100,000	0,000	7,800	780,00	Venceu
39	80869	REBITADEIRA MANUAL	CORTAG	UN	5,000	0,000	21,900	109,50	Venceu
40	11397	ROLO DE ESPUMA PARA PINTURA 18CM	CONDOR	UN	20,000	0,000	7,400	148,00	Venceu

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA
 Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 39/2017 Licitação: 23/2017 - PR Data da Homologação: 18/04/2017 Fornecedor: 9280 - GIVANILDO BIONDO - ME.									
41	11118	TEE 100MM	PLASTUBOS	UN	40,000	0,0000	7,4500	298,00	Venceu
42	81303	TELHA DE CIMENTO SEM AMIANTO 2,44 X 0,5 X 4 MM	BRASILIT	UN	250,000	0,0000	12,7000	3.175,00	Venceu
43	538	Tijolos 6 furos 24x9x14cm	TRIANGULO	UN	10.000,000	0,0000	0,5000	5.000,00	Venceu
48	80862	TRENA EMBORRACHADA 7,5MT	VILLA	UN	5,000	0,0000	16,4000	82,00	Venceu
49	80863	TRENA EMBORRACHADA 10MT	VILLA	UN	5,000	0,0000	19,9000	99,50	Venceu
50	80861	TRENA EMBORRACHADA 5MT	VILLA	UN	10,000	0,0000	12,6000	126,00	Venceu
51	84855	TUBO DE PVC SOLDÁVEL 100MM, BARRA DE 6M	PLASTUBOS	UN	30,000	0,0000	184,0000	5.520,00	Venceu
53	80856	TUBO DE PVC SOLDÁVEL 75MM, BARRA DE 6M	PLASTUBOS	UN	30,000	0,0000	86,0000	2.580,00	Venceu
54	11417	TUBO PVC Ø 50 MM, NBR 5688, BARRA DE 6M	PLASTUBOS	UN	70,000	0,0000	24,7500	1.732,50	Venceu
55	1427	ALVENARITE 1 L	ALVENACAL	L	50,000	0,0000	4,4000	220,00	Venceu
56	75042	ALVERANITE 5L	ALVENACAL	UN	20,000	0,0000	19,7500	395,00	Venceu
57	375	AREIA MÉDIA	GR EXTRAÇÃO	M3	150,000	0,0000	116,0000	17.400,00	Venceu
58	77791	ARGAMASSA 20KG AC 1	CERTA	SC	50,000	0,0000	8,2000	410,00	Venceu
59	77792	ARGAMASSA 20KG AC 2	COLAFIX	SC	150,000	0,0000	17,6000	2.640,00	Venceu
60	77793	ARGAMASSA 20KG AC 3	COLAFIX	SC	150,000	0,0000	28,0000	4.200,00	Venceu
61	11402	BARRA DE FERRO Ø 4,2, CA60, 12M	ARCELOR MITTAL	UN	150,000	0,0000	5,8000	870,00	Venceu
62	77764	BARRA DE FERRO Ø 5/16 CA50 12M	ARCELOR MITTAL	UN	100,000	0,0000	20,7000	2.070,00	Venceu
63	77770	BRITA Nº 01 E Nº 02	PEDRA	M3	400,000	0,0000	64,3000	25.720,00	Venceu
64	3394924	BROCA 0,6MM 100	CORTAG	UN	20,000	0,0000	6,7000	134,00	Venceu
65	3394925	BROCA 0,8 MM	CORTAG	UN	20,000	0,0000	8,4000	168,00	Venceu
66	80858	CAIXA DE DESCARGA PLÁSTICA, CAPACIDADE 10LTS	ASTRA	UN	20,000	0,0000	22,4000	448,00	Venceu
67	11408	CAL PARA PINTURA 8KG	SÃO FRANCISCO	UN	300,000	0,0000	7,9000	2.370,00	Venceu
68	3394647	CATRACA QUADRADA PEQUENA	CINFER	UN	10,000	0,0000	5,7500	57,50	Venceu
69	11401	CIMENTO EM SACA DE 50KG, CPII	NACIONAL	UN	650,000	0,0000	25,7000	16.705,00	Venceu
70	80845	CURVA PVC 100 MM, NBR 5688	PLASTUBOS	UN	40,000	0,0000	5,3600	214,00	Venceu
71	83950	KIT COMPLETO PARA CAIXA ACOPLADA	ASTRA	UN	20,000	0,0000	70,0000	1.400,00	Venceu
72	11406	LONA PLÁSTICA PRETA, 125 MICRAS	PLASFAN	M2	4.000,000	0,0000	0,7900	3.160,00	Venceu
73	82700	LUVA 32 MM SOLDÁVEL	PLASTUBOS	UN	40,000	0,0000	1,0000	40,00	Venceu
74	11422	LUVA PVC Ø 200 MM, NBR 5688	PLASTUBOS	UN	20,000	0,0000	22,6000	452,00	Venceu
75	77400	MADERITE 1,10 M x 2,20 M 10MM	TATTO	UN	24,000	0,0000	28,8000	691,20	Venceu
76	3393447	MANGUEIRA POLIET. 1/2 X 2,5 MM	CARPES	M	400,000	0,0000	1,2400	496,00	Venceu
77	77771	PÓ DE BRITA E PEDRISCO	PEDRA	M3	500,000	0,0000	69,7500	34.875,00	Venceu
78	3252	PREGO 17X27	SANTA LUZIA	KG	50,000	0,0000	6,9500	347,50	Venceu
79	11407	PREGO 19X39	SANTA LUZIA	KG	50,000	0,0000	7,1000	355,00	Venceu
80	3394787	SIKAFLEX	POLY	UN	50,000	0,0000	15,6000	780,00	Venceu
92	87001	TRELIÇA 12 CM	ARCELOR MITTAL	M	150,000	0,0000	5,3500	802,50	Venceu
93	3395152	TRELISSA 8CM	ARCELOR MITTAL	M	400,000	0,0000	4,1000	1.640,00	Venceu
94	389403	TUBO 40 ESGOTO	PLASTUBOS	UN	20,000	0,0000	16,0000	320,00	Venceu

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA
 Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Desccto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 39/2017 Licitação: 23/2017 - PR Fornecedor: 9280 - GIVANILDO BIONDO - ME. Data da Homologação: 18/04/2017									
95	80854	TUBO DE PVC SOLDÁVEL 25MM, BARRA DE 6M	PLASTUBOS	UN	50,000	0,0000	11,7000	585,00	Venceu
96	82704	TUBO PVC 32MM SOLDÁVEL	PLASTUBOS	UN	50,000	0,0000	17,9000	895,00	Venceu
97	11415	TUBO PVC Ø 100 MM, NBR 5688, BARRA DE 6M	PLASTUBOS	UN	50,000	0,0000	34,9000	1.745,00	Venceu
99	11416	TUBO PVC Ø 75 MM, NBR 5688, BARRA DE 6M	PLASTUBOS	UN	50,000	0,0000	28,5000	1.425,00	Venceu
102	3393448	ADAPTADOR MANGA 1/2 ROSCA EXTERNA	PLASTUBOS	UN	50,000	0,0000	1,1200	56,00	Venceu
103	80249	COLA ADESIVA PLÁSTICA 75G	PLASTUBOS	UN	50,000	0,0000	3,6000	180,00	Venceu
104	80866	FLEXÍVEL 90CM	ASTRA	UN	30,000	0,0000	4,6000	138,00	Venceu
105	3394788	GRADE DE VENTILAÇÃO	CeA	UN	100,000	0,0000	11,2500	1.125,00	Venceu
106	3393450	JOELHO 20MM SOLDÁVEL 45°	PLASTUBOS	UN	30,000	0,0000	0,4500	13,50	Venceu
107	86347	JOELHO 20MM SOLDÁVEL 90°	PLASTUBOS	UN	20,000	0,0000	0,2500	5,00	Venceu
108	87296	JOELHO 25MM 45° SOLDÁVEL	PLASTUBOS	UN	40,000	0,0000	0,7300	29,20	Venceu
109	36988	JOELHO 25MM 90° SOLDÁVEL	PLASTUBOS	UN	50,000	0,0000	0,3000	15,00	Venceu
110	3393446	JOELHO 32MM 90° SOLDÁVEL	PLASTUBOS	UN	50,000	0,0000	1,0000	50,00	Venceu
111	11429	MARTELO DE ORELHA 200G, C/ CABO DE MADEIRA	VILLA	UN	15,000	0,0000	14,5000	217,50	Venceu
112	80240	PREGO 12X12	SANTA LUZIA	KG	30,000	0,0000	8,6400	259,20	Venceu
113	3251	PREGO 18X30	SANTA LUZIA	KG	30,000	0,0000	6,9000	207,00	Venceu
114	389404	REDUÇÃO 32X25 SOLDÁVEL	PLASTUBOS	UN	40,000	0,0000	1,0000	40,00	Venceu
115	6197	REGISTRO ESFERA 25MM SOLDÁVEL	PLASTUBOS	UN	20,000	0,0000	4,7000	94,00	Venceu
116	3393445	REGISTRO ESFERA 32 MM SOLDÁVEL	PLASTUBOS	UN	30,000	0,0000	10,6800	320,40	Venceu
117	3394921	TAMPA VASO SANITÁRIO	ASTRA	UN	20,000	0,0000	14,8000	296,00	Venceu
118	579	Torneira plastica 1/2	LEKAT	UN	50,000	0,0000	2,3000	115,00	Venceu
119	80865	TORNEIRA PLÁSTICA 3/4	LEKAT	UN	50,000	0,0000	2,9000	145,00	Venceu
120	80853	TUBO DE PVC SOLDÁVEL 20MM, BARRA DE 6M	PLASTUBOS	UN	50,000	0,0000	8,9000	445,00	Venceu
121	333397347	TELA DE SOMBREAMENTO 50%	PLASFAN	M2	100,000	0,0000	4,0000	400,00	Venceu
122	333397573	MADEIRA DE EUCALIPTO DA ESPÉCIE GRANDIS, EM FORMAS DE VIGAS PARA CONSTRUÇÃO DE PONTES, EM TORRAS DE DIVERSOS COMPRIMENTOS	BIONDO	M3	50,000	0,0000	500,0000	25.000,00	Venceu
Total do Fornecedor →					20.924,000			192.599,10	

Seara, 18 de Abril de 2017.

REGISTRO DE PREÇOS 14/2017

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA
 Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descdo(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 39/2017			Licitação: 23/2017 - PR			Data da Homologação: 18/04/2017			
Fornecedor: 10187			- COMERCIAL CERAMICA SEARA LTDA - ME						
123	333397574	MADEIRA DE EUCALIPTO, DA ESPÉCIE GRANDIS, EM PERFEITAS CONDIÇÕES, EM FORMA DE PRANCHAS DE DIVERSAS BITOLAS, CONFORME A NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO	Com. Ceramica Seara	M3	70,000	0,0000	360,0000	25,200,00	Vencou
Total do Fornecedor					70,000			25,200,00	

Seara, 18 de Abril de 2017.

REGISTRO DE PREÇOS 14/2017

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Desccto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
<p>Nr. do Processo: 39/2017 Licitação: 23/2017 - PR Data da Homologação: 18/04/2017</p> <p>Fornecedor: 6169 - ALBINO SGARBOSSA TRANSPORTES E COMERCIO LTDA.</p>									
17	11418	CURVA PVC 75 MM, NBR 5688	PLASTILIT	UN	40,000	0,0000	4,9000	196,00	Venceu
23	11421	JOELHO PVC Ø 20X12, NBR 5688	PLASTILIT	UN	40,000	0,0000	1,0000	40,00	Venceu
34	77790	PISO CERAMICA PI 5 DE 1º QUALIDADE, TAMANHO MINIMO DE 30 x 30 CM E MÁXIMO 50 x 50 CM.	KARINA PISOS	M2	300,000	0,0000	9,0000	2.700,00	Venceu
35	11405	PREGO 13X15	BENORTE	KG	50,000	0,0000	7,7000	385,00	Venceu
52	333397615	TUBO DE PVC SOLDÁVEL 50MM, BARRA DE 6M	FORTLEV	UN	50,000	0,0000	35,5000	1.775,00	Venceu
83	11409	TUJOLO MACIÇO 5,5 X 10 X 20 CM	DALAMARIA	UN	3,000,000	0,0000	0,4000	1.200,00	Venceu
98	11414	TUBO PVC Ø 150 MM, NBR 5688, BARRA DE 6M	FORTLEV	UN	40,000	0,0000	83,0000	3.320,00	Venceu
101	3393449	ABRAÇADEIRA MANGA 1/2	INCA	UN	20,000	0,0000	0,6100	12,20	Venceu
					Total do Fornecedor →			9.628,20	

Seara, 18 de Abril de 2017.

Serra Alta

PREFEITURA

DECRETO 100/2017

DECRETO Nº 100/2017, DE 18 DE ABRIL DE 2017.

“DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas no art. 40 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados os novos membros para compor o Conselho Municipal de Saúde do Município de Serra Alta/SC, distribuído conforme paridade prevista na Resolução nº. 333, do CNS, de 04 de novembro de 2003, composta por:

CINQUENTA POR CENTO, DE REPRESENTANTES DE ENTIDADES DE USUÁRIOS:

ENTIDADE	MEMBRO	REPRESENTAÇÃO
Rotary Club	CLAUDEMIR MARTINELLI	Titular
Rotary Club	NÉDIO CEREJO	Suplente
Rotaract Club	MARCIA HAAS RAGASSON	Titular
Rotaract Club	FERNANDO L. STRAPASSON	Suplente
Associação de hipertensos	ANA MARIA CHAGAS	Titular
Associação de hipertensos	JOAO PEDRO SBEGHEN	Suplente
Voluntária do grupo de idosos	IVETE T. DE OLIVEIRA	Titular
Voluntária do grupo de idosos	SUELI PAULETO	Suplente
Clube de mães	CLESI HASLINGER	Titular
Clube de mães	TEREZINHA A. WAGNER	Suplente
Conselho comunitário	NELSON PAULETTO	Titular
Conselho comunitário	LUANA RAFAELA WALKER GIRELLI	Suplente
Associação comercial e industrial	JAIRO MARTINI	Titular
Associação comercial e industrial	FELIPE AZZOLIN	Suplente
Associação dos pequenos agricultores	JOAO IDONES DA SILVA	Titular
Associação dos pequenos agricultores	ADRIANE BETTANIN	Suplente
Grêmio estudantil	RAFAELI FABIANE GAMBA MARIN	Titular
Grêmio estudantil	GISLAINE CLAUDIA JACOSKI PAULETO	Suplente
Sindicato dos trabalhadores rurais	DEONICE MARI CRESTANI	Titular
Sindicato dos trabalhadores rurais	EVANDRO RONCATTO	Suplente
APP: Associação de Pais e Professores do Centro de Educação de Ensino	ANDERSON BOLIS	Titular

APP: Associação de Pais e Professores do Centro de Educação de Ensino	LUIZ ANDREGHETTO	Suplente
---	------------------	----------

VINTE E CINCO POR CENTO, DE REPRESENTANTES DE ENTIDADES DE TRABALHADORES DE SAÚDE:

ENTIDADE	MEMBRO	REPRESENTAÇÃO
Trabalhador do SUS	ROSILEI DAMO PERERA	Titular
Trabalhador do SUS	SIMONE ZIMMERMANN BARRO	Suplente
Trabalhador do SUS	ALINE GHIDINI	Titular
Trabalhador do SUS	NEI ZANCHETT	Suplente
Trabalhador do SUS	THAIS THUMÉ	Titular
Trabalhador do SUS	PÂMELA TEREZINHA ROSSIGNOLLO	Suplente

VINTE E CINCO POR CENTO, DE REPRESENTANTES DO GOVERNO E PRESTADORES DE SERVIÇO CONVENIADOS E/OU SEM FINS LUCRATIVOS:

ENTIDADE	MEMBRO	REPRESENTAÇÃO
Governo	JEFERSON MARTINI	Titular
Governo	SILVANE SENHOR	Suplente
Governo	CLAIR FÁTIMA ANDREIS	Titular
Governo	ANA CLÁUDIA LAUXEN ZUZELISKI	Suplente
Governo	ROSANGELA SENHOR	Titular
Governo	CRISTIANE MARTINI	Suplente

Art. 2º. A comissão compete atuar como órgão deliberativo do Sistema Único de Saúde – SUS, no âmbito municipal, e congrega representantes do Município de Serra Alta/SC.

Art. 3º. O serviço da Comissão será considerado de caráter relevante, não lhe sendo atribuído remuneração, e não caracteriza qualquer vínculo empregatício.

Art. 4º. O conselho Municipal de Saúde terá mandato de 02 (dois) anos, a contar da presente data.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data da sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013, revogando o Decreto nº 143/2016, de 03 de agosto de 2016, e demais disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 18 de abril de 2017.

DARCI CERIZOLLI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

EDERSON CEREZOLLI
Secretário de Administração

EXTRATO TOMADA DE PREÇOS Nº 021/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

AVISO DE LICITAÇÃO:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2017

TOMADA DE PREÇOS P/ COMPRAS E SERVIÇOS Nº 021/2017

Tipo: Menor Percentual de Cobrança/Arrematante.

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de assessoria na estruturação de leilões públicos eletrônicos e presenciais, para a venda de bens pertencentes ao patrimônio do Município de Serra Alta - SC, que foram desafetados das finalidades a eles inerentes, sendo necessária a alienação (venda) com a utilização de recursos de tecnologia da informação, por meio de plataforma de transação via WEB.

Entrega dos Envelopes: 08:30 horas do dia 12 de Maio de 2017.

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 12 de Maio de 2017.

O Edital se encontra disponível no site www.serraalta.sc.gov.br ou maiores informações no seguinte endereço e horário: Av.Dom Pedro II, nº 830, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 horas/13:30 às 17:30horas.

SERRA ALTA/SC, 19 de abril de 2017.

DARCI CERIZOLLI

PREFEITO MUNICIPAL

Sul Brasil

PREFEITURA

DECRETO 091/2017

DECRETO Nº 091 DE 18 DE ABRIL DE 2017

DISPÕE SOBRE O PEDIDO DE RETORNO DE FÉRIAS DO SERVIDOR LUCIANO FERRARI E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto na Lei Municipal nº 384 de 01/06/2001 – Estatuto dos Servidores Públicos.

Considerando o pedido de retorno do Diretor do Departamento de Saúde ao servidor Luciano Ferrari o qual esta em gozo de férias, para fazer uma viagem de urgência a cidade de Florianópolis com o paciente DALVIR ANTONIO CECATO e sua esposa ao Hospital São José de Florianópolis SC.

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedido o retorno de férias do servidor Luciano Ferrari cargo de Motorista de Veículo da Saúde pelo período de 02 dias com contados a partir dia 18 de abril.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
aos 18 de abril de 2017.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO

Diretor de Administração

DECRETO 092/2017

DECRETO Nº 092/2017 DE 18/04/2017

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL DE ESPECIE SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto na Lei nº 1.113 de 22 de dezembro de 2016.

Artigo 1o – FICA o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional, de espécie Suplementar por Superávit Financeiro no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), destinados a suplementar a seguintes Atividades do Orçamento Municipal do vigente.

04.01.0012.0306.0006.2.014- Alimentação Escolar

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.90.00(204)	0.3.00.003000	Outras Despesas Correntes- Aplicações Diretas (3000)	R\$ 40.000,00

Artigo 2o – Para dar cobertura ao Crédito Suplementar aberto no artigo 1o valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), proveniente Superávit Financeiro de apurado no Exercício de 2016 (Fonte de Recurso 3.000, Superávit Financeiro Recurso Ordinário).

Artigo 3o – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e esta vinculada a Lei 1.027 de 06 de abril de 2015 que institui o DOM - Diário Oficial dos Municípios.

Artigo 4o – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil – SC,
aos 18 de Abril de 2017.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

Gabinete do Prefeito Municipal Registrado e Publicado na Data Supra.

PAULO CESAR HUBNER
CRC/SC 024848/O-0

PREGÃO PRESENCIAL Nº.31/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SUL BRASIL

AVISO DE LICITAÇÃO/PREGÃO PRESENCIAL

PARA REGISTRO DE PREÇO POR LOTE

Processo Administrativo nº.036/2017

Edital: PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO nº.031/2017

Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS MECÂNICOS.

Recebimento dos envelopes: 09:00 horas do dia 04 de maio de 2017

Abertura dos envelopes: 09:15 horas do dia 04 de maio de 2017

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário:

Av. Dr. José Leal Filho 589, nos dias úteis, de segunda à sexta-feira, das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone (49)3367-0030 ou pelo www.sulbrasil.sc.gov.br.

SUL BRASIL – SC, 19 de abril de 2017.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº.32/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SUL BRASIL

AVISO DE LICITAÇÃO/PREGÃO PRESENCIAL

POR LOTE

Processo Administrativo nº.037/2017

Edital: PREGÃO PRESENCIAL nº.032/2017

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS PARA CONserto DE TRATOR AGRÍCOLA.

Recebimento dos envelopes: 14:00 horas do dia 04 de maio de 2017

Abertura dos envelopes: 14:15 horas do dia 04 de maio de 2017

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário:

Av. Dr. José Leal Filho 589, nos dias úteis, de segunda à sexta-feira, das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone (49)3367-0030 ou pelo www.sulbrasil.sc.gov.br.

SUL BRASIL – SC, 19 de abril de 2017.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

Tijucas

PREFEITURA

EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO Nº 044/PMT/17 DO PP REGISTRO DE PREÇO 031/PMT/17

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO Nº 044/PMT/2017 DO PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 031/PMT/2017

Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E CORRELATOS PARA ATENDER O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE), DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC.

Empresa Vencedora do Processo: WAGNER E SIMONE PRODUTOS HORTIFRUTIGRANJEIROS LTDA foi vencedora do item: 01 no valor de R\$. 40.230,00 (Quarenta mil duzentos e trinta reais).

Informações Complementares: Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br
Elói Mariano Rocha – Prefeito Municipal de Tijucas

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 010/FMDR/17 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/FMDR/17 - DISPENSA Nº 002/FMDR/17

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 010/FMDR/17 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/FMDR/17- DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/FMDR/17

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, PESCA E MEIO AMBIENTE.

CONTRATADA: POSTMIX SERVIÇOS EDITORIAIS LTDA EPP

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA DIVULGAÇÃO DE EVENTOS E CAPA PARA ENCADERNAR NOTAS DE PRODUTORES RURAIS, PELA SECRETARIA DE AGRICULTURA, PESCA E MEIO AMBIENTE, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS.

VALOR: R\$: 1.610,00 (MIL SEISCENTOS E DEZ REAIS).

AMPARO LEGAL: Artigo 24, Inciso II e Artigo 23, Inciso I "a" e II "a" e suas alterações posteriores e PARECER JURÍDICO FAVORÁVEL Nº 111/2017/PGM.

TIJUCAS/SC, 10 DE ABRIL DE 2017.

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 065/PMT/17 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 051/PMT/17 - DISPENSA Nº 014/PMT/17

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 065/PMT/17 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 051/PMT/17- DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 014/PMT/17

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS.

CONTRATADA: DIGITAL TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA - ME

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA CONFIGURAÇÃO E REALIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES PARA O OCRETO CUMPRIMENTO DAS PUBLICAÇÕES JUNTO AO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS – SC.

VALOR: R\$: 7.000,00 (SETE MIL REAIS).

AMPARO LEGAL: Artigo 24, Inciso II e Artigo 23, Inciso I "a" e II

"a" e suas alterações posteriores e PARECER JURÍDICO FAVORÁVEL Nº 114/2017/PGM.

TIJUCAS/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/FME/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/FME/2017 - RETIFICADO

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/FME/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/FME/2017

RETIFICADO

Onde Se Lê - Objeto: Contratação de Profissional Habilitado na Área de Esportes para Ministras Aulas de Tae-kwon-do Durante o Período de 09 (Nove) Meses, da Fundação Municipal de Esporte, do Município de Tijucas/SC.

Leia-se - Objeto: Contratação de Profissional Habilitado na Área de Esportes para Ministras Aulas de Tae-kwon-do Durante o Período de 07 (Sete) Meses, da Fundação Municipal de Esporte, do Município de Tijucas/SC

Tipo: Menor Preço Por Item

Data de Abertura: 02 de maio de 2017, as 08h00;

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br.
ELÓI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 053/PMT/2017 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 039/PMT/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE TIJUCAS

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 053/PMT/2017

PREGÃO PRESENCIAL

REGISTRO DE PREÇO Nº 039/PMT/17

Objeto: Aquisição de Pneus Novos para os Veículos e Patrulha Mecanizada (Caminhões, Máquinas Leves e Pesadas, Veículos e Utilitários) para o ano de 2017, da Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos, do Município de Tijucas/SC.

Tipo: Menor Preço Por Item

Data de Abertura: 03 de maio de 2017, as 08h00.

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br.
ELOI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 054/PMT/2017
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 040/
PMT/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 054/PMT/2017

PREGÃO PRESENCIAL

REGISTRO DE PREÇO Nº 040/PMT/17

Objeto: Contratação de Empresa para Fornecimento de Peças e Serviço de Borracharia, da Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos, do Município de Tijucas/SC.

Tipo: Menor Preço Por Item

Data de Abertura: 03 de maio de 2017, as 10h00.

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br.

ELOI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 055/PMT/2017 PREGÃO
PRESENCIAL Nº 041/PMT/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 055/PMT/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 041/PMT/2017

Objeto: Aquisição de Roupeiro, Beliche e Colchão, para Uso dos Agentes da Autoridade de Trânsito da DITRAN, da Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos, do Município de Tijucas/SC.

Tipo: Menor Preço Por Item;

Data de Abertura: 04 de maio de 2017, as 08h00;

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br.

ELÓI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

Timbé do Sul

PREFEITURA

ERRATA DECRETO 91/2017 ; CONSELHO FUNDEB

ERRATA II

DECRETO Nº 91, DE 22 DE MARÇO DE 2017.

Dispõe sobre a nomeação e posse do Conselho Municipal do FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação do Município de Timbé do Sul.

Onde se lia:

V) 02 (dois) Representantes dos Pais de alunos da Educação Básica Pública:

Suplente: Thiago Teixeira

Leia-se:

V) 02 (dois) Representantes dos Pais de alunos da Educação Básica Pública:

Suplente: Thiago Zilli Teixeira

Onde se lia:

VI) 02 (dois) Representantes dos Estudantes da Educação Básica Pública, sendo 01 (um) indicado pela entidade de estudantes secundaristas:

Titular: Cléia Machado

Leia-se:

VI) 02 (dois) Representantes dos Estudantes da Educação Básica Pública, sendo 01 (um) indicado pela entidade de estudantes secundaristas:

Titular: Cléia Ribeiro Machado

Timbé do Sul, 05 de abril de 2017.

Suzete Stecanella Savi
Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

PORTARIA 49/2017 CONCEDE FÉRIAS

PORTARIA Nº. 49, de 13 de abril de 2017.

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORA MUNICIPAL

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC. no uso das atribuições em atendimento ao que estabelece a Lei Orgânica Municipal e o Art. 57, da Lei Municipal nº 467 / 1988;

Resolve:

Art. 1º - Fica concedido a servidora Jucevania Netto , matrículas nº 397, ocupante do cargo de Telefonista, gozo de férias remuneradas, com 1/3 (um terço) a mais do que o vencimento normal, pelo período de 30 (trinta) dias; de 03/04/2017 à 03/05/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TIMBÉ DO SUL (SC), 13 de abril de 2017.

ROBERTO BIAVA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

MARLON ARCARO PANATTA
Secretário de Administração e Finanças

Timbó

PREFEITURA

ATA ANÁLISE DE DOCUMENTOS - INEXIGIBILIDADE N.º 03 2017 FMS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 03/2017 – FMS

Às dez horas, do décimo dia do mês de Abril de dois mil e dezessete, na sala do setor de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ-SC, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº. 55, de 27 de janeiro de 2017, para análise dos documentos constantes do Processo de Inexigibilidade de Licitação nº. 03/2017 FMS.

Aberta a sessão foram analisados os documentos (abaixo relacionados) integrantes deste processo de inexigibilidade apresentados pela Instituição Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Timbó:

Ato Constitutivo – Estatuto Social	Lei 8.666/93 Art. 27 I c/c Art. 28
Ata da Assembléia Geral Ordinária para Eleição e Posse da Atual Diretoria/APAE	
Revisão do manual de Normas Técnicas para Serviços de reabilitação em deficiência intelectual e/ou distúrbio do espectro autista	
Certidão Negativa de Débitos do Município de Timbó/SC	Art. 29, III - Lei 8.666/93, Art. 193 Código Tributário Nacional e Art. 50 da LC Municipal 142/98
Certidão Negativa de Débitos Estaduais	Lei 8.666/93 Art. 29 III
Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União	Lei 8.666/93 Art. 29 II
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)	Lei 8.666/93 Art. 29 V
Cartão CNPJ	Lei 8.666/93 Art. 29, I
Certidão de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) (emitida pela Caixa Econômica Federal)	Lei 8.666/93 Art. 29, IV e Lei 8.036/90 art. 27 "a"
Declaração da empresa proponente, de que não possui em seu quadro de empregados, trabalhadores menores de dezoito anos realizando trabalhos noturnos, perigosos e insalubres, e de menores de dezesseis anos trabalhando em qualquer tipo de função	Lei 8.666/93, art. 27, V
Declaração sob as penas da lei, de que a licitante não se encontra declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública	Lei 8666/93 – 9648/98 – Art. 32 – Parágrafo 2º
Alvará Sanitário nº. 0079 - ano 2016	
Certidão de Registro em Pessoas Jurídicas da APAE/TIMBÓ	
Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social	
Relatório Analítico de Procedimentos	

Da análise destes documentos observa-se que a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Timbó - APAE está com a documentação regular.

Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão,

lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

LOURDES MOSER

Presidente

ANGELA PREUSS

Membro

MOACYR CRISTOFOLINI JR

Membro

ATA ANÁLISE DE DOCUMENTOS - INEXIGIBILIDADE N.º 22 2017 PMT

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 22/2017 – PMT

Às onze horas, do décimo dia do mês de Abril de dois mil e dezessete, na sala do setor de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ-SC, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº. 55, de 27 de janeiro de 2017, para análise dos documentos constantes do Processo de Inexigibilidade de Licitação nº. 22/2017 PMT.

Aberta a sessão foram analisados os documentos(abaixo relacionados) integrantes deste processo de inexigibilidade apresentados pela Empresa LANCATUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA:

Ato Constitutivo – Contrato Social (21ª alteração contratual)	Lei 8.666/93 Art. 27 I c/c Art. 28
Cópia do documento de identidade do Administrador da Empresa	
Certidão Negativa de Débitos do Município de Timbó/SC	Art. 29, III - Lei 8.666/93, Art. 193 Código Tributário Nacional e Art. 50 da LC Municipal 142/98
Certidão Negativa de Débitos Estaduais	Lei 8.666/93 Art. 29 III
Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União	Lei 8.666/93 Art. 29 II
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)	Lei 8.666/93 Art. 29 V
Cartão CNPJ	Lei 8.666/93 Art. 29, I
Certidão de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS - emitida pela Caixa Econômica Federal)	Lei 8.666/93 Art. 29, IV e Lei 8.036/90 art. 27 "a"
Consulta Pública ao Cadastro do Estado de SC SINTEGRA/ICMS	
Declaração da empresa proponente, de que não possui em seu quadro de empregados, trabalhadores menores de dezoito anos realizando trabalhos noturnos, perigosos e insalubres, e de menores de dezesseis anos trabalhando em qualquer tipo de função	Lei 8.666/93, art. 27, V
Declaração sob as penas da lei, de que a licitante não se encontra declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública	Lei 8666/93 – 9648/98 – Art. 32 – Parágrafo 2º

Da análise destes documentos observa-se que a Empresa LANCA-TUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA. está com a documentação regular, no entanto, a Comissão entende que, para dar prosseguimento a contratação, necessário anexar ao procedimento/processo de inexigibilidade a Certidão Negativa de Débitos do Município sede da Empresa.

Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

LOURDES MOSER

Presidente

ANGELA PREUSS

Membro

MOACYR CRISTOFOLINI JR

Membro

CONVOCAÇÃO ASSINATURA DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº 05-01.2017 PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA

CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 05-01/2017 PMT

A Central de Licitações convoca, através do presente, a licitante VPA PAVIMENTAÇÃO EIRELI - ME, CNPJ nº. 07.516.335/0001-06, a comparecer para assinatura do respectivo contrato, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC – Central de Licitações;

DATA: até 27/04/2017.

HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 18 de abril de 2017.

DÉBORA BARTH

Central de Licitações

CONVOCAÇÃO ASSINATURA DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº 05-02.2017 PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA

CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 05-02/2017 PMT

A Central de Licitações convoca, através do presente, a licitante PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, CNPJ nº. 03.620.927/0001-12, a comparecer para assinatura do respectivo contrato, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC – Central de Licitações;

DATA: até 27/04/2017.

HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 18 de abril de 2017.

DÉBORA BARTH

Central de Licitações

CONVOCAÇÃO ASSINATURA DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº 05-03.2017 PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA

CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 05-03/2017 PMT

A Central de Licitações convoca, através do presente, a licitante FREEDOM ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA, CNPJ nº. 03.453.030/0001-41, a comparecer para assinatura do respectivo contrato, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC – Central de Licitações;

DATA: até 27/04/2017.

HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 18 de abril de 2017.

DÉBORA BARTH

Central de Licitações

ERRATA PREGÃO PRESENCIAL N.º 07 2017 FCT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ - CENTRAL DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 07/2017 FCT

AVISO DE ERRATA

O Município de Timbó/SC, através da Fundação Cultural, informa aos interessados que no Edital de Pregão Presencial n.º 07/2017, objetivando a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO CENOGRÁFICA, PROJEÇÃO DE IMAGENS E VÍDEO, LOCAÇÃO DE TELÃO E LINÓLEO PARA DANÇA, PARA O FESTIVAL DE DANÇA DE TIMBÓ 2017 QUE ACONTECERÁ DO DIA 04 A 07 DE MAIO DE 2017 COM DISPONIBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E ESTRUTURA MÍNIMA REQUERIDA, houve erro formal de digitação no mês para abertura da sessão pública, sendo correto o texto abaixo informado:

ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 14h30min do dia 28 de abril de 2017. ABERTURA: dia 28 de abril de 2017 às 14h40min.

TIMBÓ/SC, 18/04/2017

ROSE MERY DALCANALE

Central de Licitações

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 01 2017 SAMAE - AQUISIÇÃO DE EMBALAGENS DE POLIETILENO RECICLADO

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUAS E ESGOTO - SAMAE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 01/2017 - SAMAE

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó, através do Serviço Autônomo Municipal de Águas e Esgoto - SAMAE.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de embalagens de polietileno reciclado destinadas a coleta seletiva de resíduos sólidos para o ano de 2017.

EMPRESAS FORNECEDORAS: BMI Prosper Eirele Me.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 497.568,00 (quatrocentos e noventa e sete mil e quinhentos e sessenta e oito reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 17/04/2018

Timbó, 18/04/2017

JEAN PIERRE BEZERRA MUSEKA

Diretor Presidente SAMAE

SEGUNDA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 08 2016 FMS

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 08/2016 - FMS

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó, através do Fundo Municipal de Saúde.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de créditos telefônicos (VOIP) destinados às Unidades de Saúde da Família, com o objetivo de transmissão de voz por meio de Protocolo Internet (IP), em forma de pacotes de dados, modalidade de SCM – Serviço de Comunicação Multimídia, pelo período de 12 (doze) meses.

EMPRESAS FORNECEDORAS: TPA Telecomunicacoes Ltda.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 21.600,00 (vinte e um mil e seiscentos reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 16/10/2017

Timbó, 14/10/2016

ALFREDO JOÃO BERRI

Secretário de Saúde

SEGUNDA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 10 2016 FMS

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2016 - FMS

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó, através do Fundo Municipal de Saúde.

OBJETO: Registro de preços para fornecimento de gêneros alimentícios (pães), destinados aos usuários do Centro de Atenção Psicossocial – CAPS.

EMPRESA FORNECEDORA: Panificadora Bom Dia Ltda - Epp.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 1.836,00 (mil oitocentos e trinta e seis reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 16/10/2017

Timbó, 14/10/2016

ALFREDO JOÃO BERRI

Secretário de Saúde

SEGUNDA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 72 2016 PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 72/2016 - PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de preços para prestação de serviços de recargas e testes hidrostáticos de extintores de incêndio existentes, fornecimento e instalação de extintores de incêndio novos para atender as necessidades da administração direta e indireta.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Brusfogo Extintores e Equipamentos de Segurança Eireli Epp e JM Extintores Cacador Eireli - Me.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 11.250,00 (onze mil duzentos e cinquenta reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 16/10/2017

Timbó, 14/10/2016

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

SEGUNDA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 78 2016 PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 78/2016 - PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de papel para impressão, tamanho A4, destinado a Administração Direta e Indireta.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Aquinpel Suprimentos para Escritorio Informatica e Papelaria Eireli e Dicapel Papeis e Embalagens Ltda.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 112.124,90 (cento e doze mil, cento e vinte e quatro reais e noventa centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 12/10/2017

Timbó, 11/10/2016

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

TERCEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 07 2016 SAMAE

SERVICO AUTONOMO MUNICIPAL DE AGUAS E ESGOTO - SAMAE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 07/2016 - SAMAE

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó através do Serviço Autônomo Municipal de Águas e Esgoto - SAMAE

OBJETO: Registro de preços para aquisição de uniformes destinados aos servidores do SAMAE.

EMPRESA FORNECEDORA: Confeccoes Mundo dos Uniformes Ltda – Me.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 73.000,00 (setenta e três mil reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 13/07/2017

Timbó, 13/07/2016

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

TERCEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 51 2016 PMT

MUNICIPIO DE TIMBO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 51/2016 - PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de diversos gêneros alimentícios perecíveis e pouco perecíveis, destinados aos Núcleos de Educação Infantil (NEI), Unidades Pré-Escolares (UPE) e Escolas da Rede Pública Municipal de Ensino Fundamental, para cumprimento do cardápio no período de 12 (doze) meses, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Educação.

EMPRESA FORNECEDORA: Distrib. Alimentos Oliveira Ltda.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 19.842,00 (dezenove mil e oitocentos e quarenta e dois reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 20/07/2016.

Timbó, 20/07/2016

SERGI FREDERICO MENGARDA

Secretário de Educação

CÂMARA MUNICIPAL**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2017**

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2017.

CAUSA ENSEJADORA:

Dispensa de licitação, com base no artigo 24, II c/c art. 23, II, "a", da Lei 8.666/93.

JUSTIFICATIVA:

Licitação dispensada em razão do valor dos serviços ser inferior ao limite legal que exige a abertura de procedimento licitatório.

RAZÃO DA ESCOLHA:

Dentre as empresas consultadas a contratada possui reconhecida qualidade nos serviços prestados.

JUSTIFICAÇÃO DO PREÇO:

Compatível com os praticados no mercado.

OBJETO DO CONTRATO:

Realização dos serviços na área da saúde ocupacional, nos moldes do texto da NR 9 E NR 7, no exercício de 2017, consistente nos Exames Médicos Ocupacionais: Admissional, Retorno ao Trabalho, Mudança de Função, Demissional, Exames Complementares decorrentes de avaliação clínica, Elaboração do Documento do PCMSO, PPRA E LTCAT, Elaboração do Relatório Anual de Acompanhamento para o Ministério do Trabalho, Revisão de Prontuários, Levantamento dos Riscos Ambientais aos trabalhadores daquele ambiente de trabalho, Atendimento a Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais, Monitoramento do meio ambiente do trabalho.

CONTRATADO:

JR SAÚDE OCUPACIONAL LTDA EPP, inscrita no CPNJ nº 17.005.900/0001-24, com sede na Rua Aracajú nº 78, Bairro Centro, Timbó (SC).
CEP: 89.120-000

VALOR:

O valor estimado do contrato é de R\$ 550,0 (quinhentos e cinquenta reais).

Timbó (SC), 12 de abril de 2017.

Douglas Emanuel Marchetti

Presidente

QUARTO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 05/2013

QUARTO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 05/2013

Contratante: Câmara Municipal de Timbó

Contratada: Jailson Roberto Vailatti - ME.

Objeto: Prestação de serviços de filmagem, transmissão ao vivo via internet, gravação em mídia DVD-R, sem edição, para arquivo da Câmara e edição e gravação do material produzido em formato (.wmv), para inclusão no site, das Sessões Ordinárias, Extraordinárias, Solenes, Audiências Públicas e Sessões da Câmara Mirim, da Câmara Municipal de Timbó.

O preço por evento do Contrato 05/2013 fica reajustado para R\$ 1.096,77 (um mil e noventa e seis reais e setenta e sete centavos), a partir de 01/02/2017, alterando o valor estabelecido na Cláusula Sexta do contrato, observado o índice de reajuste (IPCA-IBGE) estabelecido na mesma Cláusula Sexta, cuja variação entre fevereiro/2016 e janeiro de 2017 foi de 4,76%, atendendo solicitação da Contratada. O registro deste reajuste por apostila está respaldado nas disposições do § 8º do art. 65 da Lei nº. 8.666/1993, bem como do Acórdão nº. 976/2005 do Plenário do Tribunal de Contas da União.

Timbó (SC), 7 de Abril de 2017.

Douglas Emanuel Marchetti

Presidente

Treze Tílias

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 44/2017

EXTRATO DE CONTRATO 44/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

CONTRATADO: REALMAC MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO

OBJETO: A Locação de impressora multifuncional, incluindo fornecimento do equipamento, serviços de manutenção preventiva e corretiva, reposição de peças e de todo o material de consumo necessário ao perfeito funcionamento, exceto papel, com franquia mensal de 7.000 páginas, para atender a Secretaria de Educação, junto a Escola Municipal Irmã Filomena Rabelo.

PROCESSO LICITATÓRIO: Dispensa de Licitação nº 46/2017

DOTAÇÃO: Para cobrir a despesa decorrente da execução do objeto desta licitação, serão empregadas as dotações orçamentárias próprias, do orçamento vigente para 2017: 06.02.2203.33.90.00.00.00.00.

VALOR: O preço total ajustado para a aquisição do objeto deste contrato é de R\$ 5.880,00 (Cinco mil, oitocentos e oitenta), sendo o valor mensal de R\$ 490,00 (quatrocentos e noventa reais)

VIGÊNCIA: A vigência da 12 meses, contados da data da assinatura.

DATA ASSINATURA: 18/04/2017

TREZE TÍLIAS, 18/04/2017

Trombudo Central

PREFEITURA

DECRETO 034/17

DECRETO 034/17 DE 07 DE ABRIL DE 2017.

NOMEIA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL 007/2017.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

CONSIDERANDO, o Edital de processo seletivo simplificado nº 007/2017 para Agente Comunitário de Saúde.

RESOLVE:

Art. 1º- NOMEIA a Comissão de acompanhamento do Processo Seletivo Simplificado – Edital 007/2017, para admissão de Agente Comunitário de Saúde em caráter temporário, conforme nominata abaixo descrita:

Tania Bini Azevedo Waltrick – (COORDENADORA)
Liliane Krüger Westphal
Verlani Correia

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Trombudo Central, 07 de abril de 2017.

GEOVANA GESSNER
Prefeita de Trombudo Central

Este Decreto foi publicado e registrado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

DECRETO 035/17

DECRETO 035/17 DE 07 DE ABRIL DE 2017.

NOMEIA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL 008/2017.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

CONSIDERANDO, o Edital de processo seletivo simplificado nº 008/2017 para Farmacêutico.

RESOLVE:

Art. 1º- NOMEIA a Comissão de acompanhamento do Processo Seletivo Simplificado – Edital 008/2017, para admissão de Farmacêutico em caráter temporário, conforme nominata abaixo descrita:

Tania Bini Azevedo Waltrick – (COORDENADORA)
Liliane Krüger Westphal
Verlani Correia

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Trombudo Central, 07 de abril de 2017.

GEOVANA GESSNER
Prefeita de Trombudo Central

Este Decreto foi publicado e registrado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

DECRETO 036/17

DECRETO 036/17 DE 18 DE ABRIL DE 2017.

RESTITUI VALORES

GEOVANA GESSNER, Prefeita do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 97º Item I Parágrafo 1º e 2º, Artigo 99º, Artigo 101º e Artigo 102º da Lei 644 de 29 de Dezembro de 1986 (Código Tributário Municipal).

DECRETA:

Art. 1º - Autoriza a restituição no valor de R\$ 65,34 (sessenta e cinco reais e trinta e quatro centavos), a DIOGO MARCOS DEITOS, inscrito no CPF sob nº 076.345.209-26, relativo à importância recolhida indevidamente em duplicidade ao cofre público Municipal, conforme documentação apresentada junto a Fazenda Municipal.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 18 de abril de 2017.

GEOVANA GESSNER
Prefeita de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

GEZIEL BALCKER
Secretário de Administração e Finanças

Tunápolis

PREFEITURA

LEI COMPLEMENTAR Nº 50/2017

LEI COMPLEMENTAR Nº 50/2017.

Dá nova redação ao Anexo I, letra "D", da Lei Complementar nº 025/2010 e alterações posteriores, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração de Pessoal da Administração Pública do Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina e dá Outras Providências.

O Prefeito do Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;
FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou, e, eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica alterado o Anexo I, letra "D" da Lei Complementar nº 025/2010 e alterações posteriores, que passa a vigorar com as alterações dadas pela redação definida pela presente Lei Complementar.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis, SC,
aos 19 de abril de 2017.

RENATO PAULATA
Prefeito Municipal

Esta Lei Complementar foi publicada
em data supra.

Cleverson Inácio Kerkhoff
Técnico de Controladoria Interna

ANEXO I

DENOMINAÇÃO E VAGAS DOS CARGOS EFETIVOS

D)TRANSPORTES E SERVIÇOS GERAIS – TSG

VAGAS	DENOMINAÇÃO
12	Auxiliar Serviços Gerais
06	Agente Operacional
01	Auxiliar de Manutenção de Máquinas e Veículos
01	Artífice Pedreiro
02	Mecânico
02	Motorista Veículo Leve
08	Motorista Veículo Pesado
08	Motorista de Veículo de Passageiro
02	Motorista de Ambulância
04	Operador Equipamento Leve
14	Operador Equipamento Pesado
01	Agente de Manutenção Hidráulica
03	Mestre em Edificações

RENATO PAULATA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 4375/2017

PORTARIA Nº. 4.375/2017
Em 18 de Abril de 2017

O Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Legislação vigente, baseada na Lei Complementar 13/2006, artigo 73;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder "LICENÇA PRÊMIO", a servidora efetiva VALÊN-CIA KUHLEKAMP RAUCH, com o cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

Período de Aquisição: 01.03.11 à 28.02.16 (60 dias)

Fruição: 18/04 à 17/05/2017 (30 dias), sendo os demais 30 (trinta) dias fruídos a posteriori.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 18 de Abril de 2017.

RENATO PAULATA
Prefeito Municipal

EGON INÁCIO BIEGER

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Esta portaria foi publicada na
Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF
Técnico em Controladoria Interna

PORTARIA Nº 4376/2017

PORTARIA Nº. 4.376/2017
Em 18 de Abril de 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº. 025/2010 de 21 de Dezembro de 2013, artigo 5º, inciso VI, parágrafo único;

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER, CELITA SEHN NICODEM, no cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, 5%(cinco por cento) de gratificação de incentivo à qualificação, por ter apresentado certificado de conclusão de ensino fundamental (8ª série).

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 18 de Abril de 2017.

RENATO PAULATA
Prefeito Municipal

EGON INÁCIO BIEGER

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Esta portaria foi publicada na
Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF
Técnico em Controladoria Interna

**PROCESSO DE COMPRA Nº.: 79/2017 PREGÃO
PRESENCIAL Nº: 55/2017 REGISTRO DE PREÇO
Nº:11/2017**

Secretaria de Administração/Departamento de Compras
Processo de Compra Nº.: 79/2017
Pregão Presencial nº: 55/2017
Registro de Preço nº:11/2017
Data Emissão: Forma de Julgamento: menor preço por KM rodado.

O Município de Tunápolis – S.C., ESTADO DE SANTA CATARINA, através de sua PREGOEIRA e Equipe de Apoio, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial, do tipo “menor preço por KM rodado para REGISTRO DE PREÇOS, nº 11/2017 sob regime de execução conforme cronograma das secretarias, conforme dispõe a Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002; Decreto Municipal nº 1.247/2009, Lei Complementar nº 123/2006, Lei n. 8.666/93 e legislação vigente e pertinente à matéria. Os envelopes de nº 01 contendo as “propostas de preços” e de nº 02, contendo a “documentação de habilitação” serão recebidos pela Pregoeira, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal, sita a Rua João Castilho nº 111 – Tunápolis - SC, CEP 89.898-000, até às 8h do dia 05/05/2017, iniciando-se a Sessão Pública no mesmo horário do mesmo dia e local, cujo objeto é a contratação de empresas para a prestação de serviços de Transporte de Entidades Culturais, Grupos da 3ª Idade, atletas e Outros conforme especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

Credenciamento e abertura dos envelopes até 8h do dia 05/05/2017

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22. Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis,SC,. 18/04/2017
RENATO PAULATA
PREFEITO MUNICIPAL

União do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 29/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNIC. DE UNIÃO DO OESTE
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.: 29/2017
Edital: TOMADA DE PREÇOS PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº.: 29/2017
Tipo: Menor Preço/por item
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS RURAIS DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE - SC.
Entrega dos Envelopes: 09:00 horas do dia 08 de maio de 2017.
Abertura dos Envelopes: 09:15 horas do dia 08 de maio de 2017.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Avenida São Luiz - 531, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 7:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, fone (049) 3348 1202, pelo site: www.uniaodoeste.sc.gov.br , ou através do e-mail: compras@uniaodoeste.sc.gov.br
União do Oeste - SC, 19 de abril de 2017.
CELSO MATIELLO
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 30/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNIC. DE UNIÃO DO OESTE
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.: 30/2017
Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 30/2017
Tipo: Menor Preço/por item
Objeto: AQUISIÇÃO DE FLORES NATURAIS E MUDAS DE FLORES E TEMPEROS VERDES PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS SECRETARIAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE- SC.
Entrega dos Envelopes: 09:00 horas do dia 04 de maio de 2017.
Abertura dos Envelopes: 09:15 horas do dia 04 de maio de 2017.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Avenida São Luiz - 531, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 7:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, fone (049) 3348 1202, pelo site: www.uniaodoeste.sc.gov.br , ou através do e-mail: compras@uniaodoeste.sc.gov.br
União do Oeste - SC, 19 de abril de 2017.
CELSO MATIELLO
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO N.º 04/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO N.º 004/2017.

CONTRATA SERVIDOR PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

Em conformidade ao inciso VIII da Lei Municipal n. 957, de 18 de março de 2013, Lei Municipal n.º 091, de 27 de agosto de 2015 e alterações posteriores e, Edital de Processo Seletivo n. 002/2016, o MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida São Luiz, n.º 531, centro, inscrito no CNPJ sob o n. 78.505.591/0001-46, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal o Sr. CELSO MATIELLO, doravante denominado CONTRATANTE e MARISTELA BRUXEL SERAFINI, brasileira, casada, portadora do RG n. 3.729.756 SSP/SC e do CPF n. 019.441.689-58, residente e domiciliado sito a Avenida Tiradentes, centro, município de União do Oeste - SC, doravante denominada CONTRATADA, resolvem de comum acordo celebrar o presente Contrato, obedecendo as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: Tem por objeto o presente Contrato Administrativo, a contratação por prazo determinado, do Contratado acima qualificado, para desempenhar as atribuições do Cargo de Professora do Ensino Fundamental Séries Iniciais 1º ao 5º ano, descrito no Plano de Cargos do Magistério Público Municipal, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DISCIPLINAR: A Contratante e a Contratada sujeitam-se ao regime disciplinar previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e quando omissa a legislação local, à Constituição Federal.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REGIME: A relação de emprego entre a Contratante e a Contratada, reger-se-á pelo Regime Jurídico Estatutário, conforme disposto no art. 39 da Constituição Federal.

CLÁUSULA QUARTA - DO HORÁRIO DE TRABALHO: A Contratada cumprirá o horário previsto para exercício das aulas, compreendendo uma carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no turno vespertino.

CLÁUSULA QUINTA - DA RETRIBUIÇÃO FINANCEIRA: Pela prestação dos serviços, a Contratante pagará à Contratada o vencimento correspondente ao cargo ocupado, previsto no Plano de Cargos do Magistério, e alterações posteriores, correspondendo, atualmente, a R\$ 1.479,11 (um mil, quatrocentos e setenta e nove reais e onze centavos), acrescidos de 20% correspondente a Regência de Classe.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO: O presente Contrato terá duração a partir da data de sua assinatura, ou seja, de 18 de abril até 11 de agosto de 2017.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA CARACTERIZAÇÃO: A contratação se faz necessária para atender ao afastamento da Professora Titular da Vaga Sra. VANDERLÉIA TONIAL SIGNOR, pelo período de gozo

da licença gestante, concedida através do Decreto Municipal N.º 3.380/2017, pelo que se justifica a contratação na necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme ampara o inciso VIII do artigo 2º, da Lei Municipal n.º 957/2013.

CLÁUSULA OITAVA - DAS CONTRIBUIÇÕES: A Contratante descontará na folha de pagamento da Contratada, mensalmente, a importância correspondente às contribuições para o INSS.

CLÁUSULA NONA - DO TEMPO DE SERVIÇO: A Contratante, a pedido da Contratada, fornecerá certidão de tempo de serviço, conforme estabelece a Constituição Federal.

CLÁUSULA DECIMA - DA REVOGAÇÃO: Este Contrato deixará de vigorar, sempre que Lei ou disposições em contrário determinar, quitando-se as partes, pelos seus respectivos direitos, até a data de sua revogação, cessando seus efeitos.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES: O descumprimento do estipulado neste Contrato Administrativo autoriza a parte ofendida a tratá-lo e sujeita o infrator a responsabilidade civil, penal, administrativa e demais disposições estatutárias pertinentes e correlatas.

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA - DO FORO: Para dirimir quaisquer dúvidas jurídicas resultantes deste Termo de Contrato Administrativo, fica eleito o Foro da Comarca de Coronel Freitas - SC, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA - DISPOSIÇÕES FINAIS: Os Contratantes declaram o perfeito conhecimento e compreensão de todas as cláusulas e condições do presente Termo de Contrato Administrativo, que leram, entenderam e o assinam em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus legais e jurídicos efeitos.

União do Oeste, SC, 18 de abril de 2017.

MARISTELA BRUXEL SERAFINI
Contratado
P/ Contratante

CELSO MATIELLO
Prefeito Municipal

Testemunhas:

01.	02
Nome: Marília Miorelli	Nome: Giane Smaniotto
CPF: 057.672.509-95	CPF: 060.416.089-55

DECRETO N. 3447/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.447, de 18 de abril de 2017.
Dispõe sobre contratação de servidora em caráter temporário e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 73, Inciso XXV da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Complementar Municipal N.º 091/2015 e alterações posteriores e, Inciso VIII do artigo 2º da Lei Municipal n.º 957/2013 e considerando:

O resultado do Processo Seletivo para contratação temporária realizado a partir do Edital n.º 002/2016;
O contrato administrativo de trabalho por prazo determinado n.º 04/2017;

DECRETA:

Art.1º Fica contratada MARISTELA BRUXEL SERAFINI – brasileira, casada, portadora do RG n.º 3.729.756 SSP/SC e do CPF n.º 019.441.689-58, para desempenhar as atribuições do cargo de PROFESSOR DO ENSINO FUNDAMENTAL, SÉRIES INICIAIS, 1º AO 5º ANO, com vencimento, lotação, jornada de trabalho e vigência descritos no contrato de trabalho temporário, obedecendo-se o que estabelece a legislação municipal.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 18 de abril de 2017.

CELSO MATIELLO
Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme Lei Municipal N. 1010/2014.

DECRETO N. 3448/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.448, De 18 de abril de 2017.
Dispõe sobre nomeação para Cargo em Comissão de ASSESSOR EM INFORMÁTICA e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 73, Inciso XXV da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei Complementar N.º 93, de 21 de setembro de 2015, Lei Complementar N.º 90, de 27 de agosto de 2015 e alterações posteriores,

DECRETA:

Art.1º Fica nomeado, CLOSVÁLDINO ANGELO TRENTIN, portador do CPF n.º 594.792.219-34 e do RG n.º 1.389.116-2 SSP/SC, para o Cargo em Comissão de ASSESSOR EM INFORMÁTICA, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, Regime de Dedicção Integral e nível de vencimento CC-5.

Art. 2º Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 18 de abril de 2017.

CELSO MATIELLO
Prefeito Municipal

Registrado em data supra e Publicado conforme Lei Municipal N.º1010/2014.

DECRETO N. 3449/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.447, de 18 de abril de 2017.
Dispõe sobre nomeação de Conselheiro Tutelar em caráter temporário e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 73, Inciso XXV da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Municipal N.º 958/2013, Lei Complementar Municipal N.º 090/2015 e alterações posteriores e Resolução n.º 02/2017 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de União do Oeste/SC, em anexo.

DECRETA:

Art.1º Fica nomeado Conselheiro Tutelar ENIO ROGÉRIO WOJCIESCHOESKI – brasileiro, casado, portador do RG n.º 946.474 SSP/SC e do CPF n.º 385.153.699-15, para suprir o afastamento da Conselheira RAQUEL MARIA SIMIONATO, pelo período da licença gestante, ou seja de 18 de abril à 14 de agosto de 2017, 20 horas semanais, percebendo o vencimento disposto no nível 13 da Lei Municipal N.º 090/2015 e alterações posteriores.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 18 de abril de 2017.

CELSO MATIELLO
Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme Lei Municipal N. 1010/2014.

DECRETO N. 3450/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.450, de 18 de abril de 2017.

“DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTES DE INSTITUIÇÕES PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO - COMTUR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal e de acordo com a Lei Municipal N.º 976, de 08 de outubro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para compor o Conselho Municipal de Turismo – COMTUR, do município de União do Oeste, as pessoas representantes da instituições abaixo relacionadas:

I – 03 (três) representantes da Prefeitura Municipal de União do Oeste:

IVAN CARLOS GIROTTI
MARILIA MIORELLI
ROSEMARI DALLA CORTE

II – 01 (um) representante de Entidades Religiosas:

LEODACIR PIANESOLA

III – 01 (um) representante de Banco ou Cooperativa de Crédito:

CRISTINA GIOVANONI

IV – 01 (um) representante da Associação Comercial e Industrial do Município de União do Oeste:

SALETE TRENTIN

V – 01 (um) representante da Rede hoteleira, bares e ou similares:

JOSÉ CÍRIO RORING

Art. 2º Os membros do COMTUR, nomeados por este Decreto, prestarão serviços relevantes sem ônus para o poder Público Municipal e terão mandato de 02 (dois) anos.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 18 de abril de 2017.

CELSO MATIELLO
Prefeito Municipal

Registrado em da data supra e Publicado conforme Lei Municipal N.º 1010/2014.

Urupema

PREFEITURA

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 003/2017

EDITAL 003/2017

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO DE PEDAGOGO PARA O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS – SCFV

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUPEMA, no uso de suas atribuições legais, torna pública a realização de Processo Seletivo Simplificado destinado à contratação de Pedagogo, em caráter temporário, para o ano letivo de 2017, podendo a critério da Administração Pública, após avaliação de desempenho e efetividade do programa, bem como do profissional, prorrogar para o exercício do ano de 2018, com base na Lei Complementar nº 036/06, de 07 de dezembro de 2006 e Lei Complementar nº 060/2012 de 10 de abril de 2012 e demais instrumentos legais, mediante as condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

1. Das Disposições Preliminares

1.1 O Processo Seletivo Simplificado destina-se à seleção de pedagogos para exercer as atribuições do cargo conforme estabelece o programa Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV desenvolvido pelo Centro de Referência em Assistência Social – CRAS.

1.2 O presente Processo Seletivo será realizado pela Comissão Especial constituída para esse fim.

1.3 O processo Seletivo consistirá em prova de títulos referentes à escolaridade exigida para laborar no programa SCFV, tempo de serviço e aperfeiçoamento profissional conforme disposto no presente edital.

2. Das Vagas

2.1 A Comissão da Secretaria Municipal de Assistência Social realizará o levantamento das vagas existentes para o Serviço de Convivência e Fortalecimento de vínculos – SCFV no ano de 2017, e confirmará a existência de novas vagas que surgirem no decurso do ano em razão de afastamento de pedagogos, bem como, realizará a chamada para preenchimento das mesmas.

2.2 As vagas serão divulgadas através de afixação no mural público da Prefeitura Municipal e Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Urupema, até a data estipulada para escolha das vagas.

3. Das Inscrições

3.1 As inscrições para o Processo Seletivo a que se refere este Edital serão realizadas no período de 24 de abril de 2017 a 09 de maio de 2017, das 09:00h às 11:30h e das 14:00h às 17:30h na Secretaria Municipal de Assistência Social, localizada na Avenida Manoel Pereira de Medeiros, Urupema.

3.2 O candidato deverá revisar a ficha de inscrição e verificar a exatidão das informações nelas contidas, tomando-se após a assinatura, responsável pelas mesmas.

3.3 O pedido de inscrição do candidato importará no conhecimento do presente Edital e valerá como aceitação tácita das normas do Processo Seletivo.

3.4 O candidato que no ato da inscrição prestar declarações falsas ou inexatas, ou apresentar documentos adulterados, terá sua inscrição cancelada e anulados todos os atos dela decorrentes.

4. Dos Requisitos

4.1. Antes de realizar a inscrição o candidato deverá certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos por este Edital para a contratação.

4.2. Ser brasileiro, nato ou naturalizado, ou português com residência permanente no País, se houver reciprocidade em favor dos brasileiros, nos termos do § 1º, do art. 12, da Constituição Federal;

4.3. Ter no mínimo 18 (dezoito) anos de idade completados até a data de assinatura do contrato;

4.4. Estar em dia com as obrigações eleitorais;

4.5. Estar em dia com as obrigações militares, se do sexo masculino;

4.6. Estar em gozo dos direitos políticos;

4.7. Não ter qualquer restrição de ingresso no serviço público.

4.8. Ter a escolaridade e a formação exigida para a especialidade, conforme o solicitado no presente edital.

No ato da inscrição o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

1. CPF.

2. Carteira de Identidade.
3. Título Eleitoral.
4. Comprovante de quitação com as obrigações militares e eleitorais (se for o caso),
5. Atestado de tempo de serviço atuando no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos em anos, meses e dias, expedido pelo órgão competente, de acordo com o local e/ou rede de atuação.
6. Documentos comprobatórios de horas de aperfeiçoamento e/ou atualização frequentados ou ministrados por órgãos públicos e/ou Instituições de competentes.
7. Diploma, Certificado ou Declaração da instituição que comprove a conclusão de cursos voltados a política de assistência social e o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos - SCFV.
8. Diploma, Certificado ou Declaração da Instituição que comprove a conclusão de curso Superior de licenciatura plena, em pedagogia ou outra licenciatura na área da educação com os respectivos históricos escolares, sendo obrigatória a apresentação do diploma no momento da contratação.
9. As cópias dos documentos originais deverão ser apresentadas no ato da inscrição para conferência, caso não estejam autenticadas em cartório.
10. A inscrição será validada após análise e comprovação das normas e condições estabelecidas neste Edital.
11. A homologação das inscrições será divulgada em 10 de maio de 2017, no mural público da Prefeitura e da Secretaria Municipal de Assistência Social
12. Os candidatos poderão apresentar recurso do deferimento e indeferimento de inscrições, no prazo de 02 (dois) dias contados da divulgação.

5. Cargo Pré-Requisito

5.1 Pedagogo: Graduação em Pedagogia, Habilitação em Pedagogia – Licenciatura plena;

5.2 Licenciatura plena em qualquer área, da educação;

5.3 Experiência no mínimo 01 (um) ano de exercício no programa SCFV.

6. Da Jornada de Trabalho

6.1 O regime de trabalho para o cargo de pedagogo admitido em caráter temporário para trabalhar no programa SCFV, será de 20 (vinte) horas semanais.

7. Da Remuneração

7.1 A remuneração dar-se-á pelo valor inicial, letra "A", dos níveis I e II, do Anexo III da Lei Complementar nº 060/2012 de 10 de abril de 2012, de acordo com o nível de formação, para os habilitados e Anexo IV da Lei Complementar nº 060/2012 de 10 de abril de 2012, para professores não titulados observados a proporcionalidade da carga horária.

8. Da Avaliação

8.1 A avaliação dos candidatos será realizada através de tabela de pontos, observados os seguintes critérios:

8.2 Nível de escolaridade exigido no presente edital;

8.3 Experiência profissional comprovada atuando no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos- SCFV;

8.4 Cursos de aperfeiçoamento ou atualização voltados ao serviço de convivência e fortalecimento de vínculos- SCFV;

TABELA DE PONTOS

ALÍNEA	TÍTULO	PONTOS DE CADA TÍTULO	PONTOS MÁXIMOS DOS TÍTULOS
A	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação de Licenciatura Plena em Pedagogia, acompanhado de histórico do curso;	3,00	3,00
B	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação de Licenciatura Plena em qualquer área da educação, acompanhado de histórico do curso;	2,30	2,30
C	Experiência Profissional no cargo de concorrência, com atuação específica no SCFV (mínimo de 1 ano)	2,80	2,80
D	Certificado/declaração de participação em curso de capacitação ou aperfeiçoamento na área de Política de Assistência Social, com carga horária mínima de 8 (oito) horas, desde que realizados nos últimos 3 (três) anos contados da data de publicação deste Edital	2,60	2,60

9. Da avaliação do Nível de Escolaridade

9.1 O valor máximo da avaliação do nível de escolaridade exigido na área a que concorre é de 3,00 (três) pontos.

9.2 A avaliação do nível de escolaridade será feita através de certificados ou diplomas de conclusão no curso de graduação exigido para o

cargo pretendido.

10. Da avaliação dos Cursos de Aperfeiçoamento ou Atualização

10.1 O valor máximo da avaliação dos cursos de aperfeiçoamento ou atualização na área da educação ou na área que concorre é de 2,60 (dois) pontos.

10.2 Serão concedidos 0,10 (dez centésimos) de pontos para cada 08 (oito) horas de curso, limitando-se a 208 (duzentos e oito) horas no máximo.

10.3 Nos documentos comprobatórios de frequência a cursos de aperfeiçoamento ou especialização devem constar a assinatura do responsável, a carga horária e o período de início e término do curso ou do evento. E ser reconhecido pelo MEC.

10.4 Na presente avaliação, não serão considerados estágios e nem monitoria, nem será valorizada a participação em cursos ou seminários (ou eventos similares), quando os mesmos fizerem parte do currículo de cursos de graduação ou pós graduação e que forem requisitos para a conclusão dos mesmos.

11. Da avaliação do Tempo de Serviço

11.1 O valor máximo da avaliação de tempo de serviço no SCFV é de 2,80 (dois) pontos.

11.2 A avaliação do tempo de serviço será feita através de comprovação em documentos atestando o tempo de serviço no SCFV.

11.3 Para comprovar o tempo de serviço em instituição pública que adote o regime estatutário será necessário apresentar o original do atestado de tempo de serviço que informe o período, com início e fim, emitidos pelo órgão competente, com identificação do órgão empregador, por extenso.

11.4 Para efeito de pontuação relativa ao tempo de serviço não será considerada sobreposição de tempo, mesmo que em instituições diferentes.

11.5 A avaliação da Prova de Títulos consistirá na soma dos pontos obtidos na avaliação do nível de escolaridade exigido, avaliação dos cursos de aperfeiçoamento ou atualização e avaliação do tempo de serviço e terá valor máximo de 8,40 pontos.

11.6 É de responsabilidade do candidato a entrega dos documentos da prova de títulos, conforme normas previstas neste Edital.

11.7 Os documentos que não estiverem de acordo com os critérios estabelecidos neste Edital, ainda que entregues, não serão considerados.

11.8 Os comprovantes dos títulos não serão devolvidos ao candidato, por esse motivo não devem ser entregues documentos originais.

12. Da Classificação Provisória

12.1 Os candidatos com inscrições homologadas serão classificados e ordenados pela Comissão de realização do Processo Seletivo, segundo a ordem decrescente de pontuação final, obtida pela soma dos pontos obtidos nos 3 (três) critérios de avaliação.

12.2 Em caso de empate na classificação do Processo Seletivo, terá preferência o candidato de maior idade, conforme Lei nº 10.471/03.

13. Divulgação da Classificação Final

13.1 As listagens dos candidatos classificados serão afixadas na Prefeitura Municipal de Urupema e na Secretaria Municipal de Assistência Social, até o dia 15 de maio de 2017.

13.2 O candidato que se julgar prejudicado na classificação terá o prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da data da divulgação das listagens, para solicitar reconsideração junto à Secretaria Municipal de Administração.

13.3 A listagem final de classificação será publicada até o dia 19 de maio de 2017, na Prefeitura Municipal e na Secretaria de Assistência Social de Urupema.

14. Escolha de vagas

14.1 O Quadro de vagas será fixado na Secretaria Municipal de assistência social, em data a ser divulgada com 10 (dez) dias de antecedência.

14.2 As vagas serão oferecidas em módulos de 20 horas

14.3 A chamada dos candidatos obedecerá à ordem de classificação.

14.5 Na hipótese de abrir vaga no decorrer do ano, serão chamados os candidatos por ordem de classificação, sempre iniciando no topo da lista.

14.6 Não havendo candidato classificado no Processo Seletivo, a admissão ocorrerá por proposta da Secretaria Municipal de Assistência Social, respeitada as condições legais.

15. Condições para Admissão

15.1 Na admissão, o candidato deverá anexar cópia dos documentos exigidos neste Edital, e mais:

15.1.1 Quitação com as obrigações militares e eleitorais da Constituição da República Federativa do Brasil (se for o caso);

15.1.2 Atestado médico confirmando a capacidade física e mental para o exercício do cargo;

15.1.3 Declaração de cargos públicos que exerce;

15.1.4 Comprovação da escolaridade exigida;

16. Disposições gerais e finais

16.1 O Processo Seletivo de que trata este Edital será realizado sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Administração e Finanças - Setor de Pessoal, com a participação da Secretaria Municipal de Assistência Social

16.2 Os casos omissos serão resolvidos pela comissão.

CRONOGRAMA DE DATAS

INSCRIÇÕES: 24/04/2017 a 09/05/2017

HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES: 10/05/2017

RECURSOS DAS INSCRIÇÕES: 11/05/2017 e 12/05/2017

SELEÇÃO DOS CANDIDATOS: 15/05/2017

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO: 15/05/2017

RECURSOS: 16/05/2017 a 18/05/2017

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL: 19/05/2017

Urupema, 17 de abril de 2017

Urussanga

PREFEITURA

EDITAL 27 2017 PMU PR 24 2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 24/2017/PMU

Objeto: aquisição PARCELADA de peças novas e de boa qualidade e serviços de manutenção para veículos leves da frota municipal e da Polícia Militar. Entrega dos envelopes: até as 14h30 do dia 04/05/2017, na Prefeitura Municipal de Urussanga/SC, sito à Praça da Bandeira, 12 – Setor de Licitações. Abertura dos envelopes: as 14h30 do dia 04/05/2017, no mesmo local da entrega dos envelopes. Edital: o edital estará à disposição dos interessados das 08h às 11h30 e das 13h às 17h, de segunda-feira à sexta-feira, em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º 12 ou retirado no site oficial desta municipalidade www.urussanga.sc.gov.br, no ícone LICITAÇÕES. Outras informações através do e-mail rosane@urussanga.sc.gov.br.

Vargeão

PREFEITURA

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 50/2017

Extrato de Edital de Pregão Presencial n° 50/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Município de Vargeão torna público que, de acordo com a Lei Federal n.º 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal n.º 75/2012, de 31 de dezembro de 2012, Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Municipal 1.430/2009 de 07 de dezembro de 2009 e Decreto Municipal n.º. 047/2012 de 28 de setembro de 2012, que realizará no dia 03 de maio de 2017 às 11 horas, processo licitatório na modalidade Pregão Presencial, exclusivo para ME/EPP, do tipo menor preço por item, para seleção de empresa para prestação de serviços de consultoria e assessoria para a construção do Plano Plurianual de Assistência Social do Município de Vargeão, SC, de acordo com as especificações constantes do Edital de Pregão n° 50/2017. Informações complementares serão prestadas através do e-mail licitacao@vargeao.sc.gov.br, fone fax (49) 3434-0148, informando o número da licitação. O Edital encontra-se disponível para download no site da Prefeitura Municipal de Vargeão, no link http://e-gov.betha.com.br/transparencia/01028-002/con_licitacoes.faces

Vargeão, SC, 18 de abril de 2017.

Volmir Felipe

Prefeito Municipal

Videira

PREFEITURA

ENCERRAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2017 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

ENCERRAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2017 - PMV

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que a licitação modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2017-PMV, a qual tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO FUTURA, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE CLÍNICA VETERINÁRIA PARA A REALIZAÇÃO DE CASTRAÇÃO DE FÊMEAS DE CÃES E GATOS, PARA A SECRETARIA DE AGRICULTURA, foi encerrada sem vencedores, em razão da incompatibilidade dos valores finais apresentados pelas proponentes, ou seja, por estarem acima da média de preços previamente pesquisados. Informações na Av. Manoel Roque, 188, fone (49) 3566-9034 ou 3566-9026.

Videira, 17 de Abril de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGA

Prefeito Municipal

no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026/3566-9034.

Videira/SC, 18 de abril de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGA

Prefeito Municipal

RESULTADO DO RECURSO AO PR 32/2017 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

JULGAMENTO DO RECURSO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2017-PMV

O Sr. Prefeito Municipal de Videira torna público o julgamento do recurso interposto pela empresa VIGISOL VIGILÂNCIA PATRIMONIAL EIRELI EPP no processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para prestar serviço de monitoramento e segurança para as Secretarias de Educação, Infraestrutura, Agricultura, Turismo e Cultura, Procon e Departamento de Esportes, o qual foi conhecido e, no mérito, julgado IMPROCEDENTE.

Videira, 13 de abril de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGA

Prefeito Municipal

NOTIFICAÇÃO PA 5454/2017 - SMARC ENGENHARIA LTDA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº 21/2015

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5454/2017

Pelo presente edital, fica notificada a empresa SMARC ENGENHARIA LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 04.902.067/0001-72, com sede na Rua Celebres, nº 247, Jardim do Mar, na Cidade de São Bernardo do Campo/SP, do seguinte teor: Através da presente, NOTIFICO sua empresa referente à DECISÃO, proferida nos autos do PA 5454/2017. Diante do exposto, em atenção ao princípio constitucional da AMPLA DEFESA resta à empresa NOTIFICADA, para, querendo, apresentar DEFESA PRÉVIA, no prazo de CINCO DIAS, a contar da data de publicação da presente.

Videira, 18 de abril de 2017.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

TERMO ADITIVO 63/2017 - PMV

Termo Aditivo nº 63/2017

Contrato/Ata nº: CT nº 74/2014

Processo: IL nº 08/2014-PMV

Contratada: EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENÇÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI

Objeto: Prorrogação do prazo de execução do Contrato de Prestação de Serviço nº 74/2014, com efeitos a partir de 24/04/2017 até 23/04/2018.

Data: 18/04/2017.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2017 - FME

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2017 – FME

REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Municipal, por meio da Fundação Municipal de Esportes, torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 04/2017 - FME. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE TROFÉUS E MEDALHAS, PARA USO EM PREMIAÇÕES DE EVENTOS REALIZADOS PELA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE VIDEIRA. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 14:00:00h do dia 03/05/2017. Abertura da sessão no mesmo dia às 14:00:00h. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados

Vitor Meireles

PREFEITURA

DECRETO Nº 015/2017

DECRETO N.º 015/2017

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOREM A COMISSÃO COORDENADORA E A EQUIPE TÉCNICA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e fundamentos legais estabelecidas pela Lei Municipal de nº 0921, de 23/06/2015 e Decreto Municipal nº 034/2016, de 14/07/2016.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros abaixo relacionados para comporem a Comissão Coordenadora de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação:

I - Representantes da Secretaria de Educação:

Titular: Edenir Branger França

Titular: Claudinei Feliciano

Suplente: Ivete Carneiro

Suplente: Vera Lucia Tibes de Mello

II - Representantes do Conselho Municipal de Educação:

Titular: Josiane Berkenbrock Masote

Titular: Morgana de Sena André

Suplente: Dário Montagna

Suplente: Joice Batista da Silva Watras

III - Representantes dos Diretores das Escolas Municipais:

Titular: Elacir Eickenberg Prange

Suplente: Ilma Watras

IV - Representantes da Câmara Municipal de Vereadores:

Titular: Evaldo Boing

Suplente: Daiani Sardagna

Art. 2º - Ficam nomeados os membros abaixo relacionados para comporem a Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação:

a) - Representantes dos Professores do Ensino Fundamental:

Titular: Marileusa Schmitt

Titular: Osmar Hobold

Suplente: Gracieli Mondini

Suplente: Patrícia Hobold Zalasko

b) - Representantes dos Professores da Educação Infantil:

Titular: Analu Moser

Titular: Rosileni Fistarol Formentin

Suplente: Iliani Ferreira de Souza

Suplente: Edilene Sadlovski Francisco

c) - Representantes da Educação de Jovens e Adultos:

Titular: Vera Lucia Tibes de Mello

Suplente: Izabel Chiminelli

d) - Representantes da Secretaria de Administração e Finanças:

Titular: Caroline Aparecida Mazoti Wachholz

Suplente: Micheli Scottini

e) - Representantes da Secretaria de Educação:

Titular: Edenir Branger França

Suplente: Claudinei Feliciano

f) - Representantes da Rede Estadual de Educação:

Titular: Marcos Leandro

Suplente: Fabiana de Sena Lanznaster

g) - Representante do Setor Jurídico:

Titular: Márcio José Pavanello

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 046/2016.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles (SC), 17 de abril de 2017.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Xanxerê

PREFEITURA

DECRETO Nº AM 134/2017

DECRETO Nº AM 134/2017

DESAPROPRIA POR UTILIDADE PÚBLICA ÁREAS DE TERRAS QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito do Município de Xanxerê, no uso das atribuições de seu cargo, em conformidade com o artigo 69, incisos III e V, da Lei Orgânica Municipal, e demais legislações aplicáveis à espécie, e,

Considerando o disposto no Decreto nº AM 129/2017, que trata da declaração de utilidade pública para fins de desapropriação de áreas destinadas ao contorno viário leste;

Considerando que o processo administrativo cumpriu as formalidades legais e, sobretudo, que houve concordância dos proprietários acerca da avaliação realizada pela comissão de avaliação;

DECRETA:

Art. 1º Fica desapropriada, por utilidade pública, pela via amigável, as áreas de terras que constituirão a faixa de domínio do Contorno Viário Leste, localizadas neste Município, na Linha Passo Trancado, identificadas no mapa que passa a fazer parte integrante do presente decreto, com as seguintes descrições:

I – Gleba 1 – área com 3.389,25m², pertencente a matrícula nº 29.386, de propriedade de Josete Lunardelli Fabiani e Valmor Fabiani, Lizete Lunardelli Sacomori e Nilso Luiz Sacomori, com as seguintes medidas e confrontações: ao Norte confronta com o imóvel de matrícula no 1.796, de propriedade de Volnei Fabiani e Valmor Fabiani, na extensão total de 56,73 metros e com o imóvel de matrícula no 19.614, de propriedade de Ivandra da Silva Fantinel, na extensão total de 280,88 metros, ambos ocupados pela faixa de domínio da Rodovia do Contorno Viário Leste; ao Sul confronta com o remanescente do imóvel Gleba 01 com matrícula no 29.386, de propriedade de Josete Lunardelli Fabiani e Valmor Fabiani, Lizete Lunardelli Sacomori e Nilso Luiz Sacomori, na extensão total de 338,01 metros; ao Leste confronta com o imóvel com matrículas nos 14.100, 9.050, 9.049, 8.717, 6.403, 5.178, 15.493 e 13.803, de propriedade de Saul Mario Sartoretto, ocupado pela faixa de domínio da Rodovia do Contorno Viário Leste, na extensão total de 10,33 metros; ao Oeste confronta com o imóvel Gleba 02 com matrícula no 29.387, de propriedade de Josete Lunardelli Fabiani e Valmor Fabiani, Lizete Lunardelli Sacomori e Nilso Luiz Sacomori, ocupado pela faixa de domínio da Rodovia do Contorno Viário Leste, na extensão total de 12,35 metros.

II – Gleba 2 – área com 6.441,59m², pertencente a matrícula nº 29.387, de propriedade de Josete Lunardelli Fabiani e Valmor Fabiani, Lizete Lunardelli Sacomori e Nilso Luiz Sacomori, com as seguintes medidas e confrontações: ao Norte confronta com o imóvel com matrícula no 1.796, de propriedade de Volnei Fabiani e Valmor Fabiani, ocupado pela faixa de domínio da Rodovia do Contorno Viário Leste, na extensão total de 338,37 metros; ao Sul confronta com o remanescente do imóvel Gleba 02 com matrícula no 29.387, de propriedade de Josete Lunardelli Fabiani e Valmor Fabiani, Lizete Lunardelli Sacomori e Nilso Luiz Sacomori, na extensão total de 339,64 metros; ao Leste confronta com o imóvel Gleba 01 com matrícula no 29.386, de propriedade de Josete Lunardelli Fabiani e Valmor Fabiani, Lizete Lunardelli Sacomori e Nilso Luiz Sacomori, ocupado pela faixa de domínio da Rodovia do Contorno Viário

Leste, na extensão total de 12,35 metros; ao Oeste confronta com o imóvel Gleba 05 com matrícula no 29.390, de propriedade de Claudionor Lunardelli e Sueli Lunardelli, ocupado pela faixa de domínio da Rodovia do Contorno Viário Leste, na extensão total de 16,38 metros.

III – Gleba 5 – área com 6.886,91m², pertencente a matrícula nº 29.390, de propriedade de Claudionor Lunardelli e Sueli Lunardelli, com as seguintes medidas e confrontações: ao Norte confronta com o imóvel com matrícula no 1.796, de propriedade de Volnei Fabiani e Valmor Fabiani, ocupado pela faixa de domínio da Rodovia do Contorno Viário Leste, na extensão total de 399,96 metros; ao Sul confronta com o remanescente do imóvel Gleba 05 com matrícula no 29.390, de propriedade de Claudionor Lunardelli e Sueli Lunardelli, na extensão total de 397,60 metros; ao Leste confronta com o imóvel Gleba 02 com matrícula no 29.387, de propriedade de Josete Lunardelli Fabiani e Valmor Fabiani, Lizete Lunardelli Sacomori e Nilso Luiz Sacomori, ocupado pela faixa de domínio da Rodovia do Contorno Viário Leste, na extensão total de 16,38 metros; ao Oeste confronta com a Rua Levy Tortato na extensão de 19,02 metros.

Parágrafo único. Os valores das indenizações, conforme Laudo de Avaliação foram os seguintes:

I – gleba 1 com 3.389,25m², de propriedade de Josete Lunardelli Fabiani e Valmor Fabiani, Lizete Lunardelli Sacomori e Nilso Luiz Sacomori no valor de R\$ 21.690,43 (vinte e um mil e seiscentos e noventa reais e quarenta e três centavos);

II - gleba 2 com 6.441,59m², de propriedade de Josete Lunardelli Fabiani e Valmor Fabiani, Lizete Lunardelli Sacomori e Nilso Luiz Sacomori no valor de R\$ 41.224,71 (quarenta e um mil e duzentos e vinte e quatro reais e setenta e um centavos);

III - Gleba 5 com 6.886,91m², de propriedade de Claudionor Lunardelli e Sueli Lunardelli, no valor de R\$ 44.074,66 (quarenta e quatro mil e setenta e quatro reais e sessenta e seis centavos).

Art. 2º Fica, outrossim, declarada de caráter urgente a desapropriação, nos termos do artigo 15, do Decreto-lei n. 3.654/41, de 21 de junho de 1941.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta da seguinte dotação orçamentária vigente.

Art. 4º Determino ao Secretário Municipal de Administração e Finanças que providencie o empenhamento da despesa e os demais procedimentos para imediato pagamento aos proprietários, bem como, que solicite a lavratura da escritura pública de desapropriação amigável perante o cartório local.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 18 de abril de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº AM 135/2017

DECRETO Nº AM 135/2017

CREDENCIA E DESCREDENCIA MONITORAS DA EMPRESA DAC SERVIÇOS DE ESTACIONAMENTO LTDA-ME PARA O EXERCÍCIO DAS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS NORMAS MUNICIPAIS ACERCA DO ESTACIONAMENTO ROTATIVO NAS ÁREAS SOB CONCESSÃO.

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VIII, da Lei Orgânica Municipal, e no art. 7º da Lei Municipal nº AJG 3738/2015, de 19 de maio de 2015, Lei AJG 3797 de 20 de novembro de 2015 e Decretos Municipais nº AJG 109/2015; AJG 128/2015; AJG 205/2015; AJG 155/2016; AM 100/2017;

Considerando o disposto no Ofício nº 0097/2017, de 12 de abril de 2017;

DECRETA:

Art. 1º Ficam credenciados os monitores da empresa DAC – Serviços de Estacionamento Rotativo Ltda. ME, concessionária dos serviços de estacionamento rotativo em Xanxerê, abaixo relacionados, para fiscalizar o cumprimento das normas municipais acerca do estacionamento de veículos nas áreas sob concessão, emitindo os respectivos avisos de irregularidade:

NOME CPF IDENTIDADE

Adriana Alves do N. Gaboardi 066.013.749-62 3.955.984
Salette Alves Moreira 066.802.259-06 5.143.169-6
Sinara de Souza Arruda 079.363.799-67 6.146.534

Art. 2º Ficam descredenciados os seguintes monitores da empresa DAC – Serviços de Estacionamento Rotativo Ltda. ME, concessionária dos serviços de estacionamento rotativo em Xanxerê, abaixo relacionado:

NOME CPF IDENTIDADE

Daniele Alves da Silva 108.190.399-69 706.153.5
Ana Paula Martins Vieira Derossi 075.123.709-46 5.413.639

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 18 de abril de 2017.

AVELINO MENEGOLA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº AM 136/2017

DECRETO Nº AM 136/2017

NOMEIA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VII, da Lei Orgânica Municipal, e na Lei Complementar nº AM 2907/06, de 12 de julho de 2006, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Município, e Considerando a ordem de classificação dos candidatos ao cargo de professor séries iniciais no Concurso Público Municipal, edital nº 001/2015, homologado pelo Decreto Municipal nº AJG 078/2015, de 08/04/2015, prorrogado pelo Decreto Municipal nº AM 110/2017, de 06/04/2017;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a senhora JESSICA DOS SANTOS TREVISAN, brasileira, casada, residente e domiciliada na cidade de Xanxerê,

SC, inscrita no CPF sob nº 090.975.229-00, portadora da Cédula de Identidade 5.873.697 expedida pela SSP/SC, para o cargo de PROFESSOR NÍVEL 1, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais e vencimento previsto no Anexo III, da Lei Complementar nº BLB 3375/2011 de 23 de novembro de 2011, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Os recursos para atendimento às despesas correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 18 de abril de 2017.

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº AM 137/2017

DECRETO Nº AM 137/2017

NOMEIA ASSESSOR JURÍDICO, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VII, da Lei Orgânica Municipal, e na Lei Complementar nº AM 2907, de 12 de julho de 2006, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Município,

DECRETA

Art. 1º Fica nomeado o senhor ADRIANO FRANCISCO CONTI, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito no CPF/MF sob nº 005.988.809-17, portador da Cédula de Identidade 3.647.781, expedida pela SSP/SC, inscrito na OAB/SC sob nº 32.161, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Jurídico, com o vencimento mensal fixado no Anexo II, da Lei Complementar nº BLB 3376/11, de 23/11/2011.

Art. 2º Os recursos para atendimento às despesas correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 18 de abril de 2017.

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº AM 138/2017

DECRETO Nº AM 138/2017

NOMEIA COORDENADOR DE DEPARTAMENTO DE EVENTOS E LAZER, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VII, da Lei Orgânica Municipal, e na Lei Complementar nº AM 2907/06, de 12 de julho de 2006, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o senhor AMAURI PEREIRA, brasileiro, casado, inscrito no cpf/mf sob nº 607.478.629-15, portador da Cédula de Identidade 1782404, expedida pela SSP/SC, para exercer o cargo de provimento em comissão de Coordenador de Departamento de Eventos e Lazer, lotado na Secretaria Municipal de Esportes, Cultura e Lazer, com o vencimento mensal fixado no Anexo II, da Lei Complementar nº BLB 3376/11, de 23/11/2011.

Art. 2º Os recursos para atendimento às despesas correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 18 de abril de 2017.
AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº AM 3913/2017

LEI COMPLEMENTAR Nº AM 3913/2017
(Origem Projeto de Lei Complementar Nº AM 004/2017)

ALTERA REDAÇÃO DO ART. 91 DA LEI MUNICIPAL Nº 1775/91 E DO ART. 92 DA LEI MUNICIPAL Nº 1776/91, QUE TRATAM SOBRE A LICENÇA PARA O DESEMPENHO DE MANDATO CLASSISTA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito Municipal de Xanxerê/SC, no uso das atribuições de seu cargo, FAZ SABER a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e ele sanciona a seguinte

LEI COMPLEMENTAR

Art. 1º Fica alterada a redação do Art. 91 da Lei municipal nº 1.775/1991 de 17.06.1991 – Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais, que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 91 É assegurado ao servidor público municipal, o direito à licença para o desempenho de mandato em confederação, federação, associação de classe ou sindicato representativo da categoria ou entidade fiscalizadora da profissão, com remuneração.”

Art. 2º Fica alterada a redação do Art. 92 da Lei municipal nº 1.776/1991 de 17.06.1991 – Estatuto do Magistério Público Municipal, e incluídos os parágrafos 1º e 2º que passam a ter a seguinte redação:

“Art. 92 É assegurado ao membro do magistério público municipal, o direito à licença para o desempenho de mandato em confederação, federação, associação de classe ou sindicato representativo da categoria ou entidade fiscalizadora da profissão, com remuneração.”

§ 1º - Fica vedada a acumulação de remunerações de dirigente sindical e do cargo público, conforme previsto no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, podendo o servidor optar pela remuneração a ser recebida.

§ 2º - As verbas de caráter pessoal, regência de classe, gratificações por exercício de função, insalubridade, periculosidade, chefia e direção não integrarão a remuneração concedida, tendo em vista, tratarem-se de verbas indenizatórias pela exposição a agentes nocivos ou pelo efetivo exercício laboral”.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
12 de Abril de 2017
AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal

LEI Nº AM 3912/2017

LEI Nº AM 3912/2017
(Origem Projeto de Lei Nº AM006/2017)

DISPÕE SOBRE O RECEBIMENTO POR DOAÇÃO DE UMA MOTOCICLETA HONDA/NXR160, E SUA INCORPORAÇÃO AO PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO DE XANXERÊ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito Municipal de Xanxerê/SC, no uso das atribuições de seu cargo, FAZ SABER a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e ele sanciona a seguinte

LEI

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a receber por doação da empresa J. GAMBATTO MOTOS LTDA, localizada na Avenida Brasil, 2700, Bairro Maria Winckler, no Município de Xanxerê, inscrita no CNPJ sob nº 05.653.402/0001-09, 01 (uma) motocicleta Honda/NXR160 BROS ESDD, álcool/gasolina, ano fabricação/modelo 2015/2015, cor vermelha, placa QHT-4803, chassi 9C2KD-0810FR453018, adquirida através da nota fiscal nº 008.628.052, de 15.05.2015.

Art. 2º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incorporar ao patrimônio municipal o bem descrito no artigo 1º desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
12 de Abril de 2017
AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH- AM 174/2017

PORTARIA Nº RH- AM 174/2017
EXONERAR A PEDIDO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

Avelino Menegolla
Prefeito Municipal de Xanxerê - Santa Catarina,
No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Art. 69 inciso VI e Lei nº HW 1.776/91 Artigo 35.
RESOLVE

EXONERAR a pedido a partir de 13.04.2017, a Servidora Pública Municipal, a Sr.(a) IVANIR DA COSTA, brasileira, casada, residente e domiciliada na cidade de Xanxerê - Santa Catarina, portadora da CI nº 1.141.045 e CPF nº 423.448.599-34, nomeada conforme Decreto nº BLB 082/2010, no cargo de PROFESSOR MAGISTÉRIO, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, vinculada a Secretaria Municipal de Educação.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o nº 0001313/2017 datado de 18.04.2017.

Para fazer frente às despesas decorrentes desta exoneração, serão utilizados recursos orçamentários próprios da Secretaria Municipal de Educação.

Esta portaria entra em vigor nesta data, passando a vigorar a exoneração a partir de 13.04.2017. Revogam-se as disposições em contrário, principalmente o Decreto nº BLB 082/2010.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 18 de Abril de 2017.

Avelino Menegolla

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH-AM 171/2017

PORTARIA Nº RH-AM 171/2017

REVOGAR A PORTARIA Nº RH-AJG 392/2016.

DESIGNAR SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL COMO RESPONSÁVEL PELO SERVIÇO DE CRAS II.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê/SC,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei Complementar nº AM 2.907/06 e Lei nº AJG 3524/2013.

CONSIDERANDO, o teor da reunião realizada entre a 2ª Promotoria da Comarca de Xanxerê e Andreza Gallas – Chefe do Setor de Controle Interno; Dr. Fernando Dal Zot – Procurador deste Município, Luciana Contini – Diretora de Assistência Social; e Marcos Bossini – Secretário de Administração e Finanças, expresso e registrado no Termo de Reunião ICP nº 06.2016.00001560-0;

RESOLVE

REVOGAR a Portaria nº RH-AJG 392/2016.

DESIGNAR a Servidora Pública Municipal Sra.PATRICIA MULLER, brasileira, solteira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê - Santa Catarina, portadora do RG n.º 10.736.761-6 e CPF n.º 069.907.189-51, nomeada conforme Decreto n.º AJG 204/2013 no cargo de EDUCADORA SOCIAL, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, como RESPONSÁVEL pelo Programa Social CRAS II, sendo que, tal designação não atribui valores adicionais a remuneração atual.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 17 de Abril de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH-AM 172/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AM 172/2017

REVOGAR A PORTARIA Nº RH-AJG 390/2016

QUE DESIGNAVA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL COMO RESPONSÁVEL PELO SERVIÇO DE SCFV – CANTINHO FELIZ.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigos 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº AM 2907/06,

RESOLVE

REVOGAR, a Portaria nº RH-AJG 390/2016, que designava a Servidora Pública Municipal a Sra. ODETE TEREZINHA KOSLOSKI

BAGGIO, brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – Santa Catarina, portador da CI nº 2.079.938-1 e CPF nº 546.560.011-04, nomeada conforme Decreto nº AM 295/07 no cargo de MONITOR DE PROGRAMAS SOCIAIS com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal De Desenvolvimento Social.

Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 17 de Abril de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH-AM 173/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AM 173/2017

REVOGAR A PORTARIA Nº RH-AJG 391/2016

QUE DESIGNAVA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL COMO RESPONSÁVEL PELO SERVIÇO DE SCFV – CASTELINHO.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigos 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº AM 2907/06,

RESOLVE

REVOGAR, a Portaria nº RH- AJG 391/2016, que designava a Servidora Pública Municipal a Sra. MELANIA COSTA, brasileira, solteira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – Santa Catarina, portador da CI nº 4.384.000-0 e CPF nº 016.016.389-73, nomeada conforme Decreto nº AM 077/07 no cargo de MONITOR DE PROGRAMAS SOCIAIS com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal De Desenvolvimento Social.

Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 17 de Abril de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH-AM 175/2017

PORTARIA Nº RH-AM 175/2017

DESIGNAR SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL COMO RESPONSÁVEL PELO SERVIÇO SCFV- CASTELINHO.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê/SC,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei Complementar nº AM 2.907/06 e Lei nº AJG 3524/2013.

CONSIDERANDO, o teor da reunião realizada entre a 2ª Promotoria da Comarca de Xanxerê e Andreza Gallas – Chefe do Setor de Controle Interno; Dr. Fernando Dal Zot – Procurador deste Município, Luciana Contini – Diretora de Assistência Social; e Marcos Bossini – Secretário de Administração e Finanças, expresso e registrado no

Termo de Reunião ICP nº 06.2016.00001560-0;

RESOLVE

DESIGNAR a Servidora Pública Municipal Sra. FLAVIA APARECIDA BARBOSA, brasileira, solteira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê - Santa Catarina, portadora do RG n.º 2.877.791 e CPF n.º 893.281.329-91, nomeada conforme Decreto n.º AM 297/2007 no cargo de MONITOR DE PROGRAMAS SOCIAIS, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, como RESPONSÁVEL pelo Programa Social SCFV - Castelinho, sendo que, tal designação não atribui valores adicionais a remuneração atual.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 18 de Abril de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH-AM 176/2017

PORTARIA Nº RH-AM 176/2017

DESIGNAR SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL COMO RESPONSÁVEL PELO SERVIÇO SCFV- CANTINHO FELIZ.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê/SC,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei Complementar nº AM 2.907/06 e Lei nº AJG 3524/2013.

CONSIDERANDO, o teor da reunião realizada entre a 2ª Promotoria da Comarca de Xanxerê e Andreza Gallas – Chefe do Setor de Controle Interno; Dr. Fernando Dal Zot – Procurador deste Município, Luciana Contini – Diretora de Assistência Social; e Marcos Bossini – Secretário de Administração e Finanças, expressos e registrados no Termo de Reunião ICP nº 06.2016.00001560-0;

RESOLVE

DESIGNAR a Servidora Pública Municipal a Sra. GLORIA RAQUEL FEITEN, brasileira, solteira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – Santa Catarina, portadora da CI nº 1.786.228 e CPF nº 826.815.629-53, nomeada conforme Decreto nº BLB 118/10 no cargo de MONITOR DE PROGRAMAS SOCIAIS com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal De Desenvolvimento Social, como RESPONSÁVEL pelo Programa Social SCFV – Cantinho Feliz, sendo que, tal designação não atribui valores adicionais a remuneração atual.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 18 de Abril de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

Xavantina

PREFEITURA

COMUNICADO DE AVISO DE CRÉDITO DE RECURSOS DO GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COMUNICADO DE AVISO DE CRÉDITO DE RECURSOS DO GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

O MUNICÍPIO DE XAVANTINA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 83.009.878/0001-15, com sede administrativa na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, nº 163, Centro, na cidade de Xavantina, Estado de Santa Catarina, COMUNICA a todos interessados a liberação de crédito (referente à 1ª parcela) no montante total de R\$ 110.201,20 (Cento e dez mil, duzentos e um reais e vinte centavos), liberado em 30/06/2016, depositado no Banco do Brasil, em conta vinculada ao Convênio nº 2016TR000102, celebrado entre o Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado da Infraestrutura e o Município de Xavantina, cujo convênio tem por objetivo a transferência de recursos financeiros para a execução de serviços e obras de engenharia para "Melhoramentos de Estradas Rurais" em segmentos/trechos/alinhamentos integrantes da rede viária de competência do Município de Xavantina, no âmbito das ações e metas do PROGRAMA SANTA CATARINA RURAL (SC - RURAL).

Xavantina - SC, 18 de Abril de 2017.
ENOIR FAZOLO
Prefeito Municipal

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017 - PUBLICAÇÃO DA LISTA DE CANDIDATOS QUE SOLICITARAM ISENÇÃO

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017

PUBLICAÇÃO DA LISTA DE CANDIDATOS QUE SOLICITARAM ISENÇÃO

Médico

Nº INSC	CANDIDATO	Isenção	Isento
597573	Luiz Mario Enderle Signor	Doador de Sangue	DEFERIDO

Xavantina – SC, 17 de Abril de 2017.

COMISSÃO COORDENADORA

Xaxim

PREFEITURA

Decreto 189

DECRETO Nº. 189/2017.

Exonera servidor municipal por aposentadoria e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal; Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e considerando aposentadoria por tempo de contribuição junto ao INSS.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, por aposentadoria, a partir de 17 de abril de 2017, a servidora municipal ILCE CARMEN MADALOSSO PAGANI, ocupante do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, portadora da matrícula 2517, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, deste município de Xaxim – SC.

Art. 2º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 17 de abril de 2017.

Lirio Dagort

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Geverson Giacomelli

Secretário Municipal de Administração

Decreto 190

DECRETO Nº. 190/2017.

Exonera servidor municipal efetivo a pedido e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal; Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a partir de 17 de abril de 2017, a servidora municipal ROSANE PAGANI NEGRI BRUNETTO, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSORA, portadora da matrícula 5474, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, deste município de Xaxim – SC.

Art. 2º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 17 de abril de 2017.

Lirio Dagort

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Geverson Giacomelli

Secretário Municipal de Administração

Decreto 191

DECRETO Nº. 191/2017.

Exonera servidor municipal comissionado e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a partir de 18 de abril de 2017, a servidora municipal MERIANA CHEMIN PERI, ocupante do cargo comissionado de CHEFE DE GABINETE DO PREFEITO, portadora da matrícula 7743, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no Gabinete do Prefeito, deste município de Xaxim - SC.

Art. 2º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 18 de abril de 2017.

Lirio Dagort

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Geverson Giacomelli

Secretário Municipal de Administração

Decreto 192

DECRETO Nº. 192/2017.

Nomeia servidor municipal em cargo comissionado e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal; Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e demais alterações; Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, a partir de 18 de abril de 2017, a Sra. MERIANA CHEMIN PERI, CPF: 009.791.359-66, no cargo comissionado de ASSESSOR ESPECIAL DE GABINETE, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no Gabinete do Prefeito, deste município de Xaxim – SC, percebendo os vencimentos constantes em lei vigente.

Art. 2º A servidora ora nomeada pertencerá ao Regime Jurídico

Estatutário e vinculado ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 18 de abril de 2017.

Lirio Dagort

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Geverson Giacomelli

Secretário Municipal de Administração

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 007/2017

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº 007/2017

Objeto: Registro de preço para contratação de Empresa Especializada em Serviços Laboratoriais para elaboração e confecção de prótese total e prótese parcial removível, incluindo mão de obra e material, para atendimento aos pacientes da rede básica de saúde do município de xaxim, de acordo com o programa Brasil sorridente – saúde bucal.

Empresas Registradas:

Empresa Registrada	Itens Registrados
M&G Laboratório de Próteses Dentárias Ltda.	1, 2, 3 e 4

Vigência do Registro de Preço: 17/04/2017 a 17/04/2018.

Licitação: Processo Adm. Nº 024/2017 - Pregão Presencial para Registro de Preços nº 009/2017

Xaxim/SC, 18 de abril de 2017. LÍRIO DAGORT. PREFEITO MUNICIPAL.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 008/2017

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº 008/2017

Objeto: Registro de preço para AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE, para atendimento às atividades desenvolvidas junto às secretarias, fundos e demais órgãos ligados ao município de Xaxim.

Empresas Registradas:

Empresa Registrada	Itens Registrados
DIPAR DISTRIBUIDORA DE PAPEIS E REVISTAS LTDA – EPP	9, 61, 107, 112, 159, 160
JP EQUIPAMENTOS LTDA – ME	3, 7, 15, 16, 19, 37, 39, 40, 42, 46, 52, 68, 69, 70, 71, 72, 84, 85, 86, 91, 93, 94, 103, 119, 141, 152, 157, 165
LIVRARIA E PAPELARIA XAXIENSE LTDA	1, 2, 14, 17, 18, 22, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 47, 57, 60, 82, 83, 87, 88, 89, 92, 129, 130, 131, 132, 133, 139, 140, 142, 145, 150, 151, 155

MERCADO KA & KA LTDA – ME	6, 11, 20, 21, 55, 58, 73, 74, 78, 80, 104, 105, 109, 110, 111, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 127, 134, 146, 153, 162
PEGASUS ATACADISTA LTDA	4, 5, 8, 10, 12, 13, 26, 27, 43, 48, 49, 50, 51, 53, 56, 59, 65, 66, 75, 76, 77, 79, 81, 90, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 106, 128, 143, 144, 147, 148, 156, 158, 164
TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	23, 24, 25, 36, 38, 41, 44, 45, 54, 62, 63, 64, 108, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 135, 136, 137, 138, 149, 161

Vigência do Registro de Preço: 18/04/2017 a 18/04/2018.

Licitação: Processo Adm. Nº 025/2017 - Pregão Presencial para Registro de Preços nº 010/2017

Xaxim/SC, 18 de abril de 2017. LÍRIO DAGORT. PREFEITO MUNICIPAL.

EXTRATO CONTRATO 032/2017 - COOPERATIVA DOS AGRICULTORES DE XAXIM

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 032/2017

Contratante: Município de Xaxim/SC

Contratado: Cooperativa dos Agricultores Familiares de Xaxim Ltda..

Objeto: a aquisição de Aquisição de Gêneros Alimentícios, a serem adquiridos da Agricultura Familiar, destinados à Merenda Escolar distribuídos nas escolas e creches do Município, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, conforme Resolução FNDE 04/2015, para o ano letivo de 2017, de acordo com, Processo Licitatório nº 021/2017, Dispensa de Licitação nº 012/2017 - Chamada Pública nº 01/2017 o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

Valor: R\$ 160.996,70 (cento e sessenta mil novecentos e noventa e seis reais com setenta centavos).

Vigência: 31.12.2017

Dotações: 3.3.90.32.03.00.00.00 (102/2017)

Licitação: Processo Licitatório nº 021/2017 – Dispensa de Licitação nº 012/2017 – Chamamento Público nº 001/2017

Xaxim/SC, 18 de abril de 2017. LÍRIO DAGORT. Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO 1º ADITIVO RP 027/2016

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço Nº 027/2016

Contratante: Município de Xaxim

Contratado: DELVALLE MATERIAIS ELETRICOS LTDA- ME

Objeto: Aquisição de materiais Elétricos para manutenção da Iluminação Pública.

Valor: 4.917,00 (quatro mil novecentos e dezessete reais).

Dotação Orçamentária: 48/2017 – Manut. dos Serviços Urbanos

Aditivo: primeiro termo aditivo de quantitativo, em concordância com art. 65 da Lei nº 8.666/93.

Licitação: Processo Licitatório nº 113/2016 – Pregão Presencial nº 062/2016

Xaxim/SC, 18 de abril de 2017.

LÍRIO DAGORT.

Prefeito Municipal

Associações

AMUREL

EDITAL ASSEMBLEIA ORDINÁRIA - ABRIL 2017

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O Presidente da ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE LAGUNA – AMUREL, no uso de suas atribuições estatutárias, CONVOCA todos os Municípios associados para ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, a realizar-se no dia 26 de abril de 2017, às 9 horas, com a presença de no mínimo 50% (cinquenta por cento) mais um dos Prefeitos ou representantes credenciados dos Municípios, em primeira convocação, e às 09:30 horas, em segunda convocação, com a presença de no mínimo 1/3 (um terço) dos Prefeitos ou representantes credenciados dos Municípios associados, em sua sede, localizada na Rua Rio Branco, n.º 67, bairro Vila Moema, Tubarão/SC.

Na pauta do dia, em discussão as seguintes matérias:

- I. Prestação de Contas Primeiro Bimestre;
- II. Apresentação Unisul: Parceria entre Unisul e Amurel com relação ao Turismo Regional;
- III. Assuntos diversos.

Tubarão, 17 de fevereiro de 2017.

Joares Carlos Ponticelli
Presidente da AMUREL
Prefeito de Pedras Grandes

GRANFPOLIS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - Nº 02/2017

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 002/2017

O Presidente da Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis, no uso de suas atribuições estatutárias, convoca os Senhores Prefeitos, Vice-Prefeitos e Presidentes de Câmaras Municipais para a ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA que será realizada no dia 28 (vinte e oito) de abril às 09:00 horas em primeira convocação e às 09:30 horas em segunda convocação com qualquer número, de acordo com o estabelecido no Artigo 14 do Estatuto Social, no Hotel Águas de Palmas – Praia de Palmas – Governador Celso Ramos, para deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA:

- 09:00 hs - Abertura da Assembleia Geral Ordinária;
- 09:20 hs - Leitura da ata da Assembleia anterior;
- 09:30 hs - Palestra do Governador do Estado de Santa Catarina – João Raimundo Colombo, sobre os programas e projetos para a região;
- 10:30 hs - Palestra do Promotor de Justiça Giovani Andrei Franzoni Gil – Coordenador do Centro de Apoio Operacional da Ordem Tributária / MPSC, sobre o Programa "Saúde Fiscal dos Municípios";
- 11:30 hs - Participação do Dr. Alexandre Waltrick Rates – Presidente da FATMA, sobre Projeto de Lei do Licenciamento Ambiental simplificado;
- 12:30 hs - Assuntos Gerais;
- 13:00 hs - Encerramento.

Florianópolis (SC) em 18 de abril de 2017.

JULIANO DUARTE CAMPOS
PREFEITO MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS
PRESIDENTE

Consórcios

AGIR

CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA AGIR

CONVOCAÇÃO:
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Presidente da Diretoria Executiva da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí – AGIR, no uso das atribuições legais e de acordo com o Artigo 17 e Parágrafos, Artigo 20 e Incisos e Artigo 30 Inciso I do Estatuto Social, CONVOCA todos consorciados em dia com as suas obrigações estatutárias para a ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA que se realizará no dia 04 de maio de 2017, às 13h00min, em primeira (1ª) convocação com a presença da maioria qualificada e em não havendo o número, em segunda (2ª) convocação, trinta (30) minutos após, às 13h30min, com a presença da maioria simples dos consorciados.

Local: Auditório da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí – AMMVI, Rua Alberto Stein, 466 – Velha, Blumenau/SC – CEP: 89.036-200.

ORDEM DO DIA

- 1 – Leitura e aprovação da ata anterior;
- 2 – Apresentação do estudo do custo dos resíduos sólidos;
- 3 – Contrato de Concessão de Esgotamento Sanitário de Blumenau;
- 4 – Celebração de Contratos de Programa pelos municípios consorciados;
- 5 – Participações em eventos técnicos;
- 6 – Assuntos Gerais.

Blumenau (SC), em 18 de abril de 2017.

JEAN MICHEL GRUNDMANN
Presidente da Diretoria Executiva.
(original assinado)

CIGA

ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA - JOINVILLE 14.03.2017

Ata da 15ª Reunião Ordinária

No dia quatorze de março do ano de dois mil e dezessete, às 16h30min estiveram presentes os membros do Conselho de Administração do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, conforme lista de presenças anexa, no Centro de Convenções e Exposições – Expoville, sito na Rua XV de Novembro, nº 4.315, bairro Glória, Joinville – SC, tendo em vista que a presente reunião ocorreu durante o XV Congresso Catarinense de Municípios e a XIII ExpoFECAM, atendendo ao Edital de Convocação nº 03/2017, com a seguinte ordem do dia: Deliberação acerca da proposta de suspensão das cobranças pelas edições extras do DOM; Debate sobre a expansão do CIGA (consorciamento em Santa Catarina; consorciamento de Capitais; outros consorciamentos; cooperação entre consórcios; e cooperação internacional); Discussão sobre plataformas de "Nuvem" para municípios (Google, Microsoft, Amazon); Deliberação acerca do plano de migração do sistema de Gestão do Cadastro Integrado Municipal - G-CIM e das questões administrativas relacionadas a este sistema; e Assuntos gerais. O Presidente do CIGA, Prefeito de Lebon Régis, Sr. Douglas F. de Mello, cumprimentou os presentes e comentou que a presente reunião do CIGA foi marcada na presente data para aproveitar a presença dos prefeitos no XV Congresso de Municípios e, sempre que possível, deve-se convocar as reuniões durante eventos como este. Além disso, comentou com os demais prefeitos presentes, membros do Conselho de Administração, que se sintam à vontade para propor ao mesmo a realização de reuniões do Conselho. O Presidente mencionou, conforme item da pauta relativo à expansão do CIGA, que dos 295 municípios do estado de Santa Catarina, há 11 municípios que ainda não são consorciados ao CIGA, e que, inclusive, alguns prefeitos destes municípios são conhecidos dos membros do Conselho de Administração. Desta forma, solicitou que o Diretor Executivo disponibilizasse a relação destes municípios não consorciados aos conselheiros do CIGA, a fim de que os prefeitos do Conselho possam auxiliar no processo de convencimento de consorciamento de tais municípios, a fim de que se concretize o consorciamento de 100% dos municípios do estado de Santa Catarina. O Diretor Executivo do CIGA mencionou que conseguir a totalidade dos municípios catarinenses consorciados é importante, pois permite que o Consórcio efetue negociações em nome de todos os municípios do estado de Santa Catarina, como por exemplo, na obtenção de sistemas/dados junto ao governo estadual de Santa Catarina. Ato contínuo, o Sr. Gilsoni L. Albino, informou que o CIGA possui 6 capitais consorciadas, sendo o interesse das mesmas no sistema de gestão do Simples Nacional – G-Simples. O Diretor Executivo solicitou aos membros do Conselho de Administração a opinião dos mesmos quanto à estratégia de consorciamento a ser adotada pelo CIGA, se é a de buscar o consorciamento dos municípios catarinenses que faltam ou se seria a de buscar o consorciamento de mais capitais. O Presidente do CIGA opinou que é importante o Consórcio crescer, mas que é preciso ter cautela para não assumir contratos que não consiga cumprir depois, pois isto pode gerar problemas ao CIGA. Todavia, se houver condições, o CIGA deve atender, na opinião do Presidente. O Prefeito de São Martinho, Sr. Robson J. Back, Primeiro Secretário do CIGA, indagou ao Diretor Executivo acerca dos prós e contras de atender municípios grandes, como São Paulo, por exemplo. O Sr. Gilsoni L. Albino comentou que, atualmente, a população total dos municípios consorciados ao CIGA está quase em 16 milhões de habitantes. O Sr. Moisés Diersmann, Prefeito de Luzerna, Vice-Presidente do CIGA, pontuou que, primeiramente, é necessário verificar se a estrutura do CIGA

suporta a expansão e pontuou que o CIGA possui produtos tecnológicos, cujo mercado é altamente competitivo e, por isso, entende que se o CIGA possui um bom produto não é preciso expandir de forma lenta ou atendendo somente pequenos municípios, é necessário ocupar o espaço no mercado, antes que outros venham a ocupar e, até mesmo, que possam levar alguns profissionais do CIGA. E, pensando no futuro do CIGA, o Sr. Moisés Diersmann, defende a expansão do CIGA, mas ressalta que é necessário analisar os aspectos internos e externos inerentes a tal expansão, e, sempre que possível, é necessário avançar para não perder espaço e, até mesmo, profissionais para o mercado. O Prefeito de São Martinho, Sr. Robson J. Back, questionou o Diretor Executivo sobre a metodologia de desenvolvimento dos sistemas no CIGA, e se existe controle sobre a questão dos fontes e demais áreas de vulnerabilidade dos sistemas. O Sr. Gilsoni L. Albino respondeu comentando que os empregados do CIGA são concursados e que tendem a buscar uma estabilidade no CIGA. Atualmente, o CIGA iniciou o emprego de metodologias para o desenvolvimento com a devida documentação. E, hoje, o CIGA possui redundância no desempenho das atividades do Consórcio, ou seja, pelo menos um empregado consegue substituir um outro no desempenho de suas funções, num processo de continua melhoria. O Diretor Executivo comentou que quando São Paulo cogitou utilizar o sistema de Gestão do Simples Nacional do CIGA, na época não havia estrutura para atendê-lo, mas que depois o CIGA veio a iniciar o atendimento a Salvador e Porto Alegre, que são grandes capitais, as quais agregaram melhorias ao sistema do CIGA. O Sr. Gilsoni L. Albino também ressaltou que a expansão traz uma série de benefícios, no que tange aos processos licitatórios compartilhados, mas isso implica grandes responsabilidades, como por exemplo, prestar contas para diferentes tribunais de contas dos consorciados de outros estados. A estrutura atual do CIGA, informou o Diretor Executivo, é suficiente para atender mais duas ou três capitais, com exceção de São Paulo, a qual demandaria mais pessoal no CIGA. O Sr. Gilsoni L. Albino comentou que Recife é a única capital que utiliza o sistema G-Simples e não é consorciada, pois na época em que o contrato foi firmado havia o entendimento da STN de que era possível municípios não consorciados contratarem o CIGA. Porém atualmente, os contratos são firmados apenas com municípios consorciados. No caso, lembrou o Diretor Executivo, que Recife contribuiu bastante para a divulgação desse sistema do CIGA para outras capitais que já se consorciaram e que esta cidade também está buscando seu consorciamento. Ainda, o Sr. Gilsoni L. Albino lembrou que a Confederação Nacional de Municípios-CNM quer reproduzir a experiência de ter um consórcio semelhante ao CIGA em cada estado brasileiro, sendo que haveria uma cooperação entre o CIGA e os respectivos consórcios para transferência de tecnologia, por exemplo. Atualmente, informou o Diretor Executivo, o CIGA atende a Associação de Municípios do Espírito Santo – AMUNES fornecendo o Diário Oficial dos Municípios e Gestão do Simples Nacional para os municípios desta associação, sem que haja um contrato com cada um dos municípios associados à mesma, sendo tal contrato interessante devido ao retorno para o CIGA, pois o custo administrativo deste contrato é bem pequeno. Todavia, neste tipo de contrato, o CIGA deixa de ocupar um espaço via consorciamento de tais municípios, visto que as demandas são atendidas pelo CIGA via AMUNES. O Sr. Robson J. Back, Primeiro-Secretário do CIGA, salientou que se o CIGA avançar o consorciamento pelas capitais, a expansão para os municípios menores seria facilitada. O Sr. Gilsoni L. Albino comentou que há total abertura para o CIGA dialogar com o Presidente da Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais – ABRASF. O Primeiro-Secretário perguntou ao Diretor Executivo se a equipe do CIGA está disposta ao desafio de ampliar o CIGA para as capitais brasileiras. O Sr. Gilsoni L. Albino comentou que um dos desafios é manter os empregados motivados, aumentando a demanda de suas atividades, mas que o CIGA instituiu prêmio por produtividade com o intuito de estimular o atingimento de metas específicas acordadas, e se tal prêmio for evoluindo no decorrer do tempo, o Diretor acredita que será possível manter os empregados motivados, visto que o CIGA possui uma equipe sólida que cumpre muito bem suas atividades. O Sr. Gilsoni L. Albino aproveitou para informar aos membros do Conselho de Administração presentes, que o CIGA esgotou as vagas para contratação de analista de sistemas, técnicos em T.I. e programadores disponíveis nos concursos públicos já realizados. Além disso, também comentou da necessidade de expandir o setor administrativo, tendo em vista o crescimento atual e o pretendido. Os prefeitos presentes comentaram que o CIGA deve continuar prezando pelo bom atendimento prestado aos municípios, e que é necessário planejar o crescimento da estrutura de pessoal conforme o aumento das contratações de sistemas pelos municípios consorciados, de forma que os contratos firmados sejam cumpridos adequadamente por parte do CIGA. Desta forma, o Diretor Executivo, juntamente com os Prefeitos presentes, consolidou a necessidade de expandir o quadro pessoal do CIGA, processo que ocorrerá ainda em 2017, e incluirá a realização de novo concurso público e/ou contratação de terceirizados. O Sr. Gilsoni L. Albino, enfatizou para os prefeitos que o CIGA obtém seus recursos financeiros mediante formalização de contratos de prestação de serviços, ou seja, é necessário manter a linha de bons produtos e bom atendimento, prezando pela inovação. O Sr. Robson J. Back, Primeiro Secretário do CIGA, fez a observação de que o CIGA deve ter uma preocupação especial com os municípios catarinenses, no sentido de atender novas demandas que poderão vir destes municípios. O Prefeito de Luzerna, Sr. Moisés Diersmann, mencionou que novas demandas deverão surgir para o CIGA, mas que o produto tecnológico finalizado possui a vantagem de poder ser ofertado em grande escala e auxiliar na formação de uma boa reserva financeira para o CIGA, a qual poderá ser investida em novos softwares. O Prefeito de São Martinho, Sr. Robson J. Back, retomou a palavra e sugeriu a criação de um sistema de indicadores municipal via CIGA, por meio do qual seria possível alimentar um painel com informações a serem disponibilizadas pela administração municipal, no centro da cidade, por exemplo, com o intuito de levar os dados da prefeitura para os cidadãos. O Diretor Executivo mencionou que há o desenvolvimento de um painel de informações em andamento, restrito ao ambiente interno da Prefeitura, mas que nada impede de torná-lo aberto ao público externo. O Vice-Presidente do CIGA, Sr. Moisés Diersmann, ressaltou, conforme decidido pelos prefeitos presentes, que é preciso que o CIGA fique aberto às negociações junto às grandes capitais, como por exemplo São Paulo que demonstrou interesse em contratar o sistema G-Simples do CIGA. Conforme comentado anteriormente, o Presidente do CIGA, Sr. Douglas F. de Mello, enfatizou o entendimento dos prefeitos presentes de que, uma vez o produto tecnológico finalizado, o passo seguinte é expandir a utilização do mesmo. Por fim, a decisão dos presentes é pela expansão do CIGA, tendo por base os sistemas já existentes. O Sr. Gilsoni L. Albino, Diretor Executivo do CIGA, comentou com os prefeitos presentes acerca das possibilidades do CIGA trocar experiências com entidades de outros países, seja por meio de acordos de cooperações internacionais e/ou, até mesmo, visitas a outros países, ressaltando que a troca de experiências e ideias é algo muito rico e que acrescenta à administração pública municipal. Os prefeitos presentes concordaram em analisar possíveis acordos e/ou viagens internacionais que poderão vir a ocorrer, dependendo dos custos e vantagens dos mesmos. Tais decisões deverão ser sempre tomadas pelo Conselho de Administração do CIGA, enfatizou o Presidente, e tais viagens, se ocorrerem, deverão ser documentadas para que a experiência fique no Consórcio, conforme sugerido pelo Primeiro-Secretário, Sr. Robson J. Back. O Diretor Executivo, passou ao próximo item da pauta: discussão sobre plataformas de "Nuvem" para municípios (Google, Microsoft, Amazon). O Sr. Gilsoni L. Albino comentou que tais empresas visitaram o CIGA oferecendo serviços, tais como, e-mails, hospedagem em "nuvem" e segurança da informação. O Diretor Executivo comentou que a utilização dessas plataformas em nuvem não representa apenas a contratação da tecnologia, mas todo um processo de treinamento dos usuários, por exemplo, para que tudo seja salvo diretamente na nuvem e não haja nada mais salvo apenas no computador do usuário. O Sr. Gilsoni L. Albino comentou que tais empresas estão vendo o CIGA como uma oportunidade de atendimento, considerando o número de municípios consorciados. O valor cobrado por estas empresas para ofertarem soluções integradas de e-mails, hospedagem em nuvem, segurança, entre outros, possui um custo, de no mínimo, próximo a R\$ 15,00 por usuário, sendo que se o projeto for realizado para

os municípios do CIGA, o Diretor executivo acredita ser possível reduzir o custo a um patamar de 1/3 (um terço) do valor estimado. O Diretor Executivo sugeriu que fosse realizado um estudo acerca desse tipo de contratação, envolvendo análise de preços e os procedimentos que seriam necessários para materializar este projeto, cujo resultado será apresentado numa próxima reunião do Conselho de Administração, sendo que o principal interesse, exposto pelos prefeitos durante a reunião, foi a questão do armazenamento nas plataformas em “nuvem”, tendo em vista a maior segurança de dados e informações que isso pode vir a possibilitar aos municípios. Ato contínuo, o Diretor Executivo passou ao próximo item da pauta: deliberação acerca da proposta de suspensão das cobranças pelas edições extras do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC. O Sr. Gilsoni L. Albino comentou que houve o surgimento desta necessidade de edições extras (feriados e finais de semana), e o CIGA, na 12ª Reunião Ordinária, realizada com o Conselho de Administração em 28 de janeiro de 2016, instituiu os valores a serem cobrados para a publicação de edições extras da seguinte forma: o valor da edição extra, quando o município informar ao CIGA a intenção de fazê-la até sexta-feira, será de R\$ 640,00 (seiscentos e quarenta reais); e, se o município solicitar a edição extra em caráter emergencial no final de semana, o valor será de R\$ 1.280,00 (um mil e duzentos e oitenta reais). O Diretor Executivo comentou que as edições são diagramadas por plantonistas, sendo que tal custo já foi absorvido pelo Consórcio, ou seja, os valores que estão sendo cobrados pelas edições extras não são necessários ao CIGA. O Sr. Gilsoni L. Albino lembrou que os valores foram instituídos, na época, com a intenção de cobrir custos das horas extras dos empregados plantonistas e para inibir a procura, de forma corriqueira, das edições extras. Apresentado o cenário, os prefeitos presentes decidiram pela suspensão da cobrança de valores por edições extras do DOM. Todavia, caso se verifique a necessidade de retomar a cobrança, isso poderá ser feito. Na sequência, foi abordado o próximo item da pauta: deliberação acerca do plano de migração do sistema de Gestão do Cadastro Integrado Municipal - G-CIM e das questões administrativas relacionadas a este sistema. O Sr. Gilsoni L. Albino comentou o histórico do CIGA junto ao sistema REGIN (Registro Mercantil Integrado). O CIGA, no período de 2011 a fevereiro de 2016, foi o responsável por prover a manutenção e atualização do sistema REGIN para os municípios catarinenses consorciados, processo realizado por intermédio de contrato firmado com o fornecedor do respectivo sistema, a empresa Prosolution Consultoria e Sistemas Informáticos, a qual foi contratada por inexigibilidade de licitação. Ao final do prazo limite para prorrogação do contrato entre o CIGA e o respectivo fornecedor, verificou-se a impossibilidade de efetuar novo processo de contratação por meio de inexigibilidade de licitação, sendo necessário, conforme análise jurídica, a realização de processo licitatório, tendo em vista que atualmente existem outros sistemas similares ao REGIN no mercado. Ao final do contrato (fevereiro/2016), o fornecedor não entregou o código fonte, conforme previsto no contrato, fazendo isso apenas em outubro de 2016. Mas da parte do CIGA não restou dúvida sobre o direito do sistema após a completa execução do contrato. Desta forma, diante deste impasse e dos riscos do sistema paralisar, seja pela manutenção do sistema no CIGA, ou por mudanças que a JUCESC pudesse promover, o CIGA, antes mesmo de receber o código fonte do fornecedor, decidiu por desenvolver uma solução própria similar ao REGIN, o sistema chamado Gestão do Cadastro Municipal Integrado – G-CIM, o qual foi disponibilizado em 2016 aos municípios consorciados de Santa Catarina. Os municípios consorciados ao CIGA ainda estão migrando para o G-CIM, ou seja, há alguns municípios ainda com o REGIN. O Diretor Executivo comentou acerca do Ofício enviado pela empresa Prosolution ao CIGA, no qual a mesma requereu do CIGA os valores relativos à licença do sistema do REGIN referente aos municípios que continuaram utilizando tal sistema, no período que vai desde o término do contrato (fevereiro/2016) até o momento. O Sr. Gilsoni L. Albino informou, que conforme já definido anteriormente, é inconcebível tal cobrança, e completamente indevida, tendo em vista a cláusula contratual que determinava o fornecimento do código fonte (transferência tecnológica) ao CIGA, no término do contrato. E, mesmo sem receber o código fonte do sistema, o CIGA continuou a disponibilização dos serviços da REDESIM completamente com estrutura do CIGA. O Prefeito de São Martinho, Sr. Robson J. Back, questionou qual a previsão para o CIGA continuar fornecendo o REGIN via CIGA, pois entende que é necessário suspender este processo a fim de evitar uma interpretação adversa do judiciário e que desta forma o valor requerido pela Prosolution seja ainda maior. O Diretor Executivo comentou que o CIGA está preparando resposta ao Ofício da Prosolution, e que o CIGA possui argumentos jurídicos para defender que a cobrança requerida é indevida. O Sr. Gilsoni L. Albino comentou que a única dificuldade que o CIGA pode vir a enfrentar será o caso dos municípios que queiram manter o REGIN, e não queiram migrar para o G-CIM. Por fim, os prefeitos do Conselho de Administração presentes decidiram que o CIGA deve manter o posicionamento de não efetuar acordo administrativo com a Prosolution, no que tange a cobrança que esta enviou ao CIGA, mas sim discutir tal cobrança, tanto na esfera administrativa como na judicial, caso esta última seja necessária. Ainda, ficou definido que o REGIN será desabilitado via CIGA até 30 de junho de 2017, sendo que até esta data deverão ser realizadas as migrações dos municípios para o G-CIM. Ato contínuo, o Diretor Executivo abordou, na pauta de assuntos gerais, a questão da revisão dos valores das diárias. Conforme relatado pelo Sr. Gilsoni L. Albino, nas viagens que o mesmo realiza ou membros do conselho de administração, as diárias não estão cobrindo todos os gastos de hospedagem e alimentação, sendo recorrente o fato de ter que desembolsar, do seu próprio bolso, algum valor. Os prefeitos presentes concordaram que os valores vigentes, desde maio de 2015, conforme tabela abaixo não são suficientes para cobrir os gastos de alimentação e hospedagem.

Tabela de Diárias Vigente

Empregado	Destino	Valor da diária (R\$)
Membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, Diretor Executivo, Gerente Administrativo e Gerente de Tecnologias da Informação, todos do CIGA	Cidades de Santa Catarina	260,00
	Cidades de outros estados	395,00
	Capital Federal e capitais de outros estados	525,00
Demais empregados públicos do CIGA e membros das Câmaras Técnicas, todos do CIGA	Cidades de Santa Catarina	250,00
	Cidades de outros estados	375,00
	Capital Federal e capitais de outros estados	500,00

Além da revisão dos valores das diárias vigentes, o Sr. Gilsoni L. Albino, propôs a inclusão da diária internacional, e também a questão do pagamento de 1/3 (um terço) de diária para os casos de deslocamentos sem pernoite, desde que demandem afastamento do empregado num período superior a 6 (seis) horas e que a distância percorrida até o destino seja superior a 60 km (sessenta quilômetros) do seu local de trabalho, sugestão acatada pelos prefeitos presentes. Todavia, os membros do Conselho ou da Câmara Técnica só receberão diárias e/ou reembolsos do CIGA se não tiverem recebido tais valores dos seus órgãos de origem. E, no caso dos empregados do CIGA, deverá ser observado que quando houver pagamento de diárias ou 1/3 de diária, haverá desconto no valor equivalente a um dia do vale refeição do

empregado por cada diária ou 1/3 de diária pagos ao empregado num determinado mês. Desta forma, os prefeitos presentes aprovaram a nova tabela de diárias, a qual está exposta a seguir.

Nova Tabela de Diárias Aprovada

Emprego/Função	Destino	Valor da diária	Valor 1/3 da diária
Membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, Diretor Executivo, Gerente Administrativo e Gerente de Tecnologias da Informação, todos do CIGA	Cidades de Santa Catarina, exceto Florianópolis	R\$ 350,00	R\$ 117,00
	Cidades de outros estados	R\$ 550,00	R\$ 183,00
	Capitais, incluindo Florianópolis	R\$ 700,00	R\$ 233,00
	Internacional - países da zona Euro	€ 350,00	N/A
	Internacional – demais países	\$ 350,00	N/A
Demais empregados públicos do CIGA e membros das Câmaras Técnicas, todos do CIGA	Cidades de Santa Catarina, exceto Florianópolis	R\$ 280,00	R\$ 93,00
	Cidades de outros estados	R\$ 490,00	R\$ 163,00
	Capitais, incluindo Florianópolis	R\$ 560,00	R\$ 187,00
	Internacional - países da zona Euro	€ 350,00	N/A
	Internacional – demais países	\$ 350,00	N/A

Nada mais tendo a ser deliberado, o Sr. Douglas F. de Mello, Presidente do CIGA, deu por encerrada a reunião do Conselho de administração do CIGA. Eu, Morgana Arent Michels Bagini, Gerente Administrativa do CIGA, redigi a presente ata por solicitação do Primeiro-Secretário do CIGA, Prefeito de São Martinho, o Sr. Robson Jean Back, a qual será dada a conhecimento de todos os consorciados por meio da publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ROBSON JEAN BACK
Primeiro-Secretário do CIGA
Prefeito de São Martinho

MORGANA ARENT MICHELS BAGINI
Gerente Administrativa do CIGA

Extrato de Contrato n. 181 - Prefeitura Municipal de Santa Helena

EXTRATO DE CONTRATO Nº 181/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Santa Helena

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Helena

CNPJ: 80.912.140/0001-75

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 14/2017

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 3.850,00 (três mil e oitocentos e cinquenta reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 23 de fevereiro de 2017.

GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 182 - Prefeitura Municipal de Orleans

EXTRATO DE CONTRATO Nº 182/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Orleans

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Orleans

CNPJ: 82.926.544/0001-43

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 156/2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Gestão de Obras: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação mediante disponibilização de programa desenvolvido em arquitetura web direcionado aos setores de planejamento e obras para o controle de convênios federais, contratos de empreitada, termos aditivos e andamento de obras de forma integrada com uma ferramenta de confecção de orçamentos, sendo estes nos padrões da Caixa Econômica Federal (DTB) e com disponibilidade de todas as tabelas SINAPI, SEOP, DER, DNIT, DEINFRA e outras que podem ser integradas sob solicitação; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 4.275,00 (quatro mil e duzentos e setenta e cinco reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 10 de abril de 2017.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

RESOLUÇÃO CIGA N.º 113, DE 19 DE ABRIL DE 2017

RESOLUÇÃO CIGA N.º 113, DE 19 DE ABRIL DE 2017.

Dispõe sobre os valores das indenizações concedidas a título de hospedagem e alimentação, denominada diária, e dá outras providências.

O Presidente do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), Senhor Douglas Fernando de Mello, Prefeito de Lebon Régis, Considerando que compete ao Conselho de Administração do CIGA instituir diárias para fins de ressarcimento das despesas de deslocamento e estada dos empregados públicos e em comissão do CIGA, bem como dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal (inciso XII do artigo 19 do Contrato de Consórcio Público do CIGA);

Considerando que compete ao Conselho de Administração do CIGA regulamentar a forma de custeio de despesas de deslocamento e estada pelos integrantes das Câmaras Técnicas, tendo em vista o interesse público na participação efetiva de seus integrantes (inciso XIII do artigo 19 do Contrato de Consórcio Público do CIGA);

Considerando o disposto no artigo 63 do Estatuto do CIGA acerca da concessão de indenização ao empregado a título de hospedagem e alimentação, denominada diária, quando o deslocamento demande pernoite; e a existência de previsão, conforme parágrafo único deste mesmo artigo, para concessão de 1/3 (um terço) do valor da diária aos deslocamentos do empregado para cidade distinta do local de trabalho que não demande pernoite;

Considerando a deliberação da 15ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração do CIGA, realizada na data de 14 de março de 2017, que aprovou, por unanimidade: a proposta de revisão dos valores das diárias; a instituição de diária internacional; os termos para o pagamento de 1/3 (um terço) de diária, nos casos de deslocamentos sem pernoite; e o desconto de um dia de vale refeição do empregado público do CIGA para cada diária ou 1/3 (um terço) de diária pagos ao mesmo num determinado mês;

Considerando que compete ao Conselho de Administração, mediante Resolução, aprovar a revisão anual dos valores das indenizações concedidas a título de diária e de deslocamento (artigo 77 do Estatuto do CIGA);

Considerando que as deliberações do Conselho de Administração são expedidas por meio de Resolução do Presidente do CIGA (inciso I do artigo 35 do Estatuto do CIGA);

Considerando que é condição de validade dos atos normativos expedidos por qualquer órgão ou agente do CIGA a respectiva publicação no órgão oficial de publicação do CIGA (artigo 37 do Estatuto do CIGA);

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar os valores das diárias e os valores de 1/3 (um terço) de diária, conforme a seguinte tabela:

Emprego/Função	Destino	Valor da diária	Valor 1/3 de diária
Membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, Diretor Executivo, Gerente Administrativo e Gerente de Tecnologias da Informação, todos do CIGA	Cidades de Santa Catarina, exceto Florianópolis	R\$ 350,00	R\$ 117,00
	Cidades de outros estados	R\$ 550,00	R\$ 183,00
	Capitais, incluindo Florianópolis	R\$ 700,00	R\$ 233,00
	Internacional - países da zona Euro	€ 350,00	N/A
	Internacional – demais países	\$ 350,00	N/A

Demais empregados públicos do CIGA e membros das Câmaras Técnicas, todos do CIGA	Cidades de Santa Catarina, exceto Florianópolis	R\$ 280,00	R\$ 93,00
	Cidades de outros estados	R\$ 490,00	R\$ 163,00
	Capitais, incluindo Florianópolis	R\$ 560,00	R\$ 187,00
	Internacional - países da zona Euro	€ 350,00	N/A
	Internacional – demais países	\$ 350,00	N/A

Art. 2º. O valor de 1/3 (um terço) de diária somente será devido quando demandar o afastamento do empregado num período superior a 6 (seis) horas e a distância percorrida até o destino for superior a 60 km (sessenta quilômetros) do seu local de trabalho.

Parágrafo único. O pagamento de diárias ou de 1/3 (um terço) de diária somente será efetuado mediante a existência de solicitação prévia aprovada pelo Diretor Executivo ou pelo Presidente do CIGA.

Art. 3º. Os membros das Câmaras Técnicas do CIGA somente receberão diárias ou 1/3 (um terço) de diária após solicitação prévia aprovada pelo Diretor Executivo ou pelo Presidente, ambos do CIGA, e desde que não tenham sido indenizados por seus órgãos de origem, sob pena de configurar pagamento em duplicidade.

Art. 4º. Para os empregados do CIGA, em sendo aprovado o pagamento de diárias ou 1/3 (um terço) de diária, correspondente à indenização a título de hospedagem e alimentação, não será devido o recebimento de vale refeição para o respectivo período, sob pena de configurar pagamento em duplicidade.

Art. 5º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 19 de abril de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO
Prefeito de Lebon Régis
PRESIDENTE DO CIGA

CIS NORDESTE

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 02/2016

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 02/2016

Data: 21/12/2016

Contratante: CISNORDESTE/SC – Consórcio Intermunicipal do Nordeste de Santa Catarina

Contratada: Centro de Tomografia Joinville Ltda (Neurocentro) - CNPJ nº. 03.793.804/0001-83,

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato.

Valor Global Estimado/ano: R\$ 2.359.606,80 (dois milhões, trezentos e cinquenta e nove mil, seiscentos e seis reais e oitenta centavos)

Vigência: 01/01/2017 a 31/12/2017

Base legal: Inexigibilidade de licitação

José Chaves – Presidente do CISNORDESTE/SC

Djalma Starling Jardim, Hamilton Appel, Haydee Cristina Freitas de Moraes Kiss, Edwin Schossland - Centro de Tomografia Joinville Ltda (Neurocentro)

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 06/2016

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 06/2016

Data: 21/12/2016

Contratante: CISNORDESTE/SC – Consórcio Intermunicipal do Nordeste de Santa Catarina

Contratada: Cardiocare Clínica Cardiológica Ltda – CNPJ nº. 03.061.656/0001-02

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato.

Valor Global Estimado/ano: R\$1.263.300,00 (um milhão, duzentos e sessenta e três mil, e trezentos reais).

Vigência: 01/01/2017 a 31/12/2017

Base legal: Inexigibilidade de licitação

José Chaves – Presidente do CISNORDESTE/SC

Cardiocare Clínica Cardiológica Ltda - Viviana de Mello Guzzo Lemke

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 07/2016

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 07/2016

Data: 21/12/2016

Contratante: CISNORDESTE/SC – Consórcio Intermunicipal do Nordeste de Santa Catarina

Contratada: ECOMAX – Centro de Diagnóstico Por Imagem Ltda - CNPJ nº. 79.364.642/0001-20

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato e reajuste dos exames contratualizados.

Valor Global Estimado/ano: R\$ 629.550,00 (seiscentos e vinte e nove mil, quinhentos e cinquenta reais).

Vigência: 01/01/2017 a 31/12/2017

Base legal: Inexigibilidade de licitação

José Chaves – Presidente do CISNORDESTE/SC

Norivaldo Testoni, Antonio Rodacki - ECOMAX – Centro de Diagnóstico Por Imagem Ltda

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 08/2016

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 08/2016

Data: 21/12/2016

Contratante: CISNORDESTE/SC – Consórcio Intermunicipal do Nordeste de Santa Catarina

Contratada: Clínica Diagnosis Ltda (CEDUS – Centro de Diagnóstico - CNPJ nº. 01.247.829/0001-56

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato.

Valor Global Estimado/ano: R\$: R\$ 687.261,60 (seiscentos e oitenta e sete mil, duzentos e sessenta e um reais e sessenta centavos).

Vigência: 01/01/2017 a 31/12/2017

Base legal: Inexigibilidade de licitação

José Chaves – Presidente do CISNORDESTE/SC

Carlos Takashi Kakunaka - Clínica Diagnosis Ltda (CEDUS – Centro de Diagnóstico)

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 09/2016

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 09/2016

Data: 21/12/2016

Contratante: CISNORDESTE/SC – Consórcio Intermunicipal do Nordeste de Santa Catarina

Contratada: Medicina e Saúde Joinville S/S Ltda - CNPJ nº. 07.975.944/0001-23

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato, o reajuste das consultas contratualizadas e exclusão contratual das consultas em ginecologia e obstetrícia.

Valor Global Estimado/ano: R\$ 555.417,60 (quinhentos e cinquenta e cinco mil, quatrocentos e dezessete reais e sessenta centavos).

Vigência: 01/01/2017 a 31/12/2017

Base legal: Inexigibilidade de licitação

José Chaves – Presidente do CISNORDESTE/SC

Ricardo de Souza Micelli - Medicina e Saúde Joinville S/S Ltda

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 05/2016

Extrato do Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 05/2016

Data: 21/12/2016

Contratante: CISNORDESTE/SC – Consórcio Intermunicipal do Nordeste de Santa Catarina

Contratada: Banco de Olhos de Joinville - CNPJ nº. 83.791.848/0002-94

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato e o reajuste das consultas e exames contratualizados.

Valor Global Estimado/ano: R\$ 5.363.766,00 (cinco milhões, trezentos e sessenta e três mil, setecentos e sessenta reais).

Vigência: 01/01/2017 a 31/12/2017

Base legal: Inexigibilidade de licitação

José Chaves – Presidente do CISNORDESTE/SC

Ieda Aparecida Matos - Banco de Olhos de Joinville

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 16/2015

Extrato do Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 16/2015

Data: 21/12/2016

Contratante: CISNORDESTE/SC – Consórcio Intermunicipal do Nordeste de Santa Catarina

Contratada: Cardio Imagem S/S – ME - CNPJ nº. 40.198.632/0001-26

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato e o reajuste dos exames contratualizados.

Valor Global Estimado/ano: R\$ 354.720,00 (trezentos e cinquenta e quatro mil, setecentos e vinte reais)

Vigência: 01/01/2017 a 31/12/2017

Base legal: Inexigibilidade de licitação

José Chaves – Presidente do CISNORDESTE/SC

José Roberto de Souza Bernadino - Cardio Imagem S/S – ME

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 09 2015

Extrato do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 09 2015

Data: 21/12/2016

Contratante: CISNORDESTE/SC – Consórcio Intermunicipal do Nordeste de Santa Catarina

Contratada: Associação Hospitalar São José de Jaraguá do Sul - CNPJ nº. 12.846.027/0001-89

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato e o reajuste dos exames contratualizados.

Valor Global Estimado/ano: \$ 1.497.936,00 (um milhão, quatrocentos e noventa e sete mil, novecentos e trinta e seis reais).

Vigência: 01/01/2017 a 31/12/2017

Base legal: Inexigibilidade de licitação

José Chaves – Presidente do CISNORDESTE/SC

Mauricio José Souto Maior, Ivanildo Paulo Krause - Associação Hospitalar São José de Jaraguá do Sul

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 17/2015

Extrato do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 17/2015

Data: 21/12/2016

Contratante: CISNORDESTE/SC – Consórcio Intermunicipal do Nordeste de Santa Catarina

Contratada: Instituto de Olhos Dr. Carlo Wille S/S Ltda - CNPJ nº. 02.462.541/0001-67

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato e o reajuste dos exames contratualizados.

Valor Global Estimado/ano: R\$ 1.473.495,00 (um milhão, quatrocentos e setenta e três mil, quatrocentos e noventa e cinco reais).

Vigência: 01/01/2017 a 31/12/2017

Base legal: Inexigibilidade de licitação

José Chaves – Presidente do CISNORDESTE/SC

Carlo Gustavo de Castro Wille - Instituto de Olhos Dr. Carlo Wille S/S Ltda

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 17/2015

Extrato do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 17/2015

Data: 21/12/2016

Contratante: CISNORDESTE/SC – Consórcio Intermunicipal do Nordeste de Santa Catarina

Contratada: Instituto de Olhos Dr. Carlo Wille S/S Ltda - CNPJ nº. 02.462.541/0001-67

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato e o reajuste

dos exames contratualizados.

Valor Global Estimado/ano: R\$ 1.473.495,00 (um milhão, quatrocentos e setenta e três mil, quatrocentos e noventa e cinco reais).

Vigência: 01/01/2017 a 31/12/2017

Base legal: Inexigibilidade de licitação

José Chaves – Presidente do CISNORDESTE/SC

Carlo Gustavo de Castro Wille - Instituto de Olhos Dr. Carlo Wille S/S Ltda

CIS/AMMVI**EXTRATO INEXIGIBILIDADE 09.2017**

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí – CISAMVI, CNPJ nº 03.269.695/0001-08, através da Comissão de licitação, em cumprimento à ratificação procedida pelo Sr. Cleones Hostins, Diretor Executivo, faz publicar o extrato resumido do processo de inexigibilidade de licitação a seguir:

Processo nº: 09/2017

Objeto: Consultoria jurídica na elaboração de estudos para o pagamento de serviços sem previsão contratual e/ou com valores diversos ao contratado, conforme apontamento do relatório final da comissão especial nomeada através da resolução nº. 123/2016. Contratado: FEY PROBST & BRUSTOLIN ADVOCACIA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 12.244.848/0001-45.

Valor Total do Contrato: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Fundamento Legal: Artigo 25, Inciso II, da Lei nº. 8.666/93.

Declaração de Dispensa de Licitação emitida pela Comissão de Licitação e ratificada pelo Sr. Cleones Hostins, Diretor Executivo.

Integra publicado no mural público em 24/02/2017.

Blumenau, 17 de abril de 2017.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO (10.2017 - PROCEDIMENTOS CLÍNICOS - VALOR NÃO SIGTAP)

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 010/2017

CHAMADA PÚBLICA

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí ☐ CISAMVI, CNPJ nº 03.269.695/0001-08, torna público a abertura de processo de CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO MÉDICOS (PROCEDIMENTOS CLÍNICOS) PARA ATENDER A DEMANDA DA REDE BÁSICA MUNICIPAL DE SAÚDE DOS 14 MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CISAMVI ☐ VALOR NÃO SIGTAP. Os serviços deverão ser prestados em instalações de responsabilidade do credenciado, nos municípios consorciados ao CISAMVI ou em cidades limítrofes a estes, e serão remunerados de acordo com os valores constantes no Anexo I do Edital. As inscrições serão recebidas a partir da publicação deste edital, pelo período de 12 (doze) meses, atendidas as condições e prazos estabelecidos no Edital, cuja íntegra está disponível no site www.cisamvi.sc.gov.br. Informações complementares serão prestadas pelo fone (47) 3331-5818 ou na Secretaria Executiva do CISAMVI, na Rua Alberto Stein, 466, 3º andar, Velha - Blumenau/SC, das 9h às 12h e das 13h às 17h.

Blumenau (SC), 17 de Abril de 2017.

Mathias Kohler - Presidente do CISAMVI Cleones Hostins – Diretor Executivo

CIS/AMURC**PREGÃO ELETRÔNICO 01/2017**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA

REGIÃO DO CONTESTADO-CISAMURC

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 01/2017

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2017

TIPO LICITAÇÃO: MENOR PREÇO GLOBAL

O Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Contestado, torna público para conhecimento dos interessados que se acha aberto EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO para contratação de empresa especializada para prestação de serviços software de Controle de Processo Administrativo Licitatório, que realizar-se-á nos termos que preceitua a Lei Federal nº 8.666/93 e Lei Complementar nº 123/06. Fixa-se o dia 05/05/2017, às 15:00 horas para abertura das propostas e às 15:01 horas, como último prazo para apresentação da habilitação e propostas. Maiores informações poderão ser obtidas no Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Contestado CISAMURC, sita Rua João da Cruz Kreiling, 875, no município de Canoinhas, SC, de segunda à sexta-feira, no horário das 08:30 horas às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas, ou pelo telefone (47) 3622-4530.

Canoinhas, 17 de abril de 2017.

JULIANO POZZI PEREIRA

Presidente

CIS/AMUREL

EXTRATO DE CONTRATO DE CREDENCIAMENTO - 42/2017 - LABORATÓRIO VIDA**EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato de Credenciamento nº. 42/2017.

Contratante: CISAMUREL - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMUREL

Contratado: LABORATÓRIO VIDA LTDA.

Objeto: O Contratado prestará ao Consórcio e aos Municípios Consorciados, quando solicitado, exames de laboratório.

Amparo Legal: Lei Federal nº. 8.666/93 (Edital de Credenciamento nº. 001/2009).

Data da Assinatura: 13/03/2017.

Assinantes: Clésio Bardini De Biasi pelo Contratante e, José Carlos Mamprim pelo Contratado.

CITMAR

EXTRATO DE CONTRATO Nº. IL 07/2017

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE TURISMO COSTA VERDE E MAR.

EXTRATO DE CONTRATO Nº. IL 07/2017

Objeto: É objeto do presente Contrato firmado entre as partes para realização dos Circuitos de Cicloturismo PEDALLI & COSTA VERDE E MAR 2017, compreendendo:

I – Etapa I – 23/04/2017 – Municípios de Porto Belo e Bombinhas;

II – Etapa II – 11/06/2017 – Municípios de Balneário Piçarras e Penha;

III – Etapa III – 16/09/2017 – Município de Balneário Camboriú e Camboriú;

IV – Etapa IV – 12/11/2017 – Municípios de Itajaí e Navegantes.

Fundamento Legal: art. 25, caput da Lei Federal 8.666/93.

Valor Global: O valor global previsto para a execução do presente contrato é R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)

Contratado: PEDALLI BIKE STORE LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 10.450.291/0001-73.

Vigência: 12/04/2017 a 12/11/2017.

Itajaí/SC, 18 de março de 2017.

Célio José Bernardino

Diretor Executivo CITMAR

CONSÓRCIO CATARINA

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA ABRIL 2017

CONSÓRCIO CATARINA – CONSÓRCIO PÚBLICO DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE SANTA CATARINA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO:**ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

O Presidente interino do CONSÓRCIO CATARINA – CONSÓRCIO PÚBLICO DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições definidas no Protocolo de Intenções, CONVOCA todos os Municípios relacionados no Protocolo de Intenções celebrado em 13 de junho de 2011 para ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, a realizar-se no dia 26 de abril de 2017, às 9h, com a presença de no mínimo 50% (cinquenta por cento) mais um dos Prefeitos ou representantes legais (Vice-Prefeitos) dos Municípios consorciados, na sede da AMUREL, localizada na Rua Rio Branco, nº 67, bairro Vila Moema, Tubarão/SC. Na pauta do dia, em discussão as seguintes matérias:

- Conferência dos Municípios consorciados;
- Homologação do ingresso no Consórcio dos Municípios que

tenham ratificado o Protocolo de Intenções, mediante a apresentação da Lei do respectivo Município que tenha disposto sobre a ratificação;

- Eleição do Presidente do Consórcio e nomeação da Diretoria Executiva, nos termos das cláusulas vigésima-terceira e vigésima-quarta do Protocolo de Intenções e artigos 25 e 26 do Estatuto Social;
- Solicitação de parceria com a equipe técnica da Amurel para prestar apoio técnico ao Consórcio Catarina para auxiliar nas atividades até a formação de equipe técnica própria e nomeação de Coordenador Técnico Operacional;
- Assuntos diversos.

Tubarão/SC, 21 de março de 2017.

Joares Carlos Ponticelli

Presidente do Consórcio Catarina

Prefeito de Tubarão

Editais de Notificação

AGRONÔMICA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8112 183/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8112 183/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
HOR6141	54203660D	18/11/2011	52743	175
HOR6141	54203661D	18/11/2011	58191	193
MGM2062	54203666D	21/11/2011	50100	162 * I
MGM2062	54203667D	21/11/2011	51180	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

AGRONOMICA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

DANIEL SCLIFO ZUCON
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8112 184/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8112 184/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-

FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

CSS0146 54203672D 27/11/2011 54521 181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

AGRONOMICA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

DANIEL SCLIFO ZUCON
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8112 185/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8112 185/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI
N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA
DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,
CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,
OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-
FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MEJ1307 54203669D 21/11/2011 54521 181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

AGRONOMICA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

DANIEL SCLIFO ZUCON
DELEGADO DE POLICIA

ALFREDO WAGNER**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8214 252/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8214 252/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MBE3266 55963462B 09/11/2010 70481 244 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ALFREDO WAGNER/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODEMEL
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8214 254/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8214 254/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LYB8819 55963534B 17/11/2010 57380 186 * II
MDZ7122 55963535B 17/11/2010 50100 162 * I
MDZ7122 55963536B 17/11/2010 50610 163 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ALFREDO WAGNER/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODEMEL
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8214 256/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8214 256/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

KIS1993 55963453B 27/10/2010 69200 233
LYX9979 55963460B 27/10/2010 69200 233
LZN8667 55963455B 27/10/2010 69200 233
MBA1154 55963450B 08/12/2010 50100 162 * I
MBA1154 55963383B 08/12/2010 65992 230 * V
MBA1154 55963384B 08/12/2010 65992 230 * V
MBD5539 55963454B 27/10/2010 69200 233
MBF9883 55963456B 27/10/2010 69200 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ALFREDO WAGNER/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODEMEL
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8214 257/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8214 257/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYF6578	55963466B	27/11/2010	50610	163 c/c 162 * I
MAU3098	55963470B	27/11/2010	65992	230 * V
MEI6701	55963467B	27/11/2010	50100	162 * I
MGE9116	55963405B	10/12/2010	54522	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ALFREDO WAGNER/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODEMEL
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8214 258/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8214 258/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-

FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IDA7959	55963385B	12/12/2010	50100	162 * I
IDA7959	55963386B	12/12/2010	50610	163 c/c 162 * I
KAP3768	55963540B	14/12/2010	69200	233
LBS4795	55963546B	14/12/2010	69200	233
LWT4947	55963472B	06/12/2010	50100	162 * I
LWT4947	55963473B	06/12/2010	50610	163 c/c 162 * I
LWT4947	55963474B	06/12/2010	66531	230 * XI
MBE1119	55963247B	01/05/2010	51691	165
MBK3018	55963403B	01/12/2010	65992	230 * V
MBK3018	55963402B	01/12/2010	50100	162 * I
MCJ0469	55963539B	14/12/2010	69200	233
MCJ6885	55963537B	14/12/2010	69200	233
MDW3106	55963545B	14/12/2010	69200	233
MGI9594	55963404B	11/12/2010	54521	181 * VIII
MHO3752	55963381B	06/12/2010	50100	162 * I
MHO3752	55963382B	06/12/2010	66531	230 * XI
MHQ7046	55963407B	16/12/2010	69120	232
MHQ7046	55963406B	16/12/2010	50100	162 * I
MHQ7046	55963408B	16/12/2010	50610	163 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ALFREDO WAGNER/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODEMEL
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8214 259/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8214 259/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

FLA4044	55963413B	07/01/2011	53800	181 * I
IMR7510	55963443B	03/10/2010	73740	253
LYP9661	55963444B	04/10/2010	65992	230 * V
MEF2291	55963496B	29/09/2010	65992	230 * V
MEF2291	55963494B	25/09/2010	70481	244 * II
MEF2291	55963495B	25/09/2010	50450	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ALFREDO WAGNER/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODEMEL
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8214 261/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8214 261/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

MAD7648	54120102D	04/02/2011	50100	162 * I
MAD7648	54120103D	04/02/2011	58350	195
MAD7648	54120104D	04/02/2011	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ALFREDO WAGNER/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODEMEL
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8214 262/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8214 262/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYB1043	55963416B	24/01/2011	51851	167
LZO7888	55963514B	05/02/2011	65564	230 * I
LZO7888	55963512B	05/02/2011	66372	230 * IX
LZO7888	55963511B	05/02/2011	65992	230 * V
LZO7888	55963510B	05/02/2011	50610	163 c/c 162 * I
LZO7888	55963509B	05/02/2011	50100	162 * I
MAT1514	55963391B	23/01/2011	70481	244 * II
MDK0884	55963389B	20/01/2011	55500	181 * XVIII
MGI9594	55963414B	18/01/2011	65482	229

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ALFREDO WAGNER/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODEMEL
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8214 264/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8214 264/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MDY1978	55963317B	22/02/2011	55250	181 * XV
MDY6528	55963505B	23/01/2011	65300	228
MEA2024	55963504B	28/01/2011	66102	230 * VII
MEC7935	55963508B	05/02/2011	55411	181 * XVII
MHO1275	55963419B	29/01/2011	55411	181 * XVII
MJQ0989	54120106D	04/02/2011	55411	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ALFREDO WAGNER/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODEMEL
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8214 265/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8214 265/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
KA00320	55963390B	23/01/2011	54790	181 * X
MGD8208	54120146D	17/03/2011	57200	186 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS

PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ALFREDO WAGNER/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODEMEL
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8214 266/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8214 266/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MEI4454	55963321B	03/03/2011	53800	181 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ALFREDO WAGNER/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODEMEL
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8214 267/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8214 267/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXE9812	54120105D	04/02/2011	73740	253
MAE2893	54120115D	15/02/2011	50100	162 * I
MAE2893	54120116D	15/02/2011	69120	232
MAE2893	54120117D	15/02/2011	65992	230 * V
MEJ9573	55963420B	08/02/2011	55411	181 * XVII
MEZ5631	54120118D	21/02/2011	70562	244 * III c/c 1\$

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ALFREDO WAGNER/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODEMEL
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8214 268/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8214 268/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ADQ1789	54120134D	09/03/2011	55680	181 * XIX
DZP1111	54120126D	05/03/2011	55411	181 * XVII
LN5976	54120158D	27/03/2011	65300	228
LWZ4595	54120133D	09/03/2011	55680	181 * XIX
LXV9828	55963322B	03/03/2011	55250	181 * XV
LZL1014	55963425B	03/03/2011	55250	181 * XV
LZN4220	54120128D	05/03/2011	51691	165

LZN4220	54120129D	05/03/2011	52741	175
MBT4218	54120142D	16/03/2011	55250	181 * XV
MBW5662	54120140D	16/03/2011	55411	181 * XVII
MEE8063	55963325B	03/03/2011	55250	181 * XV
MGB0762	55963318B	02/03/2011	51930	168
MIN2020	54120135D	14/03/2011	55411	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ALFREDO WAGNER/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODEMEL
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8214 270/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8214 270/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

LYK4037	54120157D	27/03/2011	55411	181 * XVII
---------	-----------	------------	-------	------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ALFREDO WAGNER/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODEMEL
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8214 272/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8214 272/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MFI8175 54120182D 07/04/2011 53800 181 * I
MHA3131 54120181D 07/04/2011 53800 181 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ALFREDO WAGNER/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODEMEL
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8214 273/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8214 273/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LYA5569 55963503B 18/12/2010 65800 230 * IV

LYA5569 55963502B 18/12/2010 69120 232
LYF6578 55963465B 27/11/2010 50100 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ALFREDO WAGNER/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODEMEL
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8214 275/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8214 275/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MIJ5577 54120215D 01/05/2011 52741 175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ALFREDO WAGNER/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODEMEL
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8214 276/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8214 276/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

BMD1156	54120209D	26/04/2011	69200	233
LWV9987	54120201D	26/04/2011	69200	233
LXA2287	54120206D	26/04/2011	69200	233
LXL7753	54120203D	26/04/2011	69200	233
MCV6802	54120208D	26/04/2011	69200	233
MFI4791	54120205D	26/04/2011	69200	233
MHS7273	54120194D	09/05/2011	53800	181 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ALFREDO WAGNER/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODEMEL
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8214 278/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8214 278/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CVB5309	54120211D	27/04/2011	55411	181 * XVII
CVB5309	54120210D	27/04/2011	55250	181 * XV
CXV8816	54120213D	23/04/2011	53800	181 * I
CXV8816	54120214D	25/04/2011	53800	181 * I
MDU1117	54120212D	23/04/2011	70562	244 * III c/c 1\$
MEG3124	54120192D	11/05/2011	53800	181 * I
MEK7266	54120327D	06/05/2011	50610	163 c/c 162 * I
MEK7266	54120326D	06/05/2011	50100	162 * I
MEU8393	54120190D	09/05/2011	65300	228
MFA1179	54120223D	04/05/2011	53800	181 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ALFREDO WAGNER/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODEMEL
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8214 280/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8214 280/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CKI7456	54120162D	24/05/2011	69200	233
LWY9554	54120198D	17/05/2011	50100	162 * I
LZY8704	54120226D	26/05/2011	53800	181 * I
MCM6482	54120163D	24/05/2011	69200	233
MCN3942	54120165D	24/05/2011	69200	233
MDT1317	54120227D	25/05/2011	53800	181 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO

DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ALFREDO WAGNER/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODEMEL
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8214 282/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8214 282/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LWS3663	54120233D	07/06/2011	53800	181 * I
LXO9710	54120330D	06/06/2011	55250	181 * XV
MFM6881	54120331D	10/06/2011	58191	193
MIS4612	54120235D	07/06/2011	55411	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ALFREDO WAGNER/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODEMEL
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8214 285/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO

DE TRANSITO N.8214 285/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MBC8326 54120242D 20/06/2011 55411 181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ALFREDO WAGNER/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODEMEL
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8214 287/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8214 287/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MBT3410 54120332D 30/06/2011 66532 230 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ALFREDO WAGNER/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODEMEL
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8214 288/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8214 288/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AUE1400	55963487B	16/09/2010	65300	228
AUE1400	55963488B	16/09/2010	55250	181 * XV
JXZ7232	54120302D	11/07/2011	69200	233
LNT2483	54120250D	11/07/2011	69200	233
LXI4731	54120303D	11/07/2011	69200	233
LXP9938	54120305D	11/07/2011	69200	233
LXQ5394	54120311D	11/07/2011	69200	233
MAX7189	54120301D	11/07/2011	69200	233
MDL5714	54120308D	11/07/2011	69200	233
MHR6354	54120247D	11/07/2011	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ALFREDO WAGNER/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODEMEL
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8214 290/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8214 290/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CVU9117	54120289D	08/08/2011	55411	181 * XVII
GAT0278	54120324D	26/07/2011	65300	228

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ALFREDO WAGNER/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODEMEL
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8214 292/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8214 292/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AGY4140	54120280D	29/07/2011	54870	181 * XI

KMX8897	54120333D	20/07/2011	55250	181	*	XV
LXB6988	54120320D	21/07/2011	50100	162	*	I
LXB6988	54120321D	21/07/2011	51691	165		
LXB6988	54120322D	21/07/2011	65992	230	*	V
LXB6988	54120323D	21/07/2011	65300	228		
MBJ0038	54120319D	18/07/2011	55412	181	*	XVII
MBN7110	54120277D	28/07/2011	56900	184	*	II
MBN7110	54120278D	28/07/2011	52070	169		
MBT6917	54120283D	04/08/2011	50100	162	*	I
MBT6917	54120284D	04/08/2011	65992	230	*	V
MBT6917	54120285D	04/08/2011	51691	165		
MBT6917	54120286D	04/08/2011	69120	232		
MCG1452	54120281D	01/08/2011	53800	181	*	I
MEK7266	54120325D	23/07/2011	65564	230	*	I
MEU4314	54120334D	20/07/2011	51930	168		
MEU4314	54120335D	20/07/2011	65992	230	*	V
MEZ5631	54120336D	27/07/2011	50100	162	*	I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ALFREDO WAGNER/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODEMEL
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8214 293/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8214 293/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MJJ2870	54120310D	11/07/2011	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)

DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ALFREDO WAGNER/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODEMEL
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8214 294/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8214 294/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MEY1115	54120295D	01/09/2011	55250	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ALFREDO WAGNER/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODEMEL
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8214 297/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8214 297/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

JMK0539 54120262D 22/09/2011 54870 181 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ALFREDO WAGNER/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODEMEL
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8214 298/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8214 298/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ALI3008 54120297D 14/09/2011 53800 181 * I
LZN3996 54120294D 01/09/2011 54870 181 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ALFREDO WAGNER/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODEMEL
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8214 299/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8214 299/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BUL5300	54120251D	20/09/2011	69200	233
LXO1602	54120345D	18/09/2011	58350	195
LXO1602	54120346D	18/09/2011	50610	163 c/c 162 * I
LXO1602	54120347D	18/09/2011	50100	162 * I
LXO1602	54120348D	18/09/2011	57380	186 * II
LXO1602	54120349D	18/09/2011	66531	230 * XI
LZP6832	54120258D	20/09/2011	69200	233
MCD1055	54120253D	20/09/2011	69200	233
MCI6866	54120252D	20/09/2011	69200	233
MDQ2896	54120256D	20/09/2011	69200	233
MEU7458	54120255D	20/09/2011	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ALFREDO WAGNER/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODEMEL
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8214 300/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO

DE TRANSITO N.8214 300/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MCK6159	55963395B	26/01/2011	69200	233
MEM8307	54120266D	03/10/2011	65992	230 * V
MFA7658	55963398B	26/01/2011	69200	233
MGH3145	55963397B	26/01/2011	69200	233
MJJ4120	55963400B	26/01/2011	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ALFREDO WAGNER/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODEMEL
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8214 302/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8214 302/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LXN2513	55368501D	12/10/2011	50100	162 * I
LXN2513	55368502D	12/10/2011	50610	163 c/c 162 * I
LXN2513	55368503D	12/10/2011	65992	230 * V
LXS1702	55368552D	22/10/2011	55411	181 * XVII

MBP0453	55368554D	23/10/2011	65564	230 * I
MBP0453	55368553D	23/10/2011	65992	230 * V
MHO9792	55368504D	24/10/2011	66531	230 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ALFREDO WAGNER/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODEMEL
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8214 303/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8214 303/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BMK5300	55368753D	02/11/2011	50100	162 * I
BMK5300	55368754D	02/11/2011	51180	164 c/c 162 * I
LZF7704	55368755D	02/11/2011	65992	230 * V
MAO6500	55368807D	02/11/2011	66610	230 * XII
MAO6500	55368808D	02/11/2011	65992	230 * V
MAO6500	55368809D	02/11/2011	50610	163 c/c 162 * I
MBL4706	55368729D	16/11/2011	50450	162 * V
MBL4706	55368727D	16/11/2011	51180	164 c/c 162 * I
MBV7107	55368702D	02/11/2011	51180	164 c/c 162 * I
MBV7107	55368703D	02/11/2011	50100	162 * I
MBV7107	55368704D	02/11/2011	51851	167
MCM1884	55368513D	02/11/2011	65992	230 * V
MCM1884	55368514D	02/11/2011	50100	162 * I
MDX5608	55368557D	28/10/2011	69200	233
MED3097	55368505D	27/10/2011	69200	233
MEE5838	55368751D	02/11/2011	65992	230 * V
MEE5838	55368752D	02/11/2011	66371	230 * IX
MEK0732	55368559D	28/10/2011	69200	233
MEK0782	55368558D	28/10/2011	69200	233
MFZ8792	55368804D	03/11/2011	65992	230 * V
MFZ8792	55368805D	03/11/2011	66371	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ALFREDO WAGNER/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODEMEL
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8214 306/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8214 306/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ANL9530	55368721D	10/11/2011	50100	162 * I
ANL9530	55368722D	10/11/2011	51180	164 c/c 162 * I
ANL9530	55368811D	09/11/2011	58350	195
ANL9530	55368813D	09/11/2011	70991	244 * VII
LWU8230	55368821D	15/11/2011	51851	167
LYG1711	55368712D	08/11/2011	54521	181 * VIII
LZN4462	55368660D	13/11/2011	55411	181 * XVII
MAJ3629	55368656D	07/11/2011	55411	181 * XVII
MAY9254	55368715D	09/11/2011	53800	181 * I
MBI6925	55368758D	11/11/2011	65992	230 * V
MBS7807	55368814D	11/11/2011	69120	232
MEL9756	55368737D	24/11/2011	50100	162 * I
MEL9756	55368738D	24/11/2011	65992	230 * V
MEL9756	55368736D	24/11/2011	51180	164 c/c 162 * I
MEL9756	55368739D	24/11/2011	69120	232
MEN7319	55368555D	26/10/2011	55411	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

ALFREDO WAGNER/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODEMEL
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8214 307/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8214 307/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

NQS7499 55368819D 15/11/2011 55250 181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ALFREDO WAGNER/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODEMEL
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8214 308/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8214 308/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,

OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MBL9355 55368730D 16/11/2011 65992 230 * V

MBZ5486 55368659D 20/11/2011 65992 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ALFREDO WAGNER/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODEMEL
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8214 309/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8214 309/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MCP5624 55368836D 05/12/2011 50100 162 * I

MCP5624 55368837D 05/12/2011 50610 163 c/c 162 * I

MGE9116 55368740D 24/11/2011 55250 181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ALFREDO WAGNER/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODEMEL
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8214 310/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8214 310/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ICT8889	55368977D	24/12/2011	69120	232
IMI7316	55368847D	07/12/2011	69200	233
KQC2449	55368952D	07/12/2011	69200	233
LYR4803	55368957D	07/12/2011	65992	230 * V
LYR4803	55368958D	07/12/2011	66610	230 * XII
LZF7704	55368850D	07/12/2011	69200	233
LZG5011	55368844D	07/12/2011	69200	233
LZJ0142	55368843D	07/12/2011	69200	233
MAG9200	55368955D	07/12/2011	69200	233
MAP2082	55368828D	23/11/2011	65992	230 * V
MAW7344	55368825D	23/11/2011	65992	230 * V
MAW7344	55368826D	23/11/2011	50100	162 * I
MAW7344	55368827D	23/11/2011	66610	230 * XII
MBT4749	55368756D	01/12/2011	66532	230 * XI
MBU7308	55368661D	25/11/2011	53800	181 * I
MBU7308	55368662D	28/11/2011	53800	181 * I
MDX5800	55368845D	07/12/2011	69200	233
MEB6792	55368842D	07/12/2011	69200	233
MEC1372	55368903D	02/12/2011	66531	230 * XI
MEJ2165	55368846D	07/12/2011	69200	233
MEU8393	55368834D	01/12/2011	51851	167
MEV7604	55368829D	23/11/2011	55250	181 * XV
MEW2759	55368569D	30/11/2011	50100	162 * I
MEW2759	55368570D	30/11/2011	50610	163 c/c 162 * I
MEW2759	55368571D	30/11/2011	66372	230 * IX
MFA7618	55368831D	01/12/2011	66532	230 * XI
MGO8158	55368905D	06/12/2011	54281	181 * V
MIW5621	55368835D	02/12/2011	65561	230 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ALFREDO WAGNER/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODEMEL
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8214 311/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8214 311/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IMI7316	55368911D	13/12/2011	54281	181 * V
MAH0827	55368910D	13/12/2011	55414	181 * XVII
MEI9313	55368961D	12/12/2011	54281	181 * V
MEJ5592	55368572D	09/12/2011	54870	181 * XI
MIO5843	55368665D	13/12/2011	53800	181 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ALFREDO WAGNER/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODEMEL
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8214 313/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8214 313/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LYO3172	55368967D	18/12/2011	70561	244 * III
LYQ9978	55368968D	19/12/2011	51691	165
MCJ8905	55368963D	18/12/2011	51691	165
MDF0574	55368969D	21/12/2011	66610	230 * XII
MEL4613	55368670D	09/01/2012	54870	181 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ALFREDO WAGNER/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODEMEL
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8214 315/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8214 315/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

BWZ0900	55368913D	22/12/2011	55090	181 * XIII
LZH0648	55368978D	24/12/2011	51691	165
LZH0648	55368979D	24/12/2011	50450	162 * V
MBL4124	55368970D	24/12/2011	65992	230 * V
MBL4124	55368971D	24/12/2011	66532	230 * XI
MBL4124	55368972D	24/12/2011	70561	244 * III

MBL4124	55368973D	24/12/2011	50100	162	*	I
MBL4124	55368974D	24/12/2011	65561	230	*	I
MFE5770	55368917D	21/01/2012	50100	162	*	I
MFE5770	55368918D	21/01/2012	65992	230	*	V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ALFREDO WAGNER/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODEMEL
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8214 318/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8214 318/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXH7599	55368980D	03/01/2012	65992	230 * V
MCV0302	55368986D	05/01/2012	50610	163 c/c 162 * I
MCV0302	55368985D	05/01/2012	50100	162 * I
MGQ0870	55368983D	03/01/2012	65561	230 * I
MGQ0870	55368982D	03/01/2012	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ALFREDO WAGNER/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODEMEL
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8214 319/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8214 319/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MFI3083	55368576D	22/01/2012	51180	164 c/c 162 * I
MFI3083	55368922D	22/01/2012	50100	162 * I
MFI3083	55368923D	22/01/2012	65992	230 * V
MFI3083	55368924D	22/01/2012	65561	230 * I
MFI3083	55368925D	22/01/2012	66532	230 * XI
MFI3083	55368926D	22/01/2012	66371	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ALFREDO WAGNER/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODEMEL
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8214 321/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8214 321/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LZT8590	55368760D	15/02/2012	65992	230 * V
LZT8590	55368761D	15/02/2012	50450	162 * V
LZT8590	55368762D	15/02/2012	69120	232
LZT8590	55368763D	15/02/2012	65561	230 * I
MDI9967	55368921D	22/01/2012	52742	175
MDI9967	55368919D	22/01/2012	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ALFREDO WAGNER/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODEMEL
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8214 322/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8214 322/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
KLX7554	55368612D	03/03/2012	50610	163 c/c 162 * I
KLX7554	55368611D	03/03/2012	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ALFREDO WAGNER/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODEMEL
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8214 324/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8214 324/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AMZ1313	55368587D	06/02/2012	69200	233
CAG9551	55368674D	18/02/2012	50610	163 c/c 162 * I
CAG9551	55368675D	18/02/2012	50100	162 * I
CAG9551	55368676D	18/02/2012	65992	230 * V
CJT3456	55368580D	31/01/2012	53800	181 * I
CKF9313	55368680D	23/02/2012	59670	203 * V
IMP1696	55368583D	06/02/2012	69200	233
LWY5972	55368595D	13/02/2012	55414	181 * XVII
LZS7992	55368588D	06/02/2012	69200	233
MCG4739	55368594D	07/02/2012	55414	181 * XVII
MCL5377	55368998D	04/02/2012	65561	230 * I
MCL5377	55368999D	04/02/2012	66610	230 * XII
MCL5377	55368996D	04/02/2012	50100	162 * I
MCL5377	55368997D	04/02/2012	50610	163 c/c 162 * I
MCL5377	55369000D	04/02/2012	65992	230 * V
MDK9473	55368681D	26/02/2012	65561	230 * I
MDU5003	55368673D	17/02/2012	55414	181 * XVII
MEN2876	55368589D	06/02/2012	69200	233
MFK3193	55368585D	06/02/2012	69200	233
MGQ1904	55368927D	02/02/2012	55414	181 * XVII
MHE9597	55368700D	15/03/2012	55250	181 * XV
MIW7782	55368605D	27/02/2012	65561	230 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ALFREDO WAGNER/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODEMEL
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8214 326/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8214 326/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
HDV5770	55368691D	09/03/2012	56222	182 * VI
LXC4268	55368617D	09/03/2012	50100	162 * I
LXC4268	55368618D	09/03/2012	50610	163 c/c 162 * I
MCY2011	55368767D	03/03/2012	50100	162 * I
MCY2011	55368768D	03/03/2012	50610	163 c/c 162 * I
MCY2011	55368769D	03/03/2012	69120	232
MDN1494	55368613D	03/03/2012	50100	162 * I
MDN1494	55368614D	03/03/2012	50610	163 c/c 162 * I
MIS1263	55368770D	03/03/2012	52070	169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ALFREDO WAGNER/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODEMEL
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8214 328/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8214 328/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CEZ4155	55368939D	15/03/2012	73662	252 * VI
MDO8620	55369106D	04/04/2012	55414	181 * XVII
MEN1703	55368627D	12/03/2012	66610	230 * XII
MEZ5631	55368694D	09/03/2012	66531	230 * XI
MEZ5631	55368692D	09/03/2012	66372	230 * IX
MHB9892	55368619D	09/03/2012	50100	162 * I
MHB9892	55368620D	09/03/2012	50610	163 c/c 162 * I
MHQ7620	55368621D	10/03/2012	65992	230 * V
MHQ7620	55368626D	10/03/2012	73400	252 * IV
MHQ7620	55368625D	10/03/2012	51691	165
MHQ7620	55368624D	10/03/2012	66532	230 * XI
MHQ7620	55368623D	10/03/2012	57380	186 * II
MHQ7620	55368622D	10/03/2012	52742	175
MIT2455	55368697D	09/03/2012	51691	165
MIT2455	55368696D	09/03/2012	70302	244 * I
MIT2455	55368695D	09/03/2012	52742	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

ALFREDO WAGNER/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODEMEL
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8214 329/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8214 329/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI
N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA
DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,
CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,
OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-
FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXB5925	55368938D	07/03/2012	54870	181 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ALFREDO WAGNER/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODEMEL
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8214 330/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8214 330/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
GAT0278	55368940D	20/03/2012	53800	181 * I
LZG7865	55368781D	27/03/2012	54521	181 * VIII
LZG7865	55368949D	28/03/2012	65992	230 * V
MCJ8905	55369002D	17/03/2012	70301	244 * I
MCJ8905	55369001D	17/03/2012	51691	165
MCS8226	55368779D	27/03/2012	73662	252 * VI
MHK5506	55369202D	14/04/2012	54521	181 * VIII
MHU3764	55368597D	21/03/2012	57380	186 * II
MJL4369	55368946D	23/03/2012	55250	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ALFREDO WAGNER/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODEMEL
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8214 331/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8214 331/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AJY5698	55368950D	30/03/2012	53800	181 * I
DMC4707	55368778D	24/03/2012	55250	181 * XV
IGH1367	55368523D	30/03/2012	55250	181 * XV
LWR2759	55368641D	02/04/2012	55414	181 * XVII
LXD7488	55369101D	01/04/2012	54521	181 * VIII
LXQ4868	55368640D	02/04/2012	55414	181 * XVII
LYA9330	55368785D	05/04/2012	69200	233
LZA8981	55368539D	04/04/2012	55414	181 * XVII
LZR3243	55368791D	05/04/2012	69200	233
MAA4733	55368788D	05/04/2012	69200	233
MAM5525	55368541D	04/04/2012	55414	181 * XVII
MAN5635	55368771D	06/03/2012	53800	181 * I
MCA3043	55368789D	05/04/2012	69200	233
MDK9252	55369105D	04/04/2012	55414	181 * XVII
MDV9863	55368790D	05/04/2012	69200	233
MDY4326	55368638D	30/03/2012	73400	252 * IV
MDY4326	55368637D	30/03/2012	70302	244 * I
MEM4870	55368643D	05/04/2012	65992	230 * V
MEM5791	55368783D	05/04/2012	69200	233
MEQ3331	55368540D	04/04/2012	55414	181 * XVII
MEU1812	55368522D	30/03/2012	55250	181 * XV
MFM6881	55368787D	05/04/2012	69200	233
MGX2448	55368786D	05/04/2012	69200	233
MIH9370	55368529D	02/04/2012	54870	181 * XI
MIX5063	55369102D	04/04/2012	55414	181 * XVII
MIY1661	55368535D	04/04/2012	55414	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ALFREDO WAGNER/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODEMEL
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8214 333/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8214 333/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
JGG7059	55368800D	02/05/2012	54522	181 * VIII
LXJ2173	55369157D	14/04/2012	51180	164 c/c 162 * I
LXJ2173	55369158D	14/04/2012	50100	162 * I
LYP9661	55369203D	14/04/2012	65992	230 * V
LYQ9978	55368549D	11/04/2012	55250	181 * XV
LZR2375	55368547D	09/04/2012	55414	181 * XVII
MAU9704	55369151D	11/04/2012	65992	230 * V
MAU9704	55368649D	11/04/2012	69120	232
MAU9704	55368650D	11/04/2012	66532	230 * XI
MBI8158	55368646D	11/04/2012	50100	162 * I
MBI8158	55368647D	11/04/2012	50610	163 c/c 162 * I
MBI8158	55368648D	11/04/2012	66610	230 * XII
MBS7807	55369201D	14/04/2012	55250	181 * XV
MBX2615	55369194D	11/05/2012	53800	181 * I
MCV0351	55368545D	09/04/2012	55250	181 * XV
MDC7889	55368546D	09/04/2012	55414	181 * XVII
MDQ0175	55368645D	08/04/2012	50610	163 c/c 162 * I
MDQ0175	55368644D	08/04/2012	50100	162 * I
MEW2268	55369191D	05/05/2012	51691	165
MGH3251	55368542D	05/04/2012	55250	181 * XV
MIL2417	55369186D	02/05/2012	55414	181 * XVII
MIX1290	55368544D	09/04/2012	55250	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ALFREDO WAGNER/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODEMEL
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8214 335/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8214 335/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MAM7340	55369163D	17/04/2012	66700	230 * XIII
MAM7340	55369162D	17/04/2012	50610	163 c/c 162 * I
MAM7340	55369161D	17/04/2012	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ALFREDO WAGNER/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODEMEL
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8214 336/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8214 336/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

ANL9530	55368797D	17/04/2012	50100	162	*	I
ANL9530	55368798D	17/04/2012	66102	230	*	VII
DSM5957	55369251D	08/05/2012	55250	181	*	XV
GAT0278	55369170D	23/04/2012	55250	181	*	XV
GAT0278	55369171D	23/04/2012	55250	181	*	XV
MBD3923	55369208D	20/04/2012	55414	181	*	XVII
MCB1666	55369212D	26/04/2012	57380	186	*	II
MJF6288	55369109D	22/04/2012	70481	244	*	II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ALFREDO WAGNER/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODEMEL
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8214 338/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8214 338/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CDC1225	55369122D	04/05/2012	69200	233
LWZ2514	55369242D	11/05/2012	55250	181 * XV
LXB5082	55369124D	04/05/2012	69200	233
LYM7623	55369004D	04/05/2012	69200	233
MAF1150	55369121D	04/05/2012	69200	233
MAM5525	55369182D	02/05/2012	54870	181 * XI
MAN3890	55369129D	04/05/2012	66531	230 * XI
MAN3890	55369128D	04/05/2012	65992	230 * V
MAN3890	55369127D	04/05/2012	65564	230 * I
MBE5740	55369125D	04/05/2012	69200	233
MBH2362	55369123D	04/05/2012	69200	233
MCY4784	55369223D	02/05/2012	65992	230 * V
MDM5092	55369131D	10/05/2012	53800	181 * I
MDU9057	55369115D	04/05/2012	69200	233
MDV5381	55369226D	02/05/2012	65992	230 * V
MDV5381	55369224D	02/05/2012	50610	163 c/c 162 * I

MDV5381	55369227D	02/05/2012	65561	230	*	I
MDV5381	55369225D	02/05/2012	50100	162	*	I
MEF4736	55369114D	04/05/2012	69200	233		
MEG3124	55368634D	30/03/2012	54870	181	*	XI
MEY9142	55369180D	29/04/2012	65992	230	*	V
MEY9142	55369181D	29/04/2012	65561	230	*	I
MFG6499	55369236D	08/05/2012	65564	230	*	I
MFK3560	55369117D	04/05/2012	69200	233		
MHI0189	55369215D	29/04/2012	55250	181	*	XV
MHR5990	55369216D	29/04/2012	65992	230	*	V
MHR5990	55369217D	29/04/2012	65561	230	*	I
MIT0441	55369234D	08/05/2012	55250	181	*	XV
MIX5008	55369003D	04/05/2012	69200	233		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ALFREDO WAGNER/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODEMEL
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8214 339/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8214 339/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ALO3545	55369252D	14/05/2012	53800	181 * I
LZN8872	55369137D	25/05/2012	57380	186 * II
MEF9870	55369246D	14/05/2012	66531	230 * XI
MEF9870	55369247D	14/05/2012	65561	230 * I
MEQ1757	55369254D	14/05/2012	53800	181 * I
MGQ0870	55369244D	11/05/2012	65561	230 * I
MIH9370	55369253D	14/05/2012	54870	181 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO

DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ALFREDO WAGNER/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODEMEL
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8214 341/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8214 341/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
GTA5033	55369255D	17/05/2012	54521	181 * VIII
MGE6019	55369279D	04/06/2012	54522	181 * VIII
MIG8237	55369261D	20/05/2012	54521	181 * VIII
MJP6420	55369006D	09/06/2012	69200	233
MJP6420	55369007D	09/06/2012	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ALFREDO WAGNER/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODEMEL
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8214 343/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8214 343/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MGQ2351 55369248D 23/05/2012 70301 244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ALFREDO WAGNER/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODEMEL
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8214 344/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8214 344/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LXC4268 55369142D 28/05/2012 53800 181 * I
LZU6156 55369265D 29/05/2012 55250 181 * XV

MAE9770	55369145D	28/05/2012	55414	181	*	XVII
MBT4218	55369263D	23/05/2012	55414	181	*	XVII
MCG8761	55369268D	29/05/2012	54870	181	*	XI
MGY4173	55369143D	28/05/2012	53800	181	*	I
MJA6151	55369274D	29/05/2012	50100	162	*	I
MJA6151	55369275D	29/05/2012	50610	163	c/c	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ALFREDO WAGNER/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODEMEL
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8214 346/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8214 346/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LWT1101	55369010D	12/06/2012	55414	181 * XVII
MCA6529	55369148D	06/06/2012	53800	181 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ALFREDO WAGNER/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODEMEL
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8214 348/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8214 348/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AMT6848	55369290D	13/06/2012	69200	233
CBJ9063	55369288D	13/06/2012	69200	233
JQW4894	55369287D	13/06/2012	69200	233
LXT4737	55369317D	10/07/2012	65992	230 * V
MBC6403	55369284D	13/06/2012	69200	233
MCZ9703	55369149D	06/06/2012	53800	181 * I
MDM8188	55369282D	13/06/2012	69200	233
MEZ0682	55369301D	07/06/2012	50100	162 * I
MEZ0682	55369303D	07/06/2012	50610	163 c/c 162 * I
MEZ0682	55369304D	07/06/2012	65992	230 * V
MEZ0682	55369305D	07/06/2012	73400	252 * IV
MGH1829	55369289D	13/06/2012	69200	233
MGI0139	55369285D	13/06/2012	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ALFREDO WAGNER/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODEMEL
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8214 350/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8214 350/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MBT1485	55369351D	15/06/2012	55414	181 * XVII
MCA6529	55369354D	21/06/2012	53800	181 * I
MIK4658	55369353D	21/06/2012	53800	181 * I
MJD4023	55369294D	19/06/2012	55250	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ALFREDO WAGNER/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODEMEL
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8214 351/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8214 351/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ABW1022	55369358D	27/06/2012	55414	181 * XVII
MES0275	55369298D	22/06/2012	54870	181 * XI
MHQ3451	55369355D	24/06/2012	57380	186 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ALFREDO WAGNER/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODEMEL
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8214 353/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8214 353/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
GAT0278	55369199D	11/07/2012	54521	181 * VIII
MBS8218	55369366D	03/07/2012	56222	182 * VI
MCP8691	55369465D	28/07/2012	52741	175
MCP8691	55369464D	28/07/2012	60760	210
MCP8691	55369463D	28/07/2012	67261	230 * XVIII
MCP8691	55369462D	28/07/2012	65561	230 * I
MCP8691	55369461D	28/07/2012	66610	230 * XII
MCP8691	55369460D	28/07/2012	65992	230 * V
MFC5904	55369401D	01/07/2012	52741	175
MIK0757	55369365D	03/07/2012	54521	181 * VIII
MKA1278	55369300D	22/06/2012	54870	181 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ALFREDO WAGNER/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODEMEL
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8214 355/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8214 355/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MEW2759 55369374D 12/07/2012 50610 163 c/c 162 * I
MEW2759 55369375D 12/07/2012 50100 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ALFREDO WAGNER/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODEMEL
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8214 356/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8214 356/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LZQ8238 55369470D 05/08/2012 66700 230 * XIII

MCR0979 55369400D 20/08/2012 73662 252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ALFREDO WAGNER/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODEMEL
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8214 358/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8214 358/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AJK4762	55369452D	21/07/2012	54522	181 * VIII
GWP3526	55369422D	28/07/2012	55250	181 * XV
MBB8289	55369385D	30/07/2012	53800	181 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ALFREDO WAGNER/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODEMEL
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8214 359/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8214 359/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SEND0 PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AEZ8321	55369319D	13/07/2012	69200	233
IAQ3616	55369377D	27/07/2012	66700	230 * XIII
IAQ3616	55369378D	27/07/2012	66102	230 * VII
LXH5276	55369478D	29/08/2012	51180	164 c/c 162 * I
LXH5276	55369476D	29/08/2012	50100	162 * I
LYN1744	55369331D	22/07/2012	50100	162 * I
LYN1744	55369332D	22/07/2012	50610	163 c/c 162 * I
LYN1744	55369333D	22/07/2012	70301	244 * I
LZE1830	55369386D	30/07/2012	54870	181 * XI
LZF7704	55369325D	13/07/2012	65992	230 * V
LZF7704	55369326D	13/07/2012	50100	162 * I
LZG5011	55369413D	22/07/2012	50100	162 * I
LZG5011	55369414D	22/07/2012	50610	163 c/c 162 * I
LZG5011	55369415D	22/07/2012	65992	230 * V
MAP3795	55369323D	13/07/2012	69200	233
MAU8235	55369330D	19/07/2012	65992	230 * V
MBO8059	54004513E	29/08/2012	55414	181 * XVII
MBR7175	55369454D	22/07/2012	63944	220 * XIV
MBR7175	55369455D	22/07/2012	51691	165
MBR7175	55369336D	28/07/2012	51691	165
MBR7175	55369335D	28/07/2012	69120	232
MBU2951	55369320D	13/07/2012	69200	233
MBV2512	55369334D	28/07/2012	65561	230 * I
MCF0580	55369329D	19/07/2012	65992	230 * V
MCL3196	55369321D	13/07/2012	69200	233
MCW5863	55369472D	20/08/2012	55414	181 * XVII
MCZ6574	55369412D	19/07/2012	65992	230 * V
MDR3891	55369451D	21/07/2012	50450	162 * V
MEJ1692	55369339D	06/08/2012	50100	162 * I
MEJ1692	55369340D	06/08/2012	50610	163 c/c 162 * I
MEJ1692	55369341D	06/08/2012	70301	244 * I
MEW2759	55369456D	24/07/2012	67693	230 * XXII
MFI9301	54004502E	26/08/2012	54522	181 * VIII
MGG8107	55369458D	24/07/2012	69120	232
MIL5944	54004512E	29/08/2012	53800	181 * I
MJC6028	55369420D	22/07/2012	50100	162 * I
MJC6028	55369421D	22/07/2012	50610	163 c/c 162 * I
MJS5465	55369387D	08/08/2012	53800	181 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO

DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ALFREDO WAGNER/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODEMEL
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8214 361/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8214 361/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LZH2104	55369395D	20/08/2012	53800	181 * I
MGT1495	54004551E	10/09/2012	55411	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ALFREDO WAGNER/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODEMEL
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8214 363/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8214 363/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LXT9513 54004505E 26/08/2012 54522 181 * VIII

MFA7103 54004520E 13/09/2012 55414 181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ALFREDO WAGNER/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODEMEL
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8214 364/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8214 364/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

DQT9800 55369399D 20/08/2012 53800 181 * I

LZM9320 55369394D 17/08/2012 54870 181 * XI

LZM9320 55369398D 20/08/2012 55414 181 * XVII

MCS0393 55369396D 20/08/2012 54870 181 * XI

MCZ1283 55369348D 24/08/2012 50610 163 c/c 162 * I

MCZ1283 55369347D 24/08/2012 50100 162 * I

MGU9633 54004507E 26/08/2012 54600 181 * IX

MIT0441 55369391D 11/08/2012 57380 186 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ALFREDO WAGNER/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODEMEL
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8214 365/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8214 365/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BTF7291	55369018D	14/09/2012	69120	232
BTF7291	55369017D	14/09/2012	52742	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ALFREDO WAGNER/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODEMEL
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8214 366/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8214 366/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LYV2187	55369485D	01/09/2012	50100	162 * I
LYV2187	55369484D	01/09/2012	65992	230 * V
MBI8689	54004582E	13/10/2012	55250	181 * XV
MBT1819	54004519E	13/09/2012	54870	181 * XI
MGG2699	55369393D	11/08/2012	54870	181 * XI
MII1323	55369493D	10/09/2012	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ALFREDO WAGNER/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODEMEL
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8214 368/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8214 368/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LYZ5529	55369431D	25/09/2012	69200	233
MDV3540	54004585E	19/10/2012	50100	162 * I

MDV3540	54004590E	19/10/2012	69120	232	
MDV3540	54004586E	19/10/2012	50610	163	c/c 162 * I
MDV3540	54004587E	19/10/2012	65561	230	* I
MDV3540	54004588E	19/10/2012	65564	230	* I
MDV3540	54004589E	19/10/2012	66371	230	* IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ALFREDO WAGNER/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODEMEL
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8214 370/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8214 370/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ADV9921	55369430D	25/09/2012	69200	233
IBW5424	55369491D	10/09/2012	69200	233
IGL2480	54004574E	07/10/2012	51851	167
IHD1550	55369429D	25/09/2012	69200	233
LXQ8249	54004518E	13/09/2012	55414	181 * XVII
LYR4803	55369350D	14/09/2012	66610	230 * XII
LZM9320	55369014D	10/09/2012	55414	181 * XVII
LZN3996	54004564E	25/09/2012	69200	233
MDQ5040	55369433D	25/09/2012	69200	233
MDY3502	55369496D	10/09/2012	69200	233
MFB3461	55369489D	04/09/2012	53800	181 * I
MFX1470	54004577E	07/10/2012	55250	181 * XV
MGU7493	55369497D	10/09/2012	69200	233
MHC8087	54004565E	25/09/2012	69200	233
MHG3420	55369434D	25/09/2012	69200	233
MHV9387	55369492D	10/09/2012	69200	233
MIJ1104	54004572E	01/10/2012	50371	162 * III
MIJ1104	54004571E	01/10/2012	50881	163 c/c 162 * III
MIT0441	54004556E	16/09/2012	54522	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ALFREDO WAGNER/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODEMEL
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8214 372/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8214 372/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MBU2951	54004604E	05/10/2012	58350	195
MBU2951	54004603E	05/10/2012	58191	193
MBU2951	54004602E	05/10/2012	70561	244 * III
MHG7896	54004581E	13/10/2012	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ALFREDO WAGNER/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODEMEL
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8214 374/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8214 374/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AGS6492	54004659E	19/11/2012	55250	181 * XV
GAT0278	54004595E	25/10/2012	54522	181 * VIII
MGO0130	54004524E	25/10/2012	54521	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ALFREDO WAGNER/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODEMEL
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8214 375/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8214 375/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

DZP1111	54004523E	22/10/2012	54522	181	*	VIII
LXB4323	55369019D	27/10/2012	50450	162	*	V
LXY1586	55369438D	17/10/2012	69200	233		
LYM5043	54004610E	20/10/2012	65992	230	*	V
LYV9697	55369441D	20/10/2012	65992	230	*	V
LYV9697	55369442D	20/10/2012	66020	230	*	VI
LYZ4902	54004583E	19/10/2012	70481	244	*	II
LYZ4902	54004584E	19/10/2012	68580	231	*	VII
LZA8981	54004522E	22/10/2012	55411	181	*	XVII
MAG0115	55369440D	17/10/2012	69200	233		
MAM7001	54004526E	03/11/2012	54870	181	*	XI
MBE1651	55369443D	01/11/2012	65992	230	*	V
MCV2179	54004605E	17/10/2012	69200	233		
MER2421	54004612E	29/10/2012	70481	244	*	II
MET9193	54004611E	20/10/2012	65992	230	*	V
MFE7391	54004607E	17/10/2012	69200	233		
MFG0541	55369436D	17/10/2012	69200	233		
MIT0441	54004596E	28/10/2012	51851	167		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ALFREDO WAGNER/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODEMEL
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8214 377/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8214 377/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LZD5282	54004533E	18/11/2012	54521	181 * VIII
MKA7034	54004613E	10/11/2012	52743	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO

DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ALFREDO WAGNER/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODEMEL
DELEGADO DE POLICIA

ANITA GARIBALDI

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8468 327/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8468 327/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IMC3897	55145410C	13/11/2010	50100	162 * I
LXR2209	55145411C	13/11/2010	50100	162 * I
LXR2209	55145412C	13/11/2010	51930	168

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANITA GARIBALDI/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODERMEL
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8468 330/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8468 330/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MFJ0988 55145504C 14/12/2010 69200 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANITA GARIBALDI/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODERMEL
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8468 331/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8468 331/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

CFB7898 55145507C 03/12/2010 69200 233
GTL1980 55145503C 16/12/2010 69200 233

MAI2819 55145506C 17/12/2010 69200 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANITA GARIBALDI/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODERMEL
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8468 332/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8468 332/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MAC9767	55145509C	30/12/2010	51852	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANITA GARIBALDI/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODERMEL
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8468 333/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8468 333/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

DKD3074	55145501C	28/11/2010	69200	233
ICB0594	55145514C	21/12/2010	69200	233
IGP5389	55145417C	22/12/2010	73662	252 * VI
IOC1930	55145505C	20/12/2010	69200	233
LZO8086	55145510C	18/12/2010	69200	233
LZS5032	55145100C	30/11/2010	69200	233
MAC9767	55145508C	30/12/2010	68580	231 * VII
MBU2400	55145099C	02/12/2010	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANITA GARIBALDI/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODERMEL
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8468 334/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8468 334/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-

DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYF6319	55145425C	15/01/2011	69120	232
LYF6319	55145424C	15/01/2011	52742	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANITA GARIBALDI/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODERMEL
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8468 335/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8468 335/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LAG7922	55145427C	24/01/2011	50100	162 * I
LAG7922	55145428C	24/01/2011	50610	163 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANITA GARIBALDI/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODERMEL
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8468 336/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8468 336/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ADC6855	55145516C	02/02/2011	69200	233
LZO7820	55145430C	29/01/2011	65482	229
MAI3375	55145431C	30/01/2011	51930	168

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANITA GARIBALDI/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODERMEL
DELEGADA DE POLICIA

ANITÁPOLIS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8406 159/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8406 159/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYL7712	55563603B	23/01/2011	51851	167
MGY1462	55563555B	10/01/2011	70301	244 * I
MHE6257	55563521B	23/01/2011	51851	167
MHE6857	55563522B	23/01/2011	51852	167
MHK0804	55563606B	23/01/2011	51851	167
MHL6982	55563605B	23/01/2011	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANITAPOLIS/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ALESSANDRO DE SOUZA ISOPPO
DEL COMARCA STO AMARO IMPERATR

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8406 160/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8406 160/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MBJ2215	55563608B	23/01/2011	51851	167
MCO2729	55563523B	23/01/2011	51851	167
MCO2729	55563524B	23/01/2011	51852	167
MDL2250	55563518B	23/01/2011	51851	167
MMF5150	55563602B	23/01/2011	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANITAPOLIS/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ALESSANDRO DE SOUZA ISOPPO
DEL COMARCA STO AMARO IMPERATR

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8406 161/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8406 161/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
DDN6452	55563601B	23/01/2011	51851	167
MIL0240	55563559B	21/02/2011	55411	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANITAPOLIS/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ALESSANDRO DE SOUZA ISOPPO
DEL COMARCA STO AMARO IMPERATR

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8406 162/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8406 162/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-

FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LYQ8619 55563483B 02/02/2011 69200 233
LZN7616 55563482B 07/02/2011 69200 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

ANITAPOLIS/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ALESSANDRO DE SOUZA ISOPPO
DEL COMARCA STO AMARO IMPERATR

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8406 163/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8406 163/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI
N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA
DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,
CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,
OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-
FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

CCS6349 55563616B 16/03/2011 55250 181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

ANITAPOLIS/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ALESSANDRO DE SOUZA ISOPPO
DEL COMARCA STO AMARO IMPERATR

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8406 166/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8406 166/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MF12845 55563583B 28/04/2011 53800 181 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANITAPOLIS/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ALESSANDRO DE SOUZA ISOPPO
DEL COMARCA STO AMARO IMPERATR

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8406 167/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8406 167/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MCT7188 55563511B 01/12/2010 65992 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANITAPOLIS/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ALESSANDRO DE SOUZA ISOPPO
DEL COMARCA STO AMARO IMPERATR

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8406 168/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8406 168/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MHD2895	55563618B	16/05/2011	54521	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANITAPOLIS/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ALESSANDRO DE SOUZA ISOPPO
DEL COMARCA STO AMARO IMPERATR

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8406 169/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO

DE TRANSITO N.8406 169/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

IBH9583 55563584B 28/04/2011 55250 181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANITAPOLIS/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ALESSANDRO DE SOUZA ISOPPO
DEL COMARCA STO AMARO IMPERATR

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8406 170/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8406 170/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MBN4931 55563617B 28/04/2011 65992 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANITAPOLIS/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ALESSANDRO DE SOUZA ISOPPO
DEL COMARCA STO AMARO IMPERATR

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8406 172/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8406 172/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AMI6679	55563619B	11/05/2011	55250	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANITAPOLIS/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ALESSANDRO DE SOUZA ISOPPO
DEL COMARCA STO AMARO IMPERATR

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8406 173/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8406 173/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,

CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MFW0184	55563622B	26/05/2011	69120	232
MFW0184	55563620B	26/05/2011	50100	162 * I
MFW0184	55563621B	26/05/2011	50610	163 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANITAPOLIS/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ALESSANDRO DE SOUZA ISOPPO
DEL COMARCA STO AMARO IMPERATR

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8406 174/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8406 174/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MAC7927	55563567B	27/06/2011	65992	230 * V
MAC7927	55563568B	27/06/2011	69120	232
MAC7927	55563569B	27/06/2011	58350	195

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANITAPOLIS/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ALESSANDRO DE SOUZA ISOPPO
DEL COMARCA STO AMARO IMPERATR

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8406 175/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8406 175/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IHQ8037	55563623B	07/07/2011	55250	181 * XV
MCN6816	55563574B	15/07/2011	50100	162 * I
MCN6816	55563575B	15/07/2011	51180	164 c/c 162 * I
MCN6816	55563587B	15/07/2011	65992	230 * V
MCN6816	55563588B	15/07/2011	69120	232
MIM8089	55563651B	15/07/2011	54870	181 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANITAPOLIS/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ALESSANDRO DE SOUZA ISOPPO
DEL COMARCA STO AMARO IMPERATR

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8406 176/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8406 176/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYF3602	55563571B	12/07/2011	65992	230 * V
LYF3602	55563372B	12/07/2011	66531	230 * XI
LYF3602	55563373B	12/07/2011	69120	232
MEL5347	55563590B	15/07/2011	67693	230 * XXII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANITAPOLIS/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ALESSANDRO DE SOUZA ISOPPO
DEL COMARCA STO AMARO IMPERATR

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8406 177/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8406 177/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MCD8842	55563656B	01/10/2011	55411	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANITAPOLIS/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ALESSANDRO DE SOUZA ISOPPO
DEL COMARCA STO AMARO IMPERATR

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8406 178/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8406 178/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
FPL9991	55563624B	15/09/2011	57380	186 * II
LXK6132	55563625B	15/10/2011	66020	230 * VI
MCJ1536	55563317B	18/06/2008	57380	186 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANITAPOLIS/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ALESSANDRO DE SOUZA ISOPPO
DEL COMARCA STO AMARO IMPERATR

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8406 179/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8406 179/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IDO2035	55563662B	09/11/2011	50610	163 c/c 162 * I
IDO2035	55563663B	09/11/2011	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANITAPOLIS/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ALESSANDRO DE SOUZA ISOPPO
DEL COMARCA STO AMARO IMPERATR

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8406 180/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8406 180/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MBG8765	55563667B	24/11/2011	70561	244 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANITAPOLIS/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ALESSANDRO DE SOUZA ISOPPO
DEL COMARCA STO AMARO IMPERATR

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8406 182/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8406 182/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
COJ4862	55563669B	17/12/2011	69471	235
COJ4862	55563670B	17/12/2011	52151	170
COJ4862	55563598B	17/12/2011	58193	193
COJ4862	55563599B	17/12/2011	51851	167
COJ4862	55563600B	17/12/2011	51852	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANITAPOLIS/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ALESSANDRO DE SOUZA ISOPPO
DEL COMARCA STO AMARO IMPERATR

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8406 183/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8406 183/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MFH9716 55563671B 07/02/2012 55411 181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANITAPOLIS/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ALESSANDRO DE SOUZA ISOPPO
DEL COMARCA STO AMARO IMPERATR

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8406 185/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8406 185/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MJB6068 55563672B 28/02/2012 55411 181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANITAPOLIS/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ALESSANDRO DE SOUZA ISOPPO
DEL COMARCA STO AMARO IMPERATR

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8406 186/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8406 186/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
DIP7064	55563490B	16/03/2012	69200	233
MKL8950	55563679B	29/03/2012	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANITAPOLIS/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ALESSANDRO DE SOUZA ISOPPO
DEL COMARCA STO AMARO IMPERATR

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8406 188/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8406 188/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-

DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MAW1010	55563682B	10/04/2012	73662	252 * VI
MEF0745	55563491B	14/03/2012	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANITAPOLIS/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ALESSANDRO DE SOUZA ISOPPO
DEL COMARCA STO AMARO IMPERATR

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8406 189/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8406 189/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYQ8598	55563683B	10/04/2012	56142	182 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANITAPOLIS/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ALESSANDRO DE SOUZA ISOPPO
DEL COMARCA STO AMARO IMPERATR

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8406 190/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8406 190/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LXY2898 55563492B 13/04/2012 69200 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANITAPOLIS/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ALESSANDRO DE SOUZA ISOPPO
DEL COMARCA STO AMARO IMPERATR

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8406 192/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8406 192/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

IGT2094 55563695B 21/06/2012 65992 230 * V
MCR2553 55563675B 31/05/2012 69120 232

MCR2553	55563674B	31/05/2012	65992	230	* V
MCR2553	55563464B	31/05/2012	58350	195	
MDI5962	55563271B	04/06/2012	65992	230	* V
MDI5962	55563272B	04/06/2012	69120	232	
MDI5962	55563273B	04/06/2012	65563	230	* I
MDI5962	55563269B	04/06/2012	50100	162	* I
MDI5962	55563270B	04/06/2012	50610	163	c/c 162 * I
MFC6864	55563686B	03/06/2012	52742	175	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANITAPOLIS/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ALESSANDRO DE SOUZA ISOPPO
DEL COMARCA STO AMARO IMPERATR

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8406 193/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8406 193/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXW5418	55563688B	12/06/2012	65992	230 * V
MBU7172	55563687B	12/06/2012	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANITAPOLIS/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ALESSANDRO DE SOUZA ISOPPO

DEL COMARCA STO AMARO IMPERATR

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8406 194/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8406 194/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MBE2876	55563693B	18/06/2012	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANITAPOLIS/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ALESSANDRO DE SOUZA ISOPPO
DEL COMARCA STO AMARO IMPERATR

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8406 195/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8406 195/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

MFV5341	55563467B	09/07/2012	65992	230 * V
---------	-----------	------------	-------	---------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANITAPOLIS/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ALESSANDRO DE SOUZA ISOPPO
DEL COMARCA STO AMARO IMPERATR

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8406 196/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8406 196/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

NGQ1010	55563637B	05/09/2012	51851	167
---------	-----------	------------	-------	-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANITAPOLIS/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ALESSANDRO DE SOUZA ISOPPO
DEL COMARCA STO AMARO IMPERATR

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8406 197/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8406 197/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MEG7243 55563633B 24/08/2012 70481 244 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

ANITAPOLIS/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ALESSANDRO DE SOUZA ISOPPO
DEL COMARCA STO AMARO IMPERATR

APIUNA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8104 191/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8104 191/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LZT0161 54769715C 18/11/2010 50100 162 * I
MGU2960 54769716C 18/11/2010 69120 232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

APIUNA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8104 192/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8104 192/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MGC5897 54769773C 22/11/2010 65992 230 * V
MGD3919 54769825C 02/12/2010 65992 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

APIUNA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8104 193/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8104 193/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXZ9995	54769777C	12/12/2010	66531	230 * XI
MHW6826	54769717C	08/12/2010	70301	244 * I
MHW6826	54769775C	12/12/2010	52741	175
MHW6826	54769776C	12/12/2010	70303	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

APIUNA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8104 194/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8104 194/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

LXA9187 54769778C 27/12/2010 70301 244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

APIUNA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8104 195/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8104 195/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MCR8195 54769914C 15/02/2011 67001 230 * XVI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

APIUNA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8104 196/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8104 196/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LWY3470 54769826C 02/02/2011 55250 181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

APIUNA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8104 197/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8104 197/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MAZ3089 54770060C 25/02/2011 65565 230 * I
MAZ3089 54770059C 25/02/2011 65992 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

APIUNA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8104 198/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8104 198/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MJR4910	54770103C	08/04/2011	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

APIUNA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8104 199/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8104 199/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AOO2164	54770110C	13/04/2011	51851	167
AOO2164	54770111C	13/04/2011	51852	167
CWH3377	54770119C	13/04/2011	65992	230 * V
IMU5610	54770106C	13/04/2011	51930	168
MBR4298	54769876C	13/04/2011	51851	167
MGM2159	54769875C	13/04/2011	73400	252 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

APIUNA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8104 200/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8104 200/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LXL1241	54769834C	12/04/2011	65992	230 * V
LXW1830	54770120C	13/04/2011	51851	167

LYN6799	54770125C	13/04/2011	66020	230	* VI
MAK1820	54769878C	13/04/2011	69120	232	
MDU1986	54770122C	13/04/2011	50100	162	* I
MHC3617	54770117C	13/04/2011	70302	244	* I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

APIUNA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8104 201/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8104 201/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ICU3537	54769792C	23/05/2011	55411	181 * XVII
LYQ6965	54770135C	12/05/2011	50450	162 * V
MBZ2423	54770061C	11/04/2011	65992	230 * V
MCC5268	54769781C	01/05/2011	50100	162 * I
MCC5268	54769781C	01/05/2011	70301	244 * I
MDW6011	54769782C	04/05/2011	65992	230 * V
MIH6204	54769790C	17/05/2011	55250	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

APIUNA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8104 202/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8104 202/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IKC9318	54769780C	20/04/2011	51851	167
JDD9009	54769791C	17/05/2011	55411	181 * XVII
LWZ4310	54770130C	06/05/2011	65992	230 * V
MCD0228	54769886C	26/05/2011	50450	162 * V
MJK4282	54769736C	05/06/2011	65991	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

APIUNA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8104 203/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8104 203/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-

FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BGJ1064	54769789C	04/05/2011	51851	167
DCE0779	54770131C	09/05/2011	65992	230 * V
DCE0779	54770134C	09/05/2011	69120	232
MAO9590	54770133C	08/05/2011	69120	232
MCQ1667	54769841C	12/05/2011	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

APIUNA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8104 204/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8104 204/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MAM4275	54769724C	26/05/2011	50100	162 * I
MAM4275	54769725C	26/05/2011	51851	167
MBQ3533	54769728C	26/05/2011	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

APIUNA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8104 206/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8104 206/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ICU3537 54769731C 26/05/2011 51851 167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

APIUNA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8104 207/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8104 207/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-

FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LZL2346	54769921C	09/06/2011	50100	162 * I
LZL2346	54769922C	09/06/2011	51851	167
LZL2346	54769924C	09/06/2011	66372	230 * IX
LZL2346	54769925C	09/06/2011	65992	230 * V
LZL2346	54769926C	09/06/2011	52070	169
MAU4150	54769879C	26/05/2011	51852	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

APIUNA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8104 208/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8104 208/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI
N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA
DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,
CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,
OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-
FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AAF6190	54769858C	23/08/2009	69120	232
---------	-----------	------------	-------	-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

APIUNA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8104 209/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8104 209/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MAG3998	54770139C	23/06/2011	65992	230 * V
MAG3998	54770138C	23/06/2011	54010	181 * III
MEV0678	54770064C	28/06/2011	50100	162 * I
MEV0678	54770063C	28/06/2011	65992	230 * V
MGO7609	54770137C	23/06/2011	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

APIUNA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8104 210/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8104 210/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MHK9147 54769797C 22/07/2011 69120 232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

APIUNA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8104 213/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8104 213/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MAW1446 54769869C 19/04/2010 69120 232
MAW1446 54769868C 19/04/2010 66450 230 * X
MAW1446 54769866C 19/04/2010 52741 175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

APIUNA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8104 215/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8104 215/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MFD8030 54770147C 28/08/2011 65992 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

APIUNA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8104 216/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8104 216/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MHM5193	54769932C	24/09/2011	55250	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

APIUNA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8104 217/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8104 217/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI
N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA
DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,
CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,
OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-
FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ARH7700	54770121C	30/10/2011	55250	181 * XV
BTJ0998	54770143C	25/08/2011	69120	232
LZN2523	54769931C	24/09/2011	54521	181 * VIII
LZP9160	54770069C	02/10/2011	50100	162 * I
LZP9160	54770069C	02/10/2011	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

APIUNA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8104 218/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8104 218/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MDA0059	54769847C	21/10/2011	50100	162 * I
MDA0059	54770150C	21/10/2011	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

APIUNA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8104 220/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8104 220/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-

DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MDC3167 54769741C 13/12/2011 65992 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

APIUNA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8104 221/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8104 221/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MHC3617 54769937C 20/12/2011 70301 244 * I
MHC3617 54769938C 20/12/2011 70303 244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

APIUNA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8104 222/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8104 222/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AGU8608	54769747C	11/02/2012	51691	165
AGU8608	54769746C	11/02/2012	50100	162 * I
LYP4498	54769939C	27/01/2012	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

APIUNA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8104 224/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8104 224/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LWZ8699	54770079C	08/03/2012	65992	230	* V
LWZ8699	54770078C	08/03/2012	69120	232	
LWZ8699	54770077C	08/03/2012	50371	162	* III
MDL9514	54770080C	08/03/2012	65992	230	* V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

APIUNA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8104 225/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8104 225/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CAQ6709	54770154C	07/03/2012	50100	162 * I
LYP3226	54769889C	20/02/2012	50100	162 * I
LZR9701	54770159C	13/03/2012	51851	167
MAX8181	54770072C	29/02/2012	50100	162 * I
MAX8181	54770072C	29/02/2012	65992	230 * V
MAX8181	54770075C	29/02/2012	66101	230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

APIUNA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8104 226/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8104 226/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MHY9153 54770160C 14/03/2012 73400 252 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

APIUNA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8104 227/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8104 227/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MAL4384 54770088C 30/03/2012 51930 168
MBD4063 54770076C 29/02/2012 50100 162 * I

MJA6276 54770170C 19/04/2012 50100 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

APIUNA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8104 229/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8104 229/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXM9285	54769896C	19/04/2012	51851	167
LYV8840	54769898C	04/05/2012	69120	232
MBC7319	54770180C	07/05/2012	59670	203 * V
MBQ1603	54770178C	04/05/2012	50450	162 * V
MBQ1603	54769899C	04/05/2012	51851	167
MCI9690	54770099C	21/05/2012	52070	169
MCI9690	54770097C	21/05/2012	65992	230 * V
MCI9690	54770098C	21/05/2012	50450	162 * V
MGV6378	54770179C	04/05/2012	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

APIUNA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8104 230/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8104 230/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MAO2611	54769749C	29/04/2012	65992	230 * V
MEO8670	54770096C	19/05/2012	55250	181 * XV
MGJ5582	54770094C	19/05/2012	65992	230 * V
MID7103	54770181C	10/05/2012	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

APIUNA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8104 232/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8104 232/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

MFS6694 54770095C 19/05/2012 54521 181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

APIUNA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8104 233/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8104 233/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MAU3153 54770454C 03/06/2012 65992 230 * V
MEL1124 54770194C 27/06/2012 51851 167
MHD2354 54770458C 27/06/2012 50100 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

APIUNA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8104 235/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8104 235/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LWX2825 54770197C 30/06/2012 51851 167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

APIUNA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8104 237/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8104 237/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

CIO2429 54770474C 09/07/2012 51851 167
LYN8491 54770471C 09/07/2012 51851 167

MBS2972 54770506C 12/07/2012 51851 167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

APIUNA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8104 238/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8104 238/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MAM9753	54770188C	24/06/2012	51851	167
MEP3762	54770182C	16/06/2012	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

APIUNA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8104 239/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8104 239/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MHY5653	54770464C	27/06/2012	51851	167
MIU1156	54770460C	27/06/2012	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

APIUNA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8104 241/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8104 241/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AEH5643	54770507C	12/07/2012	51851	167
---------	-----------	------------	-------	-----

BEY0808	54770486C	27/07/2012	69120	232	
LZZ1842	54770210C	29/06/2012	50100	162	* I
LZZ1842	54770209C	29/06/2012	65992	230	* V
MEP3832	54770196C	30/06/2012	69120	232	
MEW8001	54770520C	26/07/2012	65992	230	* V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

APIUNA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8104 242/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8104 242/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
DZG7415	54770220C	11/08/2012	65992	230 * V
IFC4495	54770482C	22/07/2012	65992	230 * V
IJS0724	54770511C	15/07/2012	65992	230 * V
LXI8831	54770498C	11/08/2012	51851	167
LZQ3274	54770213C	17/07/2012	55250	181 * XV
LZT1259	54770477C	21/07/2012	69120	232
LZT1259	54770478C	21/07/2012	66371	230 * IX
MBC9301	54770479C	21/07/2012	69120	232
MHR9495	54770528C	12/08/2012	51851	167
MJA6276	54770526C	12/08/2012	50100	162 * I
MJC6270	54770489C	05/08/2012	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

APIUNA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8104 244/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8104 244/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LZW1189	54770487C	27/07/2012	51851	167
MCH5063	54770488C	27/07/2012	51851	167
MGE5860	54770215C	07/08/2012	65992	230 * V
MGE5860	54770214C	07/08/2012	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

APIUNA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8104 246/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8104 246/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LWW1211	54770524C	09/08/2012	51930	168
MAI2999	54770221C	11/08/2012	51851	167
MAQ3486	54770530C	14/08/2012	65992	230 * V
MFW3769	54770494C	09/08/2012	51851	167
MHH3972	54770607C	24/08/2012	51851	167
MJO6472	54770532C	14/08/2012	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

APIUNA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8104 248/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8104 248/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ACW6518	54770540C	04/09/2012	50100	162 * I
MDS9721	54770541C	04/09/2012	65992	230 * V
MIK7669	54770529C	12/08/2012	66700	230 * XIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO

DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

APIUNA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8104 250/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8104 250/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BEY0808	54770544C	11/09/2012	51851	167
BEY0808	54770545C	11/09/2012	69120	232
MCL2710	54770537C	16/08/2012	54870	181 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

APIUNA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8104 251/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8104 251/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MGT9795	54770606C	24/08/2012	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

APIUNA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8104 253/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8104 253/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AFY2964	54770608C	02/09/2012	51851	167
LZC7901	54770610C	02/09/2012	51851	167
MEX0718	54770604C	24/08/2012	70301	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)

DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

APIUNA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8104 255/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8104 255/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYN7585	54770539C	01/09/2012	69120	232
MAZ3779	54770555C	24/08/2012	65992	230 * V
MAZ3779	54770554C	24/08/2012	50100	162 * I
MIE5863	54770613C	11/09/2012	50100	162 * I
MIE5863	54770612C	11/09/2012	70481	244 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

APIUNA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8104 257/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8104 257/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AJO4987 54770614C 07/10/2012 50100 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

APIUNA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8104 260/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8104 260/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LAY9735 54770546C 16/10/2012 65992 230 * V
LYI8136 54770626C 28/10/2012 51851 167
LYI8136 54770625C 28/10/2012 52070 169
LYI8136 54770627C 28/10/2012 58350 195
MHR0323 54770548C 19/10/2012 50100 162 * I
MJO6472 54770615C 07/10/2012 50100 162 * I
MJO6472 54770616C 07/10/2012 50610 163 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

APIUNA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8104 263/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8104 263/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYB1551	54770623C	28/10/2012	50100	162 * I
LZV5083	54770651C	03/11/2012	65992	230 * V
MAO7084	54770652C	09/11/2012	65992	230 * V
MAR7963	54770547C	19/10/2012	51851	167
MBP4496	54770624C	28/10/2012	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

APIUNA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8104 264/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8104 264/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LZZ5995	54769750C	04/11/2012	65992	230 * V
MBE8081	54770632C	31/10/2012	65992	230 * V
MCI1696	54770653C	09/11/2012	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

APIUNA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI
DELEGADO DE POLICIA

CUNHATAÍ

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8772 9/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8772 9/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MHJ3948	55204617C	30/05/2011	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CUNHATAI/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

TATIANA KLEIN SAMUEL
DEL REGIONAL 12 DRP

DESCANSO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8398 372/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8398 372/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AMF3811	55595458C	31/12/2011	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DESCANSO/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8398 375/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8398 375/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AJS6018	55595501C	27/02/2012	69200	233
CMH8663	55595459C	29/01/2012	50450	162 * V
LYU9002	55920522B	29/01/2012	69120	232
MCP7740	55595895C	30/01/2012	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DESCANSO/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8398 376/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8398 376/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

DKO3553 55595920C 27/02/2012 69200 233
DXE4975 55595502C 27/02/2012 69200 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DESCANSO/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8398 378/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8398 378/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ASQ4071 55595844C 08/03/2012 69200 233
EIP5565 55595527C 20/03/2012 69200 233
IJW8615 55595925C 27/02/2012 69200 233
MFE9282 55595858C 07/03/2012 73662 252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DESCANSO/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8398 380/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8398 380/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MFF8013	55595463C	10/03/2012	65992	230 * V
MFF8013	55595464C	10/03/2012	73400	252 * IV
MFF8013	55595862C	10/03/2012	57200	186 * I
MFF8013	55595863C	10/03/2012	58350	195

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DESCANSO/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8398 381/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8398 381/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

NPW7783 55595897C 20/03/2012 69200 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DESCANSO/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8398 383/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8398 383/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

DXU1473	55595530C	13/04/2012	69200	233
KDV3835	55595531C	13/04/2012	69200	233
MJH4042	55595505C	21/04/2012	53800	181 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DESCANSO/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8398 385/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8398 385/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

IKG1391 55595504C 21/04/2012 53800 181 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DESCANSO/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8398 388/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8398 388/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MDH6552 55595534C 13/04/2012 69200 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DESCANSO/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8398 390/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8398 390/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
DAY7517	55595503C	21/04/2012	65482	229
MGM0592	55595479C	25/04/2012	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DESCANSO/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8398 393/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO

DE TRANSITO N.8398 393/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

BNU7003	55920523B	29/04/2012	65992	230 * V
MIT8305	55920716B	17/05/2012	50450	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DESCANSO/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8398 395/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8398 395/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ARN1231	55595804C	11/06/2012	69200	233
LYS6110	55920720B	20/05/2012	65992	230 * V
LYS6110	55920721B	20/05/2012	51691	165
NTU3113	55595806C	11/06/2012	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU

POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DESCANSO/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8398 396/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8398 396/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CAX7705	55595469C	02/06/2012	65482	229
MHR6552	55595467C	02/06/2012	66531	230 * XI
MHR6552	55595468C	02/06/2012	66371	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DESCANSO/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8398 398/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO

DE TRANSITO N.8398 398/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

BUJ5882 55595808C 11/06/2012 69200 233
MFE6850 55595809C 20/06/2012 65992 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DESCANSO/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8398 400/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8398 400/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MIB8199 55595553C 02/07/2012 51851 167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)

DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DESCANSO/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8398 401/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8398 401/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MGB8982	55595554C	02/07/2012	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DESCANSO/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8398 403/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8398 403/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

DUH3863 55595864C 17/07/2012 54600 181 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DESCANSO/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8398 404/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8398 404/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ETJ0817 55595849C 05/07/2012 50450 162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DESCANSO/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8398 406/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8398 406/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MAY8920	55595543C	04/08/2012	53800	181 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DESCANSO/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8398 407/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8398 407/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-

DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXL1550	55595542C	04/08/2012	52743	175
MDV0104	55595541C	04/08/2012	59670	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DESCANSO/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8398 408/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8398 408/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
DJI6302	55595626C	10/09/2012	69200	233
LZD4577	55595514C	02/09/2012	65482	229
MFE9282	55595518C	02/09/2012	65482	229

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DESCANSO/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE

DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8398 409/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8398 409/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYC2651	55920725B	28/08/2012	69200	233
MUA2529	55595513C	18/08/2012	52742	175
MUA2529	55595512C	18/08/2012	52743	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DESCANSO/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8398 410/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8398 410/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MEE7271	55595628C	21/09/2012	69200	233
MEO4317	55595580C	11/09/2012	58350	195
MGQ8827	55595811C	16/08/2012	69200	233
MPA7542	55595473C	10/09/2012	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DESCANSO/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8398 411/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8398 411/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ANE2520	55595633C	01/10/2012	55411	181 * XVII
LXB2432	55595586C	05/10/2012	50100	162 * I
MDU7905	55595487C	18/09/2012	69200	233
MEO4317	55595582C	11/09/2012	65992	230 * V
MEO4317	55595583C	11/09/2012	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DESCANSO/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8398 414/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8398 414/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IFY4674	55595629C	01/10/2012	55411	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DESCANSO/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8398 415/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8398 415/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-

DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
DUJ4700	55595869C	18/10/2012	69200	233
MFJ9899	55595603C	07/10/2012	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DESCANSO/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8398 416/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8398 416/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AKL7425	55595488C	04/10/2012	52743	175
JTS0518	55595602C	07/10/2012	52743	175
LXJ2359	55595588C	07/10/2012	52741	175
LXJ2359	55595587C	07/10/2012	50100	162 * I
MAV7362	55595630C	01/10/2012	55411	181 * XVII
MJN9655	55595632C	01/10/2012	55411	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DESCANSO/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

JABORÁ

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8178 170/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8178 170/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MAB8676	55656868B	26/11/2010	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JABORA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

DANIEL SA FORTES REGIS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8178 171/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8178 171/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,

OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

JPE4600 55656864B 21/11/2010 51851 167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JABORA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

DANIEL SA FORTES REGIS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8178 172/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8178 172/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

DZA3218 55656730B 09/12/2010 59670 203 * V
GNC0765 55656728B 27/11/2010 73662 252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JABORA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

DANIEL SA FORTES REGIS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8178 173/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8178 173/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
JPE4600	55656729B	27/11/2010	73662	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JABORA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

DANIEL SA FORTES REGIS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8178 175/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8178 175/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXO6438	55656831B	30/01/2011	63190	220 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JABORA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

DANIEL SA FORTES REGIS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8178 176/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8178 176/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXY4864	55656795B	12/02/2011	59670	203 * V
MDL2995	55656878B	08/03/2011	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JABORA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

DANIEL SA FORTES REGIS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8178 177/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8178 177/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AKL7718 55656902B 25/03/2011 51851 167
LYE6304 55904948A 28/03/2011 65992 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JABORA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

DANIEL SA FORTES REGIS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8178 178/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8178 178/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MBJ8578 55656879B 13/03/2011 66700 230 * XIII

MFK6391 55656874B 02/03/2011 59670 203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JABORA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

DANIEL SA FORTES REGIS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8178 179/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8178 179/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IDA6391	55656825B	13/11/2010	65992	230 * V
MBV8072	55656857B	30/10/2010	61733	215 * I * b
MBV8072	55656855B	30/10/2010	58350	195
MBV8072	55656856B	30/10/2010	66371	230 * IX
MDI3601	55656858B	31/10/2010	66371	230 * IX
MDJ6191	55656788B	21/10/2010	51691	165
MDX8407	55656883B	24/04/2011	66700	230 * XIII
MDX8407	55656884B	24/04/2011	66102	230 * VII
MDX8407	55656885B	24/04/2011	68580	231 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JABORA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

DANIEL SA FORTES REGIS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8178 181/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8178 181/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MLD4450	55656895B	15/05/2011	65992	230 * V
MLD4450	55656896B	15/05/2011	51691	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JABORA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

DANIEL SA FORTES REGIS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8178 182/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8178 182/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CSC1834	55656887B	25/04/2011	65565	230 * I

LXM7492 55656886B 25/04/2011 51851 167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JABORA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

DANIEL SA FORTES REGIS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8178 184/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8178 184/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CXA6912	55656951B	04/06/2011	51691	165
LYH0717	55656897B	15/05/2011	53040	176 * III
MGU4199	55656907B	20/05/2011	59670	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JABORA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

DANIEL SA FORTES REGIS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8178 186/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8178 186/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LYO2581 55656904B 17/05/2011 69120 232
MDK4331 55656906B 20/05/2011 59670 203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JABORA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

DANIEL SA FORTES REGIS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8178 187/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8178 187/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MHD1752 55656731B 18/08/2011 63190 220 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JABORA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

DANIEL SA FORTES REGIS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8178 189/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8178 189/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXE1484	55657003B	11/09/2011	58350	195
LXE1484	55657004B	11/09/2011	52152	170

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JABORA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

DANIEL SA FORTES REGIS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8178 190/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8178 190/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AAC0474 55656953B 01/10/2011 65992 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JABORA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

DANIEL SA FORTES REGIS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8178 191/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8178 191/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LXM7492 55656918B 28/10/2011 73400 252 * IV
LXM7492 55656917B 28/10/2011 57200 186 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JABORA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

DANIEL SA FORTES REGIS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8178 192/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8178 192/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MBA5743	55657059B	14/11/2011	59670	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JABORA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

DANIEL SA FORTES REGIS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8178 193/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8178 193/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MBE7434 55657064B 23/11/2011 59670 203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JABORA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

DANIEL SA FORTES REGIS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8178 194/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8178 194/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MAG5882 55657065B 10/12/2011 50100 162 * I
MAG5882 55657067B 10/12/2011 65992 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS

PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JABORA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

DANIEL SA FORTES REGIS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8178 195/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8178 195/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYH0717	55656954B	17/12/2011	52742	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JABORA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

DANIEL SA FORTES REGIS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8178 197/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8178 197/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MCO6408 55656957B 28/06/2012 52742 175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JABORA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

DANIEL SA FORTES REGIS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8178 198/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8178 198/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MDJ2230 55656960B 22/08/2012 55411 181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JABORA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

DANIEL SA FORTES REGIS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8178 199/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8178 199/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MCD6763	55657093B	12/09/2012	59670	203 * V
MGD3313	55657094B	12/09/2012	59670	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JABORA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

DANIEL SA FORTES REGIS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8178 200/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8178 200/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MHK1360	55657100B	05/10/2012	62970	220 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

JABORA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

DANIEL SA FORTES REGIS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8178 201/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8178 201/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI
N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA
DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,
CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,
OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-
FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MFZ1914	55656961B	30/09/2012	50371	162 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

JABORA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

DANIEL SA FORTES REGIS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8178 202/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8178 202/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LXD7635	55656930B	10/11/2012	51851	167
LXD7635	55657109B	10/11/2012	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JABORA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

DANIEL SA FORTES REGIS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8178 203/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8178 203/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AGP7318	55657010B	04/11/2012	69120	232
---------	-----------	------------	-------	-----

AGP7318	55657011B	04/11/2012	51691	165
AGP7318	55657007B	04/11/2012	52070	169
AGP7318	55657008B	04/11/2012	50100	162 * I
AGP7318	55657009B	04/11/2012	65992	230 * V
MAK0624	55656963B	19/10/2012	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JABORA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

DANIEL SA FORTES REGIS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8178 204/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8178 204/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MAD4555	55656931B	14/11/2012	51851	167
---------	-----------	------------	-------	-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JABORA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

DANIEL SA FORTES REGIS
DELEGADO DE POLICIA

MONTE CASTELO**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8200 200/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8200 200/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MIH0064 55340220C 24/01/2011 50100 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MONTE CASTELO/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

RUI ORESTES KUCHNIR
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8200 202/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8200 202/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AKZ6493 55340215C 18/01/2011 50100 162 * I
LXN1631 55340217C 18/01/2011 50450 162 * V
MCN1415 55340221C 27/01/2011 65992 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MONTE CASTELO/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

RUI ORESTES KUCHNIR
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8200 203/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8200 203/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LZQ9197 55340219C 24/01/2011 50450 162 * V
MAQ8640 55339973C 16/02/2011 50100 162 * I
MAQ8640 55339974C 16/02/2011 65992 230 * V
MAQ8640 55339975C 16/02/2011 69120 232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MONTE CASTELO/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

RUI ORESTES KUCHNIR
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8200 204/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8200 204/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MFA3214 55339972C 04/02/2011 70301 244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MONTE CASTELO/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

RUI ORESTES KUCHNIR
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8200 207/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8200 207/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MEX8543 55340080C 20/02/2011 69120 232
MEX8543 55340075C 20/02/2011 50100 162 * I

MEX8543	55340076C	20/02/2011	50610	163	c/c	162	*	I
MEX8543	55340077C	20/02/2011	58350	195				
MEX8543	55340078C	20/02/2011	65992	230	*			V
MEX8543	55340079C	20/02/2011	52741	175				

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MONTE CASTELO/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

RUI ORESTES KUCHNIR
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8200 208/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8200 208/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ACT0374	55340226C	23/02/2011	50100	162 * I
ACT0374	55340227C	23/02/2011	65992	230 * V
LYK6133	55340181C	23/03/2011	65992	230 * V
LYK6133	55340182C	23/03/2011	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MONTE CASTELO/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

RUI ORESTES KUCHNIR
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8200 209/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8200 209/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MHM4315 55340233C 10/03/2011 50450 162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MONTE CASTELO/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

RUI ORESTES KUCHNIR
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8200 210/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8200 210/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LZT6504 54579019C 04/04/2011 50100 162 * I
LZT6504 54579020C 04/04/2011 65992 230 * V

LZT6504 54579021C 04/04/2011 70301 244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MONTE CASTELO/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

RUI ORESTES KUCHNIR
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8200 211/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8200 211/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MBP8735	55340104C	19/12/2010	65992	230 * V
MBP8735	55340105C	19/12/2010	69120	232
MBP8735	55340106C	19/12/2010	65800	230 * IV
MBP8735	55340107C	19/12/2010	66371	230 * IX
MEK6403	55339966C	21/11/2010	50100	162 * I
MEK6403	55339967C	21/11/2010	51691	165
MEK6403	55340074C	21/11/2010	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MONTE CASTELO/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

RUI ORESTES KUCHNIR
DELEGADO DE POLICIA

MORRO GRANDE**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8462 100/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8462 100/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

JQV0081	54961583B	24/10/2011	69200	233
MMH5090	54961582B	24/10/2011	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MORRO GRANDE/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8462 85/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8462 85/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MCC5027	54961525B	13/11/2010	65992	230 * V
MCC5027	54961554B	13/11/2010	50100	162 * I
MCC5027	54961555B	13/11/2010	51180	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MORRO GRANDE/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8462 86/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8462 86/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AJI2102	54961651B	10/12/2010	50450	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MORRO GRANDE/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8462 88/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8462 88/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LXM0982 54961726B 20/12/2010 69200 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

MORRO GRANDE/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8462 89/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8462 89/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MGZ0917 54961556B 10/01/2011 70991 244 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MORRO GRANDE/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8462 90/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8462 90/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IOW6736	54961558B	18/02/2011	69200	233
MCS8863	54961763B	15/10/2010	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MORRO GRANDE/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8462 93/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8462 93/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

IAT8858 54961578B 03/06/2011 52820 176 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MORRO GRANDE/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8462 94/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8462 94/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

EBW5446 54961577B 24/05/2011 69200 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)

DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MORRO GRANDE/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8462 95/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8462 95/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LZT6441	54961727B	22/06/2011	65992	230 * V
LZT6441	54961728B	22/06/2011	50610	163 c/c 162 * I
LZT6441	54961729B	22/06/2011	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MORRO GRANDE/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8462 96/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8462 96/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MBP0706	54961735B	01/07/2011	65992	230 * V
MBP0706	54961733B	01/07/2011	50100	162 * I
MBP0706	54961734B	01/07/2011	50610	163 c/c 162 * I
MDU2601	54961738B	16/07/2011	65992	230 * V
MDU2601	54961736B	16/07/2011	50100	162 * I
MDU2601	54961737B	16/07/2011	50610	163 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

MORRO GRANDE/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8462 97/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8462 97/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MGI8478	54961579B	12/07/2011	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS

PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MORRO GRANDE/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8462 98/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8462 98/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MDW1449	54961559B	24/07/2011	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MORRO GRANDE/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8462 99/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8462 99/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MBV2587	54961767B	16/08/2011	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MORRO GRANDE/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

PINHALZINHO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8290 643/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8290 643/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ALA4701	55921551D	24/08/2012	65992	230 * V
MIG3137	55921579D	17/09/2012	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHALZINHO/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

RONALDO NECKENL MORETO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8290 645/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8290 645/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AAAY7311	55922002D	01/10/2012	72930	251 * I
AAAY7311	55922001D	01/10/2012	54870	181 * XI
AIC8116	55585696D	07/09/2012	65992	230 * V
BLY2115	55921624D	30/09/2012	65992	230 * V
CIW6162	55921691D	30/08/2012	51851	167
DZV6210	55010350D	05/09/2012	69200	233
IFE1746	55921735D	06/09/2012	65992	230 * V
IFE1746	55921734D	06/09/2012	52152	170
IJV8599	55921717D	03/09/2012	58433	196
LYL5936	55921706D	31/08/2012	69200	233
LZX1563	55586374D	06/09/2012	50100	162 * I
MAC3521	55921571D	09/09/2012	51851	167
MAL4263	55585267D	04/09/2012	69200	233
MDO8044	55921752D	04/09/2012	69200	233
MIQ0056	55921960D	20/09/2012	59670	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHALZINHO/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

RONALDO NECKENL MORETO
DELEGADO DE POLICIA

PIRATUBA**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8342 343/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8342 343/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LXH9346 54755052B 10/01/2011 66102 230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PIRATUBA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

JOSE SERGIO APARECIDO DE CASTILHO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8342 346/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATUBA - 282570

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8342 346/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

GUT7658 54755006B 09/01/2011 51851 167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PIRATUBA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

TIAGO BORTOLOZZI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8342 347/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8342 347/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

IFR3037 54754993B 09/01/2011 51851 167
LWX4618 54754791B 10/02/2011 50100 162 * I
LXC3439 54754732B 14/01/2011 65992 230 * V
LXS1744 54754181B 07/01/2011 65992 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PIRATUBA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

JOSE SERGIO APARECIDO DE CASTILHO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8342 349/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8342 349/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LXF7635 54754471B 10/02/2011 65992 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PIRATUBA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

JOSE SERGIO APARECIDO DE CASTILHO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8342 351/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATUBA - 282570

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8342 351/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LZA8888 54755000B 23/02/2011 61220 214 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PIRATUBA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

TIAGO BORTOLOZZI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8342 352/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8342 352/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MJH7210	54755065B	20/02/2011	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PIRATUBA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

JOSE SERGIO APARECIDO DE CASTILHO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8342 354/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO

DE TRANSITO N.8342 354/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MDC3687 54755152B 04/03/2011 65992 230 * V

MDC3687 54755151B 04/03/2011 50100 162 * I

MDC3687 54755153B 04/03/2011 65564 230 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PIRATUBA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

JOSE SERGIO APARECIDO DE CASTILHO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8342 358/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATUBA - 282570

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8342 358/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AJF6599 54755156B 08/05/2011 65300 228

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS

PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PIRATUBA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

TIAGO BORTOLOZZI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8342 359/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8342 359/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MAB9649	54754836B	28/05/2011	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PIRATUBA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

JOSE SERGIO APARECIDO DE CASTILHO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8342 361/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8342 361/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MHV2738 54754870B 24/05/2011 50450 162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PIRATUBA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

JOSE SERGIO APARECIDO DE CASTILHO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8342 364/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8342 364/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AAK3333 54754837B 03/06/2011 51851 167
AAK3333 54754907B 06/06/2011 66102 230 * VII
AAK3333 54754906B 27/05/2011 66102 230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PIRATUBA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

JOSE SERGIO APARECIDO DE CASTILHO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8342 367/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8342 367/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LXJ2357 54754871B 18/07/2011 50100 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PIRATUBA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

JOSE SERGIO APARECIDO DE CASTILHO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8342 369/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8342 369/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-

FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MHZ8050 54754474B 10/08/2011 50100 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

PIRATUBA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

JOSE SERGIO APARECIDO DE CASTILHO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8342 370/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8342 370/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI
N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA
DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,
CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,
OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-
FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MGS2177 54754764B 10/04/2010 50610 163 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

PIRATUBA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

JOSE SERGIO APARECIDO DE CASTILHO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8342 376/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATUBA - 282570

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8342 376/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

JQG1060	54754682B	04/12/2011	51852	167
JQG1060	54754681B	04/12/2011	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PIRATUBA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

TIAGO BORTOLOZZI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8342 377/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8342 377/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

BNH5572	54754680B	13/11/2011	53470	178
---------	-----------	------------	-------	-----

LWX7778 54755075B 16/11/2011 65992 230 * V
MFA7492 54754876B 13/11/2011 55250 181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PIRATUBA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

JOSE SERGIO APARECIDO DE CASTILHO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8342 378/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8342 378/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MFI9458	54754436B	26/10/2011	50610	163 c/c 162 * I
MFI9458	54754435B	27/10/2011	50100	162 * I
MFR7526	54754684B	04/12/2011	55250	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PIRATUBA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

JOSE SERGIO APARECIDO DE CASTILHO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8342 414/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATUBA - 282570

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8342 414/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MAZ2432 54313117D 21/10/2012 65300 228

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PIRATUBA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

TIAGO BORTOLOZZI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8342 415/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8342 415/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MDE6173 54754366B 19/11/2012 65992 230 * V
MDG3758 54313252D 21/11/2012 50100 162 * I

MDG3758 54313253D 21/11/2012 65992 230 * V
MIV4254 54755092B 15/11/2012 50100 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PIRATUBA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

JOSE SERGIO APARECIDO DE CASTILHO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8342 418/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATUBA - 282570

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8342 418/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

AKR9899	54754910B	01/12/2012	72340	250 * I * a
CLT1937	54313270D	01/12/2012	65640	230 * II
LYS5155	54754491B	02/12/2012	55680	181 * XIX
MFL4192	54313120D	01/12/2012	57200	186 * I
MFS5967	54313256D	01/12/2012	65640	230 * II
MFS5967	54313265D	01/12/2012	65640	230 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PIRATUBA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

TIAGO BORTOLOZZI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8342 419/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATUBA - 282570

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8342 419/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MDY3269 54313754D 13/11/2012 59670 203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

PIRATUBA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

TIAGO BORTOLOZZI
AUTORIDADE DE TRANSITO

São Bonifácio

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8394 123/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8394 123/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

IMN7791 54791025C 12/12/2010 70561 244 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO BONIFACIO/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ALESSANDRO DE SOUZA ISOPPO
DEL COMARCA STO AMARO IMPERATR

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8394 124/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8394 124/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AJK6240 54791024C 03/12/2010 65561 230 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO BONIFACIO/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ALESSANDRO DE SOUZA ISOPPO
DEL COMARCA STO AMARO IMPERATR

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8394 125/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8394 125/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AEH4394	54790974C	10/01/2011	69200	233
MCJ5961	54791107C	01/02/2011	50100	162 * I
MCJ5961	54791107C	01/02/2011	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO BONIFACIO/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ALESSANDRO DE SOUZA ISOPPO
DEL COMARCA STO AMARO IMPERATR

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8394 127/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8394 127/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IGF0902	54791154C	28/09/2011	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU

POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO BONIFACIO/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ALESSANDRO DE SOUZA ISOPPO
DEL COMARCA STO AMARO IMPERATR

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8394 129/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8394 129/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LXB4431 54791060C 31/12/2011 65482 229

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO BONIFACIO/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ALESSANDRO DE SOUZA ISOPPO
DEL COMARCA STO AMARO IMPERATR

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8394 131/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8394 131/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MIU0096	54791066C	13/01/2012	51180	164 c/c 162 * I
MIU0096	54791065C	13/01/2012	50100	162 * I
MIU0096	54791065C	13/01/2012	52741	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO BONIFACIO/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ALESSANDRO DE SOUZA ISOPPO
DEL COMARCA STO AMARO IMPERATR

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8394 132/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8394 132/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AJO4497	54791158C	12/01/2012	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO BONIFACIO/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ALESSANDRO DE SOUZA ISOPPO
DEL COMARCA STO AMARO IMPERATR

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8394 133/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8394 133/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MEO5773	54791126C	14/03/2012	54521	181 * VIII
MIZ7159	54791069C	20/02/2012	65482	229

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO BONIFACIO/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ALESSANDRO DE SOUZA ISOPPO
DEL COMARCA STO AMARO IMPERATR

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8394 134/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8394 134/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LZX2922 54791160C 29/01/2012 69200 233
MFN9635 54791159C 29/01/2012 69200 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO BONIFACIO/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ALESSANDRO DE SOUZA ISOPPO
DEL COMARCA STO AMARO IMPERATR

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO N.8394 135/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO N.8394 135/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MF15196 54791130C 27/03/2012 55250 181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO BONIFACIO/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ALESSANDRO DE SOUZA ISOPPO
DEL COMARCA STO AMARO IMPERATR

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8394 136/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8394 136/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BAV1307	54791131C	24/03/2012	65482	229
LXT1032	54791161C	23/03/2012	69200	233
LYE1096	54791076C	04/04/2012	69120	232
MBV8579	54791072C	08/03/2012	66532	230 * XI
MBX8991	54791067C	19/02/2012	54521	181 * VIII
MEW4553	54791129C	26/03/2012	55250	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO BONIFACIO/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ALESSANDRO DE SOUZA ISOPPO
DEL COMARCA STO AMARO IMPERATR

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8394 137/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8394 137/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MIU0096 54791134C 01/04/2012 52741 175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO BONIFACIO/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ALESSANDRO DE SOUZA ISOPPO
DEL COMARCA STO AMARO IMPERATR

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8394 138/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8394 138/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MFI5196 54791162C 12/04/2012 69200 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO BONIFACIO/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ALESSANDRO DE SOUZA ISOPPO
DEL COMARCA STO AMARO IMPERATR

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8394 140/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8394 140/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYA1387	54791165C	03/07/2012	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO BONIFACIO/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ALESSANDRO DE SOUZA ISOPPO
DEL COMARCA STO AMARO IMPERATR

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8394 141/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8394 141/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CWP8407	54791150C	15/08/2012	55250	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO BONIFACIO/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ALESSANDRO DE SOUZA ISOPPO
DEL COMARCA STO AMARO IMPERATR

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8394 142/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8394 142/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MDQ9362	54791167C	11/07/2012	69200	233
MKA4491	54791168C	20/07/2012	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO BONIFACIO/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ALESSANDRO DE SOUZA ISOPPO
DEL COMARCA STO AMARO IMPERATR

São João Batista**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8151 797/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAO BATISTA - 283210

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8151 797/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AKS0500	55796849C	28/09/2011	73662	252 * VI
MBC8604	55795150C	27/09/2011	51930	168
MCL9983	55795147C	21/09/2011	73662	252 * VI
MDN0145	55796830C	22/09/2011	65992	230 * V
MDT3395	55796061C	16/09/2011	51851	167
MFS8075	55795553C	09/10/2011	51930	168
MIE7896	55796804C	16/09/2011	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAO BATISTA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

IVANIO PIZZI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8151 799/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAO BATISTA - 283210

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8151 799/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-

FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ALV9165	55796067C	28/09/2011	73662	252 * VI
DQV1150	55795530C	10/10/2011	51851	167
LBX9600	55796071C	01/10/2011	51851	167
MBZ3407	55795541C	13/10/2011	55680	181 * XIX
MDT6244	55795710C	26/01/2011	50100	162 * I
MEG4418	55795571C	24/10/2011	51930	168
MFV7661	55795393C	18/10/2011	57380	186 * II
MGS7801	55794687C	23/10/2011	70482	244 * II
MGS7801	55794685C	23/10/2011	50100	162 * I
MGS7801	55794686C	23/10/2011	65992	230 * V
MHA4926	55796080C	10/10/2011	51851	167
MHM8541	55795502C	01/10/2011	51851	167
MHT5442	55795392C	09/10/2011	70561	244 * III
MIP7335	55796805C	16/09/2011	51851	167
MIY1342	55795540C	13/10/2011	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

SAO JOAO BATISTA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

IVANIO PIZZI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8151 801/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAO BATISTA - 283210

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8151 801/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI
N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA
DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,
CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,
OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-
FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

CMF8129	55795864C	31/10/2011	55680	181 * XIX
DAX6851	55795526C	10/10/2011	51851	167

DIK3836	55796832C	22/09/2011	51851	167	
INE8527	55794688C	23/10/2011	65992	230	* V
INE8527	55794689C	23/10/2011	50610	163	c/c 162 * I
INE8527	55794690C	23/10/2011	50100	162	* I
MAR3095	55795575C	02/11/2011	56142	182	* V
MAS9831	55795874C	03/11/2011	50371	162	* III
MAS9831	55795875C	03/11/2011	51341	164	c/c 162 * III
MCP9207	55795574C	02/11/2011	65992	230	* V
MDL5106	55795865C	31/10/2011	66532	230	* XI
MDL9037	55795855C	29/10/2011	51851	167	
MDM0347	55795877C	03/11/2011	50100	162	* I
MDM0347	55795877C	03/11/2011	65992	230	* V
MGQ0068	55795880C	03/11/2011	51851	167	
MHA8251	55795871C	03/11/2011	73662	252	* VI
MHS7623	55795391C	05/10/2011	54600	181	* IX
MIM3455	55795859C	25/10/2011	73662	252	* VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAO BATISTA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

IVANIO PIZZI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8151 803/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAO BATISTA - 283210

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8151 803/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AHF9403	55795548C	19/10/2011	73662	252 * VI
ANM3949	55795515C	04/10/2011	73662	252 * VI
DDJ0146	55795584C	08/11/2011	50100	162 * I
DDJ0146	55795584C	08/11/2011	65992	230 * V
FOX9154	55795908C	14/11/2011	51851	167
LZL7438	55795587C	11/11/2011	54521	181 * VIII
MAV1344	55795583C	08/11/2011	65992	230 * V
MAZ2849	55795910C	14/11/2011	51851	167

MBD9554	55796116C	12/11/2011	66532	230	*	XI
MBD9554	55796117C	12/11/2011	66371	230	*	IX
MCB5346	55795901C	08/11/2011	70481	244	*	II
MCD0751	55796120C	12/11/2011	66532	230	*	XI
MCI3212	55795893C	07/11/2011	70301	244	*	I
MCQ6422	55795585C	08/11/2011	50100	162	*	I
MCR8226	55795559C	18/10/2011	65992	230	*	V
MCR8226	55795559C	18/10/2011	69120	232		
MCS7698	55796118C	12/11/2011	66532	230	*	XI
MCS7698	55796119C	12/11/2011	66371	230	*	IX
MCV7096	55796112C	09/11/2011	66371	230	*	IX
MDM5452	55795895C	09/11/2011	66532	230	*	XI
MEH6284	55795549C	19/10/2011	73662	252	*	VI
MEN2602	55795582C	08/11/2011	65992	230	*	V
MFH0773	55796103C	12/11/2011	50100	162	*	I
MFH0773	55796104C	12/11/2011	65992	230	*	V
MGD2367	55795899C	09/11/2011	73662	252	*	VI
MHL5980	55795887C	07/11/2011	55680	181	*	XIX
MHO6102	55795892C	07/11/2011	50100	162	*	I
MHO6102	55795892C	07/11/2011	65992	230	*	V
MHP9915	55795906C	14/11/2011	51851	167		
MHX7977	55795886C	04/11/2011	66532	230	*	XI
MID3706	55795589C	11/11/2011	50450	162	*	V
MID3706	55795589C	11/11/2011	65992	230	*	V
MIE3189	55795898C	09/11/2011	50100	162	*	I
MIW2267	55795889C	07/11/2011	66532	230	*	XI
MIW2267	55795888C	07/11/2011	50100	162	*	I
MJH2882	55795550C	19/10/2011	66532	230	*	XI
MJH2882	55795853C	19/10/2011	66371	230	*	IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAO BATISTA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

IVANIO PIZZI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8151 805/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAO BATISTA - 283210

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8151 805/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-

DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BYK9297	55795876C	03/11/2011	66532	230 * XI
HLC5342	55795564C	21/10/2011	73662	252 * VI
LYW2239	55796136C	21/11/2011	73662	252 * VI
MBY2082	55794925C	01/11/2011	65992	230 * V
MBY2082	55794926C	01/11/2011	50100	162 * I
MDF7711	55795858C	31/10/2011	50100	162 * I
MDF7711	55795858C	31/10/2011	65992	230 * V
MEB2722	55795962C	18/11/2011	73662	252 * VI
MEE6529	55796129C	21/11/2011	73662	252 * VI
MGW3777	55795860C	25/10/2011	73662	252 * VI
MIN1067	55795851C	25/10/2011	50450	162 * V
MIZ9004	55795879C	03/11/2011	51930	168
MJC8295	55796126C	18/11/2011	73662	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAO BATISTA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

IVANIO PIZZI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8151 807/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAO BATISTA - 283210

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8151 807/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CAS1350	55795981C	24/11/2011	51851	167
LYG1959	55796145C	23/11/2011	67852	231 * II * a
MAR3654	55795975C	24/11/2011	57380	186 * II
MBP8662	55795862C	25/10/2011	73662	252 * VI
MCN5648	55795863C	25/10/2011	55250	181 * XV
MCX1169	55795984C	24/11/2011	60502	208

MCX1169	55795983C	24/11/2011	57380	186	*	II
MCX1169	55795985C	24/11/2011	51851	167		
MGI1321	55796148C	24/11/2011	65992	230	*	V
MGN6769	55795972C	24/11/2011	66102	230	*	VII
MGN6769	55795973C	24/11/2011	66700	230	*	XIII
MHG3726	55795878C	03/11/2011	66532	230	*	XI
MIF8039	55795971C	24/11/2011	50100	162	*	I
MIY6465	55796139C	23/11/2011	54522	181	*	VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAO BATISTA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

IVANIO PIZZI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8151 809/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8151 809/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYM4064	55795881C	07/11/2011	50100	162 * I
LYM4064	55795881C	07/11/2011	51180	164 c/c 162 * I
LYM4064	55795881C	07/11/2011	69120	232
LYM4064	55795881C	07/11/2011	65992	230 * V
LYV6725	55795959C	15/11/2011	58350	195
LZI8822	55795885C	07/11/2011	66532	230 * XI
LZI8822	55795884C	07/11/2011	66371	230 * IX
MAB8222	55795921C	29/11/2011	50100	162 * I
MAB8222	55795921C	29/11/2011	65992	230 * V
MAB8222	55795921C	29/11/2011	69120	232
MAB8222	55795921C	29/11/2011	66102	230 * VII
MBG5898	55796107C	12/11/2011	65992	230 * V
MBK3536	55795988C	03/12/2011	73662	252 * VI
MBP0182	55795586C	08/11/2011	51180	164 c/c 162 * I
MBP0182	55795586C	08/11/2011	65992	230 * V
MBP0182	55795586C	08/11/2011	69120	232

MDG8367	55795977C	27/11/2011	70481	244	*	II
MDG8367	55795978C	27/11/2011	66020	230	*	VI
MET5767	55795896C	09/11/2011	65992	230	*	V
MET5767	55795897C	09/11/2011	66371	230	*	IX
MFP3229	55795909C	14/11/2011	73662	252	*	VI
MGE2358	55795954C	09/11/2011	65992	230	*	V
MHT4333	55796115C	09/11/2011	66532	230	*	XI
MHV6116	55795902C	08/11/2011	70301	244	*	I
MHV6116	55795903C	08/11/2011	70481	244	*	II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAO BATISTA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8151 811/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8151 811/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MEW9519	55794927C	19/11/2011	50100	162 * I
MEW9519	55794927C	19/11/2011	50610	163 c/c 162 * I
MFR2636	55796134C	21/11/2011	50100	162 * I
MFR2636	55796134C	21/11/2011	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAO BATISTA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8151 813/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAO BATISTA - 283210

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8151 813/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LNP4608	55796160C	09/12/2011	64080	221
MAS3187	55795936C	10/12/2011	55411	181 * XVII
MCA1593	55795961C	18/11/2011	55680	181 * XIX
MCK6976	55795996C	09/12/2011	55680	181 * XIX
MDA6237	55796169C	18/12/2011	73662	252 * VI
MDU2706	55796147C	24/11/2011	65992	230 * V
MEE3745	55796142C	23/11/2011	73662	252 * VI
MEU1950	55795982C	24/11/2011	51851	167
MEV8276	55795913C	17/11/2011	50100	162 * I
MEV8276	55795913C	17/11/2011	65992	230 * V
MEX0447	55796306C	12/12/2011	73662	252 * VI
MGH2757	55796310C	15/12/2011	70301	244 * I
MGK1562	55795926C	08/12/2011	65992	230 * V
MGU6844	55796137C	21/11/2011	73662	252 * VI
MHG1488	55796146C	24/11/2011	50100	162 * I
MIV6061	55795974C	24/11/2011	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAO BATISTA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

IVANIO PIZZI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8151 815/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAO BATISTA - 283210

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8151 815/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SEND0 PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LXR0675	55795919C	26/11/2011	51691	165	
LXR0675	55795918C	26/11/2011	50100	162	* I
LXR0675	55795918C	26/11/2011	65992	230	* V
LXR0675	55795918C	26/11/2011	69120	232	
LXR0675	55795918C	26/11/2011	66371	230	* IX
LYX0239	55796151C	29/11/2011	65992	230	* V
LYX0239	55796152C	29/11/2011	64080	221	
LZM7390	55796185C	21/12/2011	58350	195	
LZM7390	55796186C	21/12/2011	65992	230	* V
LZM7390	55796187C	21/12/2011	66371	230	* IX
LZM7390	55796188C	21/12/2011	66102	230	* VII
LZM7390	55796189C	21/12/2011	65561	230	* I
LZQ4342	55795923C	05/12/2011	70302	244	* I
LZQ4342	55795922C	05/12/2011	70561	244	* III
MFH0912	55795943C	24/12/2011	55415	181	* XVII
MFK0943	55796317C	21/12/2011	55680	181	* XIX
MFO7384	55796159C	06/12/2011	65992	230	* V
MGP0517	55796131C	21/11/2011	51930	168	
MGZ6565	55796178C	18/12/2011	57380	186	* II
MHL6837	55796183C	21/12/2011	65992	230	* V
MHL6837	55796184C	21/12/2011	50100	162	* I
MHP0345	55795596C	20/12/2011	55413	181	* XVII
MIE3189	55795989C	30/11/2011	70481	244	* II
MIF8693	55796153C	29/11/2011	66532	230	* XI
MIF8693	55796154C	29/11/2011	70481	244	* II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAO BATISTA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

IVANIO PIZZI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8151 817/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8151 817/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ACQ0659	55797430C	06/01/2012	69200	233	
AJL7266	55795472C	05/01/2012	69200	233	
AOI2043	55797414C	06/01/2012	69200	233	
HWU4681	55797357C	03/01/2012	69200	233	
HXY1479	55795473C	05/01/2012	51930	168	
IBB3523	55797382C	05/01/2012	69200	233	
IKF2186	55797377C	05/01/2012	69200	233	
INO5351	55797421C	06/01/2012	69200	233	
KQR0261	55797399C	06/01/2012	69200	233	
KRJ3686	55797401C	06/01/2012	61220	214	* I
LAY1023	55797405C	06/01/2012	69200	233	
LND0630	55795398C	03/01/2012	69200	233	
LXI2374	55797409C	06/01/2012	69200	233	
LXL8494	55795950C	03/01/2012	69200	233	
LXV0175	55797390C	06/01/2012	69200	233	
LYB2380	55797389C	06/01/2012	69200	233	
LZB1243	55797367C	04/01/2012	69200	233	
LZJ9229	55797397C	06/01/2012	69200	233	
LZK0403	55797361C	04/01/2012	69200	233	
LZQ4342	55795932C	10/12/2011	66531	230	* XI
LZV5142	55796162C	09/12/2011	50450	162	* V
LZV5142	55796163C	09/12/2011	65992	230	* V
LZV5142	55796164C	09/12/2011	69120	232	
MAK1000	55795590C	17/12/2011	54521	181	* VIII
MAZ3086	55797427C	06/01/2012	69200	233	
MBJ2462	55795592C	17/12/2011	70481	244	* II
MBJ2462	55795591C	17/12/2011	65992	230	* V
MBM0431	55797373C	04/01/2012	69200	233	
MBR7268	55796344C	30/12/2011	55415	181	* XVII
MBT0448	55797363C	04/01/2012	69200	233	
MCA5220	55797420C	06/01/2012	69200	233	
MCD3621	55795465C	05/01/2012	69200	233	
MDH0960	55797426C	06/01/2012	69200	233	
MDQ7435	55797407C	06/01/2012	69200	233	
MDU8408	55797372C	04/01/2012	69200	233	
MEE3340	55795931C	10/12/2011	58433	196	
MEE3340	55795930C	10/12/2011	66531	230	* XI
MEG5133	55795464C	05/01/2012	69200	233	
MEJ7447	55797396C	06/01/2012	69200	233	
MEX7441	55796308C	12/12/2011	73662	252	* VI
MEY3728	55797432C	06/01/2012	69200	233	
MFZ8638	55797428C	06/01/2012	69200	233	

MGY5063	55796350C	02/01/2012	73400	252	*	IV
MHE2649	55795992C	06/12/2011	55415	181	*	XVII
MHL4631	55795466C	05/01/2012	69200	233		
MIA0418	55795997C	09/12/2011	54522	181	*	VIII
MIA2669	55796166C	12/12/2011	66371	230	*	IX
MIA2669	55796167C	12/12/2011	65992	230	*	V
MIA2669	55796165C	12/12/2011	50100	162	*	I
MI18557	55795995C	06/12/2011	55250	181	*	XV
MIX0620	55795937C	10/12/2011	54521	181	*	VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAO BATISTA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8151 819/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8151 819/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ECE0666	55795484C	11/01/2012	51851	167
LXO4074	55795593C	17/12/2011	65992	230 * V
LXO4074	55795594C	17/12/2011	70481	244 * II
MDY5208	55795032C	15/01/2012	50100	162 * I
MDY5208	55795033C	15/01/2012	65992	230 * V
MFT1434	55795598C	10/01/2012	54522	181 * VIII
MHV0617	55795031C	14/01/2012	55680	181 * XIX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

SAO JOAO BATISTA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8151 820/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAO BATISTA - 283210

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8151 820/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXP3462	55796196C	21/12/2011	66102	230 * VII
LXP3462	55796194C	21/12/2011	65992	230 * V
LXP3462	55796195C	21/12/2011	58350	195
MAE2335	55795041C	20/01/2012	55680	181 * XIX
MCQ2484	55796174C	13/12/2011	70561	244 * III
MFQ3528	55794691C	15/01/2012	65992	230 * V
MGV2108	55795039C	17/01/2012	73662	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAO BATISTA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

IVANIO PIZZI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8151 822/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8151 822/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AEN7770	55797381C	05/01/2012	69200	233	
AI54378	55797406C	06/01/2012	69200	233	
AMW3074	55795470C	05/01/2012	69200	233	
CAK1639	55797370C	04/01/2012	69200	233	
CRG7072	55797369C	04/01/2012	69200	233	
CYQ7247	55796050C	20/01/2012	73662	252	* VI
DEE9972	55797416C	06/01/2012	69200	233	
DPL0904	55797392C	06/01/2012	69200	233	
HEA2900	55796336C	27/12/2011	57380	186	* II
IDU6054	55797418C	06/01/2012	69200	233	
JZE7385	55796044C	20/01/2012	50100	162	* I
LXO9876	55797388C	06/01/2012	69200	233	
LYD0760	55796199C	24/12/2011	66532	230	* XI
LYD0760	55796198C	24/12/2011	65992	230	* V
LYD0760	55796197C	24/12/2011	50100	162	* I
LYV8183	55795048C	23/01/2012	50100	162	* I
LZW4875	55795400C	03/01/2012	69200	233	
MAD9691	55797359C	03/01/2012	69200	233	
MAM0129	55795455C	02/01/2012	65992	230	* V
MAM0129	55795453C	02/01/2012	50100	162	* I
MBT4132	55797400C	06/01/2012	69200	233	
MBV2643	55797412C	06/01/2012	69200	233	
MCM8881	55796349C	30/12/2011	64080	221	
MCM8881	55796424C	29/12/2011	65482	229	
MCM8881	55796345C	30/12/2011	66102	230	* VII
MCM8881	55796346C	30/12/2011	51851	167	
MCM8881	55796347C	30/12/2011	51852	167	
MCM8881	55796348C	30/12/2011	73400	252	* IV
MDF6583	55797362C	04/01/2012	69200	233	
MDM4011	55795047C	20/01/2012	51930	168	
MDR4122	55797419C	06/01/2012	69200	233	
MDT7797	55797411C	06/01/2012	69200	233	
MED4492	55795462C	02/01/2012	58191	193	
MED4492	55795460C	02/01/2012	58350	195	
MED4492	55795459C	02/01/2012	70561	244	* III
MEG0190	55795050C	21/01/2012	52743	175	
MEL4429	55797393C	06/01/2012	69200	233	
MEL6518	55796048C	20/01/2012	65992	230	* V
MEL8237	55796355C	25/01/2012	55680	181	* XIX
MES8114	55795945C	03/01/2012	69200	233	
MFD1414	55795948C	03/01/2012	69200	233	
MFY5957	55797364C	04/01/2012	69200	233	
MFY9548	55796503C	26/01/2012	73662	252	* VI
MGG4102	55795397C	03/01/2012	69200	233	
MGR8742	55795477C	05/01/2012	70301	244	* I
MGS7801	55794928C	27/01/2012	50100	162	* I
MGS8361	55797387C	06/01/2012	69200	233	
MGX5251	55796049C	20/01/2012	73662	252	* VI
MHC9762	55797365C	04/01/2012	69200	233	

MHQ1420 55797351C 03/01/2012 69200 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAO BATISTA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8151 824/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8151 824/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AHF5352	55797368C	04/01/2012	69200	233
LXG2064	55797354C	03/01/2012	69200	233
LZL4031	55795030C	05/01/2012	66531	230 * XI
LZL4031	55795029C	05/01/2012	52151	170
LZL4031	55795027C	05/01/2012	58350	195
LZL4031	55795023C	05/01/2012	58192	193
MED4492	55795461C	02/01/2012	66532	230 * XI
MGW5867	55795481C	08/01/2012	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAO BATISTA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8151 825/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8151 825/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SEND0 PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
DAN7929	55796511C	29/01/2012	51930	168
FZQ0320	55796370C	03/02/2012	73662	252 * VI
IMB1037	55797434C	06/01/2012	69200	233
MBB9539	55797386C	06/01/2012	69200	233
MCJ8291	55796559C	29/01/2012	51851	167
MCY7954	55797404C	06/01/2012	69200	233
MCZ8112	55795415C	23/01/2012	73662	252 * VI
MDO4072	55796564C	01/02/2012	50100	162 * I
MDO4072	55796563C	01/02/2012	65992	230 * V
MGK7700	55796518C	04/02/2012	54521	181 * VIII
MGK7700	55796517C	04/02/2012	65482	229
MGP3949	55796566C	01/02/2012	50100	162 * I
MGP3949	55796565C	01/02/2012	65992	230 * V
MHS5862	55795496C	17/01/2012	50100	162 * I
MHS5862	55795497C	17/01/2012	65992	230 * V
MIG7082	55796522C	08/02/2012	66700	230 * XIII
MIG7082	55796521C	08/02/2012	60502	208
MIG7082	55796523C	08/02/2012	50100	162 * I
MIG7082	55796525C	08/02/2012	69120	232
MIG7082	55796524C	08/02/2012	51180	164 c/c 162 * I
MII2736	55795489C	11/01/2012	66371	230 * IX
MII2736	55795492C	17/01/2012	66371	230 * IX
MIW4313	55796519C	07/02/2012	55250	181 * XV
MJQ6758	55795498C	17/01/2012	66371	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAO BATISTA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8151 827/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAO BATISTA - 283210

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8151 827/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CRM0657	55796083C	21/01/2012	51691	165
MCW6229	55794697C	22/01/2012	58350	195
MDI3313	55796379C	13/02/2012	65992	230 * V
MDI3313	55796380C	13/02/2012	50100	162 * I
MFA2734	55795044C	20/01/2012	73662	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAO BATISTA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

IVANIO PIZZI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8151 828/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8151 828/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ALU9644	55796541C	16/02/2012	51930	168
DGJ8223	55796589C	16/02/2012	52070	169
HRC4105	55796526C	07/02/2012	57200	186 * I
IJZ7061	55796356C	25/01/2012	56492	182 * VIII
LXN6980	55796046C	20/01/2012	50100	162 * I
LXN6980	55796047C	20/01/2012	65992	230 * V
LYI3421	55796536C	13/02/2012	51930	168
LYW9460	55796364C	28/01/2012	65482	229
LZX7389	55795500C	17/01/2012	66371	230 * IX
MBZ3407	55796540C	16/02/2012	55680	181 * XIX
MBZ3407	55796530C	10/02/2012	55680	181 * XIX
MCG9258	55796532C	13/02/2012	65482	229
MDE7942	55795414C	23/01/2012	70481	244 * II
MDI3977	55796590C	16/02/2012	52070	169
MEO8926	55796753C	22/02/2012	65992	230 * V
MEO8926	55796754C	22/02/2012	50100	162 * I
MEW5849	55796591C	16/02/2012	52070	169
MFJ1433	55796703C	22/02/2012	65561	230 * I
MFJ1433	55796702C	22/02/2012	69120	232
MGI5042	55794695C	15/01/2012	65561	230 * I
MGR6856	55795049C	23/01/2012	66102	230 * VII
MGZ7499	55796507C	29/01/2012	65482	229
MGZ7499	55796365C	28/01/2012	65482	229
MHU3070	55796376C	10/02/2012	65482	229
MJC8295	55796546C	16/02/2012	73662	252 * VI
MJF8798	55796501C	26/01/2012	55680	181 * XIX

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ALU9644	55796541C	16/02/2012	51930	168
DGJ8223	55796589C	16/02/2012	52070	169
HRC4105	55796526C	07/02/2012	57200	186 * I
IJZ7061	55796356C	25/01/2012	56492	182 * VIII
LXN6980	55796046C	20/01/2012	50100	162 * I
LXN6980	55796047C	20/01/2012	65992	230 * V
LYI3421	55796536C	13/02/2012	51930	168
LYW9460	55796364C	28/01/2012	65482	229
LZX7389	55795500C	17/01/2012	66371	230 * IX
MBZ3407	55796540C	16/02/2012	55680	181 * XIX
MBZ3407	55796530C	10/02/2012	55680	181 * XIX
MCG9258	55796532C	13/02/2012	65482	229
MDE7942	55795414C	23/01/2012	70481	244 * II
MDI3977	55796590C	16/02/2012	52070	169
MEO8926	55796753C	22/02/2012	65992	230 * V
MEO8926	55796754C	22/02/2012	50100	162 * I
MEW5849	55796591C	16/02/2012	52070	169
MFJ1433	55796703C	22/02/2012	65561	230 * I
MFJ1433	55796702C	22/02/2012	69120	232
MGI5042	55794695C	15/01/2012	65561	230 * I
MGR6856	55795049C	23/01/2012	66102	230 * VII
MGZ7499	55796507C	29/01/2012	65482	229
MGZ7499	55796365C	28/01/2012	65482	229
MHU3070	55796376C	10/02/2012	65482	229
MJC8295	55796546C	16/02/2012	73662	252 * VI
MJF8798	55796501C	26/01/2012	55680	181 * XIX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

SAO JOAO BATISTA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8151 830/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8151 830/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BLJ3347	55796776C	05/03/2012	69200	233
BZD1137	55796766C	05/03/2012	69200	233
DYD6505	55796707C	28/02/2012	73662	252 * VI
IPL5740	55796764C	05/03/2012	69200	233
LXK9511	55796369C	31/01/2012	55680	181 * XIX
LXV5317	55796742C	11/03/2012	65482	229
MBB1095	55796571C	07/02/2012	66532	230 * XI
MBC0833	55796535C	13/02/2012	51930	168
MBL7370	55796784C	05/03/2012	69200	233
MCJ5294	55796797C	08/03/2012	51930	168
MCM8881	55796656C	04/03/2012	65482	229
MCV7250	55796728C	05/03/2012	69200	233
MCV7558	55796759C	02/03/2012	69120	232
MCV7558	55796760C	02/03/2012	65992	230 * V
MDV4918	55796785C	05/03/2012	69200	233
MEF8508	55796786C	29/02/2012	70481	244 * II
MEP7284	55796527C	10/02/2012	65482	229
MFP4098	55796653C	24/02/2012	73662	252 * VI
MFZ7695	55796710C	05/03/2012	69200	233
MIP0121	55794694C	15/01/2012	66372	230 * IX
MJF8798	55796558C	01/02/2012	55680	181 * XIX
NJF4079	55796768C	05/03/2012	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAO BATISTA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8151 832/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAO BATISTA - 283210

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8151 832/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ANZ3739	55796717C	05/03/2012	69200	233
AOL3435	55796651C	21/02/2012	65482	229
BIA7395	55796724C	05/03/2012	69200	233
EDY7913	55796381C	17/02/2012	51691	165
ICC1020	55796593C	16/02/2012	52070	169
LXG5313	55796741C	11/03/2012	66102	230 * VII
LXG5313	55796960C	11/03/2012	58350	195
LXX3516	55796718C	05/03/2012	69200	233
LXZ9291	55796719C	05/03/2012	69200	233
LYG4589	55796721C	05/03/2012	69200	233
MBB1095	55796599C	19/02/2012	69120	232
MCT1156	55796592C	16/02/2012	51851	167
MFG5779	55796757C	25/02/2012	51930	168
MFY0488	55796958C	11/03/2012	65482	229
MGU6411	55796596C	18/02/2012	70561	244 * III
MGU6411	55796595C	18/02/2012	70301	244 * I
MJE8232	55797435C	22/02/2012	56144	182 * V
MJR6768	55796751C	22/02/2012	66532	230 * XI
MJR6768	55796752C	22/02/2012	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAO BATISTA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

IVANIO PIZZI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8151 834/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8151 834/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BRB6708	55796743C	14/03/2012	69120	232
MAD5456	55796584C	09/02/2012	67852	231 * II * a
MDC7675	55796956C	11/03/2012	65482	229

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAO BATISTA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8151 836/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAO BATISTA - 283210

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8151 836/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CYG6659	55796662C	16/03/2012	51930	168
IHJ7352	55796661C	16/03/2012	51930	168
JWR6965	55795420C	13/03/2012	56143	182 * V
MAV2704	55794932C	05/04/2012	57380	186 * II
MEZ9396	55796861C	20/03/2012	69200	233
MFA3456	55796795C	08/03/2012	73662	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAO BATISTA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

IVANIO PIZZI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8151 838/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8151 838/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LZN5632	55796663C	16/03/2012	50100	162 * I
LZN5632	55796663C	16/03/2012	65992	230 * V
LZN5632	55796664C	16/03/2012	65564	230 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAO BATISTA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8151 839/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8151 839/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AAM6976	55796723C	05/03/2012	69200	233	
AFM9476	55796715C	05/03/2012	69200	233	
AI54378	55796716C	05/03/2012	69200	233	
AI59313	55796714C	05/03/2012	69200	233	
DDA7236	55796395C	20/03/2012	69200	233	
HLC5342	55796660C	13/03/2012	73662	252	* VI
ICC1020	55796765C	05/03/2012	69200	233	
LWX9772	55796722C	05/03/2012	69200	233	
LXJ3558	55796761C	05/03/2012	69200	233	
LZI2454	55796771C	05/03/2012	69200	233	
MBR5936	55797438C	05/03/2012	54870	181	* XI
MBX2001	55796734C	05/03/2012	69200	233	
MBX6220	55796791C	05/03/2012	73662	252	* VI
MCD3621	55796687C	12/04/2012	51930	168	
MCI9619	55796762C	05/03/2012	69200	233	
MDA8227	55796868C	26/03/2012	70481	244	* II
MEY7400	55796980C	29/03/2012	50100	162	* I
MFG8742	55796397C	20/03/2012	69200	233	
MFJ8272	55796387C	12/03/2012	55680	181	* XIX
MGG4028	55796954C	08/03/2012	73662	252	* VI
MGG7265	55796600C	22/02/2012	73400	252	* IV
MGK5425	55796872C	23/03/2012	65992	230	* V
MGS8361	55796385C	06/03/2012	70561	244	* III
MHG4910	55796780C	05/03/2012	69200	233	
MHL5980	55796665C	16/03/2012	51930	168	
MHP0092	55796860C	20/03/2012	69200	233	
MHQ9087	55796853C	20/03/2012	69200	233	
MHR8086	55796388C	15/03/2012	55680	181	* XIX
MHW0530	55796735C	05/03/2012	69200	233	
MIA5355	55796669C	28/03/2012	51930	168	
MIJ4805	55796782C	05/03/2012	69200	233	
MIZ8884	55796658C	07/03/2012	53800	181	* I
MJA6885	55796706C	28/02/2012	73662	252	* VI
MJR4580	55796855C	20/03/2012	69200	233	
MKM6710	55796851C	20/03/2012	69200	233	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAO BATISTA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8151 841/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8151 841/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CAC5068	55796390C	20/03/2012	69200	233
COL1218	55796985C	01/04/2012	51930	168
HTY0024	55795419C	13/03/2012	54521	181 * VIII
LZH6871	55796871C	23/03/2012	69120	232
LZQ9303	55796859C	20/03/2012	69200	233
LZU0361	55796890C	19/04/2012	51851	167
MAU0228	55796391C	20/03/2012	69200	233
MBZ7787	55796987C	01/04/2012	51851	167
MCB2765	55796854C	20/03/2012	69200	233
MCK5722	55796382C	18/02/2012	50100	162 * I
MCK5722	55796383C	18/02/2012	65992	230 * V
MCM8881	55796989C	01/04/2012	51930	168
MEJ9037	55796684C	12/04/2012	65992	230 * V
MEY8296	55796974C	26/03/2012	66371	230 * IX
MEY8296	55796975C	26/03/2012	66020	230 * VI
MEY8296	55796973C	26/03/2012	50100	162 * I
MFC5716	55796867C	26/03/2012	73400	252 * IV
MGG1199	55797104C	22/04/2012	52742	175
MGH6763	55796398C	20/03/2012	69200	233
MGS9752	55796745C	15/03/2012	69120	232
MGS9752	55796746C	15/03/2012	65992	230 * V
MGU2730	55796393C	20/03/2012	69200	233
MGZ9359	55796671C	31/03/2012	50100	162 * I
MGZ9359	55796671C	31/03/2012	65992	230 * V
MHE2489	55796876C	07/04/2012	65992	230 * V
MHE9996	55796733C	05/03/2012	69200	233
MHF3632	55796672C	31/03/2012	65482	229
MHG3774	55797009C	19/04/2012	73662	252 * VI
MHH4799	55796386C	12/03/2012	55680	181 * XIX
MIE7215	55797002C	13/04/2012	50100	162 * I
MIE7215	55797003C	13/04/2012	51180	164 c/c 162 * I
MII5906	55796670C	28/03/2012	73662	252 * VI
MIZ6057	55796744C	14/03/2012	52070	169
MJC0910	55796899C	19/04/2012	73662	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAO BATISTA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8151 843/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAO BATISTA - 283210

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8151 843/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

HFX6853	55796879C	29/03/2012	73662	252 * VI
MEF0589	55797056C	25/04/2012	73662	252 * VI
MER9264	55796992C	10/04/2012	50100	162 * I
MFI0381	55796878C	10/04/2012	65992	230 * V
MFI0381	55796877C	10/04/2012	65800	230 * IV
MFP7935	55796894C	19/04/2012	51851	167
MF5514	55797055C	25/04/2012	51851	167
MGS8361	55796993C	10/04/2012	50100	162 * I
MID2904	55797103C	22/04/2012	51930	168
MIP2404	55796683C	09/04/2012	70481	244 * II
MIW9089	55796679C	09/04/2012	51930	168

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAO BATISTA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

IVANIO PIZZI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8151 845/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAO BATISTA - 283210

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8151 845/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,

OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MEA7639	55796999C	13/04/2012	73400	252 * IV
MEU6649	55796979C	29/03/2012	66102	230 * VII
MEW2592	55797004C	13/04/2012	73662	252 * VI
MFQ0321	55797005C	13/04/2012	65561	230 * I
MHP6992	55796688C	15/04/2012	70301	244 * I
MIU5447	55796691C	18/04/2012	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAO BATISTA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

IVANIO PIZZI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8151 847/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAO BATISTA - 283210

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8151 847/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ICR6010	55797071C	04/05/2012	66532	230 * XI
MAT2703	55797161C	12/05/2012	51851	167
MCW0037	55797067C	04/05/2012	73662	252 * VI
MDT9413	55797066C	04/05/2012	73662	252 * VI
MDU0045	55797160C	12/05/2012	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS

PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAO BATISTA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

IVANIO PIZZI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8151 848/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8151 848/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AZI0260	55797140C	15/05/2012	69200	233	
BWS6399	55797075C	07/05/2012	57380	186	* II
CYW8591	55797014C	22/04/2012	65482	229	
DAU6677	55797101C	22/04/2012	51930	168	
HRP9878	55797174C	18/05/2012	54870	181	* XI
IEK0667	55796891C	19/04/2012	51851	167	
LYS4294	55797025C	10/05/2012	73662	252	* VI
LYT2925	55797182C	18/05/2012	69120	232	
LYT2925	55797180C	18/05/2012	50100	162	* I
LYT2925	55797181C	18/05/2012	66371	230	* IX
LZH2920	55797169C	15/05/2012	65992	230	* V
LZZ6954	55796689C	18/04/2012	54521	181	* VIII
MAJ5296	55797134C	10/05/2012	73662	252	* VI
MAX4485	55797020C	25/04/2012	51930	168	
MBA1228	55796693C	21/04/2012	52742	175	
MBA1228	55796694C	21/04/2012	58191	193	
MBA1228	55796695C	21/04/2012	58350	195	
MBA1228	55796696C	21/04/2012	66531	230	* XI
MBR0145	55797006C	19/04/2012	64080	221	
MBS2817	55797013C	22/04/2012	65482	229	
MBS3133	55797208C	15/05/2012	69200	233	
MCM4274	55796435C	21/05/2012	51851	167	
MCM8881	55797119C	04/05/2012	65992	230	* V
MCM8881	55797121C	04/05/2012	66102	230	* VII
MCM8881	55797120C	04/05/2012	64080	221	
MCT5435	55797064C	04/05/2012	66532	230	* XI
MDC2385	55796399C	23/03/2012	66532	230	* XI
MDM1664	55797052C	25/04/2012	51930	168	
MDM2650	55797151C	27/04/2012	73662	252	* VI

MDO0565	55796447C	24/05/2012	51851	167	
MDW1366	55797116C	04/05/2012	51930	168	
MEO8320	55797135C	10/05/2012	51930	168	
MEY7400	55796443C	23/05/2012	50100	162	* I
MEY7400	55796446C	23/05/2012	52070	169	
MEY7400	55796444C	23/05/2012	73400	252	* IV
MEY7400	55796445C	23/05/2012	69120	232	
MFG3713	55796692C	21/04/2012	54521	181	* VIII
MFK1451	55797000C	19/04/2012	57380	186	* II
MFM0331	55796432C	18/05/2012	69120	232	
MFM0331	55796430C	18/05/2012	50100	162	* I
MFM0331	55796433C	18/05/2012	51180	164	c/c 162 * I
MFM0331	55796431C	18/05/2012	65992	230	* V
MFR0582	55797076C	07/05/2012	54522	181	* VIII
MGG1797	55797192C	21/05/2012	51851	167	
MGP0517	55796887C	19/04/2012	54600	181	* IX
MGX8624	55796898C	19/04/2012	73662	252	* VI
MHH9682	55797202C	15/05/2012	69200	233	
MIA5829	55797302C	23/05/2012	73662	252	* VI
MJF5468	55797058C	25/04/2012	73662	252	* VI
MJW8168	55797062C	01/05/2012	50100	162	* I
MKD7172	55797026C	10/05/2012	73662	252	* VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

SAO JOAO BATISTA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8151 850/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAO BATISTA - 283210

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8151 850/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento

AKP6126	55797011C	19/04/2012	51851	167
AKP6126	55797010C	19/04/2012	73662	252 * VI

DGJ8223	55797304C	26/05/2012	65482	229	
DLY1009	55797148C	15/05/2012	69200	233	
HVS1677	55797311C	31/05/2012	51180	164	c/c 162 * I
HVS1677	55797310C	31/05/2012	50100	162	* I
IEV7018	55797100C	15/05/2012	69200	233	
ILK4024	55797112C	04/05/2012	66371	230	* IX
ILM0799	55797166C	15/05/2012	65992	230	* V
INK7401	55794934C	17/04/2012	50100	162	* I
LXV9361	55797093C	15/05/2012	69200	233	
MBO3711	55797146C	15/05/2012	69200	233	
MBY9463	55797139C	15/05/2012	69200	233	
MDS3115	55797194C	21/05/2012	51851	167	
MEA3193	55797213C	30/05/2012	65992	230	* V
MET5767	55797125C	07/05/2012	58350	195	
MET5767	55797124C	07/05/2012	66532	230	* XI
MGA6443	55797164C	15/05/2012	51851	167	
MGO0571	55797137C	15/05/2012	69200	233	
MHA4926	55797452C	27/05/2012	51851	167	
MIZ6057	55797074C	04/05/2012	66372	230	* IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAO BATISTA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

IVANIO PIZZI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8151 852/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAO BATISTA - 283210

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8151 852/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXC0192	55797089C	15/05/2012	69200	233
LYP3035	55797090C	15/05/2012	69200	233
MDY9828	55797123C	07/05/2012	65992	230 * V
MDY9828	55797122C	07/05/2012	50100	162 * I
MEA0898	55797163C	12/05/2012	61220	214 * I

MFP6977 55797080C 11/05/2012 70561 244 * III
 MGC7731 55797092C 15/05/2012 69200 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAO BATISTA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

IVANIO PIZZI
 AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8151 853/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
 SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
 PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAO BATISTA - 283210

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8151 853/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AFB2855	55797189C	21/05/2012	65992	230 * V
AFB2855	55797190C	21/05/2012	50100	162 * I
AI19022	55797260C	18/05/2012	66532	230 * XI
AI19022	55797261C	15/05/2012	58350	195
AI19022	55797443C	26/05/2012	73400	252 * IV
AI19022	55797442C	23/05/2012	58780	199
AJT5906	55797218C	27/05/2012	51851	167
DID3439	55797204C	15/05/2012	69200	233
ILM0799	55797167C	15/05/2012	50100	162 * I
MAS3153	55797065C	04/05/2012	54522	181 * VIII
MBT1528	55797308C	27/05/2012	73662	252 * VI
MBY4485	55797132C	10/05/2012	73662	252 * VI
MCB6384	55797305C	26/05/2012	66371	230 * IX
MCB6384	55797306C	26/05/2012	69120	232
MCD0038	55796907C	18/05/2012	73400	252 * IV
MCD0038	55797210C	18/05/2012	50100	162 * I
MCD0038	55796905C	15/05/2012	51180	164 c/c 162 * I
MCD0038	55796906C	18/05/2012	69120	232
MCP5288	55797212C	18/05/2012	50100	162 * I
MCS0738	55797440C	18/05/2012	51851	167
MDP5512	55797096C	15/05/2012	69200	233
MEC5607	55797186C	18/05/2012	50100	162 * I

MEC5607	55797185C	18/05/2012	65992	230	* V
MF2868	55796442C	23/05/2012	51851	167	
MGA1481	55797070C	04/05/2012	73662	252	* VI
MGC5969	55796448C	24/05/2012	55411	181	* XVII
MGI6110	55797083C	11/05/2012	69120	232	
MGI6110	55797084C	11/05/2012	67693	230	* XXII
MIH1090	55797138C	15/05/2012	69200	233	
MIR7515	55797199C	21/05/2012	58350	195	
MIR7515	55797200C	21/05/2012	69120	232	
MIR7515	55796434C	21/05/2012	70301	244	* I
MIZ9004	55797258C	14/05/2012	51851	167	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAO BATISTA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

IVANIO PIZZI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8151 855/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAO BATISTA - 283210

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8151 855/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AJA4185	55797029C	20/06/2012	51851	167
IAT7090	55797234C	20/06/2012	51851	167
LXC9541	55797341C	16/06/2012	65482	229
LYP1023	55797196C	21/05/2012	51851	167
LYQ9824	55797342C	16/06/2012	52070	169
LZI8822	55797312C	31/05/2012	65992	230 * V
LZI8822	55797313C	31/05/2012	66532	230 * XI
LZI8822	55797314C	31/05/2012	66102	230 * VII
LZI8822	55797315C	31/05/2012	66371	230 * IX
LZI8822	55797316C	31/05/2012	58350	195
MBX8483	55797281C	15/06/2012	50100	162 * I
MBX8483	55797284C	15/06/2012	64080	221
MBX8483	55797282C	15/06/2012	51180	164 c/c 162 * I

MBX8483	55797283C	15/06/2012	66102	230	* VII
MCJ4654	55797326C	15/06/2012	65992	230	* V
MCM4274	55797343C	21/06/2012	73662	252	* VI
MDJ8150	55796911C	25/05/2012	52743	175	
MDJ8150	55796910C	25/05/2012	58350	195	
MDP5559	55797288C	15/06/2012	70561	244	* III
MDP5559	55797287C	15/06/2012	64080	221	
MDP5559	55797286C	15/06/2012	51180	164	c/c 162 * I
MDP5559	55797285C	15/06/2012	50100	162	* I
MEK3897	55797472C	20/06/2012	73662	252	* VI
MEK3897	55797473C	20/06/2012	51851	167	
MEY7400	55797280C	12/06/2012	70561	244	* III
MFQ9828	55797338C	18/06/2012	66532	230	* XI
MFQ9828	55797339C	18/06/2012	60502	208	
MFS6334	55797324C	12/06/2012	66532	230	* XI
MGK6057	55797179C	18/05/2012	73662	252	* VI
MHE2489	55796088C	22/06/2012	50100	162	* I
MHE2489	55796087C	22/06/2012	65561	230	* I
MJI1493	55797259C	15/05/2012	55415	181	* XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAO BATISTA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

IVANIO PIZZI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8151 857/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8151 857/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

AQX2735	55797652C	02/07/2012	51851	167
AQX2735	55797651C	02/07/2012	58350	195
EDM3900	55797494C	26/06/2012	51851	167
LXC9248	55797463C	02/06/2012	50100	162 * I
LXC9248	55797270C	02/06/2012	57380	186 * II

LXP4749	55797487C	26/06/2012	51851	167	
LZR0251	55797465C	05/06/2012	50100	162	* I
MAO2994	55797238C	02/07/2012	51851	167	
MAV1990	55794935C	01/06/2012	51851	167	
MBX3901	55797298C	27/06/2012	57380	186	* II
MCM8845	55797219C	30/05/2012	67002	230	* XVI
MCP3538	55797480C	26/06/2012	51851	167	
MDA8879	55797317C	06/06/2012	50100	162	* I
MDA8879	55797318C	06/06/2012	51180	164	c/c 162 * I
MDA8879	55797319C	06/06/2012	65561	230	* I
MDL1782	55797321C	06/06/2012	58350	195	
MDL1782	55797320C	06/06/2012	66532	230	* XI
MDR8043	55797581C	27/06/2012	51851	167	
MDS1157	55797482C	26/06/2012	51851	167	
MDW1451	55797290C	27/06/2012	70561	244	* III
MEL2573	55797575C	27/06/2012	51851	167	
MET5767	55797271C	27/05/2012	66532	230	* XI
MET5767	55797272C	27/05/2012	58350	195	
MFC4558	55797474C	23/06/2012	60760	210	
MFO1212	55797269C	02/06/2012	57380	186	* II
MFO1212	55797462C	02/06/2012	65992	230	* V
MHA5808	55797562C	27/06/2012	73662	252	* VI
MHA5808	55797561C	27/06/2012	51851	167	
MHI2818	55797568C	27/06/2012	51852	167	
MHI2818	55797567C	27/06/2012	51851	167	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAO BATISTA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8151 859/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAO BATISTA - 283210

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8151 859/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

EIA7930	55797586C	27/06/2012	51851	167
LXH9828	55797701C	03/07/2012	73662	252 * VI
MBA2652	55797590C	27/06/2012	51852	167
MBA2652	55797589C	27/06/2012	51851	167
MDW3230	55797657C	02/07/2012	73662	252 * VI
MEH7526	55797570C	27/06/2012	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAO BATISTA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

IVANIO PIZZI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8151 861/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAO BATISTA - 283210

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8151 861/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
JZE7385	55797503C	09/07/2012	50100	162 * I
MGC8175	55797504C	09/07/2012	73662	252 * VI
MGN3367	55797331C	15/06/2012	51180	164 c/c 162 * I
MHI2843	55797719C	09/07/2012	73662	252 * VI
MHX0855	55797706C	09/07/2012	55415	181 * XVII
MIC3756	55797275C	12/06/2012	70481	244 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAO BATISTA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

IVANIO PIZZI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8151 863/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8151 863/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LWU3722	55797233C	20/06/2012	51851	167
LXI7471	55797225C	08/06/2012	65992	230 * V
LXI7471	55797226C	08/06/2012	51851	167
LXI7471	55797224C	08/06/2012	50100	162 * I
MBG1265	55797247C	13/07/2012	51851	167
MDQ5146	55797447C	14/06/2012	73662	252 * VI
MFV7127	55797708C	06/07/2012	54522	181 * VIII
MFV5514	55797246C	13/07/2012	55411	181 * XVII
MGN3367	55797330C	15/06/2012	50100	162 * I
MGN3367	55797332C	15/06/2012	65992	230 * V
MGR8742	55797475C	23/06/2012	65992	230 * V
MHX1606	55797248C	13/07/2012	51852	167
MIQ1258	55797734C	12/07/2012	51930	168
MJH3891	55797509C	13/07/2012	73662	252 * VI
MMM0417	55797032C	16/07/2012	57380	186 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAO BATISTA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8151 865/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAO BATISTA - 283210

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8151 865/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SEND0 PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AHJ7510	55797519C	18/07/2012	69200	233	
AOY7182	55797513C	15/07/2012	51851	167	
BZW3338	55797563C	27/06/2012	51851	167	
EJH7117	55797514C	15/07/2012	51851	167	
IEZ4048	55797516C	18/07/2012	73662	252	* VI
IGG7746	55797497C	26/06/2012	51852	167	
IGG7746	55797496C	26/06/2012	51851	167	
LYG1959	55797655C	02/07/2012	51851	167	
LYM5083	55797245C	03/07/2012	51851	167	
LYM5083	55797705C	03/07/2012	51851	167	
LZQ4580	55797529C	18/07/2012	69200	233	
MAC7548	55797515C	18/07/2012	73662	252	* VI
MBH3132	55797484C	26/06/2012	51851	167	
MBM1418	55797495C	26/06/2012	51851	167	
MCA8197	55797486C	26/06/2012	51851	167	
MCH8233	55797523C	18/07/2012	69200	233	
MDH5626	55797492C	26/06/2012	51851	167	
MDS6765	55797299C	27/06/2012	57380	186	* II
MDW7877	55797241C	02/07/2012	51851	167	
MDY4035	55797520C	18/07/2012	69200	233	
MEF1217	55797488C	26/06/2012	51851	167	
MEO6826	55797532C	18/07/2012	69200	233	
MEP6803	55797467C	14/06/2012	55680	181	* XIX
MEU3474	55797531C	18/07/2012	69200	233	
MFK2114	55797597C	28/06/2012	51851	167	
MFP7935	55797295C	27/06/2012	73662	252	* VI
MFZ5135	55797243C	03/07/2012	73662	252	* VI
MGI7496	55797525C	18/07/2012	69200	233	
MGJ6370	55797759C	17/07/2012	54521	181	* VIII
MHG6169	55797555C	27/06/2012	51851	167	
MHH7692	55797278C	12/06/2012	73662	252	* VI
MHM0860	55797239C	02/07/2012	51851	167	
MHM7007	55797296C	27/06/2012	73662	252	* VI
MIH0081	55797289C	24/06/2012	65992	230	* V
MIT1149	55797490C	26/06/2012	51851	167	
MIY3906	55797468C	20/06/2012	55680	181	* XIX
MJR9068	55797571C	27/06/2012	51851	167	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS

PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAO BATISTA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

IVANIO PIZZI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8151 867/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAO BATISTA - 283210

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8151 867/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AET7528	55797349C	30/06/2012	51930	168
BRB6708	55797802C	25/07/2012	66372	230 * IX
BRB6708	55797803C	25/07/2012	51851	167
JWS4203	55797771C	20/07/2012	55680	181 * XIX
LWW7142	55797537C	21/07/2012	52742	175
LWW7142	55797536C	21/07/2012	65992	230 * V
LWW7142	55797538C	21/07/2012	66372	230 * IX
LXT2000	55797818C	26/07/2012	51851	167
LYZ3097	55797825C	29/07/2012	51851	167
LZV8301	55797550C	27/07/2012	66371	230 * IX
LZV8301	55797549C	27/07/2012	65992	230 * V
LZV8301	55797851C	27/07/2012	66020	230 * VI
LZV8301	55797548C	27/07/2012	50100	162 * I
MBP1996	55797240C	02/07/2012	51851	167
MBW3437	55797824C	29/07/2012	51851	167
MCC9905	55797816C	26/07/2012	51851	167
MDH6213	55797595C	28/06/2012	51851	167
MDT9413	55797542C	24/07/2012	73662	252 * VI
MER7822	55797596C	28/06/2012	51851	167
MEY8296	55797720C	09/07/2012	66532	230 * XI
MEY8296	55797721C	09/07/2012	58350	195
MEY8296	55797722C	09/07/2012	58191	193
MFP3510	55797501C	30/06/2012	73662	252 * VI
MF5514	55797539C	21/07/2012	73662	252 * VI
MGR5244	55797806C	25/07/2012	51851	167
MHL0979	55797801C	21/07/2012	55416	181 * XVII
MHP0397	55797507C	09/07/2012	55415	181 * XVII
MIH1052	55797545C	24/07/2012	66020	230 * VI
MJN2682	55797659C	02/07/2012	73662	252 * VI

MJP8588 55797712C 09/07/2012 55415 181 * XVII
MVP0467 55797235C 24/06/2012 67691 230 * XXII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAO BATISTA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

IVANIO PIZZI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8151 869/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAO BATISTA - 283210

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8151 869/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MDM6673	55797834C	02/08/2012	50371	162 * III
MDM6673	55797781C	02/08/2012	65992	230 * V
MEP9942	55797830C	02/08/2012	65992	230 * V
MFI9481	55797710C	06/07/2012	55415	181 * XVII
MFJ5176	55797758C	17/07/2012	54521	181 * VIII
MGW2128	55797831C	02/08/2012	69120	232
MHQ4749	55797856C	30/07/2012	65992	230 * V
MHS1389	55797776C	23/07/2012	55250	181 * XV
MIE7896	55797778C	23/07/2012	54521	181 * VIII
MIZ8179	55797832C	02/08/2012	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAO BATISTA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

IVANIO PIZZI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8151 871/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAO BATISTA - 283210

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8151 871/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AEN7770	55797815C	26/07/2012	51851	167
AGU1234	55794936C	08/07/2012	51691	165
GOW9325	55797775C	23/07/2012	55415	181 * XVII
KGZ4995	55797528C	18/07/2012	69200	233
LXT2624	55797862C	02/08/2012	65992	230 * V
LZI4915	55797522C	18/07/2012	69200	233
LZQ4232	55797726C	12/07/2012	73662	252 * VI
MAA2996	55796093C	25/07/2012	50100	162 * I
MAA2996	55796092C	25/07/2012	65992	230 * V
MAE2954	55797517C	18/07/2012	51851	167
MAX6525	55797819C	26/07/2012	51851	167
MDX5581	55797821C	26/07/2012	51851	167
MDZ7149	55796096C	28/07/2012	51691	165
MEQ3453	55797812C	26/07/2012	51851	167
MET2605	55797508C	13/07/2012	57380	186 * II
MEX5819	55797761C	17/07/2012	65561	230 * I
MEX5819	55797762C	17/07/2012	65565	230 * I
MEX5819	55797763C	17/07/2012	66372	230 * IX
MEX5819	55797764C	17/07/2012	66532	230 * XI
MFS1261	55797810C	26/07/2012	66372	230 * IX
MGC9641	55797530C	18/07/2012	69200	233
MGU4373	55797540C	21/07/2012	73662	252 * VI
MHO0292	55797534C	18/07/2012	69200	233
MHX9099	55797034C	28/07/2012	65482	229
MHX9099	55797035C	28/07/2012	65482	229
MIO2101	55797606C	17/08/2012	73662	252 * VI
MJV8228	55797846C	14/08/2012	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAO BATISTA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

IVANIO PIZZI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8151 873/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAO BATISTA - 283210

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8151 873/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
KIG2785	55797855C	30/07/2012	53800	181 * I
MCQ2567	55797774C	23/07/2012	55415	181 * XVII
MDA1918	55797833C	02/08/2012	73400	252 * IV
MET0620	55797838C	02/08/2012	66450	230 * X
MET0620	55797837C	02/08/2012	66102	230 * VII
MET0620	55797836C	02/08/2012	52152	170
MET0620	55797835C	02/08/2012	52070	169
MET0620	55797869C	02/08/2012	57380	186 * II
MET0620	55797870C	02/08/2012	66450	230 * X
MET0620	55797871C	02/08/2012	64080	221
MET0620	55797872C	02/08/2012	58350	195
MET0620	55797873C	02/08/2012	65992	230 * V
MET0620	55797866C	02/08/2012	50100	162 * I
MET0620	55797867C	02/08/2012	51180	164 c/c 162 * I
MET0620	55797868C	02/08/2012	57380	186 * II
MET5767	55797859C	02/08/2012	66532	230 * XI
MHF1104	55797041C	05/08/2012	66610	230 * XII
MHF1104	55797040C	05/08/2012	65992	230 * V
MHF1104	55797039C	05/08/2012	50100	162 * I
MII2736	55797860C	02/08/2012	50100	162 * I
MII2736	55797861C	02/08/2012	65992	230 * V
MJR6768	55797042C	05/08/2012	66102	230 * VII
MJR6768	55797038C	05/08/2012	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAO BATISTA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

IVANIO PIZZI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8151 875/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAO BATISTA - 283210

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8151 875/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
HPE2118	55797964C	30/08/2012	51691	165
LXN2485	55797884C	10/08/2012	69200	233
LZG6021	55798053C	22/08/2012	65992	230 * V
MCJ2929	55798058C	01/09/2012	73662	252 * VI
MCJ8291	55797783C	11/08/2012	65992	230 * V
MCR8039	55797877C	10/08/2012	73662	252 * VI
MDP4333	55797893C	11/08/2012	65992	230 * V
MDP4333	55797784C	11/08/2012	66102	230 * VII
MFR4754	55798054C	23/08/2012	73662	252 * VI
MUZ6622	55797791C	20/08/2012	55680	181 * XIX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAO BATISTA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

IVANIO PIZZI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8151 877/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO

DE TRANSITO N.8151 877/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ADG5692	55797864C	02/08/2012	55415	181 * XVII
HRC4105	55797797C	23/08/2012	54521	181 * VIII
HRP9878	55797879C	10/08/2012	69200	233
IAW4414	55797790C	20/08/2012	55680	181 * XIX
MBJ7898	55797043C	05/08/2012	65482	229
MBJ7898	55797782C	05/08/2012	66102	230 * VII
MDG5293	55797840C	13/08/2012	65992	230 * V
MDG5293	55797841C	13/08/2012	50100	162 * I
MDG5293	55797842C	13/08/2012	66371	230 * IX
MDQ7435	55797787C	11/08/2012	54522	181 * VIII
MEN4305	55797919C	01/09/2012	70301	244 * I
MFM6000	55797046C	09/08/2012	50100	162 * I
MFM6000	55797047C	09/08/2012	51180	164 c/c 162 * I
MGF8091	55798060C	01/09/2012	57380	186 * II
MGF8091	55798061C	01/09/2012	65992	230 * V
MHP2977	55797910C	01/09/2012	55680	181 * XIX
MIF8230	55797845C	13/08/2012	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAO BATISTA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8151 879/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8151 879/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,

OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ALA3745	55797978C	16/09/2012	70302	244 * I
LXK3582	55797927C	15/09/2012	65482	229

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAO BATISTA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8151 881/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAO BATISTA - 283210

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8151 881/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

DIN4367	55797982C	16/09/2012	51851	167
IFF5029	55798004C	24/08/2012	64910	227 * II
INU1408	55797928C	17/09/2012	69120	232
INU1408	55797930C	17/09/2012	52741	175
LXJ0279	55797850C	18/08/2012	51851	167
LXT2000	55797662C	15/09/2012	52070	169
LZE7991	55797954C	21/08/2012	65992	230 * V
MEP8958	55797985C	19/09/2012	67001	230 * XVI
MFH6084	55797983C	19/09/2012	73662	252 * VI
MFS7273	55797748C	20/08/2012	73662	252 * VI
MFY9254	55797745C	20/08/2012	55415	181 * XVII
MFZ7695	55797666C	19/09/2012	55416	181 * XVII
MIC5105	55797663C	19/09/2012	52070	169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAO BATISTA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

IVANIO PIZZI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8151 883/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8151 883/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AGJ2151	55797991C	26/09/2012	51851	167
ALJ9270	55797957C	29/08/2012	51851	167
BLL2347	55797908C	01/09/2012	58350	195
BNR2843	55797960C	29/08/2012	51851	167
CZK1589	55797887C	10/08/2012	69200	233
DCE8862	55797905C	03/09/2012	65992	230 * V
DSS4662	55797672C	22/09/2012	73662	252 * VI
ICC1020	55797903C	01/09/2012	65482	229
LXK8960	55797909C	01/09/2012	55680	181 * XIX
MBI7485	55797989C	26/09/2012	51851	167
MBV9061	55797968C	07/09/2012	65992	230 * V
MBX5705	55797936C	23/09/2012	65992	230 * V
MCG0177	55798073C	22/09/2012	51930	168
MCN5153	55794939C	10/08/2012	65992	230 * V
MCN5153	55794937C	10/08/2012	51691	165
MEE3745	55797920C	01/09/2012	65992	230 * V
MEE3745	55797921C	01/09/2012	50450	162 * V
MEE3745	55797922C	01/09/2012	52743	175
MEK8953	55797902C	23/08/2012	70481	244 * II
MEO7918	55797664C	19/09/2012	73662	252 * VI
MFA4511	55797685C	01/10/2012	60502	208
MFA4511	55797684C	01/10/2012	70481	244 * II
MHG8186	55798006C	30/08/2012	50100	162 * I
MHG8186	55798005C	30/08/2012	65992	230 * V
MHG8186	55798007C	30/08/2012	66371	230 * IX

MHS1389	55797938C	29/09/2012	65482	229	
MIH6096	55797785C	11/08/2012	51691	165	
MIP2378	55797796C	23/08/2012	54521	181	* VIII
MJB5879	55797918C	06/09/2012	54521	181	* VIII
MJO0771	55797994C	26/09/2012	51851	167	
MJS2754	55797892C	11/08/2012	66532	230	* XI
MJS6091	55797682C	01/10/2012	50371	162	* III
MJW8168	55797914C	06/09/2012	70481	244	* II
MMK3280	55797683C	01/10/2012	73662	252	* VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAO BATISTA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8151 885/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAO BATISTA - 283210

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8151 885/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CAW4421	55797607C	10/09/2012	52070	169
CYR7296	55798214C	04/10/2012	51851	167
FOG9999	55797899C	15/09/2012	65482	229
LZC0419	55798270C	06/10/2012	51691	165
LZM4752	55798223C	04/10/2012	51851	167
LZM7070	55798251C	05/10/2012	51851	167
LZO0152	55798093C	04/10/2012	51851	167
MBA7954	55797981C	16/09/2012	51851	167
MBI7485	55798259C	05/10/2012	51851	167
MCO3376	55798219C	04/10/2012	51851	167
MDQ7435	55797944C	02/10/2012	51851	167
MEA8349	55797948C	02/10/2012	51851	167
MER8637	55798267C	05/10/2012	51851	167
MES8114	55797969C	11/09/2012	69200	233
MGB0266	55798090C	04/10/2012	52742	175

MGG1199	55798155C	03/10/2012	51851	167
MGV9453	55798158C	03/10/2012	51851	167
MHW3636	55797975C	16/09/2012	51851	167
MHY6785	55798220C	04/10/2012	51851	167
MIH4478	55797923C	12/09/2012	64910	227 * II
MIT1149	55797943C	02/10/2012	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAO BATISTA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

IVANIO PIZZI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8151 887/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8151 887/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXO8552	55797897C	16/09/2012	65992	230 * V
LYT4418	55798175C	10/10/2012	51851	167
LZM4752	55798325C	04/10/2012	51851	167
MCW4921	55798170C	09/10/2012	51851	167
MCX4133	55798210C	04/10/2012	51851	167
MDF5024	55797925C	13/09/2012	65992	230 * V
MED4492	55798071C	22/09/2012	66532	230 * XI
MED4492	55798072C	22/09/2012	58350	195
MEX8609	55798156C	03/10/2012	51851	167
MEZ2486	55798092C	04/10/2012	54522	181 * VIII
MGD8352	55798209C	04/10/2012	51851	167
MGV6785	55798217C	04/10/2012	51851	167
MGV6785	55798305C	04/10/2012	52742	175
MHZ4073	55798076C	22/09/2012	70481	244 * II
MIE5232	55797671C	21/09/2012	55250	181 * XV
MIH3373	55798176C	10/10/2012	51851	167
MIS8583	55798178C	10/10/2012	51851	167
MJF9753	55798161C	09/10/2012	51851	167

MJT9101 55798266C 05/10/2012 51851 167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAO BATISTA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8151 888/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8151 888/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CYR7296	55798319C	04/10/2012	51851	167
GUD7537	55797996C	26/09/2012	51851	167
IJD3982	55797677C	30/09/2012	51852	167
IJD3982	55797676C	30/09/2012	51851	167
LZA9721	55798079C	29/09/2012	55415	181 * XVII
MAT7342	55797692C	04/10/2012	66371	230 * IX
MDI8183	55797661C	19/09/2012	66102	230 * VII
MEE3745	55798087C	01/10/2012	54521	181 * VIII
MEX0447	55797988C	26/09/2012	51851	167
MGZ5819	55796921C	01/10/2012	55680	181 * XIX
MHA7461	55797673C	22/09/2012	66371	230 * IX
MHH9682	55798311C	04/10/2012	51851	167
MHS1019	55798086C	01/10/2012	54521	181 * VIII
MJL5072	55797679C	28/09/2012	66371	230 * IX
MKI3673	55798265C	05/10/2012	73662	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

SAO JOAO BATISTA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8151 890/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8151 890/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AJQ5474	55797950C	02/10/2012	51851	167
ALU0059	55798203C	04/10/2012	51851	167
HBM5466	55797691C	01/10/2012	73662	252 * VI
JQN8634	55798151C	26/09/2012	51851	167
LZO5483	55798341C	22/10/2012	55415	181 * XVII
MAU9609	55798338C	22/10/2012	50100	162 * I
MAU9609	55798339C	22/10/2012	69120	232
MBE6252	55796920C	22/10/2012	73662	252 * VI
MFM8992	55797949C	02/10/2012	51851	167
MGB6278	55797681C	01/10/2012	66102	230 * VII
MHO5724	55797947C	02/10/2012	51851	167
MJB9071	55798153C	26/09/2012	51851	167
MJN3831	55797696C	19/10/2012	73662	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAO BATISTA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8151 892/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAO BATISTA - 283210

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8151 892/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SEND0 PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CNW3060	55798295C	30/10/2012	69200	233
CTO1515	55796924C	25/10/2012	73662	252 * VI
DUE3937	55798263C	05/10/2012	69120	232
DUE3937	55798264C	05/10/2012	65992	230 * V
GQT7985	55798114C	30/10/2012	69200	233
INF9346	55798120C	30/10/2012	69200	233
LBV3207	55798160C	09/10/2012	51851	167
LWX3636	55798184C	04/11/2012	52741	175
LXM2337	55798115C	30/10/2012	69200	233
LYS2270	55798216C	04/10/2012	51851	167
LYX0006	55798110C	30/10/2012	69200	233
LZE9521	55798289C	30/10/2012	69200	233
LZM6593	55798293C	30/10/2012	69200	233
MAR7945	55798302C	07/10/2012	51691	165
MBI7485	55798113C	30/10/2012	69200	233
MBL8528	55798116C	30/10/2012	69200	233
MBM8766	55798106C	14/10/2012	66102	230 * VII
MBM8766	55798105C	14/10/2012	50610	163 c/c 162 * I
MBM8766	55798104C	14/10/2012	50100	162 * I
MCM8881	55798274C	06/10/2012	52741	175
MDD9376	55798349C	31/10/2012	66102	230 * VII
MEA3907	55798094C	04/10/2012	51851	167
MEE3340	55798348C	28/10/2012	66532	230 * XI
MFM0331	55798288C	30/10/2012	69200	233
MFT4345	55798285C	30/10/2012	69200	233
MGX4595	55798271C	06/10/2012	50450	162 * V
MJB9071	55798321C	04/10/2012	51851	167
MJG4084	55798308C	04/10/2012	51851	167
MJN8298	55798098C	04/10/2012	51851	167
MKM9176	55796922C	22/10/2012	55415	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAO BATISTA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

IVANIO PIZZI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8151 893/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAO BATISTA - 283210

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8151 893/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IEK0667	55798177C	10/10/2012	51851	167
LYS2270	55798326C	04/10/2012	51851	167
LYS2270	55798327C	04/10/2012	52742	175
LZW8229	55797675C	29/09/2012	66371	230 * IX
MBO2573	55797916C	06/09/2012	55411	181 * XVII
MDP2331	55798179C	10/10/2012	51851	167
MFB3137	55798323C	04/10/2012	51851	167
MFL1494	55798183C	10/10/2012	51851	167
MFN3042	55798182C	10/10/2012	51851	167
MGA5645	55798336C	16/10/2012	54521	181 * VIII
MIS8208	55797608C	16/10/2012	52741	175
MLV6049	55798082C	29/09/2012	73662	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAO BATISTA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

IVANIO PIZZI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8151 895/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8151 895/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

EJH7117	55796926C	31/10/2012	51851	167
HBB1713	55797695C	19/10/2012	69120	232
LCQ5211	55798342C	22/10/2012	66532	230 * XI
LZI3491	55798128C	10/11/2012	50100	162 * I
MHI2843	55798224C	06/11/2012	73662	252 * VI
MHM2675	55796931C	04/11/2012	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAO BATISTA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8151 896/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAO BATISTA - 283210

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8151 896/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

CYL2776	55798117C	30/10/2012	69200	233
IJF7461	55798109C	30/10/2012	69200	233

JJL0012	55798277C	30/10/2012	69200	233	
LZI3491	55798129C	10/11/2012	51691	165	
LZR9571	55798229C	10/11/2012	52741	175	
MAS8882	55798112C	30/10/2012	69200	233	
MAU7039	55798103C	30/10/2012	69200	233	
MBD4366	55796927C	03/11/2012	50100	162	* I
MBD4366	55796928C	03/11/2012	65992	230	* V
MBQ8146	55798287C	30/10/2012	69200	233	
MCM8881	55798340C	22/10/2012	57380	186	* II
MDE9315	55798228C	09/11/2012	66102	230	* VII
MDE9315	55796937C	09/11/2012	67001	230	* XVI
MEB9302	55798232C	09/11/2012	73662	252	* VI
MGR8896	55798245C	18/11/2012	73662	252	* VI
MHI4615	55798279C	30/10/2012	69200	233	
MID2463	55796932C	09/11/2012	70481	244	* II
MIW4313	55796934C	09/11/2012	54522	181	* VIII
MIW4313	55798230C	09/11/2012	54522	181	* VIII
MKF4316	55796936C	09/11/2012	57380	186	* II
MWI5641	55798243C	18/11/2012	55415	181	* XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAO BATISTA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

IVANIO PIZZI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8151 898/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8151 898/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento

LYK2959	55798237C	15/11/2012	51851	167
MDM7385	55798286C	30/10/2012	69200	233
MHA3457	55798244C	18/11/2012	70481	244 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAO BATISTA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8151 900/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8151 900/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CVF7851	55796946C	03/12/2012	66532	230 * XI
DXG5820	55798233C	09/11/2012	55680	181 * XIX
ICV6920	55798284C	30/10/2012	69200	233
MFQ9828	55796947C	03/12/2012	66532	230 * XI
MFR0566	55796943C	30/11/2012	51930	168
MHA4926	55796944C	30/11/2012	73662	252 * VI
MHG8466	55796945C	03/12/2012	55415	181 * XVII
MIA3674	55798300C	06/11/2012	73662	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAO BATISTA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8151 902/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAO BATISTA - 283210

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8151 902/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

BMH7139	55798188C	07/12/2012	65992	230 * V
MEB9531	55798802C	09/12/2012	58350	195
MEB9531	55798801C	09/12/2012	66532	230 * XI
MFC5680	55798808C	09/12/2012	58350	195
MFC5680	55798807C	09/12/2012	66532	230 * XI
MGA0268	55798187C	07/11/2012	55680	181 * XIX
MJF9753	55798803C	09/12/2012	51930	168
MJO0190	55796933C	09/11/2012	73662	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAO BATISTA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

IVANIO PIZZI
AUTORIDADE DE TRANSITO

